



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 213ª SESSÃO À 218ª SESSÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 31 Nº 60
21 DE NOVEMBRO A 27 DE NOVEMBRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2007

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
PR – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
PDT – Patrícia Saboya³ *
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
PTB – Euclides Mello ^{1, 2}

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello* ^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

² O Senador Euclides Mello foi empossado em 30.8.2007.

³ Senadora Patricia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Registro da apresentação de projeto que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas num debate com a Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil. Senador Renato Casagrande.....	209	cado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição do dia 25 de novembro de 2007. Senador Alvaro Dias.....	349
AMAZÔNIA			
Encaminhamento à Mesa de Voto de Aplauso ao jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> pela publicação, na série Grandes Reportagens, de notável levantamento jornalístico sobre a Amazônia. Senador Arthur Virgílio.....	354	Registro das matérias intituladas “Empresas triplicam remessa de lucros no governo Lula” e “Mangabeira nas mãos do STF”, publicadas nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Correio Braziliense</i> , respectivamente, edições do dia 16 de outubro de 2007. Senador Flexa Ribeiro.....	362
ARTIGO DE IMPRENSA			
Transcrição das entrevistas do relator de direitos humanos da ONU, o Senhor Paulo Sérgio Pinheiro, sobre a missão que teve em Mianmar. Senador Eduardo Suplicy.....	71	Registro da matéria intitulada “Governo ataca TCU sobre problema em obras”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 21 de setembro de 2007. Senador Sérgio Guerra.....	365
Comentário sobre o artigo intitulado “A pluralidade e a revolução dos idiotas”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 15 de outubro de 2007. Registro da matéria intitulada “Vale ameaça produzir alumínio em outro país por medo do apagão”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 16 de outubro de 2007. Senador Flexa Ribeiro.....	270	Registro do artigo intitulado “O mulá Omar brasileiro”, publicado pela revista <i>Veja</i> , em sua edição de 12 de setembro de 2007. Senador Alvaro Dias.....	366
Registro da matéria intitulada “5 Questões sobre o funcionalismo”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 10 de outubro de 2007. Senador Alvaro Dias.....	273	Registro do artigo intitulado “Em torno das concessões de TVs”, de autoria do cineasta e jornalista Ipojuca Pontes, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 27 de outubro de 2007. Senador Sérgio Guerra.....	568
Registro da matéria intitulada “IPEA não vê redução da desigualdade”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 21 de setembro de 2007. Senador Sérgio Guerra.....	274	Registro dos editoriais intitulados “Governo Federal piora nas contas fiscais” e “A social-fantasia de Mantega”, publicados no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edições de 27 de setembro e 16 de outubro, respectivamente, ambos do ano de 2007. Senador Flexa Ribeiro.....	570
Registro do editorial intitulado “O melhor é dizer não. Elevação da Venezuela a status de sócio pleno do MERCOSUL traz mais riscos que vantagens ao Brasil. Congresso deve rejeitá-la.”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição do dia 25 de novembro de 2007. Senador Alvaro Dias.....		ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
		Prestação de contas das ações de S.Exa., cujas prioridades são a educação e o desenvolvimento econômico do Estado do Amapá. Senador Papaléo Paes.....	315
		CALAMIDADE PÚBLICA	
		Preocupação com a situação de abastecimento d’água da cidade de Currais Novos, no Rio Grande do Norte. Senador José Agripino.....	410

	Pág.		Pág.
COMUNICAÇÕES			
Previsão de “apagão postal” no Brasil, por motivo de falta de planejamento e de gerenciamento do Governo, que editará medida provisória para prorrogar os contratos com franqueados dos Correios. Senador Alvaro Dias.....	290	Comentários sobre a votação da CPMF. Senador Mario Couto.....	347
(CPMF)		Comunicação de decisão do Partido Republicano de se manter provisoriamente no bloco de apoio ao Governo, sem fechamento de questão quanto à CPMF. Senador Expedito Júnior.	392
Considerações acerca da prorrogação da CPMF. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Mario Couto.	73	Cobrança à Presidência do Senado de apuração da denúncia formulada pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, de que fora procurado por um assessor da Presidência da República a fim de votar favoravelmente à prorrogação da CPMF, em troca da liberação de emendas. Senador Jefferson Péres.	406
Defesa do fim da CPMF e destaque para a necessidade de o País definir um sistema tributário mais justo. Senador Raimundo Colombo.	193	Comentários sobre a CPMF. Senadora Kátia Abreu.....	411
Comentários sobre matéria publicada no jornal <i>O Globo</i> , intitulada “CPMF de sobra: excesso de arrecadação federal já equivale à contribuição de 2007”. Senador José Agripino.	203	Preocupação acerca da declaração, feita pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, de que o Chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil tentou trocar emendas parlamentares pelo voto dele a favor da CPMF. Senador Arthur Virgílio.	412
Defesa do fim da CPMF e apelo em favor da realização de uma reforma tributária urgente no País. Senadora Kátia Abreu.	209	Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.	547
Defesa da queda da CPMF como ponto de partida para a reforma tributária. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Antonio Carlos Júnior.	212	Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Senador Marconi Perillo.	549
Defesa do fim da CPMF. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Mozarildo Cavalcanti.	213	Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Senador Mario Couto.	551
Considerações acerca da CPMF. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Alvaro Dias.	289	Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Senador Mão Santa.....	557
Comentários sobre o excesso de arrecadação de impostos, que reforça as expectativas de suplantação da CPMF. Senador Alvaro Dias.....	290		
Considerações acerca da CPMF. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Mão Santa.	292		
Críticas ao elevado número de impostos cobrados do povo brasileiro. Reprovação da CPMF. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mão Santa.	317		
Críticas a CPMF e à excessiva carga tributária brasileira. Senador Mão Santa.	320		
Comentários sobre a insistência do Governo em cooptar votos no PSDB para a aprovação da prorrogação da CPMF. Senador Alvaro Dias.....	327		
Comentários sobre a posição do PSDB em relação à CPMF. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Gerson Camata.....	328		
Considerações acerca da CPMF. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Papaléo Paes.	328		
Comentários sobre a votação da CPMF. Senador Arthur Virgílio.....	345		
		DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
		Indignação com os problemas ocorridos no interior do Estado do Pará. Senador Mario Couto.	95

	Pág.		Pág.
Preocupação com os problemas ocorridos no interior do Estado do Pará. Aparte ao Senador Mario Couto. Senador Mão Santa.	96	Comentários sobre a matéria publicada no jornal argentino <i>La Nación</i> , que tece elogios à economia brasileira. Senador Aloizio Mercadante.....	196
Comentários acerca da obra de transposição das águas do Rio São Francisco, no Nordeste brasileiro. Senador Garibaldi Alves Filho.	511	Comentários sobre o reconhecimento da imprensa argentina em relação ao crescimento econômico do Brasil. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy.	198
Comentários acerca da obra de transposição das águas do Rio São Francisco, no Nordeste brasileiro. Senador Efraim Morais.	512	Repúdio ao afastamento de quatro técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Senador Antonio Carlos Júnior.....	218
DIREITOS HUMANOS		EDUCAÇÃO	
Considerações acerca da importância da Lei Maria da Penha. Senador Paulo Paim.	388	Preocupação com a perspectiva de fechamento do Centro de Estudos Brasileiros, na Universidade de Oxford, o mais conhecido e produtivo centro fora do País. Senador Augusto Botelho.	216
Comentários sobre o desrespeito aos direitos humanos, demonstrado no caso da jovem que ficou presa com 20 homens em delegacia no Pará. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Romeu Tuma.	389	Enaltecimento do trabalho feito pelo Ministério da Educação e, especialmente, pelo Ministro Fernando Haddad. Senador Romero Jucá.	333
Comentários sobre o desrespeito aos direitos humanos, demonstrado no caso da jovem que ficou presa com 20 homens em delegacia no Pará. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Rosalba Ciarlini.	389	EXECUTIVO	
DISCRIMINAÇÃO RACIAL		Comentários à iniciativa do Ministro Mares Guia em pedir afastamento do cargo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes.	206
Registro do anúncio feito pelo Presidente Lula de investimentos para a comunidade Quilombola. Senador Paulo Paim.	82	Depoimento a respeito do trabalho do Senhor Marcos Lima, na Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Casa Civil. Senador Aloizio Mercadante. ...	504
ECONOMIA		Depoimento a respeito do trabalho do Senhor Marcos Lima, na Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Casa Civil. Senador Marcelo Crivella.....	505
Esclarecimentos sobre a dispensa de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em razão de matéria veiculada no jornal <i>O Globo</i> , de autoria da jornalista Míriam Leitão. Senador Marcelo Crivella.	88	Comentários sobre a necessidade de investigação diante das denúncias envolvendo o Senhor Marcos Lima, da Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Casa Civil. Senador Arthur Virgílio.....	505
Críticas a saída de quatro economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Senador Marconi Perillo.	165	Comentários sobre as denúncias envolvendo o Senhor Marcos Lima, da Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Casa Civil. Senador Aloizio Mercadante.	506
Comentários sobre a saída de quatro economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Aparte ao Senador Marconi Perillo. Senador Marcelo Crivella.	167	EXPORTAÇÃO	
Comentários sobre a saída de quatro economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Aparte ao Senador Marconi Perillo. Senador Eduardo Suplicy.	168	Comentários acerca das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). Senador Arthur Virgílio.....	563
Considerações acerca do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Aparte ao Senador Marconi Perillo. Senador Mão Santa.	169	GOVERNO ESTADUAL	
		Registro do debate entre a representação gaúcha e o Ministro Guido Mantega, a respeito das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.	194

IV

	Pág.		Pág.
Comentários sobre a reunião, realizada no dia 21 de novembro de 2007, com a presença do Ministro da Fazenda, do Secretário de Governo, o Senhor Arno Agostinho, da Governadora Yeda Crusius e de outras autoridades, para discutir a crise econômica do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	214	Voto de louvor à nomeação, pelo Papa Bento XVI, do Cardeal Dom Odilo Shcherer, Arcebispo de São Paulo, para integrar o Sacro Colégio Pontifício. Senador Aloizio Mercadante.....	536
GOVERNO FEDERAL		Apoio à homenagem do Senador Aloizio Mercadante sobre a nomeação, pelo Papa Bento XVI, do Cardeal Dom Odilo Shcherer, Arcebispo de São Paulo, para integrar o Sacro Colégio Pontifício. Senador Arthur Virgílio.	536
Preocupação diante das contradições políticas do Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antonio Carlos Júnior.....	206	Homenagem ao Cardeal Dom Odilo Shcherer, Arcebispo de São Paulo. Senador Flexa Ribeiro.	536
Alerta para a prática desenfreada de liberação de emendas ao Orçamento, praticada pelo Governo Federal. Crítica à forma como o Governo opera a sua base de sustentação no Senado. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	287	Registro do transcurso do Dia da Independência do Líbano, celebrada em 22 de novembro. Senador Marconi Perillo.....	567
HOMENAGEM		HOMENAGEM PÓSTUMA	
Homenagem pelo transcurso dos 241 anos de fundação da cidade de Lajes, em Santa Catarina. Senador Raimundo Colombo.....	193	Homenagem ao artista plástico Aloísio Magalhães, que completaria oitenta anos de idade, no dia 22 de novembro de 2007, se vivo fosse. Senador Marco Maciel.	264
Homenagem ao educandário Lyceu, pelo transcurso, em 27 de novembro de 2007, dos 70 anos de suas atividades em Goiânia, no Estado de Goiás. Senador Demóstenes Torres.	266	Encaminhamento de requerimento de pesar pela morte de sete torcedores baianos vítimas do desabamento no Estádio Otávio Mangabeira (Fonte Nova), em Salvador. Senador César Borges.	380
Homenagem pelo transcurso, em 19 de novembro, do Dia da Bandeira. Senador Romero Jucá.	270	Voto de pesar pela morte do advogado Geraldo Gomes de Paula. Senador Gerson Camata.	392
Voto de Aplauso à cineasta amazonense Cristiane Garcia, por ter obtido o prêmio do júri, na categoria de curta-metragem 35 mm, no Amazonas Film Festival, em Manaus, bem como ao escritor amazonense Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme. Senador Arthur Virgílio.	350	Apresentação de Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Yolanda Esther Fraiji, ocorrido no dia 25 de novembro de 2007; e pelo falecimento, também, do Senhor William Pinheiro, vítima de atropelamento. Senador Arthur Virgílio.	557
Registro do encaminhamento de pedido de aplausos pela nomeação, feita pelo Papa Bento XVI, de Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, para integrar o Sacro Colégio Pontifício. Senador Romeu Tuma.....	351	INFRA-ESTRUTURA	
Comemoração dos 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN. Senador Romeu Tuma.....	373	Registro da realização da Terceira Conferência Nacional das Cidades. Senador Augusto Botelho.	329
Comemoração dos 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	375	LEGISLATIVO	
Comemoração dos 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN. Senador Flexa Ribeiro.	378	Reflexão sobre a importância da transparência nos gastos dos parlamentares. Senador Eduardo Suplicy.	71
Homenagem pelo transcurso dos 80 anos do registro da primeira mulher eleitora do Brasil, nascida em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Senadora Rosalba Ciarlini.	402	Críticas ao Congresso brasileiro. Senador Cristovam Buarque.	278
		LIVRO	
		Convite ao Parlamentares para participarem do lançamento do livro "Um notável aprendizado – A busca da verdade e da justiça do boxe ao Senado", escrito por S.Exa.. Senador Eduardo Suplicy.	537

	Pág.	V	Pág.
MEDIDA PROVISÓRIA			
Medida Provisória nº 402, de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.646.339.765,00 (um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.	418		2
MEIO AMBIENTE			
Comentário sobre o projeto bem-sucedido de manejo florestal de baixo impacto, que acontece no Estado do Amazonas, no Município de Itacoatiara. Senador João Pedro.	353		
Elogios ao projeto de manejo florestal de baixo impacto encabeçado pela empresa Mil Madeireira, no Município amazonense de Itacoatiara. Senador João Pedro.	403		2
Elogios ao projeto de manejo florestal de baixo impacto encabeçado pela empresa Mil Madeireira, no Município amazonense de Itacoatiara. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Jefferson Péres.	404		
Destaque ao relatório do Programa das Organizações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o efeito estufa. Senador Aloizio Mercadante.	408		
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA			
Mensagem nº 211, de 2007 (nº 802/2007, na origem), de 25 de outubro de 2007, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que institui o dia 11 de maio como o Dia Nacional do Frei Sant’Anna Galvão, sancionado e transformado na Lei nº 11.532, de 25 de outubro de 2007.	2		47
Mensagem nº 212, de 2007 (nº 803/2007, na origem), de 25 de outubro de 2007, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2007 (nº 7.268/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007.	2		42
		(MERCOSUL)	
		Considerações acerca do pedido de ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Aparte ao Senador Marconi Perillo. Senador Gerson Camata.	166
		(MST)	
		Denúncia de que jornalistas de Cascavel, no Estado do Paraná, foram detidos por integran-	

	Pág.		Pág.
tes do Movimento dos Sem-Terra (MST). Senador Alvaro Dias.....	290	as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994. Senador Marcelo Crivella.	140
(OAB)		Parecer nº 1.100, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo. Senador Paulo Duque.....	142
Comentário sobre o pedido da OAB de apuração do caso em que um advogado foi agredido por um tenente da Polícia Militar no Espírito Santo. Senador Renato Casagrande.	350	Parecer nº 1.101, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 157, de 2007 (nº 690/2007, na origem) que solicita autorização para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, possam celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), com vistas à alteração dos empréstimos originais da modalidade de <i>Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL</i> (Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa) para a de <i>Fixed-Spread Loan – FSL</i> (Empréstimo com Margem Fixa) baseada na taxa Libor. Senador Eliseu Resende.	180
PARECER		Parecer nº 1.102, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 202, de 2007, (nº 848/2007, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa. Senador Jayme Campos.....	184
Parecer nº 1.095, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Mensagem nº 196, de 2007 (nº 825/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho. Senadora Ideli Salvatti.....	47	Parecer nº 1.103, de 2007 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007, (nº 378/2007, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no território brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em território norte-americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras, celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007”. Senador João Tenório.....	301
Parecer 1.096, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Mensagem nº 198, de 2007 (Mensagem nº 826/2007, na origem), que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Sidnei Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Carlos Alberto Menezes Direito”. Senador Aloizio Mercadante.....	50	Parecer nº 1.104, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP	
Parecer nº 1.097, de 2007 (da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura), sobre a Mensagem nº 190, de 2007, (nº 801/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes– DNIT. Senador Expedito Júnior.....	54		
Parecer nº 1.098, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Valdir Raupp.	103		
Parecer nº 1.099, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2004 (nº 609/2003, na casa de origem) que proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera			

Pág.	Pág.
e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira. Senador Romero Jucá.	
333	com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$32.670.000,00 (trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento do “Projeto de Revitalização Ambiental e Qualificação Urbana em Áreas das Bacias Elementares dos Rios Cachoeira, Cubatão e Piral – Viva Cidade”. Senador Jayme Campos.....
	478
Parecer nº 1.105, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007, de autoria do Senador Mario Couto, que institui o Dia do Pecador Amador. Senador Flexa Ribeiro.	
424	Parecer nº 1.111, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2007 (nº 7.204/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, e dá outras providências. Senador Pedro Simon.....
	488
Parecer nº 1.106, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Turismo no Estado do Tocantins. Senador Gilvam Borges.....	
434	Parecer nº 1.112, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2007 (nº 7.204/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, e dá outras providências. Senador Paulo Paim.
	496
Parecer nº 1.107, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp	
441	Parecer nº 1.113, de 2007 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, proveniente da Medida Provisória nº 393, de 19 de setembro de 2007, que “institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências”. Senador Aloizio Mercadante.
	517
Parecer nº 1.108, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina. Senador Tasso Jereissati.....	
447	PARTIDO POLÍTICO
	Considerações acerca da possibilidade de recondução do Senador Arthur Virgílio à Liderança do PSDB. Senador Eduardo Suplicy.....
	131
Parecer nº 1.109, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 564, de 2007, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, e da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a responsabilidade civil e a execução de dívidas de Partidos Políticos. Senador Tasso Jereissati.	
468	Explicação sobre a possibilidade da recondução de S. Exa. à Liderança do PSDB. Senador Arthur Virgílio.....
	132
Parecer nº 1.110, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 203, de 2007 (nº 849/2007, na origem), que encaminha pleito da Prefeitura Municipal de Joinville (SC) solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil,	
	Considerações acerca da atuação do PMDB no Senado Federal. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Mão Santa.....
	288
	Observações sobre a Convenção Nacional do PSDB e destaque para a importância da Oposição na modernização da política brasileira. Senador Mão Santa.
	294
	Anúncio da realização, em 2 de dezembro de 2007, das eleições para a direção do Partido dos Trabalhadores - PT, nas áreas nacional, estadual e municipal. Senador Sibá Machado.
	323
	POLÍTICA CULTURAL
	Defesa da preservação da cultura baiana. Senador Antonio Carlos Júnior.
	93

VIII

	Pág.		Pág.
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE			
Felicitações aos dirigentes e funcionários da Companhia Vale do Rio Doce pela responsabilidade sócio-ambiental. Senador Romero Jucá.	144	Considerações acerca da demarcação de terras indígenas em Roraima. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Augusto Botelho.	316
POLÍTICA ENERGÉTICA		POLÍTICA MARÍTIMA	
Justificativa pela apresentação de três requerimentos convocando os Ministros de Minas e Energia e do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, bem como o Presidente da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a descoberta do Campo Petrolífero de Tupi, na Bacia de Santos. Senador Marconi Perillo.....	165	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007). Senador Arthur Virgílio.	519
Preocupação com o problema do abastecimento de energia elétrica para o Estado de Roraima. Senador Augusto Botelho.	329	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007). Senador Alvaro Dias.	522
POLÍTICA EXTERNA		Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007). Senador Marconi Perillo.....	527
Reflexão sobre o que vem ocorrendo na Venezuela nos últimos 50 anos, e sua relação com o Brasil. Senador Cristovam Buarque.....	278	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007). Senador Marcelo Crivella.	530
Comentários sobre os fatos ocorridos na Venezuela nos últimos 50 anos. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	283	Encaminhamento à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007). Senador Mario Couto.	531
Leitura da Resolução nº. 651 aprovada pela Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, totalmente dedicada ao Brasil. Senador Aloizio Mercadante.	408	Encaminhamento à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007). Senador Flexa Ribeiro.....	532
POLÍTICA INDIGENISTA		Encaminhamento à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007). Senador Arthur Virgílio.	533
Registro da presença das autoridades de Roraima que compareceram ao debate, no dia 21 de novembro de 2007, sobre a situação da demarcação de áreas indígenas da Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Senador Eduardo Suplicy.....	70	Encaminhamento à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007). Senador José Agripino.	534
Considerações sobre o debate da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que trata da situação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	70	Considerações acerca do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007). Senador Renato Casagrande.....	537
Comentários sobre os direitos humanos dos indígenas que moram na reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	72		
Considerações acerca da solução do problema referente à demarcação de áreas indígenas da Raposa Serra do Sol. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Mão Santa.....	72		

	Pág.		Pág.
POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA			IX
Preocupação com a transferência de recursos financeiros para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal. Senador Arthur Virgílio.	515	28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Arthur Virgílio.	104
Comentários sobre o Orçamento Geral da União. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	524	Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Alvaro Dias.	106
Considerações acerca dos recursos empenhados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal. Senador Romero Jucá.....	572	Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Mario Couto.	108
POLÍTICA SALARIAL			
Registro do acordo fechado entre as Lideranças dos carteiros, o Ministro Hélio Costa e o Presidente Lula, garantindo o reajuste salarial para a categoria. Senador Paulo Paim.	82	Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Papaléo Paes.....	109
Solicitação ao Governo Federal, principalmente ao Ministro Mantega, que apóie o movimento de servidores públicos e coloque em dia o décimo terceiro salário. Senador Sérgio Zambiasi.....	194	Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senadora Lúcia Vânia.....	110
POLÍTICA SOCIAL			
Comemoração pela inclusão do Brasil no grupo de nações de alto desenvolvimento humano, conforme avaliação do Programa das Organizações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Senador Aloizio Mercadante.....	383	Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Mão Santa.	111
Manifestação sobre a notícia de que pela primeira vez o Brasil entra para o rol dos países com alto Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, ranking elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Senadora Ideli Salvatti.....	386	Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Antônio Carlos Valadares.....	112
Cumprimentos ao Presidente da Câmara dos Deputados pela realização de debates, na referida Casa, sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Igualdade Racial. Senador Paulo Paim.	388	Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Arthur Virgílio	113
POLÍTICA TRABALHISTA			
Considerações a respeito da lei que regulamenta os trabalhos dos arquitetos no País. Senador Eduardo Suplicy.	543	Considerações acerca da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Alvaro Dias.	114
Considerações sobre o mérito da matéria que regulamenta os trabalhos dos arquitetos no País. Senador José Agripino.	543		
POLÍTICA TRIBUTÁRIA			
Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Alvaro Dias.			

	Pág.		Pág.
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senadora Lúcia Vânia.	116	de móveis de madeira e dá outras providências. Senador José Agripino.....	336
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Mão Santa.	116	Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências. Senador Alvaro Dias.	336
Considerações acerca do posicionamento dos Senadores em relação à Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Epitácio Cafeteira.....	117	Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências. Senador Aloizio Mercadante.....	337
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Arthur Virgílio.	117		
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Alvaro Dias.....	117	Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências. Senador Mario Couto.	339
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Senador Mario Couto.	118	Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que	
Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e			

revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.

341

Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella.....

342

Considerações acerca da votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências. Senador Eduardo Suplicy.

345

Considerações sobre a alta carga tributária brasileira. Senador Mão Santa.

384

Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.

506

Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências. Senador Alvaro Dias.

507

Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências. Senador José Agripino.

508

Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre

	Pág.		Pág.
o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências. Senador Mario Couto.	508	o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências. Senador Marconi Perillo.	512
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências. Senador Flexa Ribeiro	509	PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências. Senador César Borges.	510	Críticas ao Presidente Lula pela série de escândalos envolvendo corrupção no Partido dos Trabalhadores (PT) e lamento pelo veto presidencial à lei que concede benefícios aos carteiros do Brasil. Senador Mão Santa.	76
Apelo aos Parlamentares no sentido de se discutir a Medida Provisória nº 392, de 2007. Senador Eptácio Cafeteira.	512	Lamento pela atitude do Presidente Lula de defender Hugo Chávez, Presidente da Venezuela. Senador Marconi Perillo.....	165
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre		Agradecimentos ao Presidente Lula pela sanção de dois projetos da autoria de S.Exa., o que federaliza o Porto de Regência, no Município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, e o que homenageia o primeiro Prefeito negro do Brasil, Mário Gurgel. Senador Gerson Camata.	170
		PROJETO DE LEI DO SENADO	
		Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2007, que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos. Senador Arthur Virgílio.	61
		Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2007, que institui a estabilidade provisória ao empregado cujo contrato de trabalho não foi formalizado oportunamente e estabelece diretrizes para a fiscalização do trabalho com vistas à erradicação do trabalho irregular. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	67
		Projeto de Lei do Senado nº 666, de 2007, que regulamenta a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX, do art. 7º, da Constituição Federal. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	68

Pág.	Pág.
<p>Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2007, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para tornar obrigatória a manutenção de estoque das vacinas antitetânica e anti-rábica e dos respectivos soros e imunoglobulinas nos estabelecimentos hospitalares. Senadora Marisa Serrano.</p>	171
<p>Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, que altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência. Senadora Marisa Serrano.</p>	175
<p>Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2007, que acrescenta artigo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para tornar obrigatória aos Titulares dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais a comunicação dos registros de óbitos à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Senador Renato Casagrande.....</p>	176
<p>Projeto de Lei do Senado nº 670, de 2007, que acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora. Senador Expedito Júnior.</p>	312
<p>Projeto de Lei do Senado nº 671, de 2007, que autoriza as providências para a divulgação, pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios. Senador Expedito Júnior.</p>	313
<p>Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2007, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, de modo a estabelecer que todo o idoso com pelo menos cem anos tem direito a benefício no valor de dois salários mínimos. Senador Paulo Paim.</p>	419
<p>Projeto de Lei do Senado nº 673, de 2007, que institui o Dia da Integração Jurídica Latino-Americana. Senador Valdir Raupp.</p>	420
PROJETO DE RESOLUÇÃO	
<p>Projeto de Resolução nº 74, de 2007, que autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (<i>Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL</i>) para a modalidade de</p>	<p>Margem Fixa (<i>Fixed Spread Loan – FSL</i>). Senador Antonio Carlos Junior</p> <p>Projeto de Resolução nº 75, de 2007, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa. Senador Jayme Campos.....</p> <p>Projeto de Resolução nº 76, de 2007, que acrescenta parágrafos ao art. 93 do Regimento Interno, para prever a realização de reuniões técnicas das Comissões. Senador Expedito Júnior.</p> <p>Projeto de Resolução nº 77, de 2007 (MSF 203/2007), que autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América. Senador Tião Viana.</p>
	182
	186
	314
	504
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
	<p>Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2007, que acrescenta § 3º ao art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Temporárias, para fixar metas de redução da participação no Produto Interno Bruto das despesas correntes do setor público. Senador Gerson Camata.....</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2007, que acrescenta ao caput do artigo 93 da CF de 1988 o Conselho Nacional de Justiça como órgão competente da iniciativa de Lei Complementar sobre matéria relativa ao Estatuto da Magistratura. Senador Renato Casagrande.</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2007, que altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para vedar a reeleição, no período subsequente dos Chefes do Poder Executivo. Senador Flexa Ribeiro.</p>
	57
	305
	309
RELIGIÃO	
	<p>Homenagem póstuma ao Padre Egídio da Igreja Santa Margarita, de Casteluccio Inferiori, Itália. Registro da visita de delegação brasileira a Castelluccio Superiore e Castelluccio Inferiore, na Itália, onde aconteceu a tradicional festa de Nossa Senhora do Socorro. Senador Augusto Botelho.</p>
	146

	Pág.		Pág.
Saudação aos membros representantes da Igreja Mórmon presentes no Senado Federal, em especial o filho do fundador da Igreja Mórmon, em Utah, nos Estados Unidos da América. Senador Eduardo Suplicy.	156	Energia, Nelson José Hubner Moreira, para, no Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos aos Senadores sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil. Senador Marconi Perillo.	178
Celebração dos oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País. Senador Edison Lobão.	156	Requerimento nº 1.360, de 2007, requer que seja convocado o Ministro de Estado do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para, no Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos aos Senadores sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil. Senador Marconi Perillo.	179
Comentários sobre a comemoração de oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Gerson Camata.	158	Requerimento nº 1.361, de 2007, requer que seja concedido Voto de Congratulações à Secretaria de Arquivo do Senado Federal, pelos brilhantes trabalhos que realizam em prol desta Casa Legislativa. Senador Paulo Duque.	179
Celebração dos oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País. Senador Alvaro Dias.....	160	Requerimento nº 1.362, de 2007, requer que o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2007, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Expedito Júnior.	298
Celebração dos oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País. Senador Romeu Tuma.	162	Requerimento nº 1.363, de 2007, que requer licença dos trabalhos da Casa nos dias 26 e 27 de novembro de 2007, para participar, na condição de Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, do Fórum “Uma Década de Regulação no Brasil”, na cidade do Rio de Janeiro. Senador Marconi Perillo.	298
Celebração dos oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País. Senador Mão Santa.	163	Requerimento nº 1.364, de 2007, requer que seja encaminhado Voto de Congratulações a Sua Excelência Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, que no dia 24 de novembro de 2007 foi nomeado Cardeal e escolhido por Sua Santidade, Papa Bento XVI, para integrar o Sacro Colégio Pontifício, como conselheiro e colaborador, auxiliar direto do Sumo Pontífice, augurando-lhe saúde, vigor e muita sabedoria para um mundo melhor em paz e justiça. Senador Romeu Tuma.	298
Celebração dos oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País. Senador Marconi Perillo.	165	Requerimento nº 1.365, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , pela publicação, na série Grandes Reportagens, de notável levantamento jornalístico sobre a Amazônia. Senador Arthur Virgílio.	299
Reflexão sobre os Caminhos de Abraão, no Oriente Médio. Senador Romeu Tuma.	201	Requerimento nº 1.366, de 2007, que requer Voto de Aplauso à Rede Vida de Televisão pelo lançamento do programa “Caminhos da Amazônia”. Senador Arthur Virgílio.	299
REQUERIMENTO			
Requerimento nº 1.356, de 2007, que comunica ao Senado Federal que S.Exa. permanecerá licenciado da Presidência desta Casa pelo prazo de 35 (trinta e cinco) dias, a partir de 25 de novembro de 2007. Senador Renan Calheiros.	86	Requerimento nº 1.367, de 2007, que requer Voto de Aplauso à cineasta amazonense Cristiane Garcia, por ter obtido o Prêmio do Júri, na categoria	
Requerimento nº 1.357, de 2007, requer que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Senhor Hélio Costa, pedido de informações com base na Consulta Pública nº 833, de 2007 – Anatel. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	98		
Requerimento nº 1.358, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao sindicalista Antonio Neto, pelo lançamento, em Brasília, de seu livro “Trabalhadores do Brasil – Uma história do movimento sindical”. Senador Arthur Virgílio.....	98		
Requerimento nº 1.359, de 2007, requer que seja convocado o Ministro de Estado de Minas e			

Pág.	Pág.
ria de curta-metragem 35mm, no Amazonas Film Festival, em Manaus, bem como ao escritor Amazonense Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme. Senador Arthur Virgílio	
299	
Requerimento nº 1.368, de 2007, que requer a realização de Sessão Especial, no dia 6 de dezembro de 2007, destinada a comemorar o 10º Aniversário da obtenção do título de Cidade Patrimônio da Humanidade ao Município de São Luís/MA. Senadora Roseana Sarney.	
300	
Requerimento nº 1.369, de 2007, que requer a criação de Comissão Especial para acompanhar as investigações sobre a situação de mulheres presas em cadeias públicas brasileiras, com vistas a analisar os problemas ocorridos no Pará e em outros Estados brasileiros onde fatos semelhantes ocorreram e continuam a ocorrer. Senadora Serys Slhessarenko.	
300	
Requerimento nº 1.370, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 26 de novembro de 2007, em Cuiabá, do ex-Deputado Renê Barbour, com envio de condolências à família. Senadora Serys Slhessarenko.....	
301	
Requerimento nº 1.371, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente do PT Municipal de Sinop, Carlos Alberto Castanho Scholtão, com apresentação formal de condolências à família. Senadora Serys Slhessarenko.	
301	
Requerimento nº 1.372, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelas vítimas do desabamento do Estádio da Fonte Nova, ocorrido em Salvador no dia 25 de novembro de 2007. Senador César Borges	
383	
Requerimento nº 1.373, de 2007, que requer Voto de Pesar e de Solidariedade à Senhora Bernadete Pereira de Paula e aos seus filhos Jacy e Juliana. Senador Gerson Camata.....	
413	
Requerimento nº 1.374, de 2007, que requer que sobre o PLS nº 42/2007, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da constante do despacho inicial. Senador Romero Jucá.	
414	
Requerimento nº 1.375, de 2007, requer que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acerca das operações de compra e venda de ações da Petrobras no período de três semanas anteriores ao dia 8 de novembro de 2007, data do anúncio, pela empresa, do potencial de produção da área de Tupi, que se	
	estende pelas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos, a fim de averiguar possível vazamento de informações, com benefício a alguns investidores. Senador Flexa Ribeiro.
	414
	Requerimento nº 1.376, de 2007, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 573, de 2007, por regularem a mesma matéria. Senador Romero Jucá.
	415
	Requerimento nº 1.377, de 2007, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nº 553, de 2007, e nº 608, de 2007, por regularem a mesma matéria. Senador Romero Jucá.
	415
	Requerimento nº 1.378, de 2007, que requer a retirada do Requerimento nº 1.363/2007, que solicita dispensa à S.Exa. dos trabalhos da Casa nos dias 26 e 27 de novembro de 2007 para participar, na condição de Presidente da Comissão da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, do Fórum “Uma Década de Regulação no Brasil”, com participação no Painel “Regulação da Infra-Estrutura: a vez o Gás”, na cidade do Rio de Janeiro. Senador Marconi Perillo.....
	416
	Requerimento nº 1.379, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, da Senhora Yolanda Esther Fraiji, ocorrido no dia 25 de novembro de 2007. Senador Arthur Virgílio.....
	416
	Requerimento nº 1.380, de 2007, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre as providências que estão sendo tomadas por essa Pasta para conter uma possível epidemia de rubéola no País. Senador Arthur Virgílio.....
	417
	Requerimento nº 1.381, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, de Willam Pinheiro, ocorrido no dia 24 de novembro de 2007. Senador Arthur Virgílio
	417
	Requerimento nº 1.382, de 2007, que requer preferência para a discussão da PEC nº 89/2007, constante do item 15 da pauta, após a apreciação da matéria do item 4 da presente Ordem do Dia. Senador Romero Jucá.....
	544
	Requerimento nº 1.383, de 2007, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2007, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Senador Paulo Paim.....
	565
	Requerimento nº 1.384, de 2007, requer que o Senado Federal manifeste seu Voto de Louvor a Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal-

	Pág.		Pág.
Arcebispo Dom Odilo Scherer. Senador Aloizio Mercadante.	566	22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes. Senador Alvaro Dias.	101
Requerimento nº 1.385, de 2007, que requer Voto de Aplauso a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Arcebispo da Paraíba, pela sua eleição como Presidente do Conselho Diretor da Pastoral da Criança, em Curitiba, na 13ª Assembléia Geral da Pastoral da Criança. Senador Efraim Morais.	567	Registro do recebimento de informação acerca da licitação que possibilitará a aquisição de uma escada Magirus pelo corpo de Bombeiros de Teresina, no Estado do Piauí. Senador Heráclito Fortes.....	208
SAÚDE		SENADO FEDERAL	
Pedido de ajuda ao Governo Federal para solucionar a crise pela qual passa o Hospital das Clínicas de Curitiba. Senador Osmar Dias.	318	Cumprimentos ao Presidente Tião Viana pelos esclarecimentos prestados referentes às despesas do Senado Federal. Senador Gerson Camata.....	81
Comentários sobre o sistema de saúde pública no País e considerações acerca da crise do Hospital das Clínicas de Curitiba. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Augusto Botelho.	319	Elogios à conduta do Presidente Tião Viana e solicitação de esclarecimentos sobre possível acordo para absolver o Senador Renan Calheiros. Senador Osmar Dias.	81
Considerações sobre decisão da Justiça Federal que sustou, por liminar, a resolução do Conselho Federal de Medicina que autorizava médicos a suspenderem tratamentos e procedimentos que prolongassem a vida de pacientes terminais, sem chances de cura, desde que a família ou o paciente concordasse com a decisão. Apelo para a celeridade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2000, de autoria de S.Exa., que regulamenta a chamada ortotanásia. Senador Gerson Camata.	392	Cumprimentos ao Senador Tião Viana pela conduta na presidência do Senado Federal. Senador Mão Santa.	81
Relato do trabalho de S.Exa. na presidência da Subcomissão da Saúde. Senador Papaléo Paes.	406	Elogios pela nota à imprensa emitida pelo Senador Tião Viana, na qualidade de Presidente do Senado Federal, referentes às despesas da Casa. Senador Eptácio Cafeteira.	82
SEGURANÇA PÚBLICA		Considerações sobre a nota emitida pelo Senador Renan Calheiros solicitando a prorrogação do período de licença de S. Exa. frente à Presidência do Senado Federal. Senador Marcelo Crivella.	87
Discussão da Medida Provisória nº 390, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes. Senador Osmar Dias.....	99	Considerações sobre a nota emitida pelo Senador Renan Calheiros solicitando a prorrogação do período de licença de S. Exa. frente à Presidência do Senado Federal. Solicitação de declaração pública do PMDB e do PT sobre a existência de uma tentativa de acordo para o caso Renan Calheiros. Senador Gerson Camata.....	87
Discussão da Medida Provisória nº 390, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes. Senador José Agripino.	100	Negação da existência de acordo entre as lideranças para prorrogar a CPMF e inoventar o Senador Renan Calheiros. Senador Valdir Raupp.	87
Discussão da Medida Provisória nº 390, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes. Senador Arthur Virgílio.....	121	Comentários a respeito do excesso de repercussão sobre a suspeita de negociação das Lideranças para prorrogar o imposto da CPMF. Senador Sibá Machado.....	87
		Defesa do voto aberto, nos casos de julgamento por quebra de decoro parlamentar, a fim de evitar a possibilidade de acordos que influenciem na votação. Senador Alvaro Dias.....	88
		Saudação à presença, em Plenário, do cantor cearense Raimundo Fagner. Aparte ao Senador Mario Couto. Senador Tasso Jereissati.....	96
		Críticas à presidência da Casa na condução dos trabalhos da Mesa na sessão do dia 21 de novembro de 2007. Senador Arthur Virgílio.....	121

Pág.	Pág.		
<p>Críticas à presidência da Casa na condução dos trabalhos da Mesa na sessão do dia 21 de novembro de 2007. Senador Tasso Jereissati.</p> <p>Críticas à presidência da Casa na condução dos trabalhos da Mesa na sessão do dia 21 de novembro de 2007. Senador Marconi Perillo.</p> <p>Críticas à presidência da Casa na condução dos trabalhos da Mesa na sessão do dia 21 de novembro de 2007. Senador Mario Couto.</p> <p>Considerações acerca do Regimento Interno da Casa. Senador José Agripino.</p> <p>Considerações sobre a direção dos trabalhos da Mesa, por parte da presidência da Casa, na sessão do dia 21 de novembro de 2007. Senador Antônio Carlos Valadares.</p> <p>Críticas à presidência da Casa na condução dos trabalhos da Mesa na sessão do dia 21 de novembro de 2007. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Considerações sobre a direção dos trabalhos da Mesa, por parte da presidência da Casa, na sessão do dia 21 de novembro de 2007. Senador Papaléo Paes.</p> <p>Considerações sobre a direção dos trabalhos da Mesa, por parte da presidência da Casa, na sessão do dia 21 de novembro de 2007. Senador Aloizio Mercadante.</p> <p>Considerações sobre a direção dos trabalhos da Mesa, por parte da presidência da Casa, na sessão do dia 21 de novembro de 2007. Senador Romero Jucá.</p> <p>Comunicado de decisão tomada pela bancada do PTB no Senado Federal, de desligar-se do Bloco de Apoio Parlamentar ao Governo. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Saudação ao Senador Mozarildo Cavalcanti pelo anúncio do desligamento do PTB do Bloco de Apoio Parlamentar ao Governo. Senador José Agripino. ...</p> <p>Solicitação à presidência da Casa de informação acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade que trata do fato de uma medida provisória tirar a validade de outra medida provisória. Senador Wellington Salgado de Oliveira.</p> <p>Testemunho acerca da atuação do Senador Tião Viana na presidência da Casa, principalmente no que tange à aplicação do Regimento Interno. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Solicitação ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo, para que confirme a manutenção da proposta feita por S.Exa. sobre a votação nominal. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Resposta ao Senador Alvaro Dias acerca da manutenção da proposta sobre votação nominal. Senador Romero Jucá.</p>	<p>122</p> <p>122</p> <p>123</p> <p>123</p> <p>124</p> <p>125</p> <p>125</p> <p>126</p> <p>129</p> <p>207</p> <p>209</p> <p>332</p> <p>347</p> <p>347</p> <p>348</p>	<p>Declaração de obstrução da pauta por parte dos Democratas. Senador José Agripino.</p> <p>Considerações acerca da obstrução da pauta por parte dos Democratas. Senador Aloizio Mercadante.</p> <p>Elogios à atuação do Senador Tião Viana na presidência da Casa, principalmente no que tange à aplicação do Regimento Interno. Senador Aloizio Mercadante.</p> <p>Elogios à atuação do Senador Tião Viana na presidência da Casa. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Esclarecimentos pessoais acerca da votação de requerimento em Plenário. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Elogios à atuação do Senador Tião Viana na presidência da Casa. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Cumprimentos ao Senador Tião Viana por sua atuação na presidência da Casa. Senador Papaléo Paes.</p> <p>Congratulações ao Presidente Interino do Senado pela maneira como respondeu as perguntas do jornalista e radialista Heródoto Barbeiro, da <i>Rádio CBN</i>. Senador Papaléo Paes.</p> <p>Registro de visita da delegação da República do Vietnã ao Senado Federal. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Saudação à delegação da República do Vietnã, pela visita ao Senado Federal. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Saudação à delegação da República do Vietnã, pela visita ao Senado Federal. Senador Aloizio Mercadante.</p> <p>Apelo à presidência da Casa para a votação conjunta de três projetos de lei na sessão do dia 28 de novembro de 2007. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>SISTEMA PENITENCIÁRIO</p> <p>Lamento pelo episódio divulgado pela imprensa sobre a prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia no Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Estarrecimento em relação ao caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia no Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Marcelo Crivella.</p> <p>Estarrecimento em relação ao caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia no Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mão Santa.</p> <p>Alerta para a necessidade de punição dos envolvidos no caso da prisão irregular de uma menor</p>	<p>348</p> <p>348</p> <p>359</p> <p>360</p> <p>360</p> <p>361</p> <p>361</p> <p>406</p> <p>527</p> <p>527</p> <p>527</p> <p>542</p> <p></p> <p>83</p> <p>84</p> <p>84</p>

	Pág.		Pág.
de idade em Delegacia no Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Paulo Paim	85	Lamento pela situação do sistema carcerário brasileiro, diante do escândalo da prisão irregular de uma menor de idade na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	295
Alerta para a necessidade de punição dos envolvidos no caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia no Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mario Couto.....	85	Críticas à Governadora do Estado do Pará, tendo em vista o episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Papaléo Paes.....	322
Considerações a respeito do episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Senador José Nery.....	90	Indignação com o episódio ocorrido no Pará, onde uma menor foi presa em cela junto com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba. Considerações sobre a política prisional do Brasil. Senadora Marisa Serrano.	325
Estarrecimento em relação ao caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador José Nery. Senador João Pedro.	91	Críticas à Governadora do Estado do Pará, tendo em vista o episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba. Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senador Expedito Júnior.....	326
Estarrecimento em relação ao caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador José Nery. Senador Demóstenes Torres.....	92	Comentários sobre o episódio da prisão irregular de uma jovem que ficou presa em cela com 20 homens no Estado do Pará, e alerta ao Presidente Lula no sentido de que peça perdão a essa jovem e à sua família. Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senador Mão Santa.....	327
Indignação com o caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador José Nery. Senadora Fátima Cleide.....	93	Repúdio a situações que afrontam a dignidade do ser humano como no caso ocorrido no Pará, onde uma menor foi presa em cela junto com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba. Senadora Ideli Salvatti. ..	330
Considerações a respeito do episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Senador Mario Couto	95	Indignação com o episódio ocorrido no Estado do Pará, onde uma menor foi presa em cela junto com 20 homens. Senador José Agripino.	331
Críticas à ação desumana praticada contra a menor que ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador Mario Couto. Senador Demóstenes Torres...	95	Considerações a respeito do episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Senador Eduardo Suplicy.	354
Considerações a respeito do episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador Mario Couto. Senador Tasso Jereissati...	96	Comentários com relação ao episódio divulgado pela imprensa sobre a jovem que ficou presa em delegacia, no Estado do Pará, com 20 homens. Senador Papaléo Paes.	361
Leitura de correspondência encaminhada pela Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, sobre o episódio em que uma menor foi mantida presa junto com 20 homens, na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Senador Eduardo Suplicy.	199	Registro de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a prisão ilegal de uma menor em delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Senador Paulo Paim.....	388
Indignação com o episódio divulgado pela imprensa sobre a jovem que ficou presa em delegacia, no Estado do Pará, com 20 homens. Senadora Kátia Abreu.	209	Indignação com a prisão indevida de uma jovem em cela masculina, no Estado do Pará. Senadora Kátia Abreu.	411
Registro do requerimento que pede a abertura de uma comissão que apure o caso da menor que ficou presa por um mês numa cela com vinte homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Senadora Serys Slhessarenko.	217		
Considerações a respeito do episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa.	285	TRANSPORTE	
		Preocupação com a necessidade de inspeções nas aeronaves brasileiras. Senador Gerson Camata..	567

Ata da 213ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 21 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Gerson Camata e Papaléo Paes.

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTE

AS SRAS E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 21/11/2007 07:21:14 até 21/11/2007 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA		X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X	DEM	PE	MARCO MACIEL		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL		X	DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO		X	PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO		X	PDT	CE	PATRICIA SABOYA		X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR		X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY		X
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO		X
DEM	MT	JAYME CAMPOS		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X
DEM	MT	JONAS PINHEIRO		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 22, será dedicado a celebrar os oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah, de acordo com o **Requerimento nº 1.103, de 2007**, do Senador Edison Lobão e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2007**, de autoria do Senador César Borges, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica que o 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, convocou sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se quinta-feira, dia 22 do corrente, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de Projetos de Lei do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 211, de 2007 (nº 802/2007, na origem), de 25 de outubro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que institui o dia 11

de maio como o Dia Nacional do Frei Sant'Anna Galvão, sancionado e transformado na Lei nº 11.532, de 25 de outubro de 2007;

- Nº 212, de 2007 (nº 803/2007, na origem), de 25 de outubro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2007 (nº 7.268/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007;
- Nº 213, de 2007 (nº 816/2007, na origem), de 30 de outubro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2007 (nº 7.508/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.535, de 30 de outubro de 2007; e
- Nº 214, de 2007 (nº 817/2007, na origem), de 30 de outubro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos, sancionado e transformado na Lei nº 11.536, de 30 de outubro de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 215, DE 2007 (Nº 864/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Jorge Geraldo Kadri, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné Bissau.

Os méritos do Senhor Jorge Geraldo Kadri que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de novembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 358 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 14 de novembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Jorge Geraldo Kadri, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanen-

te do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Bissau.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Jorge Geraldo Kadri que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JORGE GERALDO KADRI

CPF.: 37509314704

ID.: 8603/MRE

31/07/1956	Filho de Joseph Kadri e Genny Kalil Kadri, nasce em 31 de julho, em Aparecida/SP
12/12/1976	Engenharia de Máquinas pela Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante - EFOMM/CIAGA
20/12/1979	Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta/RJ
19/12/1982	Mestrado em Administração de Empresas e "Marketing" pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
01/02/1983	CPCD - IRBr
11/12/1984	Terceiro Secretário em 11 de dezembro
25/03/1985	Divisão de Processamento de Dados, assistente
07/06/1985	Divisão de Visitas, Cerimonial, assistente
01/07/1985	Ordem do Mérito Nacional, França, Cavaleiro
04/04/1986	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
09/02/1989	Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo Secretário
30/06/1989	Segundo Secretário em 30 de junho
02/02/1991	Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro
01/03/1992	CAD - IRBr
19/08/1992	Embaixada em Camberra, Segundo Secretário e Encarregado de Negócios
22/01/1996	Subsecretaria-Geral Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor
19/12/1996	Primeiro Secretário, por merecimento, em 19 de dezembro
07/04/1998	Departamento Econômico, assessor
09/08/1999	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário e Conselheiro
29/12/2001	Conselheiro, por merecimento, em 29 de dezembro

25/02/2003	Embaixada em Assunção, Conselheiro
26/05/2003	CAE - IRBr, O Tratamento Especial e Diferenciado, o Mandato de Doha e o Interesse do Brasil
06/10/2005	Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, Chefe
20/06/2006	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de junho
20/08/2006	Departamento Cultural, Diretor, substituto

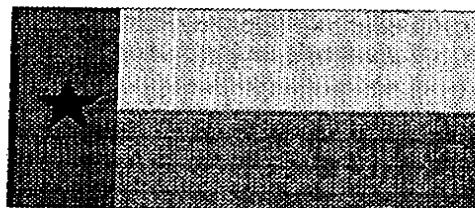
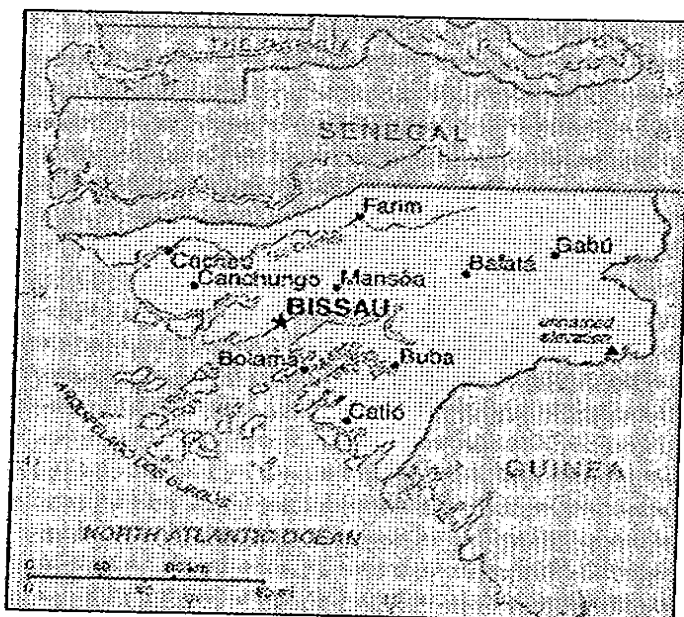
Denis Fontes de Souza Pinto
DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Informação sobre a República da Guiné-Bissau

SUMÁRIO EXECUTIVO

ostensivo



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Guiné-Bissau
CAPITAL:	Bissau
ÁREA:	36.125 Km ²
POPULAÇÃO (est. 2006):	1,64 milhão
ETNIAS	Balanta 30%, Fula 20%, Manjaca 14%, Mandinga 13%, Papel 7%, europeus menos de 1%
IDIOMAS:	Português (oficial), crioulo e línguas africanas.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões africanas 50%, Islamismo 45% e Cristianismo 5%
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentarista.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente João Bernardo "Nino" Vieira
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Martinho N'Dafa Cabi
CHANCELER:	Ministra Maria da Conceição Nobre Cabral
PIB (est. 2006):	Nominal – US\$ 319,4 milhões
PIB PER CAPITA (est. 2006):	Nominal – US\$ 194
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA
EXPORTAÇÕES (2006)	US\$ 138,9 milhões (FOB)
IMPORTAÇÕES (2006)	US\$ 213,0 milhões (CIF)
PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS	Índia, Nigéria, Senegal e Portugal
EXPORTAÇÕES DO BRASIL	US\$ 3,773 milhões (2006)
IMPORTAÇÕES PARA O BRASIL	US\$ 1,4 mil (2006)

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente João Bernardo “Nino” Vieira

Nasceu em 27 de abril de 1939 em Bissau. É Presidente desde 1º de outubro de 2005, após um exílio de seis anos, iniciado após a guerra civil de 1998-99.

Ingressou no Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1960. Tornou-se, a partir de então, figura de destaque na guerra de guerrilha contra a dominação colonial portuguesa. Alcançou rapidamente as patentes mais elevadas das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Era, então, conhecido como Nino, nome de guerra que incorporou após a conquista da independência.

Após eleições, em 1972, nas áreas da Guiné-Bissau já dominadas pelo PAIGC, presidiu a Assembléia Nacional Popular (Parlamento), que se transformou em Assembléia Constituinte. Em 28 de setembro de 1978, com o país já independente, tornou-se Primeiro-Ministro.

De novembro de 1980 a maio de 1994 presidiu o Conselho da Revolução.

Em 1994, foi reconduzido à Presidência da Guiné-Bissau, nas primeiras eleições multiupartidárias do país.

Após golpe frustrado contra o Governo, em junho de 1998, teve início uma guerra civil entre as forças leais a Vieira e as lideradas por Ansumane Mané. Os rebeldes finalmente depuseram Vieira em 7 de maio de 1999. Após asilo na Embaixada de Portugal em Bissau, partiu em exílio para Lisboa, onde viveu até 2005.

Em abril de 2005 elegeu-se novamente presidente do país.

Ministra dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades Maria da Conceição Nobre Cabral

É licenciada em Relações Econômicas Internacionais pela Academia de Estudos Econômicos Internacionais de Bucarest e concluiu Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento pela Université Libre de Bruxelas. Foi Conselheira Econômica junto à Embaixada da Guiné-Bissau nos Estados Unidos (1990-1996), Conselheira Econômica junto à Missão Permanente da Guiné-Bissau na ONU (1997-2004) e Diretora de Gabinete do Ministro da Economia (2005-2007). É Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades desde abril de 2007.

POLÍTICA INTERNA

A independência da Guiné-Bissau foi proclamada em 1973 por Amílcar Cabral e reconhecida pelo governo português em 1974. Luís Cabral – irmão de Amílcar Cabral – assumiu a Presidência e instituiu um regime de partido único, de orientação marxista, liderado pelo PAIGC. Em 1980, Cabral foi deposto por um golpe de Estado chefiado pelo General João Bernardo "Nino" Vieira, também veterano do partido e atual Presidente da República. O golpe selou a separação entre o PAIGC da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde, abortando o processo de unificação dos dois países.

O processo de transição para a democracia começou em 1990. Apesar da abertura política, o Governo adiou as eleições até julho de 1994, quando o PAIGC obteve maioria na Assembléia Nacional Popular e Nino Vieira foi eleito, sendo reconduzido à Presidência da República em pleito considerado justo pelos observadores internacionais.

Grave crise econômica e social permeou o mandato do Presidente Nino Vieira iniciado em 1994. Após um levante militar em 1999, Nino Vieira foi deposto e teve que passar os seis anos seguintes exilado em Lisboa.

A situação interna deteriorou-se novamente em novembro de 2002, quando o então presidente Koumba Yalá dissolveu o Parlamento e o Gabinete do Primeiro-Ministro. A ineficiência da administração do Estado resultava em atrasos de vários meses no pagamento do funcionalismo público e a economia do país permanecia paralisada. Após a dissolução do Parlamento, eleições parlamentares foram marcadas para abril de 2003 e adiadas para outubro do mesmo ano.

Em 14 de setembro de 2003, o Presidente Koumba Yalá e o Primeiro-Ministro Mário Pires foram depostos por novo golpe militar. Após duas semanas de intensa negociação entre o Comitê Militar e as forças políticas domésticas, incluindo os partidos e a sociedade civil, bem como da coordenação diplomática entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a CEDEAO, foi assinada a Carta de Transição Política. Foram empossados como Presidente e Primeiro-Ministro de transição, respectivamente, Henrique Rosa e Antônio Artur Sanhá, ambos civis. Na ausência do Parlamento, foi criado o Conselho Nacional de Transição, composto por membros do Comitê Militar, um representante de cada partido político e oito representantes da sociedade civil.

Em 28 de março de 2004, foram realizadas eleições parlamentares e, em 7 de maio, foi instalada a nova Assembléia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau. O PAIGC, partido vencedor, articulou-se com o Partido da Renovação Social (PRS) para formar maioria no parlamento. Carlos Gomes Júnior, Presidente do PAIGC, foi empossado no cargo de Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau.

Em 6 de outubro de 2004, contingentes militares bissau-guineenses voltaram a tomar as ruas de Bissau, alegadamente em protesto contra as precárias condições de vida nos quartéis e a suposta corrupção da alta cúpula das Forças Armadas do país. Em condições jamais esclarecidas, foram assassinados o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Veríssimo Correia Seabra, e o responsável pelo setor de informações do Exército, Coronel Domingos de Barros. Os militares sublevados exigiam o pagamento dos salários atrasados e de pensões. Motivados pela pressão internacional, Governo e revoltosos decidiram firmar Memorando de Entendimento, que concedeu anistia aos responsáveis por diversos episódios de ruptura do Estado de Direito.

No dia 28 de outubro de 2004, o General Tagme Na Waie assumiu o cargo de Comandante das Forças Armadas, em substituição ao General assassinado. Figura-chave no processo de estabilização institucional, em vista da desenvoltura com que as Forças Armadas têm influenciado historicamente, a vida política do país, o novo Chefe militar atraiu todas as atenções de observadores internacionais. A gestão do General Tagme à frente das Forças Armadas tem promovido a concórdia com muitos dos seus inimigos nas Forças Armadas e tem recusado a aproximação entre políticos civis e setores militares, a fim de evitar que estes últimos sejam instrumento da ambição de grupos partidários.

As eleições realizadas em 2005 tiveram como vencedor Nino Vieira, que tomou posse em 1º de outubro daquele ano.

Em janeiro de 2007, as tensões políticas intensificaram-se na esteira do assassinato do ex-Chefe do Estado-Maior da Armada, Comodoro Lamine Sanhá. Em março de 2007, as três principais forças políticas do país – PAIGC, PRS e PUSD apresentaram moção de censura contra o governo do Primeiro-Ministro Aristides Gomes, então sustentado pela coalizão Fórum de Convergência para o Desenvolvimento. A moção de censura foi aprovada pela ANP e Aristides Gomes renunciou.

Em abril de 2007, o Presidente Nino Vieira nomeou Martinho N'Dafa Cabi, terceiro Vice-Presidente do PAIGC, como Primeiro-Ministro. Em seu primeiro despacho, o Governo Cabi determinou o bloqueio das contas bancárias do Tesouro Público, ministérios e secretarias de Estado guineenses bem como a apresentação, pelo governo anterior, de relatório financeiro detalhado de suas ações. Em maio, por ocasião da visita de representantes do Banco Mundial e do FMI a Bissau, o Governo apresentou o "Programa Mínimo de Saneamento das Finanças Públicas", marcando reaproximação às instituições de Bretton Woods.

ECONOMIA

O PIB da Guiné-Bissau cresce a baixas taxas. Entre 2000 e 2004, a média do crescimento econômico foi de 1%. Em 2006, o crescimento foi de 2,1%, com PIB estimado em US\$ 319,4 milhões.

Após o ingresso do país na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), em 1997, e a conseqüente adoção do Franco da Comunidade Financeira da África Ocidental (FCFA), a taxa de inflação foi razoavelmente controlada. De 107%, em média, entre os anos de 1992 e 1996, passou a ser 3,4% em 2005 e 3,2% em 2006.

Dívida externa

A Guiné-Bissau é um dos países mais endividados do mundo. A dívida externa, contraída, sobretudo, com o Clube de Paris, é avaliada em US\$ 1 bilhão (dados do FMI de 2006), o que equivale ao triplo do PIB do país. Desse total, US\$ 34,8 milhões correspondem à dívida com o Brasil.

Do total de US\$ 1,0 bilhão, 1/3 é devido ao Clube de Paris e 2/3 encontra-se em atraso. O Governo encontra-se em consultas com o FMI para a assinatura de um "Emergency Post Conflict Agreement" (EPCA), que pode vir a ser aprovado em 2008. O Clube de Paris deverá aguardar a aprovação do EPCA para tratar da dívida bissau-guineense.

As reservas internacionais têm-se recuperado nos últimos anos, após a aguda contração da economia em 2003, que as reduziu de US\$ 102,7 milhões para US\$ 32,9 milhões. Em 2006, totalizaram US\$ 82 milhões.

A balança comercial é tradicionalmente deficitária. Em 2006, o saldo negativo foi de US\$ 74,1 milhões. O país depende fortemente da ajuda internacional, a fim de suprir o saldo negativo na conta corrente. Em 2006, a soma do déficit nas balanças de comércio e de serviços foi estimada em 11,8% do PIB, cerca de US\$ 37,7 milhões.

A agricultura é o setor mais importante da economia, contribui com mais de 50% do PIB e emprega cerca de 80% da população economicamente ativa. Os principais cultivos são de caju, arroz, painço, sorgo, milho, feijão, batatas e frutas tropicais. A castanha de caju é de longe o principal produto de exportação da Guiné-Bissau e, desde 2000, representa mais de 85% da pauta, em valor. É produzida por pequenos agricultores, constituindo importante fonte de renda rural, mas a exportação ocorre sem beneficiamento do produto, o que resulta em baixo valor agregado. Quanto à pecuária guineense, representa 17% do PIB e emprega cerca de 90.000 pessoas.

Com 400 km de costa e uma Zona Econômica Exclusiva de quase o dobro de sua superfície, a Guiné-Bissau dispõe de grande potencial haliêutico, em boa parte ainda inexplorado. Em 2004, a UE firmou acordo de pesca com a Guiné-Bissau que representam importante fonte de renda para o país (US\$ 18,2 milhões em 2005). Os recursos florestais são abundantes e pouco explorados. A área florestal cobre 60% do território terrestre guineense, numa extensão de 2,35 milhões de hectares. Apenas recentemente o setor de mineração começou a desenvolver-se. Há reservas comprovadas de fosfato e bauxita no país.

O setor industrial é modesto, representando 11,7% do PIB em 2005. A maior parte das indústrias concentra-se na produção de bens de consumo não-duráveis, voltada ao mercado doméstico.

O setor financeiro é frágil. Apenas três bancos comerciais operam no país: o Banco da África Ocidental (BAO), de capitais locais e portugueses; uma filial do Banco Regional de Solidariedade e o Banco da União. O

Banco Central da Guiné-Bissau age em coordenação com o BCEAO (Banco Central dos Estados da África do Oeste), vinculado à CEDEAO, que tem escritório em Bissau.

Apenas 10% dos 4.400 km de estradas do país são pavimentados. Nos últimos anos, o setor tem recebido investimentos estrangeiros. A UE financiou a extensão e asfaltamento de rodovia ligando Bissau à região norte do país e a construção de duas pontes. Em 2006, o Banco Mundial alocou US\$ 4 milhões na reforma da rede viária. Em 2007, estão previstas inversões chinesas em rodovias ligando Buba a Catio e Quebo a Cacine. O Governo chinês também estuda investimentos na construção de porto em Buba.

Quanto ao transporte aéreo, inexistem vôos domésticos regulares e as linhas internacionais são limitadas. O aeroporto internacional localiza-se em Bissau e há quatro aeroportos menores em Bafatá, Bubaque, Cufar e Quebo. A TAP é a única companhia aérea a operar regularmente para a Europa a partir do aeroporto de Bissau, com vôos semanais para Lisboa, às sextas-feiras. A Air Senegal International possui um vôo diário para Dacar e a Transportes Aéreos de Cabo Verde tem três vôos semanais entre Bissau e Praia.

Comércio internacional

As exportações da Guiné-Bissau são concentradas em bens primários. Os principais produtos exportados pelo país são: frutas, cascas de cítricos e melões (91,9%); peixes, crustáceos e moluscos (4,9%); ferro fundido, ferro e aço (1,4%) e madeira, carvão vegetal e obras de madeira (0,8%). Em 2006, totalizaram US\$ 138,9 milhões.

As principais importações do país são: combustíveis, óleos e ceras minerais (38,3%); cereais (8,6%); bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (4,6%); máquinas, aparelhos e material elétricos (3,8%) e caldeiras e máquinas (3,7%). Em 2006, somaram US\$ 213 milhões.

Os principais destinos das exportações guineenses são: Índia (72,7%), Nigéria (17,3%), Equador (4,1%), Itália (1,3%) e República da Coreia (1,3%). As principais origens das importações guineenses são: Senegal (22,5%), Portugal (17,6%), Itália (12,2%), Paquistão (4,3%) e Países Baixos (3,5%).

POLÍTICA EXTERNA

O Governo envida esforços para restaurar a credibilidade no ambiente internacional. Recentemente, o país logrou reaproximar-se da comunidade internacional, particularmente das instituições de Bretton Woods e de tradicionais doadores, como a União Européia. Além disso, o país apoia-se em novas parcerias econômicas, em que se destaca o papel da China. O engajamento mundial, todavia, ainda não foi traduzido em níveis de assistência suficientes para fazer frente às carências locais. Conforme aponta o Representante do Secretário-Geral da ONU para Guiné-Bissau, Shola Omoregie, de um lado, os doadores resistem a contribuir para país tão instável e, de outro, a instabilidade interna só pode ser superada com influxo de recursos financeiros.

Na 62ª AGNU, em setembro de 2007, o Presidente Nino Vieira dedicou a maior parte de seu discurso para solicitar ajuda da comunidade internacional para o combate ao narcotráfico, que, a seu ver, estaria fora do controle do Estado. Salientou a fragilidade das instituições de seu país, a porosidade das fronteiras e as dificuldades do Governo para mobilizar recursos humanos e financeiros. Lançou apelo para ajuda internacional ao combate à corrupção e à promoção do desenvolvimento no país. Agradeceu o apoio das Nações Unidas, sobretudo, do Escritório das Nações Unidas de Construção da Paz em Guiné-Bissau (UNOGBIS), do Grupo Consultivo *ad hoc* do ECOSOC e do Grupo de Contato de Guiné-Bissau. Por fim, fez menção elogiosa à CPLP (“cooperação satisfatória”), renovando interesse em aprofundar as relações bilaterais com cada um de seus membros, particularmente o Brasil.

Relações no continente africano

Em março de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se membro pleno da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o que a aproximou dos vizinhos da zona do franco: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Em 2007, na cerimônia de comemoração de dez anos da adesão do país à UEMOA, o Ministro das Finanças, Issuf Sanha, avaliou como efeitos positivos da integração o controle da inflação, a livre circulação de pessoas e bens nas fronteiras dos oito países, e o aporte de recursos financeiros da UEMOA para programas de desenvolvimento no país.

Na agenda política das relações com o vizinho Senegal, destaca-se a questão de Casamança. Os Governos de ambos os países estão interessados na pacificação dos movimentos separatistas da região senegalesa da Casamança e têm procurado reforçar os mecanismos de entendimento, em parceria com a Gâmbia. A raiz da questão está no fato de que, além da dificuldade de comunicação com o restante do Senegal, a população de Casamança, pertencente à etnia Diola, mais próxima ao povo bissau-guineense. Em 18 de novembro e 14 de dezembro de 2006, foram realizadas duas cerimônias, respectivamente, em Bissau e Samine (Senegal), de destruição de munições e armas de pequeno calibre, no quadro do Programa Regional de Destruição de Armas Ligeiras, financiado pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional. O programa prevê recolhimento, registro, armazenamento e destruição de armas ligeiras, bem como a implementação de micro-projetos de desenvolvimento nas áreas de sua aplicação. A postura firme do Presidente Vieira contra os rebeldes senegaleses tende a repercutir favoravelmente às relações bilaterais.

UNOGBIS

O Escritório das Nações Unidas de Construção da Paz em Guiné-Bissau (UNOGBIS, sigla em inglês) foi estabelecido em Bissau, em 1999, a pedido do Governo de Unidade Nacional, para coordenar os esforços de reconstrução após os conflitos civis de 1998-99. Em maio daquele ano, teve lugar uma conferência de doadores, na qual a doação de duzentos milhões de dólares foram prometidas, mas os golpes subsequentes, em 1999 e 2003, levaram à suspensão da execução dos projetos.

O UNOGBIS é peça-chave da política bissau-guineense. Não só presta apoio técnico ao Estado, por meio de iniciativas voltadas à reconstrução da infra-estrutura destruída e de auxílio ao processo eleitoral, mas também, ao ser visto como parte neutra, contribui na mediação das disputas políticas, impulsionando a reconciliação nacional.

Inicialmente, o prazo para o fim das atividades da UNOGBIS seria 2005, mas sucessivas extensões de mandato foram aprovadas desde então, a última das quais alargou o prazo de funcionamento do escritório para dezembro de 2008.

Desde 2004, o Brasil participa da UNOGBIS por meio da indicação de oficiais do Exército para a função de Conselheiro Militar (“Military Adviser”) do Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas. O Governo brasileiro cedeu para o UNOGBIS o Coronel Fernando Luiz Menna Barreto (2004-2005) e o Coronel Nelson Duarte Ferreira (2006-2007). Em diversas ocasiões, o Representante do SGNU, Shola Omoregie, teceu elogios aos oficiais e sugeriu que o Brasil continuasse a indicar os Conselheiros Militares do UNOGBIS. Em 15 de outubro de 2007, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO)

solicitou ao Brasil indicação de dois candidatos para substituir o Coronel Duarte, que encerra suas funções no final de 2007.

Comissão de Construção da Paz

Atualmente, encontra-se em discussão no Conselho de Segurança da ONU o pedido de Guiné-Bissau de ingresso na agenda da Comissão de Construção da Paz (CCP). A proposta conta com o apoio do Representante do SGNU para a Guiné-Bissau, Shola Omoregie. A Diretora do Escritório da CCP, Carolyn McAskie, em encontro com o Diretor do Departamento de Organismos Internacionais, em 3 de outubro de 2007, asseverou que a CCP tem condições de assimilar vários países na sua agenda, devendo estar preparada para atuar em diferentes esferas. Em seu discurso na 62^a AGNU, o Presidente Nino Vieira não aludiu a pedido de inclusão na Comissão de Construção da Paz (CCP).

Banco Mundial e FMI

O FMI mantém boas relações com a Guiné-Bissau. Em junho de 2007, a Chefe da Missão do FMI, Catharine McAuliffe, considerou positiva a política econômica que o atual Governo de N'Dafa Cabi tem implementado, mas exortou-o a maior esforço na liquidação dos salários em atraso e na implementação de reforma na administração pública. McAuliffe, anunciou, ainda, envio de 22 milhões de euros para o equilíbrio orçamentário do país.

União Européia

A União Européia é o principal parceiro da Guiné-Bissau tanto na cooperação econômica e técnica diretamente prestada como no apoio à concessão de créditos, financiamentos e doações dos organismos econômicos multilaterais. Destacam-se, também, os recursos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) advindos, individualmente, de países membros da UE, em especial Portugal, França, Países Baixos e Espanha – em média, nos anos 2004-2005, Portugal enviou US\$ 13 milhões; França; US\$ 11 milhões; Países Baixos: US\$ 3 milhões; Espanha: US\$ 2 milhões (dados OCDE/Bird). Esses quatro Estados europeus mantêm importantes relações comerciais com a nação guineense. Portugal é o segundo maior exportador para Guiné-Bissau e sexto maior importador dos bens guineenses (2006).

Em maio de 2006, o Presidente da Comissão Européia, Durão Barroso, anunciou que a Guiné-Bissau receberá, entre 2008 e 2013, 81 milhões de euros, no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

China

Os dois países mantêm laços políticos históricos. A China apoiou a Guiné-Bissau na sua emancipação de Portugal. O próprio Presidente Nino Vieira estudou, juntamente com outros membros da luta pela independência guineense, na academia militar de Nanjing. A Embaixada da China é uma das doze Embaixadas residentes sediadas em Bissau.

O país asiático tem vários projetos em território guineense, sobretudo na construção de infra-estruturas públicas, como a nova sede da Assembléia Nacional Popular, no centro de Bissau e o Estádio Nacional 24 de setembro, já concluídos; o Palácio do Governo e a reabilitação do Hospital Regional de Cachungo, ao Norte de Bissau, orçada em US\$ 3,5 milhões, ainda em curso. Na visita oficial do Presidente Vieira à China, em novembro de 2006, o Governo chinês comprometeu-se a construir o Palácio da Justiça e um hospital militar em Bissau. Pequim anunciou, ainda, a disponibilidade para construção da primeira barragem da Guiné-Bissau, no rio Geba em Saltinho, ao Leste do país africano, projeto orçado em mais de US\$ 60 milhões.

Em 2006, a China contribuiu com US\$ 800 mil para a organização da VI Cimeira da CPLP, realizada em Bissau, em julho.

Guiné-Bissau e China mantêm acordos de cooperação no setor de pesca de águas profundas há mais de vinte anos. Por ocasião da visita do Presidente da Nino Vieira à China, em 2006, foram oferecidas cem bolsas de estudo para a formação de quadros guineenses, em áreas, como Economia Política, Agricultura, Saúde e Educação. Durante a visita do chanceler chinês, Li Zhaoxing, a Bissau, entre 3 e 4 de janeiro de 2007, foi firmado acordo de cooperação técnica. O Governo de Pequim comprometeu-se ainda a investir US\$4 milhões em projetos de infraestrutura.

Em junho de 2007, os dois países firmaram protocolo financeiro, em que a China comprometeu-se a conceder ajuda econômica no valor de 3 milhões de euros para o saneamento das finanças públicas guineenses. Além dessa doação, o Governo chinês ofereceu US\$ 350 mil para financiar operações humanitárias aos deslocados procedentes do conflito da Casamança, ao norte do país.

A China é o oitavo maior exportador para Guiné-Bissau. Em 2006, as vendas chinesas foram de US\$ 6,2 milhões, respodendo por todo o intercâmbio comercial bilateral, uma vez que inexistente exportação significativa guineense para o mercado chinês.

RELAÇÕES BILATERAIS COM O BRASIL

Em 1974, foram estabelecidas relações diplomáticas Brasil e Guiné-Bissau. Dez anos depois, o Presidente João Batista Figueiredo foi o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a Guiné-Bissau. A visita foi reciprocada em 1997 pelo Presidente João Bernardo Vieira. Em setembro de 1999, o Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Francisco Fadul, visitou o Brasil. Em fevereiro de 2000, o então Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Ministro José Gregori, esteve em Bissau, como representante do Presidente da República às cerimônias da posse do Presidente Koumba Ialá.

O ano de 2005 foi um marco nas relações políticas bilaterais. Em 15 de janeiro daquele ano, o Chanceler Celso Amorim realizou visita à República da Guiné-Bissau, acompanhado pela Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministra Matilde Ribeiro, e de uma delegação composta por funcionários governamentais e empresários. Em 13 de abril, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita à Guine-Bissau. Durante esses encontros, foram passadas em revista as relações de cooperação e solidariedade existentes entre os dois países, bem como as grandes questões da política internacional. Foi reafirmado o

empenho do Brasil em apoiar o Governo guineense junto às instituições financeiras internacionais e à comunidade de países doadores, bem como no Conselho de Segurança da ONU, no sentido de obter o apoio internacional necessário para a normalização política-institucional do país e a retomada do processo de desenvolvimento econômico e social. A Guiné-Bissau, por seu turno, reiterou seu apoio tanto à Declaração de Nova Iorque sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza como ao pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança ampliado.

Em 22 de março de 2006, a convite do Ministro Celso Amorim, efetuou visita ao Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da Guiné-Bissau, Senhor António Isaac Monteiro. O Ministro Monteiro participou, como convidado de honra, da inauguração do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. O tema principal da visita foi a realização da VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que seria sediada pela Guiné-Bissau em julho daquele ano. Os dois Ministros também trataram de programas de cooperação bilateral, grande pilar das relações entre Brasil e Guiné-Bissau.

Em 14 de novembro de 2007 o Presidente Nino Vieira retorna ao Brasil, dez anos após sua primeira visita, em 1997. Além de agradecer pelo empenho e solidariedade expressos pelo Brasil, em ações bilaterais e no âmbito multilateral, nos vários momentos de dificuldade da recente história daquele país, a visita servirá para que a Guiné-Bissau discuta com o Brasil possíveis estratégias político-diplomáticas, para maior intervenção do Brasil em favor da Guiné-Bissau em fóruns internacionais, e coordene a dinamização da cooperação bilateral, com novo impulso a iniciativas que ainda não foram implementadas e apresentação de novas áreas para a cooperação.

A Guiné-Bissau exerce, no momento, a Presidência da CPLP, e a ocasião da visita se presta, ainda, à discussão de possíveis ações de apoio do Brasil ao exercício da Presidência guineense.

Para o Brasil, a visita constitui oportunidade de reafirmar o apoio e a cooperação a país de língua portuguesa que enfrenta ainda sérias dificuldades para a sua estabilização política e um quadro de muitas carências sócio-econômicas.

Há também interesse em reforçar a importância da ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (e de seu Segundo Protocolo Modificativo), inclusive para facilitar as possibilidades de cooperação nos campos educacional e lingüístico-cultural (doação de livros didáticos e outros).

Dívida Externa

A dívida da Guiné-Bissau com o Brasil monta a US\$ 34,8 milhões.

Apenas no ano 2.000 o país atingiu o "decision point", passando assim a enquadrar-se na Iniciativa HIPC - "Heavily Indebted Poor Countries Debt Initiative", proposta pelo FMI e pelo Banco Mundial para fazer face ao problema da dívida externa do países pobres fortemente endividados. Esse programa, entretanto, exige algumas contrapartidas, que a Guiné-Bissau ainda não teve condições de cumprir (e alcançar o "completion point", quando teria o benefício do perdão do estoque de sua dívida).

A VI Cimeira da CPLP

A realização da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP na Guiné-Bissau, em julho de 2006, constituiu um ponto de inflexão na história recente do país. Nas palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros à época, Isaac Monteiro, a realização da VI Cimeira da CPLP, em Bissau, "serviu para galvanizar o sentido de unidade nacional entre os atores internos bissau-guineenses, independente de suas vinculações políticas". Inicialmente, as missões especiais da CPLP que acompanharam a organização prévia do evento, perceberam a precariedade da infraestrutura local e a grande dependência de doadores internacionais para a execução das reformas necessárias. O descrédito quanto às condições de infraestrutura e à própria capacidade da Guiné-Bissau de realizar um evento de tal natureza e importância era, até certo ponto, justificado. Os danos resultantes do conflito de 1998, tais como prédios destruídos, tanques de guerra e veículos abandonados pelas ruas esburacadas, até então não haviam sido reparados.

O Governo brasileiro acreditou na capacidade da Guiné-Bissau de organizar o evento e apoiou fortemente a realização da VI Cimeira. Foi enviada missão, composta por três diplomatas e funcionário do Cerimonial da Presidência da República, para auxiliar a equipe guineense responsável pela organização da Cúpula. A missão permaneceu durante quase dois meses em Bissau, exclusivamente para apoiar a organização do evento. O Brasil foi responsável pela doação de todo o material gráfico utilizado no evento, tais como bandeiras, mastros, camisetas, banners, crachás e bonés. Além disso, de modo a garantir eventual assistência médica aos dignitários presentes à reunião, a Força Aérea Brasileira, por solicitação do Itamaraty, enviou um avião hércules C-130 contendo um hospital de campanha, capaz de realizar desde procedimentos simples até cirurgias cardíacas. Cabe ressaltar que, após a realização do evento, o hospital fez atendimento ao público por, aproximadamente, 7 dias.

COMÉRCIO BILATERAL

Nos últimos três anos, as exportações brasileiras para a Guiné-Bissau aumentaram vigorosamente, respondendo por todo o intercâmbio comercial dos dois países. De US\$ 285 mil em 2004, passaram a US\$ 3,773 milhões em 2006. De janeiro a agosto de 2007, o volume exportado já soma US\$ 6,426 milhões.

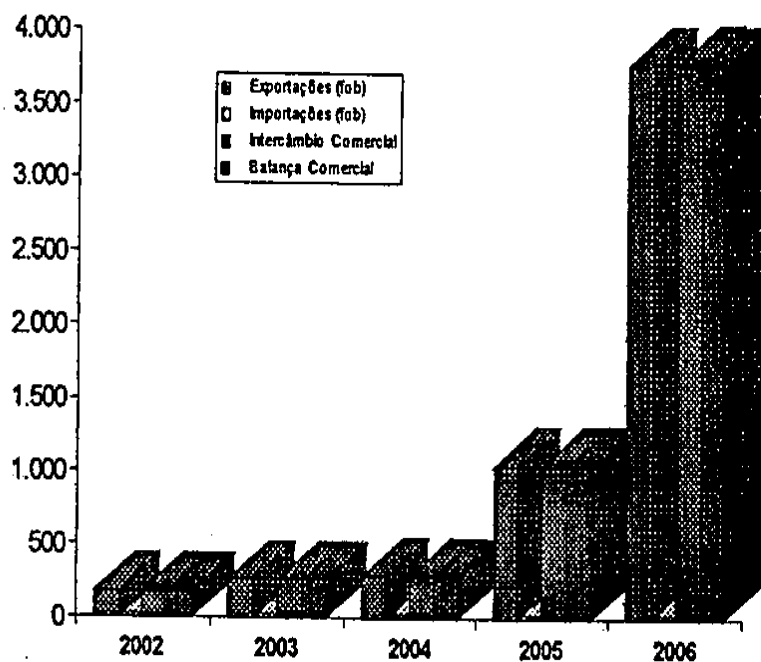
Os principais produtos exportados pelo Brasil são: açúcares e produtos de confeitaria (82,6%), carnes e miudezas comestíveis (8,2%), caldeiras e máquinas (3,7%), móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões (1,6%) e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (0,8%)(2006).

Em agosto de 2006, o governo brasileiro firmou com o governo bissau-guineense Memorando de Entendimento na área de recursos energéticos, destinado à prospecção e exploração de petróleo e à criação de mecanismos de cooperação na pesquisa e produção de combustíveis alternativos, nomeadamente etanol, biodiesel e biomassa. O Memorando foi assinado diretamente pelo Ministério das Minas e Energia e a parte guineense. Até o momento, segundo informação do MME, não houve iniciativas decorrentes da assinatura desse Memorando. A Petrobras já iniciou contatos com a Guiné-Bissau, tendo enviado três missões técnicas à Guiné-Bissau com o intuito de recolher informações acerca das potencialidades de exploração do país.

INDICADORES COMERCIAIS

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MIL – FOB)

Ano	Exportações Brasileiras (A)	Importações Brasileiras (B)	Saldo (A - B)	Intercâmbio Comercial (A+B)
2002	181	0,0	181,4	181,4
2003	257	0,0	257,5	257,5
2004	185	0,0	284,6	284,6
2005	1.044	0,0	1.044,3	1.044,3
2006	3.773	1,4	3.771,6	3.774,4
2007 jan/set	7.161	0,0	7.161	7.161



ATOS BILATERAIS EM VIGOR

Ato	Data de celebração	Entrada em vigor
Memorando de Entendimento	21/06/1976	21/06/1976
Acordo de Comércio	18/05/1978	07/08/1979
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	18/05/1978	01/08/1979
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio	18/05/1978	29/07/1980
Protocolo de Intenções (Energia)	03/07/1984	03/07/1984
Protocolo de Intenções	17/08/1988	17/08/1988
Protocolo de Intenções Visando Formular e Implementar Programas de Cooperação na Área do Trabalho com Ênfase às Questões de Formação e Desenvolvimento Profissional	20/08/1993	20/08/1993
Protocolo de Intenções para Formular e Implementar Programas de Cooperação na Área de Trabalho	20/08/1993	20/08/1993
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	11/09/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica na Área da Formação Profissional, para a Implementação do Projeto Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau	31/07/2002	31/07/2002
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do "Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS - Fase II"	15/01/2005	15/01/2005
Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência no Âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	9/2/2007	9/2/2007

Atos assinados durante a visita do Presidente Nino Vieira:

- Protocolo de Cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Guiné-Bissau sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas;
- Ajuste Complementar para a implementação do projeto "Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau";
- Ajuste Complementar para a implementação do projeto "Transferência de Tecnologia e Capacitação Técnica para Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Agronegócio na Guiné-Bissau";
- Ajuste Complementar para a implementação do projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle de Malária na Guiné-Bissau".

AVISO Nº 1.131 – C. CIVIL

Em 19 de novembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual
o Excelentíssimo Senhor Presidente da República

submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Jorge Geraldo Kadri, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné Bissau.

Atenciosamente, **Erenice Guerra**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interina.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção IV DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

~~I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;~~

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)

~~II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;~~

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
- c) Governador de Território;
- d) Presidente e diretores do banco central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

~~XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;~~

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

.....

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....

Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta Lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

.....

(À Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 216, DE 2007

(Nº 865/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Gilberto Vergne Saboia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.

Os méritos do Senhor Gilberto Vergne Saboia que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de novembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 356 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 13 de novembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Gilberto Vergne Saboia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Gilberto Vergne Saboia que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO***CURRICULUM VITAE*****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GILBERTO VERGNE SABOIA**

CPF.: 38038609700

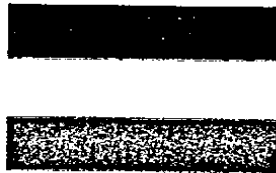
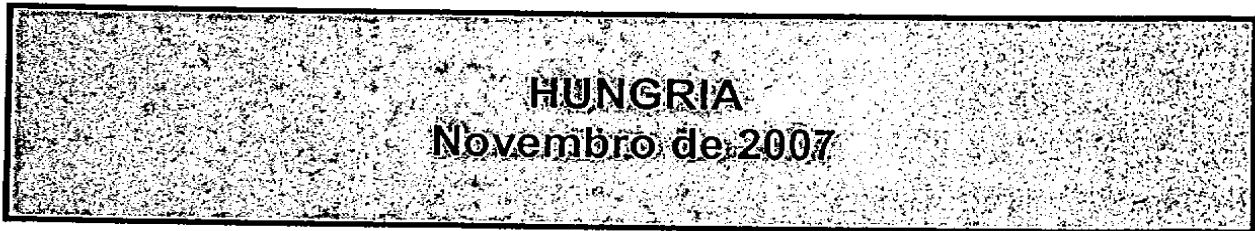
ID.: 6206/MRE

16/05/1942	Filho de Henrique Medeiros Saboia e Silva e Alzira Vergne Saboia, nasce em 16 de maio, no Rio de Janeiro/RJ
02/03/1964	CPCD-IRBr
16/12/1965	Direito pela Universidade Católica do Rio de Janeiro
22/01/1966	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr
15/02/1966	Terceiro Secretário em 15 de fevereiro
20/02/1966	Divisão da Ásia e Oceania, assistente
12/11/1966	Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos da Europa Oriental, Asia e Oceania, assessor
20/09/1967	Divisão de Promoção Comercial, assistente
10/11/1967	Secretaria-Geral, assessor
04/09/1968	Segundo Secretário, por merecimento, em 4 de setembro
03/10/1968	Embaixada em Washington, Segundo Secretário
15/09/1971	Embaixada na Guatemala, Segundo e Primeiro Secretário
07/02/1975	Primeiro Secretário, por merecimento em 7 de fevereiro
15/03/1975	Presidência da República, Adjunto do Cerimonial
11/06/1976	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
11/05/1977	Ordem "Al Mérito por Servicios Distinguidos", Peru, Oficial
01/07/1977	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.
04/01/1978	Ordem Nacional do Leão, Senegal, Oficial
05/03/1978	Cruz do Mérito, Alemanha, 1a Classe
12/06/1978	Conselheiro, por merecimento, em 12 de junho
07/07/1978	Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Oficial

- 05/07/2000 Secretário de Estado para Direitos Humanos
- 05/08/2000 Vice-Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
- 05/09/2000 Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, Comitê Nacional Preparatório, Presidente
- 10/12/2000 Conferência Regional das Américas preparatória da Conferência Mundial contra o Racismo, Santiago, Chefe de delegação
- 17/04/2001 União Européia, Mercosul e a proteção dos Direitos Humanos, in Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional (Flávia Piovesan, coord.)
- 03/06/2001 Comitê Preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo, Genebra, Chefe de delegação
- 20/08/2001 Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, Chefe alterno
- 05/02/2002 Subsecretário-Geral de Política Bilateral
- 14/08/2002 Perspectivas das relações do Brasil com os países da América do Sul. Integração Regional. Argentina, Colômbia e Venezuela, in Seminário Política Externa do Brasil para o século XXI, publicado em 2003 (Org: Aldo Rebelo, Luis Fernandes, Carlos Cardim)
- 10/03/2003 Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos
- 17/03/2003 Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Grã-Cruz
- 09/05/2003 Ordem da Águia Azteca, México, Grã Cruz
- 22/09/2003 Organização para a Proibição das Armas Químicas/OPAQ, Haia, Representante permanente
- 01/10/2003 Embaixada na Haia, Embaixador
- 16/11/2006 Eleito pela Assembléia Geral da ONU como membro da Comissão de Direito Internacional, para mandato de 5 anos.


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral Política I (SGAP I)
Departamento da Europa (DEU)
Divisão da Europa II (DE II)



ÍNDICE

ÍNDICE	2
DADOS BÁSICOS	3
INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS.....	4
Presidente da República	4
Primeiro-Ministro	6
Ministra dos Negócios Estrangeiros.....	7
POLÍTICA INTERNA.....	8
POLÍTICA EXTERNA	10
ECONOMIA	11
RELAÇÕES COM O BRASIL	13
VISITAS BILATERAIS.....	Erro! Indicador não definido.
ACORDOS BILATERAIS	15
GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE	16
REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS	17
ENERGIA.....	17
INTERCÂMBIO COMERCIAL	17

DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Budapeste
ÁREA:	93.030 Km ²
POPULAÇÃO (JUL/2006):	9.956.108
IDIOMAS:	Húngaro (93,6%), outros (6,4%) (censo 2001)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos romano (51,9%), Calvinistas (15,9%), Luteranos (3%), Católicos Gregos (2,6%), outros Cristãos (1%), outros (11,1%), sem religião (14,5%) (censo 2001)
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Laszlo Solyom
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Ferenc Gyurcsany
CHANCELER:	Kinga Góncz
PIB (2006):	US\$ 113,2 bilhões (nominal) US\$ 175 bilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 10.978 (nominal) US\$ 17.500 (PPP)
UNIDADE MONETÁRIA:	forint (HUF)

INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

Senhor László Sólyom Presidente da República

O terceiro Chefe de Estado da Hungria desde a mudança de regime em 1989 nasceu em 3 de janeiro de 1942 na cidade de Pécs, onde se formou em Direito. Lecionou como professor assistente na Universidade de Jena, Alemanha, e lá obteve o título de Doutor em Direito Civil Alemão.

A partir de 1969, trabalhou como pesquisador no Instituto de Ciências Jurídicas da Academia Húngara de Ciências e como professor universitário.

- 1987: Membro fundador do partido Fórum Democrático Húngaro, do qual tornou-se presidente em 1989. Nessa função, participou ativamente do grupo Mesa Redonda Opositora e das negociações com o Partido Comunista da Hungria sobre a transição para o regime democrático.

1989: Eleito Vice-Presidente da Corte Constitucional.

1990-1998: Presidente da Corte Constitucional. Sob sua gestão, a Corte aboliu a pena de morte no país e regulamentou os poderes do Presidente da República.

7 de junho de 2005: Eleito Presidente da República pelo Parlamento magiar. Assume o mandato a 5 de agosto.

Exerceu igualmente a função de professor convidado em diversas universidades estrangeiras, entre as quais a de Berkeley e de Colônia. Leciona nas universidades de Eötvös Loránd e Pázmány Péter, na Hungria, e Andrásy Gyula, na Alemanha. É autor de publicações sobre diversos temas jurídicos.

Fluente nos idiomas alemão e inglês. Casado, tem dois filhos e nove netos.

Senhor Ferenc Gyurcsány
Primeiro-Ministro

Nascido na cidade de Pápa, em 4 de junho de 1961, formou-se em pedagogia e em economia na Universidade de Ciências Janus Pannonius.

1984-1989: Militou na Aliança da Juventude Comunista Húngara

1990-2002: Trabalhou na área de consultoria e investimento, na função de presidente do conselho da empresa privada "Altus Investments and Asset Management, Inc."

2003: Membro do Comitê Executivo Nacional do Partido Socialista.

2002-2003: Conselheiro-Chefe do então Primeiro-Ministro Péter Medgyessy

2003-2004: Ministro da Infância, Juventude e Esporte.

29 de setembro de 2004: eleito Primeiro-Ministro pelo Parlamento.

Consta que possui uma das maiores fortunas da Hungria. Fluente em inglês. É casado com a senhora Klára Dobrev e tem quatro filhos.

Kinga Göncz
Ministra dos Negócios Estrangeiros

Nascida em Budapeste, em 8 de novembro de 1947.

1972: Graduada em Medicina pela Universidade Semmelweis, de Budapeste.

1978: Especializou-se em Psiquiatria e, ao final da década de 1980, em Psicoterapia. Em 2004, recebeu diploma da Associação Européia de Psicoterapia.

1972-1978: foi psiquiatra e assistente-sênior do Instituto Nacional de Reabilitação Médica.

1989: Professora do Departamento de Política e Assistência Social do Instituto de Sociologia da Universidade ELTE, Budapeste.

1994-2002: Diretora da Partners Hungary, posição na qual trabalhou para o desenvolvimento de centros de prevenção e gestão de conflitos sociais no Kosovo, Albânia, Sérvia, Tadjiquistão, Bulgária e Romênia.

1990: Foi conferencista em várias universidades no exterior.

1998-2003: Lecionou sobre Psicologia Social do Preconceito, no Departamento de Direitos Humanos da Central European University.

2002: Secretária de Estado Política do Ministério da Saúde e Questões Sociais e da Família.

15 de junho de 2004: Secretária (com *status* de Ministra) para Oportunidades Iguais.

29 de outubro de 2004 a 8 de junho de 2006: Ministra da Juventude, Família, Questões Sociais e Oportunidades Iguais.

9 de junho de 2006: nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros.

Fluente em inglês e alemão, é casada e tem dois filhos.

Kinga Göncz é filha do ex-Presidente da República Árpád Göncz (1990-2000).

POLÍTICA INTERNA

Em abril de 2006 realizaram-se eleições parlamentares. A oposição, liderada pela Aliança Cívica Húngara (Fidesz), saiu derrotada, fato que os analistas atribuem a divergências na coligação oposicionista Fidesz/KDNP/MDF, bem como à percepção, pelo eleitorado, de que a plataforma da oposição era populista e irrealizável.

O atual Governo da Hungria, empossado em 16 de maio de 2006, é constituído pelo Partido Socialista (MSzP), em coalizão com a Aliança dos Democratas Livres (SzDSz), totalizando 210 cadeiras (ou seja, 54,4% do Parlamento), doze a mais que as obtidas no pleito de 2002. A oposição está representada pela coligação Fidesz/KDNP, com 164 representantes (42,49%) e pelo Fórum Democrático Húngaro (MDF), com onze deputados (2,85%). Existe ainda um parlamentar eleito de forma independente.

O Partido Socialista, como sócio principal da maioria parlamentar, indica o Primeiro-Ministro. Desse modo, Gyurcsány foi reconfirmado no cargo, na mesma sessão parlamentar que reconfirmou a Presidência parlamentar de Katalin Szili. Na ocasião, o Primeiro-Ministro anunciou sua intenção de promover um "Governo de reformas", visando, sobretudo, a administração e os serviços públicos.

Conforme observado por analistas do cenário político húngaro, a composição ministerial anunciada por Gyurcsány reflete sua intenção de ampliar sua autoridade como Chefe de Governo, assim como seu papel no Partido Socialista. As principais personalidades dos partidos coligados, o Socialista e Democrata Livre, foram incluídas no Executivo, o que os deixaria sem meios para eventual oposição, ainda que discreta, e para obter destaque como alternativa futura a Gyurcsány.

Em julho de 2006, o Primeiro-Ministro anunciou pacote econômico e fiscal, com redução de impostos combinado com aumento do salário mínimo, compensando perdas de arrecadação com maiores alíquotas sobre ganhos de capital e diminuição de gastos governamentais. A necessidade de adoção de medidas impopulares, ainda que necessárias à conformação aos preceitos de Bruxelas, ocasionou queda nos índices de popularidade do Governo e, conseqüentemente, cresceram as expectativas de que a insatisfação se traduzisse na vitória da oposição nas eleições municipais de 1º de outubro de 2006.

Para agravar ainda mais o cenário para a coalizão governista, a imprensa húngara divulgou, em 17 de setembro de 2006, gravações feitas de forma clandestina em uma reunião interna do Partido Socialista, realizada em maio, poucos dias após a posse do segundo Governo do MSzP, na qual o Primeiro-Ministro Gyurcsány era flagrado dizendo a seus correligionários, em linguagem dura e repleta de obscenidades, que o Partido mentira “noite e dia” sobre o real estado do país, durante dois anos, e que, ademais, “não fizera nada” nos quatro anos em que estava no poder. A divulgação das gravações provocou intensa comoção na Hungria. Milhares de pessoas passaram a se reunir, diariamente, diante do Parlamento para exigir a renúncia de Gyurcsány, ocasionando freqüentes choques entre a polícia e os manifestantes, com ataques a instituições como a sede da TV estatal e destruição de viaturas policiais. O Primeiro-Ministro, por seu turno, alegou uma interpretação errônea de suas palavras, que seriam, sim, uma conclamação dura e passional ao Partido Socialista, para que este deixasse de lado os ajustes econômicos de efeito limitado e assumisse, de fato, a necessidade de profundas reformas para tratar dos graves problemas econômicos e sociais do país. Nesse sentido, disse que suas alusões a “mentiras” foram, antes de tudo, uma severa crítica ao comportamento de todos os governos que se sucederam na Hungria após o fim do comunismo, tanto os de esquerda quanto os de direita. E, finalmente, contrariando as pressões dos manifestantes e dos partidos de oposição, afirmou categoricamente que não renunciaria ao cargo de Primeiro-Ministro.

No início de outubro, após grande vitória da Fidesz nas eleições municipais, na qual o partido oposicionista conquistou maioria nas assembleias legislativas em 18 dos 19 condados húngaros, assim como as prefeituras de 16 das 23 maiores cidades do país, Gyurcsány decidiu submeter-se a voto de confiança no Parlamento. Assim, em sessão parlamentar realizada a 6 de outubro, o Primeiro-Ministro recebeu voto favorável de 207 parlamentares e 165 votos contrários, sendo que quatorze parlamentares faltaram à sessão. A reconfirmação de Gyurcsány pelo Parlamento não impediu, porém, que a

coalizão opositora convocasse novas manifestações populares exigindo a renúncia de Gyurcsány.

Apesar desses contratempos, observadores políticos situam a Hungria entre os mais politicamente estáveis dos países da Europa Central e Oriental, em companhia da Eslovênia e da Eslováquia. Essa avaliação ampara-se no fato de que, desde a liberalização, cada governo cumpriu ciclo regulamentar de quatro anos no poder, sem rupturas ou grandes turbulências internas.

POLÍTICA EXTERNA

Os fundamentos da política exterior da Hungria sofrem inevitável influência dos traumáticos episódios históricos vividos pelo país no século XX. Com efeito, naqueles cem anos a Hungria se viu derrotada em duas guerras mundiais, passou por três revoluções, perdeu dois terços de seu território e um terço de sua população para países vizinhos, ademais de contemplar esporadicamente imigrações forçadas de parte expressiva de seus cidadãos. O significado desses episódios pode ser auferido pela freqüente lembrança, em manifestações oficiais, da existência de milhões de húngaros étnicos em terras estrangeiras. A proteção dessas minorias húngaras nos países vizinhos é tema de permanente relevância na política externa traçada em Budapeste.

Antes dos acontecimentos referidos acima, a Hungria, como parte do Império Austro-Húngaro, integrava a Europa Ocidental, tanto por critérios políticos, quanto culturais e econômicos. O mesmo sentimento predominou entre 1919 e 1945. Ao cessar a influência soviética sobre o país, em 1990, a Hungria procurou participar da aliança euro-atlântica, com o objetivo de lograr inserção econômica no quadro europeu ocidental e de compartilhar do pacto militar e político com os Estados Unidos. Resgataria, com tal política, a vivência e os anseios do passado.

O procedimento natural para a consecução dos objetivos acima passava pela adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte e à União Européia, metas alcançadas em 1999 e 2004, respectivamente. A Hungria concluía dessa forma o processo de inflexão de leste para oeste de sua política externa, ao

mesmo tempo em que garantia o regime democrático e o sistema econômico amparado no livre mercado. Assegurados os principais objetivos, a Hungria almeja atualmente exercer papel influente no quadro regional.

A atual Ministra dos Negócios Estrangeiros da Hungria, Kinga Göncz, incluiu, ao lado desses objetivos perenes da política externa magiar, o aprofundamento das relações com a Rússia, decorrente da posição estratégica daquele país em temas como segurança energética, relações transatlânticas, relações com os países eslavos, assim como com a China e os países da Ásia Central.

ECONOMIA

O principal traço da política econômica da Hungria nos últimos quinze anos consistiu no esforço de transformação de um sistema centralmente dirigido em economia de mercado, conforme o modelo ocidental. Junto com privatizações, ocorreu o abandono de política de fixar, de maneira centralizada, preços e salários. Igualmente foram extintos subsídios e práticas protecionistas. Inicialmente as medidas provocaram desemprego, que chegou ao índice de 15% em 1993, ao mesmo tempo em que tiveram impacto negativo sobre o crescimento, somente retomado a partir de 1994.

Na prática, a abertura econômica significou maior participação do comércio exterior na composição do PIB, a decomposição de indústrias erigidas em consequência de preocupações autárquicas, a expansão de empresas e estabelecimentos voltados para satisfazer o consumo e a participação crescente do capital estrangeiro no sistema produtivo. Hoje o setor privado representa mais de 80% da composição do PIB.

A partir de 1998, a política econômica da Hungria concentrou-se no preparo do país para aderir à União Européia, o que ocorreu em maio de 2004. Inicialmente, a intenção do Governo era adotar a moeda única européia em 2010, e, com tal fim, a administração atual e a anterior vinham procurado introduzir medidas destinadas a aperfeiçoar o desempenho econômico e financeiro, com vistas a dotar o país de estrutura compatível aos padrões da UE e compensar a defasagem de desenvolvimento em relação às economias desenvolvidas.

Contudo, os resultados mais recentes, divulgados no Plano de Convergência, aprovado pela Comissão Européia em 26 de setembro de 2006, mostram quadro pouco animador para a evolução da economia húngara. Com efeito, o Governo reconhece que a inflação deverá manter-se elevada, o déficit público permanecerá elevado no próximo triênio e a dívida interna tende a aumentar e a permanecer em níveis superiores ao aceitável na UE. O Governo aponta, no Plano de Convergência, uma expectativa de que o índice de preços ao consumidor caia para cerca de 3% em 2009.

Nessas condições, durante o período do atual Governo, a Hungria não se enquadraria nos critérios de Maastricht sob o aspecto da dívida pública (cujo teto é de 60%) e do déficit fiscal (limitado a 3%). Anteriormente, o índice relativo ao déficit público já havia levado o Comitê de Assuntos Econômicos e Financeiros do Conselho Europeu (ECOFIN) a considerar inadequada a política financeira do atual Governo húngaro. Igualmente, análise do Fundo Monetário Internacional, publicada já em 2005, estimava que o déficit orçamentário e aquele em contas correntes ameaçavam o credenciamento do país para a adoção do euro em 2010. Por todos esses motivos, o atual Plano de Convergência deixa de mencionar datas para a adoção do euro, o que leva a crer que o Governo tenha adotado a tese dos analistas, de que a adoção da moeda comum poderia ocorrer em 2014.

De qualquer forma, o Primeiro-Ministro mencionou que o país poderá aderir ao ERM2 (mecanismo de câmbio da União Econômica e Monetária) entre 2008 e 2009. Os analistas, todavia, questionam também esse prazo, lembrando que, não obstante o preenchimento dos critérios de Maastricht, não seja imprescindível para a aplicação do mecanismo, habitualmente se espera que o país candidato mostre estar em vias de cumprir com os parâmetros exigidos. Com isso, sugerem que o Banco Central Europeu poderia não aceitar o ingresso no ERM2 de um país que careça de razoável possibilidade de adotar a moeda comum poucos anos depois de aderir àquele mecanismo.

Outros dados relevantes contidos no Plano de Convergência projetam crescimento do desemprego, de 7,3% em 2006 para 7,5% em 2008; haverá melhoras na balança comercial, cujo déficit passará de 5% do PIB, em 2004, para 2%, em 2009, bem como nos índices do balanço de pagamentos, cujo

saldo negativo declinará 1% ao ano até 2009, quando se situará em 5% do PIB.

A despeito dos indicadores financeiros desfavoráveis, as medidas de austeridade fiscal adotada pelo Governo em julho de 2006, destinadas a corrigir o preocupante déficit orçamentário, assegurariam a provável aceitação do Plano de Convergência húngaro pela Comissão Européia. O pacote fiscal prevê o aumento de impostos, entre os quais o de valor agregado em sua faixa intermediária, que passa de 15% para 20%, assim como a instituição de uma “taxa de solidariedade” a ser paga pelas empresas, com alíquota de 4%. Estima-se que a elevação de tributos, combinada a cortes de dispêndios, poderá significar economia de cerca de US\$ 1,7 bilhões ainda em 2006. Os efeitos internos das medidas fiscais, por outro lado, ocasionaram enfraquecimento do forint em relação ao euro. O Banco Nacional da Hungria, em tentativa de defender a moeda, iniciou processo de elevação da taxa de juros. O Deutsche Bank projeta taxa de 7,5% ao ano, no final de 2006, com aumento de 1,5% em relação aos 6% praticados antes do anúncio do pacote.

Se a situação parece difícil na esfera econômico-financeira, o quadro se agrava pelo lado social, conforme corrobora a opinião pública: de acordo com pesquisa divulgada pela imprensa húngara, ainda em julho de 2006, o povo húngaro, dentre os dez novos membros da UE, é o que se declara mais insatisfeito com a adesão do país.

RELAÇÕES COM O BRASIL

Brasil e Hungria restabeleceram relações diplomáticas, no pós-guerra, por meio de troca de notas realizada em Washington, em 21 de março de 1961. O relacionamento bilateral, que se iniciara em 1927, havia sido interrompido em 1942, quando os dois países se viram em campos opostos na Segunda Guerra Mundial. A missão diplomática em Budapeste foi reaberta em 1962, no nível de Legação, posteriormente elevada à categoria de Embaixada, em 1974.

Estima-se que cem mil pessoas componham a colônia húngara no Brasil, a maioria no Estado de São Paulo. É de se destacar, dentre eles, a figura do escritor, tradutor e filólogo Paulo Rónai, com sua valiosa contribuição

à cultura em nosso país. São húngaros ou descendentes de húngaros aproximadamente 20 professores universitários de São Paulo, Porto Alegre, etc., com atuação destacada nas áreas de Física, Psicologia, Medicina, Engenharia, etc.

No quadro das relações bilaterais, cumpre recordar que a política externa da Hungria confere prioridade absoluta à integração com a Europa e os Estados Unidos, opção causadora de certo retraimento da atenção dedicada a outras partes do mundo, inclusive a América do Sul.

VISITAS BILATERAIS

Com exceção da passagem de D. Pedro II por Budapeste, em 1871, nenhum Chefe de Estado brasileiro jamais visitou a Hungria. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi convidado pelo Governo húngaro a visitar o país, mas datas ainda não foram marcadas. Por outro lado, o então Presidente da Hungria, Árpád Göncz, esteve no Brasil, em visita de Estado, em 1997.

Em outubro de 2006, a Diretora do Departamento da Europa do Itamaraty, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, representou oficialmente no Brasil em Budapeste nas comemorações do Cinquentenário da Revolução Húngara de 1956. Mensagem alusiva à efeméride foi encaminhada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada em livro sobre as Comemorações dos 50 anos do Levante.

Também em outubro de 2006 a Diretora do Departamento da Europa participou, em Budapeste, de reunião de Consultas Políticas com o Vice-Ministro da Chancelaria húngara.

O Diretor do Departamento das Américas do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Hungria, Embaixador Szilveszter Bus, participará, em Brasília, no dia 14 de novembro de 2007, de reunião de Consultas Políticas com a Diretora do Departamento da Europa, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis.

O atual Presidente Laszlo Solyom havia manifestado intenção de realizar visita ao Brasil durante périplo pela América Latina em 2007, que acabou não ocorrendo. A Presidente do Parlamento Húngaro, Katalin Szili, também mencionou, em outubro de 2006, interesse em visitar novamente o Brasil, onde já esteve em 2004.

O Primeiro-Ministro da Hungria, Senhor Ferenc Gyurcsány, pretende participar da próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Européia, América Latina e Caribe (EULAC), a realizar-se na cidade de Lima, nos dias 16 e 17 de maio de 2008, e manifestou desejo de manter encontro com o Senhor Presidente da República à margem da referida reunião.

Quanto a recentes estadas de altas autoridades brasileiras em Budapeste, cabe menção às visitas do Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, Senhor Luiz Fernando Furlan, em maio de 2004, do então Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Roberto Rodrigues, em fevereiro de 2005 e do Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, a convite do Procurador-Geral da República da Hungria, em 24 a 26 de outubro do ano corrente. Meios oficiais húngaros por vezes manifestam certo descontentamento com o menor número de visitas de personalidades brasileiras à Hungria em comparação com a ida de autoridades deste país ao Brasil.

ACORDOS BILATERAIS

Os principais acordos bilaterais em vigor são:

- Acordo sobre o Restabelecimento de Relações Diplomáticas (entrou em vigor em 21 de março de 1961);
- Acordo para o Estabelecimento de Escritórios para Fins Comerciais nas Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (entrou em vigor em 29 de janeiro de 1980);
- Acordo, por troca de notas, sobre a Abertura do Consulado-Geral em São Paulo (entrou em vigor em 12 de dezembro de 1988);
- Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda (entrou em vigor em 13 de julho de 1990);
- Acordo, por troca de notas, para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço (entrou em vigor em 1º de janeiro de 1991);

- Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (entrou em vigor em 2 de janeiro de 1992, será substituído por novo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, ora em negociação);
- Acordo no Campo da Cooperação Cultural (entrou em vigor em 12 de janeiro de 1998);
- Acordo de Cooperação na Área de Turismo (entrou em vigor em 25 de fevereiro de 1998);
- Acordo sobre Serviços Aéreos (entrou em vigor em 19 de abril de 1999);
- Acordo, por troca de notas, para a Abolição Recíproca da Exigência de Visto de Entrada (entrou em vigor em 19 de julho de 2001);
- Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários nas Áreas Veterinária e de Saúde Pública Animal (entrou em vigor em 22 de agosto de 2002);
- Acordo sobre Exercício de Atividades Remuneradas por Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Técnico e Administrativo (2005).

Além dos instrumentos supracitados, o Acordo de Cooperação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República da Hungria, assinado em Brasília em 5 de maio de 2006, aguarda ratificação pelo Congresso Nacional. A parte húngara já cumpriu com as disposições legais internas para a entrada em vigor do referido instrumento. Na área de educação, foram assinados dois instrumentos, em agosto último, com a Universidade de Brasília e a Universidade Católica de Brasília para intensificação da cooperação com instituições acadêmicas húngaras. Na área de ciência e tecnologia, está sob análise do Itamaraty proposta de Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE

Há perspectiva de criação de grupo de amizade parlamentar Brasil-Hungria, tema discutido entre o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara de Deputados, Deputado Vieira da Cunha, e o Embaixador da Hungria em Brasília. Foi aventada a possibilidades de troca de visitas de grupos de parlamentares de ambos os países.

REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS

A respeito da proposta do G-4 para reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Hungria não estendeu co-patrocínio ao projeto do G-4, nem demonstra entusiasmo pela reforma, mas assegura, em contatos privados, que não seria obstáculo para os projetos do Grupo. O país evita assumir posições quanto a candidatos, ressaltando que isso não deveria ser entendido como falta de apoio ao Brasil (ainda que o país, posteriormente, tenha apoiado nominalmente a Alemanha e o Japão).

ENERGIA

Missão empresarial húngara no setor de biocombustíveis visitou o Brasil no dia 20 de novembro de 2006 e, apesar de não representar oficialmente o Governo da Hungria, manteve produtiva reunião com representante do Ministério das Minas e Energia, demonstrando interesse na tecnologia brasileira e discutindo meios para alcançar a meta de inserção de biocombustíveis à base de milho e sorgo na matriz energética húngara (4,2% até 2007 e 12% até 2011).

O chefe da delegação, Tamás Rosza, manifestou interesse em organizar visita ao Brasil de Secretário de Estado da Hungria vinculado à Câmara de Comércio daquele país para o mês de maio ou junho de 2007, o que não ocorreu até o momento.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Em 2006, o comércio bilateral atingiu a cifra de US\$ 194,2 milhões, com déficit de US\$ 36,7 para o Brasil. De janeiro a setembro de 2007, o total do comércio foi de US\$ 155 milhões, apresentando déficit de US\$ 37,8 para o Brasil. As exportações brasileiras para a Hungria, tradicionalmente concentradas em *commodities* agrícolas (café e fumo), passaram a incluir, nos últimos anos, expressivo número de bens manufaturados, como ladrilhos, telefones celulares, artigos em ferro e aço, componentes de motores e microcontroladores. Os principais itens de importação incluem equipamentos elétricos, componentes de televisores, componentes eletrônicos e motores de explosão.

Embora a Hungria já seja membro da União Européia, o Brasil ainda não reconheceu o país como economia de mercado. A matéria está sendo examinada por um grupo de trabalho do GECEX, subordinado à CAMEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Aviso nº 1.132 – C. Civil

Em 19 de novembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Morais

Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República indica o nome do Senhor Gilberto Vergne Saboia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.

Atenciosamente, – **Erenice Guerra**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interina.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção IV DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

~~I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;~~

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)

~~II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;~~

II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
- c) Governador de Território;
- d) Presidente e diretores do banco central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

~~XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;~~

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

.....

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta Lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– As mensagens que acabam de ser lidas vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 218, DE 2007

(Nº 881/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
Nos termos do art. 123 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do

Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, prevista para o dia 17 de fevereiro de 2008.

Brasília, 20 de novembro de 2007. – **Luiz Inácio**

Lula da Silva.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**

Curriculum Vitae

Dados Biográficos

NOME:

JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS

POSTO:

TENENTE-BRIGADEIRO-DO-AR

IDENTIDADE – 146.098 – Comando da Aeronáutica

CPF – 033.857.957-53

FILIAÇÃO:

ANTONIO DOS SANTOS E

CANDIDA DE JESUS DOS SANTOS

NATALIDADE:

RIO DE JANEIRO - RJ

NASCIMENTO:

13 jan 1945

NOME DA ESPOSA:

VILMA MARIA TAVARES DOS SANTOS

ANIVERSÁRIO DA ESPOSA:

30 DE DEZEMBRO

FILHOS:

ANA CRISTINA DOS SANTOS

CRISTIANE MÁRCIA DOS SANTOS

RODRIGO ANDRÉ TAVARES DOS SANTOS

Promoções

DATA DE PRAÇA 06 mar 1961

POSTO	DATA	POSTO	DATA
ASPIRANTE	16 DEZ 1966	TENENTE-CORONEL	30 ABR 1983
2º TENENTE	20 JUN 1967	CORONEL	31 AGO 1990
1º TENENTE	20 JUL 1969	BRIGADEIRO-DO-AR	31 MAR 1996
CAPITÃO	31 MAR 1972	MAJOR-BRIGADEIRO-DO-AR	31 MAR 2000
MAJOR	31 AGO 1976	TENENTE-BRIGADEIRO-DO-AR	31 MAR 2004

Cursos Acadêmicos

- Possui todos os Cursos de Carreira;
- Curso de Preparação de Instrutores – CPI (ECEMAR); e
- Curso Superior de Defesa Continental no Colégio Interamericano de Defesa (Washington – EUA);

Curso Civil

➤ Bacharel em Administração de Empresas pelo Centro Universitário de Brasília – UNICEUB

➤ ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

➤ Introdução ao Estudo do Direito I	Instituto de Ciências Sociais – AEUDF
➤ Introdução ao Direito II	Instituto de Ciências Sociais – AEUDF
➤ Teoria Geral do Direito Privado	Instituto de Ciências Sociais – AEUDF
➤ Teoria Geral do Processo I	Instituto de Ciências Sociais - AEUDF
➤ Metodologia Científica	Instituto de Ciências Sociais – AEUDF
➤ Finanças Públicas	Instituto de Ciências Sociais – AEUDF

Principais cargos

- Instrutor de vôo da Escola de Aeronáutica;
- Instrutor do Corpo de Cadetes;
- Comandante Interino da 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação;
- Chefe da Seção de Instrução do 1º/2º Grupo de Transporte;
- Chefe da Seção de Instrução da Base Aérea do Galeão;
- Chefe do Gabinete do Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar;
- Comandante do 1º Esquadrão e Operações do Grupo de Transporte Especial (GTE);
- Adjunto da Seção de Operações do Comando-Geral do Ar;
- Adjunto da 4ª Subchefia da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- Chefe da Divisão de Ensino e Subcomandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar;
- Diretor do Parque de Material Bélico da Aeronáutica do Rio de Janeiro;
- Chefe da Divisão de Pessoal Militar da Diretoria de Administração do Pessoal;
- Assessor do Colégio Interamericano de Defesa (Washington – EUA);
- Chefe da 1ª Subchefia de Planejamento do Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal;
- Chefe do Subdepartamento de Operações do Departamento de Aviação Civil (DAC);
- Membro da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI);
- Membro da Comissão do CNS/ATM;
- Comandante da Universidade da Força Aérea (UNIFA);
- Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR);
- Presidente da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA);
- Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica;
- Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional;
- Presidente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI);
- Membro do Conselho de Administração da INFRAERO;
- Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA);
- Secretário de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa;
- Chefe do Estado-Maior de Defesa do Ministério da Defesa; e
- Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Cursos Operacionais

- Piloto de Transporte Aéreo;
- Piloto de Ligação e Observação; e
- Piloto de Helicóptero.

Experiência de voo

- Possui mais de 7.000 horas de voo

Aeronaves voadas

- T-21, T-22, L-19, T-25, H-13, VH-4, T-6, U-42, L-42, C-45, C-91, C-47, VU-93, VC-96 e C-95
15 tipos

Condecorações Nacionais


- Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico – Grau de "Grã-Cruz";
- Medalha da Ordem do Mérito Naval – Grau de "Grande Oficial";
- Medalha da Ordem do Mérito Militar – Grau de "Grande Oficial";
- Medalha da Ordem de Rio Branco – Grau de "Grã-Cruz";
- Medalha da Ordem do Mérito das Forças Armadas – Grau de "Grande Oficial";
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar – Grau "Alta Distinção";
- Medalha Militar de Ouro e Passador de Platina;
- Medalha Mérito Santos Dumont;
- Medalha do Pacificador;
- Medalha Mérito Tamandaré;
- Medalha Santos Dumont - em bronze (Governo do Estado de Minas Gerais);
- Medalha Mérito Alvorada (Governo do Distrito Federal);
- Medalha da Ordem do Mérito Brasília – Grau de "Grande Oficial";
- Grande Medalha da Inconfidência;
- Medalha Mérito Dom João VI;
- Medalha Mérito Avante Bombeiro;
- Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes;
- Medalha da Vitória;
- Medalha da Ordem do Mérito Cartográfico – Grau de "Grande Oficial";
- Colar do Mérito Judiciário;
- Medalha da Vice-Presidência da República Federativa do Brasil – Classe "Prata";
- Medalha Marechal Zenóbio da Costa – "Associação dos Ex-Combatentes do Brasil";
- Medalha da Ordem do Mérito da Defesa – Grau de "Grã Cruz"; e
- Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias (ESG).

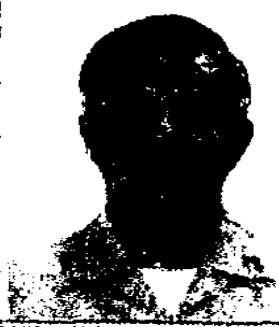

Total: 24

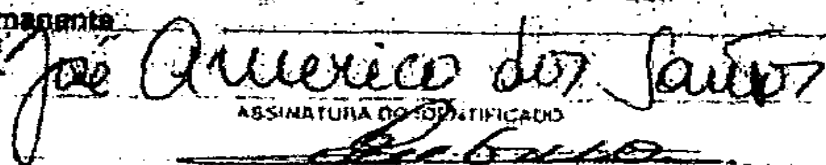

Condecorações Estrangeiras

- Medalha Bernardo O'Higgins – Grau de "Oficial" – Chile;
- Medalha da Junta Inter-Americana de Defesa – JID; e
- Medalha da Cruz do Ex-Combatente da Polônia.

Total: 03


Ten. Brig Ar José Américo dos Santos
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DA DEFESA Comanda da Aeronáutica		TEM SE PUBLICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. (Decreto nº 29.179, de 30 de dezembro de 1950)
JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS		
PERTENCE A		
TENENTE-BRIGADEIRO-DO-AR		
RÁSTO		
		146098
		REGISTRO Nº
		14/08/2007
		DATA DE EMISSÃO
		E2343/14222
		RIC
CARTÃO DE IDENTIDADE		

03385795763	0123848	VALIDO SOMENTE NA COR
CPF Nº	CNPJ Nº	AZUL
BRASILEIRA	RIO DE JANEIRO	BR
NACIONALIDADE	NACIONALIDADE	
ANTONIO DOS SANTOS		
FILIAÇÃO		
CANDIDA DE JESUS DOS SANTOS		
13/01/1948	Masculino	BRANCA
NASCIDO A	SEXO	COR
Partidária		
VALIDADE	 ASSINATURA DO IDENTIFICADO	
	 CHEFE DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO	
VALIDO SOMENTE COM MARCA AER		

Aviso nº 1.151 – C. Civil.

Em 20 de novembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
 Senador Efraim Morais
 Primeiro Secretário do Senado Federal
 Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
 Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da Repúbli-

ca submete à consideração dessa Casa o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo dos Santos, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, prevista para o dia 17 de fevereiro de 2008.

Atenciosamente, **Erenice Guerra**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interina.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 123. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

Parágrafo único, Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo:

I – três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;

II – dois, por escolha paritária, dentre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 217, de 2007** (nº 867/2007, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do § 5º do art. 77

da Lei nº 11.439, de 2006, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.095, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 196, de 2007 (nº 825/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 20 de novembro de 2007, apreciando o relatório apresentado pela Senadora Ideli Salvatti, sobre a Mensagem (SF) nº 196, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Doutor Jorge Mussi para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, nos termos do parágrafo único, **in fine**, do art. 104, da Constituição Federal, por 22 votos favoráveis, 0 (zero) contrários e 0 (zero) abstenções.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007. –
Marco Maciel, Presidente – **Ideli Salvatti**, Relatora.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 196 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20111/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Handwritten Signature]</i>	
RELATORA: <i>[Handwritten Signature]</i> Sen. Ideli Salvatti	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[Handwritten Signature]</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY <i>[Handwritten Signature]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Handwritten Signature]</i>	4. MARCELO CRIVELLA <i>[Handwritten Signature]</i>
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[Handwritten Signature]</i>	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI (RELATORA) <i>[Handwritten Signature]</i>	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Handwritten Signature]</i>	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten Signature]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>[Handwritten Signature]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA <i>[Handwritten Signature]</i>
ALMEIDA LIMA <i>[Handwritten Signature]</i>	4. PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA <i>[Handwritten Signature]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>[Handwritten Signature]</i>	6. NEUTO DE CONTO <i>[Handwritten Signature]</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Handwritten Signature]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE) <i>[Handwritten Signature]</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Handwritten Signature]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[Handwritten Signature]</i>	4. ALVARO DIAS ² <i>[Handwritten Signature]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Handwritten Signature]</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Handwritten Signature]</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten Signature]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Handwritten Signature]</i>	8. MARCONI PERILLO <i>[Handwritten Signature]</i>
TASSO JEREISSATI <i>[Handwritten Signature]</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 13/11/2007

- (1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
 (2) Vaga cedida pelo Democratas.

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem Presidencial n° 196, de 2007 (n° 825, de 1° de novembro de 2007, na origem), nos termos do parágrafo único, inciso I, **in fine**, do art. 104 da Constituição Federal, submete à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Tribunal Superior de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho.

Nos termos dos arts. 52, III, **a**, e 104, parágrafo único, inciso I, **in fine** da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar, previamente, por maioria absoluta e por voto secreto, a escolha de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, após arguição em sessão pública.

No Senado Federal, o art. 101, II, **i**, do Regimento Interno atribui a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecido o rito estabelecido no art. 383 e no Ato n° 1, de 2007-CCJ, de 17 de outubro de 2007, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nos termos do art. 1° do referido Ato, os indicados deverão atender às seguintes exigências:

– apresentação de **curriculum vitae**, de que constem as atividades profissionais, com indicação dos referidos períodos e relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam a sua recuperação (art. 1°, I, **a e b**);

– declaração escrita (e negativa) do indicado: de que existem parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos; de que participa ou participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, com a discriminação dos referidos períodos; de ações judiciais, seja como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual; de juízos ou tribunais perante os quais tenha atuado nos últimos cinco anos, contados re-

troativamente ao ano em que se deu a sua indicação (art. 1°, II, **a, b, d e e** § 1°);

– declaração de regularização fiscal do indicado, no âmbito federal, estadual e municipal, acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes (art. 1°, II, **c**, e § 2°);

– argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade (art. I°, III).

A avaliação do indicado será feita em duas etapas: **a)** na primeira etapa, em que não será exigida a presença do indicado, o relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais. Após a apresentação e discussão do relatório será concedida, automaticamente, vista coletiva; **b)** na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da comissão (art. 2°, **a, b** §§ 1° e 2°).

O **curriculum vitae**, com amplos esclarecimentos sobre o indicado, informa que Jorge Mussi é brasileiro, filho de Alfredo Mussi e Walda de Oliveira Mussi, e nasceu em Florianópolis, Santa Catarina, no dia 8 de março de 1952. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, em 1976.

O indicado foi Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no período 1980-1982, e Superintendente da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade, entre 1982 e 1983. Em 1983, foi Consultor Jurídico do Estado de Santa Catarina. Atuou como Procurador-Geral do Município de Florianópolis, entre 1983 e 1985. Na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, atuou como Conselheiro Estadual, entre 1986 e 1991, e como Diretor Tesoureiro, entre 1986 e 1991. Ocupou a função de juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em 1988 e 1989, e de juiz efetivo do mesmo Tribunal, entre 1989 e 1991. Exerceu a advocacia no período 1977-1994.

Da atividade jurídica do indicado cabe destacar ainda que desde 1994 até a presente data ele é Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Naquele tribunal foi integrante da Primeira Câmara Civil, da Segunda Câmara Criminal, das Câmaras Criminais Reunidas, do Órgão Especial do Tribunal

Pleno. De 2003 até a data atual é integrante do Tribunal Pleno. Presidiu a Corte entre 2004 e 2006.

Dentre as atividades docentes, registra-se que foi Membro da Comissão Organizadora do Concurso para ingresso na Carreira da Magistratura de Santa Catarina, de 1990 a 2000, Coordenador do Curso de Preparação para Magistratura da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, em 2000-2001, e, de 1994 até a data atual, é professor convidado permanente da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina.

Remanescente de lista, o Dr. Jorge Mussi integrou a lista anterior sendo o segundo mais votado em lista quádrupla, onde foram escolhidos dois. Desta vez, foi o mais votado, obtendo dezenove votos no primeiro escrutínio em lista composta com candidato do Distrito Federal, Pará e São Paulo.

O currículo de Jorge Mussi informa também que o indicado ministrou cursos e palestras, presidiu congressos e seminários de estudos jurídicos, em vários ramos do Direito. Enfim, o documento revela que ele reúne os atributos constitucionais, em que se destacam notável saber jurídico e reputação ilibada, imprescindíveis para o desempenho do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O indicado apresentou todos os documentos exigidos pelo Ato n° 1, de 2007 – CCJ (em anexo). Diante do exposto, submeto a escolha do Doutor Jorge Mussi à apreciação e julgamento desta Comissão,

certa de que os seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007. –
Marco Maciel, Presidente – **Ideli Savalitti**, Relatora.

PARECER 1.096, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem n° 198, de 2007 (Mensagem n° 826/2007, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do parágrafo único *in fine*, do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor Sidnei Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Carlos Alberto Menezes Direito”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 20 de novembro de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Aloizio Mercadante, sobre a Mensagem (SF) n° 198, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Doutor Sidnei Beneti para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, nos termos do parágrafo único, *in fine*, do art. 104, da Constituição Federal, por votos favoráveis, contrários e abstenções.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 198 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 201.13004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> <i>Sen. Aluizio Mercadante</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[assinatura]</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYCY <i>[assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE (RELATOR)	4. MARCELO CRIVELLA <i>[assinatura]</i>
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[assinatura]</i>	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI <i>[assinatura]</i>	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>[assinatura]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA <i>[assinatura]</i>
ALMEIDA LIMA <i>[assinatura]</i>	4. PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA <i>[assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>[assinatura]</i>	6. NEUTO DE CONTO <i>[assinatura]</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>	4. ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[assinatura]</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>	8. MARCONI PERILLO <i>[assinatura]</i>
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 13/11/2007

- (1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
 (2) Vaga cedida pelo Democratas.

RELATÓRIO

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem Presidencial nº 198, de 2007 (nº 826, de 1º-11-2007, na origem), que submete à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Sidnei Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Tribunal Superior de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem Presidencial n 198, de 2007 (nº 826, de 1º de novembro de 2007, na origem), submete à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Sidnei Agostinho Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

Nos termos dos arts. 52, III, *a*, e 104, parágrafo único, inciso I, **in fine** da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar, previamente, por maioria absoluta e por voto secreto, a escolha de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, após arguição em sessão pública.

No Senado Federal, o art. 101, II, *i*, do Regimento Interno atribui a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedido o rito estabelecido no art. 383 e no Ato nº 1, de 2007 – CCJ, de 17 de outubro de 2007, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nos termos do art. 1º do referido Ato, os indicados deverão atender às seguintes exigências:

- apresentação de **curriculum vitae**, de que constem as atividades profissionais, com indicação dos referidos períodos e relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam a sua recuperação (art. 1º, I, **a** e **b**);

- declaração escrita (e negativa) do indicado: de que existem parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos; de que participa ou participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, com a discriminação dos referidos períodos; de ações judiciais, seja como autor ou réu, com indicação

atualizada da tramitação processual; de juízos ou tribunais perante os quais tenha atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu a sua indicação (art. 1º, II, **a**, **h**, **d** e **e**, e § 1º);

- declaração de regularização fiscal do indicado, no âmbito federal, estadual e municipal, acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes (art. 1º, II, **c**, e § 2º);

- argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade (art. 1º, III).

A avaliação do indicado será feita em duas etapas: **a**) na primeira etapa, em que não será exigida a presença do indicado, o relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais. Após a apresentação e discussão do relatório será concedida, automaticamente, vista coletiva; **b**) na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da comissão (art. 2º, **a**, **h**, §§ 1º e 2º).

O **curriculum vitae** registra que o Desembargador Sidnei Agostinho Beneti é brasileiro, casado, nascido em Ribeirão Preto, São Paulo, em 28 de agosto de 1944, filho de Fioravante Beneti e Inah de Andrade Nogueira Beneti.

Fluente nos idiomas inglês, francês, alemão, espanhol e italiano, o Senhor Sidnei Beneti possui conhecimentos que lhe facultam ainda a leitura do latim. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da USP, em 1968. Durante o Curso foi Presidente do Diretório Acadêmico, representante dos alunos na Congregação, por eleição direta, e Presidente da Academia de Letras, entre outras atividades ligadas ao Direito. É Doutor em Direito Processual, pela Faculdade de Direito da USP. Realizou cursos de Especialização em Direito Privado e Direito Processual na mesma Faculdade.

Foi pesquisador convidado do Max-Planck Institut, Alemanha, nos Institutos de Direito Penal Internacional (Freiburg-im-Breisgau, em 1988, 1993, 1994 e 2002), de Direito Privado Internacional (Hamburg, em 1995, 1996, 1998, 2001 e 2006), de Direito Público Internacional (Heidelberg, 2003) e Direito Social (Munique, 2004). Tem participado de Bancas Examinadoras de Mestrado e Doutorado nas Faculdades de Direito da USP e da PUC-SP e de Professor Titular na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, além de destacada contribuição doutrinária sobre “Precedentes e Organização Judiciária”.

É Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo – SP, Autarquia Municipal (várias vezes conceito A pelo MEC e Selo de Qualidade da OAB). Foi Professor Direito Ad-

ministrativo, Direito Civil e Prática Civil. Foi Professor na Faculdade de Direito da USP (Coordenador e professor de Instituições Judiciárias por 6 anos e professor de Prática Civil por 10 anos). Na Escola Paulista da Magistratura, foi professor de Ética Profissional e Direito Processual Civil e Penal. Foi Professor de Direito Processual Civil e Processual Penal nos Cursos “Damásio Evangelista de Jesus” e do Instituto dos Advogados de São Paulo. Foi Professor das Faculdades de Direito de Sorocaba e da Universidade Paulista – UNIP-SP. Na Faculdade de São Bernardo, foi paraninfo das Turmas de 1984, 1988 e 1999, Patrono das Turmas de 1993, 2003 e 2006 e deu nome à Turma de 1995.

O Senhor Sidnei Beneti Ingressou na Magistratura em 2º lugar entre 84 aprovados e tomou posse em 1972, como 2º Juiz Substituto de Rio Claro. Tomou posse como Desembargador em 1995. De sua extensa carreira na magistratura destacam-se várias atividades relacionadas com a atividade judiciária e docente, como a participação em comissões de concurso para ingresso de novos Juízes na Magistratura. Foi Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura – AMB, de que foi Diretor-Adjunto de Assuntos Internacionais nas gestões do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

Freqüentou cursos sobre formação de Juízes e Administração da Justiça nas Escolas da Magistratura e Centros de formação da Magistratura da Alemanha (Deutsche Richterakademie, Trier), França (Ecole Nationale de La Magistrature, Bordenux/Paris), Estados Unidos (National Judicial Center/Williamsburg; Federal Center for State Courts/Ottawa) e Espanha (Escuela Judicial/Barcelona). Participou de seminários e estudos nacionais e internacionais sobre a Formação da Magistratura e Reforma do Poder Judiciário, destacando-se os organizados pelo Conselho da Justiça Federal, Escolas da Magistratura e Tribunais nacionais, pelo Uncitral, das Nações Unidas, pela Insol, pela Cumbre Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas de Justicia, pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O doutor Sidnei Beneti tem exercido profícua atividade associativa internacional na Magistratura. Na qualidade de Presidente da União Internacional de Magistrados – UIM, e de Presidente do Grupo Ibero-Americano, presidiu os Congressos Mundiais de Juízes em Valle de Bravo (México, 2004), Montevidéu (Uruguai, 2005) e Siofok, Hungria (2006) e os Congressos Ibero-Americanos em San Juan (Porto Rico), Assunção (Paraguai), Chihuahua (México) e Porto Alegre (Brasil). Participou ativamente de comissões de reforma legislativa, como a do Código de Processo Civil, a do Código de Processo Penal, e a da Lei de Execuções Penais, dentre outras de igual relevo.

É membro de diversas associações de Direito, nacionais e internacionais. Além das inúmeras contribuições para o estudo do Direito, por meio de artigos publicados individualmente e em obras coletivas, em

revistas especializadas no Brasil, na França, nos Estados Unidos, na Espanha, na Alemanha, destacam-se os livros, que passo a citar:

1. “Modelos de Despachos e Sentenças”, Saraiva, 6º Ed;
2. “Da Conduta do Juiz”, Saraiva, 3º Ed;
3. “Execução Penal”, Saraiva;
4. “Juizados Especiais Cíveis e Criminais” (c/Min. Fátima Nancy Andrichi, Del Rey);
5. “O Juiz na Audiência” (c/Min. Fátima Nancy Andrichi, Ver. Dos Tribunais);
6. “Organização Judiciária e Prática Civil”, Fac. Dir. SBC;
7. Atualização de “O Juiz”, de Edgard de Moura Bittencourt, em colab. Com Cornélio Vieira de Moraes Jr. e Antonio Carlos Mathias Coltro, Millennium;
8. “Comentários ao Código Civil”, vol. IX, coleção Forense (col. c/Min. Nancy Andrichi e Vera Andrichi) – No prelo.

Ademais dessas informações, que realçam a sua extensa experiência profissional, o indicado apresentou uma série de argumentações, em cumprimento ao disposto no art. 1º, III do Ato nº 1, de 2007 da CCJ:

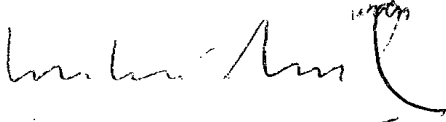

- trinta e cinco anos completos de carreira na magistratura;
- cerca de vinte e um mil votos proferidos nos Tribunais e trinta e cinco volumes encadernados de cópias de sentenças selecionadas, proferidas em 1º Grau;
- dedicação por longo tempo à atividade docente e à formação e aperfeiçoamento de Juízes;
- autoria de livros nacionalmente importantes na orientação a novos juízes;
- ativa participação em trabalhos relacionados com a reforma da legislação processual;
- contato permanente com as transformações do poder Judiciário, da magistratura e do Direito, no País e no exterior.

O currículo do doutor Sidnei Beneti revela, portanto, que ele reúne os atributos constitucionais, em que se destacam notável saber jurídico e reputação ilibada, imprescindíveis para o desempenho do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Registre-se, por fim, que o indicado apresentou todos os documentos exigidos pelo Ato nº 1, de 2007 – CCJ, de 17 de outubro de 2007.

Diante do exposto, submeto a escolha do Doutor Sidnei Agostinho Beneti à apreciação e julgamento desta Comissão, certo de que os seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.

 , Presidente
 , Relator

PARECER Nº 1.097, DE 2007

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 190, de 2007, (nº 801/2007, na origem), que Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta, realizada em 21 de novembro de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Expedito Júnior, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 190, de 2007, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, por dezesseis votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma “abstenção”, totalizando dezoito votos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2007.
 – Presidente Senador **Marconi Perillo** – Relator Senador **Expedito Junior**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Expedito Junior**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 190, de 2007 (nº 801, de 24 de outubro de 2007, na origem), submete ao exame do Senado Federal o nome do Senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), vinculado ao Ministério dos Transportes.

O DNIT é entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e submetida a regime autárquico especial.

A referida Lei define, no art. 88, os atributos requeridos para os diretores do DNIT, quais sejam cidadania brasileira, idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades.

O Senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto é cidadão brasileiro, graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Goiás, em 1985.

Sua vida profissional começou na iniciativa privada, em 1986, como gerente de obras na Premom Construtora onde, por dez anos, dedicou-se à construção de edificações residenciais, comerciais e hospitalares.

Mais tarde, trabalhou na Construtora Musa, onde foi chefe do setor de engenharia, responsável pelo acompanhamento e controle de obras, elaboração de orçamentos e acompanhamento de custos.


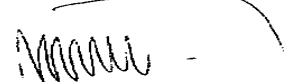
Posteriormente, entre 1997 e 2003, foi gerente de obras na Construtora FGR e na C&M Engenharia, período em que se voltou sobretudo para obras de saneamento, terraplanagem e pavimentação asfáltica.

Atualmente é Superintendente Regional do DNIT em Tocantins, cargo que exerce desde 2003.

A análise do **Curriculum Vitae** encaminhado em anexo à Mensagem nº 190, de 2007, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo para o qual foi escolhido pelo Ex^{mo} Sr. Presidente da República. Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001.

Isso posto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão a indicação do Senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento às exigências contidas no art. 52, III, f, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001.

Sala da Comissão, 21 de novembro de 2007.

 , Presidente
 , Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

<i>Mensagem do Senado Federal nº 190, de 2007</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21 / 11 / 2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: <i>Senador Marconi Perillo</i>	
RELATOR: <i>Senador Expedito Júnior</i>	
Titulares - Bloco de apoio ao Governo (PT / PTB / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo (PT / PTB / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)
SERYS SLHESARENKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELCIDIO AMARAL - PT	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
ELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
FRANCISCO DORNELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTELHO - PT
EUCLYDES MELLO - PRB	6- JOÃO CLAUDINO - PTB
EXPEDITO JÚNIOR - PR	7- RENATO CASAGRANDE - PSB
Titulares - PMDB	Suplentes - PMDB
ROMERO JUCÁ	1- GARIBALDI ALVES
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA	3- GILVAM BORGES
EDSON LOBÃO	4- NEUTO DE CONTO
VALTER PEREIRA	5- GERALDO MESQUITA
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON
Titulares - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)	Suplentes - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)
ADELMIR SANTANA - DEM	1- DEMÓSTENES TORRES - DEM
ELISEU RESENDE - DEM	2- MARCO MACIEL - DEM
JAYME CAMPOS - DEM	3- JONAS PINHEIRO - DEM
HERÁCLITO FORTES - DEM	4- ROSALBA CIARLINI - DEM
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	5- ROMEU TUMA - PTB
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6- CÍCERO LUCENA - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8- MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	9- TASSO JEREISSATI - PSDB
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL	1- (vago)

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 516

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transporte Terrestre, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências.

Art. 85. O DNIT será dirigido por um Conselho de Administração e uma Diretoria composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores.

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 88. Os Diretores deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades, e serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transportes e nomeados pelo Presidente da República.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.217-3,
DE 4 DE SETEMBRO DE 2001

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

“Art. 85-A. Integrará a estrutura organizacional do DNIT uma Procuradoria-Geral, uma Ouvidoria, uma Corregedoria e uma Auditoria.” (NR)

“Art. 85-B. À Procuradoria-Geral do DNIT compete exercer a representação judicial da autarquia.” (NR)

“Art. 85-C. À Auditoria do DNIT compete fiscalizar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da autarquia.

Parágrafo único. O auditor do DNIT será indicado pelo Ministro de Estado dos Transportes e nomeado pelo Presidente da República.” (NR)

“Art. 85-D. À Ouvidoria do DNIT compete:

I – receber pedidos de informações, esclarecimentos e reclamações afetos à autarquia e responder diretamente aos interessados;

II – produzir, semestralmente e quando julgar oportuno, relatório circunstanciado de suas atividades e encaminhá-lo à Diretoria-Geral e ao Ministério dos Transportes.” (NR)

“Art. 88.

Parágrafo único. As nomeações dos Diretores do DNIT serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição. (NR)

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS
DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 245/2007, de 7 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 795, de 2007, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 1.098/2007, de 8 do corrente, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, comunicando que as informações referentes ao Requerimento nº 742, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, situam-se no âmbito da competência do Ministério da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

– Nº 35/2007, de 7 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 741, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 530/2007-CN

Brasília, em 16 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a e, por seu alto intermédio, ao Senado Federal, que, no dia 14 do corrente, terminou o prazo, sem interposição de recursos, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 9 e 10, de 2007-CN, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006.

Informo, ainda, que os Projetos vão à promulgação.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de estima e consideração. – Deputado **Nárcio Rodrigues**, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

Of. nº 533/2007-CN

Brasília, em 19 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a e, por seu alto intermédio, ao Senado Federal, que, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Aviso nº 38, de 2007-CN (nº 1.591-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, foi atuado e retornou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de estima e consideração. – Deputado **Nárcio Rodrigues**, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

Of. nº 536/2007-CN

Brasília, 21 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a e, por seu alto intermédio, ao Senado Federal que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 22 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Informo, ainda, que os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de estima e consideração. – Deputado **Nárcio Rodrigues**, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) –
Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2007**

Acrescenta § 3º ao art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Temporárias, para fixar metas de redução da participação no Produto Interno Bruto das despesas correntes do setor público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescente-se § 3º ao art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Temporárias:

“Art. 35.

.....

§ 3º No prazo de dez anos, as dotações autorizadas para as despesas correntes constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excluídas as transferências constitucionais e legais para outros níveis de governo, deverão sofrer redução na sua participação no Produto Interno Bruto – PIB estimado para cada exercício.

I – O fator de redução será de novecentos e noventa e cinco milésimos, a ser multiplicado, para cada exercício objeto das leis orçamentárias, pela participação das dotações tratadas neste parágrafo no PIB estimado para o final do exercício em que essas leis serão propostas.

II – O fator de redução incidirá sobre as dotações autorizadas para as despesas correntes dos Poderes de cada nível de governo.

III – Os erros de previsão deverão ser compensados nos orçamentos do segundo exercício subsequente ao do desvio apurado.

IV – A meta de participação no PIB a ser alcançada ao final do prazo de dez anos também valerá para os dez anos seguintes.

V – Caso as metas fixadas não sejam cumpridas por três exercícios consecutivos, o ente infrator não poderá ampliar o respectivo quadro de servidores públicos efetivos e comissionados, bem como não poderá preencher cinquenta por cento das vagas que forem abertas.

VI – Os exercícios em que haja instabilidades econômicas, na forma de deflação ou de recessão econômica, apuradas pelo serviço oficial de estatística do Governo Federal, não serão considerados para efeito do acompanhamento da redução prevista neste parágrafo.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As despesas correntes do setor público brasileiro, destacadamente os gastos com pessoal, têm aumentado sistematicamente nos últimos exercícios, atingindo patamares insuportáveis para a economia e a sociedade. São recursos que mais servem à máquina pública, mal gerida, sem foco e sem prioridades, do que à população, que continua sem acesso a serviços públicos de qualidade, sujeita a filas e a todo tipo de tratamento desrespeitoso, quando não desumano.

É imperativo que se inclua no próprio ordenamento constitucional limite para o apetite do Estado por novos gastos supérfluos. Entendemos que essa é única forma de forçar os três níveis de governo a repensar os seus modelos de gestão, para que os recursos públicos sejam mais bem alocados. Não se trata de uma redução **ad hoc** da carga tributária, ainda que esse objetivo possa ser meritório, mas sim da criação de espaço fiscal para que a capacidade

de investimento do setor público seja ampliada. Isso aumentaria o grau de eficiência da economia, contribuindo para o crescimento da renda, do nível de emprego e, conseqüentemente, para o bem-estar de todos os cidadãos.

Assim, propomos que os Poderes dos três níveis de governo busquem, nos próximos dez anos, reduzir a participação dos seus gastos correntes no PIB. A cada ciclo orçamentário, os órgãos centrais de planejamento e as Casas Legislativas aplicariam um redutor na citada participação. Esse redutor será de 0,995 (novecentos e noventa e cinco milésimos) – equivalente a uma diminuição de 0,5% (cinco décimos por cento) – e incidirá sobre a participação estimada para o final de cada exercício. No exercício de 2008, por exemplo, o projeto de lei orçamentária para 2009 da União, a ser apresentado até o dia 31 de agosto, deverá levar em consideração os efeitos do redutor sobre a participação estimada para o final de 2008. O resultado obtido será a meta que deverá ser observada pela lei a ser aprovada.

Também propomos mecanismos que visam dar eficácia aos limites fixados. A verificação do cumprimento da meta anual ocorreria no exercício subsequente, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgasse os resultados oficiais do PIB, os quais balizariam os projetos de leis orçamentárias para o ano seguinte. Dessa forma, retomando ao exemplo anterior, a meta para 2009 seria verificada em 2010. Eventual erro de previsão seria considerado pelo projeto de lei orçamentária para 2011.

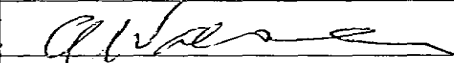
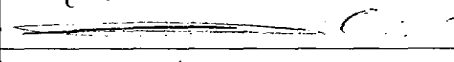
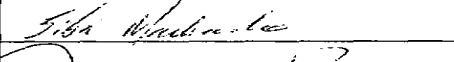
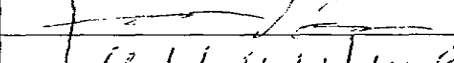
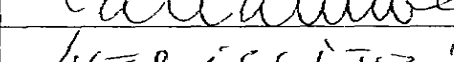
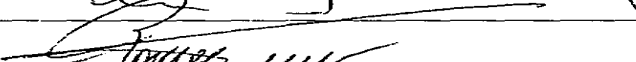
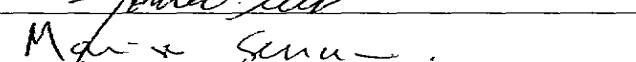
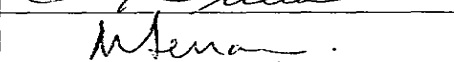
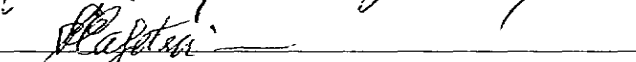

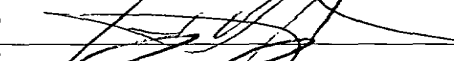


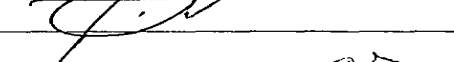
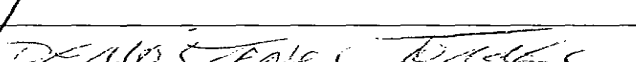
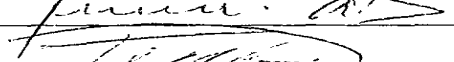
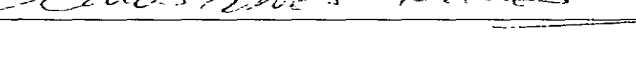
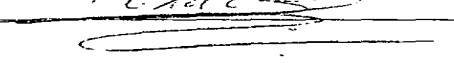
Havendo o descumprimento das metas fixadas por três exercícios, o ente inadimplente não poderá ampliar o respectivo quadro de servidores públicos efetivos e comissionados, bem como não poderá preencher metade das vagas que surgirem.

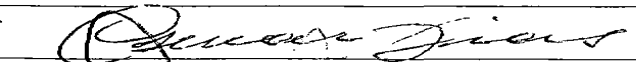
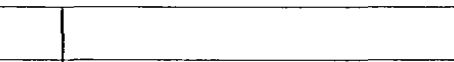
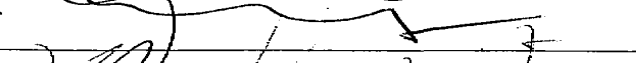
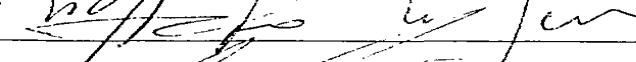
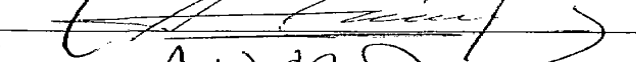

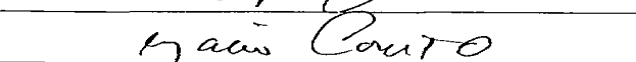
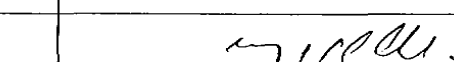
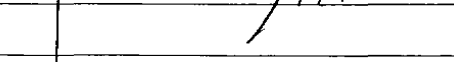
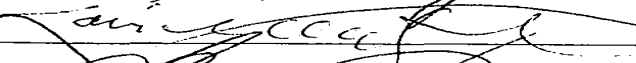

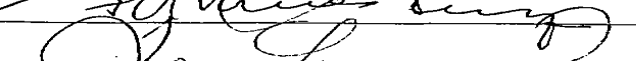
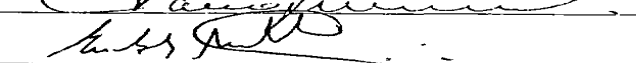
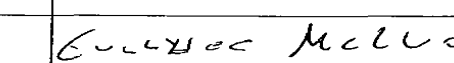
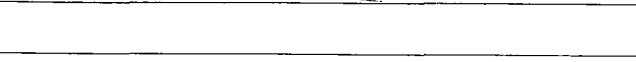




A participação a ser alcançada no final do prazo de dez anos – compondo-se a taxa de decréscimo de 0,5% ao ano, tem-se uma redução total de 4,89% –, constituir-se-á em limite máximo a ser observado nos dez anos seguintes, sujeitando os entes infratores às sanções discriminadas.

Por fim, incluímos a previsão de que os exercícios em que haja deflação ou recessão econômica, conforme apurado pelo IBGE, não serão considerados no acompanhamento da redução da participação dos gastos correntes no PIB.

Em face do exposto, conto com o apoio dos meus pares para a presente iniciativa.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2007.
– Senador **Gerson Camata**.

NOME	ASSINATURA
01- ACVALAD ADY PSP	
02- MOZARILDO	
03- SERA MACHADO	
04- JOAO PEDRO	
05- Luan Braga	
06- 	HERICITO
07- 	
08- Man + Sena	Mano
09- Rosalvo e. pin /	Rosalvo
10- 	
11- JOSE AGRIPINO	
12- 	
13- Joao Venoz	
14- 	
15- 	

16- 	
17- 	CRIVELAN
18- 	MARCO
19- 	ALVIN SANTANA
20- 	WAGNER
21- 	
22- Gázin Couto	GINO
23- Luan Braga	
24- 	COARIBALDI ALVES
25- 	ALVARO
26- 	MARCELO
27- 	
28- 	EUCLIDES MULLO
29- 	
30- 	

Legislação Citada

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Subseção II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

~~III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;~~

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, DE 2007

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 44 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º, renumerando-se os subseqüentes:

“Art. 44.
.....

§ 4º Os responsáveis por edificações situadas em áreas próximas a aeródromos e helipontos são obrigados a instalar, operar e manter equipamentos de sinalização e balizamento aéreos, na forma dos planos de zona de proteção referidos no **caput** deste artigo.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

É comum no Brasil a negligência dos responsáveis pela administração e manutenção de edificações em relação às normas de segurança aplicáveis. Tal descaso tem início no momento em que o proprietário ou administrador consegue a liberação do imóvel para ocupação ou para os usos pretendidos. Isso faz com que determinados equipamentos cuja instalação é exigida nas edificações, acabem, na prática, tornando-se meros adereços, haja vista que todo o zelo dos responsáveis com o funcionamento dos equipamentos parece gradativamente extinguir-se a partir do término da construção.

Quando se trata de imóvel situado em zona de proteção de aeródromo ou heliponto, os equipamen-

tos de sinalização e balizamento aéreos exigidos nas edificações assumem importância fundamental. Nesse caso específico, a costumeira negligência e o descaso com a manutenção podem converter-se em riscos incalculáveis à segurança dos vãos e resultar em tragédias de grandes proporções. Daí a necessidade de fazer com que os responsáveis por edificações que constituam obstáculo à navegação aérea sintam-se compromissados com o dever de manter em permanente funcionamento os equipamentos instalados em atendimento às exigências legais.

Todos sabem da curta vida útil dos componentes utilizados em equipamentos de sinalização e do acentuado processo de desgaste que experimentam em virtude da permanente exposição às intempéries. Nos equipamentos de sinalização aérea fixa, por exemplo, de funcionamento contínuo, a duração das lâmpadas de lente vermelha não vai além de quatro meses, em média, a partir de sua instalação, com o agravante de que, antes mesmo da queima da lâmpada, a lente, confeccionada em vidro ou policarbonato vermelho, perde sua coloração original.

A alta incidência de falhas de manutenção que levam à inoperância dos equipamentos não tem sido capaz de provocar reações no sentido de reverter esse lamentável quadro de omissão e negligência. Por dificuldades técnicas, aliadas à falta de estrutura e recursos humanos, a fiscalização é deficiente, o que contribui para perpetuar o desrespeito às normas e prejuízos para a segurança dos vãos.

A sinalização de segurança contra obstáculos aparece nos anuários estatísticos de aviação como responsável por diversos incidentes e acidentes aéreos. Basta que, num pequeno descuido, um comandante de aeronave em condições de voo visual e em situação crítica se depare, no topo de um edifício, com uma antena, um pára-raios ou uma torre que não possa ser notada em virtude da inexistência de equipamento de sinalização adequado ou de sua condição inoperante.

Nesse sentido, estamos propondo que as obrigações relativas aos equipamentos de sinalização e balizamento aéreos constem explicitamente do próprio Código Brasileiro de Aeronáutica, sem prejuízo do necessário detalhamento em normas complementares.

Certos da importância da iniciativa para a melhoria da segurança das operações aeronáuticas nas proximidades dos aeródromos, esperamos contar com o apoio necessário à aprovação do projeto de lei que ora submetemos à apreciação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

Mensagem de veto**Código Brasileiro de Aeronáutica
(Substitui o Código Brasileiro do Ar).**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
Introdução****CAPÍTULO I
Disposições Gerais**

Art. 1º O Direito Aeronáutico é regulado pelos Tratados, Convenções e Atos Internacionais de que o Brasil seja parte, por este Código e pela legislação complementar.

§ 1º Os Tratados, Convenções e Atos Internacionais, celebrados por delegação do Poder Executivo e aprovados pelo Congresso Nacional, vigoram a partir da data neles prevista para esse efeito, após o depósito ou troca das respectivas ratificações, podendo, mediante cláusula expressa, autorizar a aplicação provisória de suas disposições pelas autoridades aeronáuticas, nos limites de suas atribuições, a partir da assinatura (arts. 14, 204 a 214).

§ 2º Este Código se aplica a nacionais e estrangeiros, em todo o Território Nacional, assim como, no exterior, até onde for admitida a sua extraterritorialidade.

§ 3º A legislação complementar é formada pela regulamentação prevista neste Código, pelas leis especiais, decretos e normas sobre matéria aeronáutica (art. 12).

Art. 2º Para os efeitos deste Código consideram-se autoridades aeronáuticas competentes as do Ministério da Aeronáutica, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

CAPÍTULO II**Disposições de Direito Internacional Privado**

Art. 3º Consideram-se situadas no território do Estado de sua nacionalidade:

I – as aeronaves militares, bem como as civis de propriedade ou a serviço do Estado, por este diretamente utilizadas (art. 107, §§ 1º e 3º);

II – as aeronaves de outra espécie, quando em alto mar ou região que não pertença a qualquer Estado.

Parágrafo único. Salvo na hipótese de estar a serviço do Estado, na forma indicada no item I deste

artigo, não prevalece a extraterritorialidade em relação à aeronave privada, que se considera sujeita à lei do Estado onde se encontre.

Art. 4º Os atos que, originados de aeronave, produzirem efeito no Brasil, regem-se por suas leis, ainda que iniciados no território estrangeiro.

Art. 5º Os atos que, provenientes da aeronave, tiverem início no Território Nacional, regem-se pelas leis brasileiras, respeitadas as leis do Estado em que produzirem efeito.

Art. 6º Os direitos reais e os privilégios de ordem privada sobre aeronaves regem-se pela lei de sua nacionalidade.

Art. 7º As medidas assecuratórias de direito regulam-se pela lei do país onde se encontrar a aeronave.

Art. 8º As avarias regulam-se pela lei brasileira quando a carga se destinar ao Brasil ou for transportada sob o regime de trânsito aduaneiro (art. 244, § 6º).

Art. 9º A assistência, o salvamento e o abalroamento regem-se pela lei do lugar em que ocorrerem (arts. 23, § 2º, 49 a 65).

Parágrafo único. Quando pelo menos uma das aeronaves envolvidas for brasileira, aplica-se a lei do Brasil à assistência, salvamento e abalroamento ocorridos em região não submetida a qualquer Estado.

Art. 10. Não terão eficácia no Brasil, em matéria de transporte aéreo, quaisquer disposições de direito estrangeiro, cláusulas constantes de contrato, bilhete de passagem, conhecimento e outros documentos que:

I – excluam a competência de foro do lugar de destino;

II – visem à exoneração de responsabilidade do transportador, quando este Código não a admite;

III – estabeleçam limites de responsabilidade inferiores aos estabelecidos neste Código (arts. 246, 257, 260, 262, 269 e 277).

TÍTULO II**Do Espaço Aéreo e seu
Uso para Fins Aeronáuticos****CAPÍTULO I****Do Espaço Aéreo Brasileiro**

Art. 11. O Brasil exerce completa e exclusiva soberania sobre o espaço aéreo acima de seu território e mar territorial.

Art. 12. Ressalvadas as atribuições específicas, fixadas em lei, submetem-se às normas (art. 1º, § 3º), orientação, coordenação, controle e fiscalização do Ministério da Aeronáutica:

I – a navegação aérea;

II – o tráfego aéreo;

III – a infra-estrutura aeronáutica;

IV – a aeronave;

V – a tripulação;

VI – os serviços, direta ou indiretamente relacionados ao voo.

Art. 13. Poderá a autoridade aeronáutica deter a aeronave em voo no espaço aéreo (art. 18) ou em pouso no território brasileiro (arts. 303 a 311), quando, em caso de flagrante desrespeito às normas de direito aeronáutico (arts. 1º e 12), de tráfego aéreo (arts. 14, 16, § 3º, 17), ou às condições estabelecidas nas respectivas autorizações (arts. 14, §§ 1º, 3º e 4º, 15, §§ 1º e 2º, 19, parágrafo único, 21, 22), coloque em risco a segurança da navegação aérea ou de tráfego aéreo, a ordem pública, a paz interna ou externa.

CAPÍTULO II Do Tráfego Aéreo

Art. 14. No tráfego de aeronaves no espaço aéreo brasileiro, observam-se as disposições estabelecidas nos Tratados, Convenções e Atos Internacionais de que o Brasil seja parte (art. 1º, § 1º), neste Código (art. 1º, § 2º) e na legislação complementar (art. 1º, § 3º).

§ 1º Nenhuma aeronave militar ou civil a serviço de Estado estrangeiro e por este diretamente utilizada (art. 3º, I) poderá, sem autorização, voar no espaço aéreo brasileiro ou aterrissar no território subjacente.

§ 2º É livre o tráfego de aeronave dedicada a serviços aéreos privados (arts. 177 a 179), mediante informações prévias sobre o voo planejado (art. 14, § 4º).

§ 3º A entrada e o tráfego, no espaço aéreo brasileiro, da aeronave dedicada a serviços aéreos públicos (art. 175), dependem de autorização, ainda que previstos em acordo bilateral (arts. 203 a 213).

§ 4º A utilização do espaço aéreo brasileiro, por qualquer aeronave, fica sujeita às normas e condições estabelecidas, assim como às tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota (art. 23).

§ 5º Estão isentas das tarifas previstas no parágrafo anterior as aeronaves pertencentes aos aeroclubes.

§ 6º A operação de aeronave militar ficará sujeita às disposições sobre a proteção ao voo e ao tráfego aéreo, salvo quando se encontrar em missão de guerra ou treinamento em área específica.

Art. 15. Por questão de segurança da navegação aérea ou por interesse público, é facultado fixar zonas em que se proíbe ou restringe o tráfego aéreo, estabelecer rotas de entrada ou saída, suspender total ou parcialmente o tráfego, assim como o uso de determinada aeronave, ou a realização de certos serviços aéreos.

§ 1º A prática de esportes aéreos tais como balonismo, volovelismo, asas voadoras e similares, assim como os vôos de treinamento, far-se-ão em áreas delimitadas pela autoridade aeronáutica.

§ 2º A utilização de veículos aéreos desportivos para fins econômicos, tais como a publicidade, submete-se às normas dos serviços aéreos públicos especializados (art. 201).

Art. 16. Ninguém poderá opor-se, em razão de direito de propriedade na superfície, ao sobrevoo de aeronave, sempre que este se realize de acordo com as normas vigentes.

§ 1º No caso de pouso de emergência ou forçado, o proprietário ou possuidor do solo não poderá opor-se à retirada ou partida da aeronave, desde que lhe seja dada garantia de reparação do dano.

§ 2º A falta de garantia autoriza o seqüestro da aeronave e a sua retenção até que aquela se efetive.

§ 3º O lançamento de coisas, de bordo de aeronave, dependerá de permissão prévia de autoridade aeronáutica, salvo caso de emergência, devendo o Comandante proceder de acordo com o disposto no art. 171 deste Código.

§ 4º O prejuízo decorrente do sobrevoo, do pouso de emergência, do lançamento de objetos ou alijamento poderá ensejar responsabilidade.

Art. 17. É proibido efetuar, com qualquer aeronave, vôos de acrobacia ou evolução que possam constituir perigo para os ocupantes do aparelho, para o tráfego aéreo, para instalações ou pessoas na superfície.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição, os vôos de prova, produção e demonstração quando realizados pelo fabricante ou por unidades especiais, com a observância das normas fixadas pela autoridade aeronáutica.

Art. 18. O Comandante de aeronave que receber de órgão controlador de voo ordem para pousar deverá dirigir-se, imediatamente, para o aeródromo que lhe for indicado e nele efetuar o pouso.

§ 1º Se razões técnicas, a critério do Comandante, impedirem de fazê-lo no aeródromo indicado, deverá ser solicitada ao órgão controlador a determinação de aeródromo alternativo que ofereça melhores condições de segurança.

§ 2º No caso de manifesta inobservância da ordem recebida, a autoridade aeronáutica poderá requisitar os meios necessários para interceptar ou deter a aeronave.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, efetuado o pouso, será atuada a tripulação e apreendida a aeronave (artigos 13 e 303 a 311).

§ 4º A autoridade aeronáutica que, excedendo suas atribuições e sem motivos relevantes, expedir a

ordem de que trata o caput deste artigo, responderá pelo excesso cometido, sendo-lhe aplicada a pena de suspensão por prazo que variará de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, conversíveis em multa.

Art. 19. Salvo motivo de força maior, as aeronaves só poderão decolar ou pousar em aeródromo cujas características comportarem suas operações.

Parágrafo único. Os pousos e decolagens deverão ser executados, de acordo com procedimentos estabelecidos, visando à segurança do tráfego, das instalações aeroportuárias e vizinhas, bem como a segurança e bem-estar da população que, de alguma forma, possa ser atingida pelas operações.

Art. 20. Salvo permissão especial, nenhuma aeronave poderá voar no espaço aéreo brasileiro, aterrissar no território subjacente ou dele decolar, a não ser que tenha:

I – marcas de nacionalidade e matrícula, e esteja munida dos respectivos certificados de matrícula e aeronavegabilidade (artigos 109 a 114);

II – equipamentos de navegação, de comunicações e de salvamento, instrumentos, cartas e manuais necessários à segurança do voo, pouso e decolagem;

III – tripulação habilitada, licenciada e portadora dos respectivos certificados, do Diário de Bordo (artigo 84, parágrafo único) da lista de passageiros, manifesto de carga ou relação de mala postal que, eventualmente, transportar.

Parágrafo único. Pode a autoridade aeronáutica, mediante regulamento, estabelecer as condições para vôos experimentais, realizados pelo fabricante de aeronave, assim como para os vôos de traslado.

Art. 21. Salvo com autorização especial de órgão competente, nenhuma aeronave poderá transportar explosivos, munições, arma de fogo, material bélico, equipamento destinado a levantamento aerofotométrico ou de prospecção, ou ainda quaisquer outros objetos ou substâncias consideradas perigosas para a segurança pública, da própria aeronave ou de seus ocupantes.

Parágrafo único. O porte de aparelhos fotográficos, cinematográficos, eletrônicos ou nucleares, a bordo de aeronave, poderá ser impedido quando a segurança da navegação aérea ou o interesse público assim o exigir.

CAPÍTULO III

Entrada e Saída do Espaço Aéreo Brasileiro

Art. 22. Toda aeronave proveniente do exterior fará, respectivamente, o primeiro pouso ou a última decolagem em aeroporto internacional.

Parágrafo único. A lista de aeroportos internacionais será publicada pela autoridade aeronáutica, e suas denominações somente poderão ser modificadas mediante lei federal, quando houver necessidade técnica dessa alteração.

Art. 23. A entrada no espaço aéreo brasileiro ou o pouso, no território subjacente, de aeronave militar ou civil a serviço de Estado estrangeiro sujeitar-se-á às condições estabelecidas (artigo 14, § 1º).

§ 1º A aeronave estrangeira, autorizada a transitar no espaço aéreo brasileiro, sem pousar no território subjacente, deverá seguir a rota determinada (artigo 14, §§ 1º, 2º, 3º e 4º).

§ 2º A autoridade aeronáutica poderá estabelecer exceções ao regime de entrada de aeronave estrangeira, quando se tratar de operação de busca, assistência e salvamento ou de vôos por motivos sanitários ou humanitários.

Art. 24. Os aeroportos situados na linha fronteira do território brasileiro poderão ser autorizados a atender ao tráfego regional, entre os países limítrofes, com serviços de infra-estrutura aeronáutica, comuns ou compartilhados por eles.

Parágrafo único. As aeronaves brasileiras poderão ser autorizadas a utilizar aeroportos situados em países vizinhos, na linha fronteira ao Território Nacional, com serviços de infra-estrutura aeronáutica comuns ou compartilhados.

TÍTULO III

Da Infra-Estrutura Aeronáutica

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 25. Constitui infra-estrutura aeronáutica o conjunto de órgãos, instalações ou estruturas terrestres de apoio à navegação aérea, para promover-lhe a segurança, regularidade e eficiência, compreendendo:

I – o sistema aeroportuário (artigos 26 a 46);

II – o sistema de proteção ao voo (artigos 47 a 65);

III – o sistema de segurança de voo (artigos 66 a 71);

IV – o sistema de Registro Aeronáutico Brasileiro (artigos 72 a 85);

V – o sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos (artigos 86 a 93);

VI – o sistema de facilitação, segurança e coordenação do transporte aéreo (artigos 94 a 96);

VII – o sistema de formação e adestramento de pessoal destinado à navegação aérea e à infra-estrutura aeronáutica (artigos 97 a 100);

VIII – o sistema de indústria aeronáutica (artigo 101);

IX – o sistema de serviços auxiliares (artigos 102 a 104);

X – o sistema de coordenação da infra-estrutura aeronáutica (artigo 105).

§ 1º A instalação e o funcionamento de quaisquer serviços de infra-estrutura aeronáutica, dentro ou fora do aeródromo civil, dependerão sempre de autorização prévia de autoridade aeronáutica, que os fiscalizará, respeitadas as disposições legais que regulam as atividades de outros Ministérios ou órgãos estatais envolvidos na área.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, sistema é o conjunto de órgãos e elementos relacionados entre si por finalidade específica, ou por interesse de coordenação, orientação técnica e normativa, não implicando em subordinação hierárquica.

CAPÍTULO II Do Sistema Aeroportuário

SEÇÃO I Dos Aeródromos

Art. 26. O sistema aeroportuário é constituído pelo conjunto de aeródromos brasileiros, com todas as pistas de pouso, pistas de táxi, pátio de estacionamento de aeronave, terminal de carga aérea, terminal de passageiros e as respectivas facilidades.

Parágrafo único. São facilidades: o balisamento diurno e noturno; a iluminação do pátio; serviço contra-incêndio especializado e o serviço de remoção de emergência médica; área de pré-embarque, climatização, ônibus, ponte de embarque, sistema de esteiras para despacho de bagagem, carrinhos para passageiros, pontes de desembarque, sistema de ascenso-descenso de passageiros por escadas rolantes, orientação por circuito fechado de televisão, sistema semiautomático anunciador de mensagem, sistema de som, sistema informativo de vôo, climatização geral, locais destinados a serviços públicos, locais destinados a apoio comercial, serviço médico, serviço de salvamento aquático especializado e outras, cuja implantação seja autorizada ou determinada pela autoridade aeronáutica.

Art. 27. Aeródromo é toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves.

Art. 28. Os aeródromos são classificados em civis e militares.

§ 1º Aeródromo civil é o destinado ao uso de aeronaves civis.

§ 2º Aeródromo militar é o destinado ao uso de aeronaves militares.

§ 3º Os aeródromos civis poderão ser utilizados por aeronaves militares, e os aeródromos militares, por aeronaves civis, obedecidas as prescrições estabelecidas pela autoridade aeronáutica.

Art. 29. Os aeródromos civis são classificados em públicos e privados.

Art. 30. Nenhum aeródromo civil poderá ser utilizado sem estar devidamente cadastrado.

§ 1º Os aeródromos públicos e privados serão abertos ao tráfego através de processo, respectivamente, de homologação e registro.

§ 2º Os aeródromos privados só poderão ser utilizados com permissão de seu proprietário, vedada a exploração comercial.

Art. 31. Consideram-se:

I – Aeroportos os aeródromos públicos, dotados de instalações e facilidades para apoio de operações de aeronaves e de embarque e desembarque de pessoas e cargas;

II – Heliportos os aeródromos destinados exclusivamente a helicópteros;

III – Heliportos os heliportos públicos, dotados de instalações e facilidades para apoio de operações de helicópteros e de embarque e desembarque de pessoas e cargas.

Art. 32. Os aeroportos e heliportos serão classificados por ato administrativo que fixará as características de cada classe.

Parágrafo único. Os aeroportos destinados às aeronaves nacionais ou estrangeiras na realização de serviços internacionais, regulares ou não regulares, serão classificados como aeroportos internacionais (art. 22).

Art. 33. Nos aeródromos públicos que forem sede de Unidade Aérea Militar, as esferas de competência das autoridades civis e militares, quanto à respectiva administração, serão definidas em regulamentação especial.

SEÇÃO II Da Construção e Utilização de Aeródromos

Art. 34. Nenhum aeródromo poderá ser construído sem prévia autorização da autoridade aeronáutica.

Art. 35. Os aeródromos privados serão construídos, mantidos e operados por seus proprietários, obedecidas as instruções, normas e planos da autoridade aeronáutica (art. 30).

Art. 36. Os aeródromos públicos serão construídos, mantidos e explorados:

I – diretamente, pela União;

II – por empresas especializadas da administração federal indireta ou suas subsidiárias, vinculadas ao Ministério da Aeronáutica;

III – mediante convênio com os estados ou municípios;

IV – por concessão ou autorização.

§ 1º A fim de assegurar uniformidade de tratamento em todo o Território Nacional, a construção, administração e exploração, sujeitam-se às normas, instruções, coordenação e controle da autoridade aeronáutica.

§ 2º A operação e a exploração de aeroportos e heliportos, bem como dos seus serviços auxiliares, constituem atividade monopolizada da União, em todo o Território Nacional, ou das entidades da administração federal indireta a que se refere este artigo, dentro das áreas delimitadas nos atos administrativos que lhes atribuírem bens, rendas, instalações e serviços.

§ 3º Compete à União ou às entidades da administração indireta a que se refere este artigo, estabelecer a organização administrativa dos aeroportos ou heliportos, por elas explorados, indicando o responsável por sua administração e operação, fixando-lhe as atribuições e determinando as áreas e serviços que a ele se subordinam.

§ 4º O responsável pela administração, a fim de alcançar e manter a boa qualidade operacional do aeroporto, coordenará as atividades dos órgãos públicos que, por disposição legal, nele devam funcionar.

§ 5º Os aeródromos públicos, enquanto mantida a sua destinação específicas pela União, constituem universidades e patrimônios autônomos, independentes do titular do domínio dos imóveis onde estão situados (art. 38).

Art. 37. Os aeródromos públicos poderão ser usados por quaisquer aeronaves, sem distinção de propriedade ou nacionalidade, mediante o ônus da utilização, salvo se, por motivo operacional ou de segurança, houver restrição de uso por determinados tipos de aeronaves ou serviços aéreos.

Parágrafo único. Os preços de utilização serão fixados em tabelas aprovadas pela autoridade aeronáutica, tendo em vista as facilidades colocadas à disposição das aeronaves, dos passageiros ou da carga, e o custo operacional do aeroporto.

SEÇÃO III

Do Patrimônio Aeroportuário

Art. 38. Os aeroportos constituem universalidades, equiparadas a bens públicos federais, enquanto mantida a sua destinação específica, embora não tenha a União a propriedade de todos os imóveis em que se situam.

§ 1º Os estados, municípios, entidades da administração indireta ou particulares poderão contribuir com imóveis ou bens para a construção de aeroportos,

mediante a constituição de patrimônio autônomo que será considerado como universalidade.

§ 2º Quando a União vier a desativar o aeroporto por se tornar desnecessário, o uso dos bens referidos no parágrafo anterior será restituído ao proprietário, com as respectivas acessões.

SEÇÃO IV

Da Utilização de Áreas Aeroportuárias

Art. 39. Os aeroportos compreendem áreas destinadas:

I – à sua própria administração;

II – ao pouso, decolagem, manobra e estacionamento de aeronaves;

III – ao atendimento e movimentação de passageiros, bagagens e cargas;

IV – aos concessionários ou permissionários dos serviços aéreos;

V – ao terminal de carga aérea;

VI – aos órgãos públicos que, por disposição legal, devam funcionar nos aeroportos internacionais;

VII – ao público usuário e estacionamento de seus veículos;

VIII – aos serviços auxiliares do aeroporto ou do público usuário;

IX – ao comércio apropriado para aeroporto.

Art. 40. Dispensa-se do regime de concorrência pública a utilização de áreas aeroportuárias pelos concessionários ou permissionários dos serviços aéreos públicos, para suas instalações de despacho, escritório, oficina e depósito, ou para abrigo, reparação e abastecimento de aeronaves.

§ 1º O termo de utilização será lavrado e assinado pelas partes em livro próprio, que poderá ser escriturado, mecanicamente, em folhas soltas.

§ 2º O termo de utilização para a construção de benfeitorias permanentes deverá ter prazo que permita a amortização do capital empregado.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, se a administração do aeroporto necessitar da área antes de expirado o prazo, o usuário terá direito à indenização correspondente ao capital não amortizado.

§ 4º Em qualquer hipótese, as benfeitorias ficarão incorporadas ao imóvel e, findo o prazo, serão restituídas, juntamente com as áreas, sem qualquer indenização, ressalvado o disposto no parágrafo anterior.

§ 5º Aplica-se o disposto neste artigo e respectivos parágrafos aos permissionários de serviços auxiliares.

Art. 41. O funcionamento de estabelecimentos empresariais nas áreas aeroportuárias de que trata o art. 39, IX, depende de autorização da autoridade aeronáutica, com exclusão de qualquer outra, e deverá

ser ininterrupto durante as 24 (vinte e quatro) horas de todos os dias, salvo determinação em contrário da administração do aeroporto.

Parágrafo único. A utilização das áreas aeroportuárias no caso deste artigo sujeita-se à licitação prévia, na forma de regulamentação baixada pelo Poder Executivo.

Art. 42. À utilização de áreas aeroportuárias não se aplica a legislação sobre locações urbanas.

SEÇÃO V Das Zonas de Proteção

Art. 43. As propriedades vizinhas dos aeródromos e das instalações de auxílio à navegação aérea estão sujeitas a restrições especiais.

Parágrafo único. As restrições a que se refere este artigo são relativas ao uso das propriedades quanto a edificações, instalações, culturas agrícolas e objetos de natureza permanente ou temporária, e tudo mais que possa embaraçar as operações de aeronaves ou causar interferência nos sinais dos auxílios à radionavegação ou dificultar a visibilidade de auxílios visuais.

Art. 44. As restrições de que trata o artigo anterior são as especificadas pela autoridade aeronáutica, mediante aprovação dos seguintes planos, válidos, respectivamente, para cada tipo de auxílio à navegação aérea:

- I – Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos;
- II – Plano de Zoneamento de Ruído;
- III – Plano Básico de Zona de Proteção de Helipontos;
- IV – Planos de Zona de Proteção e Auxílios à Navegação Aérea.

§ 1º De conformidade com as conveniências e peculiaridades de proteção ao voo, a cada aeródromo poderão ser aplicados planos específicos, observadas as prescrições, que couberem, dos planos básicos.

§ 2º O Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos, o Plano Básico de Zoneamento de Ruído, o Plano de Zona de Proteção de Helipontos e os Planos de Zona de Proteção e Auxílios à Navegação Aérea serão aprovados por ato do Presidente da República.

§ 3º Os Planos Específicos de Zonas de Proteção de Aeródromos e Planos Específicos de Zoneamento de Ruído serão aprovados por ato do Ministro da Aeronáutica e transmitidos às administrações que devam fazer observar as restrições.

§ 4º As administrações públicas deverão compatibilizar o zoneamento do uso do solo, nas áreas vizinhas aos aeródromos, às restrições especiais, constantes dos planos básicos e específicos.

§ 5º As restrições especiais estabelecidas aplicam-se a quaisquer bens, quer sejam privados ou públicos.

Art. 45. A autoridade aeronáutica poderá embargar a obra ou construção de qualquer natureza que contrarie os planos básicos ou os específicos de cada aeroporto, ou exigir a eliminação dos obstáculos levantados em desacordo com os referidos planos, posteriormente à sua publicação, por conta e risco do infrator, que não poderá reclamar qualquer indenização.

Art. 46. Quando as restrições estabelecidas impuserem demolições de obstáculos levantados antes da publicação dos planos básicos ou específicos, terá o proprietário direito à indenização.

.....
(Às Comissões de Serviço de Infra-Estrutura; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 665, DE 2007

Institui a estabilidade provisória ao empregado cujo contrato de trabalho não foi formalizado oportunamente e estabelece diretrizes para a fiscalização do trabalho com vistas à erradicação do trabalho irregular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Seção V do Capítulo I do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 39-A:

“Art. 39-A. O empregado cuja relação de emprego não esteja formalizada com a correspondente anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) tem direito à estabilidade provisória, pelo prazo mínimo de seis meses, contados da data em que se operou a regularização.

§ 1º O prazo da estabilidade provisória observará o seguinte:

a) quando houver reconhecimento espontâneo por parte do empregador, com a devida regularização e anotação da CTPS, o empregado terá assegurados seis meses de estabilidade;

b) quando a relação de emprego for reconhecida pela Justiça do Trabalho, o empregado terá direito a nove meses de estabilidade;

c) na hipótese do reconhecimento do vínculo empregatício ser derivado de ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho e Em-

prego, o empregado terá assegurados doze meses de estabilidade.

§ 2º Quando a reintegração do empregado for desaconselhável ou inviável, o Juiz do Trabalho poderá converter o período de estabilidade a que o empregado tem direito em indenização.

§ 3º O Juiz do Trabalho poderá, de ofício, condenar o empregador a pagar multa no valor de R\$1.000,00 a R\$10.000.000,00 em benefício do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), considerado o número de empregados sem registro e as condições de trabalho a que estavam submetidos.

§ 4º O Ministério do Trabalho e Emprego disponibilizará número de telefone de três dígitos, de fácil memorização, além de área específica em seu endereço eletrônico na Internet, destinados exclusivamente a denúncia de trabalho sem registro em CTPS, sem custos ao denunciante, assegurado o absoluto sigilo de identidade.

§ 5º O sindicato e a associação de classe têm legitimação extraordinária e poderão atuar como substitutos processuais para assegurar o registro na CTPS, a garantia da estabilidade e a indenização correspondente.

§ 6º Além do sindicato e das associações, é assegurado ao Ministério Público do Trabalho a mesma legitimação processual conferida a estas entidades.”

Art. 2º A garantia da estabilidade fixada pelo art. 39-A da CLT não se aplica aos contratos de trabalho que forem devidamente regularizados no prazo de noventa dias contados da data de publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem como objetivo coibir a prática da contratação irregular de empregados, geralmente submetidos a condições degradantes de trabalho e sem direito às garantias mínimas estabelecidas na legislação trabalhista.

É inadmissível que essa prática, de exploração de mão-de-obra, continue presente em nossas relações sociais e econômicas.

Perde o empregado, pela subtração ilícita de seus direitos. Perde o empregador sério e responsável, pela concorrência desleal de empregadores inescrupulosos, e perde o Brasil, que está sob vigilância permanente de outros países e organizações, podendo ser acusado de

dumping social e ter barrada parte de seus produtos de exportação onde tal prática seja identificada.

Assim, exige-se do Congresso Nacional uma postura firme diante de fatos desta natureza e a fiscalização eficiente do Ministério do Trabalho e Emprego, coibindo a prática do trabalho irregular.

A garantia da estabilidade provisória evita a dispensa imediata de todos os trabalhadores identificados como empregados irregulares e obriga o empregador a manter e regularizar sua atividade ou pagar indenização correspondente.

A par destes argumentos, contamos com o apoio inestimável de todos os membros do Congresso Nacional para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2007.
– Senadora **Patrícia Saboya**.

(À Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 666, DE 2007

Regulamenta a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX, do art. 7º, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 473-A. A licença-paternidade é fixada em quinze dias consecutivos, sem prejuízo do emprego e do salário.

§ 1º A licença-paternidade inicia-se no primeiro dia subsequente ao nascimento e independe de autorização do empregador, bastando a sua notificação acompanhada da certidão de nascimento.

§ 2º A licença-paternidade não prejudica o disposto no art. 473, inciso III, desta Consolidação.

§ 3º Na hipótese da licença-paternidade ocorrer durante o período de gozo das férias, o seu início será contado a partir do primeiro dia útil após o seu término.

§ 4º Se a licença-paternidade for requerida em período inferior a quinze dias, contados do início do gozo de férias, prorroga-se a concessão das férias para o primeiro dia útil após o término desta licença.”

“Art. 473-B. Fica vedada a dispensa imotivada do empregado pelo prazo de trinta dias após o término da licença-paternidade.”

“Art. 473-C. A licença-paternidade poderá também ser exercida pelo empregado, mediante simples notificação, no caso de adoção, independente da idade do adotado.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Senado Federal aprovou na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na sessão do último dia 18 de outubro de 2007, o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, de minha autoria, que ampliou a licença-maternidade de cento e vinte para cento e oitenta dias, observados determinados requisitos.

Agora, pretendo submeter à elevada consideração dos membros do Congresso Nacional proposição legislativa destinada a regulamentar o disposto no inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a licença-paternidade.

No último dia 5 de outubro deste ano, completaram-se dezenove anos da promulgação da Constituição Cidadã, assim definida pelo saudoso Deputado Ulisses Guimarães.

Nesse lapso de tempo, a licença-paternidade foi efetivada mediante regra provisória, constante do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (CF), fixada em cinco dias, conforme disposto no § 1º do art. 10 do ADCT da CF.

A evolução dos fatos e o início, a partir de 1988, do resgate da enorme dívida social existente em nosso País levaram o Congresso Nacional a legislar intensamente sobre inúmeros temas de relevante interesse social, como a legislação previdenciária, da criança e do adolescente, dos idosos, da saúde, dentre tantos outros.

Agora é tempo de refletir melhor sobre o papel do pai na formação da família brasileira, de forma especial no que concerne a sua participação e assistência ao filho recém-nascido ou ao adotado.

A nossa Constituição estabelece, no § 5º do art. 226, que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

A licença-paternidade nos moldes vigentes é de apenas cinco dias, insuficiente para que o pai possa contribuir com uma assistência mais efetiva ao filho e à mãe.

O período de quinze dias, se não é o ideal, é um passo para estabelecer um vínculo seguro, de afeto e responsabilidade, com os filhos, principalmente em um momento em que a mãe pode se sentir fragilizada devido ao período de gravidez ou em consequência da recuperação pós-parto.

A mesma regra vale para o filho adotado.

Não sabemos se nesta ou em outra oportunidade o tema da adoção merecerá maior reflexão de todos nós. Enquanto não se prioriza essa discussão, não há motivo nenhum para que não se estenda ao empregado, pai adotante, o direito à licença-paternidade.

Também criamos regra relativa ao período de férias, para que se evite fraude à licença-paternidade.

Por último, buscando dar isonomia ao tratamento de homens e mulheres, asseguramos período de estabilidade provisória por trinta dias após o término da licença-paternidade da mesma forma como acontece com a licença-maternidade.

A par destes argumentos, contamos com o apoio dos nossos eminentes Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2007.
– Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, **DOU** 28-2-67)

.....
III – por 1 (um) dia, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-67, **DOU** 28-2-67)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra para uma comunicação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Exª é o primeiro inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

Aproveito a abertura da sessão para registrar, com muita honra, a presença do Sr. Vice-Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, da Deputada Estadual Marília Pinto, da Deputada Aurelina Medeiros, do Sr. Deputado Jonílson Sampaio, do Sr. Deputado Sargento Demoniél, do Sr. Deputado Célio

Wanderley, do Sr. Deputado José Reinaldo, que, junto com o Senador Mozarildo Cavalcanti, honram os votos do Estado de Roraima.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Peço a palavra pela ordem, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Agradeço a presença. É uma honra tê-los aqui.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria também de saudar o Vice-Governador pela presença. Esteve também presente o Governador Ottomar Pinto, além do Vice-Governador Anchieta Júnior e dos deputados e deputadas estaduais que aqui se encontram, por iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti, que, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, promoveu um importante debate hoje a respeito da situação da demarcação de áreas indígenas da Raposa Serra do Sol e dos temas que S. Ex^a vem estudando a respeito das terras do Estado de Roraima. Hoje pudemos ouvir o depoimento de inúmeros deputados estaduais, além do Governador e do Vice-Governador, relativamente ao relatório que o Senador Mozarildo Cavalcanti está desenvolvendo com o objetivo de averiguar a situação dos brasileiros chamados não-índios que foram retirados da área indígena Raposa Serra do Sol.

Vamos ouvir, proximamente, os Ministros da Justiça, da Defesa e do Desenvolvimento Agrário, completando as informações sobre o tema.

Tive a oportunidade, então, de bastante aprender com os depoimentos que ali ouvimos. E as conclusões, obviamente, deverão ser apresentadas depois de serem completadas as audiências públicas previstas.

Cumprimento os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho e todos os que lá estivemos para ouvir essas observações importantes.

Tive, nessa ocasião, a oportunidade de transmitir ao Governador, ao Vice-Governador e aos Deputados de Roraima que me disponho a ir lá para acompanhar, aprender mais e, inclusive, explicar a eles a proposição de uma renda básica de cidadania, de um fundo Brasil de cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Eduardo Suplicy, se V. Ex^a o desejar, poderá fazer uso da palavra como primeiro orador inscrito, sem prejuízo na ordem dos inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Logo após a manifestação, então, dos Senadores de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Incorporo a este grupo de roraimenses que honram aquele Estado o Senador Augusto Botelho, querido amigo, respeitado nesta Casa, homem sério e competente, como o Senador Mozarildo. Lembro que o

Senador Augusto Botelho também é médico, como o Senador Mozarildo.

Como falei ontem, temos nosso caráter formado e o aprimoramos ou o reforçamos com a doutrinação que recebemos na nossa profissão. Por isso, tenho certeza absoluta de que os dois Senadores representam muito bem aquele Estado importante da Federação brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo, V. Ex^a que é de um Estado que tem a mesma idade do nosso, o Amapá e, coincidentemente, médico como eu e o Senador Augusto Botelho, com certeza compreende a angústia que nos domina, e a satisfação, por outro lado, de podermos discutir essa angústia na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Trata-se justamente da demarcação da 36^a Reserva Indígena do Estado de Roraima, que hoje já tem 47% do seu território demarcado com reservas indígenas. Foi trazido para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional justamente um aspecto que nunca foi levado em conta: que aquela reserva indígena está numa área de fronteira, aliás numa linha de fronteira, numa região de conflito entre a Venezuela e a Guiana, porque a Venezuela não reconhece uma área enorme da Guiana que faz justamente fronteira com essa reserva. Estamos debatendo essa questão do ponto de vista da defesa nacional, mas também queremos analisar o aspecto humano. Das 458 propriedades identificadas pela Funai, apenas 198 foram indenizadas. Dessas 198, apenas 131 receberam algum documento do Incra de que terão direito a uma terra.

Quero pedir a atenção do Brasil todo, porque não é um debate simples, que interessa somente ao povo de Roraima e não se trata apenas de questão relativa à situação dos indígenas, não. A maioria dos indígenas que estão lá é contra. Ao mesmo tempo, é uma região riquíssima, que está, portanto, sendo colocada pelo Governo brasileiro à mercê de uma situação conflituosa.

Esperamos, como manifestou o Senador Suplicy, que os Senadores da Comissão de Relações Exteriores encontrem uma forma de resolver a questão para que o assunto venha a Plenário.

O Senador Mão Santa, que também esteve presente ao debate, acompanhou – repito, com muita honra, o registro que V. Ex^a fez –, a presença do nosso Vice-Governador; dos deputados estaduais, do Deputado Federal Márcio Junqueira, também do nosso Estado; e do Senador Augusto, que nos acompanha desde a primeira comissão temporária externa do Senado.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a poderia me inscrever para uma comunicação inadiável, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a é o segundo inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo, gostaria de ser o terceiro inscrito para comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Senador Augusto Botelho é o terceiro inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, sem prejuízo na ordem dos oradores inscritos, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Prezado Presidente, Senador Tião Viana, foi o Senador Papaléo Paes quem me chamou, mas é uma boa nova a presença do Senador Tião Viana logo no início de nossos trabalhos, até porque acredito que assim poderá S. Ex^a prover um esclarecimento importante para todos nós, Senadores e brasileiros.

Prezado Senador Tião Viana, ainda há poucos dias V. Ex^a conversou comigo sobre como é importante esclarecer a opinião pública relativamente aos gastos do Congresso Nacional, do Senado. E V. Ex^a, inclusive, tomou uma iniciativa, ainda como Vice-Presidente do Senado, logo que assumiu interinamente a Presidência do Senado, que eu, assim como o Senador Jefferson Péres e outros, avaliei como muito positiva: tornar transparentes os gastos relativos às chamadas verbas de indenização. Felizmente, V. Ex^a conseguiu, dialogando com todos os membros da Mesa, chegar a uma conclusão positiva nessa direção para que os Senadores e o Senado Federal venham a ter uma política de transparência nesses gastos.

O Senador Mão Santa, por vezes, se refere ao tempo em que fui Presidente da Câmara Municipal de São Paulo. Naquela oportunidade, eu tive como lema que a principal forma de prevenir irregularidades seria sempre a transparência, em tempo real, de tudo o que se passava na Câmara. E acredito que seja esse o seu espírito e a sua intenção, Presidente Tião Viana.

Como hoje o jornal *O Globo* traz uma matéria sobre aquilo que saiu há poucos dias e que V. Ex^a co-

mentou, refletindo a análise da ONG Transparência Brasil, de que estaríamos, no Congresso Nacional brasileiro, gastando relativamente mais do que se poderia considerar de bom senso e como, ainda hoje, o jornal **O Estado de S. Paulo** menciona que a Câmara e o Senado gastam R\$16,4 milhões por dia e que haverá novas construções e projetos. Eu gostaria, Presidente Tião Viana, de fazer uma sugestão na direção daquilo que vem caracterizando os seus passos: de que haja muita transparência e, quem sabe, possa a Mesa ter uma relação, com o conjunto de Senadores, de muita responsabilidade, informando-nos e, assim, à opinião pública sobre que passos são esses, que construções e gastos estão se fazendo necessários. E que há projetos básicos, projetos executivos para que sejam realizadas as licitações devidas, a fim de que isso seja feito da forma mais transparente, defendendo o interesse público, de maneira que se possa considerar como justo e adequado o que estamos gastando. Nesta quarta-feira vimos que o gasto anual do Legislativo é de R\$6 bilhões, o que tende a crescer mais com a previsão de novos prédios em 2008.

Até assinalai, Sr. Presidente, que, há algumas semanas, eu havia sugerido que fossem inseridos no orçamento do Senado Federal R\$2,5 milhões para que a sede do Parlatino continuasse funcionando no Estado de São Paulo, mas a Mesa não considerou esse gasto adequado, prioritário, tendo em vista o orçamento, os recursos do Congresso Nacional.

Então, é muito importante tornar transparentes esses gastos, adotando-se um procedimento que implique a recusa de qualquer gasto que não seja considerado de grande prioridade, para que venhamos a exercer da melhor forma possível o nosso mandato, visando o interesse maior da Nação brasileira.

Gostaria ainda de transmitir aos Deputados Estaduais de Roraima que foi importante a oportunidade de examinarmos as suas preocupações com respeito aos efeitos da demarcação das terras indígenas naquele Estado e ao deslocamento de pessoas que há tempos estavam trabalhando nas diversas áreas onde estão os índios. E nos informaram que há uma situação que me pareceu um tanto estranha – até vou perguntar ao Ministro da Justiça, quando vier –, de tratamento diferente, digamos, para uma pessoa de Roraima que seja casada com um índio, que tem um direito assegurado diferente daquele de uma pessoa que for casada com uma índia, porque, nesse caso, a família teria um tratamento diferente. E me parece que esse tratamento feriria normas constitucionais. Então, avalio que isso deve ser objeto de exame.

Tenho a convicção de que o Presidente Lula, quando demarcou a área de Raposa Serra do Sol, pro-

courou atender àquilo que está na Constituição de 1988, observando também os direitos dos povos originários no Brasil, algo que, entretanto, merece ser debatido. Quem sabe a iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti de nos trazer as informações e as preocupações dos representantes do povo de Roraima nos indique um caminho de diálogo. Esse foi o tema da audiência pública de hoje.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)

– Senador Eduardo Suplicy, poderia fazer um pequeno aparte? Primeiro, agradeço a participação de V. Ex^a na reunião, o interesse e, acima de tudo, o compromisso assumido de estudar a matéria com profundidade. Quero também comunicar, em primeira mão, aos Deputados Estaduais e a V. Ex^a que acabei de conversar com o Senador Paulo Paim, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para levarmos também a questão para essa Comissão. Entendo que devemos ter muito cuidado com os direitos humanos dos indígenas, dos não-índios e dos miscigenados que estão naquela região. Vamos analisar, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o aspecto da defesa nacional e, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o aspecto dos direitos humanos. Espero que V. Ex^a também nos ajude nessa tarefa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Gostaria de confirmar aos Deputados Estaduais de Roraima e ao Vice-Governador – minha Assessora está distribuindo o meu texto sobre a renda básica de cidadania, informando que aceito o convite para ir à Assembléia Legislativa a fim de debater sobre como cada brasileiro deve ter o direito inalienável de partilhar da riqueza de nossa Nação, sejam os índios, os não-índios, os brancos, os amarelos, os vermelhos, os negros, pessoas de toda e qualquer cor, sexo e idade, até o Senador Mão Santa, a quem concedo o aparte, com muita honra

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Suplicy, V. Ex^a e o nosso Presidente são os motivos pelos quais nós não podemos ser anti-PT, porque o PT não tem uma banda boa, não, tem alguns. Nós pinçamos um aqui, outro ali; o Augusto Botelho, a gente pinça ali. Não dá uma banda, não. Mas quero tranquilizar Roraima, porque V. Ex^a é um homem de muita firmeza e muita dignidade. V. Ex^a se tornou grande quando foi eleito Vereador, não foi no Senado, não. V. Ex^a foi Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e usou de austeridade, moralidade, ética e decência. E, como um bem nunca vem só, V. Ex^a está aí. Mais uma gratidão. Minha mãe, terceira franciscana e que está no céu, Tião Viana, eu aprendi no colo dela, Mozarildo, que a mãe das virtudes é

a gratidão. Eu estava como esse grupo de Roraima, governando o Piauí, os influentes Senadores eram contra mim, vocês sabem disso. Quis Deus estar aqui o nosso Jonas, que revive a história. E o Prodetur. De repente, eles fizeram como estão fazendo lá. Vamos dizer, isolando, sacrificando Roraima, o povo, a democracia, e plantando a indignidade e a injustiça. E o Prodetur, de repente, fizeram um boicote em que faltou um voto. Alberto Silva foi buscar o Suplicy. Foi o Suplicy que me salvou. Salvou o Piauí. Não deram para Alagoas. Nessas Alagoas, a turbulência é velha. Eu escapei; foi ele. Precisava de um voto na Comissão. Foi o Suplicy, do PT. Então, V. Ex^a receberá do povo de Roraima essa mesma gratidão. É fácil. E o Luiz Inácio, nosso amigo, gente boa, um homem caridoso, tem de ouvir mais a encantadora mulher dele, a dona Marisa. Parece com a Marta Rocha. Gente boa. E deixar de ouvir os aloprados. Eu estou aqui para ensinar o Luiz Inácio. Aqui é a casa dos pais da pátria. Nunca houve um Senado melhor do que este na história da República. Se não tem estrela, ô Tião, há homens com compromisso com a democracia. V. Ex^a vá ao Planalto e diga: “Ô Luiz Inácio, afaste aí os aloprados e ouça”. Há uma lei segundo a qual ele pode fazer um decreto e delegar isso ao Governador do Estado. Um Governador que tem uma vida. Um homem de formação humana, médico. Um homem que construiu aquele Estado com várias lutas; que tem a maior liderança política. Então, ele pode delegar ao Governador do Estado, à Assembléia, para resolver esse problema. Isso é a descentralização.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peça a V. Ex^a que conclua seu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Isso é que é gestão administrativa. Então, Suplicy, V. Ex^a, ao sair daí, vá lá e peça ao Luiz Inácio e dê esse conselho – que ele pode –, e delegue ao Governador do Estado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Prezado Senador Mão Santa, eu gostaria de lhe... Sabe que eu andei pensando, porque V. Ex^a aqui gosta muito de nos provocar, a nós do Partido dos Trabalhadores, especialmente a mim. E, às vezes...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Fiz elogios a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sei, mas V. Ex^a gosta de nos colocar numa situação por vezes difícil. Mas vou fazer-lhe uma recomendação: para que V. Ex^a seja, inclusive, mais ouvido pelo Presidente Lula e pelos Ministros do Governo, na medida em que usar de palavras que sejam, sobretudo, construtivas, e não tomar atitudes que, por vezes, possam ser consideradas ofensivas, eu tenho a convicção de que V. Ex^a será mais eficiente

em seu propósito. Porque, por vezes, V. Ex^a faz uma análise sobre a situação do Governo do Presidente Lula como se méritos não tivesse. Veja, só para assinalar algo interessante: a Cepal, recentemente, fez um levantamento sobre como é que os povos das Américas analisavam todos os Presidentes de República e Chefes de Estado nas Américas, e justamente o Presidente Lula é aquele que está com a melhor qualificação. Deve haver razões muito positivas, e eu tenho a convicção de que elas existem, para que haja essa boa avaliação, em relação, por exemplo, a outros Chefes de Estado.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a poderia me conceder um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou conceder o aparte a V. Ex^a, Senador Mário Couto, mas não quero concluir o meu pronunciamento sem antes dizer duas coisas, para, em seguida, conceder o aparte a V. Ex^a.

A preocupação que eu expressei junto ao nosso Presidente, querido Senador Tião Viana, sobre esses atos, segundo os quais o Senado brasileiro estaria gastando bem mais do que em termos **per capita**, ou em relação a outros países, ou em relação ao valor do PIB, porque acho que é uma responsabilidade de todos nós procurarmos esclarecer isso para a opinião pública, apoiando muito o sentido de maior transparência que V. Ex^a vem dando a essa questão.

Sr. Presidente, já na segunda feira, fiz um pronunciamento sobre a atuação tão positiva do brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, como responsável pelos Direitos Humanos da ONU, em sua viagem a Miamar. Mas, como ontem, no jornal **O Estado de S. Paulo**, e hoje, em *O Globo*, há uma entrevista do Paulo Sérgio Pinheiro sobre o que viu em Miamar, com maiores detalhes, peço a transcrição de ambas as matérias para que possamos saber melhor da coragem, da iniciativa tão positiva que teve Paulo Sérgio Pinheiro nesse aspecto.

Concedo o aparte ao Senador Mário Couto, para concluir a minha fala, respeitando o apelo do Senador Tião Viana.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Suplicy, eu o admiro, sinceramente, sem nenhuma demagogia. Eu o admiro em todos os sentidos. Agora, preste bem atenção, Senador. O Presidente Lula concorreu com quem para ser o melhor? Com Morales, Hugo Chávez... Pelo amor de Deus, se ele não ganhasse... Espere aí, Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com todos os Chefes de Estado eleitos.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – É o mesmo que comparar o São Paulo com a Portuguesa de Desportos e ver quem é o melhor. Lógico que é o São Paulo, Senador. Aí, é demais. Olhe, deixe-me falar um negócio. Já é outra história, outro assunto já, rapidinho, pois o Presidente está cobrando, para que nós possamos encerrar. Se V. Ex^a ler os jornais de hoje... E pensei em V. Ex^a. Acabei de tomar café, peguei os jornais do dia, e veio Suplicy na minha cabeça. Eu rezei logo uma Ave-Maria e um Padre-Nosso, para nos proteger, tanto o senhor quanto eu, no dia de hoje. Eu rezei logo e pensei em V. Ex^a: “Se o Senador Suplicy ler os jornais de hoje, ele vai votar a favor da não renovação da CPMF, porque a arrecadação dos impostos, em oito meses, já superou as expectativas do Governo. Só aí, comparando com o ano passado, já sobraram R\$35 bilhões, o que supera a arrecadação da CPMF anual. Então, não precisa mais de dinheiro. V. Ex^a, se ler os jornais de hoje, eu acho que já está pensando em votar junto com o povo da sua cidade querida, São Paulo, que está querendo o fim da CPMF. E V. Ex^a, como nunca falhou com aquele povo, e nunca vai falhar, eu tenho a impressão de que, depois dessas notícias de hoje, vai votar contra a CPMF. Quanto à avaliação do Presidente Lula, ele disputou com gente muito fraca e disputou com um maluco: Hugo Chávez é um maluco. Sabe o que Hugo Chávez quer fazer hoje? Ele quer fazer um vôo rasante em cima da casa do rei da Espanha para chamar atenção do rei. Um cara desse é normal? É um louco! O Lula não pode perder para um doido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Solicito a colaboração de V. Ex^a com os outros oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero esclarecer ao Senador Mário Couto que, na verdade, estavam disputando todos os Presidentes e Chefes de Estado, como Michelle Bachelet, Néstor Kirchner, o Presidente do México, o Presidente dos Estados Unidos, o Primeiro Ministro do Canadá, e assim por diante. O Presidente Lula teve a melhor qualificação.

Sr. Presidente, portanto, requeiro que sejam transcritas as entrevistas de Paulo Sérgio Pinheiro sobre a missão tão positiva que ele teve ali em Mianmar.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO

Inserido de acordo com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

'A junta de Mianmar não quer ficar isolada'

Relator de direitos humanos da ONU, Paulo Sérgio Pinheiro diz que situação no país asiático é crítica

ENTREVISTA

Paulo Sérgio Pinheiro

NOVA YORK. Paulo Sérgio Pinheiro voltou apreensivo de Mianmar. Para o relator de direitos humanos da ONU, piorou muito o tratamento dado aos presos políticos, que ele calcula serem 1.200 apenas na principal prisão do país. Diz que há relatos de tortura — sobretudo maus-tratos e privação de sono — e que as condições das celas são extremamente insalubres. A junta militar acusa os presos de terrorismo e associação a uma conspiração internacional para desestabilizar politicamente o país. Pinheiro apresentará seu relatório em 11 de dezembro, em Genebra. Nesta entrevista exclusiva ao GLOBO ele dá detalhes de sua recente visita ao país dos monges.

Marília Martins

Correspondente

O GLOBO: Como está a situação de direitos humanos em Mianmar?

PAULO SÉRGIO PINHEIRO: O desrespeito aos direitos humanos é total. Trata-se de uma ditadura militar violenta, que mantém a população em regime de medo, sem qualquer resquício de liberdade de expressão. Visitei a maior prisão do país, obviamente superpovoada para as instalações sofríveis, com dez mil presos. Vi que ali há pelo menos 1.200 presos políticos. A junta militar reconhece apenas 92, mas há muito mais. A maioria é de estudantes, muitos têm por volta de 40 anos e fazem parte dos movimentos de oposição. Agora, por causa da repercussão internacional, os presos políticos ganharam notoriedade e são mais bem tratados que os presos comuns. Mas a condição geral do presídio é um horror. O único consolo é que, apesar de haver pena de morte, Mianmar tem tido uma moratória de fato nas execuções porque não há relato de prisioneiros executados desde os anos 80.

NOVA YORK. Paulo Sérgio Pinheiro voltou apreensivo de Mianmar. Para o

relator de direitos humanos da ONU, piorou muito o tratamento dado aos presos políticos, que ele calcula serem 1.200 apenas na principal prisão do país. Diz que há relatos de tortura — sobretudo maus-tratos e privação de sono — e que as condições das celas são extremamente insalubres. A junta militar acusa os presos de terrorismo e associação a uma conspiração internacional para desestabilizar politicamente o país. Pinheiro apresentará seu relatório em 11 de dezembro, em Genebra. Nesta entrevista exclusiva ao GLOBO ele dá detalhes de sua recente visita ao país dos monges.

• E quanto aos mortos?

PINHEIRO: Bem, não é possível determinar ainda quantos foram mortos durante a repressão às manifestações de rua contra o regime. A junta militar reconhece apenas 14 mortos, e me forneceram os exames de necropsia, já que em Mianmar os mortos são incinerados. Mas recebi relatos de muito mais. Conversei com muitos prisioneiros com inteira privacidade. Cheguei a fazer um exame nas celas para ver se havia dispositivos de gravação, e aparentemente tive alguns minutos de isolamento com os prisioneiros que entrevistei. Os detalhes dos depoimentos dos presos estarão no meu relatório sobre o desrespeito aos direitos humanos em Mianmar, que será apresentado no dia 11 de dezembro em Genebra.

• Além dos depoimentos dos presos, quais são as suas fontes no relatório?

PINHEIRO: Conversei também com ONGs de defesa de direitos humanos, com membros dos partidos de oposição, com estudantes, e com alguns monges.

Foram cinco dias de muito trabalho, muitos encontros. Há bastante medo nas ruas, tanto na antiga capital, Rangun (atualmente Yangon), quanto na nova capital, Naypydaw. Quase todo o tempo fui acompanhado por pessoas do governo, que queriam verificar onde eu ia e o que estava fazendo. Então tenho que ter muito cuidado para não expor todas as minhas fontes.

• O senhor se encontrou com a líder da oposição, Aung San Suu Kyi?

PINHEIRO: Não. Ela havia tido encontros com outro representante da ONU, que esteve lá antes de mim. Estamos todos preocupados com o estado de saúde dela, mas a junta militar não me permitiu refazer o roteiro do meu antecessor, de modo que fiquei impossibilitado de vê-la. Eles temiam que eu fosse fazer o papel de mensageiro de entidades internacionais. Então voltei sem ter tido acesso a ela, e isto certamente estará no meu relatório.

• A permissão para a visita de representantes da ONU sinaliza uma preocupação da junta com a comunidade internacional?

PINHEIRO: Sem dúvida. Isto foi muito positivo e quer dizer que a junta militar teme o julgamento internacional. Mas trata-se de uma ditadura, e a repressão a manifestações pacíficas foi extremamente violenta. Mianmar tem hoje uma rede de opositores ao regime tão eficiente que imagens da minha visita ao país já estão no YouTube. Acho que a repercussão internacional sem dúvida ajuda a que haja melhoria, ainda que pequena, nas condições dos prisioneiros políticos.

Chávez prevê fim do 'império do dólar'

Em visita ao Irã, presidente venezuelano reforça aliança com Ahmadinejad e diz que EUA entrarão em colapso 'em breve'

TEERÃ

Os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e do Irã, Mahmud Ahmadinejad, voltaram a atacar ontem os EUA, durante uma visita-relâmpago de Chávez a Teerã. "O império do dólar está caindo e, com isso, o império americano entrará em colapso", afirmou o venezuelano, ao lado de Ahmadinejad. "Em breve não falaremos mais em dólares porque a moeda americana está se desvalorizando."

No domingo, durante a reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) em Riad, na Arábia Saudita, Venezuela e Irã afirmaram que a Opep deveria expressar formalmente sua preocupação com o enfraquecimento do dólar. Ahmadinejad chegou a afirmar que a moeda americana era "um pedaço de papel sem valor". A tentativa de abandonar o dólar como moeda de refe-

rência da Opep, no entanto, foi barrada pelo governo saudita, forte aliado da Casa Branca.

Ahmadinejad ameaçou, ainda no domingo, cortar o fornecimento do petróleo se os EUA invadirem o Irã por causa do seu programa nuclear. Já Chávez afirmou que o preço do barril chegaria a US\$ 200 no caso de uma ação militar contra Teerã.

A possibilidade de uma intervenção militar americana no Irã vem elevando o preço do petróleo, que no dia 7 chegou a US\$ 98,62 o barril. As ameaças de Chávez e Ahmadinejad, no entanto, não parecem ter afetado ontem o preço do produto. Na Bolsa de Nova York, o barril chegou a ser cotado em US\$ 95,15, mas fechou em US\$ 94,64.

Durante a visita de Chávez a Teerã - a quarta em dois anos - Ahmadinejad voltou a provocar os EUA, afirmando ser testemunha "da queda do sistema da arrogância (americana) e as contínuas vitórias dos povos". Os dois líderes assinaram um acordo para criação de um banco, além do aumento da cooperação entre os setores petroquímico e industrial. De acordo com o ministro da Indústria e Minas do Irã, Ali Akbar Mehrabian, o valor dos acordos firmados chega a US\$ 20 bilhões. Chávez passou apenas algumas horas em Teerã. Ainda ontem, ele viajou para Paris. ● REUTERS ● EFE

Entrevista

Paulo Sérgio Pinheiro, relator da ONU para Mianmar

'Más condições de presídios lembram as do Brasil'

Brasileiro diz que número de detenções diminuiu, mas repressão da junta militar aos dissidentes ainda não acabou

Jamil Chade
CORRESPONDENTE
GENÈBRA

As condições das prisões de Mianmar, governado há 45 anos por uma junta militar, não são diferentes de alguns dos centros de detenção no Brasil. Quem faz o alerta é o relator da ONU para Mianmar, Paulo Sérgio Pinheiro, ex-ministro de Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso. Pinheiro, que visitou Mianmar para avaliar a situação dos direitos humanos, concluiu sua missão no fim de semana. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Estado:

O governo de Mianmar permitiu a visita do sr. ao país depois de quatro anos e deu sinais de que está disposto a conversar com a ONU. A repressão acabou?

A repressão não acabou. Enquanto estive lá, mais duas pessoas foram presas. Pode conversar com uma delas. O número de prisões diminuiu. Mas isso porque mais de 3 mil pessoas já haviam sido detidas no último mês. Não parece que há mais muitos a prender.

O governo anunciou a libertação de 53 pessoas no dia seguinte à sua visita. Seria um sinal de boa vontade ou uma encenação? Dos 53 soltos, apenas 6 estavam envolvidos nos protestos.

O que o governo alega para atuar do modo como agiu contra monges e ativistas em setembro?

A alegação é a de combater o terrorismo. Há vários processos contra pessoas por terro-

rismo no país.

Em uma de suas visitas, o sr. descobriu que o governo havia colocado escuta nos locais onde o sr. se entrevistou com vítimas. Desta vez houve liberdade total?

Esta foi uma visita controlada pelo governo. Mesmo quando estive com embaixadores estrangeiros ou organizações não-governamentais internacionais, um representante do governo sempre esteve presente. Numa situação normal, eu não teria aceito as condições impostas para a visita.

E por que desta vez o sr. aceitou? Diante das circunstâncias, penso que seria mais útil ir. Acredito que o fato de terem permitido minha volta já foi algo positivo. Apenas em dois momentos pude entrevistar pessoas sem a companhia do Estado - com um grupo de monges e com cinco detentos.

E o que disseram?

Tudo estará em um relatório que apresentarei à ONU no dia 11. O que posso dizer é que a conversa que tive com eles confirmou que a repressão existe. Em uma semana, 1,9 mil pessoas foram presas e, no total, 3,5 mil acabaram na cadeia. O governo diz que só 93 pessoas estão presas. Mas eu não ponho a mão no fogo. Só tive acesso a cinco presos.

Em que estado estão os detentos e as prisões?

Podemos comparar as prisões a algumas das penitenciarías em más condições do Brasil. Como no Brasil, o problema principal é o interrogatório e as técnicas usadas para tirar informações. Além disso, há falta de alimentos e remédios.

O sr. chegou a uma conclusão sobre o número de mortos desde a repressão?

O governo diz que 15 pessoas morreram. Acho isso improvável. Estou compilando informações recebidas sobre a situação no interior do país, que apresentarei na ONU. ●

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente-Interino.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, como fui citado pelo eminente Senador Eduardo Suplicy, peço a palavra com base no art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a terá a palavra, nos termos do art. 14, VIII, do Regimento Interno, por cinco minutos, por ter sido nominalmente citado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Foi citado positivamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Lamentavelmente, o Regimento não deixa claro se é positiva ou negativa a intenção do orador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, brasileiros e brasileiras, Senador Eduardo Suplicy, eu analisei e disse que a virtude, a austeridade o trouxe para cá e que essa austeridade o diferenciava do Partido a que ele pertence, Senador Gerson Camata.

Sempre tratei Sua Excelência o Presidente da República com muito respeito. A verdade não é um desrespeito, verdades – *veritas quae sera tamen* – não é um desrespeito. A palavra forte, Suplicy – porque o essencial é invisível aos olhos, quem vê bem vê com o coração – foi aloprados. Mas aloprados, hoje, significa uma palavra salvadora. Foi graças a ela que Luiz Inácio, homem generoso, bom, caridoso, em quem votei em 1994, disse, deste Congresso, estarrecido com o Brasil, que nunca dantes teve tanta corrupção, tanta ladroeira, mensalão, um mar de corrupção, P-SOL. Pensou-se em **impeachment**. Aí, Luiz Inácio bradou: “Aloprados. Foram os aloprados”. Essa palavra, hoje, se feriu alguém, foi pronunciada pelo Presidente e foi salvadora.

Nós estávamos pensando em fazer o *impeachment* do Luiz Inácio, mas esta Casa, ô Tião Viana, se não tem estrela, tem de ter os pais da Pátria. Este é o melhor Senado em 181 anos! Aqui estão para garantir isso homens de vergonha e responsabilidade que não faltarão com o compromisso, com a democracia.

Do PT eu disse que há alguns, eu até acho que mereço ser condenado porque eu esqueci o nome do

Paim! Que nome, que grandeza! Citei outros: Suplicy, Tião Viana e Augusto Botelho.

No meu Piauí, temos do PT o Vereador Jacinto Teles; o Deputado Federal Nazareno, homem honrado que disputou o governo comigo – eu ganhei, mas ele talvez ganhe até a prefeitura de Teresina –; uma Deputada Federal que está no céu, Trindade, que morreu envergonhada pelos aloprados.

Então o Lula bradou: “Foram os aloprados! Foram os aloprados”! E nós acreditamos. O Senado, pai da Pátria, se sensibilizou; o Senado acreditou, o Senado não fez o **impeachment**. Se compararmos, na história, ô Cafeteira, o pecado venial do Senador Collor com o que houve aqui, aquele negócio do Fiat Elba, da Casa da Dinda, com a corrupção, com o mar de malandragem...

E que o STF, que é a coroa da Justiça, brilhe mais do que a coroa dos reis, esteja mais alta do que a coroa dos santos. A coroa da Justiça se manifestou, se sensibilizou e carimbou lá “aloprados”, quarenta aloprados saquearam a Nação.

Então, essa palavra que eu disse foi um clamor, é hoje uma palavra salvadora. Foi essa palavra que nos sensibilizou, e nós fomos clementes, não pedimos o **impeachment** de Lula. E essa palavra passou à Nação de tal maneira que a Nação absolveu todos. Absolveu Luiz Inácio, o consagrador, numa eleição majoritária que eu não vou contestar, é um fato. Mas também não vamos contestar que o povo condenou o Partido que pariu tantos aloprados. Mas é mãe também de tanta gente boa.

Está aí o Paulo Paim, que ontem mostrou a grandeza do Brasil, que está no livro *A Verdadeira Formação do Povo Brasileiro*, do Senador Darcy Ribeiro: os negros que nos engrandecem e nos enriquecem, os brancos europeus e os índios, nossos aborígenes, nativos, construíram esta bela Nação. E o Luiz Inácio, ouviu os aloprados mais uma vez e vetou a lei boa e justa que Paim fez, em três anos nesta Casa, dando direitos aos carteiros, direitos que eles merecem. E justamente eu pedi ao Lula que, com a sua encantadora esposa, Marisa, que representa bem a mulher brasileira, assistisse ao filme *O Poeta e o Carteiro*.

Ô Paim, que o Presidente volte atrás! Vamos plantar aquela lei boa e justa que o Paim fez em benefício dos carteiros do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Antes de conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, a Presidência tem um esclarecimento a

fazer ao Plenário sobre a manifestação, já externada na tribuna do Senado pelo Senador Eduardo Suplicy, também motivada por um ofício do eminente Senador Pedro Simon, no dia de hoje, preocupado com matéria jornalística, como a de hoje que dizem respeito a gastos que a Casa estaria tentando apresentar e que pudessem significar desvios de finalidade, excessos e não austeridade com os recursos públicos.

A Presidência esclarece que já emitiu o seguinte ofício, no dia de hoje, ao Diretor-Geral da Casa, Dr. Agaciel da Silva Maia:

Sr. Diretor-Geral, determino a V. S^a e às respectivas áreas técnicas do Senado que não apresentem emenda ao Orçamento da União para o exercício de 2008, referente à construção do Anexo III, no valor de R\$21 milhões.

Esclareço que, apesar de as comissões diretoras dos últimos vinte anos tentarem, através de várias emendas, a construção desse novo espaço físico, esta Presidência entende ser inoportuna a apresentação da referida emenda.

Esclareço ainda ofício do Senador Pedro Simon, que peço a publicação, nos seguintes termos à imprensa:

Pela terceira vez, este ano, os jornais utilizam-se de dados divulgados pela ONG Transparência Brasil, alardeando ser o Parlamento brasileiro o mais caro do mundo.

Conforme o Senado Federal já respondeu em todas as ocasiões, sem conseguir obter em nenhuma deles nenhum espaço para apresentar suas explicações, os dados apresentados pela ONG são errados e as conclusões, asentadas sobre uma metodologia completamente equivocada.

A matéria divulgada pela primeira vez em junho último, reprisada há uma semana e novamente divulgada hoje, dia 21 de novembro, insiste na mesma tese, ignorando por completo todas as contestações técnicas e metodológicas apresentadas até aqui.

A matéria velha, agora com nova roupagem, comete erros grosseiros, principalmente porque mistura recursos de diferentes naturezas para utilizá-los como justificativa a uma tese pífia, cujo objetivo maior é o de atacar a

imagem do Parlamento brasileiro. Os erros cometidos são principalmente de ordem cambial e de soma heterogênea, pois mistura indevidamente gastos previdenciários com investimentos e gastos correntes de uma instituição que tem mais de 180 anos, dividindo esse total obtido pelo número de Senadores para concluir que cada Senador ou cada Parlamentar custa tanto ao País, procurando levantar indignação com estapafúrdio número encontrado.

Por que a ONG não procedeu do mesmo jeito com os ministérios ou os tribunais? Por essa metodologia, podemos dizer que cada Ministro do Supremo Tribunal Federal custa ao País R\$46,3 milhões, simplesmente dividindo o valor, lançado no Orçamento da União de 2008 para aquela instituição, pelos seus onze Ministros. Nessa mesma linha, o Ministro da Agricultura custaria ao País R\$6,38 bilhões porque esse é o valor do Orçamento do Ministério, enquanto o Ministro da Fazenda custaria nada menos do que R\$17 bilhões e o Presidente Lula, claro, custaria quase R\$1 trilhão, já que esse é o total do Orçamento.

Então é uma nota emitida à imprensa, Senador Suplicy. Acho que é um bom debate. A ONG cumpre o seu papel fiscalizador, de promoção de um debate crítico às instituições brasileiras, e o nosso dever, como Senadores, é a defesa da instituição.

Não há democracia forte com instituição fraca. Não há credibilidade de uma instituição se nós estivermos abalados nas nossas prerrogativas e responsabilidades. Então penso que respondo, assim, à preocupação de V. Ex^a com os gastos, como também do eminente Senador Pedro Simon, que teve a generosidade de fazer uma ligação antes expressando sua preocupação e emitiu um ofício pedindo uma pronta resposta às preocupações apresentadas, de maneira correta e necessária, para o bem da democracia brasileira e da própria instituição pela imprensa no dia de hoje.

Então é a resposta que a Presidência concede a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

Inserido de acordo com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

Nota à Imprensa

Pela terceira vez este ano os jornais se utilizam de dados divulgados pela ONG “Transparência Brasil”, alardeando ser o Parlamento brasileiro o mais caro do mundo. Conforme o Senado Federal já respondeu em todas as ocasiões, sem conseguir obter, em nenhuma delas, nenhum espaço para apresentar suas explicações, os dados apresentados pela ONG são errados e as conclusões assentadas sobre uma metodologia completamente equivocada. A matéria, divulgada pela primeira vez em junho último, reprisada há uma semana, e novamente divulgada hoje, dia 21 de novembro, insiste na mesma tese, ignorando por completo todas as contestações técnicas e metodológicas apresentadas até aqui.

A matéria velha, agora com nova roupagem, comete erros grosseiros, principalmente porque mistura recursos de diferentes naturezas para utilizá-los como justificativa a uma tese pífia, cujo objetivo maior é o de atacar a imagem do Parlamento brasileiro.

Os erros cometidos são, principalmente, de ordem cambial e de soma heterogênea, pois mistura indevidamente de gastos previdenciários com investimentos e gastos correntes de uma Instituição que tem mais de 180 anos, dividindo esse total obtido pelo número de senadores, para concluir que cada senador ou cada parlamentar “custa tanto” ao País, procurando levantar indignação com o estapafúrdio número encontrado.

Por que a ONG não procedeu do mesmo jeito com os Ministérios ou os Tribunais? Por essa metodologia canhestra, podemos dizer que cada ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) custa ao País, 46,3 milhões, simplesmente dividindo o valor lançado no Orçamento da União de 2008 para aquela Instituição pelos seus 11 ministros.

Nessa mesma linha, o ministro da Agricultura custaria ao País R\$ 6,38 bilhões, porque esse é o valor do Orçamento do Ministério, enquanto o ministro da Fazenda custaria nada menos que R\$ 17,43 bilhões.

O Presidente Lula, claro, custaria quase R\$ 1 trilhão, já que esse é o total do Orçamento. Será que faz sentido insistir-se nessa tese absurda? Para alguns, faz. Principalmente se é para distorcer ainda mais a imagem do Congresso.

A metodologia de trabalho utilizada é tão absurda que põe na conta de um senador atual, aposentadorias de servidores do Senado que se aposentaram quando sequer esse senador era nascido. E faz o mesmo procedimento com pensões pagas a viúvas de servidores que faleceram há décadas. Ora, quando um servidor que contribuiu 35 anos para a Previdência Social se aposenta legalmente, os benefícios que receberá enquanto aposentado são ressarcimento

das contribuições arrecadadas e correm por conta da Previdência e não pelo órgão no qual o servidor trabalhava.

Quando a matéria em questão foi divulgada pela primeira vez – e certamente será divulgada outras tantas, sem qualquer retoque – a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado produziu uma nota técnica e uma nota à Imprensa contestando o que a matéria alardeava – que o Parlamento brasileiro era o mais caro do mundo. E na briga entre a versão falsa e os dados reais, estes saíram perdedores, porque o que se quer mesmo é turvar a imagem do Congresso brasileiro.

A matéria de junho deste ano retornou intacta às páginas do JB na última semana e retorna novamente hoje no jornal O Globo, irretocável, sem qualquer consideração aos questionamentos feitos pelo Senado Federal em todas as ocasiões, questionamentos esses, fartamente divulgados no plenário do Senado e pelos veículos de Comunicação da Casa. Novamente, o Senado rebate a tese. Como se afirmou em junho último e na última semana, as conclusões da matéria foram erigidas em bases eivadas de vícios técnicos que, à luz de uma análise com o mínimo de bom senso, tornam-nas completamente apressadas, falsas e absurdas.

O trabalho feito pela ONG em questão contém, segundo análise de técnicos do Senado Federal, pelo menos, as seguintes imprecisões, além das que já foram aqui citadas:

1. Ao agregar os dados do lado brasileiro para compará-los aos dos outros países, o estudo da *Transparência Brasil* não levou em conta que 25% dos dispêndios totais do Congresso brasileiro referem-se a despesas com inativos e pensionistas, portanto, gastos previdenciários de responsabilidade da União, que em nada se relacionam ao custo efetivo de um Parlamento. Provavelmente, muitos dos parlamentos citados na pesquisa não incluem esse item em suas despesas, tornando os números, portanto, não-comparáveis com os do Brasil.
2. Do mesmo modo, no caso do Brasil, também se agregou aos dados o custo da contribuição patronal previdenciária, que difere de país para país, conforme suas legislações, e que no caso do Senado brasileiro soma R\$ 189 milhões, item que não guarda qualquer relação com a atividade parlamentar, sendo de natureza eminentemente previdenciária. No caso brasileiro, a contribuição patronal para a Previdência corresponde a 11% da folha, correspondendo a R\$ 372 milhões nas duas Casas do Legislativo Federal.
3. A despesa do Congresso Nacional representa 0,7% do Orçamento da União (excluído o refinanciamento da dívida pública). Ao se descontar as despesas de cunho previdenciário, esse percentual cai para 0,48%.

4. A comparação de custo em termos de salário-mínimo local feita pelo estudo é diretamente influenciada pela estrutura de distribuição de renda do país analisado, bem assim pelo poder de compra desse indicador. Nesse sentido, a existência de um custo mais alto em termos de salário-mínimo local não significa necessariamente excesso de despesa ou baixa eficiência do parlamento em questão.

5. O estudo mencionado, na tentativa de universalizar os dados, baseou-se em parâmetros de taxa de câmbio provavelmente assumindo a premissa de tratar-se de uma situação em que esta se posiciona em um ponto de equilíbrio. No entanto, é notório que atualmente o Real encontra-se extremamente valorizado perante as principais moedas fortes do mundo, como o Dólar norte-americano e o Euro. Assim, se esse estudo tivesse sido feito há três anos, quando o câmbio era de R\$ 3,12/US\$, o custo em dólar do parlamento brasileiro cairia a 60% do valor agora apurado.

6. O trabalho não leva em conta as peculiaridades do Parlamento brasileiro, praticamente dividido em três: Senado, Câmara e Congresso Nacional, nem as dimensões continentais do País, que envolve maiores custos de deslocamento dos parlamentares e coisas dessa natureza.

7. Em síntese, ao se descontar as despesas que não constituem efetivamente ônus do Legislativo, ao se considerar as peculiaridades do Brasil e de sua estrutura federativa e ao se levar em conta a excepcional valorização do Real, conclui-se que o gasto efetivo do Parlamento Brasileiro não se encontra entre os mais altos do mundo. Ao contrário, apresenta-se em níveis adequados à complexidade das demandas que lhe são impostas. Vale destacar que apenas com a retirada das despesas previdenciárias do rol comparativo, mesmo considerando a esdrúxula metodologia utilizada, a despesa anual do Congresso brasileiro seria reduzida de R\$ 32,62 para R\$ 22,58 por habitante, caindo para a oitava colocação no grupo dos onze países pesquisados.

8. Por fim, também não é verdade o que sempre se quer alardear, que o Senado brasileiro seria o órgão público com o mais elevado coeficiente de gasto com pessoal. Não é. O coeficiente de gasto com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal é de 0,86. No Senado, esse coeficiente atinge 0,46. Isso significa que o Senado Federal gasta, portanto, praticamente metade do que a lei permite gastar com pessoal, registrando um dos melhores coeficientes de gastos com Pessoal entre todos os órgãos públicos federais.

.....

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Gerson Camata. Depois vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Cumprimento V. Ex^a, primeiro, pela decisão de colocar fim àquela pretensão de algumas mesas diretoras de promover o crescimento imobiliário da Casa. O nosso crescimento agora não tem de ser imobiliário, tem de ser crescimento ético e moral.

V. Ex^a age de conformidade e em sintonia com a maioria dos seus pares quando toma essa decisão. E depois pela nota esclarecedora que V. Ex^a emite, com equilíbrio, com calma, mas informando a verdade àqueles que, às vezes até bem intencionados, querem fazer sensacionalismo. Esse sensacionalismo, às vezes, provoca a queda da popularidade da Casa e atinge também o cerne do processo democrático.

Eu cumprimento V. Ex^a e peço-lhe, se possível, que me inscreva para uma comunicação inadiável, se o Regimento assim o permitir.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella e depois ao Senador Osmar Dias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero pedir minha inscrição como Líder do PRB, para falar antes da hora do expediente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Osmar Dias, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela forma com que vem presidindo o Senado Federal nessa interinidade, que faz com que a gente perceba, ou sinta, que não é uma interinidade. V. Ex^a tem conduzido a Casa com rigor, tem dado ritmo aos trabalhos e tem permitido que os Senadores exerçam os seus mandatos com tranqüilidade.

A resposta dada por essa nota, evidentemente, é tudo que nós esperávamos, porque há muita notícia que sai de dentro do Senado e que não é verdadeira.

Eu gostaria que o pronunciamento que fiz ontem da tribuna desta Casa, protestando contra o conluio ou acordo, ou como o queiram chamar, para votar a

CPMF vinculado à absolvição ou não do Senador Renan Calheiros, também fosse esclarecido, porque não fica bem a imprensa brasileira noticiar que no Senado corre solto um acordo para absolver o Senador Renan Calheiros em troca da aprovação da CPMF.

Dessa forma, eu não vou dar meu voto para avaliar qualquer acordo que seja espúrio, escuso, absurdo e escondido. Isso também tem de ser esclarecido. Acho que V. Ex^a tem conduzido a Casa com toda clareza. E poderíamos ter, também, os esclarecimentos em relação a esse assunto que está me incomodando, porque eu não gostaria de votar nem uma nem outra matéria se continuar essa história de vinculação dos dois.

Gostaria de pedir, também – se ainda for possível –, a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Osmar Dias.

A Presidência esclarece que tem o mesmo sentimento de V. Ex^a. Seria muito triste imaginarmos a dimensão da instituição Senado Federal se ela se tornasse refém e julgasse a honra das pessoas pela partidização, por um comportamento passional da política e não pelos padrões éticos, que deve estar completamente equidistante da partidização das ações ordinárias desta Casa. Tenho o mesmo sentimento de V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra. (Pausa.)

O Senador Mão Santa pede a palavra pela ordem?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só queria cumprimentá-lo pela nota de defesa do Senado da República. Foi isso que me inspirou a dizer que este é um dos melhores Senados da História da República do Brasil.

E o PT...Está aí um quadro bonito: V. Ex^a; à esquerda, Suplicy e, à direita, Paim. Então, isso nos faz ser otimistas quanto às perspectivas da democracia no Brasil. Nossos aplausos. V. Ex^a foi muito humilde quando disse que o Senado não tinha estrela. V. Ex^a, com essa resposta, é mais do que uma estrela, porque a estrela a gente só vê de noite; e V. Ex^a está dia e noite trabalhando pelo Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há nuvens entre o céu e a terra, Senador Mão Santa.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/ PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostei da nota de V. Ex^a. Acho até que podia acrescentar alguma coisa. Nós Senadores temos direito a um carro. O meu tem 121 mil quilômetros rodados. Estamos usando sucata. Fazemos isso exatamente para não onerar o País. Então, é uma injustiça jogar sobre os ombros da Mesa despesas que não são necessárias agora. O Senado tem se portado com muita dignidade. É preciso saber que somos um Poder que não ofende ninguém, mas temos sido ofendidos muitas vezes e ouvimos tudo calados. V. Ex^a deu a resposta que o Senado da República precisava dar. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Obrigado, Senador Epitácio Cafeteira.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, quero registrar desta tribuna que, embora o Presidente Lula tenha vetado projeto de minha autoria que garantiu o adicional de periculosidade aos carteiros, ontem fechamos um acordo com todas as lideranças dos carteiros, com o Ministro Hélio Costa e com o Presidente Lula. Nesse acordo, está garantido o reajuste de 30% sobre o salário dos carteiros a partir de 1º de dezembro. Quero dizer, Senador Mão Santa, que o seu pronunciamento, ontem, ajudou a construir esse entendimento porque, quando foi aprovado projeto de nossa autoria, no Senado e na Câmara, ficou estabelecido que, devido ao serviço de risco, seria concedido aos carteiros o adicional de 30% a título de periculosidade. Por uma série de argumentos técnicos, independentes agora do mérito e dos argumentos, conseguimos ontem, depois de a matéria ser vetada, construir esse acordo que vai vigorar a partir de 1º de dezembro. Estavam presentes os carteiros e as lideranças deles, assim como o Ministro Hélio Costa e o Presidente da companhia. Foi, então, assegurado o reajuste de 30% de reajuste sobre o salário básico, que seria o correspondente àquilo que eles teriam direito pelo adicional de periculosidade.

Quero, aqui, cumprimentar principalmente o Ministro Hélio Costa e dizer que ele foi fundamental na negociação, na argumentação, para assegurar o benefício. Parabéns ao Hélio Costa, Senador e ora Ministro das Comunicações. Parabéns a toda a categoria e parabéns também ao Presidente Lula, que foi sensível aos argumentos colocados na Mesa por parte das lide-

ranças dos trabalhadores dos Correios, como também pelo próprio Ministro.

Sr. Presidente, amanhã, teremos mais uma audiência com o Ministro Guido Mantega para discutir a crise financeira lá do Rio Grande do Sul.

Essa reunião será às 10h30min e estarão presentes os três Senadores gaúchos, o coordenador da bancada gaúcha, Deputado Mendes Ribeiro, a Governadora Ieda Crusius – confirmei a presença de S. Ex^a ontem à tarde –, o Secretário da Fazenda do Estado Aod Cunha e o Presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul, em uma demonstração, Sr. Presidente, de que os interesses do Estado não podem ficar divididos por questões partidárias. O que importa são os interesses do Rio Grande do Sul. Por isso, todos os partidos estarão representados amanhã nessa reunião com o Ministro da Fazenda e a Governadora Ieda Crusius.

Por fim, Sr. Presidente, quero ainda registrar que considerarei de suma importância o Presidente da República ter anunciado ontem ao País que vai investir 2,1 bilhões até 2011 para a agenda social Quilombola. Além de ter anunciado esse investimento, que é o maior de toda história, para a comunidade negra, também, Sr. Presidente, fiquei satisfeito porque o Presidente Lula ontem de forma incisiva anunciou ao País o seu apoio ao Estatuto da Igualdade Racial. Esse é um fato marcante porque vai ajudar muito na construção da unidade entre aqueles que lutam pela igualdade, pela liberdade, pela justiça e pelo fim dos preconceitos e pela aprovação rápida dessa matéria na Câmara dos Deputados.

Neste ponto, sim, Sr. Presidente, para terminar, quero, nos dois minutos que me restam, falar que infelizmente foi descoberto no meu Estado algo que considero da maior gravidade: uma situação de trabalho escravo. Em uma operação conjunta realizada pelo Ministério Público do Trabalho, pela Delegacia Regional do Trabalho, pela Brigada Militar e pela Polícia Federal, foram resgatadas 36 pessoas em situação de trabalho escravo em uma lavoura de eucalipto na região central do Rio Grande do Sul, perto do Município de Cacequi, a 400 Km de Porto Alegre. Eram trabalhadores vindos do Paraguai, Mato Grosso do Sul e Alegrete, sendo 29 homens, quatro mulheres e três crianças, que estavam produzindo dormentes para trilhos.

Segundo informou o Delegado do Ministério do Trabalho, Heron de Oliveira, do PDT, o grupo tomava banho, Senador Osmar Dias, e bebia água de uma sanga contaminada, utilizada por agricultores para lavar equipamentos agrícolas. Eles também tinham que pagar pela comida e pelo equipamento de traba-

lho. Além disso, foram obrigados a comer ração para cavalos, quando acabou o arroz e o feijão.

Todas as pessoas que estavam em situação de trabalho escravo foram libertadas e hospedadas em Hotel de Cacequi.

Os trabalhadores devem retornar até o final desta semana para as suas cidades de origem, após receberem o pagamento que lhes é devido, e passarão também a receber o seguro-desemprego.

Sr. Presidente, para terminar este último minuto, quero dizer que o traslado e as despesas com hotel onde o grupo está hospedado também serão pagos pela empresa que cometeu o delito.

Quero nesta manifestação cumprimentar o atual Delegado Regional do Trabalho do Estado do RS, meu amigo, Heron de Oliveira, pelo trabalho brilhante que vem fazendo à frente daquela pasta, inclusive acompanhando passo a passo e combatendo o trabalho escravo, pois, infelizmente, aparece um foco também no Rio Grande do Sul.

Digo, Sr. Presidente, que há uma expectativa muito grande sobre a reunião que teremos, amanhã, em defesa do Rio Grande do Sul, no Ministério da Fazenda, onde estarão os três Senadores, repito, o coordenador da bancada e a Governadora Ieda Crusius. Confirmei, ontem à tarde, esse encontro, que será amanhã pela manhã, às 10h30.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, Presidente-Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo cumprimento estrito do tempo regimental que foi concedido a V. Ex^a.

Voltamos à lista dos oradores inscritos. O próximo orador é S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, que regimentalmente dispõe da palavra pelo tempo de dez minutos.

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Gerson Camata, que preside a sessão do Senado neste momento, eu gostaria de falar por dois minutos somente, porque o tema que vou abordar me traz sentimento de tristeza e de indignação. Então, quanto menos tempo usar a palavra, mais aliviado eu me sentirei. Melhor ainda se não fosse preciso fazer este pronunciamento de hoje sobre fato lamentável que aconteceu no meu Estado do Pará, Senador Paulo Paim, V. Ex^a que é humanista e defensor das causas sociais.

Eu me refiro à prisão de uma moça no Município de Abaetetuba, fato que teve repercussão nacional. Todos os grandes órgãos de imprensa do Brasil estão divulgando esse triste acontecimento no meu Estado do Pará. No dia 19, segunda-feira, foi anunciado ao Brasil, através do *site* Jornal da Globo e em outros como o do Terra, o acontecido no Pará com uma jovem de 15 anos. Já há dúvidas, Senador Mão Santa, com relação à idade da jovem – e eu vou me referir mais adiante ao assunto. Já se diz que a jovem não tinha 15 anos, mas 19 anos. Mas não interessa a idade. Pode ter 19, 25, 30 ou 40 anos, porque o que foi cometido pela polícia da Governadora Ana Júlia é inadmissível. Não se pode agredir o direito de um ser humano como foi agredido neste caso. Presa por furto, passou mais de um mês trancada numa cela com cerca de vinte homens. “Qualquer pessoa poderia imaginar o que aconteceria com a menina dentro da cadeia”, isso diz o Jornal da Globo.

“O Conselho Tutelar [no dia 19, segunda-feira] recebeu uma denúncia anônima e foi à Delegacia de Abaetetuba, no nordeste do Pará. Na cadeia, eles afirmam que encontraram uma adolescente de 15 anos [o Conselho Tutelar, Senador Gerson Camata] presa por furto, na mesma cela onde havia mais de 20 homens. Os presos confirmam que a menor passou mais de 30 dias em companhia deles”.

“Ficou mais de um mês ela, mais de um mês sim” – diz um presidiário. E diz mais adiante, já no Portal de Notícias da Globo, no dia de hoje, Senador Crivella – V. Ex^a, que é um grande pastor e que tem uma consciência orientada no sentido de defender as causas sociais e humanitárias –, pasmem, senhores telespectadores da TV Senado. Lamentavelmente, repito, isso aconteceu no Estado do Pará. Diz o presidiário, no jornal de hoje, do dia 21, vou ler as palavras do presidiário: “Isso é errado. A gente falamos que era errado, e falemos que ela era de menor. Não quisemos escutar. Aí, né, levaram ela para lá e ainda bateram nela” – disse um preso, sem a menor cerimônia.

Eu vou repetir: “Isso é errado. A gente falamos que era errado e falemos que ela era de menor. Não quisemos escutar. Aí, né, levaram ela para lá, e ainda bateram nela”.

É impossível deixar de lamentar e de denunciar isso à Nação brasileira. É impossível. Se a jovem era menor ou não; se tinha 15, 19, 20, 30 anos, em hipótese nenhuma uma mulher pode ser colocada em uma cela onde estão 20 pessoas presas. E, se estão presas, é porque têm algum desvio de conduta. E o povo brasileiro pode imaginar pelo que deve ter passado essa jovem.

Eu não vou entrar no mérito do que ela tenha cometido, se cometeu furto – e diz a matéria, já adiante, que ela poderia inclusive ser prostituta –, não vou entrar no mérito da questão. Nós temos de combater é a forma, é o que foi feito. E lamentavelmente é o que nós vemos.

Ainda no dia 20, terça-feira, o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Cezar Britto, a respeito da prisão da menina de 15 anos em uma cela da cadeia de Abaetetuba, no interior do Pará, juntamente com 20 homens, por vários dias, disse o seguinte: “Hediondo e intolerável”. São palavras do Presidente da OAB: “É algo impensável no mundo moderno, além de um grave ataque ao sistema constitucional brasileiro”. afirmou Britto que pretende levar o tema para discussão na Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB. Tenho certeza absoluta de que o Dr. Cezar Britto não só tem a intenção, como é dito na matéria, mas levará esse caso ao Conselho Nacional de Direitos Humanos da OAB.

Mais adiante, já no dia de hoje, o grande jornalista Josias de Souza, da **Folha de S. Paulo**, abre a sua matéria, no seu *blog*, dizendo: “Deus é brasileiro, mas não sabe onde fica o Pará”. E diz: “Em cerimônia realizada nesta terça-feira (20), no Planalto, Lula repisou a velha máxima segundo a qual ‘Deus é brasileiro’.” E prossegue o jornalista Josias: “Pode ser. Mas, a julgar pelo drama que a polícia da governadora petista Ana Júlia Carepa impôs a uma jovem brasileira, o Todo-Poderoso não sabe onde fica o Pará”. Isso quem diz é o jornalista Josias de Souza. Ele “linka” aqui a questão – uso as palavras do jornalista – com o que disse o Presidente ontem, quando do lançamento de mais um PAC. Ontem, foi o PAC não sei de quê.

Outro dia, li nos jornais que o Presidente Lula havia dito “vamos parar de criar promessas, vamos executar as promessas já feitas”. Se não me falha a memória, Senador Antonio Carlos Júnior, ele dizia: “Se nós conseguirmos executar 50% do que nós prometemos até hoje, já fizemos grande coisa”. Mas parece que ele fala e ele próprio não escuta, porque, se ele disse que não iria mais fazer lançamento, continua fazendo lançamento. Ontem, teve PAC não sei de quê. Amanhã é PAC de outro programa. Vamos realizar os PACs que estão empacados, que precisam se tornar realidade!

Então, Presidente, Senador Gerson Camata, eu quero lamentar, principalmente, porque, passados três dias da denúncia pela mídia nacional, até hoje a Governadora do Estado do Pará não se pronunciou a respeito do assunto. É como se não estivesse acontecendo nada.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu tinha outros assuntos, é lamentável.

É como se não estivesse acontecendo nada no Estado que é por ela governado. O Presidente Lula prometeu em campanha que, se ela fosse eleita, colocaria recursos imediatos na questão da segurança.

Eu quero, se V. Ex^a me permitir, conceder os apartes ao Senador Crivella, ao Senador Mão Santa e ao Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Regimento não permite concessão de apartes na prorrogação do tempo de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu pediria a generosidade de V. Ex^a, pois esta matéria é de repercussão nacional.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os apartes podem ser concedidos. V. Ex^a permite que a Mesa esclareça?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu não vou discutir regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os apartes só podem ser concedidos antes dos dois últimos minutos do tempo do orador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, Senador Crivella, V. Ex^a tem o aparte. Ainda estou dentro do meu tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Eu pediria aos apartes que atendessem ao Regimento Interno.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Serei muito breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – É bom para todos nós.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – É claro. Serei muito breve. Quero apenas me solidarizar com V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Desde que li a notícia fiquei estarecido. É algo que nos choca profundamente. Com certeza, espero ver – vou comprar os jornais porque tenho certeza de que veremos –, amanhã ou depois, atitude enérgica da Governadora punindo, demitindo, afastando, abrindo sindicância, mas esclarecendo ao senhor, a mim e à Nação as providências tomadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, Senador Crivella.

Senador Mão Santa, com a habilidade que lhe é peculiar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente Camata, atentai bem para a admiração. V. Ex^a está com indignação porque o Regimento Interno foi ferido. Che Guevara, no momento de maior inspiração, disse: “Se

és capaz de tremer de indignação por uma injustiça que haja em qualquer lugar do mundo, és companheiro”. Essa indignação é muito maior. Não é do Pará, não é do Brasil; é da humanidade. Este Congresso, ô Paim – está aí o Presidente da Comissão de Direitos Humanos –, não ia ser abandonado por Deus, que fez nascer a Comissão de Direitos Humanos e a entregou ao Paim. Isso é uma ignomínia, isso é uma vergonha. V. Ex^a devia estar pedindo era intervenção federal no Pará. Isso não existe na história da humanidade. Aquilo que o Boris Casoy dizia, “isto é uma vergonha”, eu digo: é a maior vergonha do História do Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Ouço o aparte do Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, eu acho que todos estão chocados, indignados. O que nós podemos já acertar com V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro – amanhã de manhã nós temos reunião da Comissão de Direitos Humanos –, é aprovarmos um requerimento de audiência pública para que esse caso seja denunciado e os que cometeram esse crime sejam punidos com o maior rigor da lei.

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Ninguém quer saber se ela era prostitua ou não; ela é uma mulher e foi – acredito – violentada, agredida. E nós temos que tomar todas as providências cabíveis. Então, eu me comprometo com V. Ex^a de, amanhã de manhã, aprovar esse requerimento, para que os policiais envolvidos nessa questão respondam pelo crime cometido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a atitude de V. Ex^a, que não poderia ser diferente, conhecendo o caráter de V. Ex^a em defesa dos direitos humanos.

Ouço o aparte do Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Primeiro, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento de hoje, oportuno, preocupado com os problemas do Estado do Pará – e que problema, um problemão. V. Ex^a é testemunha de quantas vezes estive nesta tribuna – e vou mais uma vez, daqui a pouco – preocupado com a violência no Estado do Pará,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – ...que chega, Senador Flexa Ribeiro, aos limites do aceite: não dá mais; não se aceita mais. O Pará, hoje, está entregue na mão de bandidos. Os bandidos tomaram conta do nosso Estado. Como é, Senador, que um delegado pode exercer uma profissão de delegado e cometer um crime? Isso é um crime; isso é um crime! Lógico

que essa menina está amparada por lei, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa menina está amparada. Não cabe a nós, Senador, só ir à tribuna e falar. Não, senhor. Nós vamos ter que tomar medidas mais drásticas em relação a este caso. Estou encaminhando ofício ao Ministério Público. Não quero chegar aonde o Senador Mão Santa quer chegar: pedir a intervenção no meu Estado. Acho que isso é demais, mas que temos que acionar o Ministério Público Estadual e Federal; temos que acionar. Esse caso não pode ficar impune. O delegado que praticou esse crime tem que ir para a cadeia, Senador Flexa Ribeiro. Já vou à tribuna também externar os meus sentimentos sobre o que aconteceu, infelizmente, infelizmente, infelizmente – mais uma vez, infelizmente – no meu Estado do Pará. Parabéns pelo oportuno pronunciamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua a seguir, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente. V. Ex^a é generoso comigo.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Flexa, só quero apresentar a minha solidariedade às suas palavras. Realmente é necessário que se tomem providências urgentes. Desejo apenas me solidarizar com V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço e incorporo todos os apartes ao meu pronunciamento, que, além de enriquecê-lo, Presidente Tião Viana, vão mostrar que a indignidade do que aconteceu, lamentavelmente no Pará, tem repercussão nacional.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim o requerimento que S. Ex^a fará amanhã, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, propondo audiência pública, para que possamos esclarecer.

Senador Tião Viana, V. Ex^a é um humanista, V. Ex^a também procura e age na sua vida pessoal defendendo os direitos humanos, defendendo a dignidade da pessoa humana, até, se não fosse por nada, pela profissão que V. Ex^a exerce.

Ao encerrar, quero mostrar pela TV Senado o jornal de hoje do Estado do Pará, *O Liberal*, que traz a seguinte notícia – pisme, Senador Paulo Paim –: “Presas trocava sexo por alimentação”. Aí vem o subtítulo da matéria, Senador Gerson Camata: “Polícia [Que polícia é essa? Polícia petista da Governadora Ana Júlia] diz que a jovem acusada de furto se prostitui e é de maior idade”. Pelo amor de Deus! A polícia está querendo justificar essa indignidade na terra do meu amigo o nobre Senador Nery, que foi Vereador! Lamentavelmente, Nery, na sua terra, em Abaetetuba, vai acontecer um caso desse!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Vou conceder mais um minuto para V. Ex^a concluir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E a polícia se justifica, dizendo que a jovem acusada de furto se prostitui e é de maior idade, como se isso tivesse alguma coisa que ver com o que foi imposto a ela.

Para finalizar, ainda nessa reportagem de hoje, quero fazer uma denúncia. A denúncia está escrita aqui. O delegado de Abaetetuba, Celso Viana, diz o seguinte: “Na certidão apontada como falsa, em que consta ter 15 anos, o nome L.A.B [na matéria do jornal, na primeira, saiu Lidiane da Silva Prestes; já saiu o nome inteiro por se tratar de alguém de maior idade; aqui está L.A.B], mas, na original, segundo um tio da jovem que levou o caso à Polícia, o verdadeiro nome que aparece é L.S.P. [e não L.A.B].

Disse o delegado: “Nós vamos investigar tudo direitinho, porque a certidão falsa foi tirada para recebimento do Bolsa Família, programa do governo federal”, informou o Delegado Celso Viana. Mais uma irregularidade.

Quando denunciemos aqui o uso eleitoral do Bolsa Família não o fizemos por sermos contra dar atenção emergencial às pessoas necessitadas, mas por estarem sendo usados recursos públicos dos brasileiros de forma indevida. Está aqui denunciado hoje. Não tem nada que ver o caso que houve, lamentavelmente, com a jovem com o fato de ela, segundo o Delegado, ter uma certidão falsa de 15 anos para se beneficiar do Bolsa Família.

Quero pedir à Mesa que o pronunciamento seja encaminhado na íntegra ao Ministro da Justiça e ao Ministro da Comissão de Direitos Humanos, para que os dois Ministros tomem providências sobre caso que aqui foi denunciado. Então, é importante que o Ministério da Justiça e o Ministério dos Direitos Humanos possam intervir nesse caso lamentável no Estado do Pará.

E faço um apelo à Governadora Ana Júlia: Governadora Ana Júlia, faça um pronunciamento à Nação brasileira sobre este caso. Três dias depois de noticiado pela imprensa nacional, o Pará não pode ficar na mídia sem mostrar a realidade do povo ordeiro, do povo honesto que habita o querido Estado do Pará.

Obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente-Interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência determina à Secretaria da Mesa que envie as notas taquigráficas, em ofício, ao Sr. Minis-

tro da Justiça e ao Sr. Ministro dos Direitos Humanos do Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler, enviado a mim na condição de Presidente do Senado em exercício.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.356, DE 2007

Excelentíssimo Senador Tião Viana,

Comunico a Vossa Excelência que permaneci licenciado da Presidência do Senado Federal pelo prazo de 35 (trinta e cinco) dias, a partir de 25 de novembro de 2007.

Respeitosamente.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2007.

– Senador **Renan Calheiros**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Defiro o requerimento de prorrogação de licença feito pelo Senador Renan Calheiros do exercício do cargo de Presidente do Senado Federal pelos mesmos fundamentos do despacho anteriormente exarado.

O expediente vai à publicação.

Há uma nota, ainda, do Senador Renan Calheiros, que a Presidência sente a necessidade de fazer a leitura.

NOTA

Desde o primeiro momento, tenho adotado a postura de não interferir no processo, de modo que acatarei, com toda serenidade, o cronograma de tramitação que foi estabelecido pela Mesa. Por isso, decidi permanecer licenciado da Presidência do Senado Federal até a data de 29 de dezembro deste ano. Dessa forma, fica claro que qualquer outra discussão a respeito da agenda legislativa do Senado, incluindo a CPMF, é questão exclusiva das Lideranças Partidárias do Governo e da Oposição.

Assina o Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pela ordem, por cinco minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um comentário. Essa nota e esse pedido prorrogação de licença do Senador Renan Calheiros acaba sendo uma resposta fulminante a todos aqueles que defendiam estar havendo uma conspiração que prejudicava o País – e de fato prejudica –, um tipo de acordo para que se votasse a CPMF innocentando ou retornando o Senador Renan Calheiros à Presidência desta Casa.

Com esse pedido de licença, tudo fica esclarecido e voltamos à normalidade das nossas atividades. Penso que o País ganha com isso, Sr. Presidente. É um gesto bonito do Senador Renan Calheiros, que eu gostaria de sublinhar, de ressaltar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho essa nota lida por V. Ex^a muito importante para este momento e vem na direção daquilo que V. Ex^a, há pouco, respondendo uma questão de ordem, dizia. Estávamos correndo o risco de termos sobre as nossas cabeças uma negociação de um problema ético e de um problema institucional. Isso seria, para o Senado, uma queda de qualidade inominável e inaceitável da discussão parlamentar. Essa nota põe, por parte do Senador Renan Calheiros, as coisas no lugar.

Por parte de V. Ex^a, como Presidente, sei que agiu na direção dela, garantindo a continuidade do funcionamento do Senado até o recesso, mas precisamos ainda de uma declaração pública do Líder do PMDB, meu Partido, Senador Valdir Raupp, e do Líder do PT, dizendo que nunca houve essa tentativa de negociação. Se houvesse, seria espúria e altamente condenável, como V. Ex^a declarou há pouco. De modo que seria esclarecedor, junto com essa nota, os dois Líderes se manifestarem para dizer, um representando o PT e o outro, o PMDB, que não se atentou e em nenhum momento se aventou a hipótese de um acordo tão espúrio, que deixaria, se efetivado, o Senado tão mal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Está ao seu lado o líder do PMDB, Partido de V. Ex^a.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Valdir Raupp e, em seguida, o Senador Jefferson Péres.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, Senador Gerson Camata, realmente é verdadeiro. Não participei nem ouvi, em momento algum, nenhuma conversa, nenhum entendimento com partido, nem mesmo da base do Governo, tratando de vinculação de votação da CPMF com a absolvição do Senador Renan Calheiros. Aliás, será uma sessão aberta, com voto secreto, logo, não haveria nenhum sentido fazer negociação ou entendimento em se tratando de voto secreto. Então, não houve, em momento algum, nem vai haver.

Não se deve vincular processo do Presidente Renan Calheiros com CPMF, com votação do orçamento. É bem verdade que estão se afunilando para o final do ano três matérias importantíssimas aqui no Senado Federal. Qualquer movimento protelatório vai atrapalhar não só o Senador Renan Calheiros e o Senado Federal, mas sobretudo o País. Devemos ter discernimento para votar todas as matérias que estão pendentes aqui no Senado, inclusive o processo do Senador Renan Calheiros, que está tirando mais uma licença até o final do ano, justamente para deixar o Senado à vontade, livre para fazer aquilo que bem entender, sem exigir prazo nem negociação alguma.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Jefferson Péres, Senador Sibá Machado e Senador Alvaro Dias.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, quanto a esse suposto pseudo-acordo CPMF por absolvição, eu nem comento. Seria tão aviltante para o Senado que prefiro não acreditar.

Pediria que V. Ex^a me inscrevesse, pela Liderança do PDT, depois do Senador Marcelo Crivella e de outros.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, Senador Jefferson Péres.

Senador Sibá Machado e Senador Alvaro Dias.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para minha surpresa, este assunto tomou conta inclusive da imprensa nacional. No primeiro momento, estava entendendo que é direito de qualquer pessoa desconfiar do que bem entender, mas daí a imputar a uma situação como essa uma verdade há uma distância muito grande. Não podemos nos responsabilizar pela desconfiança de ninguém. Entre a desconfiança e a realização de um fato a distância é muito grande.

Nesse caso, quero deixar de público que o Partido dos Trabalhadores, a nossa Bancada, jamais tratou de assunto dessa natureza. Temos dito que os assuntos estão amadurecidos tanto para a votação da CPMF,

com todas as argumentações apresentadas nas diversas audiências públicas, no relatório da Senadora Kátia Abreu e no voto em separado do Senador Romero Jucá, quanto em relação à matéria da representação, muito bem trabalhada pelo Senador Jefferson Péres. Todas essas matérias, no nosso entendimento, estão prontas para a pauta. Para nossa surpresa, argumentaram que isso é um problema da Base do Governo. Não é um problema da Base do Governo. Há um entendimento político da Oposição que nós respeitamos.

Portanto, quanto a essa notícia, gostaríamos muito que doravante fosse tratada apenas como assunto de interesse de alguém que levantou como desconfiança. Como desconfiança, tem a sua razão; como fato, nós repudiamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela ordem. Em seguida, devolveremos a palavra ao orador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo menos nos tranqüilizamos com esse desmentido que se dá aqui de forma cabal e absoluta, porque havia um forte ruído nos bastidores do Congresso Nacional, e esse ruído até se justificava em função de alguns procedimentos alterados.

Inicialmente, tinha-se a impressão de que a estratégia era a da protelação, com o Conselho de Ética caminhando muito lentamente em relação às representações contra o Senador Renan Calheiros. Repentinamente, houve uma mudança de estratégia, com a agilização dos procedimentos para que se pudesse votar, o mais rapidamente possível, no plenário do Senado Federal, a nova representação apreciada pelo Conselho de Ética. Simultaneamente, procurou-se retardar a votação das PECs do voto aberto, tanto na Câmara dos Deputados – onde não se colocou na pauta uma emenda constitucional que poderia ter sido votada se houvesse vontade política –, quanto no Senado Federal, onde houve a apresentação de uma emenda com o único e exclusivo objetivo de retardar o procedimento de votação para que as propostas em tramitação retornassem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nós não teríamos nenhuma dúvida em relação ao suposto acordo, se houvesse voto aberto no plenário do Senado Federal, neste caso que diz respeito à cassação do mandato de um Senador.

É essa a razão primeira e maior dessa exigência, que é da sociedade de que possamos deliberar aqui de forma transparente, a fim de que o povo brasileiro saiba a posição de cada um dos Srs. Senadores.

Senador Crivella, se já tivéssemos definido que o voto, nos casos de julgamento de parlamentares por quebra de decoro parlamentar, seria aberto, não estaríamos discutindo a suposição de um acordo. A sessão aberta, em que pese o respeito que tenho pelo Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, não resolve esse impasse, porque o que importa mesmo é o voto. E o voto é secreto. A sessão aberta, inclusive, pode permitir o espetáculo da falsidade: alguém vai à tribuna condenar o Senador e depois, no voto secreto, o absolve. Ou o contrário.

Portanto, temos de caminhar celeremente para a votação aberta no Congresso Nacional quando se tratar de julgamento de parlamentar.

É evidente que, neste caso, já perdemos a oportunidade. Vamos deliberar no voto secreto. Mas é por isso, Sr. Presidente, que, durante esses dias todos, prevaleceu a tese, ou a especulação, de que haveria um acordo vinculando o caso Renan Calheiros à votação da CPMF.

Espero, com toda sinceridade, que isso não esteja ocorrendo mesmo. E não tenho razão para não acreditar nos Senadores que aqui se pronunciaram no dia de hoje. Diante dessa declaração incisiva de todos de que não há o acordo, passo a acreditar que não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, pela Liderança, por cinco minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela Liderança do PRB. Com revisão do orador.) – E se houvesse o acordo, Sr. Presidente, apenas complementando, o Senador não entraria com o seu pedido de licença, que foi muito esclarecedor. Sem sombra de dúvida, nós temos realmente que caminhar para o voto aberto.

Senador Alvaro Dias, na outra votação, votei a favor do Senador Renan Calheiros. Dei ao Senador o benefício da dúvida, porque sempre foi um grande maestro desta Casa, sempre foi um grande líder que soube levar os argumentos. Desta vez, o relatório do Senador Jefferson Péres é imbatível. De tal maneira que nossas posições do PRB... Essa não é uma questão fechada no meu Partido, como também não o é a CPMF. Votaremos com a consciência. Essa é a minha consciência; não significa que seja a de outro Senador do meu Partido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado e demais brasileiros que nos honram com a sua presença aqui, no Plenário desta Casa.

Venho apenas fazer um rápido pronunciamento com relação a um artigo que hoje me surpreendeu, da

jornalista Míriam Leitão, na coluna “Panorama Econômico”, de *O Globo*. Ela faz a defesa daquilo que ontem já foi debatido aqui, e que expliquei com fatos, desmontando as suposições de que haja qualquer tipo de intenção de fazer patrulhamento ideológico no IPEA ou de coibir pensamentos de linhas diferentes da política econômica do Governo, da qual eu sou crítico.

A verdade é que, Sr. Presidente, o Sr. Fábio e o Sr. Otávio Tourinho são funcionários do BNDES, cujo convênio que os abriga no IPEA expira no dia 7 de dezembro e, por isso, eles tinham de ser devolvidos. Podem voltar. E, se voltarem, caí por terra essa notícia da coluna da Míriam Leitão, que, com brilhantismo, tem feito a sua coluna – da qual discordo –, assiduamente e defendendo seu ponto de vista.

Ela é um arauto, uma porta-voz da especulação financeira. Mas cada brasileiro escolhe o que vai defender na vida. Escolhe a biografia que quer ter e pela qual quer ser lembrado por seus filhos e pelos demais irmãos e conterrâneos. Essa foi a que ela escolheu. Não concordo, mas respeito.

Os pesquisadores são do BNDES. Voltarão se forem indicados pelo Luciano Coutinho para fazerem outro estudo e pelo tempo que for assim determinado por convênio. Não há nenhuma perseguição, caça às bruxas. É um convênio que vence. Não acatar isso significa infringir leis da administração pública. Não é isso que se espera de um administrador, que, amanhã, poderá sofrer sanções por isso.

Os outros dois citados no artigo – o Gervásio e o Régis – são aposentados.

Senador Flexa Ribeiro, o Ipea tem mais de mil pesquisadores. Ninguém consegue cercear a convicção de mil pesquisadores. Não podemos considerar cerceio ideológico a saída de quatro pesquisadores – dois, cujo convênio venceu, e dois, que são aposentados –, e que segundo parecer da Procuradoria não poderiam permanecer lá, só porque o Presidente do Ipea está fazendo gestões para criar um novo modelo de incorporação de pesquisadores, inclusive trazendo quadros acadêmicos, exatamente pelo interesse de se manter no Ipea a diversidade das opiniões, dos debates, o que é muito bom.

Agora, eu quero lembrar à comentarista que, desta tribuna, há dois anos, fui eu o Senador que denunciou que os economistas do Banco Central só eram autorizados a fazer curso de mestrado e de pós-graduação se fosse na Fundação Getúlio Vargas ou na PUC, que são duas belíssimas instituições do meu Estado, mas que não detêm o monopólio do saber na economia.

Na minha profissão, a engenharia, existem ábacos, tabelas, normas técnicas, todo mundo sabe qual a resistência do concreto, da madeira, do aço, conhecem

a flexão, a torção, o cisalhamento, o que for. Na economia, não. É uma ciência humana, e existem muitas coisas a serem debatidas. Portanto, não é aceitável que haja uma ditadura do pensamento único.

Graças a Deus, obtive vitória, porque o Banco Central, pela primeira vez, liberou um economista para fazer pós-graduação na Universidade Federal Fluminense. E ele a fez, com brilhantismo. Defendeu a tese e voltou ao Banco.

Então, gostaria de terminar o meu pronunciamento, depois de esclarecer os fatos e desmontar os argumentos da coluna, o que me entristece. Eu não esperava isso da Míriam, que ela insinuasse que algo estranho iria acontecer no Ipea, pois, após o Prof. Mangabeira Unger assumir a Secretaria de Ações de Longo Prazo, dois auxiliares do Senador Crivella teriam ido ao Ipea em busca de cargos, de DAS.

Na ocasião, desta tribuna, eu disse que liguei para o então Presidente do Ipea, para que ele me passasse os nomes dos supostos assistentes que foram em busca de cargos, pois queria puni-los, afastá-los do partido, porque essa não é uma prática do PRB. Nunca recebi esses nomes.

O PRB surgiu por uma iniciativa minha quando eu era líder nesta Casa do então PL, que hoje não existe mais. O Vice-Presidente da República também era do PL. Nós dois saímos do PL exatamente porque nos incomodamos com o “mensalão” e com tantas outras práticas políticas que maculavam a nossa consciência. Deixei de ser líder para ser Senador de um partido que começava, e o Vice-Presidente, a mesma coisa, arriscando, aos 75 anos, depois de ter enfrentado um câncer, a oportunidade de ser vice na chapa de Lula, porque todos acreditavam que Lula não iria convidar alguém de um partido que começava, sem tempo de televisão e sem fundo partidário.

Foi um gesto de consciência e não é justo que a recompensa disso seja essa insinuação de uma jornalista que é porta-voz da especulação financeira. Espero também que a jornalista, que respeitamos e pela qual tenho apreço, considere os fatos aqui trazidos, considere, também, em seus argumentos, o absurdo que é cogitar que o Ipea, com milhares de pesquisadores, possa ter qualquer tipo de patrulhamento, vigilância ou ditadura, como a que havia no Banco Central e que se rompeu por minha luta nesta tribuna.

Sr. Presidente, fico imensamente grato a V. Ex^a, cuja generosidade nos comove a todos. Eu até declarei meu voto aqui no triste caso... Sr. Presidente, eu declaro com tristeza, com angústia mesmo. É o duro e frio cumprimento do dever que nos impõe o Regimento desta Casa e, com tristeza, anuncio isso, mas assim é a nossa vida.

Portanto, Sr. Presidente, espero que este breve pronunciamento, no qual extravasei aqui meus sentimentos, possa ter, de alguma forma, contribuído para a consciência política nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Tião Viana, Presidente-Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Crivella.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador José Nery.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, eu fiz uma permuta com o Senador João Tenório. V. Ex^a poderia me confirmar se será logo depois do Senador Nery?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Logo após o Senador Nery, V. Ex^a falará, intercalando com o Líder da Minoria, Senador Antonio Carlos Júnior.

Com a palavra o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^s e Srs. Senadores, quero, nesta tarde, abordar, no tempo que me é concedido, pelo menos três temas. O primeiro está relacionado ao pronunciamento aqui já feito anteriormente pelo Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará, tratando de um crime, de um atentado aos direitos humanos. Revoltante, hediondo, triste, intolerável e humilhante o que se passou na cadeia de Abaetetuba, cidade do meu Estado que tem uma população honrada e trabalhadora e que não se confunde com os autores do indigno ato de violência cometido contra uma jovem cidadã que se achava detida na cadeia pública, sob a guarda de agentes da lei.

Foi um dos mais graves atentados aos direitos humanos ocorridos no Estado do Pará. É com tristeza e revolta que subo a esta tribuna para falar de mais um caso de violação dos direitos humanos, dos direitos inalienáveis da pessoa humana.

A jovem adolescente ficou detida durante um mês em uma cela da cadeia de Abaetetuba, juntamente com os demais detentos, onde teria sofrido toda sorte de humilhação, privação e violência sexual.

Quero lembrar que o Estado tem responsabilidade nesse caso, pois deveria oferecer espaço em instituição especial para mulheres, adolescentes e meninas

em caso de detenção ou internação sob ordem judicial ou sob qualquer outra circunstância.

O fato é que o Estado do Pará não oferece condições dignas para o atendimento da população carcerária, que se vê privada dos mais elementares direitos de cidadania. Que esse grave e triste episódio sirva de alerta para uma tomada de decisão quanto à melhoria das condições da população carcerária no Estado do Pará.

O aparato policial do Estado do Pará necessita, como aliás necessita as polícias de todo o Brasil, observar os direitos mais elementares da cidadania e, principalmente, os direitos humanos.

Espero que o assunto não caia no esquecimento e que haja uma rápida apuração dessa denúncia. Abaetetuba, o Pará e toda a Nação brasileira, além de repudiarem esse hediondo crime, querem ver, na prática, a punição dos responsáveis envolvidos com esse episódio de violação dos direitos humanos.

Ontem, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tomei a iniciativa de enviar carta à Governadora Ana Júlia Carepa, denunciando o atentado de tal natureza que causa indignação à população brasileira e, em especial, à população do Pará, pedindo todas as providências urgentes e necessárias para que esse fato não seja mais um na longa escalada da violência contra o povo pobre e oprimido do Pará. E que, a bem da verdade, não é uma violência apenas de hoje; é uma violência perpetrada historicamente contra trabalhadores rurais. Há um acúmulo de histórias relacionadas a massacres contra os trabalhadores rurais, constatação de trabalho infantil, bem como toda a sorte de violação dos direitos humanos ao longo da nossa história.

Acreditamos e queremos que a administração da Governadora Ana Júlia tome todas as providências, inclusive para se diferenciar, justamente em relação aos governos que a antecederam e que não apuraram adequadamente os casos de violação de direitos humanos, tentaram, de todas as formas, impedir a sua livre apuração. Vide a situação que envolve o massacre de Eldorado dos Carajás, em que a maioria dos que perpetraram aquele crime ficaram até hoje impunes, inclusive os seus mandantes. Portanto, esperamos, em relação a esse fato, a mais absoluta urgência com pronunciamentos e atitudes do governo do Estado do Pará, no sentido de que a população tenha a certeza de que haverá punição. Muito mais: atitudes enérgicas servirão para impedir que fatos dessa natureza se repitam no Estado do Pará.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, no Município de Abaetetuba, onde moro e onde trabalho há muitos anos, tendo exercido inclusive o honroso cargo

de vereador do Município de Abaetetuba, não há só violência, tristeza ou indignação.

Queria, meus caros Senadores, também colegas do Estado do Pará, Senador Flexa Ribeiro, Senador Mário Couto, fazer referência, nesta tarde, a importante evento religioso que se realizará no próximo domingo. Trata-se do Círio de Nossa Senhora da Conceição.

Há pouco mais de um mês, vim a esta tribuna para homenagear aquela que é, certamente, uma das maiores e mais singulares manifestações religiosas e culturais do povo da Amazônia: o Círio de Nazaré. Em meados de outubro, ouve-se falar, Brasil afora, dessa grande festa, que se realiza todos os anos na cidade de Belém do Pará e que reúne mais de dois milhões de pessoas todos os anos, entre fiéis, seguidores ou simplesmente admiradores desse impressionante e maravilhoso evento que marca o calendário paraense e amazônico.

Hoje, entretanto, quero prestar a minha homenagem a evento semelhante, muito menor, claro, em suas dimensões numéricas, mas igualmente grandioso, fervoroso e relevante para o povo do Pará. Trata-se do Círio de Nossa Senhora da Conceição, que acontece no próximo domingo, dia 25 de novembro, no Município de Abaetetuba, minha cidade do coração, onde, por três mandatos seguidos, tive a honra e a alegria de representar o povo abaetetubense naquela Câmara Municipal.

Este ano, teremos a alegria de participar da 95ª edição dessa belíssima festa religiosa, que atrai fiéis de toda a região do baixo Tocantins e cujo tema central é: “Da Igreja que somos à Igreja que Cristo quer”. O Círio começa na noite de sábado, com a trasladação da imagem de Nossa Senhora da Conceição que, ao longo de todo o ano, fica na Catedral da cidade, para a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no bairro do Algodoal.

Do dia 25 até o encerramento, no dia 8 de dezembro, a cidade de Abaetetuba, e mais especificamente a Praça Matriz da cidade, será palco de uma extensa programação que inclui desde arraiais festivos, com exposição dos tradicionais brinquedos de miriti, símbolos do Círio e da cultura local, romarias, novenas e outros eventos religiosos dedicados à devoção de Nossa Senhora da Conceição.

A primeira imagem de Nossa Senhora da Conceição chegou ao município de Abaetetuba ainda no final do século XVIII. Surpreendido por uma tempestade, quando cruzava a região, o português Dom Francisco Azevedo Monteiro rezou para Nossa Senhora da Conceição e alcançou a graça de chegar são e salvo ao local que hoje é o município de Abaetetuba. De volta para Lisboa, mandou fazer uma imagem de N. S. da

Conceição esculpida em cedro mogno da Amazônia e adquiriu, junto à Coroa, a área do atual município de Abaetetuba. Voltou ao Brasil e construiu uma pequena capela em homenagem à Maria. Desde então, enfermos de todas as vilas vizinhas passaram a fazer romarias até Abaetetuba em busca de alívio e atribuíram grande número de milagres à padroeira.

Dessa forma, senhoras e senhores Senadores, é de se notar a forma como a história da Festividade de N. S. da Conceição se funde à própria história de Abaetetuba. Um município que é, atualmente, o sexto mais populoso do Pará, com mais de 130 mil habitantes e que se criou e se fortaleceu sob a égide e as bênçãos de N. S. da Conceição.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui deixar o meu caloroso, fraternal e sincero abraço a todos os meus “conterrâneos” do coração, os cidadãos de Abaetetuba, na certeza de que as festividades do 95º Círio de Nossa Senhora da Conceição serão coroadas de todo êxito, iluminadas pela fé, pela devoção e pela alegria do povo de Abaetetuba, apesar, Sr. Presidente, dos graves problemas das denúncias que envolvem a violação dos direitos humanos. Mas isso não pode tirar do nosso povo a possibilidade de celebrar a vida, a sua fé naquele que é um dos mais importantes eventos religiosos do Baixo Tocantins.

Externo meu abraço e minhas congratulações a todos os organizadores da festa: o Bispo da Diocese de Abaetetuba, Dom Flávio Giovenale; o Pároco, Padre Mariano, da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, e o Padre João Alves, Coordenador da Pastoral de Comunicação da Diocese de Abaetetuba.

Ouçõ o aparte do Senador João Pedro, do Estado do Amazonas.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Vizinho do Estado do Pará.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Com muito orgulho.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Colado. Senador Nery, eu quero externar minha opinião no sentido de registrar minha indignação, como V. Exª registrou, como também outros Senadores já o fizeram, acerca desse episódio em Abaetetuba, envolvendo uma mulher, envolvendo a mulher brasileira.

Eu penso que é um simbolismo a presença da mulher, mas, acima de tudo, da Justiça brasileira e das instituições. Na primeira parte do seu pronunciamento, V. Exª pede providências à Governadora Ana Júlia. Quero assinar também o requerimento. Na realidade, a Governadora deve afastar o delegado. Estamos falando de uma instituição que tem um delegado concursado. Como um delegado concursado, uma pessoa formada, deixa acontecer algo assim em Abaetetuba, um

município importante, onde as instituições funcionam, que está entre os principais, colado com um centro político, Belém? É preciso punir, sim, os culpados por essa violência, por esse desrespeito à dignidade humana, à mulher. Penso que o delegado, ou melhor, a instituição Polícia Militar não pode deixar de assumir a culpabilidade diante dos fatos. Quero me congratular com V. Ex^a e parabenizá-lo pelas providências que está tomando e pedir nesta fala, neste aparte, providências à Governadora.

É preciso afastar o delegado. É preciso apurar a participação da polícia nesse episódio que indignou o Brasil todo, que conhece os fatos desde domingo. Então, quero assinar o requerimento e dizer da justiça de V. Ex^a ao pedir, como Senador da República, como um filho dessa região, que tem compromisso com a cidade de Abaetetuba, a apuração rigorosa desse fato, tendo em vista esse desrespeito à figura da mulher brasileira.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Senador João Pedro, agradeço-lhe o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento pela justiça de V. Ex^a se somar a essa denúncia e à exigência da devida apuração do fato e punição dos culpados.

Queria assinalar que alguns setores da polícia tentam minorar o fato dizendo que não se trata de uma adolescente. Ora, seja adolescente, seja uma mulher adulta, uma vez detida pelas autoridades policiais para investigação da denúncia de um crime de furto, ela merece o respeito das autoridades policiais e, primeiro, o respeito à lei, à dignidade humana. É inaceitável que queiram minorar essa situação pelo fato de dizerem agora que não se trata de uma adolescente, Senador Demóstenes Torres, mas de uma mulher com dezenove anos de idade. Independentemente disso, o crime contra os direitos humanos está claramente identificado e merece toda a punição que a situação requer.

Se o presidente me permitir, vou conceder um aparte ao nobre Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Senador José Nery, é de um absurdo extraordinário o que aconteceu. Não é só uma ofensa à dignidade humana. É uma ofensa a todo o ordenamento jurídico, a tudo o que acontece no mundo. A história de ser menor ou maior, de ser uma pessoa com vida discreta ou vida dissoluta, isso já foi discutido no Brasil na década de 40. Quando o novo Código Penal entrou em vigor se discutia se a prostituta poderia ser estuproada. Chegou-se à conclusão que sim, que qualquer mulher pode ser estuproada bastando que se use a força. Encarcerar qualquer pessoa do sexo feminino junto com outra do sexo masculino em uma mesma cela é algo de mais absurdo que já vi. Não vou dizer que a ex-Senadora e

atual Governadora Ana Júlia Carepa tenha responsabilidade nisso – o governador muitas vezes não sabe o que está acontecendo –, mas a providência tem que ser imediata, tem que ser dura, tem que ser segura, forte. Cabe a nós, sim, cobrar da ex-Senadora, nossa ex-colega, que tome imediatamente providências: o afastamento do delegado e talvez até do chefe de polícia. É algo que deve acontecer imediatamente. A atitude dura da Governadora Ana Júlia vai demonstrar que ela não compactua com essa monstruosidade que foi cometida. Isso é uma monstruosidade, isso é uma anomalia, que não podemos tolerar. A lei tem que ser observada em qualquer circunstância. Por mais duro que sejamos, a lei é o limite de tudo. E nós não podemos admitir, Senador Nery, e tenho certeza de que V. Ex^a está nessa direção, que fatos como esse se repitam no Brasil. Isso é algo que vai gerar, com certeza, uma investigação internacional e com toda a razão. O Brasil já tem uma série de dificuldades nesse campo, é um País que continua infelizmente violando os direitos humanos de forma sistemática, mas nós temos lutado para que isso não aconteça. Nesse episódio, o País vai pagar pela intolerância, pela desfaçatez, de um agente público que tinha a obrigação de velar pela dignidade dessa pessoa. Daí, Senador Nery, quero deixar aqui as minhas palavras de solidariedade a V. Ex^a e ao Senador Mão Santa, que levantaram a questão, porque no Brasil nós não podemos mais tolerar práticas medievais. É isso Senador Nery.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Nery, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Queria conceder o aparte à Senadora Fátima Cleide, com a permissão do Sr. Presidente, que sempre é condescendente, sempre tenho sua tolerância quando estou na tribuna e ele preside a Mesa.

Sei que ele me concederá mais tempo, mas eu queria, rapidamente, comentar o aparte do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência vai permitir o aparte da Senadora Fátima Cleide e pedir a colaboração de S. Ex^a, já que outros Senadores estão ansiosos para ocupar a tribuna.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Comentando o aparte do Senador Demóstenes, devo dizer que realmente querem, de ontem para cá, minorar o fato com a afirmação de que não se trata de uma adolescente, mas de uma pessoa que tem um histórico policial e já teria comparecido, por conta de denúncias de furtos em outras ocasiões, à delegacia local. Mas, como V. Ex^a mesmo disse, e esse é o nosso entendimento, nada justifica um procedimento acima dos ditames legais e principalmente contra os mesmos.

Portanto, por uma questão de justiça, digo que temos a convicção de que a Governadora Ana Júlia tomará todas as providências, porque fizemos o pedido nesse sentido e porque sei também da história de luta pela defesa dos direitos humanos da ex-Senadora e hoje Governadora Ana Júlia. Tenho certeza de que S. Ex^a não permitirá, de forma alguma, que atos dessa natureza continuem a acontecer no Estado do Pará. Também o Brasil deverá tomar conhecimento das medidas que tenham por objetivo punir exemplarmente todos os culpados, inclusive em relação a outros fatos que posteriormente abordarei, que tratam da tortura nas delegacias de polícia em nosso País. É um tema de que, posteriormente, pretendo tratar, porque constitui crime contra os direitos humanos o fato de o Estado que tem sob sua custódia brasileiros que cometeram algum delito praticar torturas para, inclusive, instruir o processo de investigação.

Concedo um aparte à Senadora Fátima Cleide.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Serei breve, Senador José Nery. Desejo apenas solidarizar-me com V. Ex^a em seu pronunciamento e aqui concordar com as palavras do Senador Demóstenes de que é inadmissível neste País que qualquer mulher, seja ela menor ou maior de idade, seja colocada numa situação dessas, numa cela com vinte homens. Independente da questão de idade, isso é inadmissível. Eu queria dizer ao senhor que já entrei em contato com pessoas do Governo do Estado do Pará que me disseram da reação da nossa companheira, Governadora Ana Júlia Carepa. No momento que soube, sua reação foi a de imediatamente afastar o responsável por essa situação e mandar apurar o fato. Então, eu quero me solidarizar e dizer que também sou solidária no requerimento que V. Ex^a propõe no sentido de que tudo seja apurado, porque esse tipo de coisa não é permitido acontecer na nossa sociedade pela legislação e pela nossa visão e concepção ética de respeito aos direitos humanos. Então, soube de uma coisa que também carece de investigação. O delegado teria solicitado a um juiz, à Justiça, autorização para transferir a moça daquele local, porque não tinha outro local na cidade, e não teve nenhum posicionamento por parte da Justiça. Então, isto também é muito grave. A Justiça precisa ser o mais célere possível, não é? Precisa ter maior agilidade, maior celeridade nas suas atribuições, para que casos desse tipo não venham acontecer. Só para concluir, Sr. Presidente, agradecendo, quero dizer que é possível que se averigüe tudo o que ocorreu de fato com relação àquilo que é da autoridade executiva e também da responsabilidade da autoridade judicial. Muito obrigada. Minha solidariedade a V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Obrigado, Senadora Fátima Cleide. Suas considerações só nos ajudam a reforçar a luta para combater qualquer tipo de violência que envolva qualquer brasileiro ou brasileira. Nesse caso específico, há a urgência da apuração, porque esse fato se tornou nacional com repercussão internacional. Portanto, as autoridades brasileiras, em especial as do Governo do Pará, precisam efetivamente responder à altura dessa grave denúncia.

Por último, Sr. Presidente, para encerrar o meu pronunciamento, eu queria reportar-me ao fato de ontem ter sido o Dia da Consciência Negra, visando homenagear Zumbi do Palmares, o mais importante líder da resistência negra em nosso País. Como não tive a oportunidade de me pronunciar ontem, desejo passar a V. Ex^a a solicitação de publicação do pronunciamento em que homenageio a luta de Zumbi dos Palmares e de todos aqueles e aquelas que se dedicam com coragem e determinação à afirmação de práticas que garantam a construção em nossa Pátria de um País multicultural, pluriétnico, e que avancemos na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, sem discriminação de qualquer natureza, sem discriminação étnico-racial, para que possamos nos orgulhar de ser um País livre, soberano e democrata.

Um grande abraço e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador José Nery. A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra pela Liderança do PDT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito.

Eu vou conceder a palavra, pela Liderança da Minoria, ao Senador Antonio Carlos Júnior; e, depois, ao Senador Mário Couto, a menos que S. Ex^a aceite fazer a permuta com V. Ex^a, que, como Líder, falará por cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, então, o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, como Líder da Minoria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para me inscrever e falar como Líder também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito como Líder do DEM, assim como o Senador Osmar Dias fica inscrito como Líder do PDT.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela Liderança da Minoria.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna falar de algo que sem-

pre foi muito caro para nós, baianos, e que atualmente nos tem afligido pelos riscos e ameaças que vem sofrendo.

Refiro-me à riquíssima multirracial cultura baiana.

A simples menção ao nome “Bahia” costuma evocar referências culturais, que orgulham seus filhos, despertam a admiração de brasileiros de todas as regiões e atraem turistas por todo ano.

Impossível pensar a cultura brasileira sem inserir a Bahia logo nos primeiros parágrafos.

Não obstante o valor da cultura baiana para a própria Bahia e para o Brasil, é de estarrecer o plano inferior a que ela tem sido submetida nos últimos tempos, tratamento esse absolutamente incompatível com a sua importância e relevância.

Se para nada mais fosse justificável a valorização da cultura do meu Estado, bastaria tão-somente o excepcional incentivo que proporciona ao turismo.

E vejam:

Quando falo em cultura baiana, não estou me referindo apenas aos belíssimos sítios arquitetônicos, às igrejas, casarios e ruelas de Salvador ou de cidades como Porto Seguro, Ilhéus, Cachoeira e tantas outras.

Nem tampouco somente aos terreiros, às manifestações religiosas, às festas afro-brasileiras que pontuam no Estado por todo ano.

Refiro-me também, e especialmente, aos escultores, pintores, pensadores, cientistas, poetas, compositores, artesãos, escritores, músicos e cantores que a Bahia deu ao País e que – muitos deles – estão sendo gradativamente esquecidos ou sequer estão tendo oportunidade de serem conhecidos pelas novas gerações.

Nem sempre foi assim.

Lembro-me de quando o então Governador Antonio Carlos Magalhães adquiriu e trouxe para a Bahia, ainda nos anos 70, a coleção do pernambucano Abelardo Rodrigues.

A disputa gerada entre os Estados da Bahia e de Pernambuco, ambos empenhados em preservar a coleção, foi tamanha que o episódio passou a ser conhecido na Bahia como a “Guerra Santa”.

Hoje, o fluxo inverteu-se e o que temos assistido são acervos deixarem a Bahia.

É verdade que a cultura não deve permanecer indefinidamente à sombra do Estado, dependendo de seus recursos e favores.

Mas é forçoso reconhecer que, no Brasil, ela ainda não pode prescindir do apoio e da ajuda do Poder Público.

Vejam, por exemplo, a região do Pelourinho, em Salvador, que a inteligência e a obstinação de Antonio

Carlos Magalhães, inicialmente como Prefeito, depois como Governador, trouxeram de volta ao convívio social e à vida cultural e turística.

Antes área de acentuada deterioração física e social, o Pelourinho, restaurado por ACM e coração do centro histórico de Salvador, primeira capital do Brasil, voltou a bater forte sendo, inclusive, tombado como Patrimônio da Humanidade.

A restauração do Pelourinho é o exemplo de que é possível, viável e lucrativo resgatar a memória baiana.

Infelizmente, os dias atuais voltam a nos assombrar com imagens de degradação do mesmo Pelourinho, tristes imagens que pensávamos pertencer ao passado, mas que são também exemplo e advertência de que não se pode quedar sob o conforto das obras feitas.

A cultura baiana é festejada por todos, nativos e estrangeiros.

Mas se ela não for preservada, protegida, por todos que a amam – inclusive os muitos que dela tiram o seu sustento – um dia não haverá mais o que festejar.

A Bahia de Glauber, do Afoxé Filhos de Gandhi, de Jorge Amado, de Caribé, Calazans, Gilberto Gil – não por acaso Ministro da Cultura –, Milton Santos e tantos outros.

Passa da hora, por exemplo, de a Bahia contar com um grande museu, à semelhança do Masp, que, tenho certeza, teria sua agenda lotada por anos, apenas com mostras de autores da terra.

Fato é que os Governos estadual e da cidade de Salvador não têm demonstrado preocupações – pelo menos não na forma esperada – com a preservação da nossa cultura, se não no sentido de mantê-la viva para as novas gerações, pelo menos como fator de incremento do turismo.

Para o Orçamento do ano que vem, procurei seguir a tradição do Senador Antonio Carlos Magalhães, de prestigiar a cultura da Bahia. Apresentei uma emenda que, se aprovada, contribuirá com R\$25 milhões para a nova e urgente recuperação do Pelourinho, vez que, reconhecidamente, o Governo do Estado carece de mais recursos para acelerar o processo de revitalização e preservação desse importante acervo cultural da cidade de Salvador, passagem obrigatória de todo turista que visita nossa capital.

Apresentei também emendas individuais para entidades de caráter cultural, como a Fundação Casa de Jorge Amado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a cultura da Bahia não se resume aos receptivos de empresas de turismo caracterizados no saguão do Aeroporto Luis Eduardo Magalhães.

E, se nada for feito, nós todos, baianos e brasileiros em geral, nos empobreceremos com ela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Mário Couto, como orador inscrito, por permuta com o Senador João Tenório.

Aproveito a oportunidade para destacar, com muita satisfação, e registrar nos *Anais* do Senado Federal a homenagem prestada ao eminente jurista paranaense Dr. René Dotti, pela Câmara dos Deputados. Dr. René Dotti acaba de receber a medalha do Mérito Legislativo. Honra-o, certamente, mas é orgulho para todos nós que somos do Paraná. O Dr. René Dotti é um jurista de conceito nacional.

Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer ao Senador João Tenório, que me concedeu hoje o seu tempo para que eu pudesse falar do assunto que comove o meu Estado e, tenho certeza, comove o meu País. Por isso, agradeço a V.Ex^a, Senador João Tenório, a oportunidade que me concede na tarde de hoje.

V. Ex^a deve ter lido nos jornais de todo o País o que aconteceu com uma menina de 15 anos. Os oradores que me antecederam, do meu Estado, Senador Flexa Ribeiro e Senador José Nery, já tiveram a oportunidade de falar sobre o assunto. Não poderia eu deixar passar em vão, na tarde de hoje, críticas em relação ao que aconteceu no meu Estado.

É uma cidade com mais ou menos 150 mil a 200 mil habitantes, uma população ética, educada, tranqüila, com quem se tem vontade de conviver e que, neste momento, Senador Mão Santa, vive um drama.

Como é, Senador Tenório, que um delegado de polícia – não cabe na cabeça de ninguém – pode colocar uma menina de quinze anos dentro de uma cadeia com vinte bandidos?

Não venham aqui me dizer, Senador Mão Santa, que o delegado pediu permissão para o juiz e ele não concedeu. Nem assim! Nem assim! Nem que o juiz não tivesse concedido, ele não seria irracional de colocar uma menina de quinze anos junto com vinte bandidos. Nem assim!

Não adianta, agora, querer falsificar documentos para dizer que a menina não tem quinze anos. Não adianta. O que adianta, agora, é colocar esse delegado na cadeia. Esse delegado tem de ir para cadeia; o que ele cometeu foi um ato que se viu na época do racismo. O que ele cometeu foi o que se viu na época do racismo!

Esse delegado, Senador Tenório, teria de saber que essa menina é um ser humano. Se essa menina cometeu algum delito, com quinze anos de idade, ela tem recuperação. Essa menina não é nenhum animal, é um ser humano igual a qualquer um de nós. Com quinze anos de idade, Senador!

O País está estarelecido, Senador Flexa Ribeiro. A Governadora Ana Júlia, há três dias, Senador José Nery – e parabéns pelo requerimento e pela preocupação de V. Ex^a –, não toma nenhuma providência. Os jornais deste País, há três dias, falam desse assunto. A sua cidade, Senador, deve estar sofrendo esse drama. A população daquela cidade, que eu conheço, é uma população maravilhosa e deve estar sofrendo.

Senador Demóstenes Torres, há três dias os jornais deste País inteiro comentam esse bárbaro crime. Onde está a lei do adolescente e das crianças, Senador? Cadê? Será que esse delegado desconhece todas as leis que possam beneficiar e proteger as crianças deste País, que são inúmeras?

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Permite um aparte, Senador?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Será que esse delegado não sabe de nada? Será que a Governadora não sabia que tinha um incompetente administrando a delegacia de uma cidade de mais de cinquenta mil habitantes? Será que a Governadora não sabia disso?

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Senador, podemos invocar até a lei de proteção aos animais.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Lógico.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Não é verdade? Porque até aqueles que maltratam os animais sofrem uma reprimenda grande. Agora, pegar uma criança, ou qualquer um, mesmo que fosse a maior bandida do Brasil, Senador, nós temos de respeitar, inclusive a figura do delinqüente. A lei existe para prendê-lo, sim, mas não para tocá-lo numa jaula como se um animal fosse. E repito: a lei de proteção aos animais. Porque não se admite tratar dessa forma nem os animais.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Demóstenes, a Governadora Ana Júlia anda aborrecida comigo. Está até mandando os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Pará... Hoje foi uma Deputada à tribuna questionar a minha administração.

Governadora, essa Deputada não merece nenhuma credibilidade. Arrume outra pessoa para investigar a minha vida. V. Ex^a pode pesquisar a minha onde quiser. Agora, em vez de a senhora estar tomando as providências em relação ao caso que aconteceu... Viu, Governadora, não vai calar a minha boca não! Pode vir quente que eu estou fervendo, como diz a música do

Erasmus Carlos. Pode vir quente que eu estou fervendo! Não tenho medo! Já disse várias vezes aqui.

Em vez de a Governadora estar tomando providências, Senador Jefferson Péres, em relação a esse crime bárbaro que abalou o País – e tenho certeza o mundo inteiro –, a Governadora vem a Brasília para dançar o carimbó. E fica com raiva de mim, Senador Jefferson, e começa a pesquisar a minha vida. Vem dançar carimbó aqui no Congresso Nacional.

Senador Nery, é isso que dói; é isso que magoa; é isso que aborrece! Eu quero falar bem dessa Governadora, mas não consigo. Eu quero falar bem, mas não tenho motivo nenhum para falar bem dessa Governadora.

E se a gente for mais longe, Senador, veremos como está o meu Estado. Ela não quer que eu fale; ela fica aborrecida; ela fica magoada. O que ela tinha de fazer era colocar gente competente nas delegacias; o que ela tinha de fazer era aumentar e melhorar as delegacias; o que ela tinha de fazer era colocar delegados competentes que não viessem cometer um crime dessa natureza, esta barbaridade: tratar uma menina de quinze anos como se fosse um animal.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, peço um aparte.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Olha aqui Senador, olhe a saúde do Pará como está! Um menino de três anos – TV Senado, por favor, mostre aqui –, com 80% de queimadura no corpo. Caiu dentro de uma fogueira, uma lixeira que estava sendo queimada. O menino caiu correndo atrás do pai e queimou 80% do seu corpo, e os hospitais do Governo do Estado não quiseram atender-lhe.

Olhem o que aparece do menino: a perna do lado esquerdo. Os hospitais da capital do Estado do Pará, hospital de referência, construído pelo Governador Simão Jatene, exatamente para tratar desses casos, casos de emergência, não atendeu ao garoto, o rejeitou. Ele foi para o Pronto Socorro, que também não lhe atendeu. Voltou ao hospital. Ficou sete horas dentro de um carro.

E não querem que eu fale.

Desculpe-me, meu Tião Viana. Eu tenho muita consideração por V. Ex^a, mas não posso deixar de falar, não posso deixar de cobrar. A Governadora tem culpa, sim, nesse episódio. Não tentem disfarçar isso, pelo amor de Deus! Pelo amor da Santa Filomena, não tentem disfarçar isso! A Governadora tem culpa.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto e Brasil, esse problema não é do interior do Pará, do Pará ou do Brasil, não; é da humanidade. Senador Jefferson Peres, V. Ex^a tem amor à cultura. Esta

semana fiz uma cirurgiazinha e, no pós-operatório, li o livro *Historia Del Mundo*, que tive a oportunidade de comprar no Chile. O livro conta a história desde o começo do mundo, da pedra lascada. Já estou na parte da industrialização, de Franklin Delano Roosevelt. Não há isso, não. Errou o Senador Demóstenes – cadê o Demóstenes? – ao dizer que isso ocorria na época medieval. Na época medieval, não existiu uma barbárie como essa. A época medieval vai justamente da queda de Roma ao Renascimento. Não houve essas atrocidades, não. Isso é uma barbaridade! Acabei de ler o compêndio chileno *Historia Del Mundo*. Não houve isso no campo de concentração, não houve isso na África. Isso é uma ignomínia e uma vergonha. Não é aquela vergonhazinha a que se referia o Boris Casoy. Isso é a maior vergonha da história da humanidade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Concorro com V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Este Senado não pode acabar, porque tem de denunciar isso, tem de punir essas coisas.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Ouçó o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Mário Couto, gostaria de tirar algumas dúvidas que me parecem tão absurdas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Tasso Jereissati, interrompo V. Ex^a por um segundo para, com grata satisfação, registrar a visita de Raimundo Fagner, um patrimônio da cultura nordestina que vem ao plenário do Senado Federal.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Gostaria, também, de me juntar à Presidência da Casa para saudar a presença do cantor cearense Raimundo Fagner a este plenário. Trata-se de um dos maiores talentos, que engrandece a cultura do Estado do Ceará. Senador Mário Couto, existe uma dúvida sobre a qual gostaria que V. Ex^a esclarecesse, pois V. Ex^a acompanha de perto e com a atenção total que tem a seu querido Estado do Pará. Trata-se, sem dúvida nenhuma, de um dos acontecimentos mais bárbaros e mais cruéis, com requintes de um sadismo primitivo. Lembra, em algumas circunstâncias, talvez até pior, porque tem a tortura moral também, aqueles romanos que entregavam o cristão à sanha das feras dentro de uma arena. Acho que isso talvez seja até pior, porque há a humilhação moral, a agressão espiritual, enfim, a degradação, além da destruição física. É mais grave. Não lembro de uma polícia, em determinado momento, em algum lugar, ter feito. Sabemos de histórias de execuções. O Senador Mão Santa confirma que, na história, não há nenhum caso. Sabemos de execuções, de metralhamentos, de

fuzilamentos, mas nem em campo de concentração – o Senador Mão Santa me lembra muito bem – nenhum judeu foi levado a uma situação como essa, nenhuma mulher judia. A minha pergunta é a seguinte: qual é a providência tomada pelo Governo do Estado? Com todo respeito que tenho pelo nosso querido Presidente Senador Tião Viana, esse ato bárbaro, o mais bárbaro da história da Polícia brasileira que conheço, está sendo responsabilidade de uma polícia petista, de orientação e administração petista. Lembro-me de quando houve, no seu Estado, a história de Carajás, em que o nosso querido amigo, inesquecível, grande Senador e Governador Almir Gabriel foi vítima de todo tipo de ataques, mas não tinha culpa, nem envolvimento. S. Ex^a não saiu do seu Estado. Assumi imediatamente a responsabilidade de tomar todas as providências necessárias, puniu quem devia ser punido. Ficou lá, extremamente amargurado pelo que tinha acontecido e tomando todas as providências e recebia todas as instituições de direitos humanos. O PT praticamente tentou crucificar o Governador Almir. A minha pergunta é a seguinte: qual a providência tomada até agora em relação à Polícia, à delegacia, providência administrativa, corretiva, de mudança, enfim, o que foi feito de concreto pelo Governo petista?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Tasso Jereissati, há três dias a imprensa nacional vem falando desse assunto. Essa menina foi barbarizada na prisão, com 20 homens. Queimaram de cigarro a menina. Ela foi queimada, barbarizada. A Governadora Ana Júlia não se pronunciou em nenhum momento sobre o assunto. Em nenhum momento! Até hoje o que se viu foi a Governadora vir para cá dançar carimbó. Nada! Não se pronunciou absolutamente sobre nada.

Esse delegado – desculpe-me a expressão chula – é um imbecil! Ele tinha de estar preso, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mário Couto, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não se permite nos dias de hoje que aconteça isso. Isso é uma barbaridade. Eu acho que nem nos tempos do nazismo aconteceu isso.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Com muita honra.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Só uma indagação, porque eu não quis acreditar na resposta que V. Ex^a acabou de dar ao Senador Tasso Jereissati.

O fato é gravíssimo. Quando eu vi aquilo, uma menina de quinze anos, jogada numa cela com vinte presos, eu achei quase inacreditável. Mas muito bem. V.

Ex^a está me dizendo que o delegado não foi demitido e que a Governadora não se pronunciou sobre o caso?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Senador Nery acaba de entrar com um ofício pedindo que ela se pronuncie.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Isso é estarrecedor!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Acabou de entrar com um requerimento, que eu assino também, Senador, pedindo que ela se pronuncie e tome providências, porque até agora nós não sabemos das providências que ela tomou.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Isso é estarrecedor!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Logicamente, se o Senador Nery soubesse, ele não iria pedir a ela providências.

Há três dias, Senador Jefferson, a imprensa brasileira fala do assunto e não se vê nenhum pronunciamento da Governadora. Aí a Governadora se aborrece com o Senador Mário Couto.

Governadora Ana Júlia Carepa, eu quero poder falar bem de V. Ex^a, mas, estando a situação como está, não dá para falar bem da senhora, Governadora!

Senador Tião Viana, eu desço desta tribuna, sinceramente, muito chocado. Há poucos dias, a *Veja* disse que o Pará era uma terra sem lei. Vim a esta tribuna indignado, vim a esta tribuna chateado, vim a esta tribuna constrangido. Eu amo o meu Estado. Vim tentar amenizar aquela situação, porque...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...chamaram o Pará de Estado sem lei. Mas, sinceramente, Senador Papaléo, hoje estou acreditando que meu Estado é um Estado sem lei. Um delegado fazer o que fez e nenhuma providência ter sido tomada até agora, sinceramente, é de lamentar. É de lamentar a condição em que se encontra o querido Estado do Pará. Ele é realmente um Estado sem lei. O que aconteceu lá, oxalá não aconteça em nenhuma região do mundo, em nenhum Estado do mundo, porque é deplorável e é muito chocante para cada um que tem filha.

Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente-Interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a a colaboração com a Mesa. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.357, DE 2007

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal requereio seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Senador Hélio Costa, o presente pedido de informações com base na Consulta Pública nº 833, de 2007 – Anatel:

1. Existem, atualmente, 12.309 canais nos PBTV e PBRTV. O PBTVD, publicado em 2003, pareou apenas 1.893 canais para as cidades em que havia canais analógicos de geração e todas as maiores cidades do país. Faltam, portanto, viabilizar mais de 10 mil canais digitais. Se o desafio de viabilizar milhares de canais digitais em todo o Brasil para realizar a transição analógico-digital, já foi agravado pela criação recente de novas demandas de canais de televisão (TV Pública e os 4 canais da União previstos no Decreto 5820/2006), torna a utilização da faixa de 60 a 69 imprescindível, por que a Anatel está sugerindo a destinação de 4 canais dessa faixa para serviços de telecomunicações?

2. No manifesto à imprensa as emissoras alegam que já vem perdendo faixas de frequências ao longo dos anos. Mencionam a faixa de 2,5 Ghz que é interferida por serviços que usam uma tecnologia conhecida como **spread spectrum** extremamente congestionada; A faixa de 7 Ghz, em algumas regiões do país também existe congestionamento. Para as atuais e futuras emissoras (analógicas ou digitais) haverá necessidade de novos enlaces durante a transição digital. Perguntamos então: por que a Anate] estaria sugerindo destinar a faixa de 12,7 a 13,25 GHz, hoje utilizada apenas para a prestação de serviços de interesse das emissoras, para que seja utilizada por empresas de SCM para aplicações distintas do transporte de sinais para empresas concessionárias de serviços de radiodifusão?

3. Quais as faixas de frequência outrora destinadas à Radiodifusão e Serviços Auxiliares que foram transferidas, nos últimos 15 anos, para prestação de serviços de telecomunicações? Quais as implicações dessas supressões sobre as operações das emissoras? Está correta a informação da tabela abaixo?

4. Qual o impacto econômico do que está sendo sugerido na Consulta Pública/ sobre a operação de emissoras de Rádio e de Televisão?

5. A Anatel levou em consideração quando sugeriu na Consulta Pública nº 833, que revoga na íntegra a Resolução nº 82, de 30/12/1998, também da Agência, e que aglutinava num só instrumento todas as faixas do SARC destinadas ao Serviço de Radiodifusão, que poderia ampliar ou reduzir a abrangência da Resolução, sem varrê-la do acervo da regulamentação?

6. A tabela abaixo demonstra, segundo a mesma fonte, a perda significativa do espectro destinado à operação do SARC. Este serviço atende na sua mais nobre finalidade, ao jornalismo e a geração de seu conteúdo. Levou em conta a Anatel, o prejuízo que causará à sociedade brasileira, privando-a do direito pético constitucional do direito à informação?

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2007. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.358, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao sindicalista Antonio Neto, pelo lançamento, em Brasília, de seu livro ‘Trabalhadores do Brasil – Uma história do movimento sindical:

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de Aplauso ao sindicalista Antonio Neto, pelo lançamento, em Brasília, dia 20 de novembro de 2007, do seu livro **Trabalhadores Do Brasil – Uma história do movimento sindical.**

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado, bem como da Ícone Editora.

Justificação

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Estado de São Paulo, Antonio Neto, está lançando hoje, dia 20 de novembro de 2007, em Brasília, seu livro **“Trabalhadores do Brasil – Uma história do movimento sindical.** Nele, o autor resume as lutas dos trabalhadores desde os

primórdios do País. Além de ser leitura interessante e instrutiva, é livro de consulta para estudiosos, pesquisadores e todos que precisem de informações sobre a luta dos trabalhadores, no Brasil, em qualquer época. O ex-Ministro do Trabalho e Previdência Social Almino Afonso, que prefaciou o livro, chama a atenção para o fato de Antonio Neto ter entrelaçado as conquistas (ou reveses) dos trabalhadores com o entrelaque das lutas políticas, no âmbito do Congresso Nacional e dos Gabinetes ministeriais. Por essa contribuição a um dos aspectos relevantes da História do Brasil, o autor faz jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2007.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 425/2007

Brasília, 21 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que passarei a ocupar a suplência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Pedro Simon – PMDB/RS que ocupará a titularidade da referida Comissão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

–Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 390, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 390, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de

fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes.

Parecer de Plenário nº 1.093, de 2007, Relator: Senador Romero Jucá, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, e, no mérito, pela sua aprovação.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida para hoje, devido à falta de quorum.

Transcorreu ontem a terceira sessão em que a matéria constou da pauta.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem.) – Estamos falando da constitucionalidade ou do mérito?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Da constitucionalidade, urgência e relevância.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Aprovada.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da medida provisória, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou usar este tempo não apenas para discutir a medida provisória, mas peço a atenção da Casa e da imprensa, que está colocada ali do lado, para o que vou relatar.

Sr. Presidente, eu havia pedido para fazer uma comunicação inadiável e não consegui; pedi para falar pela Liderança e não consegui. Então, usando este tempo da discussão da matéria, quero dizer o seguinte: está para ser votada a CPMF no Senado – está para ser votada a CPMF no Senado. O meu Partido, o PDT, fechou questão por meio da sua Executiva, mas os Senadores não fecharam questão. Tenho falado desta tribuna que se as condições que o PDT impôs ao Governo não forem cumpridas voto contra.

Para ir mais além, Sr. Presidente, para deixar clara a minha posição, a minha independência quanto ao voto – e falo inclusive para que a imprensa tome nota

disto –, o meu Partido, o PDT, indicou, no Paraná, o Delegado Regional do Trabalho.

Eu não o indiquei, porque não indico ninguém; neguei-me a fazer a indicação. Cumpri o papel de Presidente do PDT do Paraná e apenas transmiti ao Ministro a Ata de indicação, feita em abril deste ano, do delegado regional do Trabalho.

Antes que surja qualquer dúvida a respeito da minha independência, quero dizer que o delegado foi nomeado no dia 30 de outubro. João Graça é integrante do PDT, um quadro que honra o PDT do Paraná, e é delegado nomeado no Ministério do Trabalho, na Delegacia do Trabalho do Paraná.

Mas, neste momento, estou tomando uma decisão, como Presidente do PDT do Paraná, e vou fazê-la por escrito ao Ministro do Trabalho, mesmo contrariando a Executiva do meu Partido no Paraná – depois me entendo com a Executiva do Partido no Paraná –, para colocar o cargo do Delegado do Trabalho João Graça, do Paraná, à disposição do Ministro Lupi, para que S. Ex^a dele disponha como quiser. Se quiser manter o delegado, mantenha-o; se quiser exonerá-lo, exonere-o e coloque outro no lugar sem nenhuma interferência deste Senador, como não houve nenhuma interferência na indicação daquele delegado, que, como eu disse, é uma pessoa digna, que honra o PDT, mas que não teve minha indicação.

Faço isso, Sr. Presidente, para evitar qualquer especulação.

Repito: se o Ministro Lupi quiser dispor do cargo de delegado regional do Trabalho, pode fazê-lo. Exonere o que está lá, indique alguém de sua confiança, faça o que pretender fazer. De minha parte, não haverá óbice nenhum, porque não indico e também não peço para ficar.

Sr. Presidente, estou fazendo isso para firmar aqui uma convicção: no dia em que for votado o primeiro turno da CPMF neste Senado, darei meu voto de acordo com a minha consciência, sem nenhum vínculo com o processo do Presidente Renan Calheiros que está em andamento, sem nenhum vínculo com qualquer participação do PDT em indicações, seja para ministério, seja para delegado regional, seja qualquer cargo, já que nunca indiquei. Não tenho um *office-boy* indicado pessoalmente por mim no Governo.

Também não quero, Sr. Presidente, que o Governo se sinta obrigado a liberar nenhum emenda individual de minha autoria. Aliás, sou a favor de se acabar com as emendas dos Senadores, porque isso só traz problemas. Então, antes que surja qualquer especulação, meu voto será de acordo com minha consciência.

Vou escrever um ofício agora para o Presidente do PDT e para o Ministro do Trabalho, Lupi, comunicando

que, embora o Partido, no meu Estado, tenha indicado, não indiquei. E, se S. S^a quiser, pode exonerar já, porque meu voto aqui será livre como sempre foi. Não me submeto a cabresto de partido nem de governo. Meu voto será de acordo com minha consciência.

Quando me elegi Senador, não foi com apoio do Governo; quando me elegi Senador, não contei com apoio de Ministério nenhum, nem de delegado de trabalho, nem nada. Elegi-me Senador, debatendo com a população do Paraná, e eu não disse à população do Paraná que viria aqui ser cabrestado e que aceitaria imposição de ninguém.

Por isso, Sr. Presidente, estou comunicando oficialmente, para que toda a Imprensa ouça, que o cargo que o PDT do Paraná indicou está à disposição do Ministro. Meu voto vale muito mais do que qualquer nomeação ou que qualquer vínculo com qualquer Governo. Meu voto é livre e será dado aqui, Sr. Presidente, de acordo com as minhas convicções, e não de acordo com pressão de ninguém, porque não aceito pressão e não voto sob pressão em nada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Para discutir a matéria, Senador José Agripino, Senador Romero Jucá e Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos apreciando matéria sobre a qual, ontem, tive oportunidade de me manifestar.

Há questão de trinta, trinta e cinco dias, quando a matéria referente à CPMF esteve em apreciação na Câmara, três medidas provisórias obstruíam a pauta. E o Governo, espertamente, entrou com três novas MPs, anulando as três que estavam tramitando, para que elas, anuladas, desobstruíssem a pauta. Assim foi feito: a CPMF foi apreciada na Câmara, foi aprovada e está aqui no Senado para ser apreciada. Vai ter nosso voto contrário, mas essa é uma questão para seu devido tempo.

Chega agora para apreciação no Senado essa medida provisória, que, curiosamente, desdiz a anteriormente editada, mas mantém a prorrogação do prazo para entrega de armas, que é fato que nos interessa.

Há outra medida provisória que trata de assunto semelhante, tramitando na Câmara, que pode ensejar a oportunidade de um aperfeiçoamento da matéria e dos prazos.

Se derrubarmos, como era nossa intenção, essa medida provisória, inviabilizaremos matéria assemelhada editada no mesmo período legislativo e que vai ensejar o aperfeiçoamento do texto. Os Deputados do DEM e do PSDB estão operando na Câmara no sentido de melhorar o texto. Se votarmos, portanto, contraria-

mente a essa agressão do Poder Executivo ao Poder Legislativo, vamos evitar uma adequação de texto que se processa na Câmara para melhorar as condições de devolução de armas, o que seria um desserviço que prestaríamos ao País.

Então, por essa razão, agindo com racionalidade, olhando com objetividade, trabalhando por objetivos, é que vamos recomendar o voto favorável a essa medida provisória, por incrível que possa parecer a V. Ex^a, para permitir uma adequação, para deixar a janela aberta, a fim de que a adequação do texto que se está processando na Câmara, na reedição da medida provisória operada pelo Governo e que está na Câmara, possa ensejar um ajuste, um entendimento que seria impossível se aprovássemos ou rejeitássemos agora essa matéria. Isso fecharia a porta para o entendimento.

Por essa razão, o nosso voto é “sim” ao mérito dessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência entende perfeitamente as razões regimentais e de mérito que V. Ex^a aborda sobre a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para discutir.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, vou ler a justificativa jurídica que sustenta a posição adotada pelo PSDB em relação a essa matéria e que impôs ao Partido, inclusive, o dever de recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

As três primeiras medidas provisórias que estão na Ordem do Dia de hoje revogam medidas provisórias anteriormente editadas, num gesto claro e evidente de banalização do instrumento desse ato normativo adotado pelo Governo.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica em face da possibilidade de uma medida provisória poder ser revogada por outra medida provisória, mas, no mesmo sentido, prevê que esse ato legislativo revogador também esteja revestido dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, vinculadas às suas razões e devidamente discriminadas em sua Exposição de Motivos.

Conforme se depreende, com clareza, da Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 390, o objetivo do Governo é, sim, pura e simplesmente, retirar a medida provisória “revogada” da pauta de votações da Câmara dos Deputados. Este desiderato proibido fica mais evidente pela circunstância de a “revogação” ter sido levada a efeito juntamente com outras duas medidas provisórias, igualmente perpetradas pelo Poder Executivo e que, agora, também se transmutaram de

urgentes a descartáveis, em prazo inferior a 24 horas – no caso em tela, as Medidas Provisórias nºs 391 e 392, revogando, respectivamente, as Medidas Provisórias nºs 380 e 382.

A Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 390, de 2007, deixa expressamente consignado que a respectiva decretação de urgência foi editada com o fim de interferir na pauta de votações da Câmara dos Deputados:

E.M. nº 158-MJ/SRI-PR, de 18 de setembro de 2007:

“Ocorre, todavia, que a Medida Provisória 379, de 29 de junho de 2007, (...) está trancando a pauta de votações da Câmara dos Deputados em razão do transcurso de prazo a que se refere o § 6º do art. 62 da Constituição de 1988, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001. Assim, impõe-se a necessidade – imperiosa e urgente – de revogar a medida provisória em causa, de modo a desobstruir a pauta de votações da Câmara dos Deputados.”

Há, nisso, evidente ofensa aos incisos III e IV do art. 51 da Constituição Federal, que garantem autonomia à Câmara dos Deputados, o que inclui aquela que é uma das mais importantes atribuições do Presidente de uma Casa Legislativa, que, em representação do anseio de todos os seus Pares, estabelece a pauta de votações.

A providência tomada pelo Presidente da República – a saber, revogar medida provisória com o único argumento que trancava a pauta da Câmara dos Deputados – subverte o curso normal da Ordem do Dia a ser seguida pela Casa, o que malfere autonomia constitucionalmente a ela assegurada. A verdade é que, bem ou mal, a Câmara dos Deputados devia estar dedicada ao exame da medida provisória que lhe trancava a pauta de votações, não – ao menos naquele momento – de propostas outras de interesse do Governo, quaisquer que sejam estas, uma vez que os Parlamentares estavam cumprindo o dever constitucional deflagrado pela iniciativa do Chefe do Poder Executivo em deliberar sobre matéria de extrema relevância e urgência para o País.

A medida provisória aqui escrutinada dá vazão a um casuismo governamental, que substitui prioridades anteriores por outra, e diante das conveniências deixa a atividade legislativa do Parlamento ao sabor do fisiologismo político praticado pelo Governo Lula. Uma urgência anterior é substituída casuisticamente por uma nova. Essa prática por parte do Poder Executivo resulta em uma diminuição das prerrogativas constitu-

cionais do Poder Legislativo, sujeitando o Congresso Nacional à pauta de votações definida pelo Presidente da República, com evidente afronta aos ditames da Constituição Federal.

Nesses termos, a Medida Provisória nº 390, de 2007, absurdamente nega a urgência atribuída, anteriormente, pelo mesmo Governo, a outra medida provisória também por ele editada.

Por fim, ficou evidente que o relevante para a pauta legislativa do Governo, no Congresso Nacional, era a prática reiterada de produzir sucessivos trancamentos de pauta, retirando a discussão e o aprimoramento das proposições da atividade parlamentar, submetendo essas prerrogativas ao balcão de negócios fisiológicos do Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a sustentação jurídica que o PSDB apresenta para a posição que adota em relação a essa matéria.

Assistimos, sempre, ao que é, nesta hora, a repetição de acontecimentos anteriores: a subtração de prerrogativas constitucionais do Senado Federal. Aliás, é bom frisar sempre, de forma enfática, que essas prerrogativas não nos pertencem. Não pertencem ao Presidente da Casa, ao Líder do PSDB, ao Líder do Democratas, ou a quem quer que seja. Essas prerrogativas pertencem à instituição e, por decorrência, à sociedade brasileira.

Abrir mão de prerrogativas que não nos pertencem não é do nosso direito e do nosso dever.

Sustentar essas prerrogativas, preservá-las e utilizá-las a serviço do povo brasileiro é o dever que se nos impõe neste momento.

Sr. Presidente, o PSDB, a oposição, está obstruindo a pauta. Evidentemente, essa matéria pode merecer deliberação, mas isso não significa que, na Medida Provisória nº 04, haverá colaboração da oposição, na Casa, uma vez que o que está estabelecido pelos Líderes do PSDB e do Democratas é a obstrução da pauta. Este será, certamente, o nosso objetivo, após deliberarmos sobre as três medidas provisórias que estão na Ordem do Dia e que dizem respeito a esse assunto sobre o qual dissertamos em nome do PSDB.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 390, DE 2007

Revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogada a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 391, de 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 391, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida para hoje, devido à falta de *quorum*.

Transcorreu ontem a terceira sessão em que a matéria constou da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à Medida Provisória não foram apresentadas emendas.
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 4 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 6 de novembro;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Giacobbo (PR-PR);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 64, de 2007, e se esgotará no dia 25 de fevereiro de 2008;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 12 de novembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Rapp, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 1.098, DE 2007

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de tecer alguns comentários sobre a Medida Provisória nº 391, de 18 de setembro de 2007.

Em seu art. 1º, a referida medida provisória revoga, de forma expressa, a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que tratava da instituição do Regime de Tributação Unificada (RTU), na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

A Medida Provisória nº 391 despertou amplo debate sobre o alcance e reflexos do regime tributário proposto e recebeu grande número de emendas durante o prazo regimental.

Por razões imperativas do processo legislativo, optou-se pelo encaminhamento de Projeto de Lei com idêntico teor, ora em tramitação na Câmara dos Deputados sob o nº 2.105, de 2007.

É conveniente esclarecer que a Medida Provisória nº 391, de 2007, não fere a Constituição Federal, tampouco se caracteriza como injurídica, enquadrando-se perfeitamente no ordenamento jurídico vigente, com fundamento nos arts. 24, inciso I, e 48, inciso I, da Carta Magna.

Vale ressaltar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite que uma medida provisória seja revogada por outra, entendendo esse que se manteve aplicável sob a sistemática da Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Sr. Presidente, frente ao exposto, votamos pela admissibilidade, constitucionalidade, adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 391, de 2007, e, no mérito, por sua aprovação.

É o voto, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 1.098, DE 2007

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

Relator-Revisor: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, da Constituição Federal, editou, em 18 de setembro de 2007, a Medida Provisória (MPV) nº 391, acima ementada. A medida provisória

foi aprovada na Câmara dos Deputados em 6-11-2007, sem alterações.

O diploma em questão contém apenas dois artigos. O primeiro, expressamente, revoga a MPV nº 380, de 2007, e o segundo é cláusula de vigência imediata após a publicação da MPV. A MPV nº 380, de 2007, revogada, tinha a finalidade de criar um regime tributário especial para os comerciantes, comumente chamados de “sacoleiros”, que realizam importação, por via terrestre, de quantidade reduzida de mercadoria procedente do Paraguai.

Após a edição da MPV nº 391, de 2007, foi apresentado projeto de lei, pelo próprio Poder Executivo, que reproduz o teor da medida revogada. Atualmente, o Projeto de Lei nº 2.105, de 2007, tramita na Câmara dos Deputados.

A Medida Provisória não recebeu emendas.

II – Análise**Relevância, Urgência e Adequação Financeira e Orçamentária**

A Exposição de Motivos (EM) nº 137 – MF, apresentada ao Presidente da República para justificar a edição da MPV nº 391, de 2007, aduz, inicialmente, que, “dada a complexidade dessa matéria, o significativo número de emendas apresentadas à referida medida provisória no Congresso Nacional, bem assim o amplo debate que foi instaurado no País acerca do alcance e dos reflexos do Regime de Tributação Unificada, parece melhor a discussão da questão sob a forma de projeto de lei”.

Em seguida, a EM informa que o motivo principal da MPV é destrancar a pauta de votações da Câmara dos Deputados, e permitir “a análise de outras questões relevantes”.

Com a revogação, a EM sugere que a matéria, antes considerada urgente e relevante, seja objeto de projeto de lei, de igual teor, a ser encaminhado, como o foi (PL nº 2.105, de 2007), pelo Poder Executivo.

Os argumentos são procedentes. Em primeiro lugar, é verdade que o rito previsto para as medidas provisórias não vinha permitindo a construção de um consenso em torno da matéria tratada pela MPV nº 380. Em vista disso, não houve condições políticas para colocar a matéria em votação antes de esgotado o prazo de 45 dias para que ela começasse a trancar a pauta da Câmara dos Deputados.

Por conseqüência, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 89, de 2007, que tem por objetivo prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU) não podia ser colocada em votação.

Ocorre que a PEC, no contexto político e econômico do momento, era ainda mais urgente e relevante que a matéria tratada na MPV nº 380. Por esse motivo, a desobstrução da pauta somente foi possível com a utilização do instrumento extremo que é a medida provisória.

Por essas razões, entendemos presentes os requisitos constitucionais da urgência e relevância previstos no art. 62 da Constituição Federal.

Quanto à adequação orçamentária e financeira, não há nada a considerar.

Mérito

Como já mencionado, o objeto da MPV nº 391, de 2007, é singelo: revogar a MPV nº 380, também de 2007.

A possibilidade de medida provisória revogar outra medida provisória é a única que merece análise do ponto de vista da constitucionalidade.

A propósito, cumpre mencionar que, em várias oportunidades, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi provocado a se manifestar sobre o tema (ADInMC nº 221/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Moreira Alves, DJ de 22-10-1993; ADInMC nº 1.207/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Néri da Silveira, DJ de 1º-12-1995; e ADInMC nº 2.984-3/DF, Tribunal Pleno, Relatora Ministra Ellen Gracie, DJ de 14-5-2004).

Já na vigência do novo rito de tramitação, foi editada a MPV nº 128, de 2003, revogando a MPV nº 124, de 2003, que tratava do quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (ANA). Na ocasião, o PSDB e o hoje DEM recorreram ao STF para que esclarecesse se, diante do novo texto constitucional, persistia o entendimento de que a revogação de medida provisória por outra é constitucional.

No julgamento da ADInMC nº 2.984-3/DF, a ampla maioria do colegiado (nove votos contra um) decidiu não haver razão para, mesmo diante do novo texto constitucional, alterar o pacífico entendimento daquele tribunal acerca da legitimidade de revogação de medida provisória por outra.

Na época, a prática foi defendida pela atual Presidente do STF, Ministra Ellen Gracie, Relatora do caso, argumentando que “como qualquer outro ato legislativo, a medida provisória é passível de ab-rogação mediante diploma de igual ou superior hierarquia”.

Em relação aos atos praticados durante a vigência da MPV nº 380, de 2007, é importante lembrar que, de acordo com o que dispunham seus arts. 2º, 3º e 4º, a produção de qualquer efeito dependia da edição de ato do Poder Executivo que listasse os produtos que integrariam o chamado RTU e estabelecesse o limite

máximo de valor a ser importado, bem como os termos e condições para a habilitação no Regime.

Como, mesmo após quase três meses desde seu envio ao Congresso Nacional, nenhum desses atos foi editado, a MPV nº 380, de 2007, apesar de ter força de lei, carecia de eficácia por falta de regulamentação.

III – Voto

Frente ao exposto, votamos pela admissibilidade, constitucionalidade, adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 391, de 2007, e no mérito, por sua aprovação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2007.
– Senador **Valdir Raupp**, Relator-Revisor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer preliminar do Relator revisor: Senador Valdir Raupp é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

No mérito, também pela aprovação.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da medida provisória, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos aqui diante de uma cena surrealista. Ontem, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Aloizio Mercadante... Senador Aloizio Mercadante, peço a atenção de V. Ex^a. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Aloizio Mercadante!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a, ontem, propôs um debate qualificado sobre matéria relativa a armas. V. Ex^a me convenceu, no mérito, de que havia mérito na matéria. Àquela altura, por falta de tempo, não pude atender ao seu chamado para o debate qualificado. Hoje, aqui estou para dizer que o Governo, ao qual V. Ex^a serve com talento, com denodo e com lealdade, não considera a matéria relevante. Tanto que a retirou de pauta para facilitar a tramitação da CPMF na Casa outra, na Câmara dos Deputados, apesar de ter todo tempo a sua disposição, tanto que deu dois meses para o Deputado Eduardo Cunha, e acabou dando, além dos dois meses, mais Furnas, para o Deputado acompanhar, com setores do seu

Partido, a posição do Governo. O Governo não precisava ter negociado nada com ninguém, porque tinha uma maioria acachapante na Câmara dos Deputados. Então, o Governo considera menos importante do que eu a matéria que é tão prezada por V. Ex^a, cujo mérito reconheci a partir da clarividente explicação que ouvi de V. Ex^a numa das salas deste Senado Federal.

Estamos agora, Sr. Presidente, discutindo outra matéria que era medida provisória; foi retirada abruptamente de tramitação na Câmara dos Deputados, e que volta a tramitar nesta Casa, o Senado, sob a forma de medida provisória; portanto, muda um pouco a roupagem, faz uma maquiagem, passa um batom, coloca um brinco, passa um ruge... Enfim, para parecer que é outra pessoa, mas que é, na verdade, a mesma malfadada medida provisória anterior.

Feita a denúncia, Sr. Presidente, a Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 391, de 2007, deixa expressamente consignado que a respectiva decretação de urgência foi editada com o fim de interferir na pauta de votações da Câmara dos Deputados:

E.M. nº 158 – Ministério da Justiça/SRI-PR, de 18 de setembro de 2007 – vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que diz o Ministério da Justiça –:

“Ocorre, todavia, que a Medida Provisória nº 379, de 29 de junho de 2007, (...) está trancando a pauta de votações da Câmara dos Deputados em razão do transcurso de prazo a que se refere o § 6º do art. 62 da Constituição de 1988, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001. Assim, impõe-se a necessidade – imperiosa e urgente – de revogar a Medida Provisória em causa, de modo a desobstruir [Senador Aloizio Mercadante] a pauta de votações da Câmara dos Deputados.”

Está aqui o aviso ministerial, assinado pelo Ministro Tarso Genro, dando o tamanho da importância que o Governo vota a medida provisória que estamos aqui a debater. Voltou a ficar importante de novo. O Governo, agora, quer votar com muita pressa, porque, na verdade, o que pretende é mais celeridade no processo de aprovação de um imposto que suga recursos e energia do povo brasileiro. Refiro-me à CPMF.

Há nisso evidente ofensa aos incisos III e IV do art. 51 da Constituição Federal, que garantem autonomia à Câmara dos Deputados, o que inclui aquela que é uma das mais importantes atribuições do Presidente de uma Casa Legislativa que, em representação do anseio de todos os seus Pares, estabelece a pauta de votações.

A providência tomada pelo Presidente da República, a saber: revogar medida provisória com o único argumento que trancava a pauta da Câmara dos Deputados, subverte o curso normal da Ordem do Dia a ser seguida pela Casa, o que fere de morte a autonomia a ela, a Casa, assegurada. A verdade é que, bem ou mal, a Câmara dos Deputados devia estar dedicada ao exame da medida provisória que lhe trancava a pauta de votações – ao menos naquele momento –, não de propostas outras de interesse do Governo, quaisquer que sejam essas, uma vez que os Parlamentares estavam cumprindo o dever constitucional deflagrado pela iniciativa do Chefe do Poder Executivo em deliberar sobre matéria de extrema relevância e urgência para o País.

A medida provisória aqui escrutinada dá vazão a um casuismo governamental, que substitui prioridades anteriores por outra e, diante das conveniências, deixam a atividade legislativa do Parlamento ao sabor do fisiologismo político, praticado pelo Governo Federal. Uma urgência anterior é substituída, casuisticamente, por uma nova. Essa prática por parte do Poder Executivo resulta em uma diminuição das prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo, sujeitando o Congresso Nacional à pauta de votações definida pelo Presidente da República, com evidente afronta aos ditames da Constituição Federal.

Nesses termos, a Medida Provisória nº 391, de 2007, absurdamente, nega urgência atribuída anteriormente pelo mesmo Governo a outra medida provisória também por ele editada.

Por fim, ficou evidente que o relevante para a pauta legislativa do Governo no Congresso Nacional era a prática reiterada de produzir sucessivos trancaamentos de pauta, retirando a discussão e o aprimoramento, submetendo essas prerrogativas ao balcão de negócios fisiológicos, infelizmente ainda predominantes na política brasileira.

As três medidas provisórias que estão na Ordem do Dia de hoje – uma já foi votada – revogam medidas provisórias anteriormente editadas, num gesto claro e evidente de banalização do instrumento desse ato normativo adotado pelo Governo.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica em face da possibilidade de uma medida provisória poder ser revogada por outra medida provisória, mas, ao mesmo tempo e no mesmo sentido, prevê que esse ato legislativo revogador também esteja revestido dos pressupostos constitucionais de urgência e de relevância, vinculando-se suas razões, devidamente discriminadas em sua exposição de motivos.

Conforme se depreende com clareza da própria exposição de motivos da Medida Provisória nº 391,

o objetivo do Governo é, sim, pura e simplesmente, retirar a medida provisória revogada da pauta de votações da Câmara dos Deputados. Esse desejo fica evidente pelas circunstâncias de a “revogação” ter sido levada a efeito juntamente com outras duas medidas provisórias, igualmente perpetradas pelo Poder Executivo. E, agora, também se transmudaram de urgentes a descartáveis, em prazo inferior a 24 horas, no caso em tela, as Medidas Provisórias n^{os} 391 e 392, revogando-se respectivamente as Medidas Provisórias n^{os} 380 e 382.

Sr. Presidente, é evidente que temos de lavar o protesto do PSDB. Sei que, após minha fala, deverão usar a palavra o Senador Alvaro Dias e o Senador Papaléo Paes. Estou convocando os Senadores do PSDB a comparecerem à discussão, porque não podemos permitir que esta Casa seja feita de brinquedo do Palácio do Planalto. Não o é. Não o é, não vai sê-lo, não pode sê-lo. E o PSDB não o permitirá.

A medida provisória – Senador Mão Santa, sei que V. Ex^a não deixará de usar a tribuna – importante e urgente, que muitas vezes é lançada ao nosso rosto como uma definição sobre se somos – já encerro, Sr. Presidente – patrióticos ou não, ela é simplesmente revogada ao sabor de um interesse do Governo, como se a pauta da Casa tivesse de ficar ao sabor da pauta do Governo, como se o Governo fosse o Executivo hipertrofiado que é e, ao mesmo tempo, fosse o Legislativo, a usurpar de nós outros, eleitos pelo povo para sermos os legisladores da sociedade, Senador Mário Couto – sei que V. Ex^a fará coro com esta manifestação –, o poder, o direito e o dever de cumprirmos com nossa obrigação constitucional.

Portanto, Sr. Presidente, quando encerro esta fala, aqui digo que não é ético o Governo colocar a Casa ao sabor dos seus interesses ocasionais. Não é ético, Sr. Presidente, não é justo, não é correto, não é honesto o Governo fazer uma escala de prioridades e desmentir sua própria palavra, desmentir seus líderes. Manda para o Congresso medidas provisórias que diz urgentes e relevantes e depois as retira de tramitação, admitindo que não são nem urgentes nem relevantes, porque quer abrir espaço para outro interesse que, aos olhos do Governo, avultou, cresceu, agigantou-se. O PSDB não pode concordar com isso.

Estamos, portanto, muito indispostos com medidas provisórias que venham deste Governo. Estamos muito indispostos. Medidas provisórias aqui vêm, a meu ver, sob o signo da inverdade, sob o signo da insinceridade, sob o signo da futilidade, sob o signo da leviandade. São medidas provisórias que visam, pura e simplesmente, no fundo, no fundo, a diminuir o papel deste Parlamento, para, no final do ano, os

jornais serem obrigados a noticiar que o Congresso pouco legislou, que o Congresso pouco operou, pouco trabalhou, todos se esquecendo de um fato bastante singelo, que é o fato de que o Governo Federal travancou a pauta do Congresso Nacional e impediu o funcionamento legítimo e fluente das duas Casas do Legislativo Federal.

O PSDB, portanto, fará uso da sua atribuição, do seu direito de obstruir a matéria. Votará contra a medida provisória, até por entender que não é para se votar a favor de uma coisa que não é importante. O Governo não considera a matéria importante. Se a considerasse importante, não a teria retirado de tramitação na Câmara dos Deputados. Não é importante. Se não é importante, não deve contar com o beneplácito nem com a legitimação do Partido da Social Democracia Brasileira, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Por ora, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para discutir a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos tempo para discutir a matéria, até porque a Oposição mantém-se em obstrução. A votação da primeira medida provisória não significa a interrupção do processo de obstrução imposto pela liderança do Senador Arthur Virgílio. Portanto, o Partido deverá pedir verificação de votação assim que a matéria for submetida ao Plenário.

A Medida Provisória n^o 380, de 28 de junho de 2007, que a Medida Provisória n^o 391 revoga, institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação por via terrestre de mercadorias procedentes do Paraguai. Portanto, a Medida Provisória n^o 380 tinha por objetivo solucionar um impasse social vivido há muitos anos por milhares de trabalhadores no Brasil, especialmente na tríplice fronteira, sobretudo no Município de Foz do Iguaçu, no Paraná. A Medida Provisória n^o 391 revogou a Medida Provisória n^o 380, que tratava da tributação de produtos procedentes do Paraguai. Isso foi feito apenas para desobstruir a pauta para a votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ou seja, o Governo joga com o Congresso da forma que bem entende, manipula o Congresso Nacional como se fosse um objeto manipulável. O Governo usa e abusa da edição de medidas provisórias, assim como usa e abusa dessa prerrogativa autoritária no sentido de limpar a pauta para votar aquilo que melhor lhe aprouver. O Governo, depois, enviou um projeto de lei para a Câmara dos Deputados

exatamente para substituir a Medida Provisória nº 380. Esse projeto de lei trata da mesma matéria.

Portanto, o próprio Governo explica e explicita que a medida provisória só é utilizada em função desse resquício de autoritarismo que permeia as ações do Governo do Presidente Lula. A medida provisória, assim, é dispensável. Se foi substituída por um projeto de lei pelo próprio Presidente da República, haveria de se concluir que o projeto de lei, se fosse apresentado anteriormente, teria alcançado os mesmos objetivos que alcançaria a medida provisória. Ou seja, é a vocação autoritária, é o apego ao conforto de poder impor sua vontade sem discussão maior.

Aliás, é bom, porque é didático, repetir por que, no presidencialismo, Senador Mão Santa, instituiu-se instrumento de tanta força para tornar o presidencialismo ainda mais forte, já que esse instrumento é apropriado no sistema parlamentarista. Foi o que ocorreu, Senador Mário Couto, durante a discussão na Assembléia Nacional Constituinte, que caminhava para redigir e aprovar uma Constituição, estabelecendo o sistema parlamentarista, e que, por essa razão, foi buscar na experiência do parlamentarismo italiano este instrumento: a medida provisória, aplicável no sistema parlamentarista. No entanto, a conclusão da Constituinte não foi pelo parlamentarismo, mas, sim, pelo presidencialismo, e se manteve o instrumento que seria adequado ao sistema parlamentarista. Portanto, esse instrumento não é adequado para o presidencialismo, já que confere força em demasia ao Poder Executivo e ao Presidente da República e, na contrapartida, retira prerrogativas fundamentais, essenciais para a respeitabilidade que deve ter o Poder Legislativo.

Não tenho dúvida, Senador Papaléo Paes, de que uma das razões de descrédito do povo em relação a esta instituição é a medida provisória, indiretamente; diretamente, é a nossa complacência em relação à sua existência, à forma como é utilizada. Evidentemente, admitiríamos e até apoiaríamos a instituição de medidas provisórias em ocasiões relevantes, quando se constata verdadeiramente a necessidade de um instrumento de agilidade e de eficácia, quando há razões para a urgência e a relevância.

É claro que não votaríamos contra a edição de uma medida provisória, se o estado de calamidade pública fosse decretado em relação a alguma catástrofe que ocorresse, havendo necessidade de uma ação administrativa imediata, urgente e eficaz, com a exigência, aí sim, de uma providência legislativa de urgência. É claro que, assim, nós a acataríamos, mas não nesse caso. O próprio Governo demonstra, de forma cabal, que se utiliza desnecessariamente desse instrumento. É o caso da Medida Provisória nº

380, que era medida provisória, e a conveniência do Governo fez com que ela fosse transformada, substituída por um projeto de lei. É um projeto de lei que particularmente quero aprovar no Senado Federal, ao qual quero votar favoravelmente, porque considero necessário, justo e capaz de solucionar um drama social vivido por milhares de trabalhadores.

É claro que, se viesse na forma de medida provisória, com o constrangimento natural, teríamos de votar favoravelmente. É isto, Senador Jefferson Péres, que nos leva constantemente ao constrangimento nesta Casa: o mérito da proposta justifica o voto favorável. A forma adotada para que essa proposta chegue ao Senado Federal é que se contrapõe ao bom-senso que se exige de quem deve respeitar o Poder Legislativo e não submetê-lo à humilhação permanente de apenas homologar as atitudes governamentais.

Esta tem sido a Casa da convalidação, da homologação, a Casa do aval ao Presidente da República, que, utilizando-se de medidas provisórias, obtém quase sempre cheques em branco para administrar o País, colocando a Oposição no canto do córner nesse ringue, já que fica entre votar contra uma matéria que muitas vezes tem mérito em razão do seu conteúdo, mas que não deveria ser, de maneira alguma, apresentada ao Congresso Nacional na forma de medida provisória, até porque, na forma de projeto que tramita pelas Comissões técnicas da Casa, é matéria sujeita a aprimoramento, e o País ganha com isso. Neste caso, nem mesmo a possibilidade de aprimorar há, quando a medida provisória é imposta ao Parlamento, cumprindo-se os rigorosos prazos da celeridade. Nem mesmo a discussão ampliada para o aprimoramento da proposta é possível.

É por essa razão que deslizes têm sido cometidos nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Alguns penduricalhos embutidos em medidas provisórias, muitas vezes, são aprovados sem o conhecimento da Maioria da Casa, na esperteza daqueles que se utilizam desse instrumento para essa malandragem que fica explicitada apenas depois do fato consumado.

Portanto, Sr. Presidente, é mais um momento de protesto e de repúdio a essa utilização desmedida, despropositada de medidas provisórias pelo Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, V. Ex^a vai discutir a matéria? (Pausa.)

Senador Mário Couto, V. Ex^a vai discutir a matéria? (Pausa.)

V. Ex^a tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, to-

dos os Senadores do PSDB têm interesse em discutir esta matéria, até para lavrarem o protesto, por ela ter sido retirada da Câmara e depois ter voltado a ser relevante no Senado.

Mas queria registrar, Sr. Presidente – e sei que o faço em nome do Senador João Pedro –, a presença neste plenário do Deputado Estadual pelo PPS do Amazonas Luiz Castro, que é uma das mais significativas figuras públicas do meu Estado e que honra a representação que o povo lhe outorgou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Mão Santa, depois do constrangimento com que vim a esta tribuna, nesta tarde, para falar de uma barbaridade que foi cometida no meu Estado, tenho a certeza de que as mulheres brasileiras, neste momento, devem estar pensando em suas filhas. Tenho a certeza de que a maioria das mulheres brasileiras está decepcionada, passando por um sofrimento diante de um fato tão deprimente, de que nós, os Senadores paraenses, falamos nesta tarde. Trata-se da barbaridade que fizeram, na cidade de Abaetetuba, com uma menina de 15 anos de idade. Infelizmente – repeti, Senador Mão Santa, por várias vezes: infelizmente, infelizmente, infelizmente –, isso aconteceu numa cidade tão querida, tão pacata e tão ordeira, como Abaetetuba, próxima da capital paraense. Isso aconteceu – mais uma vez, infelizmente – no meu querido Estado do Pará.

Entretanto, o que se discute hoje aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma medida provisória que foi revogada. Logicamente, Senador Mão Santa, com essa sua veemência, com sua inteligência – V. Ex^a é um estudioso, um conhecedor da literatura, um dos poucos Senadores que muito lêem e um dos que muito conhecem deste Parlamento –, V. Ex^a deveria vir aqui, para falar sobre medida provisória.

Medida provisória, neste Senado, é questão já de disciplina para o próprio Senado, meu operoso e inteligente Senador Jefferson Péres. Sofremos aqui, Senador, uma desmoralização. Olhe que este seu amigo, Senador novo, que chegou do Pará, seu vizinho, ficou muito, mas muito aflito, quando viu a quantidade de medidas provisórias editadas neste Senado. Passa-se do limite aceitável, Senador Jefferson Péres; passa-se do limite. E o Governo faz o que quer. Parece que sabe que aqui temos de atendê-lo, que temos de obedecer à ordem do rei. E este Senado, sinceramente, fica desmoralizado. Está aqui mais uma des-

moralização, Senador. Isso é terrível para uma Casa como o Senado.

Tenho me cansado de dizer aqui, meu nobre Presidente, que nós temos que ter regra para as medidas provisórias. E ainda mais: “Ah! Mandei uma medida provisória; não serviu, revoga. Eu faço o que quero, eu sou o rei!”, e manda, e brinca. Isto aqui é o Senado, é o Congresso Nacional, que tem de ser respeitado! São representantes da população brasileira que estão aqui. Legítimos representantes dos seus Estados, que lá foram votados e mandados para cá não para atender à ordem do rei, mas para fazer tudo aquilo que for em benefício da sociedade brasileira e de suas terras natais, de onde vieram para defender seus Estados. Não vieram para cá para obedecer às ordens do rei. Mas, infelizmente, infelizmente, a maioria ainda manda. Infelizmente, a maioria ainda atende à ordem do rei.

Por isso é que estamos fazendo nosso protesto, nesta tarde, solicitando à Presidência do Senado, tão bem representada pelo Senador Tião Viana, nobre Senador, de uma inteligência singular, um Senador que tem a capacidade de nesta Casa não torcer por nenhum partido, não ter cor partidária – isso, que é muito bonito em V. Ex^a, foi demonstrado aqui na tarde de ontem –, que S. Ex^a procure agora, já que está nesta cadeira, usar da sua inteligência e conversar com o Presidente da República para que ele não abuse desta Casa, para que diminua o número de medidas provisórias, para que não faça mais isso. Isso é uma vergonha! “Eu faço o que eu quero! Eu digo o que eu quero! Eu aprovo o que eu quero! Eu mando para lá uma medida provisória e, se não me serve mais, eu revogo e mando um projeto de lei”. Parece uma brincadeira! Que brincadeira é essa? Onde nós estamos?

Este Senado precisa, Senador Mozarildo, de mais independência. Senador, bonita a sua atitude outro dia! Não me canso de falar, Senador Mozarildo. Não me canso de falar, Senador. Bonita a sua atitude de independência, mostrando à Nação brasileira que V. Ex^a vota de acordo com a vontade da sua terra. Eta coisa bonita! Mas há muitos que não têm essa coragem – aí é que está o grande problema, Senador, chama-se coragem – de dizer isso, de pôr isso para fora, o sentimento, e dizer: eu tenho sentimento e vou pôr para fora. Meu sentimento é de que o povo do meu País não quer mais imposto, é de que o povo da minha terra não quer mais imposto.

V. Ex^a teve a oportunidade hoje de ver os jornais? Leu os jornais que falam sobre a arrecadação de impostos? Nós já passamos a arrecadação do ano passado; já se tem uma sobra nesses oito meses, uma sobra em relação ao ano passado de R\$35 bilhões. Pronto,

resolveu o problema da CPMF! Já temos uma sobra capaz de cobrir a necessidade da CPMF.

Então, Senador, isto é que é bonito, isto é que eu admiro neste Parlamento: é a vontade de cada um de usar o seu sentimento em relação ao sentimento do povo e não em relação ao sentimento de uma pessoa, que é o Presidente da República. V. Ex^a está usando seu sentimento em relação ao sentimento de uma Nação e em relação ao sentimento do seu Estado. E V. Ex^a externou sem medo. Lógico! Está sofrendo alguma perseguição, como eu sofro. Agora mesmo, estou sofrendo no meu Estado. Eu só digo assim: venha quente que eu estou fervendo. Diga assim também. Use aquela música, que é do Erasmo ou do Roberto Carlos? De quem é? Eu não sei se é do Erasmo ou do Roberto Carlos, mas use esta música: “pode vir quente que eu estou fervendo”, e não ligue para nada. Seja forte, e V. Ex^a é!

Nós precisamos fazer isso em relação às medidas provisórias. Nós estamos perdendo a nossa moral neste Parlamento se nós não dermos um chega às medidas provisórias, Senador Mozarildo. É isso que nós temos que fazer.

Presidente, muito obrigado pela sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Papaléo Paes, para discutir a matéria.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a medida provisória que está sendo discutida neste momento é uma prova mais do que cabal de que o Executivo usurpa, desrespeita e é antidemocrático quando usa do expediente da medida provisória para desmoralizar o Parlamento brasileiro.

Digo desmoralizar porque ele tira do Parlamento brasileiro – no caso, do Senado Federal – a sua condição de Casa legisladora. Passa o Senado Federal a aprovar ou não, na maioria das vezes aprovando por uma necessidade absoluta até de ajudar a Nação a resolver algum tipo de problema que deveria ser resolvido de uma outra maneira, no debate, mas que infelizmente é resolvido pela medida provisória. E isso nos deixa em situação de termos de aprovar de qualquer maneira para não prejudicar o País.

Mas eu disse que serve para que façamos mais uma vez uma reflexão sobre o instituto da medida provisória, visto que essa reflexão eu já tinha feito e analisado quando apresentei um projeto de lei nesta Casa propondo o fim das medidas provisórias.

A medida provisória veio substituir o decreto-lei, introduzido pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, na Constituição de 1946. A origem do decreto-lei, porém,

é anterior a 1965. Remonta, na realidade, a 1937, por ocasião da Constituição outorgada por Getúlio Vargas, e que ensejou a criação do que ficou conhecido como Estado Novo. Naquele contexto, a concentração de poderes nas mãos do Chefe do Executivo era enorme, e ao Legislativo cabia papel irrelevante na balança do poder político. Isso está se repetindo hoje.

Em 1965, como foi dito, o decreto-lei volta à cena política, e o recrudescimento do regimento militar, nos anos seguintes, faz com que a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, amplie o âmbito de aplicação dos decretos-leis, para abranger, também, a criação de cargos públicos e a fixação de vencimentos.

No processo de redemocratização brasileira, em que a convocação da Assembléia Constituinte, em 1987, é um dos símbolos mais importantes, a defesa do regime parlamentarista de governo encontrou vários adeptos. É precisamente nesse contexto que surge o instituto da medida provisória. O artigo da Constituição de 1988 que trata do instituto é cópia quase fiel do art. 77 da Carta Constitucional Italiana, onde vigora o parlamentarismo, que é o regime em que o Chefe de Governo necessita de ampla sintonia com o Parlamento para se sustentar politicamente no poder.

Como todos sabemos, o parlamentarismo nunca se materializou em nosso ordenamento jurídico, e nos sobram apenas os efeitos colaterais representados pelas medidas provisórias. E isso porque, nos 19 anos de vigência da Constituição Federal, sempre houve grande distância entre a intenção do legislador constituinte e a prática política no que diz respeito ao uso de medidas provisórias pelo Governo.

Recordes e mais recordes na edição de medidas provisórias, a cada governo que assume a chefia do Executivo, apontam também para a inadequação do instituto cabível tão-somente em outro regime político.

Sr. Presidente, a supressão da medida provisória não implica a supressão da participação do Poder Executivo no processo legislativo, quer seja pelo poder de veto, quer seja pela possibilidade de apresentação de projetos de lei.

Ademais, a Constituição Federal prevê, em seu art. 64, §1º, a possibilidade de o Presidente da República solicitar urgência na apresentação de projetos de sua iniciativa. Nos casos em que a ordem pública ou a paz social estiverem ameaçadas, o Presidente da República dispõe de prerrogativas de decretar estado de defesa, com o fito de preservá-las e restabelecê-las.

Tampouco podemos subestimar a força da opinião pública no estabelecimento de prioridades na agenda de votação do Parlamento brasileiro. Nos casos de relevância e urgência, o Congresso Nacional dispõe

de amplos meios para editar e aprovar medidas que sejam cabíveis.

Vale ressaltar também que os avanços nos meios de transporte e a ampla cobertura nos meios de comunicação fazem com que sejamos responsáveis, em tempo real, perante a população que nos elegeu.

É precisamente o fortalecimento da harmonia e a independência entre os Poderes que pretendi quando apresentei o meu projeto, a proposta de extinção das medidas provisórias. Quem perde com a desmesurada hipertrofia do Executivo não somos apenas nós – Senadores, Deputados ou as Casas Legislativas a quem pertencemos. A perda maior quem sofre é o País, com o empobrecimento do debate político e com a insegurança de uma ordem jurídica que se vê, a cada semana, alterada por medidas originadas da Casa Civil da Presidência da República.

Resgatarmos a representatividade política do Parlamento brasileiro é passo inequívoco para o fortalecimento de nossa democracia. Nesse sentido, apresentei um projeto de lei para a extinção das medidas provisórias, mas que, infelizmente, foi rejeitado e substituído na CCJ por outro projeto que está dormindo nas mesas e nas gavetas desta Casa.

Sr. Presidente, mais uma vez, volto a deixar um alerta ao Congresso Nacional, mais especificamente ao Senado Federal. Temos de buscar a responsabilidade de legisladores, temos de buscar do Executivo o respeito que merecemos pela independência que temos como legisladores, mas o Executivo, com sua imposição ditatorial, está a cada dia minando, da forma que sabe fazer, a respeitabilidade desta Casa.

Aqui fica meu protesto e aqui fica minha denúncia da intromissão do Executivo no Legislativo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para discutir a matéria.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a excessiva quantidade de medidas provisórias adotadas pela Presidência da República tem-se mostrado um dos principais problemas do nosso quadro institucional.

E não é por falta de alerta! Parlamentares de variadas tendências, cientistas políticos, jornalistas, representantes, enfim, dos mais diversos setores da sociedade têm apontado, sistematicamente, os danos que o uso indiscriminado das medidas provisórias está causando à Nação brasileira.

Previsto na Constituição de 1988, sabemos todos que o instrumento tinha lá suas justificações. Poderia

ser adotado em casos especialíssimos, marcados, ao mesmo tempo, pela relevância e pela urgência.

Desde o primeiro momento, porém, os critérios de utilização foram extremamente flexíveis. E nem a Emenda Constitucional nº 32, de 2001, com sua previsão de que as medidas provisórias poderiam perder eficácia por decurso de prazo, conseguiu amenizar a situação.

Ao contrário, Sr. Presidente! O Poder Executivo segue vulgarizando o uso das medidas provisórias. Com critérios cada vez mais dúbios. Com desenvoltura cada vez maior.

Agora mesmo, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos mais um exemplo desse verdadeiro teatro do absurdo em que se transformou a adoção de medidas provisórias.

Eis que, em julho deste ano, o Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 379, tratando de prorrogação de prazo para renovação do registro de propriedade de armas de fogo. Um assunto que levou o País ao referendo, tal a sua importância!

Na justificativa, sempre se observam os mais elaborados argumentos de relevância e urgência.

Pois bem. Menos de dois meses depois, o Palácio do Planalto nos brinda com as Medidas Provisórias nºs 390 a 392. Com qual objetivo? Simplesmente, revogar as Medidas Provisórias nºs 379 a 382. A matéria apresentada pouco tempo antes – matéria que, em tese, deveria ser relevante e urgente – simplesmente deixava de existir. Mas o mais inacreditável, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda está por vir.

Em 19 de setembro, o Poder Executivo encaminha ao Congresso Nacional, para tramitação em regime de urgência, alguns projetos de lei. Projetos que ressuscitam, com várias modificações de conteúdo, as medidas provisórias revogadas, que, antes, eram relevantes e urgentes a ponto de justificar o ferimento da harmonia entre os Poderes, com o Executivo exercendo mais uma vez o poder de legislar à revelia do Legislativo.

O projeto de lei tramita rapidamente na Câmara dos Deputados.

É importante que meditemos um pouco sobre a situação. Tantas peripécias – uma medida provisória que é revogada por outra e, logo a seguir, aparece ressuscitada e maquiada num projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados praticamente em um dia –, tantas peripécias, repito, devem inspirar-nos pelo menos duas reflexões.

A primeira tem a ver com o nível de competência dos nossos atuais governantes. Estima-se que o Poder Executivo, ao adotar uma medida provisória, atenda não somente aos requisitos de relevância e urgência ditados pelo Constituição. Estima-se, em especial,

que ele tenha plena convicção das medidas que está implementando.

Esse vaivém entre as propostas, as mudanças de mérito introduzidas nos textos, tudo isso demonstra exatamente o contrário: o Governo Federal não sabe o que está querendo. Ou seja: falta rumo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já dizia Francis Bacon que se chega mais depressa ao acerto pelo erro que pela confusão. A frase vem sendo muito repetida ao longo dos séculos, mas parece que os redatores das medidas provisórias do Planalto não a conhecem.

A segunda reflexão que quero propor é ainda mais grave, porque tem a ver com as funções que competem a esta Casa e, em última instância, com a própria sobrevivência de nossas instituições democráticas.

Não podemos permitir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que as atribuições do Senado Federal continuem a ser usurpadas pelo Poder Executivo.

Somos o Poder Legislativo! Apesar disso, estudos sobre a produção legislativa têm mostrado que, de cada quatro leis aprovadas no Congresso Nacional, apenas uma foi proposta por Deputado ou Senador.

Isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque nossa atuação é constantemente atropelada por medidas provisórias, por medidas provisórias que revogam medidas provisórias, por projetos de lei do Executivo que aqui chegam para tramitar em rito quase sumário e que desdenham as sempre necessárias emendas parlamentares.

É tempo, pois, de unirmos esforços em defesa desta Casa, rejeitando medidas provisórias que são apresentadas para “limpar a pauta de votação da Câmara”, como as Medidas Provisórias nº 390, 391 e 392, todas de 2007.

Devemos discutir, criteriosamente, as medidas propostas, não aprovando nada sob pressão, de afogado.

O Senado Federal, Sr. Presidente, deve fazer valer suas atribuições, deve resgatar seu valor institucional, político e social. Acima de tudo, o Senado Federal deve preservar sua dignidade. Com isso, volto a enfatizar, fortaleceremos não somente o Poder Legislativo, mas o próprio regime democrático.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou regimentalista: são dez minutos; cronometre dez, não cinco.

Presidente Renan, ô Presidente Renan, atenta bem. Vamos fazer um julgamento aqui. O Renan Presidente promoveu um avanço. Sabe qual foi o avanço? Não tinha CPI não, estava acabada a CPI. Vamos ser

justos. A história é assim. CPI, não tinha mais. Não tinha! Foi uma coragem positiva. Aí, Jefferson Péres e Pedro Simon tiveram de recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Essa é a verdade. Ô Tião Viana, há bônus e ônus nessa cadeira. O Presidente Renan se curvou ao funcionamento da democracia: foram instaladas as CPIs.

Vamos falar sobre aquela do Correio. É, Magno Malta, temos de entender as coisas. É o que quero levar ao nosso Presidente Luiz Inácio.

Veio a CPI do Correio além de outras.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Sou autor da CPI do Bingo, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Opa, é o autor!

Esta Casa começou a ter vitalidade. A CPI do Correio, que foi presidida pelo Senador Delcídio Amaral do PT, redundou naquilo que disse, em desespero, Luiz Inácio: “Estou arrodado de aloprados”. Foi aquele apelo do Lula, do Luiz Inácio, nosso querido Presidente: “Foram os aloprados”. Aí esta Casa se sensibilizou. Pensava-se em *impeachment*, tamanha era a corrupção. Era uma corrupção nunca dantes havida neste País.

O pecado de Collor foi venial, era o negócio de um Fiat Elba, da casa da Dinda, de PC. Aliás, PC nunca foi nomeado pelo Presidente Collor, nem mesmo quando estava na Prefeitura de Maceió ou à frente do Governo de Alagoas. Foi pecado venial, Cafeiteira. Foi Mobral diante do mar de corrupção. Aí, esta Casa, este Congresso, o melhor da história, sensibilizou-se com o nosso querido Presidente – “Foram os aloprados! Foram os aloprados!”. Nós dispensamos o pedido de *impeachment* porque acreditamos no clamor do Presidente Luiz Inácio. É, Wellington Salgado, “Foram os aloprados! Foram os aloprados!”. E aí a CPI renasceu. O Supremo Tribunal Federal, em sua maioria nomeado pelo nosso Presidente Luiz Inácio, provocado pelo Procurador-Geral da República, carimbou os aloprados, reconheceu os aloprados, deu o diploma a eles de corruptos. Essa é a verdade.

Esta Casa só tem este sentido. Ô Renan! Renan, nós temos de ser os pais da Pátria. Quando foi criado isto – ô Papaléo Paes, estou com a Constituição... De repente, foi preciso dividir o poder, porque o poder era uno: os governos eram o rei; o rei era Deus na Terra; Deus era um rei no céu. Dividiu-se, e deu isso. A divisão do poder foi o nascer do novo governo pelo qual o povo, nas ruas, clamava: “Liberdade, igualdade, fraternidade”.

Com essa divisão, eles têm de ser equipolentes. É para um frear o outro. Nós temos de frear aqui o Luiz

Inácio, o Judiciário, e eles têm de nos frear. Esse é o jogo democrático.

Por que, Papaléo Paes, Rui está ali? Rui está ali porque disse: “Só tem um caminho, uma salvação: a lei e a justiça”. A lei! Não podemos, Luiz Inácio, governar sem lei. Foi o próprio Deus que chamou Moisés e disse: “Tome as leis!” Tem de haver lei.

É isto aqui que busquei, Papaléo Paes... V. Ex^a é um Senador responsável. E eu estou no PMDB, Antonio Carlos Júnior, porque vi Ulysses beijar isto aqui em cinco de outubro de 1988. Ulysses Guimarães beijou a Constituição, Senador Antonio Carlos Júnior, e disse: “Desrespeitar e desobedecer a Constituição é rasgar a Bandeira brasileira”. Ulysses, Constituição cidadã!

Presidente Luiz Inácio, nós somos os pais da Pátria. Este é um dos melhores Senados da História da República, em 183 anos! Confusão tem, mas confusão tem em todo lugar. Cristo, quando passou aqui, ô Serys, fez o “Senadinho” dele. Só tinham doze e, com Ele, eram treze. Deu traição, deu dinheiro, deu força, deu rolo, deu vinho e deu bebedeira. Como é que aqui não vai ter confusão?! Mas, neste Senado, se não têm, como o Tião disse, estrelas, têm homens compromissados com o povo, que criou a democracia. Não vamos decepcionar.

Estamos aqui para ensinar o Luiz Inácio. Então, Luiz Inácio, isto aqui é o livro das leis, de que Rui Barbosa falava. Juntaram-se, na História do Brasil, várias pessoas e decidiram fazer um livro novo. “Vamos fazer um livro novo”. Foi em 5 de outubro de 1988. Atentai bem, Luiz Inácio! São 250 leis. O povo brasileiro votou. Os Constituintes eram: Presidente, Ulysses Guimarães; 1º Vice-Presidente, Mauro Benevides; 2º Vice-Presidente, Jorge Arbage; 1º Secretário, Marcelo Cordeiro; Arnaldo Faria de Sá; e todos assinaram. São 250 leis. Atentai bem, Luiz Inácio: esta medida provisória é a de nº 391. Isso é malandragem, isso é molecagem, isso é ignorância – a ignorância audaciosa. E essa malandragem, essa excrescência já está maior que a Constituição.

Está engolindo a Constituição; desmoralizou a nós que fazemos as leis. Por isso, somos contra.

As medidas provisórias são permitidas, mas tem que ter urgência e relevância. Ô Luiz Inácio, urgência. E posso ensinar o que é urgência: é uma apendicite, é uma hérnia estrangulada. Aqui não tem nada de urgência. V. Ex^a está atrapalhando o Legislativo a fazer leis boas e justas. E o Legislativo é para isto: para fazer leis boas e justas. Luiz Inácio, quero dizer que a maior vergonha da História do País é esse cartão de crédito consignado. Eles não prestam conta.

Teotônio, Teotônio Vilela, Teotônio que vocês...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, só cinco minutos para enaltecer o Leonel Pavan, que engrandece esta Casa e que mostra a grandeza deste Parlamento. Queria dizer em um minuto, para terminar: Teotônio Vilela, aliás, Mitterrand (vou à França) – chegou o Sarney, o internacional, o estadista – ao escrever o seu último livro, chamou o Sarney dele, o intelectual, porque estava morrendo, moribundo, e deu um ensinamento a todos os governantes: fortalecer os contrapoderes. Luiz Inácio, Vossa Excelência tem que fortalecer esta Casa. Teotônio Vilela, moribundo, dizia lá da sua Alagoas: “É resistir falando, é falar resistindo”. Isso é uma ignomínia.

Tião, mande buscar o veto, que é uma imoralidade. Veja uma lei feita pelo Aécio, o Aécio aí do PSDB, que é Governador, se os vetos não vierem discutidos é para travar o Congresso. E este Congresso marca, irresponsavelmente, amanhã, uma reunião sem discutir nenhum veto, em aquele em que Lula vetou o dinheiro dos velhos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito se fala da impropriedade das medidas provisórias, da sua invasão às atribuições do Legislativo, da usurpação do Poder Legislativo. Várias e várias farpas são lançadas contra a edição das medidas provisórias não apenas por parlamentares do Governo, mas também por Parlamentares que constituem a oposição.

Quando governava este País, Fernando Collor editou, tal como os governos que o sucederam, muitas medidas provisórias. Foi então que Fernando Henrique Cardoso, que ainda não era Presidente, escandalizado com a avidez do então Presidente Collor para editar medidas provisórias, protestou publicamente, discorreu sobre a desimportância do Poder Legislativo diante desse mecanismo próprio dos regimes parlamentaristas. Fernando Henrique Cardoso, quando ainda não era Presidente, é claro, fez uma declaração bombástica, ao seu estilo intelectual, de homem conhecedor das leis, da democracia e das liberdades públicas. Disse então o Senador Fernando Henrique Cardoso: “Ou o Congresso põe um ponto final no reiterado desrespeito a si próprio e à Constituição, ou então é melhor reconhecer que no País só existe um poder de verdade, o do Presidente. E, daí por diante, esqueçamos também de falar em democracia”. (Fernando Henrique Cardoso)

No entanto, Sr. Presidente, depois de eleito, não houve quem mais editasse medidas provisórias do

que Fernando Henrique Cardoso, apesar da sua contrariedade com a sua edição antes que ele assumisse o Governo.

Assim, Sr. Presidente, não se constituem novidades os protestos que são feitos pela oposição contra as tais medidas provisórias, simplesmente porque, com a Constituição que temos, é impossível governar. Assim já falou aqui o ex-Presidente da República que governou o País na época em que houve a Constituinte e S. Ex^a, hoje Senador da República, Presidente Sarney, afirmou naquela época: “Com esta Constituição é impossível governar!”

E parece que a prática está traduzindo as palavras do ex-Presidente Sarney, desde quando pelo menos 53 emendas constitucionais já foram promulgadas. Perguntem quantas emendas constitucionais foram aprovadas na Constituição, de mais de 200 anos, nos Estados Unidos da América! Mas pelo menos 1.600 propostas de emenda à Constituição estão em tramitação, neste momento, no Congresso Nacional.

Isso é uma prova mais do que evidente, Sr. Presidente, da facilidade com que esta Constituição promove mudanças desde quando os parlamentares consideram que a cada dia ela deve ser mudada.

Por essa razão, Sr. Presidente, acho que, no bojo das nossas intenções, deve estar aquilo com o que o Governo resolveu finalmente acordar: uma reforma política conseqüente que venha atacar, venha debater a questão das medidas provisórias. E o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acaba de anunciar – estamos lendo isto hoje nos jornais – que será da sua iniciativa uma proposta de reforma política. Com ela, Sr. Presidente, restabeleceremos a plenitude democrática, o fortalecimento do Congresso Nacional e a boa convivência entre os Poderes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, para encaminhar a matéria, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, enquanto V. Ex^a se dirige à tribuna e com a anuência do Presidente, permita-me anunciar a presença do representante do Parlamento da República Popular da Líbia, Dr. Wael Ahmed El Faresi, que nos visita neste momento. Vamos saudar o ilustre visitante neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência do Senado estende efusivos cumprimentos ao representante do Parlamento da Líbia.

O Senador Arthur Virgílio tem cinco minutos para encaminhar a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante de um fato de mais absoluta relevância, que é o golpe de morte que o Governo Federal aplica na credibilidade desse instrumento relevante que é a medida provisória.

Há quem radicalize e diga: “Não deve haver medida provisória”. Já fui Líder de governo, já fui Ministro de Estado e sei que é preciso haver medida provisória, sim, Senadora Lúcia Vânia. Um ataque especulativo à moeda, por exemplo, pode ser muito bem rebatido pela agilidade propiciada ao Presidente da República na edição de uma medida provisória. Sou a favor de se mudar o rito, e era muito boa a idéia pela qual trafegava a iniciativa parlamentar do nosso falecido e saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães.

Mas o Governo, que usa e abusa da sua prerrogativa de editar medidas provisórias, golpeia a credibilidade de um instrumento tão relevante, porque simplesmente se intromete na agenda do Legislativo; diz que a medida provisória é relevante e urgente, Senador Geraldo Mesquita, portanto, constitucional; engabela a Câmara dos Deputados, que acreditou nisso, que caiu nesse conto, aplicado numa esquina qualquer de alguma grande cidade brasileira; e começa a tramitação. Quando a matéria está para ser votada na Câmara, o Governo a retira de tramitação, demonstrando que a matéria não era relevante nem urgente, senão não a retiraria. Tudo porque o Governo passa a achar que o mais importante é fazer tramitar a CPMF. O negócio mesmo é meter a mão no bolso do contribuinte.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou aqui muito mais para lavar um protesto e dizer que instituições têm sido arranhadas. Muito da crise de credibilidade que abate o Legislativo tem a ver com o mensalão lá de trás.

Vemos um projeto autoritário em marcha. Alguém precisa ser muito inocente para acreditar que, de fato, não passa pela cabeça dos governistas mais empedernidos o terceiro mandato para o Presidente Lula. E vemos cada instituição sair pior dessa aventura que está sendo posta em prática no País.

Agora, o Governo desmoraliza as medidas provisórias; agora, o Governo dá razão a quem acha que é dispensável esse instituto. Esse instituto é indispensável para propiciar, Senador Delcídio Amaral, agili-

dade ao Governo para enfrentar momentos delicados: catástrofes, como inundações, enchentes, secas no Nordeste, enchentes no meu Estado, na minha região amazônica.

Que relevância posso eu, Senador Alvaro Dias, conferir a essa medida provisória? Para ser bem franco, recusei-me a discutir o mérito dela ainda há pouco. Não falei sobre o mérito. Não falei porque não quis falar; e não quis falar porque não quis falar, e não falei porque não quis falar de novo. Não tenho de discutir o mérito. Se o mérito não é importante, vou ficar tratando de irrelevâncias aqui? Não é relevante, então não vou discutir irrelevâncias, não vou discutir futilidades, não vou discutir leviandades. É fútil, é leviano e é supérfluo o tratamento dispensado pelo Governo a essa medida provisória. Logo, ela não deve ser nem urgente, nem relevante; logo, ela merece ser reprovada pelo Senado Federal, porque, se ela fosse urgente e relevante, o Governo Federal, que dispõe de uma maioria amplíssima na Câmara, pacientemente a teria aprovado. Em seguida, com aquela formidável base, com aquele exército numeroso de que dispõe na Câmara, aquele verdadeiro exército de Brancalione, teria feito a aprovação da CPMF em seguida. Mais difícil é aprovar a CPMF aqui, como vai ser difícil aprovar, hoje, esta medida provisória aqui. Vai ser difícil aprovar, porque aqui a correlação de forças é outra: ela estabelece uma realidade muito mais democrática e muito mais equilibrada – e graças a Deus! – para a República brasileira.

Portanto, Senador José Agripino, não estou discutindo o mérito de matéria nenhuma aqui hoje. Estou dizendo que é um absurdo que se retire a medida provisória, interferindo-se na pauta e na soberania da Câmara, e que a faça vir maquiada: pinta com um batonzinho, coloca um ruge, troca uma roupinha e vem a mesma medida provisória supérflua – às vezes, nociva, se não é supérflua; ou fútil, se não é apenas nociva.

Espero que o Senado não se comporte, como bem dizia, na sua candente oratória, a Senadora Heloísa Helena, como um anexo do Palácio do Planalto, como se fosse uma Casa sem autonomia, uma Casa sem brio, sem amor próprio; o Governo pondo e dispendo sobre os destinos de todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho esta matéria – e sei que meu Partido fará isso – no sentido da negação ao que pede o Governo.

O PSDB votará contra a medida provisória.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta medida provisória não é relevante, mas esse assunto é urgente e relevante.

Por isso, não vou discutir mais uma vez essa medida provisória, mas encaminhar à Mesa um pronunciamento escrito sobre um assunto que está preocupando muita gente no Paraná. Pequenos produtores rurais estão na iminência de perder suas áreas de terras para o Incra. Desapropriadas seriam com base no Decreto nº 4.887, de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

São grupos diversos de agricultores de todo o Estado do Paraná. Essa situação não está localizada; ela está distribuída. Especialmente no Município de Curiúva, sessenta agricultores fizeram hoje um apelo, já que eles estão na iminência de perder suas áreas por meio da audiência pública que se realizará no dia de amanhã.

Sr. Presidente, é claro que esse assunto exige bom senso, cautela e equilíbrio. Essa é uma questão que contrapõe direitos adquiridos: de um lado, os chamados quilombolas; de outro, pequenos proprietários rurais que cultivam essas propriedades há tanto tempo.

Estamos pedindo apenas cautela. Com este pronunciamento, não estamos pretendendo interferir...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – (...) no processo de desapropriação de área alguma. Estamos apenas solicitando cautela e prudência, para que o Incra analise cuidadosamente o assunto, sobretudo com base no direito adquirido. Há, sem dúvida, uma inquietação enorme no Estado do Paraná, e qualquer tentativa de disseminar conflitos de raças e classes deve ser rechaçada.

Há questionamento jurídico em marcha e até pendente de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal – há uma ação direta de inconstitucionalidade contra esse decreto.

Pretendemos que prevaleça o equilíbrio e o Estado de Direito, tão-somente isso. Não estamos, aqui, tomando partido em relação àqueles que reivindicam a posse da terra, àqueles que já ocupam a terra. Esta-

mos apenas pedindo cautela ao gestor público neste momento, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Encaminho à Mesa, Sr. Presidente, para considerar como lido.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Não poderíamos nos esquivar de trazer à tribuna o tema. Temos recebido inúmeras mensagens de pequenos produtores rurais do Paraná que estão em pânico diante da iminência de perder suas terras para o INCRA, mediante um processo de desapropriação baseado no Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o “procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” da Constituição Federal.

São apelos de grupos diversos de agricultores de todo o Estado do Paraná. Um dos testemunhos mais contundentes e aflitivos a mim dirigido é originário de um núcleo de 60 agricultores de Curiúva, cuja audiência pública para tratar dos procedimentos de regularização de territórios *Quilombolas*, nas comunidades de remanescentes de quilombos conhecidas como *Guajuvira* e *Água Morna*, está agendada para a próxima quinta-feira (23 de novembro).

A adoção do critério antropológico de auto-atribuição dos grupos étnico-raciais permite, sem dúvida, que seja interrompido o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades históricas geradas pela própria sociedade ao longo do processo de colonização do País.

Todavia, é preciso bom senso, cautela e equilíbrio no trato dessa questão que contrapõe direitos adquiridos e polemiza em torno do direito à propriedade.

Consideramos deletérios ao próprio Estado Democrático de Direito que a autoridade pública constituída, no trato dessa questão, conduza o processo sem coibir os excessos. É inaceitável que um grupo que se auto-proclama remanescente de uma determinada comunidade possa reivindicar a propriedade de uma terra de forma sumária.

O Brasil – nação multirracial – abriga credos e raças num ambiente de harmonia e convivência pacífica. Não podemos permitir que esse ambiente seja turvado sob nenhum pretexto.

No Paraná, por exemplo, desde 2005 foi criado pelo Governo do Estado o Grupo Clóvis Moura, que já identificou ‘86 comunidades negras tradicionais em 26 municípios paranaenses”, sendo que 36 dessas comunidades já possuem certificação da Fundação Palmares. Há um itinerário legal a ser trilhado. A autoridade pública não pode permitir que o açodamento venha a nortear a questão e, portanto, não pode emitir manifestação de apoio antecipada a qualquer dos grupos envolvidos.

Os contornos dessa situação são preocupantes. Conclamamos uma mobilização pelo equilíbrio.

Corrigir injustiças que se consolidaram ao longo de séculos mediante a desapropriação arbitrária de terras não é o caminho nem o estuário da democracia.

Aceitar o confisco de terras produtivas com base numa mera autodeclaração da condição de quilombola por parte do interessado, sem que seja procedida exaustiva produção de farta e incontestável prova documental, é a subversão do princípio constitucional do direito de propriedade e das garantias individuais.

O jornalista Nelson Ramos Barretto, especialista em assuntos agrários, autor do livro *A Revolução Quilombola*, percorreu diversas regiões do País para escrever a mencionada obra. As conclusões do autor inspiram muita preocupação. Preferimos não emitir juízo de valor sobre o diagnóstico apresentado pelo autor.

Todavia, registramos que o decreto nº 4.887 de 2003, assinado pelo Presidente Lula, juntamente com o então ministro José Dirceu, é um diploma legal que gerou sérias preocupações nos meios produtivos e rurais. O referido decreto revogou o Decreto nº 3.912 de 10 de setembro de 2001, dando um novo escopo à questão.

Qualquer tentativa de disseminar conflito de raças e classes deve ser rechaçada. Há questionamento jurídico em marcha e até pendente de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal – Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto 4.887/2003. Que prevaleça o equilíbrio e o Estado de Direito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Vou fazer um pedido aos Senadores: quem for encaminhar a matéria faça a inscrição anteriormente, para que não haja pedidos pela ordem em matéria alheia à Ordem do Dia, à questão tratada, e possamos valorizar o processo legislativo.

Concedo a palavra à Senador Lúcia Vânia para encaminhar.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 380, do Poder Executivo, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, poderia, perfeitamente, ser substituída por um projeto de lei.

Trata-se de outro caso de medida provisória revogada de medida provisória, no caso, a MP nº 380, de 2007, que estava trancando a pauta das votações da Câmara dos Deputados, impedindo a análise da CPMF.

Em função disso, o Executivo entendeu que o mais adequado seria revogar a Medida Provisória nº 380, de 2007, de modo a desobstruir a pauta de votações na Câmara dos Deputados e, ao mesmo tempo, deveria submeter ao Congresso Nacional projeto de lei com idêntico teor, como de fato o fez com o Projeto de Lei nº 2.105, de 2007. Observação: o projeto de lei está aguardando apreciação no plenário da Câmara dos Deputados.

O PSDB entrou com uma Adin contra a Medida Provisória nº 391. Apresentou, portanto, uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra o uso de medidas provisórias para revogar outras. Assim, não podemos aceitar o fato de haver, aqui, um projeto de lei que vem substituir uma medida provisória que foi revogada, uma vez que há quase um desrespeito – para não falar que há um grande desrespeito – para com a oposição e com os membros desta Casa, uma vez que o próprio Governo confessa que a medida provisória editada anteriormente não tinha nem relevância, nem urgência.

Portanto, o PSDB, seguindo a orientação do nosso Líder, encaminha contrariamente a essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para encaminhar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Srs. Parlamentares, saúdo as brasileiras e os brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado.

Medida Provisória nº 391! Contem, aí! Vamos contar até 391.

Senador José Agripino, essa é a de nº 391! A nossa Constituição só tem 250 artigos! Essa ignomínia, criada no Estado Novo por Vargas e adotada pelos militares – de que todos nos livramos –, agora, Luiz Inácio abusa dela. Não adota, não; abusa.

Cícero disse: “Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência?” Até quando, Luiz Inácio, abusarás da paciência do Senado Federal?

A Câmara dos Deputados está separada. O povo já separou o joio do trigo. Esta Casa é a última resistência para que subsista a democracia neste País.

A Medida Provisória nº 391, José Agripino, revoga a Medida Provisória nº 380, que criava o Regime de Tributação Unificada (RTU) para importação de mercadorias do Paraguai com alíquota única. Em que isso é urgente?

Ô Luiz Inácio, aqui fala um cirurgião com 41 anos de prática de medicina.

Ninguém, Expedito Júnior, sabe mais do que eu o que é urgência. É uma bala, é um volvo, é uma prenhez ectópica, é um infarto agudo. Estou olhando para o Papaléo. Isso não é urgente.

Comprar essas bugigangas do Paraguai é urgência, é relevância?

Ô Luiz Inácio, Vossa Excelência é inteligente e está onde está, mas os aloprados têm interesse.

Vocês estão vendo os contrabandistas serem presos. Onde comprar essas bugigangas é urgente e relevante? Onde? Na Ilha de Marajó, não. No meu Piauí, não.

Luiz Inácio, não venha para cá com isso, não. Isso é uma malandragem dos aloprados que o estão orientando.

Então, ela veio e para quê?

Cadê o Sarney? Sarney, Presidente Sarney, Padre Antônio Vieira disse que um bem sempre vem acompanhado de outro bem. Eu, plagiando-o, digo que um mal também. Essa imoralidade ocorreu para dar passagem à CPMF. Foi lá, estava na Câmara e os trezentos picaretas que Luiz Inácio denunciou – que devem ter aumentado, e aí ele falou a verdade – abriram ala e a esconderam para passar a CPMF.

Ô Expedito Júnior, os trezentos picaretas abriram ala. “Vamos deixar passar, mudar, maquiagem, tirar, para passar a CPMF”.

A CPMF nasceu como uma mentira – provisória –, e não podemos construir nada, Senador José Agripino, na mentira. Viveu na mentira, dizendo-se que iria para a saúde. Para cima de mim, Luiz Inácio?

Ô José Agripino, vou completar 41 anos de prática como médico de Santa Casa no dia 16 de dezembro.

Ô João Tenório, mande aquele vinho para eu poder comemorar, porque posso.

Então, para passar isso, houve uma mentira, porque vieram defendê-la dizendo que só pagava CPMF quem era branco ou era rico. Hoje, sabe-se que não é assim.

“Deus, ó Deus”, como disse Castro Alves.

O Senador Tião fez a parte dele e deixou ter a CPI. Vamos enterrar a CPMF e essa maladragem, essa picaretagem para contrabando que vem do Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para encaminhar a matéria.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, hoje, com o advento da televisão, as pessoas ficam em casa observando o posicionamento de cada um dos Srs. Senadores.

O responsável por tudo foi o constituinte, que elaborou uma Carta Política parlamentarista com regime presidencialista. Então, nós nos desmoralizamos, porque mudamos de posição a toda hora. Quem é governo advoga e apóia a medida provisória; quem é oposição verbera, reclama, diz que é uma vergonha, mas são as mesmas pessoas que mudam de posição.

Precisamos ser mais sinceros para criar o respeito popular. Não podemos mudar a cada vez que muda o Governo. Ou somos contra a medida provisória, ou somos a favor dela.

Essa é a realidade. E aqui ficamos, de repente, até altas horas, porque existe uma televisão, que vai ouvir a verberação da Oposição. Esta é outra realidade. E ficamos aqui... Ontem, a Oposição tinha maioria e acabou com a sessão; hoje, como a Oposição é minoria, a sessão vai ser esticada até altas horas. Precisamos pensar nisso: temos de ser a favor ou contra a medida provisória e mantermos uma posição, seja qual for o Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, o Senador Epitácio Cafeteira é a voz da sabedoria, é a voz da experiência. S. Ex^a foi colega de Congresso de meu pai, o Senador Arthur Virgílio Filho. Quando meu pai se elegeu Senador, S. Ex^a se elegeu, pela primeira vez, Deputado Federal, brilhante como sempre, pelo Maranhão. E foi meu Colega no meu primeiro mandato, ainda nos tempos do regime autoritário. S. Ex^a tem absoluta razão. Vejo, na sociedade midiática que nos contempla, que fica – e quero ser justo – desigual para o Governo. Assim como o uso da máquina fica desigual contra a Oposição, o uso da palavra fica desigual contra o Governo. Por isso, entendo que uma matéria como essa deveria ser debatida por todos os Senadores, inclusive os do Governo. Deveriam todos encaminhar para esclarecerem bem o ponto de vista do Governo, para não ficarem passando a impressão para a sociedade de que só a Oposição atua, só a Oposição trabalha, só a Oposição labora.

Portanto, endosso a preocupação do Senador Cafeteira, que tem absoluta razão.

Meu Partido marca posição, e o Governo deveria fazer a mesma coisa também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em respeito aos que acompanham os trabalhos da Casa, é bom dizer que esse excesso de discursos na tarde de hoje faz parte da estratégia de obstrução que adotou a Oposição. Os discursos podem ser repetitivos até, mas é um expediente regimental que pode ser e está sendo utilizado. A possibilidade de obstrução dos trabalhos é uma prerrogativa da minoria, e a Liderança do Governo aceita com tranquilidade o exercício dessa prerrogativa pela Oposição.

Também, para que não pensem alguns que esta Casa apenas debate a questão da medida provisória, protesta contra o excesso de medidas provisórias editadas pelo Governo, é bom dizer que já aprovamos alternativas para a limitação da edição das medidas provisórias, especialmente no que diz respeito à análise da sua constitucionalidade e juridicidade. O Senado Federal já aprovou propostas que avançam na direção de limitar essa ação impositiva do Poder Executivo sobre o Legislativo. Ocorre, no entanto, que, lamentavelmente, a Câmara dos Deputados não caminha na mesma direção. O que o Senado aprova fica, na Câmara dos Deputados, dormindo em berço esplêndido, até porque, como disse o Senador Arthur Virgílio, há lá um exército de Branca Leoni, sob o comando do Presidente da

República, que impede a aprovação de matérias que poderiam significar um avanço institucional, e, sobretudo, poderiam significar recuperação da credibilidade do Poder Legislativo, na medida em que recuperassem prerrogativas que foram subtraídas pelo Executivo, não só através da utilização de medidas provisórias, mas em função de outras atitudes governamentais, que dizem respeito à cooptação de Parlamentares, especialmente na outra Casa do Congresso Nacional, com utilização de métodos espúrios, sempre condenáveis, e que não deveriam mais estar na moda; deveriam estar já em desuso. É uma prática retrograda, ultrapassada, rechaçada pela opinião pública, condenada pelo povo brasileiro, e que promove um desgaste cada vez mais acentuado da instituição parlamentar no Brasil.

Sr. Presidente, eu gostaria também de registrar que encaminhei à Mesa, ontem, um pedido de informações à Caixa Econômica Federal, para que ela forneça ao Senado Federal informações, acompanhadas dos documentos comprobatórios, relativas aos procedimentos adotados, compreendendo os estudos preliminares, do processo licitatório e de contratação – aí incluídos todos os pareceres, notas técnicas e similares –, que culminaram na contratação da empresa Damovo, distribuidora de produtos da empresa de informática Cisco.

Sr. Presidente, as investigações, realizadas pela Polícia Federal, apontam que pode ter havido uma mudança no edital da Caixa Econômica que permitiu a vitória da Damovo e, conseqüentemente, da Cisco.

Tendo em vista os altos valores envolvidos nessa transação, cabe ao Senado Federal, em particular, fiscalizar os atos da Administração Direta e Indireta em cumprimento do seu dever constitucional.

Segundo o levantamento da Polícia Federal, que realizou a chamada Operação Persona, destinada a apurar fraudes fiscais relativas a importações de equipamentos pela empresa de informática e comunicação Cisco, houve um prejuízo, supostamente, superior a R\$1,5 bilhão ao Fisco. Se o prejuízo ao Fisco é da ordem de R\$1,5 bilhão podemos avaliar o valor da corrupção!

Ocorre que a corrupção foi banalizada no Brasil. Foram tantos os escândalos de corrupção que nada mais assusta, nem mesmo a corrupção desse porte, que significa um prejuízo de R\$1,5 bilhão, portanto, uma corrupção gigantesca.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.
Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a fez a inscrição comigo?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Fiz, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Então, V. Ex^a tem a palavra para encaminhar.

Havia solicitado que fosse feita a inscrição prévia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Alvaro Dias, o nome da empresa é Cisco? (Pausa.) Foi só um ciscozinho de R\$1,5 bilhão, e nem se comenta mais. Não se fala mais nisso! Foram tantos milhões e bilhões! São US\$3.5 bilhões por ano o que o Brasil paga de corrupção hoje! Dados da Fundação Getúlio Vargas: US\$3.5 bilhões é o que Brasil paga de corrupção por ano – dados da Fundação Getúlio Vargas.

Presidente Sarney, olhando para V. Ex^a, sei que V. Ex^a editou 126 medidas provisórias em seu Governo; o Governo Lula já editou 296 medidas provisórias. Pasmem, senhoras e senhores! Presidente Sarney, é muito abuso, Presidente! É abusar do Parlamento. É abusar deste Senado. As medidas provisórias foram criadas – V. Ex^a sabe para que elas foram criadas – para casos de emergência, mas, ela se transformou em algo banal.

Senador Romero Jucá, todas as vezes que vejo V. Ex^a tenho a impressão de que V. Ex^a vai usar o microfone para dizer que o problema relativo ao transporte escolar dos meninos que estão lá sem estudar já foi resolvido. Senador Flexa Ribeiro, o nosso Líder do Governo está demorando muito com a resposta que nos prometeu!

Senador Romero Jucá, continuo acreditando em V. Ex^a! Continuo achando que V. Ex^a, a qualquer momento, irá ao microfone para dizer que cumpriu com a palavra, e com o acordo que fez comigo, com o Senador Flexa Ribeiro e com o nosso Partido, de resolver o problema escolar. Viu, Senador Alvaro Dias? As crianças estão sem transporte no interior do interior. Os prefeitos não mandam buscá-las porque não têm dinheiro. Os Governos dos Estados não repassam para as prefeituras, e as crianças ficam sem estudar. E o Governo ainda diz que não tem criança fora de sala de aula. Tem sim, Senador, e tem muita, porque as crianças não têm como estudar se não têm transporte. O ramal já é ruim, e não tem transporte, aí a criança não vai estudar. Isso é lamentável. O Governo

tem que resolver isso. O Estado joga para o Governo Federal, Presidente José Sarney. O Estado diz que o prefeito recebeu o dinheiro, mas não manda para o prefeito. O prefeito que já está endividado, que não tem nem dinheiro para pagar... V. Ex^a sabe. V. Ex^a é mestre nisso, conhece o interior do Brasil. Os prefeitos mal têm condição, do repasse da Câmara, de pagar seus funcionários. Como é que ainda vão pagar transporte escolar? Não tem condição.

Vou descer da tribuna, meu nobre Presidente, pensando, minha nobre Senadora, que esta medida provisória é mais uma em que o Senado, através da sua maioria – não eu nem V. Ex^a, mas a maioria do Senado – tem que se curvar e se ajoelhar aos pés do rei e dizer: “Nós vamos aprovar, nós vamos fazer o que V. Ex^a quer. É medida provisória? Então, mande as medidas provisórias, que nós apreciamos”.

Mas V. Ex^a, Senadora, que tem compromisso com o seu Estado de Goiás, não vai se render a isso, e já externou sua opinião. Agora, que é uma desmoralização essa banalidade de medida provisória nesta Casa, é. E nós temos que lutar, como estamos fazendo hoje, lutar com todas as forças, para que o Presidente da República respeite este Senado, para que ele tenha critério, Senadora. Não é o mérito da questão. Eu nem quero entrar no mérito da questão, o que eu quero discutir aqui é o abuso do excesso de medida provisória. Manda para cá. “Não, não deu certo, não é isso que eu quero, cancela, anula”...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Por que, então, Senadora, não mandou logo um projeto de lei? Mandava logo o projeto de lei. Porque fez a medida provisória, revoga essa, cria outra, depois cria o projeto de lei... Isso é uma barbaridade. Isso é um abuso. Isso é um abuso, Senadora!

Nós temos que lutar, Senadora. Nós temos que lutar. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Um dia essa água fura a pedra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou. Já vou.

Muito obrigado pela atenção e pelo carinho com que sempre V. Ex^a me tratou.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 391, DE 2007

Revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogada a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço verificação de votação, estribado no Senador José Agripino, no Senador Mão Santa e no Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, a Presidência já havia promulgado o resultado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já tinha publicado. Pede na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que peça na próxima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu entendo que houve uma...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu não tinha qualquer percepção de que haveria o pedido...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O resultado já havia sido proclamado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem comigo crédito ilimitado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu sei que V. Ex^a é compreensivo comigo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O crédito que V. Ex^a tem comigo é maior do que as reservas em ouro *Federal Reserve Bank*.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a sabe que eu não faria de propósito uma manobra na Mesa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim. Pois é. Nós nos colocamos renhidamente contra a votação da próxima matéria, se é essa a decisão de V. Ex^a, que eu não vou contestar. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – É porque, regimentalmente, eu não tenho como voltar aqui.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Faça um apelo. Já ficaria antecipada a decisão de

V. Ex^a de pedir verificação na próxima matéria, e não teríamos surpresa, porque ninguém fez qualquer manifestação ou informação de que pediria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para colaborar. Senador Arthur Virgílio, seria impossível, com a rapidez com que V. Ex^a utilizou-se do microfone, que já estava ligado... Até o Senador Arthur Virgílio ligar o microfone... Mas eu levantei o braço aqui pedindo a V. Ex^a a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, bastaria a manifestação...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas houve a manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – ...em uma hora e meia de discussão, não houve a manifestação. Aí, eu preciso da compreensão...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu me manifestei, Sr. Presidente. Eu levantei o braço exatamente no momento em que V. Ex^a colocou em votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, evidentemente que vai endurecer do lado de cá. E, da próxima vez, vou pedir com a rapidez de locutor de jôquei clube.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a vai encontrar na Mesa a certeza de que na próxima matéria haverá um pedido de verificação de quorum. Não haverá nenhum problema em relação a isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, nós já vamos nos colocar... Eu acredito que as próximas matérias terão uma dificuldade maior. Isso mostra o acerto da nossa postura. Sei que dessa vez se pronunciarão os Senadores do Democratas e os Senadores do PSDB, e convoco a todos para estarem presentes no plenário.

É nítido. Se ao Governo, que não é representado por V. Ex^a, mas é muito bem representado pelo Senador Romero Jucá, interessa votar as matérias, com nitidez, ao meu Partido interessa não votá-las.

Portanto, eu já deixo claro para V. Ex^a que já estou pedindo, com uma hora, com três horas de antecedência... Já estou pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será devidamente atendido...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A intenção, na matéria anterior... Não houve a ma-

nifestação de pedir verificação. Nesta, o meu entendimento...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Houve, sim, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu só peço... V. Ex^a, Senador Tião Viana, é um dos melhores amigos com quem eu conto aqui. V. Ex^a sabe do bem querer que lhe devoto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – É mútuo. V. Ex^a sabe disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sei disso. Não há dúvida, e V. Ex^a sabe. É algo que salta aos olhos de qualquer pessoa. Mas devo dizer que V. Ex^a deveria rever, ouvir a fita, para talvez julgar se não fez de maneira demasiadamente rápida essa decisão. Não vou questionar. Apenas já coloco antecipadamente o pedido de verificação para as outras matérias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas acredito sim que V. Ex^a foi rápido demais nisso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não se trata de entregar. Mas se o Sr. Presidente insiste nisso não se trata de se entregar ou não se entregar. Trata-se de se acatar, se o Presidente entende que esse é o seu destino.

E devo dizer, na minha opinião, que o Presidente Tião Viana procedeu com rapidez, a meu ver, demasiada. E se for essa a decisão, nada como uma medida provisória depois da outra. Há um ditado popular ao qual vou me aferrar com todo o direito que a mim me ocorre.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Temos mais duas medidas provisórias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a palavra, presidindo a sessão, para conceder a palavra, pela ordem, depois, aos Senadores. Um pouquinho de paciência para que eu esclareça a posição da Mesa.

Não só divulguei o resultado da votação, aguardei os segundos e passei a informação de que a matéria seria promulgada. A matéria está vencida. Se houvesse qualquer intenção, de qualquer Senador, nas suas discussões ou no encaminhamento, de que haveria um pedido de verificação, eu teria esperado, porque não há diferença entre a primeira, a segunda, a terceira ou a quarta. É uma questão óbvia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, permita-me. O Senador Alvaro Dias está me lembrando de que, da tribuna, ele havia feito inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pedirei as notas taquigráficas para comprovar se houve ou não o pedido do Senador Alvaro Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pode pedir. Da tribuna, anunciei que o Partido pediria verificação...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E peço, de coração, que V. Ex^a reveja... Que V. Ex^a se reveja para perceber se não houve uma certa pressa. Sei que não houve má-fé, V. Ex^a não é homem de má-fé, mas houve uma certa pressa. Ou seja, neste momento, estou sentindo que foi negado ao meu Partido e a mim, que claramente não queremos, meu Partido e eu, votar matéria nenhuma aqui. É uma coisa clara. Não vamos colocar nenhum véu, não vamos fazer nenhuma dança de odalisca aqui. Não tem nada disso. Nós não queremos votar. E como não queremos votar, estamos aqui dizendo, com nitidez, que nos sentimos prejudicados nesse episódio. Prejudicados porque não estamos podendo exercer o direito de saber se o Governo tem uma maioria flácida ou se tem uma maioria musculosa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – E a minha expectativa era de que, na matéria anterior, se fosse a intenção, a verificação já seria pedida, como seria agora, na terceira ou na quarta.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não houve acordo na anterior.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu não teria problema em conceder a verificação. Só que não houve, e por isso a matéria foi vencida. Mas entendo as razões de V. Ex^a, e terei a devida atenção no próximo item, Senador Arthur Virgílio.

Senador Alvaro Dias, Senador Marconi Perillo, Senador Mário Couto e Senador Tasso Jereissati.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que mande a Secretaria da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Já determinei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...verificar na Taquigrafia. Porque quando eu estava naquela tribuna, ainda não estava em plenário o Senador Arthur Virgílio, em nome do PSDB, eu disse que o Partido estava em obstrução e que pediria a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Já determinei o pedido das notas taquigráficas...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Lembrome até que falei “verificação de voto”, e depois repeti “verificação de votação”. Daquela tribuna, Sr. Presidente. Portanto, não há razão para partirmos para uma outra medida provisória sem antes deliberarmos sobre esta.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A matéria está vencida, Senador Alvaro Dias. A matéria está vencida.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas V. Ex^a manda verificar...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mandarei verificar...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...a Taquigrafia... Está vencida?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – ...e reconhecerei a percepção de que possa ter havido uma desatenção numa informação. V. Ex^a é sabedor de que o Regimento da Casa estabelece que só se pede verificação após a promulgação do resultado. E V. Ex^a é um homem experiente na Casa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Além disso, Sr. Presidente, antes da promulgação do resultado, levantei o braço direito, exatamente para pedir a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Isso não quer dizer absolutamente nada. Não sou obrigado a prestar atenção em braço levantado em plenário.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É que o Senador Romero Jucá foi muito mais rápido: subiu à Mesa e pediu a V. Ex^a que fosse rápido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Ninguém subiu aqui.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pediu a V. Ex^a que fosse rápido. Houve a esperteza do Senador Romero Jucá, que já é experiente em liderança, já que é líder em todos os Governos. A experiência do Senador Romero Jucá permitiu a S. Ex^a agilidade suficiente para chegar a V. Ex^a antes que chegássemos ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a é homem da maior experiência. Tive total paciência para ouvir o “pela ordem” de V. Ex^a, falando

de uma denúncia da Cisco, o que era completamente alheio ao Regimento do Senado, completamente alheio à matéria que estava em discussão. Então, não faltou companheirismo nem atenção por parte da Mesa. Eu jamais agiria com a intenção de prejudicar um pedido de verificação, mas não posso negar que a matéria está vencida. Não há como fazê-lo.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati e, em seguida, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, gostaria de dizer a V. Ex^a, também reafirmando o que aqui foi dito, o enorme apreço e a admiração que temos por V. Ex^a, que me sinto prejudicado com essa decisão de V. Ex^a. Não haveria no mundo, nem para Durango Kid, que era rápido no gatilho, a possibilidade de falar com a rapidez com que V. Ex^a falou aqui. No momento em que V. Ex^a pronunciou todas as palavras, foi impossível que alguém conseguisse apertar o botão e levantar. Esse é um sentimento generalizado. Tenho a certeza de que V. Ex^a não prestou atenção, mas, de maneira não-deliberada, está prejudicando enormemente a disposição de um Partido e de todo um grupo dentro deste plenário hoje. Gostaria que V. Ex^a revisse o que aconteceu. Não há essa possibilidade física, a não ser que se fique com a mão aqui, esperando o momento certo. Teria de ficar todo mundo com a mão no botão. E aí é aquela coisa do filme do faroeste: quem apertar primeiro...

(Interrupção do som.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Acho que não é esse o objetivo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Tasso Jereissati, se V. Ex^a não estava aqui no momento da discussão da matéria...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não digo deste momento, mas de momentos anteriores. Por pelo menos três vezes, eu estava encerrando uma discussão ou a votação, e Senadores interrompiam minha fala “encerrada a discussão” ou o encaminhamento e pediam a inscrição, e eu lhes concedia. Então, entendi que eu estava na mesma velocidade de tratamento da matéria agora. Não foi qualquer ato da Mesa para dificultar a Oposição, porque pressões e opiniões contrárias tive a toda hora, mas eu tinha de assegurar o direito sagrado e regimental da matéria. Fui, inclusive, tolerante no excesso dos Senadores, que usaram da palavra além do tempo regimental. Então, não tive qualquer intenção de fazer uma interrupção abrupta no tratamento de uma matéria dessa natureza.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo e, depois, ao Senador Mário Couto.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está mais que evidente que V. Ex^a tomou uma decisão rapidíssima. Essa decisão de V. Ex^a poderá criar aqui um clima de desconfiança, que não existia até há pouco em relação a V. Ex^a. Toda a Bancada do PSDB, toda a Bancada da Oposição está aqui, de pé, para, contrariada, reclamar dessa atitude de V. Ex^a. Se V. Ex^a quer manter o alto nível de relacionamento que há entre a Oposição e V. Ex^a, já que V. Ex^a tem dificuldades para rever uma posição adotada há pouco...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não pode, regimentalmente não pode.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Que V. Ex^a, então, Sr. Presidente... É uma proposta que faço aqui, sem consultar os Líderes. Faço a V. Ex^a uma proposta: sem que haja necessidade de se pedirem novas verificações, que V. Ex^a encerre agora, então, a Ordem do Dia! Com isso, penso que V. Ex^a vai recuperar a credibilidade junto à Bancada da Oposição. Dê essa demonstração de respeito à Oposição, que, certamente, V. Ex^a recuperará esse clima de cordialidade que há entre a Mesa e a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Marconi Perillo, o estrito cumprimento da norma regimental pela minha pessoa não dá o direito de qualquer desconfiança das minhas atitudes. É uma divergência democrática e respeitosa que vai ficar entre V. Ex^a e minhas atitudes. Eu jamais usaria de oportunismo contra colegas de Oposição ou de Governo, na condução dos trabalhos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Senador Tião Viana, não se trata de questão pessoal. Estou falando aqui em nome da Oposição. Há um clima de desconforto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Acolho o que disse V. Ex^a, mas, regimentalmente, não há como, sendo a matéria de urgência, por minha vontade, ser encerrada a Ordem do Dia.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Mas estou fazendo uma proposta a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se for um entendimento dos Líderes, essa é uma questão...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Creio que é o entendimento do Líder Arthur Virgílio. Não sei se é o entendimento do Líder...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Então, tem-se de consultar a Liderança do Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De nossa parte, há pleno apoio à proposta do Senador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não posso, unilateralmente, interromper uma matéria em regime de urgência, sem ouvir os Líderes, o Senador Romero Jucá e outros.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mário Couto. Depois, eu a concederei ao Senador Flexa Ribeiro e ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria que V. Ex^a me desse uma explicação, para que eu pudesse ir para minha casa com o mesmo sentimento de confiança que tenho em V. Ex^a. Se o Senador Alvaro Dias, da tribuna, solicitou a V. Ex^a a verificação de quórum...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – S. Ex^a não pode solicitar...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Calma, calma, calma, Sr. Presidente! Dê-me a oportunidade de falar.

Se isso está registrado nas notas taquigráficas, V. Ex^a tem de considerar. Esse é o primeiro fato. Em segundo lugar, ainda há pouco, quando fui encaminhar a matéria, levantei o braço, e V. Ex^a me ouviu. Agora, V. Ex^a diz que não vai aceitar levantamento de braço.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a falou ao microfone.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Calma! Quero terminar. Então, não sei qual é o critério que V. Ex^a está usando.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a falou ao microfone.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a aceitou o critério. Agora, V. Ex^a diz que não adianta levantar o braço.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a falou...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Desde que cheguei aqui, tenho levantado o braço e tenho sido considerado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a falou ao microfone.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Só se nesta hora, agora, V. Ex^a não quer considerar, mas, todas as vezes em que levantei o braço, V. Ex^a carinhosamente me atendeu. Agora, nessa questão, pode ser que V. Ex^a não queira atender. Aí tudo bem, vamos respeitar. V. Ex^a é o Presidente da Casa. Tudo bem, aja como achar melhor! Mas V. Ex^a tem me atendido só no levantar o braço, como me atendeu ainda há pouco. E o Senador, por mais de três minutos, ficou fazendo o aceno com o braço para V. Ex^a. Não sei para onde V. Ex^a estava olhando. Pensei, sinceramente, que V. Ex^a teria visto o Senador Alvaro Dias levantar o braço.

Há duas questões: uma delas é que S. Ex^a pediu antecipadamente; a outra é que levantou o braço. Não sei por que V. Ex^a não quer julgar agora a questão do Senador Alvaro Dias. Se V. Ex^a julgar com toda a consciência que tem, com certeza, V. Ex^a vai considerar, porque, todas as vezes, V. Ex^a considerou.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Regimentalmente, a matéria está vencida, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a fale o que quiser, aja como quiser!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá foi treinado pelo PSDB.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a sabe, Sr. Presidente, que sempre procurei ser elemento conciliador, mas com argumentos.

Diz o Senador Magno Malta: “mais rapidamente do que imediatamente”. Alguns Senadores falaram até em velocidade de sacar arma. Para isto, existe o Regimento: para que ninguém precise sacar arma nenhuma; para que o Regimento, interpretado, dê argumento para a lógica.

O Regimento Interno do Senado, neste caso, é mais do que lógico, mais do que racional. Na Subseção II, Das Modalidades de Votação, no art. 293, inciso VI, está escrito: “não será admitido requerimento de verificação, se a Presidência já houver anunciado a matéria seguinte”. Para quê? Para dar tempo; para que não haja necessidade de saque de arma nenhum; para que haja um interstício de tempo, por menor que seja, entre a votação e o anúncio da matéria seguinte, para que as pessoas, no plenário, peçam verificação de quórum nominal.

Não quero polemizar com V. Ex^a. V. Ex^a é homem de boa-fé, com quem todo o Plenário tem as melhores relações. Não vamos fazer disso cavalo de batalha. Mas que o Plenário tem razão e que V. Ex^a está padecendo de um pouco de razão é minha opinião.

E, para que possamos voltar a nos entender, tendo em vista que tanto democratas como tucanos vão, a partir dessa matéria, pedir verificação de quórum... E o Governo pode até garantir; não é tão provável, mas pode até garantir. Mas vamos pedir verificação de quórum.

É uma sugestão que faço a V. Ex^a, em cima da sábia proposta que o Senador Marconi Perillo fez e que tem o “de acordo” de Arthur Virgílio e o meu “de acordo”: nós, por acordo, por entendemos ineficaz o prosseguimento desta sessão, para baixarmos a temperatura, pela dúvida que se estabeleceu entre a Presidência e o Plenário – não quero aqui agora, por hipótese nenhuma, dialogar com a Presidência –, devemos fazer um pacto para que, em atenção ao Regimento, que é claro, no artigo, no inciso, possamos encerrar a Ordem do Dia agora e continuar a sessão amanhã, depois de amanhã, voltando às discussões. É a proposta que faço a V. Ex^a, com amparo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino Maia, havendo entendimento dos líderes, a Mesa não tem nenhuma dificuldade em acolher. Só lembro a V. Ex^a, que é um parlamentar de extensa experiência na Casa, que V. Ex^a nunca viu uma matéria promulgada ser retificada. Não existe isso na história do Senado Federal.

Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mas qual a resposta técnica a ser dada ao questionamento do Regimento feito pelo Senador José Agripino? Qual a resposta técnica? S. Ex^a disse que reza o Regimento que a outra matéria teria que ter sido anunciada para que não coubesse o pedido de verificação de quórum que aqui fizemos. Gostaria de saber qual é a resposta técnica. V. Ex^a está muito bem assessorado pela Dr^a Cláudia e mais o Senador Romero.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se eu tivesse apenas anunciada “aprovada”, haveria todo o tempo para requerer...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas o Regimento diz que teria de ser anunciada a próxima matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mas o Regimento não diz. Quando se declara promulgada, a matéria está vencida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, a matéria é omissa. É clara quando fala que

há necessidade do anúncio da matéria seguinte para que se encerre o pedido ou o prazo para pedido de votação regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a se engrandecerá, Sr. Presidente, se recuar. V. Ex^a se engrandecerá. V. Ex^a, que é credor de uma admiração enorme por parte de todos nós, só vai crescer politicamente no conceito de todos se fizer aquilo que fazem os sábios – e V. Ex^a é um parlamentar sábio: recuar em face da força do Regimento e, sem dúvida alguma, em favor do distensionamento.

Vamos ser bem nítidos: não vale tudo para que a gente chegue a esse objetivo, e sei que não é essa a intenção de V. Ex^a, mas o fato é que nós só vamos redobrar o aguerrimento, só vamos redobrar a guerrilha. Ou seja, nosso objetivo nítido é não deixar passar a matéria da CPMF. Não vamos esconder, tapar o sol com a peneira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, consulte os líderes, consulte os líderes do Governo. Consulte os líderes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência não deixa qualquer dúvida, em respeito ao Senado, aos Senadores, aos líderes, ao Regimento, que matéria promulgada é matéria vencida. Se houver um acordo do Senador Romero Jucá com os líderes sobre a segunda manifestação do Senador Marconi Perillo e de V. Ex^a, para que se encerre a Ordem do Dia agora, eu não terei objeção. Mas depende do entendimento dos líderes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Está perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, já pedi pela ordem há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Antônio Carlos Valadares e Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Essa discussão, a meu ver, é extemporânea desde quando V. Ex^a já havia decidido a questão, já havia promulgado o resultado, e não havia, então, mais motivo para que houvesse verificação de quórum. Mas V. Ex^a é muito paciente, muito tolerante e tem-se revelado um grande democrata na direção dos trabalhos da Mesa, significando dizer que V. Ex^a respeita o Plenário, V. Ex^a tem plena consciência de suas responsabilidades e não quer passar a imagem daquilo que V. Ex^a não é. V. Ex^a é um homem sério, um homem íntegro, um ho-

mem que age com competência e lisura em todos os cargos que exerceu em sua vida.

Então, V. Ex^a tem aqui o apoio, a meu ver, da maioria da Casa. Eu estava lá atrás quando verifiquei que V. Ex^a agiu normalmente.

Ora, quando se proclama um resultado, isso é feito de forma normal, de forma rápida: aprovado; rejeitado. Foi o que V. Ex^a fez. Ataca-se aqui muito a morosidade do Poder Legislativo. Na hora em que V. Ex^a age normalmente, V. Ex^a é, vamos dizer, incompreendido.

Acho que essa discussão, neste momento, não vai levar a nada, desde quando V. Ex^a já definiu, do alto de sua autoridade, que passará à votação da terceira medida provisória; e, logo em seguida, a oposição, usando do seu direito regimental, constitucional, legal, pedirá a verificação de quórum. E nós estaremos aqui para apoiar a oposição nessa pretensão justa e equânime, que vai ser atendida por V. Ex^a e por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, não vou repetir o apreço, a admiração e o carinho que todos os seus pares têm por V. Ex^a e pela forma como se tem conduzido interinamente na Presidência deste Senado. Eu só quero fazer um questionamento a V. Ex^a: se eu ouvi bem, V. Ex^a teria dito que, se tivesse sido avisado de que havia a intenção da oposição de fazer o pedido de verificação ou a obstrução, V. Ex^a não teria promulgado o resultado. Foi isso que eu ouvi? Foi isso que V. Ex^a disse?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se eu tivesse sido informado ou se alguma manifestação...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se tivesse sido informado. É fácil também, pelas notas taquigráficas. Então, se foram essas as palavras do Presidente do Senado, quero dizer a V. Ex^a que V. Ex^a foi informado, sim – vou completar –, de que haveria pedido de verificação de quórum e haveria obstrução da oposição. Está nas notas taquigráficas, em mãos do Senador Alvaro Dias, o pronunciamento dele informando exatamente isto que V. Ex^a disse: que, se tivesse tido conhecimento, não teria promulgado o resultado.

Talvez V. Ex^a, no momento em que o Senador Alvaro Dias pronunciou a informação, estivesse atendendo ao Líder Romero Jucá, como fez ainda há pouco, indo aí incomodá-lo, para dizer... Eu já disse da admiração que todos nós, da oposição, temos, até porque o Senador Romero Jucá foi Líder do Governo do PSDB. É como eu disse ontem, Senador Arthur Virgílio: a CPMF é provisória, mas o Líder é permanente. E ele vai continuar sendo Líder. Então, ele estava aí, talvez, lhe

incomodando ou lhe passando alguma informação, e V. Ex^a não prestou atenção no informe que o Senador Alvaro Dias passou.

Então, se V. Ex^a reconhece que, se tivesse sido avisado, não teria promulgado, V. Ex^a foi desatento – me desculpe – com relação à informação passada pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT–AC) – A única manifestação que as notas taquigrafadas informam, do Senador Alvaro Dias, é a seguinte: o partido deverá pedir verificação de votação assim que a matéria for submetida ao Plenário. Qual matéria? É a matéria que se está discutindo pela ordem. O Senador Alvaro Dias estava falando da Cisco quando estávamos em Ordem Dia. É preciso clareza partidária; temos que ter clareza de qual a intenção de quem está na tribuna, de que assunto estamos falando, Senador Flexa Ribeiro.

Por que na primeira matéria não se pediu verificação?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Porque, lamentavelmente, houve um acordo para que se aprovasse a primeira medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Ninguém me falou de acordo nenhum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu fui informado disso fora do plenário. Foi feito um acordo aqui. Os líderes podem dizer isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Papaléo e, em seguida, Senador Mercadante.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, quero reconhecer, junto com aqueles que já o fizeram, que V. Ex^a é um Senador respeitado entre nós, pessoalmente lhe respeito muito também, sei da sua responsabilidade dirigindo esta Casa; V. Ex^a já demonstrou a sua seriedade, sua responsabilidade, sua competência. Enfim, V. Ex^a não tem nada a demonstrar da lisura com que dirige esta Casa.

Nós estávamos aqui, nitidamente, o PSDB ou a oposição, trabalhando o processo de obstrução da votação. Estávamos trabalhando o processo para que, quando não tivéssemos mais quem usasse a tribuna, e V. Ex^a, encerrada a discussão, colocasse votação, nós pedíssemos a verificação de quórum.

Nitidamente, isso aí estava sendo trabalhado. Independente do que o Senador Alvaro Dias colocou previamente, só a nossa atitude aqui na Casa já direcionava para uma verificação de quórum.

Não quero aqui, de forma alguma, dizer que V. Ex^a usou de malícia para colocar em votação e encerrar a votação sem que tivéssemos tido tempo de nos

manifestar. Mas V. Ex^a com certeza agiu como se estivesse em votação uma matéria previamente aprovada pelo consenso dos nossos pares. É costume – até o telespectador vê –, em diversas matérias em que há consenso, o Presidente rapidamente ler: “Em votação. Permaneçam como se encontram. Aprovado”. V. Ex^a, infelizmente, agiu desta maneira, como se estivéssemos votando matéria já aprovada previamente. E não era isso.

Sinalizamos que pediríamos verificação de quórum. Quando V. Ex^a disse “Não havendo mais quem queira discutir”, eu estava ali ao lado do Senador Renan e do Senador Wellington. Ficava como incumbência do nosso Líder pedir a verificação de quórum. Então, ao ver que o Senador Arthur Virgílio se dirigia da terceira para a primeira fileira, para ligar o microfone e pedir – e foi até com uma certa tranqüilidade –, eu me levantei esboçando a reação de pedir verificação de quórum. Porém, quando o vi andando, fiquei tranqüilo. Aí, V. Ex^a já havia... Se fosse possível cronometrar o tempo entre o encerramento da discussão e a aprovação dessa matéria, com certeza absoluta, não temos 15 segundos de intervalo.

Ou seja, nós não queremos aqui, de forma alguma, medir forças com V. Ex^a, que é o Presidente, que tem um Regimento, mas acredito que o bom senso poderia prevalecer, não por V. Ex^a, que está cumprindo o Regimento, mas pelas Lideranças do Governo. A Liderança do Governo não perderia nada se nós, pelo menos, encerrássemos a sessão agora. Esse ato representaria um respeito à oposição que não teve a oportunidade, pela falta de tempo necessário, de pedir verificação de quórum. Então, seria um ato simpático, um ato de reconhecimento ao nosso direito e que nós logicamente aceitaríamos. Agora, não vamos aceitar ficar aqui até 22h ou 23h para pedir a verificação de quórum na próxima matéria.

Eu pediria, não a V. Ex^a, Sr. Presidente, mas aos Líderes do Governo que usassem do bom senso, do bom relacionamento, para que pudéssemos até encerrar, pelo consenso, a sessão. Com isso, estaríamos dando um sinal de respeito e reconhecimento ao direito que a oposição estava buscando, mas que foi impossível exercer por não termos tempo para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem nós tivemos uma obstrução da oposição. Depois do processo de obstrução, fomos à votação da matéria. Nós tínhamos 35 votos no plenário, mais os quatro da oposição que tinham levantado a mão. Isso

dava 39 votos. A informação que tínhamos é de que quatro Senadores estavam vindo para o plenário votar. Inclusive o Senador João Ribeiro que era Líder...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM. Fora do microfone) – Diga-me rapidamente quais são os quatro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– O Senador João Ribeiro me ligou e disse assim: “Mercadante, espera que eu estou indo aí”.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM. *Intervenção fora do microfone.*) – V. Ex^a pode dizer rapidamente quais são os quatro Senadores?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Deixe-me terminar, Senador Arthur Virgílio, depois V. Ex^a fala.

O Senador João Ribeiro disse: “Estou indo aí para votar. Sustentem a votação”. Ele estava numa reunião, e o Senador Expedito Júnior estava com ele. E disse: “Nós estaremos aí em seguida para a votação”.

Com os quatro votos da oposição, na minha avaliação, e pelo menos com os dois que me avisaram que estavam vindo, haveria condições de chegarmos aos 41 votos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA. *Intervenção fora do microfone.*) – ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Deixa eu só concluir meu raciocínio. Calma! A oposição hoje está muito nervosa. Eu acho que é ansiedade pelo jogo do Brasil.

E aí eu falei e procurei articular com V. Ex^a que desse tempo para outros Senadores da base falarem, a fim de que pudéssemos assegurar o quórum. E V. Ex^a disse o seguinte: “O problema é de vocês. Eu vou cumprir aqui o Regimento. Acabando de falar, vai à votação”. Abriu o painel, e a sessão caiu. E, com a decisão de V. Ex^a ontem, o governo foi prejudicado. Foi prejudicado, porque, se nós tivéssemos chance de falar um pouco mais e prorrogar o tempo de espera da votação, teríamos quórum. V. Ex^a disse: “Não. Não vou participar. Vou cumprir aqui o Regimento; o tempo já foi dado. Se não tem **quórum**, não tem **quórum**”. E a sessão caiu.

Hoje, nós tivemos a votação da primeira matéria. Na primeira matéria, não houve pedido de verificação. Ninguém pediu verificação. Falaram, discutiram etc., mas não houve pedido de verificação. Na segunda votação, a mesma coisa. Houve longas intervenções. Eu fiquei rouco, mais uma vez, de tanto ouvir o Senador Arthur Virgílio: subiu à tribuna, voltou à tribuna, falou do plenário. O Senador Alvaro mudou de assunto, já tinha falado tudo o que tinha de falar, repetiu; já não tinha mais o que falar, falou de outros assuntos, e nós, pacientemente, aguardávamos.

Ninguém disse: “Queremos comunicar que pediremos verificação...” Ninguém disse isso. Inclusive, na última intervenção, não vi. Todo mundo estava acompanhando.

Quando V. Ex^a disse: “Em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores favoráveis permaneçam como se encontram...”, ninguém se manifestou contra.

Aí, o Senador Alvaro levantou a mão. Eu pensei que fosse o voto contrário da oposição.

V. Ex^a disse: “A matéria está aprovada. Vai à promulgação.”

Foi rápido? Foi rápido. É evidente que foi rápido. Mas foi rápido como na primeira vez. E ninguém pediu verificação, inclusive porque havia um entendimento prévio quando cheguei a este plenário...O Senador Marco Maciel havia solicitado aprovar os dois Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Eu conversei com o Senador Agripino, com o Senador Arthur Virgílio. Falei que iríamos prestar uma homenagem. Foi uma grande argüição, são Ministros com grande estatura jurídica. Por isso, iríamos aprovar os dois Ministros.

O Senador Romero falou: “Não; há acordo para votar duas matérias, as duas primeiras MPs, e depois haverá verificação nominal. Eu quero fazer o mais cedo possível. Não tenho como fazer a votação dos Ministros hoje”.

Então, o meu entendimento, o entendimento de V. Ex^a e de outros é de que havia um acordo prévio de que não seria pedida verificação, como de fato, não foi pedida na primeira medida provisória.

Então, não houve qualquer intenção da Presidência que não fosse essa.

Dado que a matéria está vencida, porque assim o Regimento estabelece, entendo que o debate que estamos fazendo já faz parte da obstrução da próxima matéria.

Apesar de adorar futebol – estou louco para ver o jogo da Seleção –, vou estar no plenário. Quero realmente aprofundar o debate qualificado, quero ouvir os argumentos da oposição sobre a nova medida provisória. Vamos iniciar o debate. Os Senadores se inscrevem, discutem quantos quiserem para debater e para encaminhar.

Nós poderíamos apresentar requerimento para encerrar a discussão. Nunca fizemos isso; sempre respeitamos o debate. Se há uma coisa de que eu gosto é encaminhar, sobretudo porque, com a minha intervenção, já estou ajudando na obstrução da próxima matéria.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Primeiro o Senador Arthur Virgílio, o Senador Flexa Ribeiro e, a seguir, V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas, vou apartear o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mas a intervenção de S. Ex^a é pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A Mesa está sendo extremamente rigorosa com o Regimento, mas, de qualquer forma, é isso que permite a convivência pacífica e democrática nesta Casa. Não posso conceder o aparte, mas vou ouvi-lo com o maior interesse, porque tenho certeza de que será um bom argumento. V. Ex^a foi muito feliz hoje na Comissão. Quem sabe consegue uma nova tirada fantástica, como têm sido sempre suas intervenções. Vou aguardar com muito interesse.

E, além disso, vou ter o prazer de ouvir, pela enésima vez no plenário hoje, meu Senador Arthur Virgílio, que hoje nos honrará com sua oratória brilhante e única, ao longo de toda a noite, especialmente no segundo tempo do jogo do Brasil. Naquele momento decisivo do jogo, estaremos aqui no plenário, e será um grande debate. Pedirei à assessoria para me comunicar o resultado do jogo e informarei ao Plenário como estamos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante está rouco de me ouvir e não deve desconhecer que sua voz me é muito familiar. Passei oito anos do governo passado a ouvi-la. Qualquer outra pessoa que me falasse ao telefone eu poderia até duvidar da identidade. A dele era marca registrada. O “alô” era íntimo meu.

Mas, Sr. Presidente, S. Ex^a, o Senador Aloizio Mercadante, está açodado com a perspectiva do jogo e talvez ainda tonto com a derrota do Santos para o Flamengo. Eu lhe pedi os quatro Senadores. S. Ex^a sempre primou pela verdade; ou seja, eu não diria nada diferente de que acredito no Senador, mas a memória não anda boa.

Cheguei perto dele e disse: “Senador Aloizio, me dê rapidamente o nome dos quatro Senadores que estavam vindo”. Poderiam vir oito. V. Ex^a cumpriu ontem com seu dever. V. Ex^a – e registrei isso –, com muita dignidade, cumpriu com seu dever. V. Ex^a disse que ouviria Fulano, Fulano e Fulano, e o último seria o Senador Aloizio Mercadante. Depois poderiam vir oito. Se a base não se mobiliza, o problema não é meu; literalmente não é meu. É um problema da base do governo, do Presidente Lula, de V. Ex^a enquanto

homem do governo, do Senador Romero Jucá como Líder. Podiam vir oito; contudo, na minha opinião, não estavam vindo os quatro ou falha a memória do Senador Mercadante, a quem pedi o nome dos quatro – ele citou o Senador João Ribeiro e não soube me dizer quais eram os outros três.

Sr. Presidente, longe de mim qualquer coisa que pareça ficarmos aqui questionando V. Ex^a, longe de mim mesmo. Apenas entendo que nós temos uma dúvida regimental. V. Ex^a diz: “Promulguei”. O Senador José Agripino, a meu ver, não teve respostas suficientes por parte da Mesa.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur, deixe-me só dar o nome dos quatro Senadores...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a não concedeu aparte. Eu concedo e agradeço a V. Ex^a por participar da obstrução, porque estamos claramente em obstrução. Senador Mercadante, V. Ex^a tem o aparte, se é que é possível conceder um aparte agora.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mercadante, não podem ser feitos apartes a um Senador que fala pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A Mesa está muito rígida. Vou me inscrever.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora eu vou agir como o PT: os fins justificam os meios. O Senador Mercadante pode falar...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não é possível uma intervenção agora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele falará em seguida então. Aliás, Sr. Presidente, acho que os demais Senadores do PT deveriam se manifestar também, até para corroborarem a posição de V. Ex^a, como fez, de maneira muito sábia, o Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Tião Viana, a meu ver, não houve uma resposta consistente. Reconheço a competência da Mesa, identifico em V. Ex^a um dos maiores conhecedores do Regimento nesta Casa e reconheço a enorme honradez profissional e a enorme capacidade técnica da Dr^a Cláudia Lyra, mas não me convenceu a resposta da Mesa. A pergunta do Senador José Agripino ficou no ar. O desgaste é muito grande.

Percebo, por outro lado, que V. Ex^a não retrocederá. Então, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação à Casa, assim que se encerre este imbróglio. Sobre isso não me manifestarei mais.

Volto a dizer, V. Ex^a tem comigo um crédito muito grande; isso é um saque de R\$20,00 na conta do Bill Gates, não quer dizer nada do ponto de vista da amizade e do apreço que lhe devoto, que lhe dedico. Apenas entendo que – e esse é o travo de amargura

que resta em mim, nada que vá perdurar –, por um detalhe, por uma rapidez de locutor de jóquei, como havia falado, a Minoria perdeu o direito, que é regimental, que é constitucional, de ir à votação, de testar se desta vez a base está flácida como ontem ou se está mais musculosa. Gostaria muito de saber da forma física da base do governo. Ela está me parecendo flácida; ontem estava flacidíssima; ontem estava mais para Rei Momo do que para atleta de Olimpíada – estava para Rei Momo, não estava para atleta de Olimpíada nem de Pan-Americano, estava muito ruim.

Era direito nosso e esse nosso direito nos foi negado, mas não vou falar mais sobre isso.

Quando acabar essa discussão, gostaria que V. Ex^a me concedesse a palavra porque quero fazer uma comunicação à Casa que julgo importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Gostaria de fazer mais um esclarecimento ao Senador José Agripino.

Imagine V. Ex^a, por exemplo, que trinta Senadores pedissem pela ordem após ter sido promulgado o resultado da votação anterior. Após trinta intervenções ainda caberia o pedido de verificação? Matéria promulgada é matéria vencida em toda história do Parlamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. A seguir, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Tião Viana, serei bastante rápido.

Quero apenas dizer da minha preocupação com o Senador Mercadante. A competência de S. Ex^a como economista é reconhecida, mas a aritmética que ele estava fazendo ainda há pouco não confere com a realidade. Ele falou em quatro, citou um, agora já são cinco. Só que ele esquece que entre os 34 registrados estavam os do PSDB. Ele está contando com eles para chegar aos trinta e oito e, com mais dois, três ou quatro, chegar aos 41. Senador Mercadante, V. Ex^a tem de retirar de sua aritmética os Senadores que pediram a verificação de quórum e que registraram voto. Eu, por exemplo, fui um deles; o Senador Tasso Jereissati foi outro. V. Ex^a não está computando isso.

Agora está me dizendo aqui o Senador Papaléo que não avisaram a V. Ex^a que, dos cinco nomes que V. Ex^a naquela altura poderia citar, três estariam no ex-

terior. Talvez agora, a partir de informação nova, essa falha possa ser corrigida.

É só para ajudá-lo, é só para que V. Ex^a tenha certeza absoluta no raciocínio rápido e correto e na competência na área econômica que tem demonstrado, já que a aritmética é a base primeira da economia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Mercadante e, depois, aos Senadores José Agripino e Senador Arthur Virgílio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero ser muito breve para não contribuir para a obstrução.

Primeiro, quero dizer ao meu caro Arthur Virgílio o seguinte: é verdade que o Flamengo teve uma vitória indevida ao futebol dos Santos, mas continua atrás na tabela, continua atrás na tabela e vai terminar atrás na tabela, porque o Santos está em segundo lugar no campeonato e já está na Libertadores. Vamos nos reencontrar talvez – espero que tenha a chance de ir para a Libertadores, o que não é tão fácil.

Em relação aos Senadores que estavam vindo: eram os Senadores Magno Malta e João Ribeiro que estavam vindo; fui informado de que viria o Senador Expedito; viriam também o Senador Renato Casagrande e o Senador José Maranhão, que estava na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nós teríamos os votos necessários para aprovar a matéria, tanto que eu fiz uma intervenção mais longa, mas o Presidente, nesse vigor regimental, impediu novas intervenções, abriu o painel e a sessão caiu.

Quanto ao esporte, sei que o Senador Arthur Virgílio é um aficionado do jiu-jitsu e o tem sempre como expressão esportiva; a única imagem que ele consegue construir é a de um lutador de jiu-jitsu.

Mas quero dizer que o sumô é uma luta de jogadores pesados, lentos, mas é exatamente o peso da massa que tem um papel decisivo na definição do resultado da luta. A Base hoje está mais para lutador de sumô.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino Maia e Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendo que estamos em uma discussão absolutamente inconseqüente, pouco pragmática, pouco objetiva, e eu sou, por índole, uma pessoa conseqüente.

Estamos em obstrução. Quero declarar a V. Ex^a, respeitando o que V. Ex^a decidiu, que o Partido está

em obstrução, e eu peço aos meus companheiros que se retirem do plenário, como farei agora. Pelos nossos votos, nenhuma matéria mais será deliberada hoje, nenhuma. Peço aos meus companheiros, portanto, que se retirem do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Romero Jucá e Senador Arthur Virgílio.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu queria a atenção dos Líderes da Oposição.

Primeiro, quero registrar que acompanhei atentamente o processo de votação e, portanto, posso testemunhar que o Presidente Tião Viana realmente procedeu da forma como falou. Na minha visão, não houve má-fé, não houve quebra de Regimento.

Eu gostaria de propor um entendimento, Sr. Presidente, para tentar sair desse *corner* em que nos encontramos. Atendendo a formulação feita pelo PSDB – pelo Senador Marconi e por outros Senadores –, seria encerrada a Ordem do Dia hoje desde que pudessemos ter uma sessão amanhã pela manhã com votação nominal das outras matérias, nós votaríamos nominalmente. Concordaríamos em encerrar e transferir para amanhã a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência só esclarece a V. Ex^a que amanhã, às 10h, haverá sessão do Congresso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim, mas poderíamos ter uma sessão às 11 horas ou às 11 horas e 30 minutos. Poderíamos ter uma sessão logo após a sessão do Congresso. Faço essa proposição, que já fiz ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador José Agripino. Trata-se, exatamente, de encontrar uma saída para que não fiquemos neste impasse.

Encerraríamos hoje e, amanhã, retomariamos com votação nominal. Inclusive, concordo que, se há duas ou três medidas provisórias, que se façam votações nominais independentemente do interstício de uma hora. Concordaríamos com a votação nominal em cada caso, exatamente para que pudessemos sair deste impasse e continuar o processo de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se há algo que temos de louvar é a rapidez de raciocínio e a inteligência do Senador Romero Jucá! Ele nos oferece algo que nós já temos, ou seja, podemos pedir verificação nominal sempre que quisermos. Não dependemos de acordo para pedir votação nominal. Teria de ser uma proposta mais densa.

De qualquer forma, amanhã teríamos uma dificuldade muito grande a vencer, porque haverá o congresso do Partido. Será difícil ter alguma ave tucana

por aqui, com exceção daqueles que estarão de prontidão para prosseguir no esforço obstrucionista, que é constitucional e regimental.

Entendo que a proposta teria de trazer algo melhor. Por exemplo, nós poderíamos fazer algo parecido com isso se fosse na sexta-feira ou na segunda-feira. Amanhã é um dia muito ruim para nós. O Senador Jucá me passa algo que eu já tenho.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, porque teríamos votações nominais independentemente dos interstícios. Seriam todas votações nominais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Teríamos duas possibilidades. Aliás, teríamos mais possibilidades do que isso. Podemos discutir a matéria, encaminhar a matéria e, a cada hora, pedir verificação de quórum. Deve ser muito maçante para quem está de fora ouvir isso.

Vejo que a proposta revela sempre a inteligência e o preparo parlamentar do Senador Jucá, mas não nos ofereceu nada de concreto. Ofereceu-nos o que já tínhamos.

Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir o Senador Marconi Perillo antes de fazer uma comunicação à Casa. Não quero misturar os assuntos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de, mais uma vez, reiterar o apreço que tenho por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – É mútuo, Senador.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Se cometi algum equívoco em relação a esse relacionamento...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em nada, absolutamente nada.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ...quis me referir à relação da Mesa, de V. Ex^a, com a bancada de Oposição. Acho que isso já ficou bastante explicitado pela opinião de todos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Absolutamente nada.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – De qualquer maneira, Sr. Presidente, independentemente da sessão de amanhã, reitero o apelo a V. Ex^a e ao Líder do Governo no sentido de que se encerre a Ordem do Dia para se contornar este episódio, pois não vamos ter clima para votar mais nada hoje.

Então, peço ao Líder Romero Jucá e a V. Ex^a que, de acordo com o bom senso que lhes é peculiar,

declare encerrada a Ordem do Dia. Com isso, vamos evitar uma série de dissabores futuros. Amanhã será outro dia. Se o Governo colocar aqui condições para votar, tudo bem.

Reitero a V. Ex^a, Líder Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sessão amanhã às 11h30, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – É o entendimento dos Líderes?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Nós não concordamos. O PSDB não concorda com isso. Acho que o Democratas também não concorda com sessão amanhã às 11h30.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não. Temos o congresso do Partido.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Amanhã, não há possibilidade, Sr. Presidente. Amanhã, temos o congresso do Partido. Não há a menor possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se não há o entendimento, a sessão continuará às 14h no dia de amanhã.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Inclusive, Sr. Presidente, eu argumentava com o Senador José Agripino que nunca posso duvidar que o Governo tenha número. Por isso, entendo que devemos permanecer – e faço apelo aos Senadores do PSDB que se mantenham – porque vamos sustentar essa obstrução pra valer.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Só para concluir o meu pedido, pela ordem.

Gostaria de dizer ao Senador Antonio Carlos Valadares que a obstrução do PSDB tem um motivo. E o Brasil sabe qual é o motivo. Estamos sustentando aqui, bravamente, a nossa opinião de que este Senado não deve aprovar mais um imposto nas costas do brasileiro, que este Senado não deve aprovar a CPMF.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador) – V. Ex^a me permite um aparte para dar uma notícia?

Como a sessão vai continuar, quero usar o tempo de V. Ex^a. V. Ex^a disse que vai fazer uma comunicação à Casa. Quero também, se V. Ex^a me permitir, comunicar à Casa que daqui a 10 minutos, na Biblioteca, a Agência Capixaba de Notícias – capixaba do Espírito Santo – e a Agência do Congresso estão convidando

para o coquetel de lançamento do *site* político www.agenciacongresso.com.br, que acontecerá na Biblioteca logo mais às 19h30min. Convido V. Ex^a, em nome dos capixabas, que muito nos honrará com sua presença. Retribuiremos no dia em que se instalar aqui a Amazônia Agência de Notícias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Após o comunicado do Senador Arthur Virgílio, a Presidência dará seguimento ao Item nº 3 da pauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada, o Senador Gerson Camata faz uma ótima convocação. Era melhor encerrarmos a Ordem do Dia e irmos todos homenagear a Agência Capixaba de Notícias. Teria o maior prazer pela admiração que tenho pela terra, pela gente e pela cultura do Espírito Santo. É um convite que, na verdade, estendo aos Senadores da Base governista. Se todos forem, iremos juntos. O Senador Magno Malta é merecedor, bem como o Senador Renato Casagrande, querido amigo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Todos estaremos lá. V. Ex^a é um convidado ilustre. Certamente o Senador Alvaro Dias vai revezar com V. Ex^a e vai para a tribuna. Quando ele sair, vai o Flexa Ribeiro. Então, dá tempo de todo mundo ir e voltar do coquetel, e ficaremos extremamente agradecidos.

O erro de vocês do PSDB foi ter treinado o Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nada, o Senador Romero Jucá nasceu sabendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Olha, não comecei. V. Ex^a pode pedir a palavra pela ordem, Senador Eduardo Suplicy. Não seria aparte, fale pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, tenho que falar de pé.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a, para mim, está sempre de pé, de cabeça erguida, sentado ou não. A posição de V. Ex^a não mexe com a sua altivez.

Fique sentado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, não sei se devo apartear-lo, sentado, ou se devo falar de pé, pela ordem. Quero seguir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Arthur Virgílio pediu a palavra para um comunicado de Liderança e não cabe um aparte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Posso pedir um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não, a rigor não há aparte. V. Ex^a pode fazê-lo pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Então, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero me dirigir ao Senador Arthur Virgílio, porque S. Ex^a aqui hoje cobrou coerência do Governo do Presidente Lula. Chamou-nos a atenção para o excesso de medidas provisórias que o Governo tem se sentido obrigado a fazer. E estou muito de acordo com o apelo, porque sei que é de todos nós Senadores, dos 81, para que, na medida do possível, o Presidente Lula passe a se utilizar muito mais de projetos de lei do que de medidas provisórias, porque isso poderia evitar tanto desgaste que, por vezes, temos no Senado, embates, como a presente situação.

Como nutro pela sua pessoa a amizade de quem aprendeu a conviver com V. Ex^a, tantas vezes, estando de acordo desde quando éramos Deputados Federais e aqui, no Senado, muitas vezes, votando de maneira diferente, porém sempre um respeitando o outro, quero transmitir-lhe uma reflexão que tive a oportunidade de fazer olho no olho. Mas aqui a faço publicamente.

Eu li na imprensa nesses dias que V. Ex^a considera a hipótese de uma nova recondução à Liderança do PSDB. Veio-me à mente que V. Ex^a tem propugnado muito que o Presidente Lula não considere a hipótese de uma terceira reeleição. Aliás, o Presidente Lula tem dito que não propugnará isso, que não é o momento e que isso seria realizar algo contra o aperfeiçoamento da democracia. Posso assegurar ao Senador Tasso Jereissati, Presidente do PSDB, que, na Bancada do Partido dos Trabalhadores, não há hipótese de levar adiante nenhuma aprovação de novo direito de reeleição ao Presidente da República. O que existe é a disposição de acabarmos com o direito à reeleição.

Eu, por exemplo, sou muito favorável a que não haja o direito de reeleição. Desde que cheguei ao Congresso Nacional, já quando Deputado Federal e, depois, desde 1990, como Senador – a não ser de 1991 a 1994, quando eu era o único Senador do PT aqui no Senado e aí não tinha alternativa –, sempre fui favorável ao rodízio. E em 1995, quando outros aqui chegaram – éramos cinco – e disseram que queriam que eu fosse o Líder no primeiro ano, eu respondi que gostaria que sempre houvesse o sistema de rodízio, porque era muito saudável.

Portanto, o que eu estou dizendo é uma sugestão de amigo ao Senador Arthur Virgílio, cujo desempenho

na Liderança do PSDB, eu mesmo reconheço, é muito positivo. Eu considerava, Senador Gerson Camata, que o Senador Arthur Virgílio ganhará, na argumentação junto ao Presidente Lula para recomendar que não haja nova reeleição, se disser que agora irão fazer um rodízio na bancada do PSDB para o próximo ano. Isso não significa, Senador Arthur Virgílio, que V. Ex^a não poderá, por exemplo, passado o outro ano, voltar a ser Líder, mas que é saudável o princípio do rodízio, e isso eu prego para a nossa bancada do PT. A Senadora Ideli Salvatti, por circunstâncias excepcionais, foi reconduzida neste ano, mas, repito, por uma exceção no âmbito da nossa bancada.

Vou propugnar pelo direito de rodízio, porque acho que isso abre oportunidade para muitas pessoas. E V. Ex^a concorda com o Presidente Lula: ninguém é insubstituível. Muitas vezes o princípio de renovação daqueles que estão na chefia do Poder Executivo e também à frente de liderança de partido é positivo. V. Ex^a até me disse: “Mas os paulistas não o elegeram pela terceira vez?” Sim. Até fiz questão de chamar todos os simpatizantes da minha potencial candidatura um ano antes e fiz com eles uma reunião pública no Teatro Oficina, quando lhes disse: “Se vocês acharem que não é mais o caso de eu me reeleger, vou abrir mão”. Mas avaliaram que era importante que eu continuasse. V. Ex^a sabe que a Constituição brasileira permite a reeleição, quantas vezes o povo achar adequado, dos que estão no Parlamento. Mas fica aí essa sugestão como a palavra de um companheiro que muito o respeita e que aprendeu, inclusive, a desenvolver uma relação de amizade com V. Ex^a, ainda que, por vezes, discordemos em relação a alguns temas.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Cinco minutos. Art. 14, cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Cinco minutos. Ok.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal.) – Senador Suplicy, se V. Ex^a não existisse, teria de ser inventado. Agora, passar sem V. Ex^a, não é possível!

Vou falar sério. No meu Partido, há homens e mulheres certamente muito mais capazes, muito mais experientes do que eu para tocar a Liderança da Bancada do PSDB. Mas V. Ex^a mistura, perigosamente, duas estações. V. Ex^a confunde algo que não mexe com dinheiro público, que não mexe com máquina, que depende da vontade dos colegas. Eles podem, amanhã, dizer assim: “Chega de o Senador Arthur Virgílio liderar o Partido”. Ou o Senador Arthur Virgílio dizer: “Chega de cuidar da Liderança, em função, talvez, de

interesses meus, eleitorais, no Estado”. É algo tão simples! Não tem de mudar a regra do jogo, nada.

O golpe que o Deputado Devanir, seu querido companheiro e meu prezado colega de Congresso, pretende impor ao País, falando sabe-se lá em nome de quem, é diferente. Aí vem dinheiro de Petrobras pelo meio da história, aí vem mídia de Caixa Econômica pelo meio da história, aí vem desvirtuamento de Banco do Brasil pelo meio da história; daqui a pouco, há outra CPI, há outro mensalão pelo meio da história.

Ou seja, V. Ex^a está cometendo o mesmo equívoco que o Presidente Lula cometeu – e V. Ex^a é um homem culto, e ele ainda pode dizer que não estudou tanto –, de confundir presidencialismo, aquele que, quando alguém se repete no poder por muito tempo, vira imperador, com parlamentarismo. Portanto, foi legítima e democrática a eleição, depois a reeleição e a “reeleição” de Margaret Thatcher, de Tony Blair etc. O Presidente Lula, inclusive, cometeu um erro terrível. Ele se referiu a François Mitterrand, que foi eleito, de acordo com a constituição francesa, duas vezes, sete anos cada vez. Então, o Presidente laborou um equívoco grave. É muito bom que a gente exponha isso para a Nação.

Está-se tratando de termos um imperador neste País ou não; está-se tratando de aderirmos aos métodos bolivarianos do Sr. Chávez ou não; está-se tratando de mostrarmos apego às regras do jogo e à democracia brasileira ou não. O nosso caso é tão simples!

Inclusive, digo mais: meus colegas vão decidir, e eu vou decidir; eles, se me querem; e eu, se quero.

Mas desde já faço uma proposta a V. Ex^a: saia do Partido do qual V. Ex^a dissente tanto, venha para o PSDB, e, de início, digo que, se V. Ex^a está incomodado com minha liderança, com o exercício dela, eu, de início, digo que, se V. Ex^a vier para o PSDB, eu largo a liderança do Partido na mesma hora. E mais: convenço meus colegas a, por unanimidade, aclamar V. Ex^a como líder da oposição a um Governo que não tem cumprido com a ética, Governo que não opera bem seus Ministérios, Governo que não consegue mostrar respeito pela opinião pública, Governo que vive da propaganda, Governo que vive da ficção. V. Ex^a saia de um partido que vive contestando e venha para o meu, para contestar o Governo do qual V. Ex^a dissente. Mas, fora disso, só peço a V. Ex^a, que é um homem instruído, um homem culto, um homem preparado, que não confunda as estações. Uma coisa é uma insignificante liderança de um partido – muito importante o partido –, mas sem peso, sem máquina, sem nada e que depende exclusivamente de regras que estão postas e que depende da vontade de 12 companheiros meus.

E da minha – décimo terceiro Senador do PSDB –, diferentemente do Presidente Lula.

Quando V. Ex^a fala isso, penso: “Se não é o Suplicy, um professor de Economia, um homem viajado, um homem preparado, é alguém tentando se passar por inocente para fazer propagar a idéia do golpe no Brasil, do golpe na democracia, do golpe das instituições”. Como sei que V. Ex^a é um homem de boa-fé, penso assim: “Meu Deus, como é que um homem culto, preparado, comete o mesmo equívoco?” Posso até acreditar que o Presidente Lula o tenha cometido, mas não posso acreditar que caiba no cérebro privilegiado, na cultura, na experiência de vida de uma figura tão bem-nascida como V. Ex^a, do ponto de vista social, em meio a uma sociedade injusta como a nossa, que reservou tantas amarguras para o início da vida do Presidente Lula, um pensamento como esse.

Portanto, V. Ex^a não tem o direito de confundir. V. Ex^a pode até dizer: “Puxa vida! Este Arthur Virgílio tem uma voz chata!” O Mercadante é apaixonado pela minha voz. Por ele, eu seria contratado para fazer *telemarketing* para ele todos os dias. V. Ex^a parece que não gosta da minha voz, mas é diferente uma coisa da outra. V. Ex^a haverá de concordar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador Arthur Virgílio. Serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a já fez sua manifestação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas, diante das observações...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Um minuto para V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Um minuto. Serei brevíssimo.

V. Ex^a sabe muito bem, Senador Arthur Virgílio, primeiro, do respeito à sua voz, à sua maneira...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Prefiro o respeito à democracia, antes de mais nada. Respeito, eu agradeço. Somos irmãos. Agora, respeite a democracia brasileira, porque isso é o que sempre se espera de um Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Aprendi, democraticamente, a dialogar com V. Ex^a. Andamos juntos, muitas vezes, defendendo a democratização do Brasil e estamos avançando nessa direção. V. Ex^a pode ter certeza de que, as vezes que conversei com o Presidente Lula sobre isso, sempre concordamos que não deveria haver direito de reeleição. Posso lhe assegurar: o Presidente Lula, por tudo que conversou comigo até hoje, não aceitará direito de nova reeleição...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...de maneira alguma. Portanto, o paralelo que fiz, para mim, faz sentido. Para mim, a renovação dos líderes no Congresso Nacional constitui uma prática saudável que guarda relação, sim, com a prática saudável de não haver reeleição para chefes do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Tasso Jereissati, para encerrar.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu gostaria de fazer um aparte porque nunca vi e estou para ver, Senador Tião Viana, uma dissensão tão grande na base do Governo. Aqui, o Senador Suplicy acaba de fazer uma declaração pública que contesta a liderança do Senador Romero Jucá de maneira veemente. Ele não aceita que os líderes continuem os mesmos. O Senador...

(Interrupção do som.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ... Romero Jucá está completando 120 anos na liderança do Governo, passando por todos os partidos que já existiram nesse período! E o Senador disse que não aceita a liderança do Senador Romero Jucá, o que vem a declarar grave dissensão, Srs. da imprensa, na Base do Governo. Teremos de ver como isso vai andar. Quero dizer que a voz do Senador Arthur Virgílio – Senador Arthur Virgílio, quero fazer um elogio à sua voz – me é extremamente agradável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador!

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu só não gostaria de ouvi-la cantando Blowin' in the Wind! Vou passar a dizer que isso é privilégio de alguns Senadores, especialmente do Senador Suplicy. Era o que gostaria de deixar registrado neste meu breve aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

Senador Tião Viana, eu gostaria de fazer uma comunicação à Casa e peço ao Senador José Agripino que permaneça. Eu gostaria de me manifestar, em seguida, sobre a proposta que foi feita pelo Senador Romero Jucá. Aliás, Senador José Agripino, eu entendo, antes de mais nada, justa a proposta. Entendo, Senador Tasso Jereissati, meu Presidente, que a proposta, agora, veio densa. O Senador Romero Jucá propõe: segunda-feira, votações nominais, sem obstrução, para as duas matérias, para as duas medidas provisórias. E, amanhã e sexta-feira, não haveria Ordem do Dia. Creio que é justo, porque obtivemos o resultado que esperávamos. Parece-me razoável a proposta; e acho que pareceu razoável

também ao Senador José Agripino, pelo que me disse S. Ex^a ainda há pouco.

Isso é algo que, a meu ver, poupa o Governo de um desgaste enorme e que nos consagra como vitoriosos, porque mostramos que uma minoria ativa é capaz de obter resultado. Dissemos que não votaríamos nada nesta semana, e não se vota nada nesta semana, com exceção do episódio que houve, que não quero aqui relembrar.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comunicado à Casa. Há figuras simbólicas em cada Partido, quando o Partido tem tradição, quando o Partido tem peso. A principal referência do PSDB para mim, obviamente, é o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas há algumas figuras que são notáveis, já falecidas, que nos provocam, eternamente, respeito, ternura, admiração e que nos servem de exemplo. Uma delas é o Governador André Franco Montoro; a outra, o Governador Mário Covas.

O Governador Mário Covas tem um neto, Deputado estadual, que, hoje, elegeu-se Presidente da Juventude do PSDB. Tenho a certeza de que o Deputado Bruno Covas saberá honrar seu avô. Virá para somar a favor da unidade do Partido; virá para construir uma militância muito forte, pelo ângulo da ação da juventude; virá para honrar essa tradição do homem que foi capaz dos gestos mais abnegados em defesa das liberdades e, na construção do PSDB, dos gestos mais generosos e de maior sacrifício, inclusive se expondo a uma candidatura improvável, impossível, à Presidência da República, em 1989.

O então Senador Mário Covas, Líder do PSDB, disputou uma eleição e foi tão bem sucedido nela, na sua candidatura à Presidência da República, que Brizola propôs a Lula – Lula não aceitou e tinha o direito de não aceitar – que ambos renunciassessem, para que o quarto colocado, Covas, enfrentasse – aí, sim, com chances reais de êxito – o candidato que se classificara em primeiro lugar no primeiro turno, o nosso colega Senador Fernando Collor.

Tenho a certeza de que estamos vendo nascer uma perspectiva política, alguém que vai saber revelar a coragem do avô e a humildade do avô; alguém que vai saber revelar a capacidade de agregação do avô e a dignidade do avô; alguém que vai saber construir dentro de si aquilo que, a meu ver, tem de ser mesmo algo transmitido por herança: uma militância forte, à altura de um PSDB que vai escolher, como seu candidato, aquele que tiver mais votos. Não há hipótese para fazermos algo diferente do que apoiar quem tiver efetiva possibilidade de vencer a próxima eleição. E vai ser vital a participação da mulher tucana, vai ser fundamental a participação

da juventude tucana, vai ser fundamental a articulação dos parlamentares tucanos com a sociedade, vai ser essencial termos isso tudo muito bem azeitado, para fazermos nosso trabalho em favor da democracia brasileira.

Quero, portanto, Senador Marconi Perillo, com esse espírito, saudar o jovem Deputado Bruno Covas, que, tenho certeza, será uma grata revelação para todos nós. Não posso esperar nada de diferente de quem é neto de Mário Covas. Foi um acordo com Goiás, que é uma das grandes forças – com dois Senadores e quatro Deputados Federais – do PSDB, sob todos os aspectos, com lideranças como a do Senador Marconi Perillo, que é a maior liderança de Goiás, com essa expressão que é a Senadora Lúcia Vânia. São quatro Deputados Federais. Foi um acordo que uniu o Partido.

Sr. Presidente, encerro lembrando que o Governador Mário Covas foi vital para que a Casa afirmasse a sua independência diante da ditadura militar, negando o pedido de cassação, feito pela ditadura, do Deputado e jornalista Márcio Moreira Alves. Foi Covas quem liderou aquilo. Foi Covas quem se expôs, com coragem, ao cutelo da cassação, alguém que se marcava pela absoluta convicção o tempo inteiro. Diziam que Covas era turrão. Talvez fosse, mas era uma das figuras mais generosas com as quais pude lidar.

Portanto, eu que sei que acabo sendo ouvido pelo jovem presidente da Juventude do PSDB devo dizer a ele que o recebo de braços abertos, mas serei muito mais exigente com ele do que com qualquer outro militante do PSDB, por entender que, perdoe-me, vai pesar o nome. Não posso ser indulgente com alguém que carrega o sobrenome Covas. Serei exigente porque se trata de homenagear, dessa forma, alguém que é um verdadeiro ídolo político para mim.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Tião Viana, Presidente-Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

A Presidência, em nome de todo o Senado, deseja o mais elevado êxito ao Congresso do Partido da Social Democracia Brasileira, porque tem certeza de que as grandes teses do Brasil serão discutidas, no dia de amanhã, por um Partido da maior importância para a democracia brasileira.

Pleno êxito ao encontro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, evoluímos, no entendimento com os líderes, para uma proposição que eu queria formular a V. Ex^a, a fim de que os líderes também se pudessem pronunciar: suspenderemos a Ordem do Dia agora, dentro da linha que o PSDB e o Democratas propuseram, para que se verifique que não houve nenhum tipo de tentativa de engabelamento ou qualquer tipo de manobra por parte da Mesa ou da Liderança. Amanhã, não faremos a Ordem do Dia e teremos votação, Sr. Presidente, na próxima segunda-feira, às 16 horas, combinando que faremos votação nominal, sem demora, sem nenhum tipo de obstáculo. Isso será feito na segunda-feira, se houver, é claro, o quórum necessário para que haja a votação. Se não houver, nós a faremos na terça-feira, mas a idéia é que possamos, já na segunda-feira, ter o entendimento com a oposição para, sem obstrução, votarmos nominalmente as duas medidas provisórias que fazem parte do trancamento da pauta.

Essa é a proposta que está colocada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência pergunta ao PSDB e ao Democratas se é esse o entendimento, para que seja fechado o cumprimento da agenda.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é esse o entendimento de minha parte, sim.

Eu queria fazer um registro: o nosso colega Senador Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recebe, amanhã, em Manaus, o título de Cidadão do Amazonas, ele que é nascido na terra do Senador Garibaldi Alves, do Senador José Agripino e da Senadora Rosalba Ciarlini.

Fui convidado para evento tão relevante e não comparecerei por uma única razão, porque amanhã é dia do Congresso Nacional do PSDB e quero participar ativamente dos debates. Mas quero, aqui, registrar a minha demonstração de amizade pessoal pelo Ministro Alfredo Nascimento, nosso colega, e desejar que ele, cada vez mais, trabalhe pelo Estado do Amazonas, que o acolheu como filho e que tem nele um amazonense efetivo. A iniciativa foi do Deputado Sebastião Reis, uma figura extremamente

ligada ao Ministro e prezado e querido amigo pessoal meu.

Portanto, meu filho, Deputado Arthur Virgílio Bisneto, estará a me representar. Não estarei presente apenas por essa razão, mas gostaria de estar. Entendo que foi esta a escolha que fez o Ministro Alfredo: a de se tornar cidadão do Amazonas, na prática.

O Ministro Alfredo foi muita coisa: foi Secretário de Saúde, Vice-Governador, Secretário de Finanças do Estado, Secretário de Finanças e de Administração da Prefeitura, foi interventor na Prefeitura de Manaus, foi Prefeito eleito por duas vezes, Vice-Governador e Superintendente da Suframa. Hoje, é Ministro de Estado pela segunda vez e foi Senador eleito na última eleição.

Desejo muitas felicidades pessoais ao Ministro, que é meu adversário no plano federal, mas com quem mantenho ótimas relações no plano pessoal e familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente-Interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já poderíamos ter feito esse entendimento há três horas, mas quero saudar o bom senso e o equilíbrio do Senador Romero Jucá ao fazer essa proposta.

Nós já havíamos entrado em obstrução e eu já havia solicitado aos meus companheiros que se retirassem do plenário. Faríamos a mesma coisa amanhã. Então, em nome da lógica e da racionalidade, o Senador Romero Jucá faz a proposta, com a qual concordo inteiramente.

Na segunda-feira, sem qualquer compromisso de mérito, nós votaremos as matérias. Se o Governo conseguir colocar número, votaremos e apreciaremos sim ou não.

Nós estamos de acordo. Isso é democracia. O acordo está feito, antes tarde do que nunca. É a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

A Presidência informa que, no dia de amanhã, haverá sessão deliberativa ordinária – portanto, será contada a presença dos Srs. Senadores –, sem votação

de matérias, e, na segunda-feira, sessão deliberativa ordinária, com votação das matérias.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero agradecer a V. Ex^a, Presidente, ao Líder Romero Jucá, ao Líder José Agripino e ao Líder Arthur Virgílio por terem atendido à sugestão que, há mais ou menos uma hora, fizemos a este Plenário. Acho que o bom senso prevaleceu. Congratulo-me com os líderes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência cumprimenta V. Ex^a, Senador Marconi Perillo, autor do entendimento.

São os seguintes os itens transferidos para a próxima sessão deliberativa ordinária, conforme acordo entre as Lideranças:

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, de 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.*

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 3.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 26.2.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 37, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que *institui*

o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, de dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 4.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 27.2.2008

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, e apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007-art.336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 13, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Silhessarenko, do Senador

Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 94, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 60, DE 2005

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável,

com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

15
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2001

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

16
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

17
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. (CPMF)*

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio,

Tasso Jereissati e Alvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

18

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 850, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.*

Pareceres sob nºs 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

19

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

20

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.*

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

21

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.*

22

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.*

23

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, que *requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconce-*

los Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro, para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.099, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2004 (nº 609/2003, na casa de origem) que proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Em exame nesta Comissão o PLC nº 20, de 2004 (PL nº 609, de 2003, na origem), oriundo da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado com substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, em caráter terminativo.

As alterações legislativas nele propostas têm em vista não permitir que continuem sendo feitas inserções, nas certidões de nascimento e de óbito, de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhante. Intenta-se, com esse propósito, a inclusão de dois dispositivos, com aquele sentido e de idêntico teor, na Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 1973) e na Lei que “Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro” (Lei nº 8.935, de 1994).

Argumenta o autor da matéria que, se por um lado a nossa Constituição Federal não admite qualquer tipo de discriminação, há cidadãos brasileiros que, não tendo a mínima condição financeira para arcar com as custas de certidões de nascimento, de óbito e de outras certidões, vêem-se diante da humilhante situação de obterem tais certidões com expressões,

nelas inseridas, que indicam sua condição de pobres declarados, como forma de constrangê-los, para não requerer a gratuidade que lhes é assegurada pelo nosso ordenamento jurídico.

II – Análise

A esta Comissão compete, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno, opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, dentre as quais, com base na alínea **d** do inciso II do referido artigo regimental, acha-se incluída a do direito civil, de que trata o projeto em análise. Em outro aspecto, constata-se que a matéria não afronta o ordenamento jurídico e, na sua tramitação, não violou o Regimento Interno.

Em seu mérito, a iniciativa é altamente louvável, pois pretende coibir a infausta e despropositada prática de submeter aqueles que se valem do direito da gratuidade na obtenção de certidões nos órgãos de registros públicos à vexatória situação de ter consignado na certidão respectiva a indicação da sua condição de pobreza.

Aliás, é imprescindível consignar que essa mal-sinada prática colide frontalmente com o princípio da dignidade da pessoa humana, com assento no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, e tido como principal direito fundamental constitucionalmente garantido. Trata-se de valor moral e espiritual inerente à pessoa, que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas e, conseqüentemente, o respeito à integridade moral da criatura humana, que, na situação em apreço, vê-se claramente violada.

Dessa forma, toda pessoa, pelo simples fato de existir, traz a dignidade de todo ser, que não se compatibiliza com qualquer ato discriminatório, quer em razão do seu nascimento, da sua etnia, capacidade intelectual, saúde mental, crença religiosa ou posses.

Acreditamos que o presente projeto, apesar da sua aparente singeleza, servirá como importante instrumento para contribuir na edificação do primado da dignidade humana na nossa sociedade, razão pela qual merece o irrestrito apoio dos nobres pares para a sua aprovação, nos termos em que veio redigido da sua Casa de origem.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2004.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 20 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/11/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	Senador Marcelo Crivella
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESARENKO	1.IDELI SALVATTI
SIBÁ MACHADO	2.INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3.PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT) ²
ALOIZIO MERCADANTE	4.MARCELO CRIVELLA (RELATOR)
EPITÁCIO CAFETEIRA	5.JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	7.JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1.ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4.VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE)	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3.JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4.ALVARO DIAS ³
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5.MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9.MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1.OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/10/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007);

(3) Vaga cedida pelo Democratas.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO I
Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

PARECER Nº 1.100, DE 2007

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Relator: Senador **Paulo Duque**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893, de 2005, na origem), apresentado pelo Deputado Leonardo Picciani e aprovado pela Câmara dos Deputados após manifestação favorável das Comissões de Educação e Cultura, e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Destina-se o projeto a estabelecer a data de 23 de junho como o Dia Nacional do Agente Marítimo, em homenagem aos trabalhadores que atuam no agenciamento da navegação marítima.

Ao justificar a proposição, o autor destaca a relevância dos serviços prestados pela categoria para o

bom andamento das operações de navegação e portuárias, bem como para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro.

À Comissão de Educação do Senado Federal compete examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar-se sobre o mérito da iniciativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

A matéria de que se ocupa o PLC nº 50, de 2007, insere-se no âmbito da competência concorrente da União para legislar sobre educação e cultura, prevista no art. 24, IX, da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre matérias dessa natureza, com a sanção do Presidente da República, observado ainda que a iniciativa parlamentar é legítima, por não estar reservada a outro poder.

Além dos requisitos constitucionais formais, verifica-se igualmente que a proposição observa as demais normas constitucionais de cunho material, bem como as de nível infraconstitucional, estando em conformidade com os princípios do Direito.

No mérito, reconhecemos como justa e pertinente a homenagem proposta. Afinal, trata-se de categoria profissional que desempenha papel fundamental no atendimento aos navios em cada porto, com destaque para as interfaces com as autoridades. A presença do agente marítimo é também notável nas relações entre agentes comerciais e prestadores de serviço com atuação no comércio exterior, tanto na exportação como na importação de mercadorias, realizadas por meio do transporte marítimo.

De resto, observa-se que, além de meritória, constitucional e jurídica, a proposição não contém ofensa regimental e está elaborada em conformidade com a boa técnica legislativa, segundo os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 050/07 NA REUNIÃO DE 06/11/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Luiz F. (Senador Antenor Buarque)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE RELATOR	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
EDISON LOBÃO	1-ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual;

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII – assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV – proteção à infância e à juventude;

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Mensagem de Veto nº 393

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.099 e 1.100, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, referentes às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2004** (nº 609/2003, na Casa de origem), que proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007** (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os Srs. Senadores Romero Jucá e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs.

Senadores, a concessão do Prêmio Nobel da Paz de 2007 ao ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, e ao Comitê Intergovernamental de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (IPCC), constitui um claro sinal da preocupação mundial com a gravidade da situação do Planeta, em decorrência da emissão exagerada de gases produtores do chamado efeito estufa.

Estudo realizado pelo ex-economista-chefe do Banco Mundial, Sir Nicholas Stern, demonstra que as alterações climáticas foram consideradas “o maior e mais nocivo fracasso do mercado jamais conhecido”.

Os países mais pobres deverão ser os mais prejudicados, pois o cenário que se desenha mostra claramente uma trajetória de graves perturbações econômicas e sociais, somente comparáveis às crises geradas pelas duas guerras mundiais e pela grande depressão de 1929.

O aquecimento global atingiu níveis tão elevados que, talvez, já estejamos no chamado ponto sem retorno, situação em que os riscos econômicos e ambientais são de tal modo graves que possíveis tentativas de ações reparadoras no futuro não mais conseguiriam reverter o problema e suas conseqüências catastróficas.

Cientistas, autoridades mundiais e empresários conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais reconhecem que a ação irresponsável do homem, com a utilização irracional dos recursos naturais, é o principal fator causador do aquecimento global.

O Professor Ulisses Confalonieri, coordenador do grupo que elaborou o último relatório do Comitê Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), afirmou que a premiação do Nobel ao grupo “ajudará a diminuir o ceticismo sobre os efeitos do aquecimento global”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num mundo conturbado por problemas ambientais e de responsabilidade social, em que a maior economia do Planeta, os Estados Unidos, se recusa a ratificar o Protocolo de Kyoto, é com satisfação que registramos o exemplo de empresa que assume suas responsabilidades ambientais e sociais, e que tomou a iniciativa de promover seu processo de crescimento baseado no desenvolvimento sustentável.

A Companhia Vale do Rio Doce se tornou uma das principais empresas no cenário global da indústria de mineração e metais. Nos últimos anos, ela conso-

lidou seu processo de internacionalização e planejou seu crescimento considerando não apenas as diferentes realidades das regiões onde atua, mas também o desenvolvimento das comunidades, a preservação do meio ambiente, a dinamização da economia e a construção de um futuro sustentável.

Em 2006, a Companhia Vale do Rio Doce ingressou no *International Council on Mining & Metals (ICMM) – Conselho Internacional de Mineração e Metais*, entidade sediada em Londres, que reúne 16 das maiores empresas de mineração do mundo e tem como missão principal aprimorar as formas de atuação das empresas de mineração, no âmbito social e ambiental, em todo o Planeta.

Todos nós sabemos que existe uma visão muito crítica, e até negativa, em relação ao papel das empresas mineradoras no que diz respeito à sustentabilidade ambiental.

Mudanças climáticas, impactos da mineração na biodiversidade, direitos dos povos indígenas são temas relevantes que são tratados no ICMM, numa perspectiva de maior responsabilidade social, ambiental e de desenvolvimento sustentável.

O aumento acelerado da demanda mundial de minérios nos últimos anos, em decorrência do rápido crescimento das economias das nações asiáticas, particularmente da China, a elevação dos preços das *commodities* e a ampliação da capacidade das empresas mineradoras, como a Companhia Vale do Rio Doce, tudo isso tem contribuído para gerar maiores preocupações ambientais.

Questões como mudanças climáticas, biodiversidade, degradação do solo, direitos humanos, saúde pública e segurança têm impacto significativo sobre as possibilidades de desenvolvimento do setor de mineração, no longo prazo. Paralelamente, as empresas de mineração poderão ser obrigadas a restringir o acesso aos recursos naturais e a reduzir sua contribuição econômica e social.

A Companhia Vale do Rio Doce preocupa-se com todos esses problemas e incorporou em suas atividades o Sistema de Desenvolvimento Sustentável do ICMM, que engloba dez princípios, relatórios públicos independentes, o que significa um compromisso de atuação saudável do ponto de vista ambiental e social e uma garantia para o mercado de boas práticas da indústria de mineração.

O ICMM trabalha em parceria com entidades ligadas ao setor ambiental, o que facilita a compreen-

são e o entendimento mútuo entre ambientalistas e a indústria de mineração e a melhoria dos métodos de conservação e desenvolvimento de áreas em que as empresas operam.

Como afirmou o Presidente do ICMM, Paul Mitchell, “O programa de desenvolvimento socioeconômico do ICMM é voltado para maximizar a contribuição da indústria de mineração dos países ou comunidades onde as empresas operam. Os projetos incluem desenvolvimento em diversas áreas, como a social, a dos negócios e a dos direitos humanos. (...). O objetivo é identificar os fatores de desenvolvimento do setor de mineração e instruir as práticas operacionais para gerar uma renda sustentável a partir do solo”.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é com satisfação que registro o trabalho meritório desenvolvido pela Companhia Vale do Rio Doce, que envolve ações e atividades de responsabilidade social e ambiental.

Gostaria de destacar aqui algumas dessas atividades relevantes que contam com o apoio da Companhia Vale do Rio Doce:

- o apoio à melhoria das condições de vida e às técnicas de maricultura dos pescadores da região de Mangaratiba, no Rio de Janeiro;
- o trabalho da Pastoral da Criança e do Menor, em Itabirito;
- o Projeto do Museu Vale do Rio Doce, que estimula a reflexão de jovens e crianças para o mundo da arte; e
- a biblioteca itinerante, com foco especial nas crianças.

Esses são apenas alguns dos projetos de cidadania e de responsabilidade social apoiados pela Companhia Vale do Rio Doce.

A recuperação do Rio Paraúpebas, no Pará; a parceria com o Instituto Ethos; o Programa de Gestão de Resíduos da Vale, que fornece sobras de madeira para as paneleiras de Goiabeiras, de Vitória, no Espírito Santo; e o programa que cuida da solução de questões pessoais dos empregados e familiares, tudo isso representa o compromisso de responsabilidade social de uma empresa que não apenas ocupa o primeiro lugar entre as empresas brasileiras, mas também é capaz de contribuir para dar dignidade e cidadania a

seus empregados e às comunidades onde atua, tanto no Brasil como no exterior.

Quero, neste momento, me congratular com todos os dirigentes e funcionários da Companhia Vale do Rio Doce, empresa que é motivo de orgulho para todos nós brasileiros.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/ PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou começar o meu discurso fazendo uma homenagem póstuma ao padre Egídio da Igreja Santa Margarita, de Castellucci Inferiori, Itália.

Esse grande homem, infelizmente, nos deixou vítima de uma das doenças mais terríveis da atualidade: o câncer.

Apesar de ter sido criado em Roraima, terra da minha mãe, dona Flora Botelho, nasci no Espírito Santo, estado natal do meu pai, o doutor Sylvio Lofego Botelho. E é para fazer uma homenagem ao meu pai, que foi governador e deputado federal, que faço esse discurso hoje no Senado.

A família Lofego, originalmente Lofiego, é originária da pequena cidade de Castelluccio Superiore, Província de Potenza, no sul da Itália.

Em 1875, o meu bisavô, Lofiego Francesco, patriarca da família Lofiego Francesco emigrou para o Brasil, embarcando no Porto de Nápoles e desembarcando no Porto do Rio de Janeiro.

Do Rio, ele seguiu para a nascente Villa de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, onde o aguardavam seus cunhados Jose Maria de Amigo e Raphael Maria de Amigo. Ali teve seu nome aportuguesado para Francisco Antonio Lofego.

Em 1.879, já estabelecido em Rio Pardo, enviou o dinheiro necessário para a vinda da esposa ROSA AMIGO e dos três

Filhos que tinham ficado na Itália: José, Braz e Nobila.

Francisco Lofego participou com o Conde Siciliano da primeira valorização do café na bolsa do Rio de Janeiro, na época, “Corte”, onde ia fazer compras para sua casa comercial. Por suas constantes viagens e correspondência com a Itália, teve grande influência na vinda para o Espírito Santo, das famílias Vivacqua e De Biase.

Seus filhos, dotados de rara cultura e determinação, voltaram-se para a política. Jose Antonio Lofego tornou-se o primeiro Prefeito do Município de Luna, ad-

ministrando-o por 15 anos consecutivos. Braz Antonio Lofego, foi Vereador, Presidente da Câmara Municipal e Juiz de Direito.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a segunda geração da família Lofego, toda nascida em Luna, foi levada pelos pais para as cidades maiores visando uma melhor formação escolar. As moças foram mandadas para o Colégio do Carmo em Vitória e os rapazes para o Pedro II em Cachoeira. Posteriormente, se transferiram para Vitória e Rio de Janeiro onde a maioria fez curso superior.

Hoje, espalhados de norte a sul do Brasil, inclusive em Roraima, como é o caso da minha família, os membros da família Lofego destacam-se nas áreas jurídica, política, saúde e artes plásticas.

Em março de 2007, uma delegação formada por autoridades italianas, totalizando 16 pessoas oriundas de Castelluccio Superiore, visitou a cidade de Luna, no Estado do Espírito Santo, com o objetivo de assinar um acordo de cooperação mútua entre as duas cidades: o “Gemellaggio” declarou as duas cidades “irmãs gêmeas”.

Os visitantes foram recepcionados por mim, pelo prefeito Dr. Rogério Cruz Silva e pelo Presidente da Câmara, o Vereador Edson Marcio de Almeida.

Naquela data, as autoridades de Luna se esmeraram para proporcionar aos visitantes uma recepção à altura dos laços afetivos que unem as duas comunidades. Foi inaugurada a Praça Castelluccio Superiore, além de Sessão Solene na Câmara Municipal e entrega de títulos de honra ao mérito aos nossos irmãos italianos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as duas cidades e suas respectivas histórias realmente têm muito em comum. Os sobrenomes dos seus habitantes são praticamente os mesmos há mais de 100 anos, as vidas entrelaçadas dos imigrantes e seus descendentes criam a atmosfera de uma grande família ítalo-brasileira.

Como parte do acordo de gemellaggio, os brasileiros retribuíram a visita aos irmãos italianos. Isso se deu nos dias 21 a 25 de setembro deste ano.

Uma delegação com 33 capixabas da qual eu fiz parte com minha esposa e filha, esteve em visita oficial às cidades de Castelluccio Superiore e Castelluccio Inferiore, onde foram recebidos pelas autoridades locais, liderados pelos respectivos prefeitos Mauro Martorano e Roberto Giordano.

Fomos extremamente bem recebidos pelos castelluceses e pudemos comprovar a semelhança entre as duas cidades.

Ao chegar a Castelluccio Superiore, uma placa informa que aquela cidade é gêmea da cidade de Luna, no Brasil. Nos dias que estivemos em Castelluccio, ficou evidente a receptividade do povo daquela cidade aos irmãos brasileiros. Várias faixas de boas vindas foram espalhadas pelos muros da cidade, assim como bandeiras do Brasil e Itália foram colocadas lado a lado em vários pontos da cidade.

Na pequena cidade de 950 habitantes pudemos conhecer o gosto da comida e do vinho que tanto encantavam nossos antepassados italianos e que foram reproduzidos no Brasil com um toque verde e amarelo. Um misto de orgulho e saudade tomou conta de todos durante os dias que passamos em Castelluccio.

Na Prefeitura de Castelluccio Superiore fomos recepcionados pelo Prefeito Mauro Martorano, pelo Presidente da Câmara, Prospero Scardino, e por várias outras autoridades locais e regionais.

Foram cantados os hinos nacionais do Brasil e da Itália e o Prefeito fez uma saudação oficial aos brasileiros da comitiva, eu fiz um breve discurso e logo após falaram também em nome dos o advogado Roberto Scardino Marcondi, a Dra. Larissa Lofego, a Procuradora de Justiça do Espírito Santo, Dra. Itajacy Dornelas. O jovem Hugo Wallace, filho do Dr. Roberto Marcondi, foi o intérprete em todas as falas.

Naquele momento histórico, tive a honra de, ao lado do Prefeito Martorano e dos Vereadores Prospero Scardino e Francesco Belsito descerrar uma placa de granito, registrando a visita da delegação brasileira à Itália, fazendo referência à cidade Luna e aos descendentes de castelluceses no Brasil.

Foram conferidas várias placas de honra ao mérito às autoridades presentes e uma placa especial para a prefeitura de Luna.

Também pudemos participar da tradicional festa de Nossa Senhora do Socorro. O povo de Castelluccio todos os anos desce em procissão, de uma capela construída a 1.400m de altitude, a imagem da santa. Como católico, fiz questão de fazer uma saudação especial aos fiéis na missa que é realizada na Igreja Matriz ao fim da procissão. A imagem desta santa foi enviada pelos imigrantes italianos que moravam em Luna e ela é colocada ao lado da imagem da Padroeira de Luna que também foi enviada a Castelluccio.

A delegação brasileira também foi recebida na Prefeitura de Castelluccio Inferiore, pelo Prefeito Roberto Giordano, e autoridades, onde nos foi entregue uma placa comemorativa para a Prefeitura de Luna.

Em seguida, a Administração Municipal ofereceu um almoço aos visitantes, no Restaurante Pino Loricato, de propriedade da família Lofego. O grupo, acompanhado pela Vice-Prefeita e seu esposo, passeou pelas seculares ruas da cidade, impressionando-se com o Palácio do Marquês.

Na noite deste mesmo dia, foi oferecido pela Administração Municipal de Castelluccio Superiore um banquete no Hotel San Raffaele.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda aproveitamos a viagem para visitar o Palazzo Gallotti, onde fomos recebidos pessoalmente pela ilustríssima senhora Baronesa Mora Gallotti, uma veneranda senhora de 91 anos, que mostrou toda sua sensibilidade e gentileza.

O Palácio Gallotti, construído no ano 1346, é desde então, a sede da dinastia dos barões Gallotti, de cuja família, alguns ilustres descendentes residem em Luna e outras cidades brasileiras.

Em toda a viagem, esteve presente conosco o orgulho dos nossos antepassados que partiram da Itália para se inscreverem na história do antigo Rio Pardo, hoje a cidade de Luna, onde viveram e estão sepultados e onde esperamos continuar a resgatar as suas memórias e os seus feitos, pelo muito que representaram e representam na história de nossa querida pátria, o Brasil.

Lista dos italianos que receberam a comitiva brasileira:

Prospero Scardino
 Rosangela Scardino (esposa)
 Pietro Celano (Hotel)
 Elena Celano (esposa)
 Massimo Celano
 Giuseppe Penella
 Mina Penella (esposa)
 Gina Limone
 Rosa Roberti (mãe)
 Constantino Tollis (filho)
 Domenico Gentile
 Francisco Celano
 Ascenzo Ascane (cachaça)
 Vincenzo Ascane (pai)
 Michele Caminite
 Michele Cantissani
 Bonifacio Ianibelli
 Mauro Martorano (prefeito Sindaco)
 Franco Belcito
 Dom Egidio
 Stella (Domestica Cameriere)
 Cast. Inferiore

Roberto Giordano (prefeito/síndico)
 Monica Socorso (vice-prefeita
 Massimo Lopato (esposo e secretário
 de cultura)

Antonietta Gioea (Cast. Superiore)
 Roberto Carlos Scardino
 Justo Marcondi
 Via Stresa, nº 16
 20.125, Milano, MI Itália

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.*

Relator revisor: Senador César Borges (Sobrestando a pauta a partir de: 3.11.2007) Prazo final (prorrogado): 26.2.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 37, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que *institui o*

Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante (Sobrestando a pauta a partir de: 4.11.2007) Prazo final (prorrogado): 27.2.2008

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 -art.336,II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, e apresentando a Emenda nº 7-CAE.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007 -art.336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 -Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.*

Parecer nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art.*

66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob n°s 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1° pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; -2° pronunciamento (sobre a Emenda n° 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda n° 2-CCJ, de redação.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 50, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob n° 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 58, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob n° 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com

a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Silhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 94, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demostenes Torres, que *altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob n° 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 5, DE 2005

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob n° 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), que oferece. Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario> Informações: Subsecretaria de Informações -3311-3325/3572/7279

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 60, DE 2005

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição n° 22, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação*

dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2001

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 -CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Dispo-*

sições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. (CPMF)

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Álvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 850, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.*

Pareceres sob nºs 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

18**REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.*

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduard Azeredo.

19**REQUERIMENTO Nº 1213, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue -Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) -que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.*

20**REQUERIMENTO Nº 1214, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos*

Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas -OMA.

21**REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, que *requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.*

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado.

EXTRAPAUTA**1****REQUERIMENTO Nº 1.146, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1146, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

2**REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1157, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, que *solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

3**REQUERIMENTO Nº 1.256, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1256, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei*

do Senado nº 151, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

4

REQUERIMENTO Nº 1.257, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1257, de 2007, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

5

REQUERIMENTO Nº 1.260, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1260, de 2007, do Senador Neuto De Conto, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2004, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

6

REQUERIMENTO Nº 1.261, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1261, de 2007, do Senador Neuto De Conto, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario> Informações: Subsecretaria de Informações -3311-3325/3572/7279

7

REQUERIMENTO Nº 1.262, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1262, de 2007, do Senador Neuto De Conto, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

8

REQUERIMENTO Nº 1.263, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1263, de 2007, do Senador Neuto De Conto, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de

distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

9

REQUERIMENTO Nº 1.264, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1264, de 2007, do Senador Neuto De Conto, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

10

REQUERIMENTO Nº 1.265, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1265, de 2007, do Senador Neuto De Conto, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

11

REQUERIMENTO Nº 1.266, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1266, de 2007, do Senador Neuto De Conto, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario> Informações: Subsecretaria de Informações -3311-3325/3572/7279

12

REQUERIMENTO Nº 1.267, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1267, de 2007, do Senador Neuto De Conto, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

13

REQUERIMENTO Nº 1.287, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1287, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 584, de 2007, além da

Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

14

REQUERIMENTO Nº 1.288, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1288, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2003; 151 e 531, de 2007 e 531; com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005; por regularem a mesma matéria.*

15

REQUERIMENTO Nº 1.295, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1295, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

16

REQUERIMENTO Nº 1.296, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1296, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

17

REQUERIMENTO Nº 1.297, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1297, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.298, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1298, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição,*

seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

19

REQUERIMENTO Nº 1.315, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1315, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25, de 2003; com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005; por regularem a mesma matéria.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.317, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1317, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 e o Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2003, por regularem a mesma matéria.*

21

REQUERIMENTO Nº 1.318, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1318, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 576, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

22

REQUERIMENTO Nº 1.333, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1333, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

Ata da 214ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Edison Lobão, Romeu Tuma e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/11/2007 07:22:43 até 22/11/2007 20:00:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
EM	DF	ADELMIR SANTANA	X		Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
loco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESHARENKO	X	
SDB	PR	ALVARO DIAS	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
EM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
loco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
loco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
SDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
DT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
loco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X						
EM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
MDB	MA	EDISON LOBÃO	X						
SDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
loco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
EM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
EM	MG	ELISEU RESENDE	X						
loco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
loco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	X						
loco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
SDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
loco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
MDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
MDB	ES	GERSON CAMATA	X						
MDB	AP	GILVAM BORGES	X						
loco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
EM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
loco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
MDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
EM	MT	JAYMÉ CAMPOS	X						
DT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
DT	BA	JOÃO DURVAL	X						
loco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
EM	MT	JONAS PINHEIRO	X						
EM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
MDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
MDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
EM	TO	KÁTIA ABREU	X						
MDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	X						
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
loco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
MDB	PI	MÃO SANTA	X						
EM	PE	MARCO MACIEL	X						
SDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
EM	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES	X						
SDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
SDB	MS	MARISA SERRANO	X						
loco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
MDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
DT	PR	OSMAR DIAS	X						
SDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
DT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X						
MDB	RJ	PAULO DÚQUE	X						
loco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
MDB	RS	PEDRO SIMON	X						
EM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
loco-PSB	ES	RÊNATO CASAGRANDE	X						
MDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
loco-PTB	SP	ROMÉU TUMA	X						
MDB	MA	ROSEANA SARNEY	X						
SDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						

Compareceram: 67 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Sras. e Srs. Senadores:

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Pela ordem, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, em sendo possível, me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito para a segunda etapa desta sessão, já que a primeira é sessão especial.

Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, gostaria de pedir a minha inscrição para uma comunicação logo que possível regimentalmente.

Ao mesmo tempo, quero saudar a todos os membros representantes da Igreja Mórmon. Quero até dizer que fui convidado para, amanhã, às 16h30min, fazer uma visita na Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, cujos dirigentes e representantes aqui se encontram. Eu quero saudar a presença do filho do fundador da Igreja Mórmon, em Utah, nos Estados Unidos, que aqui está presente, e saudar o Senador Edison Lobão que tomou a iniciativa de fazer esta homenagem, apoiado pelo Deputado Moroni Torgan, que aqui também comparece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a, Senador Mão Santa, fica inscrito em terceiro lugar para a comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O tempo reservado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão será destinado a celebrar os oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah, nos termos do **Requerimento nº 1.103, de 2007**, do Senador Edison Lobão e outros Senhores Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Convido para compor a Mesa o Sr. Ronaldo Costa, autoridade da área da Igreja Mórmon, representante da Presidência da Área Brasileira; o Sr. Murad Karabachian, Presidente da Câmara Brasileira de Comércio

de Utah; o Sr. Clovis Lemes, representante do Estado de Utah; o ex-Deputado Federal Moroni Torgan; o Exm^o Sr. Edison Lobão, autor do requerimento subscrito também por outros Senadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecendo a presença de todos os visitantes ao plenário do Senado Federal, fato que muito nos honra, convidamos para fazer uso da palavra o autor do requerimento, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. convidados, minhas senhoras e meus senhores, com requerimento de minha autoria, tenho a honra de homenagear, no dia de hoje, nesta Sessão Especial do Senado da República, os oitenta anos do início da pregação Mórmon no Brasil. É uma das Igrejas que mais crescem no mundo, e já ocupa lugar de destaque em todo o território brasileiro, para nossa honra e para nossa alegria. Apenas para termos uma breve idéia da sua grandeza, segundo estimativas divulgadas por vários meios de comunicação, unicamente nas regiões do Paraná e Santa Catarina, existem hoje cerca de oitocentos mil seguidores dessa Igreja de Cristo.

Os mórmons já se tornaram figuras comuns na vida social brasileira. Quase sempre são vistos no meio da multidão, nos lugares mais longínquos de nossa imensa hinterlândia, nas ruelas dos minúsculos vilarejos empobrecidos do Nordeste brasileiro, nas feiras populares das pequenas e médias cidades, nas ruas, nas praças, nos parques e nas avenidas das grandes metrópoles.

Eles são inconfundíveis porque normalmente são jovens, andam quase sempre em dupla, são simpáticos, pacíficos e bem-educados.

Em verdade, o contingente de missionários dedicados é a espinha dorsal da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, seu nome oficial, organizada em 06 de abril de 1830, em Fayette, Nova York, sob a orientação do jovem missionário Joseph Smith, primeiro Profeta e Presidente da Igreja, nascido no dia 23 de dezembro de 1805, em Sharon, Vermont, nos Estados Unidos.

Quando foi reorganizada, a Igreja tinha apenas seis membros batizados, incluindo os líderes, e mais uns vinte simpatizantes. A primeira reunião oficial ocorreu em um modesto barraco de madeira no quintal de uma casa de família, na localidade de Finger Lakes, na região norte do Estado de Nova York, nos Estados Unidos. A partir daqueles seis membros, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias iria se tornar uma respeitável organização religiosa mundial.

Ela não foi diferente, Senador Mão Santa, da Igreja diretamente formada por Jesus Cristo, que nomeou como seu representante Pedro e ao qual determinou: “Pedro, tu és rocha e sobre esta rocha edificarás a minha Igreja”. E Pedro começou com uma igreja modesta, chamada Igreja do Caminho. Não era a Igreja Católica de hoje, não era o Cristianismo.

Eu ainda hoje comentava esse episódio com alguns mórmons no meu gabinete. Tempos depois, já com Saulo convertido a Paulo e com Lucas se aproximando da Igreja do Caminho, Lucas deu uma opinião. Achava que a Igreja deveria chamar-se Cristianismo, que a idéia de Jesus deveria chamar-se Cristianismo e não Igreja do Caminho e foi aí que começou de fato a primeira Igreja de Jesus Cristo.

Essa Igreja que nós hoje estamos homenageando cresceu nos Estados Unidos para, logo em seguida, atravessar as suas fronteiras e se expandir por todo o mundo. Hoje está presente em mais de 200 países e territórios. De todas as nações associadas à Organização das Nações Unidas, a Igreja está presente em 135, representando mais de 70% dos países filiados. Mais de 60 mil missionários – Que homens extraordinários! – estão espalhados por todas as latitudes do globo terrestre! A Igreja tem mais de 11 milhões de membros e não pára nunca de crescer. A maior área de crescimento fora dos Estados Unidos é a América Latina. Neste continente o Brasil e o México lideram as taxas de aumento de fiéis. O mesmo dinamismo acontece no Chile, no Peru, na Argentina e na Guatemala. Por outro lado, as maiores concentrações de mórmons estão nos Estados Unidos, em toda Europa, no Canadá, na América Latina, na África e na Escandinávia.

Alguns meses após a sua organização, a ira e a inveja dos intolerantes forçaram a igreja a mudar-se. Vejam como a história religiosa se repete. Houve intolerância com Cristo e a sua igreja; os seus apóstolos. Intolerância com os mórmons também. Perseguidos, Joseph Smith e seus seguidores estabeleceram uma nova sede em Kirtland, no Estado de Ohio, onde o primeiro templo foi construído, em 1836. Apesar da mudança, a perseguição não cessou e os membros da igreja se dirigiram ainda mais a oeste, para a região do Missouri e mais tarde para o Illinois, onde, em 1839, a igreja fundou a próspera comunidade de Nauvoo, que abrigava mais de 11 mil habitantes. Na época, era a maior cidade de Illinois.

Quanto maior era a perseguição, mais temperados na luta os missionários se demonstravam. Desígnios de Deus; nem mais e nem menos do que isso.

Nessa comunidade de Illinois, os negócios cresceram. As fazendas que foram abertas se tornaram prósperas. A paz se instalou e um grande templo foi

construído. Todavia, a felicidade deles não duraria para sempre e, mais uma vez, a violência e a perseguição contra o direito de livre manifestação religiosa estava presente. As colheitas foram queimadas, animais foram mortos, lares foram destruídos, o templo foi profanado e, como se não bastasse tanto ódio, o profeta Joseph Smith, juntamente com seu irmão, foram covardemente assassinados, em 27 de junho de 1844.

Porém, a sucessão veio a tempo: o apóstolo Young, que presidiu o Quórum dos Doze Apóstolos, foi escolhido para seguir o caminho traçado por Joseph Smith, como presidente da igreja. Outra vez pressionados pela coação, foram obrigados a atravessar o rio Mississippi, em busca de maior segurança e de uma vida, pelo menos, um pouco mais tranqüila. Finalmente, em 24 de julho de 1847, a primeira caravana de pioneiros, composta de 148 homens, mulheres e crianças, chegou ao Vale do Grande Lago Salgado, no Estado de Utah. Nos anos seguintes, milhares de simpatizantes vindos de inúmeras regiões dos Estados Unidos se instalaram no lugar e transformaram, em pouco tempo, aquela vastidão desértica em um vale verde com árvores, casas, fazendas, escolas e hospitais. Que gente benfazeja! Que gente operosa! Que gente religiosa! Que gente resistente a todos os sofrimentos!

Quatro anos após a chegada no Vale do Lago Salgado, os mórmons já estavam construindo povoados em todo o Oeste americano. A título de exemplo, fundaram vilas e cidades no Arizona, no Sul do Canadá, na Califórnia, em Idaho, no Novo México, no Norte do México, e no Wyoming. Por volta de 1857, e já haviam fundado 135 comunidades, com uma população de mais de 75 mil pessoas. Em 1887, as colônias equivaliam a uma área de 2.200 Km, do Canadá ao México.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse no início desse pronunciamento, os primeiros missionários mórmons iniciaram seus trabalhos no Brasil há oitenta anos, quase um século. Suas pregações começaram em Santa Catarina, em uma colônia agrícola alemã situada na localidade de Opimo. O ponto de referência foi uma família alemã, que havia adotado a igreja antes de emigrar para o Brasil, em 1923. Um ano após o primeiro contato com os germânicos, diversos missionários desembarcaram no Brasil, principalmente na região de Santa Catarina. É importante salientar que a dificuldade de conhecimento da Língua Portuguesa foi um grande obstáculo ao desenvolvimento do trabalho inicial dos pregadores mórmons.

Mesmo assim, com o passar do tempo, as barreiras lingüísticas foram sendo superadas e a missão mórmon começou a ganhar terreno em nosso País.

Em 1935, foi criada a missão São Paulo Brasil. Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, o trabalho foi interrompido e os missionários voltaram para os Estados Unidos. Somente em 1948, com o fim do conflito, a igreja retornou ao País. Hoje, o seu crescimento é vertiginoso em todo o território nacional.

No Brasil inteiro, existem mais de setecentas capelas e outras cem estão em construção. São templos divinos. Em São Paulo, Recife, Campinas e Porto Alegre, já funcionam e ministram seus ensinamentos. Em construção, as de Curitiba e Manaus. A igreja possui centenas de milhares de fiéis no Brasil, e esse número cresce a cada ano.

Seu clero não é profissional nem pago, o que é admirável. As atividades eclesásticas são ministradas por membros da sociedade que doam parte de seu tempo para servir à igreja, sem dela nada cobrar jamais. Assim, velhos, jovens, crianças, homens, mulheres, estudantes, empresários, intelectuais, profissionais liberais, homens públicos, lideranças comunitárias e qualquer pessoa, todos podem participar, como lideranças da igreja e todas as suas atividades.

É a partir da sede, situada na cidade de Lago Salgado, Salt Lake City, que milhares de congregações em todo o mundo são supervisionadas. Dessa maneira, em qualquer país, os escritórios existentes estão em contato permanente com o centro de supervisão, de onde recebem orientação. Em Lago Salgado estão situados os escritórios das autoridades gerais, que são dirigidas pelo presidente da Igreja, considerado um profeta de Deus. A Primeira Presidência compreende o Presidente e seus dois conselheiros – é uma estrutura algo parecida com a da Igreja Católica. Abaixo da Primeira Presidência, a maior autoridade é o Quórum dos Doze Apóstolos.

Nobres Srs. Senadores, para a Igreja Mórmon, a unidade familiar é a base principal do equilíbrio social, da harmonia e da felicidade. Eu nunca tive dúvida de que a família é a principal instituição da humanidade. Assim pensa por igual a Igreja dos Mórmons. Os seus pregadores ensinam que o casamento é sagrado, os seus ensinamentos religiosos têm o poder de fortalecer a estrutura familiar e de engrandecer o lar, porque baseados na paz e na esperança. Para solidificar seus laços, a Igreja incentiva o estudo do Evangelho e destina às famílias a maioria de suas atividades.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite, Ex^a?

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Senador Camata, com todo o prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Edison Lobão, inicialmente, quero me congratular com V. Ex^a pela iniciativa desta sessão em homenagem

aos 80 anos da chegada dos primeiros missionários mórmons ao Brasil. No Espírito Santo, participei com alguma coisa da história dos Mórmons no meu Estado. Eu era dos *Diários Associados*, como V. Ex^a foi também jornalista dos *Diários Associados*, e trabalhava na TV Vitória, quando chegaram os dois primeiros Élders – porque eles usavam uma camisa branca, uma gravata preta e uma calça preta. Eu os entrevistei por várias vezes na televisão perguntando qual era o objetivo. Eles eram norte-americanos, mas falavam português com pouco sotaque, pois foram treinados para chegar lá. Candidatei-me a Vereador na época e andava favela, morro, classe média, loja, botequim e, em todos os lugares, me encontrava com eles. Esses dois missionários que lá estavam eram onipresentes. Vários amigos meus foram convertidos à Igreja Mórmon. O primeiro templo foi feito no bairro de Maruípe, até num lote de um amigo meu que era fotógrafo do jornal, que se converteu. Hoje há vários templos Mórmons por todo o Estado do Espírito Santo. Entrei um pouco, como Pilatos no Credo, na história do desenvolvimento da Igreja Mórmon no Espírito Santo. Depois, tive um episódio interessante na minha vida sobre os Mórmons. Eu era convidado pelo Departamento de Estado Norte-Americano, quando ainda era Deputado Federal, e fizemos um voo com direção a Washington. Era um dia de domingo e, antigamente, no avião, serviam uma refeição quente – não era como hoje, que é um sanduíche ou uma barra de cereal. Quando fui servido, pedi um vinho. A um certo momento do voo, a aeromoça colocou um copo enorme de papelão em cima, dizendo assim: “Não beba por enquanto”. E eu perguntei, depois, a ela por que não podia beber. Ela me disse: “O avião está sobrevoando o Estado de Utah, onde, aos domingos, é proibido beber bebida alcoólica em público. Quando eu tirar o copo, depois de atravessarmos o Estado de Utah, o senhor pode continuar bebendo vinho”. E eu disse: “Mas tem algum perigo”? Ela disse: “Não tem tanto, mas, se alguma autoridade de lá embarcar um fiscal, o senhor desce e fica seis meses na cadeia lá”. De modo que há obediência à lei, mesmo passando por cima do Estado. Hoje sei como a Igreja Mórmon tem a história de todas as famílias do mundo arquivada, guardada, microfilmada, digitada. Se, no tempo de Adão e Eva, já existissem os mórmons, a história da humanidade estaria toda na nossa mão. Fui dono de uma das primeiras bíblias de Joseph Smith, que me deram um dia quando eu estava entrevistando esse missionários. Quero que esse fato registrado pelo Senado seja um fato cívico para o Brasil pelo desenvolvimento da igreja e pelo bem que ela tem feito aos brasileiros.

Cumprimento V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Senador Gerson Camata, V. Ex^a faz um depoimento de natureza prática e objetiva. Muito interessante. Menciona o episódio do seu vôo aos Estados Unidos, passando por sobre o Estado de Utah. Realmente, os mórmons não bebem, não aconselham e até proíbem. Creio que existe aí a minha única discordância com os Mórmons, creio que existe aí a minha única discordância com os mórmons, porque Jesus Cristo tomava o seu vinho; os apóstolos todos tomavam vinho. É claro que, àquela época, havia um outro sentido no vinho, pois a água não era tratada, era poluída, gerando, de modo geral, problemas de toda natureza, e o vinho era puro. Não se tomava, portanto, o vinho com o sentido da embriaguez, mas com um sentido medicinal, que fosse. Mas os mórmons, hoje, adotam esse princípio. Não acho que façam mal, porque o vinho tomou outro sentido hoje. As pessoas buscam a bebida por outras razões; deletérias todas, ou quase todas.

Estive em Utah, Senador Gerson Camata, a convite dos mórmons, até recentemente – soube até que o nosso Presidente, Senador Alvaro Dias, também irá lá. Que gente admirável! Visitei os templos, quase todos, participei de alguns momentos e me convenci, cada vez mais, que tenho uma frustração na vida: a de não ter sido um pregador evangélico, ou um pregador dos mórmons, ou até da Igreja Católica. Quanto eu desejava isso! Se bem que se, um dia, eu sair daqui e não tiver outra ocupação, se me aceitarem, vou tentar encaminhar-me por aí.

Vejo a luta dos mórmons. Ela se difere da luta dos apóstolos de Cristo apenas numa coisa – no mundo moderno, as comunicações estão facilitadas. Os transportes existem; naquela época, não. Mas a obstinação, a dedicação que eles hoje incluem na sua religião é a mesma dos tempos de Cristo.

São Paulo, depois de visitar inúmeras cidades da Galiléia, da Ásia, da Europa, fundando igrejas de Cristo, começou a receber, em Antióquia, cartas desesperadas de igrejas que ele havia deixado funcionando e que já então entravam em dificuldades, porque não poderiam continuar. E ele não sabia o que fazer, até com a dificuldade do transporte, como acudir a todas aquelas igrejas espalhadas por todo o território. E aí houve a inspiração de Cristo: escrever as epístolas; escrever cartas às igrejas com palavras de estímulo. São as famosas Epístolas de São Paulo, que a dificuldade de locomoção gerou. A história da Igreja é uma história fascinante, toda ela.

Vejo aqui o oficial-general que representa o Exército nesta solenidade. Ali, o Senador Tuma, que esteve na Polícia Federal por muitos anos; o Deputado Moroni Torgan, que também militou na segurança.

Eu hoje digo, sem nenhum receio de equívoco: as igrejas de Cristo promovem mais segurança no mundo, combatem mais a violência do que o aparelho policial de Estado. À medida que as igrejas atraem para o seu seio, para a sua intimidade, as pessoas estão seguramente sendo retiradas do vício da droga, da violência e de tudo o mais.

Daí o meu encantamento cada vez maior com as igrejas e com a palavra de Jesus, cujo nome para sempre seja louvado.

Prossigo, Sr. Presidente, e já vou concluir.

Uma ampla programação dirigida às famílias é organizada com frequência por eles. Semanalmente, nos lares, em seus templos e em outros lugares de oração, são organizadas noite familiares. Os “mestres familiares” assim são chamados e aproveitam a ocasião para levar mensagem de fé, de inspiração religiosa, de orientação e de boa vontade às famílias necessitadas. A *Bíblia Sagrada*, o Livro dos livros, o *Velho e Novo Testamento*, o *Livro de Mórmon*, os *Escritos de Doutrinas e Convênios*, *Presidentes da Igreja* e *Pérola de Grande Valor* não deixam de ser consultados durante esse trabalho paciente de orientação, unificação e evangelização. O batismo é também uma forma de manutenção da família e um dos acontecimentos mais importantes.

Quando falta a religiosidade degrada-se, em geral, a família. Degradada a família, é o descaminho.

Srs. Senadores, os mórmons já conquistaram o Brasil porque o nosso País está entre os maiores seguidores da religião. Segundo estimativas feitas por estudiosos em ciência da religião, em menos de 30 anos, um em cada 20 americanos será mórmon; o mundo deverá ter mais de 50 milhões de seguidores e existirá, pelo menos, uma congregação em cada país do planeta.

No livro ainda não traduzido no Brasil, *A Religião Americana* – é o título do livro –, o autor, Harold Bloom, Professor da Universidade de Yale, afirma que os mórmons trabalham duro e sofreram todo tipo de perseguição para construir o seu formidável patrimônio religioso. Portanto, patrimônio de Cristo. O dia-a-dia de um mórmon é rigoroso, o que torna a religião elogiada por muitos. Eles são disciplinados, cumprem uma programação rigorosa, assumem compromissos e os realizam, têm comportamento reservado e são honestos. Assim, em tempos de violência e de dificuldade em organizar a vida, muitos vêem a conduta mórmon como uma orientação e um exemplo a ser seguido.

Não é por acaso que, entre 2001 e 2006, no Brasil, o número de aderentes à religião cresceu mais de 460%. De acordo com a última pesquisa sobre o trânsito de fiéis, realizada pelo Centro de Estatística

Religiosa em Investigações Sociais, do Estado de São Paulo, enquanto o crescimento mórmon no País aconteceu de maneira explosiva nos últimos cinco anos, o percentual de católicos – e eu sou católico – caiu de 74% para 67% no mesmo período.

Lamento muito que tenha acontecido isso.

Ainda bem que o católico, nessa estatística, não deixou de ser religioso; houve uma transferência, um trânsito de uma igreja para outra.

Gostaria de finalizar minhas palavras dizendo que, neste início de século, vivemos em um País onde está sendo travada uma importante disputa religiosa. Todavia, diferentemente do que está acontecendo em diversos lugares do mundo, aqui essa competição por maiores espaços religiosos acontece de forma pacífica e democrática. Felizmente, não temos agressões pessoais ou trocas freqüentes de insultos nessa luta para arrebanhar o maior número possível de praticantes. Na verdade, no que diz respeito a esse aspecto, o Brasil é um País tolerante, e essa capacidade de aceitar as diferenças faz parte de nossa formação e do nosso espírito democrático.

Dessa forma, louvo o comportamento correto dos pregadores mórmons em nosso País, que começaram a levar a sua palavra religiosa há 80 anos. Hoje, a igreja reúne milhares de praticantes em todo o território nacional, pessoas de todas as raças e de todas as crenças que batem todos os dias às portas dos templos mórmons em busca de abrigo espiritual. O cidadão desavindo espiritualmente está, automaticamente, desavindo também na sua casa, na sua cidade, no seu bairro, no seu país.

Enfim, não podemos deixar de considerar que a presença permanente de Deus é incontestável no imaginário coletivo e na vida cotidiana de todas as classes sociais.

Parabéns aos representantes da Igreja Mórmon pelo incansável trabalho religioso que realizaram até agora em nosso País. Agradeço por terem vindo até aqui ouvir nossas modestas palavras e receber as homenagens do Senado da República do Brasil.

Senhoras e senhores, na viagem que fiz a Utah, num determinado momento, fui convidado a comparecer a uma solenidade em que se homenageava um dos primeiros missionários americanos no Brasil. Ele foi para o Rio de Janeiro, ele e a mulher dele, recém-casados, não falavam o idioma, não tinham recursos financeiros e o sofrimento era atroz. Eles foram, aos poucos, se adaptando, mas antes começaram a pensar que sua missão iria fracassar. Oravam diariamente para que aquilo não acontecesse, para que Deus lhes desse forças para levar adiante a palavra de Cristo. Anos depois, já perfeitamente adaptados e prestando um

bom serviço à causa de Deus, eles voltaram para os Estados Unidos, já então numa situação melhor, onde se tornaram empresários e prosseguiram a serviço da mesma causa: a causa da palavra divina.

Sobre esse casal foi feito um filme por um brasileiro, que se encontra aqui no plenário do Senado, ao qual eu assisti. Será exibido daqui a pouco, às 15 horas – e convido a todos que puderem comparecer –, na Sala nº 2 das Comissões Técnicas do Senado.

Eu assisti àquele filme com lágrimas nos olhos. Que exemplo admirável de sofrimento, de dedicação! Somente a palavra divina é capaz de mobilizar tanta gente, tanto esforço e tanto sofrimento sem nenhuma remuneração, sem nenhum benefício à vista que não seja a compensação espiritual, divina, no futuro.

Como é mágica a palavra de Deus! Como ela é catalisadora! Como ela é inebriante! Como ela é convincente! Como ela é mobilizadora de consciências e de mentalidades! Aquele que se detém, um minuto que seja, na leitura da Bíblia que se encontra nos hotéis, por exemplo, não vai para o descaminho; segue as instituições divinas.

Não quero prosseguir por mais tempo, embora desejasse, porque até já estou ansioso para ouvir a palavra do Senador Alvaro Dias, que aqui também vai falar sobre esta mesma matéria. Mas quero dizer que esta homenagem que o Senado da República do Brasil presta aos mórmons pelos seus 80 anos em nosso País é justa! É justa, porque todos eles estão a serviço da melhor consciência brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nossos cumprimentos ao Senador Edison Lobão pelo pronunciamento. E convidamos S. Ex^a para presidir a sessão, já que é o principal responsável por este evento.

Com satisfação, passo a Presidência ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Dando prosseguimento a nossa sessão, convido o Senador Alvaro Dias a usar da palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, autoridades que compõem a Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres visitantes que nos honram com sua presença no plenário do Senado Federal, meu discurso seria agora perfeitamente dispensável depois do longo, mas brilhante, pronunciamento do Senador Edison Lobão, que reper-

cutiu os sentimentos do Senado Federal em relação a essa extraordinária contribuição que oferecem ao Brasil, ao longo de 80 anos, os mórmons que para cá vieram e continuam a contribuir com o desenvolvimento econômico, social e cultural do nosso País.

De qualquer forma, também quero deixar registrado, em breve pronunciamento, o meu sentimento de alegria em poder prestar esta homenagem e, conjuntamente, celebrarmos os 80 anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos, especialmente de Utah. O trabalho de proselitismo, iniciado originalmente no século passado, numa colônia agrícola situada na cidade de Ipoméia, em Santa Catarina, expandiu-se e hoje é tradução da presença consolidada no Brasil da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

A obra missionária daqueles que aqui chegaram, ainda no século passado, rendeu extraordinários frutos. Hoje, como já disse o Senador Edison Lobão, a Igreja possui quase um milhão de membros em nosso País. São quase duas mil capelas espalhadas por quase todo o território nacional, quatro templos – e o de Curitiba, a ser inaugurado em 2008; e quero ter a satisfação de estar presente no dia da inauguração –, 27 missões e 284 Centros de História da Família. São quase 13 milhões de membros espalhados pelo planeta e 53 mil missionários realizando um trabalho diário de assistência de caráter voluntário e não remunerado.

Gostaria de registrar e enaltecer o trabalho de ajuda humanitária prestado pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias em todos os quadrantes do mundo e especialmente no Brasil.

Aproximadamente 163 Países já receberam ajuda humanitária da Igreja em aportes expressivos, tanto em dinheiro quanto em material.

Faço questão de registrar o meritório trabalho social dessa Igreja em nosso País, desenvolvido por intermédio do programa de trabalho voluntário chamado Mãos que Ajudam. Esse programa tem realizado projetos dos mais variados e em escala crescente. O mais recente foi deflagrado em todo o Brasil no último dia 7 de setembro. Foram reformadas 284 escolas públicas com a participação de 60 mil voluntários. Em 2007, igualmente, um grande mutirão promovido sob os auspícios do Programa Mãos que Ajudam realizou a reforma de roupas hospitalares em 290 hospitais públicos de 190 cidades brasileiras e costurou 190 mil peças de roupas, envolvendo milhares de membros e amigos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. A Igreja dos Mórmons no Brasil realiza o exercício da função social na sua plenitude.

O conceito que norteia o referido programa é a permanente ajuda humanitária e serviço comunitário, mobilizando milhares de voluntários de todas as ida-

des, membros da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, no Brasil, estendendo a mão a quem precisa. A sinergia do programa com outras entidades, instituições religiosas, empresas privadas, órgãos governamentais ou organizações assistenciais, levando alento aos menos favorecidos, deve ser destacada como exemplo de doação e altruísmo.

A propósito, considero de suma importância o trabalho voluntário.

Acredito verdadeiramente que cada um trabalhando localizadamente pode efetivamente ajudar sua comunidade. Esse é o exemplo que recolhemos da atividade de solidariedade humana que exerce essa Igreja.

No dia 12 de outubro passado, a Igreja mobilizou mais de 50 mil crianças em todo o País para o trabalho de revitalização de 320 praças e parques públicos. São ações de voluntariado dessa natureza, orquestradas pelos integrantes e amigos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que deveriam ser disseminadas por todo o País.

Só isso, Senador Edison Lobão, justifica esta homenagem que o Senado Federal presta nesta tarde por iniciativa de V. Ex^a.

No rol de ajuda humanitária e trabalho voluntário prestado pela Igreja no Brasil devem ser mencionados ainda os programas de doação de sangue, limpeza e reforma de asilos, ajuda à terceira idade, cuidado com as nossas cidades e doação de kits para bebês internados em maternidades públicas. Uma presença missionária proativa de apostolado, mas que não ignora a realidade social e econômica que a cerca. Precisamos louvar essa atuação em prol das camadas mais necessitadas da população. Precisamos enaltecer essa visão estratégica do que é social e humano.

A preocupação do trabalho missionário da igreja cujo foco é a família como uma das maiores fontes de felicidade nos parece extremamente salutar.

A propósito, o Deputado Moroni Torgan, há pouco, lembrava-me de uma frase que resume bem o pensamento da Igreja com relação à família. É de David O. McKay: “Nenhum sucesso na vida compensa o fracasso no lar”.

Partindo da premissa de que a família, como instituição e célula *mater* da sociedade, enfrenta um processo de desintegração no mundo inteiro, sua ação missionária procura priorizar os laços familiares e contribuir para edificar um relacionamento baseado na harmonia e no amor fraterno.

A obra missionária cresceu consideravelmente desde a chegada dos primeiros missionários norte-americanos de Utah. As atividades eclesiais da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias

se expandiram graças ao esforço coletivo de membros que doam parte de seu tempo para servir a Igreja. São empresários, profissionais liberais e operários dos mais variados campos de atividades, que participam e integram a liderança da Igreja sem receber remuneração, os responsáveis por um trabalho de natureza religiosa cuja missão transcendeu a vertente doutrinária.

Parabéns pelos 80 anos da chegada desses missionários ao Brasil, responsáveis por uma obra digna de louvor. Estão nos ajudando a construir uma grande Nação.

Muito obrigado e que Deus lhes pague por essa obra que enaltece a figura do ser humano, especialmente em tempos difíceis como esses que vivemos, complexos e contraditórios, que colocam em xeque, inclusive, a crença de milhares de brasileiros e milhares de pessoas em todo o mundo.

Parabéns pelos 80 anos da chegada ao Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA)

– Cumprida a finalidade da presente sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seu comparecimento, agradeço aos membros da Igreja que aqui vieram, aos Srs. Senadores, que também nos deram a alegria de sua presença, e suspendo a sessão por alguns minutos, reiniciando em seguida para os procedimentos normais da sessão.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 14 horas e 59 minutos e reaberta às 15 horas e 03 minutos.)

O Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Está reaberta a sessão. Reiniciamos nossos trabalhos.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu peço a V. Ex^a a palavra, para dizer que, por um equívoco, a sessão foi suspensa sem que os Senadores Mão Santa e Romeu Tuma tivessem podido falar, por culpa minha. Mas peço aos convidados que permaneçam aqui no Senado, se V. Ex^a permitir, que é a sugestão dos dois oradores, que querem dar uma palavra ainda com a presença deles.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu creio que não há nenhum óbice regimental. Poderá haver, sim, a continuidade da Hora do Expediente.

Eu concedo a palavra, de início, ao Senador Romeu Tuma e, em seguida, ao Senador Mão Santa. Eu

peço ao Senador Edison Lobão que volte a presidir os trabalhos.

O Senador Marconi Perillo é o primeiro orador inscrito. Ocorre que o Senador Edison Lobão pediu, pela ordem, a continuidade da Hora do Expediente, uma vez que os dois oradores estavam inscritos para se pronunciar e não tiveram a oportunidade. Mas, em seguida ao Senador Romeu Tuma, poderá falar o Senador Marconi Perillo e, posteriormente, o Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (Bloco/PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados para a homenagem dos oitenta anos de chegada dos missionários de Utah, eu estava conversando com o Moroni e outro membro da Mesa, perguntando sobre alguns fatos ligados à Igreja Mórmon. Moroni me apresentou alguns dados históricos. É claro que não podemos falar de improviso sobre aquilo que diz respeito à história de qualquer segmento religioso com a força que tem os mórmons.

Eu disse ao Moroni que há algo que sempre me encanta quando chego aos Estados Unidos em missão. Quando saio do aeroporto, a caminho de Manhattan, há uma Igreja Mórmon à direita, linda, que encanta pela visibilidade e parece chegar ao céu. Suas torres apontam para o céu. Sempre peço a quem nos leva à cidade que pare um pouco, pelo menos, para fazer uma oração.

A família é sagrada. Se Cristo quis nascer dentro de uma família, nada é melhor que o exemplo do que é a família para nós. Vi o Senador Edison Lobão fazer seu discurso com uma profundidade que muito pregador mórmon não tem. Desculpem-me pela liberdade. S. Ex^a pesquisou, estudou e tem uma convivência muito grande com a religiosidade. O Senador Alvaro Dias, do Paraná, que presidiu a sessão, também fez sua pesquisa.

Comecei a sentir um arrepio por dentro do organismo quando se falou em família. Quem de nós consegue sobreviver e ter amor ao próximo se não for bem-educado, bem formado dentro de sua família?

Tenho quatro filhos e acho que cada um de nós, como pai, como mãe, tem a dignidade quando sabe educar e orientar seus filhos no seio do amor à família. Essa é a história de qualquer ser humano que realmente consegue prestar serviço ao próximo.

A atividade social que foi descrita nesta tribuna nos traz uma satisfação enorme porque ainda se acredita em Deus, em Jesus e que o próximo é a nossa vida. Temos um compromisso com Deus, com Jesus. Quando passamos por momentos difíceis em nossa

vida, lembramos que Ele está lá e assinamos um compromisso espiritual de fé. Cada minuto que Ele consiga nos dar a mais de vida tem de ser utilizado para servir ao próximo. E é isso que os mórmons têm feito, provavelmente desde a primeira idade.

Há mais de 15 anos, convivo com o Deputado Moroni Torgan e, perto dele, sinto um alívio espiritual enorme, pela conduta, pela ética com que ele se reproduz e com o amor com que ele fala de sua família. Tenho um amor profundo, estou casado há 48 anos. Tenho quatro filhos, nove netos e uma bisneta. A coisa mais alegre para mim é quando todos estamos juntos. Minha mulher larga tudo porque ela acha que a família unida, sem dúvida, traz as bênçãos de Deus na mesma hora.

Desculpem-me pela emoção, provavelmente seja esse espírito vindo do céu, que nos alimenta a alma e que faz com que consigamos viver mais um pouco na busca da felicidade do próximo. Nós não podemos ser egoístas na busca dos nossos objetivos individuais e sim daqueles que possam somar para servir ao próximo. Isso eu aprendi com as palavras do Senador Edison Lobão e Alvaro Dias, durante o pronunciamento que aqui fizeram, repercutindo esses 80 anos de presença dos mórmons em território brasileiro.

Disse-me o Moroni que, em São Paulo, há cerca de 400 mil mórmons, o que dá um exemplo claro das virtudes das pregações que são feitas para atrair a sociedade em razão da linha de conduta.

Engraçado como são as coincidências, porque eu não sabia, Moroni, desta homenagem. Peço desculpas por não me ter preparado direito. Mas escrevi um discurso para falar hoje sobre os caminhos que foram percorridos por Abraão por todos os caminhos do Oriente, onde o maior conflito religioso e de violência está hoje a predominar naquela região. E provam esses caminhos que todos são filhos de Deus, portanto, a paz depende do coração de cada um de nós. E a repetição desse caminho provavelmente está na pregação dos mórmons, que fazem, dentro da espiritualidade, da busca da história do que passou, para o presente e para o futuro, uma vida melhor para cada um de nós.

Esta ação dos mórmons só merece o nosso respeito, e o registro no Senado, sem dúvida, permanecerá por toda a nossa vida e daqueles que virão.

Moroni, em nome de Deus, agradeço a você por hoje, pois, ao vê-lo na Mesa, vim saber o que estava acontecendo e foi um momento de felicidade.

Que Deus nos abençoe a todos. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. DEM – MA) – Agradecemos as palavras do Senador Romeu Tuma.

Por uma concessão do Senador Marconi Perillo, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Edison Lobão, que preside esta sessão em homenagem aos mórmons, Parlamentares presentes, peço permissão para saudar todos os líderes religiosos na pessoa do Moroni Torgan. E são tantos que eu poderia esquecer alguns, mesmo involuntariamente, o que seria imperdoável.

Brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado. Senador Edison Lobão, Deus escreve certo por linhas tortas. Esta é a única solenidade de homenagem que teve segundo turno, segundo expediente. Deus escreve certo por linhas tortas. V. Exª e todos falaram tão bem; a Casa está representada. Eu já esperava isso, porque recentemente o Senador Edison Lobão, na minha cidade, Parnaíba, foi homenageado por uma emissora que completava 25 anos. No seu pronunciamento, eu detectei a profundidade dos conhecimentos cristãos de Edison Lobão.

Moroni Torgan, eu só não quero que Edison Lobão transfira o título para o Piauí, porque aí ele levaria todos os votos, pela firmeza cristã que ele passou na minha cidade natal.

Mas o mundo está aí, o homem é o homem e suas circunstâncias. Ortega y Gasset. O mundo muda e mudou. Até o Deus que o fez tentou, e ele via maldade e tentava melhorar. Muitas tentativas de luz. Aí resolveu mandar um filho especial, Jesus. Começa aí o ensinamento. Ele, o Deus, não desgarrou o filho especial; Ele botou numa família, Jesus, Maria, José, a Sagrada Família. Este é o grande ensinamento: a família.

Rui Barbosa. Vejam que esta Casa tem 183 anos! Muita confusão. Em uma das grandes confusões, o Edison Lobão fez como Moisés. Atentai bem! Moisés recebeu uma missão e acreditou nela: levar a Igreja de Deus, trazer até hoje, até aqui, até os mórmons. Ele não quis saber se havia Mar Vermelho.

Mas nós estamos aqui justamente inspirados em Moisés. Ele pegou as leis, ensinando-nos o que Deus mandou nos dizer: tem que ler lei. Por isso Rui Barbosa está ali e que ele disse: “Só há um caminho e uma salvação: é a lei e a justiça”. O próprio Deus ensinou. Está aqui: Moisés, leve as leis. Esta é a Casa de leis. Mas, houve hora, Moroni, que Moisés quis desistir; mas, bravo, enfrentou o Mar Vermelho, deserto de faraó, peste, seca, muito pior do que aquelas do Ceará. Quarenta anos! E, de repente, o povo desgarrou. Bezzerro de ouro. Moisés quebra as leis e quis desistir. E ouviu

uma voz: busque os mais velhos e os mais experientes que eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo. Então, Moroni, nasceu essa idéia de Senado, melhorado na Grécia, melhorado em Roma, melhorado na França, na democracia, melhorado na Inglaterra, nos Estados Unidos, dos mórmons, melhorado aqui com Rui Barbosa e conosco.

Edison Lobão, esse negócio de dizer que o Senado... Aqui houve tormenta; houve um Mar Vermelho revoltoso. De repente, Deus o coloca na presidência. Aí, Ele busca um santo, hoje é santo, está no céu, Ramez Tebet. Então, estamos nestas tormentas, mas há esperança.

Há aquele livro, Moroni, *Verdes mares bravios*; V. Ex^a deve ter lido *O Velho e o Mar*, de Ernest Hemingway. “A maior estupidez é perder a esperança”. Não podemos perder a esperança; esta Casa tem de ser a esperança da democracia deste País.

Outro dia, o nosso Presidente Tião foi infeliz, *errare humanum est*, quando disse que aqui não tem estrela. Não tem. Mas há homens de vergonhas, homens compromissados com o povo e com a democracia. Esse é o meu entendimento. Mas por que Rui Barbosa está ali? Por isso. A pátria é a família amplificada! É a família. Estou nesta Casa há quatro anos e dez meses, e vou mostrar o que aprendi aqui.

Cícero, uma vez, no senado dele, mais complicado do que este... Olha que elegeram uma vez um cavalo lá, *incitatus*, Calígula o fez senador. Lá houve facada, e morreu gente no meio do Senado. Então este é um dos melhores senados da história do mundo; nós estamos aqui para isso e vamos provar isso.

Este Senado tem essas dificuldades, mas aprendi aqui. E aqui é para conter os pais da Pátria. O Luiz Inácio, nosso Presidente, querido Presidente, homem generoso, ele tem que entender isto. E aprendi aqui uma coisa, e é velha. Lá, no senado romano, ô Romeu Tuma, Cícero já bradou: “*Pares cum paribus facillime congregantur*”. É, Luiz Inácio, violência atrai violência. Como é atual, não é? Mas aprendi aqui, Luiz Inácio, e V. Ex^a há de aprender conosco. Só tem uma razão do Senado se batermos aqui e podermos ensinar ao Luiz Inácio que “*pares cum paribus facillime congregantur*”. Cícero! Eu aprendi aqui nesses debates.

Aliás, quis Deus estar aí o Magno Malta, que é o que mais fala de violência, que se preocupa, que luta, que brada, que clama, que chora. Mas aprendi aqui e quero trazer isso para o Luiz Inácio. Se não for isso, fecha. Ô Deus, jogue um raio aqui. Para que essa despesa? Eu quero ensinar ao Luiz Inácio. Marisa, não deixe os aloprados nos dois ouvidos do Luiz Inácio. Aloprados. Essa foi a palavra mágica de Luiz Inácio para essa Casa ser clemente. Ele bradou no mar de

corrupção: “Foram os aloprados. Foram os aloprados. Foram os aloprados”. E nós fomos clementes. Acreditamos em nosso Presidente. Foi isso que o salvou. Ele podia receber um *impeachment*. O nosso companheiro Presidente Collor, que hoje é Senador – senta bem aí –, cometeu um pecado venial: um fiatzinho, uma pintura na casa da Dinda. O PC, o Collor nunca o nomeou na prefeitura ou no governo.

Nós atendemos o clamor e fomos tolerantes. Não fizemos o *impeachment*. O povo o absolveu e está aí. Não estamos reclamando. Mas, quanto àqueles da Justiça – bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça – carimbaram – corruptos – os quarenta aloprados. E o que mais botou tinta foi o Procurador-Geral da República nomeado pelo Luiz Inácio.

Essa é a verdade. “Em verdade, em verdade, eu vos digo”... Foi isso, Tuma, que disse o Cristo. Não tem outro caminho a não ser o da verdade. E a CPMF... A CPMF, Luiz Inácio, é mentira. Mentira na sua origem – provisório... provisório é provisório. Luiz Inácio tem que abrir o dicionário. Mentira no seu meio: que vai para a saúde; não vai para saúde. Todo mundo sabe: eu vou fazer 41 anos de médico no dia 16 de dezembro, formado no Ceará, médico de Santa Casa. E é mentira que só branco paga. Usa até preconceito racial para defender.

Então essa Casa é para isso.

Eu aprendi aqui, Edison Lobão. E os mórmons estão aqui, o melhor testemunho. E vou dar dizer por que estou aqui. V. Ex^a me atrai, me lidera, mas um mórmon... E é simples: um quadro vale por dez mil palavras. Nessas reuniões sobre violência, que são inúmeras, nas audiências públicas, chega um e diz: “Bota o Exército, cadeira elétrica, faz um paredão, como Fidel Castro, capa, bota lá... Tem idéia de todo jeito. Cada um dá uma idéia... Eu vi uma idéia de um jornalista, como V. Ex^a. Em uma dessas audiências, ele só disse o seguinte: Luis Inácio,... Vamos todos nós, brasileiros e brasileiras... O problema é nosso. O jornalista disse que freqüentava as favelas, os bairros pobres onde os índices de criminalidade eram maiores e observou o seguinte: onde tinha uma igreja a criminalidade era menor. Então, este País precisa de Deus. Precisa é... Saiam daqui e trabalhem mais! Nós temos muito poucas igrejas Mórmon. Muito poucas! Nós não temos um milhão, ainda! O País já está com 187 milhões! Nós não temos 1%!

E eu quero lhe dizer: meu nome é Francisco. Aquele que mais se aproximou de Cristo e que levou a igreja aos pobres. Quero dizer, então, que sou católico, como Edison Lobão. A vida política nos obrigou a conviver, a entender a grandeza de Lutero, de Calvino, de Smith. Por isso estamos aqui.

(Interrupção no som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço apenas mais um minuto. Em um minuto Jesus criou o Pai-Nosso. São 56 palavras.

Tenho 65 anos de idade. Convivi com muita gente, mas – eu disse outro dia – quem mais me comoveu foi meu motorista Bento, mórmon. Vi a grandeza. Eu vi a firmeza. Eu vi a dignidade.

Agora eu me igualo ao Luiz Inácio. Ele gosta de tomar umas. Eu também tomo. O Edison Lobão confessou que gosta de vinho.

Com todo o respeito, digo que me tranquilizava quando andava pelas estradas esburacadas do Piauí, nas piçarras, cumprindo o meu dever, entregue à responsabilidade, à força cristã, à firmeza e à dignidade do motorista mórmon que eu tinha.

Ó, Deus – como disse Castro Alves em *O Navio Negreiro*: “Onde estás, Deus, que não respondes?” –, vamos multiplicar essa igreja mórmon no meu Brasil. Aí teremos paz, ordem e progresso.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Agradeço ao Senador Mão Santa as palavras alusivas à mesma homenagem. E agradeço a presença de todos que vieram para essa justa homenagem aos mórmons do Brasil e do mundo.

Muito obrigado aos senhores.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria também de prestar a minha homenagem a todos os missionários norte-americanos de Utah que chegaram ao Brasil. Agora completa 80 anos a atividade missionária dos mórmons neste País. A eles, a minha homenagem e a homenagem do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao qual pertencço.

Um grande abraço ao Deputado Moroni Torgan. A todos os que estão presentes a nossa saudação, a nossa homenagem e os nossos sinceros agradecimentos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos me trazem a esta tribuna, na tarde de hoje: o primeiro diz respeito a três requerimentos que estou apresentando, de acordo com o Regimento Interno e a Constituição, convocando para uma assembléia geral, neste plenário, os Exm^{os} Srs. Ministros de Estado de Minas e Energia, do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, bem como o Sr. Presidente da Petrobras, para, em audiência pública, ou em assembléia geral, neste plenário, prestarem esclarecimentos a nós, Senadores, sobre a descoberta

do Campo Petrolífero de Tupi, na Bacia de Santos, e o impacto dessa descoberta no potencial energético do Brasil. Aliás, essa pesquisa se iniciou muitos anos atrás.

Os jornais de grande circulação no País noticiaram com destaque a descoberta de uma grande reserva de petróleo e gás na Bacia de Santos, descoberta essa que teria o potencial de transformar o Brasil em um fornecedor global de energia. Especula-se que o Campo de Tupi, descoberto pela Petrobras depois de um longo processo de pesquisa abaixo da camada de sal da Bacia de Santos, teria a capacidade de produzir aproximadamente 23 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, o que equivale a 77% dos 30 milhões de metros cúbicos importados hoje da Bolívia.

Todos sabemos, e já debati isso muito na Comissão que presido, a Comissão de Minas e Energia, das dificuldades que o Governo brasileiro, especialmente a Petrobras, tem encontrado para manter os contratos com aquele país.

O campo também disporia de reservas entre cinco e oito bilhões de barris de óleo equivalente, no caso o BOE. Para o Presidente da Petrobras, o pico da produção será muito provavelmente superior a 200 mil barris de petróleo equivalente por dia. Portanto, é inegável a importância da descoberta do campo de petróleo de Tupi na Bacia de Santos.

Entretanto, Sr. Presidente, algumas dúvidas ainda permeiam esse acontecimento. Há graves dúvidas com relação à quantidade das reservas que serão realmente transformadas em provadas. Qual será o custo estimado da extração já que a *commodity* foi encontrada em uma profundidade em que a Petrobras ainda não atua? Como esse gás será levado para o continente, já que está longe, distante 250 quilômetros da costa, e, principalmente, quando começa ou quando começaria a produção de fato?

Editorial do jornal *O Globo*, do último dia 10 de novembro, já chamava a atenção para o seguinte fato:

“O horizonte do caso do petróleo é inevitavelmente de longo prazo, de modo que, em que pese o foguetório oficial, apenas em meados da próxima década é que se poderá contar de fato com a produção dos novos campos, o que, por sua vez, dependerá da montagem de uma complexa infra-estrutura, devido à profundidade e à distância dos poços em relação ao litoral”.

Enfim, Sr. Presidente, são essas dificuldades econômicas, e até mesmo tecnológicas, que motivaram a apresentação desses requerimentos, convocando essas autoridades para que neste plenário possam debater essa jazida.

Assim, o presente requerimento pretende oferecer aos convidados acima citados a oportunidade de

apresentarem seus esclarecimentos sobre a descoberta da área de Tupi na Bacia de Santos.

Sr. Presidente, esse foi o primeiro assunto trazido a este plenário na sessão de hoje.

Trago também à reflexão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores um outro assunto que também tem nos preocupado muito.

Não é de se admirar, Sr. Presidente, que o Presidente Lula defenda o Colega Hugo Chávez e chegue a dizer que há plena liberdade democrática na Venezuela, mesmo diante da possibilidade de se colocar em risco naquele país um dos pilares da democracia republicana: a alternância no poder.

Não é de se admirar que o Governo brasileiro tenha feito muito pouco ou quase nada, salvo as vozes nossas aqui no Senado e em outros setores da sociedade brasileira, para protestar com veemência contra o fechamento de canais de TV na Venezuela.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao ilustre Senador e ex-Governador do Espírito Santo, o Colega Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a. Queria dizer que concordo com V. Ex^a embora não tenha chegado aqui – foi aprovado ontem na Comissão de Justiça da Câmara e ainda vai para o Plenário lá. Esse assunto que V. Ex^a traz ao debate do Senado hoje tem que começar exatamente agora a ser estudado por nós. Eu acredito que não devemos nem aceitar a tramitação desse pedido de ingresso da Venezuela no Mercosul. Chegando aqui, devolve-se e aguarda-se o que vai acontecer na Venezuela depois desse plebiscito do domingo, que está conflitando aquele país; aguarda-se o que vai acontecer, na Venezuela, depois da primeira invasão que o Governo da Venezuela já fez na Guiana e que poderá se agravar muito nos próximos dias; aguarda-se o que vai acontecer, na Venezuela, quando os venezuelanos rejeitarem essa tal reforma da constituição que esse presidente venezuelano colocou ali. Alguns companheiros dizem: “Não! Às favas com os escrúpulos! Não temos nada com a Venezuela. Precisamos vender produtos para aquele país e ganhar dinheiro.” Acredito que ganhar dinheiro à custa do próprio Regimento Interno do Mercosul, que não permite a entrada de países não democráticos, não é o melhor ato cívico que podemos praticar em favor do Brasil, no futuro, e em favor da América Latina. É bom que V. Ex^a traga esse assunto ao debate. Diz o provérbio popular goiano, que V. Ex^a como Governador conhece bem: “Quem tem o olho fundo começa a chorar cedo.” E está na hora de chorar.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Gerson Camata pelo aparte, que certamente muito ilustra essa nossa preocupação

e agrega valor a este modesto pronunciamento. O Senador Gerson Camata é um dos Senadores mais experientes desta Casa e em boa hora coloca essa questão do ingresso da Venezuela no Mercosul. Eu concordo piamente com V. Ex^a e acho que nós temos aqui, Senador Camata, um antídoto para tomar essa providência agora sugerida por V. Ex^a. O Senador Marco Maciel é um Senador absolutamente comprometido com a democracia e com a história recente do País. É o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Creio que estará nas mãos dele, que tem também a estatura de estadista, tendo sido várias vezes Presidente da República em exercício, duas vezes Vice-Presidente da República, no sentido de tomar essa providência e determinar a volta do projeto imediatamente à Câmara. Acho que, em fazendo isso, ele estará dando uma lição ao ditador vizinho em relação aos compromissos históricos desta Casa de Rui Barbosa com os verdadeiros pilares da democracia não só no Brasil, mas também no continente e em todas as partes do mundo.

Aliás, falando dessa questão da Venezuela, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de colocar uma questão ocorrida recentemente aqui no Brasil. Porque aqui no Brasil já se começa a ensaiar também essa história do terceiro mandato, meio que sub-repticiamente, mas recentemente, agora, há poucos dias, a caça às bruxas começou exatamente no Ipea – Instituto de Pesquisas e Estudos Aplicados, uma instituição cujo renome foi construído ao longo de décadas. É aqui no Brasil que o Presidente da República parece invejoso das pretensões chavistas de permanência *ad aeternum* no poder.

Nem mesmo durante o regime militar, o Ipea foi tolhido no mais lúdimo direito...

(Interrupção no som.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ... de discordar.

Peço mais cinco minutos a V. Ex^a.

Nem mesmo durante o regime militar, o Ipea foi tolhido no mais lúdimo direito de discordar. Mas agora, sob a batuta do recém-nomeado presidente daquela instituição, subordinado ao Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, que se chamava até bem pouco tempo, antes de derrubarmos a medida provisória, Sealopra, talvez devendo ter alguma coisa a ver com os aloprados, resolveu cortar cabeças discordantes, intelectuais que ousam discordar de algumas políticas e de algumas encenações, principalmente em relação aos números, principalmente em relação aos indicadores econômicos e sociais.

Na verdade, o Governo Lula não lida bem, nem nunca lidou, com a oposição ou com o confronto de idéias e, nesse caso específico, agiu da mesma forma que Chávez, ou seja, não renovou os contratos de cessão dos economistas Fábio Giambiagi e Otávio Tourinho, do BNDES. Da mesma forma que o presidente venezuelano não renovou os contratos de concessão da rede de TV.

Ambos são atos arbitrários, travestidos de poder discricionário. Os dois outros afastados, os Drs. Gervásio Castro de Rezende e Régis Bonelli, são aposentados e, apesar de continuarem a prestar valorosos serviços à instituição, foram convidados a se retirar exatamente por discordarem da atual gestão do Ipea.

O caso de Giambiagi revela arbítrio gritante, porque esse economista, a exemplo do que temos comentado nesta tribuna, defende a contestação ou a contenção dos gastos públicos, e propõe uma política para o equilíbrio das contas governamentais. Volto a insistir na tese de que temos de aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal no âmbito Federal.

Sr. Presidente, as atitudes deste Governo são sintomáticas e merecem a devida atenção desta Casa, porque não nos parecem transparentes, tampouco bem intencionadas. Da mesma forma que não podemos pressupor justiça na ação do presidente do Ipea, não podemos entender que um Líder com a história política de Luiz Inácio Lula da Silva desconheça a diferença entre os sistemas republicano e parlamentarista, não a ponto de fazer na mídia esdrúxulas comparações entre a longa permanência de primeiros-ministros no poder, como foi o caso de Margaret Thatcher e Tony Blair, na Inglaterra, e as pretensões ditatoriais de Hugo Chávez na Presidência da Venezuela.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Marconi Perillo, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Só um instante, Senador Crivella.

Assusta-nos, Sr^s e Srs. Senadores, que o mais alto dirigente do Brasil confunda as atribuições de primeiro-ministro com as de presidente. Assusta-nos, Sr. Presidente, que o Chefe do Poder Executivo oculte do povo as diferenças de fundamentos entre os sistemas parlamentarista e presidencialista.

E não nos venham dizer que o Presidente Lula falou em tese, em uma mera reflexão. Não, certamente não. O Presidente tinha plena convicção do alcance de suas palavras que ecoaram em todo o Brasil e feriram, mortificaram as bases republicanas deste País. Afinal de contas, o mundo inteiro comentou a frase do Rei da Espanha, frase célebre que já entrou para a história da Conferência Ibero-americana, porque foi ele a liderança mundial que teve a coragem e a oportunidade de

dizer a Chávez: “*Por que não te calas?*” E ele deve se calar, mas não só se calar, ele deve, efetivamente, se comprometer a devolver a democracia àquele país.

Passou da hora de Chávez deixar o poder na Venezuela; passou da hora de Chávez deixar de buscar artimanhas para se perpetuar no poder, artifícios, casuísmos; já passou da hora de deixar de tolher a oposição venezuelana de ter representantes no Congresso daquele país.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Marcelo Crivella e, logo após, aos Senadores Mão Santa e Eduardo Suplicy.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Marconi Perillo, V. Ex^a, sempre que sobe à tribuna, faz um debate qualificado, como um dos mais valorosos membros da oposição, que alerta o Governo com alma e coração abertos, olhando nos olhos, com o vigor e a ousadia que o caracterizam como grande líder que teve o prazer e a honra de apoiar em seu Estado. Só peço a V. Ex^a que, quanto ao Ipea, considere que o nosso Márcio Pochmann foi pego pelos ditames duros, mas definitivos, do serviço público. Segundo parecer da procuradoria, os dois aposentados não podiam continuar ali. Ele está tentando fazer agora um novo arranjo para abrigá-los. Mas, segundo a procuradoria – há esse parecer lá –, eles não podiam continuar. Quanto aos outros dois do BNDES, o convênio venceu. Se o BNDES quiser renová-lo, poderá reencaminhá-los e será aceito. V. Ex^a tem toda razão em dizer que o Ipea tem que ter o confronto das idéias porque o Governo Lula, para mim, é um Governo que adota uma política macroeconômica muito “tucana” e sou contra. Sou contra a política macroeconômica “tucana”! Por favor, tenha por mim a consideração de aceitar essa minha discordância, mas com todo respeito e todo apreço que tenho por V. Ex^a. Sei que ali no Ipea – e no Governo Lula – a política macroeconômica é a política macroeconômica do governo anterior, exatamente igual. Portanto, Senador Marconi Perillo, quero, sim, o debate das idéias, quero, sim, que o Ipea tenha dois lados, duas posições, que haja confronto, porque economia é uma ciência humana e não como a nossa engenharia. A engenharia, aqui, na China, na África, todos sabem qual é a resistência do concreto, a tração, a compressão, a torção, a flexão do aço, da madeira, do vidro, é tudo tabelado, tem aba. O sujeito calcula um edifício aqui ou nos Estados Unidos e é normatizado, tem norma para tudo. A economia, não; é uma ciência humana, ela tem um milhão de especiarias, quer dizer, de coisas diferentes que possam influir ou não e, por isso, é tão fascinante. No Ipea, garanto a V. Ex^a que não existe pensamento único, porque discutimos quatro pesquisadores e o Ipea tem mais de mil. Quero tranquilizar

V. Ex^a, com todo respeito e apreço que tenho por esse grande líder tucano do PSDB.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Senador Marcelo Crivella, as palavras de V. Ex^a, de certa maneira, nos folga. Espero que não haja, efetivamente, as injustiças que estão sendo divulgadas por todos os órgãos qualificados da imprensa brasileira. O Ipea precisa ser cada vez mais um órgão que reflita o pensamento econômico, social e político do País; precisa ser efetivamente um órgão onde o contraditório se estabeleça cada vez mais fortemente. De qualquer maneira, agradeço a V. Ex^a, sobretudo pela palavras carinhosas.

Concedo um aparte, se o Presidente me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Permito e peço aos apartes que sejam econômicos nos seus apartes.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Marconi Perillo, quando, na segunda-feira última, vooi para Brasília, tive oportunidade de encontrar o Presidente do Ipea, Márcio Pochmann, com o qual, no sábado tinha conversado por telefone, preocupado com a notícia que havia sido colocada pela imprensa, de que estaria a direção do Ipea afastando alguns dos economistas em função de divergências. O que posso assegurar-lhe é que o Presidente do Ipea, o economista Márcio Pochmann disse que, de maneira nenhuma, ele estaria tomando qualquer atitude que significasse a limitação ou o cerceamento de pensamento, mas que foram decisões administrativas que nada teriam a ver com qualquer cerceamento de opinião. Então eu disse a ele que havia lido no jornal que o Senador Arthur Virgílio iria fazer um requerimento para que o Ministro Roberto Mangabeira Unger e o Presidente do Ipea pudessem vir à Comissão de Assuntos Econômicos. Ele disse que teria o maior prazer de vir. Aliás, verifiquei o requerimento do Senador Arthur Virgílio, que é na forma de um convite. Avalio que será uma excelente oportunidade para que possamos – o requerimento ainda não foi apreciado na CAE; acredito que o será na próxima terça-feira –, dentro de duas semanas, numa reunião regular, dirimir todas essas dúvidas. Eu, que sou Professor na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, hoje de economia e de administração pública, que tem por tradição a liberdade acadêmica, em toda a nossa história, sou o primeiro a transmitir a ele que tenho preocupação. Imagine se isso fosse cerceado aqui. Ele procurou assegurar-me que toda a liberdade de pensamento, de pesquisa, inclusive recém-retratada no Conselho do Ipea, recém-constituído, que

ainda nem se reuniu, que tem pessoas desde Maria da Conceição Tavares a Luiz Carlos Bresser Pereira, a Antonio Delfim Netto, para citar três exemplos. Esses conselheiros estarão sugerindo normas de pesquisa e assim por diante. Então, tenho confiança de que eles irão, ambos, esclarecer esse ponto de vista. Com respeito ao Presidente Hugo Chávez, quero dizer, prezado Senador Marconi Perillo, que o povo da Venezuela terá os meios de decidir sobre se avalia que ele deva ou não continuar. Mas, hoje, ele é um presidente constitucionalmente eleito. Aqui no Senado, quando houve a tentativa de golpe contra o Presidente Hugo Chávez, houve manifestação, inclusive do Congresso Nacional, a favor de que não houvesse qualquer tentativa de golpe. Foi quando o Presidente Lula sugeriu aquele grupo dos amigos da Venezuela, que teve no México, nos Estados Unidos, no Brasil, na Colômbia, dentre outros, numa ação importante para normalizar a situação de pré-golpe que havia lá. Acho que o nosso diálogo com o Presidente Chávez deve ser o mais construtivo possível. Acho que a maneira como o Rei Juan Carlos dirigiu-se a ele foi espontânea, mas eu manifestei hoje voto contrário a que coloquemos mais lenha na fogueira desse assunto. E avalio como próprio que façamos aqui uma reflexão sobre o processo político na Venezuela, sobre o processo democrático que todos desejamos preservar na América Latina. E gostaria de adiantar que sou favorável ao ingresso da Venezuela ao Mercosul e a que não tenhamos atitudes tais como a de isolarmos um país. Avalio, por exemplo, que o bloqueio econômico a Cuba só tem dificultado ainda mais qualquer normalização do processo democrático naquele país. Portanto, assim como sou favorável a que não haja qualquer bloqueio a Cuba, muito menos sou favorável a se evitar que a Venezuela, que tem na sua Constituição o propósito de se integrar na América Latina, como nós temos na nossa, eu votarei favoravelmente – aqui já expressei o meu voto – a que a Venezuela seja parte do Mercosul.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

Gostaria de dizer que nutro por V. Ex^a o máximo respeito, admiração, carinho e afeto. Não só eu, mas grande parte dos brasileiros. Mas não posso admitir, Senador Eduardo Suplicy, não posso imaginar que V. Ex^a seja tão inocente a ponto de defender Hugo Chávez, a ponto de defender a chamada “democracia constitucional venezuelana.”

Não existe isso! Isso é balela, Senador Eduardo Suplicy! V. Ex^a vai rasgar o seu currículo, que tem sido construído com tanto talento, com tanto respeito à sociedade, com tanto respeito às diferenças.

Hugo Chávez é um dos piores exemplos de neoditadores que já passaram por esta região. E todos nós sabemos como ele tem conseguido vencer esses plebiscitos: fechando canais de TV, fechando canais de rádio, perseguindo adversários, confiscando bens, fechando grandes empresas naquele país. É impressionante a forma com que Hugo Chávez tem-se desempenhado e a desenvoltura dele, à frente do Governo da Venezuela, com todos os casuísmos possíveis para se manter e se perpetuar no poder.

Sinceramente, Senador Eduardo Suplicy, fico, às vezes, imaginando como pode haver uma pessoa com a alma de V. Ex^a, tão inocente, a ponto de defender Hugo Chávez. Assisti a um discurso de Kadhafi, na presença do Presidente Lula, há alguns anos, na Líbia, e verificava como ele se referia a Hugo Chávez. Ali já estava o embrião dessa neoditadura que se está implantando na Venezuela: um ditador tupiniquim de péssimo gosto, desqualificado, que, inclusive, agrediu fortemente esta Casa de Rui Barbosa; um ditador que quer transformar a Venezuela, esse grande país da América Latina, numa república de bananas.

Ora, não dá para concordar! Não tenho nenhuma obrigação de acreditar, sinceramente, Senador Eduardo Suplicy, que o ditador Hugo Chávez está conseguindo os seus feitos por meio de adventos constitucionais, em função de plebiscitos, mas sim às custas de muito cerceamento de idéias, de opinião, de liberdades, inclusive da liberdade empresarial, enfim, cerceamento de todas as ordens. Não dá! E ainda querer se passar como líder da nossa região?!

Sinceramente, não posso concordar com isso. Considero o Sr. Hugo Chávez uma piada de péssimo gosto, de muito mau gosto. Não dá para concordar que alguém que pretende implantar uma ditadura, mesmo que disfarçada, possa ingressar no Mercosul, que tem uma cláusula pétrea no sentido de não se aceitar o ingresso de países cujos presidentes sejam ditadores ou neoditadores.

Aproveito a presença do Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para referendar algo que acabei de tratar com o Senador Gerson Camata, em debate que fizemos.

Sr. Presidente, estará nas suas mãos a oportunidade, de ofício, sem que a própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecie o processo de ingresso da Venezuela no Mercosul, de mandá-lo de volta para a Câmara. Será uma resposta que a democracia brasileira, que esta Casa de leis dará a esse ditador que trabalha no sentido de se perpetuar no poder no país vizinho.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está propondo algo que não é democrático, regimental

nem constitucional. V. Ex^a está sugerindo ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – É verdade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...que decida, ele próprio.

O Sr. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Se for regimental, cabe a ele decidir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas seria inteiramente...

O Sr. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Se for regimental, cabe a ele.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Seria uma ofensa ao nosso Regimento. V. Ex^a está propondo uma ação não-democrática ao fazer uma crítica ao...

O Sr. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Senador Eduardo Suplicy, nesta Casa, nós somos regidos pela Constituição Federal...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então?!

O Sr. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ...e pelo Regimento Interno. É claro que, em hipótese alguma, eu proporia ao Presidente da Comissão que cuida da constitucionalidade das leis, da admissibilidade das leis, tomar uma decisão que não tivesse embasamento no Regimento Interno.

Concedo, com prazer, o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E precisaria ser objeto de diálogo e debate pelos membros da CCJ e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Sr. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sem dúvida, nós faremos isso aqui. Espero que esta Casa não manche a sua história.

Senador Mão Santa, com a palavra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marconi Perillo, quis Deus que assumisse a Presidência o Senador Tião Viana. Tião Viana, acredito ser este o melhor Senado da história da República. Eis aí uma estrela. E V. Ex^a disse que este Senado não tinha estrela. Jovem, carreira fulgurante, Governador exitoso de um dos Estados que mais enriqueceram neste País, nos últimos anos, que teve a coragem de trazer dois importantes temas: primeiro, o Ipea. Eu quero cobrar aqui, ô, Camata. O DNA do Ipea é piauiense. Foi João Paulo dos Reis Velloso, na sua inteligência, no período revolucionário, que o criou. É aquele planejamento que Luiz Inácio disse que não teria pesquisa, economia aplicada. As riquezas do futuro deste País. João Paulo dos Reis Velloso, lá do meu Piauí, ensina ao PT: dos vinte anos de mando, foi a luz do governo revolucionário, do progresso. Camata, em vinte anos

de mando – atentai bem –, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade nem corrupção. Este é o pai do Ipea: é o piauiense João Paulo dos Reis Velloso. E segundo, quanto a nossa eleição que o Suplicy diz... O Fidel Castro... Eu também estive lá, Tuma. Eles têm uma assembléia popular democrática, como a chamam, têm eleição; não têm partido. Têm mais do que aqui. Aqui são 81, Marco Maciel; lá são 300 cadeiras, eleitos. Fui conferir a última eleição: Fidel Castro, Camata, 300 votos; o irmão dele, 300. Foram eleitos Presidentes. Ele diz, como o Chávez, nesse jogo...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a atenção com o horário do Regimento, Senador Mão Santa. O aparte é de dois minutos, e temos mais oradores inscritos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É... Realmente, as liberdades estão sendo esgotadas. Daqui a pouco a gente vai ter saudade do Renan.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente Tião Viana, pediria a V. Ex^a mais dois minutos para encerrar o meu pronunciamento, já que tive o prazer e o privilégio de conceder alguns importantes apartes.

Causa-nos pesar e estranheza que exatamente um Presidente cujas origens estão no movimento sindical, na luta sindical, que um Presidente preso pela ditadura militar, que um Presidente símbolo da luta pela democracia, que um Presidente eleito pelo sistema democrático, depois de perder três eleições seguidas, permita-se fazer insinuação capaz de pelo menos “abalar os alicerces” da representatividade política brasileira.

Tememos, Sr^{as} e Srs. Senadores, que haja de fato o intuito de se perturbar a ordem democrática no Brasil, tão duramente edificada ao longo das últimas décadas. Na verdade, os tiros contra a democracia surgem a toda hora com propostas de “re-reeleição”, de reeleição para um terceiro mandato, com comentários inoportunos e vexatórios do Presidente da República, com caça às bruxas em instituições como o Ipea e a Capes. É como se o intuito fosse sentir a reação da sociedade, palpar a reação da sociedade. Há idéias que, na essência, são um verdadeiro golpe branco nas regras democráticas e constitucionais vigentes, uma arapuca na qual não podemos cair em hipótese alguma.

Esta Casa de Rui Barbosa, Sr. Presidente, tem o dever e a obrigação de rechaçar toda e qualquer tentativa, qualquer que seja, de quem quer que seja, de colocar em risco as bases e os fundamentos da democracia brasileira.

A ordem vigente no País não nos pertence, porque pertence, sim, à sociedade brasileira, à gente

brasileira, aos cidadãos brasileiros, refúgio último da nossa democracia tão duramente conquistada ou reconquistada. O Estado de direito vigente no Brasil não nos pertence, porque pertence, sim, como legado, às futuras gerações. Essa ordem e esse Estado fundados no direito do voto, na alternância de poder, na pluralidade política e partidária não podem sucumbir diante de um Governo que revela ter não um projeto centrado no desenvolvimento sustentável do Brasil, mas um projeto de poder, de permanência inaceitável por anos infindos na Presidência do nosso País.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marconi Perillo, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

Durante o discurso do Sr. Marconi Perillo, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente-Interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

A seguir, daremos início à Ordem do Dia.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna esta tarde para fazer um agradecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esta semana, dois projetos de minha autoria, coisa rara, foram sancionados pelo Senhor Presidente da República sem que eu tivesse ido lá pedir, sem que eu tivesse solicitado a algum assessor ou procurado alguém do Palácio.

Reclama-se muito aqui de que poucos projetos chegam a se transformar em leis de iniciativa dos Parlamentares. Tive a sorte e o mérito de, em uma semana, ter dois projetos sancionados pelo Presidente da República. Penso que nem o Senador Paulo Paim teve algum dia em sua vida uma oportunidade como essa.

O primeiro projeto, Sr. Presidente, é muito importante porque transforma, federaliza, inclui na relação dos portos federais do Brasil o Porto Federal de Regência, no Município de Linhares, no norte do Espírito Santo. Esse porto é muito importante para o futuro do Brasil. Primeiro, ele atualmente é um porto usado pela Petrobras para escoamento de gás, escoamento de petróleo e para os navios do tipo *supply* das plataformas que atuam extraíndo gás e petróleo na costa norte do Estado do Espírito Santo.

Mas, com a sua federalização, o Governo Federal poderá aplicar recursos que já existem no PAC para

transformá-lo num porto muito importante, inclusive para Brasília, porque, com a execução das obras da BR-484, a rodovia que corta transversalmente o Brasil, saindo lá do Município de Linhares, da BR-101, e vindo aqui para o interior do Brasil, ele se transforma num porto muito importante para o desenvolvimento econômico do norte do Espírito Santo, do leste de Minas e do sul da Bahia, que possui indústrias de celulose, de papel e, agora, uma nova modalidade muito importante de exportação de gado, a exportação de rezes vivas, em navios que levam de quinze a vinte mil rezes de uma vez, vivas, até o mercado onde elas são abatidas e transformadas em alimentos e outros produtos industriais.

Ouviremos falar muito do Porto de Regência, em Linhares, quando se contar a história do desenvolvimento dessas regiões brasileiras. Quero agradecer ao presidente ter sancionado essa lei.

E uma outra, Sr. Presidente, foi uma homenagem muito importante que o Presidente da República prestou ao primeiro negro Prefeito de uma capital do Brasil, Mário Gurgel. Foi Deputado Federal, foi Prefeito de Vitória eleito, foi um grande democrata, cassado na época dos militares. Sofreu muita perseguição. Um homem muito pobre. Começou como engraxate em Vitória, vindo do Rio Grande do Norte, e se transformou no Prefeito e no Deputado Federal mais votado do Estado do Espírito Santo. Esse homem morreu pobre. Tive muitas oportunidades de ajudá-lo, até financeiramente. Agora, ele passou a ser o nome de uma avenida que passa sobre a BR-262, entre o bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, no Estado do Espírito Santo. O Presidente da República sancionou essa lei. A família de Mário Gurgel vai, no próximo dia 29, a Vitória, agradecer esse ato do Presidente da República.

O Presidente vai a Vitória, Sr. Presidente, no dia 29, para um programa muito importante: inaugurar o terceiro alto-forno da maior siderúrgica da América Latina, a Arcelor Mittal, que está no Estado do Espírito Santo. Vai tomar conhecimento da segunda maior siderúrgica da América Latina, que transformará o Espírito Santo no maior produtor de aços e perfilados do Brasil, a usina Baosteel, chinesa, em associação com a companhia Vale do Rio Doce, a ser construída no Município de Anchieta.

O Presidente da República irá à Colatina, no Estado do Espírito Santo, para inaugurar a segunda ponte sobre o Rio Doce, a segunda ponte sobre o Rio Pancas, o contorno de Colatina e o viaduto da ligação de Colatina, em direção a Aimorés, da BR-259, com o Estado de Minas Gerais.

O Presidente Getúlio Vargas, em 1951, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esteve em Colatina e inaugurou a primeira ponte sobre o Rio Doce. Desde 1951, nunca mais um presidente da República foi a Colatina.

O Presidente Lula, no dia 29, pela manhã, depois de 64 anos, será o segundo Presidente da República a visitar o norte do Espírito Santo. Vai inaugurar, então, essas importantes obras do Governo Federal no Município de Colatina.

Eu anuncio essa viagem do Sr. Presidente da República, que participa de dois importantes eventos para a história econômica do Espírito Santo, mas também para a história econômica do Brasil. A BR-259 e essa ponte ligam o Espírito Santo ao Estado de Minas Gerais, ao Estado da Bahia e também a Brasília. Esse segundo alto-forno da Arcelor Mittal é uma importante realização para o Brasil, porque transforma essa usina na maior produtora de aço do Hemisfério Sul, da América Latina, portanto. São eventos importantes para a história do Espírito Santo.

Eu quero agradecer ao Presidente as duas leis de minha autoria que sancionou e cumprimentá-lo pelas importantes obras que entrega ao Brasil, no dia 29, no Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Meus cumprimentos a V. Ex^a pela colaboração com o Regimento da Casa.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, DE 2007

Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para tornar obrigatória a manutenção de estoque das vacinas antitetânica e anti-rábica e dos respectivos soros e imunoglobulinas nos estabelecimentos hospitalares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

Dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, o programa nacional de imunizações e a imunização em casos de urgência ou de emergência e estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças e de agravos inusitados à saúde.

Art. 2º A Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar acrescida do seguinte Título II-A:

“TÍTULO II-A
**Da Imunização em Casos de Urgência
ou de Emergência**

Art. 6º-A Os estabelecimentos hospitalares, públicos e privados, manterão estoque das vacinas antitetânica e anti-rábica, bem como dos respectivos soros e imunoglobulinas ou seus substitutos, para imunização de vítimas de ferimentos ou de outros agravos à saúde que exijam a aplicação do produto em regime de urgência ou de emergência.

§ 1º A autoridade sanitária local poderá dispensar a manutenção do estoque de que trata o **caput**, se os produtos estiverem disponíveis em centro de referência de fácil acesso para o paciente, em tempo hábil, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º A dispensa da manutenção de estoque não é justificativa para a não-aplicação do produto em paciente internado por mais de quarenta e oito horas, sujeitando-se o responsável às sanções a que se refere o art. 14.

§ 3º A autoridade sanitária federal poderá determinar a manutenção, nos estabelecimentos e no centro a que se refere o § 1º, de estoque de outras vacinas e de outros soros e imunoglobulinas ou seus substitutos, para imunização em regime de urgência ou de emergência.

§ 4º O estoque de que trata este artigo será mantido com produtos fornecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) do âmbito de gestão pactuado em comissão intergestores tripartite, ou com recursos próprios do estabelecimento.

§ 5º A renovação do estoque pelo gestor do SUS depende da comprovação da utilização do produto por ele fornecido ou da devolução da embalagem intacta de produto cujo prazo de validade tenha expirado.

§ 6º O não-atendimento das condições a que se refere o § 5º implica a cobrança do valor do produto repostado pelo SUS ou a aquisição, pelo próprio estabelecimento, com recursos próprios.

§ 7º A não-renovação do estoque submete os responsáveis às sanções a que se refere o art. 14.

Art. 6º-B São vedadas, inclusive nos estabelecimentos privados, a comercialização e a cobrança do valor de produto formador do estoque de que trata o art. 6º-A, fornecido pelo

SUS, admitida a cobrança do valor dos insumos e do material utilizados na aplicação.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos produtos de estoque mantido pelo estabelecimento com recursos próprios.

Art. 6º-C Por ocasião da alta hospitalar, o paciente com indicação de início de vacinação, de dose de reforço ou de continuação do uso dos produtos a que se refere o art. 6º-A receberá orientação escrita de como proceder para que lhe seja prestado o atendimento, assinada pelo médico responsável pela alta e pelo paciente ou seu responsável.

Parágrafo único. A orientação a que se refere o **caput** será lavrada em três vias, a primeira para ser incluída no prontuário, a segunda para ser entregue ao paciente ou seu responsável e a terceira para ser enviada ao serviço que deverá complementar a imunização.”

Art. 3º O art. 14 da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Sem prejuízo das demais sanções penais e civis cabíveis, a inobservância das obrigações estabelecidas nesta Lei constitui infração à legislação sanitária federal e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias da data da sua publicação.

Justificação

O tétano acidental e a raiva humana são doenças graves que ainda causam mortes, apesar de a medicina contar com recursos capazes de preveni-las. No Brasil foram confirmados, em 2006, 451 casos de tétano acidental que levaram ao óbito 160 pessoas. A incidência de raiva é bem menor – foram 11 casos em 2006 –, mas é importante ressaltar que a característica principal dessa doença é a letalidade em 100% dos casos. Isto significa que todos os casos de raiva humana levam ao óbito.

No indivíduo susceptível, a prevenção do tétano acidental e da raiva exige, além dos cuidados diretos sobre os ferimentos e outros tipos de agressões, a aplicação de vacinas específicas. No caso da raiva, as arranhaduras, as lambeduras e os ferimentos causados por animal doente ou desconhecido ou que morreu antes de decorridos dez dias da agressão exigem a aplicação do soro anti-rábico ou da imunoglobulina humana hiperimune anti-rábica.

A prevenção do tétano acidental e da raiva humana exige intervenção rápida. O período de incubação da doença, ou seja, o tempo decorrido desde a contaminação até o aparecimento dos sintomas pode ser bastante curto em ambas as infecções. No caso do tétano acidental, esse período varia de dois a vinte e um dias. Na raiva, é extremamente variável, com média de 45 dias, mas pode ser tão curto quanto uma semana. Na criança, esse período tende a ser mais curto ainda.

A gravidade e o local da lesão e a quantidade de vírus inoculado são fatores que influenciam a duração do período de incubação da raiva. Em relação ao local, quanto mais próximo do sistema nervoso central, menor a duração. Por esse motivo, a lambedura em mucosas e os ferimentos na cabeça, no pescoço e nos membros superiores levam a período de incubação curto.

Quando o paciente recebe alta imediatamente após o atendimento, a imunização pode ser feita em centro de saúde de referência, desde que esse serviço esteja disponível em tempo hábil. Nos feriados prolongados e nos períodos em que o centro não funciona por outros motivos – recesso, greve, reforma etc. –, o paciente fica desamparado e pode perder a vida por falta de uma ação básica de saúde que deve estar continuamente disponível.

A legislação brasileira que trata de imunizações não contém dispositivo que obrigue os estabelecimentos hospitalares a manterem estoque de vacinas e soros antitetânico e anti-rábico para aplicação em casos urgentes. A Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, trata das ações de vigilância epidemiológica e do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Esse Programa, por sua vez, regulamenta apenas a vacinação obrigatória constante de três calendários de vacinação: Calendário Básico de Vacinação da Criança, Calendário de Vacinação do Adolescente e Calendário de Vacinação do Adulto e do Idoso. Em nenhum deles há referências às vacinações anti-rábica e antitetânica de urgência.

A proposição que apresentamos tem a finalidade de tornar obrigatória a manutenção de estoque de vacinas e soros antitetânico e anti-rábico em hospitais e em centros de referência para imunização contra tétano acidental e raiva humana. Esses produtos são perecíveis e de custo relativamente alto, motivo pelo qual os hospitais privados geralmente não têm interesse em mantê-los em estoque. Para contornar esse obstáculo, o projeto determina que eles sejam fornecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde. Em contrapartida, os serviços privados não poderão cobrar do paciente o valor correspondente ao produto, mas tão-somente os insumos e o material utilizados na aplicação.

O projeto propõe, também, alteração do art. 14 da Lei nº 6.259, de 1975, devido ao fato de que o Decreto-Lei nº 785, de 25 de agosto de 1969, a que esse artigo se refere, foi revogado pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura as infrações à legislação sanitária federal e estabelece as respectivas sanções.

Estamos convictos de que as medidas propostas contribuirão para diminuir o número de óbitos por tétano acidental e raiva humana. Essa convicção leva-nos a contar com o apoio de ambas as Casas Legislativas para a aprovação da proposição.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2007.
– Senadora **Marisa Serrano**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.259, DE 30 DE OUTUBRO DE 1975

Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Consoante as atribuições que lhe foram conferidas dentro do Sistema Nacional de Saúde, na forma do artigo 1º da Lei nº 6.229, inciso I e seus itens **a** e **d** de 17 de julho de 1975, o Ministério da Saúde, coordenará as ações relacionadas com o controle das doenças transmissíveis, orientando sua execução inclusive quanto à vigilância epidemiológica, à aplicação da notificação compulsória, ao programa de imunizações e ao atendimento de agravos coletivos à saúde, bem como os decorrentes de calamidade pública.

Parágrafo único. Para o controle de epidemias e na ocorrência de casos de agravo à saúde decorrentes de calamidades públicas, o Ministério da Saúde, na execução das ações de que trata este artigo, coordenará a utilização de todos os recursos médicos e hospitalares necessários, públicos e privados, existentes nas áreas afetadas, podendo delegar essa competência às Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

TÍTULO I

Da Ação de Vigilância Epidemiológica

Art. 2º A ação de vigilância epidemiológica compreende as informações, investigações e levantamentos necessários à programação e à avaliação das medidas de controle de doenças e de situações de agravos à saúde.

§ 1º Compete ao Ministério da Saúde definir, em regulamento, a organização e as atribuições dos serviços incumbidos da ação de Vigilância Epidemiológica, promover a sua implantação e coordenação.

§ 2º A ação de Vigilância Epidemiológica será efetuada pelo conjunto dos serviços de saúde, públicos e privados, devidamente habilitados para tal fim.

TÍTULO II

Do Programa Nacional de Imunizações

Art 3º Cabe ao Ministério da Saúde a elaboração do Programa Nacional de Imunizações, que definirá as vacinações, inclusive as de caráter obrigatório.

Parágrafo único. As vacinações obrigatórias serão praticadas de modo sistemático e gratuito pelos órgãos e entidades públicas, bem como pelas entidades privadas, subvencionadas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, em todo o território nacional.

Art. 4º O Ministério da Saúde coordenará e apoiará, técnica, material e financeiramente, a execução do programa, em âmbito nacional e regional.

§ 1º As ações relacionadas, com a execução do programa, são de responsabilidade das Secretarias de Saúde das entidades Federadas, ou órgãos e entidades equivalentes, nas áreas dos seus respectivos territórios.

§ 2º O Ministério da Saúde poderá participar, em caráter supletivo, das ações previstas no programa e assumir sua execução, quando o interesse nacional ou situações de emergência o justificarem.

§ 3º Ficará, em geral, a cargo do Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio da Central de medicamentos, o esquema de aquisição e distribuição de medicamentos, a ser custeado pelos órgãos federais interessados.

Art. 5º O cumprimento da obrigatoriedade das vacinações será comprovado através de Atestado de Vacinação.

§ 1º O Atestado de Vacinação será emitido pelos serviços públicos de saúde ou por médicos em exercício de atividades privadas, devidamente credenciados para tal fim pela autoridade de saúde competente.

§ 2º O Atestado de Vacinação, em qualquer caso, será fornecido gratuitamente, com prazo de validade determinado, não podendo ser retido, por nenhum motivo, por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

§ 3º Anualmente, para o pagamento do salário-família, será exigida do segurado a apresentação dos Atestados de Vacinação dos seus beneficiários, que comprovarem o recebimento das vacinações obrigatórias, na forma que vier a ser estabelecida em regulamento.

Art. 6º Os governos estaduais, com audiência prévia do Ministério da Saúde, poderão propor medidas legislativas complementares visando ao cumprimento

das vacinações, obrigatórias por parte da população, no âmbito dos seus territórios.

Parágrafo único. As medidas de que trata este artigo serão observadas pelas entidades federais, estaduais e municipais, públicas e privadas, no âmbito do respectivo Estado.

TÍTULO III

Da Notificação Compulsória de Doenças

Art. 7º São de notificação compulsória às autoridades sanitárias os casos suspeitos ou confirmados:

I – de doenças que podem implicar medidas de isolamento ou quarentena, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional.

II – de doenças constantes de relação elaborada pelo Ministério da Saúde, para cada unidade da federação, a ser atualizada periodicamente.

§ 1º Na relação de doenças de que trata o inciso II deste artigo será incluído item para casos de “agravo inusitado à saúde”.

§ 2º O Ministério da Saúde poderá exigir dos Serviços de Saúde a notificação negativa da ocorrência de doenças constantes da relação de que tratam os itens I e II deste artigo.

Art. 8º É dever de todo cidadão comunicará autoridade sanitária local a ocorrência de fato, comprovado ou presumível, de caso de doença transmissível, sendo obrigatória a médicos e outros profissionais de saúde no exercício da profissão, bem como aos responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e ensino a notificação de casos suspeitos ou confirmados das doenças relacionadas em conformidade com o artigo 7º.

Art. 9º A autoridade sanitária proporcionará as facilidades ao processo de notificação compulsória, para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 10. A notificação compulsória de casos de doenças tem caráter sigiloso, obrigando nesse sentido as autoridades sanitárias que a tenham recebido.

Parágrafo único. A identificação do paciente de doenças referidas neste artigo, fora do âmbito médico sanitário, somente poderá efetivar-se, em caráter excepcional, em caso de grande risco à comunidade a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio do paciente ou do seu responsável.

Art. 11. Recebida a notificação, a autoridade sanitária é obrigada a proceder à investigação epidemiológica pertinente para elucidação do diagnóstico e averiguação da disseminação da doença na população sob o risco.

Parágrafo único. A autoridade poderá exigir e executar investigações, inquéritos e levantamentos epidemiológicos junto a indivíduos e a grupos populacionais determinados, sempre que julgar oportuno visando à proteção da saúde pública.

Art. 12. Em decorrência dos resultados, parciais ou finais, das investigações, dos inquéritos ou levantamentos epidemiológicos de que tratam o artigo 11 e seu parágrafo único, a autoridade sanitária fica obrigada a adotar, prontamente, as medidas indicadas para o controle da doença, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente.

Art. 13. As pessoas físicas e as entidades públicas ou privadas, abrangidas pelas medidas referidas no artigo 12, ficam sujeitas ao controle determinado pela autoridade sanitária.

TÍTULO IV Disposições Finais

Art. 14. A inobservância das obrigações estabelecidas na presente lei constitui infração da legislação referente à saúde pública, sujeitando o infrator às penalidades previstas no Decreto-Lei nº 785, de 25 de agosto de 1969, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 15. O Poder Executivo, por iniciativa do Ministério da Saúde, expedirá a regulamentação desta lei.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1975; 154º da Independência e 87º da República. – **ERNESTO GEISEL – José Carlos Seixas – L. G. do Nascimento e Silva.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 31-10-95.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, DE 2007

Altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 2º

§ 6º Se o trabalhador desempregado for pai, mãe ou responsável legal de criança portadora de deficiência, o período máximo estabelecido no **caput** é de sete meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contados da data da dispensa que originou a primeira habilitação. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O seguro-desemprego é uma assistência financeira temporária concedida aos trabalhadores demitidos sem justa causa, ao trabalhador com contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso de qualificação profissional, oferecido pelo empregador, decorrente de convenção ou acordo coletivo celebrado para esse fim, aos pescadores artesanais, durante o período de defeso, e aos trabalhadores resgatados de regimes de trabalho forçado ou em condições escravas.

O trabalhador formal, o trabalhador doméstico, o bolsista de qualificação tem direito ao seguro-desemprego, entre três e cinco parcelas mensais. O número de parcelas varia de acordo com o tempo de serviço do trabalhador nos últimos 36 meses. De 6 a 11 meses de serviço: 3 parcelas; de 1 ano a 1 ano e 11 meses de serviço: 4 parcelas; de 2 anos ou mais de serviço: 5 parcelas.

Nas famílias nas quais um de seus membros é portador de deficiência física ou mental grave exige-se dos pais ou responsáveis dedicação integral.

Diante dessa realidade, discute-se muito sobre a necessidade de dar um suporte legal maior aos trabalhadores desempregados que têm sob sua guarda portadores de deficiências.

Esses trabalhadores, quando em situação de desemprego, vivem a angústia de terem de atender às necessidades especiais do filho deficiente, como consultas médicas freqüentes e outros tratamentos continuados e, ao mesmo tempo, procurar uma nova colocação de trabalho.

Vale lembrar que o desempregado com experiência profissional leva em média seis meses para ser recolocado no mercado de trabalho. Esse prazo pode ser ainda maior, porque, não raras vezes, diante da escassez de postos de trabalho, ele se vê obrigado a freqüentar cursos de requalificação profissional para assumir nova atividade profissional.

É evidente que, se o trabalhador tem sob sua guarda portador de deficiência, terá ainda maior dificuldade de se empregar.

Nesse contexto, estamos apresentando o projeto de lei em tela que visa a dilatar o período do seguro-desemprego para os trabalhadores que são pais ou responsáveis legais de portadores de deficiência.

Pelas razões aqui expostas, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do projeto em debate, os quais estão certos, é da mais alta relevância social.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2007.
– Senadora **Marisa Serrano.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.900, DE 30 DE JUNHO DE 1994

Dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O programa do seguro-desemprego tem por finalidade:

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta;

II – auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.”

Art. 2º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

§ 1º O benefício poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, observado o disposto no artigo anterior.

§ 2º A determinação do período máximo mencionado no **caput** deste artigo observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego:

I – três parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, no período de referência;

II – quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses e no máximo vinte e três meses, no período de referência;

III – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência.

§ 3º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral, para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 4º O período máximo de que trata o **caput** poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§ 5º Na determinação do prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefat observará, dentre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.

Art. 3º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Assuntos Sociais, cabendo à última (decisão terminativa.))

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 669, DE 2007

Acrescenta artigo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para tornar obrigatória aos Titulares dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais a comunicação dos registros de óbitos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 49-A:

“Art. 49-A. O Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais comunicará à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), até o dia 10 de cada mês, o registro dos óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior, devendo da relação constar a filiação, o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), a data e o local de nascimento da pessoa falecida.

§ 1º A falta de comunicação na época própria, bem como o envio de informações inexatas, sujeitará o Titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais à multa de R\$500,00 (quinhentos reais).

§ 2º A comunicação deverá ser feita por meio de formulários para cadastramento de óbito, conforme modelo aprovado pela SRFB.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Justificação

Pela legislação atual, os Titulares dos Cartórios de Registros Cíveis de Pessoas Naturais têm a obrigação de comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), à Justiça Eleitoral e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os registros de óbitos de sua competência.

Essas comunicações são essenciais tanto para o controle e prevenção de fraudes previdenciárias e eleitorais quanto para o correto dimensionamento e acompanhamento da evolução da população brasileira, o monitoramento do exercício da cidadania e a implementação de políticas públicas, especialmente na área da Saúde.

Há, contudo, grave lacuna em nossa legislação, que não exige a comunicação dos registros de óbitos à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Efetivamente, essa situação potencializa as chances de fraude realizadas por meio de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de pessoas falecidas. Sabe-se que para todo tipo de operação comercial ou bancária exige-se a apresentação do CPF válido. Por seu turno, para se atestar a idoneidade desse documento, basta que o interessado acesse a página da SRFB na internet e peça a emissão de uma certidão, que é disponibilizada imediatamente, caso não haja restrições. Assim, na hipótese de óbito sem a posterior comunicação do fato à SRFB, o CPF do falecido poderá ser utilizado por terceiros de má-fé sem dificuldades, como vem sendo noticiado diuturnamente.

Diante disso, acreditamos que a presente norma, ao obrigar o Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais a comunicar à SRFB os óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior, complementa a legislação atual. Esclarecemos, por fim, que o intervalo de sessenta dias para a entrada em vigor da futura lei foi inserido para que os cartórios possam se adaptar às novas exigências.

Essas as razões pelas quais proponho o projeto, esperando a sua acolhida e aprovação por parte de nossos nobres Pares.

Sala de Sessões, 22 de novembro de 2007. – Senador **Renato Casagrande**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

CAPÍTULO III Das Penalidades

Art. 46. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do juiz competente do lugar da residência do interessado. (Redação dada pela Lei nº 10.215, de 2001).

§ 1º Será dispensado o despacho do Juiz, se o registrando tiver menos de doze anos de idade.

§ 2º (Revogado pela Lei nº 10.215, de 2001)

§ 3º O Juiz somente deverá exigir justificação ou outra prova suficiente se suspeitar da falsidade da declaração.

§ 4º Os assentos de que trata este artigo serão lavrados no cartório do lugar da residência do interessado. No mesmo cartório serão arquivadas as petições com os despachos que mandarem lavrá-los.

§ 5º Se o Juiz não fixar prazo menor, o oficial deverá lavrar o assento dentro em cinco (5) dias, sob pena de pagar multa correspondente a um salário mínimo da região.

Art. 47. Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.

§ 1º Se for injusta a recusa ou injustificada a demora, o Juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.

§ 2º Os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo oficial do registro civil, satisfeitos os emolumentos devidos, sob as penas previstas no parágrafo anterior.

Art. 48. Os Juízes farão correição e fiscalização nos livros de registro, conforme as normas da organização Judiciária.

Art. 49. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de

janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

§ 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2º Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

(À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (decisão terminativa.))

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Resolução nº 69, de 2007**, que *suspende a execução do inciso IV do caput do art. 19 do Decreto nº 3.017, de 28 de fevereiro de 1989, do Estado de Santa Catarina*.

Tendo sido apreciado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2007**, de autoria do Senador Renato Casagrande, que denomina “Rodovia Prefeito João Eutrópio” o trecho da Rodovia BR-484 situado entre a sede do Município de Afonso Cláudio e seu Distrito de Serra Pelada, no Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2007**, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui a data de 5 de junho como o “Dia Nacional da Reciclagem”;
- **Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2007**, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional do Imigrante Italiano” e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2007**, de autoria do Senador Papaléo Paes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal

de Construção Naval do Município de Santana, no Amapá;

- **Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que institui o Dia do Movimento Pestalozziano no Brasil, a ser comemorado no dia 26 de outubro;
- **Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2007**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- **Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2007**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que institui o “Dia Nacional da Leitura” e a “Semana Nacional da Literatura”.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.359, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que seja convocado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Nelson José Hubner Moreira, para, no plenário desta Casa, prestar esclarecimentos aos senadores sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil.

Justificação

Os jornais de grande circulação no País noticiaram com destaque a descoberta de uma grande reserva de petróleo e gás na bacia de Santos, descoberta essa que teria o potencial de transformar o Brasil em um fornecedor global de energia.

Especula-se que o campo de Tupi, descoberto pela Petrobras abaixo da camada de sal da bacia de Santos, teria a capacidade de produzir aproximadamente 23 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, o que equivale a 77% dos 30 milhões de metros cúbicos importados hoje da Bolívia.

O campo também disporia de reservas entre cinco e oito bilhões de Barris de Óleo Equivalente (BOE). Para o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, o pico da produção “será muito provavelmente” superior a 200 mil barris de petróleo equivalente por dia.

Portanto, é inegável a importância da descoberta do campo de petróleo de Tupi, na bacia de Santos. Entretanto, algumas dúvidas ainda permeiam esse acontecimento.

Há graves dúvidas com relação à quantidade das reservas que serão realmente transformadas em provadas, qual será o custo estimado da extração – já que a **commodity** foi encontrada em uma profundidade que a Petrobras ainda não atua – como esse gás será levado para o continente – já que está longe 250 quilômetros da costa – e, principalmente, quando começa a produção de fato.

Editorial do jornal **O Globo** do último dia 10 de novembro já chamava a atenção para o fato:

“O horizonte no caso do petróleo é inevitavelmente de longo prazo, de modo que, em que pese o fogueirão oficial, apenas em meados da próxima década é que se poderá contar de fato com a produção dos novos campos, que, por sua vez, dependerá da montagem de uma complexa infra-estrutura, devido à profundidade e à distância dos poços em relação ao litoral.”

Enfim, são essas dificuldades econômicas e tecnológicas que motivaram a apresentação do presente requerimento. Assim, este requerimento pretende oferecer ao convidado acima citado a oportunidade de apresentar seus esclarecimentos sobre a descoberta da área de Tupi, na bacia de Santos.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2007.
– Senador **Marconi Perillo**.

REQUERIMENTO Nº 1.360, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que seja convocado o Ministro de Estado do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para, no plenário desta Casa, prestar esclarecimentos aos senadores sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil.

Justificação

Os jornais de grande circulação no País noticiaram com destaque a descoberta de uma grande reserva de petróleo e gás na bacia de Santos, descoberta

essa que teria o potencial de transformar o Brasil em um fornecedor global de energia.

Especula-se que o campo de Tupi, descoberto pela Petrobras abaixo da camada de sal da bacia de Santos, teria a capacidade de produzir aproximadamente 23 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, o que equivale a 77% dos 30 milhões de metros cúbicos importados hoje da Bolívia.

O campo também disporia de reservas entre cinco e oito bilhões de Barris de Óleo Equivalente (BOE). Para o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, o pico da produção “será muito provavelmente” superior a 200 mil barris de petróleo equivalente por dia.

Portanto, é inegável a importância da descoberta do campo de petróleo de Tupi, na bacia de Santos. Entretanto, algumas dúvidas ainda permeiam esse acontecimento.

Há graves dúvidas com relação à quantidade das reservas que serão realmente transformadas em provadas, qual será o custo estimado da extração – já que a **commodity** foi encontrada em uma profundidade que a Petrobras ainda não atua – como esse gás será levado para o continente – já que está longe 250 quilômetros da costa – e, principalmente, quando começa a produção de fato.

Editorial do jornal **O Globo** do último dia 10 de novembro já chamava a atenção para o fato:

“O horizonte no caso do petróleo é inevitavelmente de longo prazo, de modo que, em que pese o fogueirão oficial, apenas em meados da próxima década é que se poderá contar de fato com a produção dos novos campos, que, por sua vez, dependerá da montagem de uma complexa infra-estrutura, devido à profundidade e à distância dos poços em relação ao litoral.”

Enfim, são essas dificuldades econômicas e tecnológicas que motivaram a apresentação deste requerimento. Assim, o presente requerimento pretende oferecer ao convidado acima citado a oportunidade de apresentar seus esclarecimentos sobre a descoberta da área de Tupi, na bacia de Santos.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2007.
– Senador **Marconi Perillo**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.361, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido voto de

congratulações à Secretaria de Arquivo do Senado Federal, pelos brilhantes trabalhos que realizam em prol desta Casa Legislativa.

Justificação

Na solenidade de lançamento de uma página na Internet para a divulgação de seu acervo, a Secretaria de Arquivo do Senado Federal deu um passo fundamental para a população brasileira reconhecer a importância que o Senado tem na formação histórica do Brasil e sua influência nas principais decisões tomadas nos últimos 180 anos.

A partir de hoje, 22 de novembro de 2007, a população pode ter maior aproximação com os acontecimentos históricos do Senado. A Secretaria de Arquivo do Senado manterá em sua página na Internet, <http://www.senado.gov.br/sf/senado/sarq/default.asp>, a divulgação de seu acervo, permanentemente atualizado, com arquivos desde a primeira Sessão Ordinária do Senado do Império, em 1826.

Cumprimento e homenagem a todos os servidores ali lotados na pessoa de seu diretor, Francisco Maurício da Paz.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2007.
– **Paulo Duque**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 388/2007 – GSASAN

Brasília, 21 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Informo a Vossa excelência que, por razões supervenientes, não foi possível participar no dia 19 de novembro do corrente mês da Sétima Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizou na cidade de Montevideú, no Uruguai.

Aproveito a oportunidade para expressar a Vossa Excelência a minha consideração e apreço.

Respeitosamente, – **Adelmir Santana**, Senador.

Ofício nº 629/2007-GSMC

Brasília, 22 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa. que estive presente no Senado Federal na data de hoje, tendo, inclusive, usado da palavra para apartear o Senador Marconi Perillo, e,

por lapso, deixei de registrar o meu comparecimento no painel eletrônico, pelo que peço considerar minha presença.

Colho do ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – **Marcelo Crivella**, Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) –
Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.
Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.101, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 157, de 2007 (nº 690/2007, na origem) que solicita autorização para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, possam celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), com vistas à alteração dos empréstimos originais da modalidade de Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL (Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa) para a de Fixed-Spread Loan – FSL (Empréstimo com Margem Fixa) baseada na taxa Libor.

Relator: Senador **Eliseu Resende**

Relator *ad hoc* Senador **Antonio Carlos Júnior**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 157, de 2007 (nº 690, de 18 de setembro de 2007, na origem), o Presidente da República solicita a esta Casa autorização para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta possam celebrar aditivos contratuais com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD).

Os referidos aditivos têm em vista alteração da taxa de juros dos empréstimos originais de **Fixed-Rate Single Currency Loan** – SCL (Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa) para **Fixed-Spread Loan** – FSL (Empréstimo com Margem Fixa) baseada na taxa Libor (ou seja, a taxa de juros praticada no mercado interbancário de Londres, no Reino Unido).

Acompanham a Mensagem a Exposição de Motivos nº 124, de 2007, do Ministro de Estado da Fazenda, o Parecer PGFN/COF nº 1.782/2007, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e a Nota da Secretaria do

Tesouro Nacional nº 1.490/2007/GERFI/COREF/STN, de 14 de agosto de 2007.

II – Análise

A Constituição Federal atribui ao Senado Federal competência privativa para disciplinar o endividamento dos entes da Federação, conforme o art. 52, incisos V a IX, da Lei Maior.

No exercício dessa competência, o Senado Federal editou as Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, que, respectivamente, estabelecem os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Mensagem sob exame trata de solicitação do Poder Executivo Federal para que o Senado autorize alterações contratuais de operações de crédito externo celebradas com o Banco Mundial (BIRD), com vistas a substituir a modalidade de “Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa” para “Empréstimo com Margem Fixa”, baseada na Libor. Com efeito, a taxa de juros deixa de ser fixa e passa a ser definida como uma margem sobre a Libor.

As Normas Gerais Aplicáveis aos Empréstimos do BIRD em Margem Fixa permitem ao mutuário os seguintes recursos para melhor administração de seus riscos e responsabilidades financeiras decorrentes da operação de crédito:

- a) conversão de fluante para fixa ou vice-versa de taxa de juros aplicável a montante parcial ou total do empréstimo;
- b) estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros; e
- c) alteração de moeda de referência do empréstimo para montantes desembolsados ou a desembolsar.

O § 6º da Resolução nº 89, de 1989, determina que alterações das condições de empréstimos que envolvam a elevação dos valores mutuados ou a redução dos prazos de amortização sejam submetidas à deliberação do Senado Federal.

Todavia, conforme ressalta a Secretaria do Tesouro Nacional, na antes citada Nota nº 1.490/2007, a alteração em pauta não eleva o valor dos empréstimos nem reduz os prazos de amortização. Não obstante, “o exercício da alteração da modalidade importa em custos adicionais”, pois as condições financeiras “são afetadas com a mudança na composição da taxa de

juros e a incidência de uma comissão de transação”, nos seguintes termos:

- a) juros – exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa Libor para seis meses e margem de até 0,75% ao ano;
- b) comissão de transação – 0,03% sobre o montante do empréstimo, devida pela fixação da margem aplicável à respectiva taxa de juros.

Ademais, o exercício das alternativas permitidas pela adoção da modalidade “Margem Fixa” resulta nos seguintes custos e encargos financeiros para o mutuário:

- a) comissão de transação – de até 0,125% sobre os valores afetados, nos casos de conversões de taxas de juros e de estabelecimentos de tetos e bandas para flutuações de taxa de juros, e nas conversões de moeda para montantes não desembolsados do empréstimo;
- b) comissão de transação – de até 0,25% sobre os valores afetados, no caso de conversão de moeda para montantes desembolsados do empréstimo;
- c) custos eventualmente incorridos pelo BIRD com tais operações, a título de ressarcimento.

A conversão de modalidade de empréstimo em operações com o BIRD encontra justificativa “nos casos de mutuários que têm interesse na obtenção de um produto financeiro que lhes possibilite alternativas para gestão de riscos”, tendo em vista as opções acima mencionadas, quais sejam, conversão de moeda, estabelecimento de tetos e bandas para flutuações da taxa de juros e conversão da própria taxa de juros de fixa em fluante, ou vice-versa. Em outras palavras, compensará a alteração contratual para o mutuário toda vez que a taxa de juros efetiva (determinada pela Libor mais a margem fixa de 0,75% ao ano e o custo de transação) for menor do que a taxa de juros fixa anteriormente contratada.

De todo modo, o exercício dessa opção pelos entes federados dependerá, em nosso entendimento, também de autorização do respectivo Poder Legislativo.

Em suma, as alterações contratuais propostas são padronizadas: preservam o valor original do em-

préstimo e não reduzem os prazos de amortização – ou seja, os entes federados e suas entidades não contraem novo endividamento e passam a dispor de mais um instrumento de gestão de riscos, em face das opções que a modalidade “Margem Fixa + Libor” lhes permite. Portanto, em sendo aprovadas, pelo Senado Federal, as alterações contratuais dispensam o exame caso a caso por esta Casa, revelando economia processual e sem prejuízos para o controle do endividamento público.

A solicitação está, assim, em conformidade com as determinações constitucionais e com as normas reguladoras fixadas pelo Senado Federal sobre a matéria.

III – Voto

Diante do exposto, voto pela aprovação da autorização solicitada pela Mensagem nº 157, de 2007, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 74, DE 2007

Autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL) para a modalidade de Margem Fixa (Fixed Spread Loan – FSL).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Ficam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, autorizados a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa **Fixed-Rate Single Currency Loan** para a modalidade de Margem Fixa **Fixed Spread Loan**.

Art. 2º Considera-se, para os fins desta Resolução, que a modalidade de Margem Fixa é aquela que faculta aos mutuários, nos termos das Normas Gerais Aplicáveis aos Empréstimos do BIRD, ações para gestão dos custos e dos riscos financeiros do empréstimo, que consistem em:

I – conversão de flutuante para fixa ou vice-versa de taxa de juros aplicável a montante parcial ou total do empréstimo;

II – estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros;

III – alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante já desembolsado;

IV – alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante a desembolsar.

Art. 3º Os aditivos autorizados por esta Resolução devem obedecer às seguintes condições básicas:

I – juros – exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa Libor para seis meses e margem de até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

II – comissão de transação **transaction fee** – 0,03% (três centésimos por cento) sobre o montante do empréstimo, devida pela fixação da margem aplicável à respectiva taxa de juros.

Art. 4º Adicionalmente às condições básicas previstas no art. 3º fica autorizada a cobrança de:

I – custos eventualmente incorridos pelo BIRD na realização das operações de que trata esta Resolução;

II – comissão de transação **transaction fee** de até:

a) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) sobre os valores afetados, nos casos a que se referem os incisos I, II e IV do art. 2º;

b) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados, no caso a que se refere o inciso III do art. 2º.

Art. 5º Qualquer aditivo contratual com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa **Fixed-Rate Single Currency Loan** para a modalidade de Margem Fixa **Fixed Spread Loan** que inclua custos adicionais ou superiores aos parâmetros estabelecidos nesta Resolução ou que amplie o montante total da operação de crédito deve ser objeto de autorização específica do Senado Federal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.
– **Antonio Carlos Junior**, Relator *ad hor*.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 157, DE 2007
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/11/07. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

RELATOR "AD HOC"

SEN. ANTONIO CARLOS JÚNIOR

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT) 	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP) 	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT) 
ALOIZIO MERCADANTE (PT) 	4-SIBÁ MACHADO (PT)
EUCLYDES MELLO (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESSARENKO (PT) 	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-CÉSAR BORGES (PR)
PMDB	
ROMERO JUCÁ 	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA 	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5- EDISON LOBÃO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS
DEM	
ADELMIR SANTANA 	1-JONAS PINHEIRO 
VAGO	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS 	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA
PSDB	
CÍCERO LUCENA 	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO
PDT	
OSMAR DIAS 	1-JEFFERSON PÉRES

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IV
Do Senado Federal

Art. 52 Compete privativamente ao Senado Federal:

I processar e julgar o Presidente e o Vice Presidente da República nos crimes do

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2-9-99)

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004)

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do banco central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar.

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

~~XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;~~

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003).

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

PARECER Nº 1.102, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 202, de 2007, (nº 848/2007, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do

Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

Relator: Senador **Jayme Campos**

I – Relatório

Trata-se de pleito do Estado de São Paulo para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

O financiamento em análise foi considerado passível de obtenção de recursos externos pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIE), tendo essa decisão sido homologada pelo Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio da Recomendação nº 770, de 31 de dezembro de 2004.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF), prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, como atestado pelos Pareceres nºs 1.064/2007/Gerfi/Coref/STN, de 31 de agosto de 2007, 174/Copem/STN, de 6 de março de 2007, e 515/Copem/STN, de 21 de dezembro de 2005.

O Banco Central do Brasil (BCB) efetuou o credenciamento da operação, conforme o Expediente DESIG/DICIC-SUREX – nº 2007/27, de 28 de setembro de 2007.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 2.356/2007, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice legal à concessão da garantia.

II – Análise

Segundo o Parecer nº 1.064/2007/Gerfi/Coref/STN, de 31 de agosto de 2007, com base em nota técnica do interessado, o Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento econômico e social do estado através da melhoria

do transporte terrestre de cargas e passageiros pela rede viária do estado. O Programa, que será realizado na modalidade de obras múltiplas, prevê a realização de obras de recuperação de aproximadamente 156km de rodovias.

A operação prevê as seguintes características financeiras:

a) valor: até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

b) credor: BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;

c) modalidade: Moeda Única;

d) prazo de desembolso: até 48 meses contados a partir da vigência do contrato;

e) amortização do saldo devedor: em 32 parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas nos dias 15 dos meses de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira 6 meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 anos após a assinatura do contrato;

f) juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela I) taxa de juros Libor trimestral para o dólar americano; II) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade Libor; III) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor e IV) mais a margem para empréstimos do capital ordinário; observando-se que, trinta dias previamente ao primeiro desembolso o interessado deverá confirmar a opção pela taxa de juros, que poderá ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID;

g) comissão de crédito: até 0,75% ao ano, calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, observando-se que, atualmente, a comissão encontra-se em 0,25% ao ano;

h) despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% do valor do financiamento;

observando-se que, no momento, essa taxa não vem sendo cobrada pelo credor.

As condições financeiras da operação, segundo análise da Secretaria do Tesouro Nacional, implicam um custo aceitável. Quanto ao mérito da utilização dos recursos, a aplicação em infra-estrutura viável na presente conjuntura é de todo recomendável.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo, está de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75, DE 2007

Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada respeitando as seguintes condições:

I – valor: até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

II – credor: BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;

III – modalidade: Moeda única;

IV – prazo de desembolso: até 48 meses contados a partir da vigência do contrato;

V – amortização do saldo devedor: em 32 parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas nos dias 15 dos meses

de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira, 6 meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 anos após a assinatura do contrato;

VI – juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela:

a) taxa de juros Libor trimestral para o dólar americano;

b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade Libor; e

c) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor; e

d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário; observando-se que, trinta dias previamente ao primeiro desembolso o interessado deverá confirmar a opção pela taxa de juros, que poderá ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID;

VII – comissão de crédito: até 0,75% ao ano calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

VIII – despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% do valor do financiamento.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida nesta resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das quotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.

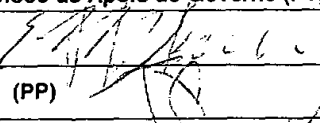
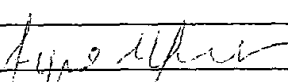
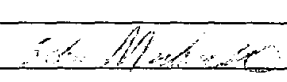
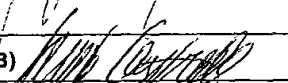
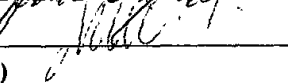
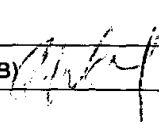
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 202, DE 2007
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/11/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

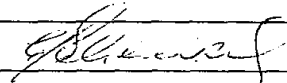
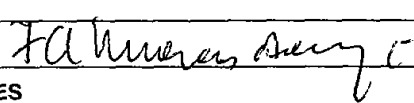
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

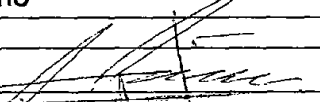
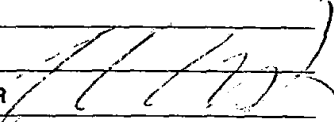

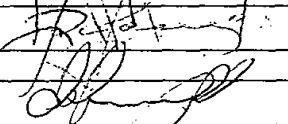
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT) 	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT) 	4-SIBÁ MACHADO (PT) 
EUCLYDES MELLO (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB) 	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR) 	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-CÉSAR BORGES (PR)

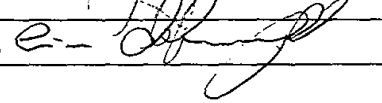
PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA 
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA 	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5- EDISON LOBÃO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

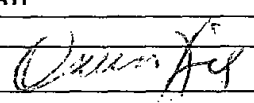
DEM

ADELMIR SANTANA 	1-JONAS PINHEIRO
VAGO	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR 
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS 	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO 	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA 	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS 	1-JEFFERSON PÉRES
--	-------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO VI

Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

.....
Art. 159. A União entregará:

~~I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e sete por cento na seguinte forma:~~

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

~~III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do~~

~~referido parágrafo. (Incluído pela Emenda Constituição nº 42, de 2003)~~

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação da pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º – Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º – A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º – Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

.....
Art. 167. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, **a** e **b**, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 1.101 e 1.102, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes Projetos de Resolução:

- **Nº 74, de 2007** (MSF nº 157/2007), que autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa para a modalidade de Margem Fixa; e
- **Nº 75, de 2007** (MSF nº 202/2007), que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Em virtude do acordo das Lideranças firmado na sessão de ontem, a deliberação de matérias da Ordem do Dia fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 26 de novembro. Está encerrada a Ordem do Dia.

São os itens cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 26 de novembro:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens rela-*

cionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 3-11-2007)
Prazo final (prorrogado): 26-2-2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 37, DE 2007

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que *institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, de dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).*

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante
(Sobrestando a pauta a partir de: 4-11-2007)
Prazo final (prorrogado): 27-2-2008

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, e apresentando a Emenda nº 7-CAE.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007-art.336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao*

Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Silhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 94, DE 2003**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 60, DE 2005**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 60, de 2005, tendo com primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2001

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo com primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a deputados federais e senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.* (CPMF)

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Alvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 850, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.*

Pareceres sob nºs 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

18

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato

Casagrande, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.*

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduard do Azeredo.

19

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.*

21

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra,

que *requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro, para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.*

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Passa-se à lista de oradores.

Os líderes têm precedência: Senador Raimundo Colombo; a seguir, Senador Sérgio Zambiasi e Senador Aloizio Mercadante, para voltarmos à lista.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu ia fazer um aparte ao Senador Marconi Perillo antes de abordar a questão que me traz à tribuna hoje, que é exatamente a minha concordância e meu apoio ao seu posicionamento em relação à questão da Venezuela e seu ditador Hugo Chávez. É absurdo querer considerar como normal, como regular, como comum o que está acontecendo na Venezuela. É absurdo considerar como uma atitude democrática a atitude do ditador Chávez.

A infeliz entrevista que o Presidente Lula deu numa coletiva, dizendo que onde há eleições está garantida ali a democracia é brincar com a inteligência do nosso País. Democracia não é só um ato de vontade; é muito mais do que isso, desde o funcionamento das suas instituições até o atendimento das aspirações da sociedade. O pluralismo democrático, tão necessário, fica afetado quando se fecha um canal de televisão, quando se intimidam os agentes da comunicação, os jornalistas – agora, uma deputada, uma preposta desse movimento... E todo populismo é um ato passional. Aqueles que discordam disso chegam a ser agredidos, no exercício de sua profissão de informar. Isso tudo parece estar normal e que o Brasil, ou parte da classe política brasileira, acha que é assim mesmo, que isso é democracia.

Na verdade, eu não acredito que isso venha a trazer conseqüências no dia-a-dia, na vida da democracia brasileira, mas é realmente preocupante o apoio que esse ditador recebe de parte da política brasileira, porque isso é não ver os fatos e os desdobramentos que estão aí.

Eu, que sou um municipalista convicto, vejo pela imprensa a arrecadação pública batendo todos os re-

cordes. Cerca de R\$650 bilhões arrecadados, mais de R\$2 bilhões/dia – não dia útil, dia corrido –, e aí ficamos pensando por que não são repartidos esses recursos com os Municípios.

Foram criadas todas essas contribuições, essas taxas que estão aí, que não são repartidas com os Municípios, e uma delas, a mais expressiva, é exatamente esta que está aqui em discussão, que é a CPMF. Votar contra a CPMF significa dar um passo adiante e conquistar a reforma tributária, porque o Governo, e qualquer governo que está com os cofres cheios, com a arrecadação batendo recordes, não vai querer fazer reforma tributária, não vai querer modernizar nem aperfeiçoar o modelo, não vai querer cumprir em sintonia com o que a sociedade quer. Quanto mais arrecadação melhor, e cabe a nós, aqueles que queremos e que defendemos a melhor distribuição, a melhor organização, a modernização do sistema, que é muito caro, burocrático, complexo e que cada dia fica pior, a oportunidade é esta de derrubar a CPMF, de obrigar o Governo a construir, participar, propor e interagir para que, de fato, construamos um novo modelo tributário para o nosso País. Acredito, estou otimista, que isso seja votado o quanto antes, para que possamos recuperar a credibilidade, reconquistar a sintonia com a sociedade, avançar, enfim.

Ontem, vimos no Brasil todo a greve dos médicos reclamando do salário e da penúria em que vive a saúde brasileira, assunto que aqui já foi falado por tantos, inclusive por mim. Nesses dias, em uma reunião com os Prefeitos, falando bastante sobre o Programa Saúde na Família, eles estavam reclamando que dois terços do programa são custeados pelo Município. Dos recursos da CPMF, apenas um terço vem do plano federal.

Por isso, basta de CPMF! Chega de imposto! Vamos derrubar essa contribuição, vamos avançar como sociedade, vamos construir de fato um novo modelo tributário mais simples, mais eficiente, mais justo e que retire das costas do povo brasileiro essa carga absurda de impostos, sobretudo quando vemos a má utilização e os resultados absurdos e ineficientes que estão à disposição, com tantos e tantos recursos que são desperdiçados a cada dia.

Mas quero informar, aproveitando os minutos que me restam, como representante de Santa Catarina, que Lages, a minha cidade, hoje completa 241 anos. Lages foi fundada pelo Bandeirante Antonio Corrêa Pinto de Macedo, em 1766, no dia 22 de novembro. É uma das cidades mais especiais deste nosso País, com uma extraordinária história de luta, de coragem, de destemor, de progresso, e de respeito e de solidariedade.

Nossa cidade tem cerca de duzentos mil habitantes e é uma das maiores de Santa Catarina e do Sul do Brasil. É uma cidade que se destacou já na Proclamação da República; foi atuante, dinâmica e fundamental na Revolução Farroupilha; tem uma filosofia, cultura e tradição muito ligada ao espírito gaúcho de solidariedade, de respeito à natureza, de fraternidade. Isso faz com que convivamos numa das cidades mais extraordinárias e que vive grandes desafios.

Um deles, a nossa economia, muito voltada para a madeira, que vive uma fase terrível. Com a queda do dólar, que tem, a cada dia, se agravado mais, e com a crise no mercado americano, há uma depressão econômica muito forte. Muitas indústrias estão fechando e outras estão demitindo grande parte de seus funcionários. Segunda-feira próxima teremos uma reunião com todo o setor produtivo para tentar sensibilizar o Governo a criar mecanismos para enfrentar essa crise.

Alguns setores têm conseguido conviver com o dólar baixo. São as *commodities*, que conseguem repassar seus custos, aumentar o valor lá fora, como o setor de grãos, por exemplo, o setor de carnes, o setor metal-mecânico, o setor de aço, o setor de papel, que conseguiram renegociar contratos e agregar aos valores, ao dólar uma condição de competitividade lá fora.

No entanto, outros não conseguem, por uma realidade de mercado, especialmente a madeira, da qual falei. Quer dizer, há uma crise na construção civil americana, há uma diminuição expressiva de consumo, de exigência de produto e há uma perda de competitividade muito grande em relação ao mercado internacional. Isso está trazendo desemprego, falência nas empresas, desativando um setor importante. É fundamental que o Governo seja pró-ativo, sensível e ataque essa questão.

Por isso, nos 241 anos da cidade de Lages, quero cumprimentar todos, ressaltando a sua grandeza, o seu passado e, com certeza, um futuro de destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Raimundo Colombo, o Sr. Tião Viana, Presidente-Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB.

V. Ex^a tem, por delegação, cinco minutos, prorrogáveis por mais um minuto e meio.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Senador Romeu Tuma, só espero um pouco mais da generosidade de V. Ex^a, porque esta comunicação é após a Ordem do Dia e parece-me que os minutos, que são preciosos aqui, podem ser estendidos.

São dois assuntos breves, mas importantes, Senador Romeu Tuma, que quero abordar aqui.

O primeiro, aproveitando a presença do companheiro e colega, Senador Paulo Paim, da Bancada do Rio Grande do Sul aqui no Senado. Registro que hoje, pela manhã, reunimo-nos, a representação gaúcha – a Governadora Yeda Crusius, o Secretário da Fazenda, Aod Cunha de Moraes Júnior, os Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, eu, o Coordenador da Bancada gaúcha, Deputado Mendes Ribeiro, o Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Fontana, o Deputado Eliseu Padilha, o Presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul, Deputado Frederico Cantori Antunes, juntamente com o Ministro Guido Mantega e o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin –, e fizemos um importante debate a respeito das finanças públicas do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul vive uma de suas mais graves crises econômicas, o Estado público. O Estado privado, felizmente, graças a Deus, está pujante, produtivo, está indo bem. Mas o Estado público está com gravíssimos problemas e é hora de a Nação incorporar-se a esse movimento de solidariedade com o Estado do Rio Grande do Sul. É hora de a Presidência da República – e nós sabemos da boa vontade do Presidente Lula nesse sentido.

Depois de um movimento muito forte – e aqui registro a iniciativa do Senador Valdir Raupp junto conosco, hoje, e do Senador Paulo Paim –, no momento em que colocamos ao Ministro Mantega que o Estado sequer tem condições de pagar o 13º salário aos seus servidores. Foi uma discussão ampla, transparente, em que colocamos, Senador Romeu Tuma, uma dívida histórica que a Nação tem, que o País tem com o Estado do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul, em outras épocas, em que a Nação não poderia investir lá, assumiu a responsabilidade de investir, com verbas próprias, em rodovias federais, Senador Romeu Tuma. E lá estão mais de R\$1 bilhão. Hoje, talvez, somados os juros e a correção, pode chegar a R\$2 bilhões o que o Rio Grande do Sul, dos seus próprios cofres, gastou em rodovias federais. É uma dívida, portanto, histórica e reconhecida. Lá, como bem lembrava o Senador Pedro Simon nesta manhã, tivemos a questão da Aços Finos Piratini, que exigiu investimentos superiores a US\$300 milhões, também dos cofres gaúchos, que, repassada para a União, privatizada, a União não indenizou o Estado, e assim em sucessivas outras questões.

Colocamos todas essas dificuldades ao Ministro Mantega. Tivemos uma expectativa positiva no sentido de encaminharmos uma perspectiva de solução. Inicialmente, Senador Paulo Paim, levando uma primeira perspectiva de apoio a esse momento crítico que é a tranquilização dos servidores públicos do Estado; a certeza de que, com o movimento que a bancada gaúcha promoveu esta manhã junto ao Ministério da Fazenda, teremos a garantia do apoio do Governo Federal para que o 13º salário dos servidores não atrase, que seja pago. Que esse momento especial do ano, vivido por todos, seja contemplado com o salário em dia. Afinal, são trabalhadores como todos e têm o direito de viver com paz, com tranquilidade e com serenidade a chegada do final do ano.

Então, eu queria fazer este registro. Considero da maior importância registrar aqui o trabalho que todos os integrantes da bancada gaúcha promoveram, num movimento que se estende já há cerca de um mês, exigindo duas audiências com o Ministro Guido Mantega e o Secretário Arnold Augustin, numa perspectiva de solução. Isso nos dá ânimo, coragem de continuar lutando, no sentido de trabalharmos as soluções de problemas históricos que o Estado vem passando. O que aconteceu hoje não foi o suficiente; foi o mínimo que o Governo Federal poderia fazer pelo Rio Grande do Sul, o mínimo, um gesto de solidariedade. Não foi suficiente. Foi muito pouco, mas já brilhou uma luz de esperança para todos os gaúchos. Era um registro e um testemunho público que eu queria aqui fazer.

Sr. Presidente Romeu Tuma, peço generosidade no tempo apenas para deixar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – V. Ex^a permite, sobre o assunto que V. Ex^a encerra?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Pois não, Presidente Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Peço desculpas, não poderia intervir, mas eu queria cumprimentar a bancada do Rio Grande do Sul na pessoa de V. Ex^a pelo apoio à Governadora, que tem passado momentos difíceis, o que está repercutindo inclusive sobre o funcionalismo público daquele Estado. De forma que tem um paulista que gostaria de ser solidário e de compactuar com essa luta de V. Ex^as no sentido de ajudar o Rio Grande do Sul a restabelecer principalmente a parte econômica, tendo em vista as grandes dificuldades que atravessa e que têm repercutido amplamente na imprensa com o sofrimento da Governadora Yeda Crusius.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Obrigado, Presidente Tuma.

Registro que não é uma questão nem política nem partidária. A Governadora é do PSDB. O Senador Paim é do PT, eu sou do PTB, o Senador Simon é do PMDB. Portanto, quatro correntes político-partidárias diferentes. Estivemos juntos, comprometidos com uma causa. E como nós dizíamos esta manhã ao Ministro Guido Mantega, a causa é o nosso Estado, a causa é o Rio Grande do Sul.

De outra parte, infelizmente, registro aqui também uma grande frustração. Há poucos dias esta Casa aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005, que regulamenta o exercício da profissão de supervisor educacional. Infelizmente, nos vem a informação de que o projeto, depois de tramitar durante longos sete anos, entre a Câmara e o Senado, foi vetado pela Presidência da República.

Realmente, não negamos o direito ao veto, em hipótese alguma, está lá, é legal, é constitucional. O que nos faz questionar é a relação do Executivo com o Legislativo. Um projeto tramita durante sete anos, nas duas Casas; o Executivo tem tempo suficiente para encaminhar as orientações sobre seu posicionamento na discussão das comissões. O Executivo não pode deixar, Senador Paim, que as Casas Senado e Câmara aprovem a matéria, para só então submeter o Presidente ao sofrimento de vetar um projeto que criou grande expectativa numa enorme camada de profissionais que são os supervisores de educação.

Então, eu deixo aqui este registro no sentido da articulação do processo entre as duas Casas e o Governo. Não é justo que se permita que um projeto tramite durante tanto tempo, passe pelo crivo das duas Casas, passe pela análise de inúmeras comissões: Comissão de Educação, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vem a plenário nas duas Casas, é aprovado pelas duas Casas, chega à Presidência e é vetado. Deixo aqui esta crítica no sentido de alertar para um processo de relacionamento entre o Legislativo e o Executivo. Não é justo, não é justa a expectativa que se cria entre profissionais de uma área importante da educação, como são os supervisores, o trabalho do Legislativo, intenso, árduo, movimentando comissões, técnicos, coordenadores, consultores, Parlamentares, o Plenário, vendo o projeto aprovado, a celebração do projeto e, posteriormente, a grande frustração provocada por erro de articulação.

Espero que não se submeta mais esta Casa a um desgaste absolutamente desnecessário com o Executivo. Se o Governo entende que o projeto tem dificuldades para ser sancionado pelo Presidente, que use seus instrumentos legais de contato, de articulação com a Casa, para que ele possa tramitar no tempo necessário, ser corrigido ou então ser derrotado aqui

mesmo, democraticamente, como deve ser. Neste momento, além da solidariedade para com os supervisores educacionais, só nos resta, Presidente Tuma, aguardar o momento da discussão do veto para que ele seja derrubado.

Agradeço a sua compreensão, a sua solidariedade para com o Rio Grande do Sul, não poderia ser diferente numa pessoa com os seus sentimentos, e espero – sempre com a importante articulação do Senador Paim – que tenhamos novos encontros com o Governo, com o Ministério da Fazenda, por intermédio do Ministro Mantega e do Secretário Augustin, para que esses outros pontos, decisivos para o Rio Grande do Sul, possam ser discutidos e, quem sabe, já a partir do ano que vem o Estado possa viver um novo momento econômico, em âmbito de desenvolvimento, especialmente no setor público. Agradeço, mais uma vez, a sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a. Meus cumprimentos.

Antes de passar a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, lerei um comunicado do Sr. Presidente.

A Presidência comunica que o Primeiro vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, convocou sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 28 do corrente, quarta-feira, às 10h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou começar minha intervenção lendo matéria de algumas páginas publicada no jornal *La Nación*, que é o periódico mais tradicional e representativo da Argentina. O título da matéria é *O Brasil realiza um grande salto: como se converteu em potência*. A chamada é *Não só se converteu na 10^a economia do planeta como agora poderia converter-se também em potência petrolífera. Quais foram as chaves do seu êxito? Por que o Brasil sim, e nós, da Argentina, não*.

O artigo de Florence Carboni começa assim:

É o país da América Latina que recebeu a maior inversão estrangeira direta no ano passado. Suas reservas cambiais crescem; bate recorde em exportações; reduz o risco país. A estabilidade das políticas públicas aparece na lista das virtudes quase tanto como a famosa alegria brasileira. Será sede do Mundial de

Futebol em 2014 e, se não faltasse tudo isso, acaba de descobrir uma mega reserva de petróleo que poderá posicioná-lo como potência petrolífera.

Não é o paraíso. Tem graves problemas de desigualdades e signos de perguntas sem repostas. No entanto, tudo indica que o Brasil avança numa carreira em que é reconhecido como um grande jogador internacional.

A Goldman Sachs identifica os países emergentes atrativos para receber com prioridade investimento com a letra “B” de Brasil. Os integrantes do seletor BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) têm certas características em comum: uma enorme população (os dois primeiros superam os 100 milhões, China e Índia, um bilhão), um grande território, recursos naturais abundantes, crescimento da economia e importante participação no comércio mundial.

Bastam algumas constatações sobre o Brasil:

- é a 10ª economia internacional;
- tem 200 milhões de cabeças de gado, enquanto nós, na Argentina, temos apenas 60 milhões;

- 40% do mercado de carne do mundo estão hoje controlados por empresas brasileiras;

- é a 8ª bolsa mundial por volume e, nos últimos cinco anos, teve uma valorização de 1.600%, alcançando 10% das emissões de ações a nível global do Planeta;

- suas exportações superam os US\$137 bilhões (eu queria corrigir: são US\$167 bilhões), mais do que o dobro de quatro anos atrás.

- na década de 40, todo o PIB da América Latina, incluindo o do Brasil, era igual ao da Argentina; hoje, o do Brasil é quatro vezes superior ao da Argentina (o Brasil tem um PIB de US\$1,1 bilhão contra US\$214 milhões da Argentina).

- poderia, também, somar-se como sócio na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os 30 países mais avançados, e, em 2008, deve atingir o grau de investimento.

Aí, ela pergunta:

Como conseguiram e de que forma chegaram a ser o que são? Quando foi que nós ficamos para trás e eles, com a rivalidade que sempre tivemos, tomaram a dianteira?

Tudo indica que essa sorte de milagre brasileiro (opaco em alguns indicadores sociais que tiram o brilho da notável performance econômica, está sintetizado em três “pês”: política de Estado, perseverança e paciência.

Esses três “pês” seguiram os passos de dirigentes políticos tão opostos quanto Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, e um caminho que terminou por levar o Brasil a jogar como um importante e decisivo parceiro internacional.

Os tempos em que a Argentina podia comparar-se com seu vizinho como competidor ficaram para trás e já faz algumas décadas. Mas agora, todavia, o avanço do País é absolutamente extraordinário.

Essa colocação do mais importante periódico argentino mostra que o Brasil precisa olhar – e, sobretudo, a imprensa brasileira – com mais profundidade para o momento econômico e social que atravessamos, eu diria que o momento de um grande e decisivo salto na nossa história.

A economia brasileira cresce, neste ano, 5%. Hoje, saem os dados do crescimento da massa salarial do IBGE. É o maior crescimento da massa salarial desde 1995, do poder de consumo da população.

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Exª tem mais 10 minutos e é a nota que lhe dou pelos conhecimentos de economia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Presidente Mão Santa. Procurei ser bastante objetivo.

Estamos com um crescimento de 5% do PIB e o melhor crescimento da massa salarial dos últimos 12 anos – desde 1995. A renda da metade mais pobre do Brasil cresceu 32% em quatro anos, ou seja, 1/3 a mais de poder de compra – poder de compra que se expressa, hoje, na compra de computadores. Neste ano, estamos atingindo a venda de oito milhões de unidades e isso se deve à desoneração de impostos na venda de computadores e, sobretudo, à redução na taxa de juros e ao barateamento no crédito. Estamos batendo um recorde de venda de automóveis: 27% de vendas nos últimos 12 meses, sendo 34% de caminhões, um recorde histórico na produção da indústria automotiva. Estamos, portanto, em um momento em que o crescimento sustentável da economia se expressa em quase todos os setores relevantes.

O Brasil conquista posição absolutamente decisiva nos agronegócios. Nessa matéria, mais adiante, o *La Nación* – repito, o mais importante jornal argentino

– faz a comparação mostrando como o Brasil conseguiu aumentar a produtividade, a eficiência da agricultura e atingir safras extraordinárias: uma safra de mais de 450 milhões de toneladas de cana; uma safra de grãos que atinge mais de 137 milhões de toneladas de milho e trigo; uma produção pecuária que nos faz, hoje, o maior produtor/exportador de carne do mundo, o maior exportador/produtor de aves, o terceiro em suínos, o primeiro em soja, o primeiro em suco de laranja, o primeiro em café, o terceiro em milho.

Essa pujança da agricultura também é acompanhada pela industrialização do Brasil. Houve avanços importantes, como na Embraer, que acaba de conquistar novos contratos decisivos.

Aqui, mais uma vez, a Argentina lembra que já teve uma indústria aeronáutica e que a perdeu por falta de visão estratégica, enquanto que a Embraer passa a ser líder nesse segmento de transporte regional, com aviões que já superam mais de 100 passageiros e novos modelos com que ela vem vencendo as licitações, sobretudo a concorrência do seu parceiro mais próximo, que é a Bombardier canadense.

Então, somos capazes, hoje, de ter um crescimento da capacidade produtiva, da produção e importação de máquinas e equipamentos de mais de 10% do PIB neste ano. Isso significa que mais de 60% das empresas brasileiras estão investindo, ampliando a capacidade produtiva, modernizando a sua estrutura e preparando o crescimento econômico do futuro.

Quantas vezes fomos cobrados, neste plenário, sobre os empregos: “Cadê os empregos?” Estão aí os dados sobre empregos: 8,5 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada. Está aí a taxa de desemprego de outubro, que é de 8,7%, a menor de toda a história recente do Brasil.

Emprego, crescimento da massa salarial recorde, aumento da renda da população incomodam algumas pessoas. Incomodam uma elite que nunca soube repartir o que esta Nação produziu. Incomodam uma elite que acha que teria o monopólio político desta Nação. Essa elite conservadora tem dificuldade de dialogar e de buscar manter esses valores de perseverança, políticas públicas e paciência, que a imprensa argentina destaca como valores fundamentais da nossa trajetória recente.

A importância desse artigo é, sobretudo, porque ele mostra que temos sabido distinguir o que é política de Estado do que são os interesses eleitorais e políticos de um Governo passageiro. Essa conquista não é uma conquista só deste Governo, é também dos Governos anteriores, que ajudaram na responsabilidade fiscal, na estabilidade da economia, como foi o Governo anterior, do PSDB.

É verdade que a herança que recebemos em termos de aceleração da inflação, a situação da dívida pública, a falta de reservas cambiais, prisioneiros do FMI, superamos com muita perseverança, paciência, coragem e responsabilidade pública neste Governo. Mas é essa visão, que talvez um argentino consiga ter, do que nós somos como sociedade que tem faltado no debate político deste Plenário e do Brasil.

Precisamos dialogar num outro patamar, num patamar em que as divergências não sejam tentar destruir o outro, não sejam prejudicar o País, não sejam impedir o êxito, onde as divergências permitam construir, a partir de programas, de propostas de uma agenda positiva, esse Brasil da visão dos chefes de Estado de todo o mundo.

A imprensa internacional reconhece o que somos e para onde estamos indo neste momento, mas parece que há uma parte da sociedade brasileira, de uma elite que se sente derrotada e não se deveria sentir derrotada, na medida em que o País cresce, em que aumenta a inclusão social, em que se reparte a renda, em que aumenta a cidadania e em que aqueles excluídos estão tendo chance de ter luz, com o Programa Luz para Todos, ou de colocar o filho na escola, com o Bolsa-Família, ou de ter acesso ao privilégio das universidades, que só era um espaço dos bem-nascidos e que está sendo um direito de 500 mil brasileiros, que estão entrando nas universidades particulares com o ProUni. É esse Brasil que precisa ser construído de forma suprapartidária, com responsabilidade e parceria.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, Senador Aloizio Mercadante, pela análise que desenvolve e também para ressaltar que um dos principais jornais da Argentina, La Nación, reconhece o progresso no Brasil, culminando agora com o crescimento do emprego, crescimento econômico, melhor distribuição de renda, estabilidade de preços e outras características importantes. Há um outro aspecto muito significativo que eu gostaria de ressaltar nas relações Brasil/Argentina, que foi objeto do encontro entre a Presidente eleita Cristina Kirchner e o Presidente Lula – inclusive, eu sugiro que V. Ex^a possa acrescê-lo em sua análise, uma vez que ambos disseram, nessa última segunda-feira, que passarão a realizar operações de comércio exterior em moeda local, o que me parece um passo muito significativo, principalmente pela possibilidade de termos, no Mercosul, uma moeda comum, a exemplo do que acontece com o euro,

instituído depois de 50 anos de amadurecimento e de integração dos países da União Européia. Esse diálogo pareceu-me muito frutífero e mostra o bom entendimento que os Governos da Argentina e do Brasil irão desenvolver nesses próximos anos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Suplicy, quero também parabenizá-lo por essa intervenção, que é a conclusão deste artigo.

Eles concluem, os argentinos, dizendo que se deve superar aquela rivalidade histórica, em que olhavam o crescimento do Brasil como um problema. Eles dizendo que devem olhar nosso crescimento como uma referência importante, para eles encontrarem o seu próprio caminho. E que o crescimento do Brasil vai ajudar a fortalecer o Mercosul e as exportações argentinas.

Inclusive as descobertas de petróleo no Brasil podem ajudá-los a superar a crise energética, porque eles não têm reservas próprias, para resolverem o problema da grave crise energética, que depende de importação de energia. Também aí poderíamos ter uma parceria relevante.

Aproveito para, além desse acordo importante do comércio bilateral em moeda nacional, especialmente nesse momento em que o dólar vem se desvalorizando com tanta força, dizer que aprovei na segunda-feira, na Comissão de Educação do Parlamento do Mercosul – não pude estar presente, porque estava aqui, tinha uma reunião importante da CAE e não quis faltar –, aprovei o meu projeto, propondo que os países do Mercosul definam também como prioridade estratégica banda larga em todos os Municípios da região, a Internet e computador nas escolas públicas do Mercosul. O mesmo projeto que aprovei no Senado, soube que na semana que vem a Câmara vai instalar comissão especial; a Anatel está fazendo uma consulta pública propondo que as empresas de telecomunicações mudem o plano de concessão – este é um tema fundamental para a Comissão de Comunicação, presidida pelo Senador Wellington Salgado – em vez de construir Postos de Serviços de Telecomunicações (PST), que eram dois telefones públicos e um computador, façam banda larga, e, com essa mudança de prioridade, em três anos colocaríamos banda larga, pelo investimento privado, em 3.700 cidades brasileiras. E se a Câmara aprovar o meu projeto, vinculando 75% do Fust para investimento na inclusão digital das escolas públicas, poderemos colocar, Senador Wellington, em três anos, 82% dos alunos das escolas públicas brasileiras, que...

(Interrupção no som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– ...são 49 milhões de alunos, ou seja, poderemos colocá-los em frente ao computador, com endereço eletrônico, participando da Internet nos moldes da União Européia, como prioridade de seu planejamento estratégico, a inclusão digital nas escolas e realizar um investimento maciço, porque sabe que essa é a sociedade do conhecimento.

Termino dizendo que o Japão tem mais computadores na Internet, com 127 milhões de pessoas, do que toda a África com 1 bilhão de pessoas. E que o G-8 tem mais computadores, tem 56% dos computadores na Internet do mundo, com apenas 15% da população mundial.

A América do Sul e a liderança do Brasil têm de olhar para o futuro, têm de olhar parceria tanto na gestão econômica como na construção da sociedade do conhecimento e ajudar a construí-la.

Fico muito feliz. Agradeço ao Parlamento do Mercosul por haver aprovado esse projeto, que será uma contribuição relevante para a história do Mercosul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É com grande satisfação e muita honra que anunciamos a presença do Prefeito João Félix, da cidade de Campo Maior.

Ele representa muito na história democrática deste País, porque foi Prefeito de uma cidade recém-criada, quando eu governava o Estado. Depois de haver sido reeleito, transformá-la em uma bela cidade do Piauí, Jatobá. Ele foi eleito na cidade mãe, Campo Maior, talvez o berço de maior civismo da Pátria brasileira. Foi lá que os avós dele, em batalha sangrenta, expulsaram os portugueses deste País, tornando-o uno.

A ele o nosso reconhecimento e a nossa admiração.

Sobre a mesa, há um documento do Líder do PT, Eduardo Suplicy, que, por determinação da Secretária Cláudia Lyra, via telefone, é o próximo orador.

Há outras inscrições: o Líder do DEM, José Agripino, ... os Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim e a encantadora Senadora Kátia Abreu. Então, está garantida a audiência ao anunciar a Senadora Kátia Abreu como inscrita – vamos ganhar da *Globo*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, hoje, pela manhã, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador

Paulo Paim, dialogou com a Governadora Ana Júlia, assim como eu, e ambos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Um instante, Senador. V. Ex^a, segundo o Regimento, tem cinco minutos. Mas, em respeito ao *Espírito das Leis*, de Montesquieu, a V. Ex^a e a seu Partido, V. Ex^a pode ficar à vontade que eu não vou cortar a sua palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado, Presidente Mão Santa.

Diante dos debates havidos ontem aqui, os três Senadores da representação do Pará – Mário Couto, José Nery e Flexa Ribeiro – mostraram-se indignados diante do episódio da menina que, por 20 dias, ou por vários dias, teria ficado numa cela com diversos homens. S. Ex^{as} pediram os esclarecimentos, oportunidade em que o Senador Tasso Jereissati pediu, enfaticamente, informações sobre que providências e decisões foram tomadas pelas autoridades do Governo do Estado do Pará e, em especial, da Governadora Ana Júlia Carepa.

Portanto, conversei com a Governadora Ana Júlia Carepa, que me enviou o seguinte esclarecimento sobre a jovem detida na cidade de Abaetetuba:

O Governo do Estado do Pará e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, ao tomarem conhecimento das notícias veiculadas na mídia paraense [e nacional], que dá conta que uma jovem foi detida, presa e colocada em cela junto com homens, presta esclarecimentos à população.

Ao tomar conhecimento do fato, de imediato se determinou, através de ordem de serviço, que as Corregedorias da Polícia Civil e do Sistema Penitenciário do Pará dessem início à abertura de procedimento disciplinar para apurar, responsabilizar e corrigir as distorções encontradas. Os responsáveis foram afastados do exercício da função enquanto durar a apuração do caso.

Os procedimentos realizados já são de conhecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público de Abaetetuba [que, aliás, é o Município natal do Senador José Nery], que acompanha de perto as providências adotadas pelos órgãos do Sistema de Segurança Pública. A Secretaria reafirma, ainda, seu compromisso com a luta histórica pela prevalência dos direitos humanos e com a dignidade humana, bem como reconhece que toda e qualquer violação aos direitos de uma mulher é uma violação aos direitos humanos, que deve ser punida exemplarmente.

Este governo não compactua com práticas ilegais e entende que se faz necessário que o Estado brasileiro deve inverter a lógica perversa que marca os presídios brasileiros, segregando e promovendo violências ao apenado para se transformar em espaço para recuperação do ser humano. O Sistema de Segurança Pública do Estado salienta que já providenciou a realização de todas as perícias físicas necessárias para a verificação das condições corporais e psicológicas da jovem.

A Governadora disse estar “chocada” com a prisão da moça no Pará.

A Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), disse hoje ter ficado “chocada” ao saber que uma mulher passou 15 dias presa com 20 homens numa mesma cela em Abaetetuba, a 80 quilômetros de Belém. A governadora admitiu que o caso pode não ser um fato isolado, mas disse que seu governo não tinha conhecimento da prisão de mulheres com homens no interior do Estado, apesar de não haver carceragem feminina em Abaetetuba. Ana Júlia contou ter ficado surpresa ao ser informada da denúncia de estupro em troca de comida feita pela jovem ao conselho tutelar.

Abrindo aspas para suas próprias palavras: “Chocou a mim também como mulher e como governadora”.

Além de afastar o delegado responsável e os Superintendentes da Polícia Civil e do Sistema Penal do Estado, determinou investigação rigorosa. “Instauramos um inquérito para apurar responsabilidades e vamos punir de forma exemplar. Se ela tem 15, 20, 50, 80 anos ou até 100 anos, não importa. Uma mulher não poderia estar presa numa cela junto com homens.”

É a afirmação da Governadora Ana Júlia Carepa.

Ademais, sobre o caso Parauapebas, também noticiado ontem à noite, a Governadora enviou-me a seguinte informação:

Nome da presa: Nailde Brito Santos, 23 anos. Autuação: roubo qualificado, porte ilegal de arma e formação de quadrilha. Inquérito policial civil: prisão mantida pela Justiça através do Ofício 1480/07, TJE/Parauapebas.

Para a manutenção da prisão, o Juízo deu conhecimento ao Ministério Público.

Situação:

(Interrupção no som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Vou concluir, Sr. Presidente.

A presa foi mantida em cela individual que se localizava dentro de um pavilhão com mais outras celas que ao todo tinham 70 presos.

Todas as celas eram divididas por grades e não havia contato físico entre a detenta e os demais presos (havia apenas contato visual).

A situação não persiste – a detenta foi transferida por determinação da Governadora para o presídio feminino em Belém.

A Governadora determinou a transferência imediata de todas as detentas que estejam em situação similar a acima narrada para o Presídio Feminino em Belém (total de detentas encontradas nessa situação: 47 em todo o Estado).

No Estado do Pará, a Polícia Civil só tem em 2 Municípios celas isoladas e reservadas para mulheres – nos demais Municípios estas celas ficam dentro do mesmo pavilhão das celas masculinas.

Acrescentou a Governadora Ana Júlia Carepa, que aqui foi nossa colega,...

(Interrupção no som.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – ...que a própria Secretária de Segurança do Estado do Pará foi Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Estado do Pará e é a primeira pessoa interessada, junto com a Governadora Ana Júlia Carepa, em esclarecer e apurar inteiramente tais episódios.

Sr. Presidente, eram os esclarecimentos que eu desejava transmitir, diante do sentimento de indignação óbvio que tomou conta do Senado. É muito importante que o assunto seja devidamente esclarecido e as providências tomadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, lamentamos o ocorrido. Não podia deixar de apresentar aqui a indignação, principalmente quando se trata de um Estado governado pelo Partido dos Trabalhadores e por uma mulher. Eles evocam, de quando em quando, o líder de nossa geração, o médico Che Guevara. Wellington Salgado, Che Guevara, em uma de suas reflexões, disse: “Se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça ocorrida em qualquer lugar do mundo, és companheiro.”

Todos nós trememos de indignação, não só o Senado, não só o Pará, não só o Brasil, mas o mundo todo. É a maior barbárie encontrada na história do mundo. O Presidente Luiz Inácio tem que ter uma

ação de solidariedade. Essa foi a maior barbárie na história do mundo.

Ô José Agripino, eu gosto de história. Acabei de ler *Historia del mundo*, autor chileno. Ontem, o Demóstenes teve a infelicidade de dizer que isso era medieval. Jamais podemos acusar a época medieval, que foi justamente da queda de Roma ao Renascimento. Lá, havia era santo: São Tomás de Aquino. Nós passamos por toda a história do nazismo. Nem nos campos de concentração houve essa ignomínia.

E V. Ex^a, Kátia, que representa a bravura da mulher brasileira, deve chamar a atenção para isso. Vi aqui, várias vezes, as mulheres do PT defendendo os direitos da liberdade da mulher do PT. Boris Casoy dizia: “Isso é uma vergonha”, mas essa é muito maior do que todas as vergonhas declamadas por Boris Casoy.

Lamentamos o ocorrido e entendo que Sua Excelência o Presidente da República, que teve as bênçãos de Deus de ter ao seu lado uma encantadora primeira-dama, leve a essa jovem mutilada a solidariedade e o amor cristão do Brasil.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador José Agripino, que sempre me orientou a seguir o Regimento, e S. Ex^a é o próximo Líder a falar.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que dê como lido um discurso que preparei hoje – até comentei com V. Ex^a – sobre Os Caminhos de Abraão. Sabemos que o Oriente Médio é hoje a área mais conflagrada do mundo, onde as religiões se digladiam e os povos sofrem. Abraão foi convidado por Deus a seguir por esse caminho. São 1.200 quilômetros, passando pela Síria, Jordânia, Palestina e Israel, e ainda por cidades históricas como Alepo, Damasco, Amã, Jericó, Belém e Jerusalém.

Portanto, peço que seja publicado o discurso, a fim de mostrar que esses caminhos poderão, sem dúvida alguma, trazer de volta a harmonia entre os povos e as religiões da área, além da esperança a todos que lá vivem, acabando com essas guerras tão devastadoras e tão amargas, trazendo de volta ao seio da paz todas as religiões e os povos do Oriente Médio, que tanto têm sofrido.

Solicito a V. Ex^a que considere meu discurso como lido.

Agradeço ao Senador José Agripino pela gentileza.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos que uma das regiões mais conturbadas do planeta é o Oriente Médio. Lá, os conflitos entre seres humanos têm sido permanentes. Lá, a situação é tão dramática que, muitas vezes, nos perguntamos se algum dia aquelas populações terão um mínimo de paz, um mínimo de tranquilidade.

Mas graças a Deus, Sr. Presidente, está surgindo uma esperança no horizonte: o Caminho de Abraão.

Inspirada no Caminho de Santiago de Compostela, a idéia é muito simples, mas ao mesmo tempo genial. Uma jornada, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que se percorrem os mesmos 1.200 quilômetros percorridos por Abraão após ouvir o chamado de Deus para segui-lo. Uma jornada que começa em Harran, no sudeste da Turquia, onde muitos acreditam que Abraão nasceu; e que termina em Hebron, na Cisjordânia, onde estão os restos mortais do patriarca.

Ao percorrer esses 1.200 quilômetros entre uma cidade e outra, Sr. Presidente, os peregrinos cruzam terras sagradas para os muçulmanos, os judeus e os cristãos. Atravessam a Síria, Jordânia, Palestina e Israel. Passam por cidades históricas como Alepo, Damasco, Aman, Jericó, Belém e Jerusalém. Têm a oportunidade de conviver, nesse trajeto, com representantes dos três povos, das três religiões. E descobrem que são todos filhos de Deus: pessoas com as mesmas angústias, os mesmos sonhos, os mesmos temores, a mesma vontade de ser feliz.

Dizem que fazer esse Caminho era um sonho do Papa João Paulo II. Infelizmente, já debilitado pela doença, Sua Santidade não pôde realizá-lo. Mas a idéia foi retomada pelo antropólogo William Ury, da Universidade de Harvard, que no ano passado comandou um grupo de vinte pessoas na realização da viagem inaugural. Os relatos da expedição são animadores. Onde chegavam, os viajantes eram recebidos por pessoas cansadas de tantas guerras, sedentas de paz, independentemente do povo a que pertenciam e da religião que professavam.

E cabe destacar que entre esses vinte pioneiros, entre esses vinte peregrinos que fizeram a primeira viagem, havia dois brasi-

leiros. Nada mais natural, Sr. Presidente. O Brasil é reconhecido como um País que preza a tolerância religiosa. Aqui, as comunidades cristã, judaica e muçulmana vivem em harmonia, respeitando cada uma as convicções religiosas e as tradições culturais das outras. Que sirvamos, então, de exemplo para o resto do mundo.

Foi por esse motivo, seguramente, que William Ury esteve em nosso País no último mês de setembro, para buscar apoio político, institucional e financeiro a seu projeto. Estou certo, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que a sociedade brasileira, e especialmente o setor empresarial, não faltará com esse apoio.

Os desafios, os obstáculos para a concretização do projeto, é evidente que são grandiosos. Os conflitos na região têm sido constantes. As interferências internacionais, com as mais diversas motivações, são freqüentes. A própria percepção de insegurança, provocada por esse quadro de violência, pode desanimar muitos dos interessados em fazer o Caminho. E a infra-estrutura de turismo, fora das grandes cidades, é praticamente nenhuma.

Ainda assim, Sr. Presidente, as chances de que tudo dê certo são enormes. As perspectivas de um maior desenvolvimento econômico e, acima de tudo, as perspectivas de entendimento mútuo entre os povos da região, podem levar a um engajamento de todos no sentido de viabilizar o projeto.

Como dizem os defensores do Caminho de Abraão, “quem poderia imaginar durante a Segunda Guerra Mundial, há apenas 60 anos, que hoje existiria a União Européia?”. Durante mil anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Europa foi o lugar mais sangrento do mundo. Hoje, quando se pensa num ponto do planeta em que predominam a democracia, a tolerância, a convivência respeitosa entre os seres humanos, o primeiro nome que nos vem à cabeça é a Europa. Não que tudo lá esteja perfeito. Mas não há região no mundo, convenhamos, que tenha avançado tanto no rumo da paz.

Ora, Sr. Presidente! Por que isso não poderia ocorrer, também, no Oriente Médio? Afinal, já temos o mais importante, que é um ponto de convergência: Abraão, o pai das três religiões monoteístas, o patriarca igualmente respeitado por judeus, muçulmanos e cristãos. Temos, também, a vontade inabalável dos que

vivem naquela região de dar um basta a tanto ódio, a tanta violência.

Sejamos otimistas, Sr^{as} e Srs. Senadores. Logo, logo, tenho certeza, estará consolidado o Caminho de Abraão, entre Harran e Hebron. Assim como se consolidarão, logo em seguida, as expansões que já estão sendo programadas rumo ao Egito, rumo a Ur, no Iraque, e rumo a Meca, na Arábia Saudita.

Logo, logo, com as bênçãos de Deus, a paz chegará àquela região. E todos celebraremos a harmonia entre as mulheres e os homens de boa vontade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Convidamos para usar da palavra o Líder José Agripino, do DEM. De acordo com o Regimento, V. Ex^a tem vinte minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra dessa personalidade política que fortalece a democracia brasileira.

A democracia teve, como seu enriquecimento, a oposição. Nós estamos aqui é para ensinar. Governos o mundo teve, desde a pedra lascada, mas a oposição é que engrandece a democracia.

Rui Barbosa, 32 anos aqui, quase a totalidade do seu tempo, foi oposição; Joaquim Nabuco e outros. E, hoje, José Agripino representa essa valorosa oposição, que vai garantir o aperfeiçoamento da democracia no nosso País.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a é sempre muito generoso com o seu conterrâneo e amigo, pelo que lhe fico muito grato.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Wellington Salgado, esta é a página 21 da edição de *O Globo* de ontem, a capa do Caderno de Economia, quarta-feira, 21 de novembro. A manchete é: “CPMF de sobra”. Subtítulo: “Excesso de arrecadação federal já equivale a recolhimento previsto da contribuição em 2007”.

Como brasileiro, era para eu ler isso e ficar exultante. É uma bela notícia. Mas, Senadora Kátia Abreu, neste Governo, até as boas notícias nos trazem preocupação. Preocupação e obrigação de reflexão.

Senador Mozarildo Cavalcanti, sei que V. Ex^a vai votar contra a prorrogação da CPMF. V. Ex^a foi injustamente substituído na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde votaria o relatório da Senadora Kátia Abreu, que, por coincidência, está ao seu lado. Porque ia votar pela sociedade do Brasil,

V. Ex^a foi truculentamente substituído. Mas nem por isso vão lhe tirar o voto no plenário para votar contra a prorrogação da CPMF. V. Ex^a, como eu, sabe que a CPMF é um elemento travador da economia.

Veja este livro, de Fábio Giambiagi: *Brasil: Razões do Atraso – Paternalismo versus Produtividade*. Eu não li e vou ler; me deram. Ele fala uma palavra-chave, para mim: “produtividade”. Produtividade significa competitividade, coisa em que o Brasil vem só caindo no *ranking* internacional das nações. Já foi o 56º, caiu para o 66º e caiu para o 72º lugar – 56º, 66º, 72º – no *ranking* mundial. As razões, sabemos quais são; a número um é a carga tributária.

É evidente! Qual é o empresário que, podendo investir em um país de carga tributária de 25%, vai investir em um país, igualmente em desenvolvimento, com carga tributária de 37%? Vai todo mundo embora. Até Jorge Gerdau está indo embora, investir lá fora, um ícone da economia brasileira. Até a Vale do Rio Doce, que se agigantou depois da privatização, está abrindo os braços para o mundo dentro do regime capitalista, para crescer, para se multiplicar.

Falo isso, Senador Renato Casagrande, porque sei que V. Ex^a tem uma posição e vai votar, suponho – até gostaria de estar errado –, pela prorrogação da CPMF. Nós nos respeitamos, mas acho que o Brasil tem a obrigação... O Brasil é uma Nação madura, uma democracia consolidada, com uma inteligência estruturada no campo político e econômico. O jornalismo econômico do Brasil é da melhor qualidade. Somos uma Nação já bastante amadurecida, que tem a obrigação de fazer aquilo que é o certo: tem de baixar a carga tributária e de lutar para eliminar – não é baixar – o pior dos impostos, que é a CPMF.

Depois dessa migração, volto à preocupação da manchete. A manchete traz o enunciado de uma matéria interessante. Ela diz que, até outubro – estamos em novembro –, a arrecadação federal cresceu quase R\$36 bilhões, R\$35,7 bilhões. Ela previu, digamos, R\$100 bilhões, e aconteceram R\$135,7 bilhões – e se previa a arrecadação de CPMF dentro dessa arrecadação.

Senadora Kátia Abreu, V. Ex^a deve saber: até outubro, foram R\$36 bilhões de excesso de arrecadação. O que é excesso de arrecadação? É o que aconteceu sem se prever. Ora, o Governo insiste em cobrar a CPMF e em dizer que ela é fundamental para investimentos, para o Bolsa-Família, para a saúde; por que ele insiste em dizer isso, se está havendo um excesso de arrecadação, uma arrecadação que ele não previa? Ele não poderia abrir mão daquela arrecadação perversa, decorrente da CPMF,

para premiar o Brasil com a competitividade, com a melhoria de produtividade, com uma agregação de investidores que viessem a investir mais para gerar mais empregos no Brasil? Não seria tão bom trocar imposto por emprego?

A manchete me traz uma preocupação. No corpo da matéria, há a informação de que o superávit de arrecadação, já nos dez primeiros meses, chega a R\$36 bilhões, quando a CPMF atingiu os R\$30 bilhões. Já há R\$6 bilhões de excesso de arrecadação, em relação ao que se arrecadou com a CPMF. Se não tivessem cobrado CPMF em 2007, já haveria R\$6 bilhões de excesso de arrecadação, sem se mexer em nada. O Brasil, portanto, poderia ter aberto mão desse imposto antipático e já poderia ter agregado investimentos novos; teria melhorado no *ranking* da competitividade internacional; teria, com certeza absoluta, agregado novos investimentos, com a geração de novos empregos para pessoas que não dependeriam do Estado para sobreviver, mas que ofereceriam sua mão-de-obra em uma empresa que pagasse um salário por um serviço prestado; que não dependeriam do óbolo que o Estado dá para que simplesmente sobrevivam, sem oferecer-lhes a porta de saída da pobreza.

Para o ano que entra, nossa luta é derrubar a CPMF. Se até agora foi registrado um excesso de arrecadação de R\$36 bilhões, R\$3 bilhões por mês, R\$3,6 bilhões por mês – 36 dividido por 10 dá R\$3,6 bilhões por mês; isso significa que, até o final do ano, aos 36 vão-se agregar mais dois meses de R\$3,6, mais R\$7 bilhões. Chegaremos ao final do ano com R\$43 bilhões de excesso de arrecadação. Imagine, Senador Mão Santa, a projeção de excesso de arrecadação para 2008! Como a CPMF é dispensável! Imagine, com o crescimento do PIB, o superávit de arrecadação! Esse é um número que já aconteceu. Não estou falando sobre hipótese, nem elucubrando; estou falando sobre fato ocorrido. Com base em uma arrecadação que vai acontecer, em excesso, de R\$43 bilhões, se se projeta o crescimento do País em 4% a 5%, vai-se ter uma arrecadação muito superior a R\$50 bilhões no ano que entra – muito superior, portanto, ao que se espera arrecadar de CPMF, mostrando-se, na prática, com os números já ocorridos, com a arrecadação já feita, que a CPMF é um fato do qual o País já pode, e deve, abrir mão.

A matéria – e aí ela é objeto de reflexão e preocupação – conclui por um fato, produto da análise do economista Raul Velloso, um economista de boa qualidade, que diz que o País estaria às mil maravilhas, com um superávit monumental, nadando de bráçuda, se não fosse uma coisa que o está puxando

para baixo e que é da responsabilidade do Governo controlar: chama-se gasto público. Está na matéria, Senador Paulo Paim. Raul Velloso é absolutamente isento, não é comprometido nem com o Governo, nem com a oposição. Ele é comprometido com suas idéias e com seus números. E ele diz que o Brasil estaria maravilhosamente bem, se não fosse o gasto público excessivo. E é aí que entra minha preocupação. Ou o Brasil se afasta da ganância, ou não vai ser competitivo nunca. Caímos do 56º para o 66º, e depois para o 72º lugar no *ranking* da competitividade, enquanto a Índia, a Rússia, a China, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, o Chile subiram. Nós estamos ficando para trás.

“Ah, o Brasil está avançando.” Está avançando, mas está perdendo espaço. E o espaço que o Brasil está perdendo alguém está ocupando com competitividade, porque está cuidando da administração.

O que temos de aprender como lição é que temos um Governo, Senadora Kátia Abreu, que é bom em gastar – é bom de ganância –, mas não sabe administrar.

Aí vem a minha preocupação. Temos um Governo que, nesse quadro, anuncia a criação de uma TV pública; anuncia a contratação de 26 mil novos funcionários; anuncia a criação de uma Sealopra, que vetamos. Pelo nosso voto, derrubamos a criação da Sealopra, o Ministério do terceiro milênio que existe há um ano, porque foi criado por medida provisória e nunca deixou de existir; e que, na prática, nunca existiu. Um Governo que se aventura a isso tudo nos traz, claro, preocupações, que se potencializam com os fatos que acabaram de acontecer no Ipea.

O Ipea é um órgão de planejamento; é um órgão de avaliação de estratégias de crescimento; é um celeiro de cérebros; é um berço de talentos e é, acima de tudo, uma casa de gente séria.

O Ipea sempre foi vinculado ao Ministério do Planejamento. Com a criação do Sealopra, com o Dr. Mangabeira Unger à frente, o Ipea foi deslocado para o Sealopra, deixando o Ministério do Planejamento. Quando isso ocorreu, trocaram o presidente. O presidente de então foi substituído por um economista claramente vinculado à ideologia e aos princípios do Partido dos Trabalhadores, Dr. Márcio Pochmann. Ele assumiu a Presidência do Ipea com o discurso claramente ideológico, pregando, com absoluta abertura, o aumento dos gastos públicos, com a contratação de gente para o aparelhamento do Estado. Ou seja, na minha visão, na contramão do mundo moderno e competitivo, que trabalha com a diminuição do tamanho do Estado, com a eficiência, com a competitiv-

dade, com a qualidade da educação para o cidadão, para que, no contexto globalizado, como a China faz, possa ocupar um espaço competitivo e ganhador. Não, aqui se quer o Estado poderoso, balofo, gordo, contratador, pesado e caro.

Muito bem! Se fosse isso, até que se poderia considerar. No regime democrático, cada qual tem o direito de raciocinar como quer. E aí entraremos nós, da oposição, para dar à sociedade o sentido da proteção, porque, Senador Mozarildo, Senadora Kátia Abreu, se a sociedade, que pode estar indignada com o que aconteceu no Ipea, não ouvir vozes como as que estão se manifestando no Congresso, de denúncia do que acabou de acontecer no Ipea, ela, sociedade, vai se sentir órfã, vai se sentir desestimulada e vai se amofinar, como aconteceu na Venezuela, com a oposição sufocada, que já não fala mais, e quem está pagando o pato é o país. Aqui, não. Aqui, se o erro acontece, nós estamos batendo e contestando, principalmente porque o que está acontecendo no Ipea não é mera e simplesmente uma mudança de pensamento ideológico ou de postura, não é apenas a defesa do modelo balofo, gordo, do Estado graúdo e caro; é o da demissão daqueles que ousam discordar desse modelo. Aí, entra a truculência, e aí topa conosco. Aí, não!

Senador Marco Maciel, V. Ex^a já ouvir falar do Dr. Fábio Giambiagi? É o autor deste livro: *Brasil: Raízes do Atraso: Paternalismo versus Produtividade – As dez vacas sagradas que acorrentam o país*. É a manifestação do pensamento de S. S^a. Ele é um homem que tem o pensamento econômico, Senador Heráclito, escreveu o livro. Ele foi um dos demitidos. Ele foi um dos demitidos! Agora, nomear ou demitir, V. Ex^a que foi Governador, como eu fui Governador, é um ato mais ou menos aceitável. Agora, quando alguém é demitido por ato de truculência, acontece o que aconteceu com a demissão do Dr. Fábio: jantar de adesão, encontro de solidariedade, manifestação nas universidades pelo conhecimento do professor injustiçado, que é objeto de desagravo; é a sociedade se manifestando. E nós estamos nos somando às manifestações de repúdio da sociedade, que respeita até o ponto de vista do Dr. Márcio Pochmann, mas não aceita que o Dr. Márcio Pochmann, em nome de um Governo truculento, demita quem ouse escrever e publicar matérias para o confronto de idéias. E que vença a idéia mais consistente, mais lógica e mais racional!

Demitiram, Senador Marco Maciel, o professor Regis Bonelli, aposentado, professor aposentado. Um homem – eu não o conheço –, dizem, de conceito

absolutamente irretocável. Ele era contratado pelo Ipea e escrevia, dentro da sua filosofia, para que o Ipea avaliasse, para que o corpo do Ipea avaliasse na sua estratégia de crescimento; escrevia. E escreveu, por exemplo, *O Estado e o Desenvolvimento*; e escreveu *O Estado de uma Nação*. A essência dessas matérias é a crítica ao gasto público. Quer coisa mais sadia do que você criticar o gasto público, o gasto exagerado com cartão corporativo? Como a Funasa, por exemplo, que gasta mais em passagem aérea e diária do que em construção de unidade de saúde pública! Quer coisa de mais interesse público do que a crítica ao gasto público desordenado, irracional, ilógico e irresponsável, além de incompetente? Não merece não é o aplauso do Brasil? Pois do Dr. Márcio Pochmann o professor Regis Bonelli mereceu foi a demissão. O pecado dele foi escrever coisas lógicas, interessantes, conceituais, críticas ao gasto público. Aquilo que aqui fala. O pecado da CPMF, o excesso de arrecadação e a não-felicidade do País de estar vivendo um grande momento por conta do gasto público exagerado.

Vem o Dr. Márcio Pochmann, com a mudança do Ipea do Planejamento para a Sealopra, trocam o presidente, e aí entra o instrumento de aparelhamento do Estado; um homem que assume dizendo que aplaude o gasto público, incentiva o gasto público, e demite quem ousa se manifestar contra o gasto público; demite truculentamente, e provoca, com a demissão, a reação de universidades, professores do Ipea, técnicos do Ipea, que ficam revoltados com a truculência, que, em momento nenhum, em regime nenhum, aconteceu naquele instituto.

Ah, mas foi só o professor Regis Bonelli! Não. O editor que editava, por exemplo, as matérias produzidas pelo professor Regis Bonelli – chama-se Paulo Tafner – já recebeu o bilhete azul, já está demitido, porque era o homem que editava, que publicava. O Dr. Fábio Giambiagi, esse do livro, também foi demitido, foi afastado. Ele era prestador de serviço dentro de um convênio com o BNDES, e tanto ele como o Dr. Otávio Tourinho e o Dr. Gervásio Resende foram todos afastados.

Senador Mozarildo Cavalcanti, eu até me excedo um pouco na emoção ao falar desses fatos, porque eu julgo que nós estamos enveredando por um caminho perigoso. Uma coisa é você ter um conceito; outra coisa é você ter um conceito e combater com truculência quem ousa, com idéias, combater aquele conceito. Isso não é regime democrático, como não é regime democrático o Governo do Presidente Lula

que vem aplaudindo aí o ingresso – que nós vamos impedir – da Venezuela no Mercosul.

Senador Mozarildo, na hora em que a Venezuela – um país amigo, de gente boa, mas presidido pelo Sr. Hugo Chávez – do Sr. Hugo Chávez for aceita no Mercosul, ele, que onde chega quer ocupar todos os espaços, nós vamos deixar de ter o Mercosul para ter o “Mercochávez”. Vamos deixar de ter o Mercosul para ter o “Mercochávez”! Porque ele vai querer – e é esta a prática dele – impor a sua posição em qualquer fórum, esteja quem estiver.

Na Argentina, os títulos do governo foram comprados pelos petrodólares da Venezuela; no Equador, idem; no Peru, idem. Há uma submissão em curso. No Paraguai, nem se fala! Lula, conivente com a Venezuela, é conivente com as idéias de Chávez e tem aplaudido recentemente as idéias emanadas pelo Presidente Chávez do socialismo torto que ele exhibe e que o Presidente Lula apóia e aplaude como coisa acertada.

O que me assusta e que me pede reflexão é esse somatório de coisas equivocadas que podem trazer inquietações à sociedade, e o que me traz a esta tribuna é o receio do aparelhamento do Estado. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a que pede um aparte – eu o concederei com o maior prazer – deve partilhar como eu de um pensamento: divergir de idéias é um direito. Contudo, combater a divergência com a truculência não é aceitável. Vamos ficar vigilantes!

Ouçó, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a aborda um fato, e o Brasil deve estar fazendo a ilação para a falta de memória que hoje move alguns brasileiros, e brasileiros graduados nesta imensa República...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorrogo o tempo por mais cinco minutos, para que V. Ex^a atenda aos dois aparteantes, os Senadores Heráclito Fortes e Antonio Carlos Júnior.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Mangabeira Unger – contra quem não tenho nada; pelo contrário, poderia ter muita coisa a favor, embora não o tenha também –, para mim, é um híbrido, e não chega sequer a ser o “híbrido fértil” do Senador Jarbas Passarinho. Mas foi ele quem tachou o Presidente da República como o Presidente mais corrupto da História do Brasil. Hoje, convivem harmonicamente sob o mesmo teto. De forma que essas coisas precisam ser analisadas pelo próprio Governo de maneira mais profunda e mais séria. Daí por que eu não quero entrar

no mérito, mas faço aqui um registro positivo, favorável à atitude do Ministro Mares Guia: de ter tomado uma iniciativa nesta vida – coisa rara –, a de se afastar. Não esperou que ninguém o afastasse. Afastou-se. Se está certo ou errado é outra questão. Quantas pessoas nesse Governo já deveriam ter feito a mesma coisa, Senador José Agripino? Não entro no mérito. Apenas o gesto, para mim, tem uma simbologia, coisa raríssima no atual Governo. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigando, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador José Agripino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Concedo um aparte ao Senador ACM Júnior, com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – O pronunciamento de V. Ex^a é muito pertinente e oportuno e também vou me manifestar hoje sobre o assunto. O que é mais importante nisso tudo é que, nem mesmo no governo militar – e, aí, méritos para o Ministro Reis Velloso –, ninguém foi demitido, devolvido, expurgado, como eles mesmos falam, por ter feito qualquer artigo ou trabalho que falasse de políticas que não eram exatamente as praticadas pelos governos militares na época. Então, isso nunca aconteceu, nem nos governos militares. Quer dizer, estamos caminhando por um terreno muito perigoso. E nossa preocupação – a de V. Ex^a, a do Senador Heráclito Fortes, a minha – é pertinente. Precisamos estar vigilantes, porque os caminhos não são os melhores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigando, Senador ACM Júnior.

Sr. Presidente, ao encerrar minha manifestação, agradeço a V. Ex^a pela tolerância, dizendo o seguinte: aqui estamos fazendo uma apreciação, uma reflexão, sobre um fato que acabou de acontecer. A Receita Federal exhibe recortes sucessivos de arrecadação, matéria que deveria ser objeto de entusiástica alegria ou regozijo para o País, mas cuja reflexão mais aprofundada nos leva a sérias preocupações.

Estamos com seguidos recortes de arrecadação. O excesso de arrecadação é todo comido por uma coisa chamada gasto público de má qualidade. Em vez de aprendermos a lição da crítica e da denúncia, estamos assistindo a um Governo perdulário, que não é nenhum modelo perfeito e acabado de exemplo de “inconivência” com a improbidade, porque ele convive com a improbidade. Estamos assistindo a um Governo que cria um ministério para, no meu entender, não pensar nada e puxar o País para trás, porque tira o Ipea, um celeiro de talentos, do Planejamento e o

coloca a serviço desse ministério. E assume a Presidência do órgão um homem que fala em aumentar gasto público pelo aparelhamento do Estado.

Para que excesso de arrecadação, para que esforço de arrecadação se está tudo indo pelo ralo, pelos gastos públicos de má qualidade? Tomei a iniciativa e parei, porque soube que o Senador Arthur Virgílio já havia encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos requerimento de comparecimento, de convocação, para que o Dr. Márcio Pochmann e o Ministro Mangabeira Unger aqui viessem dar explicações sobre essas demissões, que não aceito e o Brasil não deve aceitar. Presidente Mão Santa, os fatos que estou analisando a mim preocupam profundamente, porque não vai adiantar crescimento econômico. Ele não será distribuído com a população de forma equânime...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Um minuto, para concluir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) –...se este

Governo guardar márcios pochmann e mangabeiras unger, gastadores e estimuladores de gastos públicos, por trás do esforço de arrecadação e do crescimento da economia que responde por excesso de arrecadação.

Nós estaremos aqui vigilantes, ao lado da sociedade, em nome do futuro de um País onde moram os nossos filhos e para quem queremos o melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência se associa ao pronunciamento de V. Ex^a – eu e o Senador Heráclito Fortes mais ainda porque o DNA do Ipea é do Piauí. Foi o ex-Ministro João Paulo Reis Velloso que, numa inspiração sua, criou aquilo para pensar o Brasil livremente, de tal maneira que ele começou a dar um exemplo para o Partido dos Trabalhadores, que hoje é Governo.

Durante todo o seu mando, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Caráter e coisa do Piauí. Um bem nunca vem só – irradia-se. Lá no Piauí mesmo, no período revolucionário, o ex-Governador Alberto Silva criou a Cepro, com a mesma inspiração: planejar o Piauí.

Então, o Ipea, Senador José Agripino, foi mãe de muitas instituições Brasil afora, para pensar o Brasil.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Mozarildo Cavalcanti, depois, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

Em seguida, anuncio como oradora inscrita a encantadora Senadora Kátia Abreu.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero fazer uma comunicação à Casa a respeito de uma nota, já distribuída à imprensa pela Bancada do PTB aqui no Senado, com o seguinte teor:

A Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado Federal, em reunião realizada hoje, 22 de novembro de 2007, decidiu, por unanimidade, desligar-se do Bloco de Apoio Parlamentar ao Governo, permanecendo, contudo, na Base do Governo e reafirmando seu compromisso com a governabilidade.

A decisão da bancada do PTB no Senado ocorreu de forma serena, tranqüila e democrática por entender que só assim o Partido poderá atuar com maior independência e conforme suas decisões internas.

Na reunião, também, foi ressaltado que institucionalmente o PTB adota e recomenda posicionamento contrário ao aumento de impostos. Em relação à votação da prorrogação da CPMF no Senado, a Bancada decidiu não fechar questão e aguardar o posicionamento da executiva nacional do Partido, que vai se reunir no próximo dia 28 para discutir a matéria.

Bancada do PTB no Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também comunicar à Casa que o PTB Mulher hipotecou seu apoio – nota no *site* do PTB:

Cristiane Brasil divulga Carta aberta do PTB Mulher.

A presidente nacional do PTB Mulher, vereadora Cristiane Brasil (PTB/RJ) divulgou, nesta segunda-feira (19/11), uma carta aberta solidarizando-se com o senador petebista Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), afastado da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

O PTB Mulher, por meu intermédio, vereadora Cristiane Brasil (PTB/RJ) se solidariza ao Senador petebista Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), afastado da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pela líder do governo, senadora Ideli Salvatti, antes da votação da CPMF na comissão. O gesto de truculência da senadora governista fere diretamente os ideais democráticos que norteiam o PTB.

Certos de que a história do senador Mozarildo Cavalcanti é de grandeza superior e definitiva em relação a este governo que aí está, o PTB Mulher e todos os seus integrantes se mostram à disposição deste essencial militante neste momento. (sic)

Assina a Vereadora Cristiane Brasil, Presidente Nacional do PTB Mulher.

Sr. Presidente, também aproveito esta oportunidade para fazer um comentário sobre a declaração do Ministro Paulo Bernardo publicada hoje na *Folha de S. Paulo*, que diz: “Quem não gosta da CPMF são os sonegadores”.

Se for assim, Sr. Presidente, V. Ex^a é um sonegador, eu sou um sonegador, a Senadora Kátia Abreu é uma sonegadora, o Senador José Agripino é um sonegador, e a maioria dos brasileiros é sonegadora.

O Ministro Paulo Bernardo, que também é do PT – é aquela história que o Senador José Agripino acabou de mencionar –, não admite que ninguém pense diferente dele. Eu vou até, Senador Agripino, pensar se não cabe aqui uma representação judicial contra o Ministro, porque ele faz uma acusação gravíssima.

Eu não gosto da CPMF mesmo, mas não sou sonegador. Ao contrário, como a maioria dos brasileiros, eu vivo só de rendimentos salariais, e o meu Imposto de Renda é retido na fonte, imediatamente – eu não tenho empresa, não tenho outras fontes de renda. É gravíssima essa acusação feita a todos os brasileiros que não gostam da CPMF, e a maioria dos brasileiros não gosta.

Também há aqui uma avaliação, que parece vir da Liderança do Governo, segundo a qual existem apenas quatro traições no que tange à CPMF: Jarbas Vasconcelos, do PMDB; Mão Santa, do PMDB; Pedro Simon, do PMDB; e Mozarildo Cavalcanti, do PTB. Eu pergunto, Senador Mão Santa: nós estamos traindo o quê? A vontade do rei? Não estou traindo nada nem ninguém, porque nunca assumi compromisso nesse sentido, mas o mais importante é que não estou traindo a minha consciência nem estou traindo a confiança dos meus eleitores e a confiança da maioria dos brasileiros.

Por fim, até para dizer algo a essas pessoas que não estão acostumadas com democracia e com posicionamentos claros, eu vou ler aqui a declaração de Dom Giancarlo Petrini, Bispo Auxiliar de Salvador, a respeito do Ministro José Gomes Temporão, que disse que está disposto a ignorar o resultado antiaborto aprovado na Conferência Nacional de Saúde.

Olhem só, da CNBB! Olhem o que disse Dom Giancarlo Petrini:

Ignorar a conferência de saúde e as pesquisas que apontam a oposição do brasileiro à legalização do aborto é de um autoritarismo que eu pensava já ter sido superado.

Estendo essa frase à questão da CPMF. Senadora Kátia Abreu, esse posição do Governo do PT, do Governo Lula, de achar que, porque eles acham uma coisa, todos têm de pensar da mesma forma, é de um autoritarismo nunca visto. Essa questão do Ipea aqui mencionada também é exemplo de um autoritarismo a toda prova.

Então eu quero dizer, repetindo, que a decisão da Bancada do PTB é de sair do Bloco de Apoio ao Governo, o Bloco Parlamentar formado pelo PT, pelo PTB, pelo PSB do Senador Renato Casagrande, pelo PCdoB e pelo PR. Nós, do PTB, estamos saindo, vamos ficar sozinhos, vamos decidir os destinos das matérias que vierem para cá de maneira independente e com interlocução direta com o Governo de forma ativa. Aliás, penso que o PTB custou a tomar essa decisão.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria chamar a atenção do Plenário para o fato de que três Senadores pediram a palavra pela ordem, e a oradora inscrita, que permutou com o Senador Augusto Botelho, está na tribuna.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Trinta segundos...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tenho certeza de que a Senadora Kátia permitirá que eu faça uma pequena comunicação aqui, uma comunicação que é da maior importância para o nosso Estado, Senador Mão Santa.

Hoje telefonei para o Secretário de Segurança Pública do Piauí Robert Rios para parabenizá-lo por seu aniversário e recebi dele a extraordinária informação de que os recursos para a aquisição da escada Magirus, objeto daquela luta que mantive nesta Casa com a ajuda de V. Ex^a e dos demais companheiros, inclusive com um pronunciamento de apoio do Senador José Agripino, Líder na época, finalmente desencantaram. Foi feita a licitação, Sr. Presidente, o que me faz crer que nos próximos dias teremos esse equipamento fundamental para Teresina atender à população.

V. Ex^a sabe que, recentemente, a indústria Eurocaju, uma das indústrias mais importantes do nosso Estado, pertencente a um empresário de origem

espanhola que se radicou no Piauí, Sr. Manuel Arrey, foi vítima de um incêndio que se alastrou durante três dias, Senador José Agripino, por falta de estrutura para combater o fogo. Daí a satisfação com que recebi essa informação do Secretário. Faço votos de que, no mais rápido tempo possível, esse equipamento chegue a Teresina e que a população possa, pelo menos, dormir mais tranqüila.

Faço este registro, Sr. Presidente, na certeza de que nós aqui, tomando atitudes como a que foi tomada naquela ocasião, estamos, nada mais nada menos, Senador Agripino, cumprindo o nosso dever, que é o de lutar contra a insensibilidade de alguns governos com relação a Estados, como, por exemplo, o nosso Piauí.

Muito obrigado a V. Ex^a e à Senadora Kátia Abreu.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com sua permissão e com a permissão da Senadora Kátia Abreu, serei tão breve quanto o Senador Heráclito Fortes. Trago apenas uma informação.

Hoje pela manhã, Sr. Presidente, participei de um debate, em São Luís do Maranhão, junto com a Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, que representa os servidores dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios. Fui falar de uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria que estabelece a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

Os Tribunais de Contas fiscalizam todos os órgãos públicos, é o controle externo da Administração Pública, mas também se transformaram, em algumas ocasiões, em local onde se praticam nepotismo, patrimonialismo, fisiologismo; em muitos casos, as indicações são meramente políticas, sem perfil técnico.

Assim como fizemos para o Poder Judiciário e para o Ministério Público, precisamos ter um pé da sociedade dentro dos Tribunais de Contas que funcione como um canal de comunicação entre a sociedade e esses órgãos, para que esse Conselho possa fiscalizar, efetivamente, a ação desses tribunais, seja o Tribunal de Contas da União, dos Estados ou dos Municípios.

A Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil vai conversar com o Senador Romero Jucá, que é o Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e também com os demais Senadores, que também compreenderam que é uma matéria importante no processo de aperfeiçoamento institucional.

Obrigado, Senador Mão Santa. Obrigado, Senadora Kátia Abreu, pela oportunidade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para cumprimentar, Senadora Kátia Abreu, o Senador Mozarildo Cavalcanti e o PTB pela atitude que tomam de decretar sua independência.

Veja bem: os Democratas e os Tucanos fazem parte de um bloco de oposição, mas um não é aliado incondicional do outro. Eles são independentes, têm uma linha programática distinta, mas atuam, na maioria dos momentos, de forma consoante, mas não de forma automaticamente “linkados” um ao outro.

Vem em muito boa hora essa decisão do PTB. Aliás, o PDT, ontem, por meio do Senador Osmar Dias, manifestou uma posição de independência em relação à CPMF. O PR vem manifestando seguidas posições também de rebeldia e de independência. Agora, o PTB oficialmente coloca sua posição de afastamento da Base do Governo. Isso não significa rompimento, mas significa independência.

Quero cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti pela atitude democrática que toma e anuncia no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pelo tempo que considerar conveniente, à Senadora do Estado do Tocantins, Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vim novamente falar sobre a CPMF. No entanto, antes de tudo, tenho de manifestar aqui a minha indignação e a indignação do meu Partido, do Democratas Mulher, de toda a nossa Executiva Nacional e de todos os nossos membros regionais diante da barbárie que aconteceu no Pará recentemente. Falo do episódio em que uma mulher, que não se sabe ainda com certeza se é maior ou menor de idade – isso não torna menos grave a barbárie, independentemente do crime que possa ter cometido –, ficou trinta dias presa com vinte homens em uma cela.

Todas as mulheres do Brasil e do mundo podem sentir, cada uma delas, o que pode ter passado essa moça ou essa menina dentro de uma cela com vinte presos entre condenados e alguns que esperam julgamento, bandidos; e esta moça, sozinha, na cela com

essas 20 pessoas. E não foi apenas por um dia ou dois; ela ficou 30 dias nessa cela com 20 homens.

Quero perguntar ao Estado do Pará, à Governadora Ana Júlia, que é mulher, que foi Senadora nesta Casa: onde estava o Secretário de Segurança Pública desse Estado, que não sabe policiar, investigar e acompanhar o trabalho dos seus delegados de polícia? Eu gostaria muito que, com essa mesma força, com a mesma agilidade com que se decidiu em relação a essa moça, no interior do Pará, fossem tratados uns outros que usam terno e gravata.

Sr. Presidente, quero aqui dizer que já conversei com o Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa: já foi reivindicada uma audiência pública para que o Secretário de Segurança Pública, o representante do Governo do Pará e esses delegados de polícia possam vir aqui justificar – o que não tem justificativa –, prestar esclarecimentos ao Senado Federal a respeito desse assunto.

Eu gostaria ainda de ouvir a Ministra da Mulher, Dr^a Nilcéia Freire. Ainda não vi sequer uma demonstração ou uma declaração da Ministra, que, pressupõe-se, defende a mulher, fazer manifestação dura, pública, em favor dessa moça. Ou será que é porque a Governadora do Estado do Pará é do PT, e, então, a Ministra da Mulher vai silenciar-se e não vai fazer a manifestação que todas as mulheres do Brasil estão esperando?

Peço também a atenção da Senadora Serys Slhessarenko, que é a coordenadora da bancada feminina – que, com certeza, já deve ter tomado as providências – para esse fato.

Quero, juntamente com as outras Senadoras e com as Deputadas Federais, assinar um documento de repúdio pelo acontecido no Estado do Pará.

Tenho certeza absoluta, como disse o Senador Mão Santa, que é um leitor assíduo, que tem uma cultura geral extraordinária, de que, em nenhum momento neste mundo, houve situação dessa natureza: nem na Idade Média, nem no Nazismo. As mulheres, embora fossem tratadas com brutalidade, ficavam separadas dos homens.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Desculpe-me interrompê-la, mas quero dizer que a moça é menor de idade mesmo. A mãe dela já comprovou o fato no cartório. Ela tem 16 anos.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Dezesesseis anos de idade! Dezesesseis anos de idade, e a Governadora quer minimizar o ocorrido, como ouvimos há pouco, por meio da declaração do Senador Eduardo Suplicy, que disse tratar-se de moça de 24 anos. E

descreveu seus crimes: porte de armas, formação de quadrilha. Nada no mundo justifica a forma com que essa moça foi tratada, independentemente do crime que ela tenha cometido. Ela vai ser julgada e pode ser condenada.

Temos de deixar registrada essa situação e pedir a demissão sumária desses delegados e de todos os envolvidos, como agentes de polícia e escrivão, que permitiram, durante 30 dias, que essa barbárie ocorresse durante esse grande período.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado nosso repúdio por esse lamentável episódio, em nome das mulheres democratas, em nome das mulheres do Brasil. Creio que todas as mulheres, neste momento, são solidárias a essa situação vexatória e desumana a que foi submetida essa moça.

Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, eu também gostaria de aplaudir a atitude correta, digna acima de tudo, do PTB, que viu violentarem um Senador de seu Estado, de seu Partido, que fazia parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No momento de se votar a CPMF, sabedores de que o Senador Mozarildo Cavalcanti votaria contra a prorrogação, ele foi substituído bruscamente na Comissão, fazendo calar sua voz e seu voto.

Mais uma vez, quero me solidarizar com o Senador Mozarildo e dizer que, nos próximos dias, logo, logo, sua voz vai poder valer no plenário do Senado, porque, aqui, eles não têm como substituí-lo.

Parabenizo a coragem e a independência do seu partido neste momento, que não é um momento qualquer; é um momento importante, em que todos nós, políticos deste País, estamos sendo colocados à prova pela sociedade. Muitas das vezes, com razão, pelas atrocidades, pelas barbáries ocorridas, e que a população brasileira acompanha pela imprensa.

Ainda ontem, como cidadã e não como Senadora, li nos jornais deste País que alguns Parlamentares do PMDB da Câmara estavam negociando o voto: a admissão da Venezuela no Mercosul em troca de cargos no Governo.

Sinceramente, Sr. Presidente, estamos num momento crítico da política brasileira. Temos de reagir duramente e proteger esta Casa, porque, protegendo o Senado Federal, estamos também protegendo a democracia; e, se protegemos a democracia, estamos protegendo o povo brasileiro.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Expedido Júnior e eu somos de Estados da Região Norte, considerados Estados pobres – eu, do Estado do Tocantins; o Mozarildo, do Estado de Roraima; e o Expedito, do Estado de Rondônia. Muitas vezes, nos

corredores, ouvimos que nossas posições são frágeis, porque somos de Estados novos, de Estados pobres, e que o Governo facilmente consegue nos corromper e nos convencer de pensar o contrário em relação às nossas consciências. Mas quero dizer que isso não tem nada a ver; isso não pesa no momento da decisão de um Senador da República, porque todos os Governadores do Brasil, sem exceção, querem mais recursos para suas administrações.

Esta Casa, se ficar apenas de frente para os Governadores, com certeza, ficará de costas para a sociedade brasileira. Todos os Governadores e todos os Prefeitos têm suas razões, querem fazer sua administração da melhor forma possível, querem construir obras nos seus Municípios, mas vivem aqui de pires na mão, porque o dinheiro é arrecadado no Município, no Estado, e grande parte desses recursos vai para a União. Depois, os representantes da Base vêm aqui se submeter ao pires na mão e mendigar recursos para seus Estados e Municípios.

Num momento difícil como este, quando estamos falando da economia brasileira, do futuro deste País, os Governadores, por quem temos o maior respeito – o do meu Estado é Marcelo Miranda, com quem fui eleita no ano passado e que também merece meu respeito –, vão ter de compreender: neste momento, o que tem de valer mais não são os partidos, não são os Governadores, não são os Senadores, mas a economia brasileira, porque a saúde da economia brasileira é que vai garantir o sucesso deste País e, principalmente, a manutenção e a criação de empregos para os desempregados brasileiros.

Sr. Presidente, quero aqui fazer menção ao Senador Mercadante, que, há pouco, esteve nesta tribuna para falar e contar as vantagens do Governo Federal e da economia neste momento. Quero dizer ao Senador Mercadante que, em nenhum momento, estivemos nesta tribuna para dizer que agora não é o melhor momento para a reforma tributária, que agora não é o melhor momento para ficarmos sem a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Muito pelo contrário, o discurso proferido pelo Senador Mercadante hoje vem fortalecer minha palavra, porque venho dizer o mesmo que S. Ex^a: a arrecadação neste País já aumentou 10% até agora, em dez meses. Se fizermos a conta do valor nominal, isso chega a 14% de aumento na arrecadação de tributos tirados do bolso do povo brasileiro. Isso está em todas as manchetes de todos os jornais do País. E é justamente por isso, por não querermos destruir nosso Brasil, mas, muito pelo contrário, por querermos que o Brasil avance, é por conta dessas manchetes

de aumento de arrecadação e de uma economia favorável em que o Brasil está crescendo, mas não tanto quanto deveria estar, que aqui hoje veio o Senador Mercadante e que venho dizer e reiterar que este é o momento de fazermos a reforma tributária, que este é o momento de abirmos mão de R\$40 bilhões em favor da sociedade brasileira.

Senador Mão Santa, esses 10% de aumento real, já tirada a inflação, significaram, nesses dez meses, R\$1,6 bilhão por dia, contando sábado, domingo e feriado. Isto foi tirado do bolso do trabalhador brasileiro, principalmente da trabalhadora, do chefe de família da classe média e da classe de baixa renda: R\$1,6 bilhão por dia, nesses dez meses de arrecadação exorbitante.

O Professor Gilberto Braga, da cadeira de Finanças do Ibmecc, propôs exatamente o que estamos falando: este é o momento de se fazer a grande reforma. Temos de aproveitar o bom momento, não o mau momento, porque, aí, sim, estaríamos sendo irresponsáveis.

O Ministro Paulo Bernardo disse aos jornais que somente os sonegadores estão contra a CPMF. Como falou o Senador Mozarildo, muita gente está sonegando neste País, porque muita gente não gosta da CPMF. Mas não se trata apenas de não se gostar da CPMF. O Sr. Ministro Paulo Bernardo deveria ter mais respeito pelo povo brasileiro, deveria se dar o respeito antes de abrir sua boca e de condenar todos que são contra a CPMF, chamando todos nós de sonegadores. É uma acusação grave para um chefe de Estado, para um Ministro de Estado, que, dessa forma, menciona pessoas de bem, pessoas sérias que querem diminuir os gastos públicos, pois é reconhecido, hoje, no mundo inteiro, o aumento excessivo desses gastos por parte do Governo.

À política populista de que V. Ex^a faz parte, Ministro Paulo Bernardo, que é característica de toda a América Latina, ao populismo econômico que V. Ex^a pretende, junto com seu Presidente, fazer persistir neste País, vamos resistir no Senado Federal. Queremos um País aberto, de capitalismo aberto, um País moderno, um País crescente, que não fique na lanterninha dos países emergentes, dos países em desenvolvimento.

O Secretário da Receita, agora, fica justificando esse aumento de receita como se fosse um pecado, porque, neste momento, essa manchete é péssima para o Governo – antes era boa; hoje, é péssima, porque querem aprovar a CPMF, e todos os jornais escancararam o aumento de arrecadação que estamos, aqui, combatendo em todos esses momentos.

O Dr. Raimundo Eloi, Coordenador-Geral de Previsão de Análise da Receita Federal, disse que muito dessa arrecadação foi resultado da fiscalização – de multas, de processos, de execuções –, mas não disse, desses 10%, quanto está incluído nessa parte de multas que foram cobradas pela Receita Federal. É porque não é verdade, não procede. Essa grande arrecadação a mais que o Governo obteve, agora, significa que o País está sendo puxado pelos países de todo o mundo. Os países emergentes estão crescendo, e isso traz excesso de arrecadação, o que lhes permite fazer suas grandes reformas.

É na hora da bonança que devemos ter coragem de reduzir os custos e de diminuir a carga pesada que o brasileiro carrega sobre as costas.

Há pouco, o Senador Mercadante disse que houve um aumento imenso nas vendas de computadores e de veículos populares neste País. Quero lembrar ao Senador que os computadores do País estão com 32% de carga tributária, ou seja, de um computador que custa R\$3 mil, R\$984,00 correspondem a impostos pagos pelo pai de família que deseja ter um computador em casa para seus filhos e pelas escolas municipais que querem comprar esses equipamentos. Do preço de um veículo popular, de utilidade para o trabalhador, para o chefe de família, 38%, Senador Mão Santa, correspondem a impostos, ou seja, de um carro que custa R\$20 mil, R\$7,76 mil representam impostos pagos pelo trabalhador e por toda a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, o Senador Mercadante contou as vantagens da economia neste momento, mas quero dizer que isso não é resultado de dois, três ou quatro anos para cá, pois todos sabemos que isso foi construído ao longo de anos, desde o Governo de Itamar até aqui. Foi construída essa situação, com a ajuda desta Casa e de todo o povo brasileiro, que contribuiu com a carga tributária pesada até hoje. O Plano Real, implantado no Governo Itamar Franco, sucedido pelo de Fernando Henrique Cardoso, as privatizações e os esqueletos retirados do armário das estatais com os Governos de Estado oportunizaram o crescimento de muitos segmentos neste País. Enfim, um controle impressionante da inflação fez com que pudéssemos chegar a este momento.

Hoje, venho falar sobre o relatório de novembro do Fundo Monetário Internacional (FMI), com recomendações para a América Latina. O FMI diz o mesmo que estamos falando, aqui, ao longo desses 60 dias, ou seja, que o momento da América Latina é favorável, que nunca tivemos um crescimento ininterrupto como nos últimos anos, que a inflação está

controlada, embora mereça atenção, principalmente pelo aumento dos preços dos alimentos. Fala da importância do crescimento para esses países, aproveitando o momento internacional, mas o FMI, de forma dura, no seu relatório – que está à disposição na Internet –, diz que, em muitos países, a inflação, que, de maneira geral, tem se mantido baixa, começa a se elevar. Além do mais, as despesas públicas continuam em franca ascensão. Despesas públicas, todos sabemos, significam ganância do Governo com custeio, com gasto mal feito, com gasto sem qualidade.

O FMI ainda recomenda que é necessário restringir o crescimento das despesas correntes e direcioná-las de maneira mais efetiva, em particular, ao combate à pobreza, ou seja, diminuir as despesas correntes e focar o gasto de qualidade, para que possamos reduzir a carga tributária.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pois não, Senador Antonio Carlos Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senadora, V. Ex^a foi uma grande batalhadora nessa guerra santa que estamos empreendendo contra o desperdício de gastos públicos e a favor de condições melhores para o crescimento da economia brasileira. Temos de fazer, agora, a reforma tributária e o ajuste fiscal, num momento em que a economia vai bem e em que o cenário internacional é favorável, porque esse cenário internacional pode reverter-se nos próximos anos, e aí teremos dificuldades para crescer. Então, a hora é esta. Como não temos instrumentos mais adequados para uma negociação com o Governo, a queda da CPMF é o ponto de partida para a reforma tributária e para o ajuste fiscal. Então, essa será nossa grande batalha. V. Ex^a, que foi a grande líder desse processo ao relatar a proposta de emenda à Constituição da CPMF na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com certeza, vai fazer parte dessa trincheira, aqui no plenário, onde vamos dar uma lição ao Governo e iniciar o processo de ajuste fiscal e de reforma tributária.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Senador. Quero, de público, agradecer a V. Ex^a, Senador ACM Júnior, sua colaboração no meu relatório. Foram de fundamental importância suas instruções, seus dados e suas explicações. V. Ex^a é administrador e professor de Economia, e eu, como iniciante, quero agradecer-lhe seus ensinamentos neste período tão importante para o Brasil.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senadora Kátia, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Primeiramente, Senadora, quero agradecer a V. Ex^a as palavras relativas à minha pessoa. Realmente, fiquei muito feliz, ao contrário do que se imagina, com a decisão da Senadora Ideli, Líder do Bloco, de me retirar no dia da leitura do seu relatório, portanto, impedindo-me de votar como minha consciência manda: contra a CPMF. Mais feliz fiquei hoje, quando a Bancada do meu Partido decidiu sair desse Bloco, adotando, portanto, uma posição independente e democrática para discutir e acatar as decisões. Portanto, decidimos não fechar a questão e deixar a Bancada livre para votar como desejar. Isso significa que, hoje, já há dois votos do PTB contra a CPMF, mas poderá haver mais. No dia 28, V. Ex^a estará presente na reunião da Comissão Executiva para explanar seu relatório, quando também deveremos discutir nossa posição. O PTB, doutrinariamente, é contra a criação de imposto, principalmente imposto que sacrifique a classe trabalhadora mais pobre.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Com certeza. Muito obrigada, Senador. Ficamos muito felizes – o Brasil todo e, especialmente, seu Estado – com a posição firme de V. Ex^a e do Senador Romeu Tuma, do PTB, também contrário à CPMF. Com certeza, outros Senadores membros do PTB também terão, se Deus quiser, consciência sobre a importância deste momento.

Senador Mozarildo, aprofundamo-nos no estudo desse relatório do FMI e observamos a taxa média anual de crescimento dos países da América Latina. Que judiação, Sr. Presidente! Um País tão extraordinário, tão maravilhoso como o Brasil só conseguiu uma taxa de crescimento maior que a de El Salvador e a do Haiti. Dos 19 países, ficamos em 17º lugar. Portanto, apenas esses dois países ficaram abaixo do Brasil. O crescimento percentual do PIB da Argentina foi de 8,7%; o do Uruguai, de 6,7%; o da Colômbia, de 4,7%; o da República Dominicana, de 4,5%; o do Paraguai, de 3,6%; o da Guatemala, de 3,1%, e o nosso, de 2003 a 2006, foi de 2,6%, um crescimento pífio.

(Interrupção no som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Colegas Senadores, há indicadores que o Governo está cansado de saber, principalmente por contar com economistas importantes e graduados que, provavelmente, deverão compor o Ministério da Fazenda, o Banco Central e o Ministé-

rio do Planejamento, ao observar o crescimento do PIB em relação à carga tributária de alguns países. Isso está claríssimo! Quanto maior a carga tributária, quanto maiores os impostos que a população paga, menor é o crescimento do País. Para se ter uma idéia, na China, que tem carga tributária de 19%, o crescimento foi de 9%. E nós, que temos uma carga tributária de 36% – foram 34% nesse período até 2005 –, tivemos um crescimento de 2,4%. O Chile, nosso vizinho próximo na América Latina, cresceu 4,9%, portanto, o dobro do Brasil, e uma carga tributária de dez pontos a menos do que a do Brasil.

Sr. Presidente, tenho a certeza absoluta de que, nos próximos dias, daremos um passo importante a respeito da carga tributária, que pesa para a sociedade, que, a cada dia, precisa ser melhor esclarecida. Apesar de a consagrada maioria da sociedade brasileira já ser contra a carga tributária e contra a CPMF, é necessário que, ao longo desse tempo, possamos, cada vez mais, explicar à sociedade o que significa, de forma negativa, a carga tributária no País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, a China tem nos ameaçado, além de desestruturar alguns setores importantes que empregam muitos brasileiros, como o calçadista, o de brinquedos, o de DVDs, o têxtil, todos estão massacrados com as importações chinesas. O Sr. Sérgio Aredes, Presidente de um sindicato desse setor, disse que a indústria de fios e cabos semimanufaturados de cobre e suas ligas está perdendo espaço monstruoso para a China no nosso País. E não é só esse caso, não. A China é a segunda maior vendedora individual de produtos para o Brasil, perdendo apenas para os Estados Unidos. O Mercosul, que estava à frente da China, está em terceiro lugar. Portanto, hoje, a China ocupa um espaço muito forte aqui dentro. O que isso significa? Significa que a China está conseguindo vender seus produtos mais baratos, mas que não estamos conseguindo vender nosso produto mais barato, entre outras inúmeras causas, como a falta de estradas, de ferrovias e de hidrovias, por causa das elevadas cargas tributárias e dos impostos. O imposto está embutido no preço do brinquedo; o imposto está embutido no preço do tecido; o imposto está embutido no preço do calçado, e o calçado chinês chega aqui sem imposto algum! É claro que a população vai preferir comprar sapatos mais baratos. Sr. Presidente, a China está engolindo nosso mercado! E apenas observamos isso sem tomarmos qualquer iniciativa.

Sr. Presidente, até agora, arrecadamos R\$491 bilhões. Neste ano, se estivéssemos ficado sem a

CPMF, teríamos arrecadado R\$461 bilhões. Portanto, mesmo sem a CPMF, teria havido um aumento de arrecadação de R\$15 bilhões neste ano de 2007. Imaginem o que vai ocorrer no ano que vem – tenho a certeza de que o Brasil vai continuar crescendo –, principalmente com o fim da CPMF, que nós, a grande maioria dos Senadores, iremos derrotar neste plenário! Ainda assim, não seriam 10% de arrecadação sem a CPMF. Não é essa Contribuição a única responsável por esses 10%. Se, em 2007, tivéssemos tirado a CPMF, ainda assim não estariam 10% aqui, mas, sim, 3,4% de aumento da arrecadação de impostos no País.

(Interrupção no som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, para encerrar, quero, mais uma vez, dizer ao Brasil que estamos nesta jornada, nesta empreitada – como se diz no interior do meu Estado, no interior do Brasil –, contra a CPMF, contra a carga tributária. Não estamos lutando contra um Presidente da República, muito menos contra o Governo do PT. Estamos trabalhando em prol do Brasil. Estamos tentando encorajar e mostrar ao Governo que isso é possível, sim, desde que o Governo trabalhe como um pai de família responsável, desde que economize em suas despesas, desde que corte as gorduras, desde que faça a adequação do orçamento familiar aos gastos dos filhos e da esposa, como faz todo pai e toda família equilibrada neste Brasil, vivendo de acordo com suas possibilidades.

As gorduras são cortadas na hora em que é preciso. É isto que queremos que o Governo faça: que diminua os gastos abusivos, os gastos desnecessários, que gaste bem, com qualidade, principalmente porque o dinheiro não é dele. Devemos zelar muito mais pelo dinheiro do povo do que pelo nosso próprio dinheiro. Então, temos de priorizar os gastos, eleger nossas prioridades em investimento em saúde e em educação de verdade, não só no discurso, cortando a ganância da máquina pública da Presidência da República, dos Ministérios, das autarquias estatais e das ONGs, com os bilhões e bilhões que foram jogados pelo ralo. Há exceção, porque existem ONGs que trabalham com seriedade, mas, quanto à grande maioria, sabemos muito bem qual foi o instrumento utilizado com esses recursos públicos e para onde eles foram.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância. Quero dizer ao Brasil que o momento é de muita esperança, que a maioria dos Senadores está com sua consciência formada e que não adianta ameaçar Go-

vernadores, ameaçar Prefeitos, ameaçar Senadores, porque vamos agir de acordo com nossa consciência, de frente para a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Kátia Abreu, eu afirmaria que na História do Brasil se deu a Inconfidência Mineira, com o sacrifício de Tiradentes. Tudo pela derrama, imposto que os portugueses cobravam. Era um quinto, 20%; hoje é o dobro. Esta a razão de darmos um basta nos escorchantes impostos cobrados do povo brasileiro que trabalha.

Estão inscritos ainda para falarem nesta sessão, os Senadores Paulo Paim, Augusto Botelho e Antonio Carlos Júnior.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, venho à tribuna para comentar a respeito de uma importante reunião que tivemos hoje com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega; com o Secretário de Governo, Arno Augustin; com a Governadora Yeda Crucius, do PSDB; com o Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Fontana; com o Deputado Federal Eliseu Padilha, do PMDB; com o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Estadual Frederico Antunes; com os Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi; com o Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Aod Cunha, reunião que considerei de grande importância, agendada para discutirmos a crise econômica do Rio Grande.

O Rio Grande, há muito tempo, reivindica a negociação da dívida do Estado junto à União, que passaria por um empréstimo junto ao Banco Mundial da ordem de um pouco mais de US\$1 bilhão.

Infelizmente, os governos anteriores, Sr. Presidente, não deram o aval para que o Governo do Rio Grande fizesse essa negociação. Na conversa que tivemos com o Ministro e com o Secretário, ficou consagrado que o Governo Lula vai avalizar o empréstimo para que o Governo do PSDB possa receber do Banco Mundial esta quantia que ultrapassa US\$1 bilhão.

Isso será fundamental para a economia gaúcha porque, com essa operação, vamos baixar de 18% para 13% o que pagamos da receita líquida do Rio Grande para a União.

Sr. Presidente, a segunda grande reivindicação do Rio Grande junto ao Governo diz respeito à preocupação que todos temos, neste momento, com o pagamento do 13º salário dos servidores de nosso

Estado em virtude dessa crise. Conseguimos também, nesse acerto, fazer com que o Governo Federal aporte R\$200 milhões, ainda durante o mês de dezembro, para que o Governo do PSDB, em nosso Estado, possa saldar o correspondente ao 13º salário. Essa parte será encaminhada mediante acordo com o Governo Federal.

Senador Mão Santa, quando falo do PSDB, estou apenas mostrando que, quando os interesses do Estado estavam em jogo, todos os partidos se somaram. Estavam lá o PMDB – Senador Pedro Simon e o Deputado Eliseu Padilha –, o PSDB, o PTB, o Líder da Bancada Federal do Rio Grande, Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho... Enfim, estavam representadas todas as forças políticas do Rio Grande.

Também avançamos nas negociações de mais duas questões.

Existe uma dívida do Governo Federal, de governos anteriores, que ultrapassa R\$1 bilhão, em relação a investimentos que fizemos para a recuperação de estradas federais. Ficaram de ser pagas em um segundo momento.

O Ministro Guido Mantega e também o Secretário-Geral Arno Augustin deixaram muito claro que, se depender do Ministério da Fazenda, isso será saldado. Haverá um acerto de contas. Temos de fazer uma construção técnica e jurídica junto ao Ministério dos Transportes. Vamos fazer também esse acerto. E desde já cumprimento o Ministro Alfredo Nascimento. Liguei para S. Ex^a, que estava no Amazonas. De pronto, S. Ex^a disse que vai nos receber na próxima quarta-feira, às 11h30min. Comparecerá a mesma comitiva, com a adição de outros que desejarem participar. Juntamente com a Governadora, iremos dialogar a fim de encontrar um caminho legal para que a União possa ajudar o Governo do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, além de fazer o esclarecimento sobre essa importante reunião, gostaria de registrar que, recentemente, uma grande chuva de granizo atingiu o Rio Grande do Sul, danificando 10 mil residências. O Ministro Guido Mantega também se mostrou sensível a essa reivindicação, e vai trabalhar, junto ao Ministério da Infra-Estrutura, no sentido de que o aporte necessário seja discutido dentro do possível e do viável para que o Rio Grande do Sul dê assistência às famílias que perderam suas casas e parte das próprias lavouras.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, faço esta exposição da tribuna do Senado porque apostei muito nessa negociação, e continuo apostando. E vamos avançar mais, até encontrarmos uma saída para a crise financeira do Rio Grande do Sul. Muitas vezes, venho

à tribuna – assim como V. Ex^a, Senador Mão Santa, e o Senador Augusto Botelho – fazer críticas por entender que, em uma ou outra situação, há uma discordância de nossa parte em relação ao Governo. Em um momento como este, em que o Ministro Guido Mantega, ao lado do Secretário Arno Augustin, anunciou que o Presidente Lula disse que fizessem de tudo para encontrar saídas para ajudar o Rio Grande do Sul, eu tenho que vir à tribuna e também saber reconhecer e agradecer. Não é possível só cobrar, só criticar, e não reconhecer quando se avança em um processo de negociação. É uma discussão suprapartidária. Todos os partidos se envolveram. Sei que os empresários, os trabalhadores, todas as forças vivas do Rio Grande estão torcendo para esse entendimento que nós, a partir de uma iniciativa dos três Senadores – quero resgatar isso –, em conversa com a Governadora do PSDB, começamos a avançar.

Senador Mão Santa, é um momento importante. Sei que alguns que estão me ouvindo, neste momento, estão pensando: “Sim, mas não atenderam tudo, não pensaram na dívida antiga do pólo, não sei quê da reforma agrária, ou da CE, ou mesmo da Lei Kandir”.

Aprendi, no Movimento Sindical, que devemos articular, negociar, debater e avançar. Recuar nunca, avançar sempre. Por isso, considero que foi uma grande reunião. Saí otimista pelos compromissos firmados, inclusive de um aporte de recursos que vai pagar o 13º salário dos nossos servidores, de mais de R\$200 milhões. Cumprimento todos os partidos políticos pela unidade – não a favor deste ou daquele partido – demonstrada hoje a favor do Rio Grande.

Senador Antonio Carlos Júnior, pode ter certeza de que ali estavam todos representados: DEM, PSDB, PDT, PV. Enfim, não havia um partido que não estivesse naquele encontro. É muito bom que exista a paixão da disputa permanente e legítima no aspecto democrático dos partidos. Mas há momentos na vida em que temos que olhar mais para o horizonte, acima dos partidos. Pois acima dos partidos políticos está o povo brasileiro, a nossa gente, tão sofrida, à espera de uma alternativa. Foi isso que nós, com muito orgulho – e não estou me referindo somente a mim –, construímos nesse encontro inesquecível, que teve início às 11 horas e foi encerrado em torno das 14 horas.

Estou esperançoso com o segundo momento agora, em que vamos acertar a questão técnica e jurídica para o outro aporte de recursos, que ultrapassará R\$1 bilhão.

Encerrou, agradecendo muito ao Senador Augusto Botelho, que me cedeu o espaço, por duas vezes, a fim de que eu pudesse ainda pegar o vôo das 19 horas.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Estamos presidindo baseados em Montesquieu, em *O Espírito das Leis*. V. Ex^a não poderia deixar de usar a palavra hoje, uma vez que V. Ex^a é uma das estrelas deste Senado da República. Permita-me lembrar que V. Ex^a preside, com muita eficiência, a Comissão de Direitos Humanos. E o Brasil está abalado com a barbárie do Pará. É uma barbárie que é uma nódoa não para o Pará, mas para a história da humanidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, aproveitando seu gancho, gostaria de dizer apenas uma frase: já marcamos audiência pública para terça-feira, às 9 horas, e convidamos todas as forças do Pará envolvidas nesse incidente. Queremos a punição exemplar. Foi um crime hediondo. Aprovamos o requerimento hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Relembro o Presidente Tião Viana: aqui, têm estrelas; V. Ex^a é uma das estrelas neste Senado da República.

Com a palavra o também Senador do PT – que já está na tribuna –, Senador Augusto Botelho, que ilustra e enriquece a classe médica de Roraima e do Brasil e também este Senado. V. Ex^a simboliza a virtude da classe médica aqui.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Por falar em classe médica, gostaria de registrar que, ontem, o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e a Federação Nacional dos Médicos convocaram todos os médicos do Brasil, inclusive os de Roraima, para fazer um dia de protesto em defesa do Sistema Único de Saúde. Como médico, sei das deficiências e dos problemas do nosso sistema. O movimento de ontem era para reclamar da infra-estrutura, segundo captei com os nossos médicos de Roraima, e dos baixos salários dos médicos. Os médicos têm de ter dois ou três empregos, em vários lugares, para poderem ter uma remuneração digna. Isso às vezes os deixa cansados, e cai a qualidade do atendimento. Lá, em Roraima, há três hospitais: o Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, que é a maternidade, para crianças até 30 dias; o Hospital da Criança Santo Antônio,

que é o hospital infantil; e o Hospital Geral de Boa Vista Rubens de Souza Bento, que é o hospital geral de todos. Então, os médicos fizeram equipes, ficaram na frente do hospital durante a manhã, suspenderam os atendimentos de casos eletivos, mas não pararam nenhuma urgência, nem a emergência, e explicavam às pessoas o motivo do movimento, que foi pacífico. Não houve nenhum problema, graças a Deus.

Mas estou vindo aqui, hoje, para falar de um problema que está acontecendo com o Centro de Estudos Brasileiros em Oxford, Sr^s e Srs. Senadores.

Chegou-me, há alguns dias, a triste notícia para o Brasil de que o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, conhecido por sua excelência acadêmica e pelos serviços prestados para a imagem positiva do Brasil no exterior nos últimos 10 anos, está para fechar.

No último dia 9 de setembro, no jornal *O Globo*, o historiador José Murilo de Carvalho alertou para a crise que ora vive o Centro, ameaçado pela falta de apoio do Governo brasileiro e da iniciativa privada, que, de 1997 a 2007, aportaram recursos e viabilizaram, em dez anos, a realização de mais de 200 conferências e de dezenas e dezenas de seminários internacionais; que permitiram o trabalho de mais de 100 pesquisadores, intelectuais e estudantes, inclusive, cerca de 40 estudantes de doutorado com bolsas, bem como a publicação de mais de 80 artigos e de diversos livros e a realização de exposições e exhibições de filmes brasileiros.

Não podemos, Sr^s e Srs. Senadores, deixar que esse espaço de produção acadêmica e artística brasileira morra. O Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford é o mais conhecido e produtivo centro de estudos brasileiros fora de nosso País. Por causa do Centro, nenhuma universidade, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos ou na Europa continental, pôde competir com a Universidade de Oxford em estudos brasileiros. E ele agoniza, neste momento, sem os recursos necessários para os próximos cinco anos, Sr. Presidente.

A história é longa, mas serei breve. Nos dois últimos quinquênios, por meio de parceria entre o Governo brasileiro e o governo britânico, empresas públicas e privadas dos dois países, o terceiro setor, doadores individuais e a Universidade de Oxford, o Centro manteve-se na ponta, exercendo um papel de “embaixador da cultura brasileira”, nos dizeres de Murilo de Carvalho. Para o próximo quinquênio, 2007/2012, não tem conseguido os recursos necessários.

A casa em que funcionava o Centro, Sr^s e Srs. Senadores, foi, há algumas semanas, ocupada pelo

Centro de Estudos Africanos, com mais apoio do que o nosso. O Centro brasileiro mudou-se fisicamente para algumas salas do Centro de Estudos Latino-americano, e em 2008 deixará de existir se não houver o devido aporte de recursos.

O orçamento anual do Centro é de cerca de US\$600 mil, o que significa que US\$3 milhões garantiriam o funcionamento do Centro por cinco anos, segundo o compromisso da Universidade de Oxford, que aguarda, até o fim do ano, o aporte do recurso, para que o Centro continue funcionando.

Seis milhões de reais, Sr^{as} e Srs. Senadores, para garantir que tenhamos, por mais cinco anos, um centro de excelência, a receber os nossos pesquisadores e os especialistas estrangeiros sobre o Brasil, que possam ali contribuir para uma melhor compreensão do País e de seus desafios; um lugar, também, que possa despertar em jovens estudantes de Oxford o interesse pelo Brasil e que lhes possa oferecer a oportunidade de aprender sobre nossas riquezas, especialmente as culturais.

Não duvido que alguns se voltem contra a participação do Governo brasileiro em tal empreitada. Com a escassez de recursos, não faria mais sentido aplicá-los aqui, em alguma universidade brasileira ou em outras prioridades? Sr^{as} e Srs. Senadores, não representa avanço nenhum o encerramento de uma iniciativa tão bem-sucedida. Avanço nenhum.

Há um ditado que diz: educação é caro? Experiência o preço da ignorância. Ninguém quer a ignorância, nenhum de nós pode ou quer defendê-la. O relatório de funcionamento do Centro entre 1997 e 2007 – peço, Sr. Presidente, que conste nos *Anais da Casa* – demonstra o trabalho amplo, contínuo e profícuo do Centro e justifica mais do que plenamente seus custos. Nos dez anos de sua existência, sob o comando do respeitado historiador Leslie Bethell, membro estrangeiro da Academia Brasileira de Ciências e organizador de diversos volumes sobre a história da América Latina, o Centro funcionou de maneira irrepreensível.

Não proponho aqui a participação exclusiva do Estado via CNPq, Itamaraty e Ministério da Cultura, parceiros anteriores do Centro. Proponho que o Governo se entusiasme, que defenda o Centro; e, ao entusiasmar-se, faça com que outros antigos parceiros públicos, como a Petrobras, voltem a apoiar a instituição. E, com o apoio do Governo, que os parceiros da iniciativa privada da década, como Organizações Globo, Grupo Votorantim, Banco Safra, Academia Brasileira de Letras, voltem a olhar para o Centro como uma instituição que merece ser apoiada.

É comum, no exterior, que os estudos brasileiros sejam abrigados no guarda-chuva de estudos latino-americanos e que ali a complexidade e a diversidade que nos caracterizam se percam. É comum que a compreensão do Brasil se reduza dentro desses centros, por melhor que sejam. A Universidade de Oxford emprestou seu prestígio para o Brasil. E o Brasil pôde estabelecer-se, com prestígio, no coração da Europa, ao criar um espaço em que economistas, cientistas sociais, historiadores, escritores, ambientalistas dos mais distintos matizes pudessem interagir e produzir, independentemente de suas linhas de pesquisa, preferências teóricas ou epistemológicas.

Num ambiente interdisciplinar e de liberdade criadora, o Centro chama atenção para o Brasil. Volto a citar Murilo de Carvalho: queremos admissão no Conselho de Segurança da ONU; queremos uma voz no cenário internacional. Por que, então, fecharmos um centro de estudos em pleno coração da União Européia?

Precisamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, apoiar o Centro e não deixá-lo esvaír-se.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

***O DOCUMENTO A QUE SE REFERIU
O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE, APÓS SUA
TRAUÇÃO.***

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a enriquece este Senado, pois, na grande maioria dos pronunciamentos, está preocupado com pesquisa, com cultura. Isso me faz pensar no nascer da civilização, quando Sócrates dizia que só há um grande bem, o saber, e que só há um grande mal, a ignorância.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do PT. Aqui, há a democracia com que os brasileiros sonham.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É para registrar um requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, seja constituída Comissão de Senadores e Senadoras, para que possam acompanhar no Nordeste do Estado do Pará, no Município de Abaetetuba, os gravíssimos acontecimentos

envolvendo uma jovem de 15 anos de idade, colocada em uma cela com vinte homens, por cerca de um mês, pela Delegada FLÁVIA VERÔNICA.

Precisamos apurar isso às últimas conseqüências, porque já temos informações de que existem outros casos como esse. Isso tem de ser esclarecido, para que se acabe com essa prática, que é crime.

Ao tomar conhecimento desses fatos lamentáveis, repugnantes e inaceitáveis, ocorridos no Estado do Pará, em que autoridades policiais colocaram uma jovem de apenas 15 anos em uma cela com vinte homens, e que desta atitude irresponsável os mais absurdos atos de violência ocorreram, é que o Senado Federal tem a obrigação de se posicionar firmemente, constituindo esta Comissão com o objetivo de evitar que esta barbárie fique impune e que os responsáveis não sejam apenas afastados de suas funções, mas sim punidos rigorosamente [e que essas coisas parem de acontecer no Pará ou onde quer que seja. Não podemos admitir esse tipo de procedimento, de violência repugnante e inaceitável, repito].

Dessa forma, se faz necessário o total esclarecimento perante esta Casa dos fatos ocorridos com a jovem violentada [e outros que possam existir].

Esse meu requerimento, portanto, vem no sentido de que se constitua essa comissão de Senadoras e Senadores para que se possa acompanhar as apurações lá no local dos acontecimentos.

Assino, com certeza, em nome de todas as Sr^{as} Senadoras. Não tive tempo de conversar com cada uma, até porque estava desenvolvendo uma série de atividades e ações, mas tenho certeza de que as dez Senadoras e também os Senadores desta Casa concordam com esse tipo de ação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a traz a bravura e a coragem da mulher e professora. Isso são estrelas maiores do que o partido que V. Ex^a representa.

Mas V. Ex^a podia ir mais além e lembrar ao Presidente da República, o generoso, o sensível, Luiz Inácio, que se acompanhasse da sua encantadora esposa, Dona Marisa, de que todos nos orgulhamos, e pedisse à jovem desculpa, perdão, e não o documento que chegou aqui do Partido dos Trabalhadores dizendo que ela será julgada. Ela já foi condenada pela barbárie em que vivemos!

Concedo a palavra, como último orador inscrito, ao Senador Antonio Carlos Júnior, que o País aguarda.

Eu lembraria a V. Ex^a também que aqui foi dito, Senadora e professora Serys Slhessarenko, pelo Senador Demóstenes que esse fato era da época medieval.

Quero defender os que viveram na época medieval. Nunca antes houve uma barbárie como essa que ocorreu no governo do PT do Pará e do PT do Brasil. Nunca antes! A época medieval vai justamente da queda de Roma ao Renascimento. Nessa época, tivemos São Tomás de Aquino; nessa época, no final dela, surgiram Leonardo da Vinci, o líder do Renascimento, com Rafael e Michelângelo, bem como Maquiavel. Todos estes fizeram o Renascimento. E o líder deles, Leonardo da Vinci, disse o que é oportuno para V. Ex^a – e isso no final da época medieval: “o mau discípulo é o que não suplanta o mestre”. A Bahia e o País esperam que V. Ex^a suplante aquele extraordinário Senador que foi Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É difícil, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses dias, o atual governo deu novas demonstrações de que o aparelhamento do Estado é uma meta a ser cumprida de forma metódica, implacável, mesmo que traga sérios prejuízos para o País.

Quisera eu estar me referindo ao aparelhamento do Estado no sentido positivo, sadio: de trazer equipamentos aos hospitais, computadores às escolas, aos laboratórios de pesquisa e às universidades, de dotar o Estado de bons e bem treinados servidores.

Não, Srs. Senadores! Infelizmente, refiro-me ao aparelhamento do Estado no sentido mais nefasto, com a máquina pública sendo inflada com apaniguados, militantes partidários, sem o devido compromisso com a qualidade e correção do serviço, desses sendo exigido somente que se mostrem devotos do pensamento único.

E pior, em alguns casos, deliberadamente estão privando o Estado de contar com profissionais competentes apenas porque não se ajustam ao rígido figurino ideológico, à estrita corrente de pensamento estabelecida pelo poder.

Se não é assim, como entender a decisão do Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Márcio Pochmann, de afastar daquele órgão os economistas Fábio Giambiagi, Gervásio Resende, Regis Bonelli e Otávio Tourinho?

Curiosamente, todos eles são críticos da administração econômica do Governo. Todos eles, Sr. Presidente, contrários aos aumentos cada vez mais acentuados dos gastos com o custeio da máquina pública.

Foi um expurgo.

Por tudo que se vê, pelas razões apresentadas pelo Presidente do Ipea para o afastamento, mais do que aparelhamento do Estado, o que presenciamos foi, repito, um expurgo.

De tão primárias, as explicações dadas para o afastamento sequer merecem ser comentadas.

Infelizmente, a política do pensamento único, tão comum em regimes antidemocráticos, mas que se esperava não mais existir no Brasil, voltou a mostrar suas garras nesse episódio.

Causa perplexidade onde aconteceu desta vez.

No Ipea... que, em mais de 40 anos, jamais tinha conhecido perseguição a seus pesquisadores. Inclusive foi fundado pelo então Ministro João Paulo dos Reis Velloso – seu conterrâneo – e que deu o exemplo, primeiro, ao acolher economistas de todas as matizes ideológicas e de pensamento, na época. Portanto, foi um exemplo que, dentro do governo militar, deveria ter sido um exemplo perene, mas que, infelizmente, agora está sendo quebrado.

O Ipea... uma instituição que tradicionalmente abrigou economistas das mais diferentes tendências, o que sempre conferiu isenção e credibilidade.

Surpreende-nos, principalmente, ela ocorrer justamente quando o Instituto passou a subordinar-se ao Núcleo de Assuntos Estratégicos, comandado por Roberto Mangabeira Unger – o tal Sealopra, Secretaria Especial de Ações de Longo Prazo.

Um homem ligado à vida acadêmica; um estudioso cuja formação certamente recebeu referências e influências plurais.

Sr. Presidente, a medida adotada é deplorável sob todos os aspectos.

Seria recriminável em qualquer outra circunstância.

E é ainda mais grave por ter-se dado em uma instituição da importância estratégica do Ipea, vital para o planejamento de políticas públicas de médio e longo prazo no Brasil.

Difícil aceitar o que aconteceu.

A qualidade desses quatro economistas não é questionada sequer pelos que discordam deles.

Eu, mesmo concordando em muito com eles, devo dizer que, como professor e democrata, saúdo

a existência dos que discordam deles, adepto do que sou do embate de idéias.

Quanto mais penso nas razões que levaram à fundação do Ipea, pelo Ministro Reis Velloso, há mais de quarenta anos, mais incompreensíveis me parecem essas demissões.

O Ipea não é um órgão de execução do que quer que seja!

O Ipea foi criado para pensar o Brasil!

Senhores, uma das finalidades do Ipea é avaliar e acompanhar as políticas públicas. Para isso, ele deve ter condições de analisar, com isenção, e diagnosticar os problemas estruturais e conjunturais da economia e das políticas públicas implementadas pelo Governo.

Ora, Sr. Presidente... É impossível analisar e, principalmente, propor reformulações sob o império do pensamento único! Olhe Chávez!

É impossível praticar a isenção com a ameaça de expurgo ao menor sinal ou manifestação que desagrada o feitor de ocasião.

Sr. Presidente, trago aqui comigo um estudo publicado pelo Ipea há poucos dias. Chama-se “Dezessete anos de política fiscal no Brasil: 1991-2007”. Seu autor é o economista Fabio Giambiagi, um dos quatro expurgados pelo Ipea. O trabalho apresenta a trajetória da política fiscal no Brasil desde 1991. Quase vinte anos...

Nesse tempo, o gasto primário do Governo passou de 14% do PIB, em 1991, para uma estimativa de 22% do PIB em 2007. Nesse mesmo período, a receita saltou de 15% do PIB para 24% do PIB. E a carga tributária – olhem só! – de 24% para 35% do PIB.

Com dados como esses – todos inatacáveis – ficou mesmo difícil ao Governo gostar do que iria ler.

Srs. Senadores, trata-se de um trabalho extenso, denso, de excelente conteúdo, bem fundamentado e propositivo, e que – vejam a coincidência! – foi publicado neste mês de novembro.

Certamente não vou comentá-lo em sua integridade, razão pela qual peço ao Presidente que autorize sua transcrição nos Anais da Casa. Contudo, permito-me destacar alguns pontos que, certamente e infelizmente, dão uma pista das razões pelas quais esse economista integrou a lista dos expurgados do Ipea.

Hoje, o articulista Merval Pereira, de *O Globo*, faz menção a esse trabalho, que é da mais alta importância.

Giambiagi lista as grandes transformações pelas quais passou o setor público brasileiro nas últimas duas décadas. Ele cita, entre outros marcos:

- a privatização das estatais;
- a venda de bancos estaduais;
- o Plano Real;
- as três reformas parciais da Previdência;
- o ajustamento fiscal pelo qual passaram Estados e Municípios;
- a adoção de metas de resultado primário para o setor público; e
- a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mais adiante, Fábio Giambiagi relaciona os desafios que o Governo deve enfrentar na área fiscal.

Entre esses desafios, cita o aumento do investimento público – estamos gastando em custeio, estamos desperdiçando dinheiro e não investindo no que deveríamos investir; a diminuição da carga tributária – olha a CPMF aí, pois temos o dever cívico de barrar esse aumento de carga tributária; e, claro, para viabilizar esses dois, um terceiro: a contenção dos gastos correntes.

O Governo está sendo indulgente com o dinheiro público. Os gastos correntes aumentam a taxas exponenciais. Com isso, diminui a capacidade de investimento do próprio Governo, inclusive em infraestrutura. A infra-estrutura do Governo está sucateada, e o Governo não investe porque gasta onde não deve gastar.

Como se vê, ele se alinha com a enorme maioria, quase totalidade, dos economistas das mais diversas correntes de pensamento, que apontam esses três fatores os principais responsáveis pelo fato de o Brasil não ter alcançado taxa de crescimento de sua economia compatível com os demais países em estágio similar de desenvolvimento.

Nossas taxas são abaixo da média dos países em desenvolvimento.

Queria chamar atenção para a expressão que utilizei – “diversas correntes de pensamento” –, que, parece-me, talvez tenha sido o detonador da ação persecutória no Ipea.

Sr. Presidente, como disse, o trabalho é longo e não pretendo comentá-lo todo agora.

Claro está que alguns, no Instituto e fora dele, vinham se irritando, há tempos, com as análises, conclusões e recomendações dessa turma.

Vamos aguardar a presença do Presidente do Ipea, Marcio Pochmann, na Comissão de Assuntos

Econômicos, em face do requerimento apresentado pelo Senador Arthur Virgílio.

Lá, poderemos conhecer as razões para o Ipea ter decidido abrir mão de pesquisadores da qualidade de Fabio Giambiagi, Gervásio Rezende, Régis Bonelli e Otávio Tourinho.

Será uma oportunidade para o presidente do Ipea confirmar se de fato decidiu, e por que razões decidiu, extinguir o Grupo de Acompanhamento Conjuntural daquele órgão, que dava estatísticas periódicas do desempenho da economia brasileira. Este é outro ponto que preocupa, um outro problema: o Boletim de Conjuntura do Ipea agora não será mais divulgado. Ainda mais: se é verdade que as pesquisas do Instituto, a partir de agora, tramitarão sob regime de confidencialidade, ou seja, não serão mais divulgados, sendo que estavam na Internet. A cada trimestre, o boletim estava disponível para qualquer pessoa que o quisesse consultar.

Se for verdade, terá sido mais uma decisão que, somada às demais, empobrecerá mais a ação e a importância estratégica do Ipea.

Lá, na CAE, também poderemos conhecer melhor sua opinião, Dr. Márcio, sobre outros temas. Saber o que pensa Márcio Pochmann da reclamada (por muitos) diminuição dos gastos correntes e da carga tributária...

Compreender melhor como ele entende deva ser o grau desejável de participação do Estado na economia, o tamanho ideal da máquina pública...

Saber como avalia a política monetária e o papel desempenhado pelo Banco Central no Governo Lula.

Tenho certeza de que o Sr. Márcio Pochmann é absolutamente avesso a uma série de posições com relação ao ajuste fiscal. Ele é favorável à expansão dos gastos. No entanto, temos de sabatiná-lo, de discutir com ele essas questões, que são muito importantes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos aguardar a vinda do Sr. Márcio Pochmann.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1309

DEZESSETE ANOS DE POLÍTICA FISCAL NO BRASIL: 1991-2007*

Fabio Giambiagi**

Rio de Janeiro, novembro de 2007

* O autor agradece os comentários feitos a uma versão preliminar do texto por Mailson da Nóbrega e Samuel Pessoa. Naturalmente, assume, como de praxe, a responsabilidade plena pelo conteúdo final do artigo.

** Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cedido ao Ipea.

Governo Federal

Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger

Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretora de Administração e Finanças

Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Estanislau Maria de Freitas Júnior

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL: H50, H60, H62

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SINOPSE

O objetivo deste trabalho é permitir um conhecimento acurado das contas do setor público brasileiro. Ele apresenta a trajetória da política fiscal no Brasil desde 1991, quando passaram a existir indicadores “acima da linha”, desenvolvidos para acompanhar receitas e despesas. Nesse período de quase 20 anos, o gasto primário do Governo Central passou de 14% do PIB, em 1991, para uma estimativa de 22% do PIB em 2007. Nesse mesmo período, a receita do Governo Central escalou de 15% do PIB para 24% do PIB e a carga tributária de 24% para aproximadamente 35% do PIB. Apesar disso, o investimento público tem sido inferior ao observado nos anos 1980. O artigo apresenta uma gama de indicadores fiscais, com o fim de documentar um período de transformações importantes; esmiúça a evolução das variáveis em detalhes; sintetiza as grandes tendências do período; e apresenta um diagnóstico das mudanças ocorridas e dos problemas que devem ser enfrentados nos próximos anos. A conclusão apresentada é que os gastos públicos que mais aumentaram no período 1991-2007 foram aqueles considerados como “gastos sociais”, e que tanto a tese acerca da irrelevância de novas reformas, como a de que poderemos assistir no futuro próximo a uma grande crise fiscal, podem se revelar equivocadas se a economia tiver um crescimento da ordem de 4% ao ano.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to allow a precise knowledge about the Brazilian public sector fiscal accounts. The article shows the trajectory of the Brazilian fiscal policy since the beginning of the “above the line” indicators, developed to follow the evolution of revenues and expenditures, in 1991. In this period of almost 20 years, the primary expenditures of the Central Government increased from 14% of GDP in 1991, to an estimation of 22% of GDP in 2007. In the same period, revenues of Central Government escalated from 15% to 24% of GDP and the tax burden from 24% to around 35% of GDP. In spite of this, public investment has been lower than in the 80s. The article presents a set of fiscal indicators, with the purpose of register a period of important transformations; deeply analyzes the detailed evolution of the variables; syntetizes the most relevant trends of the period; and presents a diagnosis of the changes occurred and the problems that should be faced in the next years. The conclusion is that the public expenditures that leded the growth in the 1991-2007 period were that considered as “social expenditures”. Another important conclusion is that the thesis regarding the irrelevancy of new reforms, and also the one that we can see a next big fiscal crisis, could both be wrong, if the economy has a yearly growth rate of around 4%.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 UMA PERIODIZAÇÃO DE DUAS DÉCADAS	8
3 OS AVANÇOS DAS ESTATÍSTICAS FISCAIS	11
4 OS GRANDES NÚMEROS	13
5 AS CONTAS DO GOVERNO CENTRAL	16
6 O PROBLEMA PREVIDENCIÁRIO	24
7 AS OUTRAS ESFERAS DO SETOR PÚBLICO	28
8 AS MUDANÇAS DA DÍVIDA PÚBLICA	30
9 OS DESAFIOS A ENFRENTAR	34
10 CONCLUSÕES	39
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Em 2004, no editorial do seu *Boletim de Conjuntura*, o Ipea fez uma reflexão inspirada no que tinha acontecido nos processos de consolidação em outros países, e, com base em análise do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2001), registrou que

o país poderá estar ingressando (...) na fase do tão almejado círculo virtuoso, verificado em outros países que passaram por processos de ajustamento fiscal no passado, mais especificamente nos anos 1990, com destaque para alguns casos da Europa ocidental que atingiram níveis de dívida pública elevados. Nesses casos nacionais, em que pesem as diferenças e nuances entre os países, observou-se um padrão, ao qual a experiência do Brasil dos últimos anos não foi alheia. No que se poderia denominar fase 1 desse processo, o resultado primário das contas públicas era modesto ou até mesmo deficitário e, devido aos juros, a dívida pública era crescente, quadro esse que se encaixa como uma luva na situação do Brasil até 1998. Na fase 2, que correspondeu aos primeiros anos do ajustamento, houve um forte ajuste primário e o setor público passou a gerar superávits primários que, com o tempo, foram superiores a 4% a 5% do PIB mas, devido à presença de desconfiças acerca da sustentação do ajuste no tempo, as taxas de juros eram ainda altas e, conseqüentemente, uma carga de juros e de déficits elevados ainda pressionava a dívida pública. Isso espelha exatamente o que aconteceu no Brasil de 1999 até agora. Se colocadas em um gráfico mostrando a dívida pública e o superávit primário (...) como proporção do produto interno bruto (PIB), as duas variáveis mostram uma trajetória clara: na primeira fase, resultados primários modestos ou negativos relativamente estáveis convivem com uma dívida pública crescente, enquanto na segunda o superávit primário é claramente ascendente, mas a dívida pública também continua aumentando, em função das citadas razões. Finalmente, na fase 3, na qual pode ser que o Brasil ingresse entre 2004 e 2005, a persistência do ajustamento fiscal, ou seja, a manutenção de superávits primários robustos por um número considerável de anos, foi aos poucos consolidando a confiança entre os investidores. Isso ajudou a reduzir as taxas de juros e permitiu que, enquanto o superávit primário se manteve – em alguns casos até mesmo declinando ligeiramente – a queda da taxa de juros possibilitou uma diminuição significativa das despesas financeiras do governo e do déficit público, gerando, em conseqüência, uma trajetória declinante da relação dívida pública/PIB. Esta queda pôde ser conservada ao longo do tempo, pelo efeito benéfico desse processo sobre a carga de juros, viabilizando novas reduções do coeficiente juros/PIB (IPEA, 2004, p. VII e VIII).

O presente trabalho aborda esse período ao longo do qual, em quase 20 anos, a economia brasileira, que nos anos 1990 vinha de um processo de deterioração da situação fiscal, passou a conviver na década atual com superávits primários elevados mas com uma taxa de juros inicialmente ainda alta, para, posteriormente, no rastro da redução dos juros, caminhar na direção do equilíbrio fiscal. Nessa transição, o país passou a) de um déficit operacional artificialmente reprimido pela inflação elevada até meados dos anos 1990, para um desequilíbrio agudo na segunda metade dos anos 1990; b) por um ajuste fiscal no final da década passada, mas coincidindo ainda com uma elevação da dívida pública até 2003; e c) por uma redução da relação dívida/PIB a partir de 2004.

O objetivo do trabalho é apresentar uma visão ampla desse período de grandes transformações (1991-2007), de modo a permitir ao leitor um conhecimento acurado das contas públicas brasileiras, destacando em particular a dimensão do aumento da participação do Estado na economia registrada nesse mesmo período. O trabalho se distingue de outros pelo detalhamento dos dados apresentados e pela

amplitude do período tratado, uma vez que outros trabalhos existentes com características similares não retroagem até o começo dos anos 1990 ou não são tão recentes. É verdade que muitos dos dados aqui apresentados encontram-se disponíveis na internet. Porém, não só esse não é o caso dos indicadores para anos mais afastados no tempo – uma vez que diversos dados só estão disponíveis na *web* a partir do final dos anos 1990 – como também é importante mostrar esses indicadores em conjunto para que se possa formar um quadro geral da situação.

Este, assumidamente, não é um artigo baseado em um esforço de modelagem ou em testes quantitativos para provar determinada tese. Por outro lado, entendemos que a amplitude do período tratado e o detalhamento dos dados apresentados justificam a tentativa de dar uma visão panorâmica dessas quase duas décadas da economia, em que o Estado brasileiro apresentou três transformações importantes. Em primeiro lugar, passou por reformas relevantes; em segundo, sofreu um ajuste fiscal significativo; e terceiro, as receitas e despesas do governo aumentaram consideravelmente sua importância relativa. O texto insere-se, assim, na linha de artigos da literatura que procuram identificar os traços dominantes de longo prazo da evolução da economia brasileira.¹ Como exemplos de artigos conhecidos, baseados nessa filosofia, citem-se o texto de Fishlow (1986) acerca dos desequilíbrios externos na década de 1970; os trabalhos de Werneck (1986) e Villela (1991) sobre as contas públicas nas décadas de 1970 e 1980 (dos quais o presente trabalho é, de certa forma, uma continuidade, ao apresentar o quadro para as duas décadas seguintes); ou a descrição do sistema tributário ao longo da segunda metade do século XX, feita em Varsano (1997).

O artigo se divide em dez partes. Após esta breve introdução, a seção 2 apresenta uma tentativa de subperiodização do período 1991-2007. Logo depois, destacam-se os avanços importantes verificados com as estatísticas fiscais no Brasil. A quarta seção mostra os principais números fiscais das duas décadas. O detalhamento exaustivo desses números, no que se refere ao Governo Central, é feito na quinta seção, que representa o núcleo (*core*) do artigo. A sexta seção trata da questão previdenciária, e a sétima, das contas estaduais/municipais e das empresas estatais. A oitava seção analisa as mudanças ocorridas nesse período com a dívida pública. A nona, discute quais são os principais desafios que o país tem pela frente na área fiscal. Por último, apresentam-se as conclusões.

2 UMA PERIODIZAÇÃO DE DUAS DÉCADAS

A década de 1980 encerrou-se no Brasil sob a égide de um processo hiperinflacionário aberto, em moldes que, *grosso modo*, se enquadravam no padrão descrito no artigo clássico de Cagan (1956).²

O grau de desordem das finanças públicas nos anos 1980, naquele contexto institucional, pode ser aferido pela leitura do capítulo 12 do livro em que Maílson da Nóbrega (2005), como participante ativo da tentativa de modernização das

1. Com espírito similar, porém mais focado nos temas ligados à seguridade social, ver o texto de Serra e Afonso (2007).

2. Para uma descrição das relações entre resultado fiscal, dívida pública e inflação no Brasil nos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, ver Pastore (1995, 1997). Para uma visão mais recente sobre as inter-relações entre essas questões, ver Blanchard (2004).

instituições monetárias e da contabilidade pública, relata um acontecimento que lhe tocou viver então, como importante autoridade:

No início de 1983, aconteceu um fato gravíssimo. Alguns dos novos governadores eleitos perceberam que seus bancos estaduais podiam fazer saques a descoberto no Banco do Brasil, que era o depositário das reservas bancárias, à ordem do BC. *O que levava mais de um mês para chegar ao conhecimento do BC, via balancetes mensais do BB.* Não existia um sistema de informações gerenciais, nem serviços em tempo real. O primeiro deles foi o governador do Rio de Janeiro. Depois fizeram o mesmo os governadores de Goiás, Santa Catarina e Paraíba. O governador deste último estado, Wilson Braga, teve a gentileza de me avisar no dia do saque, em atenção ao fato de eu ser seu amigo e paraibano. Alertei-o para a gravidade do ato, mas ele retrucou afirmando que precisava pagar o funcionalismo e por isso *já havia efetuado o saque.* (NÓBREGA, 2005, p. 295, grifos nossos).

O fato – inimaginável no contexto atual – dá uma idéia de como os bancos estaduais tinham se convertido na prática em verdadeiras Casas da Moeda, sem maior controle por parte das autoridades federais.³

Comparativamente àquela situação, as transformações institucionais e/ou reais pelas quais passou o setor público brasileiro nas últimas duas décadas chamam a atenção pela sua magnitude. A rigor, o processo teve início ainda nos anos 1980, com a criação do caixa único do Tesouro através do sistema de controle estabelecido com o surgimento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 1986, que passou a permitir uma apuração fidedigna do resultado fiscal “acima da linha” a partir do começo da década seguinte.⁴ Já nos anos 1990 e na primeira década do novo século, oito transformações merecem destaque:

- a privatização de diversas empresas estatais, especialmente importante no que se refere às empresas estaduais, o que mudou significativamente o resultado primário das mesmas;
- a venda de diversos bancos estaduais de propriedade estatal, o que acabou com um mecanismo clássico de financiamento dos déficits públicos estaduais;
- o Plano Real, de 1994, que devido ao fim da altíssima inflação, contribuiu para ampliar muito a transparência das contas públicas, ao se poder aferir com maior precisão o verdadeiro significado das variáveis nominais, o que era impossível quando a inflação era de 3.000% ou 4.000% ao ano (a.a.);
- a realização de três reformas parciais do sistema previdenciário, duas delas no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e uma no Governo Lula;
- a renegociação das dívidas estaduais em 1997-1998, processo esse que esteve na raiz do ajustamento fiscal pelo qual passaram os estados e municípios a partir de 1999;

3. Por contraste, para uma avaliação dos avanços institucionais do Brasil em matéria fiscal, focada no período mais recente, ver Nakaguma e Bender (2006).

4. As extinções do que era conhecido como “orçamento monetário” e da chamada “conta movimento do Banco do Brasil”, que datam da mesma época, são parte desse mesmo processo de modernização iniciado na segunda metade dos anos 1980. A esses marcos devem ser acrescentados também a unificação orçamentária e a transferência da gestão da dívida pública do Banco Central (Bacen) para o Tesouro Nacional.

- a adoção de um sistema de metas razoavelmente rígidas de resultado primário para o setor público consolidado, religiosamente cumpridas desde então, a partir de 1999;
- as medidas de aumento da receita para viabilizar um profundo ajuste fiscal, em 1999, prática posteriormente repetida diversas vezes; e
- a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no segundo mandato de FHC, consolidando o processo iniciado com a privatização dos bancos estaduais e continuado com a renegociação das dívidas estaduais e municipais, fruto de uma reflexão acerca da importância de definir regras formais como parte de uma abordagem fiscal baseada na definição de novas instituições.⁵

O fato de que algumas dessas medidas datem de épocas marcadas pela existência – e, em alguns casos, agravamento – de agudos desequilíbrios fiscais indica não o caráter estéril das mudanças e sim que regras e instituições *per se* podem ser insuficientes para atingir determinados resultados fiscais se o conjunto das forças políticas dominantes do país não atua na mesma direção. Exemplos disso são as décadas de 1980 e de 1990. Na segunda metade dessas décadas, quando se verificavam alguns dos avanços já citados, a situação fiscal ao mesmo tempo se deteriorava, o que mostra a importância que têm o comprometimento político dos governos com certos padrões de austeridade e/ou as condições políticas na observância de um controle fiscal mais rigoroso.

Olhando-se especificamente os resultados fiscais, o período 1991-2008 pode ser dividido claramente em quatro subperíodos, que correspondem exatamente aos governos Collor/Itamar Franco (1990-1994); aos dois governos FHC 1995-1998 e 1999-2002 (claramente distintos um do outro nesse aspecto); e ao Governo Lula como um todo até a conclusão do presente artigo (2003-2007).

O período Collor/Itamar Franco pode ser definido como estando associado a um “déficit reprimido”. Com efeito, em contraste com o Governo Sarney (1995-1989) em cujos cinco anos as Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) no conceito operacional, foram de 5,1% do PIB, nos cinco anos de 1990 a 1994 elas foram em média estritamente “zeradas”, graças a uma combinação de melhora do resultado primário e redução das despesas com juros reais expressas como proporção do PIB. Em parte, porém, essa melhora do resultado primário envolveu um componente algo espúrio, uma vez que a melhora foi baseada na facilidade que a alta inflação permitia para ajustar o valor das despesas reais em função dos objetivos fiscais do governo em um contexto de receitas razoavelmente indexadas à inflação.

Em contraste com isso, os anos do primeiro Governo FHC (1995-1998) podem ser definidos como sendo de “déficit aberto”. Com efeito, o resultado primário consolidado do setor público, que, na média de 1990-1994, fora de 2,8% do PIB, tornou-se um déficit de 0,2% do PIB na média de 1995-1998. Isso, somado às despesas de juros – já expressas em termos nominais – de 6,0% do PIB, gerou um déficit nominal médio de 6,2% do PIB no período, em que pese a retórica de austeridade do governo na época. Nesse contexto, a dívida líquida do setor público

5. Para uma reflexão acerca deste debate, baseada não no caso brasileiro e sim no que ocorria naqueles anos em outros países do mundo, ver Kopits (2001).

(DLSP), que no começo do Plano Real, em 1994, era de 30% do PIB, atingiu 39% do PIB quatro anos depois.⁶

O segundo Governo FHC (1999-2002) pode ser definido como sendo de “ajuste com endividamento”, após o forte ajuste primário de 1999. Embora a menor despesa com juros reais e o ajustamento primário tenham diminuído as NFSP nominais do período para 4,0% do PIB, estas continuaram sendo importantes. Ao mesmo tempo, o expressivo aumento da importância relativa da dívida pública associada à taxa de câmbio e o reconhecimento de passivos contingentes acabaram elevando a dívida pública para perigosos 51% do PIB no final de 2002.⁷

Finalmente, os anos Lula, de 2003 em diante, caracterizaram-se por uma fase de “controle do endividamento”, com progressiva redução da importância relativa do endividamento público, que, na última informação disponível, referente a setembro de 2007, tinha sido reduzido para 44% do PIB.⁸ São esses grandes números que iremos analisar em maiores detalhes. Antes, porém, cabe deixar registrada a constância da melhora na qualidade das estatísticas fiscais verificada no período.

3 OS AVANÇOS DAS ESTATÍSTICAS FISCAIS

Um dos avanços mais importantes ocorridos no Brasil nas últimas duas décadas, em termos fiscais, foi a evolução das estatísticas. Certa vez, o autor deste trabalho indagou ao funcionário que chefiava o Departamento Econômico (Depec) do Bacen no final dos anos 1970, começo dos 1980 como eles faziam para tomar decisões sem ter o conhecimento da realidade permitido hoje pela publicação rápida dos dados na internet. Como resposta, ele fez o gesto de molhar o dedo indicador na boca e apontá-lo para cima, sinalizando que as autoridades na época operavam praticamente às cegas.

6. Cabe registrar que em 2007 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma série revista do PIB para todo o período 1995-2006, com valores do PIB nominal de cada ano da ordem de 10% superiores aos da série original. Isso diminuiu a importância relativa de diversas variáveis. O que era, por exemplo, 30% do PIB na série original, tornou-se subitamente equivalente a cerca de 27% do PIB na nova série. Como o resultado decorreu de se captarem mais adequadamente uma série de fenômenos, é razoável inferir que, se o IBGE tivesse retroagido com o mesmo critério para os anos anteriores a 1995, teria sido observado algo similar. Entretanto, como não podemos inventar um valor fictício para o PIB dos anos 1991 a 1994, trabalhamos com o indicador de PIB oficial, o que significa que todas as tabelas com dados expressos em percentual do PIB embutem uma distorção na passagem de 1994 para 1995. É importante que o leitor tenha isto em mente, embora para comparações de longo prazo isso perca relevância, uma vez que o efeito se dilui no conjunto das transformações verificadas na economia brasileira.

7. Cabe salientar que no auge da desvalorização do real diante do dólar, durante o ano e comparativamente com o PIB antigo – que era o disponível na época – o indicador chegou a ser de mais de 60% do PIB no terceiro trimestre de 2002.

8. Em 2003, a relação dívida pública/PIB aumentou não por expressar um fenômeno real e sim pela forma em que o Bacen apura esse coeficiente. Como, para comparar com a dívida no final do ano, ele calcula o PIB a preços de 31 de dezembro multiplicando o PIB nominal pelo coeficiente índice de preços de final do ano/índice de preços médio e ele faz essa conta usando o Índice Geral de Preços (IGP) – que aumentou muito acima dos demais índices de preço em 2002. O que ocorreu foi que essa metodologia na prática “achatou” artificialmente a relação dívida/PIB de dezembro de 2002, pela “supervalorização” do PIB face ao alto coeficiente IGP centrado em 31 de dezembro/IGP médio do ano em 2002. Em 2003, com os índices de preço a caminho da normalização, a relação preços de final do ano/preços médios foi moderada e ao deixar de supervalorizar o PIB, o coeficiente oficial dívida/PIB captou naquele ano um fenômeno real que na prática tinha ocorrido no ano anterior. Em 2003, a dívida líquida em termos nominais aumentou apenas 3,6% em relação a dezembro de 2002, mas a dívida líquida passou de 50,6% para 52,4% do PIB, em que pese o fato de a inflação ter sido de quase 10% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003, indicando redução do seu valor em termos reais.

Mesmo sem recuar tanto no tempo, ainda em julho de 1995, um ano depois do Plano Real, as autoridades não tinham idéia do que estava em curso em matéria fiscal naquele ano. Esse conhecimento só veio a ocorrer no mês de agosto, quando foram divulgadas as contas com o acumulado do resultado até maio, mostrando uma deterioração fiscal aguda em relação a 1994.

Os marcos desses avanços foram os seguintes:

- 1991 – Início da apuração das estatísticas “acima da linha” do Governo Central, da forma em que são divulgadas atualmente e que serão objeto das tabelas da próxima seção. Elas eram na época coletadas pela Secretaria de Política Econômica (SPE) com a metodologia posteriormente adotada a partir de 1997 pela STN.
- 1995 – Início da divulgação do resultado fiscal “abaixo da linha” pelo Bacen em bases periódicas (mensais) referentes ao mês ($t-2$) através da “nota para a imprensa”, em substituição ao antigo “Brasil-Programa Econômico”, em que a divulgação era feita irregularmente e com grande defasagem. Desagregação do resultado das empresas estatais entre estatais federais, estaduais e municipais.⁹
- 1997 – Redução da defasagem da divulgação dos dados do Bacen de dois meses para um mês, passando a divulgação do resultado fiscal a se referir ao mês ($t-1$). Substituição do conceito das necessidades de financiamento “operacionais” pelas “nominais” como indicador do desempenho fiscal por excelência, o mesmo ocorrendo com os juros. Início da divulgação do resultado “acima da linha” do Governo Central pela STN em bases regulares (mensais).
- 1998 – Desagregação do resultado das unidades subnacionais entre estados por um lado e municípios por outro. Adoção do critério de “gasto efetivo” para as informações de gasto “acima da linha” do Tesouro.¹⁰
- 2004 – Desagregação, na divulgação dos dados da STN, retroativa a 2003, dos dados “acima da linha” das “outras despesas de custeio e capital” (OCC), mostrando o gasto de cada órgão (ministério) dividido entre despesas de consumo por um lado e investimento, por outro.

O resultado desse conjunto de inovações representa um contraste expressivo em relação ao quadro das estatísticas existentes até o final dos anos 1980. Naquelas circunstâncias, os dados fiscais “acima da linha” do Bacen eram: *a*) divulgados irregularmente; *b*) disponibilizados apenas através de papel; *c*) conhecidos com grande defasagem de tempo; *d*) sujeitos a grandes revisões posteriores; *e*) muito agregados; *f*) desacompanhados da divulgação correspondente aos dados “acima da linha” do Governo

9. Na tabela 1 da seção seguinte, este dado aparece já em 1994, por conta de uma inferência do autor. Para 1994, o dado das estatais federais da tabela 1 corresponde a rigor à informação apurada pela antiga Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest). O dado das empresas estaduais foi calculado por diferença, conhecido o resultado consolidado das estatais e, supondo, a partir do dado registrado em 1995, que o resultado primário das estatais municipais fosse irrelevante, sendo assumido, por hipótese, como nulo. A eventual distorção resultante desse método é, tudo indica, ínfima.

10. Até 1997, os dados da despesa do Tesouro eram apurados com base na liberação dos recursos por parte deste às unidades gestoras. Entretanto, como o resultado fiscal apurado pelo Bacen leva em conta as mudanças na posição líquida da conta única do Tesouro, muitas vezes a diferença entre o que o Tesouro liberava para os ministérios e o que estes efetivamente gastavam naquele mês, gerava uma “discrepância estatística” considerável, dificultando a plena compreensão do que estava ocorrendo de fato com o gasto. A partir de 1998, o dispêndio da STN passou a computar o que é efetivamente liberado na ponta pelos órgãos responsáveis pela execução da despesa.

Central; e g) apenas parcialmente confiáveis, em virtude dos problemas citados. Por contraste, as estatísticas atuais são: a) divulgadas mensalmente; b) lançadas na internet; c) conhecidas no máximo 30 dias após o encerramento do mês; d) raramente sujeitas a revisões importantes; e) muito desagregadas; f) antecedidas 24 horas pela divulgação dos dados “acima da linha” do Tesouro; e g) plenamente confiáveis.

A imagem que melhor corresponde a essa mudança é a da constituição de um “painel de controle” extremamente eficiente para apurar a evolução de receitas e despesas. Isso não significa, porém, que estando os mecanismos de controle disponíveis no painel, o controle do gasto será efetivamente feito, uma vez que isso depende de outras circunstâncias institucionais e da maior ou menor propensão de cada governo a gastar. É o que iremos ver a seguir. De qualquer forma, o registro dos avanços verificados na qualidade das estatísticas merece certamente uma menção.

4 OS GRANDES NÚMEROS¹¹

As contas públicas passaram por grandes mudanças desde o final dos anos 1980.¹² Conforme já foi salientado, nos primeiros anos da década de 1990, houve um esforço fiscal de geração de resultados primários de certa relevância, favorecidos pelo contexto de alta inflação, que permitia aos governantes acomodar as pressões por mais gasto, deixando-as serem depois parcialmente corroídas pela inflação. Em 1995, o mecanismo se exauriu e as falências no controle do gasto se fizeram notar com toda a sua intensidade, gerando resultados primários inclusive negativos em algumas oportunidades. Foi só a partir de 1999, com as medidas de ajuste implementadas naquele ano, que o superávit primário voltou a ser robusto (tabela 1).

A tabela 2 apresenta o impacto do resultado primário sobre o resultado fiscal. Os indicadores nominais de juros e NFSP só são expostos a partir de 1995, uma vez que na época de alta inflação, não tinham nenhum significado econômico. Os resultados devem ser interpretados à luz da tabela 3, que mostra as taxas de juros reais muito elevadas que vigoraram no Brasil no período, seja para dar sustentação à política cambial; como reflexo do risco país; ou para favorecer a convergência com taxas de inflação baixas.

Na tabela 3, deve ser lembrado que ela foi calculada a partir da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (taxa Selic), que, porém, não necessariamente corresponde à taxa de juros média da dívida pública como um todo. Pelas contas divulgadas pelo Bacen na tabela de taxa de juros implícita da dívida pública – que se obtém comparando a despesa nominal de juros por componente, mês a mês, em relação ao estoque anterior da dívida – a taxa de juros real implícita da dívida pública líquida no período 2003-2006, por exemplo, foi, em média, ligeiramente inferior à da tabela 3 (11,3%), sendo de 10,4% no caso da taxa de juros da dívida interna e de 9,8% no caso da dívida total, pelo fato de o denominador do cálculo embutir a base monetária como dívida – cujo juro é nulo – e, no segundo caso, pelo fato de os juros externos pagos terem sido menores que os internos, de modo geral.

11. Os números para 2007 que constam das tabelas do trabalho representam uma estimativa do autor, feita com base nas tendências e nos dados divulgados até a conclusão do texto (novembro de 2007).

12. Para uma análise sobre o começo dos anos 1990, ver Barbosa e Giambiagi (2002). Para a evolução posterior à estabilização de 1994, até o começo da década atual, ver Giambiagi (2002).

TABELA 1
Resultado primário do setor público consolidado
 (Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Governo Central	0,98	1,10	0,88	3,25	0,47	0,34	-0,31	0,51	2,13	1,73
Estados/municípios	1,40	0,06	0,62	0,77	-0,16	-0,50	-0,67	-0,17	0,20	0,50
Estados	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,38	0,14	0,38
Municípios	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,21	0,06	0,12
Empresas estatais	0,33	0,41	0,76	1,19	-0,06	0,07	0,06	-0,33	0,60	0,99
Federais	n.d.	n.d.	n.d.	1,63	0,38	0,26	0,25	-0,22	0,61	0,86
Estaduais	n.d.	n.d.	n.d.	-0,44	-0,42	-0,18	-0,17	-0,07	0,01	0,13
Municipais	n.d.	n.d.	n.d.	0,00	-0,02	-0,01	-0,02	-0,04	-0,02	0,00
Total	2,71	1,57	2,26	5,21	0,25	-0,09	-0,92	0,01	2,93	3,22
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Governo Central	1,69	2,16	2,28	2,70	2,60	2,21	2,20			
Estados/municípios	0,80	0,72	0,81	0,90	0,99	0,85	1,10			
Estados	0,55	0,58	0,70	0,83	0,80	0,70	0,95			
Municípios	0,25	0,14	0,11	0,07	0,19	0,15	0,15			
Empresas estatais	0,86	0,67	0,80	0,58	0,76	0,82	0,65			
Federais	0,58	0,43	0,57	0,46	0,61	0,58	0,55			
Estaduais	0,27	0,24	0,22	0,12	0,14	0,24	0,10			
Municipais	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00			
Total	3,35	3,55	3,89	4,18	4,35	3,88	3,95			

Fonte: Bacen. Para o dado das estatais em 1994, ver texto. Para 2007, estimativa do autor.

n.d. = não-disponível.

TABELA 2
Resultado fiscal do setor público consolidado
 (Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Resultado primário	2,71	1,57	2,26	5,21	0,25	-0,09	-0,92	0,01	2,93	3,22
Juros reais	2,90	3,31	2,97	4,07	4,82	3,38	3,12	6,88	3,93	4,33
Juros nominais	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	6,91	5,32	4,72	7,00	8,22	6,61
Atualização monetária	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	2,09	1,94	1,60	0,12	4,29	2,28
NFSP*										
Operacionais	0,19	1,74	0,71	-1,14	4,57	3,47	4,04	6,87	1,00	1,11
Nominais	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	6,66	5,41	5,64	6,99	5,29	3,39
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Resultado primário	3,35	3,55	3,89	4,18	4,35	3,88	3,95			
Juros reais	4,31	1,21	6,50	2,89	6,81	5,40	4,35			
Juros nominais	6,64	7,71	8,54	6,61	7,32	6,89	6,35			
Atualização monetária	2,33	6,50	2,04	3,72	0,51	1,49	2,00			
NFSP*										
Operacionais	0,96	-2,34	2,61	-1,29	2,46	1,52	0,40			
Nominais	3,29	4,16	4,65	2,43	2,97	3,01	2,40			

Fonte: Bacen. Para 2007, estimativa do autor.

n.c. = não-considerado.

* (-) = superávit fiscal.

Obs.: Os juros nominais anteriores a 1995 não foram considerados porque na época de alta inflação não tinham maior significado econômico.

TABELA 3
Taxa de juros real por período de governo: Selic
 (Deflador: IPCA, em %)

Período	Taxa de juros real
1995-1998	21,6
1999-2002	10,2
2003-2006	11,3
2007	7,6

Fonte: Bacen. Para 2007, estimativa do autor.

Se considerarmos as estatísticas da segunda metade dos anos 1980, desde quando elas são computadas agregadamente e fizermos uma divisão por período de governo, chegaremos aos resultados médios da tabela 4. Podem-se inferir algumas conclusões claras:

- o resultado primário passou por grandes oscilações, sendo muito modesto na segunda metade dos anos 1980; moderado na primeira metade dos anos 1990; negativo (ou seja, houve déficit primário) no primeiro Governo FHC; e relativamente alto desde então;
- os juros nominais foram, em média, da ordem de 7% do PIB desde a estabilização de 1994;
- para esse resultado, porém, contribuiu uma atualização monetária pela reposição da inflação ao capital – dado calculado pelo Bacen e divulgado nas estatísticas oficiais – de, na média, mais de 2% do PIB no conjunto dos 13 anos, 1995-2007;
- a estatística de juros reais como proporção do PIB registra grandes oscilações ano a ano desde a estabilização, por conta das oscilações da inflação, indo de um mínimo de pouco mais de 1% do PIB em 2002 a um máximo de quase 7% do PIB em 1998. Na média dos 13 anos, porém, eles foram de 4,5% do PIB, apenas acima dos 4,3% do PIB da média dos dez anos anteriores à estabilização 1985-1994;
- na esteira das oscilações do resultado primário e dos juros reais, as NFSP operacionais – que determinam a dinâmica da relação dívida/PIB, sem considerar outras variações patrimoniais – oscilaram significativamente, mas de um modo geral, em média, foram de apenas 0,7% do PIB desde 1999, após o ajuste fiscal daquele ano.

TABELA 4
Resultado fiscal: médias por período
 (Em % do PIB)

Período	Superávit primário				Juros nominais	Juros reais	Atualização monetária	NFSPs	
	GC	EM	EE	Total				Nominais	Operacionais
1985-1989	-0,4	0,1	1,0	0,7	n.c.	5,8	n.c.	n.c.	5,1
1990-1994	1,6	0,6	0,6	2,8	n.c.	2,8	n.c.	n.c.	0,0
1995-1998	0,3	-0,4	-0,1	-0,2	6,0	4,6	1,4	6,2	4,8
1999-2002	1,9	0,6	0,8	3,3	7,3	3,5	3,8	4,0	0,2
2003-2006	2,5	0,9	0,7	4,1	7,3	5,4	1,9	3,2	1,3
2007	2,2	1,1	0,7	4,0	6,4	4,4	2,0	2,4	0,4

Fonte: Bacen. Para 2007, estimativa do autor.

n.c. = não-considerado; GC: Governo Central; EM: estados e municípios; EE: empresas estatais.

O custo da dívida pública foi, sem dúvida nenhuma, um ingrediente fundamental da explicação das contas públicas no período.¹³ De qualquer forma, embora as taxas de juros reais no Brasil depois de 1994 tenham sido inequivocamente muito elevadas, na comparação relativa do sacrifício envolvido no pagamento de juros e na geração de superávits primários, o Brasil deve ser comparado com países que também apresentaram processos de elevado endividamento, em alguns casos mais significativos do que o nosso (tabela 5). Quando é feita essa comparação com os casos clássicos de dívida alta na Europa nos anos 1980, vemos que nos anos 1990 – antes do início físico da circulação do euro, que diminuiu muito as taxas de juros – a despesa média anual de juros naquela década foi de 11% do PIB na Grécia; 10% do PIB na Itália; e 9% do PIB na Bélgica.¹⁴ Nesses países, o superávit primário médio nesses dez anos ficou entre 3% e 5% do PIB. Comparativamente a esses casos, a despesa nominal média de juros no Brasil nos nove anos desde o ajuste de 1999 – incluindo a projeção para 2007 – de 7,2% do PIB e o superávit primário médio de 3,7% do PIB, não aparecem como tendo características excepcionais.¹⁵

TABELA 5

Resultados fiscais em países com alto endividamento: média de 1991-2000

(Em % do PIB)

Países	Juros nominais	Superávit primário	Déficit público
Grécia	10,8	3,4	7,4
Itália	9,5	3,5	6,0
Bélgica	8,7	4,7	4,0

Fonte: OCDE (2001).

5 AS CONTAS DO GOVERNO CENTRAL

As informações referentes ao período 1991-1996 que constam desta seção não estão disponíveis no *site* da STN, resultando de um processo de apuração por parte do autor por ocasião da divulgação das estatísticas em cada um daqueles anos, adaptadas ao padrão das tabelas divulgadas atualmente em bases regulares por parte da STN. A

13. Foge ao escopo do trabalho a discussão acerca de se o indicador fiscal mais relevante é representado pelas NFSP operacionais ou nominais, o que requer discutir que tratamento os indivíduos dão aos juros nominais que recebem e se distinguem ou não entre os componentes de “atualização monetária” e “juros reais”. Para uma discussão sobre esse ponto, anterior à estabilização, ver Cysne (1990).

14. Para efeitos informativos, cabe lembrar que, conforme os dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a dívida pública bruta nos anos 1990 atingiu um máximo de 111% do PIB na Grécia, 135% do PIB na Itália e 144% do PIB na Bélgica. Tendo começado seus respectivos processos de ajustamento fiscal em épocas diferentes, na posição de final de 2006 e, em parte, devido aos menores juros pagos após a adoção do euro, a variável tinha diminuído para 106% do PIB na Grécia, 122% do PIB na Itália e 98% do PIB na Bélgica.

15. Há que lembrar que, além do componente implícito de “correção monetária” associada à compensação pela inflação que está embutida nos juros nominais, há também uma parcela importante de impostos. Adicionalmente, uma parcela não desprezível dos títulos públicos está em poder de instituições financeiras federais. Em outras palavras, se da parcela atual de aproximadamente 6,5% do PIB de juros nominais, retiram-se o componente de impostos – aproximadamente 20% do rendimento – e, do restante, aquilo que corresponde à inflação, tem-se um resíduo significativamente inferior ao valor do rendimento original. Por exemplo, em uma remuneração nominal de 11,25% como a taxa Selic vigente no momento do fechamento deste artigo, o imposto de 20% gera como resultante uma taxa nominal líquida de 9,00%. Se disto se desconta a meta de inflação de 4,50%, a remuneração real líquida é de 4,31% – ou menos de 40% do rendimento bruto nominal. Para computar aquilo que resta nas mãos do setor privado, é necessário adicionalmente descontar, do total de juros, o fluxo do que é pago às instituições financeiras públicas – com predomínio das grandes instituições federais. Ou seja, o que fica efetivamente, em termos reais, de rendimento de juros na forma de acréscimo de patrimônio em mãos do setor privado, é bem menos do que aqueles 6,5% do PIB.

tabela 6 mostra as informações “acima da linha” para todo o período 1991-2007 que geram os resultados do Governo Central expostos anteriormente na tabela 1. A forma de apresentar os dados nesta seção consistirá em mostrar inicialmente os principais agregados para, a partir disso, ir esmiuçando as informações por meio de desagregações sucessivas, facilitando focar os diversos aspectos da realidade fiscal.

A tabela 6 apresenta as seguintes características mais marcantes:

- entre 1991 e 2007, a receita bruta do Governo Central passa de 14,6% para 23,9% do PIB;
- nesse mesmo período, as despesas primárias totais do Governo Central sofreram um incremento de 13,7% para 21,8% do PIB;¹⁶ e
- todas as grandes categorias de gasto – transferências a estados e municípios; pessoal; benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e as outras despesas – tiveram aumentos importantes, como proporção do PIB, entre 1991 e 2007.

A tabela 7 mostra a desagregação das contas da Receita Federal. O dado se aproxima da receita da tabela 6, mas apresenta algumas diferenças em relação à metodologia de apuração, ligadas à abrangência da estatística e ao critério contábil (caixa na tabela 6 e competência na tabela 7). De qualquer maneira, como era de esperar, a tendência de aumento da carga tributária é similar. No conceito da tabela 7, entre 1991 e a estimativa para 2007, a receita do governo federal passou de 10,1% do PIB em 1991, para 17,3% do PIB em 2007.¹⁷

Os destaques desse processo foram:

- a redução da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja importância relativa diminuiu quase 50%, por conta do desinteresse do Governo Central em um imposto do qual mais da metade do que é arrecadado vai para os Fundos de Participação de estados e municípios;
- o aumento da receita do Imposto de Renda, fruto dos aperfeiçoamentos da máquina de arrecadação; do congelamento da tabela do Imposto de Renda durante vários anos; e da maior tributação associada ao recolhimento de Imposto de Renda na Fonte sobre aplicações financeiras;
- o fortalecimento das contribuições, isentas de partilha com estados e municípios, com destaque para: *a*) o surgimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que não existia no começo dos anos 1990 e arrecada atualmente quase 1,5% do PIB; *b*) o reforço da Contribuição sobre o Lucro Líquido, que nada mais é do que um Imposto de Renda sobre as pessoas jurídicas, porém não compartilhado, criado no início dos anos 1990 e que responde atualmente por uma receita de 1,3% do PIB; *c*) as sucessivas majorações da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), antigo Fundo de Investimento Social (Finsocial), aumentos que fizeram triplicar o peso desse tributo no PIB entre 1991 e 2007; e *d*) a criação da

16. Cabe lembrar que essas comparações padecem da distorção ligada à revisão do PIB de 1995 em diante, que não retroagiu até 1991, reduzindo os coeficientes em relação ao PIB entre 1994 e 1995.

17. A diferença, nos últimos anos da ordem de 1% do PIB, entre a receita do Tesouro nas tabelas 6 e 7, se deve à inclusão naquela de itens que não são captados pela estatística da Receita Federal, tais como o recebimento de dividendos por parte da União e a existência de receitas diretamente arrecadadas, que não transitam pela Receita Federal.

Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em 2002, embora nesse caso sujeita a uma pequena partilha.

TABELA 6
Resultado primário do Governo Central
(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Receita total	14,56	15,22	17,30	18,92	16,77	16,14	16,93	18,74	19,66	19,93
Tesouro/Bacen	9,97	10,59	11,83	13,91	12,15	11,33	12,22	14,01	15,05	15,21
INSS	4,59	4,63	5,47	5,01	4,62	4,81	4,71	4,73	4,61	4,72
Despesa primária	13,71	14,24	15,88	16,50	16,17	15,95	16,67	17,96	17,77	18,15
Transferências a estados e municípios	2,65	2,67	2,87	2,55	2,60	2,53	2,66	2,91	3,28	3,42
Pessoal	3,80	3,93	4,52	5,14	5,13	4,84	4,27	4,56	4,47	4,57
Ativos	2,66	2,63	2,53	2,82	2,63	2,52	2,25	2,31	2,22	2,39
Inativos	0,91	1,06	1,72	1,99	2,14	2,07	1,82	2,04	2,05	1,97
Transferências	0,23	0,24	0,27	0,33	0,36	0,25	0,20	0,21	0,20	0,21
Benefícios do INSS	3,36	4,25	4,94	4,85	4,62	4,89	5,01	5,45	5,50	5,58
Outras despesas	3,90	3,39	3,55	3,96	3,82	3,69	4,73	5,04	4,52	4,58
Discrepância estatística	0,13	0,12	-0,54	0,83	-0,13	0,15	-0,57	-0,27	0,24	-0,05
Superávit primário	0,98	1,10	0,88	3,25	0,47	0,34	-0,31	0,51	2,13	1,73
INSS	1,23	0,38	0,53	0,16	0,00	-0,08	-0,30	-0,72	-0,89	-0,86
Tesouro/Bacen	-0,25	0,72	0,35	3,09	0,47	0,42	-0,01	1,23	3,02	2,59
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Receita total	20,77	21,66	20,98	21,61	22,74	23,39	23,90			
Tesouro/Bacen	15,97	16,85	16,23	16,78	17,69	18,07	18,40			
INSS	4,80	4,81	4,75	4,83	5,05	5,32	5,50			
Despesa primária	19,10	19,51	18,67	19,07	20,28	21,24	21,78			
Transferências a estados e municípios	3,53	3,80	3,54	3,48	3,91	3,99	4,10			
Pessoal	4,80	4,81	4,46	4,31	4,29	4,52	4,65			
Ativos	2,48	2,50	2,32	2,32	2,31	2,43	2,50			
Inativos	2,11	2,08	2,11	1,97	1,98	1,89	1,95			
Transferências	0,21	0,23	0,03	0,02	0,00	0,20	0,20			
Benefícios do INSS	5,78	5,96	6,30	6,48	6,80	7,13	7,23			
Outras despesas	4,99	4,94	4,37	4,80	5,28	5,60	5,80			
Ajuste metodológico*	-	-	-	0,11	0,11	0,11	0,08			
Discrepância estatística	0,02	0,01	-0,03	0,05	0,03	-0,05	0,00			
Superávit primário	1,69	2,16	2,28	2,70	2,60	2,21	2,20			
INSS	-0,98	-1,15	-1,55	-1,65	-1,75	-1,81	-1,73			
Tesouro/Bacen	2,67	3,31	3,83	4,35	4,35	4,02	3,93			

Fontes: Até 1996, SPE. A partir de 1997, STN. Dados de despesas de pessoal calculados com base na participação de ativos e inativos nas despesas apuradas pelo Ministério de Administração. A partir de 1995, cálculos do Ministério de Planejamento. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

* Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

n.d.: não-disponível.

TABELA 7
Receita Federal
 (Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Imposto de importação	0,42	0,39	0,45	0,47	0,70	0,50	0,55	0,67	0,74	0,72
IPI	2,16	2,34	2,47	2,08	1,93	1,84	1,79	1,67	1,55	1,60
Imposto de Renda	3,39	3,80	3,94	3,76	4,11	3,99	3,89	4,68	4,84	4,78
IPMF/CPMF	0,00	0,00	0,07	0,99	0,00	0,00	0,74	0,83	0,75	1,23
IOF	0,59	0,62	0,81	0,73	0,46	0,34	0,40	0,36	0,46	0,27
Cofins	1,31	1,00	1,38	2,14	2,16	2,12	2,04	1,91	3,02	3,38
PIS/Pasep	1,06	1,08	1,16	1,05	0,87	0,88	0,81	0,77	0,92	0,85
Contribuição sobre lucro líquido	0,28	0,74	0,79	0,90	0,83	0,78	0,82	0,79	0,69	0,79
Cide	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas ^a	0,86	2,08	1,19	0,91	0,84	0,82	0,96	1,92	1,26	1,37
Total	10,07	12,05	12,26	13,03	11,90	11,27	12,00	13,60	14,23	14,99
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Imposto de importação	0,70	0,54	0,48	0,47	0,42	0,43	0,50			
IPI	1,49	1,34	1,16	1,18	1,23	1,21	1,35			
Imposto de Renda	4,98	5,81	5,47	5,30	5,80	5,91	6,05			
IPMF/CPMF	1,32	1,38	1,36	1,36	1,36	1,38	1,40			
IOF	0,28	0,27	0,26	0,27	0,28	0,29	0,30			
Cofins	3,56	3,54	3,50	4,08	4,08	3,98	4,00			
PIS/Pasep	0,88	0,87	1,02	1,03	1,02	1,05	1,05			
Contribuição sobre lucro líquido	0,72	0,90	0,99	1,05	1,22	1,21	1,25			
Cide	0,00	0,49	0,44	0,40	0,36	0,34	0,30			
Outras receitas ^a	1,18	1,30	1,40	1,47	1,02	1,10	1,10			
Total	15,11	16,44	16,08	16,61	16,79	16,90	17,30			

Fonte: Secretaria da Receita Federal. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

^a Outras receitas administradas e demais receitas.

A tabela 8 mostra as taxas de crescimento real, ano a ano, do gasto, usando o deflator do PIB, feita a ressalva de que, em 1995, isso pode implicar sérias distorções, pela mudança metodológica feita na apuração do PIB.¹⁸ Os dados encontram-se agrupados por períodos na tabela 9.¹⁹

As conclusões mais importantes são as seguintes:

- em todos os períodos considerados na tabela 9, o gasto primário total cresceu em termos reais acima do crescimento da economia;
- na média dos 16 anos, todas as categorias de gasto isoladamente consideradas cresceram em termos reais acima do PIB;
- a despesa que mais cresceu em 16 anos foi a dos benefícios do INSS;

18. Para comparações entre anos distantes, essa distorção afeta menos as taxas médias de crescimento.

19. Para uma avaliação sobre o tema da eficiência do gasto nesse período, ver a excelente coletânea organizada por Mendes (2006).

TABELA 8

Taxas de crescimento real do gasto primário do Governo Central

(Em %)

Composição	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Gasto primário total	3,3	16,8	9,4	2,1	0,8	8,0	7,8	-0,8	6,6
Transferências a estados e municípios	0,3	12,5	-6,4	6,1	-0,3	8,5	9,6	12,7	8,7
Pessoal	2,9	20,4	19,7	4,1	-3,7	-8,8	6,8	-1,7	6,4
Benefícios do INSS	25,9	21,7	3,4	-0,8	8,3	5,9	8,8	1,1	5,8
Outras despesas	-13,5	9,6	17,5	0,6	-1,4	32,5	6,4	-9,9	6,0
PIB	-0,5	4,7	5,3	4,2	2,2	3,4	0,0	0,3	4,3
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007		
Gasto primário total	6,6	4,9	-3,2	8,0	9,5	8,6	7,4		
Transferências a estados e municípios	4,8	10,3	-5,7	3,8	15,6	6,0	7,6		
Pessoal	6,5	2,9	-6,2	2,1	2,6	9,2	7,7		
Benefícios do INSS	5,1	5,7	7,0	8,6	8,0	8,7	6,2		
Outras despesas	9,9	1,9	-10,8	16,4	13,1	10,0	8,4		
PIB	1,3	2,7	1,2	5,7	2,9	3,7	4,7		

Fontes: SPE/STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.
Obs.: Deflator: Deflator implícito do PIB.

TABELA 9

Taxas médias de crescimento do gasto primário do Governo Central

(Em % a.a.)

Composição	1992-1994	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007	1992-2007
Gasto primário total	9,7	4,6	4,3	5,6	7,4	5,9
Transferências a estados e municípios	1,8	5,9	9,1	4,7	7,6	5,7
Pessoal	14,0	-0,6	3,5	1,8	7,7	4,2
Benefícios do INSS	16,5	5,5	4,4	8,1	6,2	7,9
Outras despesas	3,6	8,7	1,7	6,6	8,4	5,6
PIB	3,1	2,4	2,1	3,4	4,7	2,9

Fontes: SPE/STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.
Obs.: Deflator: Deflator implícito do PIB.

- na primeira metade dos anos 1990, em que pese o potencial da alta inflação para limitar a despesa, o gasto primário sofreu um forte aumento;²⁰

- o destaque em cada período coube aos gastos com pessoal e INSS entre 1991 e 1994; ao aumento das “outras despesas” e à redução absoluta das despesas com pessoal no primeiro Governo FHC, devido à erosão do salário real do funcionalismo no período; às transferências a estados e municípios no segundo Governo FHC; aos benefícios do INSS e às “outras despesas” – pelo aumento da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e pelo

20. Observe-se na tabela 8 que, a rigor, esse potencial redutor da inflação até 1994 foi de fato usado para controlar a evolução das “outras despesas”. O *boom* da despesa total até 1994 esteve associado a dois fatores: a) a despesa com inativos da administração pública, após a regulamentação do capítulo previdenciário da Constituição de 1988, feita em 1991; e b) a dinâmica das despesas do INSS, que captam o aumento do estoque de aposentados rurais por idade de 1,9 milhão de pessoas em 1991 para 3,8 milhões de pessoas três anos depois; e o aumento físico médio de 10,0% a.a. no mesmo período, do estoque de aposentados por tempo de contribuição.

Bolsa Família – no primeiro Governo Lula; e à generalização do aumento do gasto em 2007.

Vejam os cada um dos grandes agregados de despesa em particular, com exceção das despesas previdenciárias, que, pela sua importância, merecem uma seção específica, a continuação desta. No caso da despesa com pessoal, embora ela tenha aumentado de 3,8% do PIB em 1991 para 4,7% do PIB atualmente, isso ocorreu devido ao aumento com inativos. Com efeito, a despesa com servidores ativos, que era de 2,7% do PIB em 1991, a rigor cedeu ligeiramente, em termos relativos, sendo de 2,5% do PIB em 2007. Esse fenômeno de perda de peso concentrou-se no período pós-1994 e nos servidores civis do Poder Executivo.

No que tange às transferências constitucionais e legais aos estados e municípios, elas passaram de 2,7 % do PIB em 1991, para 4,1% do PIB atualmente (tabela 10). Isso se deu especialmente a partir de 1999, uma vez que em 1998 essa despesa era ainda de 2,9% do PIB, não muito distante da de 1991. Na raiz do processo, encontra-se um elemento de natureza política, relacionado com as concessões fiscais que FHC e Lula tiveram de fazer para evitar problemas com os governadores que gerassem riscos sérios para a governabilidade. No conjunto dos nove anos transcorridos desde 1998, porém, as transferências associadas à compensação da Lei Kandir – dispositivo que exonerou parte das exportações de impostos estaduais, perda pelas quais os estados demandaram ressarcimento – acabaram sendo corroídas pela inflação e, em termos relativos, pelo crescimento – ainda que modesto – da economia. Já no caso dos outros elementos, destacam-se: *a*) o aumento das transferências constitucionais, resultante do fato de que, no que se refere aos impostos sobre os quais incidem os Fundos de Participação, na tabela 7, a perda de peso do IPI entre 1998 e 2007 foi muito menor que a variação da arrecadação do Imposto de Renda; *b*) a criação da Cide – com receita compartilhada – na década atual; e *c*) as maiores transferências associadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

TABELA 10

Despesas com transferências a estados e municípios

(Em % do PIB)

Composição	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Fundos constitucionais	2,53	2,57	2,64	2,80	3,02	2,72	2,63	2,97	3,04	3,15
Lei Complementar 87/96	0,23	0,41	0,32	0,28	0,27	0,23	0,22	0,22	0,19	0,17
Cide	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,08	0,08	0,05
Demais	0,15	0,30	0,46	0,45	0,51	0,59	0,57	0,64	0,68	0,73
Total	2,91	3,28	3,42	3,53	3,80	3,54	3,48	3,91	3,99	4,10

Fonte: STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

Ficando para depois a análise das despesas previdenciárias e tendo comentado a evolução do gasto com pessoal e as transferências às unidades subnacionais, resta agora abordar o comportamento das “outras despesas” da tabela 6. Estas eram de 3,9% do PIB em 1991 e devem atingir 5,8% do PIB em 2007. Neste ponto há um problema, resultante do fato de que as estatísticas mais desagregadas acerca da composição desse item, com uma estrutura próxima às estatísticas atuais, só passaram a existir a partir de 1994. Isso não é um obstáculo, porém, ao bom entendimento da dinâmica dessa rubrica no período, uma vez que foi justamente no período pós-

estabilização que se deu o fenômeno do seu aumento, já que em 1994 ela era ainda de 4,0% do PIB, praticamente o mesmo nível relativo de 1991. Para entender o que aconteceu de 1995 em diante, é preciso observar a tabela 11.

De um modo geral, o que houve no período foi um aumento importante das despesas caracterizadas como “sociais” – já devidamente analisado em outros trabalhos e documentos (CASTRO *et al.*, 2006; SPE, 2005). As estatísticas foram enriquecidas pela incorporação a partir de 1997 dos dados do item subsídios e subvenções, que a rigor aparecia implicitamente antes nas demais despesas; e pelo surgimento das despesas com a Loas, as quais a partir de 2004 incorporam também as despesas de Rendas Mensais Vitalícias (RMVs), que até 2003 eram registradas como despesas do INSS.²¹ Na verdade, o aumento do gasto com Loas entre 1994 e 2007 não tem exatamente a dimensão retratada na tabela 11, uma vez que parte dele se explica pela substituição demográfica ocorrida, já que o benefício assistencial da RMV – que é um benefício em extinção – vai sendo gradualmente deixado de lado em função das concessões de Loas para os novos indivíduos que formam a estatística de benefícios assistenciais. O problema para gerar uma estatística detalhada é que não há dados do Tesouro referentes especificamente às RMVs para os anos anteriores.²²

No caso das despesas com subsídios e subvenções, feito o devido reconhecimento quanto à importância da divulgação detalhada e transparente da informação desagregada dessa variável por parte do Tesouro, não há um padrão definido com tendência clara para a evolução da variável, que apresenta atualmente um peso similar ao de 1997, decomposto em uma multiplicidade de programas de pequena monta, individualmente considerados (tabela 12).

Resta mostrar a evolução do item “demais despesas” da tabela 11, o que é feito na tabela 13. O problema dessa última estatística é que, embora ela seja bastante desagregada, a) apresenta um histórico curto, já que se inicia apenas em 2003, deixando de captar o que ocorreu com a queda desse agregado entre 2002 e 2003 na mesma tabela 11;²³ e b) contém um item “diversos”, que representa um *pout-pourri* de despesas voláteis, cuja desagregação, por sua vez, só é feita a partir de 2005. Feitas essas qualificações, porém, registre-se que, do aumento do total do gasto considerado na tabela 13, de 1,0% do PIB entre 2003 e 2007, 0,4% do PIB decorre do incremento do investimento – recuperando-se da queda drástica que, por outros indicadores, sabe-se que ocorreu em 2003 – e o resto é fruto basicamente do salto verificado nas despesas com desenvolvimento social, em função da massificação do programa Bolsa Família.

21. No momento em que a estatística da RMV “migrou” de rubrica, ela correspondia a 0,10% do PIB. Isso explica o salto da conta do Loas entre 2003 e 2004 na tabela 11, já que até 2003 essa despesa não aparecia nessa estatística.

22. Uma estimativa pessoal do autor, feita a partir do número quantitativo de benefícios, gerou uma despesa de RMV de 0,15% do PIB em 1997, o que corresponderia a um total de benefícios assistenciais, somada com as despesas de Loas, de 0,23% do PIB naquele ano. O aumento desde então até os atuais 0,55% do PIB se explica pelo elevado incremento real do salário mínimo nesses dez anos e pelo aumento do número total de pessoas beneficiadas (soma de Loas e RMV) de 1,8 milhão de indivíduos em 1997, para mais de 3,0 milhões de pessoas atualmente.

23. Por outras estatísticas, porém, há fortes indicações de que basicamente a acentuada redução da despesa em 2003 se concentrou nos investimentos totais e nas despesas correntes dos ministérios cujas despesas não estão protegidas por vinculações.

TABELA 11

Composição das "outras despesas"

(Em % do PIB)

Composição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
Despesas FAT	0,55	0,48	0,49	0,53	0,54	0,52	0,47	0,51	0,54	
Loas/RMV	n.d.	n.d.	n.d.	0,08	0,12	0,14	0,17	0,21	0,23	
Subsídios e subvenções	n.d.	n.d.	n.d.	0,29	0,30	0,24	0,31	0,35	0,16	
Transferências/despesas do Bacen	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,08	0,08	0,08	0,08	
Demais despesas	3,41	3,34	3,20	3,83	4,08	3,54	3,55	3,84	3,93	
Total	3,96	3,82	3,69	4,73	5,04	4,52	4,58	4,99	4,94	
Composição	2003	2004	2005	2006	2007					
Despesas FAT	0,50	0,51	0,55	0,66	0,70					
Loas/RMV	0,26	0,39	0,43	0,50	0,55					
Subsídios e subvenções	0,36	0,29	0,48	0,41	0,35					
Transferências/despesas do Bacen	0,10	0,11	0,11	0,10	0,10					
Demais despesas	3,15	3,50	3,71	3,93	4,10					
Total	4,37	4,80	5,28	5,60	5,80					

Fonte: Até 1996, SPE. A partir de 1997, STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

n.d. = não-disponível.

TABELA 12

Despesa de subsídios e subvenções

(Em % do PIB)

Composição	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Custeio agropecuário ^a	0,02	0,03	0,01	0,01	0,02	0,02	0,04	0,03	0,02	0,03	0,02
Política de preços ^b	0,08	0,05	0,03	0,04	0,03	-0,02	0,02	0,01	0,05	0,05	0,04
Pronaf	0,01	0,02	0,03	0,03	0,04	0,04	0,06	0,06	0,04	0,05	0,04
Proex	0,03	0,06	0,08	0,07	0,10	0,03	0,05	0,03	0,03	0,02	0,02
Pesa ^c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,05	0,02	0,02
Subs. habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01
Securitização ^d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,07	0,11	0,06	0,13	0,02	0,02
Fundo Terra ^e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,03	0,04	0,04
Fundos Regionais ^f	0,10	0,09	0,07	0,06	0,08	0,02	0,06	0,06	0,07	0,17	0,14
Outros ^g	0,05	0,05	0,02	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00
Total	0,29	0,30	0,24	0,31	0,35	0,16	0,36	0,29	0,48	0,41	0,35

Fonte: STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

^a Equalização de custeio agropecuário, rural e agroindustrial. ^b Política de preços agrícolas. ^c Programa Especial de Saneamento de Ativos. ^d Securitização de dívida agrícola. ^e Inbra. ^f Em 2006 e 2007, inclui reordenamento de passivos. ^g Reordenamento de passivos.

TABELA 13

Composição das "demais despesas"

(Em % do PIB)

Composição	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento do Executivo	0,30	0,46	0,47	0,59	0,70
Custeio do Executivo	2,55	2,70	2,89	2,78	2,90
Saúde	1,32	1,38	1,45	1,39	1,39
Educação	0,36	0,29	0,31	0,27	0,27
Desenvolvimento social	0,10	0,29	0,29	0,40	0,45
Outros órgãos	0,77	0,74	0,84	0,72	0,79
Diversos	0,30	0,34	0,35	0,56	0,50
Créditos extraordinários	n.d.	n.d.	0,10	0,23	0,23
Legislativo/Judiciário	n.d.	n.d.	0,18	0,19	0,19
Sentenças judiciais	n.d.	n.d.	0,03	0,04	0,04
Demais	n.d.	n.d.	0,04	0,10	0,04
Total	3,15	3,50	3,71	3,93	4,10

Fonte: STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento

n.d. = não-disponível.

A tabela 13, combinada com as anteriores, permite dimensionar melhor os dilemas com os quais se defronta o administrador público atualmente. Dada a rigidez dos gastos com transferências a estados e municípios, pessoal e INSS, a “variável de ajuste” de um eventual programa de cortes é naturalmente o item “outras despesas” da tabela 6, estimada em 5,8% do PIB em 2007. O problema é que quando se desagrega esse dado, como é feito na tabela 11, constata-se que, a rigor, o que sobra é o subitem “demais despesas” de 4,1% do PIB em 2007, já que as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Loas e Bacen são rígidas e os gastos com subsídios e subvenções têm para cada um dos programas um *lobby* de representação específica no Congresso Nacional no momento de votar o Orçamento. Por sua vez, ao desagregar os dados na tabela 13, constata-se que, dada a impossibilidade de mudar as despesas com saúde, educação, Bolsa Família e sentenças judiciais e a dificuldade de reduzir as despesas com Legislativo e Judiciário e sendo a rigor necessário aumentar o investimento público, a margem de incidência para a ação discricionária do Poder Executivo se limita a um montante da ordem de grandeza de 1% do PIB – com o que, é bom lembrar, é necessário fazer o governo funcionar, uma vez que envolve recursos fragmentados de todos os ministérios. Voltaremos a este ponto futuramente.

6 O PROBLEMA PREVIDENCIÁRIO

A evolução das despesas previdenciárias merece uma seção exclusiva. O Brasil fez três reformas previdenciárias desde a estabilização de 1994, cada uma delas em um dos três períodos de governo, de 1995 a 2006.²⁴

A primeira delas, na forma de uma Emenda Constitucional, no primeiro Governo FHC, basicamente, “desconstitucionalizou” a regra de cálculo dos benefícios do INSS e adotou o princípio da idade mínima de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres para a aposentadoria por tempo de contribuição, no caso dos servidores públicos.

A segunda reforma, no segundo Governo FHC, representada pela aprovação da chamada “lei do fator previdenciário”, complementou a anterior e estabeleceu que: *a)* as aposentadorias por tempo de contribuição seriam calculadas não mais pela média dos últimos 36 salários de contribuição e sim por uma média ligada ao histórico contributivo do indivíduo; e *b)* a aposentadoria resultaria da multiplicação da média contributiva por um fator previdenciário diretamente proporcional à idade do indivíduo e ao seu tempo de contribuição, podendo ser significativamente inferior a 1 no caso de aposentadorias especialmente precoces.

Finalmente, a reforma constitucional de Lula antecipou a vigência da idade mínima para a aposentadoria dos que estavam na ativa; ampliou as exigências de permanência no cargo para fazer jus à aposentadoria integral; e instituiu uma contribuição de 11% sobre o valor das aposentadorias e pensões excedente ao teto de aposentadoria do INSS. Tais medidas são válidas exclusivamente para os servidores. Além disso, a reforma aumentou o teto do INSS, com o intuito de ampliar a arrecadação no curto prazo.

24. Para uma defesa das reformas feitas nesse campo no Governo FHC, ver Ornelas e Vieira (1999). Para uma análise minuciosa da reforma previdenciária do Governo Lula, ver Zyliberstajn *et al.* (2006).

A realidade representada por uma diferença entre despesas e contribuições previdenciárias que, tanto para os servidores públicos federais como para o INSS, se situa em torno da ordem de grandeza de 2% do PIB, somada ao fato de que em um caso isso financia aposentadorias para 1 milhão de servidores e no outro se paga benefícios a mais de 20 milhões de pessoas, tende a gerar naturalmente a percepção de que o nó principal a desatar localiza-se no regime de aposentadoria dos servidores. Entretanto, há três elementos a considerar. O primeiro é que, embora de fato a despesa com inativos (aposentados e pensionistas, cuja desagregação, porém, só está disponível desde 1995) tenha aumentado de 0,9% do PIB em 1991, para 2,1% do PIB em 1995, desde então essa rubrica se manteve relativamente controlada em torno de 2% do PIB, em contraste com a despesa do INSS, que, entre 1995 e 2007, aumentou nada menos que 2,6% do PIB (tabelas 6 e 14).

TABELA 14

Governo Central: despesas com pessoal ativo e inativo

(Em % do PIB)

Composição	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ativos	2,63	2,52	2,25	2,31	2,22	2,39	2,48	2,50
Civis do Executivo	1,68	1,58	1,37	1,22	1,32	1,37	1,36	1,35
Militares	0,55	0,51	0,43	0,52	0,37	0,47	0,48	0,55
Legislativo	0,12	0,13	0,12	0,13	0,12	0,11	0,13	0,13
Judiciário	0,28	0,30	0,33	0,44	0,41	0,44	0,51	0,47
Aposentados	1,46	1,42	1,23	1,38	1,37	1,30	1,40	1,38
Civis do Executivo	0,98	0,95	0,80	0,86	0,85	0,81	0,77	0,78
Militares	0,37	0,36	0,31	0,37	0,37	0,35	0,49	0,44
Legislativo	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,04	0,04	0,05
Judiciário	0,07	0,07	0,08	0,10	0,10	0,10	0,10	0,11
Pensionistas	0,68	0,65	0,59	0,66	0,68	0,67	0,71	0,70
Civis do Executivo	0,37	0,37	0,31	0,34	0,35	0,36	0,34	0,34
Militares	0,28	0,25	0,25	0,29	0,30	0,28	0,34	0,33
Legislativo	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Judiciário	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Composição	2003	2004	2005	2006				
Ativos	2,32	2,32	2,31	2,43				
Civis do Executivo	1,26	1,33	1,31	1,31				
Militares	0,46	0,38	0,39	0,39				
Legislativo	0,14	0,13	0,14	0,15				
Judiciário	0,46	0,48	0,47	0,58				
Aposentados	1,42	1,32	1,29	1,21				
Civis do Executivo	0,83	0,79	0,75	0,69				
Militares	0,42	0,37	0,38	0,37				
Legislativo	0,05	0,05	0,05	0,05				
Judiciário	0,12	0,11	0,11	0,10				
Pensionistas	0,69	0,65	0,69	0,68				
Civis do Executivo	0,35	0,34	0,34	0,35				
Militares	0,30	0,27	0,30	0,28				
Legislativo	0,01	0,01	0,02	0,02				
Judiciário	0,03	0,03	0,03	0,03				

Fonte: Ministério de Planejamento.

O segundo elemento a considerar é que o problema dos inativos do serviço público vem com o tempo se convertendo em um problema mais estreitamente ligado ao regime de aposentadoria dos militares, o que requer disposição para enfrentar uma questão que, mais de 20 anos após a redemocratização, nenhum governo enfrentou. Com efeito, para cada R\$ 1 que se gasta com uma pessoa na ativa entre os servidores civis, gastam-se 61 centavos com um inativo civil, proporção essa que no caso dos militares é de R\$ 1,67 com inativos para cada R\$ 1 gasto na ativa. O resultado disso é que os militares, sendo 16% da despesa total com ativos civis e militares dos Três Poderes, respondem por 34% da despesa com inativos (tabela 15).

O terceiro elemento a considerar é que a reforma previdenciária de 2003 de Lula já completou aproximadamente o estoque de medidas restritivas a tomar no caso dos requisitos de aposentadoria dos servidores civis. Além de estabelecer a idade mínima, ela tornou mais rígidas as regras para a concessão de aposentadoria integral e taxou os inativos. Portanto, o regime previdenciário dos servidores continua sendo extremamente deficitário, por conta da sustentação de um contingente elevado de inativos que se aposentaram muito precocemente no passado. Entretanto, as regras para os mais jovens já são bastante mais razoáveis que as regras permissivas de aposentadoria que vigoraram durante décadas.

TABELA 15

Indicadores relativos da despesa com pessoal – 2006^a

Variável	Civis	Militares	Total
Inativos/ativos	0,61	1,67	0,78
Pensionistas/(aposentados + pensionistas)	0,32	0,43	0,36
Distribuição da despesa com ativos (%)	84,0	16,0	100,0
Distribuição da despesa com inativos (%)	65,6	34,4	100,0
Distribuição da despesa com aposentados (%)	69,4	30,6	100,0
Distribuição da despesa com pensionistas (%)	58,8	41,2	100,0
Distribuição da despesa com ativos e inativos (%)	75,9	24,1	100,0

Fonte: Tabela 14.

^a Os civis incluem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Já as razões para o aumento das despesas do INSS de 3,4% do PIB em 1991, até os atuais 7,2% do PIB, se prendem a três causas. A primeira é o “efeito denominador” relacionado com o baixo crescimento do PIB de apenas 2,9% a.a. nesse período de 16 anos. A segunda é a benevolência da legislação, que gerou impactos importantes no contingente de beneficiados. E a terceira foi a política de aumentos do salário mínimo (SM) desde 1994.

No que se refere à benevolência da legislação, três aspectos se destacam (tabela 16). Na primeira metade da década de 1990, houve um *boom* de aposentadorias rurais em função dos efeitos defasados da Constituição de 1988 referentes ao meio rural, acompanhado de uma velocidade expressiva da concessão de aposentadorias por tempo de contribuição a idades particularmente precoces. Este segundo efeito prevaleceu até 1998, já que depois foi afetado pelas medidas aprovadas no Governo FHC, já explicadas. O terceiro aspecto em destaque foi a explosão do auxílio-doença – incluído em “outros” na tabela 16 – reflexo da combinação de falhas

gerenciais e de incentivos perversos existentes na legislação. O número de pessoas beneficiadas pelo auxílio-doença passou de menos de 500 mil indivíduos/mês em 2000, para mais de 1,5 milhão de pessoas em 2005, quando o governo começou a adotar medidas administrativas de controle da evolução da variável.

TABELA 16

Benefícios previdenciários ativos: taxas de variação por períodos de cinco anos

(Em % a.a.)

Composição	1991/1995	1996/2000	2001/2005
Aposentadorias	8,3	3,9	2,5
Idade	12,0	2,9	2,5
Urbanos	9,3	3,6	5,2
Rurais	13,0	2,6	1,5
Tempo de contribuição	9,8	7,6	2,0
Invalidez	0,5	2,0	3,0
Pensões	4,2	3,4	2,4
Outros	-6,8	0,4	19,1
Total	6,2	3,6	3,2

A dinâmica das despesas do INSS foi também muito influenciada pelo aumento real do SM, que, pela Constituição, representa o valor-piso dos benefícios previdenciários – bem como dos assistenciais – e que desde 1994 terá tido uma variação real acumulada de nada menos que 111% até 2008, inclusive, já considerando a regra vigente para este último ano (tabela 17).

Como dois de cada três benefícios do INSS são iguais ao piso e, portanto, indexados ao SM e o valor da folha do INSS gasta com aqueles que recebem o piso representa aproximadamente 35% da despesa do INSS, um aumento de 5% do SM implica uma despesa extra equivalente a 1,8%, aproximadamente, que se soma ao incremento verificado todos os anos, por motivos demográficos, no estoque de aposentadorias e pensões.

TABELA 17

Taxa de variação real do SM por período de governo – dezembro-dezembro

(Em % a.a.)

Período	Variação real média
1995/1998	6,7
1999/2002	2,4
2003/2006	8,1
2007	4,4
2008	3,7
Aumento acumulado (%)	110,7

Cabe registrar que, nos últimos anos, especificamente, um novo elemento passou a formar parte da dinâmica da despesa do INSS: as sentenças judiciais, resultantes de sucessivos pagamentos *once and for all*, porém escalonados ao longo do tempo para diferentes indivíduos, como resultado de decisões judiciais obrigando o

governo a pagar uma diferença retroativa referente à conversão das aposentadorias por ocasião da mudança de moeda no lançamento do Plano Real em 1994. Essas despesas, que eram irrelevantes em 2002, foram aumentando seu peso e são hoje de 0,2% do PIB (tabela 18). Nos próximos anos, é razoável supor que elas poderão tender a 0, uma vez que todos os atrasados tenham sido pagos. Isso permitiria uma folga para aumentos reais do SM até o final da década atual, sem elevar a despesa total na mesma velocidade que nos últimos anos, uma vez que o gasto a mais com as aposentadorias e pensões no valor do piso poderá ser compensado pela redução dos desembolsos associados ao pagamento de despesas judiciais pelo INSS.

TABELA 18
Despesas do INSS
(Em % do PIB)

Composição	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pagas pelo INSS	5,96	6,24	6,32	6,61	6,94	7,02
Sentenças judiciais	0,00	0,06	0,16	0,19	0,19	0,21
Total	5,96	6,30	6,48	6,80	7,13	7,23

Fonte: Ministério da Previdência Social. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

7 AS OUTRAS ESFERAS DO SETOR PÚBLICO

No que se refere às contas de estados e municípios, não se pode apresentar evidências acerca da evolução desagregada dos indicadores de receita e despesa como foi feito para o Governo Central, por inexistirem dados compilados dessa forma “acima da linha” para os governos subnacionais. Os indicadores parciais existentes desse tipo, apresentados no *site* do Tesouro Nacional, não têm séries muito antigas; sofrem do problema do aumento da cobertura com o passar dos anos, o que significa que o universo de unidades de um ano não é o mesmo que em anos anteriores; e são disponibilizados com grande defasagem. O que se pode comentar é o que ocorreu com o resultado fiscal “abaixo da linha” apurado pelo Bacen e mostrado na tabela 1; e com alguns indicadores específicos de receita.

Nesse sentido, sem tirar o mérito das administrações estaduais depois de 1999, no esforço de geração de superávits primários no conjunto do setor público, a tabela 4 é útil para fazer algumas qualificações necessárias. Embora o deslocamento da posição primária de estados e municípios nos últimos anos em relação à média de 1995-1998 tenha sido significativo, o indicador chama menos a atenção quando se comparam os resultados atuais com o dos anos imediatamente anteriores à estabilização. Com efeito, a média de superávit primário de estados e municípios de 1999-2002 foi, por coincidência, a mesma que no período 1990-1994 (0,6% do PIB). O fato sugere que o resultado de 1995-1998 foi particularmente negativo em função do erro de cálculo cometido por muitos governadores empossados em 1995. Estes, operando com a lógica dos planos de estabilização que tinham fracassado anteriormente, aceitaram demandas de aumentos generosos do funcionalismo, sem perceber que a corrosão real que os salários teriam que sofrer depois demoraria anos, em um regime de inflação baixa, para fazer os salários reais retornarem a um patamar mais realista. Isso contrastava fortemente com o que acontecia na época de alta inflação, quando aumentos nominais altos eram rapidamente compensados pela elevação dos preços.

De qualquer forma, no final da década de 1990 houve inequivocamente um ponto de inflexão no relacionamento entre o governo federal e as unidades subnacionais, representado pela combinação dos acordos de renegociação das dívidas estaduais e municipais, seguido da aprovação da LRF. Os acordos de renegociação implicaram a federalização das dívidas, em troca de que os estados e municípios beneficiados se tornassem devedores da União, de tal modo que esta fosse ressarcida ao longo de 30 anos mediante o pagamento de prestações mensais com um juro real implícito de 6% – na forma de uma tabela *price* –, parcelas sujeitas a um teto de 13% da receita das unidades devedoras. O contrato foi feito de tal modo que, em caso de inadimplência, a União pudesse ser compensada por meio da retenção de transferências e, no limite, da apropriação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no circuito bancário, o que praticamente impedia o devedor de aplicar um *default*. Quem tentou isso, por vias transversas, foi o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, em 1999 e rapidamente foi levado a perceber que o que o estado deixava de pagar por um lado, lhe era retirado por outro, o que acabou gerando um *clearing* das operações alguns meses depois.

Adicionalmente, a LRF, por meio do seu artigo 35, proibiu posteriormente de forma explícita a renegociação das dívidas com outras entidades, anulando conseqüentemente a possibilidade de novas revisões posteriores dos acordos já assinados e pondo fim a um histórico de décadas de casos de *moral hazard* em que, quando chegava o momento de um estado honrar a sua dívida, ela era novamente renegociada, sem que houvesse um pagamento efetivo.

Por outro lado, em que pese a mudança institucional profunda representada pelo binômio acordos de renegociação/LRF, a verdade é que, para melhorar a sua situação, os estados e os municípios se beneficiaram significativamente do aumento da receita verificado depois de 1998. Em parte, porque a arrecadação do ICMS se viu positivamente afetada por alguns efeitos específicos incidentes sobre os produtos nos quais a incidência de alíquotas é maior, tais como a majoração das alíquotas sobre telefonia em vários estados; ou os aumentos reais dos preços dos derivados de petróleo. E, em parte, pelo já citado incremento das transferências a estados e municípios. Observe-se na tabela 19 que a receita de ICMS elevou-se em nada menos que 1,3% do PIB entre 1998 e 2007, o que se soma ao *plus* das transferências da União de 1,3% do PIB também entre 1998 e 2007, já explicitado na tabela 10. O “delta” de receita de 2,6% do PIB entre esses dois anos explica, naturalmente, a passagem do resultado primário de estados e municípios de um déficit de 0,2% do PIB em 1998, para um superávit previsto de 1,1% do PIB em 2007.

TABELA 19
Receita de ICMS
(Em % do PIB)

1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
6,73	6,44	6,08	7,30	6,69	6,60	6,34	6,22	6,37	6,98
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	-	-	-
7,24	7,10	7,02	7,12	7,22	7,39	7,50	-	-	-

Fonte: Bacen (% do PIB). Para 2007, estimativa do autor.

Já no caso das empresas estatais, a já citada tabela 4 aponta também para a natureza algo anômala dos resultados particularmente negativos do período 1995-1998 e a retomada aproximada a partir de 1999 do nível de superávit primário expresso como proporção do PIB verificado, em média, nos dez anos 1985-1994. O destaque, no caso, cabe ao ocorrido no âmbito das empresas estatais estaduais e municipais – especialmente as primeiras – que no conjunto apresentaram um déficit primário de 0,4% do PIB em 1995 e de uma média de 0,2% do PIB nos 4 anos 1995-1998 e que nos nove anos 1999-2007 tiveram, por contraste, um superávit primário de 0,2% do PIB. Isso foi certamente reflexo da privatização de empresas estaduais deficitárias no Governo FHC e da melhora operacional das estatais remanescentes sob controle estadual. Já as estatais federais tiveram superávit primário médio de 0,2% do PIB durante 1995-1998, ampliado para uma média de 0,6% do PIB nos nove anos 1999-2007 (tabela 1). A explicação para isso esteve ligada, claramente, ao novo choque do petróleo do período e aos excelentes resultados da Petrobras. Como a produção nacional do óleo se tornou auto-suficiente na década atual e a empresa praticou uma política pela qual, *grosso modo*, seus preços acompanham, ainda que com alguma defasagem, os internacionais, a majoração das tarifas dos derivados de petróleo a partir dos sucessivos aumentos dos preços do barril, somada ao amadurecimento das melhoras de gestão introduzidas na empresa após o fim do monopólio do petróleo em 1995, gerou lucros expressivos. Esses se refletiram no superávit primário da empresa, cuja dinâmica domina amplamente a trajetória do resultado primário das empresas estatais federais.

8 AS MUDANÇAS DA DÍVIDA PÚBLICA²⁵

A DLSP – oficial, incluindo a base monetária – no Brasil começou a ser apurada, no conceito atual, no início da década de 1980, quando era de pouco mais de 20% do PIB. A partir de então, escalou até um máximo de 56% do PIB em meados daquela década, quando ela era predominantemente externa e foi afetada pela desvalorização real de 1983. Nos anos seguintes, sucessivos casos de subindexação da dívida fizeram com que, apesar da existência de déficits públicos elevados, a dívida perdesse peso relativo, processo esse que se acentuiu na primeira metade dos anos 1990 quando, na prática, a combinação de um déficit operacional nulo, juntamente com uma senhoriagem elevada associada à existência de alta inflação, encolheu a dívida para 30% do PIB em 1994. Com a nova série do PIB nominal, ela alcançou um vale de 28% do PIB em 1995, ano esse a partir do qual aumentou durante oito anos consecutivos, até 52% do PIB em 2003. A consciência de que o setor público estava flertando com o *default*, acentuada pelo fato de que, com a série do PIB conhecida na época, a dívida tinha chegado a ser da ordem de 60% do PIB – alguns anos antes da revisão do PIB nominal – parecem ter introjetado no comportamento tanto do mercado como dos governos – o anterior, de FHC, e o atual, de Lula – um comportamento que se assemelha à “intolerância à dívida” (*debt intolerance*) de Reinhart, Rogoff e Savastano (2006) no sentido de fornecer apoio à estratégia fiscal que fosse necessária para evitar o risco de inadimplência. Desde então, a dívida passou a cair como proporção do PIB e hoje é de 45% do PIB (tabela 20).

25. Sobre as tendências históricas da evolução da dívida pública brasileira antes do período aqui analisado, ver Rocha (1997) e Issler e Lima (2000).

TABELA 20

Composição da dívida líquida do setor público

(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Dívida interna	13,5	18,4	18,8	21,5	23,0	27,1	27,8	33,1	35,1	36,6
Governo Central	-2,1	0,8	1,9	6,7	9,0	13,3	15,5	19,4	20,0	21,7
Base monetária	1,5	1,4	1,0	3,6	2,8	2,2	3,3	3,9	4,2	3,9
Dívida mobiliária*	5,4	9,1	9,9	11,7	14,3	19,7	26,1	32,2	35,3	39,0
Renegociação: estados e municípios	-	-	-	-	-	-	-5,0	-8,7	-11,3	-12,5
FAT	-0,9	-1,3	-1,5	-2,0	-2,3	-2,3	-2,4	-3,3	-3,6	-4,1
Demais dívidas	-8,1	-8,4	-7,5	-6,6	-5,8	-6,3	-6,5	-4,7	-4,6	-4,6
Estados/municípios	5,9	8,1	8,3	9,6	9,5	10,2	11,5	12,6	14,0	14,1
Renegociação: estados e municípios	-	-	-	-	-	-	5,0	8,7	11,3	12,5
Outras	5,9	8,1	8,3	9,6	9,5	10,2	6,5	3,9	2,7	1,6
Empresas estatais	9,7	9,5	8,6	5,2	4,5	3,6	0,8	1,1	1,1	0,8
Dívida externa	23,3	18,7	14,4	8,5	5,0	3,6	4,0	5,8	9,4	9,0
Total	36,8	37,1	33,2	30,0	28,0	30,7	31,8	38,9	44,5	45,6
Dívida fiscal	36,8	37,1	33,2	30,0	28,0	29,0	31,7	37,9	37,2	38,2
Ajuste patrimonial	-	-	-	-	-	1,7	0,1	1,0	7,3	7,4
Privatização	-	-	-	-	-	-0,1	-1,9	-3,0	-3,5	-4,8
Outros	-	-	-	-	-	1,8	2,0	4,0	10,8	12,2
Efeitos do câmbio	-	-	-	-	-	0,1	0,2	0,9	6,8	7,8
Demais ajustes	-	-	-	-	-	1,7	1,8	3,1	4,0	4,4
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Dívida interna	38,8	37,6	41,7	40,2	44,1	47,6	51,9			
Governo Central	22,6	20,9	24,0	23,5	28,5	33,0	38,3			
Base monetária	3,9	4,2	4,2	4,4	4,7	5,1	4,7			
Dívida mobiliária	44,3	34,4	40,6	38,4	44,5	45,0	45,6			
Renegociação: estados e municípios	-12,8	-12,5	-13,9	-13,6	-13,4	-12,9	-12,4			
FAT	-4,5	-4,4	-5,0	-5,1	-5,4	-5,5	-5,3			
Demais dívidas	-8,3	-0,8	-1,9	-0,6	-1,9	1,3	5,7			
Estados/municípios	15,9	15,6	17,0	16,3	15,6	14,7	13,6			
Renegociação: estados e municípios	12,8	12,5	13,9	13,6	13,4	12,9	12,4			
Outras	3,1	3,1	3,1	2,7	2,2	1,8	1,2			
Empresas estatais	0,3	1,1	0,7	0,4	0,0	-0,1	0,0			
Dívida externa	9,6	13,0	10,7	6,8	2,4	-2,7	-8,4			
Total	48,4	50,6	52,4	47,0	46,5	44,9	43,5			
Dívida fiscal	37,6	32,9	37,4	34,4	35,4	35,1	33,4			
Ajuste patrimonial	10,8	17,7	15,0	12,6	11,1	9,8	10,1			
Privatização	-4,5	-3,6	-3,6	-3,2	-3,1	-2,8	-2,7			
Outros	15,3	21,3	18,6	15,8	14,2	12,6	12,8			
Efeitos do câmbio	9,6	16,0	13,3	10,9	9,4	8,3	8,8			
Demais ajustes	5,7	5,3	5,3	4,9	4,8	4,3	4,0			

Fonte: Bacen. Para 2007, setembro.

* Em 1991, inclui NCz\$ bloqueados.

Nesse processo, destacaram-se os seguintes aspectos:

- mudanças radicais na composição da dívida pública ao longo do tempo: a dívida externa chegou a ser quase irrelevante até 1996, tornou-se crescentemente importante até 2002 e voltou a perder peso daí em diante, a ponto de atualmente o

setor público brasileiro ser credor líquido do exterior (dívida externa líquida negativa);

- aumento perigoso, por outro lado, da importância relativa da dívida mobiliária federal, que em 1991 – mesmo incluindo os NCz\$ então bloqueados do Plano Collor – era de apenas 5% do PIB; já alcançara 12% do PIB em 1994, no começo do Plano Real; escalou até 34% do PIB no final do Governo FHC em 2002; e atinge 46% do PIB hoje, como contrapartida do processo de acumulação de reservas internacionais, que reduz a dívida externa líquida do setor público, mas aumenta a dívida interna;
- as mudanças na evolução da dívida renegociada, que representa um crédito da União e um débito dos estados e municípios, crescente até 2003 por causa da forte influência do IGP – que aumentou mais do que o deflator do PIB – mas lentamente declinante a partir de então; e
- a importância decisiva dos “ajustamentos patrimoniais”, ou seja, de fenômenos “abaixo da linha”, desvinculados da evolução do fluxo das NFSP e associados aos efeitos cambiais sobre a dívida pública e ao reconhecimento de passivos contingentes, conhecidos como “esqueletos”.

Este último aspecto é crucial para entender a evolução da dívida pública desde 1998. Até então, esses ajustamentos tinham adicionado apenas 1% do PIB à dívida líquida. Entre 1998 e 2002, porém, eles impactaram a dívida em mais 17% do PIB, o que explica por que, apesar do ajustamento fiscal de 1999-2002, a dívida pública continuou aumentando.²⁶ Já nos anos posteriores a 2002, os ajustamentos patrimoniais jogaram a favor e diminuíram a dívida líquida, apesar de o estoque da “dívida fiscal” das estatísticas do Bacen ser atualmente dos mesmos 33% do PIB de 2002.

Embora a evolução da dívida interna inspire cuidados e impeça afirmar que a crise fiscal foi totalmente superada, além da queda da relação dívida pública/PIB, há outros três elementos que merecem destaque na evolução da dívida pública nos últimos anos. O primeiro deles foi a redução paulatina, não só da dívida interna indexada ao câmbio, como também da parcela vinculada à taxa Selic – Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) – que chegou a ser de 69% da dívida em 1998 (tabela 21). Junto com a dívida indexada ao câmbio, eram nada menos que 75% da dívida em 2002. Já de 2003 em diante, a parcela de títulos prefixados e indexados a índices de preço, portanto em ambos os casos com juros não associados à taxa Selic, foi em linhas gerais aumentando progressivamente, de apenas 13% da dívida mobiliária federal em 2002, até 55% atualmente, ao mesmo tempo em que a dívida cambial desapareceu e a dívida ligada à Selic caiu para 33% do total.

26. Em parte, isso se deve ao impacto da desvalorização cambial de 1999-2002 sobre o peso relativo da dívida interna indexada ao dólar. Essa dívida era responsável por parte não desprezível da dívida mobiliária e em 1998 correspondia a 7% do PIB. Com a desvalorização, aumentou para 9% do PIB em 1999 e a combinação de maiores emissões desses títulos, com novas desvalorizações, levou essa dívida a ser de 13% do PIB em 2002. Nos anos seguintes, com a apreciação cambial verificada e o fim do interesse por esses papéis, essa dívida desapareceu, sendo substituída por outras modalidades de endividamento interno.

TABELA 21

Títulos públicos federais e operações de mercado aberto – fim de período
 (Participação percentual por indexador)

Indexador	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Câmbio	8,3	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	22,5	29,5	33,5
Selic	16,0	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,7	54,4	41,9
Prefixados	40,2	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	14,9	8,1	2,0
Índices de preço	12,5	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	6,0	7,2	11,4
Outros	23,0	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	3,9	0,8	11,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Obs.: NTN-F (% prefixada)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indexador	2003	2004	2005	2006	2007(set)				
Câmbio	20,5	9,3	1,2	-1,0	-2,0				
Selic	46,6	49,5	52,1	38,1	32,7				
Prefixados	11,6	19,0	27,2	34,2	32,1				
Índices de preço	12,6	14,1	15,2	21,4	22,4				
Outros	8,7	8,1	4,3	7,3	14,8				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				
Obs.: NTN-F (% prefixada)	0,8	2,0	3,6	12,5	28,2				

Fonte: Bacen.

Obs.: A partir de 2002 (inclusive), considera as operações de swap. Inclui operações de financiamento (mercado aberto) em "outros".

O segundo elemento a merecer destaque é o aumento da participação de títulos prefixados longos na parcela dos prefixados. Trata-se das Notas do Tesouro Nacional, série F (NTNs-F), títulos de até dez anos que têm sido lançados em proporção crescente *vis-à-vis* os tradicionais títulos prefixados de curto prazo (LTNs). As NTNs-F respondiam por apenas 1% do estoque de títulos prefixados em 2003 e são responsáveis por 28% dos prefixados atualmente, contribuindo assim para o aumento expressivo do prazo médio da dívida prefixada, que era de apenas três meses em 2002 e hoje é de aproximadamente 18 meses (tabela 22).²⁷

TABELA 22

Prazo médio dos títulos prefixados da dívida pública mobiliária federal em poder do público – dezembro (meses)

Ano	Prazo médio
1999	2,0
2000	5,2
2001	3,5
2002	3,1
2003	6,5
2004	5,6
2005	10,4
2006	12,7
2007 (setembro)	17,0

Fonte: STN.

27. O prazo médio da dívida total não tem muito significado porque o Tesouro pode emitir LFTs longas, que em caso de aumento da taxa dos juros afetarão imediatamente todo o estoque da dívida associado à taxa Selic. Nesse sentido, o aumento do prazo médio da dívida prefixada é um indicador de confiança muito maior no futuro da economia que o prazo da dívida total.

O terceiro elemento que merece ser citado é a redução dos juros de longo prazo associados aos títulos de longo prazo. Como envolvem uma considerável dose de incerteza, associada ao comportamento futuro de uma economia como a brasileira – com uma instabilidade inflacionária histórica –, o risco de carregar esses títulos em carteira é elevado e, portanto, a evolução das suas taxas de juros é um indicador importante de confiança no futuro. A esse respeito, vale dizer que ainda em 2006 o governo lançava NTNs de médio prazo, na época para 2012 (seis anos) com juros nominais de até 17%. Já nos últimos meses, em 2007, por contraste, apesar de certa instabilidade recente, tem lançado títulos com prazo muito maior, para 2017 (dez anos), pagando recentemente taxas nominais em torno de 12%, o que, para os parâmetros atuais de inflação, implica juros reais – brutos – da ordem de 7%, historicamente baixos para os padrões brasileiros, especialmente se considerados o prazo de dez anos e o fato de que o rendimento sofre incidência do Imposto de Renda.

Em outras palavras, para um país caracterizado há muitos anos por ter uma dívida pública: *a)* crescente; *b)* com taxas de juros elevadas; *c)* fortemente suscetível ao impacto dos juros de curto prazo; e *d)* concentrada no curto prazo, o Brasil está caminhando gradualmente no sentido de vir a possuir uma estrutura de dívida mais madura e, além de ter uma dívida pública declinante, exhibe hoje taxas de juros reais menores que no passado; tem uma dívida menos ligada aos juros de curto prazo; e vem progressivamente alongando a maturidade dos vencimentos dos papéis.

9 OS DESAFIOS A ENFRENTAR

Decorridos 13 anos da estabilização, oito desde o ajuste fiscal iniciado em 1999 e quatro desde o começo do declínio da relação dívida pública/PIB depois de 2003, a situação é propícia a que se faça um balanço dos novos desafios a serem enfrentados na área fiscal. Seis deles parecem particularmente relevantes.

Desses, um dos mais importantes é o *aumento do investimento público*.²⁸ Embora seja razoável julgar que, após as privatizações dos anos 1990 e de fenômenos como as concessões – em particular, na área rodoviária – as atuais exigências de investimento por parte do setor público não deveriam ser as mesmas que nos anos 1970, é praticamente consensual entre as diversas correntes de pensamento que o baixo investimento público dos últimos anos é um dos responsáveis pelo fato de o país não ter alcançado taxa de crescimento maior de sua economia. Há setores onde a presença do Estado continuará fundamental, a exemplo do que se verifica mesmo em países onde o setor privado opera sem restrições e a regulação setorial é adequada. A tabela 23 dá uma idéia de quão longe o país está dos níveis de investimento público registrados em épocas mais distantes, o que exigirá maior atuação do governo e um aumento desse tipo de despesa.

28. Para uma análise exaustiva desta questão específica, ver Afonso e Biasoto (2007).

TABELA 23

Investimento público por período de governo – itens selecionados*

(Em % do PIB)

Período	União	Estados e municípios	Soma do governo	Eletrobrás
1969-1973	1,8	2,7	4,5	n.d.
1974-1978	1,5	2,3	3,8	n.d.
1979-1984	0,9	1,4	2,3	0,8 ^b
1985-1989	1,1	1,8	2,9	0,8
1990-1994	1,2	1,9	3,1	0,4
1995-2002	0,8	1,4	2,2	0,2
2003-2006	0,6	1,4	2,0	0,2
2007	0,8	1,5	2,3	0,2

Fonte: Para os dados do governo, STN. Para a União até 1979 e para estados e municípios, no período 1969-1999, dados de Raul Veloso. Para a Eletrobrás, Ministério do Planejamento. Para 2007, estimativa do autor, com base em dados parciais do Orçamento.

n.d. = não disponível.

* Balanço orçamentário (despesa liquidada).

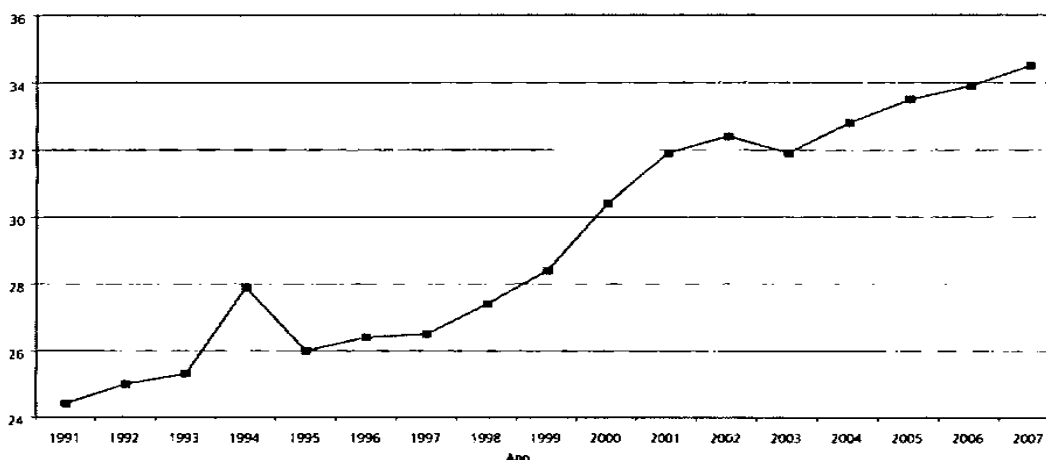
^b 1980-1984.

O segundo grande desafio é *diminuir a carga tributária*. Embora a reversão ao passado seja provavelmente utópica, uma vez que muitos dos fatores que geraram a necessidade de financiar novos gastos mediante uma pressão tributária maior são irreversíveis – como o efeito do aumento do SM sobre as despesas previdenciárias e assistenciais – o fato é que, assumindo-se que a carga tributária elevada atue como um elemento negativo para o crescimento econômico, o país poderia, uma vez superada a emergência fiscal das últimas duas décadas, desfazer parcialmente o aumento da carga impositiva observado desde meados dos anos 1990 (ver gráfico a seguir). Ainda que retornar a uma carga de 25% do PIB seja irrealista, em um contexto de redução da despesa de juros e menor superávit primário, uma carga tributária mais próxima de 30% do PIB poderia ser um objetivo viável para daqui a 15 ou 20 anos. Isso poderia contribuir, assim como o maior investimento, para alavancar as taxas de crescimento do PIB.²⁹

O terceiro desafio é *conter a expansão das dívidas interna e mobiliária*. Embora a DLSP esteja em queda, a mudança de composição tem feito que a dívida interna, que era de 22% do PIB em 1994 e atingira 38% do PIB em 2002, tenha continuado a aumentar até 52% do PIB atualmente. Ao mesmo tempo, a dívida mobiliária federal passou de 12% do PIB em 1994, para 34% do PIB em 2002 e 46% do PIB atualmente. Ainda que tais fenômenos sejam em parte a contrapartida da transformação recente do setor público em um credor externo, a continuidade desse processo é indesejável, sendo recomendável no futuro inicialmente conter a expansão das dívidas interna e mobiliária, para depois reduzir o coeficiente de ambas em relação ao PIB.

29. Algumas das afirmações feitas nesta seção se apóiam no que se poderia denominar genericamente "saber convencional", embora se possa aceitar a crítica de que elas não se derivam de evidências empíricas econométricas. Identificar com precisão tais relações causais pode ser um bom objeto de pesquisa futura, que vai além do escopo deste trabalho, suficientemente extenso a ponto de inibir novas áreas de expansão. Não seria adequado, porém, após a descrição feita de quase 20 anos de política fiscal, concluir o artigo sem algumas recomendações de política que nos parecem bastante relevantes como saldo da análise feita.

Carga tributária
(Em % do PIB)



Fonte: Contas Nacionais (CNS) do IBGE. Para 2005-2006, estimativa de José Roberto Afonso (excluindo FGTS). Para 2007, estimativa do autor.

O quarto desafio – ligado ao anterior – para a próxima década é *perseguir superávits nominais*, em moldes similares aos adotados há vários anos pelo Chile.³⁰ Há alguns anos isso seria irrealista no Brasil, pois com a carga de juros que o país pagava, implicaria projetar superávits primários impossíveis de atingir. Com a queda dos juros, porém, o desafio é persistir gerando superávits primários importantes, ainda por alguns anos, de tal forma que, no limite, em algum momento a despesa de juros ceda a ponto de ser menor que o esforço primário, implicando reduções sucessivas da dívida pública mesmo em termos nominais, supondo-se que a geração de “esqueletos” tenda a desaparecer no futuro. Embora atingir superávits nominais, ou seja, NFSP nominais negativas, tenha uma lógica clara – associada ao efeito positivo que isso teria sobre: *a*) a dinâmica da dívida interna, que, na presença de superávits nominais, poderia vir a cair; *b*) a expansão do crédito; e *c*) a melhora de *rating* do país pela queda rápida da relação dívida/PIB –, o objetivo não será tarefa fácil porque não depende apenas da redução da Selic. Repare o leitor que na tabela 1, entre 2005 e 2007, a carga de juros terá diminuído apenas de 7,3% para 6,4% do PIB, em que pese o fato de a Selic, como se pode ver na tabela 24, ter diminuído muito mais, em termos relativos. A explicação para esse descompasso está ligada a dois fenômenos. Por um lado, o aumento das reservas internacionais, cuja contrapartida é uma elevação da dívida interna (tabela 20) sobre a qual incidem juros maiores do que os recebidos na aplicação daquelas; por outro, a mudança na composição da dívida, uma vez que o alongamento de prazos tem um custo. Nos últimos 12 meses completados em setembro de 2007, por exemplo, a Selic acumulada foi de 12,4%, mas o estoque de NTN-F (títulos de longo prazo prefixados) no mesmo período teve um custo médio maior, de 13,7%, por conta de títulos emitidos em épocas anteriores, com juros elevados, mas prazo longo, que portanto afetarão a dívida até seu vencimento. Esses dois fatores amorteceram o efeito da redução da Selic sobre a taxa de juros implícita da DLSP, taxa essa que vem caindo, porém muito suavemente.

30. Sobre a política fiscal no Chile, ver OCDE (2005).

TABELA 24
Taxa de juros da dívida pública nominal – janeiro-dezembro
 (Em %)

Taxa de juros	2005	2006	2007
Selic	19,1	15,1	11,9
DPMFi ^a	17,5	15,2	13,0
DPMFi ^b	17,0	14,8	12,8
Taxa de juros implícita: dívida interna	17,8	15,9	13,7
Taxa de juros implícita: dívida líquida total	17,6	16,9	15,6

Fontes: Bacen e STN. Para 2007, estimativa do autor à luz dos dados disponíveis em novembro de 2007.

^a Excluindo títulos indexados ao câmbio.

^b Incluindo títulos indexados ao câmbio.

DPMFi: Dívida Pública Mobiliária Federal interna.

O quinto grande objetivo pode, a rigor, ser considerado o primeiro, uma vez que é o requisito necessário para viabilizar os outros. Ora, se o que se quer é: *a*) aumentar o investimento público; *b*) diminuir a carga tributária; e, ao mesmo tempo, *c*) obter superávits nominais para diminuir a dívida pública, a queda da taxa de juros pode não ser suficiente para permitir esses efeitos simultâneos, o que significa que o quinto objetivo deve ser o de *conter a expansão do gasto corrente*. Mostramos na tabela 9 que o gasto primário do Governo Central se expandiu a uma média real de quase 6% a.a. nos 16 anos de 1991 a 2007 (inclusive) quando o crescimento anual da economia, na média, sequer chegou a 3% no período. Sabendo-se que essa expansão do gasto foi centrada no gasto corrente, uma vez que o investimento público se deteriorou no período, é preciso agora viabilizar o oposto do que ocorreu nesses anos e alcançar um crescimento do gasto corrente que, embora positivo – por uma série de pressões políticas e sociais que não será possível evitar, como as ligadas à demografia – seja inferior ao crescimento do PIB. Uma conta simples ajuda a entender o potencial disso: partindo de uma despesa corrente do Governo Central – excluindo-se transferências a estados e municípios – da ordem de 17,0% do PIB, se quando o PIB cresce 4,5%, a despesa corrente aumenta 3,5%, em um ano a relação gasto/PIB diminuirá apenas 0,16% do PIB, mas em dez anos a redução pode ser substancial, alcançando 1,56% do PIB – mais do que se arrecada em um ano de CPMF.

O sexto desafio é *repensar as estatísticas fiscais*. Chegou o momento de avaliar até que ponto um sistema de estatísticas montado há aproximadamente 25 anos é o mais adequado para a realidade atual. Quando em 1983 o Brasil iniciou o sistema de apuração das NFSF e da dívida pública – retroativos até 1981, ainda que com dados precários – a realidade fiscal era marcada pelo predomínio notório do problema do elevado endividamento das empresas estatais. Não levar isso em consideração teria gerado portanto um diagnóstico falso acerca dos problemas da época. Nas atuais circunstâncias, porém, a realidade é completamente diferente, a ponto de as empresas estatais serem credoras líquidas (tabela 25).

TABELA 25

Composição das NFSPs nominais e da dívida pública – 2007^a

(Em % do PIB)

Composição	Superávit primário	Juros nominais	NFSP	Dívida líquida	
				1985	2007 ^b
Governo Central	2,22	4,83	2,61	18,7	31,0
Estados e municípios	1,18	1,60	0,42	7,0	14,1
Empresas estatais	0,66	-0,09	-0,75	26,3	-1,6
Federais	0,58	-0,18	-0,76	n.d.	-2,7
Estaduais	0,08	0,08	0,00	n.d.	1,0
Municipais	0,00	0,01	0,01	n.d.	0,1
Total	4,06	6,34	2,28	52,0	43,5

Fonte: Bacen.

^a Últimos 12 meses encerrados em setembro de 2007.^b Setembro.

n.d. = não-disponível.

No caso das empresas estatais federais, especificamente, a tabela 26 mostra os efeitos de sucessivos superávits primários na geração de caixa dessas empresas, com destaque para a Petrobras. Ainda em 1998, elas eram, no conjunto, responsáveis por uma dívida líquida de 0,5% do PIB, atualmente transformada em um crédito líquido de 2,7% do PIB. A pergunta-chave é se faz sentido, do ponto de vista empresarial das estatais, continuar acumulando ativos financeiros que diminuem a dívida líquida, apenas pelo fato de que, se estes se transformarem em investimentos, serão captados pela estatística fiscal como uma redução do superávit primário consolidado.

Para perceber os problemas conceituais que a forma de apuração atual pode gerar, imagine-se, para facilitar o raciocínio, que o setor estatal se limite à Petrobras e que esta seja de propriedade do Tesouro na proporção de 50% mais uma ação. Se o governo vendesse duas ações, formalmente a empresa se tornaria privada e deixaria de fazer parte das estatísticas fiscais. Ora, é óbvio, porém, que os efeitos macroeconômicos de a Petrobras investir mais ou menos ou praticar os preços x ou y serão exatamente os mesmos antes ou depois da venda das duas ações. Considerando que o que se deseja com o cálculo do resultado fiscal é apurar o impacto da atuação do governo sobre a demanda agregada, o Brasil deveria progressivamente migrar para um sistema similar ao adotado na maioria dos países avançados e em muitas economias emergentes, onde o indicador fiscal por excelência é o resultado do Governo Central ou, alternativamente, do Governo Geral (incluídas as unidades subnacionais) mas sem considerar as empresas estatais. Na prática, isso até agora tem sido difícil de viabilizar, diante da necessidade de mostrar um superávit primário próximo a 4% do PIB e face à contribuição decisiva que para tal vem sendo dada pelas estatais. A caminho de uma situação em que, a partir de algum momento da próxima década, já com a dívida pública em franco declínio, o superávit primário possa diminuir, a exclusão do resultado das estatais do cômputo do resultado fiscal pode ser um tema que venha a entrar progressivamente na agenda fiscal futura.

TABELA 26
Dívida líquida das empresas estatais federais
 (Em % do PIB)

Ano	Dívida líquida ^a
1998	0,5
1999	0,3
2000	-0,4
2001	-1,2
2002	-0,9
2003	-1,2
2004	-1,6
2005	-2,1
2006	-2,6
2007 (setembro)	-2,7

Fonte: Bacen.

^a (-) = crédito líquido.

Com o mesmo objetivo de adequar as nossas estatísticas ao padrão de outros países, deve-se pensar também em excluir a base monetária da estatística da dívida pública, algo que representa uma raridade no conjunto dos países. Embora isso deva ser muito bem explicado, uma vez que se trata de um passivo de 5% do PIB, a atitude se justifica, uma vez que ela não gera juros. A medida poderia ser adotada simultaneamente com a exclusão das estatais das estatísticas – o que gera um efeito oposto, aumentando a dívida pública líquida total, já que atualmente elas são credoras líquidas.³¹

10 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho é permitir que o leitor tenha um quadro ao mesmo tempo retrospectivo e relativamente detalhado das contas públicas no Brasil na década de 1990 e na década atual. Entre 1991 e 2007, mesmo ignorando-se a distorção metodológica que resulta de comparar dados atuais a partir da nova série do PIB com dados até 1994 calculados com a antiga metodologia (que subestimava o PIB e portanto superestimava os coeficientes de certas variáveis expressas como fração do produto), a receita bruta do Governo Central, apurada atualmente nas estatísticas regulares da STN, terá passado de 14,6% para 23,9% do PIB. Nesses mesmos 16 anos o gasto primário do Governo Central terá aumentado de 13,7% para 21,8% do PIB. As variações que esses números representam correspondem, em média, a um “delta” a cada ano de 0,6% do PIB de receita adicional na comparação com o ano imediatamente anterior e a um “delta” de gasto primário de 0,5% a mais a cada ano, na mesma comparação. Trata-se de uma política que pode muito bem ser qualificada como *spend-and-tax policy* (BICALHO, 2005).

31. Para evitar a acusação de perda de transparência, pode-se pensar em continuar a divulgação das estatísticas das estatais em separado, no *site* do Bacen, como é feito para as estatísticas do resultado operacional, mesmo quando o resultado fiscal oficial é dado com base no conceito nominal. A base monetária continuaria a ser divulgada, de qualquer forma, como parte das estatísticas monetárias.

Não houve inflexões relevantes nesse período. Considerando-se que outros indícios referentes a indicadores mais antigos no tempo apontam para um fenômeno similar na comparação do que ocorreu com o advento da Nova República em relação aos anos pré-1985, trata-se de uma realidade que, longe de marcar um governo específico, caracterizou um longo período histórico de quase 25 anos.

No que se refere aos dados anteriores a este trabalho, como se pode ver na tabela 27, Ricardo Varsano utilizou dados do IBGE para fazer a seguinte demonstração: a soma dos itens salários e encargos sociais, outras despesas correntes, assistência e previdência social, e subsídios nas CNs, somatório que na média do período 1981-1985 tinha sido de 20,8% do PIB, aumentou para 23,8% do PIB na média de 1986-1990 e para 27,2% do PIB na média de 1991-1994 (VARSANO, 1996).

A tendência ao aumento da despesa como proporção do PIB, de fato, iniciada no Governo Sarney (1985-1989), percorre a administração Collor/Itamar Franco (1990-1994); intensifica-se nos oito anos do Governo FHC (1995-2002), ainda que atenuada pela mudança metodológica que aumentou o PIB na nova metodologia do IBGE a partir de 1995; e consolida-se nos dois governos de Lula, de 2003 em diante. Em todos os casos, cada presidente entregou o país no final do mandato com uma despesa maior, como fração do PIB, do que no final da gestão anterior.

TABELA 27

Gasto primário corrente do governo: Contas Nacionais
(Em % do PIB)

Período	Salários e encargos	Outras despesas correntes	Assistência e previdência	Subsídios	Total
1981-1985	6,9	3,1	8,5	2,3	20,8
1986-1990	9,2	4,7	8,2	1,7	23,8
1991-1994	9,4	6,5	10,1	1,2	27,2

Fonte: Varsano (1996), com base em dados das CNs do IBGE. Inclui despesas de assistência e previdência e subsídios, que nas CNs são deduzidas da receita bruta. Abrange os governos da União, dos estados e dos municípios. Exclui empresas estatais.

Nos debates acerca da situação fiscal brasileira, costuma aflorar recorrentemente a idéia de que uma estratégia adequada seria combinar a redução do peso relativo do gasto, com um aumento do dispêndio entendido como “social”. Implícita nessa proposta está a idéia de que, sendo as despesas sociais vistas pela opinião pública como “corretas” e havendo um repúdio à carga tributária (e por extensão ao gasto público *lato sensu* maior, que ela financia), as fontes de pressão sobre a despesa observadas nas últimas duas décadas seriam passíveis de uma correção, sem prejuízo do atendimento dos objetivos ligados à ampliação do gasto social.

A tabela 28 sugere que essa visão não parece se coadunar com os fatos. Enquanto a tabela 6 mostra que entre 1991 e 2007 houve uma expansão da despesa primária da ordem de 8% do PIB, a tabela 28 sugere, com as qualificações que se pode fazer para dados mais antigos, que praticamente toda a variação do gasto público do Governo Central explica-se por gastos geralmente rotulados como “sociais”, somado ao aumento das transferências a estados e municípios que resulta da maior carga tributária federal necessária para financiar o incremento do gasto – parte da qual, pelo

mecanismo da distribuição de recursos com as unidades subnacionais, acaba redundando em nova despesa.³²

TABELA 28

Comparação entre itens selecionados de gasto social no Governo Central – 1991 e 2007

(Em % do PIB)

Composição	1991	2007	Diferença
INSS	3,4	7,2	3,8
Inativos do Governo Central	0,9	2,0	1,1
Saúde ^a	1,4	1,5	0,1
FAT ^a	0,6	0,7	0,1
Loas	0,0	0,6	0,6
Desenvolvimento social	0,0	0,5	0,5
Educação ^a	0,1	0,3	0,2
Reforma agrária ^a	0,0	0,1	0,1
Soma (A)	6,4	12,9	6,5
Transferências a estados e municípios (B)	2,7	4,1	1,4
(A) + (B)	9,1	17,0	7,9

Fontes: Tabelas 6, 11 e 13. No caso dos gastos com saúde, educação e reforma agrária, inclui investimentos.

^a Na primeira coluna, dados de 1994 extraídos de Além e Giambiagi (1999) e da tabela 11.

Inclui investimento em saúde, educação e reforma agrária.

À luz desses fatos, é importante que a agenda de reformas, defendida no início do Governo Lula em documento oficial (SPE, 2003) e por diversos participantes do debate, seja retomada com vistas a melhorar a qualidade do ajuste implementado nos últimos dez anos.³³ Em particular, paralelamente a uma reforma tributária que diminua as distorções atuais, que são um dos obstáculos a uma intensificação maior do ritmo de crescimento, seria conveniente aprovar medidas que permitissem modificar as regras que regem o sistema de aposentadorias e pensões; estabelecer limites ao crescimento do gasto corrente; e ter uma redução do grau de vinculações orçamentárias como forma de abrir espaço para um aumento do investimento público.³⁴

A importância de uma agenda de reformas torna-se mais clara quando se analisa a composição do gasto público – exposta de forma desagregada ao longo de diversas tabelas do trabalho – na tabela 29, com os números previstos para 2007. Com uma despesa primária de 21,8% do PIB, pode parecer intuitivamente razoável promover um corte do gasto público da ordem de 1% do PIB, por exemplo – ou seja, de menos de 5% do total. Entretanto, ao decompor as despesas, nota-se que a combinação de fatores legais ou constitucionais – como a proibição de demissão de funcionários públicos com estabilidade – com obstáculos políticos óbvios – como os que anulam qualquer possibilidade de reduzir a despesa com o Bolsa Família – somada ao fato de

32. Para os dados de 1994 como percentual do PIB, usados em alguns casos como *proxy* para o dado de 1991, na ausência de informação específica, ver Além e Giambiagi (1999).

33. Sobre propostas de reformas tributária, ver Varsano e Afonso (2004). Sobre a conveniência de reduzir a rigidez orçamentária associada às vinculações, ver Velloso (2005).

34. É inevitável mencionar essas propostas em um trabalho dedicado ao tema fiscal. O detalhamento dessas questões, porém, demandaria outro estudo, além do escopo do presente texto.

que, no caso de alguns itens, o que se deseja a rigor é que aumentem – como é o caso do investimento público – levam a que, na prática, o ajuste incida sobre as “demais despesas”, que representam pouco mais de 1% do PIB. Não é preciso ser um especialista em economia política para perceber que um ajuste de 0,5% do PIB, aplicado a uma rubrica que corresponde a 1,1% do PIB, tenderia a paralisar o governo e a inviabilizar a sua capacidade de articulação política no Congresso Nacional. Daí por que é importante aprovar, em particular, medidas de redução das vinculações e de controle do gasto corrente – que permitam diminuir gradativamente a relação gasto/PIB ao fazer com que o numerador aumente menos que o denominador – além de uma reforma previdenciária que idealmente leve a diminuir o peso relativo da despesa do INSS ao longo do tempo.

TABELA 29

Despesa do Governo Central – 2007

(Discriminação, em % do PIB)

Transferências a estados e municípios	4,10
Pessoal	4,65
INSS	7,23
FAT	0,70
Loas/RMV	0,55
Subsídios/subvenções	0,35
Transferências/despesas do Bacen	0,10
Investimento do Executivo	0,70
Custeio do Ministério da Saúde	1,39
Custeio do Ministério do Desenvolvimento Social	0,45
Custeio do Ministério da Educação	0,27
Legislativo/Judiciário	0,19
Sentenças judiciais	0,04
Demais despesas de custeio	1,06
Total	21,78

Fontes: Tabelas 6, 11 e 13.

Os dados apresentados no trabalho nos permitem destacar cinco grandes conclusões:

a) nos últimos 16 anos, o gasto primário do Governo Central cresceu a uma taxa média anual de quase 6%, correspondente a mais de duas vezes o crescimento médio da economia (tabela 9);

b) todas as quatro grandes rubricas de gasto tiveram uma expansão maior que a do PIB, com destaque para as despesas do INSS;

c) depois de duas décadas de forte expansão do gasto público, é importante conter o ritmo de crescimento do gasto público corrente, como forma de ampliar o espaço para o aumento do investimento público e reduzir a carga tributária;

d) por outro lado, a idéia de que, na ausência de grandes reformas, as contas públicas poderão marchar para um colapso no horizonte dos próximos anos, poderá se revelar equivocada se a economia tiver uma expansão da ordem de 4% a.a.;³⁵ e

e) embora a redução da dívida pública observada nos últimos anos deva ser comemorada, o fato de a dívida interna ter passado de 14% do PIB em 1991, para 22% do PIB em 1994; 33% do PIB em 1998; 38% do PIB em 2002; 48% do PIB em 2006; e 52% do PIB atualmente é um indicador preocupante e que deverá ser monitorado com cuidado nos próximos anos.

É importante, por último, estabelecer algumas precisões acerca dos pontos (c) e (d). A realização de novas reformas, conforme ficou claro no texto, seria importante para conter o ritmo de expansão da despesa corrente e abrir assim mais espaço para a realização de novos investimentos. Daí a importância de reformar a previdência social, diminuir o grau de vinculações e limitar o crescimento da despesa corrente. Por outro lado, é preciso enfatizar que parte do aumento do gasto ocorrido nos últimos três ou quatro anos decorreu de efeitos *once and for all* (incremento do auxílio-doença, aumento dos gastos do INSS com dispêndios judiciais etc.), de decisões discricionárias (por exemplo, os aumentos do SM) ou que não irão se repetir com a mesma intensidade nos próximos anos (como o alargamento do espaço do Bolsa Família). Portanto, como já foi dito, a idéia de que, na ausência de reformas estruturais, o país poderá enfrentar um colapso das contas públicas no horizonte dos próximos anos, poderá se revelar equivocada se a economia tiver um crescimento da ordem de 4% a.a. A previdência é um desafio maiúsculo, mas é um problema associado a longo prazo; a despesa com pessoal deverá crescer a um ritmo menor no futuro imediato, após os fortes aumentos de 2006 e 2007; o cumprimento das metas do Bolsa Família deverá naturalmente arrefecer a expansão das outras despesas de custeio; e, finalmente, a despesa de juros deverá ser menor que nos últimos anos. Problemas importantes, porém, deverão aflorar se a economia tiver um crescimento modesto, uma vez que nesse caso a combinação de um crescimento vegetativo forte do gasto – como aquele, por exemplo, causado pela previdência social, em função de fatores demográficos – com menor crescimento do PIB elevaria a relação gasto/PIB, exatamente quando a receita passaria a crescer a um ritmo menor.

O risco de não fazer novas reformas não é tanto o de causar uma explosão do gasto no futuro próximo e sim o de não abrir espaço fiscal para a realização das obras de infra-estrutura, de que o país tanto precisa e que devem, em parte, implicar uma participação importante do governo. Nesse sentido, a médio prazo, se o gasto corrente não for contido no futuro, o preço a pagar pode não ser o *default* da dívida pública, mas sim a frustração da expectativa de um crescimento econômico sustentável maior, mais próximo dos 5% a.a.

35. Estamos assumindo que a CPMF será renovada em 2008. Naturalmente, sem ela, as perspectivas de evolução da dívida pública seriam bastante diferentes.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R.; BIASOTO Jr., G. Investimento público no Brasil: diagnósticos e proposições. *Revista do BNDES*, v. 14, n. 27, jun. 2007.
- ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. O ajuste do Governo Central: além das reformas. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. *A economia brasileira nos anos 90*. BNDES, 1999.
- BARBOSA, F.; GIAMBIAGI, F. O ajuste fiscal de 1990-93: uma análise retrospectiva. *Revista Brasileira de Economia*, v. 49, n. 3, jul.-set. 1995.
- BICALHO, A. *Teste de sustentabilidade e ajuste fiscal no Brasil pós-Real*. 2005. Tese (Doutorado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.
- BLANCHARD, O. Fiscal dominance and inflation targeting: lessons from Brazil. In: BANCO MUNDIAL. *Brazil: fiscal policy for reduced vulnerability*. 2004.
- CAGAN, P. The monetary dynamics of hyperinflation. In: FRIEDMAN, M. (Ed.). *Studies in the quantity theory of money*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.
- CASTRO, J. A.; MORAES, M.; SADECK, F.; DUARTE, B.; SIMÕES, H. Gasto social federal em uma dimensão macroeconômica: 1995-2001. In: PINTO, M.; ALVES, P.; BIASOTO, G. (Orgs.). *Política fiscal e desenvolvimento no Brasil*. Editora Unicamp, 2006.
- CYSNE, R. Contabilidade com juros reais, déficit público e imposto inflacionário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 20, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, abr. 1990.
- FISHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974-1984. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 3, Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1986.
- FMI – Fundo Monetário Internacional. Fiscal improvement in advanced economies: how long will it last? *World Economic Outlook*, cap. III, May 2001.
- GIAMBIAGI, F. Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do período 1995-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 32, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, abr. 2002.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Panorama conjuntural. *Boletim de Conjuntura*, n. 64, mar. 2004.
- ISSLER, J. V.; LIMA, L. Public debt sustainability and endogenous seigniorage in Brazil: time series evidence from 1947-1992. *Journal of Development Economics*, n. 62, 2004.
- KOPITS, G. *Fiscal rules: useful policy framework or unnecessary ornament?* IMF, 2001 (Working paper, WP/01/145).
- MENDES, M. (Org.). *Gasto público eficiente: propostas para o desenvolvimento do Brasil*. Editora Topbooks, 2006.
- NAKAGUMA, M.; BENDER, S. *Mudança institucional e política fiscal no Brasil: uma avaliação da experiência recente*. Tesouro Nacional – Finanças Públicas – X Prêmio Tesouro Nacional 2005 – Edição Monografias STN, Brasília, 2006.
- NÓBREGA, M. *O futuro chegou: instituições e desenvolvimento no Brasil*. Editora Globo, 2005.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Chile. *OECD Economic Surveys*, v. 19, Nov. 2005.

_____. *OECD Economic Outlook*. Jun. 2001.

ORNELAS, W.; VIEIRA, S. As novas regras da previdência social. *Conjuntura Econômica*, v. 53, n. 11, nov. 1999.

PASTORE, A. C. Déficit público e a sustentabilidade do crescimento das dívidas interna e externa, senhoriagem e inflação: uma análise do regime monetário brasileiro. *Revista de Econometria*, v. 14, n. 2, 1995.

_____. *Senhoriagem e inflação: o caso brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos de Reforma do Estado, 1997 (Texto para discussão, n. 5).

REINHART, C.; ROGOFF, K.; SAVASTANO, M. Debt intolerance. *Brooking Papers on Economic Activity*, Brookings Institution, 2003.

ROCHA, F. Long-run limits on the Brazilian government debt. *Revista Brasileira de Economia*, v. 51, n. 4, 1997.

SERRA, J.; AFONSO, J. R. *Tributação, seguridade e coesão social no Brasil*. Serie Políticas Sociales, División de Desarrollo Social, Cepal, Santiago do Chile, 2007.

SPE – Secretaria de Política Econômica. *Política econômica e reformas estruturais*. Brasília: SPE, 2003.

_____. *Orçamento social do governo federal: 2001-2004*. Brasília: SPE, 2005.

VARSANO, R. De ônus a bônus: política governamental e reformas fiscais na transformação do Estado brasileiro. In: _____. *A economia brasileira em perspectiva – 1996*, cap. 11, Ipea, 1996.

_____. A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 27, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, abr. 1997.

VARSANO, R.; AFONSO, J. R. Reforma tributária: sonhos e frustrações. In: GIAMBIAGI, F.; REIS, J. G.; URANI, A., *Reformas no Brasil – Balanço e Agenda*. Nova Fronteira, 2004.

VELLOSO, R. Rigidez orçamentária e difíceis escolhas. In: FÓRUM NACIONAL, 17., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2005.

VILLELA, R. Crise e ajuste fiscal nos anos 80: um problema de política econômica ou de economia política? *Perspectivas da Economia Brasileira – 1992*, Brasília: Ipea, 1991.

WERNECK, R. Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 3, Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1986.

ZYLBERSTAJN, H.; PORTELA, A.; AFONSO, L.; FLORI, P. Resultados fiscais da reforma de 2003 no sistema de previdência social brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 36, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2007

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Supervisão

Marcos Hecksher

Revisão

Lucia Duarte Moreira

Alejandro Sainz de Vicuña

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Camila Guimarães Simas

Camila Oliveira de Souza

Carlos Henrique Santos Vianna

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9.º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5090

Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50, 6.º andar — Grupo 609

20044-900 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3515-8433 – 3515-8426

Fax (21) 3515-8402

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9.º andar – sala 912

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5406

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

Tiragem: 135 exemplares

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, quando digo ao Brasil que este é um dos melhores Senados da República é porque vejo homens como V. Ex^a. A responsabilidade de V. Ex^a é extraordinária. Isso traz a grandeza.

Seu pai viveu aqui. Seu pai amou esta Casa.

Fiz política no Piauí, e ele foi meu adversário, um forte adversário.

Tinha de ser. Apoiou meu adversário, Hugo Napoleão. Mas aqui, quando ele sofreu uma perseguição – queriam levá-lo à CPI –, eu, reconhecendo a grandeza dele e a grandeza desta Casa, fui um dos que levantou a voz. E foi fundamental a volta que ele deu, engrandecendo esta Casa, presidindo a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Eu o vi tombar aí.

Mas nos tornamos amigos e companheiros. E eu pensava que ele encarava só o Poder Executivo. Como homem do Nordeste, quero dizer aqui que Deus fez a Bahia – o sol, o mar, o ar, a gente –, mas a grandeza e riqueza foram obra de Antonio Carlos Magalhães. Mesmo assim, conversando com ele, pensando que ele tinha um perfil mais de Executivo, ele disse que gostava daqui, que gostava de fazer leis boas e justas, e essa lei de combate à pobreza deu um filhote, o Bolsa-Família.

Então, quando falo deste Senado é porque o conheço. E V. Ex^a é uma dessas estrelas – foi um simbolismo quando se disse que o Senado é o céu. V. Ex^a acaba de dar ao País, com esse pronunciamento, a certeza de que este Senado não faltará ao País. Aqui estamos desde 14 horas, quando esta Casa homenageou uma das igrejas mais sérias: Mórmon, 80 anos no Brasil. Este País está precisando de Deus. E esta Casa aqui não faltará ao País.

Passou Antonio Carlos Magalhães, mas ele o deixou aí. E lembro que o pai de Kennedy imaginava ter um filho presidente, Joseph Kennedy. Seu primogênito sofreu um desastre na Aeronáutica. Não deu certo, mas o outro deu. Se o Luís Eduardo não pôde ter sido aquele presidente, V. Ex^a pode ter esses desígnios de Deus, pela postura, pela formação e pela bravura com que acaba de defender o nosso País.

Nossas congratulações!

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E aqui estamos no mesmo espírito de combatividade de Antonio Carlos Magalhães.

Em sessões anteriores, foram lidos os **Requerimentos nºs 417 e 1.336, de 2007**, do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado no dia 12 de dezembro, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia do Marinheiro, celebrado no dia 13 do referido mês.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer senados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Desde as 14 horas, estou aqui para, entendendo a finalidade do Senado, Antonio Carlos, que aprendi aqui... O Senado é para fazer leis boas e justas. O primeiro caminho de grandeza deste Senado é fazer leis boas e justas. A CPMF não é uma lei.

Vamos fazer uma lei boa e justa para a Saúde, assim como foi feita para a Educação – por isso é que nós reverenciamos João Calmon e Darcy Ribeiro.

Nós temos é de fazer uma lei boa e justa para a Nação, dizer “não” àquilo que nasceu com uma mentira em seu nome – provisória –, em sua finalidade – não é para a Saúde – e em sua abrangência – enganaram a população ao dizer que só brancos pagam o imposto do cheque. Temos de fazer essa lei boa. V. Ex^a tem a missão de dar continuidade às leis boas de Antonio Carlos Magalhães.

Outra coisa é fiscalizar o Governo. V. Ex^a engrandeceu este Senado, mostrando que o Governo é perdulário, está gastando muito. Isso se estuda. Nós estamos aqui é para ensinar o Luiz Inácio. É essa a nossa razão de ser. Se não for assim, que caia um raio aqui e acabe com o Senado.

Estudou-se. Estuda-se para jogar futebol. Como não se vai estudar para ser governante? Há um livro, *Reinventando o governo*, de Ted Gaebler e David Osborne, a respeito disso. O Governo não pode ser grande demais – o Titanic, grande demais, afundou. V. Ex^a sintetizou essa idéia.

É como disse Teotônio Vilela: “Falar resistindo e resistir falando”.

Eu sou lá do Piauí, que trouxe o Ipea, com João Paulo dos Reis Velloso, e que nos deu o mais extraordinário Presidente desta Casa, Petrônio Portella, que não se curvou aos militares e que fez aprovar aqui uma reforma judiciária. Fecharam, refletiram e se curvaram. Petrônio Portella trouxe a anistia e a redemocratização sem nenhuma truculência.

É isso que temos de fazer neste Senado. Passou por aqui Teotônio Vilela, que disse que era preciso resistir falando e, falando, resistir.

E vou a Sua Excelência o Presidente da República levar um documento para mostrar a realidade, para mostrar que os aloprados o enganam.

Há, por exemplo, a realidade do Piauí, onde escolheram treze obras inacabadas. Há o Porto de Luís Correia, iniciado por Eptácio Pessoa, para o qual faltam US\$10 milhões – o nosso Presidente sai por aí dando para países distintos, para povos distintos, e o Piauí fica sem porto.

Há a ZPE de Parnaíba, criada em 88 – a Câmara Municipal, por intermédio do Vereador Iweltman Mendes, fez uma audiência pública extraordinária.

Há a Estrada de Ferro Luís Correia-Parnaíba e Teresina. Luiz Inácio foi e disse que, em sessenta dias, funcionaria o trecho Parnaíba-Luís Correia. As eleições já aconteceram há mais de um ano, Luiz Inácio ganhou os votos e a eleição, mas não cumpriu sua promessa. Faço a lembrança para que ele não perca o mais importante: a sua palavra e o seu compromisso.

Há os Tabuleiros Litorâneos, agricultura irrigada; há o metrô de superfície de Teresina; há a Ponte Sesquicentenário, Presidente Luiz Inácio – era para comemorar os 150 anos de Teresina, que já está com 158. Quando governei o Piauí, fiz, no mesmo rio, uma ponte em noventa dias; o Senador Heráclito Fortes, Prefeito de Teresina extraordinário, fez no mesmo rio uma ponte em cem dias, e o Governo Federal há oito anos...

Queremos salvaguardar aquilo que há de mais importante: a palavra do nosso querido Presidente Luiz Inácio, que os aloprados estão desvirtuando.

Há o Hospital Universitário, Pronto-Socorro Municipal de Teresina, iniciado por Heráclito Fortes quando Prefeito, em 89. O nosso Presidente foi lá, assumiu compromisso, ganhou as eleições. Já vai fazer vinte anos...

Há a Ponte de Luzilândia; a Universidade do Delta, *Campus* João Paulo dos Reis Velloso, filho de Parnaíba, *campus* avançado – passou numa lei que fizemos no Senado cujo Relator foi o Senador Alvaro Dias e o Paulo Renato deu o “aprove-se”.

O Piauí pede isso.

Aeroporto Internacional de Parnaíba, Teresina e São Raimundo Nonato. Há mais de um ano não vai mais para Parnaíba nem avião pequeno. Nunca dantes houve isso. Em Raimundo Nonato nem falar.

Os aloprados disseram que iam fazer cinco hidroelétricas no Piauí. Queremos apenas que ele conclua a que há lá, a Hidroelétrica de Boa Esperança, e que faça a eclusa para permitir a navegabilidade do rio.

A última obra inacabada listada é o Luz para Todos.

Recebi este documento, Senador Antonio Carlos, em que foram agendadas treze obras inacabadas – o número treze é para lembrar o compromisso do PT.

O responsável pelo Luz para Todos no Piauí foi a Gautama. Então, deu no que deu.

Essas são as nossas palavras. Continuaremos a lutar.

Há pouco, Heráclito Fortes, extraordinário orador do Piauí, disse que conseguimos, depois da grande luta que ele iniciou, a escada Magirus que os bombeiros pediam para garantir Teresina contra os incêndios.

Pela ordem, pede a palavra o Senador Marco Maciel.

Brasileiras e brasileiros, já ia terminar a sessão, mas aqui temos de observar o espírito da lei, não é o Regimento não. Isso existe. A ignorância é audaciosa. Quem fez a democracia, Antonio Carlos, foi Montesquieu, que achava que era preciso dividir o poder.

Depois que ele fez, viu que era complicado, tinha de ser observado o espírito das leis. É isso.

la terminar a sessão, mas chegou o Senador Marco Maciel. Quer que eu seja claro, Antonio Carlos, para que entendam que está acima do Regimento? Foi Montesquieu que fez a democracia. Leiam, são dezenove volumes.

Vamos supor que uma lei... Marco Maciel, que sabe tudo, talvez conheça. Ontem ele me disse aqui que nós estamos errando, porque há uma lei, que foi feita justamente por Aécio Neves, que diz que o Congresso não pode se reunir se ainda houver veto que não tenha sido discutido.

Mas eu vou dizer o que é o espírito da lei para que entendam o que é isso e por que estou continuando a sessão. Eu acredito, eu creio que o espírito da lei é mais importante do que este Regimento. Foi escrito por Montesquieu. Ele não é o pai da democracia? Foi o povo, mas ele ajeitou.

Vou dar um exemplo. Eu sou do Piauí, do Semi-Árido, de São Raimundo Nonato. Tem tatu lá. Se eu sair agora com meu amigo Antonio Carlos Júnior e comer um tatu ali, tomando uma cerveja ou um uísque, devemos ser punidos, porque há muitas outras coisas que podemos comer.

No entanto, um trabalhador, vendo seu filho e sua mulher amada com fome, se pegar sua espingarda e matar um tatu para comer, não deve ser condenado. Esse é o espírito da lei, que tem de ser observado ainda que se trate do mesmo tatu!

Por isso é que V. Ex^a vai usar da palavra no momento em que quase eu ia terminando a sessão.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Muito bem. Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, Sr^s Senadoras, Srs. Senadores – menciono expressamente a presença do nobre Senador Antonio Carlos Júnior –, Aloísio Magalhães, nascido em 1927, faleceu aos 55 anos e este ano estaria completando oitenta anos se vivo estivesse.

Nasceu no Recife, numa proba família de intelectuais e políticos. Ingressou na quase bicentenária Faculdade de Direito do Recife atraído por seu prestígio cultural, imaginando-a sua primeira vocação.

De fato, a Faculdade de Direito do Recife, que este ano completou 150 anos de existência, juntamente com a Faculdade de Direito de São Paulo, da USP, era, como disse certa feita Gilberto Freyre, uma escola na qual não se estudava apenas Direito, mas também Ciências Sociais. Eu me diplomei na referida Faculdade e o meu diploma ainda contém “Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais”.

Aloísio Magalhães, todavia, em vez de se dedicar à Advocacia, migrou para o território das Artes Plásticas. Aliás, a Faculdade de Direito é também uma faculdade de humanismo ou, se quiserem dizer de uma forma mais abrangente, de humanidades.

Aloísio Magalhães fez uma opção correta e, ao se deslocar para o território das artes plásticas de modo especial, deu notável contribuição ao País em uma área em que não tínhamos ingressado, sobretudo no que diz respeito ao *design*.

Em 1951, ele vai a Paris com bolsa de estudos do governo francês para estudos de museologia no Louvre. Retorna ao Brasil em 1953 para expor pinturas na II Bienal de São Paulo. E aí se revelou o grande dom do pintor, que se prolongou em outros campos das chamadas artes plásticas.

Em 1954, funda, no Recife, o Gráfico Amador, uma editora com ateliê gráfico, em companhia de Gastão de Holanda, José Laurênio de Melo e Orlando da Costa Ferreira. Pelo Gráfico Amador, serão publicados vários livros da nova geração de poetas recifenses. No mesmo ano, expõe quadros de pinturas e desenhos no Museu de Arte Moderna de São Paulo e no Ministério da Educação e Cultura, então sediado no Rio de Janeiro, posto que ainda Capital federal.

Ele estará presente, mais adiante, na III Bienal de São Paulo, em 1955.

No ano seguinte, volta a expor no Museu de Arte Moderna de São Paulo e, em 1957, está no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. A partir deste ano, internacionaliza suas exposições de pintura, inclusive em Nova York. Em 1959, volta aos Estados Unidos e repete sua presença em galerias de Filadélfia, no Atlântico, e de São Francisco, no Pacífico. Ainda em 1957/1959, ilustra com gravuras dois livros do escritor americano Eugene Feldman.

Após integrar a representação brasileira na XXX Bienal de Veneza, em 1960, funda o que logo vem a ser um dos mais importantes escritórios de *design* do Brasil.

Pioneiro da comunicação visual no País, era também, como já disse, um artista plástico extremamente respeitado. São dele os desenhos das cédulas do Cruzeiro Novo e deu grande contribuição em outros campos do *design*.

Carlos Lacerda, quando Governador da Guanabara, convida-o para integrar o grupo organizador da Escola Superior do Desenho Industrial, pioneira no gênero em toda a América Latina. Sua atividade de *designer* leva-o a ganhar o concurso de criação do logotipo do IV Centenário do Rio de Janeiro.

O especialista alemão Max Bense dedicará extenso estudo sobre Aloísio Magalhães, levando-o a expor na Universidade de Stuttgart, na Alemanha.

Daí em diante, Aloísio Magalhães produzirá *design* para a iniciativa privada e empresas estatais no Brasil, tais como Petrobras, Banco Central, Caixa Econômica Federal, Furnas Centrais Elétricas, Itaipu Binacional, entre outras. Isso, todavia, sem abandonar o exercício, se assim posso dizer, da atividade pictórica.

Volta a pintar, inspirando-se em Olinda, cidade pela qual ele tinha grande devoção.

Sem nunca perder o espírito público, aceita coordenar e implantar o Centro Nacional de Referência Cultural, reunindo em Brasília todas as informações possíveis, ao tempo em que era Ministro da Educação e Cultura o General Rubem Ludwig

Gostaria de chamar a atenção para fato também extremamente importante. Ele assume, em 1979, a direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, retomando e revisando as diretrizes fundacionais de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Convém destacar que Rodrigo Melo Franco de Andrade fez com que florescesse no Brasil um grande esforço para preservar nossa memória.

A participação de Aloísio Magalhães dada na extensão desse conceito de memória, contribuiu para que não ficássemos apenas no patrimônio histórico e artístico de bens materiais. Ele entendeu que deveríamos cogitar também de tratar dos bens imateriais, hoje por todos reconhecido. Cada vez mais precisamos zelar por esses bens, porque fundamentais à definição da identidade brasileira.

Cultuamos e praticamos com algum sucesso – em que pesem as limitações de verbas – a questão do patrimônio do imaterial, a que Aloísio Magalhães trouxe notável contribuição.

No ano de seu falecimento, em 1982, ele, por assim dizer, despede-se do País pintando uma série de litografias sobre Olinda.

Vou abrir um breve parêntese, Sr. Presidente, para lembrar que, como Governador de Pernambuco, entre outras atividades nos planos administrativo, político, econômico, social e também no plano cultural, empenhei-me e obtive êxito – e este trabalho foi prosseguido pelo meu Vice-Governador, Roberto Magalhães Melo, que me sucedeu no Governo de Pernambuco – para que a Unesco reconhecesse Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade. Faço questão de mencionar esse fato porque estamos prestes a celebrar os 20 anos da Declaração de Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Certamente, fiz muitas gestões. Fui a Paris, estive na Unesco, falei com o então Diretor-Geral da Unesco, Mahtar M'Bow, que era um ilustre senegalês, pessoa de grande sensibilidade para os problemas culturais e artísticos. Fiz gestões também junto à Presidência da República e ao Ministério da Educação e Cultura. Minha tarefa não teria sido cumprida adequadamente não fora a dedicação, o entusiasmo de Aloísio Magalhães. Por isso, não gostaria de encerrar minhas palavras sem salientar o trabalho por ele desenvolvido para que Olinda tivesse seu destaque devidamente reconhecido e pudéssemos trabalhar no sentido de, preservando a cidade, promovermos seu desenvolvimento, inclusive melhorando as condições sociais do

povo. Tive uma preocupação muito grande em melhorar, por meio de obras de infra-estrutura, como abastecimento d'água e saneamento, a condição da gente que vive em Olinda.

Pela segunda e última vez, Aloísio Magalhães volta a Veneza, em cuja XXX Bienal estivera vinte e dois anos antes. Ali, ele adoece e na vizinha Pádua encontra a "indesejada das gentes" – para usar uma expressão de Manuel Bandeira, que assim se referia à morte, deixando um grande vácuo no Brasil e enorme tristeza para todos nós, posto que foi retirada do nosso convívio uma pessoa ainda jovem e dando decisiva contribuição ao reconhecimento das nossas carências no campo cultural. O Brasil investe pouco nessa área e, embora já haja uma consciência da necessidade de sua valorização, não há recursos para atender a todas as demandas de preservação do nosso patrimônio.

Sr. Presidente, nesta manifestação, homenageio Aloísio Magalhães, que, ao final de uma vida tão breve quanto fecunda, enriqueceu o País no campo cultural. Tudo que se faz no campo cultural tem uma transcendência muito grande, porque aí está alojada a questão dos valores fundamentais ao travejamento de uma sociedade efetivamente democrática, atenta a tudo que o homem precisa de pão, espírito, justiça e liberdade.

Por isso, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras dizendo que o Brasil não pode esquecer o testemunho de Aloísio Magalhães, que Pernambuco muito se orgulha de tê-lo como um dos seus filhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É com grande satisfação que encerramos esta sessão após ouvir este extraordinário homem público que é Marco Maciel, que engrandece a democracia que, temos certeza, cada vez mais irá melhorar.

Marco Maciel foi o brasileiro que por mais vezes assumiu a Presidência da República. Este País tem a felicidade de possuir extraordinários Vice-Presidentes da República.

O primeiro deles foi o Marechal Floriano. Também foram Vice-Presidentes Aureliano Chaves, companheiro de V. Ex^a, Marco Maciel, e José Alencar, mas quero crer que nenhum Vice-Presidente excedeu V. Ex^a.

Nós, do Nordeste, orgulhamo-nos de V. Ex^a, que engrandece esta Casa. Perdemos Antonio Carlos Magalhães, mas, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a o está substituindo.

Com o exemplo de Antonio Carlos Magalhães, vamos, cada vez mais, fortalecer este Senado para salvaguardar a democracia do povo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos mais tradicionais educandários do Brasil, o Lyceu, tem 161 anos de funcionamento no meu Estado e neste 27 de novembro está comemorando 70 anos em Goiânia. Das escolas do século XIX que continuam na ativa no Brasil, o Lyceu só perde em longevidade para o colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que foi fundado no dia 2 de dezembro de 1837. Pouco mais de oito anos depois, em 20 de junho de 1846, foi criado o Lyceu da Província de Goiás, na então capital do Estado. Com a mudança da sede administrativa e política para a nova Capital, Goiânia, o Lyceu acompanhou o novo endereço de grande parte de seus alunos.

Sobre a grandiosidade da história do Lyceu já foram feitos estudos como os publicados pela professora Kátia Rodrigues de Moraes e o escritor Genesco Ferreira Bretas, que recentemente nos deixou a todos órfãos de sua generosidade e experiência. Os pesquisadores mostram que pelo Lyceu passaram algumas das maiores autoridades do Estado nas mais diversas áreas, como a política, a economia, o magistério, as artes. Estudaram no Lyceu diversos políticos, entre eles governadores, como o atual Chefe do Executivo goiano, doutor Alcides Rodrigues Filho. Também passaram pelo Lyceu presidentes do Banco Central, inclusive o atual, doutor Henrique Meirelles. Tiveram igualmente a honra de estudar no Lyceu escritores imortais, como José J. Veiga e Bernardo Élis, da Academia Brasileira de Letras.

Ali, as inteligências foram aprimoradas, o saber se difundiu, o conhecimento se ampliou. O Lyceu foi também palco da resistência aos diversos regimes autoritários, seja o Estado Novo ou o resultante do golpe militar de 1964. Do Lyceu foi arrancado o estudante Marco Antônio Dias Batista, até hoje desaparecido, mas certamente morto pela ditadura. É esse Lyceu berço de líderes e de tantos milhares de goianos que saúdo e parabenizo, a começar de seus atuais alunos, porque o colégio permanece cultuando o ensino, conforme testemunhou há duas semanas o senhor Ministro da Educação. Seus professores, verdadeiros heróis a se-mear informações, sabem que estão fazendo história na instituição e moldando o futuro do Brasil. A eles, o meu reconhecimento e o meu aplauso.

Hoje, a Academia Goiana de Letras vai fazer uma homenagem solene à tradicional escola e um de seus imortais, o escritor Luiz de Aquino, ex-aluno e professor do Lyceu, será o responsável pela saudação. Luiz de Aquino, de quem sou amigo e leitor, pede que se fortaleça o Lyceu "pelas medidas que norteiam a boa educação". Diz Aquino que o Lyceu já viveu muitos momentos de crise, mas sempre sobreviveu, porque sua águia, às vezes, é uma fênix. Parabéns a essa ave de vôos altos e duradouros que é o Lyceu da minha Goiânia

querida, como canta Ivan Lins. Parabéns a seus alunos e ex-alunos, professores e ex-professores, servidores e ex-servidores. E parabéns a Goiás por ter o Lyceu.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos que uma das regiões mais conturbadas do planeta é o Oriente Médio. Lá, os conflitos entre seres humanos têm sido permanentes. Lá, a situação é tão dramática que, muitas vezes, nos perguntamos se algum dia aquelas populações terão um mínimo de paz, um mínimo de tranquilidade.

Mas graças a Deus, Sr. Presidente, está surgindo uma esperança no horizonte: o Caminho de Abraão.

Inspirada no Caminho de Santiago de Compostela, a idéia é muito simples, mas ao mesmo tempo genial. Uma jornada, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que se percorrem os mesmos 1.200 quilômetros percorridos por Abraão após ouvir o chamado de Deus para segui-lo. Uma jornada que começa em Harran, no sudeste da Turquia, onde muitos acreditam que Abraão nasceu; e que termina em Hebron, na Cisjordânia, onde estão os restos mortais do patriarca.

Ao percorrer esses 1.200 quilômetros entre uma cidade e outra, Sr. Presidente, os peregrinos cruzam terras sagradas para os muçulmanos, os judeus e os cristãos. Atravessam a Síria, Jordânia, Palestina e Israel. Passam por cidades históricas como Alepo, Damasco, Aman, Jericó, Belém e Jerusalém. Têm a oportunidade de conviver, nesse trajeto, com representantes dos três povos, das três religiões. E descobrem que são todos filhos de Deus: pessoas com as mesmas angústias, os mesmos sonhos, os mesmos temores, a mesma vontade de ser feliz.

Dizem que fazer esse Caminho era um sonho do Papa João Paulo II. Infelizmente, já debilitado pela doença, Sua Santidade não pôde realizá-lo. Mas a idéia foi retomada pelo antropólogo William Ury, da Universidade de Harvard, que no ano passado comandou um grupo de vinte pessoas na realização da viagem inaugural. Os relatos da expedição são animadores. Onde chegavam, os viajantes eram recebidos por pessoas cansadas de tantas guerras, sedentas de paz, independentemente do povo a que pertenciam e da religião que professavam.

E cabe destacar que entre esses vinte pioneiros, entre esses vinte peregrinos que fizeram a primeira viagem, havia dois brasileiros. Nada mais natural, Sr. Presidente. O Brasil é reconhecido como um País que preza a tolerância religiosa. Aqui, as comunidades cristã, judaica e muçulmana vivem em harmonia, respeitando cada uma as convicções religiosas e as tradições culturais das outras. Que sirvamos, então, de exemplo para o resto do mundo.

Foi por esse motivo, seguramente, que William Ury esteve em nosso País no último mês de setembro,

para buscar apoio político, institucional e financeiro a seu projeto. Estou certo, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que a sociedade brasileira, e especialmente o setor empresarial, não faltará com esse apoio.

Os desafios, os obstáculos para a concretização do projeto, é evidente que são grandiosos. Os conflitos na região têm sido constantes. As interferências internacionais, com as mais diversas motivações, são freqüentes. A própria percepção de insegurança, provocada por esse quadro de violência, pode desanimar muitos dos interessados em fazer o Caminho. E a infra-estrutura de turismo, fora das grandes cidades, é praticamente nenhuma.

Ainda assim, Sr. Presidente, as chances de que tudo dê certo são enormes. As perspectivas de um maior desenvolvimento econômico e, acima de tudo, as perspectivas de entendimento mútuo entre os povos da região, podem levar a um engajamento de todos no sentido de viabilizar o projeto.

Como dizem os defensores do Caminho de Abraão, “quem poderia imaginar durante a Segunda Guerra Mundial, há apenas 60 anos, que hoje existiria a União Européia?”. Durante mil anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Europa foi o lugar mais sangrento do mundo. Hoje, quando se pensa num ponto do planeta em que predominam a democracia, a tolerância, a convivência respeitosa entre os seres humanos, o primeiro nome que nos vem à cabeça é a Europa. Não que tudo lá esteja perfeito. Mas não há região no mundo, convenhamos, que tenha avançado tanto no rumo da paz.

Ora, Sr. Presidente! Por que isso não poderia ocorrer, também, no Oriente Médio? Afinal, já temos o mais importante, que é um ponto de convergência: Abraão, o pai das três religiões monoteístas, o patriarca igualmente respeitado por judeus, muçulmanos e cristãos. Temos, também, a vontade inabalável dos que vivem naquela região de dar um basta a tanto ódio, a tanta violência.

Sejamos otimistas, Sr^{as} e Srs. Senadores. Logo, logo, tenho certeza, estará consolidado o Caminho de Abraão, entre Harran e Hebron. Assim como se consolidarão, logo em seguida, as expansões que já estão sendo programadas rumo ao Egito, rumo a Ur, no Iraque, e rumo a Meca, na Arábia Saudita.

Logo, logo, com as bênçãos de Deus, a paz chegará àquela região. E todos celebraremos a harmonia entre as mulheres e os homens de boa vontade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Representantes das comunidades

Cristã, Judaica e Muçulmana

e

William Ury

especialista em Técnicas de Negociação, fundador e diretor do

Global Negotiation Project da Universidade de Harvard

têm o prazer de convidar

para o jantar de lançamento e apresentação da Iniciativa

O Caminho de Abraão

projeto desenvolvido pela Universidade de Harvard, que encontrou no Brasil

um ponto de partida fundamental e que vem sendo apoiado por alguns

dos maiores ícones empresariais brasileiros e mundiais

17 de setembro de 2007, segunda-feira, às 20 horas

Fundação Maria Luísa e Oscar Americano

Avenida Morumbi 3077 - São Paulo

Traje social

RSYP 11 3034 0737

Fundação Maria Luísa e Oscar Americano

Av. Morumbi

Av. Santa Amaro
Ponte Morumbi

Ponte Morumbi

Av. Morumbi

Av. Nações Unidas

Marginal Pinheiros

R. Joaquim C. de Azevedo

Palácio dos
Bandeirantes

Rio Pinheiros

Fundação Maria Luísa e
Oscar Americano

Semáforo

Busque

Cidade Universitária

Ponte Cidade Jardim

Jockey Club

O Caminho de Abraão

Muitas vezes se levantam para criticar, lamentar, se indignar contra o terrorismo internacional ou a violência nossa de cada dia. Mas raramente se vê alguém apresentar um caminho. Esse raro alguém é o antropólogo e negociador internacional William Ury, um "peace maker", que sonha em repetir no Oriente Médio o que hoje se vê na Europa. E não é um sonho impossível. Durante cerca de mil anos a Europa foi o lugar mais explosivo do mundo. Tão explosivo quanto o Oriente Médio atualmente. Durante a II Guerra Mundial, quem poderia imaginar a União Européia? Com esse parâmetro em mente, William Ury desenvolveu a Iniciativa O Caminho de Abraão. O projeto, nascido e desenvolvido na Universidade de Harvard, funciona em várias frentes: diplomática, espiritual, turística e, conseqüentemente, econômica e concretiza-se no trajeto percorrido há cerca de 4 mil anos por Abraão, patrono do monoteísmo e ícone das crenças cristã, judaica e islâmica.

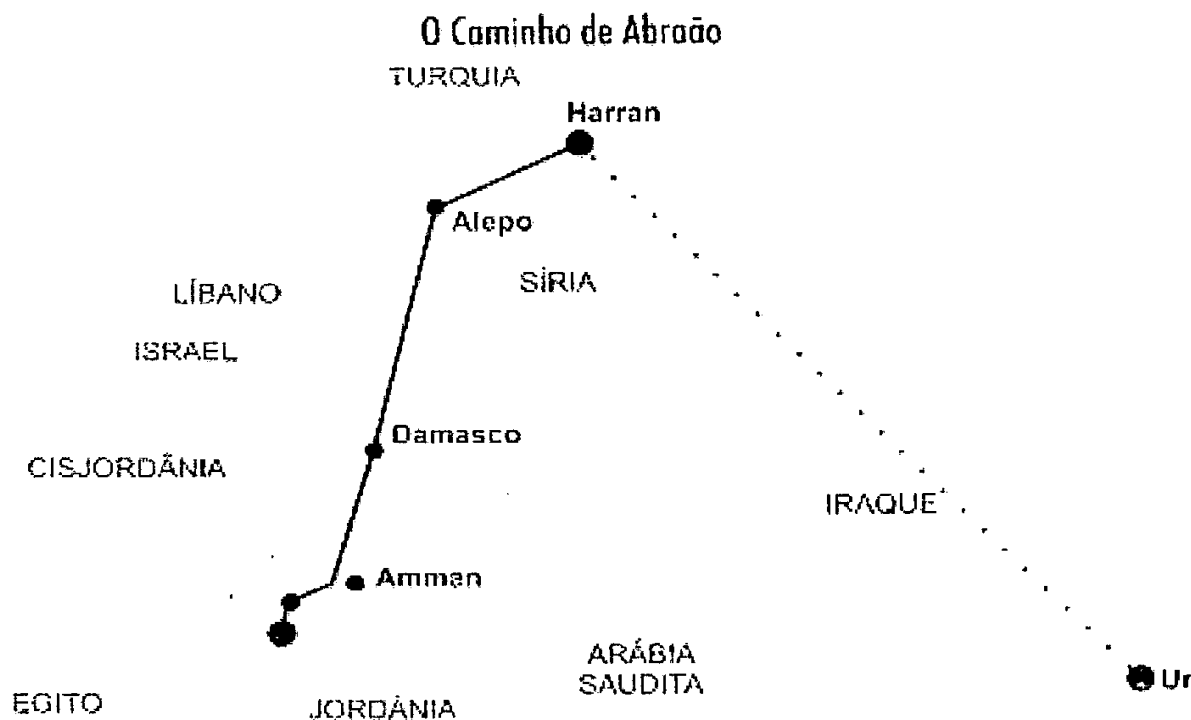
O Caminho de Abraão, que passa pela Turquia, Síria, Líbano, Israel, Palestina e Jordânia e, no futuro, também pela Arábia Saudita, até Meca - é muito mais que uma via de peregrinação... É um caminho para o entendimento entre os povos.

William Ury

Graduado por Yale, com Ph.D pela Universidade de Harvard, William Ury é reconhecido internacionalmente como um dos maiores especialistas em negociação e gestão de conflitos da atualidade. É autor de vários best-sellers, entre elas o livro *Getting to Yes*, com aproximadamente 5 milhões de cópias vendidas, traduzido para mais de 20 idiomas.

Ury é co-fundador e diretor do *Global Negotiation Project* da Universidade de Harvard.

É também um dos fundadores da *International Negotiation Network*, onde atua como intermediador neutro em negociações internacionais de grande complexidade.



O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi em 19 de novembro de 1889, quatro dias após a proclamação da República, que o então Presidente do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Manuel Deodoro da Fonseca, assinou o Decreto-Lei nº 4, adotando a atual Bandeira Nacional.

As cores nacionais – o verde e o amarelo escolhidos por D. Pedro já ao exortar seus soldados com a famosa injunção “Laços fora!”, às margens do Ipiranga –, que, dizia o Decreto, “recordam as lutas e as vitórias gloriosas do exército e da armada na defesa da Pátria” e que, “independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e a integridade da Pátria entre as nações” foram mantidas, em novo desenho – com o formato que hoje conhecemos, um círculo azul inscrito em um losango amarelo, sob fundo verde. Dessa forma, o novo governo sinalizava tanto a ruptura que marcou a passagem do Império para a República, que implicou um grande esforço de redefinição das instituições nacionais, quanto a continuidade, a “perpetuidade e integridade”, como diz o Decreto, da Pátria, que está acima e além dos governos e dos regimes.

Não há, efetivamente, símbolo mais vívido da Pátria do que a bandeira nacional – com a possível exceção do Hino nacional. Lembro aqui o célebre quadro de Pedro Bruno, intitulado, justamente, *A Pátria*, exposto no Museu da República, no Rio de Janeiro. A pintura evoca, poeticamente, a confecção da bandeira nacional. É uma cena doméstica, que mostra um grupo de mulheres bordando e costurando a bandeira e algumas crianças – uma delas abraçando carinhosamente o pavilhão nacional e outra, deitada, coberta por ele. Toda a cena transpira segurança e tranquilidade. A mensagem clara do artista é que sob a proteção da bandeira – da Pátria –, encontramos o conforto e a segurança que uma criança encontra na companhia e nos braços da mãe. Eis aí, em forma pictórica, o simbolismo da bandeira nacional, que hoje reverenciamos.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

O Dia da Bandeira é uma excelente ocasião para estimularmos o saudável sentimento de amor à pátria – que nada tem a ver com o chauvinismo, com o patriotismo cego e raivoso que mais provoca divisões do que promove a verdadeira comunidade. Ter orgulho do que somos e admirar nosso País no que ele tem de admirável – é disso que deve tratar a homenagem que hoje prestamos a um dos nossos mais importantes símbolos nacionais.

Honrar a bandeira é honrar a Pátria. Homenagear a bandeira é prestar homenagem à Pátria. Daí a importância de eventos como este de que ora participamos. Ver a todos aqui reunidos, sob o pavilhão nacional e prestando a ele as devidas homenagens, faz-nos não apenas lembrar, de maneira comovida e intensa, mas também vivenciar, por meio da emoção e dos sentimentos que todos compartilhamos neste momento, que a Pátria não é só uma abstração, mas uma realidade concreta, de ontem, de hoje e de sempre. E é isso que reverenciamos ao celebrar nossa bandeira nacional.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, “A pluralidade e a revolução dos idiotas”, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* de 15 de outubro do corrente.

O artigo do jornalista Reinaldo Azevedo analisa, de forma brilhante, o episódio do assalto sofrido pelo apresentador Luciano Huck, e o artigo escrito pelo escritor e rapper Ferréz em que tratou a vítima, Huck, como réu. Decretando a culpa do artista por ser rico e usar um rolex, em um país desigual. “..... fez a apologia ao crime, o que é crime. Se admitimos a voz do assalto, por que não a da pedofilia, a do terrorismo, a da luta armada, a do racismo? Há uma revolução em curso: a dos idiotas. Eles começam agredindo a lógica e terminam justificando o assassinato”.

Como segundo assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada “Vale ameaça produzir alumínio em outro país por medo do apagão”, publicada no *O Estado de S. Paulo* de 16 de outubro do corrente.

A matéria destaca que segundo o presidente da empresa, Roger Agnelli, a oferta de energia elétrica está limitando investimentos no País.

Sr. Presidente, solicito que as matérias acima citadas sejam consideradas como parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos *Anais* do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A pluralidade e a revolução dos idiotas

REINALDO AZEVEDO

HÁ UMA revolução em curso: a dos idiotas. Eles começam agredindo a lógica e terminam justificando o assassinato. Voltarei a esse ponto.

Na semana passada, o escritor e rapper Ferréz escreveu um artigo neste espaço em que tratou do assalto de que Luciano Huck foi vítima.

Lê-se: “No final das contas, todos saíram ganhando, o assaltado ficou com o que tinha de mais valioso, que é sua vida, e o correria ficou com o relógio. Não vejo motivo pra reclamação, afinal, num mundo indefensável, até que o rolo foi justo pra ambas as partes”. Ele não pode ser mal interpretado porque não pode ser bem interpretado: fez a apologia do crime, o que é crime. Será este jornal tão pluralista que admite alguém como Ferréz? Será este jornal tão pluralista que admite alguém como eu? Lustramos ambos o ambiente de tolerância desta **Folha**? A resposta é “não”.

O artigo do tal é irrespondível. Vou eu lhe dizer que o crime não compensa? Ele tem motivos para acreditar que sim. Lénin mandaria que lhe passassem fogo — não sem antes lhe expropriar o relógio. Apenas sugiro ao jornal que corrija seu pé biográfico: ele é um empresário; o bairro do Capão Redondo é seu produto, e a voz dos marginalizados, o fetiche de sua mercadoria. Ir além na contestação de seu libelo criminoso seria reconhecê-lo como voz aceitável na pluralidade do jornal. Eu não reconheço.

Na democracia, o direito à divergência não alcança as regras do jogo. Um democrata não deve, em nome de seus princípios, conceder a seus inimigos licenças que estes, em nome dos deles, a ele não concederiam se chegassem ao poder. Ao publicar aquele artigo, a **Folha** aceita que potencialmente se solapem as bases de sua própria legitimidade. Errou feio.

O poeta Bruno Tolentino é autor de um verso e tanto: “A arte não tem escrúpulos, tem apenas medida”. O mesmo vale para a ação política. Idealmente, há quem ache que o mundo seria melhor sem propriedade privada — eu acredito que, sem ela, estaríamos de tacape na mão, puxando as moças pelos cabelos.

Posso acalantar quantos sonhos quiser, sem escrúpulos. Mas o regime democrático tem medidas. Uma delas é o respeito às leis — inclusive às leis que regulam a mudança das leis. Se

O empresário Ferréz, ao lado de Mano Brown, é um bibelô mimado pelas esquerdas e pelo pensamento politicamente correto

admitimos a voz do assalto, por que não a da pedofilia, a do terrorismo, a da luta armada, a do racismo? Aceito boas respostas.

O empresário Ferréz, ao lado de Mano Brown, é um bibelô mimado pelas esquerdas e pelo pensamento politicamente correto, para quem o crime é uma precognição política a caminho de uma revelação.

Tal suposição, somada à patrulha que tentou transformar Luciano Huck no verdadeiro culpado pelo assalto, contribuiu para esconder um fato relevante. A cidade de São Paulo teve 49,3 homicídios por 100 mil habitantes em 2001. Em 2006, 18,39 (uma redução de 62,69%). Em 2001, havia presas no Estado 67.649 pessoas; em 2006, 125.783 (crescimento de 85,93%). Não é espantoso? Quanto mais bandidos presos, menos crimes. Quanto mais eficiente é a polícia, menos mortos.

Eis que, no dia 11, abro esta mesma página e dou de cara com um artigo de Sérgio Salomão Shecaira. Escreve: “(...) O Estado de São Paulo concentra quase a metade dos cerca de 419 mil presos brasileiros (...). Enquanto, no Brasil, existem 227,63 presos por 100 mil habitantes, em São Paulo essa relação salta para 341,98 por 100 mil habitantes”. Ele está descontente. Quer prender menos: “Enquanto, no Estado de São Paulo, em 2005, houve 18,9 homicídios por 100 mil habitantes, no Rio de Janeiro a cifra foi de 40,5, e, em Pernambuco, de 48. No entanto, nesses dois últimos Estados, o número relativo de presos é bem menor que o paulista”.

Shecaira é mestre e doutor em direito penal e professor associado da Faculdade de Direito da USP. Mas ainda não descobriu a lógica, coitado!

Ora, por que será que São Paulo tem, por 100 mil, menos da metade dos homicídios que tem o Rio e quase um terço do que tem Pernambuco? Porque há mais bandidos na cadeia! Mas ele quer menos. Logo... Em vez de Ferréz se alfabetizar politicamente no contato com Shecaira, é Shecai-

ra quem se alfabetiza no contato com Ferréz.

A tragédia não é recente. Aconteceu com a universidade: em vez de ela fornecer teoria aos sindicatos, foram os sindicatos que lhe forneceram táticas de greve. Em vez de Marilena Chaui ensinar ao companheiro as virtudes do pensamento, foi o companheiro que explicou a Marilena por que pensar é uma bobagem.

A minha pluralidade não alcança tolerar idiotas que querem destruir o sistema de valores que garantem a minha existência. E, curiosamente, até a deles.

REINALDO AZEVEDO, 46, jornalista, é articulista da revista “Veja” e autor do livro “Contra o Consenso”.

www.veja.abril.com.br/blogs/reinaldo

INFRA-ESTRUTURA

Vale ameaça produzir alumínio em outro país por medo do apagão

Segundo o presidente da empresa, Roger Agnelli, a oferta de energia elétrica está limitando investimentos no País

Natalia Gómez

A Companhia Vale do Rio Doce estuda a construção de fábricas de alumínio no exterior para contornar as dificuldades que tem encontrado no Brasil para o fornecimento de energia. Segundo o presidente da empresa, Roger Agnelli, que concedeu entrevista coletiva em Nova York, a escassez de projetos de hidrelétricas está deixando a empresa pouco otimista para investir no Brasil. "A oferta de energia elétrica é um ponto crítico e está limitando nossos investimentos na área de alumínio no País", disse. A Vale anunciou na quinta-feira um plano de investimentos de US\$ 69 bilhões para os próximos cinco anos, sendo US\$ 11 bilhões somente em 2008. As aquisições, porém, não estão incluídas nesses números.

Segundo Agnelli, a empresa estuda a instalação de hidrelétricas na África e na América Latina para obter custos mais competitivos para a instalação desses projetos de alumínio.

Nos últimos anos, a Vale concentrou seus aportes em outros estágios da cadeia do alumínio, como bauxita e alumina, que consomem menos energia. Para o executivo, a geração hidrelétrica é a melhor alternativa disponível, mas a empresa também está ampliando sua produção de energia térmica. "Estamos comprando usinas de ótima qualidade na China para ampliar a autogeração", disse.

Agnelli afirmou também que o investimento em aumento de produção anunciado na quinta-feira poderia ter sido ainda maior não fosse a restrição na oferta de equipamentos e mão-de-obra especializada no mercado. "O investimento foi limitado pela falta de capital, mas sim pela dificuldade na obtenção de equipamentos, projetos de engenharia, mão-de-obra especializada e pela liberação de licenças ambientais", disse.

Segundo o executivo, a Vale tem um "grande número de reservas de alta qualidade e pesquisas bem-sucedidas em no-

vas áreas, o que dá um espaço para investimentos ainda mais vultosos". O plano anunciado pela empresa na semana passada prevê, por exemplo, elevar a produção de minério de ferro das 300 milhões de toneladas deste ano para 422 milhões de toneladas em 2012.

Agnelli disse ainda que o aumento na produção de minério de ferro deve trazer uma boa redução de custos. Segundo ele, as minas operadas hoje pela empresa estão cada vez mais profundas e com distâncias maiores para transportar o material descartado. "As novas minas terão uma relação de custo muito mais favorável", afirmou.

Com isso, segundo ele, a diferença de custo entre a Vale e as mineradoras estrangeiras deve ficar ainda maior. "Hoje, as minas que consideramos caras já possuem um custo muito inferior às estrangeiras. Com as minas novas, ganharemos ainda mais competitividade", disse.

O executivo destacou ainda que o investimento foi motivado pela grande demanda do mercado mundial. "A lógica da nossa decisão está baseada na demanda já verificada com nossos clientes", afirmou. De acordo com ele, a China, a Índia e outros países asiáticos continuarão a ser os principais propulsores do mercado mundial de metais nos próximos anos. ●

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “5 QUESTÕES SOBRE O FUNCIONALISMO”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 10 de outubro de 2007.

A matéria destaca que ao contrário do que afirma o presidente Lula, um choque de gestão não é só contratar melhores servidores, mas aumentar a eficiência dos 9 milhões que já existem.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Economia

5 QUESTÕES SOBRE O FUNCIONALISMO

Choque de gestão não é só contratar melhores servidores, mas aumentar a eficiência dos 9 milhões que já existem

Giuliano Guandalini e Cíntia Borsato

O governo Lula tem contratado funcionários no ritmo mais veloz das últimas duas décadas. Em menos de cinco anos, o total de servidores do Executivo federal saltou de 810 000 pessoas para 1 milhão. Somando os estaduais e municipais, existem 9 milhões de servidores e funcionários de estatais no país. Na semana passada, o presidente indicou que não vai parar por aí. “O choque de gestão será feito quando a gente contratar mais gente, mais qualificada, mais bem remunerada, porque aí teremos também serviços de excelência”, afirmou Lula. **VEJA** ouviu uma dezena de especialistas para avaliar o diagnóstico do presidente. A seguir, cinco perguntas e respostas para se posicionar sobre esse tema.

1 Há poucos funcionários públicos?

Nem muitos nem poucos. Depende do critério utilizado. Há no Brasil aproximadamente 9 milhões de funcionários públicos, considerando-se a esfera federal, a estadual e a municipal — ou 11% do total de pessoas empregadas no país. Trata-se de um dos menores percentuais do mundo. Na Inglaterra ele é de 20%, nos Estados Unidos de 16% e no México de 15%. Por outro lado, essas estatísticas são distorcidas pela imensa informalidade do trabalho no país. Quando se levam em conta apenas os empregos privados com carteira assinada, o percentual de funcionários sobe para 22% — e, nesse caso, só é menor que o de países notórios pelo inchaço estatal, como França ou Rússia. Na avaliação do presidente do Ipea, Marcio Pochmann, o

Brasil tem poucos servidores, pelo tamanho do país e da sua população: “Hoje temos 3,6 servidores do Executivo federal para cada 1 000 habitantes: há onze anos, tínhamos 3,8 para cada 1 000”. Pochmann é favorável à admissão de mais gente. Outros sugerem que as necessidades de pessoal sejam satisfeitas com mão-de-obra temporária.

2 A contratação de mais funcionários vai melhorar os serviços e dar o “choque de gestão” pretendido pelo presidente Lula?

“Não”, responde a maioria absoluta dos economistas. De nada adianta contratar mais e mais funcionários sem que eles estejam nos postos corretos e sem que se estabeleçam critérios de avaliação e metas de desempenho. Na educação pública superior, o Brasil já tem 50% mais professores, em relação ao total de alunos, do que os Estados Unidos. Nem por isso nossas universidades alcançam níveis de produtividade e de excelência próximos dos americanos. Também é o caso da saúde. A Organização Mundial

de Saúde considera que, para cada 1 000 habitantes, deva existir ao menos um médico para atendê-los. No Brasil, país em que sete em cada dez médicos prestam serviços para o governo, a proporção é de um médico para cada 600 pessoas. Em tese, não faltam professores universitários nem médicos.

3 Os funcionários estão no lugar certo? Não.

A maior disfunção do serviço público, argumentam os analistas, está justamente na distribuição dos quadros. Quase metade dos funcionários (45% deles) atua em funções administrativas, auxiliares ou de manutenção — ou seja, em tarefas secundárias e que não têm nada a ver com o objetivo dos ministérios. A Funai é um bom exemplo: há 1 225 funcionários burocráticos e apenas 913 que trabalham diretamente com índios. Na Pasta da Educação, há outro desequilíbrio: muitos professores universitários e poucos no ensino básico. Em

- 2006, o governo federal admitiu 4 011 professores, mas a esmagadora maioria (3 269) é universitária, e apenas uma minoria (742) foi contratada para o ensino fundamental e o médio, onde há mais necessidade. Segundo Nelson Marconi, professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-diretor de carreiras da Secretaria de Recursos Humanos, há excesso de gente nas funções-“meio” e uma falta de servidores nas atividades-“fim”. Paulo Tafner, do Ipea, concorda: “Existe uma hipertrofia em cargos para pessoas de nível educacional básico ou intermediário, ao passo que faltam trabalhadores com formação superior”. Isso se agravou. Em 2001, 94% dos contratados por concurso tinham nível superior; em 2006, o percentual retrocedeu para 64%.

Os servidores ganham muito?

Diante da realidade brasileira, sim. Números do economista Alexandre Marinis, diretor da consultoria Mosaico, revelam que, em média, um servidor federal da ativa ganha 4,3 vezes mais do que um trabalhador da iniciativa privada. Na aposentadoria, a relação é ainda mais desigual: o aposentado do setor público tem um benefício 7,2 vezes maior que o de seu colega do setor privado. Essa distorção tende a se agravar ainda mais, dados os seguidos reajustes acima da inflação autorizados pelo governo. “Quanto mais o governo incha o estado, mais desigual ele torna a distribuição de renda, porque um servidor ganha muito mais do que um trabalhador privado, tanto da ativa

como aposentado”, afirma Marinis. O salário médio de um advogado é de 4 000 reais na iniciativa privada, contra 7 000 no governo (75% mais). O ganho de um auditor de uma empresa fica em torno de 4 200 reais, ante 6 500 no setor público (vantagem de 55%). Isso sem falar na aposentadoria integral e vitalícia...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ipea não vê redução da desigualdade”, publicada no Jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 21 de setembro de 2007.

A matéria destaca que o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, disse ontem que os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) não permitem afirmar que a desigualdade social está sendo reduzida no Brasil, como tem sido interpretado por diversos especialistas em pobreza e pelo próprio governo. Se-



Os servidores brasileiros são avaliados, punidos ou premiados por seus defeitos ou méritos? Ao contrário do que ocorre numa empresa e com seus colegas de países desenvolvidos, os servidores brasileiros não são recompensados se têm um rendimento acima da média e também não vão para a rua caso obtenham um desempenho sofrível. Trata-se de um tremendo estímulo à ineficiência. O Ministério da Educação chegou a adotar um mecanismo que beneficiava os professores universitários de acordo com seus resultados, mas isso deixou de ser feito. Resultado: a eficiência empacou. Em 1997, cada professor era responsável por 7,9 alunos. Esse número saltou para 11,6 em 2002 e recuou para 10,9 em 2005. Para ampliar a produtividade dos servidores seria necessário adotar um tripé de medidas: acabar com a estabilidade; dar maior flexibilidade à alocação de quadros; e instituir um sistema claro que avalie desempenhos, cobre resultados, puna os improdutivos e recompense os melhores. Afirma o economista Samuel Pessoa, da FGV: “Deveríamos caminhar para uma estrutura mais flexível, em que a chefia tivesse mais poderes para contratar e demitir, ao mesmo tempo em que fosse cobrada e tivesse parte de sua remuneração vinculada a desempenho”. Na avaliação de Paulo Tafner, do Ipea, o país deveria seguir o modelo europeu, de estabilidade parcial. “O funcionário teria um contrato de trabalho de, por exemplo, cinco anos. A estabilidade seria preservada apenas durante esse período”, afirma Tafner. Se alcança as metas, o trabalhador pode ter o direito de ficar mais cinco anos. Senão, rua. ■

gundo Pochmann, os dados mostram apenas que há uma melhor distribuição de renda do trabalho.

“Não podemos dizer que há uma redução da desigualdade da renda do Brasil, já que os dados do IBGE confirmam que houve uma queda da renda do trabalho nas últimas décadas”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ipea não vê redução da desigualdade

Instituto avalia que está havendo, sim, melhor distribuição da renda

BRASÍLIA.

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, disse ontem que os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) não permitem afirmar que a desigualdade social está sendo reduzida no Brasil, como tem sido interpretado por diversos especialistas em pobreza e pelo próprio governo.

Os dados da Pnad mostram apenas, segundo Pochmann, que há uma melhor distribuição da renda do trabalho, mas o mesmo não pode ser dito sobre o conjunto da renda do País. “Não podemos dizer que há uma redução da desigualdade da renda do Brasil, já que os dados do IBGE confirmam que houve uma queda da renda do trabalho nas últimas décadas.”

A renda do trabalho, segundo ele, caiu de cerca de 50% do PIB em 1980 para 39% do PIB em 2005, no último ano em que o IBGE disponibilizou o dado. Já na Pnad, a renda do trabalho representa 76% e, somada aos benefícios pagos pela Previdência, chega a 95%. Ou seja, a Pnad não mostra como estão

sendo distribuída as demais formas de renda geradas pela economia, como lucros e juros.

Segundo ele, o processo de inclusão social em curso no País é efetivo, mas é preciso aprofundar as análises sobre a desigualdade. Pochmann também fez uma crítica velada aos setores do governo que defendem que os benefícios da Previdência não sejam mais vinculados ao salário mínimo.

‘IBGE mostra queda na renda do trabalho nas últimas décadas’

“Quem somos nós para desautorizar qualquer discussão, mas precisamos reconhecer que um salário mínimo menor ou desvinculado dos benefícios previdenciários retiraria a potencialidade dessa política pública no combate à exclusão social”, afirmou o presidente do Ipea. Segundo ele, teríamos mais 17,2 milhões de pessoas miseráveis no Brasil se não existissem os benefícios assistenciais e previdenciários pagos pelo governo. ● S.G.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)

ATA DA 202ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
Realizada em 6 de novembro de 2007

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 179, de 7 de novembro de 2007)

RETIFICAÇÃO

À página nº 39249, 1ª coluna.

Onde se lê:

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2007. – Senador **Mário Couto**, PSDB.

Leia-se:

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2007. – Senador **Mário Couto**, PSDB e Senador **Mão Santa**, PMDB.

Ata da 215ª Sessão não Deliberativa, em 23 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 702/07/PS-GSE

Brasília, 20 de novembro de 2007

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 5.909, de 2001 (PLS nº 65/00), que “Acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que “dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências”, para determinar que medicamentos em determinadas apresentações sejam vendidos a granel, na quantidade indicada na prescrição.”

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

OF. Nº 703/07/PS-GSE

Brasília, 20 de novembro de 2007

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 1.340, de 2007 (PLS nº 90/03), que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas bra-

sileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual.”

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 65, de 2000 e 90, de 1993, respectivamente.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

OF. Nº 704/07/PS-GSE

Brasília, 20 de novembro de 2007

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.668, de 2000 (nº 339/99 no Senado Federal), o qual “Denomina Avenida Mário Gurgel o trecho da BR-262 entre o Bairro Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.541, de 12 de novembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro Secretário.

OF. Nº 705/07/PS-GSE

Brasília, 20 de novembro de 2007

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.994, de 2005 (nº 223/05 no Senado Federal), o qual “Institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.”, foi sancionado pelo Ex-

celentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.542, de 12 de novembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 339, de 1999 e 223, de 2005, respectivamente.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 530/2007, de 1º do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 736, de 2007, do Senador Expedito Júnior;

– Nº 544/2007, de 8 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, comunicando que as informações referentes ao Requerimento nº 758, de 2007, do Senador Flávio Arns, situam-se no âmbito da competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

– Nº 1.823/2007, de 12 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 726, de 2007, do Senador Romeu Tuma; e

– Nº 1.825/2007, de 12 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 649, de 2007, do Senador Renato Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO MINISTRO DA DEFESA

– Nº 11.133/2007, de 1º do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 904, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 1.803/2007, de 12 do corrente, comunicando a realização de auditoria nos patrocínios concedidos pelo Banco do Brasil S/A, abrangendo o período de 2001 a 2005, em resposta ao Requerimento nº 955, de 2007, do Senador Alvaro Dias, cujos resultados serão remetidos ao Senado Federal após a apreciação por aquela Corte de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Requerimento nº 955, de 2007, objeto do aviso que acaba de ser lido, aguardará as informações na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência recebeu, do Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o **Ofício “S” nº 54, de 2007** (nº 7-860/2007, na origem), encaminhando cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada no âmbito daquela Casa legislativa, para investigar irregularidades praticadas por distribuidores e corretoras de valores e câmbio.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como é costume fazer, se algum órgão de imprensa, Senador Mão Santa, fizer uma pesquisa sobre a palavra mais ouvida no Senado nos últimos meses, pelo menos aquelas palavras que são nomes próprios, nomes de pessoas, Senador Geraldo Mesquita, eu não tenho dúvida de que talvez o nome mais citado neste Senado tenha sido o do Presidente Chávez, da Venezuela. Creio que nunca na História do Brasil um Presidente de um País latino-americano recebeu tantas vezes referências no Senado. Mas o incrível, Senador Geraldo Mesquita, é que a conversa aqui, sempre, é quem é e o que faz o Presidente Chávez. Até aqui, eu não ouvi perguntarem, sequer uma vez, por que a Venezuela tem o Presidente Chávez. A gente não pergunta o porquê. E, ao não perguntar o porquê, a gente está deixando de observar o Brasil.

Na semana passada, na semana do feriado, 15 de novembro, estive na Venezuela. E, de repente, querendo ver a Venezuela, eu terminei vendo o Brasil. Não porque haja aqui autocrata. Não, nada disso,

como vou explicar bem, Senador Tião, mas porque, ao conversar com as pessoas, a pergunta que me surgiu foi: por quê?

A Venezuela vivia, há 50 anos, numa democracia. É preciso lembrar que, nos anos 70, quando os outros Países estavam em ditadura, a Venezuela tinha a mais consolidada democracia do continente. Os outros Países, a Argentina, o Uruguai, o Brasil, o Paraguai, o Chile, todos estavam sob o regime ditatorial. A Colômbia e a Venezuela – estes dois Países –, há décadas, vinham com democracia, com a radical alternância de poder: saía o presidente de um partido e entrava do outro. Acho que raramente o mesmo partido fez o presidente seguinte. Por que um País com tanta democracia, de repente, elege o Presidente Chávez, não apenas uma vez – ele foi eleito uma vez, fez um plebiscito no meio do mandato para ver se continuava, foi reeleito e outra vez reeleito. Qual o porquê disso?

Creio que o Brasil precisa refletir mais sobre por que Chávez, e talvez falar menos quem é, o que é e o que faz o Presidente Chávez.

Em primeiro lugar, quero dizer que, embora eu tenha sido aqui sempre um defensor das políticas sociais do Presidente Chávez na área da saúde e da educação, confesso que hoje sou assustado com os gestos autocráticos – não vou chamá-los de ditatoriais, porque vemos uma imprensa funcionando livremente, mas bem pequenininha, e a dele imensa. Ele tem horas e horas de diversas televisões, mas existe uma televisão livre que diz o que quer, mesmo ameaçada de ser fechada ou de perder a concessão. Então, existe uma mínima liberdade. Não há preso político. Eu não chamaria de ditadura nem de longe. Agora, democracia, no nosso sentido, também não é.

A pergunta é: por que isso aconteceu? A razão, para mim, Senador Tião Viana, é que lá, na Venezuela, duas coisas conspiraram para que houvesse um presidente cujos gestos de governo, aceitos pela maioria, reconhecidos pela maioria, têm rasgos do que podemos chamar de autocracia. Ou seja, o governo de uma pessoa e não o governo das instituições. Esta é a grande diferença entre a democracia, a ditadura e a autocracia: governo de uma pessoa. Por que isso? Duas coisas conspiraram: a insensibilidade histórica das elites em relação ao povo e a desmoralização da classe política e dos partidos. Essas duas coisas acontecem aqui. Essas duas coisas, temos aqui, com a maior clareza, nitidez, aos nossos olhos, e não as estamos vendo. Porque perguntamos o que é Chávez; como age Chávez; ficamos falando como age Chávez e não nos perguntamos por que aconteceu Chávez na Venezuela, para evitarmos que aqui tenhamos de cair em um regime autocrático.

O que aconteceu na Venezuela nesses 50 anos além da democracia? Primeiro, uma falsa alternância de poder.

E lamento que esteja na Presidência agora o Senador Mão Santa, porque ele seria bom para debater este assunto. Eu tentei fazer este pronunciamento durante a semana, mas não me deram tempo. Deram-me apenas cinco minutos, nos quais não seriam permitidos apartes.

Mas como dizia, nunca houve alternância de poder na Venezuela. Era o mesmo, com nomes diferentes; era o mesmo, de dois partidos diferentes. Então, não havia alternância. Mas, pior: durante 50 anos, a economia venezuelana nadou no petróleo, sem que nenhuma gota deste petróleo chegasse à alma do povo venezuelano. Um dos Países mais ricos do mundo em recursos naturais, que trazem renda – porque o Brasil é um País rico em recursos naturais que não trazem renda, a não ser o ferro, por exemplo, e algumas matérias-primas; não é o petróleo. O petróleo é igual a renda. O petróleo, hoje, é igual a quase US\$100 por barril. Durante 50 anos. Durante 50 anos exportava-se petróleo e recebiam-se dólares. Os dólares se transformavam em uísque, em champanhe e voltavam para o Caribe sob a forma dos resíduos dos ricos venezuelanos. Durante 50 anos, o povo não viu para que poderia ter servido o petróleo em seu benefício. Essa insensibilidade das elites diante do sofrimento, dos problemas, da desigualdade, da forma como vive o povo, foi a primeira grande causa do surgimento de um regime, hoje, que tem o apoio da população pobre, que é a maioria do País, como no Brasil. Mas esse apoio da população faz com que haja um governo com gestos autocráticos, governo de uma pessoa, não com as características da democracia que a gente defende. O próprio Chávez diz que o conceito de democracia dele é diferente do nosso conceito.

Sr. Presidente, essa insensibilidade levou, por ela própria, a corroer a credibilidade dos políticos. Os políticos eram os legitimadores do mau uso do dinheiro do petróleo. Os políticos viviam, como nós, para fazer a corrupção nas prioridades, justificar que aquele dinheiro que vinha do solo sagrado da Venezuela – e que se esgotará sem demorar muitas décadas – não fosse usado para atender às necessidades da população. E a população rica estranha hoje que o povo esteja com o Presidente Chávez, apesar de ele não deixar a Justiça funcionar como deve numa democracia, porque ele a controla; apesar de o Congresso ser uma Câmara única, toda ela com seus representantes – em parte, por culpa da Oposição, que não quis disputar a eleição; mas, se a tivesse disputado, seria uma pequena minoria –; apesar de ele administrar o orçamento do

País como se fosse quase coisa sua, de acordo com suas idéias. Entretanto, o povo o apóia, por causa da insensibilidade da classe política diante das prioridades no uso dos recursos venezuelanos.

Foram 50 anos de corrupção nas prioridades do uso dos recursos nacionais. Mas não foi só isso. Ao lado dessa corrupção do uso dos recursos nacionais, houve também a própria corrupção da política em si e o uso da política em benefício próprio de parlamentares, de membros do Executivo. O que se poderia esperar de 50 anos de insensibilidade e corrupção? Esperar que continuassem com a insensibilidade e a corrupção? Não! Um dia há um basta. Um dia há um basta nessa corrupção e nessa insensibilidade que estão caminhando juntas, de mãos dadas na política de um País. E aí é que eu digo: observando o Brasil desde a Venezuela, em vez de observar a Venezuela desde o Brasil, creio que a gente está caminhando no mesmo passo. Não com o Presidente Lula. Não. Não estou dizendo isso. Estou falando de alguém que talvez não tenha chegado ainda aos seus 20 anos de idade, que não tem nem profissão ainda, que a gente não sabe onde mora, mas que está sendo cozido no caldeirão da insensibilidade, no caldeirão da injustiça, no caldeirão da corrupção, para um dia dar o grito de ser diferente, e o povo ir atrás.

O Lula já foi eleito por isso, Senador Geraldo Mesquita. Quando o Lula foi eleito, representava a diferença. O Lula foi eleito pela desmoralização da classe política tradicional.

São duas as diferenças entre o Lula e o Chávez, uma muito positiva, a outra negativa. A muito positiva é que o Presidente Lula no poder, tendo sido eleito por ser alternativa, rompeu a falsa alternância de quase 120 anos de uma República que continuou elegendo os príncipes. Só que os príncipes filhos dos ricos, não filhos da aristocracia. A falsa alternância quebrou com o Lula, que representava o novo, o diferente, aquele que gritava que o Congresso tinha 300 picaretas – ou seja, ele é diferente –, e trazia a esperança que o PT representava. O Lula já foi uma opção do tipo Chávez, mas diferente. São duas diferenças. A primeira é que, longe de fazer a divisão do País em dois, como aconteceu com a Venezuela, que é um País às vésperas de uma guerra civil porque as duas classes – uma chamada oligarquia e a outra, povo, que não se juntam; se estranham –, o Lula conseguiu fazer a coesão no Brasil. O Lula representou a coesão social. Isso, a gente tem que reconhecer e respeitar. Enquanto o outro dividiu para mudar o País, o Lula fez a coesão para não mudar o País. É a coesão do *status quo*.

Com o seu carisma, com a sua capacidade hipnotizadora diante do povo e diante de todos pratica-

mente, com alguns programas sociais para o povo e o atendimento do funcionamento da economia para poucos, o Lula mantém a coesão. O que a inflação fez durante décadas no Brasil foi a coesão graças à mentira sobre o valor do dinheiro: aumentava-se salário, aumentava-se subsídio para os empresários e construíam-se estradas, graças à inflação. E, aí, todo mundo ia jogando para o futuro.

O Brasil não rompeu, não se quebrou do ponto de vista da divisão entre incluídos e excluídos porque a inflação era um mecanismo de engano. Hoje, com a estabilidade monetária e mais uma competência específica, o Presidente Lula conseguiu encontrar essa maneira genial de fazer com que todos continuemos nos sentindo brasileiros, porque temos o Bolsa-Família, temos alguns gestos na saúde, temos a economia funcionando do mesmo jeito de antes e ainda temos a Copa do Mundo e o carisma dele. Ele deu a coesão, mas é temporária; ela não é permanente porque ele não fez as transformações que são necessárias fazer.

O Chávez dividiu o País. Longe de nós querer-se isso. Muito melhor a coesão do Lula.

Mas está mudando ao atender às necessidades sociais da população. Você conversa com motoristas de táxis, você conversa com o povo na rua e pergunta: “como é que vocês querem um regime, cuja Justiça foi definida pelo Presidente?” Eles dizem: “A Justiça de antes não pensava na gente”. A nossa está pensando no povo? Quando a gente houve falar de aumento de salários é para os juizes; quando a gente vê um homem preso é do povo preso, e os ricos soltos. Alguém espera que, se um dia vier um autocrata aqui, o povo vá para rua defender o sistema judiciário, a Corte Suprema? Não irá.

E este Congresso? Alguém acha que o povo, hoje, iria para a rua defender o Congresso? O Congresso da insensibilidade, o Congresso da corrupção nas prioridades? Nem quero tocar na corrupção do comportamento de cada um, porque eu gosto de falar genericamente e não fulanizando. E gosto de me incluir entre aqueles que estão errados. Não vou me colocar entre os errados na corrupção do comportamento, mas eu me incluo entre aqueles que votam aqui o Orçamento sem uma preocupação nítida, clara, direta para que a gente resolva os problemas do povo. Para usar o nosso petróleo, que não é o petróleo, é a indústria, é a agricultura, são os serviços, é a 8ª, 9ª, 10ª potência do mundo. Isso é o nosso petróleo. A gente aqui vota sem que isso chegue lá na base, no povo, como os venezuelanos de antes – os governos não usavam o petróleo para chegar ao povo. Mais do que isso, os dirigentes venezuelanos usavam o dinheiro sem pensar no povo e sem pensar num projeto estratégico de

longo prazo para a Venezuela, como se o petróleo fosse eterno, Senador Mesquita. Não é eterno. Nunca houve um projeto estratégico no sentido de estabelecer a direção para levar a Nação venezuelana.

E hoje a gente está levando para a frente um projeto alternativo de Brasil que diga onde nós estaremos daqui a cem anos? Não estamos.

Estamos trabalhando no dia-a-dia. Estamos costurando as coesões provisórias. É isto o que o Presidente Lula faz com competência: a coesão provisória, a coesão do dia, da semana, do mês, do ano, do mandato até, mas não a coesão de décadas, que é do que este País precisa.

Estamos costurando, cozinhando, colocando no forno a solução autocrática pela falência da solução democrática, porque não estamos mostrando ao povo que a democracia funciona para o povo. Não estamos mostrando, Senador Mão Santa, que a democracia é capaz de construir o futuro de longo prazo de um País.

Hoje o povo diz que há um acordo para três coisas que o povo não quer: não cassar um Senador, aprovar a prorrogação de um imposto que ninguém quer e eger o Presidente do Senado de acordo com o gosto do Presidente da República. E a gente quer que o povo defenda este Senado? A gente faz tudo contra o povo e ainda quer que o povo nos defenda?! E quer que o povo na Venezuela vote no plebiscito contra Chávez se eles têm medo do que havia antes?

Os estudantes venezuelanos, que são contra o Chávez, fazem manifestações e não aceitam um político na passeata deles – da oposição, claro. A manifestação é contra o Chávez, mas político contra o Chávez não entra porque elas acham que são todos corruptos, são todos insensíveis, são todos descomprometidos com a Nação venezuelana. Ou seja, a autocracia e o autocrata – e o passo seguinte pode ser a ditadura e o ditador – são costurados, cozidos, formados pelo vazio da democracia. Nós estamos nesse vazio.

Nós estamos num vazio em que não manifestamos sensibilidade para os problemas que o povo enfrenta, não manifestamos competência para a transformação social e não passamos a idéia de que somos políticos com ética e com respeito à opinião pública.

A coesão do Presidente Lula não é uma coesão transformadora; é uma coesão momentânea, é a paz do hipnotizador. O hipnotizador traz paz, mas, na hora que o cliente acorda, acabou a paz do cliente. Não é a paz permanente, não é a paz duradoura de que a gente precisa. E não é o Presidente Lula que é o responsável por isso; somos nós todos. Quando nós aceitarmos aqui, como parece que estamos caminhando, que o próximo Presidente do Senado seja escolhido pelo Presidente da República, nós estaremos colocando mais um in-

grediente nesse caldeirão que forma os autocratas. Por quê? Porque vamos ter como Presidente alguém que representa o Presidente da República. O que acontece aí? Já é a desmoralização do Congresso. Daqui a 5, 10, 20 anos, vem um autocrata que fecha o Congresso ou que manipula o Congresso, e o povo vai dizer: “Mas sempre foi assim, só que disfarçado”. Vem alguém que propõe um plebiscito pelo terceiro mandato, aí a gente diz: mas é autoritarismo três mandatos. Aí o povo vai dizer: “Mas sempre foi assim, porque só mudava o nome do Presidente; não mudava a cabeça, não mudava as idéias e, sobretudo, não mudava o coração do Presidente em relação aos problemas sociais e não mudava o comportamento dos políticos”.

Nós hoje somos um forno, uma cozinha, um cadinho de laboratório fabricando autoritarismo. E volto a insistir: não estou dizendo que é o Presidente Lula que vai ser esse autoritário. Longe de mim isso! Acho que ele não tem essa vocação. Não é que ele vai ser. Nenhum de nós. Porque vai levar uns dez anos para que se esgote essa coesão provisória que Lula consegue fazer. Mas vai se esgotar. Não resiste a política, na democracia, coesa com Congressos que não sejam muito respeitados pela opinião pública. Eu fiz questão de não dizer “respeitados”; eu fiz questão de dizer “muito respeitados”. Não resiste! É questão de tempo. Não resiste se não tem uma Justiça muito respeitada pelo povo. Não resiste! Pode até durar um tempo. Mas, se o povo não se identifica com aqueles que são os guardiões da justiça, o povo não vai ter dúvida na hora de escolher entre um autocrata ou não.

Décadas atrás, quando eu era Governador do Distrito Federal, Senador Mesquita, eu tive a oportunidade de almoçar, em uma recepção ao Presidente Fujimori, no Palácio do Itamarati. Coisas a que a diplomacia obriga.

E o Presidente Fujimori, que tinha os rasgos de autocrata, trouxe com ele representantes da Oposição, parlamentares da Oposição. E eu sentei ao lado de um desses parlamentares da Oposição, porque eu queria saber o que ele tinha a dizer de Fujimori. E eles meteram o pau no Fujimori. Eles criticaram pra caramba o Presidente Fujimori. Mas chegou a hora em que falamos que Fujimori tinha fechado, se não me engano, a Suprema Corte do seu País. Quando eu falei isso, sabe o que o Deputado disse? “Mas aí ele estava certo!” Porque todos tinham medo do terrorismo. Era tempo do terrorismo lá. E alguns eram temerosos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, regimentalmente teria terminado o seu tempo. Mas eu me inspiro em Montesquieu, em *O Espírito das Leis*. Se eu fosse o Presidente de direito – e poderia até ser, isso seria uma

boa – eu, no lugar de Tião Viana, convocaria uma rede nacional para que o Brasil aprendesse com o pronunciamento de V. Ex^a.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Presidente.

Mas eu dizia que sentei ao lado desse Deputado de oposição a Fujimori. Uma oposição consentida. Aí eu perguntei sobre a Justiça. Eu me lembro muito bem de que o Presidente do Supremo nosso, à época, Sepúlveda Pertence, tinha se negado a ir ao almoço. E o Deputado queria saber de mim por que o Presidente do Supremo tinha se recusado a ir ao almoço com Fujimori. Eu disse: “É claro que ele se recusou! Ele tem toda razão. Ele não veio porque Fujimori fechou a Corte Suprema”. E aí o Deputado da Oposição, que criticava Fujimori, disse: “Mas, sabe, Governador, aí ele tinha razão”. Eu lhe perguntei: “Mas por quê?” Ele me respondeu: “Porque metade tem medo dos terroristas. Então, não fazem justiça, assustados na defesa da própria vida. E, os outros, a gente sabe que se submetem a algumas influências”. Felizmente, a nossa não é assim. Mas não vamos dizer também que está no outro extremo de ser querida, respeitada e reconhecida pela população. É vista como algo isolado, distante, separado. E é até vista até, injustamente muitas vezes, como responsável pela impunidade que pesa no Brasil entre os ricos, porque a força da justiça cai sempre sobre os pobres.

Não basta falar do Congresso e da Justiça. Aqui sou o único que jamais critica a mídia, porque penso que, no que ela denuncia, alguma coisa de verdade tem, senão tudo. Mas a mídia está cometendo um erro, Senador Tião Viana, nesse caldeirão de fabricação de um autocrata, ao ficar na superficialidade de suas denúncias, ao ficar como a imprensa do fato e não como a imprensa também...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, permita-me interromper para, com muita honra, transferir a Presidência a esta Liderança jovem de quem o Brasil muito espera, Tião Viana.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso que é alternância de poder, não é, Presidente? Durante um único discurso, tivemos três alternâncias de Presidente.

Presidente Tião Viana, estou falando aqui, abusando da liberalidade de tempo que temos às sextas-feiras pela manhã, do porquê de Hugo Chávez, e não de como é o Chávez, nem o que faz o Chávez, nem mesmo qual o risco do Chávez, mas do porquê.

Deixei claro que ele é resultado de um casamento maldito entre a insensibilidade das elites diante das necessidades do povo, tratado como à parte, e a incompetência, a corrupção e a desmoralização da política e dos políticos. E analisei que a principal causa disso é o Parlamento, mas também o Poder Executivo. E analisei também o distanciamento que há na credibilidade, na confiabilidade, na sensibilidade do povo em relação à nossa Justiça, que hoje é quase um divórcio.

E estava falando, Senador Tião, do outro ingrediente nesse caldeirão que fabrica o autoritarismo, que é a imprensa. Mas não faço as minhas críticas como os outros que criticam a mídia pelo que ela diz. Não! O que ela diz está certo. Exagere ou não, é outro problema. Eu falo é pelo que ela não diz: ela não analisa as causas. Ela fala dos atos de corrupção dos políticos, não analisa as causas da corrupção, em grande parte pelo divórcio entre o povo e a elite, que faz com que o dinheiro vá tão pouco ao povo que o que fica do lado de cá permite que corruptos engordem seus bolsos. Se o dinheiro fosse todo para atender às necessidades do povo, não sobraria centavo para os corruptos. A corrupção no comportamento começa na corrupção das prioridades. A gente não faz as prioridades certas, aí sobra dinheiro para que se roube.

E a imprensa não está fazendo essa análise mais profunda. O caso do Chávez é um exemplo. É factual sem analisar a causa. Não para desculpá-lo, mas para explicá-lo e nos prevenirmos para que aqui não aconteça isso. Porque nós hoje somos uma fábrica de Chávez: não de Chávez com “s” no final, Chávez com “z” no final; não de Chávez com “c” minúsculo, mas de Chávez com “C” maiúsculo.

O Lula foi capaz de captar a alma do povo mantendo a coesão social e respeitando as regras democráticas. O Lula teve a sensibilidade de trazer essa vontade de uma alternativa diferente do que antes existia, dizendo: “Sou um metalúrgico”. Nunca tivemos aqui um metalúrgico. “Sou um pobre”. Nunca tivemos aqui um pobre. “Não tenho diploma universitário”. Nunca tivemos um que não tivesse. “Represento um Partido de Esquerda”. Nunca tivemos isso antes. “Vou ser eleito porque sou diferente.” Pena que lá ele ficou igual. Pena e sorte porque, se não fosse isso, talvez ele tivesse feito a divisão do País em vez de fazer uma coesão provisória. É uma coesão sem perspectiva; é uma coesão sem projeto de longo prazo, mas é uma coesão. Evitou a situação da Venezuela de enfrentamento, de desconhecimento entre uns e outros.

Hoje, na Venezuela, há supermercados onde vão pessoas ligadas ao Chávez, não vão os que são seus adversários. Os jornais são divididos entre os que são a favor ou contra. Tudo é a favor ou contra, e alguns

contra todos, como os jovens estudantes que se manifestam hoje e não aceitam, Senador Tião Viana, a presença de políticos da oposição lá dentro, porque dizem que não querem votar o passado, porque o passado não é melhor que o presente. Isso é muito grave. Isso é a descrença total. Jovens sozinhos na rua não fazem revolução, porque a revolução exige uma liderança que eles ainda não representam.

Vim hoje aproveitar esta sexta-feira para dizer que é preciso que reflitamos um pouco mais, não olhando para a Venezuela como todos olham, mas da Venezuela para o Brasil, como eu consegui ver nesses dois dias em que estive lá, conversando com as pessoas, ouvindo pessoas, e percebendo o que dizem alguns como os com quem conversei: “Antes a gente não existia; agora a gente existe, os pobres”. Não estou falando dos Ministros, não; também não estou falando daqueles que conseguiram lugar no Governo. Estou falando daqueles que não eram vistos, que eram invisíveis, como é invisível uma parcela imensa da população brasileira, porque a elite e o Congresso passam na rua e não vêem aqueles que são os excluídos. Se a gente visse, a gente já teria tomado medidas diferentes. A gente lê e, numa sessão ou em uma das comissões, a gente faz discursos, mas, no outro dia, esquece.

Esse caso dessa menina do Pará chocou a todos nós, como chocou, há alguns meses, o caso de um menino no Rio de Janeiro que foi arrastado por um carro. Já ninguém fala nele... Daqui a alguns dias ninguém vai falar mais nessa menina, porque a gente não está tendo a sensibilidade necessária e não estamos tendo a responsabilidade necessária. E a irresponsabilidade e a insensibilidade são os covetes da democracia.

Pode vir uma ditadura, como já veio, em alguns momentos no passado do Brasil, ou pode vir uma autocracia, que nem é democracia, nem é ditadura, pelo menos ainda, que é o que vemos hoje no regime do Presidente Chávez: um Governo que foi fabricado, não pelo Chávez; foi fabricado pelos democratas, foi fabricado pela democracia, a democracia insensível, incompetente e irresponsável, o que não temos o direito de deixar que aconteça aqui.

Sei que esgotei o meu tempo, mas há dois Senadores pedindo apartes, e creio que esta fala não terá grande valor ou nenhum valor se não pudermos debater isso aqui, Senador Tião, mais profundamente.

Como dizer aqui: aqui não passa um regime autoritário e autocrático? Não dá para dizer que não passa apenas porque vamos colocar o corpo na frente, mas, sim, não passa porque faremos com que o povo não deixe que passe. Para isso, é preciso mudar as prioridades, trazer sensibilidade para o exercício do poder e mudar o comportamento, fazendo com que seja tal

que passe credibilidade, algo que nós perdemos. Nós perdemos! Não se trata mais de não perder, mas se trata de uma estratégia para recuperar.

Alguns meses atrás, muitos de nós falávamos que era preciso não perder a credibilidade. Hoje, com tristeza, digo que não é mais questão de não perder a credibilidade – já a perdemos – é questão de tentar recuperá-la. E essas próximas semanas serão importantes ao votar um imposto que o povo não quer, ao salvar ou não um Senador que o povo condenou, justamente ou injustamente, e ao começar a eleger um Presidente do Senado sem passar a idéia, pelo menos, de que foi escolhido, tirado do bolso do Presidente da República, porque um Poder dependente do Executivo já é um Poder desmoralizado em si.

Senador Mesquita, passo-lhe a palavra, com autorização do Presidente Tião Viana.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– Senador Buarque, é muito difícil, em um minuto ou dois, fazermos considerações acerca do pronunciamento de V. Ex^a, para não fugir à regra, de extrema profundidade. Mas eu me arrisco a pontuar algumas coisas que observei. Como V. Ex^a, também estive em visita à Venezuela no ano passado. E também trouxe impressões e observações, se bem que muito superficiais, porque a nossa passagem é sempre rápida, de três ou quatro dias. Não dá para fazer um diagnóstico, algo mais denso, acerca do que está acontecendo em um País vizinho e amigo, como a Venezuela. Mas eu queria antes, quando V. Ex^a falava da impressão que o povo brasileiro tem das nossas instituições – e aqui eu cito todas —, V. Ex^a falando e eu aqui maquinando... E a imagem que passou na minha cabeça foi a do último baile da Corte ou algo muito parecido. Parece que estamos realizando o último baile da Corte, e o povo, à margem. Nós aqui reajustando os nossos salários, os do Judiciário, do raio que o parta, e o povo, à margem. Isso não pode dar em boa coisa. V. Ex^a tem razão. A Venezuela é um país literalmente tungado por décadas e décadas e décadas, como, em regra, ocorre com os Países da América Latina. Acontece que é prática também nossa, na América Latina, o oito ou o oitenta. Fomos tungados durante décadas e, de repente, pipocam experimentos que beiram o oitenta. Em visita à Venezuela, estive ali com muita curiosidade, e pude observar alguns sinais exteriores. A primeira observação que eu fiz, Senador Buarque, é que, para não fugir à regra também, o povo venezuelano não é protagonista de nada, de absolutamente nada. Essa é uma observação muito pessoal. Ele continua sendo, como aqui o povo brasileiro, como o povo do Equador, como o povo de qualquer País da América Latina, beneficiário – quando é – de programas assistencialistas,

alguns executados de forma mais competente, outros descaradamente, absolutamente assistencialistas, meramente assistencialistas, e o povo jamais consegue ser protagonista da transformação inerente à sua própria vida, à vida do seu País. Foi uma observação que fiz. Há sinais aparentes de que a coisa beira para o oitenta. Culto exacerbado da personalidade, uma coisa impressionante! O Comandante Chávez está até nos meios-fios das ruas, nos frontispícios dos prédios, seja onde for: culto à personalidade exacerbado. Eu tenho uma experiência triste nesse sentido, com o culto à personalidade, que é uma coisa que me arrepia. Isso não pode dar em boa coisa. Concentração máxima de poder, autoritarismo exacerbado, garroteamento de instituições, como imprensa, como Poder Judiciário, seja lá o que for. Agora, como V. Ex^a também observou, entram na Venezuela – pelo menos a informação que tivemos lá, eu tive, e é o que se sabe – milhões de dólares por dia. Eu fiquei em Caracas, que é cercada de favelas, como V. Ex^a observou. Sr. Senador, no fim da década de 60 e início da de 70, eu morei na Favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, cumprindo tarefa política. Não me satisfiz em olhar de longe as favelas de Caracas. Pedi a um rapaz que me levasse lá dentro para sentir como era a situação. A gente vê de longe aquela ruma de favelas... Uma coisa impressionante! Fui lá ver, e o grau de miséria e de degradação humana que presenciei é espantoso. A miséria absoluta me fez comparar a situação com aquilo que eu já havia visto. A Favela do Jacarezinho, pelo que assisti em Caracas, é o bairro de Copacabana. Entram milhões de dólares naquele País por dia. Creio que, já passados oito ou dez anos do mandato do Presidente Chávez, ele teria tido condições de fazer uma transformação muito mais acentuada do que a gente ouve falar em torno dos programas sociais, educação, saúde, saneamento, habitação etc. Eu não vi isso. Estou sendo absolutamente isento e reproduzindo o que vi. Não foi o que ninguém me contou. Andei por ali, fui às favelas e conversei com as pessoas. O pessoal também tem essa impressão. Conversei com uma senhora sem querer provocar, mas provocando: “Poxa, a coisa aqui está muito ruim.” Ela disse: “Está ruim, mas temos Chávez”. É uma coisa que o pessoal está construindo, está fixando no seu imaginário, e eu não sei o que vai dar aquilo ali, Senador. Sem brincadeira. Não sei. A impressão que eu tenho é que, mais uma vez, a coisa tende para o oitenta. Temos que soterrar todo aquele entulho que maltratou, que massacrou o país durante décadas e décadas. Mas parece que só há esta opção: temos que ir para o oitenta. Ou seja, fazer a mesma coisa em outros moldes, com outras ferramentas, com outros instrumentos. Acho que isso não é a solução,

não. Agora, quero aproveitar, mais uma vez, a oportunidade e dizer que mesmo assim, com tudo isso, continuo e permaneço a favor do ingresso da Venezuela no Mercosul, por considerar que é importante para a América Latina. Eu não compreendo, Senador Cristovam Buarque, um processo de integração que já começa excluindo. “Olha, vamos promover a integração da América do Sul, mas vamos excluir aquele ali”. Não compreendo como é que se pode pensar em integração excluindo. Eu disse um dia desses, e *O Globo*, inclusive, reproduziu literalmente a frase que pronunciei: “Sou a favor do ingresso da Venezuela, porém sem o culto à personalidade”. Isso aí eu acho que é um desastre, é algo que não constrói, e não se pode pensar num processo de integração, não se pode pensar na união de povos centrada no culto à personalidade. Isso aí é um desastre não só para a Venezuela, como para nós, como para a América Latina como um todo. Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço e compartilho, Senador Geraldo Mesquita, com sua preocupação, sua análise, mas volto a insistir: que estou querendo olhar o Brasil desde a Venezuela, estou querendo analisar o que pode vir acontecer aqui, Senador Mão Santa.

Estamos perdendo tempo demais falando da Venezuela como o objeto do nosso desejo, quando o objeto do nosso desejo é o Brasil, e o que passa lá pode nos servir de exemplo. Estou de acordo com o senhor em relação ao Mercosul: uma coisa é o Presidente, outra coisa é o país. É verdade que o estatuto do Mercosul estabelece que não se podem receber países que não sejam democráticos. Então, vamos discutir se há ou não democracia e qual democracia existe na Venezuela. Depois, decide-se se ele entra ou não; mas não discutamos se entra ou não, discutamos qual é, se quisermos.

Estou de acordo que a melhora podia ser até mais rápida, mas hoje, dois anos depois, pelo menos eles têm médicos. Pelo menos, têm sistema de saúde em todos os rincões, segundo me disseram as pessoas com as quais conversei – médicos importados, cubanos. Mas vocês acham que ele está preocupado se é cubano ou sueco? Vocês acham que o povo está preocupado como aqui a organização dos médicos está, o CFM? O CFM daqui fica preocupado se o médico é cubano ou brasileiro. Lá, não, até porque – eles não disseram, mas eu pensei: no Brasil, os doentes, pelo menos até há pouco tempo, pegavam o avião e iam para Houston. Ninguém nunca reclamou, nunca vi o Conselho Federal de Medicina reclamar quando um rico pegava um avião para ser atendido por um médico no exterior.

Agora, não aceita, diz que, em nome da saúde, não pode aceitar que um médico estrangeiro venha a atender um doente aqui. Não dá para levar todos os pobres para Houston ou Cleveland, esses lugares que costumam receber ricos brasileiros. Não recebiam antes do desenvolvimento da nossa medicina. Então, de fato, eu concordo que surgiu a esperança, e ele vende essa esperança. Até quando? E aí os senhores não sabem o que vai acontecer. Eu creio que dá para a gente saber o que vai acontecer.

Essa forma de choque que se encontra a cada tanto tempo num plebiscito vai sair das urnas e vai cair nas armas. Eu acho que é uma questão de tempo, a não ser que o Presidente consiga construir pontes com essa Oposição, porque não há pontes com a Oposição – como, aliás, aqui dentro, está faltando pontes; conversei uma vez com o Presidente Tião Viana –; a não ser que o Chávez comece a construir pontes com a Oposição, mas é difícil. Ou que a Oposição, como alguns dizem, vá toda embora e deixe a Venezuela só para o povo pobre, como alguns chegam a dizer que pode ser o caminho, como fez a aristocracia russa, em 1917, depois de perder a guerra civil.

Mas estou mais preocupado com o nosso objeto de desejo: o Brasil democrático, portanto, o Brasil com uma classe política sensível às necessidades do povo e ética no seu comportamento na atividade pública. Este é o desafio: a gente deveria aproveitar o que acontece na Venezuela e fazer aqui dentro, antes que seja tarde demais.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, quis Deus estar presente o Tião Viana. Tião Viana, vamos ter aqui um entendimento das coisas. Eu acho que nada acontece por acaso. V. Ex^a está aí. Eu acho que Deus não ia abandonar – está ali o filho Dele, Cristo – esta Casa. A história sagrada diz, em dificuldade, ele pinçou gente. Numa das dificuldades da história, ô, Tião, ele pinçou um jovem. Foi Davi, para salvar Seu povo que sofria pressões; a outro, para guiar Seu povo, entregou leis – Isso é para trazer nitidez às coisas, tem que se entender –, mostrando que temos que ter leis para vivermos bem. A justiça é divina – *errare humanum est* –, a nossa erra, mas pelos homens, e ela é uma inspiração divina. O próprio filho de Deus, que discursava assim como Cristovam Buarque, dizia “bem aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Mas, Presidente Tião Viana, quando digo que este é um dos melhores Senados da República, digo com convicção. Um quadro vale por dez mil palavras: sexta-feira, hoje... Em 183 anos, fomos nós que fizemos este Senado trabalhar sexta-feira. Podíamos estar em Copacabana, melhor do que em Copacabana, na praia

do Delta, mares verdes, mares bravios, *calientes*, sol nos tostando, ventos acariciando. Podíamos, mas estamos aqui e ouvimos o pronunciamento do professor Cristovam Buarque, importantíssimo para a Nação. Eu, se fosse o Presidente Tião Viana, ia arrumar uma cadeia nacional. Mas eu queria focalizar que só estou aqui porque acho que Deus nos preparou para estar aqui. Que isso aqui tem erro, tem. Somos 81; o Senadinho de Cristo tinha 13, e deu um bocado de rolo lá, deu traição, deu dinheiro no meio daqueles vinhos e pães, força. Aqui tem que ter rolo, mas este Senado é muito bom. Agora, V. Ex^a, com a sua cultura... Eu acho que lá, no senado romano, vou buscar... Não acredito que Cícero fosse melhor do que V. Ex^a, não. Olha, tem muito rolo lá. Uma vez um chegou e disse: “Um cavalo vai ser senador”, e foi: Calígula. Para você ver como é, e era o povo. Outra vez, esfaquearam um lá dentro, não é? Então, estou dizendo que V. Ex^a, para mim, é igual a Cícero. Ele ficou na história, como V. Ex^a já entrou para a história da educação deste País. Mas V. Ex^a chamou uma atenção que quero chamar. E nós estamos aqui. Não tem razão. Ô Deus, jogue um raio aqui se esse não for o... Luiz Inácio, de que nós gostamos... O Presidente que está ali, o Tião, V. Ex^a, eu aqui votei nele. Eu acho ele uma figura que dá um exemplo, no mínimo, de família, esposa e tal, mas nós estamos aqui é para ensinar. E V. Ex^a chamou a atenção, chamou por Tião, porque o Moisés, também escolhido, como Tião foi. Foi uma determinação de Deus: “Busque os mais velhos, os mais experientes, e eles te ajudarão”. Está aí, ele disse tudo aí. A história do Senado é longa, mas ele resumiu. Um professor, V. Ex^a é um abençoado. Eis aqui o problema. Estou só bordando, o mérito foi do Professor Cristovam. Olhe o que ele disse. Estude história. O Senado romano tem uma sigla que eu não sei o nome. Mas ela diz que todos os decretos, todas as crises são eternas. Eterno foi o Renascimento. Até a época medieval não teve ignomínia, como V. Ex^a citou. Aquele caso – eu não me contive na Presidência, tive que comentar – do Pará, aquilo é uma nódoa na história da humanidade! Nunca existiu!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas V. Ex^a citou. E V. Ex^a deu a salvação, Senador Tião. Está aí. Vamos ver as entrelinhas, porque eu estava atento. Lá em Roma dizia-se: o Senado e o povo de Roma; o Senado e o povo de Roma – tire Calígula; o Senado e o povo de Roma – tire Nero; o Senado e o povo de Roma fizeram a democracia eterna. O Senado e o povo de Roma fizeram a época medieval. E o Demóstenes foi infeliz ao dizer que aquilo era medieval. Não. A época medieval foi da queda de Roma ao Renascimento. Havia San-

to Tomás de Aquino. Tudo se esperava de Deus. Não eram propensos à pesquisa, ao trabalho, ao estudo. Mas eles eram devotados à história de Deus. Aquilo foi uma ignomínia, uma atrocidade! Eu não me contive na Presidência e disse: vamos pedir ao nosso Presidente, generoso, humano, e a sua encantadora esposa, que representa a mulher brasileira... Ainda vem uma nota do PT, infeliz. Ignomínia! A representante disse que a Governadora do PT informou que ela vai ser julgada. Ô, Geraldo Mesquita! Ela sofreu a maior condenação da história do mundo. Ela já foi condenada! O Presidente da República, que nos representa, que representa este País cristão, e a Dona Marisa voam tanto! Peguem esse “aerolula” e vão lá, pedir desculpa, pedir perdão, simbolizando... Ela já foi condenada à pior das penas. Uma moça de 15 anos, uma mulher, em uma jaula de 20 bandidos, tarados sexuais! Mas V. Ex^a disse: “Nós não podemos estar dissociados do povo”. O Senado romano e o povo de Roma tiraram Nero, botaram, fizeram o Renascimento e as leis. Então, é isso. Nós temos que estar aqui. E nós somos este povo. Este povo... E aqui nós somos aqueles... Oh, Luís Inácio, que Moisés busque os mais velhos, os mais sábios e experientes, porque eles o ajudarão a carregar... Nós queremos ajudar Luiz Inácio e Marisa a levar ao povo brasileiro a justiça e a felicidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador Mão Santa. Primeiro, por lembrar esse fato que mostra como a gente caminha para um regime autocrático em algum momento. Como é que uma moça como essa ainda vai ser julgada? Por qual crime? Enquanto os grandes deste País estão soltos! Eu não sei qual foi o crime que ela cometeu. Roubou alguma coisa? Um roubinho?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Foi. Foi um roubinho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Passa semanas em uma prisão com 20 homens e vai ser julgada. E os grandes que roubaram milhões? Donos de bancos... Estão soltos. Como é que a gente vai querer que o povo defenda a Justiça no dia em que um autocrata a fechar? Como? O povo não é tolo! O povo acha que isso não é dele.

Eu tenho discutido o problema da legalização de lotes nos morros, teoricamente, porque eu não tenho nada a ver com morros aqui em Brasília eles nem existem – em vez da legalização das drogas, como estão defendendo. Chamo de legalização da virtude em vez da legalização do vício. O povo nem busca legalizar os seus terrenos, porque acham que não existe isso. Legalidade? Justiça? Isso é outro mundo!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, quero homenagear a grandeza deste Senado, que não

é só nós, não é o Presidente. Somos o melhor Senado da República e as estrelas que faltavam estão aqui. Um é esse Zé Roberto. Não sei de onde saiu. Ô homem competente! Tínhamos o nosso Carreiro. Agora temos esse, que é de uma cultura... Perguntei sobre uma sigla: SPQR – *Senatus Populus Quid Romanus*. Isso é verdade. Este é o Senado, que vai desde o Zezinho, símbolo do servidor prestativo, ao nosso Presidente, que é a esperança. “O Velho e o Mar”, aquele romance de Ernest Hemingway, diz que a maior estupidez é perder a esperança. V. Ex^a é a esperança do ressuscitar do Senado e do povo brasileiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Fico feliz que tenham trazido a sigla SPQR, que até hoje é usada nas obras de Roma. Naquela época, de fato, o Senado se dava ao respeito. Hoje, vamos reconhecer... Quero falar isso para reconstruir, não para destruir, porque não imagino o Brasil sem o Senado, embora alguns defendam que ele não deveria existir. Isso seria a morte da democracia federativa no Brasil. Antes, como disse Mão Santa, era o Senado e o povo; hoje não falamos no povo na hora de fazer as leis.

E fazemos o quê?

De um lado são as medidas provisórias do Poder Executivo; do outro, são as liminares judiciais. A gente só faz cumprir. A gente não exerce o poder, Senador Tião, no alto da sua posição de Presidente. A gente não exerce o poder de Casa do povo. Por um lado, podem ser deficiências, deformações da Constituição. Mas não é isso. É que não encontramos o rumo claro de como exercer o nosso poder. E essa falta do exercício claro do nosso poder, com sensibilidade para os problemas sociais do povo e com responsabilidade ética para o exercício da política, vai fazer de nós os pais do autoritarismo, da autocracia, que vai receber um dia o apoio do povo se a gente não mudar. Mas, felizmente, ainda é tempo de mudar.

Encerro o meu tempo de falar, Sr. Presidente, mas espero que este assunto não morra, que voltemos a discutir como fazer para que não sejamos os covardes da democracia.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Tião Viana, Presidente-Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente-Interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Em seguida, Senador Mão Santa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores presentes nesta sessão de sexta-feira, tenho um assunto que trouxe inclusive elaborado, para proferir o meu discurso, mas antes queria fazer algumas considerações, porque julgo oportuno e importante que sobre elas nos debruçemos.

Inicialmente, quero definir algumas questões.

O atual Governo é um governo de coalizão dita parlamentar. Isso significa o que, Senador Mão Santa? Que partidos que fazem parte desta coalizão, primeiro, participaram de certa forma, com esforço, da eleição do atual Presidente da República e, segundo, de forma legítima, sem fisiologismo, têm o direito de participar da gestão, da formulação, da execução deste Governo, oferecendo a preciosa colaboração de todos, seja com idéias, seja com princípios, seja com quadros. Isso é natural, absolutamente natural.

Liberação de emendas.

Na sexta-feira passada, Senador Mão Santa, fiz uma crítica ácida à política fisiológica, que beira à corrupção inclusive, deste Governo e dos demais – e deste acentuadamente –, de apresentar a questão da liberação de emendas sob a ótica da negociação. Fiz essa crítica e disse aqui inclusive, na tribuna que não admito.

Essa questão da liberação de emendas parlamentares é uma questão que tem que ser tratada de ofício, porque a emenda não é para o parlamentar ou para o prefeito, mas para atender às exigências contidas na própria lei. Eu disse e repito aqui que não admito ser abordado, seja por quem for, neste período agora, para tratar de questões de liberação de emenda, porque isso, para mim, cheira e beira a tentativa de corrupção.

Estou fazendo esse aviso pela última vez. Tem gente do Palácio do Planalto ligando para o meu gabinete, e já estiveram ali, inclusive, tentando falar sobre liberação de emendas nesta época, agora, em que o Governo tem uma questão crucial a ser deliberada neste Senado Federal. Não admito. E da próxima vez que isso acontecer eu vou declinar os nomes aqui da Tribuna, vou dizer quem está me assediando e quem está me procurando. Não admito!

É de se perguntar: Você então não quer liberação de emenda? Quero sim. Não sou eu que quero, é o povo acreano que quer a liberação das emendas. Não sou eu. Eu sou apenas um veículo delas. Mas não admito; considero uma falta de respeito parlamentares serem abordados neste momento específico, em

busca de conversação sobre cargos e sobre liberação de emendas.

Isso tem que ser feito ao longo do período normal, Senador Mão Santa. Este Governo é desrespeitoso, truculento, autoritário. Ele passa a maior parte do tempo tratando de forma desrespeitosa o Senado Federal. E neste momento preciso, agora, vem com conversa mole, aqui, de querer cooptar parlamentar com promessa de liberação de emenda, com promessa de nomeação de cargos. Não admito! Isso é falta de respeito. Comigo, não! Comigo, não!

Quero, sim, a liberação de emendas. Siga a fila. Está lá na lei. Liberem de acordo com o que foi programado no Orçamento da União se quiserem liberar. É o povo acreano que reclama, não sou eu, não! Não sou eu.

Este Governo, desde que estou aqui, trata de forma desrespeitosa a base dele, inclusive. A base dele. Esse Governo precisa de um *quorum* mínimo de 49 votos para alterar a Constituição, por exemplo. Senador Mão Santa, apenas umas três ou quatro cabeças coroadas, aqui, têm interlocução com o Governo. Estou me referindo aos parlamentares da base de sustentação do Governo. O resto não tem. O resto não tem e é tratado de forma desrespeitosa neste Senado Federal!

Hoje, abro os jornais e tem aqui uma nota. Não sei se a notícia tem correspondência com a realidade, mas ela me leva a lembrar de fatos. Há integrantes da base de sustentação do Governo, aqui, que sempre trabalharam no sentido de mostrar a este Governo que o tratamento que ele concede à sua base de sustentação – não falo nem do Senado inteiro – é um tratamento indevido, é um tratamento desrespeitoso. Quando mostram que o Governo tem extrema dificuldade de articular aqui, por um jogo de cintura dura, por falta de sensibilidade, por falta de diálogo, Senador Mão Santa, não é de cooptação não, é diálogo. O que é que custa a este Governo, aos seus Ministros, ao seu Presidente receber regularmente Parlamentares para conversar, colher opinião, saber como é que está o Governo? O que é que custa isso? Tomar um cafezinho que seja. O senhor já foi convidado quantas vezes, Senador Mão Santa?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nenhuma. Nem o Tião me convidou.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Nenhuma vez. Eu também não. E a grande maioria da base do Governo também não, diga-se de passagem. Quatro ou cinco cabeças coroadas aqui, sim, têm interlocução com o Governo. E pretendem falar em nome dessa base. Não devem. Não devem. Não têm segurança para fazer isso. Porque o tratamen-

to que o Governo concede aqui nesta Casa é esse, à sua própria base.

Uma nota aqui – repito, não sei se corresponde à realidade, mas ela é muito sintomática: “Mau agouro. Lula pediu ao Presidente interino do Senado que deixe de dar declarações sobre o quanto está difícil aprovar a CPMF”. A bem da verdade, eu quero dar o meu testemunho aqui. Senadores da base de sustentação – Tião Viana, Aloizio Mercadante, pelo menos esses dois –, eu sou testemunha, sempre tentaram mostrar ao Governo que o seu procedimento com relação ao trato com os Parlamentares aqui sempre foi equivocado, sempre deixou a desejar. E neste momento em que lideranças respeitadas nesta Casa tentam mostrar ao Governo, mais uma vez, essa situação, são alvo de uma observação dessa. Está aqui a arrogância do Governo, Senador Mão Santa. Arrogância pura, não é? Arrogância pura. Lideranças estão tentando mostrar que a relação que o Governo estabelece com a sua base de sustentação nesta Casa é errada, é equivocada, é arrogante, e quando reiteram essa observação, está aqui.

Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a, como o Presidente, também do Acre, engrandece esta Casa. V. Ex^a é uma firmeza. Atentai bem para o que eu quero raciocinar aqui acerca do nosso Partido, o PMDB. Nós tínhamos um grupo, e, no momento, somos quatro. Já tivemos mais, mas isso é normal. Mas hoje é de uma qualidade que me prende, que me orgulha: Pedro Simon, Jarbas, V. Ex^a e eu. Eu não diria que isso é núcleo duro, pois nós somos flexíveis, somos marejados, mas somos independentes. Mas quero dizer o seguinte, e é aonde nós vamos. Senador Tião Viana, no PMDB, médico, só existe eu, de todo o PMDB, desse grupo arejado, ético, e de todo o PMDB. Fala-se em CPMF, fala-se em saúde, e eu nunca fui convidado para sugerir nada. E depois vêm com a ridícula falácia de se dizer que se fecha questão. Não sabem nem o que é o PMDB. Eu recordaria que, em 1974, aqui vieram Ulysses Guimarães e Sobral Pinto disputar o colégio eleitoral. V. Ex^a sabe quantos votos o PMDB tinha? Noventa e três votos. Ulysses só obteve 76 votos. Dezesete acharam que era inoportuna a presença dele e validaram aquele ato. Eu acho que ele tinha razão. Ele fez um pronunciamento brilhante, que ficou para a história. Petrônio Portella falou em Geisel. Mas dezesete não votaram, não se fechou questão. Eles são os autênticos, e entre eles estava o Jarbas. Ulysses depois se candidata a Presidente da República. Quantos o largaram! E aí começaram a pensar. São pessoas que não têm vivência no PMDB.

Eu quero dizer que antes de Ulysses, em 1974, eu, em 1972, conquistava com Elias Ximenes do Prado uma Prefeitura da maior cidade do Piauí, a minha cidade, contra a ditadura. O Governador era Alberto Silva, que é hoje Presidente do PMDB, a quem eu me curvo. Esta Casa tem de demonstrar essa altivez. O Senador tem de votar com a sua consciência. Senador Tião, está certo que V. Ex^a disse que aqui não existem estrelas. Mas eu quero lhe dizer que aqui eu conheço – eu gosto muito de psicologia; está aqui um livro de psicologia que eu estou estudando – muitos homens compromissados com o povo e com a democracia. E o representante do Acre, que é do nosso PMDB, com o qual eu palmilhei aquele grandioso Estado – V. Ex^a é um líder extraordinário, senti isso – eu o palmilhei com o PMDB autêntico, que é compromissado com essa democracia que fizemos renascer. Geraldo Mesquita, eu já era orgulhoso daquele grupo. Quantitativamente, eles são minoria, ninguém vai dizer que não são, mas V. Ex^a dá muita grandeza àquele grupo minoritário do PMDB nesta Casa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Para encerrar esse assunto, vou repetir mais uma vez. Eu acho, com toda serenidade, que este Governo opera equivocadamente com relação a sua base de sustentação no Senado ao longo do tempo todo. Desde que eu estou aqui que é assim, ele se dá ao luxo de menosprezar as recomendações de lideranças da base de sustentação do próprio Governo nesta Casa no sentido de mudarem o tratamento a ser concedido ao Senado, menosprezam e fazem pouco caso dessa observação. Eu já falei aqui, sou testemunha de que lideranças da base de sustentação do Governo, desde que eu estou aqui, tentam mostrar a este Governo a insensibilidade com a qual ele opera dentro desta Casa. Ele abdica dessa possibilidade para tentar, num momento como este, cooptar parlamentares aqui na base do toma-lá-dá-cá, na base do troca-troca. O que é corrupção senão isso? Depois, reclamam quando são acusados de mensalão, disso e daquilo. Eu não admito e vou denunciar da tribuna deste Senado.

Senador Mão Santa, vou dizer nomes aqui, porque não há impropriedade nenhuma nisso. O Senador Mercadante – por quem eu tenho um carinho muito grande e respeito –, no início deste ano ainda: “Geraldo, você precisa compreender, venha. Vou marcar uma audiência para você com o Ministro Mares Guia”. Eu não sabia nem que ele tinha marcado. Num dia desses, ligaram para o meu gabinete do gabinete do Ministro Mares Guia, perguntando se eu considerava a possibilidade de realizar-se neste período a audiência que havia sido solicitada em abril. Eu respondi: “Man-

de agradecer ao Ministro, mas agora eu não quero". Neste momento, considero uma falta de respeito ser abordado seja por quem for para tratar de questões de suma importância do meu Estado. Não nego que as questões são importantes, mas não admito. É uma falta de respeito.

Outro enviado pelo Palácio do Planalto, o atual Waldomiro Diniz está me cercando para conversar sobre liberação de emendas. Vou declinar o nome dele aqui da próxima vez em que ele ligar para o meu gabinete. Considero uma falta de respeito. Não admito isso.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Quero cumprimentá-lo, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Eu não poderia esperar outra atitude de V. Ex^a. Nós já o conhecemos bem e sabemos a sua postura ética e o seu comportamento de dignidade, que honra a nossa Casa, o seu Estado e o País. Afinal, o Brasil, desesperadamente, procura pessoas que possam dignificar a instituição que integram. V. Ex^a é uma delas. Estamos vivendo um fim de ano complexo, com questões de natureza ética em julgamento e matérias tributárias em votação. A CPMF é, sem sombra de dúvida, uma contribuição, foi apelidada de contribuição, mas é um imposto. O Governo quer impor esse imposto por mais tempo, embora ele seja um imposto perverso, e paga qualquer preço para obter essa prorrogação. E V. Ex^a adota o comportamento que o Brasil exige de seus representantes. Eu não quero ocupar o seu tempo ao final do seu pronunciamento, mas apenas manifesto aqui, em meu nome pessoal e certamente em nome de muitos brasileiros que desejam essa postura em todos os parlamentares do Congresso Nacional, o meu agradecimento, com absoluta sinceridade, pelo comportamento de V. Ex^a, embora, em outros tempos, esse tipo de comportamento devesse ser encarado com absoluta naturalidade. Hoje, não. Hoje ele causa essa necessidade de agradecimento. Eu creio que V. Ex^a é um alento ao se pronunciar dessa forma nessa tribuna. É uma demonstração de que a população brasileira pode, sim, distinguir uns dos outros, separar o joio do trigo, valorizar os corretos, prestigiar os que honram os compromissos assumidos em campanha eleitoral, para que, valorizando a instituição que nós integramos, possamos continuar com a esperança de construir o Brasil que todos nós merecemos. V. Ex^a está de parabéns e é exatamente em meu nome pessoal e em nome de todos os brasileiros que desejam essa postura que eu o cumprimento nesta manhã.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a é um dos parlamentares com os quais vou continuar conversando sobre a CPMF aqui nesta Casa. Vou tratar de CPMF nesta Casa, conversando com os meus pares, com mais ninguém. Não permito abordagem de qualquer outra natureza. Vou conversar exaustivamente com meus pares, com V. Ex^a, com o Senador Mão Santa, com todos os companheiros desta Casa. Vamos refletir juntos para tomarmos a melhor decisão com relação a esse fato. Até lá há tempo, vou-me cercar da minha assessoria, conversar com V. Ex^{as} e vamos decidir, vamos deliberar.

O meu voto não está num balcão de negócios, Senador Mão Santa. Eu tinha um discurso para proferir sobre um tema regional, mas vou-me abster de fazê-lo porque não quero abusar do tempo. Se bem que hoje é sexta-feira, dia em que se é mais tolerante com o tempo, em nossos discursos, mas não quero abusar. Há parlamentares querendo usar a tribuna. Reservome o direito de fazê-lo em outra oportunidade.

O tema de fundo que eu trouxe é a respeito do processo de licitação de florestas públicas na Amazônia brasileira. É um tema que me preocupa muito e estou tentando fazer algumas observações, mas vou-me reservar o direito de fazê-lo em outra oportunidade para não ocupar mais ainda a tribuna.

Finalizando, Senador Mão Santa, depois do que disse, quero descontrair um pouco o ambiente e trazer a V. Ex^a um assunto em particular. Ontem, conversando com o meu querido e velho pai, de 89 anos de idade, ele me perguntou: "Será que o Senador Mão Santa conhece a história de um cidadão que, andando lá, no Piauí, tentou colher um pequi de um quintal e foi flagrado pelo dono do quintal e levou uma reprimenda?" Isso virou, inclusive, um versinho de cordel. Ele, com a memória fantástica que tem até hoje, reproduziu o versinho e pediu que eu o declinasse, aqui, para V. Ex^a, para ver se V. Ex^a conhece.

Peço desculpas à Casa e permissão para fazê-lo, nesta sexta-feira, sempre prazerosa, que temos nesta Casa.

A história é esta: um cidadão tentou tirar um pequi de um quintal e foi flagrado pelo dono, que lhe fez uma reprimenda, inclusive tomando o pequi. Isso virou um versinho de cordel, que é, assim, Senador Mão Santa:

Terra boa é Teresina, capital do Piauí
Terra de moça bonita e cabra bom no fuzil
Mas coisa de meia-légua
Tem cada fio de uma égua
Que nega até um pequi

Dito isso, Senador Mão Santa, eu quero desejar a todos um bom final de semana e que Deus nos ilumine para continuarmos trabalhando por este grandioso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, já que o Senador Mão Santa está enquadrado no art. 17, do Regimento Interno.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, nesta sexta-feira, temos de anunciar a iminência de um novo apagão: o apagão postal. Por incrível que pareça isso pode ocorrer. E olha que esta Instituição, os Correios, no Brasil, é uma das de melhor avaliação pela população por causa de sua eficiência.

O fato é que, a partir da próxima terça-feira, terminam os contratos celebrados, no início da década de 90, para permitir o funcionamento de agências franqueadas dos Correios e Telégrafos. E pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores – Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa – o Governo prepara uma medida provisória. Isto mesmo! O Governo prepara uma medida provisória para prorrogar os contratos e tentar evitar o caos e o colapso dos serviços postais no País. Medida provisória para prorrogar contrato de prestação de serviço! É inédito. É inusitado. É o descaramento absoluto! O Governo não tinha noção de que esses contratos tinham encerramento definido?

É muito grave, Senador Mão Santa! A medida provisória é frontalmente contrária às determinações do Tribunal de Contas da União, que qualifica esse remendo como inconstitucional. Aliás, quantas medidas provisórias aprovadas nesta Casa são verdadeiramente constitucionais? Certamente um percentual insignificante.

Estamos aqui, diariamente, debatendo este assunto, confrontando-nos, mas aprovando as medidas provisórias. Quantas delas foram rejeitadas? Até ressalvo que o Senado Federal avançou: aprovou alterações importantes – o Senador Tião Viana teve uma participação ativa nesse processo – para limitar a aprovação de medidas provisórias no Senado Federal e, obviamente, no Congresso Nacional. Infelizmente, a Câmara dos Deputados não deu seqüência e não promoveu a continuidade necessária nesse processo legislativo para definir um novo ritual para deliberação de medidas provisórias na Casa.

Mas, Sr. Presidente, volto à questão específica dos Correios.

Essa incerteza jurídica está colocando em pânico 1.466 donos de franquias em todo o País, que represen-

ta algo em torno de 23% do total de agências, e geram receitas para a estatal de R\$3,5 bilhões anuais.

O acórdão do Tribunal de Contas, de 1994, exigiu da Empresa de Correios e Telégrafos processo de licitação para substituir a rede própria da Empresa.

Sinceramente, não consigo entender por que o Governo é tão relapso: se há descaso administrativo ou se há má-fé. Por que o Governo vai prorrogar esses contratos por meio de medida provisória? Ele não tinha noção que terminaria agora, no dia 27 de novembro, esses contratos? Desde 1994, não é de hoje, Senador, de lá para cá, essa questão vem-se arrastando. Os alertas e advertências do Tribunal de Contas foram inúmeros, sem falar na CPI dos Correios. Nós tivemos uma CPI que ouviu, debateu o assunto, propôs ao final. A mudança foi duas vezes postergada, e os contratos foram prorrogados em 1998 e 2002; na última vez, por um prazo de cinco anos, prazo esse que expira agora, no dia 27 de novembro do corrente.

Sr. Presidente, 27 é uma terça-feira. Provavelmente, na segunda-feira o Governo estará editando uma medida provisória prorrogando esses contratos. Isso não é só inconstitucional, isso é imoral! O Tribunal de Contas vem, desde 1994, exigindo licitações, e o Governo sabe disso, portanto, não pode invocar a sua própria ignorância nesse caso. É um Governo ignorante, para muitos brasileiros certamente: ele ignora os problemas do País, os verdadeiros dramas vividos pela sociedade brasileira, é um Governo que imagina espetáculos que não ocorrem... É, portanto, um Governo ignorante, mas não pode ignorar esse fato, porque o Tribunal de Contas da União vem alertando, desde 1994, portanto, outros governos e este Governo também. Só no mês passado a diretoria dos Correios concluiu o primeiro rascunho da licitação para substituir as franquias por contratos de concessão. Só no mês passado concluiu o rascunho! Mas não há nenhuma determinação do Presidente da República ou do Ministro das Comunicações para que essa licitação viesse a ocorrer, impedindo essa imoral edição de medida provisória que prorroga contratos.

A Constituição Federal só prevê três tipos de regime: concessão, autorização ou permissão, não contemplando a modalidade de prestação de serviços públicos por franquia. Esse é o entendimento do Tribunal de Contas da União. Um relatório do Tribunal, analisado pelo Plenário daquela Corte, nesta semana, adverte para o risco de um apagão postal. Portanto, não sou eu, nesta manhã de sexta-feira, quem está alertando para o risco do apagão postal, é o Tribunal de Contas da União. É claro que aí fica patente a incapacidade de gerenciamento na esteira da ausência absoluta de planejamento. Um Governo que não olha

adiante, não olha o depois de amanhã, é um Governo imediatista. Não planejou a providência que deveria adotar, administrativamente, com respaldo legal insubstituível, para resolver essa situação ao término dos contratos celebrados pelos Correios com essas empresas franqueadas.

E, de outro lado, esse apreço especial do Presidente Lula pela medida provisória. O Presidente Lula dorme pensando em medida provisória, acorda pensando em medida provisória e as edita, praticamente, todos os dias, para questões as mais diversas possíveis e imagináveis. É um bloqueio à ação legislativa; é uma afronta permanente à Constituição.

Portanto, Sr. Presidente Tião Viana, não sei do que vale este discurso nesta hora. O Tribunal de Contas vem, desde 94, tratando desse assunto. Então, não se pode alegar que o Governo foi apanhado de surpresa; que ele foi surpreendido com esse fato. Não, não foi surpreendido! O Tribunal de Contas, cumprindo com o seu dever, vem alertando o Governo. Estamos aqui, na condição de opositores, cobrando do Governo, protestando contra essa inércia. Estamos aqui, sobretudo, defendendo uma instituição, que é prestigiada pela sociedade brasileira, que, reconhecidamente, é eficiente, e que nem mesmo uma CPI que desvendou mistérios de corrupção nos bastidores dos Correios foi suficiente para abalar a sua imagem e a sua credibilidade diante do povo brasileiro, por ser uma instituição de eficiência comprovada. Mas o Governo quer abalar essa credibilidade, quer comprometer essa eficiência em razão da sua incapacidade de gerenciamento e, sobretudo, da sua falta de apetite em matéria de planejamento e estabelecimento de prioridades. De forma incrível, o Governo quis inovar criando um ministério do futuro, com o Sr. Mangabeira Unger, que seria um ministério para planejar o futuro. O Governo não planeja o presente, e quer planejar o futuro.

Mudando de assunto, Sr. Presidente, depois de lavrar esse protesto, quero alertar o Governo para a necessidade de providências imediatas, de correção de rumos relativamente a essa instituição que temos de preservar: os Correios.

Neste balanço da semana, quero destacar novo recorde de arrecadação, que reforça e amplia as expectativas de um caixa superavitário capaz de suplantar os recursos advindos da CPMF. Senador Geraldo Mesquita, podemos derrotar essa pretensão do Governo com a consciência tranqüila. Não haverá, de forma alguma, desorganização orçamentária. Não haverá desequilíbrio fiscal.

O Governo está arrecadando excessivamente, além do que poderia prever. Em outubro foram arrecadados R\$54,779 bilhões em impostos e contribuições,

uma alta de 12% em relação a outubro de 2006, descontada a inflação. Na comparação com o mês de setembro, foi registrada elevação de 12,66%. De janeiro a outubro, o total de impostos e contribuições chega a R\$491,700 bilhões, um crescimento real de 10,1%, se comparado com o mesmo período do ano passado. Um aumento, portanto, de R\$59,600 bilhões. Com a CPMF, a Receita Federal arrecadou R\$30 bilhões, alta de 10% sobre o mesmo período de 2006.

Portanto, não tem razão o Presidente Lula e os seus Ministros, ao afirmarem que a CPMF é indispensável para que o Governo tenha um orçamento organizado e equilibrado. De forma alguma; há excesso de receita.

Hoje, não vamos repetir a mesma canção dos últimos dias sobre as despesas públicas. É importante destacar que o que o Governo perderá com a supressão desse imposto perverso ele está arrecadando, com sobras, em razão desse fantástico desempenho da Receita Federal. Arrecadação recorde e, certamente, com essa possibilidade que tem o Governo de reduzir gastos públicos, de cortar, e cortar de forma significativa, teríamos tranqüilidade em relação ao sepultamento da CPMF como passo essencial para a discussão de um novo modelo tributário para o País, compatível com a realidade econômica e social desta Nação, um modelo tributário capaz de impulsionar o crescimento econômico e distribuir melhor a riqueza nacional. Esse é o maior desafio do Governo Lula. Senador Tião Viana, eu aplaudiria o Governo do seu Partido se pudéssemos, derrotando a CPMF, iniciar uma discussão de competência envolvendo todos os setores da economia nacional, as entidades representativas de trabalhadores, de empresários, os especialistas em tributos, aqueles que estudam a política tributária há tantos anos, Governadores, Secretários da Fazenda de todos Estados e o Congresso Nacional para, após um grande debate, aprovarmos aqui no Congresso Nacional um novo modelo tributário para o Brasil, que possa significar a grande esperança de que o Brasil volte a crescer em ritmo acelerado, como cresceu há algumas décadas, superando 7% ao ano de crescimento econômico, para que o nosso País passe a crescer na devida proporção da sua grandeza, da sua magnitude, superando inclusive o crescimento de países emergentes que estão nos deixando muito longe em razão exatamente da carga tributária pesadíssima que asfixia a economia nacional. E nós, que discutimos tanto as diferenças brutais que existem separando uns brasileiros de outros, com injustiças sociais consolidadas, não podemos nos omitir diante do dever que nos incumbe a sociedade brasileira de trabalhar para distribuir melhor a riqueza do País. E não existe outro instrumento mais

capacitado do que o modelo tributário, para promover justiça social com adequada distribuição de renda. Nós não podemos comemorar a existência de um regime democrático pleno no nosso País porque democracia política não completa a aspiração nacional de sociedade democrática. Nós só exercitaremos a cidadania na sua plenitude e viveremos a democracia de forma plena se todos os brasileiros puderem ser beneficiários dos frutos do progresso que constroem com a força do próprio braço e com o poder da inteligência.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa, que está ansioso para falar mais uma vez.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, primeiro eu queria dizer que o nosso Presidente deveria ter tirado pelo menos 55 dias de licença, para termos pelo menos cem dias de Tião Viana. Isso é o jocoso. Na sexta-feira passada, Presidente Tião Viana, não tinha ninguém aqui ligado ao PT. Hoje, graças a Deus – hoje vou a uma missa de ação de graças na Igreja Santo Antônio, para a qual fui convidado, que será celebrada por um padre piauiense – na Igreja Santo Antônio. Então, Deus o colocou aí. Senador Alvaro Dias, com relação ao pronunciamento de V. Ex^a, temos que fazer o Luiz Inácio entender que nós somos os pais da pátria. Nós somos para ensinar, mesmo. Que ele deixe de escutar os aloprados, que tanto o prejudicam, e nos ouça. Na sexta-feira passada o Senador Geraldo Mesquita fez um pronunciamento e provou com números, com autoridade de Procurador da Fazenda. Não é Senador do PMDB, não; é. Procurador da Fazenda! Ele foi buscar os números. Não significa 4% proveniente da CPMF. E ele provou que com uma eficiência da máquina fazendária evitando sonegação, corrupção, inércia, incompetência, tirava essa diferença. Ele provou com os números. Então, é desnecessário. V. Ex^a tem razão. E V. Ex^a, Presidente, leve ao Luiz Inácio que é para nos ouvir, mesmo. Estamos aqui para ensinar. Senão, não teria razão de existir esta Casa. No caso de convocar o Congresso, não tem nem despesa. Convoquem, porque precisamos fazer uma lei boa e justa substituindo a mentira que é a CPMF. Mentira no nome, que é provisória; mentira no meio, que vai para a saúde; mentira na defesa de que só branco paga. E façamos nós, juntos, sob o comando do grande Presidente e médico Tião Viana, uma lei boa e justa, numa convocação. Eu quero participar. Quero me oferecer, em nome do PMDB, do nosso grupo. Então, para evitar isso que está havendo no Correio, que vem uma medida provisória, porque não é justo, Tião Viana, principalmente agora que ganhamos um Presidente médico. Nasceu uma lei boa e justa para a educação, ao longo dos anos. Daí reverenciar João Calmon, Darcy Ribeiro. E para a saúde

não ter uma lei boa e justa e sim uma mentira, que é a CPMF? É só.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a é um dos principais combatentes nesta Casa, que empunhou essa bandeira desde o início. No primeiro momento deste debate, V. Ex^a já estava presente, dizendo não à prorrogação da CPMF. E pode ter certeza V. Ex^a que eu sei que o Governo quer aplacar consciências atormentadas daqueles que pretendem votar favoravelmente à prorrogação, mas no íntimo da sua consciência são contrários a esse imposto perverso. O Governo aplaca essas consciências atormentadas com algumas alterações, mínimas alterações, Senador Geraldo Mesquita: redução de alíquota em prestações, redução insignificante de alíquota prometida para o futuro ou a promessa de uma reforma tributária que nós estamos ouvindo há tanto tempo.

Para concluir este assunto, eu diria que, Senador Mão Santa, a razão fundamental, a primeira razão, a mais importante razão para derrotarmos o Governo e acabarmos com a CPMF é obrigá-lo a discutir reforma tributária, oferecer ao País um modelo tributário competente e reduzir gastos públicos, porque o Governo está gastando demais, está gastando de forma perdulária.

E agora eu peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, mais cinco minutos, porque há um assunto da maior importância que diz respeito ao meu Estado do Paraná e à querida região do oeste do Paraná. Aliás, é uma denúncia que faço aqui.

Trata-se, sobretudo, de uma agressão à imprensa, que tem de ser repudiada, venha de onde vier:

Jornalistas de Cascavel são detidos por sem-terra em fazenda.

As equipes de reportagem cobriam a entrega de um mandado de reintegração de posse da Fazenda Agropecuária Bom Sucesso, nas margens da BR-369.

Três profissionais da imprensa do Paraná foram detidos durante cinquenta minutos, na manhã desta quinta-feira (22) – ontem, portanto – por integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST, dentro de uma propriedade invadida em Cascavel, no Oeste do Estado. As equipes de reportagem cobriam a entrega de um mandado de reintegração de posse da Fazenda Agropecuária Bom Sucesso, nas margens da BR-369, próximo à saída para o Município de Corbélia.

O repórter da Rádio CBN de Cascavel Jonas Sotter, além da repórter de televisão Iane Santos Cruz e do cinegrafista Alessandro Rocha, ambos da emissora local CATVE (Canal 21), ficaram das 9h15 até por volta das 10h sem poder deixar a área. Sotter conta que nesse período podia se deslocar somente até a unidade móvel da Rádio CBN. “O oficial de Justiça acabou de ler a ordem e eu fiquei lá para colher mais dados. Foi quando eles se reuniram em um grupinho e disseram que dali ninguém saía”, relatou.

Segundo o repórter, a polícia foi acionada pelos colegas da própria rádio, após saberem da ação dos sem-terra quando Sotter entrou no ar, ao vivo, por meio de um telefone celular.

“Aí chegou o 6º Batalhão da Polícia Militar e a gente foi libertado”, disse ele. Sotter disse ainda que enquanto estiveram detidos foram agredidos verbalmente pelos sem-terra. “Eles gritaram palavras de ordem contra a imprensa. Para eles, a mídia marginaliza os sem-terra”. A Rádio CBN de Cascavel, antiga Rádio Capital, está no ar há cerca de um mês.

A ordem de reintegração de posse foi expedida pela 2ª Vara Cível de Cascavel. A fazenda tem cerca de 150 barracos erguidos, ocupados por sem-terra desde crianças até idosos. Segundo a Polícia Militar, os sem-terra saíram pacificamente da propriedade.

Sr. Presidente, é lamentável. Eu tenho defendido a tese de que esse desespero que bate e que lamentavelmente invade o campo no Brasil, fazendo com que trabalhadores sem terra, muitos deles pessoas simples, honestas, trabalhadoras, gente que quer um pedaço de chão para produzir, para sobreviver com dignidade, essas pessoas são vítimas, como são vítimas os proprietários rurais, que muitas vezes adquirem suas propriedades com o suor do seu rosto, com muito trabalho. São pessoas vítimas também. Tanto os trabalhadores sem terra quando os proprietários rurais são vítimas da incompetência do Governo no País. Há quantas décadas se promete reforma agrária? Há quantas décadas há violência no campo? Desorganização do sistema fundiário brasileiro? Há latifúndios improdutivos? Sim, mas há propriedades produtivas sendo invadidas.

Nós não podemos concordar com a existência de latifúndios improdutivos que não são aproveitados pelo Governo. Existem inclusive áreas públicas, ou seja, do próprio Governo, que não são aproveitadas para reforma agrária por absoluta incompetência de gerenciamento de quem governa o País. Não pode-

mos admitir, por outro lado, que trabalhadores sem terra, desesperados ou não, insuflados ou não, invadam propriedades produtivas, porque se trata de uma violência à lei no País.

A própria medida provisória, instituída e idealizada no Governo Fernando Henrique, que proibia a desapropriação de áreas invadidas para desestimular as invasões passou a ser desrespeitada pelo atual Governo. Dessa forma, estimula-se a invasão. Trabalhadores urbanos desempregados acabaram engrossando o movimento de trabalhadores sem terra, porque viam benefícios que não auferem na cidade desempregados.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Tião Viana, vou concluir.

Constatamos, nas investigações realizadas pela CPMI da Terra, que o Governo estabeleceu uma relação de cumplicidade com lideranças que se dizem do campo, mas que, na verdade, não possuem nenhuma intimidade com a área rural e apenas se utilizam do movimento, partidarizando-o e instrumentalizando-o politicamente. Com a sustentação de verbas públicas, elas o agigantam para promover invasões agressivas à legislação vigente no País e comprometem o nosso processo produtivo, desestimulando a produção rural, que no Brasil é competente, e lamentavelmente impedindo até avanços tecnológicos na produção agrícola do nosso País.

Portanto, é um desserviço que se presta ao Brasil. Essa inércia ou essa incompetência governamental, essa cumplicidade com a desordem é um desserviço que se presta ao Brasil, impedindo-o de crescer na velocidade que poderia estar crescendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. A minha solidariedade a esses jornalistas agredidos. É preciso destacar que eles não são responsáveis pela situação de caos que há para muitos no campo. Eles não são responsáveis pela incompetência do Governo, eles não são responsáveis pela instrumentalização política do movimento. Eles não podem ser agredidos no exercício da sua atividade profissional como foram.

Trata-se de uma agressão a jornalistas, o que corresponde a uma agressão, a uma afronta à liberdade de imprensa no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, que preside esta reunião de sexta-feira, 23 de novembro, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação, Senador Alvaro Dias, nós queremos cumprimentar V. Ex^a e nós escolhemos V. Ex^a – eu e o Senador Geraldo Mesquita Júnior representando o PMDB – para adentrarmos na convenção do Partido de V. Ex^a, porque entendemos que ele simboliza a oposição e que a oposição é necessária à criação da modernização da política. É uma conquista para o aprimoramento da democracia.

Senador Tião Viana, todos nós – daí esta Casa ser a Federação – somos compromissados sobretudo, em proporcionar igualdade aos nossos Estados, daí a razão desse congresso bicameral. Lá é proporcionalmente ao número de eleitores. O Orçamento feito por lá, por mais competência que tenham os Deputados Federais e os pequenos Estados, são minoritários. Então os recursos iriam para o Estado de maior número de representantes. Aqui tem o choque da igualdade, e assim temos feito cada um. Eu e o Senador Heráclito Fortes, muitas vezes, entramos na calada da madrugada discutindo o Orçamento para que o Piauí tenha uma maior participação.

Entendo que este Governo, Senador Tião Viana, está vivendo muito da mídia, de Goebbels, do Duda Mendonça. O Goebbels dizia que uma mentira repetida se torna verdade. E o Duda, e aí? É tanta propaganda nesse mar de rosas... Mas o Piauí, que é governado pelo PT, olha, nunca dantes teve tanta insatisfação. Vencer as eleições e vencer o mesmo, é vencer em todo o Brasil. Ninguém está contestando. Chávez as vence, não é? Fidel Castro vence todas as eleições. Lá há eleições, eu conheço.

Mas não estamos aqui para amaldiçoar; estamos aqui para trazer uma luz. E todos nós, este Senado é tão grandioso, Geraldo Mesquita, que quando a gente fala aqui, depois chega ao gabinete e já há *e-mail*, aplaudindo, criticando o pronunciamento. Então, o povo ainda busca aqui a verdade. A gente só vê PAC, PAC, crescimento, obra, dinheiro, abundância, R\$540 bilhões, mais R\$40 bilhões... Não correspondem à realidade. Eu recebo tanto *e-mail* do Brasil todo e do Piauí, Senador Alvaro Dias...

Ô, Tião, estou com a satisfação do cumprimento da missão. Ontem, fui homenageado por uma colônia

de piauienses e recebemos Élide Galiza, é a Instituição Nação Piauí. Havia umas 300 a 400 piauienses: cantor, música, no Centro de Convenções. Resolveram homenagear duas pessoas.

V. Ex^a, Alvaro Dias, é o único membro do PSDB na Mesa? É? Quem é o outro?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – O Senador Papaléo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E o outro homenageado era Roriz. Ô, Geraldo Mesquita, Roriz!... Troféu grande. E quero dizer aqui, ele saiu do Palácio do Buriti, daqui, foi um momento de injustiça, uma transação privada porque não tinha dinheiro público, e, no meio dessa tormenta... Mas ele foi homenageado também, viu, Geraldo Mesquita? Deram-lhe o mesmo troféu que deram a mim.

Então, ele saiu do Buriti, daqui. Deus escreve certo por linhas tortas: ele não saiu dos corações do povo do Piauí. Aqui há 300 mil piauienses que ajudaram a construir a cidade. A homenagem foi do povo de Brasília e do Brasil. Ele recebeu porque é muito comum se prestar homenagem, Tião Viana, ao sol que está nascendo. Por isso, sou encantado com o povo do Piauí. Ele recebeu essa homenagem. E somos 300 mil piauienses. Logicamente que lá estavam esses mais atuantes, que lideram, mas representavam.

Então eu não poderia deixar de ver este momento pela importância. E, Geraldo Mesquita, lá deve ter – e até sugiro que você o faça... São tantas as reclamações do Governo Federal, mais ainda do governo estadual de aloprados, que aí eu casei aquelas centenas e centenas de *e-mails* e aí resolvi. Um assessor, que é do Piauí, de Gilbués, Professor Doca: “Rapaz, pega aí, e faz um estudo, e me traga as treze obras inacabadas do Piauí”. Por que treze? Para lembrar o compromisso do PT com o Estado. São centenas.

E, neste instante, faço um apelo a Sua Excelência, o Presidente da República. A importância deste Senado: uma é fazer leis boas e justas, e o Governo não está deixando com esse negócio de medida provisória. Nós queremos fazer uma lei boa e justa para que a Saúde tenha um dinheiro certo, e não essa mentira da CPMF. Ele não deixa! Nós estamos à disposição. O Presidente é médico e pode convocar. Eu vou fazer 41 anos, dia 15 de dezembro, de medicina em santa casa. E eu vim para dar essa contribuição. Não tem uma lei para a Saúde? Os 25%? Eu os cumpri, Luiz Inácio – na educação, são 25% –, quando prefei-

to, quando governador. Como não tem uma lei séria para a Saúde?

Uma outra razão é fiscalizar o Governo. Este é o melhor Senado da história da República. E como se fiscaliza. Olha, como nós temos batido aquela maior imoralidade, que é aquele cheque corporativo que não presta conta pelos aloprados do Governo. E, ontem, nós fiscalizamos: a maior ignomínia, a maior imoralidade, a maior indecência não foi na história do Pará, não foi na história da Amazônia, não foi na do Brasil, não; foi do mundo! Nós fiscalizamos. Barbárie! Governo do PT da pátria e do PT do Estado: uma jovem de 15 anos é lançada numa prisão diante de 20 bandidos, e, depois, uma infeliz carta da Frente Parlamentar dizendo que a Governadora, Alvaro Dias, disse que vai continuar o processo e ela vai ser julgada. Ela foi condenada! É a maior barbárie da história do mundo! E eu continuo com o que eu disse! Daí a minha indignação quando estava na sua cadeia. Luiz Inácio é gente boa, generoso, é cristão, mas ele tem que ouvir aqui. Dona Marisa nos encanta a todos, a Primeira-Dama, uma mulher decente, honrada, bonita – desculpe-me –, lembra até a Marta Rocha. É do meu tempo, quando éramos... Então, ô Luiz Inácio, pelo amor cristão do País, pegue esse seu “aerolula”, a sua encantadora Marisa e vá lá pedir desculpa e perdão à jovem ultrajada, humilhada, condenada à maior atrocidade da história do mundo, Luiz Inácio! Luiz Inácio, eu sei, eu estou preparado! Eu estudei muito! Ô, Tião, acabei de ler o livro *Historia del Mundo*. Nunca houve uma barbaridade como aquela, Tião! Olha, Demóstenes, um homem culto, disse: “Isso é coisa da época medieval”. Não! Não vamos culpar a época medieval, que vai, justamente, da queda de Roma, Alvaro Dias, ao Renascimento.

Dante Alighieri escreveu sobre o inferno. Então, isso foi o inferno! Leonardo da Vinci, Michelangelo, Rafael, Maquiavel... E lá, não, pelo contrário! A época medieval se caracterizou... Ô, Alvaro Dias, eles não eram muito afeitos à pesquisa, ao estudo, ao trabalho; mas eram até devotados a Deus demais, simbolizado por Santo Tomás de Aquino. Nunca houve uma barbaridade daquela. E nós é que tivemos – aqui – de denunciar.

E pior foi o arremedo de que ela vai ser julgada... Ora... Ô, Geraldo, julgada... Ela já foi condenada à maior barbaridade da história do mundo! Uma jovem, com 15 anos, colocada em uma cela – quase um mês – com 20 bandidos.

Concedo o aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa. Ontem, o Senador Paim, presidindo a Comissão de Direitos Humanos, acolheu e subscreveu requerimento de realização, em caráter de urgência, de uma audiência pública para tratarmos dessa questão, questão que nos assombra a todos pela sua gravidade. E eu tive a oportunidade de chamar a atenção de todos nós para que tenhamos muito cuidado na vigília, na fiscalização desse fato lamentável, para que não aconteça o que não é raro acontecer no Brasil: de pessoas, como V. Ex^a disse, já terem sido condenadas. A situação dela é de condenação. Pessoas que estão numa situação como essa são alvos de insinuações que, por vezes, levam a que a vítima se transforme num meliante, num criminoso. É preciso ter muito cuidado, Senador Mão Santa, e monitorar, com muita atenção, esse caso, para que essa moça, de repente, em razão de insinuações perigosas e criminosas até, não se transforme de vítima, como ela o foi, de um sistema desumano e perverso, que é o sistema carcerário brasileiro, numa pessoa que, colocada dentro de uma cela – as insinuações são dessa ordem –, pode ter provocado os 20 meliantes que estavam ali dentro, pode ter dado causa àquilo ali. Não se justifica, Senador Mão Santa. Como bem disse o Senador Paim, não importa a condição dessa moça, se é branca, preta, menor, maior, prostituta. Seja o que for, não se justifica o que se fez com essa cidadã brasileira. Não se justifica. E o cuidado tem de ser severo no sentido de matarmos no nascedouro qualquer esboço de insinuação que possa levar a conclusões como: quem sabe se essa moça não provocou aqueles caras? De repente, de vítima, ela pode passar a ser vista, pela própria sociedade inclusive, como uma pessoa criminosa, sem moral, etc. Precisamos estar muito atentos a esse caso. V. Ex^a faz muito bem quando reitera e traz esse assunto ao Plenário do Senado, porque o povo brasileiro tem de colocar toda a sua indignação a serviço dessa causa, pois precisamos exterminar de uma vez por todas uma situação como essa. Essa é mais uma situação que nos leva à preocupação com a necessidade de revermos, de reformularmos o sistema carcerário brasileiro, que é um depósito de pessoas. Em regra, o sistema carcerário brasileiro é constituído de celas, de presídios que são verdadeiros depósitos de pessoas que não têm a mínima possibilidade de recuperação onde

são colocadas. Parabéns a V. Ex^a por não deixar que ninguém esqueça um assunto desses.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço à Taquígrafia para incorporar todas as palavras do Geraldo Mesquita no nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, só quero lembrar a V. Ex^a, que é um homem preparado, cada vez mais, de perspectiva invejável, que Norberto Bobbio diz que um Parlamento vale, sobretudo, pela denúncia.

Teotônio Vilela, moribundo, dizia: “resistir falando e falar resistindo”. E vou então fazer essas denúncias das obras inacabadas, treze.

Primeiro, o Porto de Luís Correia, Geraldo Mesquita, que começou com Epitácio Pessoa. Um modelo reduzido custa R\$10 milhões. Tem US\$90 milhões encravados. Foi prometido.

Estrada de Ferro. Alberto Silva, encantado pela promessa, não votou no candidato do PMDB para votar no PT. Enganaram Alberto Silva.

Isso é necessário para a ZPE. Há um laudo técnico que queria transferir, porque não há nenhum porto e nem a estrada de Vieira. É como dizia o Padre Antônio Vieira: “todo bem é acompanhado de outro bem”. E eu digo: e todo mal de outro bem. Já perderemos as ZPEs.

Metrô de superfície de Teresina. Parado.

Tabuleiro litorâneo, começado no Governo Sarney.

Ponte Sesquicentenária. Geraldo Mesquita, Teresina é mesopotâmica, dois rios, Parnaíba e Poti. Luiz Inácio foi lá, com o Governador do PT, e disse que iriam fazer comemoração de 150 anos. Teresina já vai fazer 158 anos.

No mesmo rio, fiz uma ponte em 90 dias. Heráclito Fortes fez outra, no mesmo rio, em 100 dias, quando Prefeito.

Pronto-Socorro Municipal de Teresina. Sr. Presidente, fui Prefeito da minha cidade em 1989, 1990, 1991 e 1992, e Heráclito era de Teresina. Heráclito começou esse pronto-socorro lá naquele mandato, há mais de 15 anos, e o Presidente da República se comprometeu, ganhou os votos e as eleições.

Ponte de Luzilândia.

Universidade do Delta, aprovada aqui. O Relator foi Alvaro Dias; Paulo Renato, na Câmara. É o *Campus* avançado Reis Velloso na minha cidade, para transformar. Só conversa!

Aeroporto internacional, Luiz Inácio. Engano! Estão mentindo. Da minha cidade, Parnaíba eu, menino,

ia para o Rio de Janeiro de avião. Agora não há mais nem pequeno. Avaliem internacional. São Raimundo Nonato. Sei que são uns aloprados que estão enganando o Luiz Inácio.

Hidroelétrica. Os aloprados de lá prometem cinco. Luiz Inácio, só quero que terminem a primeira, que foi construída pelo Presidente Castello Branco.

Luz Para Todos. Luiz Inácio, sou o caminho, a verdade e a luz, a vida. O Luz Para Todos foi entregue à Gautama. Foi a maior imoralidade. O Governador de lá, do partido dos aloprados de lá, foi gravado sete vezes dizendo que, se não lhe dessem o dinheiro, ele perderia a eleição.

Então, Presidente Luiz Inácio, aprendi, no colo de minha mãe, terceira franciscana...

Geraldo Mesquita, quero um dia, estou me convidando para almoçar com o seu pai. Quero saber a experiência. A história do pequi é verdadeira? Eu não conheço bem porque sou muito urbano. Minha família é urbana, sempre foi. Mas a mocidade, eu acho que eles vão namorar. Os rapazes e moças entram naquele cerrado, no mato, e vão colher pequi.

Mas é bom. E eu quero falar com a Dona Francisca, na minha casa, para ela fazer um arroz com pequi, o que é famoso. É como, vamos dizer, um ingrediente da culinária que dá sabor ao arroz. Ainda vou oferecer ao seu pai um arroz e um feijão com pequi.

Mas o Luz Para Todos foi aquilo...

Aprendi no colo da minha mãe que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Luiz Inácio, a minha mãe me ensinou isso, e eu passo a Vossa Excelência. Seja agradecido ao povo do Piauí. V. Ex^a sempre foi um vitorioso naquelas terras. Leve pelo menos essas treze obras em homenagem ao seu próprio Partido, que é 13, e tem uma figura boa presidindo esta Casa.

O meu protesto ao nosso Renan. Renan tirou quantos dias? Com mais 30 dias são 75. Ele deveria ter tirado pelo menos 55 dias para fechar 100 dias de Tião Viana presidindo o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 31 minutos.*)

Ata da 216ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 26 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Alvaro Dias

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 26/11/2007 07:41:29 até 26/11/2007 20:30:41

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	X

Compareceram: 56 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11:00 horas, destinada a comemorar os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática – Prodasen, de acordo com o **Requerimento nº 1.120, de 2007**, do Senador José Sarney e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 70, de 2007**, que suspende a execução da Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 1.794, de 25 de fevereiro de 1991;
- **Projeto de Resolução nº 71, de 2007**, que suspende a execução do inciso V do art. 1º da Lei nº 8.033, de 12 de abril de 1990;
- **Projeto de Resolução nº 72, de 2007**, que suspende a execução da Lei nº 10.851, de 10 de julho de 2001, do Estado de São Paulo; e
- **Projeto de Resolução nº 73, de 2007**, que suspende a execução do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente dadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.344, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os projetos, aprovados, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.362, DE 2007

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2007, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.363, DE 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para participar, na condição de Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, do Fórum “Uma Década de Regulação no Brasil”, quando participei do Painel “Regulação da Infra-Estrutura: a vez do Gás”, que se realizará na cidade do Rio de Janeiro, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa nos dias 26 e 27 de novembro do corrente, para desempenhar a mencionada missão.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– Senador **Marconi Perillo**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.364, DE 2007

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja encaminhado voto de congratulações a Sua Excelência Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, que no último dia 24-11-2007 foi nomeado Cardeal e escolhido por Sua Santidade, Papa Bento XVI, para integrar Sacro Colégio Pontifício, como conselheiro e colaborador, auxiliar direto do

Sumo Pontífice, augurando-lhe saúde, vigor e muita sabedoria para um mundo melhor em paz e justiça.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao jornal O Estado de São Paulo, pela publicação, na série Grandes Reportagens, de notável levantamento jornalístico sobre a Amazônia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso ao jornal **O Estado de S. Paulo**, pela publicação de revista especial, da série Grandes Reportagens, com oportuno levantamento jornalístico sobre o futuro da Amazônia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da direção do jornal e, por seu intermédio, aos repórteres que participaram da produção desse verdadeiro documentário, de grande atualidade brasileira..

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se pelo notável trabalho jornalístico de **O Estado de São Paulo**, publicado em formato de revista, com amplo levantamento jornalístico sobre a realidade da Amazônia, com a indagação: Ainda há tempo? Essa é a inquietante pergunta que deveria preocupar com elevada prioridade as autoridades governamentais, quase sempre omissas no que toca à preservação da Amazônia, vital para o futuro da Humanidade. “Exótica e esplendorosa, mas tratada com ambigüidade e distanciamento, a Amazônia pode ser salva, mas antes é preciso conhecê-la”. A reportagem do **Estadão** percorreu a região para revelar as tragédias e conhecer as experiências que poderão preservar a mais rica biodiversidade do planeta.

O documentário do **Estadão** é divulgado num momento em que maiores são as preocupações mundiais, mas, sobretudo, do Brasil diante do futuro que

poderá estar reservado à mais estratégica das regiões brasileiras.

Sala das Sessões, 26, de novembro de 2007.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.366, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à Rede Vida de Televisão pelo lançamento do programa “Caminhos da Amazônia”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Rede Vida de Televisão por haver lançado o programa semanal “Caminhos da Amazônia”, a ser transmitido, em rede nacional, aos sábados.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Presidente da Rede Vida de Televisão, jornalista João Monteiro de Barros Filho, e ao produtor do programa, jornalista Elpídio Amanajás.

Justificação

No dia 21 deste mês de novembro de 2007, a Rede Vida de Televisão exibiu para um grupo de convidados, em Brasília, seu novo programa “Caminhos da Amazônia”, que foi ao ar, em rede nacional, no sábado, dia 24. Esse programa, a cargo do jornalista Elpídio Amanajás, será exibido todo sábado, às 21 horas. E se destinada a divulgar e a discutir os assuntos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais de interesse da Amazônia. E excelente iniciativa, pois contribui para que os brasileiros conheçam mais a fundo essa região tão importante para o País. Merece, pois, a homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, de novembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.367, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à cineasta amazonense Cristiane Garcia, por ter ob-

tido o Prêmio do Júri, na categoria de curta-metragem 35mm, no recente Amazonas Film Festival, em Manaus, bem como ao escritor Amazonense Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso à cineasta Cristiane Garcia, por haver obtido, com o filme “Nas Asas do Condor”, o Prêmio do Júri, categoria curta-metragem 35mm, no 4º Amazonas Film Festival, encerrado no dia 15 deste mês de novembro de 2007, em Manaus, bem como ao escritor, também amazonense, Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento de ambos os homenageados.

Justificação

A diretora e roteirista Cristiane Garcia acaba de obter o Prêmio do Júri, categoria curta-metragem 35mm, no 4º *Amazonas Film Festival*, encerrado no dia 15 deste mês de novembro de 2007, em Manaus, com a película “Nas Asas do Condor”, uma produção inteiramente amazonense. Inclusive pelo fato de ter-se baseado no conto de um escritor (brilhante) também amazonense, Milton Hatoum. Foi um irmão de Cristiane, o professor e sociólogo Demétrio Garcia, que chamou sua atenção para o conto, que lera na coletânea **Era uma vez um conto**. Ela se interessou, entrou em contato com o escritor, que não só deu autorização para a filmagem, como a liberou do pagamento de direitos autorais. Cristiane fez três versões de roteiros, o primeiro dos quais para filme de 60 minutos. O último, de 15 minutos, contemplado com verba de R\$15 mil, da Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Amazonas, foi o vencedor do Festival. Uma das apreciações sobre o filme, classifica-o de sensível e diz que conta com atores e também com criativos recursos de animação para apresentar na tela o primeiro texto infanto-juvenil de Hatoum. Por esse feito, que projeta o nome do Amazonas no cenário cinematográfico, a cineasta e o escritor fazem jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.368, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 6 de dezembro do corrente, destinada a comemorar o 10º Aniversário da obtenção do título de Cidade Patrimônio da Humanidade ao Município de São Luís/MA.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

Senadora ROSEANA SARNEY

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.369, DE 2007

Requeiro, nos termos do Art. 75 do Regimento Interno, combinado com o art 58, da Constituição Federal; a criação de Comissão Especial para Acompanhar as investigações sobre a situação de mulheres presas em cadeias públicas brasileiras, com vistas a analisar os problemas ocorridos no Pará e em outros estados brasileiros onde fatos semelhantes ocorreram e continuam a ocorrer. Composta por quatro senadores, com alternância de sexos, pelo prazo de 90 dias.

Justificação

Ao tomar conhecimento dos fatos lamentáveis, repugnantes e inaceitáveis, ocorridos no Estado do Pará, em que autoridades policiais colocaram uma jovem de apenas 15 anos de idade em uma cela com vinte homens, e que desta atitude irresponsável os mais absurdos atos de violência ocorreram, é que o Senado Federal tem a obrigação de se posicionar

firmemente constituindo esta Comissão com objetivo de evitar que esta barbárie fique impune e que os responsáveis não sejam apenas afastados de suas funções mais sim punidos rigorosamente.

Desta forma, se faz necessário o total esclarecimento perante esta Casa dos fatos ocorridos com a jovem violentada e com outras mulheres que sofrem situação semelhante em outros estados brasileiros.

Sala das sessões, 26 de novembro de 2007.
Senadora **Serys Silhessarenko**, Coordenadora da Bancada Feminina no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.370, DE 2007

Com fulcro no artigo, 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 26 de novembro, em Cuiabá, do ex-Deputado, Renê Barbour, com envio de condolências à família.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

REQUERIMENTO Nº 1.371 DE 2007

Com fulcro no artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Presidente do PT Municipal de Sinop Carlos Alberto Castanho Scholtão, com apresentação formal de condolências à família.

Justificação

O médico Carlos Alberto Castanho Scholtão, presidente do PT de Sinop (a 500km ao Norte de Cuiabá) faleceu, aos 54 anos, neste feriado do Dia de Finados. Carlos Scholtão foi um dos primeiros vereadores eleitos pelo PT em Mato Grosso. Nas eleições de 2002 e 2006 concorreu, sem êxito, a uma vaga de deputado federal.

Sua morte deixou os militantes petistas consternados, principalmente os chamados históricos. Era tido como um “companheiro fraterno” e bastante dedicado à saúde pública com qualidade.

O Estado de Mato Grosso perdeu um grande político, uma personalidade pública que realmente tentou fazer a diferença, que buscou melhorar a qualidade de vida de nossa população. O PT perdeu um dos gran-

des nomes de seus quadros, uma perda irreparável e que fará muita falta à nossa militância petista.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 119/07-GLDEM

Brasília, 26 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador César Borges pelo Senador Demóstenes Torres, como suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito – ONG.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.103, DE 2007

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007, (nº 378, 2007, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no território brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em território norte-americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras, celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007”.

Relator: Senador **João Tenório**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 380, de 2007, cuja ementa está acima epigrafada.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, na forma prevista pela Constituição e pelo Regimento Interno daquela Casa, em 31 de outubro de 2007.

Acompanham a proposição a Mensagem nº 373, de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00147 MRE – SGEX/SGAP I/DA/CGEUC/DAI, de 5 de junho de 2007, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

(...) Pelo acordo, a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitirá, quando solicitada pela Embaixada americana, documento para desobstruir os trâmites necessários à transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no Brasil. Reciprocamente, o Acordo estabelece procedimentos para desobstruir a instalação e o funcionamento, em território norte-americano, de Repartições diplomáticas e consulares brasileiras.

II – Análise

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo sua tramitação observado o disposto nos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal.

O acordo foi celebrado por meio de troca de notas.

Os Estados Unidos da América (EUA) propõem, com base no princípio da reciprocidade, que a Receita Federal do Brasil emita, em favor de sua Embaixada e de suas Repartições Consulares de Carreira aqui instaladas, documentos que permitam “a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade dos Estados Unidos da América no território brasileiro”.

Intencionam, ainda, que ambos os governos concedam, nos termos de suas legislações internas, “aprovação necessária para aquisição, venda ou outra forma de disposição de imóveis diplomáticos e

consulares, inclusive residenciais, em seus respectivos territórios”.

O Governo brasileiro manifestou-se favoravelmente aos termos da nota diplomática norte-americana. Convém, contudo, ressaltar que as partes deixaram claro que o acordo não terá o condão de modificar suas respectivas posições no que se refere à interpretação das Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares.

A nota brasileira, nesse ponto, foi expressa ao mencionar as divergências existentes entre os dois países em matéria de previdência social. Os EUA entendem que as citadas Convenções permitem isentar às Missões estrangeiras de inscreverem seus empregados nos sistemas previdenciários dos Estados em que estão acreditadas. O Brasil, de outro modo, entende que as Convenções de Viena remetem a questão para ser disciplinada pela legislação interna dos países. No caso brasileiro, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, prevê como segurado obrigatório da Previdência Social o prestador de serviço, no Brasil, “a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições”.

Desse modo, o acordo resolve questões práticas – transferência de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais – decorrentes das discordâncias interpretativas entre as partes no que diz respeito às Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares, sem que, para tanto, o Estado brasileiro renuncie a seu entendimento sobre a obrigatoriedade de Estados estrangeiros observarem o disposto no citado art. 12 da Lei nº 8.212, de 1991.

Estamos certos de que a aprovação do projeto de decreto legislativo contribuirá para o aprimoramento das relações diplomáticas entre Brasil e EUA.

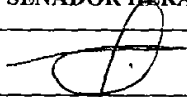
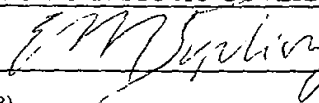
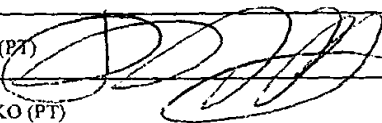
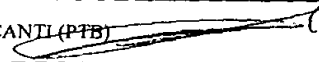

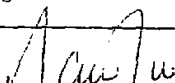
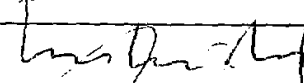
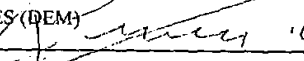
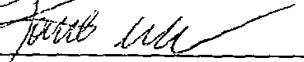
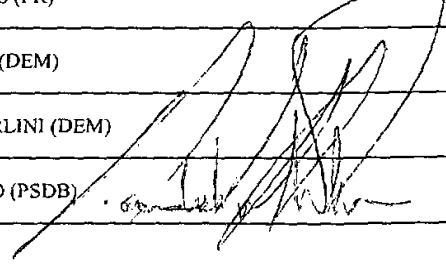
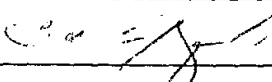
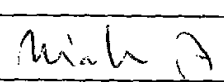
III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 380, DE 2007
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/11/2007 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: 	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
EUCLYDES MELLO (PRB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT) 
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	4 - SERYS SLHESARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB) 	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA 	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE 	5 - GARIBALDI ALVES FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (PMDB)
MARCO MACIEL (DEM) 	2 - CÉSAR BORGES (PR)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM) 	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB) 	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM) 
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE 	1 - JEFFERSON PÉRES

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

**CAPITULO I
Dos Contribuintes**

**Seção I
Dos Segurados**

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I – como empregado:

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

c) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior,

d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos e a subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;

e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;

f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais; (Incluída pela Lei nº 8.647 de 13-4-93)

h) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Incluída pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

i) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Incluído pela Lei nº 10.887, de 2004)

II – como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

V – como contribuinte individual: (Redação dada pela Lei nº 9.876 de 26-11-99)

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.876 de 26-11-99)

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; (Redação dada pela Lei nº 10.403, de 8-1-2002)

d) revogada (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu

trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

VI – como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento;

VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (Redação dada pela Lei nº 8.398, de 7-1-92)

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

§ 3º O INSS instituirá Carteira de Identificação e Contribuição, sujeita a renovação anual, nos termos do Regulamento desta Lei, que será exigida: (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 15-4-94)

I – da pessoa física, referida no inciso V alínea **a** deste artigo, para fins de sua inscrição como segurado e habilitação aos benefícios de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; (Incluído pela Lei nº 8.870, de 15-4-94)

II – do segurado especial, referido no inciso VII deste artigo, para sua inscrição, comprovação da

qualidade de segurado e do exercício de atividade rural e habilitação aos benefícios de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (Incluído pela Lei nº 8.870, de 15-4-94)

§ 4º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata esta Lei, para fins de custeio da Seguridade Social. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 28-4-95)

§ 5º O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social - RGPS de antes da investidura. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

§ 6º Aplica-se o disposto na alínea **g** do inciso I do **caput** ao ocupante de cargo de Ministro de Estado, de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, sem vínculo efetivo com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, ainda que em regime especial, e fundações. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 97, DE 2007

Acrescenta ao caput do artigo 93 da CF de 1988 o Conselho Nacional de Justiça como órgão competente da iniciativa de Lei Complementar sobre matéria relativa ao Estatuto da Magistratura.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do g 3º do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal ou do Conselho Nacional de Justiça, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:” (NR)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A criação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Emenda Constitucional 45/2004, foi um reconhecido avanço no que concerne à eficiência da administração da justiça e à responsabilização de juízes por desvios de conduta no âmbito de seus deveres.

O Conselho informa, em seu sítio na internet que **“é um órgão integrante do Poder Judiciário, e controla a sua atuação administrativa e financeira, bem como o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Ou seja, é um órgão administrativo integrante da própria magistratura.**

Sua criação é recente, data de 31 de dezembro de 2004. E sua instalação ocorreu em 14 de junho de 2005. Presidido atualmente pela Ministra Ellen Gracie, indicada pelo Supremo Tribunal Federal, possui 15 conselheiros, aprovados pelo Senado e então nomeados pelo Presidente da República.”(destacamos)[http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=viemo&id=31&Itemid=215]

O Conselho Nacional de Justiça tem como atribuição, na forma do artigo 103 - B da Constituição Federal, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário. Compete-lhe receber e conhecer das reclamações e denúncias contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, magistrados e servidores judiciários.

O Ministro Cezar Peluso, ao julgar a ADI nº 3367-DF, afirmou textualmente que *“são antigas os anseios da sociedade pela instituição de um órgão superior, capaz de formular diagnósticos, tecer críticas construtivas e elaborar programas que, no limite de suas responsabilidades constitucionais, dêem respostas dinâmicas e eficazes aos múltiplos problemas comuns em que se desdobra a crise do Poder.”* Refletindo sobre a presença de não-magistrados no Conselho e a questão do corporativismo, tendo em vista a função fiscalizatória do Conselho, disse ainda o Ministro que *“pode ser que tal presença seja capaz de erradicar um dos mais evidentes males dos velhos organismos de controle, em qualquer país do mundo: o corporativismo, essa moléstia institucional que obscurece os procedimentos investigativos, debilita as medidas sancionatórias e desprestigia o Poder”*

Francisco de Lima discorre sobre a função fiscalizatória do CNJ dizendo que *“a sociedade estava a reclamar a presença do CNJ, para coibir os eventuais abusos de magistrados e em face da histórica leniência e do corporativismo dos órgãos disciplinadores do Judiciário. Até porque, a finalidade do conselho é fazer funcionar o Poder Judiciário, coibindo abusos, a preguiça, a complacência, a ineficiência pontuais, porventura verificados nos órgãos judicantes - os quais não poderão rebelar-se, ante a fraqueza de haver deposto de dever.”* (Reforma do Poder Judiciário - comentários iniciais à EC 45/2004 São Paulo: Malheiros, 2005, 77).

Flávio Dino entende que no período de redemocratização houve movimento de proteção à magistratura como resposta histórica à tentativa de subordiná-la à vontade de governos autoritários. Com isso, criou-se um sistema disciplinar fechado, isolado, corporativo. Extinto o Conselho Nacional da Magistratura os membros de Tribunais de 2º grau e superiores ficaram quase que imunes à responsabilidade disciplinar e passaram a deter o monopólio absoluto do poder sobre a primeira instância. Segundo o autor *“A soma destas características do sistema de responsabilização do disciplinar dos Magistrados implicou a consolidação da crença de que os maus juízes não são punidos pela sua própria corporação, com dois expressivos resultados: a crise de imagem da instituição e o crescimento de propostas de criação do ‘controle externo do Judiciário’.*

A conclusão que emerge deste quadro é que a instituição do Conselho Nacional de Justiça era imprescindível para o aprimoramento da responsabilidade disciplinar da Magistratura nacional, fazendo com que ela se torne mais viável em relação aos integrantes dos tribunais e mais efetiva no que se refere aos juízes de 1ª instância.” **(A reforma do Poder Judiciário: comentários à Emenda nº 45/2004.** Niterói: Ed. Impetus, 2005, p. 103)

O CNJ passou por um período inicial em que foram levantadas algumas críticas contumazes ao seu formato e às atribuições que lhe foram conferidas. Passado o primeiro momento, entretanto, é convicção assente na sociedade brasileira, inclusive nos meios acadêmicos, que a atuação do Conselho representou avanço institucional do Poder Judiciário. Por conta do reconhecimento de que os trabalhos do CNJ são exitosos, há quem defenda a ampliação de suas atribuições. Assim entende Maurício Dantas Góes e Góes:

“O modelo adotado pelo CNJ merece, ainda, críticas quanto aos restritos poderes correicionais que lhes (sic) foram concedidos, especialmente a impossibilitada decretação de perda de cargo, o **impeachment** do magistrado que seria por demais salutar”. (in SILVA, Bruno FREIRE e (coord.) **Reforma do Judiciário - análise interdisciplinar e estrutural do primeiro ano de vigência**. Curitiba: Juruá, 2006, Pág. 422)

O CNJ já possui atribuições primárias de fiscalização, exercida com vistas a assegurar que os juízes cumpram seus deveres funcionais. É pertinente, portanto, a idéia de atribuir ao Conselho a possibilidade de iniciar o processo legislativo naquelas situações e aspectos em que entenda haver necessidade de aperfeiçoamento, alteração ou supressão de quaisquer normas relativas à organização da Magistratura. O CNJ tem, por exemplo, competência para determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria de magistrado, bem como aplicar as demais sanções administrativas. André Ramos Tavares diz que esta é uma hipótese de exercício de atribuição secundária instrumental. (**Reforma do Judiciário no Brasil pós-88**. São Paulo: Saraiva, 2005, pág. 179)

A competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para promover as alterações que se fazem necessárias na Loman acaba representando a imposição de um ônus excessivo para a Suprema Corte. Adequada é a ampliação desta atribuição para que possa também o CNJ assim agir. A crítica a normas anacrônicas da Loman vem sendo reiteradamente feita pela imprensa, pela academia e pelos próprios membros do Poder Judiciário. Exemplo eloqüente deste caso é a recente manifestação do Ministro Vantuil Abdalla, do Conselho Nacional de Justiça, Relator de vários processos contra juízes, defendeu uma punição mais severa para os culpados: “Se eles já têm tempo de serviço suficiente, aposentadoria integral. Ou então, a outra penalidade é a licença remunerada. Ou seja, não trabalha e recebe os vencimentos integrais. Então a sociedade não entende isso, e com toda razão?” (destaques nossos) [<http://jornalhoje.globo.com/jhoje/0,19125,vjs0-3076-20070508-280130,00.html>]

Por todo o exposto reitera-se; é importante dar ao Conselho Nacional de Justiça a competência da iniciativa legislativa para promover as alterações que se façam necessárias na Lei de Organização da Magistratura, na medida em que há afinidade temática de suas atribuições com a possibilidade de iniciar o processo legislativo. Além disso, tem-se verificado em

sua atuação que o órgão é sensível à percepção geral das necessidades sociais de aperfeiçoamento e atualização das normas que regem a função judicante.

Assim, ante o elevado mérito da proposta aqui contida, peço o apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.
– Senador **Renato Casagrande**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I Do Poder Legislativo

Seção VIII Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

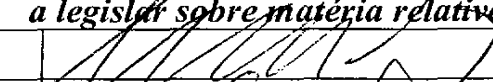
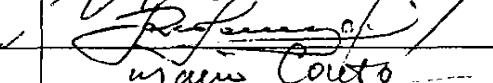
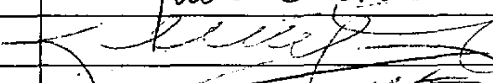

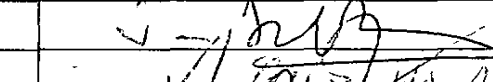
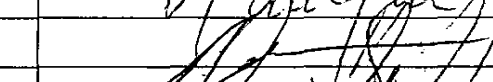
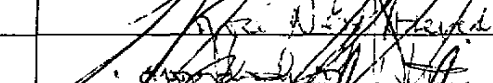
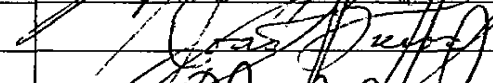
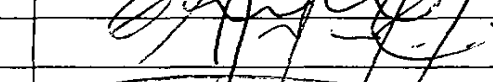

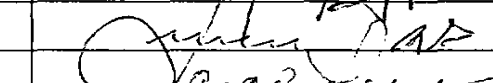
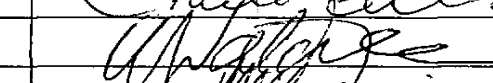

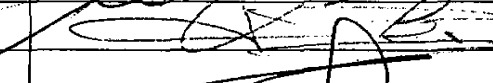
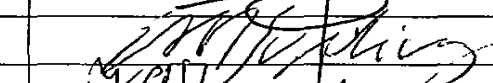
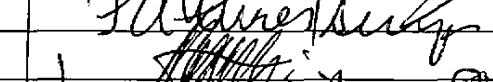
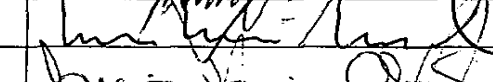
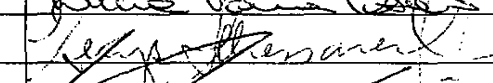
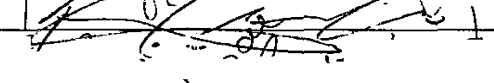


§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

CAPÍTULO III Do Poder Judiciário

Seção I Disposições Gerais

Art. 93. lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

PEC de autoria do Senador Renato Casagrande que "acrescenta ao caput do artigo 93 da CF de 1988 O Conselho Nacional de Justiça como órgão competente a legislar sobre matéria relativa ao Estatuto da Magistratura"		
1		JUVENIL CARLOS JUNIOR
2		Raimundo colombo
3		my wellh.
4		Emmanuel Alves Filho
5		DEMOSTRATES TODOS
6		
7		Sergio Guesen
8		Paulo Siqueira
9		WOLFRAM MESTER
10		Tomás Lima
11		Felix Ribeiro
12		João Durval
13		ROMERO JUS
14		Jaine Camp
15		NOZABILDO
16		GERALDO MESALITA JR
17		Maria do Carmo da
18		Vanessa Teresati
19		ALCANTARAS
20		Edelberto Alves
21		Alvaro de
22		Jefferson Sáez
23		JOÃO TENORIO
24		Edardo M. J. J. J.
25		Meir Soares
26		VALDIR R. RUPP
27		(MARCOS MACIEL)
28		Lucia VANIA
29		SEYTS ELHESARENKO
30		FRANZISCA ZAMBELLI

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 98, DE 2007**

Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para vedar a reeleição, no período subsequente dos Chefes do Poder Executivo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.
.....

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O instituto da reeleição dos Chefes do Poder Executivo nunca foi isento de controvérsias. Desde a sua instituição no Brasil, pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997, muito se tem escrito sobre o tema, qua-

se sempre registrando-se os desvios que a reeleição tem trazido para a política brasileira.

Efetivamente, não se pode mais negar que os instrumentos colocados pela legislação para impedir os abusos daqueles candidatos que buscam renovar o seu mandato Executivo têm se mostrado totalmente insuficientes.

A questão se torna mais grave quando a imprensa noticia que forças políticas, talvez inspiradas em exemplos recentes surgidos em nosso continente, iniciam uma articulação para buscar permitir a reeleição ilimitada dos Chefes do Poder Executivo, especialmente do Presidente da República.

Trata-se, com certeza, de ação que deve merecer o amplo repúdio da sociedade e das instituições democráticas do Brasil.

Entendemos que a melhor forma de combater essas iniciativas é começar um movimento no sentido contrário. A moralização da vida política em nosso País está a exigir, na verdade, não a ampliação do instituto da reeleição do Presidente da República, Governadores dos Estados e do Distrito Federal e Prefeitos Municipais, mas a sua extinção pura e simples.

Nessa direção, apresentamos a presente proposta de emenda à Constituição retomando a nossa mais do que centenária e salutar prática republicana de proibir a reeleição, para o mandato subsequente dos Chefes do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.
– Senador **Flexa Ribeiro**.

ASSINATURA

NOME

1.

Aécio Neves

2.

EDUARDO AZEREDO

3.

ARTHUR VIRGÍLIO

4.

Augusto Botelho

5.

SÍLVIA MACHADO

6.

WALDIN RAUPP

7.

FERNANDO ABRUJO

8.

Eduardo M. Siqueira

9.

RONALDO SCAIFE

10.

Inácio Cardo

11.

Rogério Baes

12.

Wilson

13.

Wilson

14.

Marcos Barba

15.

Marcos Barba

16.

Renato

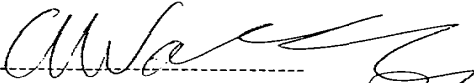
17.


Jamil Cayen

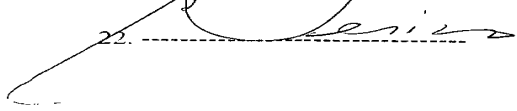
18.

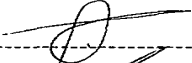
CICERO LUCENA


19. _____

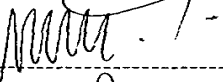
20. 

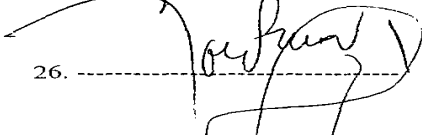
21. 

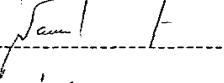
22. 

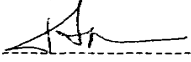
23. 

24. 

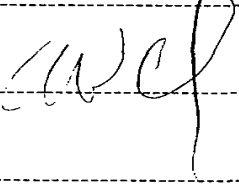
25. 

26. 

27. 

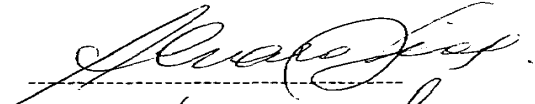
28. 

NOZAMILDO

 A. e V. M. S. M. S.

MARCONI PERILLO

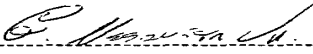
João Delmoir



Eduardo de

Ruan Calheira

Neuto de Costa



LEGISLAÇÃO CITADA

CAPÍTULO IV
Dos Direitos Políticos

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subseqüente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16, DE 1997

Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Cons-

tituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 14, o caput do art. 28, o inciso II do art. 29, o caput do art. 77 e o art. 82 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subseqüente.

.....”

“Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse

ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

..... ”
 “Art. 29.

II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores.

..... “
 “Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

..... ”
 “Art. 82. O mandato do Presidente da República de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 670, DE 2007

Acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 61.

.....
 § 3º Os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor em 180 dias após a data de sua publicação.

Justificação

Atualmente, as empresas que exercem a atividade de venda ou revenda de bens a varejo e as empresas prestadoras de serviços estão obrigadas a utilizar o equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF (art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997). Trata-se de equipamento automatizado, utilizado para controle de natureza fiscal, com capacidade para emitir os documentos determinados por convênios firmados pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal.

As empresas varejistas de combustíveis automotivos, que fornecem combustível por meio de equipamentos de tecnologia avançada, denominados bombas abastecedoras, estão obrigadas a utilizar o equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF). O objetivo do presente projeto é integrar esses equipamentos. A utilização da bomba abastecedora passaria a gerar automaticamente a emissão do Cupom Fiscal.

Na sistemática atual, que consideramos inadequada, utilizam-se dois procedimentos. Um para digitar os dados, necessários para abastecer o veículo, no sistema informatizado das bombas, e outro para alimentar o equipamento ECF com esses dados, para possibilitar a emissão do cupom fiscal.

A aprovação do projeto traria, a nosso ver, dois benefícios principais. O primeiro é que a nova sistemática tornaria mais célere o procedimento de emissão de cupom fiscal no fornecimento de combustíveis. O consumidor não precisaria mais solicitar e muitas vezes esperar o frentista providenciar a nota fiscal. O segundo é que dificultaria a evasão fiscal. A emissão do documento fiscal seria automática e condicionada à utilização da bomba abastecedora.

Cabe destacar, ainda, que a implantação da nova sistemática, conforme art. 63 da Lei nº 9.532, de 1997, observará o disposto em convênio a ser celebrado entre a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e os Estados e o Distrito Federal, representados no Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) pelas Secretarias de Fazenda.

Pela relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.
– Senador **Exedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO

Art. 61. As empresas que exercem a atividade de venda ou revenda de bens a varejo e as empresas prestadoras de serviços estão obrigadas ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF.

§ 1º Para efeito de comprovação de custos e despesas operacionais, no âmbito da legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, os documentos emitidos pelo ECF devem conter, em relação à pessoa física ou jurídica compradora, no mínimo:

a) a sua identificação, mediante a indicação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, se pessoa física, ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC, se pessoa jurídica, ambos do Ministério da Fazenda;

b) a descrição dos bens ou serviços objeto da operação, ainda que resumida ou por códigos;

c) a data e o valor da operação.

§ 2º Qualquer outro meio de emissão de nota fiscal, inclusive o manual, somente poderá ser utilizado com autorização específica da unidade da Secretaria de Estado da Fazenda, com jurisdição sobre o domicílio fiscal da empresa interessada.

Art. 62. A utilização, no recinto de atendimento ao público, de equipamento que possibilite o registro ou o processamento de dados relativos a operações com mercadorias ou com a prestação de serviços somente será admitida quando estiver autorizada, pela unidade da Secretaria de Estado da Fazenda, com jurisdição sobre o domicílio fiscal da empresa, a integrar o ECF.

Parágrafo único. O equipamento em uso, sem a autorização a que se refere o **caput** ou que não satisfaça os requisitos desta, poderá ser apreendido pela Secretaria da Receita Federal ou pela Secretaria de Fazenda da Unidade Federada e utilizado como prova de qualquer infração à legislação tributária, decorrente de seu uso.

Art. 63. O disposto nos arts. 61 e 62 observará convênio a ser celebrado entre a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e as Unidades Federadas, representadas no Conselho de Política Fazendária – CONFAZ pelas respectivas Secretarias de Fazenda.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 671, DE 2007

Autoriza as providências para a divulgação, pela internet das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente da República, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público autorizados a determinar as providências para a efetiva divulgação mensal, pela internet, dos gastos públicos realizados, a qualquer título, que tenham natureza indenizatória, assim entendidos os destinados a reembolso de despesas efetuadas por agente público no exercício da função.

§ 1º A divulgação dos gastos pela internet independe de sua efetivação por outros meios de publicação e deverá discriminar cada um dos itens da despesa objeto do reembolso.

§ 2º Incluem-se na autorização os gastos efetuados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), conhecido como cartão corporativo, permitida a divulgação de valores agregados nos casos em que a legislação expressamente assim determine, por razão de reserva ou sigilo funcional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O projeto que ora submeto à discussão e aprovação desta Casa tem por escopo enfrentar uma das questões cruciais do funcionamento do Poder Público na esfera federal, qual seja, a falta de transparência dos gastos públicos classificados como indenizatórios.

Embora tenha sido recentemente divulgado que, no âmbito do Poder Legislativo, algumas providências têm sido tomadas; é preciso registrar que não há qualquer garantia de que se trate de medida de caráter permanente e obrigatório, já que não existe norma jurídica que determine essa medida moralizadora com alcance geral e permanente.

No que concerne, em especial, aos chamados “cartões corporativos”, sua utilização vem-se transformando em um verdadeiro descalabro! Em 2004, houve despesas que somaram R\$14,1 milhões de reais; em 2005, com um crescimento de mais de 50%, os gastos atingiram R\$21,7 milhões; em 2006, as despesas che-

garam a impressionantes R\$33 milhões – novamente um crescimento de mais de 50%! Recentemente, divulgou-se a notícia de que, só nos primeiros seis meses de 2007, as despesas com os cartões corporativos já superaram o total do ano passado, o que aponta para um crescimento de mais de 100%.

Com relação ao alegado “sigilo” dessas informações, observa-se que a proposição não implica quebra de sigilo bancário de indivíduos e, conseqüentemente, a ruptura da esfera da intimidade, que tem proteção constitucional, mas tão-somente a divulgação de informações institucionais, estritamente vinculadas a despesas efetuadas por servidores públicos em nome do Poder Público e com recursos públicos. E, de outra parte, não nos parece haver dúvida sobre a relevância das informações a serem divulgadas para o controle social dos gastos dos órgãos e entidades do Estado, cujos atos devem ser públicos, por exigência do **caput** do art. 37 da Carta Magna.

Como, eventualmente, podem essas informações envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança de algumas ações administrativas, o projeto prevê tratamento especial para os casos expressamente previstos na legislação específica.

Com relação ao caráter autorizativo das normas projetadas, cumpre ressaltar que essa fórmula tem respaldo no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.
– Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
.....

(Às Comissões, de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e Constituição, Justiça e Cidadania cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 76, DE 2007

Acrescenta parágrafos ao art. 93 do Regimento Interno, para prever a realização de reuniões técnicas das Comissões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 93 do Regimento Interno passa a vigor acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 93.

.....

§ 3º A Audiência Pública poderá ser aprovada na forma de reunião técnica, a ser realizada antes das reuniões ordinárias, com duração máxima de uma hora.

§ 4º Nas reuniões técnicas somente haverá arguições pelo tempo que restar, após a explanação dos convidados, para completar o período de uma hora, com precedência para o relator da matéria objeto do debate e do autor do requerimento.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As Audiências Públicas são importantes instrumentos de diálogo do Senado Federal com a comunidade, permitindo o enriquecimento dos debates e a melhoria da qualidade do trabalho legislativo.

A realização das audiências em horários distintos das reuniões ordinárias das comissões e os longos debates após a exposição dos convidados tornam difícil a compatibilização das agendas dos senadores, prejudicando a efetiva participação nas audiências.

Esse problema se agravou com a enorme quantidade de proposições em tramitação na Casa e com o aumento do número de Comissões.

Para dar maior efetividade às Audiências Públicas, a Comissão de Assuntos Econômicos vem realizando exitosa experiência, com as “reuniões técnicas”, mais ágeis, curtas e objetivas.

A principal diferença para essa modalidade de reunião é a previsão de que sejam realizadas no mesmo dia das reuniões ordinárias, apenas com antecedência de uma hora em relação à pauta de trabalhos, facilitando a participação efetiva dos membros das Comissões.

Para que não se perca essa objetividade e nem se prejudique os trabalhos ordinários das Comissões, a arguição dos convidados somente se dará pelo período que reste para o início da pauta ordinária.

O presente projeto de resolução visa exatamente formalizar no Regimento Interno essa experiência, criando condições para que seja utilizada em todas as Comissões do Senado Federal.

Sala de Sessões, 26 de novembro de 2007. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Regimento Interno do Senado Federal

.....
Art. 93. A Audiência Pública será realizada pela comissão para:

I – instruir matéria sob sua apreciação;

II – tratar de assunto de interesse público relevante.

§ 1º A Audiência Pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.

§ 2º A audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da comissão.

.....
O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que o projeto que acaba de ser lido ficará sobre a mesa pelo prazo de cinco dias úteis, onde poderá receber emendas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Exª fica inscrito em primeiro lugar para uma comunicação inadiável.

Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, sem prejuízo dos demais inscritos. V. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a representação política impõe ao representante uma série de deveres e de obrigações. Entre elas, sem dúvida, está o imperativo de lutar pelo atendimento às necessidades dos seus representados; ou seja, no caso das Senadoras e Senadores, a população dos Estados que os elegeram.

Apenas a luta, entretanto, não é suficiente. É importante, além dela, prestar contas daqueles temas e daquelas ações que, em benefício do povo, mobilizaram e impulsionaram o exercício do mandato político, seja ele executivo, seja ele parlamentar. É este propósito – o de promover uma prestação de contas

aberta e transparente – que me move a este pronunciamento. De um lado, pela necessidade de relatar as iniciativas que tomei no exercício do mandato a mim confiado pelo povo do Amapá ao longo desses cinco anos. Por outro, focalizando mais de perto tudo aquilo que na senatoria pude empreender em dois campos que considero dos mais importantes para o cidadão e para a cidadã do meu Estado: a educação e o desenvolvimento econômico.

Para um Estado jovem, como o Amapá, situado no extremo norte do Brasil e ainda carente de quase tudo, é de suma importância reforçar, em especial por meio da educação de cunho técnico e tecnológico, as oportunidades dadas a todos de lutar por um futuro melhor. É por meio desse tipo de saber que o princípio da educação encontra, de forma mais rápida e resolutiva, os caminhos mais adequados no rumo da melhoria das condições de vida de nossa gente.

Com essa crença, meu gabinete tem trabalhado de forma incansável. Um exemplo disso é o Projeto de Lei nº 484/2003, que autoriza a criação da Escola Técnica Federal do Amapá, instituição de ensino médio profissionalizante, idealizada para formar técnicos capazes de atender adequadamente às necessidades da região, sobretudo nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, as grandes vocações do Norte brasileiro.

O projeto foi aprovado pelo Senado em decisão terminativa na Comissão de Educação e encontra-se sob exame da Câmara dos Deputados onde já obteve um “de acordo” unânime na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Outro projeto é o PLS nº 341, de 2007, destinado a autorizar a criação da Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Santana, voltada ao setor regional de construção naval, de forma a valorizar a tradição local de construção artesanal de barcos de madeira e ajudar a conservação de um conhecimento que hoje demanda apoio e incentivo para ser preservado. O projeto de vital importância para a proteção de um verdadeiro patrimônio cultural da comunidade ribeirinha e para a criação de novas oportunidades e geração de renda foi aprovado terminativamente pela Comissão de Educação do Senado Federal, amparado em competente relatório do Senador Paulo Paim e cumpre aguardo do prazo recursal para remessa à Câmara dos Deputados.

Na mesma linha, mas com foco na educação superior, na pesquisa e na extensão universitária, é o PLS nº 23, de 2006, que autoriza a criação de *campi* avançados da Universidade Federal do Amapá na cidade de Santana e no interior do Estado do Amapá, nos Municípios Oiapoque, Laranjal do Jari e Amapá. O

projeto foi aprovado no Senado Federal e encontra-se em estágio de apreciação no plenário da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do Deputado Félix Mendonça, do Democratas da Bahia.

Mas até mesmo a educação seria insuficiente, Sr. Presidente, sem que as condições adequadas estivessem presentes para a promoção do desenvolvimento econômico.

Todos nós sabemos das dificuldades de fazer prosperar no Brasil as teses do desenvolvimento regional. E é notória a necessidade de fazer valer para Regiões como a Nordeste, a Centro-Oeste e, especialmente, a Norte, os diferenciais que lhes permitam alcançar os níveis de progresso material e social já exibidos pelo Sul e pelo Sudeste. E, claro, nessa hora é justo, tal como assevera a máxima, tratar de forma desigual os desiguais para, assim, atingir a igualdade.

Cada Senador e cada Senadora bem sabem que não será fácil atenuar o desnível econômico existente entre as diferentes regiões de nosso País. Para isso, há que lançar mão de todos os meios e estratégias que possam garantir velocidade e efetividade ao processo de desenvolvimento regional.

É precisamente nessa linha que enquadro o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2005, que propus com a finalidade de autorizar o Executivo a criar a região integrada de desenvolvimento de Macapá e Santana, em uma estrutura legal que compreende ainda um programa especial de desenvolvimento para toda essa área. O programa prevê o estabelecimento de normas e critérios para a unificação de procedimentos entre os três níveis de gestão federativa: União, Estados e Municípios, no que toca a tarifas, fretes, seguros, linhas de crédito especiais. Prevê, também, isenções e incentivos fiscais para fomento de atividades consideradas prioritárias à geração de emprego e à fixação geográfica da mão-de-obra.

Determina, finalmente, o financiamento – com recursos orçamentários e outros, provenientes de operações de crédito, externas e internas – de programas de alto relevo para a região, com especial ênfase nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente, turismo, infra-estrutura básica e criação de postos de trabalho.

A escolha do foco geográfico Macapá e Santana, Srs. Senadores, justifica-se pela alta concentração da população amapaense nesses dois municípios, da ordem de 364 mil pessoas, ou três quartos do total da população estadual.

Com o mesmo tipo de preocupação foi proposto o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2005, que tem por objetivo conceder aos bens de informática e de automação produzidos na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana os incentivos fiscais de que go-

zam, hoje, produtos semelhantes fabricados na Zona Franca de Manaus.

Esse conjunto de proposições, com foco em educação e na abertura de oportunidades de consolidação de novos empreendimentos, casa-se de forma absolutamente adequada às necessidades de um Estado como o Amapá.

O Amapá, volto a dizer, faz parte daquelas regiões brasileiras para as quais políticas específicas de desenvolvimento são uma necessidade absoluta e nas quais resta registrada uma significativa e antiga dívida de atenção por parte de toda a Nação.

Encerro aqui, Sr. Presidente, essa prestação de contas parcial que faço das ações do meu mandato ante este Plenário e ante a população do Estado do Amapá. Honro e agradeço a acolhida de minhas propostas. Na área educacional e na busca de mais desenvolvimento para o meu Estado, todas elas aprovadas, tiveram, da parte de cada Senador e cada Senadora, o reconhecimento do seu valor.

Eterno é o meu reconhecimento pessoal a esta Casa, dotada de uma grande sensibilidade às questões de caráter federativo; eterna também, tenho certeza, é a gratidão de todos os amapaenses, embora muito ainda demandem para alcançar o nível de prosperidade que todos desejamos a cada brasileiro e brasileira.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Papaléo...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

Pela ordem, não; concedo um aparte a V. Ex^a. Desculpe-me, pois eu pensei que estava presidindo.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a tem presidindo tanto esta Casa que já está agindo medularmente quando levantamos o microfone. Senador, V. Ex^a faz um discurso que é para nós mesmos, nós, dos Estados do Norte...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Da nossa região.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – ...que precisamos de políticas específicas. Em Roraima, especificamente, volto a falar na história dos indígenas: demarcam as suas terras e os largam à própria sorte. Estão lutando para conseguir recursos para melhorar a qualidade de vida. Está havendo um problema também em relação aos que foram retirados de lá e foram assentados pelo Incra. Agora o MST, que chegou no ano passado a Boa Vista, está invadindo aquela área e provocando confusão em nosso Estado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – O MST já chegou lá?

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – É um MST que fizeram lá, fabricado, porque lá tem terra para todo mundo. São mais de dez mil lotes do Inca abandonados. Fizeram o MST para ter o MST lá. É um movimento; eles têm direito de fazer, mas... Aí, estão invadindo. Os que saíram da Raposa Serra do Sol, alguns que já saíram, são pobres também. Ficam dando problema. Como V. Ex^a pede uma política específica para o seu Estado, eu peço também para o nosso Estado. A regularização fundiária do seu Estado é igual à do nosso: ninguém tem título de propriedade da terra. O dinheiro do FNO volta todo ano. Ele não é aplicado porque não temos capacidade de captar esses recursos, pois não temos garantias. Fazendo este discurso, V. Ex^a está pedindo que olhem com outros olhos para nós. Também tem de lutar para regularizar a terra do seu Estado, para que ele possa se desenvolver e crescer. Em meu Estado, há muitos campos, muitas planícies, onde se pode plantar sem derrubar nenhuma árvore. As pessoas vão lá para fazer investimentos, mas ficam com medo de investir, porque não têm a garantia da terra. Não se faz um silo, um secador, uma estrutura onde não se tem garantia de que se vai ser dono daquilo. V. Ex^a está puxando a atenção para o nosso lado, para os pequenos Estados, os Estados do Norte e para a Amazônia ser nossa também. Na revista *Veja* há uma reportagem muito importante sobre as Forças Armadas, em que chamam a atenção para a Amazônia. Meus parabéns para V. Ex^a, que é um amazônida e está defendendo nosso pedaço.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho. Quero dizer que também faz parte dos discursos de V. Ex^a esses apelos que fazemos pela nossa região. Vamos dar um exemplo: 56% da área do Estado do Amapá é área de preservação. O restante não pertence ao Estado do Amapá, mas, assim como no Estado de V. Ex^a, pertence ao Governo Federal. Com isso, há um bloqueio que afasta os investidores que se interessam pelas terras do Amapá. O mesmo acontece no Estado de V. Ex^a, Roraima. Como não são donos da terra, não podem receber financiamentos e outras benesses – vou chamar assim –, ou outras vantagens que têm as pessoas que fazem investimento. Conclusão: os investidores de fora fogem. Então apenas pessoas da região estão investindo em uma terra que não é de sua propriedade. Essa é uma dificuldade. Por isso, fazemos esses apelos para que o Governo Federal cumpra com o que tem prometido.

Na imprensa do Estado do Amapá, desde o ano passado, há propaganda em cima de propaganda dizendo que o Presidente da República vai ao Amapá liberar as terras do Governo Federal, passando a

propriedade delas para o Estado do Amapá. Toda semana uma comitiva iria para lá, mas nunca apareceu. Nós estamos aguardando, mas, apesar do empenho de toda a Bancada, capitaneada pelo Presidente José Sarney, ainda não recebemos a consideração que o Governo Federal e o Presidente Lula devem à Região Amazônica, especificamente ao Estado do Amapá, que, com certeza absoluta, está necessitando urgentemente dessas ações da Presidência da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, são 40 segundos para V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – São suficientes 40 segundos para dizer que V. Ex^a enriquece 40 vezes este Senado e não só pela participação de fazer, como Federação, as reivindicações de seu povo, de sua gente. V. Ex^a irradia grandeza. Este fim de ano talvez seja o mais importante para a história do Senado. Temos de ver que, na democracia direta de Atenas, foi difícil a unidade. Começou a haver unidade na democracia representativa com o senado de Roma. Aqueles que desejavam poder demais, como o próprio Júlio César, que queria ser imperador, deus e rei, rodaram. Nós vivemos este momento. Mas atentai bem, brasileiros e brasileiras, para a força daquele Senado que derrubava Calígula, Nero. Qualquer poder que quisesse igualar-se a deus e a rei, ele derrubava. Mas ele falava “o Senado e o povo de Roma”. E nós pretendemos falar “o Senado e o povo do Brasil”. Nós não podemos estar dissociados. E V. Ex^a levantou a melhor bandeira aqui, V. Ex^a mostrou que o PSDB tem que ser oposição. Que a oposição enriquece e fortalece a democracia. V. Ex^a mostrou que o poder é o povo. E o povo está trabalhando demais, está explorado demais, com impostos escorchantes, os maiores durante toda a história do mundo. Foi V. Ex^a o primeiro a levantar aqui a voz de que nós devíamos enterrar a mentira da CPMF. É mentirosa no seu nascedouro; no seu meio, de que vai para a saúde; e na defesa, dizendo que só o branco é que paga. Então, nós temos que sair da metade e levar a verdade. V. Ex^a enriquece, e este é o final de ano mais importante para este Senado. E V. Ex^a foi o primeiro a mostrar ao País os escorchantes impostos. Nós estamos muito pior do que quando Tiradentes foi enforcado. A derrama era um quinto de impostos, era 20%. Agora os impostos chegam a 40%. Nós temos que ensinar esse Governo a participar da austeridade, a ser mais parcimonioso nos gastos, e não perdulário. E V. Ex^a tem dado essa contribuição. V. Ex^a, então, se impôs. Eu assisti a convenção do Partido de V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Tenha certeza de que o PSDB e o povo irão votar com a responsabilidade que temos nesta Casa e fazer impor que o excesso de imposto para o povo brasileiro deve ser banido. A oportunidade que temos hoje para diminuir essa carga de imposto do povo brasileiro é realmente votando contra a CPMF.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR.) – Com a palavra, para uma breve comunicação, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, recebi um pedido do ex-Ministro Euclides Scalco, uma figura de muito respeito na política nacional e que, integrando os quadros do PSDB, deu-me a honra de coordenar minha campanha para Governador no ano passado. Pois bem, Euclides Scalco, mesmo não ocupando hoje um cargo público, dedica-se a prestar serviços tão relevantes quanto aqueles que prestou quando ocupava: agora ele ajuda o Hospital das Clínicas de Curitiba.

Trata-se de uma missão difícil. Na semana passada, recebi, a pedido dele, a Maria Paciornik, Presidente da Associação dos Amigos do Hospital das Clínicas. Esse hospital passa por problemas sérios, que podem conduzi-lo a uma situação que nenhum paranaense e nenhum brasileiro deseja. Vejo que a Universidade Federal do Paraná, já que possui um orçamento, deveria estar neste momento atendendo melhor o Hospital das Clínicas. Não está. Vejo que o Hospital das Clínicas precisa de mais ajuda do Governo do Estado e vejo que o Hospital das Clínicas do Paraná, que é referência internacional, necessita de uma ação rápida e imediata do Governo Federal para sair da crise em que se encontra.

Por isso mesmo, marquei duas audiências e vou acompanhar os diretores do Hospital das Clínicas, o Diretor-Geral, Dr. Loddo, e também a Maria Paciornik, que é a Presidente da Associação dos Amigos do Hospital das Clínicas. Uma delas será amanhã, com o Ministro da Educação, e outra, quarta-feira, com o Ministro da Saúde. Não é possível que esses dois Ministérios – a Universidade Federal subordinada ao Ministério da Educação, e o Hospital das Clínicas, teoricamente aos dois Ministérios – não sejam responsáveis a ponto de olhar para aquele hospital e resolver o problema dele, que pode ser complicado para alguém da comunidade que esteja lá colaborando, mas não é complicado para alguém que tenha a caneta na mão, como os dois Ministros.

Amanhã, com o Ministro da Educação, vou mostrar que não é possível que o Hospital das Clínicas tenha reduzido 35 cirurgias de emergência por mês das 40 que fazia, permanecendo com 5 cirurgias por dia. São 35 pessoas que deixam de serem atendidas por falta de coisas elementares, como fio cirúrgico, o material mais rudimentar de uma cirurgia. No entanto, o hospital não pode comprar mesmo com um pouco de dinheiro em caixa. Aí fica a pergunta: “Então, não falta dinheiro?” Sim, falta dinheiro, mas, para comprar fio cirúrgico, não. Só que a imensa burocracia a que está submetida o Hospital das Clínicas faz com que pessoas percam a vida esperando os trâmites burocráticos e que sejam destravadas as exigências para que o hospital possa fazer licitação e adquirir esses materiais e equipamentos.

Não é possível que o Ministro não tenha sensibilidade e reconheça que o que estamos pleiteando é algo muito simples e que está em suas mãos.

Há outro problema – e este é o mais grave. O Senador Papaléo e o Senador Augusto Botelho, que são médicos, sabem que um hospital não pode funcionar sem médico, sem enfermeira, não pode funcionar sem profissionais de saúde enfim. O Hospital das Clínicas de Curitiba, não autorizado a fazer concurso público, contratou, por intermédio de uma fundação criada na Universidade Federal do Paraná, 1.200 funcionários, que, a rigor, estão trabalhando irregularmente no Hospital das Clínicas, porque não foram concursados.

Quando não há concurso, tem-se outro problema, o problema de qualificação, de qualidade na prestação de serviços, porque o concurso é exatamente para escolher os que estejam mais preparados para exercer cada função, cada atividade – e isso, dentro de um hospital, principalmente, é fundamental.

No Hospital das Clínicas trabalham 1.200 funcionários, e não poderia o hospital ter tomado outra atitude. Não tendo autorização para abrir concurso, teve que usar esse artifício de contratar via Fundação. Não se pode permitir que um hospital não tenha, dentro dele, os profissionais de saúde para atender a população.

Mas esse problema se arrasta há vários anos, e o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação podem resolver isso. Se não resolverem, o que vai acontecer, daqui a pouco, é que o Ministério Público vai atuar e vai dizer: “Olha, não dá; não tem concurso, não pode continuar”. Aí, o Hospital das Clínicas será obrigado, por força de lei, a despedir, a dispensar 1.200 funcionários e vai ter um problema mais grave. Daí, sim, não vai poder atender mais ninguém.

E falamos tanto em dinheiro para a saúde. Cadê o dinheiro para a saúde? Cadê o dinheiro para o Hospital das Clínicas em Curitiba?

Amanhã, defenderei três coisas: primeiro, que o Governo Federal garanta os recursos necessários e suficientes para que o Hospital das Clínicas, que é referência nacional em transplante de medula óssea, possa continuar fazendo seu trabalho social em favor de toda a sociedade brasileira, porque para lá vão pessoas de todos os Estados; claro que a maioria é do Paraná, mas do Brasil inteiro são atendidas pessoas no Hospital das Clínicas. Este é o primeiro pleito: dinheiro suficiente incluído no orçamento; não ficar na conversa mole, e, a cada mês, o Diretor do Hospital das Clínicas tem que vir a Brasília negociar novos recursos. Em segundo lugar, vou pleitear que se oficialize, de uma vez por todas, o concurso público para a reposição dos profissionais de saúde, enfim, funcionários necessários para o andamento das atividades do Hospital das Clínicas em Curitiba. Sem isso, não vai dar para o hospital funcionar e atender bem. Em terceiro lugar, vou pleitear que se mude o estatuto e a natureza jurídica do Hospital das Clínicas. Não é possível continuar deste jeito, Senador Papaléo, Senador Mão Santa, que são médicos - e tem muito médico aqui para entender o que estou dizendo: em cada momento em que é preciso repor um médico de uma especialidade, em que é preciso repor um assistente de enfermagem de uma especialidade, o hospital não pode abrir concurso e tem que buscar a contratação irregular porque via Fundação, encarecendo o custo, porque, dos seis milhões que o Governo Federal libera para o Hospital das Clínicas pagar a folha de pessoal, o hospital coloca três milhões para pagar os funcionários da Fundação. Não sobra, portanto, para o mínimo necessário para um bom desempenho do Hospital das Clínicas. E a natureza jurídica tem que ver com isso? Claro que tem. Não fosse essa amarra, o Hospital das Clínicas poderia fazer o concurso, poderia aplicar os recursos com mais eficiência, poderia dar prioridade dentro de um planejamento administrativo interno, não dependendo de políticas externas, especialmente aguardando a boa vontade do Reitor da Universidade Federal no sentido de saber se vai ou não ajudar o Hospital das Clínicas, se vai ou não dar prioridade para contratação de pessoal, ou se vai investir em novas salas de cirurgias, novos equipamentos. O hospital precisa de liberdade de atuação, o que não está ocorrendo. Isso não existe exatamente porque ele não passa de um departamento, de uma diretoria da Universidade Federal. E um hospital daquele porte, daquela importância é muito mais do que um departamento dentro de uma diretoria da Universidade Federal. O Hospital das Clínicas tem que ser uma célula individual, tem de atuar de forma independente, tem de ter liberdade para contratar, demitir, fazer concurso, e não ficar amarra-

do à política traçada por quem está muito distante da realidade, muito distante daquilo que acontece no dia-a-dia do Hospital das Clínicas.

Esses três pleitos eu estou levando para os dois Ministros: o da Educação e o da Saúde. Um pleito que faço em nome do meu Estado – Estado do Paraná –, que não abre mão de ver o Hospital das Clínicas funcionando com muita eficiência para atender principalmente os mais necessitados, mas que não abre mão de ver o Hospital das Clínicas também se projetando para ser referência mundial em outras áreas. E agora se abre uma grande possibilidade, que é a de termos pesquisas com células-tronco não embrionárias, mas da própria pele, que poderão ser aproveitadas para, num trabalho científico extraordinário, projetarem a cura de doenças que hoje não dão esperança nenhuma aos seus portadores, mas que, no futuro, com certeza, serão passíveis de cura, ainda mais com o projeto de lei que aprovamos aqui e do qual tive a honra de ser Relator, Senador Augusto Botelho. Inclusive, fui eu próprio o autor da emenda que incluiu o artigo que permitiu a pesquisa com células-tronco neste País. Fui muito criticado à época, mas agora vejo que este Senado, ao aprovar a emenda que apresentei ao projeto de lei que relatei, permitiu que os pesquisadores e cientistas evoluíssem. E hoje nós temos a grande perspectiva de ter também, nesse campo, o avanço para a conquista formidável da cura de doenças com células-tronco a partir da pele, e não de embriões. Esse é um avanço que o Hospital das Clínicas de Curitiba está preparado para absorver e trabalhar para colocar a serviço da sociedade, da população. Mas, do jeito que está, não vai dar.

Senador Augusto Botelho, ouço V. Ex^a.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Solidarizo-me com V. Ex^a na luta pelo Hospital das Clínicas de Curitiba, respeitado no Brasil todo e onde muitas pessoas de Roraima vão se tratar. É uma referência nacional e um dos pioneiros, no Brasil, em transplante de medula óssea. Foi dado conhecimento ao mundo, nesses dias, do avanço da célula-tronco. Lembro-me de que V. Ex^a foi um dos lutadores pela permissão de pesquisa com célula-tronco. Graças a Deus, o retrocesso não venceu naquela hora. Já estamos preparados para desencadear as pesquisas e temos de lutar pelo seu hospital e pelos hospitais de ponta do Brasil, para que tenhamos conhecimento, senão só as pessoas muito ricas farão esses tratamentos. Os pobres e a grande maioria dos brasileiros que usam o SUS não terão acesso se, nesta Casa, não lutarmos para que a autonomia dos hospitais universitários e a autonomia das universidades continuem sendo respeitadas

neste País. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Augusto Botelho.

Para encerrar, quero dizer que essa perspectiva, essa esperança que se abre com esse novo campo de pesquisa de células-tronco a partir da pele pode significar, sim, uma evolução, uma modernização de métodos, e hospitais como o Hospital das Clínicas de Curitiba estarão prontos, assim como o da PUC de Curitiba, que já faz pesquisas nesta área e tem obtido sucesso. Aliás, não apenas pesquisa, mas já tem aplicado o resultado dessas pesquisas em pessoas que hoje têm uma perspectiva de vida prolongada, exatamente pela ação de médicos e cientistas eficientes da PUC de Curitiba. O Hospital das Clínicas está pronto, preparado para isso.

Agora, vamos amarrar isso? Vamos ter uma lei moderna que permite esses avanços, mas vamos ter um hospital arcaico em função da sua natureza jurídica? Vamos ter um hospital arcaico em função até de problemas de gestão, que precisam ser corrigidos, sim, mas principalmente em função da falta de atenção do Governo Federal? Ora, o Hospital das Clínicas de Curitiba está padecendo, e não podemos permitir que isso aconteça.

Ao encerrar, quero comunicar que, em nome dos paranaenses, não vou sossegar enquanto esse assunto do Hospital das Clínicas não for atendido pelo Governo Federal e resolvido, porque, há muitos anos, estamos ouvindo conversa fiada, e esse problema não é resolvido. Desta vez, vamos pegar de empreita, para valer! Esse assunto tem de ser tratado com respeito pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O próximo orador inscrito é o Senador Mão Santa, a quem concedo a palavra.

Enquanto o Senador Mão Santa chega à tribuna, em nome da Mesa do Senado Federal, saúdo a consagração dos 23 novos cardeais, em cerimônia ocorrida na Basílica de São Pedro, neste final de semana, especialmente Dom Odilo Pedro Scherer, o primeiro cardeal nomeado pelo Papa Bento XVI.

É com satisfação que registro que o atual Arcebispo Metropolitano de São Paulo, agora Cardeal, possui uma biografia ligada ao Estado do Paraná:

Foi reitor e professor no Seminário Diocesano São José, em Cascavel; reitor e professor no Seminário Diocesano Maria Mãe da Igreja, em Toledo; professor de Filosofia na Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busatto, em Toledo; foi professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Toledo; professor de Teologia no Instituto Teológico Paulo VI, de Londrina,

Paraná; vigário paroquial e pároco da Paróquia Catedral Cristo Rei, de Toledo.

A nossa saudação especial a Dom Odilo, extensiva a todos os católicos do nosso País.

Com a palavra, o Senador Mão Santa, por dez minutos, para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Parlamentares, brasileiras e brasileiros que estão presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Heráclito Fortes, quando digo – só digo com convicção; somos do Piauí – que este é o melhor Senado dos 183 anos da República eu digo porque conheço. Agora, que tem problemas, tem problemas, mas este Senado tem – posso dizer já agora, no quinto ano, conforme observação do Senador Heráclito Fortes – mudanças.

Posso destacar que, nesses cinco anos, ninguém evoluiu mais culturalmente do que o piauiense Sibá. Ele é um homem de um “DNE” de ética e de decência, porque ele vem do Piauí, vaqueiros, bravos vaqueiros. Deus escreve certo por linhas tortas. Ele foi para São Paulo, depois para o Acre. Deus chamou a Ministra para zelar pela natureza, e ele está aí. Culturalmente, Expedito Júnior, ninguém evoluiu tanto como ele.

Evidentemente, outras pessoas tiveram outros privilégios, mas, nesses cinco anos – considero isto uma universidade que estuda os problemas do País; essa foi uma definição de Josaphat Marinho —, em todos os aspectos que se possa analisar, fazendo história, com todo o respeito... Esteticamente, foi a Líder do PT. Ela hoje parece até uma artista da Globo, simpática e tudo.

Isso é da natureza. Ô, João Pedro, na natureza, só há um fato permanente, que é a mudança. Tudo muda. E a história do Senado é esta: de repente, mudou.

Ô, João Pedro, estamos aqui para...

Luiz Inácio, atentai bem para o Senado, para a democracia.

Senadora Marisa, Vice-Presidente do PSDB, na Grécia havia uma praça que se chamava Areópago, e o povo era chamado, e o povo participava, discursava e as lideranças estavam até sem vez porque o povo era muita gente.

Aquela democracia direta, Senador Eurípedes, não conseguiu unificar a Grécia. Era direto, era o povo, era na praça, começava de madrugada e, à noite, havia gente falando. Intimidavam até os maiores líderes, porque era muita gente.

Os romanos vieram depois e aprimoraram, ô, Expedito Júnior. Fizeram a democracia representativa. Foi onde se configurou para o mundo o Senado, a democracia representativa. Nós somos povo. Ô, José

Roberto, como são as iniciais, José Roberto? S, Senado Romano.

Roma foi o berço dessa democracia representativa, porque tinha um Senado, que teve muitos problemas, mas Senador Expedido Júnior, nas crises – e houve muitas –, na eterna Roma, eles falavam, os Senadores e o povo de Roma. Roma ficou eterna, a Itália. A Itália foi a mãe do Renascimento.

Em todas as crises, o próprio Júlio César, encantado pelos amores da Cleópatra, quis se tornar rei, Deus, imperador! E o Senado e o povo de Roma...

Houve um que resolveu, para mostrar poder, para mostrar que era forte, colocar o seu cavalo, Incitatus, como Senador: Aí, o Senado e o povo de Roma derubam Calígula.

Houve outro que até ateou fogo na cidade, Eurípedes. Aí, o Senado e o povo de Roma derrubam Nero.

Essa é a história do Senado. O Senado é isso.

Este Senado já foi fechado sete vezes. Numa delas – e sou testemunha – era Presidente o Senador Petrônio Portella, do Piauí, Senadora Marisa. Era uma fonte de aspiração boa para o atual Presidente.

Senador Heráclito Fortes, era Petrônio Portella, quando se fez necessária uma reforma do Judiciário, e ele jurista, Augusto, achou que era justo. Deixou votar, votou e assim foi feito.

Os canhões fecharam o Senado. Eu estava do lado dele, Senador Alvaro Dias, quando a imprensa indagou chamando por Petrônio. Ele só disse uma frase, mostrando que esta Casa é a força moral: “Este é o dia mais triste da minha vida”!

Atentai para o que é a força moral do Presidente desta Casa: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Eu estava do lado, Expedito.

O comando revolucionário de Ernesto Geisel foi meditar. Em poucos dias, mandou reabrir. Isso é a força moral. Era o Senado e o povo do Brasil!

Senador Expedito Júnior, vi, em revistas, Petrônio andando sozinho, em Copacabana, na praia, quando era Ministro da Justiça.

Uma vez, ele chegou, Alvaro Dias, à minha cidade: Parnaíba. Heráclito, eu fui buscá-lo. O Petrônio chegou, e fomos pegar um carro bonito de um amigo, o ditador da moda. Ele vinha guiando, eu na frente – o meu irmão, que é Presidente da Federação; o ex-Prefeito Lauro Correia e ele. Aí, de repente, o Ministro piauiense – Senador Heráclito, como V. Ex^a está acostumado –, uma apoteose, muita gente. E havia aqueles batedores. Nunca me esqueci, Senadora Marisa.

Petrônio, Ministro da Justiça, tinha saído daqui. Ele disse: “Mão Santa, Mão Santa, Mão Santa, manda tirar aqueles soldados dali”. Desci do carro e disse: “Olha, rapaz, não quero saber, não; o Ministro está mandando.

Vão-se embora daí”. E ele disse: “Autoridade é moral”. Esse era o Ministro que saiu daqui.

Mas por quê? Porque o Senado e o povo do Brasil, o Senado e o povo romano... Ainda hoje estão lá. O José Roberto me deu as iniciais. Dr. José Roberto, onde estão as iniciais? Eles mantiveram essa democracia, que foi melhorando no mundo todo e chegou aqui, melhorada por Rui Barbosa. Mas este Senado, nesses trinta dias, vai poder repetir o Senado e o povo do Brasil. O Senado tem de pensar no povo. Oh, Expedito, é a democracia representativa. Não pode o povo pensar de um jeito e nós, de outro. O Senado e o povo de Roma, o Senado e o povo do Brasil, fizemos sair de muitas crises e estamos aqui.

Por que eu digo que este é um dos melhores Senados? Senadora Marisa Serrano, este Senado...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) - ...nunca se reuniu às segundas-feiras, nunca se reuniu às sextas-feiras. Foi coisa nossa. Isso começou com o nosso mandato. O Senador Efraim Morais liderava a Minoria, Arthur Virgílio, depois chegaram os Senadores Alvaro Dias e Antero Paes de Barros, aquele extraordinário jornalista depois, Heloísa Helena, que tiramos da fogueira em que o PT quis queimá-la, feito Joana D’Arc. E este Senado tem vida às segundas-feiras e às sextas-feiras. Hoje, marca-se até uma sessão deliberativa.

Mas o que eu quero dizer é que, nesses dias, teremos que enfrentar dois problemas. Um é essa CPMF.

Senador Augusto Botelho, entendo que o que tínhamos de dizer já dissemos. A verdade já explodiu. Ô, Luiz Inácio, aprendi com o caboclo lá do meu Piauí que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. E a verdade é que a CPMF é um imposto perverso, que atrasa o País, e nasceu da mentira: mentira que é provisório. O seu meio é mentira, ao dizerem que vai para a saúde, pois não vai, e o seu fim é a sua defesa, porque querem manter uma mentira, dizendo que só os brancos pagam imposto. Então, a mentira, este Senado e o povo do Brasil têm de enterrar.

Provamos, nessa discussão, que este País tem 76 impostos. Eu já fiz um pronunciamento, citando um por um.

São 76 impostos, uma dezena deles criados por esses gênios aloprados do PT e outros que aumentaram. Esse imposto é escorchanto, Luiz Inácio.

Nós estamos aqui para ser ouvidos, para botar o Poder Executivo, o nosso Presidente Luiz Inácio, no caminho da verdade. É escorchanto por um quadro só: nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo, o PIB em relação ao imposto, à carga tributária, é de

22%. Nós já estamos próximos dos 40%. É escorchantemente, Luiz Inácio!

Nós estudamos história. Este País, quando dominado pelos portugueses, os brasileiros se revoltaram, porque havia a derrama que era a cobrança de impostos por Portugal. Como naquela novela produzida pela Rede Globo, “O Quinto dos Infernos”. Era um quinto, 20%. Se havia 5 quilos de ouro, um era para Portugal; cinco bois, um era para Portugal. Agora, é quase a metade; são 40% de carga tributária mais as transações bancárias a que todos nós somos sujeitos. O sujeito trabalha. A metade do trabalho de um ano é para o Governo e os bancos. E nós não recebemos de volta o essencial em segurança. Como está a segurança pública neste País? Em educação, em saúde.

Esse dinheiro não vai acabar. Esse dinheiro vai circular, vai ficar nas mãos de quem melhor trabalha e administra, vai ficar nas mãos da dona-de-casa, da mãe, do trabalhador. Mesmo sendo pouco para nós, que somos privilegiados, é muito para essa gente. São R\$400,00, R\$500,00 no final do ano. Isso dá para que a mãe de família, a dona-de-casa socorra a família numa necessidade de segurança, de saúde – de remédio que o Governo não dá – e de educação, justamente simbolizando que Deus escreve certo por linhas tortas.

Marisa, uma jornalista disse que o Tião deu cartão amarelo para mim. Quero justamente dizer o fato e repeti-lo aqui: longe de qualquer um, por estar sentado na Presidência, dar cartão amarelo. Eu sou Senador da República, do Senado e do povo do Brasil. Estou aqui, aqui cheguei pelos passos do estudo e do trabalho. Senadora Marisa, aquilo que o Fernando Henrique disse não foi comigo, não! Eu acredito em Deus no amor que consolida a família, no estudo que busca a sabedoria e na primazia do trabalho que faz a riqueza. Então, nós queremos dizer que de sinal amarelo não teve nada, não. Aí uma jornalista a serviço da Presidência do Senado... É ridículo! Sinal amarelo o Governo deu para o Boris Casoy. Aqui, para cima de mim? É ridícula a mediocridade da jornalista que diz isso. Para cima de mim?

Apenas no exercício da Presidência que estava aí, dignificando-a, honrando-a, enaltecendo-a pelas virtudes que carregamos como Senador do Piauí.

E o Che Guevara, João Pedro – entenda e leve a todos os pelegos daí –, disse assim: se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça ocorrida em qualquer lugar do mundo, Marisa, és meu companheiro.

Diante daquela maior indignidade, daquela maior ignomínia, eu proferi, representando os sentimentos do povo do Piauí, palavras de revolta e de indignação

contra o que ocorreu àquela menina de 15 anos, estuprada, humilhada, condenada e desmoralizada. Foi a maior ignomínia da história da humanidade!

No meu improviso – e buscai na Taquigrafia –, eu condenava até o culto Demóstenes que disse que aquilo era comum na época medieval. Não, Senador Expedito Júnior. A época medieval vai justamente da queda de Roma ao Renascimento. Eles rezavam muito. Eram os monges. São Tomás de Aquino é um exemplo daquela época.

Na história do mundo nunca houve uma barbárie de um governo que quis ocultar e se ofendeu porque eu estava dignificando e honrando esta Presidência e fiz um desabafo do povo do Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou terminar.

Pedi respeitosamente – está registrado na Taquigrafia – ao nosso Presidente, Luiz Inácio, que pegasse o Aerolula e a sua encantadora esposa. Comparei-a com Martha Rocha. Por que cartão amarelo? Marta Rocha é o símbolo da beleza e da grandeza da mulher baiana. Eu a recebi quando Governador de Estado; ela continua bela por fora e por dentro. Que desrespeito aí está? Pedi que nosso Presidente pegasse o Aerolula – useiro e vezeiro em passear – e fosse, em nome do povo cristão do Brasil, pedir desculpas e perdão àquela jovem de 15 anos.

Senador Alvaro Dias, eu é que estou dando cartão vermelho para todo o PT, para o Luiz Inácio, para o Tião Viana e para a Governadora do Pará. Eu disse, invocando Cristo, que ele fosse lá, ele que é o Presidente deste País cristão, e pedisse perdão à moça por aquela ignomínia, por aquele ato imoral.

E pior: de repente, viu-se que a podridão era em todo o País. Cartão amarelo! É ridículo. Aqui é o Senador do Piauí. Lá no nosso hino:

Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!

Na luta, Papaléo, o teu filho é o primeiro que chega.

E fomos nós ainda mais indignados, ô Marisa Serrano, quando veio a nota das mulheres, dizendo que o Governo ia processar e julgar a moça. A moça foi condenada! Nós escrevemos a mais feia página da barbárie da humanidade.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, quero reconhecer em V. Ex^a uma voz ativa da oposição aos procedimentos incorretos que o Execu-

tivo vem prestando a esta Nação. Quero também dizer que V. Ex^a tem a liberdade constitucional de usar a tribuna, de fazer seu protesto, suas críticas, de fazer seus elogios seja lá para quem for ou para quem quer que seja. Não vamos admitir que ninguém tente calar nossas opiniões aqui. Nossas opiniões aqui são livres, amparadas pela democracia, pela legislação brasileira, pela Carta Magna deste País, pela Constituição. Por isso, quero reconhecer sua coragem nesta Casa, sua importância para este Senado, sua importância para o povo brasileiro.

Quanto ao episódio lamentável ocorrido no Estado do Pará, ouvi hoje na CBN a jornalista e cientista política Lúcia Hippolito fazer uma relação sobre a situação da Sr^a Governadora do Estado do Pará. Ela dizia: a juíza que mandou prender é mulher, a delegada é mulher, a secretária de segurança do Estado do Pará é mulher e a Governadora do Estado do Pará é mulher. Então, lamentavelmente, vemos uma situação em que não queremos, de forma alguma, fazer nenhuma correlação de mulheres contra mulheres, mas queremos, sim, fazer uma lembrança à Governadora do Estado do Pará, que reconhecidamente disse à imprensa que aquilo sempre ocorreu no Estado. Aquilo não pode jamais ser perpetuado ou continuado da maneira como está. Se ela sabia o que acontecia, já deveria ter tomado as providências cabíveis para evitar esse fato terrível ocorrido no Estado do Pará. Meu amigo, essa menina é uma criança mesmo. Eu cheguei a vê-la; ela tem quinze anos mas tem cara de onze. Então, não tinha como confundir essa criança de quinze anos com uma adulta. A barbaridade foi muito grande. Raspam a cabeça da criança para que ela ficasse vinte dias lá dentro e pensassem que era um homem que estava junto com mais vinte homens. Isso aí é inadmissível, revoltante e lamentável. Enquanto isso, no dia anterior a essa denúncia, estávamos vendo aqui no Salão Negro do Senado Federal a execução do Hino Nacional ao ritmo de carimbó. Havia um boi e um casal dançando o Hino Nacional dentro desta Casa, que deve ser o grande exemplo de brasilidade. Então, é lamentável, assim como o caso do Pará. E eu sou paraense.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e incorporo todas as palavras do ilustre Senador Papaléo Paes ao meu pronunciamento.

E continuo: Presidente Luiz Inácio, encantadora Primeira Dama, D. Marisa...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a V. Ex^a que conclua seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em um minuto.

Marta Rocha é um símbolo de beleza, de pureza e de grandeza deste País. Conheci-a quando jovem,

misse, e, depois, quando Governador do Estado, ela foi convidada pela sociedade piauiense. Eu estava presente, aplaudindo. Então não houve, em nenhum instante, ofensa à Primeira Dama, D. Marisa, da qual nos orgulhamos.

D. Marisa, confiante nisso, e não nesses puxa-sacos que aí estão, distribuindo carrão amarelo, pediria que V. Ex^a apelasse para o nosso Presidente ir pedir perdão. Perdão! O que fez a nossa sociedade e o nosso Governo foi a maior nódoa da história da humanidade, no Pará.

Senão, fica aqui meu exemplo: Pai, Pai, perdoai-os. O PT não sabe governar nem o Brasil e nem o Pará.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, para uma breve comunicação, o Senador Sibá Machado. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida o Senador Augusto Botelho e, logo após, pela ordem de inscrição dos presentes, a Senadora Marisa Serrano.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer o registro de que, no próximo fim de semana, no dia 2, realizaremos a eleição para todas as direções do Partido dos Trabalhadores, no plano nacional, estadual e municipal.

Sr. Presidente, nós fundamos o PT no dia 10 de fevereiro de 1980. De lá para cá, tivemos como berço da fundação do nosso Partido pessoas oriundas de diversas organizações e movimentos sociais brasileiros. Tivemos que fazer um exercício muito interessante naquele momento, que foi adotar, no Estatuto do nosso Partido, a diversidade de pensamento dessas pessoas. Tivemos militantes oriundos da Teologia da Libertação, da Igreja Católica; tivemos militantes que vieram da chamada “Esquerda armada”, a luta urbana, armada, brasileira, dos anos 60 e 70; tivemos militantes do Movimento Sindical, do qual, inclusive, nasceu a grande liderança de Luiz Inácio Lula da Silva; pessoas que foram prejudicadas pelo regime da ditadura militar, que tiveram de deixar o Brasil e, por força da anistia, retornaram. Também participaram intelectuais, pessoas da Academia e tantas outras do campo e da cidade que estiveram no ato de fundação de nosso Partido. Com essa diversidade de pensamentos, tivemos de tomar um rumo diferente dos Partidos comunistas tradicionais do mundo inteiro. A Esquerda, no mundo, sempre se baseava em uma forma de pensamento muito fechada, o chamado centralismo democrático, que tinha uma posição partidária de vanguarda. O vanguardismo do movimento social não estava muito enraizado nos movimentos de massa.

Portanto, acredito que essas foram as duas bases que diferenciaram muito o Partido dos Trabalhadores das Esquerdas tradicionais no Brasil e no mundo.

Sr. Presidente, nós temos sete candidatos à Presidência Nacional do Partido dos Trabalhadores: Markus Sokol, Valter Pomar, Eduardo Cardozo, Jilmar Tatto, Gilney Viana, Carlos Miranda e Ricardo Berzoini. Sete candidatos à Presidência. Todos oriundos de correntes distintas dentro do PT, mas com um único propósito: o de manter, dentro dessa diversidade, a unidade inabalável do PT, que, nestes 27 anos de existência, conseguiu fazer uma excelente experiência no Parlamento, conseguiu uma excelente experiência no Executivo estadual, municipal e, agora, no Governo Federal.

Nosso Partido conseguiu a construção de uma liderança de massa do porte de Luiz Inácio Lula da Silva, fato revolucionário para o pensamento do povo brasileiro, que, ao longo dos 117 anos da nossa República, teve de conquistar, com muita dificuldade e muita dureza, o direito ao voto, desde 1824, passando todo esse tempo, convivendo com problemas, como a turbulência da democracia no Brasil.

Nosso primeiro Presidente já foi o General do Exército Deodoro da Fonseca. Tivemos de conviver com dificuldades, como foi Artur Bernardes, que tratava o movimento social como um caso de polícia. Tivemos a ditadura de Getúlio Vargas; tivemos o período militar por, mais ou menos, 20 anos. Sempre tivemos dificuldades na área da economia, na área do desenvolvimento e, principalmente, na hora de investir na área do conhecimento. Nesse período inteiro, as classes sociais brasileiras jamais tiveram a oportunidade de chegar aonde chegaram.

Fico muito feliz pelo fato de o PT, não sozinho, ter trabalhado para chegar aqui, formando também alianças, consolidadas alianças políticas. E hoje estamos na iminência de realizar mais uma de nossas eleições.

Acredito ser o PT o único Partido brasileiro, hoje, que realiza eleição direta para suas direções. Desconheço outra experiência como tal. E haveremos de sair dessa eleição o mais fortalecido possível internamente, para que possamos avançar com a nossa experiência em outras prefeituras na eleição do ano que vem, administrando o maior número possível de cidades pequenas, médias e grandes.

Em 1985, começamos com 12 Municípios e, hoje, estamos administrando mais de 400 Municípios e 5 Estados.

Tivemos excelentes experiências, como foi o caso do Distrito Federal – Cristovam Buarque implantou algumas políticas sociais, como o Bolsa-Escola –, e o caso de Porto Alegre, em cuja prefeitura inovamos ao criar o orçamento participativo. Então, são muitas as

contribuições que o nosso Partido deu ao povo brasileiro. Agora, esta experiência no Governo Federal.

Sei que não é fácil para muitos a relação entre o Partido e as instituições do Poder Público: onde há um Prefeito do PT, a relação com a Direção Municipal; onde há um Governador, a sua relação com a Direção Estadual; e, agora, a experiência do Governo Federal em relação à Direção Nacional do Partido. Mas, acima de tudo, a contribuição que temos dado para o sucesso do Governo do Presidente Lula, o sucesso de cada um dos Governadores e de cada um dos Prefeitos e das Prefeitas e, principalmente, a unidade interna do PT, que discute como sempre, aquilo em que sempre acreditou ao longo da história, as bases conceituais do nosso programa político.

Então, aproveito este momento para chamar a atenção de todos os filiados do PT. Já somos perto de um milhão de filiados. Que compareçamos em massa no dia 02 de dezembro, para fazer a escolha da nova direção para o plano nacional, para os planos estaduais e para os planos municipais. Quem sabe até evitemos o segundo turno. Instituímos que, nas instâncias em que há mais de dois candidatos, se nenhum deles alcançar 50% mais um dos votos, não poderá tomar posse de imediato, e será feito um segundo turno.

Espero que não precisemos disso, que as filiações e os filiados compareçam a essa eleição e façam o depósito de seu voto confiantes naquilo que é o forte do nosso histórico: a unidade do Partido dos Trabalhadores.

Pela governabilidade do Brasil, dentro dos propósitos com que trabalhamos até aqui, pelo fortalecimento da municipalidade, por conta das eleições do ano que vem, e pelo sucesso de cada um dos Governadores que temos hoje – Binho Marques, no Acre; Ana Júlia Carepa, no Pará; Jaques Wagner, na Bahia; Marcelo Déda, em Sergipe; e Wellington Dias, no Piauí –, que façamos a cada dia a demonstração dos propósitos daquilo que alimentamos como sendo o socialismo eminentemente brasileiro.

Em nome disso, conclamo a família petista a comparecer, em massa, no dia 02 de dezembro, para que possamos dar mais um banho de democracia e de fortalecimento desta importante sigla partidária do nosso País que é o Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Augusto Botelho, à Senadora Marisa Serrano.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

Aplaudimos a Senadora Marisa Serrano, eleita a primeira Vice-Presidente do Diretório Nacional do PSDB.

Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Até por ter sido eleita Vice-Presidente do meu Partido, sendo tão difícil às mulheres galgarem um cargo público na política e, principalmente, um cargo de comando, venho falar hoje aqui.

Há coisas que magoam as pessoas, há coisas que inquietam e que, principalmente, não nos deixam calar. Mais do que isso, quero analisar dois aspectos dessa questão de uma jovem menina ter sido encontrada numa cela com homens, numa cidade do interior do Pará. A indignação tomou conta da sociedade, a indignação que percebemos quando acompanhamos um ato de vandalismo, de terrorismo, de maus tratos, algo que possamos abominar.

Eu vi desta tribuna inúmeros Parlamentares falarem do caso do João Hélio, no Rio de Janeiro, quando ele foi arrastado por um delinqüente que roubava um carro. Todo o Brasil se indignou. Ficamos indignados ao ver esse caso que aconteceu no Pará, por várias razões: por ser uma mulher, por ser uma jovem menina, menor de idade, por estar no amparo da lei. Ela não podia estar lá por várias razões. Não podia estar lá porque é uma mulher e a lei proíbe. Não podia estar lá porque é menor, e o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe. Então, ela não podia estar lá. E o Senador Papaléo Paes se referiu a algo que nos entristece mais ainda: a razão da questão de gênero, o que nos bate mais fundo ainda.

Uma Governadora mulher, uma Secretária de Segurança Pública mulher, uma Juíza mulher e uma Delegada mulher são as responsáveis pela parte jurídica, pela parte operacional e pela determinação de quem tem o poder na mão.

Isso tudo nos preocupa, mas não acredito e continuo não acreditando que seja uma questão de gênero, principalmente porque nós mulheres temos o sentimento da maternidade. Nós que sempre defendemos os nossos filhos e os nossos jovens; que vamos à luta, às ruas, em qualquer situação para defender aqueles a quem demos à luz e, por conseguinte, nos espelhamos nos filhos dos outros, acho difícil que possamos levar esse caso na questão de gênero.

Penso: como isso pôde acontecer num Estado em que as mulheres estavam relacionadas com esse caso? Cheguei a pensar: será...? Não sei se há estudos a respeito, mas concito a academia a estudar essa questão. Será que a mulher, quando chega ao poder

com que ela não tem tanta familiaridade, será que essa mulher se embrutece a tal ponto? Será que ela acredita que se, de alguma forma, proteger mais as mulheres, os outros, os homens vão pensar que ela está sendo discricionária, que ela está se apartando daquilo que ela deve fazer, que ela está privilegiando um segmento do seu Estado, da sua cidade, do seu País?

Esta é uma questão que também deve muito ao instituto falido da política prisional do nosso País. Mesmo que nos reportemos ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que é ligado ao Ministério da Justiça, um Conselho que tem vários deveres, entre os quais: propor diretrizes da política criminal; promover uma avaliação periódica do sistema criminal; elaborar um programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor que trabalha nos nossos presídios; inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais, se nós temos o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, está na hora de fazer com que esse Conselho venha a público e diga o que está fazendo para que as nossas prisões sejam estabelecimentos prisionais que guardem seres humanos, e não bestas-feras!

Hoje, por conta disso, conversei com o Secretário de Segurança Pública do meu Estado, que é um profissional de carreira: é da Polícia Federal. Conversei com o Dr. Jacini sobre a questão prisional, e ele me falou de algo que diz respeito ao Senador Alvaro Dias, porque ele disse que é necessária uma reformulação geral nas penitenciárias brasileiras. Ele disse – e quero fazer esta colocação – que Mato Grosso do Sul, meu Estado, tem 4.200 vagas para criminosos nas penitenciárias mas tem 11.500 presos. Se há 4.200 vagas, como encarcerar 11.500 presos? Essa equação não fecha; não tem como fechar.

Quero perguntar: será que é só em Mato Grosso do Sul que acontece isso? Não; em todo o País, homens são amontoados em celas como animais. Portanto, eles respondem também como animais, porque nós os tratamos assim. Não é porque eles agem como bestas-feras que nós vamos agir também.

Senador Alvaro, procurei hoje acompanhar – e, se não me engano, em 13 de fevereiro deste ano, nós aprovamos um substitutivo ao PLS nº 134, que é da sua autoria, que define regras para as despesas de segurança pública por parte do Governo Federal, proibindo o contingenciamento de verbas para essa área. Eu pergunto: avançamos? Não avançamos, Senador. Houve o caso do menino João Hélio; houve o caso dessa moça, e infelizmente haverá inúmeros outros casos. Mas nós estamos aqui de mãos amarradas.

Pergunto: será que temos o que comemorar? Não temos.

É chegada a hora de fazer com que as coisas comecem a andar neste País, a começar por esta Casa.

Eu propus um levantamento de todos os projetos de lei que tramitam nesta Casa a respeito de segurança e das penitenciárias que temos neste País. Não adianta a Governadora Ana Júlia – isso está em todos os jornais hoje – vir para cá pedir mais penitenciárias. Isso importa e ajuda, mas precisamos muito mais do que isso, muito mais do que isso. Precisamos trabalhar com a consciência do povo brasileiro; garantir que o povo brasileiro tenha mais educação e mais consciência principalmente de atos absurdos e bárbaros como os que estamos vendo neste País. Está aumentando tanto o número de presos no Brasil que, algum dia, nós vamos chegar, como narra Machado de Assis no seu conto *O Alienista*, a ter mais pessoas dentro do que fora. Essa é uma preocupação que tem de ser de todos, dos homens e mulheres de bem deste País, para que olhem para o que está acontecendo e não permitam mais essas barbaridades.

Haverá, na próxima quarta-feira, dia 28, às 10 horas, uma sessão solene do Congresso no plenário da Câmara. Para comemorar o quê? O Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres. Vamos comemorar na quarta-feira, aqui, neste Congresso.

Ainda mais: ontem foi aberto no Rio de Janeiro, pela Ministra Nilcéa Freire, um *show* de músicas para comemorar um ano da Lei Maria da Penha.

De que adianta termos leis se não mudarmos a estrutura policial e carcerária deste País? Podemos comemorar leis, mas, se elas não são aplicadas, de que adianta?

A Senadora Ana Júlia criou um decreto que proíbe que mulheres fiquem encarceradas junto com homens e também proíbe que crianças fiquem em penitenciárias. Só que existe lei: o Código Penal é muito claro. Já está lá, não há necessidade de decreto. A lei é superior ao decreto. De que adianta ter Código Penal se não o cumprimos?

Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, neste discurso eu digo que fiquei muito estarelecida com o que aconteceu no Pará. Perguntei ao Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul se ele tem conhecimento de casos como este no meu Estado. Ele disse que de jeito nenhum, que isso não acontece. Então isso não deve ser comum nos Estados brasileiros. Eu não sei. Acredito que estão fazendo agora esse levantamento.

Se quem tem de fazer cumprir a lei vai contra ela, como vamos acreditar na lei? Quem é que vai acreditar numa lei se as próprias pessoas que devem fazê-

la cumprir, como a juíza e a delegada, não o fazem? Como nós, que estamos aqui, vamos acreditar?

Termino, Sr. Presidente, mostrando a minha indignação e dizendo que é preciso, sim, que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária nos proponha algo para mudar essa questão. E é função deles fazerem isso.

Precisamos fazer com que as leis sejam cumpridas e, além disso, não pensar como a Governadora do Pará, Ana Júlia, que disse ser essa uma prática lamentável, mas que, infelizmente, acontece há algum tempo.

Não podemos aceitar, em hipótese alguma, violência contra quem quer que seja, principalmente nós que lutamos contra a violência principalmente sobre o gênero feminino.

Deixo aqui as minhas palavras de alerta e de indignação.

Senador Expedito Júnior, ouço V. Ex^a.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senadora Marisa, é lamentável a declaração da Governadora. Há mais de 20 anos sou Parlamentar – Deputado Federal, Senador da República –, representante do povo e do Estado de Rondônia, e nunca ouvi dizer que lá no meu Estado os presos iam todos juntos para a mesma cela. Lá sempre existiu o presídio feminino. É lamentável isso. Eu comentava ainda há pouco com o Senador Mão Santa que o Pará está muito atrasado. Que me perdoem os Parlamentares do Pará, por eu estar falando do Estado deles; perdoe-me a ex-Senadora e Governadora, que, repito, disse que isso vinha acontecendo há muito tempo. Em Rondônia, isso nunca aconteceu. Quando eu cheguei aqui perguntei qual seria a tônica do discurso de V. Ex^a e indaguei se no Estado de V. Ex^a acontece isso. E V. Ex^a me disse: “Não; isso é um absurdo!” Realmente isso é um absurdo. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a. Pode ter certeza de que o Brasil inteiro está nos acompanhando, não somente por causa da CPMF. O pessoal diz que é devido à CPMF que o povo brasileiro está acompanhando as sessões. Não. A TV Senado tem uma audiência muito grande. Quando eu retorno ao Estado de Rondônia, para onde vou todas as sextas-feiras, ou seja, toda semana, escuto o povo que vem ao meu encontro falar sobre o que eu discursava na tribuna do Senado, às vezes cumprimentando-me, às vezes criticando-me ou pedindo-me uma ação mais enérgica. Meus parabéns. Não seria diferente o posicionamento de V. Ex^a, que conheço desde os tempos da Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que V. Ex^a defende o seu Estado com muito orgulho.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, primeiro quero cumprimentá-la pela brilhante vitória no PSDB. Fui à reunião representando o PMDB autêntico, porque temos um grupo qualitativamente muito forte. Eu, Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos e Geraldo Mesquita Júnior comparecemos, representando o PMDB histórico, autêntico. Queremos cumprimentá-la. V. Ex^a enriquece o PSDB. Quanto a esse negócio de o PT pensar que intimida, negócio de cartão amarelo... Eu sou é do Piauí. Não existe isso na história do mundo – eu sei da história universal. Nunca existiu nem em época medieval – Demóstenes errou –, muito pelo contrário; o que eles faziam era rezar, havia monges, havia São Tomás de Aquino... No Brasil, está aí o nosso companheiro Paulo Duque, mas quem tratou de presidiário na literatura foi Graciliano Ramos, em *Memórias do Cárcere*. Não há isso. Assis Brasil, escritor piauiense, foi laureado com o prêmio Walmap, pela obra *Os que Bebem Como os Cães*. O Carandiru nem isso teve. Isso é uma imoralidade, uma ignomínia. O Presidente da República tem que pegar sua esposa, que representa a mulher, como V. Ex^a, e pedir a essa jovem, à família dela, perdão. Isso é a maior barbárie na história da humanidade. Então, cartão vermelho para a administração da insensibilidade, da incompetência, da insanidade, do PT.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Quero agradecer os apartes e dizer ainda uma coisa que eu acho importante dizer depois das falas dos Senadores Mão Santa e Expedito Júnior: esta Casa tem que voltar a discutir os grandes problemas nacionais. A solução desses problemas deve e pode mudar a feição deste País. A questão prisional é uma delas.

É necessário que discutamos, sim, em profundidade, como fazer para que o nosso País não apareça no Relatório da ONU, como saiu dias atrás, como um País que não respeita os direitos humanos, como um País que tortura, como um País que aceita todas as ignomínias. É um absurdo. Eu não quero viver num País que seja visto não só por nós, mas também pelos outros como o País da barbárie.

Então, questões como essa têm que ser debatidas nesta Casa. Temos que voltar a ter grandes debates aqui sobre questões de fundo, que possam realmente começar a mudar o Brasil, porque só assim vamos contribuir para fazer um País melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Marisa Serrano, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno. A seguir, falará o Senador Augusto Botelho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo insiste em cooptar votos no PSDB favoravelmente à prorrogação da CPMF. Estou tão seguro em relação aos votos do PSDB que não tenho nenhuma dúvida em afirmar que o Governo poderia utilizar melhor o seu tempo, evitando esse desperdício.

A manchete do jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje diz: “Mantega faz afagos individuais a tucanos para aprovar CPMF. Ministro espera que Governadores do PSDB ajudem a angariar votos entre Senadores.”

Ora, Sr. Presidente Tião Viana, creio que os Senadores merecem respeito. O PSDB já anunciou que tem uma posição definida terminativamente. Não há nenhuma hipótese de recuo, porque isso seria a desmoralização da Bancada de Senadores do PSDB.

É evidente que essa desmoralização não ocorrerá. Lamento inclusive que alguns Colegas Senadores do Partido estejam sendo citados como alvo dessa cooptação do Governo, como se eles fossem cooptáveis, como se eles barganhassem, como se aceitassem benesses em troca do voto.

Estou, nesta segunda-feira, na tribuna do Senado Federal, afirmando que não acredito, em hipótese alguma, que o Governo possa lograr êxito nessa empreitada. É uma empreitada inglória. O Governo não terá os votos do PSDB para a prorrogação da CPMF, até porque as razões são inúmeras. Há tranquilidade em relação a esse gesto do Partido, que,...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite, Excelência?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – (...) em que pese o fato de estar na Oposição, é responsável também pelos destinos do País e não gostaria de semear o desequilíbrio orçamentário.

Vamos ver, Senador Camata – e vou conceder o aparte a V. Ex^a com a maior alegria –, que, a cada dia – as informações confirmam –, é impossível um País como o nosso crescer na proporção do crescimento de países emergentes com essa brutal carga tributária. Agora o Brasil lidera o *ranking* de burocracia fiscal. O estudo elaborado pelo Banco Mundial e pela consultoria PricewaterhouseCoopers revela que

o Brasil é o país onde as empresas mais gastam tempo para cumprir suas obrigações tributárias. Em 178 países pesquisados, Senador Camata, o Brasil ficou exatamente no 178º lugar, ou seja, em último lugar, o campeão na quantidade de horas gastas para que uma empresa pague todos os impostos e tributos. A mais pesada burocracia tributária do mundo é a nossa, a brasileira.

Concedo a V. Ex^a, Senador Camata, o aparte que solicita.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Alvaro Dias, queria primeiro dizer que é uma pena que o Partido de V. Ex^a não possa apoiar a CPMF. Afinal de contas, foi um tributo nascido num bom tempo, exatamente no Governo do PSDB, que V. Ex^a e eu apoiamos. Depois, o Partido de V. Ex^a deu ao Brasil o exemplo de como se negocia. Enquanto o meu Partido e outros Partidos foram ao Governo exigindo cargos, exigindo ministérios, exigindo empregos, o Partido de V. Ex^a teve uma atitude adulta, e eu até disse na reunião do PMDB da nossa Bancada: “O PSDB está ensinando como se negocia com base no bem do Brasil e no bom para os brasileiros”. O Partido de V. Ex^a colocou redução de alíquota, redução gradativa do tributo – só negociou em cima do tributo. Eu disse que V. Ex^as estavam até dando ao Governo uma lição de como se negocia patrioticamente e achei que daquilo iria sair um consenso que levasse o Partido de V. Ex^a a apoiar a CPMF. Entretanto, parece que as negociações não tiveram tantos frutos quanto o Partido de V. Ex^a acreditava, e elas pararam. Mas acredito que não fica mal para alguém do PSDB, que foi o criador do tributo, votar pela continuação dele. Se ele foi um bom tributo, se foi criado pelo PSDB porque é bom, então o Partido de V. Ex^a poderia muito bem apoiá-lo. Quanto à carga tributária, gostaria de chamar a atenção de V. Ex^a, do Plenário e do Brasil para aquela emenda constitucional, da qual V. Ex^a é um dos autores juntamente comigo, que impõe um redutor de 1% anualmente nas despesas correntes do Governo, fazendo com que, durante dez anos, a carga tributária vá caindo até que ela chegue nos civilizados 26%. Não vai matar ninguém o corte de 1% num País que está crescendo 4%. Ninguém vai morrer de fome, e o Governo não vai tremer. E, com isso, chegaremos, daqui a dez anos, a uma carga tributária civilizada. Cumprimento V. Ex^a. Respeito a posição e o ponto de vista de V. Ex^a – e não poderia ser outra a minha maneira de considerar o assunto -, mas acho que V. Ex^a deveria continuar com aquela posição adulta, séria, cívica que o PSDB teve ao abrir as negociações com o Governo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Esse imposto realmente nasceu no Governo Itamar Franco e foi prorrogado no Governo Fernando Henrique Cardoso. V. Ex^a não diz nenhuma inverdade. É evidente que nasceu como um imposto provisório...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Um erro histórico, Excelência, não foi uma inverdade. Foi um erro histórico.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato. O imposto provisório deveria ser considerado como tal, deveria ser adotado provisoriamente, e não definitivamente, como quiseram outros e como querem agora também.

É por essa razão que, com a maior tranquilidade e consciência, posiciono-me contrariamente à prorrogação da CPMF. Não é bom. V. Ex^a disse: “Se o PSDB o idealizou é porque é bom”. Não é bom. Se fosse bom, não seria provisório. O que é provisório não é adequado, ou não é ideal. Pelo menos ideal não é. E, por essa razão, estamos apregoando o seu término.

O que é provisório não organiza; desorganiza. O que é provisório não oferece segurança, e, sim, insegurança. Portanto, o modelo tributário tem que oferecer organização e segurança para promover desenvolvimento econômico e distribuição de renda.

Eu vejo também nos jornais que o envio da reforma tributária poderá ser adiado, “os aliados temem mais um atrito”. Portanto, a reforma tributária é algo que se discute, mas que não se realiza. Lamentavelmente nós temos que afirmar que reforma tributária é para ser debatida, mas é também para ser concretizada.

E, antes de concluir, Sr. Presidente, embora o meu tempo tenha se esgotado, eu peço permissão a V. Ex^a para conceder o aparte que me solicita o Senador Papaléo Paes, que me honra muito ao me apartear.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a já justificou o porquê desse imposto provisório necessitar de ser exterminado da sobrecarga de impostos que já se tem neste País. Mas eu faço uma lembrança aqui, Senador Alvaro Dias. Além do fato de ter sido tachado de provisório, esse imposto aconteceu exatamente no momento em que a saúde pública brasileira precisava de um recurso extra. Eu quero lembrar que o País, o povo, nós todos estamos habituados a ser enganados pelo governo, pelos Poderes. Quantos de nós lembramos aqui sobre empréstimo compulsório? Nós já fomos taxados em diversas oportunidades mediante empréstimo compulsório – recolhem dinheiro da gente compulsoriamente – e nunca, jamais tivemos de volta esse dinheiro, esse recurso que nos foi tirado compulsoriamente. Da mesma forma, fazendo prevalecer a nossa liberdade individual no sentido da responsabilidade, nós temos que fazer valer a palavra que o Congresso Nacional deu

ao contribuinte de que esse imposto seria provisório. Então, nós temos que tirar esse imposto da sobrecarga de taxaço do povo brasileiro e, com isso, mostrar a nossa responsabilidade. Nada de enganar o povo dizendo que é provisório e, depois, torná-lo permanente. Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Papaléo.

Apenas em respeito ao Senador Gerson Camata, também quero dizer que a negociação que ele louvou há pouco não foi concluída satisfatoriamente porque o Governo não demonstrou nenhuma vontade política de promover alterações significativas em sua proposta. O que queria realmente o PSDB era antecipar a discussão da reforma tributária – isso era essencial na proposta ao Governo –, prorrogar o imposto por apenas um ano e, nesse período, discutir e aprovar um novo modelo tributário para o País.

O que o Brasil precisa urgentemente, para alcançar índices de desenvolvimento comparáveis a de países emergentes no mundo, é exatamente mudar o seu modelo tributário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A seguir, teremos a Ordem do Dia.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, a 3^a Conferência Nacional das Cidades começou hoje, dia 26, às 9 horas, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Organizado pelo Conselho das Cidades, o evento, que segue até quinta-feira, dia 29, conta com painelistas e debatedores sobre temas de interesse da área e terá o Presidente do Conselho, Ministro das Cidades, Marcio Fortes, na abertura. A solenidade de abertura oficial será hoje à noite, no Ulysses Guimarães, com a presença do Ministro Marcio Fortes e do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A 1^a e 2^a Conferência Nacional das Cidades, realizadas em 2003 e 2005, deram início às primeiras discussões sobre a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano. No período de 25 a 29 de novembro de 2007, será realizada a 3^a Conferência Nacional das Cidades, com o lema “Desenvolvimento urbano com participação popular e justiça social” e o tema “Avançando na gestão democrática das cidades”. A preocupação central da 3^a Conferência é continuar a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano para o País, sem deixar de abordar temas centrais relacionados ao cotidiano da gestão do Po-

der Público nas três esferas de Governo: municipal, estadual e federal.

Ao trazer a discussão para a ótica das realidades em âmbito local, a proposta também vislumbra a reflexão acerca da capacidade de gestão dos governos, ou seja, um debate sobre a capacidade de planejar o desenvolvimento das cidades e suas intervenções de forma integrada e com participação social. Esse enfoque da participação social será aprofundado por meio do debate da construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, entendido como o principal mecanismo para viabilizar a gestão democrática da PNDU.

A 3^a Conferência também propõe um balanço das ações e políticas já desenvolvidas a partir das duas conferências já realizadas. A 1^a Conferência Nacional das Cidades possibilitou o direcionamento das políticas setoriais – habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana e planejamento e gestão do solo urbano – desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, além de aprovar atribuições, estabelecer a composição e eleger as entidades que fizeram parte da 1^a gestão do Conselho das Cidades em âmbito nacional.

A Conferência, considerada o maior evento para discutir as questões ligadas ao desenvolvimento urbano do País, conta com cerca de 3.000 pessoas entre delegados, observadores, autoridades internacionais e funcionários do Ministério das Cidades.

Essa Conferência vai ajudar a corrigir o problema das cidades, que é muito grave no momento.

O que me trouxe aqui também, Sr. Presidente, é o problema da energia elétrica de Roraima.

Para poder dar maior amplitude ao processo de planejamento, proporcionando a participação da sociedade, o Ministério de Minas e Energia, responsável pela função de planejamento setorial, disponibilizou o resultado dos estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética, a partir de termo de referência, estabelecida pelo MME, relativo ao Plano Decenal de Expansão de Energia 2007/2016.

Destaca-se que o Plano aborda o enfoque energético amplo, o que tem caráter inédito no nosso País, pois, pela primeira vez, está sendo disponibilizado um Plano Decenal de Expansão de Energia.

Porém, ao estudarmos o plano, detectamos, no que concerne à energia elétrica, que o Estado de Roraima será o único Estado brasileiro sem programação para ser integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Tal fato causa preocupação, razão pela qual determinei à minha assessoria gestões junto ao MME, para analisar e equacionar esta situação de único Estado brasileiro fora do Sistema Interligado Nacional.

Como é do conhecimento do Ministério de Minas e Energia, o abastecimento de energia elétrica do Estado é proveniente da Venezuela, colocando à disposição dos roraimenses 200 *megawatts* de potência.

Infelizmente, por problemas que estão sendo equacionados pelo Governo estadual, a energia elétrica disponível do país vizinho só abastece o Município de Boa Vista, onde fica a subestação abaixadora. Houve problemas também de ordem moral, com o desvio em governos anteriores de dinheiro que deveria ter sido destinado à interligação dos Municípios. Os demais Municípios continuam dependendo dos antigos grupos geradores, de alto custo operacional e sem capacidade de atender o crescimento da demanda, enquanto que, do total disponível, só se consome 90 *megawatts*. Há 110 *megawatts* sobrando.

O Estado de Roraima tem um potencial hídrico já inventariado desde a década de 90, da ordem de 800 *megawatts* só no rio Cotingo, conforme estudos em poder da Eletronorte.

O próximo plano decenal, de 2008 a 2017, acreditamos conterà dados conclusivos sobre o inventário do Rio Branco que está sendo feito, e a previsão de estudo de viabilidade que indique a melhor solução para implantação de uma usina hidrelétrica. Tomara que seja do rio Cotingo, afluente do Rio Branco. A implantação dessa hidrelétrica, cuja entrada em operação poderá ocorrer em 2016, permitiria, além de tornar o Estado auto-suficiente, gerar excesso de energia que seria despachado por linha de transmissão ligando o Estado ao Sistema Manaus/Amapá e a toda margem esquerda do rio Amazonas, que já estará interligado ao Sub-Sistema Norte a partir de 2012, refletindo, dessa forma, a evolução futura da configuração do Sistema Interligado Nacional.

A interligação com o Sistema Interligado Nacional permitirá que, em 2017, quando finda o contrato de fornecimento com a Venezuela para Roraima, se negocie com tranqüilidade e com soberania a renovação do contrato e talvez a interligação com o país vizinho ao nosso Sistema Interligado Nacional, uma vez que a inclusão da Venezuela no Mercosul será mais um fator de integração da Região Norte do Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Roraima apresenta um dos menores crescimentos de consumo de energia *per capita*. Esse crescimento abaixo da média da região Norte é devido, em parte, a pouca disponibilidade e freqüentes interrupções no abastecimento de energia para Roraima. Tal situação só será revertida quando se dispuser de energia a preço competitivo, em quantidade e garantia de abastecimento constante.

Assim que for solucionado o problema de abastecimento de energia elétrica para todos os Municípios

de Roraima, prevê-se um crescimento de demanda da ordem de 7,8% ao ano – média de crescimento prevista para os sistemas isolados do Sistema Interligado Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Ideli e a seguir ao Senador José Agripino.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, teremos nesta semana duas importantes ações para as quais eu peço a atenção de todos os Senadores e Senadoras desta Casa.

Amanhã, às 9 horas da manhã, vai acontecer uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim, para a qual estão convidados o Dr. Paulo de Tarso Vanucci, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres; Vera Lúcia Marques Tavares, Secretária de Segurança do Estado do Pará; Geraldo Mendonça Rocha, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará; Aderildo Araújo, Presidente do Conselho Tutelar do Estado do Pará; Edilene de Jesus Soares, Juíza de Direito da Primeira Vara da Infância e Juventude da Comarca de Abaetetuba, no Pará; Raimundo Cezar Britto, Presidente da OAB Nacional, Conselho Federal; Celso Irã Corvil Viana, Delegado titular da Delegacia de Polícia de Abaetetuba, e Flávia Verônica Monteiro Pereira, Delegada plantonista.

Não preciso dizer o motivo dessa audiência pública. Obviamente, é sobre aquele assunto lamentável e absurdo da prisão da menina que ficou encarcerada durante mais de 30 dias, juntamente com algumas dezenas de homens presos.

Quarta-feira, vamos ter uma sessão solene às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados. É uma sessão solene do Congresso Nacional e faz parte das atividades da campanha dos 16 dias de ativismo contra a violência contra a mulher. É exatamente para reforçar a implementação da Lei Maria da Penha e, obviamente, todos esses assuntos recentes e lamentáveis do Pará serão debatidos nessa sessão solene referente ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher.

O que considero mais grave, Senador Tião Viana e Senador José Agripino, que tão atentamente me ouvem, é que o movimento das mulheres já entregou à OEA situações semelhantes à do Pará em vários outros Estados da Federação. Já identificou mulheres presas, encarceradas juntamente com presos do sexo

masculino; presídios femininos onde todos os funcionários são do sexo masculino. Portanto, em uma promiscuidade lamentável que já gerou várias denúncias de abuso sexual, inclusive com gravidez.

Nesse documento, preparado e entregue à OEA, já foram identificadas – e eu as quero listar – situações semelhantes à do Pará: no Rio Grande do Norte, na Bahia, no Mato Grosso do Sul, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em São Paulo. Isso em uma demonstração inequívoca de que essa provavelmente não é uma exceção à regra.

Para nós, mulheres, para a democracia brasileira, é insustentável que casos como esse continuem acontecendo e que estejam sendo tornados públicos de forma tão contundente apenas em razão do episódio do Pará.

Por isso, amanhã apresentaremos requerimento para criação de uma subcomissão na Comissão de Direitos Humanos, especificamente, para tratar das condições do sistema penitenciário brasileiro, tratando da questão das mulheres.

A Senadora Serys Slhessarenko está coordenando comissão externa apenas para o Estado do Pará. Vamos pedir que essa Comissão externa verifique todos os casos em todos os Estados. Espero que tenhamos, junto ao Ministério Público e junto ao Ministério da Justiça, medidas imediatas para que situações como essas não se reproduzam, não tenham continuidade e sequer tenham possibilidade de voltar a acontecer em nosso País.

Por último, Senador Tião Viana, juntamente com o repúdio a essas situações que afrontam, afligem e submetem mulheres, como no caso do Pará, em que uma adolescente passou por situações de verdadeiro abuso e afronta à sua mínima dignidade como ser humano, por estar ali submetida a toda forma de abuso sexual e violência, quero lamentar.

Como tive oportunidade de dizer bem recentemente, não temos duas leis neste País. Temos apenas uma lei. E a lei que, infelizmente, pela burla, colocou uma adolescente num encarceramento junto com algumas dezenas de homens, durante mais de um mês, foi a mesma lei que permitiu que o réu confesso jornalista Marcos Pimenta Neves, condenado, utilizasse recursos para protelar a decisão final e para continuar cumprindo pena em liberdade.

Ele que, em 2000, matou, de forma violenta, sua namorada Gomide, é réu confesso, porque confessou o crime bárbaro, e continua cumprindo a pena em liberdade, inclusive agora, por decisão do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu não ser possível que se obrigue a cumprir pena enquanto não houver decisão final.

Então, um pode cumprir a pena em liberdade, mesmo sendo réu confesso. Outra, apenas acusada de ter cometido um furto, teve prisão sumária, em condições abusivas e absurdas de encarceramento, pois, mulher e menor, esteve numa cela juntamente com mais de duas dezenas, quase três dezenas de homens.

Por isso, Sr. Presidente, gostaríamos de pedir, mais uma vez, todo o apoio e participação dos Senadores e das Senadoras na audiência pública, amanhã, às 9 horas, na Comissão de Direitos Humanos, e na sessão solene do Congresso Nacional, amanhã, às 10 horas, na Câmara, para debatermos e tomarmos providências firmes e enérgicas, para que essa situação não se repita mais no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino Maia, pela ordem, e, a seguir, ao Senador Wellington Salgado.

Depois, daremos início à Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, quero me inscrever, como Líder, antes ou depois da Ordem do Dia.

Quero tratar desse assunto sobre o qual se manifestou, na quinta-feira, a Senadora Kátia Abreu, fazendo um candente pronunciamento; um revoltado pronunciamento; um precedentemente revoltado pronunciamento. Hoje eu ouvi a palavra da Senadora Marisa Serrano e, em seguida, a manifestação da Senadora Ideli Salvatti.

Pouca coisa revolta este País como revolta o caso de João Hélio e o caso da menor de 15 anos. Agora, de nada adianta a revolta. Revolta por revolta, o Brasil e o mundo estão cheios. Ou aplicamos a punição – e logo – ou o Brasil vai, cada vez mais, se decepcionar com as instituições.

Sr. Presidente, no caso do Pará, é mulher a Governadora, é mulher a secretária de segurança, é mulher a delegada e é mulher a juíza que tomava conta do assunto. São todas mulheres. Mas, no Pará, não existe penitenciária para abrigar mulheres.

Estamos falando de uma menor de 15 anos de idade que, não sei se por razões justificadas ou não, foi presa. Em qualquer circunstância, com 15 anos, não se permitiria que ela fosse presa junto com homicidas e, principalmente, com homens.

Estamos diante de um caso que é o erro do erro do erro. É uma coisa exponencial e revoltante.

Queria que o Brasil, que, claro, está indignado com este assunto, cobrasse das autoridades do Pará punição exemplar de quem tiver responsabilidade. Punição exemplar de quem tiver responsabilidade! E tem de haver punição logo. Não é um assunto que possa

esperar. Este assunto está claro, está escancarado. A audiência pública é importante? Claro, é importante; agora, é para falar o óbvio, é para que se diga aqui o que todo mundo já sabe. É preciso que as providências existam e existam logo.

Eu queria, com esta manifestação, que também traduz a minha revolta interior, inscrever-me para falar, como Líder, na hora em que V. Ex^a julgar possível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira. A seguir, embora eu não tenha anunciado, falará o Senador Romeu Tuma, que já havia solicitado a palavra à Mesa.

Depois, começaremos a Ordem do Dia.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, semana passada tivemos alguns debates aqui sobre medida provisória que tira validade de outra medida provisória. Então, procurei informações e cheguei à conclusão – não tenho o número, mas vou trazê-lo – de que, em Governos anteriores, já se usou esse artifício, que foi, inclusive, objeto de Adin julgada improcedente, permitindo-se que uma medida provisória revogasse outra medida provisória.

Eu queria pedir a V. Ex^a que a assessoria levantasse o número da Adin que trata do fato de medida provisória revogar outra medida provisória em Governos anteriores. Aqui foi dito que a revogação de medida provisória por medida provisória seria uma atitude deste Governo, quando, na verdade, isso já foi praticado em governos anteriores.

Eu queria pedir a V. Ex^a que a assessoria nos mandasse o número dessa Adin que, em governos anteriores, deu validade constitucional a que uma medida provisória revogue outra medida provisória. Nas minhas consultas, isso já havia acontecido em governos anteriores, e disseram que foi neste Governo a primeira vez que ocorreu, Sr. Presidente.

Eu queria que a Assessoria me desse essas informações, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência dará a devida resposta a V. Ex^a, Senador Wellington Salgado.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para um breve registro.

A seguir, começaremos a Ordem do Dia.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não ocuparei mais do que um minuto nesta tribuna.

Senador Tião Viana, quero homenagear o Acre neste instante pela matéria veiculada, ontem, no programa Fantástico, que mostrou que o extrativista ou o seringueiro, morador da floresta amazônica, dentro do

Estado do Acre, conseguiu produzir couro artificial para fabricação da primeira bola ecologicamente perfeita.

Sr. Presidente, eu gostaria que o Governador do Estado que V. Ex^a aqui representa pudesse homenagear esse seringueiro e trazer ao conhecimento da sociedade a importância daquilo que ele conseguiu fazer, buscando, na própria seringa, dentro da sua área de terreno, a borracha necessária para a fabricação de tecido para a produção de bola. Mais um componente social: os próprios presos hoje se encarregaram de costurar as bolas com um salário que pudesse representar rendimento a eles, que estão atrás das grades.

Agradeço a V. Ex^a e deixo minha palavra de homenagem ao Acre.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a a justa e sensível homenagem que faz ao Estado do Acre e à causa do extrativismo, que seguramente será determinante como uma grande lição sobre a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, nota que passo a ler.

E lida a seguinte:

Nota

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

A Mesa do Senado gostaria de associar-se a quantos saudaram, em plenário, o justo reconhecimento público da qualidade do trabalho desenvolvido pela Rádio Senado, que teve uma de suas reportagens especiais escolhida como finalista do 9º Prêmio Imprensa Embratel. Em formato de radiodramaturgia, a matéria “Tapa de amor dói - e muito”, de autoria dos jornalistas Larissa Bortoni e Maurício de Santi, foi ao ar nos dias 8 e 9 de março deste ano, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

A reportagem traz depoimentos de mulheres vítimas de violência doméstica em Pernambuco. E mostra como elas, ao lado de um conjunto de entidades organizadas da sociedade civil, estão reagindo a esse tipo de crime. Pernambuco foi escolhido como cenário em virtude de ser o Estado que registra maior número de casos de violência contra a mulher.

Ao cumprimentar a equipe da Rádio Senado, a Mesa quer estender aos demais veículos de comunicação da Casa o reconhecimento dos senhores parlamentares pela contribuição ao esforço de aprimorar o diálogo do Senado da República com a sociedade brasileira.

Senador **Tião Viana**, Presidente do Senado Federal, Interino.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro e enaltecer o trabalho feito pelo Ministério da Educação e, especialmente, pelo Ministro Fernando Haddad.

Estivemos, na última semana, no interior de Roraima, com o Ministro da Educação, vários Parlamentares da Bancada Federal e o Governador, e inauguramos a escola técnica de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, uma escola técnica moderna que vai atender principalmente os filhos de produtores e agricultores familiares do sul do Estado, o que vai, sem dúvida nenhuma, mudar o perfil da produção em todo o sul do Estado de Roraima.

Na oportunidade da inauguração, quando o Ministro Fernando Haddad explanou sobre a proposta do Governo Lula de melhorar a condição da qualificação, principalmente nos Estados mais pobres, foi anunciada também a construção de uma nova escola técnica no Município do Amajari, na região norte de Roraima.

Portanto, teremos duas escolas técnicas pólo, formando e dando condições para que a população do interior possa produzir melhor. A escola técnica do Amajari, inclusive, é preciso que se ressalte, terá um diferencial, que é a formação de técnicos agrícolas indígenas, portanto, em condições de atuar para melhorar a condição de produção das áreas indígenas no nosso Estado.

Faço este registro, enaltecendo e agradecendo a ação do Ministério da Educação e, pessoalmente, a presença do Ministro Fernando Haddad nessa inauguração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos*

bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve a sua apreciação transferida para hoje, por acordo de lideranças.

Transcorreu na última quinta-feira a quinta sessão em que a matéria constou da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– à Medida Provisória foram apresentadas três emendas.

– a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 4 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 6 de novembro;

– o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS);

– o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 65, de 2007, e se esgotará no dia 26 de fevereiro de 2008;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 12 de novembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Romero Jucá, para proferir o seu parecer.

PARECER Nº 1.104, DE 2007-PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é pela constitucionalidade e juridicidade, informando, inclusive, que esta Medida Provisória já foi transformada em projeto de lei, aprovada nas duas Casas e relatada aqui pelo Senador Aloizio Mercadante.

Portanto, o parecer é favorável tanto em relação ao mérito quanto à constitucionalidade e juridicidade.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº DE 2007

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da

Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.

Relator Revisor Senador.

Relator Revisor **Ad Hoc:** Senador **Romero Jucá.**

I – Relatório

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, da Constituição Federal, editou, em 18 de setembro de 2007, a Medida Provisória (MPV) nº 392, que “revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira”. A Medida Provisória foi integralmente aprovada na Câmara dos Deputados na forma do seu texto original.

O diploma em questão contém apenas dois artigos. O primeiro, expressamente, revoga a MPV nº 382, de 2007, e o segundo é cláusula de vigência imediata após a publicação da MPV.

A matéria foi aprovada sem emendas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 6 de novembro de 2007.

II – Análise

Relevância, Urgência e Adequação Financeira e Orçamentária

A MPV nº 382, de 2007, revogada, tratava, sobretudo, do desconto de créditos da Contribuição para o

Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 2002, e de produtos específicos, nomeados por sua classificação na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). Autorizava, também, a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecções e de móveis de madeira, além de outras providências. Por fim, desonerava, das referidas contribuições, as vendas de veículos e embarcações novos destinados ao transporte escolar na zona rural, quando adquiridos pelo poder público municipal, estadual ou do Distrito Federal.

A Exposição de Motivos (EM) nº 138 – MF, apresentada ao Presidente da República para justificar a edição da MPV nº 392, de 2007, aduz, inicialmente, que, dadas as peculiaridades dos setores beneficiados pela MPV nº 382, de 2007, que teriam “menor dinamismo no mercado”, seria conveniente uma “maior discussão com os setores econômicos envolvidos, bem assim uma reavaliação técnica da matéria”.

Entretanto, no parágrafo seguinte, a EM acaba por admitir que o verdadeiro objetivo da MPV era acelerar a votação, no Congresso Nacional, da proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2007, que altera o art. 76 e acrescenta o art. 95 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando a vigência da desvinculação de arrecadação da União e da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, cuja tramitação estava sendo “obstada pelo trancamento da pauta de votações da Câmara dos Deputados, por força do § 6º do art. 62 da Constituição”.

Com a revogação, a EM sugere que a matéria, antes considerada urgente e relevante, seja objeto de projeto de lei, de igual teor, do Poder Executivo Federal. Efetivamente, o mencionado projeto de lei foi apresentado, inclusive ampliando os benefícios da MPV revogada, e, para comprovar a prioridade dada à questão, já foi aprovado pelas duas Casas legislativas, sancionado pelo Chefe do Poder Executivo, e transformado na Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007.

A prática de revogar uma MPV pela edição de outra não é nova e já vem sendo usada desde antes da Emenda nº 32, de 11 de setembro de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso, como bem demonstram os exemplos citados na EM (ADInMC nº – 221-O/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Moreira

Alves. DJ de 22.10.1993 e ADInMC nº – 1.207-0/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Néri da Silveira, DJ de 1º-12-1995)

Após a Emenda nº 32, de 2001, a primeira vez em que ocorreu foi na edição da MPV nº 128, de 2003, para revogar a MPV nº 124, de 2003, que tratava do quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (ANA).

Na ocasião, quando do julgamento de ação interposta (ADInMC nº 2984-3/DF), pelo PSDB e pelo DEM, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a edição da aludida MPV, os ministros daquela corte a consideraram legítima e rejeitaram o pedido de liminar, por nove votos a um.

Na época, a prática foi defendida pela atual Presidente do STF, ministra Ellen Gracie, relatora do caso, sob o argumento de que “cabe estabelecer que a ponderação de interesses prioritários na tramitação de matérias perante a Casa Legislativa é opção política que o Poder Executivo fez”.

O voto foi seguido pelos Ministros Carlos Ayres Britto, Celso de Mello, Gilmar Mendes e Cezar Peluso, que continuam em atividade, além de Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Maurício Corrêa e Nelson Jobim, já aposentados.

Assim, forçoso aceitar que MPV nº 392, de 2007, preenche os requisitos constitucionais de admissibilidade.

A Medida não tem qualquer implicação orçamentária, uma vez que até evitou a renúncia tributária proveniente da MPV nº 382, de 2007.

Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

A competência da União para legislar sobre Direito Tributário e Financeiro, e em relação a tributos de sua alçada é dada pelo art. 24 da Constituição Federal (CF). O PIS/Pasep e a Cofins são atribuídos à União por força dos arts. 239, e 195, I, **b**, da CF. A matéria não está entre aquelas cuja veiculação por MPVs é vedada pelo § 1º do art. 62 da CF. Sob o ponto de vista constitucional e jurídico, a MPV nº 392, de 2007, não encontra nenhum obstáculo.

O MPV nº 392, de 2007, atende aos princípios de boa técnica legislativa, preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, e não contém qualquer matéria diversa do enunciado em sua ementa.

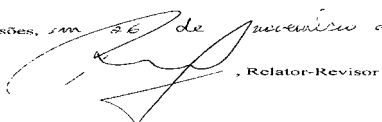
Mérito

Por ser uma medida revocatória, com o único intuito de destrancar a pauta de votação da Câmara para matéria considerada de relevância ainda maior e, ainda, por ter sido o conteúdo da MPV revogada recuperado pela Lei nº 11.529, de 2007, entendemos que a discussão do mérito ficou esvaziada.

Na prática, o único efeito real da MPV nº 392, de 2007, foi a interrupção temporária dos efeitos do conteúdo da MPV nº 382, de 2007, até a entrada em vigor da referida Lei nº 11.529, de 2007.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela admissibilidade, constitucionalidade, adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 392, de 2007, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2007

 Relator-Revisor

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer é pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN. No mérito, pela aprovação da matéria.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, trata-se de votação simbólica. Será nominal somente se houver verificação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – No mérito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias também está inscrito, quanto ao mérito, para encaminhar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Nós estamos, neste momento, discutindo a constitucionalidade, urgência e relevância?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Isso. Relevância, urgência e constitucionalidade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Na oportunidade da discussão do mérito, eu me manifestarei.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a fará uso da palavra quanto ao mérito?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Quanto ao mérito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, submeta à votação a constitucionalidade, porque a inscrição é pelo mérito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quanto ao mérito, para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador José Agripino e, a seguir, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos discutindo aqui algo absolutamente inócuo, uma matéria vencida, um fato que desmerece o próprio Parlamento. Estamos votando uma medida provisória que desfaz uma outra que foi editada anteriormente. E, para desobstruir a pauta da Câmara, para que a Câmara pudesse votar a CPMF, foi desautorizada por esta. Estamos votando, portanto, uma medida provisória que o Governo editou para desfazer uma outra que havia editado, concedendo benefícios que, por incrível que pareça, foram, em seguida, transformados em projeto de lei em regime de urgência, que já foi aprovado, mostrando a desnecessidade de esta matéria tramitar como medida provisória, coonestando a tese que já por tantas vezes defendi, de que matérias de boa qualidade e de boa procedência nunca deveriam ser objeto de medida provisória, mas de projeto de lei a tramitar em regime de urgência, com o qual os líderes dos partidos concordariam, como concordaram. Em vez de votar uma medida provisória que desfaz uma outra que nunca deveria ter sido editada, porque, derrubada, cedeu o lugar a um projeto de lei, que em regime de urgência, que nós apoiamos, já foi aprovado e transformou-se em lei, estamos agora votando, no Senado da República, uma medida provisória que transforma o Congresso em instrumento de juguete do Palácio do Planalto.

Gostaria que ficasse claríssimo que estamos votando um fato absolutamente vencido, uma matéria que teve mérito no passado, que poderia ter sido, como foi, ao final, editada como projeto de lei em regime de urgência, que já está vigorando e trouxe benefícios. E o meu Partido se recusa a ser instrumento de uma farsa montada pelo Palácio do Planalto.

A matéria, no seu mérito, é positiva, tanto que, como projeto de lei, já foi aprovada. Agora, como medida provisória, esta matéria terá o nosso peremptório voto contra.

Nós votamos contra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, para discutir a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na esteira do que diz o Senador

José Agripino, Líder dos Democratas, posiciona-se também o PSDB.

Esta Medida Provisória nº 392 revoga a Medida Provisória nº 382, que dispõe sobre o desconto de créditos de contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados.

Conforme se depreende, com clareza, da própria Exposição de Motivos, o objetivo do Governo, ao contrário do mandamento constitucional de relevância e urgência, é pura e simplesmente retirar a medida provisória revogada da pauta de votações da Câmara dos Deputados, para que possa votar outras matérias de interesse do Palácio do Planalto, no caso, especificamente a CPMF.

Esse ato fica mais evidenciado diante da circunstância de a revogação ter sido levada a efeito juntamente com outras duas medidas provisórias, igualmente perpetradas pelo Poder Executivo, que agora também se transmudaram de urgentes a descartáveis, em prazo inferior a 24 horas. No caso em tela, as Medidas Provisórias nº 390 e 391, revogando respectivamente as Medidas Provisórias nº 379 e 378.

Ou seja, o que estamos discutindo hoje é o que discutimos na semana passada, relativamente às medidas provisórias que revogaram anteriores, exatamente para abrir caminho para a votação da prorrogação da CPMF na Câmara dos Deputados.

Essa necessidade que ocorreu em relação à votação, em regime de urgência, da CPMF desnudou o Governo no que diz respeito às medidas provisórias que institui. Elas realmente não são relevantes nem urgentes na sua maioria. Em quase todos os casos estamos afrontando a Constituição, estamos violando princípios básicos da Carta Magna do País.

Esta medida provisória dá vazão a esse casuísmo do Governo, que substitui prioridades anteriores por outra e, diante das conveniências, deixa a atividade legislativa do Parlamento ao sabor do fisiologismo político praticado pelo Governo. Como ocorre agora: o Governo anuncia que pretende adiar o envio da reforma tributária, assumida antes como compromisso, ao Congresso Nacional. Alega temer o risco de divisão na base aliada, porque o Governo não encontra formas de consenso entre Governadores, Prefeitos, Estados e Municípios, para chegar ao modelo tributário ideal para o País.

Mais uma vez, o Governo anunciou, assumiu o compromisso, acenou com a hipótese da reforma tributária para cooptar votos daqueles que assumem uma posição contrária à prorrogação da CPMF, especialmente dissidentes da base aliada que não admitem

a prorrogação da CPMF. Para aplacar consciências atormentadas daqueles que pretendem votar favoravelmente ao Governo e contra as suas próprias convicções, o Governo acenava com a reforma tributária. Agora nem mesmo esse aceno há, nem mesmo esse aceno faz o Governo, porque anuncia o adiamento do encaminhamento ao Congresso Nacional da proposta de reforma tributária.

Nós esperamos que aqueles que imaginavam votar se utilizando desse argumento e dessa justificativa possam repensar o seu voto. A CPMF não pode ser prorrogada, sob pena de não discutirmos aqui, efetivamente, um novo modelo tributário para o País. A meu ver, a única hipótese de discussão de reforma tributária e de deliberação sobre o novo modelo tributário para o País é o sepultamento definitivo da CPMF. Se nós derrotarmos o Governo e acabarmos com a CPMF, certamente obrigaremos o Governo não só a cortar gastos públicos desnecessários, mas a discutir para valer a reforma tributária e deliberar sobre um novo modelo tributário para o País que, todos nós desejamos, possa ser compatível com a nossa realidade econômica e social, capaz de induzir o crescimento econômico e de promover uma mais correta distribuição da riqueza nacional entre todos os brasileiros.

Neste caso, a medida provisória aqui discutida hoje é casuísmo. É o casuísmo da substituição de uma prioridade por outra do Governo. Ficou evidente que o relevante para a pauta legislativa do Governo era essa prática reiterada de produzir sucessivos trançamentos de pauta, Senador Mão Santa, retirando a discussão e o aprimoramento das proposições com origem no Congresso Nacional, submetendo essas prerrogativas ao balcão de negócios fisiológicos do Palácio do Planalto.

Vou dar outro exemplo atualíssimo. No dia de hoje, provavelmente, o Governo está editando uma nova medida provisória. O Governo está editando uma medida provisória para evitar o apagão aéreo postal no País. O Governo esqueceu-se da sua responsabilidade de definir o que fazer com os Correios, depois da CPMI dos Correios. Aqueles que são franqueados têm os seus contratos a vencer no dia de amanhã. Se o Governo não editar hoje uma medida provisória com o vencimento dos contratos das franquias, nós teremos o apagão aéreo postal no Brasil. Para evitar esse apagão, o Governo edita – provavelmente hoje ou amanhã – uma medida provisória. Ele se esqueceu de aproveitar, por exemplo, Senador Delcídio Amaral, o projeto do Relator na CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio, que tratava dessa questão, regulamentando as franquias existentes no País.

O Tribunal de Contas da União manifestou-se contrariamente à prorrogação dos contratos, alegando ser inconstitucional, como é inconstitucional a edição de medida provisória.

O Governo obteve agora do Tribunal de Contas da União mais um ano de prazo para legislar a respeito, ignorando um projeto que tramita no Congresso Nacional de autoria do Deputado Osmar Serraglio.

Prefere o Governo ignorar proposições legislativas do Congresso e editar medidas provisórias para, em um último momento, em última instância, ao apagar das luzes das suas possibilidades administrativas, resolver situações que poderiam ser resolvidas legalmente. Não quer o Governo a legalidade; quer a afronta à Constituição e edita mais uma medida provisória que desrespeita a Carta Magna do País.

Sr. Presidente, foi assim neste caso, está sendo assim hoje. Estamos deliberando sobre a inconstitucionalidade; estamos aprovando o que é inconstitucional; estamos convalidando o que é afronta à Constituição do País; estamos homologando atitudes governamentais que contrariam a Lei Maior.

E é assim: hoje, enquanto nós aprovamos aqui, enquanto nós avalizamos, homologamos essa atitude de afronta à Constituição, o Governo, agora, repete lá, no terceiro andar do Palácio do Planalto, a mesma prática da violência à Constituição e edita mais uma medida provisória para evitar o apagão aéreo postal no País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante e, a seguir, aos Senadores Mário Couto, Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Medida Provisória nº 392, de 2007, revoga a Medida Provisória nº 382, de 22 de julho, de 2007.

A primeira discussão sobre a constitucionalidade já foi vencida, porque o questionamento se a medida provisória poderia revogar medida provisória anteriormente promulgada pelo Executivo já foi vencido em três Adins (Ação Direta de Inconstitucionalidade), no âmbito do Pleno do Supremo Tribunal Federal. Em todas essas situações, o Supremo julgou constitucionalmente válida a utilização do instrumento medida provisória para revogação de medida provisória. Por sinal, a iniciativa foi tomada no âmbito do governo anterior, e agora o Governo do Presidente Lula recorre ao mesmo instrumento.

E por que é procedente a aprovação desta Medida Provisória, mesmo considerando, do meu ponto

de vista, que a não aprovação seria inócua? Porque este mesmo Plenário do Senado Federal aprovou, no dia 22 de outubro de 2007, a Lei nº 11.529 – e eu tive a honra de relatá-la –, que exatamente tratava de incentivos específicos a três setores que foram prejudicados pela apreciação do câmbio.

Estamos assistindo a um período raro da História, em que a moeda americana, o dólar, vem se desvalorizando frente às principais moedas da economia internacional num ritmo extremamente preocupante, porque ela foi, durante o pós-guerra, a moeda padrão internacional, e a desvalorização desse ativo, como bem disse outro dia um importante colunista, se traduz, talvez, no maior calote da história econômica, porque parte do patrimônio das Nações, muitas vezes, está concentrado exatamente em aplicações que têm o dólar como lastro, desde que o Acordo de Bretton Woods foi superado e o mundo perdeu o padrão ouro.

O dólar passou a ser a moeda de referência, por exemplo, para as reservas cambiais do Brasil, que somam cerca US\$175 bilhões, e para as reservas cambiais da China, que superam US\$1 trilhão. Portanto, só para este fim, o dólar já é uma referência fundamental, e a sua perda de valor preocupa e exige, por parte de vários Governos – eu diria inclusive do Governo brasileiro –, a adoção de políticas do Banco Central para diversificar as aplicações das reservas para preservar o valor.

De outra parte, a desvalorização do dólar e a apreciação do real – e a apreciação do real tem outras razões estruturais. Não é só o nível de reservas, mas o superávit comercial de mais de US\$40 bilhões novamente este ano; são US\$21 bilhões que entraram nos últimos 12 meses, para compra de títulos públicos diretamente no mercado de renda fixa; são US\$17 bilhões de investimento na Bolsa de Valores; são cerca de US\$55 bilhões de investimento direto externo, especialmente por meio dos chamados IPOs na Bolsa de Valores, a emissão de títulos no mercado, que significa um financiamento bastante barato e estratégico para alavancar o crescimento da economia brasileira.

Esse afluxo de recursos externos acelera ainda mais a apreciação do real e preocupa o Governo e alguns setores da economia, sobretudo o exportador.

E essa medida provisória originária tratava de três setores que foram duramente penalizados pela taxa de câmbio – setor de calçados, setor têxtil e de confecção, e o setor de indústria moveleira. E foi aprovado um conjunto de medidas, primeiro por meio de medida provisória e, depois, quando revogada, pela Lei nº 11.529, que aprovamos em 24 de outubro, aqui no plenário do Senado, o Programa Revitaliza, que é um Programa que deu, primeiramente, benefícios

do ponto de vista do crédito do PIS/Cofins, para financiar a compra de bens de capital e insumos para estes três setores: têxtil e confecções, calçados e a indústria moveleira, e o instrumento que nós inclusive expandimos para alguns outros setores. E surgiu na Comissão de Assuntos Econômicos uma série de novas demandas, que é objeto de um projeto de lei apresentado pelo Senador Francisco Dornelles, que quer estender esse benefício para setores como a castanha de caju, que é uma demanda da Bancada do Ceará; camarões, que é uma demanda da Bancada do Espírito Santo e da Bancada do Rio Grande do Norte; para parte da indústria moveleira que não estava contemplada; para a indústria de compressores... Enfim, nós já fizemos um pré-acordo em torno dessa matéria que está tramitando.

Além desse benefício fiscal, a lei que nós aprovamos criou alguns programas especiais no âmbito do BNDES para baratear o custo do financiamento e, por meio disso, alavancar os investimentos, a modernização, com taxas de juros diferenciadas para esses setores mais atingidos pela apreciação do real e pela desvalorização do dólar.

Aprovamos um projeto que foi muito bem recebido pelas indústrias têxtil, de confecções, de calçados e moveleira, lembrando que são setores que têm grande impacto no emprego e que, portanto, a revogação da medida provisória anterior é um instrumento jurídico necessário para que preservemos o que este Congresso já aprovou.

Se, eventualmente, não aprovamos esta medida provisória, creio que o impacto seja pequeno. Vamos ter uma medida provisória que passa a vigorar novamente, que está muito aquém do acordo que fizemos, da lei que já aprovamos e que já foi à promulgação.

Portanto, é completamente irracional a não aprovação desta medida provisória. Ela é juridicamente necessária para fazer valer o projeto de lei que este Plenário aprovou, que é muito mais avançado, muito mais adequado e muito mais detalhado do que a medida originária de julho de 2007.

Em outubro, concluímos uma negociação absolutamente necessária, que ampliou os benefícios, qualificou melhor os incentivos fiscais e desenvolveu os mecanismos de financiamento de crédito.

Por isso, Sr. Presidente, tenho certeza de que o bom senso vai prevalecer e que esta Casa aprovará esta medida provisória, a fim de ter coerência com o projeto de lei que já aprovamos, que já está em vigor. Criaríamos dois instrumentos jurídicos se revogássemos a medida provisória: um está aquém, já está superado e foi aprimorado pelo próprio Congresso Na-

cional, por meio da Lei nº 8.529, que aprovamos em 22 de outubro de 2007.

Por isso, peço aprovação desta medida provisória. Ela é fundamental para fazer valer a lei que aprovamos, por unanimidade, neste plenário e que está em vigência, protegendo, estimulando, beneficiando o setor das indústrias têxtil, de calçados, de confecções e moveleira, tanto do ponto de vista do financiamento do BNDES quanto dos incentivos fiscais.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Mário Couto, para discutir a matéria. Em seguida, terão a palavra os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me incluísse para discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores.

Senador Mão Santa, fico surpreso com o Governo do meu País. Às vezes, fico a pensar sobre o que pensa o Presidente Lula, no sentido de saber o que é urgente.

As medidas provisórias, neste País, foram criadas para que o Presidente da República e os Governadores de Estado tivessem um mecanismo para intervir em uma ação, em um fato que fosse urgente. De repente, manda uma medida provisória para cá e, imediatamente, a revoga e a transforma num projeto de lei. Então, o próprio Governo, Senadores Mão Santa e Expedito, está dizendo que o que ele pensou que era urgente não o é. É impressionante, Senadores! O objetivo principal disso, Senador Expedito, é desobstruir a pauta, para que se possa votar a CPMF. É o objetivo principal.

Isso é bom que se esclareça, para que a população brasileira tenha conhecimento do que se está fazendo, aqui neste Senado. Esse é o objetivo principal. Então, V. Ex^a pode sentir que as medidas provisórias, que vêm para cá em centenas, batendo o recorde de toda história deste País, não são entendidas como urgentes, o que está claro aqui, hoje. Isso é claro.

O que o Governo poderia entender como urgente e mandar uma medida provisória a esse respeito para

cá, Sr. Presidente, seria o caso da menina do Pará. Manda para o Senado, para o Congresso, uma medida provisória, que é urgente, para que se estabeleçam, imediatamente, providências no sentido de que casos dessa natureza jamais ocorram na história do Pará e do Brasil. Isto, sim, pode ser chamado, Senador Valter, de “medidas urgentes”.

Senador Valter, eu vim a esta tribuna do Senado no mês de maio. E no mês de maio, Senador Valter... Senador João Pedro, eu gostaria de olhar para o Senador Valter. Senador Valter, em maio, eu vim aqui e denunciei. Mas V. Ex^a sabe, não é, Senador... Senador novo, chegou agora... Agora que o Senador Tião Viana está conhecendo o Senador Mário Couto. Não sabe de onde ele veio, não sabe quem é, não tem muita voz, ninguém o escuta, ninguém presta atenção nele, mas, um dia, pode ser que eu seja um dos fortes aqui dentro. V. Ex^a é forte? É, até pelo tamanho de V. Ex^a. Ah, obrigado. Mas eu disse aqui, Senador Valter, que lá no meu Marajó, Senador Neuto de Conto, crianças de 11 anos são prostituídas a troco de alimento. Crianças de 11 anos convivem com homens de 50 anos, porque a família o induz a fazer isso, para que o homem de 50 anos possa ajudar a família da menina de 11 anos. Elas são estimuladas a deixar de estudar para se prostituírem. Nas barcaças que passam pelos rios do Marajó em direção ao Amapá, ali vão as meninas que trocam o sexo por alimento, por dinheiro. Já denunciou isso o Bispo do Marajó, já denunciou a Juíza de Portel. Será que há um absurdo pior do que esse? Isso é sistemático, é diário. Para isso, sim, caberia uma medida provisória, para um fato dessa natureza.

Senador Valter, não há nenhuma justificativa cabível no caso da adolescente do Pará. Nenhuma. Dizer que, em outros Governos, já houve casos iguais.

Um erro não justifica o outro, Senador. A Governadora do Pará, sim, sabendo que havia casos semelhantes – não foi um caso isolado – de mulheres colocadas em cadeia junto com homens, devia tomar imediatamente uma providência. É lamentável que ela estivesse aqui em Brasília, dançando carimbó! É lamentável que ela tivesse ido ao Rio de Janeiro tomar banho de praia! Isso tudo é lamentável. Deveria ela, imediatamente, ter punido com seriedade aqueles que cometeram tão absurdo, tão desastroso e tão lamentável ato que o Brasil todo testemunhou!

Mão Santa, veja o incrível: baixaram um decreto que diz que, daqui em diante, não se pode mais encarcerar nem meninas nem mulheres junto com homens. Decreto! Mão Santa, para que decreto, se tem lei? Para que decreto, se a lei é maior que o decreto, Mão Santa? Ninguém disse isso à nossa Governadora? Será que ela não sabe disso? Ela dá uma declaração... Meu

Deus do Céu! Minha Santa Filomena! Isso precisa de uma medida provisória, Senador Valter. A Governadora deu uma declaração no *Jornal da Globo*, às 23 horas, dizendo o seguinte: “A partir de agora, o Pará está livre disso”. Oxalá! Tomara! Todavia, acho que, com as providências dela, não, Mão Santa. “A partir de agora, no Pará, eu vou construir cadeias para homens, mulheres e crianças”.

Olha o que disse a Governadora do meu Estado! Cadeia não se constrói para crianças! Pelo amor de Deus!

Senador Valter, o Presidente Lula deveria mandar medidas provisórias para cá para acabar com isso! Para que o País não assista mais a cenas dessa natureza, que trazem constrangimento a cada família brasileira, a cada coração de mãe. O País não pode passar por isso!

Não o que o Presidente faz: manda uma medida provisória para cá porque é urgente e depois transforma em lei, porque não é mais urgente.

Pois não, Senador. Não sei se posso dar aparte.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– No tempo do orador, pode. V. Ex^a ainda tem dois minutos.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mário Couto, V. Ex^a tem toda a razão em fazer esse veemente protesto contra a violência que se cometeu e foi anunciada no seu Estado do Pará. Todavia, é preciso ficar muito claro que o Estado brasileiro tem feito uma leitura muito equivocada do sistema penitenciário, porque a responsabilidade nesse caso é solidária. É responsabilidade do Governo, que não cumpre a sua parte, que é construir presídios; que é adotar as políticas de recuperação e socialização dos detentos; que é promover, sobretudo, o amparo devido ao jovem, ao adolescente e especialmente à criança. Mas existe também uma responsabilidade do magistrado, do Ministério Público e de todas as autoridades. V. Ex^a sabe muito bem, conhecedor que é da estrutura judiciária do nosso País, que existe um juiz corregedor em todas as comarcas. E aí vai uma pergunta: quando encontramos um juiz corregedor visitando um presídio? Quando encontramos um representante do Ministério Público voluntariamente fazendo uma visita antes de explodir qualquer manifestação num presídio? Então, o que está acontecendo? Nós estamos sempre correndo atrás do prejuízo. Primeiramente, espera-se a rebelião; depois da rebelião, da casa arrombada, comparecem os representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário, do Secretário de Justiça, do Governador, enfim, todos. Esse fato lamentável deve servir de lição para todos que têm responsabilidade com o interno, com o recluso. Sabemos muito bem que o presídio, as

penitenciárias têm se transformado em verdadeiras universidades do crime. E isso tudo por quê? Porque há falta do Estado. O Estado não está presente; o Estado, por meio das autoridades que têm responsabilidade direta com a administração penitenciária, tem sido omissos, e a omissão é que tem propiciado toda a sorte de irregularidades e de violências, como essa a que V. Ex^a, em boa hora, faz menção e contra a qual faz o seu devido protesto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É verdade, Senador Valter, e eu concordo com V. Ex^a.

Por isso que eu digo que este, sim, seria o caso de uma medida provisória que eu votaria aqui com a maior tranqüilidade, para que pudéssemos dar um basta a esses casos terríveis no Brasil.

Vejam o que diz a Constituição estadual, art. 299: “É dever do Estado criar mecanismo de proteção às mulheres e às crianças”.

Dever do Estado!

Ainda o art. 299: “Garantir a imagem social da mulher como trabalhadora, mãe e cidadã”.

É dever do Estado! A Constituição é clara.

O art. 301, § 1º: “É dever do Estado assegurar aos presos respeito à integridade física e moral”. Aos presos! Não é nem a uma criança! Veja bem, aos presos, que já devem ter dignidade. Façam uma idéia: uma criança de 15 anos de idade! E ainda lhe cortaram os cabelos para que ela ficasse parecida com um homem!

A menina parece ter 11 ou 12 anos de idade.

Mas isso, no Pará, hoje não é um caso isolado. Não tenho nada contra a Governadora do meu Estado. Já falei várias vezes aqui. Nunca fui procurado por ela, mas estou de braços abertos para ajudá-la. Eu e os Senadores Flexa Ribeiro e José Nery.

Mas fica parecendo, Senador Sibá Machado, que estou querendo prejudicá-la ou falar mal da Governadora do meu Estado todo dia. Eu quero que a Governadora me dê motivos, repito, para que eu possa vir à tribuna elogiá-la. Eu quero que ela me dê motivos. Mas ela não me deu motivos até agora.

Esse fato, Sr. Presidente, é terrível! Duvido que alguém concorde com esse fato. V. Ex^a não deve concordar. É dever meu, é obrigação minha; eu tenho que falar. Não posso me calar. Se eu me calo, estou pagando a minha culpa própria, eu vou ficar com o dever da minha consciência abalada, Senadores.

Não posso deixar de fazer isso. É a população do meu Estado, representada na figura do Senador Mário Couto, que está aqui. A Governadora está aborrecida comigo e manda as Deputadas Estaduais irem à Assembleia Legislativa do meu Estado falar mal de mim e me denunciar. Enquanto o Senador Mário Couto tiver voz, vou falar aqui em proteção ao povo paraense. O

meu Estado, hoje, está no cenário nacional, em toda a imprensa. Eu tenho que, na quarta feira, fazer um pronunciamento veemente quanto a isso.

Meu prezado Presidente, gostaria de votar uma medida provisória que não fosse esta de hoje, mas uma medida que viesse para cá, Senador Romero Jucá, em caráter de urgência para acabar com esses abusos de crianças de 15 anos de idade estarem em celas junto com presos, com 20 presos – não era nem um, nem dois, nem três, eram 20! Essa, sim, Senador Renan Calheiros, eu gostaria de votar com a maior tranqüilidade, se viesse para cá. Não esta, porque esta aqui não tem caráter de urgência.

Meu Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a medida provisória em tela, MP nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, que dispõe sobre o desconto de crédito de contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção de bens relacionados.

Conforme se depreende com clareza da própria exposição de motivos da Medida Provisória nº 392, o objetivo do Governo, ao contrário do mandamento constitucional de relevância e urgência, é pura e simplesmente retirar a medida provisória revogada...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. Fazendo soar a campainha) – A Presidência faz um apelo ao Plenário. Há orador na tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – (...) da pauta de votações da Câmara dos Deputados para que possa votar outras matérias de interesse do Palácio do Planalto, mais especificamente a CPMF.

Esse ato fica mais evidenciado diante da circunstância de a “revogação” – faço questão de aspear a palavra revogação, Sr. Presidente, – ter sido levada a efeito juntamente com outras duas medidas provisórias igualmente perpetradas pelo Poder Executivo e que agora também se transmudaram de urgentes a descartáveis, em prazo inferior a 24 horas, no caso das Medidas Provisórias nºs 390 e 391, revogando respectivamente as Medidas Provisórias nºs 379 e 380.

A exposição de motivos da Medida Provisória nº 392, de 2007, deixa expressamente consignado que a respectiva decretação de urgência foi editada com o fim de interferir na pauta de votações da Câmara dos Deputados.

Exposição de Motivos nº 138, do Ministério da Fazenda, de 18 de setembro de 2007.

“Item 5. Assim, parece que o mais adequado é revogar a medida provisória em causa, de modo a desobstruir a pauta de votações da Câmara dos Deputados e, ao mesmo tempo, o Governo Federal submeter ao Congresso Nacional projeto de lei sobre a matéria.

Há nisso evidente ofensa aos incisos III e IV do art. 51 da Constituição Federal, que garantem autonomia à Câmara dos Deputados, o que inclui aquela que é uma das mais importantes atribuições do Presidente de uma Casa Legislativa que, em representação do anseio de todos os seus pares, estabelece a pauta de votações.

A providência tomada pelo Presidente da República a saber:

Revogar Medida Provisória com o único argumento de que trancava a pauta da Câmara dos Deputados subverte o curso normal da Ordem do Dia a ser seguida pela Casa, o que malfere a autonomia constitucionalmente a ela assegurada. A verdade é que, bem ou mal, a Câmara dos Deputados devia estar dedicada ao exame da medida provisória que lhe trancava a pauta de votações.

Não. Ao menos naquele momento de propostas outras de interesse do governo, quaisquer que sejam estas, uma vez que os parlamentares estavam cumprindo o dever constitucional deflagrado pela iniciativa do Chefe do Poder Executivo em deliberar sobre matéria de extrema relevância e urgência para o país.

A medida provisória aqui escrutinada dá vazão a um casuísmo governamental que substitui prioridades anteriores por outra. E, diante das conveniências, deixam a atividade legislativa do Parlamento ao sabor do fisiologismo político praticado pelo Governo Lula. Uma urgência anterior é substituída casuisticamente por uma nova. Essa prática, por parte do Poder Executivo, resulta numa diminuição das prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo, sujeitando o Congresso Nacional a uma pauta de votações definida pelo Presidente da República, com evidente afronta aos ditames da Constituição Federal.

Nestes termos, a Medida Provisória nº 392, de 2007, absurdamente nega a urgência atribuída anteriormente pelo mesmo Governo a outra medida provisória também por ele editada.

Por fim, ficou evidente que o relevante para a pauta legislativa do governo no Congresso era a prática reiterada de produzir sucessivos trancamentos de pauta, retirando a discussão e o aprimoramento das proposições da atividade parlamentar, submetendo essas prerrogativas ao balcão de negócios fisiológicos do Planalto.

Por essas razões, Sr. Presidente, por considerar que com essa atitude o Governo banaliza o instrumen-

to das medidas provisórias, o PSDB vai votar contra essa medida provisória.

Senador José Agripino, Senador Romero Jucá, eu aguardo...

Senador Aloizio Mercadante, aguardo o pronunciamento que V. Ex^a vai fazer com o máximo de interesse. O meu partido deliberará sobre a próxima medida provisória, jamais antes de V. Ex^a se manifestar.

V. Ex^a vai fazer uma crítica ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu estou aguardando isso ansioso, ansioso mesmo. Na próxima votação, eu aguardarei que V. Ex^a fale primeiro, para que depois o meu Partido delibere sobre o que fazer a respeito da questão.

Por outro lado, nos cinco minutos que tenho, eu gostaria de me reportar ao que me parece um jogo tático do Governo, mas óbvio. O Governo, do mesmo modo que considerou urgente e crivou com o carimbo da urgência constitucional aquele Projeto de Lei Complementar que versa sobre o imposto sindical – se eu raciocino por ele minimamente –, o Governo vai retirar a urgência constitucional do projeto com o objetivo único de novamente desobstruir a pauta para que se discuta aqui a CPMF. Significa então que o Governo banaliza e desrespeita o instituto da medida provisória. Ele banaliza e desrespeita – vai fazer isso daqui a pouquinho... Se o Senador Aloizio Mercadante manifestar-se a contento...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a me permite um aparte Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muito prazer Senador.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu quero fazer uma proposta a V. Ex^a. Eu não concordo em que se retire a urgência constitucional dessa matéria. Se porventura o Governo retirá-la, eu proponho a V. Ex^a entrarmos em obstrução.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas, aí, não teremos como obstruir a votação da CPMF, Senador José Agripino, porque, meramente, com qualquer número vai poder tramitar cada dia da discussão.

Eu estou, agora, ansioso... Eu tenho aqui... Um dos meus deveres é defender o legado do Governo do qual fui Líder e Ministro. Senador Mercadante, absolutamente leal, como sempre o é, me disse que ia fazer uma crítica ao Presidente Fernando Henrique. Eu estou pedindo que essa crítica seja feita antes, senão eu quebro o compromisso de votar, inclusive, esta matéria. Nem esta votaremos. Eu só votarei a outra se o Senador Mercadante falar. E depois de travar comigo o debate, dependendo do que digamos os dois nessa matéria. Nós não temos como obstruir mais... Nós tínhamos o compromisso de votar agora, com qualquer número, desde que o Governo colocasse número. E

acabou gente nossa, com muito boa-fé, colaborando para se fazer o quórum de 41 – e que não era essa nossa obrigação. Eu estou aqui já dizendo duas coisas: primeiro, que o Governo vai desmoralizar agora o instituto da urgência constitucional, ele que já banalizou e desmoralizou o instituto da Medida Provisória. Mas eu, de qualquer maneira, estou com... São fatos novos. Vou aguardar o nobre Senador e Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Aloizio Mercadante, se pronunciar. E, após seu pronunciamento, é que eu... Aliás, eu gostaria até que se abrisse espaço, Sr. Presidente, senão eu vou pedir verificação de quórum nesta matéria. Já vou pedir nesta matéria mesmo, porque não vou cair nessa de passar por bonzinho agora e, em seguida fala... Então, vai ser sincero e vai falar tudo agora, de uma vez por todas. E eu estarei aqui para, sincero, responder tudo agora, de uma vez por todas, senão esta votação não ocorrerá. Aliás, dois minutos... Não precisa enrolar mais ninguém em dois minutos, Sr. Presidente. Para mim, já está encerrada a conversa.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para discutir a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, imprensa e demais presentes no nosso plenário e que nos honram muito, assistindo à nossa sessão.

Sr. Presidente, hoje venho a esta tribuna, porque ontem estava eu, pela manhã, em um culto e, ao sair, fui abordado por três senhoras que, com veemência, me pediram, Sr. Presidente, para votar contra a CPMF e me pediram convencidas de que esse é até um dever cristão de qualquer cidadão que sinta misericórdia pelo povo brasileiro, já sobrecarregado de tantos tributos, tantos impostos, tantas contribuições, e que, portanto, o voto contra a CPMF se impõe como um resgate à dignidade ou um resgate social na nossa Terra.

De tal maneira, Sr. Presidente, foi aquele pedido incisivo que não havia contra-argumentos. Aliás, a ocasião e o local não o permitiam.

Mas eu me obriguei, Sr. Presidente, devido aos ditames da minha consciência, a ocupar a tribuna hoje para falar sobre esse tributo e sobre o voto que darei a esse respeito.

Sr. Presidente, desde que assumi meu mandato, tenho me preocupado com a situação do nosso País. Vivi na África durante dez anos, nos Países mais pobres. Eu me lembro do Malawi, da Zâmbia, do Quênia, da Uganda, do Madagascar, do Lesotho, da Suazilân-

dia, e de Moçambique, que, quando vivi lá, segundo a ONU, era o País mais pobre do mundo. Mas nunca vi, Sr. Presidente, na África ou nos dois anos que passei no sertão, em Irecê, na Bahia, a miséria que vejo nas comunidades carentes das favelas do Rio de Janeiro. É verdade que isso tudo assusta. É verdade que há argumentos – e a mídia os usa – para chamar o Governo de perdulário, faustoso, conspícuo, colocando sobre esta Casa e sobre as instituições a culpa de uma desigualdade social que não temos, que não carregamos, que não está nas nossas consciências ou no nosso coração.

O Brasil hoje não é um, o Brasil são três. O primeiro Brasil é uma extraordinária minoria de 15 mil famílias que hoje são donas de 80% dos títulos da dívida pública, que este ano deve a R\$1,2 trilhão; 15 mil famílias brasileiras, donas do sistema financeiro, do grande capital industrial, donas da produção rural e os donas das grandes mídias, que, sozinhas, detêm R\$900 bilhões e que vão receber 11,25%, porque baixamos de 24% para 11%, R\$99 bilhões este ano.

Sabe quanto vão pagar de imposto? Vinte e sete e meio? Não, Sr. Presidente. Esse valor será pago por brasileiros como eu, o senhor e os demais que são assalariados. Irão pagar 15%, porque aplicações financeiras pagam 15% de Imposto de Renda neste País. E, se multinacionalizaram seu capital, se puseram dinheiro lá fora e aplicam de lá para cá, vão pagar 0% de Imposto de Renda sobre bilhões.

E não se discute isso aqui, Sr. Presidente. Parece que é um crime. A mídia não coloca nas páginas dos jornais, não sai nas capas das revistas. Nunca vi tocar nesse assunto. Parece um pecado capital, e as pessoas, até na porta da igreja, falam da CPMF, que é, nessa carga tributária, realmente um imposto. É mais um, mas é o mais progressivo que temos. E, se, nesta Casa, nós o aperfeiçoarmos para isentar todos os brasileiros no limite dos isentos do Imposto de Renda, tiraremos a regressividade dele. Ele passará a ser o imposto, a contribuição mais progressiva da nossa carga tributária. Mas parece que essas coisas não têm relevância. E não discutimos o Imposto de Renda dos muito ricos, dos grandes especuladores do mercado financeiro, que irão pagar de Imposto de Renda neste ano metade ou 0% sobre bilhões de reais.

Sr. Presidente, o segundo Brasil são os dez milhões de brasileiros que detêm o restante, o saldo da dívida pública. Aí estão os nossos jogadores que ganharam dinheiro no exterior, e os grandes artistas. Um tem R\$1 milhão, outro tem R\$2 milhões, outro tem R\$10 milhões, outro tem R\$15 milhões e, somando todos, são R\$300 bilhões.

E o terceiro Brasil é o que nos preocupa. São 180 milhões de brasileiros: 23 milhões de deficientes, mentais, cegos, surdos, mudos e paráliticos; 50 milhões de crianças, em números redondos, e de adolescentes na fase escolar; 30 milhões de aposentados e pensionistas do setor público e privado; 80 milhões da nossa população economicamente ativa: 10% no desemprego aberto e 20% no subemprego – essa turma que vemos nas ruas aos berros tentando vender alguma coisa para sobreviver; o restante, 70% ganhando até três salários mínimos.

Ora, Sr. Presidente, quem vai causar a demanda para que essa economia cresça – e isso é fundamental –, para que essa economia gere empregos, para que tenhamos recursos para fazer a infra-estrutura de que precisamos, se não o Governo? Quem vai gerar, numa economia de altos juros, de intensa especulação, demanda para que haja investimento, a não ser o Governo?

Mas o Governo precisa ter recursos, com uma carga tributária justa e, sobretudo, progressiva. Eu queria explicar isso tudo ontem. Faço-o hoje aqui, Sr. Presidente, e não poderia deixar de fazê-lo.

Sr. Presidente, a CPMF precisa ser aprovada. Não é porque é o Governo Lula, ou porque no passado foi o Presidente Fernando Henrique. É porque dela depende a saúde, esse povo pobre, essas pessoas sofridas, essa nossa gente sofrida e valente que vive pelo sertão e pelas comunidades carentes, as pessoas que hoje estão desempregadas e subempregadas, muitas delas sendo empurradas para estratégias de sobrevivência. Aliás, Sr. Presidente, nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, hoje quem está envolvido, infelizmente, em vendas de piratas ou no subemprego, na informalidade, diria até trabalhando no tráfico, acabam tendo uma certa complacência da comunidade que considera essas coisas como estratégia de sobrevivência, tendo em vista a dificuldade em que hoje vivemos para conseguir um bom emprego, para sobreviver.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eram essas as minhas palavras e as minhas considerações. É assim que venho a esta tribuna extravasar o meu sentimento, a minha consciência e pedir a compreensão do povo brasileiro para que preste atenção nas causas reais, muitas vezes não abordadas, não defendidas nas capas de jornais e de revistas, exatamente por defenderem interesses dos muito ricos que usam os meios de comunicação, até manipulando a classe média contra seus interesses concretos, contra o futuro dos seus filhos, fazendo com que a discussão seja superficial, enquanto não se toca nas reais causas da miséria, da pobreza e da infelicidade do nosso povo, que é essa desigualdade social anômica, cruel, he-

dionda, mas, infelizmente, legal, legítima, crescente. E é isso que precisamos mudar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os cumprimentos a V. Ex^a.

Encerrada a discussão.

Votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, desta vez, por favor, peço verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – AC) – O PSDB pede verificação de *quorum*, com apoio dos Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias e Mão Santa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Antes, tenho o dever de proclamar o resultado: aprovada a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria entender. Parece-me que, pelo levantamento das Lideranças, a matéria foi rejeitada. Se foi rejeitada, não cabe pedido de *quorum*, exatamente porque foi a mesma posição que votaram o Democratas e o PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, Sr. Presidente. Peço verificação. Quero um resultado legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência, para não ficar dúvida, vai esclarecer novamente para conceder o pedido de verificação.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu, que não rejeitei, Sr. Presidente, peço verificação de *quorum*, apoiado pelo Senador Mão Santa, pelo Senador Alvaro Dias e pelo Senador Papaléo Paes.

O PSDB entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem direito à verificação. (Pausa.)

O painel já está liberado para verificação de *quorum* (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Solicito aos Srs. Líderes que peçam a presença dos Srs. Senadores em plenário. A matéria exige pelo menos 41 votos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a quer dizer o voto “não”, Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não. Agora, eu quero dizer o voto “sim”, acompanhando o Senador Arthur Virgílio. Em homenagem ao voto do Senador Arthur Virgílio, vamos votar “sim” também.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Liderança do Governo muda e recomenda o voto “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, acabei de mudar para abstenção. (Risos.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Democratas vota “não”.

Senador Valdir Raupp, como vota o PMDB?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PMDB vota “sim”.

Senador Renato Casagrande, para orientar a Bancada.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, nosso Partido vota “sim”, porque temos poucos dias até o final do ano legislativo e temos matérias muito importantes para serem apreciadas no Senado. Então, estamos interessados em dar seqüência à pauta aqui no Senado; queremos desobstruí-la, para votarmos matérias importantes, como o caso da regulamentação de recursos para a saúde, um tema com o qual V. Ex^a está envolvido diretamente, e nós também queremos resolver o mais rápido possível.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA) – Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Cafeteira orienta o seu Partido, o PTB, a votar “sim”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PRB encaminha o voto “sim”.

O Senador Eduardo Suplicy não votou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só estava querendo entender, Sr. Presidente, essa linguagem que aconteceu há pouco, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Inicialmente, Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou votar “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Inicialmente, houve uma orientação de voto “não” e, posteriormente, uma mudança pelo voto “sim”. Salvo

o Democratas, que mantém o voto “não”, e o PSDB, que segue o voto de abstenção.

O Senador Suplicy votou?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Votei “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votou “sim”, seguindo a Liderança do Governo e da base de apoio ao Governo.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– E com o entendimento de que, ao votar esta Medida Provisória, temos a compreensão de que ela revogou uma medida provisória para ser substituída por projeto de lei.

Na verdade, o Governo fez aquilo que, muitas vezes, a própria Oposição conclama. E V. Ex^a tem dito que é muito melhor estarmos legislando e o Governo legislar por Projeto de Lei, em vez de usar tanto a medida provisória.

Nesse caso, a Medida Provisória é para revogar uma outra e, assim, legislar-se por projeto de lei. Por essa razão, eu votei “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Arthur Virgílio, ouço V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, qual o tempo aprazado por V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Arthur Virgílio, a Presidência pode estender por dez minutos e encerrar a oportunidade da votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, quem pediu verificação tem de votar também?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Regimentalmente tem de votar; e quem deu o apoio tem de votar, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Está bem, Sr. Presidente.

(Continua em processo de verificação de quorum.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente,

eu marquei quando V. Ex^a disse que iria contar dez minutos. No meu relógio, dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Mário Couto, a Presidência marcou 17 horas e 24 minutos naquele relógio; às 17 horas e 34 minutos encerrará, cumprindo rigorosamente o acordo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quantos minutos faltam no seu relógio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Seis minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Seis minutos?!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– São dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu vou

jogar meu Mido fora. Não está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está marcado aqui pela Secretaria-Geral da Mesa como marco oficial.

(Procede-se à verificação de quorum.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Vou encerrar a votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram?

Vou encerrar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 32; e NÃO, 2.

Houve 5 abstenções.

Total: 39 votos.

Aprovada a matéria.

Passa-se ao item seguinte.

A matéria vai à promulgação, Senador Arthur Virgílio.

Segundo o art. 306 do Regimento, para o *quorum*, deve-se contar quem está. O Senador Mário Couto e o Senador Eduardo Azeredo contam como presentes.

Passa-se ao próximo item da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não registraram a presença?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Mesmo não registrando, contam – art. 306 do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

A Presidência já anunciou e dá a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela ordem. A Presidência pede que o Plenário ouça o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Lamento muito esta circunstância da vida. Lamento muito. Vou até, de maneira muito sincera, dizer o que se passa. V. Ex^a está

absolutamente correto no seu julgamento, só que rompendo com uma praxe do Senado, uma praxe desta Legislatura e uma praxe da sua gestão, inclusive. Já houve outros episódios em que isso não foi trabalhado desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Lamentavelmente, Senador Arthur Virgílio, só para ajudar o amigo – e V. Ex^a é um amigo e sabe da certeza com que afirmo isso: quando se trata de obstrução, é esse raciocínio que V. Ex^a põe. A matéria aqui não é de obstrução.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas eu disse que estava em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não. V. Ex^a pediu a verificação, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu disse: “O PSDB entra em obstrução”. Por favor, mande ver as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço à Secretaria-Geral da Mesa que confira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu juro, pela minha mãe, que não deixo votar esta CPMF a persistir este tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a é sabedor, Senador Arthur Virgílio, do respeito. Se houve um pedido de obstrução, V. Ex^a será devidamente atendido. Se não houve, estou aplicando o Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por favor, mande verificar.

Todos ouviram o que falei.

Sr. Presidente, de qualquer jeito, conto no dedo amigos tão íntimos meus como V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tenha certeza disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora, temos o dever de cada um fazer o que julga melhor na vida pública. E, como V. Ex^a é um homem público, sou um homem público. Ainda que eu não tenho falado – e eu falei, V. Ex^a vai ver já, já –, isso quebra uma praxe aqui da Casa. Ou seja, todas as vezes, durante a Presidência do Senador Sarney, do Senador Renan e a Presidência de V. Ex^a, as pessoas ficavam aqui. V. Ex^a tem absoluta razão. Daqui para frente, será assim. Daqui para frente, as pessoas terão que sair para que não conte *quorum* a presença delas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora, retribuirei com juros e correção monetária do tempo da hiperinflação, ao longo da tramitação da CPMF, o gesto de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fique absolutamente tranqüilo quanto a isso. Não fica em mim um pingo de mágoa. Portanto, que não fique em ninguém um pingo de mágoa em relação ao procedimento que será adotado pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, fique certo V. Ex^a que eu jamais abrirei mão de obediência ao Regimento. E fique certo V. Ex^a que estou, daqui, observando os movimentos no plenário. Por exemplo, o Senador Marco Maciel duas vezes pegou o painel de votação para votar e, sabedor que é do Regimento, ausentou-se do plenário – e não posso contar a presença dele.

Agora, lamento que a assessoria não tenha informado a V. Ex^a o art. 306 do Regimento. Aí, passo a ser penalizado por uma falha de informação regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me, Sr. Presidente. Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Aí, não é minha...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me, Sr. Presidente. A assessoria não precisava me informar, porque eu disse que V. Ex^a, regimentalmente, está coberto de razão, apenas rompendo com uma praxe, rompendo com uma praxe. V. Ex^a tem uma cabeça política – tecnicamente os dois se equivalem –, uma cabeça política, eu diria, acima da Dr^a Cláudia, acima da Dr^a Cláudia. Sua cabeça política talvez não tenha hoje obrado bem. V. Ex^a está coberto de razão por vias regimentais. Fui o primeiro a dizer isso. Não estou questionando. Apenas rompe com uma praxe.

Aqui quero chamar atenção dos meus companheiros da Oposição, dos meus companheiros do DEM, para mostrar como o Governo está morto de medo de votar a CPMF, ou, na verdade, como não está com medo algum e gostaria de poder votar hoje, se pudesse votar hoje.

Se se quer barrar esse imposto, que não é bom para a economia brasileira, o justo é se obstaculizar essa votação e se brindar o Ano Novo aqui dentro – abrir um champanhezinho aqui, se isso não representar quebra de decoro parlamentar. Fora disso, o Governo aprovará a CPMF.

Essa é a opinião que tenho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar e em defesa de V. Ex^a, eu gostaria de dizer uma coisa importante.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão o orador.) – Sr. Presidente, pedi pela ordem bem primeiro. Se é para seguir o Regimento, va-

mos embora seguir o Regimento. Se é para seguir o Regimento, tem que se seguir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Suplicy, a Presidência dará a palavra a seguir a V. Ex^a. Primeiro...

Calma, Senador Mário Couto, V. Ex^a terá direito à palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Calma, não. V. Ex^a acabou de dizer que, daqui por diante, vai seguir o Regimento. Siga, então.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– E é exatamente isso que estou fazendo, Senador Mário Couto. Estou concedendo a palavra a V. Ex^a. V. Ex^a não precisa de nenhum tipo de relação diferente. O Senador Suplicy terá a palavra pela ordem a seguir.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a é useiro e vezeiro em fazer isso.

O Presidente acaba de dizer que vai seguir religiosamente o Regimento. Acaba de dizer isso.

Nada contra V. Ex^a, mas V. Ex^a devia respeitar que eu tinha pedido na frente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou respeitando.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Então, pronto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Mário Couto tem a palavra pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seria muito ingênuo, Presidente, eu ficar aqui de propósito, simplesmente para prejudicar o meu Partido. Seria muita ingenuidade. Sr. Presidente, olhe as minhas barbas. Tenho 61 anos de idade, 18 anos de Parlamento. Seria muito ingênuo. Perguntei a vários Senadores aqui, a vários, Senador Arthur Virgílio, se eu deveria sair. Sabe o que me responderam? “Não. Isso aqui é praxe na Casa; não precisa V. Ex^a sair”. Ainda quis me encaminhar ao cafezinho e perguntei a outro companheiro lá: É preciso sair? “Não, isso aqui todo mundo faz, é praxe da Casa”.

A partir de hoje, V. Ex^a está dizendo que não se faz mais, a partir de hoje, mostrando claramente – deixo registrado isto aqui, Presidente –, mostrando claramente o interesse do Governo em passar por cima e votar a CPMF. Aí complica mais. Aí, é complicado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Mário Couto, a única manifestação que faço à reflexão de V. Ex^a, extensiva aos Senadores, é que em nada se eleva e se defende a Instituição quando se quer tratar uma questão de Plenário como uma guerra entre esperteza de Mesa ou de quem está conduzindo a sessão.

Quantas vezes, como Oposição minoritária, com sete Senadores apenas, perdemos por todas as defesas e aplicações do Regimento desta Casa. Nunca levantei a palavra para criticar a Mesa por falha ou manifestação de desatenção ou alguma interpretação errada do Regimento.

Quando V. Ex^a se refere à obstrução é correto tudo o que lhe disseram. Quando se trata de um pedido de verificação, não. E ninguém na Mesa, nenhum assessor, ouviu a palavra “obstrução”. Mas, em respeito ao Senador Arthur Virgílio, pedi a nota taquigráfica e a gravação. Se houver, mudaremos a posição imediatamente. Agora, não se pode pensar que se ganha toda vez num confronto com a Mesa, quando estou cumprindo o Regimento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero lhe confessar uma coisa: é a primeira vez, durante toda minha vida parlamentar, que vejo uma atitude dessa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vamos checar as notas taquigráficas. Estou confirmando aqui. Tentei duvidar de mim próprio, mas os colegas aqui em volta não me deixam duvidar de mim próprio. Eu falei que o PSDB estava em obstrução. Já vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se houve isso, será prontamente considerado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar um testemunho aqui. V. Ex^a, nesse tempo em que assumi a Presidência, procurou, inclusive atendendo ao apelo de todos os Senadores, de todos os partidos, fazer com que o Regimento Interno fosse devidamente respeitado. Exemplo disso é que V. Ex^a, desde então, inicia a Ordem do Dia às 16 horas, com pequena margem, algo que não estava ocorrendo em função de problemas, às vezes, até das solicitações dos líderes que ficavam pedindo pela ordem e tudo mais. Desde então, V. Ex^a tem procurado disciplinar isso, como um exemplo. Então, que V. Ex^a esteja defendendo a aplicação do Regimento neste caso é a forma de sempre, de maneira mais imparcial e na defesa de todos, fazer com que todos respeitem as decisões da Mesa. Eu quero dar esse testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Questão de Ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de solicitar do Senador Romero Jucá, Líder do Governo, a confirmação do que nos ofereceu na última reunião, quando

afirmou: “Concordo que, se há duas ou três medidas provisórias, se façam votações nominais, independentemente do interstício de uma hora. Concordaríamos com a votação nominal em cada caso, exatamente para que pudéssemos sair desse impasse e continuar o processo de discussão”.

Consulto o Senador Romero Jucá se concorda com a manutenção desse compromisso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador Alvaro Dias, eu fiz essa proposição na sexta-feira e quero dizer que mantenho a proposição. Mais do que isso, se essa questão não ficar esclarecida, não teremos clima para continuar votando hoje. Mesmo com o prejuízo de um dia, a segunda medida provisória nós deixaremos para amanhã exatamente para mostrar que não há nenhuma intenção de se “patrolar” a Oposição nesta questão, até porque a Oposição poderia concordar com uma hora de interstício e depois falar... A questão não é nos digladiarmos, e sim nos entendermos. E é isso o que estou buscando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já chegaram as notas taquigráficas?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não. Vamos aguardar, Senador. Não tomarei nenhuma atitude enquanto não chegarem as notas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias está concluindo, ainda, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Sr. Presidente, para concluir, eu quero louvar a atitude do Senador Romero Jucá, porque, diante do impasse que estamos alimentando agora em relação à interpretação do Regimento, o que oferece como proposta é adequado. Eu creio que é de bom senso...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se for esse o entendimento do Senador Arthur Virgílio, não haverá nenhum problema em encerrarmos e deixar para amanhã; senão, aguardo as notas taquigráficas com a mais absoluta tranquilidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Sr. Presidente, eu quero o esclarecimento. Faça questão do esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu também tenho necessidade disso, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero o esclarecimento, porque adoraria estar de licença para não ter de entrar em choque com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu tenho certeza disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu só não entro, porque quero derrubar a CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tenho certeza disso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino Maia, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto se aguarda a chegada... Para mim, faz pouca diferença, muito pouca, pelo seguinte: o Senador Arthur Virgílio pode ter um milhão de defeitos, mas mentiroso S. Ex^a não é.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – É a mesma certeza que eu tenho.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM - RN) – S. Ex^a afirmou, e eu acho – apenas acho – e, em achando, estou convencido de que deve ter dito que o seu Partido se encontrava em obstrução. Na medida em que S. Ex^a repete isso no Plenário, para mim basta! Eu não o tenho na conta de alguém que compromete a credibilidade da própria palavra em um episódio como este.

Por essa razão e manifestando a credibilidade da palavra, eu posso divergir de S. Ex^a, posso em alguns momentos estar de acordo, em outros momentos não estar de acordo, mas não concordo que se duvide da palavra de um Líder da qualidade de Arthur Virgílio.

Por essa razão, quero declarar a V. Ex^a que, em qualquer circunstância, com resposta ou sem resposta, o Democratas entra, a partir de agora, em obstrução e não concordará com o prosseguimento de votações.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a há de convir que a Mesa jamais pode acreditar que é possível tomar uma decisão sem ter ouvido o que foi dito por um Senador no Plenário. Então, ao se confirmar a nota taquigráfica, não teremos um milímetro de dúvida em reconsiderar o resultado da votação. Agora, se não houve, não tenho como trabalhar em cima de suposição.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que houve uma zona cinzenta nesta votação. Eu ouvi o Senador Arthur Virgílio dizer assim: eu não voto mais “sim”, eu agora voto “abstenção”. Foi o que eu entendi. Tanto que vários Senadores do PSDB votaram “abstenção”. É só reabrir o painel. Houve cinco votos de “abstenção” pelo encaminhamento que foi dado.

Da mesma forma, eu não ouvi o Líder do DEM, Senador José Agripino, encaminhar a obstrução. Eu

não ouvi. Não foi pedida a verificação e foi encaminhada a votação.

Se as lideranças estivessem em obstrução, a nossa bancada está em obstrução e não vota. Houve um encaminhamento de votação e uma parte seguiu. Vários Senadores da Oposição, inclusive, votaram “abstenção”. Houve cinco votos de “abstenção” a partir da mudança de voto da Liderança.

É providente que nós possamos ver o esclarecimento do Regimento, e esclarecer de uma forma definitiva, porque isso vai valer para todas as outras votações.

O art. 13 diz:

Art. 13. Considerar-se-á ainda ausente o Senador que, embora conste da lista de presença das sessões deliberativas, deixar de comparecer às votações, salvo se em obstrução declarada por líder partidário ou do bloco parlamentar.

É o que consta do Regimento.

Então, quero ser muito sincero: o que ouvi foi “abstenção”. A Liderança encaminhando “abstenção” e não propriamente “obstrução”.

De qualquer forma, vamos verificar nas notas taquigráficas e no áudio da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou ali lendo com o máximo de boa-fé uma fala, e aí não consta mesmo, porque senão teria havido um incidente.

A Dr^a Cláudia mandou buscar a fala de dez minutos, para discutir a matéria. Não é aquela como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência vai aguardar toda a fala de V. Ex^a no dia de hoje, para não ter nenhuma dúvida, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ali eu teria de ser um vidente, uma figura de poderes sobrenaturais, aquele Thomaz Green Morton.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Vamos aguardar e, se não houver afirmação na transcrição taquigráfica, ainda vamos ouvir e acompanhar a gravação do vídeo, dois recursos que temos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A Dr^a Cláudia chega e já lhe passa a informação de que... balança cabeça. Ou seja, o jogo tem de ser mais franco aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Vamos aguardar com absoluta transparência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vamos aguardar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se não houver na nota taquigráfica, ainda vamos ver o vídeo para ver se resta alguma dúvida.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Aproveitando o espaço de tempo em que V. Ex^a aguarda as notas taquigráficas, solicito a transcrição, na íntegra, nos Anais da Casa do editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, edição de ontem, intitulado *O melhor é dizer não. Elevação da Venezuela a status de sócio pleno do Mercosul traz mais riscos que vantagens ao Brasil. Congresso deve rejeitá-la.*

O editorial destaca: “O Brasil deve fazer negócios com todas as nações do Planeta, independentemente do seu regime político, mas não está obrigado a compartilhar aspectos da soberania com regimes hostis ao livre mercado e ao cânone democrático”. E prossegue:

A explosão das vendas brasileiras para a Venezuela, citada em apoio à aceitação do novo sócio, não tem conexão com o Mercosul. Foi deflagrada pelo surto de consumo naquele País, propiciado pela extraordinária alta dos preços do petróleo.

Por fim:

Dar a Chávez o poder de veto no Mercosul seria caminhar no sentido contrário. O bloco, cujo manejo já é delicado, ficaria virtualmente ingovernável. A possibilidade de acordo amplo com os Estados Unidos e a própria União Européia diminuiria bastante. Por tudo isso, [conclui o editorial], o melhor é que o Congresso diga ‘não’ à entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Aliás, essa foi a decisão da Comissão Executiva Nacional do PSDB a respeito do ingresso da Venezuela no Mercosul.

Peço a V. Ex^a que autorize a transcrição nos Anais da Casa desse editorial.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras,

Solicito a transcrição na íntegra nos **Anais** da Casa do ponderado Editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, edição de ontem, intitulado “O melhor é dizer não” – Elevação da Venezuela ao status de sócio pleno do Mercosul traz mais riscos que vantagens ao Brasil; Congresso deve rejeitá-la.

Como destaca o referido editorial: “O Brasil deve fazer negócios com todas as nações do planeta, independentemente do seu regime político, mas não está obrigado a compartilhar aspectos da soberania com regimes hostis ao livre mercado e ao cânone democrático”.

E prossegue o editorial: “A explosão de vendas brasileiras para a Venezuela, citada em apoio à aceitação do novo sócio, não tem conexão com o Mercosul. Foi deflagrada pelo surto de consumo naquele país, propiciado pela extraordinária alta dos preços do petróleo”.

Por fim, “dar a Chávez o poder de veto no Mercosul seria caminhar no sentido contrário. O bloco, cujo manejo já delicado, ficaria virtualmente ingovernável. A possibilidade de acordos amplos com os EUA e a própria União Européia diminuiria bastante”.

Por tudo isso, concluí o editorial em tela: “o melhor é que o Congresso diga não à entrada da Venezuela no Mercosul”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por outro lado, até para aguardarmos com mais consciência essa questão, dez minutos produzem diversas folhas dessas. Ela me traz uma folha.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu solicitei todas as falas de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Bastaria solicitar aquela em que, como Líder, eu me pronunciava sobre a votação.

Mas, Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de requerer à Mesa um voto de aplauso à cineasta amazonense Cristiane Garcia, por ter obtido o prêmio do júri, na categoria de curta-metragem, 35 mm, no recente Amazonas Film Festival, em Manaus, bem como ao escritor amazonense Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme.

Cristiane é uma promissora cineasta, e Milton Hatoum para mim é talvez o mais vigoroso romancista da sua geração, autor de alguns livros – ele não é tão prolífico –, pelo menos duas obras-primas: *Relato de um Certo Oriente*, que eu considero uma obra-prima, e *Dois Irmãos*, que é uma “obra-primíssima”. Depois vem *Cinzas do Norte*, e ele está reescrevendo o seu primeiro livro, que era um opúsculo: *Um Rio Entre Dois Mundos*. Ele consegue universalizar a minha cidade e a cidade dele, Manaus, consegue universalizar o seu sentimento de descendência árabe e é facilmente inteligível por qualquer russo que o leia, qualquer sueco que o leia. Por isso é traduzido em tantas línguas, ele que hoje é professor de Berkeley. É uma figura realmente extraordinária, e a inspiração de Cristiane Garcia foi absolutamente muito bem casada com o talento, já imortal, de Milton Hatoum.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT – AC) – Os cumprimentos a V. Ex^a, extensivos a Milton Hatoum, a quem conheço e devoto a maior consideração pela inteligência literária tão importante para o Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para fazer o registro de um fato preocupante ocorrido no Estado do Espírito Santo, no sábado passado. O Advogado Geraldo Gomes de Paula esteve numa delegacia do Estado do Espírito Santo, tratando dos interesses dele como advogado, e, aparentemente, mais do que aparentemente, foi agredido por um tenente da Polícia Militar. Esse advogado veio a falecer na data de ontem, domingo. Isso, de fato, precisa ser apurado. O Governo do Estado já recebeu o laudo. Já ficou comprovado que o advogado morreu por fratura do crânio, por pancada que sofreu na cabeça. Já se determinou a prisão do tenente.

Hoje esteve lá o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Já há o envolvido da Ordem dos Advogados do Brasil do Espírito Santo, do Dr. Antônio Augusto Genelhu, que é o Presidente da Ordem, todos pedindo apuração rigorosa, porque é um cerceamento, uma agressão fatal no exercício da profissão de advogado, e é inaceitável que isso de fato tenha acontecido. A apuração tem que ser rápida, rigorosa,

e a punição, também comprovada definitivamente a participação, deve ser rigorosa.

Eu queria fazer o registro porque é um fato que nos assombra, é um fato ao qual precisamos dar visibilidade, para que isso não venha a acontecer. Ao que ocorreu no Pará também já foi dada visibilidade. E dá-se visibilidade à prisão da moça junto com os demais encarcerados, o que também não pode ocorrer em hipótese alguma, e a imprensa nacional está dando destaque. O que houve no Espírito Santo também é inaceitável, e nós temos que dar destaque, visibilidade, para que não venha a ocorrer novamente. É de se lamentar efetivamente que isso tenha acontecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra o Senador Romeu Tuma e, a seguir, o Senador João Pedro.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto V. Ex^a aguarda as notas taquigráficas, primeiro quero cumprimentar o Senador Renato Casagrande pelo que disse agora. Faço um apelo para que os policiais se revoltem contra os colegas que agem com violência desnecessária, principalmente não cumprindo o que a lei determina, porque isso vai virar contra toda a formação profissional dos policiais. O caso do Pará, esse caso descrito no Espírito Santo e alguns outros.

Sr. Presidente, encaminhei à Mesa um pedido de aplausos pelo recebimento da nomeação pelo Papa Bento XVI de D. Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, para integrar o Sacro Colégio Pontifício.

Da mesma forma que outros 22 prelados agora escolhidos por S. Santidade, o Cardeal Odilo passa a compor aquela antiga instituição para permanecer próximo ao Papa como conselheiro e colaborador.

Terá, principalmente, a tarefa de auxiliar o Sumo Pontífice, bem como convocar o colegiado para examinar as questões mais importantes. Também poderá votar e ser votado nas eleições dos sucessores de São Pedro, na cúpula do catolicismo.

Sr. Presidente, deixei o requerimento. Já estou fazendo praticamente o encaminhamento e peço que seja dado como lido todo o meu pronunciamento, porque sei que V. Ex^a está preocupado em esclarecer a situação com o Senador Arthur Virgílio. São dois Senadores que toda a Casa respeita muito: V. Ex^a, pela tranquilidade com que preside, e o Senador Arthur Virgílio, com o princípio de honestidade que respeitamos. E V. Ex^a, com tranquilidade, tenta sanar essa dificuldade.

Então, peço que essa homenagem a Dom Odilo Scherer seja dada como lida. Hoje ele é o Cardeal do meu Estado, é o Arcebispo de São Paulo que ingressa no Colégio dos Cardeais da Santa Sé.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho o prazer de lhes comunicar que, anteontem (*sábado, 24/11/2007*), o Papa Bento XVI nomeou Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, para integrar o Sacro Colégio Pontifício.

Da mesma forma que outros 22 prelados agora escolhidos por Sua Santidade, o Cardeal Dom Odilo passa a compor aquela antiga instituição para permanecer próximo ao Papa como conselheiro e colaborador. Terá, principalmente, a tarefa de auxiliar o Sumo Pontífice quando convocar o colegiado para examinar as questões mais importantes. Também poderá votar e ser votado nas eleições dos sucessores de São Pedro na cúpula do catolicismo.

Recebi a notícia com dupla satisfação. Primeiro porque o Brasil ganha mais um cardeal – o 18.º em nossa história – e, depois, porque foi escolhido o líder da Igreja em minha cidade. Mas, há ainda outros motivos para nos ufanarmos das decisões anunciadas por Bento XVI em duas das mais belas e tradicionais cerimônias na Basílica de São Pedro, culminando com a entrega dos barretes vermelhos e anéis cardinalícios aos prelados. Ombriem-se, doravante, entre os 180 membros que podem votar por terem menos de 80 anos, embora todos os 201 cardeais sejam aptos a se elegerem Papa.

Dos quatro prelados latino-americanos nomeados, são eleitores, além de Dom Odilo, também o argentino Dom Leonardo Sandri e o mexicano Dom Francisco Robles Ortega. Dom Estanislao Esteban Karlic, o outro argentino escolhido, tem mais 80 anos.

Ressalto o fato de aumentar para quatro o número de participantes brasileiros no Sacro Colégio, onde já se encontravam Dom Cláudio Hummes, Ministro de Bento XVI; Dom Geraldo Majella, Arcebispo de Salvador; e Dom Eusébio Scheid, Arcebispo do Rio de Janeiro. E enalteço o imenso simbolismo contido na designação de Dom Emmanuel III Delly, do Iraque, com a qual o Papa evidenciou novamente os próprios anseios. Com incisivas palavras, instou à reconciliação e a paz entre os povos envolvidos na guerra iraquiana. Lançou convocação geral pelo fim do conflito e pediu que se

reafirme a solidariedade de toda a Igreja aos cristãos iraquianos.

“Sejam apóstolos de Deus, que é amor, e testemunhas da esperança evangélica”, disse Sua Santidade ao impor o barrete aos treze novos cardeais europeus, quatro latino-americanos, dois americanos, dois africanos e dois asiáticos.

Dom Odilo assumiu a maior arquidiocese brasileira em março último. Filho do Sr. Edwino Scherer e da Sra. Francisca Wilma Steffens Scherer, descendentes de imigrantes alemães da região do Sarre (Saarland), é natural de Cerro Largo, Rio Grande do Sul, onde nasceu a 21 de setembro de 1949.

Parente distante do falecido cardeal Dom Vicente Scherer, Dom Odilo recebeu a ordenação de presbítero em 7 de dezembro de 1978, em Toledo, Paraná. Realizou os estudos preparatórios no Seminário Menor São José, em Curitiba. cursou Filosofia no Seminário Maior Rainha dos Apóstolos, também em Curitiba, e na Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, de 1970 a 1975. Formou-se em Teologia no Studium Theologicum, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Curitiba. É mestre em Filosofia e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Foi reitor e professor no Seminário Diocesano São José, em Cascavel (1977-1978); no Seminário Diocesano Maria Mãe da Igreja, em Toledo (1979-1982 e 1993); professor de Filosofia na Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busatto, em Toledo (1980-1985); na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Toledo (1985-1994); Professor de Teologia no Instituto Teológico Paulo VI, de Londrina (1985); Vigário Paroquial e Cura da catedral de Cristo Rei, de Toledo (1985-1988); Reitor do Seminário Teológico de Cascavel (1991-1992); Diretor e professor do Centro Interdiocesano de Teologia de Cascavel (1991-1993); Reitor do Seminário Maria Mãe da Igreja (1993); Membro da Comissão Nacional do Clero da CNBB (1985-1988); da Comissão Teológica do Regional Sul II (1992-1993); Oficial da Congregação para os Bispos, na Cúria Romana (1994-2001).

Aos 52 anos, em 28 de novembro de 2001, foi eleito Bispo Titular de Novi e Auxiliar de São Paulo. Recebeu a ordenação episcopal feita em 2 de fevereiro de 2002 pelo

Cardeal Dom Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo e sagrante principal, auxiliado por Dom Armando Círio, Arcebispo Emérito de Cascavel, e Dom Anuar Battisti, Bispo de Toledo, como consagrantes. Assumiu o cargo de Bispo Auxiliar de São Paulo a 9 de março de 2002. Em 20 de Março de 2007, o Papa Bento XVI nomeou-o Arcebispo, o sétimo da Capital paulista.

Dom Odilo foi também Secretário-Geral da CNBB (2003-2007), além de secretário-geral adjunto da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina CELAM e do Caribe, em maio de 2007.

A Arquidiocese que dirige é a Sé Metropolitana da Província Eclesiástica de São Paulo. Pertence ao Conselho Episcopal Regional Sul I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Conforme está registrado na Wikipédia, enciclopédia da Internet que caminha celereamente para a posição de maior compêndio de conhecimentos já elaborado, “a história da Igreja Católica em São Paulo confunde-se, naturalmente, com a história da própria cidade.” Começa em 1553, quando, por iniciativa de Tomé de Sousa, governador-geral do Brasil, e com a ajuda do padre Leonardo Nunes, foi fundada a vila de Santo André da Borda do Campo.

No ano seguinte, alguns sacerdotes jesuítas, liderados por José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, subiram a Serra do Mar e, no Planalto de Piratininga, marcaram a fundação de São Paulo ao erguerem um tosco colégio entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí.

Decisiva nesses feitos foi também a participação de outras figuras históricas, a exemplo de João Ramalho e do Cacique Tibiriçá. Em 1560, o novo governador-geral do Brasil, Mem de Sá, ordenou o fim da vila de Santo André da Borda do Campo e que todos os seus habitantes se instalassem no planalto. São Paulo ganhou status de vila e um pelourinho. Em 1711 recebeu o título de cidade. Possuía nove mil habitantes e, nos quase duzentos anos seguintes, esteve sob o domínio religioso de diversas dioceses.

Lembra ainda a Wikipédia que, até 1551, todo o Brasil era hierarquicamente dependente da Diocese do Funchal (Ilha da Madeira). Então, surgiu a Diocese de São Salvador da Bahia. Depois, com a fundação da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1676,

a Igreja em São Paulo passa a responder a esse bispado, até 1745, quando finalmente é elevada à categoria de diocese pela bula do Papa Bento XIV, intitulada “Candor Lucis Aeternae”.

Com isso, a Igreja Católica começa a se ramificar mais rapidamente, seguindo o crescimento da cidade. Até 1892, a Diocese respondia por um território semelhante ao da atual Ucrânia, abrangendo Paraná e Santa Catarina, além de parte do sul de Minas Gerais. Nesse ano, criou-se a Diocese de Curitiba, compreendendo os limites paranaenses e catarinenses.

Em 7 de junho de 1908, Botucatu, Campinas, Taubaté, Ribeirão Preto e São Carlos do Pinhal transformam-se em dioceses e apartam-se da abrangência diocesana de São Paulo. Havia quase um ano, o sul de Minas Gerais tinha adquirido autonomia com o nome de Diocese de Campanha. Mas, na mesma data de criação daquelas dioceses paulistas, a paulistana foi elevada à categoria de arquidiocese, sendo seu primeiro arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva.

Entre sua criação e o ano de 1989, o território da nova Arquidiocese desmembrou-se em novas dioceses. São elas: Santos e Sorocaba (1924), Bragança Paulista (1925), Santo André (1954), Aparecida (1958), Mogi das Cruzes (1962), Jundiá (1966) e Campo Limpo, Osasco, Santo Amaro e São Miguel Paulista (1989).

Assim, Senhoras e Senhores Senadores, o Papa Bento XVI, além de nos honrar outra vez com uma sábia decisão, enriquece o seu corpo de auxiliares diretos e o Colégio Cardinalício mediante o ingresso de um prelado da mais elevada condição intelectual e marcante tradição episcopal. No final desta semana, ao retornar para São Paulo, Dom Odilo será recebido com uma série de solenidades já programadas à altura de tão importante escolha.

Parabéns ao eleito! Parabéns a Sua Santidade! Parabéns aos católicos! Parabéns a todo o povo brasileiro!

Era o que desejava comunicar.

Obrigado.

É O SEGUINTE O REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA.

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requero seja encaminhado voto de congratulações à Sua Excelência Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, que no último dia 24-11-2007 foi nomeado Cardeal e escolhido por Sua Santidade, Papa Bento XVI, para integrar Sacro Colégio Pontifício, como conselheiro e colaborador, auxiliar direto do Sumo Pontífice, augurando-lhe saúde, vigor e muita sabedoria para um mundo melhor em paz e justiça.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2007.

– Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dar conhecimento a esta Casa de um projeto que vem acontecendo no Estado do Amazonas, precisamente no Município de Itacoatiara. É um projeto de manejo florestal de baixo impacto. V. Ex^a é do Estado do Acre e tem um acúmulo de experiência acerca desse tema.

Sr. Presidente, a Casa deve conhecer esse projeto, porque ele é bem-sucedido. Tive a oportunidade de, na sexta-feira última, conhecer o projeto, conversar com os trabalhadores do projeto, conversar com os dirigentes da empresa, que é a Mil Madeireira, integrante do grupo suíço Precious Wood, porque há uma participação, nesse projeto, de fundos de pensão da Suíça.

Penso que é uma experiência importante, Sr. Presidente. São 450 mil hectares de terra, Senador Arthur Virgílio Neto. Eu não sei se V. Ex^a conhece esse projeto da Mil Madeireira, mas é um projeto que tem rigorosamente o inventário das espécies da floresta; há o corte, há o beneficiamento, há o tratamento, há um respeito nessa relação com as pessoas, com as famílias que estão lá. A Mil Madeireira emprega diretamente 550 trabalhadores.

Essa é uma área em que o trabalho do manejo tem pouco impacto ambiental, e a energia produzida a partir do corte da madeira vai para Itacoatiara, Senador Arthur Virgílio. Oitenta por cento da energia de Itacoatiara é produzida pelo projeto de manejo florestal oriundo da Mil Madeireira. Ou seja, a cidade de Itacoatiara, com 83 mil habitantes, Presidente Tião Viana, possui a sua energia alimentada a partir de um projeto de manejo, e é o único projeto de manejo de floresta que está sendo trabalhado na Amazônia – a Amazônia que é questionada, e, lamentavelmente, nós conhecemos a violência contra os povos da Amazônia

e contra a floresta amazônica, e protestamos contra essa violência.

Pois bem, temos em Itacoatiara esse grande projeto da Mil Madeireira, que está produzindo energia, produzindo renda e melhorando a qualidade de vida das pessoas que estão trabalhando e vivendo nesse projeto. Precisamente 167 famílias vivem na área do projeto, de 450 mil hectares.

Sr. Presidente, é um projeto para que não só os Senadores da Amazônia, mas todos da Casa conheçam como pode se desenvolver um manejo sem causar prejuízos e danos à floresta amazônica!

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tem razão o Senador João Pedro quando demonstra que é possível se fazer a diferença entre o manejo florestal e as queimadas, que produzem o CO₂, que colocam o Brasil na condição lamentável de um dos maiores poluidores do mundo. Ou seja, uma coisa é o manejo, e é possível se fazer o manejo.

Aceito já o convite, Senador João Pedro, integrando uma comitiva de vereadores – quem sabe até podíamos pedir uma comissão externa do Senado para fazermos isso, uma comissão presidida por V. Ex^a e integrada por Senadores de diversas regiões e diversos partidos.

Nesse mesmo sentido, Sr. Presidente, encaminho à Mesa voto de aplauso ao jornal **O Estado de S. Paulo** pela publicação, na série Grandes Reportagens, de notável levantamento jornalístico sobre a Amazônia. É absolutamente imperdível o que começou a ser publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na série Grandes Reportagens. A parte que toca à Amazônia vale a pena ser lida, meditada e estudada pelos Parlamentares da região e por todos os Parlamentares brasileiros que tenham consciência da importância nacional e planetária da região mais estratégica do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer dois esclarecimentos. Eu estava aguardando que chegasse a Senadora Kátia Abreu para que ela pudesse estar presente, mas, como se aproxima a última hora da sessão, quero esclarecer que, quando, na quinta-feira última, a Senadora Kátia Abreu usou da palavra para formular uma crítica à Governadora Ana Júlia Carepa, utilizou-se indevidamente de informação incorreta.

Quando eu aqui havia lido a manifestação da Governadora Ana Júlia Carepa no caso referente a Parauapebas, é que eu havia assinalado o nome de uma detenta de 23 anos, com autuação por roubo qualificado, porte ilegal de armas e formação de quadrilha, que havia estado numa cela individual localizada num pavilhão com mais outras celas, que, ao todo, tinha 70 presos, mas todas essas celas eram divididas por grades, e não havia contato físico entre a detenta e os demais presos. Portanto, diferentemente do que entendeu a Senadora Kátia Abreu, imaginando que eu tivesse ali me referido, assim como a Governadora, ao caso da menor que ficou 15 dias presa com 20 homens.

Ademais, a Governadora tomou, sim, as providências e terá inclusive a oportunidade de esclarecer, juntamente com as autoridades do Estado e a sua Secretária de Segurança, que foi, por muito tempo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e jamais admitiria um episódio como esse.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, a bem da verdade, foram 27 dias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço para concluir a minha palavra. Depois, o Senador Mão Santa fala, porque ele parece não ter compreendido o esclarecimento que aqui fiz.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço que ele aguarde eu terminar de falar para, então, esclarecer. Mas V. Ex^a não entendeu o que eu falei e já está se manifestando. A Senadora Kátia Abreu cometeu um engano referente à minha fala de esclarecimento, Senador Mão Santa: referiu-se a algo indevidamente.

O segundo ponto que quero esclarecer, Sr. Presidente, dada a nota de painel hoje no jornal **Folha de S. Paulo**, é que, no tocante ao requerimento votado na semana passada na Comissão de Relações Exteriores sobre a admoestação do Rei João Carlos ao Presidente Hugo Chávez e a maneira como o requerimento foi apresentado, tendo eu sempre tido um procedimento de respeito às pessoas sem referir-me de forma ofensiva a quem quer que seja, não considere adequado votá-lo. Por isso, registrei meu voto contrário, que não foi consignado pelo painel da *Folha de S. Paulo*. Registre inclusive por escrito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência responde ao impasse que ficou em plenário nos seguintes termos: não chegou às mãos da Presidência, até agora, qualquer informação da Taquigrafia em que se encontrasse a expressão do Líder Arthur Virgílio de que o PSDB estaria em obstrução. Eu pedi que, ao mesmo tempo, a Secretaria da Mesa

ouvisse o áudio. No áudio consta a expressão “o PSDB está em obstrução”.

Portanto, a matéria está devidamente retificada, e caiu o quórum na matéria anterior.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, em virtude da falta de quorum para a votação do item 1 da pauta:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 37, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que *institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, de dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007)*.

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 4.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 27.2.2008

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(*Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, e apresentando a Emenda nº 7-CAE.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007-art.336, II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*.

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento:

(sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, - 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; - 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para*

determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Silhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 94, DE 2003**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 60, DE 2005**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 60, de 2005, tendo com primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2001

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo com primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.* (CPMF)

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Alvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 850, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.*

Pareceres sob nºs 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

18

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que *requer, nos termos do art.*

222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

19

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.

20

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas - OMA.

21

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, que requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade

a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro, para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas - OMA.

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu devo dizer a V. Exª que, realmente, qualquer momento de embate que me opõe a V. Exª é duro para mim, V. Exª sabe disso. Nós temos os nossos deveres.

Eu fico feliz com essa restauração, porque eu não poderia supor nunca nada diferente do que V. Exª acabou de produzir; nada diferente.

É um jogo em que, vamos deixar bem claro, se o Governo não é vitorioso aqui, ele é vitorioso acolá, o mundo não acaba. O Brasil foi descoberto em 1500 pelos ocidentais, já tinha uma civilização pré-cabralina antes. Ou seja, o importante para mim não era eu estar certo agora ou não. É o fato de, em eu estando certo, V. Exª ter tido a lisura que marca a sua vida pública de reconhecer isso publicamente.

E eu, neste momento, gostaria de... Inclusive não sei se, no calor aqui da emoção, da luta, me dirigi a V. Exª, em algum momento, de maneira mais dura. Se o fiz, peço desculpas, com a mais absoluta humildade e sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em nenhum momento, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas eu tinha convicção do que havia feito, do que havia produzido, e o resultado foi esse. Ou seja, o Governo não obteve os 41 votos necessários. E V. Exª cumpriu a palavra também de declarar o resultado às 17 horas e 24 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu parabeno V. Exª por isso e fico muito feliz com o fato de termos agora um encontro, e não um desencontro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – A Presidência também cumprimenta V. Exª.

Só reitero a seguinte preocupação, Senador Arthur Virgílio: tanto tive um cuidado, diante do que ocorreu

na sessão passada, de um risco, de uma interpretação de condução equivocada da Mesa, que, no meio desta sessão, quando o Senador Mário Couto estava aqui, fiz um apelo a ele no sentido de que tivessem atenção e escalassem um Senador do PSDB que, na hora de obstruir ou pedir verificação, o fizesse. Quando eu era Líder, procedi sempre assim: deixava um escalado para não haver risco de, na leitura, a desatenção prejudicar o andamento do Regimento. A reposição da verdade, na minha opinião, a reposição do fato ocorrido engrandece tanto o Senador Arthur Virgílio quanto o Plenário e em nada diminui a Mesa, que agiu pautada na informação que tinha com todos os servidores, que em nada manipularam o que estava ocorrendo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT- AC.)

– Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Apenas para registrar que nós então voltaremos a votar somente amanhã.

Quero pedir ao Senador Arthur Virgílio que amanhã acompanhe a nossa orientação porque se evita esse problema todo e podemos aprovar a matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)

– Em seguida, Senadores Mário Couto, Aloizio Mercadante e Heráclito Fortes.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero seguir a mesma linha do Senador Arthur Virgílio, no sentido de dizer a V. Ex^a que vou à minha casa, com certeza, com muita tranquilidade porque saiba V. Ex^a que, pelo pouco tempo que tenho aqui, já disse várias vezes isso, tenho o maior respeito e admiração por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)

– É mútuo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – RR) – Eu sabia

que V. Ex^a iria repor os fatos verdadeiros para que hoje todos saíssemos daqui em paz.

Vou fazer um pronunciamento na 4^a feira, com respeito à situação de mulheres presas juntamente com homens na capital paraense e no interior.

Eu ia fazer algumas considerações à fala do Senador Suplicy. E quero até pedir desculpas ao Senador Suplicy se fui ríspido com ele naquela ocasião. Faço isso com muita humildade.

Na quarta-feira irei à tribuna, Senador Suplicy, e vou, Sr. Presidente, pedir uma comissão para ir ao Pará verificar como está a situação carcerária naquele Estado.

Obrigado, Presidente Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Senador Aloizio Mercadante, Senador Eduardo Azeredo e Senador Heráclito Fortes.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria, mais uma vez, parabenizar a condução da Mesa. Primeiro, por fazer cumprir o Regimento. É absolutamente essencial para a nossa convivência que os Senadores tenham o domínio do Regimento e cumpram de forma disciplinar essas regras. Isso só contribui para nosso relacionamento. Segundo, afirmo que não consta da nota taquigráfica a palavra “obstrução”, consta “abstenção”. Ainda assim, a Mesa teve o rigor de solicitar o áudio e, de forma muito breve e passageira, conforme eu também pude ouvir, há menção a “obstrução”. V. Ex^a considera o áudio e mantém, portanto, uma revisão da decisão anterior, o que só engrandece e mostra que a Mesa tem que ser isenta, tem que ser rigorosa no cumprimento do Regimento, e é isso que constitui a credibilidade de V. Ex^a e desta Presidência. Quero parabenizá-lo pela sua atitude. Espero que alguns parlamentares que nesses momentos desconfiam, como já aconteceu na sessão passada, da condução de V. Ex^a passem a aprender com a convivência. Terão oportunidade, como estou tendo, ao longo de tantos anos, de saber que sua credibilidade, sua honradez, sua atitude, sempre pautarão seu mandato e sua condução nessa Presidência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Obrigado a V. Ex^a, Senador Mercadante.

Senador Eduardo Azeredo e Senador Heráclito Fortes.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, como eu e o Senador Mário Couto fomos os dois causadores dessa celeuma toda, quero cumprimentá-lo pela sua grandeza em rever a decisão. Veja que a tecnologia está aí disponível para isso. A gravação mostra que, efetivamente, o Senador Arthur Virgílio falou que estava em obstrução. Quero saudar também os nossos ouvidos. Estamos com bons ouvidos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Obrigado a V. Ex^a. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Após as palavras pela ordem se encerrará a sessão. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Heráclito Fortes tem o recurso do art. 14 ainda.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ape-

nas para, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, prestar um esclarecimento movido pelo respeito que tenho ao Senador Eduardo Suplicy, que está aqui a meu lado.

Semana passada, estávamos sabatinando quatro senhores embaixadores, e o Senador Flexa Ribeiro solicitou que fosse colocado em votação um requerimento de sua autoria, que já estava naquela comissão, de louvor ao Rei Juan Carlos, por conta do seu comportamento no encontro do Chile.

Ponderei algumas vezes que não se votasse, naquele momento, até porque encontrava-se sendo sabatinado o então e até agora embaixador do Brasil na Venezuela, o Embaixador João Carlos Souza Gomes, para se evitar que passasse S. Ex^a por qualquer constrangimento que pudesse vir em consequência dos debates. Ao tomar os votos, obtive o voto “não” do Senador Eduardo Suplicy e a concordância dos demais. Daí por que dei a votação por encerrada. Posteriormente, na sessão secreta, houve questionamentos, discutiu-se a matéria, aí já com a participação de outros Senadores que se manifestaram a respeito, inclusive o Senador Cristovam Buarque.

Eu queria deixar claro, para que não pare nenhuma dúvida de que houve condução, indução ou o que quer que seja na votação daquela proposta de um colega Senador.

É evidente que o presidente de uma comissão, agindo democraticamente, tem suas limitações. O requerimento encontrava-se lá, como se encontram também – e tenho conseguido segurar – dois requerimentos de repúdio ao Sr. Hugo Chávez. Como estamos, nesse momento, à espera do processo de julgamento da aceitação da Venezuela no Mercosul, venho tentando jogar para frente essa decisão, o que não consegui fazer com o voto de louvor ao Rei Juan Carlos.

O Senador Eduardo Suplicy poderia, naquele momento, ter interrompido a sessão, ter pedido a suspensão da votação. Infelizmente não o fez, e o resultado foi proclamado.

Faço este registro para que não fique nenhuma dúvida com relação ao que ocorreu na comissão. Não que ele tenha feito afirmativa duvidosa; apenas para que não fique nenhuma interpretação que não seja exatamente fiel àquilo que ocorreu naquela comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra aos Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e Mão Santa. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, pelo art. 14, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria cumprimentá-lo pela tranqüilidade, pela ética e pela confiança que traz a este Plenário que tantas angústias sofreu nos últimos meses.

O próprio Senador Arthur Virgílio, compreensivo de que não deveria subir mais o tom, confiou em V. Ex^a, nas notas taquigráficas e na escuta do áudio, que a Dr^a Cláudia se encarregou de fazer.

Então eu queria cumprimentá-lo. Eu me sinto feliz aqui neste plenário no dia de hoje, porque toda aquela intranqüilidade, aquele sofrimento, aquela angústia que trazia cada um dos Senadores praticamente sofreu um banho de água fria, pois a decisão de V. Ex^a trouxe tranqüilidade aos partidos que se sentiram prejudicados na votação e, sem dúvida nenhuma, trouxe para o futuro uma confiabilidade maior com V. Ex^a na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Senador Mão Santa tem a palavra pela ordem e, em seguida, o Senador Suplicy. (Pausa.)

Primeiro o Senador Suplicy pelo art. 14.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero esclarecer que eu conversei há pouco com o Senador Mão Santa e eu havia mencionado que houve um engano da Senadora Kátia Abreu ao interpretar a nota que eu li, referindo-se a uma outra moça de 23 anos que havia incorrido em alguns delitos e ficado presa em Parauapebas, numa situação diferente daquela outra moça menor que ficou presa durante diversos dias. Como eu mencionei quinze, ele esclareceu que, na verdade, ficou vinte e sete dias essa outra moça. Mas eu pensei que ele estivesse referindo-se a outro ponto que esclareci.

Então, atenciosamente, o Senador Mão Santa disse que esse era o ponto que ele queria, e eu aqui registro.

Com respeito à manifestação do Senador Hércilio Fortes, ele registrou, com precisão, que – na reunião, depois, ele explicou a nós todos – quis que fosse efetivamente rápida a decisão para que não debatêssemos o assunto diante do Embaixador da Venezuela, Embaixador João Carlos, que agora está indo para a Unesco. Entretanto, foi rápido o exame daquele requerimento, que nem chegou a ser lido na íntegra antes de ser votado. Inclusive, depois, na reunião reservada, conforme ele registrou, ponderei que não achava adequado votar favoravelmente àquele re-

querimento. E, por isso, registrei o meu voto, inclusive por escrito, como “não”. E mencionei que eu não iria questionar a forma regimental de votação, porque ele havia completado a votação de maneira regimental. Eu não questionei isso, mas quis registrar o meu voto “não”. Por que razão? – e está aqui o autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro – porque eu posso ter muitas divergências com o Presidente Hugo Chávez devido a sua forma de ser, de agir. E, inclusive, tenho me manifestado – e aqui reitero – não recomendo ao Presidente Hugo Chávez que seja candidato à reeleição. Eu sou favorável a que não tenhamos a instituição do direito de reeleição. Votei contrariamente ao direito de reeleição. Não o recomendo ao Presidente Hugo Chávez.

Entretanto, como sempre tive o procedimento de tratar as pessoas, inclusive meus adversários, com muito respeito e cortesia, não considero o mais adequado elogiarmos aquele tipo de troca de palavras do Rei Juan Carlos com o Presidente Hugo Chávez, mesmo tendo em conta a minha discordância da forma dele agir, que achei que foi observada de outra maneira pelo próprio Primeiro-Ministro Zapatero, da Espanha.

Portanto, registro que votei contrariamente àquele requerimento, respeitando a iniciativa do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vinha do aeroporto, escutando a Rádio Senado, e ouvi o questionamento.

Primeiro, quero parabenizá-lo pela forma regimental e correta com que V. Ex^a agiu. Como eu disse na sessão de quarta-feira, em que também houve dúvida com relação ao pedido de verificação de *quorum* ou não, V. Ex^a, pelo que escutei no rádio, mandou verificar o áudio e, reconhecendo que o Senador Arthur Virgílio tinha se colocado em obstrução, retornou à questão e deu como não aprovada a medida provisória.

Pelo que já foi dito, Senador Tião Viana, quero apenas me associar a todos os Pares que já o parabenizaram pela forma com que V. Ex^a tem se portado à frente da Presidência do Senado Federal.

Quanto à questão que o Senador Suplicy levantou e também o Senador Heráclito Fortes, a respeito da aprovação de um requerimento de minha autoria que

não tinha nada, Senador Suplicy, que pudesse desabonar o Presidente Hugo Chávez, mas, sim, aplaudir o Rei Juan Carlos pela atitude enérgica que ele tomou naquela ocasião em favor do seu país, eu só queria informar que o processo de votação foi correto. Foi lido o requerimento por inteiro pelo Presidente, Senador Heráclito Fortes, foi colocado em votação: “Os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado”. Apenas V. Ex^a, Senador Suplicy, talvez não estivesse prestando a devida atenção à tramitação do requerimento e não tenha tido nenhum movimento no sentido de votar contra o requerimento. Terminada a parte da reunião aberta, já na parte da reunião reservada, para ouvirmos os quatro embaixadores, V. Ex^a então se posicionou, querendo que se reabrisse a questão quando a reunião fosse reaberta, o que não poderia, regimentalmente, ocorrer. Na hora de assinar a lista de presença, na assinatura do voto, V. Ex^a assinou e escreveu “contra”. Na realidade, todos nós sabemos que V. Ex^a se posicionaria contra, como o Senador Cristovam Buarque, que estava fora da sala por ocasião da votação. Eu mesmo disse ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O requerimento não foi lido na íntegra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, vamos ver as notas taquigráficas. V. Ex^a disse que ele não leu na íntegra. Vamos ver as notas taquigráficas se foi lido ou não. Quando o Senador Cristovam Buarque retornou à reunião, eu lhe disse que tinha sido aprovado e ele disse que ia se abster naquela votação.

Eu pediria a V. Ex^a que lesse o requerimento de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e minha, para criar uma comissão de Senadores para ir ao Pará esclarecer o absurdo que, lamentavelmente, está colocando o nosso Estado na mídia internacional. Falo do lamentável descuido do Governo e da Polícia do Estado do Pará, que prendeu uma jovem, hoje comprovadamente menor de idade, em uma cela com mais de vinte presos. E o que é pior, Senadora Serys, lamentavelmente, esse não foi o único caso. Outros casos de lá para cá já foram anunciados pela imprensa.

Eram essas as explicações que eu gostaria de dar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Papaléo, a quem peço a colaboração, concedo-lhe a palavra pela ordem.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui reconhecer em V. Ex^a um companheiro compe-

tente, sério e em que todos nós confiamos pois agiu rigorosamente dentro do Regimento. É claro que sabemos que, apesar de haver 39 no painel, havia mais dois presentes, completando o *quorum* de 41 votos. V. Ex^a determinou... Fato inusitado na Casa, pelo menos nesses cinco anos em que estou representando o povo do Amapá.

Ao mesmo tempo, eu desejo cumprimentá-lo, também, pelo reconhecimento das palavras do Senador Arthur Virgílio, no sentido de ter pronunciado a palavra “obstrução”.

Então quero, mais ainda, engrandecer a atitude de V. Ex^a. A primeira foi o cumprimento rigoroso do dever regimental; a segunda, mais forte ainda, foi o seu reconhecimento no sentido de fazer notar que o Senador Arthur Virgílio também não faltou com a verdade e usou o termo “obstrução”.

Para encerrar, permita-me dizer, Sr. Presidente, que essa questão do Estado do Pará realmente é um caso muito sério. Tem a ver com a Região Amazônica. Há uma discussão nesta Casa muito grande, mas o certo é o seguinte: estamos esperando ouvir algumas palavras do Governo Federal no sentido de se posicionar quanto ao caso, principalmente em se tratando de um caso em que, uma jornalista política, ou seja, especialista, que ouvi hoje pela Rádio CBN, disse que a Governadora do Pará teria reconhecido, com as suas palavras, que aquilo já tinha acontecido ou acontecia normalmente. Não sei muito bem o que ela quis dizer, mas que acontecia normalmente, ou seja, ela incorria em um erro grave, em um crime de prevaricação. Ela até citava a juíza, mulher, que mandou prender; a Delegada, mulher; a Secretária de Segurança, mulher; e a Governadora, mulher. Ela dizia que esperava que houvesse um pedido de *impeachment* da Governadora do Estado do Pará pelo crime de prevaricação, exatamente porque ela teria declarado que aquilo já acontecia no Estado do Pará.

Mas não queremos levar o caso ao extremo. Queremos ouvir a Ministra Nilcéia, que já deveria ter se pronunciado publicamente. O Governo, pelo seu porta-voz oficial, já deveria também ter se pronunciado e se posicionado, visto que a Governadora do Estado do Pará, que é conhecida de todos nós, merece e tem o nosso respeito, conviveu conosco durante quatro anos aqui nesta Casa – eu, aliás, sou amigo pessoal dela – e poderia, assim, fazer um posicionamento de Governo Federal para esclarecermos cada vez mais o caso. Não é mais um caso do Pará, é um caso do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Empresas triplicam remessa de lucros no governo Lula”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 16 de outubro do corrente.

A matéria destaca que embora o governo aposte na chance de o Brasil receber recorde de investimentos estrangeiros neste ano, dados do Banco Central mostram que a remessa de lucros e dividendos para as matrizes multinacionais nos quatro primeiros anos do governo Lula foi o triplo da registrada entre 1999 e 2002, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar a matéria intitulada “Mangabeira nas mãos do STF”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 16 de outubro do corrente.

A matéria destaca que a estratégia do presidente Lula de editar um decreto criando um novo ministério para abrigar o filósofo Mangabeira Unger burlando o Congresso Nacional terá um obstáculo pela frente. O PSDB e o DEM apresentaram uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a extinção do Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, criado no último dia 4, depois que Mangabeira Unger ficou sem cargo em consequência da rejeição pelo Senado da Medida Provisória que criava a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, da qual era chefe.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Empresas triplicam remessa de lucros no governo Lula

Entre 2003 e 2006, para cada US\$ 10 que entraram, US\$ 6 foram enviados ao exterior

Ganhos crescentes das multinacionais no país e efeitos do real valorizado explicam tendência, na opinião de economistas

NEYHAYASHIDA CRUZ
FERNANDO NAKAGAWA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Embora o governo aposte na chance de o Brasil receber recorde de investimentos estrangeiros neste ano, dados do Banco Central mostram que a remessa de lucros e dividendos para as matrizes das multinacionais nos quatro primeiros anos do governo Lula foi o triplo da registrada entre 1999 e 2002, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Entre 2003 e 2006, no primeiro mandato de Lula, a cada US\$ 10 que entraram no Brasil, outros US\$ 6 foram enviados ao exterior como ganho às sedes. Nos quatro últimos anos da gestão FHC, foram remetidos US\$ 2 para cada US\$ 10 que entraram no país — valor pouco acima dos US\$ 2,5 remetidos durante o primeiro mandato do tucano, entre 1995 e 1998.

O ingresso de investimentos estrangeiros entre 2003 e 2006 somou US\$ 62,1 bilhões, enquanto as remessas foram de US\$ 37,8 bilhões, conforme os números do BC. Com o aumento desse envio de lucros, parte do efeito positivo que a entrada desse capital tem sobre as contas externas é reduzida.

Para alguns analistas, as remessas de lucros feitas na primeira metade do governo Lula refletem o que aconteceu no segundo governo FHC, quando, puxados pelas privatizações, os investimentos estrangeiros totalizaram US\$ 100 bilhões. Ou seja, agora que esses investimentos bilionários estão dando retorno, o envio de lucros para fora do país aumenta.

“As remessas cresceram porque o estoque de investimentos estrangeiros também está aumentando. Além disso, a rentabilidade das empresas cresceu muito nos últimos anos, porque a economia voltou a crescer”, afirma o economista Antônio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP.

Segundo ele, o volume de recursos enviado por multinacionais não chega a preocupar no curto prazo, porque por enquanto “a balança comercial compensa”. Para o futuro, o economista defende a adoção de políticas que atraíam investimentos para setores mais avançados e dinâmicos da economia. Assim, as remessas de lucros seriam um preço justo a se pagar pela criação de empregos e pelo aumento de produtividade da economia.

O BC não possui dados históricos sobre os setores que mais enviam lucros para fora do país, mas os números de 2006 ajudam a ilustrar um pouco esse quadro. No ano passado, os bancos foram os que mais remeteram recursos para seus sócios estrangeiros: US\$ 1,404 bilhão, o que representou 10,11% dos US\$ 13,883 bilhões remetidos ao exterior. Foram seguidos de perto pelas empresas de energia e gás (US\$ 1,378 bilhão) e pelas montadoras de automóveis (US\$ 1,318 bilhão).

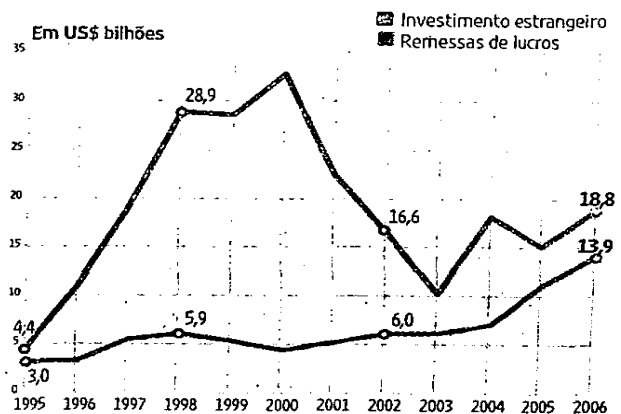
São três setores que vivem um bom momento em suas operações no Brasil. “De modo algum é um movimento de saída dos investimentos. Pelo contrário, o que vemos é a consolidação dos empreendimentos no Brasil”, avalia o diretor-executivo da Amcham-SP (Câmara Americana de Comércio), Arthur Vasconcelos.

Ele também cita a possibilidade de o bom resultado das subsidiárias nacionais ser usado para cobrir prejuízos das matrizes. “Como as unidades brasileiras têm apresentado bons resultados, com geração de caixa forte, o dinheiro pode sair para equilibrar as contas dessas companhias.”

Lucratividade à parte, a queda do dólar é outro fator que tem impulsionado o envio de lucros para o exterior. Para o presidente da Sobeet (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização), Luis Afonso Lima, o aumento das remessas

CONTAS EXTERNAS

Remessa de lucros para fora do país alcançou US\$ 37,8 bilhões no primeiro governo Lula



POR GOVERNO



EM 2007



US\$ 11,3 bi foi o valor das remessas enviadas para fora do país entre janeiro e agosto

Fonte: Banco Central

mostra uma “janela de oportunidade cambial”. “Há uma sensação de que o real vai passar por um processo gradual de desvalorização. Mandar os recursos agora, portanto, é mais vantajoso em dólar”, diz.

Ou seja, com a valorização do câmbio, um mesmo lucro em reais pode ser convertido para um volume maior de dólares, tornando mais vantajoso o envio de recursos a outros países.

Até agosto deste ano, US\$ 11,3 bilhões já deixaram o Brasil dessa forma, 31% a mais do que no mesmo período de 2006. Por outro lado, esse movimento foi compensado pela recuperação mais forte dos investimentos: no período, o ingresso de capital externo chegou a US\$ 26,5 bilhões, alta de 161%.

Oposição alega que o decreto do presidente Lula para o novo ministério seria inconstitucional, já que a criação de cargos públicos, como de ministros de estado, é prerrogativa do Congresso Nacional

Mangabeira nas mãos do STF

A estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de editar um decreto criando um novo ministério para abrigar o filósofo Mangabeira Unger burlando o Congresso Nacional terá um obstáculo pela frente. PSDB e Democratas apresentaram uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a extinção do Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, criado no último dia 4, depois que Mangabeira ficou sem cargo em consequência da rejeição pelo Senado da Medida Provisória que criava a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, da qual era o chefe.

Os partidos alegaram que a nova pasta gera aumento de despesas do governo federal e repete o conteúdo da medida provisória rejeitada. Segundo os autores da ação, o decreto fere o artigo 48 da Constituição, que estabelece como atribuição do Congresso a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, e o artigo 84, que prevê aumento de despesas do governo somente depois da autorização do Congresso. O que não ocorre na edição de decretos. "Além de haver criação de cargo público ao arpejo da previsão le-

gal, o que contraria a Constituição, há também recuperação do conteúdo normativo que consta-

va de medida provisória rejeitada pelo Congresso Nacional, o que malfere os preceitos fundamentais consagrados na Constituição", diz a ação. O relator é o ministro Cezar Peluso, que poderá conceder liminar antes de levar a matéria ao plenário.

O governo está certo de que vencerá a disputa no Supremo Tribunal Federal. Diz que a no-

meação de Mangabeira Unger como ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos está amparada no artigo 37 do Decreto 200 de 1967, que ainda está em vigor. Lembra que o texto, baixado na ditadura militar, foi usado inclusive pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso para nomear cinco ministros extraordinários. No caso, Pelé (Esportes), Raul Jungmann (Política Fundiária), Ronaldo Sardenberg (Projetos Especiais), Freitas Neto

(Reforma Institucional) e Elcio Alvares (Defesa).

Integrantes do governo, que consideram o recurso da oposição parte da disputa política, ressaltam ainda que o decreto contestado não cria cargos, mas apenas sujeita a ordens de Mangabeira Unger dois órgãos já existentes: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governo ataca TCU sobre problema em obras”, publicada no Jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 21 de setembro de 2007.

A matéria destaca que o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, ficou irritado com a divulgação de lista de obras que o TCU, Tribunal de Contas

da União considera irregulares. Entre elas a de transposição de águas do rio São Francisco.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo ataca TCU sobre problema em obras

Ministro da Integração Nacional fica irritado com a divulgação de lista de obras que o tribunal considera irregulares

Geddel Vieira Lima vê ‘inconsistências graves’ em relatório do TCU que aponta irregularidades em 29 das 122 obras analisadas

DA SUCESSÃO DE BRASÍLIA

A cerimônia para prestação de contas do andamento do PAC (conjunto de obras para acelerar o crescimento da economia) foi usada pelo governo para desqualificar o trabalho do TCU (Tribunal de Contas da União), órgão de assessoramento técnico do Congresso Nacional.

Irritado com a divulgação de uma lista de obras consideradas irregulares pelo tribunal, na véspera do balanço do PAC,

o governo Lula escalou o ministro Geddel Vieira Lima (Integração Nacional) para disparar críticas contra o TCU. Na condição de deputado, ele sentiu-se à vontade para a missão.

Geddel disse que o relatório do tribunal tinha “inconsistências graves”, recomendou que os ministros do TCU lessem “o que vem do próprio corpo técnico” antes de aprovar os documentos e arrematou: “No caso da Integração [Nacional] não há nenhuma obra irregular”.

Diante dessa afirmação, tanto Geddel como a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) não se comprometeram a suspender os repasses para nenhuma das obras tidas como irregulares pelo TCU.

O tribunal analisou 122 obras

do PAC e apontou que 29 delas contêm irregularidade graves. Do Ministério da Integração Nacional, o documento destaca cinco obras com problemas.

“Numa avaliação preliminar, Dilma afirmou que pelo menos cinco obras não poderiam constar do relatório do TCU porque os problemas já “estavam solucionados”.

Críticas

Apesar das ressalvas de que respeita e reconhece a importância do TCU, Geddel não conseguiu conter as críticas pelo relatório ter sido divulgado menos de 24 horas antes da festa montada pelo governo para comemorar o que qualifica de avanços no programa que é o carro-chefe do segundo man-

dato do presidente Lula.

Para uma plateia de jornalistas e empresários, Geddel disse que os ministros do TCU deveriam ser “mais cuidadosos ao apontar irregularidades graves quando elas são apenas questões pontuais e formais”.

Isso, enfatizou, “tira a credibilidade” do TCU, que tem parte dos ministros indicados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, e passaria para a população que as obras listadas com problemas graves estão envolvidas em corrupção.

O ministro chegou para a entrevista municiado com um texto que apontava as “inconsistências” do relatório para o governo. Entre elas, estava o fato de o tribunal ter colocado na lista de irregularidades uma

obra que o próprio TCU havia liberado na semana passada — a implantação do projeto de irrigação Tabuleiro de Russas.

“Isso é uma inconsistência grave. Como libera numa semana e condena na seguinte?”, questionou.

Outra falha apontada pelo governo foi a inclusão de uma obra como irregular — projeto de irrigação Rio Preto, no Distrito Federal — cujo convênio já teria sido cancelado e o ministério já teria conseguido, inclusive, a devolução do dinheiro transferido.

Irritação

Geddel ficou particularmente irritado com a inclusão do projeto de transposição das águas do rio São Francisco na

lista do TCU. Disse que o tribunal apontou como irregularidade da obra um ponto do edital que ele já havia liberado anteriormente.

O fato, por sinal, foi tema de uma conversa por telefone antontem à noite com o ministro responsável pelo relatório, Benjamim Zymler, tão logo Geddel tomou conhecimento do documento. “Disse a ele que o tribunal não pode simplesmente dizer ‘errei, foi mal’ para justificar que aprovou algo e depois mudou de ideia.”

O TCU não foi o único alvo de críticas e recomendações dos ministros presentes à cerimônia para divulgar o balanço do PAC que, mais uma vez, foi marcada por uma exaustiva apresentação de Dilma.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB –PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado, “O mulá Omar brasileiro”, publicado pela revista **Veja**, em sua edição de 12 de setembro de 2007.

O artigo do jornalista Diogo Mainardi analisa e lamenta a atual estrutura do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na gestão do presidente Lula. Para o articulista, a escolha de Luciano Coutinho para a presidência do BNDES se compara a liderança do afegão, Mulá Omar, líder do Taliban, grupo fundamentalista que tentou impedir a entrada da modernidade no Afeganistão, proibindo o uso dos radinhos de pilha naquele país. Segundo Mainardi, Luciano Coutinho fez o Brasil retroceder no tempo ao implementar a reserva de mercado na área de

computadores no governo Sarney. “No mesmo período em que, nos Estados Unidos, a Microsoft introduzia o Windows, a Apple o Macintosh, o Brasil, seguindo o caminho indicado por Luciano Coutinho, decidia fabricar sucata na Zona Franca de Manaus.”

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Mulá Omar brasileiro

Luciano Coutinho é o Mulá Omar brasileiro. Mulá Omar tentou deter o progresso e a modernidade proibindo o uso de radinhos de pilha em Cabul. Luciano Coutinho fez o Brasil retroceder no tempo ao implementar a reserva de mercado para a área de computadores no governo de José Sarney, em meados da década de 1980. Dito de outra maneira: no mesmo período em que, nos Estados Unidos, a Microsoft introduzia o Windows, a Apple fazia o lançamento do Macintosh e a Intel desenvolvia o 386, o Brasil, seguindo o caminho indicado por Luciano Coutinho, decidia espontaneamente fabricar sucata tecnológica na Zona Franca de Manaus, o Vale do Silício no tacacá.

No segundo mandato de Lula, Luciano Coutinho foi nomeado presidente do BNDES. Ele tem o poder de determinar o rumo da economia do país, escolhendo onde o governo aplicará boa parte de seu capital. Em 1997, com seu tapa-olho da Cepal, com seu nacionalismo cicolópico, o Mulá Omar brasileiro atacou a venda da Telebrás às operadoras estrangeiras, com o argumento de que era melhor criar uma grande empresa nacional de telefonia. Agora, no BNDES, ele terá a oportunidade de retroagir dez anos e participar com dinheiro público na fusão de duas operadoras privadas. Oi e Brasil Telecom. Em 1997, ele atacou também o processo de venda da Vale do Rio Doce. Agora que o PT, no congresso realizado na última semana, resolveu apoiar oficialmente o plebiscito para reestatizar a companhia, ele poderá colocar suas idéias em prática.

“No mesmo período em que, nos Estados Unidos, a Microsoft introduzia o Windows, a Apple fazia o lançamento do Macintosh e a Intel desenvolvia o 386, o Brasil, seguindo o caminho indicado por Luciano Coutinho, decidia espontaneamente fabricar sucata na Zona Franca de Manaus”

Por que é que estou dizendo tudo isso? Por causa dos 36 348 servidores que o governo pretende contratar em 2008, a um custo de 3,4 bilhões de reais. Esse é o dado bruto. Mas o que me interessa é o dado particular: o tipo de gente que será contratada. Veja o caso do BNDES. Luciano Coutinho transformou-o numa espécie de Zona Franca do lulismo. Há um diretor indicado por Benedita da Silva, há outro diretor indicado pelo Bispo Crivella,

há o pessoal trazido pelo próprio Luciano Coutinho de uma reserva de mercado da Unicamp. O BNDES está cheio de técnicos formados nas melhores universidades do mundo. O patriotismo de Luciano Coutinho acabou prevalecendo, e um departamento do banco foi entregue a um professor da Faculdade Esuda.

Luiz Gonzaga Beluzzo, colega de Luciano Coutinho e um dos responsáveis pela política econômica de José Sarney — aquela que presentou o país com uma inflação de 2 751% —, também foi convidado para ocupar um cargo no governo: presidente do conselho curador da TV Pública. Ele é sócio da *Carta Capital*. Dá para ser empresário da mídia e, ao mesmo tempo, controlar a TV estatal? Quem mais? Romeu Tuma Júnior é o novo secretário nacional de Justiça. Um de seus papéis será ajudar a rastrear o dinheiro mantido ilegalmente fora do Brasil. Num depoimento à magistratura italiana, um dos diretores da Telecom Italia considerou-o ligado a Daniel Dantas. O talibanismo lulista é assim mesmo: cabem os amigos e os inimigos, cabem os membros de uma tribo e de outra. Desde que o Brasil caminhe para trás.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
Esta encerrada a sessão.

Levanta-se a Sessão às 18 horas e 30 minutos

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 27, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados -TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.*

Parecer de Plenário nº 1.104, de 2007, Relator revisor: Senador Romero Jucá, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, e, no mérito, favorável, e pela rejeição das emendas apresentadas perante a Comissão Mista.

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 26.2.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 37, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que *instiui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).*

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 4.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 27.2.2008

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003 –COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 -art. 336,II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

-de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, e apresentando a Emenda nº 7-CAE.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007, art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 -Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.*

Parecer nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art.*

18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

Pareceres sob n.ºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1.º pronunciamento: favorável à matéria; 2.º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento n.º 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3.º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento n.º 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda n.º 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob n.ºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1.º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda n.º 1-CCJ, que apresenta; 2.º pronunciamento: (sobre a Emenda n.º 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4.º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob n.ºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, - 1.º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; - 2.º pronunciamento (sobre a Emenda n.º 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda n.º 2-CCJ, de redação.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 50, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Parecer sob n.º 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda n.º 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 58, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob n.º 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda n.º 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Shhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 94, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demostenes Torres, que altera o inciso I do artigo 208 da Constituição

Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece. Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario> Informações: Subsecretaria de Informações -3311-3325/3572/7279

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 60, DE 2005**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 -CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. (CPMF)*

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Álvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 850, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

Pareceres sob n^{os} 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1^o pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2^o pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2^o, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

18

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2^o, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.*

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduard Azeredo.

19

REQUERIMENTO Nº 1213, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2^o, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue -Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) -que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.*

20

REQUERIMENTO Nº 1214, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2^o, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exm^o Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exm^o Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas -OMA.*

21

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2^o, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, que *requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas -OMA.*

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado.

EXTRAPAUTA**1****REQUERIMENTO Nº 1146, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1146, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

2**REQUERIMENTO Nº 1157, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1157, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, *que solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

3**REQUERIMENTO Nº 1256, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1256, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

4**REQUERIMENTO Nº 1257, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1257, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

5**REQUERIMENTO Nº 1260, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1260, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2004, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.*

6**REQUERIMENTO Nº 1261, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1261, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2003, além da Co-*

missão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

7**REQUERIMENTO Nº 1262, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1262, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

8**REQUERIMENTO Nº 1263, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1263, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

9**REQUERIMENTO Nº 1264, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1264, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

10**REQUERIMENTO Nº 1265, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1265, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

11**REQUERIMENTO Nº 1266, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1266, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

12

REQUERIMENTO Nº 1267, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1267, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

13

REQUERIMENTO Nº 1287, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1287, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 584, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

14

REQUERIMENTO Nº 1288, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1288, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2003; 151 e 531, de 2007 e 531; com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005; por regularem a mesma matéria.*

15

REQUERIMENTO Nº 1295, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1295, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

16

REQUERIMENTO Nº 1296, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1296, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

17

REQUERIMENTO Nº 1297, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1297, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

18

REQUERIMENTO Nº 1298, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1298, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

19

REQUERIMENTO Nº 1315, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1315, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25, de 2003; com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005; por regularem a mesma matéria.*

20

REQUERIMENTO Nº 1317, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1317, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 e o Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2003, por regularem a mesma matéria.*

21

REQUERIMENTO Nº 1318, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1318, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 576, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

22

REQUERIMENTO Nº 1333, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1333, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)

Ata da 217ª Sessão Especial, em 27 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias e Efraim Morais.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 17 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial destinada a comemorar os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, de acordo com o Requerimento nº 1.120, de 2007, do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa o Sr. Senador Efraim Morais, 1º Secretário da Casa; o Sr. Senador Romeu Tuma; o Sr. Evaldo Gomes Carneiro, Diretor do Prodasen; e o Sr. Agaciél da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado Federal.

Usarão da palavra representantes dos vários partidos com assento na Casa.

Convido para fazer uso da palavra o primeiro orador desta sessão, Senador Romeu Tuma.

Tenho a honra de convidar para presidir esta sessão o 1º Secretário da Casa, Senador Efraim Morais.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Romeu Tuma, V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, digno Secretário-Geral desta Casa; Senador Alvaro Dias, que abriu a sessão e que passou a presidência dos trabalhos ao Senador Efraim Morais – S. Exª preside um órgão que está subordinado à Primeira Secretaria e que hoje é homenageado pelos 35 anos de criação, o Prodasen –; meu amigo, Dr. Agaciél da Silva Maia, digno Diretor desta Casa; Diretor do Prodasen, Dr. Evaldo Gomes Carneiro; antes de começar a sessão, estava conversando com os membros do Prodasen e comecei a me lembrar dos cafés matinais que se tomavam, ao tempo em que eu estava na 1ª Secretaria. Havia uma coisa tão forte dentro da alma e do coração daqueles que trabalhavam no Prodasen e na Interlegis,

à época, ligada àquele órgão: o desejo de recuperar alguma coisa no sentido amplo da intervenção para a melhoria do trabalho da Casa – algo que conquistaram, por tudo que representavam não só internamente como externamente –; para a valoração daqueles que trabalhavam nesta Casa.

Sei que o Agaciél, em todos os discursos, sempre dizia: “Nós temos de investir na infra-estrutura da Casa, no pessoal, nas Secretarias que nos dão a sustentabilidade.” A importância aqui é o Senador, que tem de ter uma estrutura de homens competentes para fazer”.

Eu ia ao Prodasen, analfabeto de pai e mãe em matéria de informática, e ficava encantado. Quando foi feita a proposta do **laptop**, que está sobre a mesa de vocês, eu me encorajei. Sabe por que, Agaciél?

Quando fui para a Secretaria da Fazenda, tive a felicidade de ter um assessor especialista em informática, um oficial da Marinha, concursado, que veio me propor que se fizesse a Declaração do Imposto de Renda por meio da informática, e conseguimos sucesso. Hoje, a declaração do Imposto de Renda pela Internet é uma realidade, que passou, depois, até a ser aproveitada para as declarações de empresas coletivas.

E sentimos a presença do Prodasen, e também o trabalho da Interlegis, por que não? À época em que começou, peguei no meio do caminho o Presidente Sarney como Presidente da Casa, que alimentou a estratégia da Interlegis de levar o conhecimento a todos os Municípios brasileiros pela rede de informática. Normalmente se percorriam alguns Municípios longínquos, e a única informação que se recebia, sem dúvida nenhuma, era por meio do trabalho que o Prodasen e a Interlegis fabricavam, para atender às populações tão longínquas e, principalmente, para dar atenção a algo que, até então, era uma angústia, um sofrimento para os Prefeitos e Vereadores.

Lembro-me, Presidente Efraim, de que, quando eu estava na Polícia Federal, havia o Decreto nº 201, que responsabilizava a administração pública municipal por não conduzir bem a parte monetária das prefeituras. E, quando assumi a 1ª Secretaria, lembrei-me, porque normalmente, sem contabilidade, sem conhecimento de economia ou de orçamento, os Prefeitos cometiam vários erros, por intermédio de lobistas que traziam para

a prefeitura dados que não eram corretos dentro da infra-estrutura de administração. Então, pedi e foi feito, por meio do Prodasen e da Interlegis, praticamente um manual de orientação aos Municípios, para que não sofressem mais as conseqüências jurídicas de erros que provavelmente não teriam o dolo de praticar.

Então, esses 35 anos constituem a história de vida deste Congresso, por meio dessa inteligência que se gera dentro deste Senado. Sempre disse o que funciona, Senador Efraim Morais, e graças a Deus V. Ex^a está na Primeira Secretaria e continua alimentando o que é um sonho nosso. Também o Presidente Sarney, quando assumiu, deu-nos toda a liberdade de prosseguir, por intermédio da Diretoria Geral e de toda a composição do Senado, e de reestruturar essa fábrica de produtos bons para todo o País.

Eu sempre disse que órgãos como o Prodasen, a Interlegis, a própria universidade são os órgãos de inteligência do Senado. Temos o dever de nos reverenciarmos permanentemente frente àqueles que trabalham nesse órgão. É uma juventude que hoje já começa a ter um pouquinho mais de idade, mas, sem dúvida nenhuma, aquela vocação, aquele desespero para produzir coisa boa continuam no coração de cada um, e me dá saudade, Senador. Não é inveja, porque sei que V. Ex^a está bem lá. (Palmas.)

Às vezes, quando um dos meninos vai me visitar, tomar um café, trocar uma idéia, contar o que está acontecendo, eu vibro. Vibro bastante. Só tenho que agradecer a Deus, por me reconduzir a este Senado, para ter a oportunidade de conversar com vocês e saber que tem gente que ama este País, que coloca sua vida a serviço da sociedade. Ninguém pode desmoralizar o Senado, até porque ele tem uma infra-estrutura como o Prodasen e outros órgãos que aqui trabalham, dia e noite, em benefício da sociedade.

Lembro-me de quando se criou o Siga – não sei como se chama hoje, Senador Efraim. Ainda é Siga, um produto excelente, que é visto por toda a coletividade política e de inteligência do Governo e externamente como uma das melhores produções para atendimento da população, de forma que não fique desinformada de tudo que acontece no Orçamento.

O próprio ex-Presidente da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prestou uma homenagem a respeito do projeto. Esses projetos vão crescendo. Eu conversava com o menino sobre o Interlegis II ou III, que também é uma coisa que não pode parar. Sei que o Senador Efraim está lutando, já falou desta tribuna a respeito disso, e seria desnecessário citar a importância desse trabalho.

E conversávamos, há pouco, sobre a renovação permanente do maquinário, sobre a substituição

a respeito da qual o Senador Efraim Morais tem feito alguns questionamentos, para a utilização daquilo que já ficou obsoleto dentro da máquina de atendimento à coletividade dos Senadores.

Desculpem-me, fiz um discurso, mas acabei não lendo nada, porque o coração bateu mais forte.

Quero homenageá-los: a infra-estrutura e todos esses meninos que trabalham com afinco em benefício não só do Senado, mas do País e da sociedade brasileira.

Não esqueçam que eu existo. Meu Gabinete sempre se alegra, quando um de vocês vai tomar um cafezinho comigo. Muito obrigado.

Peço permissão ao Secretário e Presidente da sessão para visitá-los de vez em quando, para que não fique com ciúme. Quero ir lá, para trocar uma idéia, conversar com vocês, aprender um pouquinho o que é ser inteligente e objetivo na busca do interesse do País. (Palmas.)

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA:

O SR. ROMEU TUMA (Bloco/PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde seus primeiros anos – eu poderia até dizer que praticamente desde a sua criação –, o Prodasen é um daqueles órgãos que carregam a marca da competência.

No Brasil, Sr. Presidente, temos carências típicas dos países em desenvolvimento. Por conta de séculos em que a educação, a saúde e outras áreas de fundamental importância foram negligenciadas, enfrentamos, ainda, muitas dificuldades. E os serviços públicos, em especial, deixam a desejar.

Mesmo assim, existem alguns órgãos, algumas instituições que conseguem manter um padrão acima da média. Por conta da visão empreendedora de seus criadores, e por conta, também, da excelência de seus quadros técnicos, logo se colocam em outro patamar.

Quando se fala da Polícia Federal, quando se fala da Receita Federal, quando se fala da Embrapa, quando se fala, enfim, de um seleto grupo de entidades que souberam ocupar seu espaço, o sentimento é sempre de respeito e admiração.

E também de orgulho, é claro. Afinal, é sempre com orgulho que nós, brasileiros, falamos de nossa tecnologia de prospecção de petróleo, de nossas operações de combate ao crime na esfera federal, de nossa pesquisa agropecuária.

Esse mesmo sentimento, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos em relação ao Prodasen. Muito antes de chegar a esta Casa, eu já escutava falar do Prodasen. Todos

sabiam que, no Senado Federal, havia um órgão que estava bem à frente de seu tempo. Um órgão que se preocupava, é verdade, em tornar cada vez mais rápido o processamento de dados. Mas um órgão que se preocupava, acima de tudo, com a tecnologia da informação.

Processar e disseminar informação. Não só internamente, no âmbito do Senado, mas também para todas as instituições e pessoas que podemos chamar de *público externo*. Essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem sido a missão permanente do Prodasen.

Foi imbuído desse pensamento, por exemplo, que o Prodasen desenvolveu os primeiros sistemas integrados de apoio à atuação parlamentar. Sistemas que permitiam reunir informações das atividades legislativas com o banco de dados da legislação existente e com outras bases complementares.

Foi imbuído desse pensamento que o Prodasen, ainda na década de 70, celebrou convênios com o Tribunal Superior do Trabalho para armazenamento da jurisprudência, com a Unicamp e com o Serpro, para permitir o acesso a informações de cunho social e econômico, e com diversas outras instituições.

Foi imbuído desse pensamento que o Prodasen, há mais de 15 anos, implantou um sistema de voz e imagens que permite a Senadores e servidores acompanhar, da tela do computador, os trabalhos em andamento no Plenário e nas Comissões.

Foi imbuído desse pensamento que o Prodasen se tornou um dos primeiros órgãos brasileiros a se engajar, de todas as maneiras possíveis, no mundo da Internet.

Foi imbuído desse pensamento que o Prodasen viabilizou a Rede Interlegis, programa de integração das instâncias legislativas do País. Um programa que, decorridos 10 anos de sua concepção, tem prestados um auxílio inestimável aos Estados e aos Municípios.

A mim, Sr. Presidente, causa muita alegria esse nível de excelência. Até porque sou um grande admirador da informática, um entusiasta dos computadores. Quanto tive a honra, por exemplo, de ocupar o cargo de Secretário da Receita Federal, instituí a recepção de declarações do Imposto de Renda por meio digital.

É algo de que me orgulho, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque acredito, volto a dizer, no poder da informação, no poder da tecnologia, no poder da informática.

E tenho certeza de que, enquanto pudermos contar com os excelentes serviços do Prodasen, não apenas nós, aqui do Senado Federal, mas o Brasil como um todo, teremos sempre à mão a informação e a tecnologia da melhor qualidade.

Por tudo isso, cumprimento com muita alegria os dirigentes e servidores do Prodasen, na certeza de que

eles continuarão trilhando os vitoriosos caminhos que até aqui trilharam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, representando o PMDB.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado amigo, Senador Efraim Morais, que preside esta sessão, muito justa por sinal; prezado Senador Romeu Tuma, que acaba de emocionar a todos nós; Dr. Agaciel; colegas do Prodasen e desta estrutura fantástica de que o Senado dispõe na pessoa de vocês,

Hoje comemoramos 35 anos do início de funcionamento de um organismo do Senado que se tornou indispensável; formou quadros valiosíssimos. Eu costumo dizer – espero que não melindre nenhum dos nossos colegas Senadores e Senadoras – que o nosso trabalho nesta Casa resulta de uma conjugação de esforços e de um aporte relevante, de fundamental importância, da inteligência e da capacidade de servidores que estão aqui dando brilho, fazendo com que o nosso trabalho parlamentar tenha alguma substância, tenha alguma objetividade, tenha alguma consequência. Rendo aqui as nossas homenagens neste dia que é de fato festivo.

A sociedade brasileira precisa saber, e essa é uma boa oportunidade para fazê-lo.... Via de regra, o que passa para o mundo exterior – e o Senador Tuma veio à tribuna e proferiu um discurso emocionado – é a fala do parlamentar, é a atividade do parlamentar. Mas quero dizer, dar o meu testemunho e, ao mesmo tempo, proferir o meu mais profundo agradecimento a todos os que atuam nesses organismos estratégicos de que o Senado dispõe, Prodasen, Interlegis, Consultoria do Senado.

O quadro de servidores do Senado é de uma riqueza impressionante! Graças a Deus, dependemos muito desses profissionais hoje para realizarmos nosso trabalho parlamentar. O aporte dado por esses servidores, mulheres e homens profissionais competentes, é de uma qualidade tão grande para o nosso próprio trabalho, que nos dá uma segurança enorme.

Em razão do corre-corre nesta Casa, muitas vezes recebemos o trabalho decorrente da atuação das senhoras e dos senhores, pareceres, trabalhos de envergadura e profundidade. A qualidade é tão grande, que temos a segurança de firmarmos, às vezes, pareceres que lemos rapidamente. Mas é a consistência, é o histórico, é a cultura implantada nesta Casa que nos empresta essa segurança.

Eu estava dizendo que o mundo exterior, os brasileiros precisam saber que esta Casa, por vezes, vive

crises, mas tem vida. Há uma relação extremamente rica entre os parlamentares que por aqui passam, que são passageiros, e o corpo funcional desta Casa, seus organismos de suporte, de apoio, que fazem com que nosso trabalho possa ser mostrado e oferecido à sociedade brasileira.

Vocês são parceiros e parceiras, são partícipes deste trabalho de anos e anos nesta Casa, labutando para fazer com que a contribuição do Senado Federal para o crescimento e o desenvolvimento deste País seja a mais significativo possível.

Cabe-me apenas dar este testemunho, pessoal inclusive, acerca da admiração, do apreço e do respeito que tenho – e tenho certeza absoluta de que todos nós, Senadores e Senadoras, temos – pelos profissionais que atuam no Prodasen e nos demais organismos que funcionam de forma muito responsável nesta Casa. Cabe-me aqui apenas dizer isso, a par do meu mais profundo agradecimento, o meu maior respeito à seriedade com que colegas nossos, eventualmente – porque nós somos eventuais, vocês são permanentes – dirigem através das secretarias, coordenam a atuação, a atividade desses organismos tão importantes. É apenas isso.

Eu compreendi a emoção do Senador Tuma. A gente que vive aqui dentro sabe compreender porque o Senador Tuma se emocionou. É uma experiência muito rica, principalmente para ele que tem longos anos de mandato nesta Casa, que já teve a responsabilidade de, assim como o Senador Efraim Morais hoje tem, coordenar, de dirigir a atividade, a atuação conjugada de setores tão importantes e tão fundamentais para o Senado Federal.

Portanto, meus parabéns pelos 35 anos de consolidação de uma cultura de trabalho sério e responsável, um exemplo para este País. Este País precisa saber, nas entranhas do Senado Federal, como é que a coisa funciona, o nível e o grau de serviço profissional que nós temos por parte das senhoras e dos senhores.

O meu mais profundo respeito e o meu mais profundo agradecimento pelo privilégio de poder atuar conjuntamente com os senhores e com as senhoras. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Meu caro Senador e amigo Romeu Tuma, ex-Primeiro Secretário desta Casa, que, pelo seu pronunciamento emocionado, saudou os 35 anos da criação do nosso Prodasen, bem como os nossos funcionários e funcionárias, quero agradecer as palavras em relação a nossa pessoa e dizer que esta Casa continua – nós estamos passando. E eu tive a felicidade – e vou usar um termo bem nordestino – de tocar uma obra que recebi totalmente asfaltada por V. Ex^a, de quem te-

nho a honra de ser o sucessor, no que diz respeito ao Prodasen, no que diz respeito ao Interlegis, no que diz respeito à Unilegis, no que diz respeito ao Instituto Legislativo Brasileiro. Eu é que tenho que agradecer a V. Ex^a. Com V. Ex^a aprendi bastante para que pudesse, nesses já três anos como 1º Secretário da Casa, dar continuidade a sua obra, Senador Romeu Tuma, que é uma obra também de vários Senadores.

Meu caro companheiro, amigo, Senador Geraldo Mesquita, também agradecemos as suas palavras em relação ao trabalho desenvolvido, não só pela 1ª Secretaria, como também pela parte administrativa desta Casa. Ao ensejo, cumprimento este companheiro de trabalho, Agaciel Maia, Diretor-Geral da Casa, bem como o Dr. Evaldo Gomes Carneiro, Diretor do Prodasen e, em seu nome, abraço todos os funcionários e funcionárias do Prodasen e todos os diretores da Casa aqui presentes.

Minhas senhoras, meus senhores, a democracia é um sistema que deve evoluir no mesmo compasso em que vêm evoluindo as sociedades humanas que tiveram – e souberam aproveitar – a chance de adotá-la como forma de governo. Essa evolução, como qualquer outra, traz consigo sua carga e seu quinhão de desafios e de oportunidades, a partir dos quais a ação dos homens escolhe, decide e, em função dessas escolhas e dessas decisões, constrói seu próprio futuro.

Para os parlamentos, dois desses desafios são cada vez mais impositivos. O primeiro deles é o da eficiência, ou seja, o da capacidade de responder com velocidade e precisão às demandas sociais pelo aprimoramento regulativo dos direitos e dos deveres que regem a vida em comum, nos seus aspectos políticos, econômicos e comunitários. Não é somente necessário incorporar ao universo jurídico os novos fenômenos trazidos pelo desenvolvimento das relações entre as forças vivas da sociedade; é preciso, ainda, identificar e transformar aquilo que, já antigo, merece um olhar novo e renovado.

Minhas senhoras e meus senhores, meus caros Senadores, o segundo desafio – que, em larga escala, decorre e ampara o bom desempenho da resposta dada ao primeiro – é o de promover níveis crescentes de transparência em relação aos temas, aos processos e aos resultados da ação parlamentar.

É oportuno, ante tudo isso, que eu relembre esses fatos no decurso desta Sessão Especial do Senado, regularmente convocada para comemorar os 35 anos da nossa Secretaria Especial de Informática, o Prodasen. E é inevitável, sobretudo, que o nosso raciocínio e a nossa memória correlacionem o alto nível de eficiência e de transparência alcançados por esta Casa a esse Órgão, um dos pioneiros no uso e na aplicação

dos instrumentos da tecnologia da informação à atividade pública, no Brasil.

Não vivemos mais os tempos em que a ação parlamentar, quer em sua dimensão legislativa, quer em seus aspectos fiscalizadores, podia dispor de prazos generosos para processar-se e concluir-se. Não vivemos mais o tempo em que muitas decisões se davam em acordos de cúpula e no qual se interagia o mínimo com uma sociedade muito pouco complexa e, ainda, escassamente organizada. Não vivemos – e graças a Deus não mais vivemos! – o tempo em que era muito limitada a integração entre os cidadãos e os seus representantes no Parlamento, baseada em um pequeno número de veículos de comunicação e restrita, infelizmente, ao trânsito unidirecional de notícias: do centro para as bordas da Nação.

Pois bem; tudo isso mudou. As urgências sociais – dos cidadãos, das empresas e dos mercados – exigiram e obtiveram respostas mais rápidas e precisas do Legislativo. As decisões, agora, se tomam sob um volume crescente de informações qualificadas e sempre a partir de intensa interlocução com os mais diversos tipos de representações associativas da sociedade civil. E o contato com o cidadão e com as bases sociais se faz, hoje, por meio de uma sofisticada gama de canais de relacionamento, aos quais a modernidade acrescentou um aspecto da mais alta relevância: a interatividade.

Hoje, o parlamentar está profunda e intensamente conectado às suas bases de representação por intermédio do correio eletrônico. A rede mundial de computadores, ferramenta que o uso consagrou com o nome de Internet, permite que o desempenho e a atuação dos membros do Congresso Nacional estejam sempre submetidos ao olhar crítico da população. As matérias legislativas estão todas listadas na página do Senado; o progresso de cada projeto, nas comissões e no Plenário, pode ser cuidadosamente acompanhado e até mesmo automaticamente comunicado aos interessados, para tanto bastando cadastrar-se em nosso *site*. A votação individual e até mesmo os discursos feitos desta tribuna estão disponíveis, com poucos minutos de defasagem, a quem deles quiser tomar conhecimento.

Como se pode verificar, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, o enorme grau de progresso que experimentamos nos padrões de trabalho do Parlamento – Senado e Congresso –, e na sua integração à vida do cidadão comum foi impressionante, com ganhos evidentes para a cidadania e a democracia. Cumpre registrar, contudo, por imperioso dever de justiça, que grande parte do avanço obtido pelo Senado deve-se ao uso inteligente e à aplicação atualizada das novas tecnologias da informação, es-

pecialidades essas a cargo da Secretaria Especial de Informática, o nosso Prodasen.

Mesmo internamente, no suporte às atividades rotineiras da Casa, constato facilmente que é impossível prescindir dos equipamentos, redes e sistemas providos pelo Prodasen. O dia-a-dia dos Gabinetes e das Comissões baseia-se indissolúvelmente nos serviços eletrônicos de informática.

Cabe, portanto, a todos nós, Senadoras e Senadores, testemunhar o mérito intrínseco da homenagem que, hoje, aqui prestamos, na forma dessa Sessão Especial de comemoração pelo transcurso de 35 anos de trabalho dedicado e bem-sucedido do Prodasen.

Cabe a mim, em especial, na condição de 1º Secretário da Mesa e da Comissão Diretora do Senado – e atuando, portanto, em estreita relação com a estrutura administrativa da Casa –, reconhecer o destacado desempenho do Prodasen no exercício de sua função de apoio à atividade do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Aos dirigentes e funcionários do Prodasen, ativos e aposentados, minhas sinceras homenagens ao transcurso de uma data que, por si só, sublinha e configura um histórico impecável de bons serviços prestados ao Legislativo e, por essa via, a todo o povo brasileiro. O Prodasen constitui, sem sombra de dúvida, um dos orgulhos desta Casa.

Registro, por fim, a feliz iniciativa do Senador José Sarney, autor do Requerimento nº 1.120, de 2007, cuja aprovação pelo Plenário estabeleceu os contornos desta Sessão. O Senador Sarney – em razão de viagem ao exterior, S. Ex^a não pôde aqui estar –, certamente tem, pela circunstância de haver ocupado por diversas vezes a Presidência do Senado, a qualificação adequada para encabeçar a iniciativa da homenagem que ora prestamos.

Parabéns ao Prodasen, parabéns a todos os funcionários e funcionárias que constituem esse extraordinário órgão que, posso dizer, é o coração do Senado Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

Convido todos para, juntos, após o encerramento desta sessão, inaugurarmos a exposição “Prodasen: passado, presente e futuro”, montada ao lado da chapelaria.

Agradecendo a presença dos Srs. Parlamentares, de todos os nossos diretores da Casa, dos funcionários e funcionárias do Congresso Nacional e das senhoras e dos senhores que aqui estiveram presentes, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa

para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muito acerto e oportunidade que nos reunimos hoje para homenagear os 35 anos desta Instituição-modelo, que é o Prodasen. É especialmente gratificante poder lembrar alguns dos motivos que temos de nos orgulhar de nossa Casa e de seus órgãos, sobretudo quando vemos o Senado Federal ser vítima de tantos ataques que visam a denegrir sua imagem. E um dos órgãos desta Casa que mais nos dão motivos de orgulho é, justamente, nossa Secretaria Especial de Informática.

Desde que foi criado, em 1972, o Prodasen é sinônimo de vanguarda tecnológica de inovação e de modernidade. Não é por acaso que, em 2003, quando passou a chamar-se oficialmente Secretaria Especial de Informática, conservou o nome Prodasen, que já se tornou uma marca reconhecida nacionalmente.

Nós, que vivemos cotidianamente o processo legislativo, sabemos o quanto ele pode ser custoso. Não é raro que a atenção e o cuidado que a feitura das leis demanda – como sabemos, o diabo está nos detalhes, e isso é especialmente verdadeiro no que se refere às leis – sejam atropelados pela urgência das necessidades a que a atividade legislativa visa a atender e pela dinâmica própria da atividade política. A agilidade de um órgão como o Prodasen torna-se, assim, um fator absolutamente fundamental para garantir a qualidade de nossa produção normativa.

Esse ganho de qualidade que o Congresso Nacional obteve com o Prodasen é evidente desde sua fundação, em 1972, quando, usando uma tecnologia recentíssima, garantiu a automatização do cálculo do Orçamento da União. Assim também foi quando deu agilidade e fluência ao trabalho extremamente complexo da elaboração da Carta Constitucional de 1988.

De lá para cá, soube manter-se sempre na vanguarda da tecnologia, garantindo ao Parlamento brasileiro, sem dúvida nenhuma, um lugar de destaque entre as Casas Legislativas mais modernas do mundo.

Temos ainda de creditar na conta do Prodasen a decisiva contribuição que deu e tem dado constantemente para tornar esta Casa mais visível, mais transparente, mais acessível aos cidadãos. Os serviços prestados pela página do Senado na *Internet* são inestimáveis. Ali o cidadão tem, na ponta do *mouse*, por assim dizer, acesso a toda a legislação brasileira, às matérias em tramitação, aos resultados das deliberações no plenário e nas comissões, aos nossos pro-

nunciamentos, a dados sobre o Orçamento da União, às notícias produzidas por nossos meios de comunicação – enfim, a todo um universo de informações que enriquecem o exercício da cidadania e dão densidade às relações entre o Parlamento e a sociedade.

Ainda neste tópico, Sr. Presidente, convém lembrar que a existência de um órgão como o que ora homenageamos tornou possível a execução bem-sucedida de um dos programas que, na minha opinião, mais engrandecem esta Casa, que é o Programa Interlegis. A história de sucesso do Interlegis, que este ano completou dez anos, foi certamente facilitada pelo fato de contarmos, aqui no Senado, com o tesouro de conhecimentos e de experiência acumulado ao longo dos anos pelo Prodasen – sem falar, naturalmente, na infra-estrutura montada e mantida por nossa Secretaria Especial de Informática.

Ela cumpre, assim, um papel duplo. Internamente ao Senado, dá a nossos trabalhos uma agilidade e uma qualidade que, de outra forma, jamais conseguiríamos obter. Externamente, é responsável por garantir uma **interface** mais rica entre o Senado e os cidadão e, apoiando o Programa Interlegis com seu conhecimento técnico, por tornar possível a criação da comunidade virtual do Poder Legislativo, integrando as Casas Legislativas dos três níveis federados e estendendo, assim, a todo o Poder Legislativo os mesmos benefícios que usufruímos aqui no Senado.

Por tudo isso, minhas senhoras, meus senhores, podemos dizer, sem exagero, que o Prodasen é mais do que um órgão auxiliar do processo legislativo – é um protagonista desse processo.

Não quero terminar, Sr. Presidente, sem antes fazer um elogio ao excelente corpo de servidores que compõem o nosso Prodasen – a quem saúdo no nome do Diretor Executivo do órgão, Dr. Evaldo Gomes Carneiro Filho. Como é regra, nesta Casa, temos aí, nesse corpo de servidores muitas razões de orgulho. Faço aqui um apelo para que a Administração da Casa atente com cuidado para as necessidades do órgão, evitando seu esvaziamento, o que poderia resultar em perda de qualidade de seus serviços, com reflexos inevitáveis em todo o processo legislativo.

Parabéns ao Prodasen por esses 35 anos de serviço ao Senado e, por extensão, à democracia brasileira. E muito obrigado pelo excelente trabalho que vem realizando e, tenho certeza, continuará a realizar no futuro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 52 minutos.*)

Ata da 218ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 27 de novembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Gerson Camata, Papaléo Paes,
Romeu Tuma e Marcelo Crivella.

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 27/11/2007 07:39:53 até 27/11/2007 21:34:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X

Compareceram: 78 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitaria o uso da palavra, invertendo a inscrição, para que eu possa fazer a minha intervenção em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

Pela lista de oradores inscritos, o Senador César Borges é o número um. Assim, V. Ex^a poderia conseguir uma inversão com S. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Respeito a inscrição. Posso falar para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Está bem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Desculpe-me, Senador Mão Santa, mas o Senador Paulo Paim havia se manifestado antes. Peço desculpas a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Também peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que V. Ex^a consultasse a lista de oradores para ver se estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a é o segundo orador inscrito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Há oradores inscritos.

Por cessão do Senador Geraldo Mesquita, tem a palavra o Senador César Borges. Logo a seguir, o Senador Aloizio Mercadante, para uma comunicação inadiável.

Com a palavra o Senador César Borges, pelo tempo de dez minutos, que lhe é concedido pelo Regimento.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior por ter me cedido este tempo.

Venho a esta tribuna para lamentar o fato triste que aconteceu no Estado da Bahia, que ocupa as páginas dos jornais do País, e teve, inclusive, repercussão internacional. Refiro-me, Sr. Presidente, ao lamentável acidente, ou incidente, acontecido no Estádio da Fonte Nova, o Estádio Octávio Mangabeira, com o desabamento de parte das arquibancadas superiores, o que resultou no falecimento de sete torcedores que ali estavam, num dia de domingo, esperando ter uma tarde de alegria, vendo o seu time, o Bahia, ascender a uma nova divisão, passar para a Segunda Divisão do futebol brasileiro. Entretanto, lamentavelmente, esses torcedores perderam as suas vidas.

Isso me leva inclusive a apresentar, Sr. Presidente, um requerimento para inserir na Ata desta Casa um voto de pesar pelas vítimas do desabamento acontecido no Estádio da Fonte Nova, no domingo, dia 25 de novembro.

Se não bastasse o sentimento que inevitavelmente nos assoma diante de tragédias como a que se abateu sobre a cidade de Salvador, no último dia 25, temos o dever, como representante eleito pelo povo baiano, de manifestar, nas formas previstas no Regimento Interno, nosso pesar e de empenhar toda a nossa solidariedade às vítimas e a seus familiares.

Esse nosso dever se faz especialmente imperativo quando a ele se junta a necessidade de chamarmos a atenção do Poder Público pela responsabilidade que assume em ocasiões como essa. Nosso pesar, portanto, vem acompanhado de indignação e de revolta diante da negligência que permite que tais tragédias tenham lugar.

Esse é o nosso requerimento e a sua justificativa, Sr. Presidente, que estamos encaminhando à Mesa e que esperamos ver aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento de V. Ex^a será encaminhado na forma do Regimento, com a solidariedade da Mesa às vítimas e aos parentes das vítimas daquele lamentável acidente.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Domingo, à tarde. Mais de 60 mil baianos se dirigiram ao Estádio Octávio Mangabeira, conhecido Estádio da Fonte Nova, inclusive, Sr. Presidente, dois filhos

meus, torcedores do Esporte Clube Bahia, também lá estavam. O que é que se imagina? Uma tarde festiva, de alegria, pois ao time bastava um empate para passar para a Segunda Divisão. Um momento bom para o futebol baiano. O tradicional adversário do Bahia, o Vitória, também ascendeu à Primeira Divisão. A Bahia esportiva estava satisfeita, vendo os dois times baianos ascendendo a divisões superiores: um à primeira, o outro à segunda divisão.

Quem poderia imaginar que hoje a Bahia estaria lamentando a morte de pessoas jovens que nunca poderiam supor que, no ato de se dirigirem a um estádio de futebol, tivessem a sua juventude ceifada, assim como a esperança de uma vida longa que, com certeza, teriam, não fosse esse acontecimento!

Márcia Cruz, 26 anos, técnica de enfermagem; Jadson Celestino, 22 anos, universitário; Anísio Neto, 28 anos, autônomo; Djalma Lima Santos, 30 anos, gari; Milena Palmeira, 27 anos, professora; Joselito Lima Júnior, 26 anos, estudante; Midiam Andrade Santos, 23 anos, comerciária.

Sr. Presidente, venho à tribuna homenagear essas pessoas que, torcendo pelo seu time, comemorando, perderam, lamentavelmente, as suas vidas. É o mínimo que podemos fazer para com esses sete cidadãos baianos – e espero que o infortúnio não seja ainda maior, de vez que ainda há pessoas hospitalizadas, pelas quais rezamos para que se recuperem rapidamente.

Neste momento, o mínimo que podemos fazer é justiça, responsabilizar a quem de direito, apurar as responsabilidades. O que não podemos admitir, em homenagem a essas famílias enlutadas, a esses jovens que perderam as suas vidas, é aceitar a impunidade.

A sociedade merece ser informada de todas as fases da investigação, das providências adotadas e até das soluções imaginadas para o futuro. É o mínimo que se exige no momento, até mesmo como forma de se impedir que, na Bahia ou em qualquer outra parte do Território Nacional, fatos semelhantes se repitam. O respeito à vida é o primeiro e insubstituível passo para que se possa ter paz, ver o triunfo da justiça e respirar o autêntico clima de cidadania.

Aos baianos, Sr. Presidente, deixo a minha irrestrita solidariedade. Aos familiares das vítimas deixo o fraterno abraço de condolências e a certeza de que partilho de sua dor. A todos, sem exceção, externo o meu compromisso de acompanhar atentamente os procedimentos que serão adotados, quer para a apuração das responsabilidades, quer para o encaminhamento de solução definitiva para o Estádio da Fonte Nova.

Sr. Presidente, foram feitas alertas pelo Ministério Público, pela Polícia Militar, pela Vigilância Sanitária, pelo Sindicato Nacional de Arquitetura e Engenharia – Sinaenco, uma associação de arquitetos, que fez uma análise de diversos estádios do País e emitiu laudo técnico apontando o Estádio da Fonte Nova como potencialmente perigoso, situando-o, quanto à segurança de suas instalações, em último lugar no conjunto de 29 estádios vistoriados. Fica difícil de entender que nenhuma medida tenha sido tomada.

O principal jornal do Estado, A Tarde, traz na sua primeira página “Tragédia em sete atos”:

1. Omissão. O Ministério Público pediu a interdição da Fonte Nova, em janeiro de 2006. Em 23 meses, a juíza Lícia Pinto Modesto, da 2ª Vara de Defesa do Consumidor, manifestou-se uma vez, negando liminar. O Ministério Público voltou a pedir providências no dia 11 de maio de 2007, mas até hoje não obteve resposta;

2. Negligência. A Sudesb [autarquia pública estadual que cuida dos esportes na Bahia e tem responsabilidade de cuidar dos estádios de futebol] foi alertada pelo Ministério Público, Vigilância Sanitária e PM dos riscos e problemas do estádio. Nada foi feito.

3. Insegurança. A degradação das feragens do estádio é visível. Para o Arquiteto Carl Von Hauenschield, a tragédia poderia ter sido maior;

4. Irresponsabilidade. O Estado liberou a Fonte em precárias condições para o jogo. Mas, com base no Estatuto do Torcedor, o Bahia e seu presidente também podem ser punidos.

5. Ganância. A média de público do Bahia na Fonte, no octogonal, foi de 53.648 pagantes. A renda média foi de R\$496 mil. Quem teria coragem de suspender as partidas? [pergunta o jornal];

6. Revolta. A alegria dos torcedores se transformou em indignação pelo pouco caso com que são tratados. Parentes das vítimas também se queixam da falta de apoio do Estado.

Então, Sr. Presidente, a torcida da Bahia dá um *show* ao Brasil, seja do Vitória, seja do Bahia, comparecendo aos estádios. Mesmo estando na Terceira Divisão, o time tricolor baiano tem média de quarenta mil torcedores por jogo na Fonte Nova. O São Paulo, campeão da Série A em 2007, por exemplo, tem média de 28,6 mil por partida. O Flamengo lidera a estatística da Primeira Divisão do futebol nacional com 39,5 mil, número inferior ao conquistado pelo Bahia.

Por tudo isso, Sr. Presidente, essa torcida não merecia o que aconteceu e não merece que as conseqüências recaiam também sobre ela, com a penalização do Bahia e da Bahia, inclusive na pretensão do Estado de ser sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

Então, Sr. Presidente, é em nome dessa torcida que me pronuncio, concluindo que estamos solidários, neste momento, principalmente às famílias enlutadas do nosso Estado da Bahia.

Era isso o que eu queria deixar aqui registrado, esperando que as responsabilidades sejam apuradas, para que tais fatos não se repitam.

Espero que, doravante, as providências sejam tomadas, inclusive no sentido de saber para onde vai o futebol baiano, depois de fechado esse templo do futebol, o Fonte Nova. Como sempre acontece no Brasil, lamentavelmente só se fecha a porta após o roubo. O estádio foi interditado agora. O que faremos doravante? Vai-se demolir o estádio? Vai-se implodir-lo? Vai-se construir um novo estádio? As interrogações estão no ar.

Neste momento, o que me traz aqui é a solidariedade humana que devemos ter com todas as famílias enlutadas da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR CÉSAR BORGES:

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia silenciar-me em face do lamentável acontecimento do último domingo em Salvador. A tragédia da Fonte Nova enluta a Bahia, sensibiliza o Brasil e espalha dor e sofrimento em muitas famílias. Eis a razão pela qual solicito à Casa a aprovação de voto de pesar a ser encaminhado aos familiares das vítimas.

Toda a Bahia e o Brasil lamentam as mortes do estudante universitário Jadson Celestino, de 22 anos; o gari Djalma Lima Santos, de 30 anos; o trabalhador autônomo Anísio Marques Neto, de 28 anos; estudante Joselito Lima Júnior, de 26 anos; a comerciária Midiam Andrade Santos, de 23 anos; a técnica de enfermagem Márcia Santos Cruz, de 26 anos; e a professora Milena Vasques Palmeira, de 27 anos.

Além da dor de todos aqueles que perderam seus entes queridos, sentimento que nos cumpre compreender e respeitar, fica do absurdo acidente a sensação de que falhas imperdoáveis continuam a marcar a ação do Poder Público em nosso País.

Quando se toma conhecimento de que, há alguns meses, laudo técnico de instituição insuspeita, do Sindicato Nacional de Arquitetura e Engenharia (Sinaenco) apontara o Estádio da Fonte Nova como potencialmente perigoso, situando-o, quanto à segurança de suas instalações, em último lugar no conjunto de vinte e nove estádios vistoriados, fica difícil entender que nenhuma medida tenha sido tomada.

Responsabilidades precisam ser apuradas. O que não se admite é a impunidade. A sociedade merece ser informada de todas as fases da investigação, das providências adotadas, das soluções imaginadas. É o mínimo que se exige no momento, até mesmo como forma de se impedir que, na Bahia ou em qualquer outra parte do território nacional, fatos semelhantes se repitam. O respeito à vida é o primeiro e insubstituível passo para que se possa ter paz, ver o triunfo da justiça e respirar o autêntico clima de cidadania.

Aos baianos, deixo minha irrestrita solidariedade.

Aos familiares das vítimas, meu fraterno abraço de condolências e a certeza de que partilho de sua dor.

A todos, sem exceção, externo meu compromisso de acompanhar atentamente os procedimentos que terão de ser adotados, quer para a apuração das responsabilidades, quer para o encaminhamento de solução definitiva para a Fonte Nova.

Desse compromisso não posso, não quero e não devo abrir mão. Serei diligente no acompanhamento das ações que, necessariamente, deverão ser empreendidas. A Bahia pode estar certa de que não faltarei também nesta hora.

É preciso também que além da apuração dos responsáveis, o governo dê pronta resposta para esta torcida imensa da Bahia, que quer ter um estádio como sede da Copa do Mundo de 2014.

Vejam o show que esta torcida do Bahia dá ao Brasil. Mesmo na terceira divisão, o time tricolor baiano tem média de 40,4 mil torcedores por jogo na Fonte Nova. O São Paulo, campeão da Série A em 2007, por exemplo, tem média de 28,6 mil por partida. O Flamengo lidera a estatística da primeira divisão do futebol nacional, com 39,5 mil, número inferior ao conquistado pelo Bahia.

Por tudo isto, esta torcida não merecia o que aconteceu, e não merece que as conseqüências recaiam também sobre ela, através da penalização da Bahia como sede de jogos da Copa. É em nome desta torcida que me pronuncio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Passo a ler o requerimento de V. Ex^a, que já se encontra sobre a mesa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.373, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelas vítimas do desabamento do Estádio da Fonte Nova, ocorrido em Salvador no dia 25 de novembro de 2007.

Justificação

Se não bastasse o sentimento que inevitavelmente nos assoma diante de tragédias como a que se abateu sobre a cidade de Salvador no último dia 25, com o desabamento no Estádio da Fonte Nova, temos o dever, como representante eleito pelo povo baiano, de manifestar, nas formas previstas no Regimento Interno, nosso pesar e de empenhar toda a nossa solidariedade às vítimas e a seus familiares.

Esse nosso dever se faz especialmente imperativo quando a ele se junta a necessidade de chamarmos a atenção do Poder Público pela responsabilidade que assume em ocasiões como essa. Nosso pensar, portanto, vem acompanhando de indignação e revolta da negligência que permite que tais tragédias tenham lugar.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.
– Senador **César Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a será atendido. A Presidência se associa aos sentimentos de V. Ex^a e aos do povo baiano diante das vítimas.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Aloizio Mercadante. O próximo orador é o Senador Mão Santa, como orador inscrito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, tivemos acesso a uma notícia de grande relevância para o Brasil.

O PNUD, que é o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento, publica a notícia de que o Brasil finalmente entra para o grupo do alto desenvolvimento humano. Durante toda a história em que esse índice foi estabelecido, o Brasil estava entre as nações de médio desenvolvimento humano. Agora, o Brasil está entre os países de alto desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, foi construído exatamente para que as nações não fossem

avaliadas apenas pelo que produzem, mas, sobretudo, pela qualidade de vida dos seus habitantes. São três os indicadores fundamentais que constroem este índice: a saúde, a educação e o padrão de vida.

Em relação ao padrão de vida, o componente mais importante é o crescimento econômico, é o crescimento do PIB *per capita*. Essa classificação mostra que, finalmente, o Brasil entra na condição de País com alto desenvolvimento humano. São 70 nações que estão nessa condição no mundo. No que se refere ao padrão de vida, o fundamental – e são dados de 2005, que saem agora; o Brasil vai melhorar muito mais em 2006, especialmente neste ano de 2007 – é que o Brasil entra nesse patamar dos países com alto desenvolvimento humano.

Primeiro, é o PIB *per capita*, que mede a renda por habitante do Brasil. Ele atingiu US\$ 8,402 em 2005, com um crescimento de 2,5% entre 2004 e 2005. Então, primeiro crescemos; e cresceu a renda **per capita**.

O mais importante é que, além desse crescimento, houve um avanço no tempo de vida médio, na expectativa de vida média da população brasileira, que passa para 71,7 anos, quando era 70,8 anos. Estamos vivendo mais tempo de um ano para outro, o que é uma melhora significativa. Portanto, uma melhora na saúde.

Em relação à Educação, houve aumento do número percentual de alunos matriculados nas escolas e nas universidades. Eram 86%, e o percentual sobe para 87,5%, relativamente ao número de cidadãos que se encontra na faixa de escolarização.

Portanto, com esses três indicadores – melhorando a saúde, melhorando a educação e melhorando a renda da população –, o Brasil, finalmente, atingiu a condição de alto desenvolvimento humano.

Tenho absoluta convicção de que, nos anos de 2006 e 2007, a melhora será mais significativa, mesmo porque, neste ano de 2007, vamos crescer 5% do PIB.

Se olharmos para a história deste País, com o despojamento político, eleitoral e partidário, seguramente, com o tempo, a história vai registrar o quanto é relevante o que estamos vivendo. E os dados do PNUD demonstram, pela primeira vez, que o Brasil alcança esse patamar. Desde 1975 existe esse índice. Portanto, há mais de 30 anos que o PNUD calcula o Índice de Desenvolvimento Humano e, desde 90, ele é calculado com nova tecnologia. É a primeira vez na história que o Brasil atinge essa condição.

Sr. Presidente, se analisarmos a história do Brasil, pelo menos a história do pós-guerra, quando tivemos

crescimento econômico com estabilidade econômica, com ampla democracia e com distribuição de renda? Não há, na história recente do Brasil, um cenário econômico e social como este. É verdade que, no governo Juscelino Kubitschek, tivemos altas taxas de crescimento, projetos estruturantes de desenvolvimento – Brasília é uma das decorrências desse tempo, do Plano de Metas –, ampla liberdade e democracia, apesar de algumas tentativas de golpe, mas a mais ampla liberdade, mas não tivemos estabilidade na economia, não tivemos distribuição de renda.

Não tivemos estabilidade porque, ao final do Plano de Metas, a inflação voltava com muita força, e o País perdia esse benefício tão relevante, que é o controle da inflação. E tanto foi assim que, logo a seguir, o PAEG, Plano de Ação Econômica do Governo, que vem com o golpe de 64, estabelece uma política extremamente rígida de combate à inflação, de estabilização, e o Brasil só volta a crescer em meados dos anos 60. Durante a ditadura, tivemos altas taxas de crescimento, tivemos estabilidade, mas não tínhamos democracia nem distribuição de renda. E, durante a transição democrática, tivemos, no governo anterior, estabilidade e democracia, mas não tivemos crescimento acelerado, muito menos distribuição de renda.

Portanto, este é um momento muito especial da nossa história.

Quero parabenizar todos, sinceramente todos: os governos que passaram, os que virão, mas, especialmente, o povo brasileiro por essa relevante conquista. O Brasil é apontado pela ONU, pelo mais importante indicador, que é o Índice de Desenvolvimento Humano, um País de alto desenvolvimento humano pela primeira vez na história, depois de mais de 30 anos que esse índice acompanha a evolução da sociedade.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero concluir dizendo que a data de hoje é histórica; é uma data que devemos celebrar, comemorar, porque a ONU, finalmente, passa a reconhecer o Brasil, que é a décima economia do mundo, como um dos países de alto desenvolvimento humano, um dos países que tem um índice de desenvolvimento humano acima de 0,800 – esse índice varia de zero a um, então alcançamos, em 2005, esse patamar, porque o *ranking* que sai agora são das estatísticas de 2005. Mas o mais importante é que tenho absoluta convicção de que vamos melhorar muito mais nesses dois anos de 2006 e 2007. O Brasil vai galgar as posições, porque estamos crescendo, gerando 8,5 milhões de emprego, distribuindo renda, melhorando a saúde, a educação, o padrão de vida e, portanto, teremos um desempenho ainda melhor do que já alcançamos. Por isso, esta data traz grande alegria ao povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência se congratula com o povo brasileiro e com o pronunciamento de V. Ex^a, diante de tão importante conquista para o Brasil.

Continuamos a lista de oradores inscritos. Concedo a palavra, pelo tempo de dez minutos regimentalmente concedidos, a S. Ex^a o Senador Mão Santa, segundo inscrito como orador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Camata, que preside esta sessão de 27 de novembro, parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pela TV Senado.

Ouvimos, Sr. Presidente Camata, atentamente as palavras desse extraordinário homem público, líder, economista professor Mercadante.

Lamentamos que nossa visão não seja esta do Brasil. Entendemos que nunca antes, nesses 507 anos, houve uma exploração do povo como agora. É a carga tributária.

O professor Mercadante tem essa genialidade de mostrar esse lado róseo, que não passa. Em 507 anos, nunca antes um povo foi tão explorado.

Fomos dependentes dos portugueses. Que saudades!

Agora, encontrei parlamentares de Petrópolis.

Eu revia o passado, a História, Camata. Naquele tempo, a carga tributária era de 20%. Recentemente, a Globo presenteou-nos com a minissérie “O Quinto dos Infernos”. Hoje, o jornal **O Globo** fala a respeito da chegada dos portugueses. Que fato histórico lindo! Era de 20% o imposto. Era de um quinto, por isso a minissérie “O Quinto dos Infernos”. Foi aí que o povo se rebelou contra Portugal. O imposto era de um quinto, de 20%. De cinco quilos de ouro, Camata, um quilo era de Portugal; de cinco bois, um boi era de Portugal; de cinco bodes do meu Piauí, um bode era de D. João VI. Agora, é a metade. São 76 impostos. Eu li e os pesquisei. Uns dez foram criados por esse partido que está aí; outros, aumentados, de tal maneira que nos aproximamos de 40%. Aprendam.

Muita gente diz: “Não, mas o ano tem doze meses e tem o 13º mês.” O fato é que provei que, dos doze meses que todos trabalhamos – quem não trabalha são os aloprados, que entraram pela porta larga da malandragem e aí estão, muitos ganhando R\$10.448,00 –, pagamos cinco meses para o Governo e ninguém está livre de transações bancárias. Não estou falando da CPMF, não, mas de transações bancárias. Trabalha-se para banco, também. Então, são seis meses.

O Mercadante fala, e fala certo. É a voz do PT, que está bem. O partido cresceu, teve esse crescimento.

Ô Camata, estou aqui e sou do PMDB autêntico. Louvo todos os Governadores heróicos que estão aí e todos os Prefeitos. E me afasto. As conquistas são deles. Cito um exemplo: o PT governa três Estados. Ô Luiz Inácio, que vergonha.

Ô Wellington Salgado, você que é de Minas, o Tiradentes se sacrificou e a derrama era de 20%. Está na hora de você botar esse pescoço aí, com Hélio Costa, porque estamos pagando, e cadê os mineiros heróicos? Agora é que tem de rolar cabeça. Mas atentai!

Mauro Sampaio, ô Camata, é um jornalista daqui, trabalha no Senado, irmão do Presidente da Assembléia do Piauí, do meu PMDB, Presidente do Diretório Municipal. O irmão dele é o Deputado Themístocles Sampaio, Presidente. Ele é funcionário do Senado, onde entrou por concurso, não pela porta larga, não.

“Enquanto Pernambuco ganha pólo fármaco-químico, o Piauí faz carvão. Fornalhas de carvão na Serra Vermelha”, por Mauro Sampaio.

O Piauí é vocacionado para esses grandes jornalistas: Carlos Castello Branco; atualmente, Zózimo Tavares; e Carlos Augusto, ex-Deputado.

Então, o que diz Mauro Sampaio, irmão do ilustre Presidente da Assembléia, grande jornalista independente?

“Próximo de completar cinco anos da dobradinha petista Governador do Piauí, Wellington Dias, e Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nada de especial foi conquistado. O Piauí continua o mesmo, sofrendo dos mesmos problemas, mendigando da mesma forma em Brasília, contentando-se com tapiinhas nas costas e emendas parlamentares que não significam investimentos certos. Pior ainda. o Piauí tem comemorado a chegada do desenvolvimento predatório: a produção de carvão, em detrimento de sua frágil condição ecológica. Enquanto isso, em menos de um ano de governo, outros Estados ...”

Aí, cita o desenvolvimento de Pernambuco, que é do PSB, e de Goiás. Não vou ler todo o artigo desse extraordinário jornalista, mas, em seguida, ele diz:.

“Até 2015, se a produção de carvão no Piauí continuar em ritmo acelerado, será preciso importar muito remédio para curar os males de tantos governos que não souberam fazer nem mesmo óbvio.”

A minha cidade, Wellington Salgado e Camata, decantada, é a cidade de Evandro Lins e Silva, de João Paulo dos Reis Velloso e de Alberto Silva, que

deve estar traumatizado. Ninguém nunca o viu, porque enganaram o nosso grande Alberto Silva. A nossa cidade, a Parnaíba, é como Sêneca dizia, Wellington Salgado e Camata, ele que não era nem de Atenas, nem de Esparta: “Não é uma pequena cidade, é a minha cidade.”. Assim, eu digo: Parnaíba.

Parnaíba, outro jornal: “OAB em Campanha Contra a Extinção de Vara Criminal em Parnaíba”. São entrevistas a vários homens, feitas pelo jornalista Francisco Tribuzana. Como tiveram repercussão, mandaram-nas para cá.

O advogado Diógenes Meirelles, da subseção da OAB em Parnaíba, está mobilizando a comunidade para cobrar dos Parlamentares piauienses o veto na Assembléia Legislativa referente à extinção da Primeira Vara Criminal de Parnaíba.

Estão extinguindo a Justiça. Enquanto o filho de Deus andava nas montanhas e dizia: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”, lá no Piauí eles estão acabando na maior cidade.

Então, é isto: há julgamentos marcados para agosto de 2008, mas, fechando-se essa Vara Criminal, segundo o repórter, eles acontecerão em 2010.

Ô Camata, V. Ex^a é um homem de cultura.

Luiz Inácio, Montaigne disse que o pão de que mais a Humanidade necessita é a Justiça.

Esse Partido tira a Justiça do Piauí, de Parnaíba, minha cidade.

Mais ainda, Camata, um quadro vale por dez mil palavras.

Mercadante é culto, é o nosso Adam Smith, acho que é a estrela do PT, mas um quadro, Mercadante, vale por dez mil palavras.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Parnaíba, ô Camata. Quero convidar V. Ex^a e sua encantadora esposa para terem outra lua-de-mel lá, no Delta. Atentai bem: verdes mares bravios, água *caliente*, sol que nos tosta o ano inteiro, ventos que nos acariciam, gente maravilhosa. Vai ser o encontro de duas belezas – o Delta e sua esposa Rita – com o amor de V. Ex^a.

Quero dizer o seguinte, Camata: a minha cidade.

Ô Wellington Salgado, se manca PT! Aqui vieram com a palhaçada de dar sinal amarelo para o Mão Santa. Vão se mancar! Eu dou sinal vermelho para o Luiz Inácio, para o nosso Tião e para os Governadores do PT.

Olha em Parnaíba o que houve, ô Camata, anota aí: na minha cidade, isso é que é a verdade, houve diminuição da população. Em três anos dessas coisas, saíram cinco mil. Foram-se embora

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de dois minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É o suficiente. Agora, eu queria diminuir, pelo menos em dois anos, esse Governo desastrado.

Diminuição da população. A natureza Deus fez, além de gente boa.

Olha, cinco mil foram-se embora.

Redução de 10 mil matrículas, Mercadante.

Ô Luiz Inácio! Esta é a verdade: eu gosto de V. Ex^a, mas V. Ex^a é rodeado de aloprados por todos os lados. Reduziram as matrículas! O professor Iweltman é Vereador do nível dos melhores Senadores da República, é professor universitário, tem um trabalho. Lá não tem uma creche mais. Fui Prefeito daquela cidade. A Adalgiza viu um meninozinho e disse: “Vamos fazer!” Ela é minha garantia. O ensino universitário reduziu a um quarto da expansão que fizemos. Está aí um artigo: *Riqueza de Picos, pobreza de Parnaíba*, pelo agrônomo Joselito. Renda **per capita** maior. A beleza que estou convidando, que é decantada, tal a praga que se deu lá, nenhuma foi escolhida como uma das maiores belezas do Estado.

E, agora, a extinção, Camata, está aqui, é um apelo de Diógenes Meirelles, da OAB, dizendo que estão fechando uma Vara Criminal. Agora que os criminosos aumentaram, que estamos saindo da democracia para a cleptocracia – o governo do roubo –, para a plutocracia dos ricos, que aplicaram a cleptocracia; e o outro governo é o do Pará.

Oh! Deus, Oh! Deus, livrai-me dessa mentira e traga aqui a verdade!

Camata, V. Ex^a está na Presidência com a mesma dignidade que sentei aí, e no momento em que vi aquela ignomínia e indignidade, porque aquilo é um fato excepcional, eu traduzi, com grandeza, com amor e com seriedade, o sentimento do Brasil, do Kant, aquela imoralidade em que prenderam a mulher-criança, fato nunca antes observado na história do mundo. E busquem e releiam. Eu saio orgulhoso. Sabem o que o Cristovam disse? “Eu não sei se está no Regimento, mas que foi bonito foi o que o Mão Santa...e que o Brasil gostou, gostou.

Che Guevara disse – ô Camata! –: “Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete um injustiça no mundo, então somos companheiros”. Eu fui esse companheiro.

E faço novamente o convite ao Luiz Inácio e à sua encantadora esposa – vieram aí porque comparei com a Marta Rocha (fora do microfone) a esposa de V. Ex^a,

com todo o respeito, como uma obra de Deus o mesmo que disse da esposa do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa solicita a V. Ex^a que em um minuto encerre suas palavras.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois, não. Para fazer uma oração, o Cristo, em um minuto o Pai-Nosso. Eu digo: Oh, Deus, oh, Deus, oh, Deus, faça com que Luiz Inácio e a sua encantadora Marisa, de quem nos orgulhamos, peguem este Aerolula e vão pedir perdão à mulher-criança, violentada neste Governo! Ou então eu terei que dizer como Cristo disse – “Pai, perdoai-lhes, o PT não sabe governar!”

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo cumprimento do tempo regimental que lhe foi destinado.

A próxima oradora, que falará como Líder, é a Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^a Senadora, o Senador Aloizio Mercadante já ocupou a tribuna para saudar esta que é uma das mais alvissareiras notícias dos últimos tempos: o fato de o Brasil entrar, pela primeira vez – não gostam muito daquela história de nunca antes neste País –, mas, pela primeira vez, repito, o Brasil entra para o grupo de países com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud é que apresenta esses dados. Portanto, é sempre importante registrar que o Brasil ingressa nesse grupo de países que têm, na saúde, na educação, no padrão de vida, índices que podem ser considerados como de países desenvolvidos. Então, a desigualdade social, a mortalidade materna, a mortalidade infantil, a questão do saneamento, enfim, tudo isso é avaliado para se estabelecer o Índice de Desenvolvimento Humano de cada um dos países, avaliados permanentemente pela ONU.

E ingressamos, Senador Paulo Paim, nesse grupo de países com alto Índice de Desenvolvimento Humano, nada mais, nada menos do que vinte anos depois da Argentina, só para se ter uma idéia do que perdemos de tempo com as injustiças, a desigualdade, a falta de condições para o cotidiano das pessoas. Infelizmente, no Brasil, ainda temos muito, não é, Senador Tuma, a desenvolver e modificar. De qualquer modo, ficamos bastante satisfeitos com esse resultado de passarmos agora a integrar esse grupo, mesmo com todas as tarefas que temos pela frente, inclusive a de acelerarmos o desenvolvimento humano em nosso País.

Na semana passada, fiz questão, inclusive, de registrar o anúncio, por outro órgão internacional extremamente bem conceituado, a Comissão Econômica para a América Latina – Cepal, exatamente da melhora das condições econômicas, da mobilidade social, da inclusão social no Continente Latino-Americano, onde mais de 25 milhões de pessoas saíram da miséria, da pobreza, e o Brasil tem a liderança de tudo isso no nosso Continente. Portanto, se juntarmos o relatório da Cepal, mostrando exatamente a liderança do Brasil, na América Latina, desse processo de inclusão social, com os dados agora do Pnud, incluindo, finalmente, o Brasil entre o grupo de países com mais altos Índices de Desenvolvimento Humano, é algo que só temos a comemorar.

Contudo, temos que, obrigatoriamente, a partir daí, Senador Gerson Camata, ter a responsabilidade com o que vamos deliberar aqui neste Congresso Nacional. Já está mais do que comprovado que foi possível acelerar, foi possível permitir que milhões de brasileiros saíssem da condição de extrema miséria, acessassem o emprego com carteira assinada, tivessem a oportunidade de estudar – como no caso das vagas abertas pelo Prouni –, ou seja, todas essas políticas adotadas pelo Presidente Lula se devem exatamente à aplicação adequada e correta da CPMF. A arrecadação da CPMF sustenta mais de um terço dos investimentos na área da saúde, sustenta mais de um terço dos investimentos na área social, boa parte das nossas aposentadorias, inclusive as aposentadorias rurais.

Portanto, tudo isso que estamos comemorando – relatório da CPAL, Brasil liderando a inclusão social na América Latina; o relatório do Pnud, colocando o Brasil finalmente entre os países de mais alto Índice de Desenvolvimento Humano –, tudo isso poderá ser colocado em risco se, obviamente, não tivermos a capacidade de dar continuidade à política adotada pelo Governo Lula, que é crescer sim, mas crescer distribuindo renda.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Crescer, Senador Gerson Camata, como nos mostram os dados do meu Estado. Aqui estou comemorando, porque em Santa Catarina vamos ter um grande investimento na área de portos, inclusive com um grande financiamento do BID, para um terminal de *containers* privados, da ordem de US\$144 milhões, graças aos investimentos feitos em portos, em infra-estrutura.

Pelas políticas adotadas em infra-estrutura, que atraem um investimento desta magnitude para um investimento privado, no mesmo Estado, no meu Estado, uma cooperativa do MST, que se organizou a partir de

um assentamento e tem hoje uma produção de leite e de queijo, a Cooperativa Terra Viva, está se expandindo com um investimento da ordem de R\$20 milhões, ampliando a sua produção. Portanto, é oportunidade tanto para investimentos internacionais...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Acho engraçado, Senador Gerson Camata, porque tem gente que ocupa a tribuna todos os dias, várias vezes por dia, e, mesmo quando a gente está aqui na tribuna, não tem a capacidade de nos ouvir. Mas vamos continuar, pedindo mais alguns minutinhos, se o Senador Gerson Camata me permitir.

É de fundamental importância divulgarmos esses dados. A política adotada permite ampliar as oportunidades para um grande investimento privado, com financiamento inclusive internacional, ao mesmo tempo em que, no mesmo Estado, cria oportunidades de expansão, a partir de um assentamento, para agricultores sem terra, que se organizaram em cooperativa a partir da sua luta histórica pelo pedaço de terra. Senador Paulo Paim, na minha casa só entra o leite da Terra Viva. A cooperativa, que fica em São Miguel do Oeste, praticamente na divisa com a Argentina, consegue fornecer leite...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – (...) em praticamente todo o Estado, tanto que, na minha casa, em Florianópolis, eu consumo leite produzido pela cooperativa dos agricultores oriundos do assentamento do MST.

Senador Romeu Tuma, isso é que é fantástico no Brasil atualmente. Isso é que nos dá um grande ânimo para continuar defendendo aqui, de forma categórica, as políticas adotadas que permitem que o Brasil seja reconhecido e positivamente avaliado pelos indicadores, tanto em relação à inclusão social como em relação aos índices de desenvolvimento humano – conforme anuncia o Pnud –, porque está mudando a vida do povo.

O Ministério do Trabalho anuncia que foram criados 1.912.000 empregos com carteira assinada no ano passado, um dos melhores índices de geração de emprego e uma das menores taxas de desemprego das últimas três décadas.

E por...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar seu pronunciamento.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Por tudo isso, Senador Gerson Camata, Senador Romeu Tuma e Senadora Rosalba Ciarlini, com quem quero falar diretamente, é que não podemos colocar em risco, não temos o direito de colocar em risco, o desenvolvimento e a distribuição de riqueza que o País vem adotando. Portanto, temos que fazer todo o debate, toda a discussão, mas temos de ter a clareza de que, para continuar neste ritmo, com o reconhecimento inclusive da melhoria do cotidiano de milhões e milhões de brasileiros, temos a responsabilidade, sim, de dar sustentabilidade. E a sustentabilidade se dá a partir dos recursos que têm que continuar sendo aplicados no social, como é o caso da CPMF, que vai para a saúde, para a Previdência e para a área de assistência social.

Esta é a nossa responsabilidade com os indicadores que estão sendo anunciados e publicados a partir dos institutos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo cumprimento do tempo regimental que lhe foi concedido.

O próximo orador inscrito, para uma comunicação inadiável, é S. Ex^a o Senador Paulo Paim. S. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, estou inscrito normalmente. Eu falaria como orador.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a, se preferir, pode falar como orador inscrito, sem prejuízo da relação. Em seguida, falará o Senador Papaléo Paes.

Com a palavra V. Ex^a, pelo tempo de 10 minutos, como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seguidamente, venho à tribuna e cobro da Câmara dos Deputados o encaminhamento de alguns projetos que aprovamos aqui e que lá vão muito devagar.

Hoje, cumprimento o Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, por duas iniciativas nesse fim de semana. Na sexta-feira, ele fez uma comissão geral no plenário do Senado, em um amplo debate sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que aqui aprovamos há cerca de dois anos. Posições contra e a favor são legítimas, democráticas. Entendo que, nesse debate, o Estatuto há de ser melhorado. Se alterado, voltará para o Senado, onde daremos a nossa posição

final. Independentemente das posições daqueles que entendem que o Estatuto deva ou não ser modificado, cumprimento os representantes do Rio Grande do Sul naquele debate. E faço aqui um registro especial ao Santos Fagundes, que é deficiente, é cego, e fez uma bela defesa do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Já nesta segunda-feira, Sr. Presidente, houve o debate do Estatuto da Igualdade Racial, também já aprovado no Senado há cerca de três anos e que se encontra na Câmara dos Deputados. Estive lá. Foi, de fato, um debate forte, duro, firme, cada um defendendo suas convicções, e por todos tenho o maior respeito. Também nesse caso, cumprimento os representantes do Rio Grande do Sul, que lá fizeram a defesa do Estatuto da Igualdade Racial.

Cumprimento o Secretário-Geral do Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul, Sr. Luiz Mendes, que fez a defesa com muita competência, e também o Professor Ottomar Teske, da Ulbra, que lá mostrou, com muita clareza, a importância não apenas da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, mas de todas as políticas de combate a todo tipo de preconceito.

Cumprimento também a delegação que veio de São Paulo, liderada pela Educafro, a delegação que veio do Rio de Janeiro, enfim, todos que participaram, defendendo seu ponto de vista com muita convicção. O importante é suscitar o debate, contra ou a favor, votar e, de uma vez por todas, permitir que a matéria caminhe. Uma vez aprovada na Câmara, com as alterações que aquela Casa entender, voltará para o Senado, e aqui faremos, então, a votação final.

Sr. Presidente, cumprimento também a todos os Senadores e Senadoras que estiveram hoje pela manhã no debate realizado na Comissão de Direitos Humanos, quando o foco foi o fato acontecido no Estado do Pará, a denúncia publicada em âmbito nacional e internacional de que uma menina – moça ou mulher, não importa – ficou quase 30 dias no cárcere, na presença de 20 presos.

Sr. Presidente, o debate foi importante, embora para nós cruel. Verificou-se que não foi o primeiro caso no Brasil, pois já foram registrados dezenas de casos no Brasil, envolvendo 17 Estados, em que adolescentes, tanto meninos como meninas, estiveram em situações semelhantes à denunciada na audiência pública.

Cumprimento a todos os convidados, o Ministério Público, a OAB, a CNBB, a Secretaria da Mulher, por parte da Ministra, o Ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. A própria Governadora do Pará lá esteve e expôs seu ponto de vista com muita clareza. O

fato preocupa a todos. Tem que haver um movimento nacional em relação aos presídios do País, separando o que é presídio masculino, o que é presídio feminino, o que é presídio para criança. Criança e adolescente não têm que estar em presídio. Dependendo do motivo por que for preso, deverá ir para o centro educacional correspondente, e não ser jogado no cárcere, como acontece em alguns Estados, conforme as denúncias feitas.

O Presidente da OAB disse que o caos é nacional em matéria de presídios. Dentro dos presídios, há sim adolescentes, meninos e meninas, inclusive com os chamados presos adultos. É preciso uma grande reflexão sobre a questão, e soluções rápidas, porque os pobres, que são a maioria dos presos, são tratados praticamente como animais, como disse muito bem o Presidente da OAB.

Mas, Sr. Presidente, além dessa questão, queria, mais uma vez, registrar a importância da Lei Maria da Penha. Sem dúvida, é um grande avanço. É uma lei que tem de ser efetivamente aplicada em todo o País. Cumprimento a Senadora Ideli Salvatti, porque acho importante o gesto dela. Ela entrou com um pedido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para que criemos uma comissão especial para tratar da violência contra a mulher. Foi acatada a sua solicitação, e a comissão deverá ser instalada já na semana que vem.

Cumprimento também a Senadora Serys Slhessarenko pela iniciativa – entendo que as duas iniciativas não de ser fundidas, vão se encontrar – de entrar com um pedido, para que se forme uma comissão especial que viaje por este País, para ver a situação principalmente das mulheres e das crianças e adolescentes que estão em situação irregular dentro de prisões.

Quero dizer que vieram inúmeras sugestões que vão colaborar muito, para que, efetivamente, não permitamos mais as violências que estão acontecendo em nosso País contra crianças, adolescentes e mulheres.

Sr. Presidente, quero ainda resgatar que a Lei Maria da Penha visa a garantir cidadania a nossa população vitimada pela violência, principalmente mulheres, que não somente sofrem com as agressões praticadas contra seus corpos, mas também carregam as marcas dolorosas deixadas para sempre em suas almas.

A tragédia pessoal de uma cidadã brasileira fez nascer, no ordenamento jurídico nacional, a sua mais importante resposta. Essa resposta é a Lei Maria da Penha. Mas ela tem de ser aplicada, tem de ser cumprida, ou seja, os agressores precisam ficar na cadeia.

Sr. Presidente, houve algumas inovações importantes no processo judicial, nos papéis das autoridades policiais, no papel do Ministério Público, além de mudança no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal. Mas é preciso aumentar ainda mais o rigor das punições às agressões contra a mulher, como, sem sombra de dúvida, está sendo demonstrado no dossiê que recebi hoje de manhã.

Ouçõ o aparte do Senador Romeu Tuma, que esteve na Comissão.

O Sr. Romeu Tuma (Bloco/PTB – SP) – Vou ser rápido, Senador. É claro que a legislação é pertinente. A Lei Maria da Penha tem a força de buscar punição, mas há que se formar uma consciência nas autoridades. Não podemos deixar apenas escrito nos códigos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – No papel.

O Sr. Romeu Tuma (Bloco/PTB – SP) – No papel. Há que se evoluir no sentido de que o cumprimento dela respeite os direitos humanos. Hoje, na reunião da comissão, V. Ex^a viu o número de Senadores que compareceram, em razão da menina que foi jogada aos leões, para ser triturada, sem nenhum tipo de respeito – também de autoridades constituídas.

Essa violência é o flagrante desrespeito aos direitos humanos. Se a Lei de Direitos Humanos existe, aí está a prova de sua quebra. Não podemos ficar indiferentes. Quando eu estava na Polícia Federal, Senador Paulo Paim, ficou clara a necessidade de se criar a cadeira de direitos humanos para a formação do profissional de polícia. Assim está até hoje, e isso tem mais de quinze anos. Acho importantíssimo que seja gerada uma consciência, porque a lei só é aplicada, quando a consciência toma conta dos responsáveis por ela. Cumprimento V. Ex^a pelo trabalho que tem feito, no sentido de mostrar a importância dos direitos humanos na prática de ações principalmente na área de segurança.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Ouçõ a Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Paulo Paim, também quero parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que vem fazendo à frente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Hoje tivemos essa audiência da mais alta importância, infelizmente por causa de um fato tão grave, tão vergonhoso, tão violento, ocorrido com uma jovem numa delegacia, numa prisão no Pará, algo que nos despertou. Infelizmente houve esse fato, mas é o momento de cobrar das autoridades essa consciência.

Como falou o Senador Romeu Tuma, é necessário que todos os que estão envolvidos, todos os que são atores desse processo, seja da Polícia, seja dos Governos, tomem a consciência de que não é apenas a Lei Maria da Penha, o papel escrito, a luta que todos nós tivemos, principalmente esta Casa – as mulheres à frente. As mulheres, as associações lutaram tanto, tudo para que houvesse essa lei contra a violência às mulheres, mas que possam também existir as estruturas, para realmente haver respeito ao direito das pessoas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir só um minuto, só quero dar um dado que achei chocante e que recebi hoje pela manhã. No Brasil, uma em cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de violência física, sexual ou outro abuso praticado por um homem. Ou seja, uma em cada cinco mulheres, Sr. Presidente, já sofreu algum tipo de violência, sexual ou não. Considero da maior gravidade essa denúncia.

E termino aqui, Sr. Presidente, e quero que V. Ex^a considere na íntegra meu pronunciamento. Na verdade, eu deveria tê-lo feito no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, que foi agora, no dia 25. Mas teremos, amanhã, na Câmara, um grande debate; vai ser uma sessão conjunta, Câmara e Senado, com esse objetivo. Se fizermos um pentefino – termo que foi usado hoje pela manhã – na maioria dos presídios brasileiros, vão-se encontrar, dentro das prisões, crianças, jovens, adolescentes, meninos e meninas. É um dado alarmante. Por isso, Sr. Presidente, o sistema prisional brasileiro, como foi dito, está falido. Urgem medidas para combater essa truculência contra a nossa gente.

Tenho certeza de que o Ministro Tarso Genro, que deve acompanhar todo esse debate sobre a situação dos presídios, há de tomar medidas, até porque recentemente foi debatida a questão do PAC da Segurança.

Sei também que há uma PEC na CCJ, para criar um fundo para investimento em segurança. Vamos torcer para que ele seja aprovado com rapidez, Senador Papaléo Paes.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM:

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1999 as Nações Unidas instituíram o

dia 25 de novembro como Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

De lá para cá, apesar de termos muito o que fazer, alguns avanços foram registrados em todo o mundo.

No Brasil, por exemplo, temos, há mais de um ano, a Lei Maria da Penha. Sem dúvida, um avanço.

Porém, muitos ainda parecem ter esquecido a velha frase: “em uma mulher não se bate nem com uma flor”.

Prova disso são os inúmeros casos registrados de violência contra a mulher.

Vou citar aqui o mais recente. Um caso que além de figurar entre aqueles contra as mulheres, fere o Estatuto da Criança e do Adolescente e os Direitos Humanos.

Falo do recente caso que indignou os brasileiros: o da adolescente que foi presa no interior do Pará em uma cela com cerca de 20 homens.

Lá, como qualquer pessoa pode supor, ela sofreu as mais diversas violências físicas e psicológicas. As investigações acerca do assunto nos mostram que o caso não é isolado.

Além da adolescente de 15 anos, outras quatro mulheres ficaram encarceradas em condições semelhantes no estado.

O Governo Federal vai realizar uma operação em cada um dos municípios paraenses para levantar os episódios de abusos e de violência contra as mulheres.

No caso da adolescente presa em Abaetetuba, parece ter havido negligência por parte daqueles que a prenderam.

Segundo relatos da jovem ela havia dito ser menor de idade. Além disso, foi presa com cabelos longos e hoje tem seus cabelos curtos. Para a mãe da jovem, a idéia era a fazer passar por homem.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais de hoje trazem matérias que nos mostram que o caso não ocorre apenas no Pará.

Um estudo produzido pela Pastoral Carcerária Nacional, o Centro de Justiça e Direito Internacional e o Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas foi entregue no início deste ano à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os dados levantados apontam irregularidades no Rio Grande do Norte, na Bahia, no Mato Grosso do Sul, no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

E, vejam, o Pará não estava na lista. Isso nos mostra que o número é ainda maior!

O estudo destaca que mesmo em prisões onde há divisão de celas por gênero, as presas estão sujeitas à violência.

Um exemplo disso é o fato de, em uma prisão no interior da Bahia, duas mulheres terem engravidado. E, note-se, na prisão em que isso aconteceu não são permitidas visitas íntimas.

O estudo aponta que muitas mulheres sofrem violência sexual e têm de se sujeitar a isso por troca de favores. Denuncia a falta de carcerários do sexo feminino, entre muitas outras deficiências.

Mostra que nem sempre os violentadores são apenas os encarcerados. Funcionários das cadeias também estão envolvidos nesses crimes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, algo precisa ser feito.

Hoje às 9 horas, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, a qual presido, realizou uma audiência pública para tratar o caso ocorrido em Abaetetuba.

Queremos a punição daqueles que foram negligentes! Queremos que casos como esse não fiquem impunes!

Não podemos fechar os olhos, casos assim devem ocorrer em todo o país.

Sr. Presidente, a meu ver a eliminação da violência passa por três pontos básicos: as denúncias precisam ser feitas, a barreira do preconceito precisa ser eliminada e o sistema prisional revisto.

A revisão do sistema é uma forma de preservar a dignidade, o bem-estar físico e psicológico das mulheres encarceradas.

Ao ver declarações de alguns daqueles que deveriam estar protegendo essas mulheres fiquei profundamente triste e chocado.

Ainda há quem coloque a culpa de um estupro na mulher. Ainda há quem considere normal que uma mulher fique aos cuidados de homens em prisões.

Como nas demais questões sociais, senhor presidente, o preconceito é uma das razões disso.

A forma de pensar dessas pessoas precisa ser alterada. E isso se consegue, em parte, com as denúncias.

As mulheres não podem se calar!

Entendo que o medo as faz agir assim. Porém o Estado hoje tem formas de as auxiliar.

A Lei Maria da Penha visa resgatar a cidadania de uma parcela da nossa população vitimada pela violência: mulheres que sofrem não somente pelas agressões praticadas contra seus corpos, mas que carregam as marcas dolorosas deixadas em suas almas.

A tragédia pessoal de uma cidadã brasileira fez nascer no ordenamento jurídico nacional a sua mais importante resposta à sociedade internacional.

Uma resposta aos compromissos firmados por tratados e convenções há mais de dez anos para o combate à violência doméstica contra a mulher.

E foram muitas as mudanças: inovações no processo judicial, nos papéis das autoridades policiais e do Ministério Público, alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execuções Penais.

Há o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como é de conhecimento de todos, o nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la.

Na primeira com arma de fogo deixando-a paraplégica e na segunda tentando eletrocutá-la e afogá-la.

Apesar disso, ela não se calou. E sua voz se transformou em Lei. Em amparo a todas as brasileiras.

A Lei altera o Código Penal brasileiro e possibilita que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada.

Com isso uma das causas que fazia com que as mulheres não denunciasses seus agressores é combatida: o medo de, após a denúncia, ter de conviver sob o mesmo teto que seus agressores.

Hoje aqueles que violentam mulheres não poderão mais ser punidos com penas alternativas.

A legislação aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos.

Além disso, a nova lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a violência contra a mulher é um mal que aflige o mundo há séculos. E, como tenho dito até agora, o Brasil não está fora disso, infelizmente.

Os fatos sociais falam por si. Um estudo realizado pelo IBGE no final da década de 1980 constatou que 63% das agressões físicas contra as mulheres acontecem no âmbito doméstico.

Seus agressores são pessoas com relações pessoais e afetivas com as vítimas.

E aqui faço um alerta às mulheres: homens que as violentam verbalmente podem, sim, passar às agressões físicas.

Sr. Presidente, a Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada em 2001, chegou à seguinte conclusão:

A Lei Maria da Penha alterou o Código Penal em favor das mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.

Desde sua entrada em vigor, por exemplo, o agressor passou a poder ser preso em flagrante ou preventivamente.

Ainda segundo a instituição, no Brasil, uma em cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de violência física, sexual ou outro abuso praticado por um homem.

Por isso, há de haver denúncias.

Sejam elas feitas por aquelas que sofrem a violência como por parte daqueles que, de uma forma ou de outra, ficam sabendo da ocorrência de violências contra terceiros.

É preciso que as pessoas, homens e mulheres, tenham claro que violência contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou *patrimonial*”.

Sr. Presidente, a problemática que envolve as mulheres tem as mesmas fontes que as demais discriminações e o racismo.

E, justamente por isso, é uma causa a ser abraçada por todos, homens e mulheres.

Precisamos usar nossa força para acabar com isso. Precisamos nos unir para construir um país melhor para todos.

Um local em que nossas mães, nossas esposas, nossas filhas possam viver em condição de igualdade e de segurança.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para fazer um comunicado: a nosso pedido, fizemos hoje uma reunião do nosso Partido, o PR. A nossa

proposição era a de que o Partido deixasse o bloco de apoio ao Governo nesta Casa e que buscássemos outro caminho.

Hoje de manhã, o Partido se reuniu no gabinete do Senador João Ribeiro. Jamais a nossa colocação era a de que deveríamos iniciar uma oposição; muito pelo contrário, deixaríamos o bloco. Mas chegamos a um acordo, a um entendimento.

Agora, há pouco, eu falava com a Líder Ideli Salvatti. A nossa preocupação era a de que o bloco da maioria fizesse o fechamento de questão e nos deixasse numa saia justa. Então, já há o compromisso de que não há fechamento de questão quanto à CPMF, nem do bloco, tampouco do nosso Partido, o PR. Sobre essa questão da CPMF, cada Senador vai votar com sua consciência e com seus compromissos.

Eu tenho o meu voo já declinado, várias vezes, desta tribuna: o compromisso de votar contra a prorrogação da CPMF.

Mas, por esse entendimento, a Bancada decidiu que, primeiro, não vamos tratar desse assunto, para que não se confunda CPMF com a questão que estamos levantando, que diz respeito à saída do Bloco.

Então, logo após a votação da CPMF, o Partido se reunirá novamente, e, aí sim, vamos tomar uma decisão sobre quais serão os rumos do PR nesta Casa. Por enquanto, cada Senador vote com sua consciência, vote com seus compromissos! Tenho meus compromissos de campanha, tenho meus compromissos com o povo do Estado de Rondônia e tenho deixado muito clara minha posição na tribuna do Senado: votarei contra a prorrogação da CPMF por um compromisso que fiz com o povo do meu Estado, com o povo de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Expedito Júnior.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata, para fazer uma comunicação inadiável.

V. Ex^a terá o tempo regimental.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro a presença do Senador Marcos Guerra, que nos faz uma visita nesta tarde e que é do Município de Colatina, que será visitado, Sr. Presidente, na próxima quinta-feira, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vai inaugurar uma importante obra do contorno da Cidade de Colatina e a segunda ponte sobre o Rio Doce, no Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Senador Gerson Camata, fazer uma

saudação ao Senador Marcos Guerra, que está prestigiando nossa sessão de hoje. Quero dizer que temos muita saudade de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, traz-me à tribuna, nesta tarde, primeiro, um voto de pesar que, juntamente com o Senador Renato Casagrande, estou apresentando, pela morte ou quase assassinato do advogado Geraldo Gomes de Paula, no Espírito Santo. O voto de pesar se encontra sobre a mesa, assinado pelo Senador Renato Casagrande e por mim. Apresentamos à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Espírito Santo e à sua família um profundo voto de pesar pelo infausto desaparecimento, depois de agressão ocorrida numa dependência policial – ele cumpria seu dever –, do advogado Geraldo Gomes de Paula.

Outro motivo nos traz aqui: em Brasília, Sr. Presidente, a Justiça Federal sustou, por meio de liminar, a resolução do Conselho Federal de Medicina que autorizava médicos a suspenderem tratamentos e procedimentos que prolongassem a vida de pacientes terminais, sem chances de cura, desde que a família ou o paciente concordasse com a decisão. Essa é a chamada ortotanásia.

Veja V. Ex^a, Sr. Presidente, que há um projeto de lei de minha autoria do ano 2000. Já se passaram os anos de 2001, de 2002, de 2003, de 2004, de 2005, de 2006 e de 2007, e já vamos para o de 2008. Há oito anos, tramita um projeto de lei regulamentando a ortotanásia no Brasil, que já é regulamentada na maioria dos países do mundo e que evitaria tipo de ações como essa em que médicos podem incorrer até na cassação do seu diploma médico e do seu certificado de exercício da Medicina, porque não há uma regulamentação para a chamada ortotanásia.

Meu projeto, que tramita aqui há oito anos, diz o seguinte:

§ 6º Não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos a morte como iminente e inevitável, desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

§ 7º A exclusão de ilicitude a que se refere o parágrafo anterior faz referência à renúncia ao excesso terapêutico e não se aplica se houver omissão de meios terapêuticos ordinários ou

dos cuidados normais devidos a um doente, com o fim de causar-lhe a morte.

Então, veja V. Ex^a que existe a chamada distanásia. De origem grega, procede de **dis mais thánatos**; é a judiação, o suplício do doente terminal. Quer dizer, ele é intubado, ele é submetido a tudo quanto é método para tentar manter-lhe a vida, na verdade prolongando o sofrimento dele e da sua família. V. Ex^a que é médico, ilustre Senador Papaléo Paes, sabe que isso se constituiu numa violência chamada distanásia.

Outro procedimento é a eutanásia, proibida também. A eutanásia é aquela em que se provoca uma morte boa, por meio de calmantes, de meios químicos, para que a pessoa não sofra muito, mas antecipando o processo natural da morte.

Existe a ortotanásia, que é morte certa, a morte correta, que é permitida pela Igreja Católica. Vimos o caso do Papa João Paulo II. Quando lhe perguntaram se queria ir para um hospital e se queria que lá se prolongasse sua vida, ele, reconhecendo que era um doente terminal, disse: “Prefiro ficar aqui e aguardar meu encontro com o Pai neste meu leito”. Ele escolheu a ortotanásia, a morte natural.

A Declaração de 5 de maio de 1980, da Congregação para a Doutrina da Fé, da Igreja Católica, expôs seu posicionamento de condenar a eutanásia e a “obstinação terapêutica” e de aceitar claramente a ortotanásia: “É lícito interromper a aplicação de meios desproporcionais quando os resultados não correspondem aos esforços aplicados”. Reconhece-o, portanto, a Igreja Católica, o próprio Catecismo da Igreja Católica. Na encíclica **Evangelium Vitae**, de 1995, o Papa João Paulo II também apoiou a ortotanásia.

Esse projeto se encontra na Comissão de Justiça, e eu queria fazer um apelo ao Senador Marco Maciel, para que designe um Relator, para que o projeto possa tramitar. Trata-se de projeto muito importante, moderno, que resolve para a maioria dos médicos brasileiros esse problema ético que, às vezes, enfrentam: não se aplicam os recursos, e, por isso, sofrem algum tipo de sanção por parte dos Conselhos Regionais de Medicina, como aconteceu com a decisão desse juiz federal.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GERSON CAMATA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2000

Exclui de ilicitude a ortotanásia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentam-se os §§ 6º e 7º ao art. 121 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), com a seguinte redação:

“Exclusão de ilicitude

§ 6º Não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

§ 7º A exclusão de ilicitude a que se refere o parágrafo anterior faz referência à renúncia ao excesso terapêutico, e não se aplica se houver omissão de meios terapêuticos ordinários ou dos cuidados normais devidos a um doente, com o fim de causar-lhe a morte.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Cada vez com mais frequência, a morte tem lugar em hospitais crescentemente orientados ao cuidado intensivo por meio de utilização de tecnologia agressiva. Com isso, o doente terminal permanece isolado numa UTI, desamparado, sem a presença de seus familiares e conectado a diversos equipamentos que o mantêm vivo. Isso leva seu corpo a ser profanado em homenagem à ciência e às técnicas médicas, com a conseqüente perda da naturalidade e espontaneidade que a morte tinha num tempo não muito longínquo.

Desde os pontos de vista social e religioso, a ortotanásia deve ser vista como o meio apropriado para evitar situações como a descrita.

O eminente médico e advogado do Estado do Espírito Santo, José Antonio Martinez, que me assessorou na elaboração do presente Projeto de Lei, afirma que o termo *distanásia*, de origem grega, procede de *dis*, com o significado de algo mal feito e *thánatos*, morte. Este termo é utilizado para fazer referência a situações de “obstinação terapêutica”, também denominada “excesso terapêutico”. Consiste em prolongar a vida do paciente, criando situações que lhe são verdadeiramente cruéis, mediante certas intervenções médicas. Estas podem ser consideradas inadequadas à situação real do paciente, porque não proporcionadas aos resultados que se poderiam esperar ou ainda porque demasiado gravosas para ele e para sua família. O *ethos* médico em favor da manutenção da vida pode ter levado à realização de verdadeiras crueldades, além da possível existência de atitudes egoístas e até de cunho econômico, que não consideraram o verdadeiro interesse do doente. Além disso, como os recursos humanos são sempre finitos, a utilização desproporcional ou despropositada dos procedimentos médicos em favor de pacientes terminais implica sempre e inevitavelmente em um prejuízo para outros doentes, cujo prognóstico de cura é mais favorável, ou ainda para outros setores sociais, como a educação.

Os casos recentes mais notáveis de *distanásia* foram:

- A agonia prolongada de 3 meses do presidente norte-americano Harry Truman, em 1972.
- Os 111 dias de agonia do imperador japonês Hirohito, que morreu em 7 de janeiro de 1989.
- O prolongamento, por uma semana, do processo de morte do general Francisco Franco, de forma a preparar o país a uma situação imprevisível que poderia produzir-se na Espanha após sua morte, que ocorreu em 20 de novembro de 1975.

A ortotanásia é o contrário da *distanásia*. O prefixo grego *orthos* significa certo, correto, verdadeiro; por isso ortotanásia significa morte correta e a seu devido tempo, sem prolongações irracionais e cruéis para o doente, de forma a humanizar o seu processo. A ortotanásia aceita a existência de situações nas quais se deve deixar de praticar atos médicos, embora sempre se exijam os cuidados e as atenções devidas à pessoa que se encontra na proximidade da morte.

A Igreja Católica manifesta-se de forma favorável à ortotanásia, conforme veremos nos documentos mais recentes do Magistério Eclesiástico:

- Em um discurso de 1958, o papa Pio XII afirmou que existe uma obrigação de conservar a vida e a saúde, “porém isso não obriga habitualmente mais que o emprego de meios ordinários (segundo as circunstâncias de pessoas, de lugares, de época, de cultura), ou seja, de meios que não imponham uma carga extraordinária para si mesmo ou para outro. Por isso, se parece que a tentativa de reanimação constitui para a família uma carga que em consciência não se lhe possa impor, ela pode licitamente insistir para que o médico interrompa suas tentativas, e este último pode licitamente ceder a isso”.
- A Declaração de 5 de maio de 1980, da Congregação para a Doutrina da Fé expôs o seu posicionamento no sentido de condenar a eutanásia e a “obstinação terapêutica” e de aceitar claramente a ortotanásia (“é lícito interromper a aplicação de meios desproporcionais quando os resultados não correspondem aos esforços aplicados”) e a legitimidade de *deixar morrer em paz* (“é lícito contentar-se com os meios normais que a medicina pode oferecer”).
- O “Catcismo da Igreja Católica”, aprovado pelo papa João Paulo II em 25 de junho de 1982 e publicado pela Constituição Apostólica *Fidei depositum*, de 11 de outubro de 1992, afirma que “Sejam quais forem os motivos e os meios, a eutanásia direta consiste em pôr fim à vida de pessoas deficientes, doentes ou moribundas. É moralmente inadmissível” (2.277). Por outro lado, “A interrupção de procedimentos médicos onerosos, perigosos, extraordinários ou desproporcionais aos resultados esperados pode ser legítima. É a rejeição da “obstinação terapêutica”. Não se quer dessa maneira provocar a morte; aceita-se não impedi-la” (2.278).
- Na encíclica *Evangelium Vitae*, de 25.03.1995, o Papa João Paulo II afirmou que se opõe ao “excesso terapêutico” e que “a renúncia a meios extraordinários ou desproporcionados não equivale ao suicídio ou à eutanásia; exprime, antes, a aceitação da condição humana defronte à morte” (65); “é lícito suprimir a dor por meio de narcóticos, mesmo com a consequência de limitar a consciência e abreviar a vida” (65); “a eutanásia é uma violação grave da Lei de Deus” (65); condena o *suicídio assistido* (66); “a marginalização ou mesmo a rejeição dos idosos é intolerável” e por isso, insiste que deve existir “uma espécie de *pactó* entre as gerações” (94).

Os diversos ramos do judaísmo concordam em fazer uma clara distinção entre os atos positivos que aceleram a morte e a não realização de ações que possam impedir a morte em paz. Proíbe toda classe de homicídio, porém admite que possam ser prescritas drogas calmantes que facilitem os dias finais do paciente, permitindo-se, também, a interrupção dos suportes vitais que configuram impedimentos à morte do doente terminal. De acordo com o espírito da tradição judaica, da mesma forma que existe o direito à vida, existe também o direito à morte e o médico não tem obrigação de forçar o doente a viver algo mais. No judaísmo, a eutanásia não é aceita sob nenhuma circunstância.

Não existe texto explícito no Corão, fonte autorizada da doutrina islâmica juntamente com a Suna, sobre a eutanásia ativa. Há textos que proíbem tirar a vida do muçulmano; porém, se o médico tem a certeza de que não pode restaurar-se a vida, seria uma prática fútil manter o estado vegetativo do paciente por meios artificiais.

Praticamente todas as Igrejas cristãs dos EUA rejeitam a eutanásia ativa e, no entanto, aceitam a ortotanásia.

As igrejas Orientais Ortodoxas se organizaram, após o cisma do ano 1.054, em sedes autônomas, reunidas em torno dos patriarcas. As sedes mais destacadas foram os Patriarcados de Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém; os patriarcados têm idêntica autoridade e não possuem jurisdição sobre os outros, estando em comunhão e sendo representados pelo Patriarca de Constantinopla, que ostenta um primado de honra, não de poder.

Os ortodoxos afirmam que nada permite tirar a vida, inclusive no caso de doença terminal, porém é possível interromper tratamentos para poupar energia, tempo e recursos num esforço mal dirigido a evitar a morte. Quando os sistemas principais do organismo debilitam-se e não existe expectativa razoável de que possam ser restaurados, os cristãos ortodoxos podem permitir, com justiça, que sejam removidos os aparelhos mecânicos extraordinários.

Segundo o hinduísmo, a eutanásia ativa produz karma negativo no doente e no médico que a pratica; por outro lado, deve-se permitir ao doente a morte em paz, já que a vida, mantida artificial ou mecanicamente, é de pouco valor. A morte pode ser alívio do sofrimento que diminui a qualidade de vida, podendo-se esperar conforto na nova reencarnação.

O budismo não aceita a eutanásia ativa, porém não exclui a intervenção médica para aliviar a dor (embora impedindo a administração de doses letais).

Os doentes terminais tem as seguintes características: doença não curável e progressiva; não há resposta a tratamento específico; há frequentes problemas de origem multifuncional; grande impacto emocional sobre o doente e a família; e a previsão da morte é a curto prazo (aproximadamente 3 meses).

Podemos considerar extraordinários os métodos:

- de custo médico elevado, que supõem uma importante carga econômica ao doente ao qual se aplica;
- que se encontram em fase de experimentação;
- que exijam que o doente esteja conectado de forma permanente a determinadas tecnologias médicas (por ex.: um pulmão artificial ou um aparelho de diálise);
- que utilizem alta tecnologia e que constituam um recurso especialmente escasso e de custo elevado.

O testamento vital consiste em uma declaração na qual a pessoa, com plena capacidade de decisão, pede que não se prolongue a sua vida artificialmente quando, por qualquer motivo (doença irreversível, acidente, etc.), essa pessoa se veja, necessariamente, levada à morte. O consentimento dado *a priori* pode apresentar problemas, posto que a pessoa pode mudar de opinião com o transcurso do tempo. Porém, esta dificuldade pode ser evitada com a ratificação periódica do documento. Superado este problema, o testamento vital deve ser eficaz sempre que se considere que foi emitido sem a existência de algum vício capaz de invalidá-lo. O indivíduo delega a decisão final ao médico, a seus familiares ou a terceiras pessoas, já que, neste caso, o indivíduo geralmente não possui mais sua capacidade de decisão.

Em 1989, o Episcopado espanhol fez público um *testamento vital* no qual não se aceita a eutanásia, mas pede-se que “não se me mantenha em vida por meios desproporcionados ou extraordinários... nem se me prolongue abusiva e irracionalmente meu processo de morte; que se me administrem os tratamentos adequados para mitigar meus sofrimentos”. É um documento endereçado “à minha família, ao meu médico, ao meu sacerdote e ao meu tabelião”, com os quais o interessado deseja compartilhar a responsabilidade ante estas difíceis decisões e “atenuar qualquer possível sentimento de culpa”.

A figura tipificada no proposto § 6º do art. 121 do CP é a ortotanásia. O homem não tem direito de tirar a vida de seu semelhante, mas desligar aparelhos não é matar. Não há polêmica porque não há choque nenhum com o direito canônico ou o direito natural. O direito à vida é se manter vivo com os próprios meios.

O art. 1º, III da CF estabelece como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito “a dignidade da pessoa humana”; o art. 5º, III da CF dispõe que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”, e, embora o *caput* do citado artigo proclame “a inviolabilidade do direito à vida”, a constitucionalidade do art. 121, § 6º do CP encontra-se amparada.

O Código Brasileiro de Ética Médica, pilar de sustentação da dignidade da profissão médica, determina em seu art. 6º que o médico “jamais utilizará seus conhecimentos para gerar sofrimento físico ou moral”. O art. 61 afirma que o médico deve “mitigar o sofrimento físico ou psíquico”. O art. 130 proíbe o médico de “realizar experiências com novos tratamentos clínicos ou cirúrgicos em pacientes com afecção incurável ou terminal sem que haja esperança razoável de utilidade para o mesmo, não lhe impondo sofrimentos adicionais”.

No Estado da Califórnia (USA) entrou em vigor, em 1º de janeiro de 1977, a *Natural Death Act* (Lei da Morte Natural), que estabelece que “as pessoas adultas têm o direito fundamental de controlar as decisões em relação ao cuidado médico que se lhes pode prestar, incluindo a decisão de que não se lhes apliquem, ou se lhes retirem, as medidas que mantêm sua vida em casos de uma situação terminal”. Também afirma que “a tecnologia médica moderna fez possível a prolongação da vida além dos limites naturais”. Essa lei considera que “essa prolongação da vida em pessoas numa situação terminal pode causar a perda da dignidade pessoal, dor e sofrimento desnecessários e uma irracional carga emocional e econômica sobre a família do paciente, ao mesmo tempo que não proporciona nada medicamente necessário ou benéfico para o paciente”. A conclusão é no sentido de que “as leis do Estado da Califórnia reconhecerão o direito de uma pessoa adulta a dar umas diretrizes por escrito dando instruções ao seu médico sobre a não aplicação ou a retirada de procedimentos que possam manter sua vida no caso de uma situação terminal”.

Esta lei do Estado da Califórnia reflete a famosa sentença do Tribunal de New Jersey sobre a retirada do pulmão artificial no caso Karen Ann Quinlan, noticiado pela imprensa em 1975. Karen Ann Quinlan, jovem de 21 anos, teve graves lesões corticais como consequência do consumo de grandes quantidades de álcool e tranqüilizantes, entrando em coma. Três meses depois, seus pais adotivos solicitaram à direção do hospital que fosse retirado o pulmão artificial de sua filha, no que não foram atendidos. O assunto foi levado à Justiça e o juiz sentenciou: “Este não é um tribunal de amor e compaixão e sim um tribunal da Lei. Não é possível eliminar uma vida somente porque essa pessoa é desagradável à vista”. Os pais recorreram ao Tribunal Supremo do Estado de New Jersey que, no dia 31 de março de 1976, pronunciou um acórdão favorável aos pais de Karen, reconhecendo o direito de sua filha a morrer em paz e com dignidade. Contrariando todas as expectativas, após a retirada do pulmão artificial, Karen continuou vivendo por si mesma, só vindo a falecer em 12 de junho de 1985.

Na maioria dos Estados dos EUA, a legislação é similar a do Estado da Califórnia, de forma que se reconhece validade aos *testamentos vitais*.

A “Carta dos Direitos dos Doentes” (1973) dos hospitais privados norte-americanos já tinha reconhecido que “o paciente tem o direito de rejeitar o tratamento na extensão permitida pela lei e a ser informado das consequências médicas de sua ação”. A “Recomendação do Conselho da Europa”, de 1976, seguiu orientação similar.

Nesta justificativa foi feito um estudo teórico para expor a doutrina religiosa, o pensamento social e a legislação comparada sobre a ortotanásia. Esta visa a garantir os direitos que uma pessoa tem de humanizar seu processo de morte evitando prolongamentos irracionais e cruéis, e poupando, dessa forma, o doente e a família do desgaste emocional, físico e financeiro que sua existência infeliz e improdutiva possa acarretar.

São estas as razões justificadoras da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2000



Senador GERSON CAMATA

Juiz obriga médicos a tentar prolongar vida de doentes terminais

Liminar suspende resolução do Conselho Federal de Medicina, que autorizava a ortotanásia, ou seja, a suspensão de tratamentos

Resolução, em vigor há um ano, evitava, por exemplo, que o médico perdesse o registro, mas não o isentava de responsabilidade criminal

CLÁUDIA COLLUCCI
DA REPORTAGEM LOCAL

A Justiça Federal do Distrito Federal suspendeu, por meio de liminar, a resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) que autorizava os médicos a suspender tratamentos e procedimentos que prolonguem a vida de pacientes terminais e sem chances de cura —desde que a família ou o paciente concorde com a decisão.

A prática, chamada de ortotanásia, estava em vigor havia um ano em todo o país, mas só tinha efeito interno —evitava, por exemplo, que o médico perdesse o registro profissional, mas não o isentava de ser responsabilizado criminalmente. Não há dados de quantos casos de ortotanásia ocorreram no último ano, mas a prática já é

considerada rotineira no país.

Em razão da liminar, advogados acreditam que alguns médicos devam recuar na prática da ortotanásia porque, em tese, perderam o “amparo” da resolução. Também vêm ameaça às enfermarias de cuidados paliativos, existentes em ao menos 40 hospitais brasileiros. Destinados a doentes graves e incuráveis, esses locais não fazem procedimentos invasivos. Há apenas oxigênio, soro e remédios para evitar a dor.

Para o juiz Roberto Luis Luchi Demo, da 14ª Vara da Justiça Federal no DF, que concedeu liminar a pedido do Ministério Público Federal, a ortotanásia, assim como a eutanásia, parece “caracterizar crime de homicídio, nos termos do artigo 121 do atual Código Penal”.

Segundo ele, a liberação da ortotanásia não pode ser feita por uma resolução do CFM, mas somente por meio de uma lei federal.

Hoje, tramita no Congresso um anteprojeto do novo Código Penal que descriminaliza a

ortotanásia. “Não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão”, diz o inciso 4º do artigo 121 do anteprojeto. Já a eutanásia continuará sendo crime, com pena de reclusão de 2 a 5 anos.

O CFM refuta qualquer semelhança entre ortotanásia e eutanásia (que é o ato de provocar a morte de alguém que esteja sofrendo doença grave).

Para o médico Roberto D’Ávila, corregedor do CFM, a ortotanásia não antecipa o momento da morte, como acontece na eutanásia, mas permite a morte em seu tempo natural e sem uso de recursos que apenas prolongam o sofrimento do doente e da família. “A liminar não beneficia o paciente que opta por morrer dignamente em casa ou em enfermarias de cuidados paliativos” diz ele.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Seria o momento de eu fazer uso da palavra, mas a Senadora Rosalba Ciarlini solicita a palavra pela ordem e a concedo a S. Ex^a.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo, gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Ex^a poderá fazer uso da palavra agora, para uma comunicação inadiável.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Por cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Por cinco minutos, tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, como todos sabem, estamos em plena campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Nesse contexto, gostaria de trazer à lembrança das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores um fato da maior relevância histórica, sobretudo no que diz respeito à inserção da mulher na vida política nacional. Refiro-me, Sr. Presidente, aos 80 anos, completados no último domingo, 25 de novembro, do registro da primeira mulher como eleitora no Brasil.

Foi à Professora Celina Guimarães Viana, da cidade de Mossoró, no meu Rio Grande do Norte, que coube a honra histórica de tornar-se a primeira eleitora registrada no Brasil e na América do Sul e, assim, uma das pioneiras no mundo inteiro. Seu pedido, amparado na Lei nº 660, sancionada em 25 de outubro de 1927, pelo então Governador José Augusto Bezerra, foi acatado, um mês depois, pelo Juiz Israel Ferreira Nunes. Assim, ela antecipou em cinco anos a conquista do restante das brasileiras, que só tiveram reconhecido seu direito ao voto pela Lei Eleitoral de 1932, mais tarde ratificado pela Constituição de 1934.

Celina Guimarães Viana foi uma mulher à frente de seu tempo. Como educadora, revelou-se profissional dedicada e inovadora, ao abandonar os métodos punitivos tradicionais, usados até então, e ao experimentar formas pouco usuais à época para estimular seus alunos. Foi ainda, curiosamente, grande divulgadora do futebol em Mossoró, no Rio Grande do Norte, numa época em que nosso esporte mais popular era pouco conhecido e praticado no País. Chegou mesmo a traduzir um manual inglês com as regras do jogo e até a treinar e apitar jogos com os jovens da cidade.

Na luta pela garantia do direito feminino de votar e de ser votada para cargos políticos, Celina Guimarães

teve a oportunidade de entrar em contato com Bertha Lutz, de quem se tornou amiga e aliada até a conquista definitiva desse direito, com a Constituição de 1934.

Nas eleições de 1928, quinze mulheres potiguares votaram para o Senado Federal. No entanto, por se tratar de eleição nacional, seus votos foram simplesmente ignorados, sob a alegação de que seu registro eleitoral era válido exclusivamente no Rio Grande do Norte. E, hoje, nesta Casa, há uma Senadora do Rio Grande do Norte.

De lá para cá, Sr. Presidente, o voto feminino tornou-se uma realidade incontestável no Brasil – somos hoje mais de metade do eleitorado nacional –, embora a questão da garantia efetiva dos direitos políticos femininos continue aberta. A participação das mulheres na vida política nacional vem crescendo, mas ainda ocupamos aí um espaço desproporcional ao que merecemos e ao que efetivamente ocupamos em outras áreas da vida social.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, as mulheres foram, durante muito tempo, condenadas a uma minoridade forçada, consideradas incapazes de assumir as capacidades da racionalidade que caracterizam não só o gênero masculino, exclusivamente, mas a espécie humana em geral.

Especialmente violento parece-me o cerceamento dos direitos políticos. Calar a voz, impedir que alguém manifeste sua opinião, explicitamente e defenda seus interesses e pontos de vista por meio do voto – instrumento por excelência do exercício de parte fundamental da cidadania – é uma forma de extermínio.

O exemplo de Celina Guimarães é o exemplo de alguém que se recusou a ser exterminada, que não aceitou a invisibilidade e o silêncio. Neste momento em que se desenrola a campanha pelo fim da violência contra as mulheres, seu exemplo, especialmente luminoso, é inspiração para todas as mulheres que hoje sofrem em silêncio todo tipo de violência.

Gostaria aqui de fazer mais um apelo, num momento em que no Brasil também estamos estarrecidos com o fato da jovem que teve seus direitos violentados quando colocada em uma prisão com mais de duas dezenas de homens. Gostaria aqui de levantar nossa voz. Não nos podemos acomodar, não nos podemos amordaçar. Se, em cada cinco mulheres, quatro são violentadas das mais diversas formas – psicológica ou com violências físicas ou sexuais –, acho que aqui temos de tomar essa consciência cada vez maior, de educação, para dar educação como forma de evitar a permanência desse estado de violência contra as mulheres na sociedade brasileira.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr.

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição pela Liderança do PDT tão logo seja possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Então, após o uso da palavra como orador inscrito pelo Senador João Pedro, sem prejuízo na ordem de inscrição, V. Ex^a fará uso da palavra pela Liderança.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Pedro, sem prejuízo na ordem de inscrição. S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz ontem uma comunicação muito rápida, muito breve, acerca da visita que fiz ao Município de Itacoatiara, Senador Jefferson Péres, onde conheci o programa da Mil Madeireira, um plano de manejo florestal de baixo impacto. Quero me aprofundar no assunto e refletir mais sobre essa experiência no Estado do Amazonas.

Dentro desse contexto, Sr. Presidente, na semana que passou, fizemos o 1º Simpósio da Amazônia. A discussão sobre a Amazônia não pára. Agora, em Bali, do dia 3 até o dia 12 de dezembro, vamos ter a Conferência do Clima, com a participação de 150 países, inclusive do Brasil, que tem uma posição sobre isso. Estamos vivendo praticamente o fim do Tratado de Kyoto e já fazendo uma transição para um próximo tratado, e a Amazônia faz parte desse debate.

Mas o que quero apresentar neste dia é um requerimento para a Mesa do Senado da República no sentido de fazer com que esta Casa, Senador Papaléo, conheça essa experiência no Município de Itacoatiara, de manejo florestal, porque é o único projeto em execução com floresta nativa, Senador Jefferson Péres. Penso que é importante que os Senadores – o Senado da República – conheçam essa experiência em Itacoatiara para compreendermos na prática essa possibilidade de termos qualidade de vida na Amazônia, com geração de renda, sem essa política de terra arrasada, de derrubar sem nenhum critério, de queimar a floresta de forma tão brutal, criminosa, como acontece na Amazônia.

Itacoatiara é um Município de 83 mil habitantes, e 70%, Senador Jefferson Péres, da energia da cidade é oriunda do manejo florestal. A sede do projeto Mil Madeireira fica a cerca de quarenta quilômetros da cidade. A madeira é extraída, a árvore é derrubada, depois de

inventariada, e esse processo é feito a partir de um georeferenciamento. Procura-se tirar a árvore da mata causando-se um mínimo de impacto. É puxada por um trator especial, que tem menos largura; é um trator para isso, para a floresta, para diminuir o impacto, porque o impacto existe evidentemente, mas diminui-se o impacto.

O importante é ser uma experiência que envolve as famílias. Há o tratamento da madeira. Hoje, o Ibama concede a licença para trinta metros cúbicos de madeira por hectare, e a Mil Madeireira está trabalhando com dezesseis metros cúbicos, ou seja, em torno de três árvores por hectare.

Quem olha a floresta não percebe a subtração dessas árvores, que são deslocadas para o pátio de tratamento da madeira. Em seguida, a madeira passa para a serraria e, evidentemente, para diminuir a água, pelo processo de secagem. Tira-se a madeira, e as pontas e os pedaços daquele tronco são jogados numa esteira que, em seguida, leva-os para um silo, transformando-se em energia.

Para o que chamo a atenção? Há um trabalho na Amazônia que é importante compreender, um trabalho com renda, com qualidade de vida, com geração de empregos; um trabalho que dá condições ao povo de viver dignamente. É preciso que o Senado conheça essa experiência lá na Amazônia. É preciso chamar a atenção para o fato de que é possível trabalhar na Amazônia fazendo o manejo florestal sem agressão criminosa às populações tradicionais e ao meio ambiente.

Eu apresento, então, requerimento no sentido de fazer com que os Senadores, principalmente os Senadores da Amazônia, daquele imenso território do nosso País, conheçam essa experiência que eu considero uma experiência nova. Há quatorze anos eles começaram a comprar terras – não estão trabalhando com terras públicas, estão trabalhando com terras particulares – e estão executando o projeto.

Acabei fazendo um comentário sobre o discurso que iria fazer. Solicito, portanto, Sr. Presidente, que sejam dadas como lidas estas duas laudas. No fundamental, eu expressei aqui a importância do manejo.

Ressalto ainda que estudos do Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, da Universidade do Amazonas e de outras entidades demonstram que, nas áreas onde já houve o corte das árvores e que estão “repousando” seguindo o processo natural, a floresta se expandiu mais do que nas outras “fazendas” ainda não trabalhadas – eles dividem as áreas com a denominação de “fazendas”. Enquanto nas áreas não exploradas a floresta cresce em torno de 1% ao ano, nas áreas já trabalhadas pelo projeto esse crescimento chega aos 3%.

O Projeto é proprietário de uma área de 450.000 hectares, dos quais, até o momento, 220.000 são apro-

veitados em forma de “fazendas”, que variam de 8 a 12 mil hectares cada uma.

Essas “fazendas” são inventariadas por equipes de mateiros, nativos da região treinados pelo Ibama, que conhecem todas as espécies de árvores. As equipes percorrem toda a área, metro por metro, e registram cada árvore individualmente (espécie, idade, diâmetro, altura etc). As informações coletadas são armazenadas num banco de dados. Até o momento, já foram inventariados mais de 110.000 hectares dos 450.000 hectares, ou seja, eles não estão trabalhando na área total.

Existe uma sincronia entre o inventário, a comercialização da madeira e o corte. Só é comercializado o que já foi inventariado. Só é cortado o que foi efetivamente vendido.

Cada “fazenda” será trabalhada uma única vez em cada ciclo de trinta anos. Ou seja, a equipe de corte entra naquela localidade, na “fazenda”, corta apenas as árvores selecionadas e, posteriormente, toda aquela área (entre 8 e 12 mil hectares) ficará intocada por trinta anos, permitindo à floresta regenerar-se no seu ritmo natural, sem intervenção humana.

O “abate”, como é conhecido o corte, segue critérios rígidos: apenas três árvores a cada hectare, apenas 25% das árvores de uma mesma espécie, apenas árvores com no mínimo quarenta centímetros de diâmetro, no máximo 16 m³ por hectare.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós precisamos, sem dúvida alguma – não só o Estado brasileiro, não só as políticas de governo, mas a sociedade civil –, compreender métodos e políticas públicas que possam fazer com que possamos ter orgulho em trabalhar a Amazônia, em trabalhar os povos da Amazônia; ter orgulho do Brasil, porque a Amazônia é do Brasil.

Recebi hoje, Sr. Presidente, um *e-mail* do Leandro, de Goiânia, que diz:

Venho, por meio desta, registrar minha indignação com o fato de os Estados Unidos ensinarem em suas escolas uma geografia brasileira fora da realidade, soberania e domínio de cada um de nós brasileiros sobre as reservas naturais de “nosso” País.

No livro de David Norman, *Introdução à Geografia*, página 76, o autor desmoraliza e zomba de nosso povo e diminui a nada a soberania que, com sangue, luta e muito trabalho, conseguimos construir.

Peço, como cidadão brasileiro, ciente das dificuldades que enfrentamos todos os dias em nosso País, mas, claro, convicto de que esta terra é nossa, que V. Ex^a intervenha e traga luz a essa cilada que está sendo formada na cabeça de crianças e jovens norte-america-

nos para que amanhã não estejamos sujeitos a derramar sangue brasileiro para lutar por uma terra que é nossa.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador João Pedro, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, já termino.

A hora de agir é agora. Perdoe-me pela repetição, mas quero que fique enfatizado: a Amazônia é nossa.

Concedo um aparte ao Senador Jefferson Péres, mas, antes, devo dizer que, para a Amazônia ser nossa, temos de estudá-la, pesquisá-la; para ser nossa, temos de ter políticas sérias.

Trago aqui um requerimento em que convido os Senadores a conhecer um plano de manejo com pouco impacto ambiental lá no Estado do Amazonas, no Município de Itacoatiara.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador João Pedro, em primeiro lugar, devo dizer que esse *e-mail* que V. Ex^a recebeu sobre o suposto livro didático em que aparece o mapa do Brasil com a Amazônia desmembrada e pregações a favor da internacionalização é uma fraude. Há cinco anos que recebo. O Itamaraty fez uma pesquisa nos Estados Unidos, através da Embaixada Brasileira, e verificou que tudo é falso, o livro não existe. Não existe em escola nenhuma dos Estados Unidos a divulgação ou o uso desse suposto livro. Isso é uma fraude em que muita gente acredita, mas não existe. Em segundo lugar, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. A experiência dessa empresa em Itacoatiara mostra realmente o caminho a ser trilhado. E o Governo Federal encampou isso, Senador João Pedro. Ano passado, votei a favor do projeto, oriundo do Executivo, que prevê a concessão de florestas públicas e a criação de um serviço florestal para fiscalizar e acompanhar essas concessões. O projeto segue exatamente essa linha do uso racional mediante manejo florestal dos nossos recursos, que não devem e não podem ser devastados, mas não podem ficar intocados, sem beneficiar nossas populações amazônicas. Meus parabéns!

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

É claro que nós precisamos averiguar isso, mas eu não duvido de que, se não o governo, setores americanos ou a economia têm um desejo imenso em relação às potencialidades, às riquezas e ao próprio território da Amazônia.

Termino, Sr. Presidente, fazendo um alerta aos nossos Senadores e às nossas Senadoras no sentido de encontrar, nas suas agendas, um momento para visitar a Amazônia, particularmente o Amazonas, e

conhecer esse projeto de manejo florestal de pouco impacto no Município de Itacoatiara.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO PEDRO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

MANEJO FLORESTAL DE BAIXO IMPACTO

Quando ouvimos referências às madeiras, a imagem que nos ocorre é a destruição de florestas, aquecimento global ou trabalho escravo. Entretanto, a boa notícia é que existe quem faz da atividade madeireira uma contribuição para o fortalecimento de florestas.

No Município de Itacoatiara (AM), 260km de Manaus, existe uma madeireira que desenvolveu tecnologia de extração de madeira com menor agressão à Floresta. É o Projeto de Manejo Florestal de Baixo Impacto, iniciado em 1994, único projeto de manejo em Floresta Nativa em todo o mundo, com reflorestamento natural, respeitando os ciclos da própria Floresta.

A tecnologia de manejo de baixo impacto foi desenvolvida para possibilitar que o corte contribua para o fortalecimento da floresta, ao invés de provocar sua destruição. Na mata, entre árvores, ocorre um processo de seleção natural darwiniano. Dá-se uma dura disputa entre árvores pela luz do sol, pelos nutrientes da terra e pelo CO₂. Sobressaem as mais fortes, enquanto as menos resistentes são eliminadas.

Assim como numa poda, que ajuda as árvores a se desenvolverem, o corte criterioso, do jeito certo e no momento certo, também ajuda a mata a se desenvolver. É possível dar valor e explorar a floresta economicamente e, ao mesmo tempo, contribuir para seu desenvolvimento sustentável.

Estudos do INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, da Universidade do Amazonas e outras entidades, demonstram que, nas áreas onde já houve o corte e que estão “repousando” seguindo o processo natural, a floresta se expandiu mais do que nas outras “fazendas” ainda não trabalhadas. Enquanto nas áreas não exploradas a floresta cresce em torno de 1% ao ano, nas áreas já trabalhadas pelo projeto este crescimento chega aos 3%.

O Projeto é proprietário de uma área de 450.000 hectares, dos quais, até o momento, 220.000 são aproveitados em forma de “fazendas” que variam de 8 a 12 mil hectares cada uma.

Estas “fazendas” são inventariadas por equipes de mateiros, nativos da região, treinados pelo Ibama, que conhecem todas as espécies de árvores. As equipes percorrem toda a área, metro por metro, e registram cada árvore individualmente (espécie, idade,

diâmetro, altura etc.) As informações coletadas são armazenadas num banco de dados. Até o momento, já foram inventariados mais de 110.000 hectares.

Cada árvore recebe uma etiqueta com sua localização por meio de geo-referenciamento. Esta identificação acompanhará todos os produtos que tiverem origem na madeira extraída daquela árvore. Qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, que comprar uma peça daquela madeira poderá reconstituir toda a trajetória da peça desde sua origem e localizar o ponto exato de onde a árvore foi cortada.

Existe uma sincronia entre o inventário, a comercialização da madeira e o corte. Só é comercializado o que já foi inventariado. Só é cortado o que foi efetivamente vendido.

Cada “fazenda” será trabalhada uma única vez em cada ciclo de 30 anos. Ou seja, a equipe de corte entra na “fazenda”, corta apenas as árvores selecionadas e, posteriormente, toda aquela área (entre 8 e 12 mil ha) ficará intocada por 30 anos, permitindo à floresta regenerar-se no seu ritmo natural sem intervenção humana.

O “abate”, como é conhecido o corte, segue critérios rígidos: apenas três árvores a cada hectare, apenas 25% das árvores de uma mesma espécie, apenas árvores com no mínimo 40cm de diâmetro, no máximo 16m³ por hectare.

Uma questão que se colocou como desafio ao projeto foi o destino dos resíduos que, por sua quantidade, se transformam num gravíssimo problema. O processo de decomposição da madeira, quando largada ao ar livre, gera ácidos altamente corrosivos que, se não forem controlados, podem contaminar a terra e o lençol freático.

Junto da madeireira foi construída uma usina termelétrica composta por um turbogerador a vapor de 9.000 kW, em operação desde novembro de 2002, que consome 300 toneladas de resíduo de madeira por dia. Esta energia abastece o consumo da própria madeireira e mais 85% da energia elétrica do Município de Itacoatiara, que tem 80.000 habitantes.

Assim, os resíduos que eram um grave problema para o aquecimento global, transformaram-se em brilhante solução com agregação de valor. Graças à energia dessa biomassa, desde 2002, o Brasil está economizando 20 milhões de litros de diesel por ano na geração de energia elétrica para aquela região.

Dado que os investimentos iniciais são elevados, a viabilidade econômica do projeto deve ser analisada sempre no longo prazo. No mundo, um número crescente de países, a exemplo da Alemanha, Holanda, Suíça e outros, vêm estabelecendo legislação que impõe a utilização de madeira certificada para qualquer utilização, mesmo usos relativamente simplórios como carrinhos de mão, cabos de vassoura, em-

balagens, caixaria para construção civil etc. Da mesma forma, mais e mais pessoas, por preocupação com os impactos no meio ambiente, vêm exigindo certificação quando adquirem utensílios de madeira. Mundialmente, inclusive em países com menor consciência ecológica, a certificação vem se transformando num diferencial de qualidade dos produtos de madeira.

Seguindo este processo de conscientização, o mercado para a madeira certificada cresce exponencialmente no mundo e os projetos de manejo florestal se tornam cada vez mais viáveis economicamente.

O Ibama, ao definir o edital para a concessão de florestas públicas, adotou este projeto de Itacoatiara como referencial de estudo.

Desta forma o Brasil, mais uma vez, assegura sua vanguarda na luta em defesa do Planeta, tanto na geração de energia renovável com baixo impacto, quanto na redução de desmatamentos e preservação de florestas.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente Interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido. Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres para uma breve comunicação. A seguir, falarão os Senadores Papaléo Paes e Aloizio Mercadante.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – e é muito bom que V. Ex^a esteja presente aqui, Senador Tião Viana –, há uma denúncia, e estou surpreso que não tenha repercussão maior nesta Casa, que precisa ser averiguada, pois foi feita por um Senador desta tribuna, o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Segundo o Senador, S. Ex^a teria sido procurado em seu gabinete por um assessor da Presidência da República que lhe fez uma proposta indecorosa de votar a favor da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) – é algo tão escandaloso, que eu até tenho dúvida se realmente aconteceu ou se o Senador interpretou mal –, em troca de liberação de emendas daquele Parlamentar.

Senador Tião Viana, veja bem, se essa fosse uma denúncia de jornal, eu nem a levaria em conta – frequentemente, ouve-se falar que Senadores participariam de barganhas, Senador Papaléo Paes –, mas, dessa vez, foi um Senador da República, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Acre, que da tribuna deu nome aos bois, mencionou-os, nomeou o funcionário, mencionou o dia e o local e deu o testemunho de que teria sido vítima dessa abordagem. Senador Tião Viana, não posso afirmar

que seja verdadeiro, mas isso precisa ser averiguado. Isso é grave, não pode passar em branco.

Portanto, eu pediria a V. Ex^a que mandasse o Senador Romeu Tuma – ou, talvez, pudesse ser V. Ex^a – para conversar com o Senador Geraldo Mesquita Júnior, a fim de saber se isso realmente procede.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Solicitarei ao Corregedor da Casa que, prontamente, atenda a sugestão de V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra o Senador Papaléo Paes; a seguir, falará o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabemos da importância da saúde para o ser humano. Da mesma forma, não há dúvida quanto ao fato de que essa é uma questão importante para o País, não apenas do ponto de vista do bem-estar dos cidadãos, como também se a analisarmos do ângulo econômico. Pessoas saudáveis serão mais produtivas, capazes de prover o próprio sustento e o de suas famílias. Ao contrário, pessoas com problemas de saúde dependerão de outros ou do Estado para sobreviver, perdendo autoestima e gerando despesas que, de um ou de outro modo, afetam negativamente a economia.

Mas, para mim, médico cardiologista de profissão, vocacionado ao cuidado com a saúde das pessoas, o que me preocupa verdadeiramente é o sofrimento humano. Por isso, desde que assumi meu mandato nesta Casa, tenho dedicado parcela considerável do meu tempo aos assuntos da saúde, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que tenho atualmente a honra de presidir. Não apenas tenho dirigido os trabalhos da Subcomissão, cujos serviços prestados à sociedade posso considerar, sem modéstia, relevantes, como tenho também me ocupado em formular projetos de lei que busquem equacionar e resolver determinados problemas de saúde que afligem a população brasileira. Assim foi com o projeto sobre assistência farmacêutica aos portadores de hipertensão arterial no âmbito do Sistema Único de Saúde, o SUS.

A hipertensão arterial é mal que aflige cerca de 15 milhões a 20 milhões de brasileiros, afetando-os principalmente na fase mais produtiva de suas vidas. Em razão disso, é elevado o número de pessoas internadas por intermédio do SUS em razão da hipertensão arterial e das complicações ocasionadas por essa doença, sobretudo as doenças cardiovasculares. O ataque ao problema deve ser feito em duas frentes: a da prevenção, que inclui informação e educação para a saúde; e a do tratamento da doença já diagnosticada. Assim, dadas as dificuldades financeiras da população mais

pobre do País, ofereci ao Senado projeto propondo que o SUS custeie a medicação necessária ao tratamento da hipertensão arterial, que não prescinde do uso continuado de medicação.

Do mesmo modo, em 2004, apresentei projeto de lei tornando obrigatória a manutenção, pelos serviços de saúde do País, de um Programa de Controle de Infecções na Assistência à Saúde. Como se sabe, a infecção é a complicação mais grave e mais freqüente a acometer pacientes hospitalizados. Esse tipo de problema acrescenta, em média, cinco a dez dias ao período de internação, eleva os custos do tratamento e, pior, constitui-se importante causa de morte durante a hospitalização.

Tentando minorar esses problemas foi que apresentei aquele projeto, que cria um Programa de Controle de Infecções, sujeito à fiscalização dos órgãos de vigilância sanitária competentes. O Programa prevê também a criação de Comissões de Controle de Infecções, nos serviços considerados de médio e alto risco, e de Serviços de Controle de Infecções, com quadro de pessoal próprio, adequadamente treinado, nos estabelecimentos de saúde que prestam esses serviços de médio e alto risco.

Preocupado também com a capacidade nacional de produção de medicamentos, apresentei ao Senado projeto de lei concedendo incentivos fiscais à produção de fármacos, dos seus insumos e de medicamentos. Esse projeto, cuja origem está nos debates da Subcomissão de Saúde, tem como objetivo principal valorizar e incentivar a indústria farmacêutica nacional. Ademais, é preciso reduzir nossa dependência quanto à importação de produtos acabados e, principalmente, dos princípios ativos essenciais à produção de medicamentos. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as importações brasileiras de medicamentos acabados cresceram 1.304% na década de 90, enquanto as de fármacos intermediários aumentaram 204% naquele período, para ficar em apenas uns poucos números relativos a esse problema.

Por último, mas não menos importante, apresentei proposição estabelecendo o Estatuto do Enfermo, que tem como objetivo principal a fixação de regras claras que prevejam os direitos básicos do enfermo em nosso País, de maneira a permitir a adequada defesa de seus interesses e necessidades. Esse Estatuto ganha especial relevo quando verificamos que a Medicina brasileira vem sendo progressivamente capturada por grupos privados que, sem maior compromisso com a população, tratam a saúde como mercadoria qualquer, que deve sempre gerar lucro, ainda que em prejuízo da saúde dos pacientes.

Essa legislação não deve, contudo, ser inspiradora de algo semelhante ao que hoje ocorre nos Estados Unidos da América, onde se estabeleceu uma verda-

deira indústria de processos por erros médicos, reais ou forjados, em que pacientes instruídos por advogados mal-intencionados buscam, na Justiça, indenizações milionárias. O resultado dessa prática é o encarecimento excessivo da Medicina, já que os médicos passaram a ter de fazer seguros contra o cipoal de armadilhas legais que podem ter de enfrentar.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, tenho procurado dar minha contribuição para melhorar as condições de vida e de saúde da população, atacando alguns dos grandes e graves problemas que ainda afligem o Brasil.

Na condição de Presidente da Subcomissão de Saúde, quero agradecer, de público, nesta oportunidade, a colaboração permanente e o afinco com que se dedicam aos nossos trabalhos os meus nobres colegas, que, juntos, não medem esforços para que possamos fazer um trabalho digno, à altura das necessidades da população brasileira. Sem esse empenho constante, não conseguiríamos cumprir bem nossa missão naquele importante Órgão desta Casa.

Esta é, Sr^{as} e Srs. Senadores, portanto, uma singela prestação de contas do trabalho que tenho procurado realizar no Senado, em obediência aos votos que recebi dos eleitores do Amapá e à minha vocação profissional, que não permite que me afaste jamais das questões da saúde da população brasileira. Tenho, com isso, a esperança de buscar cumprir bem meu mandato.

Sr. Presidente, hoje tive oportunidade de fazer uma exposição dos projetos que apresentei a favor da saúde pública brasileira e, ontem, também desta tribuna, apresentei o trabalho legislativo que fiz em favor do meu Estado, o Amapá, na área da educação e do desenvolvimento econômico.

Sr. Presidente, ainda utilizando meu espaço nesta tribuna, quero dizer àqueles que não escutaram a Rádio CBN hoje pela manhã que o Senador Tião Viana, como Presidente da Casa, foi entrevistado pelo jornalista e radialista Heródoto Barbeiro. Sabemos da forma séria e competente com que aquele radialista faz suas entrevistas. O tema foi a citação na imprensa pela ONG Transparência Brasil de uma avaliação de gastos do Senado Federal, na qual inclui todas as despesas desta Casa, divide o total por 81 e afirma que cada Senador custa para o Estado tantos milhões de reais. Essa é uma grande injustiça. Precisamos fazer nossa defesa com base no que é justo. Se não a fizermos, quem irá nos defender?

Hoje, o Senador Tião Viana fez justiça para com o Senado Federal, esclarecendo os fatos de maneira clara, transparente, tranqüila e muito convincente. V. Ex^a, Sr. Presidente, mostrou seu compromisso com a Casa e com a democracia brasileira, quando fez ponderações que eram necessárias, sem desmerecer

essa ONG, que faz um trabalho sério para o País, mas que, infelizmente, quando fez essa avaliação sobre o Senado Federal, sobre o Congresso Nacional, errou, chegando a nos agredir como instituição.

Então, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que realmente fiquei orgulhoso hoje de ouvir a palavra do Presidente da Casa, Senador Tião Viana, fazendo justiça ao Senado, não defendendo a Instituição por defender, mas a defendendo de maneira séria e competente.

Quero, em meu nome e em nome da Casa, se assim me permitirem os demais companheiros, os demais Senadores, os demais Pares, com o apoio do Senador Romeu Tuma, agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, o esclarecimento lúcido, claro, transparente, correto e sério, feito hoje à Rádio CBN.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a e divido com os membros da Mesa e os 81 Senadores qualquer ação unitária que signifique a defesa do Poder Legislativo, Senador Paléo Paes.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, por cessão do Senador Tião Viana.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecê-lo pela cessão deste espaço e, mais do que isso, parabenizá-lo também. Pude ouvi-lo hoje na Rádio CBN e acho muito oportuna a defesa que fez da instituição, utilizando argumentos consistentes, procedentes, fundamentais para a legitimação desta instituição republicana e democrática.

Subi a esta tribuna, na semana passada, Senador Tião Viana, para mostrar uma matéria do La Nación, da Argentina, destacando por que o Brasil estava se transformando numa potência emergente, assumindo a liderança no Hemisfério Sul. Um jornal argentino, o mais importante jornal argentino, publicou uma matéria longa, de três páginas, dando um grande destaque ao Brasil.

Hoje, subi mais cedo à tribuna para mostrar que o Brasil alcançou a condição de alto desenvolvimento humano no Índice de Desenvolvimento Humano que a ONU promulga no Pnud, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Brasil atingiu, finalmente, a condição de alto desenvolvimento humano, depois de 32 anos que esse índice é publicado, especialmente a nova metodologia, a partir de 1990, com a melhora na situação da saúde, da educação e da qualidade de vida do povo brasileiro.

Hoje, o Pnud publica também um outro estudo sobre o efeito global. O Brasil é citado 103 vezes de forma positiva, mostrando o esforço da mudança da matriz energética, o esforço do Brasil na preservação da Floresta Amazônica e das florestas tropicais, e que essa atitude de adesão ao Tratado de Kyoto e as políticas públicas

do Governo brasileiro são reconhecidas como referência internacional com largo destaque ao Brasil.

E, agora, passo a ler a Resolução nº 651 da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, moção que o congresso americano aprovou totalmente dedicada ao Brasil. Mais uma instituição pluralista e insuspeita que analisa a evolução positiva que o Brasil atravessa neste momento da sua história, com argumentos extremamente relevantes, em especial a mudança da matriz energética brasileira, que é um grande desafio para que as nações tomem atitudes que tenham, de fato, implicações frente ao efeito estufa e, de outro lado, reconhecendo a liderança do Brasil no Hemisfério Ocidental, particularmente na América do Sul.

Diz a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos:

Considerando que, após o choque do petróleo na década de 70, o Brasil escolheu reduzir sua vulnerabilidade energética ao escolher o etanol com base na cana-de-açúcar para diversificar seu setor energético e fornecer combustível para automóveis;

Considerando que, com grandes investimentos públicos e privados e apoio do Banco Mundial, o Brasil expandiu em grande medida as quantidades de cana-de-açúcar que produz e iniciou a construção em grande escala de destilarias de álcool para transformar o açúcar em etanol;

Considerando que décadas de investimentos estatais ajudaram a tornar o Brasil o maior consumidor e produtor de etanol à base da cana-de-açúcar;

Considerando que o etanol é responsável por suprir 40% do mercado brasileiro de combustíveis e é extremamente competitivo em comparação com a gasolina;

Considerando que a transição para o biocombustíveis produzirá impacto positivo no meio ambiente e ajudará a reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa;

Considerando que, até o final de 2006, 80% das vendas de veículos novos no Brasil eram constituídas de carros “flexfuel”, o que significa que tais veículos podem funcionar à base de etanol, gasolina ou com mistura de ambos;

Considerando que o Brasil constitui exemplo líder de país que diversificou seu fornecimento de energia e tornou-se exportador de energia, em grande medida por meio do aumento da utilização e produção de fontes alternativas de energia, incluindo o etanol;

Considerando que colocar os Estados Unidos no caminho que leva à eliminação da

dependência do petróleo, como o Brasil fez, por meio de investimentos em fontes alternativas de energia limpa, é essencial para proteger a segurança nacional dos Estados Unidos, o meio ambiente e a estabilidade da economia dos Estados Unidos;

Considerando que, em 9 de março de 2007, os Estados Unidos e o Brasil – os maiores produtores de etanol do mundo – assinaram um Memorando de Entendimento com vistas a promover maior cooperação em etanol e biocombustível no Hemisfério Ocidental;

Considerando que o Memorando de Entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil envolve o compartilhamento de tecnologias entre o Brasil e os Estados Unidos, estudos de viabilidade e assistência técnica para desenvolver indústrias de biocombustíveis em países terceiros e esforços multilaterais com vistas ao desenvolvimento global de biocombustíveis;

Considerando que os primeiros países-alvo para recebimento de assistência técnica norte-americana-brasileira constituem a República Dominicana, El Salvador, Haiti e São Kitts & Nevis;

Considerando que os dois encontros realizados pelo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007, constituem exemplos visíveis da expansão das relações calorosas e próximas entre os Estados Unidos e o Brasil;

Considerando que os Estados Unidos e o Brasil constituem as maiores e mais diversificadas democracias no Hemisfério Ocidental;

Considerando que o Brasil – por meio da liderança exercida por esse país na missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e outras realizações – emergiu como líder regional no Hemisfério Ocidental; e,

Considerando que a Secretária de Estado Condoleezza Rice afirmou que os Estados Unidos consideram o Brasil como ‘líder regional e parceiro global’: seja resolvido que a Casa de Representantes [a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos]

(1) reconhece que os Estados Unidos e o Brasil chegaram a um ponto de confluência de interesses e solicita com urgência que o Presidente George W. Bush continue a aprofundar o relacionamento bilateral entre os dois países;

(2) reconhece o papel do Brasil como líder no Hemisfério Ocidental e elogia seu papel de

liderança na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti;

(3) elogia o Brasil por diversificar de modo bem-sucedido seus recursos energéticos e reduzir sua dependência do petróleo;

(4) apóia fortemente o Memorando de Entendimento de 9 de março de 2007 entre os Estados Unidos e o Brasil sobre biocombustíveis como passo importante para fortalecer as relações bilaterais, a integração hemisférica e a diversificação energética;

(5) elogia os esforços conjuntos por parte dos Estados Unidos e o Brasil em seu compromisso de utilização de seu conhecimento para prover assistência técnica às indústrias de biocombustíveis em terceiros países, o que inclui, atualmente, a República Dominicana, El Salvador, Haiti e São Kitts & Nevis;

(6) encoraja as autoridades dos Estados Unidos e do Brasil a, rapidamente, identificar outros países do Hemisfério Ocidental a receberem assistência técnica relacionada a biocombustíveis.

Portanto, Sr. Presidente, hoje é um dia em que o Brasil atinge a condição de alto desenvolvimento humano, pelo Pnud, pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). É a melhor posição que o Brasil teve nos últimos 35 anos. São ainda os dados de 2005, porque, em 2006 e 2007, teremos indicadores ainda mais fortes em educação, saúde – seguramente com a aprovação da CPMF – e no PIB **per capita**, no padrão de vida da população, que é o que mede a qualidade de vida e a condição de desenvolvimento humano pelas Nações Unidas.

Quero ainda destacar o novo relatório do Pnud sobre o efeito estufa, em que o Brasil é mencionado 103 vezes, de forma positiva, em especial a mudança da matriz energética e o esforço de preservação das florestas tropicais.

Agora, essa leitura que fiz, para ser registrada nos Anais do Congresso Nacional, da Resolução nº 651 da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, que reconhece o Brasil como líder regional do Hemisfério Ocidental, como líder regional e parceiro global, como país de referência no hemisfério pelas suas atitudes democráticas, pela sua condição de liderança, exercida em missões de paz e em outros temas de grande interesse nacional e, principalmente, considerando como relevante a mudança da matriz energética do etanol para o desenvolvimento de nova matriz energética.

Por todas essas condições, eu queria registrar aqui o reconhecimento do esforço que o Brasil vem envidando em relação ao desenvolvimento sustentável, à distribuição de renda, à melhoria das condições de

vida, à mudança da matriz energética, por instituições isentas, como o Pnud, da ONU; polêmicas, como a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos; e independentes, como o jornal *La Nación*, da Argentina.

Todas essas referências recentes demonstram que o crescimento, a distribuição de renda, a democracia, o esforço de um desenvolvimento sustentável com política ambiental, enfim, que todo esse conjunto de iniciativas reforça a idéia de que estamos trilhando um caminho extremamente promissor de crescimento sustentável, com inclusão social, com distribuição de renda, com melhoria na qualidade de vida da ampla maioria do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder.

A seguir, Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje, quero falar de um assunto que me preocupa no meu Estado. Não quero falar de CPMF; sobre esse assunto, falaremos em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana/ Bloco/PT – AC)

– Senador Agripino, uma pequena interrupção: a seguir, falará a Senadora Kátia Abreu, que ainda está inscrita como Líder, e, posteriormente, passaremos à Ordem do Dia.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Fizemos

hoje uma ótima reunião com democratas e tucanos. Compareceram todos. Sobre a bancada do PSDB, o Senador Arthur Virgílio haverá de falar. Fixaram uma posição uniforme.

Hoje, quero falar sobre uma preocupação que me aflige e que se refere ao meu Estado.

Sr. Presidente, estive na convenção do meu Partido no Município de Currais Novos há três semanas. Cheguei e encontrei, na entrada do recinto, um jovem, estudante universitário, estudante de Direito, que me convidava para fazer uma palestra em Caicó, no *campus* avançado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em Caicó, sobre reforma política. De plano, aceitei, até porque tenho todo interesse em dividir minhas idéias e debater meu pensamento com estudantes universitários da minha terra. Já o fiz com estudantes de Direito da FAO, com estudantes de Administração da UNP e, agora, com estudantes de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, **campus** de Caicó.

Mas, após a convenção, tive oportunidade de participar de uma reunião com meus companheiros

de Currais Novos, inclusive com o ex-Prefeito Geraldo Gomes, que me trouxe uma preocupação que não é dele só, é da cidade toda, que é o abastecimento d'água de Currais Novos.

O Município tem 42 mil habitantes e tem grande tradição no Estado. É um Município que, ao longo de anos e anos, foi o maior produtor do Brasil de tungstênio. As minas foram reativadas, e a cidade hoje está, Senadora Kátia Abreu, com 50% do abastecimento d'água em colapso, por falta d'água. Cinquenta por cento da água de Currais Novos vem do Açude Gargalheiras, 50% vem do Açude Dourado. Em função da seca, o Açude Dourado zerou, está na lama retorcida, não tem um pingão d'água.

Estive, nesse fim de semana que passou, em Caicó, para cumprir o compromisso da palestra, e fiz uma palestra que muito me agradou até pela qualidade das perguntas que me foram apostas durante o debate pelos estudantes de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *campus* avançado de Caicó. Lá, tive oportunidade de anunciar algo que estive ao meu alcance.

Quando fui Governador, Presidente Tião Viana, passei por um drama semelhante ao que Currais Novos atravessa agora, que foi a falta d'água no Município de Santa Cruz, Município grande, pólo da região do Trairi. Eu era Governador, peguei o peão na unha e transformei uma área da cidade, do Município em um paliteiro. Consegui encontrar água e consegui atravessar a fase mais difícil com enorme obstinação. Desloquei inclusive Secretários de Estado da região, da terra, para ficarem morando em Santa Cruz, tal minha obstinação em resolver o seriíssimo problema de falta d'água em Santa Cruz, que eu queria ver resolvido em Currais Novos.

Motivado pela angústia de Santa Cruz, que me levou a sentir a dor de Currais Novos nesse momento – porque metade da cidade não tem água, recebe-a por distribuição em carro-pipa ou por doação de sei lá quem –, nas emendas coletivas de bancada, tomei uma iniciativa. Caicó é um Município de gente muito valente. É a terra do ex-Senador Dinarte Mariz, homem que foi 1º Secretário desta Casa, fez história no Senado. O que Caicó é deve muito a Dinarte.

Caicó, que é uma cidade de gente valente, onde há uma venturosa indústria de bonés, parou no tempo. Em matéria de evolução no campo econômico, parou, embora tenha uma enorme vocação calçadista e têxtil. E parou porque tem uma restrição chamada água, mas está próxima a um rio chamado Piranhas-Açu.

Para fazer com que Caicó ressurgisse em termos econômicos, fiz, na minha emenda coletiva, emenda de bancada – e toda a bancada aprovou minha idéia –, uma nova concorrência para a Barragem de Oiticica, que vai barrar o Rio Piranhas-Açu, na altura de Jucu-

rutu, e vai oferecer à região do Siridó água pelo Rio Piranhas-Açu, perenizado, e vai abrir para Caicó, que é uma das mais importantes cidades do meu Estado, a oportunidade econômica que está contida pela falta de água. A indústria têxtil e a indústria calçadista, que são consumidoras de água, vão poder se aventurar com essa obra construída pela ação que eu tomei, na medida em que a Barragem de Oiticica possa oferecer os 550 milhões de metros cúbicos represados.

Muito bem! Eu faço este registro porque acabei de estar em Currais Novos, acabei de estar em Caicó e acabei de anunciar, em Caicó, essa emenda coletiva para uma obra grande, infra-estruturante, para uma região inteira, o que demonstra, é claro, as minhas preocupações.

Eu quero fazer aqui um apelo às autoridades estaduais, à Governadora do Estado e às autoridades federais para que, assim como eu fiz na seca de Santa Cruz, olhem para Currais Novos, que é uma cidade com 42 mil habitantes, uma das dez maiores cidades do meu Estado, que está passando sede. Metade da cidade não tem água.

Você já imaginou uma cidade – a sua Rio Branco – com metade da população sem água, o desespero das pessoas, as questões voltadas de saúde pública?

De modo que eu quero, com este registro, Sr. Presidente, e agradecendo a oportunidade que é me é dada, a palavra que me é franqueada antes da Ordem do Dia, renovar o apelo às autoridades, ao Dnocs, ao Governo do Estado e ao Governo Federal para que adotem uma providência – porque existem providências viáveis – para que Currais Novos volte a beber água.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, como Líder. Antes, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu não importaria de falar após a Senadora Kátia Abreu. Seria mais delicado de minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador.

Eu serei bastante breve, Sr. Presidente, e tratarei de dois assuntos. De um deles, bastante importante, eu já falei na semana passada, mas, depois da leitura da reportagem da revista **Veja** sobre a menina de 15 anos, do Pará, que foi presa, durante mais de um mês,

na mesma cela que outros 30 homens prisioneiros, eu gostaria, Sr. Presidente, de, mais uma vez, aqui deixar a minha indignação, após a leitura, repito, dessa matéria que trouxe tanta riqueza de detalhes.

Quero deixar registrada a nossa força, a capacidade que tem o Senado Federal de acompanhar esse caso. Estão, aqui, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Mário, que também é do Estado do Pará e está estarrecido com essa situação do Governo do Estado, da Secretaria de Segurança Pública.

Quero deixar, de público, um pedido à OAB do Pará, à OAB nacional e aos defensores públicos do Pará, porque esse não é um caso de omissão, esse não é um caso de prevaricação, que indica apenas três meses a um ano de cadeia.

Quero, Sr. Presidente, em nome de todas as mulheres deste País, pedir que essas pessoas – principalmente a delegada de polícia que permitiu o retorno dessa menina para a cela, Flávia Verônica; a Juíza que permitiu que a menina continuasse na cela, Dr^a Clarice Maria de Andrade –, todos os policiais e todos os envolvidos sejam acusados não de crimes pequenos, não de prevaricação, não de omissão, mas que sejam acusados de crime hediondo.

Essa menina foi agredida física, moral e intelectualmente, com dano irrecuperável para a sua vida futura. Queremos que as responsabilidades sejam não somente civis, mas criminais, por crime hediondo.

É disso que essas pessoas devem ser acusadas.

O Estado do Pará deve indenizar, ressarcir financeiramente essa moça, para que o mínimo de suas necessidades seja atendido e para que ela possa continuar tendo uma vida digna, sendo resgatada e incluída na sociedade, voltando aos seus estudos e cursando uma universidade. Dessa forma, tentaremos minimizar essa monstruosidade, esse crime hediondo que foi praticado contra essa menina no Pará – justamente um Estado que tem uma Governadora –, por uma juíza e por uma delegada de polícia.

Tenho certeza absoluta de que essa juíza e essa delegada de polícia, para praticarem uma ação tão violenta contra uma menina anônima do Brasil – e quantas outras já podem ter passado por isso –, não devem ter filha, irmã e não devem ter conhecido suas mães.

Independentemente de ser uma pessoa menor de idade ou maior de idade, trata-se de um direito moral. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas faz apenas a propaganda dessa aliança e da aprovação dessa lei, não a colocando em prática como deveria.

Então, queremos deixar registrado o nosso pedido, com o acompanhamento da Senadora Serys Slhessarenko, que é Presidente da Bancada feminina, aos

defensores dessa moça para que os acusados sejam processados por crime hediondo.

Sr. Presidente Tião Viana, quero também fazer um pedido a V. Ex^a, pessoalmente.

Protocoliei dois requerimentos, nesta Casa, em que falta apenas a assinatura de V. Ex^a para que possa vir o processado das Comissões para votação no plenário do Senado Federal.

O primeiro deles, Sr. Presidente, trata da Mensagem n^o 154, de 2000, que está paralisada na CAE, cujo Relator é o Líder Romero Jucá, e que trata da imposição, por parte da União, do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estamos debatendo, há alguns meses, a CPMF, e, por trás dela, descobrimos o quanto o Governo tem aumentado os gastos públicos e o quanto tem aumentado a arrecadação de impostos neste País. Estamos vendo os Prefeitos e os Governadores do Brasil, há alguns anos, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas por que a União também não faz a sua parte e dá exemplo ao País, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Portanto, peço a V. Ex^a que dê atenção especial a esse requerimento, neste importante momento em que estamos discutindo responsabilidade fiscal.

Tenho certeza absoluta de que o Presidente da República deverá aprovar essa ação do Congresso, já que ele disse, ontem, sinceramente, que não sabe governar sem gastar. Então, assim como uma mãe e um pai dão limites aos seus filhos, o Senado Federal, ao aprovar essa mensagem, ao transformá-la em projeto de lei e em lei aprovada, será o pai e a mãe que o Governo Federal precisa para limitar os seus gastos públicos, já que o Presidente confessou, ontem ou anteontem, à imprensa que não é capaz de fazer isso.

No outro requerimento, Sr. Presidente, peço a sua deferência costumeira e a sua assinatura para que possamos trazer, da CAE, uma matéria de extrema importância: um projeto de lei do Senador Jorge Bornhausen, que trata da defesa do contribuinte. É uma matéria importantíssima que o Brasil muito espera e cuja relatoria também está nas mãos do Senador Jucá.

Eu já disse ao Senador Mercadante, quando ele tomou posse na CAE – e ele chegou, inclusive, a me prometer essa relatoria –, que estou à sua disposição, assim como outros Senadores muito mais competentes da CAE, para, caso o Senador e Líder Jucá esteja muito atarefado, proferir o relatório do importante Projeto de Lei n^o 646, de 1999, que trata da defesa do contribuinte.

Por favor, Sr. Presidente, faça isto pelo seu País, pelo nosso País: limite os gastos públicos do Governo, já que ele não consegue fazê-lo.

Vamos defender o contribuinte brasileiro, que tem carregado nas costas, durante todos esses anos, uma carga de 36% do PIB.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que será atendida nos termos do Regimento. Já pedi, já solicitei informações à Secretaria-Geral da Mesa sobre o item anterior.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem. Em seguida, iniciarei a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de entrarmos na Ordem do Dia, eu gostaria de trazer à Casa uma preocupação que, creio, deve de fato ser refletida e meditada por nós.

O prestigioso colunista do **Jornal do Brasil**, Weiller Diniz, traz hoje uma declaração. Ele tem credibilidade, mas coloca aspas para um colega nosso, o Senador Geraldo Mesquita, que diz, textualmente, que estaria em curso uma nova leva de tentativas de compra de votos nesta Casa. Ele diz, com nitidez, que recebeu a proposta de uma figura que sempre transitou muito bem pela Casa, o Chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, mas o fato é que tem-se que investigar isso. Weiller Diniz abre aspas para o Senador Geraldo Mesquita, dizendo algo tipo “tentaram trocar emendas parlamentares pelo voto dele na CPMF”. S. Ex^a diz mais: “Que teria feito já uma advertência da tribuna quanto ao assédio que estaria sendo praticado contra ele por parte do Governo”. Isso é prenúncio de momentos turbulentos, porque, se nem começou ainda para valer a luta da CPMF e já se fere uma disputa nesse nível, podemos imaginar que daqui a pouco o Brasil estará contemplando novos momentos de desprestígio do Senado Federal, de desprestígio do Congresso Nacional, de desprestígio do Parlamento brasileiro.

Portanto, entendo que está na hora de o Senador Geraldo Mesquita, de maneira muito clara, vir à tribuna prestar as suas declarações à Nação, e nós vamos providenciar, de maneira muito objetiva, o pronunciamento do articulador político da Presidência, o Deputado José Múcio, recém-transformado em chefe do Dr. Marcos Lima. Mas, o Ministro José Múcio já tem o que explicar. Isso deve ser tratado de maneira muito séria por todos nós. Não podemos fingir que não lemos; a Mesa não pode achar que não tem relevância; o Senador Geraldo Mesquita não pode supor que isso se encerre aqui e nem o Sr. Marcos Lima e, sobretudo, o seu chefe, Ministro José Múcio, pode achar que se

passou um fato corriqueiro, a menos que estejamos, todos nós, entorpecidos e que não estejamos mais atentos aos episódios que possam manchar a vida deste Congresso.

Ao Sr. Ministro José Múcio, a quem eu dou boas-vindas, dou as minhas melhores boas-vindas, por gostar dele pessoalmente, por saber que se trata de um profissional responsável, respeitável da articulação política, com que conta o Governo a partir de agora, ele entrou, assim, muito fluente, inclusive recomendando ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que se portasse como um ex-presidente americano, esquecendo-se de que não existe essa proibição nos Estados Unidos a se fazer críticas a quem nos sucedeu na presidência. O presidente Bush criticou o envio de tropas para o Iraque, os bombardeios no Iraque, criticou a política econômica que criou os déficits gêmeos, que hoje são um problema para a economia mundial. Mas, supondo que fossem verdades, eu até aceitaria sugerir ao ex-Presidente Fernando Henrique virar ele um ex-presidente americano em troca de o Ministro José Múcio virar um deputado americano também. Deputado americano não troca de partido. Deputado americano encerra a sua carreira no partido republicano ou no partido democrata, ele não fica passando por vários, até pelo meu S. Ex^a já passou. Mas isso não é o que está em jogo agora. O que está em jogo é que tem uma denúncia muito clara, assinada por um respeitável jornalista, envolvendo “um Senador, Colega nosso, que se diz pressionado e com proposta de suborno por parte de autoridade do Governo Federal”. Creio que temos, de maneira muito nítida, aclarar essa questão. É a cobrança que faço à Mesa, ao Senador Geraldo Mesquita, ao Ministro José Múcio e ao seu funcionário, obviamente. O Senado não pode achar que não houve nada, porque houve. Houve algo errado por parte do Senador, ele vai falar, e não sei por que ele falaria algo sem ter, na verdade, razão para isso, e o Governo tem de explicar que não estamos diante de um novo caso Waldomiro Diniz, que já deu tantos transtornos ao Governo e que já gerou, inclusive, uma Comissão Parlamentar de Inquérito momentosíssima aqui na Casa, presidida pelo Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para tratar do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência esclarece que esse assunto já foi tratado no dia de hoje. Inclusive, já solicitei ao Senador Romeu Tuma, Corregedor da Casa, que adotasse pro-

vidências para averiguar possível constrangimento que tenha sofrido qualquer Senador nas dependências da Casa. A Corregedoria dará os esclarecimentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para tratar do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não cumprimos o horário da Ordem do Dia. Peço que, a seguir, V. Ex^a use a palavra pela ordem e trate da matéria como os demais Senadores, pelo bem da defesa do horário e da disciplina do Plenário.

Agradeço a V. Ex^as.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.373, DE 2007

Requer Voto de Pesar e de Solidariedade a Sr^a Bernadete Pereira de Paula e aos seus filhos Jacy e Juliana.

Requeiro, nos termos de art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar e de Solidariedade a Senhora Bernadete Pereira de Paula e aos seus filhos Jacy e Juliana pelo falecimento de seu esposo Geraldo Gomes de Paula, ocorrido em 25 de novembro de 2007, em Vitória – ES.

Dessa forma, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeiro sejam prestadas as seguintes condolências:

- Inserção em ata de voto de profundo pesar a sua esposa – Sr^a Bernadete Pereira de Paula e aos seus filhos Jacy e Juliana Pereira de Paula.

Justificação

A morte, em circunstâncias trágicas, do advogado Geraldo Gomes de Paula, aos 63 anos, consternou o Espírito Santo e privou o Estado de um competente advogado criminalista, que pautou sua longa carreira pela deferência à lei e respeito aos direitos humanos. Formado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, há 35 anos, Geraldo exerceu a função de delegado de polícia durante quatro anos, de 1973 a 1977. Mas sua verdadeira vocação era a militância jurídica. Tornou-se defensor público estadual, e depois, durante vinte anos, entre 1981 e 2001, atuou como procurador do sistema Rádio e Televisão do Espírito Santo (RTV/ES).

Geraldo Gomes de Paula trabalhava atualmente como defensor público da Prefeitura Municipal de Vila Velha, e morreu no cumprimento de sua missão, ao atender ao chamado de um cliente que fora detido, na

tarde de quinta-feira passada. Como ressaltou Homero Mafra, presidente da comissão de prerrogativas da seção capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil, em discurso pronunciado durante o enterro, “morreu como todos os advogados gostariam de morrer, cumprindo seu dever”. Faleceu na manhã do último domingo, depois de submetido a duas cirurgias, que não puderam evitar o desfecho fatal. Casado com D. Bernadete Pereira de Paula, deixa dois filhos, Jacy, professor de Geografia, e Juliana, estudante de Medicina, além de quatro netos.

O apreço e a consideração de que desfrutava entre seus colegas no Estado puderam ser avaliados durante seu velório e sepultamento, que reuniram centenas de profissionais consternados com a perda prematura de um advogado de notória idoneidade moral, dotado de saber jurídico e reputação ilibada, dedicado à família e à sua profissão. O Espírito Santo está de luto pela morte de Geraldo Gomes de Paula.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.

– Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.374, DE 2007

Requeiro nos termos do número 12, alínea **c**, inciso II do art. 255 do Regimento Interno que, sobre o PLS nº 42/2007, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.375, DE 2007

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acerca das operações de compra e venda de ações da Petrobras no período de três semanas anteriores ao dia

8 de novembro de 2007, data do anúncio, pela empresa, do potencial de produção da área de Tupi, que se estende pelas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos, a fim de averiguar possível vazamento de informações, com benefício a alguns investidores.

Especificamente, solicita-se o envio de relatório conclusivo da CVM sobre a questão e pergunta-se:

1 – Qual é a conclusão da CVM sobre a possibilidade de ter havido vazamento de informações antes do referido anúncio?

2 – Houve informação privilegiada ou qualquer outra irregularidade de mercado envolvendo ações da Petrobras?

3 – Em caso positivo, que instituições e/ou pessoas foram beneficiadas?

Justificação

Ao Congresso Nacional, consoante o disposto na Constituição Federal, art. 49, XIII, cabe dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, e sobre instituições financeiras e suas operações. Ademais, a matéria circunscreve-se no rol de competências da União. Para exercerem essa função constitucional, tornando-se aptos a propor e apreciar as iniciativas legislativas pertinentes, os senadores necessitam de amplo acesso às informações relevantes.

Particularmente, a possibilidade de que tenha havido vazamento de informação privilegiada no caso do anúncio do potencial da área de Tupi inspira grande preocupação. Caso comprovada, a existência de irregularidades dessa natureza no mercado acionário brasileiro, além de ética e legalmente intolerável, tem potencial para causar prejuízos econômicos mais amplos, abalando a confiança dos investidores.

A notícia de que a CVM investigaria possíveis indícios de vazamento de informações foi veiculada na imprensa. De acordo com tais relatos, o órgão supervisor do mercado acionário solicitaria à Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), um levantamento dos negócios envolvendo a Petrobras no período mencionado no corpo do requerimento, a fim de detectar eventuais irregularidades, conforme queixas de participantes do mercado. Além disso, a CVM estaria decidida a checar o histórico dos investidores, averiguar fichas cadastrais e pedir informações adicionais à própria Bovespa e às corretoras, caso necessário.

A CVM foi criada pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. De acordo com esse diploma legal, trata-se de entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda. O Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda é, portanto, a autoridade a quem o presente pedido deve ser dirigido, nos termos constitucionais.

Ciente da relevância fundamental de se manter a transparência no mercado de capitais, mormente quando se vê envolvido o nome da Petrobras, é que requeiro, em nome do interesse público, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda este pedido de informações, para o qual conto com o apoio dos ilustres senadores.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.

– Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.376, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 573, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.

– Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

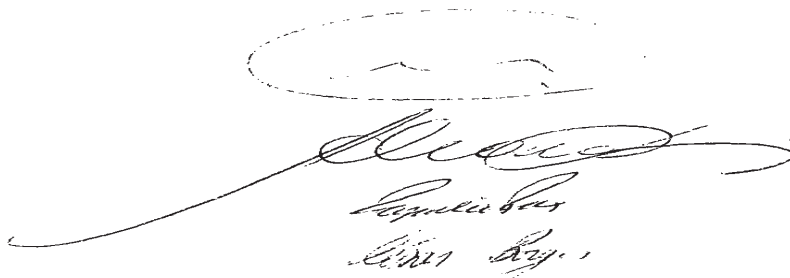
– Sobre a mesa decisão que passo a ler.

É lida a seguinte:

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, resolve deferir o Requerimento nº 1.376, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 535 e 573, de 2007 - Complementares.

Senado Federal, 27 de novembro de 2007.



Romero Jucá

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os **Projetos de Lei do Senado nºs 535 e 573, de 2007 – Complementares**, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.377, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nº 553, de 2007, e nº 608, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 2 de novembro de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa decisão que passo a ler.

É lida a seguinte:

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, resolve deferir o Requerimento nº 1.377, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 207, de 2003; e 553 e 608, de 2007.

Senado Federal, 27 de novembro de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os **Projetos de Lei do Senado nºs 207, de 2003; e 553 e 608, de 2007**, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.378, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos das normas regimentais do Senado Federal requero a Vossa Excelência a retirada do Requerimento nº 1.363/2007, de minha autoria, em que solicito dispensa dos trabalhos desta Casa nos dias 26 e 27 de novembro corrente para participar, na condição de Presidente da Comissão da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, do Fórum “Uma Década de Regulação no Brasil”, com participação no Painel “Regulação da Infra-Estrutura: a vez o Gás”, na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.

– Senador **Marconi Perillo**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.379, DE 2007

Requer voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, da Srª Yolanda Esther Fraiji, ocorrido no dia 25 deste mês de novembro de 2007.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de pesar pelo falecimento da Srª Yolanda Esther Fraiji, ocorrido no dia 25 deste mês de novembro de 2007, em Manaus/AM.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da sua família e, especialmente, da Srª Olga Azize e da ex-Deputada Beth Azize.

Justificação

A Srª Yolanda Esther Fraiji, falecida no dia 25 deste mês de novembro de 2007, aos 78 anos de idade,

na cidade de Manaus, era argentina de nascimento, mas brasileira e amazonense de coração. Passou a vida toda no Brasil. Era prima e considerada irmã da ex-Deputada amazonense Beth Azize. Pelo amor que tinha ao Brasil e à nossa região, ela faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.380, de 2007

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre as providências que estão sendo tomadas por essa Pasta para conter uma possível epidemia de rubéola no País.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre as providências que estão sendo tomadas por essa Pasta para conter uma possível epidemia de rubéola no País:

1. Que providências o Ministério da Saúde pretende tomar para evitar que o atual surto de rubéola se transforme em uma epidemia?
2. Quais foram os motivos que levaram o País a enfrentar esse surto de rubéola?
3. A partir de que momento o Ministério da Saúde pretende implantar as ações de combate à doença?
4. Qual o orçamento disponível para essas ações?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense** de 21 de novembro do corrente publicou matéria intitulada “Epidemia de rubéola” que mostra que o País atravessa um surto da doença. Segundo a matéria, os percentuais de incidência da doença aumentaram significativamente nos últimos meses.

Enfim, o presente requerimento busca informações do Ministério da Saúde sobre o surto epidemiológico da doença bem como esclarecimentos sobre as

ações que serão tomadas para evitar que o vírus se espalhe e transforme a doença em uma epidemia.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.381, DE 2007

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, de Willam Pinheiro, ocorrido no dia 24 deste mês de novembro de 2007.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento de Willam Pinheiro, ocorrido no dia 24 deste mês de novembro de 2007, em Manaus-AM.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

Justificação

Willam Pinheiro, filho de Noêmia Oliveira Pinheiro e de Sebastião Cordeiro Passos, e pai de dois filhos – Kennedy e Suellen – faleceu em Manaus, no dia 24 deste mês de novembro de 2007, em consequência de atropelamento. Com traumatismo craniano, chegou ao hospital ainda com vida, mas morreu horas depois. O motorista que o atropelou chegou a ser detido, por estar embriagado, mas pagou fiança e responderá ao processo em liberdade. Por ter sido cidadão correto, responsável, bom caráter – e o conheci bem, pois prestava serviços no meu escritório político – e mais uma das vítimas do trânsito no Brasil, faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2007** (nº 2.502/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Publicidade Maggi-Plan Ltda. para explorar ser-*

viço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Ao Projeto foi oferecida uma emenda.

A matéria volta à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para exame da emenda.

É a seguinte a Emenda oferecida:

EMENDA (DE PLENÁRIO) OFERECIDA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 253, DE 2007 (Nº 2.502/2006, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS), QUE APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO PUBLICIDADE MAGGI-PLAN LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FARROUPILHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

EMENDA Nº 1 — PLEN

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2007 a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovada a renovação da permissão outorgada à Rádio Publicidade Maggi-Plan Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, a partir data de publicação deste decreto legislativo.

Justificação

Com o propósito de adequação às condições técnicas da emissora permissionária, esclarecemos que as emissoras de Onda Média operam na faixa de 535 Kiloherzt a 1705 kiloherzt, e as emissoras que operam em Frequência Modulada atuam entre as frequências de 87,5 Mega hertz e 107,9 Mega hertz.

A Rádio Publicidade Maggi-Plan Ltda., é permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na frequência de 100,9 Mega hertz, desde o ano de 1989.

O serviço foi autorizado pelo Governo Federal através do Ministério das Comunicações para executar o serviço de radiodifusão em frequência modulada, não podendo ser modificado.

A cada 10 anos as permissionárias do serviço público de radiodifusão sonora, solicitam a renovação da outorga, o que a empresa fez conforme a legislação vigente.

No processo de renovação da permissão foi incluída uma emenda, não solicitada pela permissionária,

que modificou a redação do artigo 1º do projeto, alterando o serviço de frequência modulada para frequência média.

Constatamos que a modificação comprometeria a estrutura da emissora a qual possui aparato técnico para frequência cabível, ou seja, modulada. Por tais motivos propomos a presente emenda, adequando o projeto de decreto legislativo as verdadeiras condições técnicas de emissora. Portanto, contamos com o apoio dos nobres Pares.

Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Redação, Comunicação e Informática, para exame da emenda.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 402, de 2007**, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.646.339.765,00 (um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 402	
Publicação no DO	26-11-2007
Emendas	até 2-12-2007 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	26-11-2007 a 9-12-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	9-12-2007
Prazo na CD	De 10-12-2007 a 23-12-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	23-12-2007
Prazo no SF	24-12-2007 a 16-2-2008 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	16-2-2008
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	17-2-2008 a 19-2-2008 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	20-2-2008 (46º dia)
Prazo final no Congresso	5-3-2008 (60 dias)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 672, DE 2007

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, de modo a estabelecer que todo o idoso com pelo menos cem anos tem direito a benefício no valor de dois salários mínimos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigor com a seguinte redação, reenumerando-se o parágrafo único para segundo:

“Art. 34.

§ 1º No caso dos idosos com pelo menos 100 (cem) anos, o valor do benefício mensal de que trata o **caput** passa a equivaler a 2 (dois) salários mínimos.

..... (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante de recursos necessários para financiar o aumento de despesas decorrentes da implantação do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se dará após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no artigo anterior.

Justificação

Nossa Constituição Federal garante o pagamento de 1 (um) salário mínimo mensal às pessoas com 65 anos ou mais de idade e àquelas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, desde que pertençam a famílias com renda **per capita** inferior a 1/4 do salário mínimo. E o chamado Benefício de Prestação Continuada – BPC da Assistência Social.

Desse modo, conta, o idoso carente, com uma proteção mínima da Assistência Social do Brasil. Ocorre que, para os idosos com idade muito avançada, a renda mensal equivalente a um salário mínimo é to-

talmente insuficiente para suprir suas necessidades básicas. Isso ocorre porque as necessidades médicas e de cuidados especiais tornam-se sobremaneira dispendiosas.

O presente projeto de lei visa amenizar essa situação. A proposta é que o valor do BPC passe a equivaler a dois salários mínimos, no caso dos idosos carentes que tenham pelo menos cem anos. Para tanto, sugere alteração do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

Ressalte-se que a proposição não altera as regras para concessão do BPC e que seu impacto financeiro tende a ser mínimo. De acordo com a última tábua de mortalidade divulgada pelo IBGE, referente ao ano de 2005, o idoso que atinge 80 anos tem a expectativa de vida de apenas 9,2 anos adicionais.

Confiante no apoio dos nobres colegas aos idosos brasileiros, solicito aprovação do projeto de lei em foco.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.

– Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

(...)

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta lei complementar:

I – conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

.....

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de

preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

.....

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Emendas Constitucionais
Emendas Constitucionais de Revisão**

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS

ÍNDICE TEMÁTICO

Vide texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

.....

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

.....

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

**Mensagem de veto
Vigência**

**Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá
outras providências.**

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

.....

*(Às Comissões de Assuntos Sociais e de
Direitos Humanos e Legislação participativa
cabendo à última decisão terminativa.)*

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 673, DE 2007

**Instituí o Dia da Integração Jurídica
Latino-Americana.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia da Integração Jurídica Latino-Americana, a ser comemorado anualmente no dia 19 de agosto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta proposição visa a homenagear e preservar a memória do grande jurista e advogado Augusto Teixeira de Freitas. Baiano de Cachoeira, cidade distante a 61 quilômetros de Salvador, Teixeira de Freitas nasceu em 19 de agosto de 1816. Iniciou seus estudos jurídicos em Olinda e, depois, em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Ser errático, acabou por concluir a graduação em Olinda, onde se diplomou em 1837. Naquela época, Teixeira de Freitas tinha apenas 21 anos.

O célebre jurista baiano teve como obras a **Consolidação das Leis Civis** e o famoso **Esboço de Código Civil** (o conhecido **Esboço de Freitas**), que influenciaram o direito civil mundial, não só pela técnica utilizada, como também pela fecunda produção doutrinária nelas expressadas.

Em 15 de fevereiro de 1855, Teixeira de Freitas pactuou com o governo imperial, por meio do Ministro da Justiça, José Nabuco de Araújo, a elaboração da Consolidação das Leis Civis. Firmado o contrato, de-

bruçou-se Teixeira de Freitas à ingente tarefa, somente encenada em 4 de dezembro de 1858.

Contendo 1.333 artigos, a Consolidação das Leis Civis, que sistematizou em texto único as leis civis portuguesas e brasileiras que valiam no Brasil Imperial, converteu-se, segundo Spencer Vampré, no padrão mais alevantado da história da nossa codificação, no mais belo edifício do nosso direito. Em torno dessa obra, evoluíram todas as idéias diretoras do pensamento jurídico nacional.

Submetida a Consolidação à comissão formada por Caetano Alberto Soares, Paulinho Soares de Sousa e Nabuco de Araújo, houve ampla aprovação, sendo salientada no relatório, a profundidade do saber de Teixeira de Freitas, a erudição e didatismo que circunscrevia a Consolidação das Leis Civis. Até o imperador Dom Pedro II, que aprovou a Consolidação, concedeu posteriormente a Teixeira de Freitas o galardão da comenda da Rosa.

Com o sucesso da Consolidação das Leis Civis, animou-se Nabuco de Araújo a não dar ao Brasil uma simples Consolidação, mas presenteá-lo com um verdadeiro Código Civil. Novamente Teixeira de Freitas foi convidado para a hercúlea tarefa. Novo contrato foi pactuado entre o governo imperial e Teixeira de Freitas.

Ao projeto, Teixeira de Freitas deu o nome de **Esboço de Código Civil**. O autor, contudo, acreditava que seu excepcional trabalho não era digno de tanto e publicou suas conclusões com o título de Esboço.

Pronto o **Esboço de Freitas**, a Comissão Revisora composta por Paulino José Soares de Sousa, Nabuco, Ribas, Brás Henriques, Marcelino de Brito, Áreas, Alberto Soares e Figueira de Mello, teve início incansável debate. Como era comum naquela época (meados do século XIX), a polêmica era acerba, resvalando pelo campo pessoal. A incontinência verbal e o duelar com as palavras eram de tal forma intensa, que já não mais era atacado o trabalho, mas o seu autor. A cada crítica, Teixeira de Freitas, que não media esforços em defender suas opiniões até às últimas conseqüências, tinha de elaborar trabalho escrito, defendendo o ponto de vista do **Esboço**. Esse trabalho fatigou seu corpo e oberou o espírito.

Inconcluso, o **Esboço de Freitas** continha 4.908 artigos. Em quatro meses de trabalho, tendo o próprio Teixeira de Freitas como integrante, a Comissão analisou apenas os quinze primeiros artigos. Os debates eram tão estéreis que Teixeira de Freitas queixou-se a Nabuco de Araújo, dizendo que, a prosseguir naquela marcha, nem em cem anos o trabalho seria concluído, e sequer o **Esboço** seria convertido em Código Civil.

Demonstrando nobreza de caráter, renunciou à tarefa no dia 20 de novembro de 1866, em carta diri-

gida ao Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo. Propôs a devolução da quantia que havia recebido para a realização de tão ingente e frustrado esforço.

Embora os legisladores brasileiros da época não tenham convertido o “Esboço de Freitas” em projeto de lei, até mesmo porque este fora apresentado em fascículos e, por isso, encontrava-se disperso na época, a obra doutrinária chegou às mãos do grande jurista argentino, Vélez Sársfield, que trabalhava, desde 1864, no projeto de redação do Código Civil Argentino e estava em dúvida quanto ao método que utilizaria na sua elaboração.

Malgrado o **Esboço** enquanto projeto de Código Civil, a Argentina não perdeu tempo. Em 1869, o país vizinho recebeu seu Código Civil, elaborado pelo jurista Vélez Sársfield que não negou que a sua codificação foi decalcada do **Esboço de Teixeira de Freitas**. Na verdade, a obra de Teixeira de Freitas era tão completa que o jurista argentino Vélez Sársfield praticamente traduziu o **Esboço de Freitas** para o espanhol e apresentou essa tradução como Projeto de Código Civil Argentino, o qual foi aprovado e vigora na Argentina até hoje.

Como se houvesse uma solidariedade sul-americana, e a partir do Código Civil Argentino, o **Esboço de Freitas** foi seguido por outras nações Latino-Americanas como o Paraguai e, em parte, o Uruguai. Essa posição adotada pelo codificador Argentino foi, contudo, alvo de duras críticas baseadas nas concepções de Montesquieu, que afirmava que as condições físicas em que vivem um povo influenciam sobremaneira a formação do seu direito de modo que seria raro que o direito de uma nação servisse a outra.

Ainda no que se refere à América Latina, o **Esboço de Freitas** se fez sentir no Código Civil do Paraguai, pois este era muito parecido com o Argentino, e um pouco no Código Civil Uruguaio, que já tinha recebido influência do Código Civil Chileno, elaborado por Andrés Bello que, por sua vez, fora influenciado pelo Código Civil Francês. Vale lembrar que o Código Civil Chileno fora muito criticado à época porque não possuía uma palavra destinada aos analfabetos, como se o Chile, de 1855, não abrigasse imensa massa populacional iletrada.

Teixeira de Freitas almejava em seu **Esboço de Código Civil**, em fascículo de 1863, a incorporação do direito comercial no direito civil, o que se antecipou ao jurista italiano César Vivante, que propusera a unificação do direito privado em 1892, sendo adiante concretizada na aprovação do Código Civil Italiano de 1942, que revogou o Código de Comércio de 1882 e o Código Civil de 1865.

Justificando seu ponto de vista, Teixeira de Freitas dizia que não havia espaço para a arbitrária separação das leis de direito civil e comercial, já que todos os atos da vida jurídica, como exceção dos benéficos, podem ser comerciais ou não, ou seja, ter fim lucrativo ou não. No campo legislativo, a tese da unificação foi definitivamente consagrada no Código Suíço das Obrigações, no Código Polonês das Obrigações, no Código Civil Italiano, no Projeto Franco-Italiano de Código das Obrigações, assim como no Anteprojeto do Código das Obrigações, elaborado entre nós por Hanneman Guimarães, Orozímbo Nonato e Filadelfo de Azevedo. Este, mais tarde, foi consagrado como o Código Civil Brasileiro de 2002, que adotou o pensamento de Teixeira de Freitas.

Além da influência na técnica utilizada para separação das disciplinas e a sua sistematização, o **Esboço de Freitas** se faz presente também na doutrina por ele utilizada que se mostrou presente na divisão do Código Civil em duas partes: a Parte Geral e a Parte Especial.

Podemos dizer que as duas grandes famílias que influenciaram o processo de codificação realizado por Teixeira de Freitas foram a francesa, com o Código de Napoleão de 1804, e a Alemã de 1896. Como já havia afirmado René David, Freitas antecederia de “quarenta anos o Código Civil Alemão”, com sua técnica e da divisão do Código Civil em uma parte geral e outra especial. Isso mostra o vanguardismo de Teixeira de Freitas não só em relação ao Código Civil Alemão, mas também ao direito mundial.

A classificação dos direitos em reais e pessoais, Teixeira de Freitas a depurou na **Consolidação das Leis Civis**, tanto que mencionou na introdução que o ponto mais sensível da cena judiciária daquela época era essa divisão. Tal fato não passou despercebido por Enrique Martinez Paz, para quem, a mais simples inspeção mostra a profunda analogia existente entre o plano da distribuição das matérias do esboço e o adotado no Código Civil Argentino. A divisão dos direitos em pessoais e reais tem para ambos o valor de um pensamento fundamental que preside o desenvolvimento total do sistema.

Se o Código Civil da Argentina é, quase em sua totalidade, o esboço de Freitas, no Brasil, não chegou sequer ao Poder Legislativo. Infelizmente nosso País ainda não é dado a cultivar a memória dos seus filhos ilustres. Na Argentina, valoriza-se sobremaneira Vélez Sarsfield: um clube de futebol leva o seu nome, além de haver um bairro em Buenos Aires em sua homenagem, gestos que tornarão imperecíveis à memória

daquele juriconsulto. No Brasil, terra repleta de iconoclastas, Teixeira de Freitas jamais terá o seu nome visto em todos os quadrantes, muito menos dando nome a associações expressivas da índole do brasileiro, tais como a de uma escola de samba ou de uma entidade futebolística. Talvez Teixeira de Freitas seja lembrado como o aluno medíocre que foi quando estudou Direito na Academia do Largo do São Francisco ou, quem sabe, pela loucura que o acometeu no fim da vida. Sim. Teixeira de Freitas enlouqueceu, quiçá pelo excesso de trabalho ou pela frustração de não ter concluído seu intento, que era o de ver seu esboço regendo o direito privado brasileiro.

Lembra o jurista Washington de Barros Monteiro que, no início, a loucura se instalou em Teixeira de Freitas, em forma de mania religiosa. Aos poucos, a doença se generalizou e dominou, por completo, as suas faculdades mentais. Como os grande pensadores contemporâneos Nietzsche, Maupassant, Donizetti e Nijinsky, Teixeira de Freitas morreu demente, em Niterói, no dia 12 de dezembro de 1883.

É exatamente para preservar a memória de Augusto Teixeira de Freitas que cremos poder contar com amplo apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei, com o que estaremos homenageando, no País, a memória deste ilustre jurista.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.
Senador **Valdir Raupp**.

(*À Comissão de Educação – decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

RELATÓRIO DE MISSÃO AO EXTERIOR

Do Senador Euclides Mello (PRB/AL)

1. A convite do Ministério das Relações Exteriores, fomos designados pela Presidência do Senado Federal para integrar o grupo de observadores parlamentares da 62ª Conferência da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, Estados Unidos, entre os dias 5 e 9 de novembro deste ano.

2. Tivemos a oportunidade de acompanhar os trabalhos da Segunda Comissão, voltada para as questões do Meio Ambiente, em que concentramos a atenção no Tema 54 do Programa, denominado Desenvolvimento Sustentável.

3. Confirmamos o bom andamento das negociações em torno da proposta de realização, em 2012, no Rio de Janeiro, da 3ª Conferência Mundial do Meio Ambiente, a RIO+20, originalmente concebida e sugerida pelo Senador Fernando Collor diretamente à Presidência da República, bem como no âmbito de várias comissões permanentes deste Senado Federal e, posteriormente, acatada e levada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à ONU, por ocasião da abertura dessa 62ª Assembléia Geral, em 25 de setembro do corrente ano.

4. Nos trabalhos ordinários do encontro, participamos das discussões sobre algumas proposições elaboradas e apresentadas, na forma de projetos de resolução, pelos Estados-Membros das Nações Unidas que compõem o chamado Grupo dos 77 e China, dos quais destacamos os seguintes: (ver anexos)

Tema 54, a) Execução do Programa (Agenda) 21 e do Plano para sua posterior execução, e aplicação dos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

Tema 54, d) Proteção do clima mundial para as gerações presentes e futuras.

Tema 54, e) Aplicação da Convenção das Nações Unidas de luta contra a desertificação nos países afetados por grave seca ou desertificação, em particular na África.

Tema 54, f) Convênio sobre a Diversidade Biológica.

Tema 54, g) Informe do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente sobre sua 24ª sessão.

Tema 54, i) Promoção das fontes de energias novas e renováveis, incluída a execução do Programa Solar Mundial,

5. Além dos debates aos temas tratados, tivemos acesso a diversos documentos da Conferência sobre Meio Ambiente, com ênfase naqueles voltados à preocupação com Mudanças Climáticas e Aquecimento Global, especialmente os Relatórios Anuais 2005 e 2006 da UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), cujo aproveitamento subsidiarão a formulação de soluções para as várias demandas da sociedade, como desenvolvimento sustentado, saneamento básico, controle do desmatamento, entre outras. Com os dados e informações coletadas, será possível organizar projetos mais consistentes e com possibilidades de apoios de instituições nacionais e internacionais.

Sala das Sessões, de _____ de 2007. – Senador **Euclides Mello**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A comunicação que acaba de ser lida será juntada ao processado dos **Requerimentos nºs 1.234 e 1.245, de 2007**.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 192/2007/GLPTB/SF

Brasília, 27 de novembro de 2007

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que a partir de 22 do mês corrente o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Senador **Eptácio Cafeteira**, Líder do PTB – Senador **Gim Agnelo**, Senador **João Vicente Claudino**, Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Senador **Romeu Tuma**, Senador **Sérgio Zambiasi**.

Of. Nº 555/2007-CN

Brasília, 27 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª e, por seu alto intermédio, ao Senado Federal que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 28 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 12, 13, 14 e 15, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Informo, ainda, que os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de estima e consideração.

Deputado **Narcio Rodrigues**, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.105, DE 2007

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que institui o Dia do Pescador Amador.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega para exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007, de iniciativa do Senador Mário Couto, que institui o Dia do Pescador Amador, cujo objetivo é destinar o dia 29 de junho como data comemorativa.

À Comissão de Educação compete, em discussão terminativa, examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar-se sobre o mérito da matéria.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – DA ANÁLISE

A matéria é constitucional, pois está consoante com o que preceitua o Art. 24, IX, da Constituição Federal, abraçada, pois, pela competência legislativa concorrente da União.

Quanto à técnica legislativa, a proposta tem sua redação perfeitamente enquadrada aos ditames da Lei Complementar 95, de 26 de janeiro de 1998 e demais normas infraconstitucionais, estando, pois, em conformidade com os princípios do Direito.

No que concerne ao mérito, louvamos a iniciativa do autor em destinar data comemorativa a uma categoria de pescador que, sem qualquer sombra de dúvidas merece ser reconhecida.

Ademais, imperativo torna-se observar que o pescador amador é responsável por parte considerável da movimentação econômico-financeira do ecoturismo no País, arrecadando cifras vultuosas, gerando emprego e renda para certas regiões. Basta para isso, fazemos alusão aos resultados referentes à aplicação de 260 questionários socioeconômicos em cinco tomeios de pesca na temporada de pesca de 2003, mediante convênio de cooperação técnico-científico entre FASUL – Faculdade Sul Brasil e Parque Nacional de Ilha Grande/IBAMA. Na avaliação da pesca esportiva como um todo, a atividade na região movimentou cerca de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões) ao ano, entre materiais de consumo, equipamentos e participações em eventos de pesca. Entre os municípios mais freqüentados para pesca amadora estão, Guafra com 26% de preferência, Porto Figueira com 19% e Porto Rico com 18%. Dentre os fatores que influenciam a prática de pesca, estão o contato com a natureza, a pesca como esporte e lazer, para aliviar o stress e conhecer novos lugares como os mais importantes. Se bem estruturado e através de políticas sustentáveis e, sobretudo legais, a pesca e o turismo podem fornecer autonomia financeira ao Parque Nacional de Ilha Grande, preservar sua reserva e ainda gerar divisas e empregos nas comunidades do entorno.

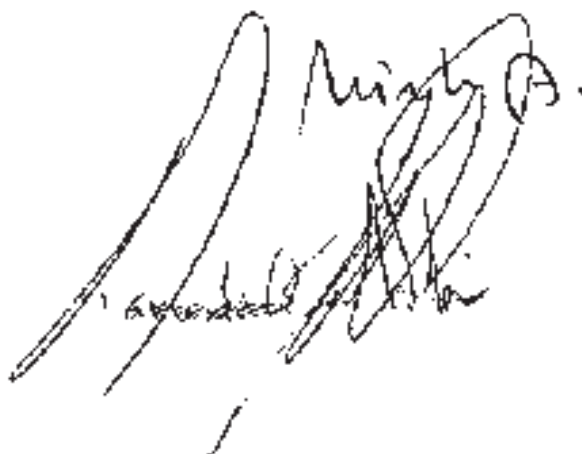
Quanto à conscientização ecológica, a categoria dos pescadores amadores está perfeitamente em sintonia com as normas do IBAMA, inclusive, ajudando o referido órgão ao patrocinar campanhas de conscientização, através de suas associações e demais entidades representativas da classe.

O Pescador amador tem responsabilidade e comprometimento com as questões ambientais, pois precisa do meio ambiente para a prática da pesca e sente-se, cada vez mais, co-responsável por sua preservação. Assim para isso, relembramos as campanhas de conscientização desenvolvidas pela categoria, visando não só o cumprimento das normas ambientais mais também a preservação de espécies ameaçadas de extinção, como no caso do pirarutú, peixe característico da região Amazônica, objeto de valioso trabalho para a sua preservação.

III – DO VOTO

Ante o exposto, o nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 99. de 2007.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2007.



,Presidente.

,Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 099/07 NA REUNIÃO DE 06/11/07
OS SENHORES SENADORES:

PRÉSIDENTE: <i>Luiz Carlos (Senador Cristiano Buarque)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALONZO MERCADANTE
PAULO PASH <i>PASH</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos</i>
DELI SALVATI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JECA
GILVAN BORGES	2- LEDMAR QUINTANILHA <i>Ledmar Quintanilha</i>
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	3- PEDRO SINON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DIXE <i>Paulo Dixe</i>	5- JARDAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JUNIOR <i>Geraldo Mesquita Junior</i>	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERACLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo Alves</i>	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO <i>José Agripino</i>
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU <i>Kátia Abreu</i>
ROSALBA GIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LICENA
MARISA GERRANO	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
RELATOR	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 640/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSD, PC do B, PPS, PPB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PPB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					PATRICIA SAUSTY DOMES				
AUGUSTO BOTEQUIM					JOÃO PEDRO				
PATIMIA GLEIDE					ALDIR MERCADANTE				
PABLO PAIM	X				ANTONIO CARLOS VALINHOS	X			
ISELLI SALVATI					FRANCISCO DINHILIS				
INACIO ARRUDA					MARCELO CRYSTAL				
RENATO CASACIANDE	X				MARCO MALTA				
SENGO ZAMBIASI	X				JOAO VICENTE CLAUDINO				
JOAO RIBEIRO					SILVIA MACHADO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO DECA				
GILVANA BORGES	X				LEOMAR QUINTANILHA	X			
MARIA SAKTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR BAUTI	X				VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE	X				JARDAS VASCONCELOS				
CERBALDO MESQUITA JUNIOR	X				(VAGO)				
GERSON CAMATA					MELITO DE LONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LORAO					ADELMIR SANTANA				
PERCIVALTO FORTES					DEMOSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				IONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL					JOSÉ ALBUQUERQUE	X			
RAIMUNDO COLOMBO					KATIA ABRIL	X			
ROSÁLIA CHARLINI					ROMULO TUMA				
MARCONI PERILLO					LEONIL LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEVEDO	X			
PAPALDO PAES	X				SERGIO GUERRA				
FELISA RIBEIRO	X				LUCIA VANJA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERFEI				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: 1

ARS: 1

AUTOR: 1

PRESIDENTE: 01



SALA DAS REUNIÕES, EM 06/11/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE
1988**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007, de iniciativa do Senador Mário Couto, que institui o Dia do Pescador Amador.

O projeto tem como objetivo estabelecer a data de 29 de junho como o Dia do Pescador Amador.

Em sua justificação, o autor destaca a data de 29 de junho como data em que se comemora, por tradição religiosa, o dia do pescador.

Ademais, o autor lembra que o pescador amador se dedica à pesca por lazer.

À Comissão de Educação compete, em decisão terminativa, examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar-se sobre o mérito da iniciativa.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental

II - ANÁLISE

A matéria insere-se no âmbito da competência legislativa concorrente da União, discriminada no art. 24, IX, da Constituição Federal.

Além dos requisitos constitucionais, a proposição observa as demais normas infraconstitucionais, estando em conformidade com os princípios do Direito.

O uso da legislação pátria com o desiderio de criar datas comemorativas deve ater-se a homenagens relevantes.

No que diz respeito ao mérito, julgamos que a iniciativa não pode prescindir de judiciosa análise.

O dia 29 de junho, festa de São Pedro, é comemorado em todo o País como Dia do Pescador, sem menção a um tipo específico de pesca. Desse ponto de vista, transformar o Dia do Pescador em Dia do Pescador Amador é contrário à tradição religiosa e ao bom senso. Também não nos consta que São Pedro fosse pescador amador.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) não estabelece distinção entre pesca amadora e pesca desportiva, dado esse que se complica com a participação de pescadores amadores em "festas" ou eventos esportivos de pesca. A confusão entre o que seja o pescador amador e o pescador desportivo permanece como complicador da questão.

A pesca amadora ligada ao lazer não tem maior significância como atividade econômica, principalmente quando comparada com os números da pesca extrativa industrial, artesanal e aquicultura. Na verdade, é o ecoturismo seu maior beneficiário.

É verdade que as empresas produtoras de materiais de pesca se beneficiam da atividade do pescador amador, embora sua contribuição social e econômica seja de pequena monta. A produção em escala de equipamento sofisticado é desnecessária para a pesca exclusivamente amadora, revelando-se de interesse na pesca desportiva, onde recursos técnicos mais avançados são necessários.

Pela legislação, o pescador amador deve pescar unicamente com canço simples, canço com molinete ou carretilha, utilizando linha de mão e anzóis simples ou múltiplos, com isca natural ou artificial, puçá e tarrafa (esta última somente no mar). A pesca amadora é permitida somente com o porte de licença, estando liberada a obrigatoriedade desse documento para aposentados, maiores de 60 e menores de 18 anos.

Ainda assim, a agressão ao meio ambiente provocada pela pesca amadora é significativa, e a extinção de diversas espécies é basicamente obra dos seus praticantes, que pescam sem a competente fiscalização. Além de retirarem pescado em quantidades acima da permitida, pescarem na época do defeso, os pescadores amadores geralmente não tem consciência ambiental e poluem o ambiente.

Para ilustrar, chamamos atenção a uma das técnicas empregadas na pesca amadora e desportiva, mesmo na época da piracema: o *Pesque e Solte*. É uma modalidade cruel de pesca, na qual o peixe, após ser pescado, é devolvido à água, ferido. Com isso, sofrerá processo infeccioso e será atacado por predadores, ou estará sem condições de buscar seu alimento e mesmo de alimentar-se.

Finalmente, lembramos que os pescadores que subsistem exclusivamente da atividade da pesca têm maior consciência ambiental, por morarem no entorno da sua atividade e pelo conhecimento adquirido em programas ligados à defesa do meio ambiente. Ademais, a pesca amadora não atende às populações ribeirinhas, e, na verdade, traz pouco ou nenhuma contribuição social ou ambiental a esse segmento populacional.

De resto, entendemos que, apesar de respeitar as normas do Direito e estar elaborada de acordo com a boa técnica legislativa, a proposição peca pelo mérito, conforme o exame realizado.

III – VOTO

Ante o exposto, o nosso voto é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

Of. N° CE/157/2007

Brasília, 6 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 099, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Mário Couto que, “Institui o Dia do Pescador Amador”.

Atenciosamente,



SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 1.106, DE 2007

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Turismo no Estado do Tocantins.

RELATOR: Senador GILVAM BORGES

RELATORA "AD HOC": Senadora MARIA DO CARMO ALVES

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 233, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Turismo do Araguaia, no município de Caseara, Estado do Tocantins.

A proposição dispõe que o estabelecimento a ser criado oferecerá à população de Rondônia cursos de educação profissional de nível médio, com vistas à formação de técnicos qualificados para que se propicie o desenvolvimento do turismo ao longo da bacia do Rio Araguaia.

Não obstante, a referida instituição terá como meta o desenvolvimento de programa de extensão permanente, voltado à sociedade tocantinense, com o fito de promover a cultura do turismo na região por meio de cursos e seminários para a população, além de visitas e viagens técnicas educativas.

Na justificativa, a autora sublinha o potencial da iniciativa em benefícios socioeconômicos e ambientais para a região, muito atracente para o turismo, em função da pesca amadora, responsável pelo afluxo anual de 18 mil pessoas para o rio Araguaia.

Paralelamente às atividades de pesca, o período de estiagem redonda no surgimento de praias fluviais que atraem turistas do Brasil e do exterior para as cercanias de Conceição do Araguaia, região também rica em biodiversidade e cultura indígena.

Encaminhado a esta Comissão para decisão em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A educação profissional visa desenvolver melhor parceria entre mão-de-obra mais capacitada e setor produtivo, de modo a permitir maior agregação de valor à produção nacional e conseqüente geração de mais empregos para a juventude brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996) estabelece, em seu art. 39, que essa modalidade de ensino integra-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Assim sendo, a educação profissional deve ser entendida como política pública estratégica para o País, que, ao mesmo tempo, necessita ampliar sua capacidade de atração de turistas internacionais.

Nunca é demais lembrar que a indústria do turismo, além de ter baixo impacto ambiental, é responsável, em todo o mundo, pela geração de emprego de bom nível e remuneração adequada, além de reforçar, internacionalmente, a imagem de países considerados acolhedores ao turista, como o Brasil.

A proposta de criação de uma escola técnica para atender à demanda por profissionais de turismo no Estado do Tocantins está em absoluta sintonia com tais interesses, vitais para o nosso futuro. A medida apresenta inegável relevância social, ao fomentar a inserção produtiva da juventude em empregos qualificados, e econômica, ao fomentar o desenvolvimento do Tocantins em bases sustentáveis e coerentes com a defesa do meio ambiente.

Com respeito aos aspectos constitucionais e formais, a proposição está em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

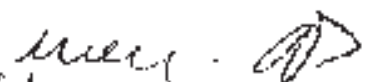
III - VOTO

Diante do exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2007.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2007.

 , Presidente


Relator


Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Albuquerque

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 233/07 NA REUNIÃO DE 06/11/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Walter O. (Senador Cristovam Buarque)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALDÍZIO MERCADANTE
PAULO FAIM <i>Paulo Faim</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Ant. Carlos Valadares</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington Salgado de Oliveira</i>	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
RELATOR	
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES <i>Heráclito Fortes</i>	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo Alves</i>	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo Colombo</i>	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO <i>Marconi Perillo</i>	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO <i>Marisa Serrano</i>	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
PAPALEO PAES <i>Papaleo Paes</i>	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PL 223/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO					JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					ALOIZIO MERLADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATI					F RANILSON DORNELLES				
INACIO ARRUDA					MARCELO CRIVEOLA				
BENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBHASI	X				JOÃO VICENTE G. AUDINO				
JOÃO RIBEIRO					SILVA MACILADU				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUÇA				
GILVAM HORGES					LIDMIL QUINTANILHA				
ILÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE	X				JARIAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JUNIOR					ISAAC				
GERSON CAMATA					NEUTO DE COSTA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				EDNAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
RAMUNDO COLOMBO	X				KATIA ABRAJ				
ROSALBA GARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEVEDO	X			
PAULO PAES	X				SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LUCIA VANIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					PEFFERSON FERES				

TOTAL: AS SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: DA

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/11/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

W. L. O.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (Regulamento)

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

OF. Nº CE/155/2007

Brasília, 6 de novembro de 2007.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2007, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Kátia Abreu que, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Turismo do Araguaia, no Estado do Tocantins".

Atenciosamente,



SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A Sua Excelência o Senhor

Senador TIÃO VIANA

Vice-Presidente, no exercício da presidência, do Senado Federal

NESTA

PARECER

Nº 1.107, DE 2007

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 252, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia.

A proposição dispõe que o estabelecimento a ser criado oferecerá à população de Rondônia cursos de educação profissional técnica de nível médio e, igualmente, a formação inicial e continuada de trabalhadores para o atendimento das necessidades regionais de mão-de-obra.

Na justificativa, o autor sublinha que o município de Ouro Preto do Oeste localiza-se em região de acesso facilitado a muitas outras áreas do Estado, porque situado às margens da BR-364. Uma vez criada, a nova instituição educacional poderá atender as demandas dos mais de 400 mil habitantes que vivem em um raio de 150 quilômetros da cidade.

Encaminhado a esta Comissão para decisão em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A educação profissional tem por objetivo criar, no ambiente econômico pátrio, a melhor sinergia entre a mão-de-obra mais capacitada e o setor produtivo, tornando-o ainda mais competitivo, e apto a agregar valor à produção nacional e a gerar mais empregos para o povo brasileiro.

De acordo com o art. 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996), essa modalidade de ensino integra-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Assim sendo, a educação profissional deve ser entendida como uma política pública estratégica para o País.

A proposta de criação de uma escola técnica em Ouro Preto do Oeste, para atender às demandas de formação e qualificação de profissionais para atuar no Estado de Rondônia está em absoluta sintonia com esse enfoque. A iniciativa reveste-se de relevância social, ao facilitar a inserção produtiva dos trabalhadores em empregos qualificados, e econômica, ao fomentar o desenvolvimento da região em bases sustentáveis.

No que se refere aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2007.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2007.

, Presidente

, Relator



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 252/07 NA REUNIÃO DE 06/11/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Luiz A. (Senador Cristóvam Buarque)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO FAIM <i>[assinatura]</i>	4- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE <i>[assinatura]</i>	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[assinatura]</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO <i>[assinatura]</i>	9- SIBÁ MACHADO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA <i>[assinatura]</i>
MÃO SANTA <i>[assinatura]</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
RELATOR	
PAULO DUQUE <i>[assinatura]</i>	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
EDISON LÓBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES <i>[assinatura]</i>	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO <i>[assinatura]</i>
RAIMUNDO COLOMBO <i>[assinatura]</i>	5- KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO <i>[assinatura]</i>	8- EDUARDO AZERÉDO <i>[assinatura]</i>
PAPALÉO PAES <i>[assinatura]</i>	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>	10- LÚCIA VÂNIA
PDT	
CRISTÓVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS-282/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
ALBERTU BOTELHO					JOAO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE	X				ALZUIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
DELI SALVATI					FRANCISCO JORNELLES				
INACIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
SERGIO ZAMBUASSI	X				JOAO VICENTE DE ALDINO				
JOAO RIBEIRO					SIBÁ MACIADO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES	X				LEOMAR QUINTANILHA	X			
MAÍSA SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUFF	X				VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE	X				JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X				(VAGO)				
GERSON CAMATA					NEUDO DE CONTÓ				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERACLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				SOMAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL					JOSE AGRIPINO	X			
RAIMUNDO COLUIMBO	X				KATIA ABRIL	X			
ROSALDA CIARLINI					ROMIL TUMG				
MARCONI PERILLO					CICERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALEO PABES	X				SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA YANAI				
TITULAR - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERES				

TOTAL: 19 SIM: 18 NÃO: 1 ABS: 0

PRESIDENTE: DA

Wah A.

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/11/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabeleça as diretrizes e bases de educação nacional.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 3º. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (Regulamento)

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1996

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Of. nº. CE/156/2007.

Brasília, 6 de novembro de 2007.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Expedito Júnior que, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia".

Atenciosamente,



SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A Sua Excelência o Senhor

Senador TIÃO VIANA

Vice-Presidente, no exercício da presidência, do Senado Federal

NESTA

PARÉCER

Nº 1.108, DE 2007

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina.

RELATOR: Senador TASSO JEREISSATI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, de autoria do Senador MARCELO CRIVELLA, tem por objeto proibir a *comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina*, conforme consta de sua ementa.

Disposto em três artigos, o PLS nº 148, de 2003, contempla no art. 1º o seu fôlego, que é a proibição de comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina, inclusive em lojas de conveniência instaladas no perímetro destes.

Mediante o art. 2º, propõe-se que o descumprimento da norma sujeita o proprietário do estabelecimento ao pagamento de multa no valor de vinte salários mínimos, duplicada em caso de reincidência.

Por fim, por meio do art. 3º estabelece-se a *vacatio legis* de trinta dias, a contar da publicação.

O autor justifica a proposição ao constatar que o Código de Trânsito Brasileiro, ao imprimir maior rigor às sanções aplicáveis aos condutores envolvidos com consumo excessivo de bebidas alcoólicas, logrou reduzir significativamente o número de acidentes de trânsito. Entretanto,

passados mais de cinco anos, a fiscalização estava relaxada e não atemorizaria mais os motoristas irresponsáveis.

Para o autor, tal situação requer ação mais contundente, que dificulte a comercialização e evite o consumo de bebidas alcoólicas nos locais onde circule grande número de motoristas, como os postos de abastecimento.

Acrescenta, ademais, que a tolerância atualmente verificada seria incompatível com os esforços que vêm sendo despendidos em campanhas para desestimular o consumo de bebidas alcoólicas por motoristas.

O projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão em caráter terminativo, e distribuída inicialmente ao saudoso Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, que apresentou relatório pela sua aprovação com a emenda que apresentou.

Em face de pedido de reexame, o ilustre relator reformulou o seu relatório para concluir pela aprovação do projeto com duas emendas de sua autoria.

Apresentado o relatório nesta comissão, foi atendido o pedido de vista da Senadora SERYS SLITESSARENKO, a qual, ao examiná-lo, decidiu apresentar as Emendas nºs. 1 e 2 ao projeto.

Finalmente, foi apresentada a Emenda nº 3, pelo próprio autor do projeto, Senador MARCELO CRIVELLA.

Com a instalação desta Comissão na atual Legislatura, o projeto continuou em tramitação e retornou ao relator para o exame das emendas a ele oferecidas.

Em virtude do falecimento do destacado relator, coube a nós a tarefa de substituí-lo nesse mister.

Tendo em vista não termos discordância relevante em relação ao relatório original, não há porque não o adotarmos com as necessárias adequações, incorporado com o exame das emendas que lhe foram apresentadas após a sua elaboração.

Quanto às emendas apresentadas, temos a relatar o que se segue.

A Emenda nº 1, de autoria da Senadora SERYS SLHESSARENKO, acresce parágrafo único ao art. 1º do Projeto, para estender a proibição prevista no 'caput' ao *consumo de bebidas alcoólicas nas dependências de postos de abastecimento de combustíveis, inclusive em lojas de conveniência anexas, em todo o território nacional.*

Justifica a Autora da Emenda que o consumo de bebidas em postos de combustível não decorre da venda de tais produtos, operada nesses estabelecimentos, mas *da acessibilidade e das facilidades de estacionamento encontradas nos postos.* Acresce, ao fim, que, *segundo dados do sindicato da categoria, está comprovado que, nessas reuniões, os jovens consomem basicamente bebidas trazidas de casa, de modo a evitar despesas no local.*

A Emenda nº 2, também de autoria da Senadora SERYS SLHESSARENKO, introduz no projeto o art. 3º com o objetivo de estender, a qualquer estabelecimento comercial localizado ao longo das rodovias, fora do perímetro urbano, a vedação para a *comercialização de bebidas alcoólicas destiladas ou aquelas que possibilite o consumo imediato*

Já a Emenda nº 3, de autoria do Senador MARCELO CRIVELLA – que também é o autor do projeto em exame –, objetiva alterar os seus arts. 2º e 3º.

A redação sugerida para o art. 2º explicita que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão os atos ilícitos previstos nesta Lei, mediante a edição, no âmbito de sua atuação, das normas que se fizerem necessárias ao seu cumprimento.

Justifica o Autor que a proibição, em caráter nacional, da comercialização de bebidas alcoólicas em postos de gasolina e lojas de conveniência neles instaladas, encerra matéria de natureza tipicamente econômica, relacionada à disciplina da venda e consumo de bens, a qual, por conseqüência, está sujeita à competência legislativa concorrente, nos termos do art. 24, incisos I, V e XII, da Constituição.

A inclusão de art. 3º ao Projeto (renumerando-se o atual art. 3º para art. 4º), visa a disciplinar o regime de sanções administrativas vinculadas à prática dos atos ilícitos previstos no Projeto.

Pela redação proposta, considera-se infrator a pessoa física ou jurídica proprietária do posto de combustível, sujeito às seguintes sanções: a) multa, fixada em montante não inferior R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e não superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), corrigidos monetariamente, a partir da publicação da lei almejada, pelo IPCA ou índice equivalente que venha a substituí-lo; b) suspensão temporária de atividade; c) cassação de autorização ou licença do estabelecimento ou da atividade; d) interdição, total ou parcial, do estabelecimento.

E as penas de suspensão temporária de atividade, cassação de autorização ou licença do estabelecimento, ou da atividade e interdição, total ou parcial, do estabelecimento apenas serão aplicadas na hipótese de reincidência na prática das infrações definidas no Projeto.

II – ANÁLISE

A proposição insere-se no âmbito da competência da União para legislar sobre produção e consumo (art. 24, V, da Constituição), não havendo qualquer restrição à iniciativa parlamentar sobre a matéria.

Trata-se de medida de maior relevância, que procura atuar sobre fator decisivo para a segurança no trânsito. De fato, não se pode admitir que, enquanto o poder público gasta expressivos recursos em campanhas de conscientização, haja a facilidade de venda de bebidas alcoólicas aos motoristas.

Ao atuar sobre a comercialização da bebida, a presente proposição complementa o Código de Trânsito Brasileiro, que trata exclusivamente da punição do motorista. A condução de veículo sob a influência de álcool é crime sancionado com pena de detenção, multa e suspensão da habilitação, além de constituir infração de trânsito gravíssima (arts. 306 e 165).

Segundo esse diploma legal, todo condutor envolvido em acidente ou sob suspeita de estar alcoolizado deve ser submetido a testes de alcoolemia (arts. 276 e 277). É de se lamentar, no entanto, que muitos órgãos de fiscalização do trânsito não tenham incorporado ao cotidiano de seus agentes a utilização de aparelhos adequados à realização desses exames (bafômetros). Ante a debilidade da fiscalização, é conveniente recorrer a medidas preventivas, como a proposta pelo presente Projeto.

Deve-se anotar, ademais, que a vedação ao comércio de bebidas alcoólicas nos postos de combustíveis não inviabiliza essa atividade econômica, cujo núcleo é a distribuição a varejo de combustíveis para veículos automotores.

E, a despeito de não haver estudo específico que relacione consumo de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis com aumento do número de condutores embriagados e/ou acidentes de trânsito causados por embriaguez ao volante, pode-se admitir esta correlação de fatos, em especial se considerado for que, nos últimos anos, os postos de combustíveis tornaram-se ponto de encontro privilegiado entre jovens, que para lá se dirigem por meio de veículos automotores e com o intuito de consumir bebidas alcoólicas.

Tais elementos podem ser considerados como hábeis a sustentar, em especial, a proibição de venda de bebidas alcoólicas nos postos de combustíveis.

A respeito da Emenda nº 1, apresentada pela Senadora SERYS SLHESARENKO, deve-se observar que, se o objetivo do Projeto é diminuir o número de acidentes provocados por condutores embriagados, parece evidente que o fato pernicioso em si é o consumo de bebida alcoólica em posto de combustível (o condutor irá consumir a bebida e em seguida romper marcha com o veículo), pouco importando se a bebida foi, ou não, nele adquirida.

Dai porque a repressão deve incidir não apenas sobre a venda em postos (a qual estimula o consumo no próprio estabelecimento), mas também sobre o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências do posto de combustível, independentemente de se considerar onde tais bebidas foram adquiridas.

A Emenda nº 2 objetiva estender a qualquer estabelecimento comercial ao longo das rodovias, fora do perímetro urbano, a vedação para comercializar bebidas alcoólicas destiladas ou aquelas cuja temperatura possibilite o consumo imediato.

As Emendas nº 1 e 2 devem ser acolhidas na forma de uma única emenda, com vistas a ampliar o alcance do projeto, mediante o aprimoramento da redação do seu art. 1º.

Já quanto a Emenda nº 3, apresentada pelo Senador MARCELO CRIVELLA, está correta a análise jurídica que identifica as normas do Projeto em exame como normas de caráter nacional, e não federal, o que atrai a incidência da competência concorrente prevista no art. 24 da Constituição.

Revela-se pertinente, em consequência, explicitar a atribuição de poder regulamentar a cada ente da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), mediante a edição, no âmbito de atuação de cada um, das normas que se fizerem necessárias ao cumprimento dos preceitos proibitivos descritos no Projeto.

Importante, ademais, identificar o sujeito passivo da norma: a pessoa física ou jurídica proprietária do posto de combustível, que, sem sombra de dúvida, tem melhores condições de averiguar o cumprimento das normas positivadas no Projeto em análise.

Deve ser acolhida também a Emenda nº 3, em razão de reputar-se meritória a explicitação do rol de sanções aplicáveis, inclusive na hipótese de reincidência, a fim de se evitar vícios nos âmbitos da efetividade e coercitividade normativas.

III – VOTO

À luz do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 148, de 2003, com aprovação da Emenda nº 3 e acolhimento das Emendas nºs 1 e 2, na forma da seguinte emenda:

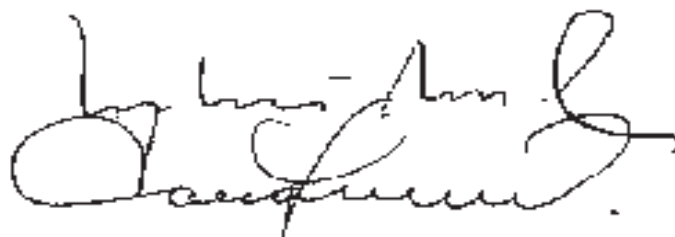
EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Ficam proibidas a comercialização e a ingestão de bebidas alcoólicas destiladas ou aquelas cuja temperatura permita o consumo imediato, em postos de combustível e nas respectivas lojas de conveniência.

Parágrafo único. Estende-se a proibição prevista no caput a qualquer estabelecimento comercial localizado fora do perímetro urbano, ao longo das rodovias.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2007.



, Presidente

, Relator

EMENDA Nº 2- CCJ

(Ao PLS nº 148, de 2003)

Dê-se aos arts. 2º e 3º do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, a seguinte redação, remunerando-se o atual art. 3º como art. 4º:

Art. 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão os atos ilícitos previstos nesta Lei, mediante a edição, no âmbito de sua atuação, das normas que se fizerem necessárias ao seu cumprimento.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo de outras, em especial as de natureza civil ou penal:

- I - multa;
- II - suspensão temporária de atividade;
- III - cassação de autorização ou licença do estabelecimento ou da atividade;
- IV - interdição, total ou parcial, do estabelecimento.

§ 1º Para os fins desta Lei, é considerado infrator a pessoa física ou jurídica proprietária de posto de combustível.

§ 2º A multa será em montante não inferior R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e não superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), corrigidos monetariamente, a partir da publicação desta Lei, pelo IPCA ou Índice equivalente que venha a substituí-lo.

§ 3º As penas de suspensão temporária de atividade, cassação de autorização ou licença do estabelecimento ou da atividade e interdição, total ou parcial, do estabelecimento serão aplicadas quando o infrator remeter na prática das infrações definidas nesta Lei, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 148 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07:44 (2007), OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE	
RELATOR: <u>Senador Tasso Jereissati</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENO	1.IDELI SALVATTI
SIBÁ MACHADO	2.INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3.PATRICIA SAROYA GOMES (PDT) ²
ALOZIO MERCADANTE	4.MARCELO CRIVELLA (AUTOR)
EPITÁCIO CAFETEIRA	5.JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6.MAONO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	7.JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1.ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4.VALDIR RAIPP
VALTER PEREIRA	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAN BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MAGIEL (PRESIDENTE)	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3.JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4.ALVARO DIAS ³
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5.MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNHA	8.MARCUNI PERILLO
TASSO JEREISSATI (RELATOR)	9.MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1.OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/10/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Senadora Patrícia Saroya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007);

(3) Vaga cedida pelo Democratas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 146, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PFL, PM, PSB, PCDOB, PHSB e PP)	SI-M	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PFL, PM, PSB, PCDOB, PHSB e PP)	SI-M	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SFRYS SUZESSARENAKO	X				1 - IDELI SALVATI				
SIBÁ MACHADO	X				2 - NÁDRI ARRUDA				
EDUARDO SUPLIZ	X				3 - PATRÍCIA SABEVA GOMES (PDT)				X
ALVARO MERCADANTE	X				4 - MARCELO CRIVELLA				
ERTÁCIO CAJETANA	X				5 - RAO SIBEIRO				
MIGUEL DO CAVALCANTE	X				6 - KAGURO MATIA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				7 - USÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SI-M	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SI-M	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARDAS VASCONCELOS	X				1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON	X				2 - WELLINGTON ALGADO DE OLIVEIRA				
ROMEO BRCA	X				3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA	X				4 - VALDIR RAUP				
VALTER PEREIRA	X				5 - JOSÉ NARANHAO				
GILVAM DORCIS	X				6 - NEUJO DE CONJO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SI-M	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SI-M	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELHEIR SAMPANA					1 - ELISEU REZENDE				
MARCO MACIEL (PRES. SUPLENTE)					2 - JAYME CAMPOS				
DE MESTRE SFRS TORRES					3 - JOSÉ AGRIPINO				
KATIA ABREU					4 - ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIDOLIO					6 - TLEUA INDEIRO				
FRUJARDY AZEVEDO					7 - JOAO TENÓRIO	X			
LUCIA VANIA					8 - MARCONI PERICÓ	X			
CASSO JERISSAUI	X				9 - VÁRIO COLTO				
TITULARES - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFERSSON PERES					1 - CEMAR DIAS				

TOTAL: 14 SIM: 14 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 07 / 11 / 2007
 Senador MARCO MACIEL
 Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (Art. 173, § 8º, do RISF) (C202007) Reuniões nominais (realizado em 17/10/2007)

- (1) Vota emitida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
- (2) Senadora Patrícia Saboya comunique filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007);
- (3) Vota emitida pelo Democratas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emenda n.º 1-CCJ
 PROPOSIÇÃO: PLS Nº 148, DE 2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PT, PTB, PR, PSB, PSCDB, PRB e PP	X				PT, PTB, PR, PSB, PSCDB, PRB e PP				
SERVE SEFFENBERG	X				1 - IDELSON SALVATI				
EDUARDO SIELEFY	X				2 - DÂLMIR ARRUÍDA				
ALOIZIO MERCADANTE	X				3 - PATRÍCIA SARAYA OLIVEIRA (PROT)	X			
RENATO CAETANA	X				4 - MARCELO CRIVELAN				
MIGUEL CAVALLANTI	X				5 - JOAQUIM RIBEIRO				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				6 - MAGNO MALTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	7 - JOSÉ NERY (PROJ)				
JULIANE VASCONCELOS	X				SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON					1 - ROSEANA SARNEY				
ROBERTA LIMA					2 - WELINGTON SALGADO OLIVEIRA				
ALMEIDA LIMA	X				3 - FUMAR QUINTANILHA				
VALTER FERREIRA	X				4 - VALDIR RAJFF				
GILVANI BORGES	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	6 - NEULO DE CONDO				
ADEMIR SANTANA					SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO RAZILLI					1 - ELISEU REZENDE				
DEMOSTRIS TORRES					2 - JAYME CARLOS				
KATIA AURELI	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				4 - ALVARO DIAS				
EDUARDO AZEVEDO					5 - MARIA LUÍZA CARMO ALVES				
LUCCIA VAMIA					6 - ELENA RIBEIRO	X			
TASSO FERREISSATI	X				7 - JOÃO TENÓRIO				
TITULARES - PRP					8 - MARCONI PEREIRO	X			
JEREPSON PERES					9 - MARICÓ GONTO				
					SUPLENTE - PDT				
					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 14 SIM: 12 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AITOR: PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 07 / 11 / 2007
 Senador MARCO MACIEL
 Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSEQUENTEMENTE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 1º, DO REG) FICOU EM 17/11/2007

- (1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
- (2) Senador Patrícia Saraya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007);
- (3) Vaga cedida pelo Democratas.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

TEXTO FINAL

**Do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003,
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam proibidas a comercialização e a ingestão de bebidas alcoólicas destiladas ou aquelas cuja temperatura permita o consumo imediato, em postos de combustível e nas respectivas lojas de conveniência.

Parágrafo único. Estende-se a proibição prevista no caput a qualquer estabelecimento comercial localizado fora do perímetro urbano, ao longo das rodovias.

Art. 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão os atos ilícitos previstos nesta Lei, mediante a edição, no âmbito de sua atuação, das normas que se fizerem necessárias ao seu cumprimento.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo de outras, em especial as de natureza civil ou penal:

- I – multa;
- II – suspensão temporária de atividade;
- III – cassação de autorização ou licença do estabelecimento ou da atividade;
- IV – interdição, total ou parcial, do estabelecimento


§ 1º Para os fins desta Lei, é considerado infrator a pessoa física ou jurídica proprietária do posto de combustível.

§ 2º A multa será em montante não inferior a cinco mil reais e não superior a cinquenta mil reais, corrigidos monetariamente, a partir da publicação desta Lei, pelo IPCA ou índice equivalente que venha a substituí-lo.

§ 3º As penas de suspensão temporária de atividade, cassação de autorização ou licença do estabelecimento ou da atividade e interdição, total ou parcial, do estabelecimento serão aplicadas quando o infrator reincidir na prática das infrações definidas nesta Lei, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2007.

 , Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II - urbanismo;
- III - juntas comerciais;
- IV - custas dos serviços forenses;
- V - produção e consumo;
- VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IX - educação, cultura, ensino e desporto;
- X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI - procedimentos em matéria processual;
- XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;
- XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV - proteção à infância e à juventude;
- XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Mensagem de veto

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica: (Redação dada pela Lei nº 11.275, de 2006)

Infração - gravíssima

Penalidade - multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir.

Medida administrativa - retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação.

Parágrafo único. A embriaguez também poderá ser apurada na forma do art. 277.

Art. 276. A concentração de seis decigramas de álcool por litro de sangue comprova que o condutor se acha impedido de dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. O CONTRAN estipulará os índices equivalentes para os demais testes de alcoolemia.

Art. 277. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, pericia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado. (Redação dada pela Lei nº 11.275, de 2006)

§ 1º Medida correspondente aplica-se no caso de suspeita de uso de substância entorpecente, tóxica ou de efeitos análogos. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.275, de 2006)

§ 2º No caso de recusa do condutor à realização dos testes, exames e da pericia previstos no caput deste artigo, a infração poderá ser caracterizada mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas pelo agente de trânsito acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor, resultantes do consumo de álcool ou entorpecentes, apresentados pelo condutor. (Incluído pela Lei nº 11.275, de 2006)

Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a inocuidade de outrem:

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 137/07-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 07 de novembro de 2007.

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, que "Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina", de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Senador **MARCO MACIEL**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Documentos anexados pela Secretaria-Geral da Mesa nos termos do art. 250 parágrafo único do Regimento Interno

RELATÓRIO

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina, inclusive lojas de conveniência instaladas dentro do perímetro dos mesmos. O descumprimento da proibição é sancionado com multa de vinte salários mínimos, que é duplicada em caso de reincidência.

O autor justifica a proposição afirmando que o Código de Trânsito Brasileiro, ao imprimir maior rigor às sanções aplicáveis aos condutores envolvidos com consumo excessivo de bebidas alcoólicas, logrou reduzir significativamente o número de acidentes de trânsito. Entretanto, passados mais de cinco anos, a fiscalização estaria relaxada e não atemorizaria mais os motoristas irresponsáveis.

Far-se-ia necessário adotar ação mais contundente, que dificulte a comercialização e evite o consumo de bebidas alcoólicas nos locais por onde circula grande número de motoristas, como os postos de abastecimento.

Acrescenta o autor que a tolerância atualmente verificada seria incompatível com os esforços que vêm sendo despendidos em campanhas para desestimular o consumo de bebidas alcoólicas por motoristas.

O projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

A proposição insere-se no âmbito da competência da União para legislar sobre produção e consumo (art. 24, V, da Constituição), não havendo qualquer restrição à iniciativa parlamentar sobre a matéria.

Trata-se de medida de maior relevância, que procura atuar sobre fator decisivo para a segurança no trânsito. De fato, não se pode admitir que, enquanto o poder público gasta expressivos recursos em campanhas de conscientização, haja a facilidade de um comércio de bebidas alcoólicas junto aos motoristas.

Ao atuar sobre a comercialização da bebida, a presente proposição complementa o Código de Trânsito Brasileiro, que trata exclusivamente da punição do motorista. A condução de veículo sob a influência de álcool é crime sancionado com pena de detenção, multa e suspensão da habilitação, além de constituir infração de trânsito gravíssima (arts. 306 e 165).

Segundo este diploma legal, todo condutor envolvido em acidente ou sob suspeita de estar alcoolizado deve ser submetido a testes de alcoolemia (arts. 276 e 277). É de se lamentar, no entanto, que muitos órgãos de fiscalização do trânsito não tenham incorporado ao cotidiano de seus agentes a utilização de aparelhos adequados à realização desses exames (bafômetros). Ante a debilidade da fiscalização, é conveniente recorrer a medidas preventivas, como a proposta pelo presente projeto.

No que diz respeito à técnica legislativa, faz-se necessária apenas uma pequena alteração no texto do projeto, para corrigir a numeração do parágrafo do art. 2º.

III – VOTO

À luz do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 148, de 2003, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, a seguinte redação:

Art. 2º.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa terá seu valor duplicado.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina, inclusive lojas de conveniência instaladas dentro do perímetro dos mesmos. O descumprimento da proibição é sancionado com multa de vinte salários mínimos, que é duplicada em caso de reincidência.

O autor justifica a proposição afirmando que o Código de Trânsito Brasileiro, ao imprimir maior rigor às sanções aplicáveis aos condutores envolvidos com consumo excessivo de bebidas alcoólicas, logrou reduzir significativamente o número de acidentes de trânsito. Entretanto, passados mais de cinco anos, a fiscalização estaria relaxada e não atemorizaria mais os motoristas irresponsáveis.

Far-se-ia necessário adotar ação mais contundente, que dificulte a comercialização e evite o consumo de bebidas alcoólicas nos locais por onde circula grande número de motoristas, como os postos de abastecimento.

Acrescenta o autor que a tolerância atualmente verificada seria incompatível com os esforços que vêm sendo despendidos em campanhas para desestimular o consumo de bebidas alcoólicas por motoristas.

O projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

A proposição insere-se no âmbito da competência da União para legislar sobre produção e consumo (art. 24, V, da Constituição), não havendo qualquer restrição à iniciativa parlamentar sobre a matéria.

Trata-se de medida da maior relevância, que procura atuar sobre fator decisivo para a segurança no trânsito. De fato, não se pode admitir que, enquanto o poder público gasta expressivos recursos em campanhas de conscientização, haja a facilidade de um comércio de bebidas alcoólicas junto aos motoristas.

Ao atuar sobre a comercialização da bebida, a presente proposição complementa o Código de Trânsito Brasileiro, que trata exclusivamente da punição do motorista. A condução de veículo sob a influência de álcool é crime sancionado com pena de detenção, multa e suspensão da habilitação, além de constituir infração de trânsito gravíssima (arts. 306 e 165).

Segundo este diploma legal, todo condutor envolvido em acidente ou sob suspeita de estar alcoolizado deve ser submetido a testes de alcoolemia (arts. 276 e 277). É de se lamentar, no entanto, que muitos órgãos de fiscalização do trânsito não tenham incorporado ao cotidiano de seus agentes a utilização de aparelhos adequados à realização desses exames (bafômetros). Ante a debilidade da fiscalização, é conveniente recorrer a medidas preventivas, como a proposta pelo presente projeto.

Por todas essas razões, acreditamos que a iniciativa do eminente Senador Marcelo Crivella é meritória e merece ser transformada em lei.

O projeto enseja a oportunidade de que importante aperfeiçoamento, possa ser oferecido sob a forma de emenda, que determinará quais seriam "as condições de consumo imediato". As vendas de bebidas geladas e as destiladas são aquelas que o motorista poderia consumir no local da compra, sendo apenas estas as que devem ser proibidas. Desta forma aquelas pessoas que queiram adquirir bebidas e levarem para suas residências, não seriam penalizadas, bem como os postos de gasolina e lojas de conveniência não seriam prejudicados pela restrição em seu comércio.

No que diz respeito à técnica legislativa, faz-se necessária apenas uma pequena alteração no texto do projeto, para corrigir a numeração do parágrafo do art. 2º.

III – VOTO

À luz do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 148, de 2003, e, no mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, a seguinte redação:

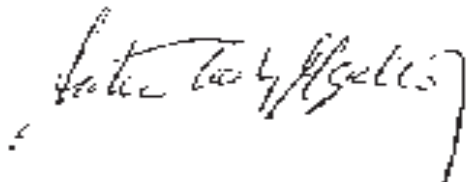
Art. 1º. Fica proibida a comercialização de bebidas alcoólicas, destiladas ou aquelas cuja temperatura permita o consumo imediato, em postos de gasolina, inclusive em lojas de conveniência instalada dentro de perímetro dos mesmos.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, a seguinte redação:

Art. 2º.
Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa terá seu valor duplicado

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

PARECER

Nº 1.109, DE 2007

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 564, de 2007, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelas, que altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, e da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a responsabilidade civil e a execução de dívidas de Partidos Políticos.

RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos regimentais, para opinar sobre sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e sobre seu mérito, o Projeto de Lei do Senado nº 564, de 2007, de autoria do Senador JARBAS VASCONCELOS, que promove alterações na Lei dos Partidos Políticos e no Código de Processo Civil, com três objetivos.

Primeiramente, mediante acréscimo do art. 15-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, o projeto visa determinar que a responsabilidade por dano causado ou dívida contraída cabe exclusivamente ao órgão partidário municipal, estadual ou nacional, que tiver dado causa ao mesmo, “excluída a solidariedade de outros órgãos de direção partidária”.

Como segundo objetivo, o projeto visa impedir que os recursos do Fundo Partidário, por serem de origem pública, possam ser objeto de penhora, mediante acréscimo de inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. O terceiro é consequência do primeiro, e visa determinar que a execução contra partido, especialmente a penhora eletrônica, somente alcance o órgão partidário que tenha contraído a dívida executada "ou que tenha dado causa à violação de direito ou ao dano". Este último propósito realiza-se também mediante acréscimo de § 4º ao art. 655-A, do Código de Processo Civil.

Ao justificar sua iniciativa, o Senador JARBAS VASCONCELOS, autor da proposta, informa que, nos últimos anos, as direções nacionais e, em alguns casos, as próprias direções estaduais de partidos políticos vêm sendo surpreendidas por processos de execução em ações de perdas e danos ou de cobranças de dívidas ajuizadas contra órgãos partidários municipais.

Aduz que, regularmente, o procedimento utilizado é a penhora eletrônica, autorizada pelo art. 655-A do Código de Processo Civil, recentemente introduzido pela Lei nº 11.382, de 2006. E argumenta que os recursos oriundos do Fundo Partidário dos órgãos estaduais e nacional são bloqueados de surpresa, sem que estes tenham tido qualquer conhecimento prévio das ações. Isso não obstante o § 3º do art. 28 da Lei nº 9.096, de 1995, estabelecer que *o partido político, em nível nacional, não sofrerá suspensão das cotas do Fundo Partidário, nem qualquer outra punição como consequência de atos praticados por órgãos regionais ou municipais*, dispositivo este que não tem sido eficaz.

Alega, então, com o propósito de sanar tal prática, que tem provocado graves prejuízos para as finanças dos partidos políticos, a necessidade de limitar a responsabilidade civil aos órgãos partidários de cada nível, através das alterações propostas à legislação vigente que dispõe sobre os partidos políticos e o processo de execução.

Não foram oferecidas emendas à proposição

II - ANÁLISE

A proposição se nos afigura constitucional, jurídica e adequada aos ditames do Regimento Interno do Senado Federal. Com efeito, compete ao Congresso Nacional, de forma privativa, legislar sobre direito eleitoral e partidário, conforme o art. 22, I, da Constituição Federal. A proposição, ademais, encontra-se elaborada de forma adequada às regras inscritas na Lei Complementar nº 95, de 1997 e suas alterações, concernentes à formulação de normas jurídicas novas.

As razões, bem fundamentadas, apontadas pelo autor na Justificação do projeto, que resumimos, nos dispensa de maiores considerações. Cabe apenas ressaltar que se afigura abusivo, devido à forma com que as atividades dos diretórios municipais dos partidos são gerenciadas, que eventuais dívidas contraídas por esses órgãos sejam cobradas das direções estaduais e nacional dos partidos políticos, as quais, em muitas circunstâncias, sequer tinham conhecimento do dano ou da dívida e do processo de sua cobrança.

Essa realidade é especialmente mais perniciosa e grave quando se sabe da relativa independência com que as atividades partidárias e notadamente as campanhas eleitorais são conduzidas. Cada campanha, municipal ou estadual, é dotada de uma organização financeira própria, que muitas vezes prescinde da colaboração ou da assistência da direção estadual ou nacional do respectivo partido.

Assim, não haveria como estabelecer um vínculo de solidariedade necessária entre todos os órgãos diretivos dos partidos políticos, sob pena de ensejar uma crise de gestão nestas instituições fundamentais para a democracia brasileira, em prejuízo de todo o sistema político.

Por fim, cabe ressaltar quanto à impenhorabilidade dos recursos do fundo partidário, que são de origem pública, trata-se de proposta que conta com precedente, pois o próprio Código de Processo Civil em seu art. 649, inciso IX, dispõe que são absolutamente impenhoráveis “os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação,

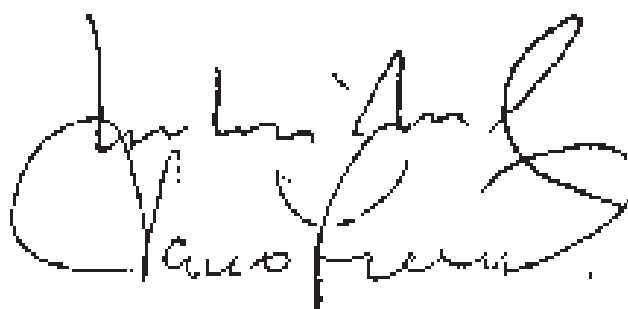
saúde ou assistência social". Pelo relevo das funções constitucionais atribuídas aos Partidos Políticos, justifica-se o mesmo tratamento dado pelo projeto aos recursos do fundo partidário por eles recebidos. Ademais, o fundo partidário não é a única fonte de recursos dos Partidos, os quais dispõem de recursos próprios oriundos de contribuições de seus filiados ou de doações de pessoas físicas e jurídicas, que ficam excluídos da cláusula de impenhorabilidade.

Entendemos, portanto, que o Projeto de Lei do Senado nº 564, de 2007, corresponde à necessidade de institucionalização do sistema partidário nacional, por atribuir a responsabilidade civil aos órgãos partidários de cada nível.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 564, de 2007, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2007.



, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 564 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/11/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE	
RELATOR: <i>Senador Tasso Jereissati</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SILVEIRA ARENKO	1. IDELI SALVATI
SIBÁ MACHADO	2. NÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT) ²
ALOIZO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVAI CANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VACADARES	7. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUÇA	3. LEONAR QUINTANELHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE)	2. JAYNE CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ¹
ANTONIO CARLOS JUNIOR	5. MÁRIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI (RELATOR)	9. MÁRIO COITO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizado em: 17/10/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007);

(3) Vaga cedida pelo Democratas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO : PLS Nº 564 , DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PSC, PSDB, PPB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PSDB, PPB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SEBASTIÃO SARAIVA	X				1 - DELESIAS VAITI				
SIBRA MACHADO	X				2 - MACIEL AMALDA				
EDUARDO SUPLICY	X				3 - PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)	X			
ALCÍDIO MERCADANTE	X				4 - MARCELO CRIVELLA				
ESTAGIO CAPEDEIRA	X				5 - JOÃO RIBEIRO				
MOZARILDO CAYALCANTI	X				6 - MAGNO MALTA				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				7 - JOSÉ VÉRY (PSDB)				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - UNDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS			X		1 - ROSEANA SAINLY				
PEDRO SIMON				X	2 - WILSONTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO LUZ					3 - ESMAR QUINTANILLA				
ALMEIDA LIMA	X				4 - VALDIR RAUFI				
VALTER PEREIRA	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAN DOS SANTOS	X				6 - NEUDO DE CUNHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELVIR SANTANA					1 - EDSON RESENDE				
MARCO MACIEL (PRESIDENTE)					2 - FAYNE CAMPOS				
DEMOSTENES TORRES					3 - JOSÉ AGRISTO				
KÁTIA ABREU	X				4 - ALVARO DIAS				
ANTÔNIO CARLOS MOURA	X				5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTUR VIEZILLO	X				6 - FLEXA RUIRO	X			
EDUARDO AZEVEDO	X				7 - JOÃO TENÓRIO				
LUCIA VÂNIA	X				8 - MARCO ANTONIO PERILLO	X			
TASSIO PERFEISSATI	X				9 - MARIQ COLO				
TEOFER COSTA PERES					SUPLENTE - PDT				
					- OSMAS DIAS				

TOTAL: 12 SIM: 10 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1
 Senador MARCO MACIEL
 Presidente

ATA DAS REUNIÕES EM 07 / 11 / 2007

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SE ENCONTRANDO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 172, § 1º, do RBF)
 UAC 2007/5 (controvérsias nominativas) (atualizado em 17/10/2007)
 (1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
 (2) Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007);
 (3) Vaga cedida pelo Democratas.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.095, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995.

Mensuração de voto

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

- Art. 15. O Estatuto do partido deve conter, entre outras, normas sobre:
- I - nome, denominação abreviada e o estabelecimento da sede na Capital Federal;
 - II - filiação e desligamento de seus membros;
 - III - direitos e deveres dos filiais;
 - IV - modo como se organiza e administra, com a definição de sua estrutura geral e identificação, composição e competências dos órgãos partidários nos níveis municipal, estadual e nacional, duração dos mandatos e processo de eleição dos seus membros;
 - V - fidelidade e disciplina partidárias, processo para apuração das infrações e aplicação das penalidades, assegurado amplo direito de defesa;
 - VI - condições e forma de escolha de seus candidatos a cargos e funções eletivas;
 - VII - finanças e contabilidade, estabelecendo, inclusive, normas que os habilitem a apurar as quantias que os seus candidatos possam despendar com a própria eleição, que fixem os limites das contribuições dos filiados e definam as diversas fontes de receita do partido, além daquelas previstas nesta Lei;
 - VIII - critérios de distribuição dos recursos do Fundo Partidário entre os órgãos de nível municipal, estadual e nacional que compõem o partido;
 - IX - procedimento de reforma do programa e do estatuto
- Art. 28. O Tribunal Superior Eleitoral, após trânsito em julgado de decisão, determina o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido contra o qual fique provado:
- I - ter recebido ou estar recebendo recursos financeiros de procedência estrangeira;
 - II - estar subordinado a entidade ou governo estrangeiros;
 - III - não ser prestado, nos termos desta Lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

IV - que mantém organização paramilitar.

§ 1º A decisão judicial a que se refere este artigo deve ser precedida de processo regular, que assegure ampla defesa.

§ 2º O processo de cancelamento é iniciado pelo Tribunal à vista de denúncia de qualquer eleitor, de representante de partido, ou da representação do Procurador-Geral Eleitoral.

§ 3º O partido político, em nível nacional, não sofrerá a suspensão das cotas do Fundo Partidário, nem qualquer outra punição como consequência de atos praticados por órgãos regionais ou municipais. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.693, de 27.7.98)

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 649. São absolutamente impenhoráveis:

- I - os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução;
- II - os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).
- III - os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).
- IV - os vencimentos, subsídios, salários, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e marcenários; as quantias recebidas por hospitalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).
- V - os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).
- VI - o seguro de vida; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).
- VII - os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem perenizadas; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).
- VIII - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

IX - os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

X - até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 1º A impenhorabilidade não é opoável à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 2º O disposto no inciso IV do caput deste artigo não se aplica no caso de penhora para pagamento de prestação alimentícia. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 3º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

.....
Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.

§ 1º As informações limitar-se-ão à existência ou não de depósito ou aplicação até o valor indicado na execução.

§ 2º Compete ao executado comprovar que as quantias depositadas em conta corrente referem-se à hipótese do inciso IV do caput do art. 649 deste Lei ou que estão revestidas de outra forma de impenhorabilidade.

§ 3º Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, será nomeado depositário com a atribuição de submeter à aprovação judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente, entregando ao exequente as quantias recebidas, a fim de serem imputadas no pagamento da dívida.

.....
LEI Nº 11.382, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006.

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos.

.....

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE
1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

LEI COMPLEMENTAR Nº 85, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 118/07 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 7 de novembro de 2007.

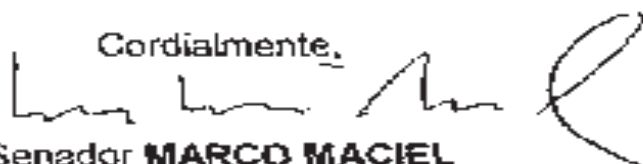
Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 564, de 2007, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, e da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para dispor sobre a responsabilidade civil e a execução de dívidas de Partidos Políticos", de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração

Cordialmente,



Senador **MARCO MACIEL**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECER

Nº 1.110, DE 2007

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 203, de 2007 (nº R49/2007, na origem), que encaminha pleito da Prefeitura Municipal de Joinville (SC) solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$32.670.000,00 (trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento do “Projeto de Revitalização Ambiental e Qualificação Urbana em Áreas das Bacias Elementares dos Rios Cachoeira, Cubatão e Pirai – Viva Cidade.”

RELATOR: Senador JAYME CAMPOS

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Joinville, por intermédio da Mensagem nº 203, de 2007, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos provenientes da operação de crédito em análise destinam-se ao financiamento do “*Projeto de Revitalização Ambiental e Qualificação Urbana em Áreas das Bacias Elementares dos Rios Cachoeira, Cubatão e Pirai – Viva Cidade*”.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), além desse empréstimo do BID, a ser desembolsado em até sete anos, originalmente previsto para o período de 2006 a 2012, o programa contará com contrapartida de recursos do Município estimada no montante de até US\$ 21,78 milhões.

A operação de crédito externo pretendida e suas condições financeiras estão devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme TA429122. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio do expediente DESIG/DICIC-SUREX – 2007/43, de 10 de outubro de 2007.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BID, que geralmente se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A operação de crédito se processará na modalidade de empréstimo em Moeda Única, na qual incidirão juros vinculados à Libor trimestral, mais despesas e margem relativa à remuneração de seu capital ordinário.

De acordo com cálculos da STN, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,52% a.a, flutuante conforme a variação da LIBOR.

II – ANÁLISE

A STN emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nesta operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação da Prefeitura Municipal de Joinville no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como as relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantia em operações de crédito.

Essas operações financeiras estão, portanto, em uma primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções, que, além da observância dos aspectos de natureza estritamente financeira, exigem que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantia:

- 1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
- 2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer GERFJ/COREF/STN nº 1.328, de 22 de outubro de 2007, informa que *consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débito em nome da Prefeitura do Município de Joinville junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas.*

Ademais, há previsão do oferecimento de garantias por parte da Prefeitura Municipal de Joinville. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

Enfatize-se que o Município de Joinville procedeu ao refinanciamento de suas dívidas com a União. Em março do corrente ano, o Município apresentava relação entre sua dívida fundada total e sua receita líquida real de 75%, valor que se eleva para 92% se consideramos os recursos da operação de crédito em exame. Trata-se de valor ainda favorável e confortável em termos do disposto no inciso II do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001. Ademais, tem-se que a relação

entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida, incluindo o valor da operação em exame, é igual a 0,66. Trata-se de valor inferior ao limite máximo fixado pela Resolução nº 40, de 2001, desta Casa, que é de 1,2.

Entendemos ainda, como é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) não apenas são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, como também, de acordo com a STN, (ii) a Prefeitura Municipal de Joinville conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Município, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Ademais, não há registro de compromissos honrados pela União em nome da Prefeitura Municipal de Joinville nos últimos anos.

Dessa forma, estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira definidos nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

- a) os limites para a concessão de garantia da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer GERFI/COREF/STN nº 1.328, de 2007;
- b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGN/COF/nº 2.408/2007, encaminhado ao Senado Federal, conclui que as cláusulas da minuta contratual são admissíveis e cumpre a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

- c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam da Lei nº 5.512, de 28 de junho de 2006, que dispõe sobre o Plano Plurianual Municipal para o período 2006-2009, em que se inserem as ações do projeto em exame. Por seu turno, a Lei Municipal nº 5.710, de 19 de novembro de 2006, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Joinville para o exercício financeiro de 2007, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Constatam desse orçamento dotações relativas ao ingresso de recursos externos, à contrapartida do Município e ao pagamento de juros e demais serviços da dívida. Como ressaltado pela STN, *considerando as informações prestadas pelo Município e o cronograma de utilização de recursos, esta Secretaria entende que o mutuário dispõe de dotações à execução do Projeto no corrente exercício.*
- d) os limites de endividamento da Prefeitura Municipal de Joinville, estipulados nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, foram calculados e considerados atendidos, conforme demonstrado no Parecer COPEM/STN nº 553, de 15 de junho de 2007, também anexo à presente mensagem.

Dessa forma, a operação de crédito em exame atende a todas as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, cumprindo as condições processuais e os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como os previstos na Resolução nº 40, de 2001, todas do Senado Federal.

Ressalte-se ainda que a operação de crédito incorpora custos aceitáveis, quando comparados ao custo médio atual de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, que se situa na faixa de 8,1% a 8,4% ao ano. Como ressaltado, a operação financeira do Município incide custo efetivo equivalente a 5,52% a.a., flutuante conforme a variação da Libor.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Município de Joinville, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem.

Quanto ao mérito do programa, há que se enfatizar que ele visa à melhoria da qualidade da vida da população do Município, com iniciativas de planejamento, de proteção e de revitalização de áreas mananciais, com ampliação e aprimoramento dos sistemas de saneamento urbano, de drenagem e de pavimentação e de fortalecimento institucional e de educação ambiental.

Mais ainda, a execução do presente projeto apresenta viabilidade socioeconômica e financeira, apresentando altas taxas internas de retorno, de acordo com Parecer Técnico encaminhado pelo Município de Joinville.

III – VOTO

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Prefeitura Municipal de Joinville encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 77, DE 2007

Autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 32.670.000,00 (trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 32.670.000,00 (trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se ao financiamento do *Projeto de Revitalização Ambiental e Qualificação Urbana em Áreas das Bacias Elementares dos Rios Cachoeira, Cubatão e Pirai – Viva Cidade*.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser contratada nas seguintes condições:

- I – devedor:** Prefeitura Municipal de Joinville (SC);
- II – credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – garantidor:** República Federativa do Brasil;
- IV – modalidade:** empréstimo em moeda única;
- V – valor:** até US\$ 32.670.000,00 (trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América);
- VI – prazo de desembolso:** até sessenta meses contados a partir da vigência do contrato;
- VII – amortização:** em parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas nos dias 15 dos meses de maio e de novembro de cada ano, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 25 anos após a assinatura do contrato;

VIII – juros: exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de margem calculada pelo BID da seguinte forma:

- a) mais ou menos uma margem de custo calculada trimestralmente como a média ponderada de todas as margens de custo para o BID;
- b) mais o valor líquido de qualquer custo e/ou lucro, calculado trimestralmente, gerado por qualquer operação com instrumentos derivados em que o BID participe;
- c) mais a margem para empréstimo do capital ordinário vigente na data de determinação da taxa de juros baseada na Libor para cada trimestre, expressa em porcentagem anual.

IX – comissão de compromisso: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não-desembolsados do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

X – comissão à vista: até 1% (um por cento) do valor do financiamento.

§1º Até trinta dias previamente ao primeiro desembolso, o Município deverá confirmar a opção pela taxa de juros referida, podendo ela ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID.

§2º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.



Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia a Prefeitura Municipal de Joinville na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que a Prefeitura Municipal de Joinville celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão. 27 de novembro de 2007.

 , Presidente
 , Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 203, DE 2007
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/11/07 OS SENHORES(AS) SENADORES(SIAS):

PRESIDENTE: Aguiar

RELATOR(A): Aguiar

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DONNELLES (PP)	2-PAULO PAM (PT)
DELÓCIDO AMARAL (PT)	3-DELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PR)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
EUCLYDES MELLO (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESARIENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-CÉSAR BORGES (PR)

PMDB

ROMERO JUCA	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAN BORGES	5-EDISON LOBÃO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

DEM

ADELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
VAGO	2-ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CICERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCOM PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

PARECERES

Nº 1.111 e 1.112, DE 2007

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2007 (nº 7.204/2006, na Casa de origem), de iniciativa de Presidente da República, que institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, e dá outras providências.

PARECER Nº 1.111, DE 2007 **(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

Relator: Senador PEDRO SIMON

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2007 (PL. 07204, de 2006, na Câmara dos Deputados), de autoria do Excelentíssimo Presidente da República, Senhor Luís Ignácio Lula da Silva que “Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e dá outras providências”.

O projeto de lei em apreciação visa a instituir a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, de natureza pública, sob a supervisão do Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul (art. 1º), devendo o ato constitutivo, do qual integra o seu Estatuto, ser inscrito no cartório de registro civil competente, que lhe dará personalidade jurídica (parágrafo único).

A UNIPAMPA terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, mediante atuação *multicampi*, na região Metade Sul do Rio Grande do Sul (art. 2º).

O patrimônio da UNIPAMPA será constituído (art. 3º) pelos bens patrimoniais de Universidades Federais, disponibilizados para o funcionamento dos campos de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito, na data desta Lei (I); bens e direitos que vier a adquirir ou incorporar (II); doações ou legados que receber da União, Estados, Municípios e de outras entidades públicas e particulares (III); e incorporações que resultem de serviços realizados (IV).

Os bens e os direitos da UNIPAMPA serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, a não ser nos casos e nas condições permitidos em lei (§ 1º).

Só será aceita a doação de bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus (§ 2º).

Passam a integrar a UNIPAMPA, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis das Universidades Federais de Pelotas e Santa Maria existentes nos Municípios previstos no art. 3º (art. 4º), ficando os alunos, regularmente matriculados, automaticamente incorporados ao corpo discente (parágrafo único).

Ficam redistribuídos para a UNIPAMPA os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal das Universidades Federais de Pelotas e de Santa Maria (art. 5º).

O art. 6º autoriza o Poder Executivo a transferir para a UNIPAMPA bens móveis e imóveis do patrimônio da União, necessários ao seu funcionamento.

Os recursos financeiros da UNIPAMPA serão provenientes (art. 7º) de: dotação consignada no orçamento da União (I); auxílios e subvenções

concedidos por entidades públicas ou particulares (II); remuneração por serviços prestados (III); convênios, acordos e contratos celebrados com entidades nacionais ou internacionais (IV); e receitas eventuais (V).

A implantação da UNIPAMPA ficará sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União (parágrafo único).

A administração superior da UNIPAMPA será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor (§ 1º).

O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais ou temporários (§ 2º).

O Estatuto disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, nos termos da lei (§ 3º).

O art. 9º cria, para compor o quadro de pessoal da UNIPAMPA, no âmbito do Ministério da Educação, quatrocentos cargos de Professor da Carreira do Magistério de 3º grau e os cargos e funções constantes dos Anexos I, II e III (26 cargos de Direção, dentre os quais os de Reitor e Vice Reitor, e 120 funções gratificadas, no Anexo I). Além dos cargos de magistério pretende-se criar 400 cargos técnico-administrativos, sendo 200 de nível superior e 200 de nível técnico intermediário (Anexos II e III).

O art. 10. Os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão providos *pro tempore*, em ato do Ministro de Estado da Educação, até que a UNIPAMPA seja implantada na forma de seu Estatuto (parágrafo único).

Até o preenchimento de setenta por cento dos cargos de provimento efetivo, a UNIPAMPA poderá contar com a colaboração de pessoal docente e técnico-administrativo dos governos federal, estaduais e municipais, nos termos do inciso II, do art. 93, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (art. 11).

A UNIPAMPA encaminhará ao Ministério da Educação a proposta de Estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor *pro tempore* (art. 12).

O art. 13 extingue, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior, quatrocentos cargos técnico-administrativos relacionados no Anexo IV, devendo o Ministro de Estado da Educação, no prazo de noventa dias da vigência da lei, publicar a discriminação por Instituição Federal de Ensino Superior da relação de cargos extintos (parágrafo único).

Acompanham o PL os Anexos I (Quadro de Cargos de Direção – CD e de funções gratificadas – FG), II (Quadro de Pessoal Efetivo – Técnico Administrativo), III (Detalhamento dos cargos Técnico-Administrativos) e IV (Relação de Cargos Extintos).

A Exposição de Motivos nº 026/2006/MEC/MP, datada de 22 de maio de 2006, encaminhada ao Presidente da República, destaca:

A criação da UNIPAMPA é uma clara demonstração de compromisso com o desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul, região que abrange 103 (cento e três) municípios, correspondendo a uma área de 153.879 km² e a uma população de aproximadamente 2,6 milhões de habitantes.

Grande parte dos municípios que compõem a Metade Sul do Rio Grande do Sul situam-se na fronteira com a região do MERCOSUL, o que lhe confere características econômicas, sociais, políticas e culturais que exigem atenção especial, do ponto de vista científico e acadêmico, considerando-se que os espaços fronteiriços são áreas privilegiadas para estudos sistematizados que contemplem a característica de integração internacional. A expansão do ensino universitário público na Região Metade Sul do Rio Grande do Sul contribuirá para a reversão do processo de estagnação econômica regional, gerando um novo dinamismo nos setores agropecuário e agroindustrial, voltados para os mercados nacional e internacional, especialmente no âmbito do MERCOSUL.

A UNIPAMPA contará com a instalação inicial de campi nos municípios de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito. Serão oferecidos, no primeiro ano, quatorze cursos de graduação em diferentes áreas, quais sejam:

- a) Ciências Agrárias: Agronomia e Zootecnia;*
- b) Ciências Exatas: Ciência da Computação, Engenharia de Produção e Matemática (licenciatura e bacharelado);*
- c) Ciências Sociais Aplicadas: Economia, Administração e Cooperativismo;*
- d) Educação, Letras e Ciências Humanas: Pedagogia, Licenciatura em Ciências, Letras, História e Geografia;*
- e) Ciências da Saúde: Enfermagem.*

Para dar início imediato à expansão da educação superior pública na região, serão implantados campi da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal de Santa Maria nas cidades da Metade Sul, iniciando as suas atividades em 2006. Posteriormente, as instalações e pessoal desses campi serão transferidos para a UNIPAMPA.

Com a implantação total da UNIPAMPA, serão criados vinte e seis novos cursos de Graduação, que atenderão a 11.000 alunos. O quadro de pessoal previsto para a Universidade compõe-se de 400 cargos de docentes, 200 cargos de técnicos administrativos de nível superior e 200 cargos de técnicos administrativos de nível intermediário, além daqueles que serão redistribuídos das Universidades Federais de Pelotas e de Santa Maria.

A estrutura organizacional proposta assemelha-se às estruturas organizacionais de diversas universidades públicas federais e estaduais. Deverão ser criados os Cargos de Direção e Funções Gratificadas necessários para compor o quadro de pessoal, quais sejam: um CD-1; um CD-2; dez CD-3; catorze CD-4; onze e oito FG-1; vinte e dois FG-2; quinze FG-3; dezenove FG-4 e vinte e seis FG-5. Ao mesmo tempo estamos propondo a extinção de 400 cargos de técnico-administrativos que se

encontram obsoletos no sistema federal de ensino superior, devido serem funções de auxiliares não mais autorizadas para provimento."

No prazo regimental não foram apresentadas emendas. Este é o Relatório.

II – ANÁLISE

Compete a esta COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA a análise de projetos, emendas e substitutivos que lhe são submetidos, do ponto de vista da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Trata-se de projeto de lei, da iniciativa do Poder Executivo, que pretende instituir a Fundação Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA.

Com efeito, dispõe a Lei Maior no inciso XIX do art. 37 sobre a necessidade de ser autorizada por lei a criação de fundações:

"XIX -- somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizado a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação,"

Reza, ainda, o art. 61, § 1º, inciso II, alínea e, do Texto Supremo:

"Art. 61 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nessa Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

Quanto ao art. 84, inciso VI, a que remete a disposição, atribui privativamente ao Presidente da República

“VI – dispor, mediante decreto sobre:

a) organização e financiamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Por outro lado, o inciso II, do § 1º, do art. 61 transcritos inclui, na alínea a, na competência privativa do Presidente da República, a iniciativa para:

“a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;”


Recorde-se que as fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público, guardam, na sua essência, características autárquicas.

Em face dessas determinações constitucionais, é de se concluir que a autorização para o Poder Público instituir a Fundação Universitária depende de lei específica, objetivada pelo projeto de lei sob crivo, lei essa de iniciativa privativa do Presidente da República, como ocorre.

III VOTO

Com base nas presentes considerações no que refere-se à constitucionalidade, juridicidade, legalidade e adequada técnica legislativa, voto pela aprovação do PLC nº 84, de 2007.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2007.

 , Presidente

 , Refator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 84 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/11/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> <i>[assinatura]</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESARENKO	1. IDELI SALVATTI
SIBÁ MACHADO	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT) ²
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCA	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUFP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAN BORGES	6. NEUTO DE CONTÓ
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RÉSENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COITO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em 13/10/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

(2) Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3 10 2007);

(3) Vaga cedida pelo Democratas.

PARECER Nº 1.112, DE 2007
(Da Comissão de Educação)

Relator: Senador PAULO PAIM

I - RELATÓRIO

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 84, de 2007, originalmente Projeto de Lei nº 7.204, de 2006, de iniciativa do Presidente da República, que institui a Fundação Universidade do Pampa (UNIPAMPA), com sede na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

A universidade atuará em diversos *campi* espalhados pela mesorregião Metade Sul do Estado.

O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II - ANÁLISE

O Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2007, institui a Unipampa, que terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, por meio de atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Os cursos de todos os níveis integrantes dos *campi* das universidades federais de Pelotas e de Santa Maria, mais seus alunos, passam a fazer parte, na data de publicação desta lei, da Unipampa.

A Unipampa contará com a instalação inicial de unidades nos municípios de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito.

São criados quatrocentos cargos de professor da Carreira do Magistério de 3º grau, além de mais quatrocentos outros cargos.

Os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão providos *pro tempore* em ato do Ministro da Educação, até que a Unipampa seja implantada na forma de seu estatuto.

Na justificativa do projeto está ressaltado que a expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia são pontos centrais do Governo Federal, e foco do debate sobre a reforma universitária. A criação da Unipampa demonstra o compromisso do governo com o desenvolvimento do País e da metade sul do Rio Grande do Sul, região que abrange mais de cem municípios, correspondendo a uma área de 153.879 km² e a uma população de aproximadamente 2,6 milhões de habitantes.

Muitos municípios que compõem a metade sul do Estado são fronteiriços com países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o que lhes confere características econômicas, sociais, políticas e culturais que, do ponto de vista científico e acadêmico, são favoráveis à integração.

A expansão do ensino universitário público na região contribuirá para a reversão do processo de estagnação econômica regional, gerando um novo dinamismo nos setores agropecuário e agroindustrial, voltados para os mercados nacional e internacional, especialmente no âmbito do Mercosul.

Com a implantação total da Unipampa, serão criados vinte e seis novos cursos de graduação, que atenderão a dez mil alunos.

Acreditamos que a criação da Unipampa trará grandes benefícios para a região em apreço. Além de ampliar a oferta de ensino superior – necessidade premente do País –, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar de mais de dois milhões e meio de habitantes da região, além dos eventuais interessados vindos de outros lugares do Brasil.

A criação da Unipampa certamente vem responder a anseios há muito disseminados no Rio Grande do Sul e no País.

Do ponto de vista do mérito educacional é inegável que a universidade trará benefícios para a sociedade e para a construção de uma cidadania forte.

III – VOTO

Pelo exposto, nosso voto é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2007.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2007.

 , Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 094/07 NA REUNIÃO DE 30/11/2007
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Arivaldo Sen. *Arivaldo*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAMI	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
RELATOR:	5- FRANCISCO DORNELLES
IRLEI SÁLVATTI	6- MARCELO CRIVELLA
INÁCIO ARRUDA	7- MAGNO MALTA
RENATO CASAGRANDE	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
SÉRGIO ZAMBIASI	9- SIBÁ MACHADO
JOÃO RIBEIRO	

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JUNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMO SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSÁLIA GIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUDENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEVEDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988CAPÍTULO VI
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de igualdade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concorrentes para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irrecursíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entidades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo do cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º - A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante do cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - o prazo de duração do contrato;

II - os critérios e métodos de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal;

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Não serão compulsadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

Subseção III

Das Leis

Art. 81. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, ao Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - dispõem sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos em União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Seção II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI - dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

- VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
- IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;
- X - decretar e executar a intervenção federal;
- XI - remeter mensagem e plano do governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;
- XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;
- XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes do Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/03/99)
- XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;
- XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;
- XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;
- XVII - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;
- XVIII - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;
- XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;
- XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;
- XXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;
- XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nela permaneçam temporariamente;
- XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Constituição;
- XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;
- XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;
- XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;
- XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.
- Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos nosos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº CE/155/2007

Brasília, 6 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2007, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Kátia Abreu que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Turismo do Araguaia, no Estado do Tocantins”.

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**,
Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº CE/156/2007

Brasília, 6 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Expedito Júnior que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia”.

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**,
Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº CE/157/2007

Brasília, 6 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Mário Couto que, “Institui o Dia do Pescador Amador”.

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**,
Presidente da Comissão de Educação.

Ofício nº 137/07-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 7 de novembro de 2007

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, que “Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina”, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 138/07-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 7 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 564, de 2007, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, e da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a responsabilidade civil e a execução de dívidas de Partidos Políticos”, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 99, 233 e 252, de 2007**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 148, de 2003, e 564, de 2007**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.110, de 2007**,

da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 77, de 2007** (MSF 203/2007), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América.*

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.111 e 1.112, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2007** (nº 7.204/2007, na Casa de origem), que *institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – Unipampa e dá outras providências.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 392, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei no 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências.*

Parecer de Plenário nº 1.104, de 2007, Relator revisor: Senador Romero Jucá, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, e, no mérito, favorável, e pela re-

jeição das emendas apresentadas perante a Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de *quorum* para sua deliberação.

Transcorreu ontem a sétima sessão em que a matéria constou da pauta.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

A Presidência esclarece que os Senadores e as Senadoras que quiserem poderão ainda encaminhar a votação da matéria.

Senador Arthur Virgílio, esclareço a V. Ex^a e aos Líderes da Minoria que estamos abrindo o processo de votação. Portanto, os Senadores que quiserem encaminhar a votação da matéria poderão fazê-lo ainda, para, a seguir, a mesma ser votada. Trata-se da Medida Provisória nº 392.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar a votação, Senador Arthur Virgílio. Em seguida, eu a concederei ao Senador Aloizio Mercadante. Ou V. Ex^a a pede pela ordem, enquanto o Senador Arthur Virgílio dirige-se à tribuna?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a vai se inscrever também?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria dar um depoimento que me parece indispensável. Tenho acompanhado o trabalho de Marcos Lima na Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Casa Civil e tenho a melhor impressão do trabalho dele – acho que não sou só eu que penso assim, pois nunca ouvi qualquer tipo de reclamação e de protesto, nunca vi qualquer tipo de desvio de função na condução do trabalho dele.

Quero lembrar também que o Sr. Waldomiro Diniz foi denunciado num ato gravíssimo, envolvido com o crime organizado, numa atividade no governo do Rio de Janeiro antes da função que exercia na Casa Civil. De qualquer forma, não vejo como associar uma

pessoa à outra. Penso que Marcos Lima, por todas as informações que tive até hoje, tem sido um funcionário absolutamente exemplar. Acho a providência do Presidente da Mesa muito procedente: que o Corregedor receba as informações do Senador Geraldo Mesquita, ouça o funcionário ou quem mais possa contribuir para esclarecer esse episódio, e que isso seja devidamente esclarecido! Mas, só quero lembrar que é função dele atender os Parlamentares naquilo que for a definição dos Ministérios na liberação de recursos, na verificação de quais são os Municípios e de quais são as preferências para a liberação de recursos.

Foi muito procedente a atitude da Mesa de encaminhar o assunto à Corregedoria da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a quer tratar do mesmo assunto?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Exatamente da mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador poderia, então, depois, fazer a réplica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria também de prestar um singelo depoimento, dizendo que tenho pelo Senador Geraldo Mesquita o maior respeito e admiração. Porém, gostaria de dizer que, nas tantas vezes em que fui reclamar emendas para o Estado, se olhasse de maneira diferente a negociação natural da política, eu poderia ter a mesma conclusão. Então, fica algo mais ou menos como aquilo que Cristo falou sobre a visão de cada pessoa com relação a um copo que está pela metade: uns o vêem meio cheio; outros o vêem meio vazio. E o bem e o mal acabam ficando nos olhos de quem vê, porque a atitude pode ser, realmente, duplamente interpretada.

Tenho, pelo funcionário, respeito. Sempre me atendeu com cordialidade, sempre busquei recursos para meu Estado e nunca vi nenhuma malícia nessa negociação.

Portanto, gostaria aqui de prestar meu depoimento nessa situação, que, acho, será esclarecida pelo Corregedor da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento, para responder aos dois questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pelo art. 14 do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Em

primeiro lugar, meu queridíssimo amigo, Senador Marcelo Crivella, se V. Ex^a pudesse aceitar um conselho de uma pessoa que o admira e o estima, eu lhe diria que não deveríamos colocar Jesus Cristo nesse negócio de emenda parlamentar. Vamos tirar Jesus Cristo de emenda, porque não dá certo. Jesus nunca foi parlamentar, nunca foi assessor parlamentar de ninguém. Ele fez outra coisa – e V. Ex^a sabe muito bem disso, até porque prega a palavra Dele com muita percuciência.

Em relação ao Senador Aloizio Mercadante, não revelei aqui qualquer desrespeito ao Dr. Marcos Lima, disse até que era uma figura de trânsito, uma figura que por nós passava muito bem, com muita respeitabilidade. E disse que, se isso fosse verdade, estaríamos diante de um novo episódio de Waldomiro Diniz.

O que não é cabível é haver uma denúncia desse porte e não se tomar nenhuma providência. O meu papel de Parlamentar – e Parlamentar de Oposição tem de estar vigilante – foi o de fazer o que fiz: relatar à Presidência da Casa, à Casa e à Nação que um Senador da República havia dito, textualmente, que lhe havia sido proposto um suborno. E deu o nome da pessoa que havia feito isso, o Dr. Marcos Lima, contra quem nada tenho, tanto quanto não tem o Senador Aloizio Mercadante, tanto quanto não tem o Senador Marcelo Crivella. Apenas não acho que, por causa de reputação, a gente não deve investigar o que é denunciado, senão não acreditaria nunca no bailarino Polilla, que foi testemunha de acusação contra o General Nilton Cruz. Valeu e muito aquele depoimento do bailarino Polilla, que estava ali às três horas da manhã, precisamente porque era um travesti prostituto; ele estava no cais do porto. Quem não poderia estar no cais do porto era a Madre Teresa de Calcutá. Àquela hora, não estaria ninguém santo ali.

Então, não vamos colocar palavra na minha boca de jeito algum! Eu não disse que não era respeitável o Sr. Marcos Lima. Eu, que respeito o Senador Geraldo tanto quanto respeito o Senador Mercadante e tanto quanto respeito o Senador Crivella, disse apenas que uma denúncia muito séria havia sido passada à análise do País por um jornalista respeitável que escreve num jornal que tem muita tradição.

Não sei se posso, mas lhe concedo um aparte com o maior prazer. Desde ontem, estou sentindo que V. Ex^a está necessitando de um debate qualificado comigo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não cabe aparte em explicação pessoal, Senador Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, eu me inscrevo, então, pelo art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a pode recorrer ao art. 14 do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Depois, se for o caso Sr. Presidente, V. Ex^a me concede a palavra pelo art. 28. É um prazer danado debater com o Senador Aloizio Mercadante. Mas, enfim, V. Ex^a, pelo que vejo, vai debater só, porque, desta vez, fiz de maneira muito sóbria um relatório das minhas preocupações ao Senador Tião Viana. O Senador Tião Viana disse das providências que está tomando. Acredito que o Senador Geraldo Mesquita haverá de falar publicamente sobre o que disse ao jornalista Weiller Diniz e acredito que temos de saber muito bem quais são as explicações do Ministro José Múcio e do seu funcionário Marcos Lima.

Se cometi algum pecado – o Senador Crivella está aqui, e não sei se vai arbitrar se é pecado ou não –, se cometi algum pecado, então, por favor – não é a religião dele, mas é a minha –, digam-me quantos Padres-Nossos vou ter de rezar, se vou ter de ajoelhar no milho, se vou ter de rezar 250 Ave-Marias. Topo qualquer coisa, para não parecer que estou aqui querendo prejudicar ninguém. Mas faço questão que não deixemos uma acusação desse porte sem esclarecimento. Por isso, faço minha intervenção.

Sr. Presidente, ouvimos o Senador Mercadante e falo, em seguida, sobre a medida provisória. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Exatamente, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mercadante, concedo a palavra a V. Ex^a, nos termos do art. 14 do Regimento Interno, para uma explicação pessoal, por cinco minutos. A seguir, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não me referi a quem quer que seja no meu pronunciamento. Eu já estava ao lado de V. Ex^a quando o Senador Jefferson Péres tratou desse assunto, e a Presidência já se havia manifestado, encaminhando-o ao Corregedor da Casa, para que apurasse o fato.

Achei sóbria a intervenção do Senador Jefferson Péres e correto o encaminhamento do Presidente da Casa, mas fiz questão de me manifestar, porque acompanho o trabalho de Marco Lima ao longo desses anos, tenho excelente impressão da sua dedicação e do seu empenho e jamais tive qualquer informação que o desabonasse.

Portanto, quero ouvir o Senador Geraldo Mesquita e quero ouvir, por intermédio do Sr. Corregedor, o funcionário Marco Lima, funcionário do Governo. Tenho a certeza de que esse episódio será esclarecido.

Eu disse que é função dele procurar Parlamentares para encaminhar a liberação das emendas. Não é ele quem decide, mas, sim, o Ministro respectivo, na sua respectiva Pasta, sobre emendas de bancada, sobre emendas coletivas, cumprindo uma série de procedimentos para que a emenda seja liberada. É função dele.

Tenho a certeza que ele jamais poderia fazê-lo. Nunca teve delegação para isso de quem quer que seja, e o Governo não faria, por intermédio do funcionário, qualquer negociação política. Não é a função dele. As Lideranças procurarão e farão o convencimento nos argumentos, no mérito, na votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que é matéria de grande interesse do Governo, do País e do Estado.

Portanto, o esclarecimento que fiz se deu na defesa dessa história que conheço. Quero total esclarecimento desse episódio, tanto quanto os Senadores Arthur Virgílio e Jefferson Péres. Apoiei o encaminhamento da Presidência da Casa da forma como fez.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para encaminhar a votação da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dos cinco minutos que tenho, vou investir, não gastar, um minuto ainda para encerrar esse assunto com o Senador Aloizio Mercadante.

Não ouvi o pronunciamento do Senador Jefferson Péres. De um lado, é bom que o Senador faça a reclamação, porque se trata de questão envolvendo dinheiro público, envolvendo lisura no tratamento com a Casa. Por outro lado, para mim, estava muito evidente – tanto que o Senador Crivella me citou – que o Senador, de certa forma, estava respondendo à questão de ordem que eu levantara perante o Presidente Tião Viana.

Quanto à sobriedade, que é inegável no Senador Jefferson Péres, não fiz um pronunciamento pouco sóbrio. Estou disposto a me submeter a qualquer teste de bafômetro, a qualquer um; sinto-me sóbrio mais do que qualquer pessoa, enfim. Mas não abro mão de ver esclarecido esse episódio. Nisso, creio que estamos todos de acordo.

Estou vendo o Senador Geraldo Mesquita, que, certamente, irá manifestar-se sobre questão tão relevante que foi levantada por S. Ex^a e que merece ser investigada a fundo, até porque, se é verdade que o Sr. Marcos Lima não tem o poder de liberar, ele poderia muito bem portar o recado, como também não havia poder institucional nas mãos do Sr. Waldomiro Diniz para fazer o que fez. Eu não os tenho na mesma conta, mas quero o esclarecimento. Não posso abrir mão do esclarecimento.

Sr. Presidente, sobre a matéria, eu gostaria de dizer que não vi nenhuma eiva de incompetência por parte da Taquigrafia da Casa naquele episódio de ontem, em que restou provado que V. Ex^a agiu com boa fé, agiu com lisura. Afinal de contas, a Taquigrafia registrou plenamente, na sua gravação, meu pedido de verificação de quórum e a declaração de obstrução.

Estamos diante de mais uma dessas medidas provisórias que significam, a essa altura, muito pouco valor de mérito – estou discutindo se vale ou não vale –, porque o Governo as põe e as retira ao seu bel-prazer. O Governo tanto as põe quando as retira ao seu bel-prazer.

Ontem eu fiz aqui uma profecia: votando-se a segunda medida provisória que está obstaculizando a pauta, o Governo, imediatamente, dará um jeito de não deixar tramitar mais na Casa o projeto de lei complementar que trata da questão sindical. Simplesmente, o Governo vai desmoralizar, depois de ter desmoralizado as MPs, vai desmoralizar o instituto da urgência constitucional. Vai dizer que não é mais urgente porque quer, a qualquer preço, ver a tramitação de uma matéria em que, há quem diga, se apressar a votação, o Governo perde, e há quem diga que, se o Governo apressar a votação, ele ganha a prorrogação da CPMF. Portanto, Sr. Presidente Senador Tião Viana, nós temos de marcar posição por entender que a forma com que o Governo trata as medidas provisórias é profundamente leviana. É realmente leviana!

Depois, não nos peça compreensão, em momentos futuros. E o Presidente Lula agirá, aí, sim, com sobriedade, com inteligência, com lucidez, se não imaginar que o mundo acaba após a votação da CPMF com o resultado positivo ou negativo para o Governo. O Senado vai continuar existindo; vai continuar existindo a Câmara dos Deputados, as instituições vão continuar funcionando. E o Presidente, pode ser que amanhã precise. Eu espero que não! O mundo está ficando cheio de trovoadas lá fora. Espero que não! Pode ser que amanhã o Presidente precise de uma medida provisória para enfrentar uma faceta da crise econômica que se desenha no mundo.

Se isso é verdade, o Governo terá de nos convencer de uma maneira muito mais forte; terá de nos convencer de que ele, Governo, tem razão ao considerar relevante e urgente, portanto constitucional, a medida provisória. Toda vez que mandar para cá um projeto de lei com urgência constitucional, eu e minha bancada teremos todo o direito de questionar, de saber se é urgente mesmo ou se, aparecendo outra prioridade, o Governo simplesmente mostrará que não era prioridade sua essa antiga prioridade.

Portanto, Sr. Presidente, vou ficar coerente com o que votei ontem. Recomendo à bancada do PSDB que vote abstenção, em votação nominal. Não obs-

truiremos, mas faremos votação nominal. Que vote abstenção porque foi o que nos pareceu mais justo diante de uma medida provisória que não é levada a sério pelo Governo da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para encaminhar. Em seguida, concederei a palavra ao Senador José Agripino Maia.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na mesma linha do Senador Arthur Virgílio, gostaria de solidarizar-me com o Senador Geraldo Mesquita Júnior antes de encaminhar a votação desta matéria.

Tive a oportunidade de, na última sexta-feira, do plenário do Senado Federal, ouvir o pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Presenciei a sua indignação diante do assédio que vinha sofrendo de ocupantes de cargo comissionado do Governo, em nome do Governo, impelindo-o a votar favoravelmente à prorrogação da CPMF em troca de benefícios governamentais.

Com justificada razão, o Senador Geraldo Mesquita Júnior manifestou, desta tribuna, a sua indignação. O Senador repeliu qualquer hipótese de atender a esse chamamento da forma como vinha sendo feito pelo Governo Federal. Hoje mais uma vez manifestamos a nossa solidariedade a V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior, o seu comportamento dignifica o Senado Federal e é orgulho para todos nós que o respeitamos.

Sr. Presidente, ontem, ao discutir essa medida provisória, anunciamos a possibilidade de o Governo, naquela hora, estar editando outra medida provisória para resolver um impasse que ele próprio gerou por não tomar providências em relação ao vencimento dos contratos das franquias dos Correios. O Tribunal de Contas da União desde há muito vem alertando o Governo para a inconstitucionalidade dos procedimentos adotados nessa matéria. Houve a CPMI dos Correios e como conclusão o Relator apresentou um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional. Nem mesmo esse projeto mereceu a atenção do Poder Executivo. O Presidente da República, o ministro do setor não se interessou pelo projeto proposto pela Comissão Parlamentar de Inquérito e manteve a situação sem alteração, não atendeu à convocação do Tribunal de Contas da União relativamente a essa matéria e, no último momento, quando o apagão aéreo postal poderia ocorrer, o Governo lançou mão da medida provisória, afrontando a Constituição mais uma vez.

O Tribunal de Contas da União foi condescendente, foi compreensivo e acatou um apelo do Governo, oferecendo um ano de prazo para a solução definitiva desta questão. Cabe ao Governo não por meio de medida provisória, como faz, mas por meio de projeto de lei permitir ao Congresso Nacional deliberar sobre essa matéria. Mais uma medida provisória, portanto, que poderíamos considerar irrelevante, não fosse a emergência criada pelo próprio Governo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão da relevância e da urgência é relativa, porque a irresponsabilidade de um governo ou a ausência de planejamento de um governo pode nos levar a essa situação de impasse. Não ocorreria a emergência, a urgência, tivesse o Governo agido em tempo, e tempo houve para a ação do Governo.

Mais uma vez o Governo consagra o seu apetite desmesurado pela edição de medidas provisórias como esta que estamos votando na tarde de hoje, que anula outra medida provisória, portanto sem relevância e sem urgência, porque anulada por esta.

O próprio Governo atestou a afronta à Constituição que praticou anteriormente ao, anulando aquela medida provisória, afirmar taxativamente: não havia urgência e não havia relevância.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador José Agripino Maia, para encaminhar.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou repetir o que disse ontem. Estamos em uma posição que, na verdade, resgata a imagem do Congresso, porque estamos votando uma medida provisória que revoga outra medida provisória que tinha a ótima intenção de estabelecer créditos de PIS/Pasep para determinadas atividades empresariais. Seria uma medida provisória aplaudida. Não haveria quem a contestasse; quem a contestou foi o Governo. Ele a editou e ele a contestou. Contestou com o quê? Com essa MP que estamos votando, que anula a que criava os benefícios dos créditos de PIS/Pasep. Por que o Governo fez isso? O Governo não tem obrigação de só mandar sob forma de medida provisória matéria que seja urgente, relevante e constitucional, mas principalmente urgente e relevante? Sim. Por que o Governo, então, já que é urgente e relevante, retira, subtrai essa matéria, editando outra medida provisória que anula os efeitos da que esteve na Câmara criando benefícios? Para abrir a pauta para apreciação da CPMF. Então, em nome da CPMF, tudo, até a desmoralização do Congresso, passando por cima de mim, porque não há hipótese, principalmente, Presidente

Tião Viana, em tendo o Governo já feito o que fez. Editou a medida provisória, depois, para desobstruir a pauta, editou outra que anulava a MP que trazia benefícios. E, diante da anulação, foi feito um projeto de lei com o mesmo teor da MP que trazia os benefícios creditícios do PIS/ Pasep.

Esse projeto de lei tramitou em regime de urgência. Foi aprovado na Câmara, no Senado e já foi sancionado. E estamos votando aqui o quê? A anulação do que foi sancionado? Isso é uma grande embrulhada. É querer fazer o Congresso de instrumento de brincadeira. Tenha paciência!

Em nome da seriedade do Congresso, é claro que vamos votar “não” a essa medida provisória, mas com esse protesto, pela atitude tomada pelo Governo que, com a edição dessa MP que estamos votando, anulou uma outra que deveria ser urgente e relevante e que para o Governo a gente não sabe nem se é urgente, nem se é relevante, mas sabe uma coisa: sabe que para esse Governo, que hoje completa 600 medidas provisórias editadas legislar é editar medida provisória. Na Liderança, na Câmara, estão sendo acesas velas em um bolinho para comemorar as 600 MPs editadas no Governo Lula. Para esse Governo legislar é editar medidas provisórias.

O voto dos Democratas é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Mário Couto, para encaminhar, por cinco minutos. A seguir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o Governo Lula precisa ser mais bem orientado pelos seus Ministros e assessores. Ou o Presidente está mal assessorado, ou o Presidente da República, Senador Duque, faz de conta que não entende o que é medida provisória.

Medida provisória é o instrumento que o Presidente tem para usar em caráter de emergência. O Governo Lula já bateu o recorde de toda a história do País em edição de medidas provisórias. Agora pisme, Senador: o Presidente Lula manda uma medida provisória e agora manda revogar a medida provisória e manda um projeto de lei.

O que se pode dizer disso? Que esta Casa se tornou para o Presidente uma brincadeira, que o Presidente brinca com esta Casa. E aí todos nós temos que aceitar o que manda o Presidente.

Todos nós, não! Eu, não! O que tinha de ser urgente, Senador, eram providências imediatas E aí deveria haver uma medida provisória para que logo se tomasse providência. É o caso, por exemplo, da menina

que foi presa, para o qual todo País e o mundo inteiro estão clamando por providências.

Ainda me aparece hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Delegado-Geral do Pará, Dr. Raimundo Benassuly. O Delegado-Geral do Estado do Pará, na Comissão, quis justificar o erro da polícia e de todas as autoridades do Pará. Vou questionar isso, amanhã, aqui. Se a Assembléia Legislativa do Estado do Pará não tomar uma providência, vou questionar isso aqui no Senado. Haverá de consultar todos os técnicos necessários e abrirei uma brecha para questionar isso aqui dentro deste Senado.

Esse delegado, que tem a capacidade de ser o Delegado-Geral do Estado – pasmem, Srs. Senadores –, ainda declarou, na Comissão de Direitos Humanos, que a menina é débil. E justificou por que a menina é débil: porque ela não teria dito que era menor.

Aí, Senadores, quando venho aqui e falo isso, a Governadora do Pará fica com raiva de mim e começa a montar perseguição na minha vida, no Pará. Ela foi e não demorou cinco minutos.

Eu deixei o meu voto de repúdio pela atitude dos Ministros que chegaram lá e não justificaram absolutamente nada, não disseram que iam tomar providência, não falaram sobre a denúncia minha com relação às adolescentes de 11, 12 anos de idade, que são trocadas por comida na Ilha do Marajó. E não deram uma palavra sequer, não me responderam com uma palavra sequer. Tanto a Ministra como o Ministro foram embora da sala como se aquela audiência não valesse de nada para eles, e a Governadora também. Isso é lamentável.

O Presidente Lula deveria já ter falado à Nação e ao mundo em relação a isso. E se ele quer brincar com o Senado, emitindo medidas provisórias ao léu, que fizesse uma medida provisória tomando uma providência em relação a esse caso, pelo qual choram o Brasil e o mundo inteiro.

Amanhã eu voltarei a esse assunto aqui, desta tribuna. Eu vou esperar providência, amanhã, da Assembléia Legislativa do meu Estado. Se não tomarem, quero que Deus me ajude, e que eu busque com os técnicos desta Casa fundamento para entrar no Ministério Público e na Justiça.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para encaminhar a votação da Medida Provisória nº 392, por tudo aquilo que aqui já foi dito.

Essa medida provisória, que revoga a Medida Provisória nº 382, dispõe sobre o desconto de créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485/02 e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, a Medida Provisória nº 382 estava trancando a pauta na Câmara Federal quando da aprovação da PEC da CPMF. Ora, todos nós sabemos que medida provisória tem de ter urgência e relevância como pré-requisitos para ser aceita. E o Governo retira a medida provisória da Câmara dos Deputados a fim de desobstruir a pauta para, então, aprovar a CPMF e encaminhá-la ao Senado Federal. Ele encaminha agora outra medida provisória, revogando a primeira, quando há um decreto-lei, aprovado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, que trata do mesmo assunto.

O projeto de lei, com regime de urgência, foi aqui aprovado, Senador Colombo, e já foi sancionado pelo Presidente da República. Não sei qual o papel que o Senado Federal vai exercer com relação à Medida Provisória nº 392, porque ela é inócua. Não há nem urgência, nem relevância, nem efeito, porque o que ela se dispõe a trazer para o setor exportador já foi feito no PL aqui aprovado.

Sobre esse assunto, quero lembrar ao Líder, Senador Romero Jucá, e ao Senador Aloizio Mercadante que, na ocasião da discussão da medida provisória, fizemos uma emenda para incluir alguns outros setores no mesmo benefício para a exportação. Foi dito pelo Senador Jucá que retirássemos a emenda, aprovássemos o projeto de lei como estava, porque seria objeto de um novo projeto do Governo. Para surpresa nossa, esse projeto foi apresentado pelo nobre Senador do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, que apresentou, então, o novo projeto de lei, do qual serei Relator na CAE, já incorporando os outros segmentos, como o da industrialização da madeira, das plantas oleaginosas e da pesca, para que possam também ter o benefício que foi dado pelo PL.

Quero aproveitar também, Senador Renato Casagrande, para perguntar a V. Ex^a, porque estou vendo uma notícia no *site*, segundo a qual, no leilão da Petrobras que está acontecendo no Rio de Janeiro sobre as áreas de exploração de petróleo no Espírito Santo, no Pará, o Movimento dos Sem Terra está no local onde está sendo levado a efeito o leilão, tentando impedir a sua continuidade. E pasme V. Ex^a: o Movimento dos Sem-Terra, Senador Marconi Perillo, lá do sul do meu

Estado, com a faixa “Redenção está presente”, do sul do Pará! A área do Pará que está em processo de licitação é na Costa Atlântica, no norte. Mas o Movimento dos Sem-Terra, Senador Arthur Virgílio, está no Rio de Janeiro agora, levado não sei com que recursos, tentando obstruir o leilão da Petrobras. Algumas áreas já foram leiloadas, tendo sido arrecadados – só na parte leiloadada – recursos superiores ao montante previsto para o leilão todo.

Era esse o encaminhamento que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por cinco minutos, e, a seguir, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para uma questão de esclarecimento, com base no art. 14, inciso VII, estamos tratando de medida provisória, que tem regime de urgência. Então, consta, no inciso VII do art. 14, que, no encaminhamento de votação de proposição em regime de urgência, uma só vez, por cinco minutos, o relator da comissão de mérito e os líderes de cada partido do bloco parlamentar por eles designados poderão fazer uso da palavra.

Portanto, a minha pergunta a V. Ex^a é se haverá muitos Senadores inscritos ou apenas aqueles que estão em conformidade com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem razão, Senador Sibá Machado, quanto ao argumento regimental. Há somente mais dois Senadores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador César Borges e, em seguida, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. CÉSAR BORGES (PR – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aproveitar bem os cinco minutos, se V. Ex^a tiver um pouco de tolerância, primeiramente para dizer que realmente essa medida provisória foi proposta para revogar uma já existente. A prática de revogar uma medida provisória pela edição de outra não é nova, Sr. Presidente.

Ela já vem sendo usada desde antes da Emenda nº 32, de setembro de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso, como bem demonstram os exemplos citados na exposição de motivos encaminhada pelo Governo. Ou seja, há legalidade.

Entretanto, eu acho que não fica bem o Governo revogar uma medida provisória simplesmente para atender a conveniência de aceleração de alguma tramitação. Nesse caso específico, é bom que se diga que

o resultado que havia na medida provisória original foi alcançado por um projeto de lei.

Então, veja bem, o projeto de lei atende. Quando é um bom projeto de lei, a tramitação é super-rápida. O Projeto de Lei nº 2086 já foi votado e esse projeto de lei previa subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.

Muito importante era a medida provisória e muito importante foi o projeto de lei, que tem os mesmos objetivos, os mesmos méritos. Portanto, é muito melhor que o Governo trabalhe sempre com projeto de lei, que, sendo um bom projeto de lei, vai tramitar rapidamente nas duas Casas, com o apoio de todos os parlamentares, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal.

Por isso, Sr. Presidente, é que eu quero fazer esta ressalva. Vamos persistir na apresentação de projetos de lei, diminuindo o número de medidas provisórias, seja nesse Governo como em qualquer Governo. A medida provisória não é efetivamente algo democrático, é uma usurpação do poder legisferante desta Casa.

No mais, Sr. Presidente, eu queria informar à Casa e a V. Ex^a também sobre uma notícia publicada hoje nos principais jornais, já está no UOL: “Bispo retoma greve de fome contra obras no S. Francisco”.

Saiu, literalmente, o seguinte:

O bispo de Barra – que é uma cidade da Bahia –, Dom Luiz Flávio Cappio, de 61 anos, resolveu voltar a fazer greve de fome para protestar contra as obras de transposição do Rio São Francisco, que estão sendo realizadas por tropas do Exército no norte da Bahia. A manifestação, que começou às 10 horas de hoje em Sobradinho (BA), na margem do rio, 554 quilômetros a noroeste de Salvador, ocorre dois anos e um mês depois que o religioso encerrou um jejum de 11 dias pelo mesmo motivo.

Naquela época, o governo e eu assinamos um acordo que previa o encerramento da transposição e o início de um grande debate da sociedade em torno do desenvolvimento das populações que vivem nas regiões abastecidas pelo rio”, conta. “Recomeço este protesto desesperado porque o governo não cumpriu o acordo”.

A greve de fome foi iniciada no momento em que Cappio protocolou uma carta para ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nela, o bispo ressalta que há “propostas para garantir o abastecimento de água para toda a população do semi-árido com as ações previstas no Atlas do Nordeste apresentada

pela Agência Nacional das Águas (ANA) e as ações desenvolvidas pela Articulação do Semi-Árido (ASA)”, fazendo com que a transposição seja desnecessária.

Cappio afirma que está disposto a morrer “pela vida do rio e a do povo”. “Só há duas formas de eu interromper este protesto: se as tropas do Exército saírem dos locais onde estão sendo realizadas as obras ou se forem arquivados definitivamente os projetos de transposição”, afirmou o bispo da Barra Dom Luiz Flávio Cappio.

Então, Sr. Presidente, é uma situação de gravidade...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador César Borges, permite-me um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Não sei se é regimental Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A seguir concederei pela ordem a palavra ao Senador Garibaldi.

O SR. CÉSAR BORGES (PR – BA) – Eu então peço desculpas ao nobre colega Senador Garibaldi.

Veja bem, gravíssima situação: um bispo da Igreja Católica se pondo em greve de fome porque não encontra outros meios para sensibilizar as autoridades do Governo Federal de que essa obra não é essencial ao Nordeste, essa obra traz prejuízos ao Erário e se trata de aplicação equivocada de recursos. Esses recursos poderiam ser aplicados em todo o Nordeste, inclusive no nordeste setentrional, mas também na Bahia, em Alagoas, em Sergipe, para atender a um projeto que foi elaborado pela Ana – Agência Nacional das Águas, como ressalta o bispo. É um mapa, um Atlas do Nordeste, que mostra como a articulação e os recursos bem aplicados tornam essa transposição extremamente desnecessária.

Então, sempre combati a transposição Sr. Presidente. Tenho essa posição muito clara, porque acho que ela não é benéfica ao Brasil e ao Nordeste. Agora estou agora com a preocupação adicional de ver um bispo do meu Estado, da cidade de Barras, iniciando uma greve de fome, coisa que não se via há muito tempo no País – a última foi feita pelo próprio bispo há 2 anos. É um ato desesperado de quem entende ser essa a única forma para fazer o seu protesto, na esperança de demover o Governo de mal aplicar esses recursos nessa malfadada transposição tão combatida em todo País por todos que conhecem bem essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, pela ordem.

A seguir, ao Senador Marconi Perillo.

Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A seguir, concedo a palavra ao Senador Epitácio Cafeteira.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a oportunidade de novamente interferir neste Plenário para dizer ao Senador César Borges que agora de nada adianta o desespero do bispo baiano, porque as obras já foram iniciadas.

Senador César Borges, nós temos o testemunho aqui da Senadora Rosalba Ciarlini, que esteve em Cabrobó e verificou o início das obras, do ponto de vista físico, levadas a efeito pelo Batalhão de Engenharia do Exército.

Então, eu queria dizer a V. Ex^a que de nada adianta esse gesto de desespero. Na verdade, acho que é desespero mesmo, porque o bispo pensava que a obra não seria iniciada. Como foi, só resta a ele – permita-me o ilustre prelado – o gesto de desespero, em vista do fato de que não teremos a possibilidade de ver aquela obra interrompida, como foi muitas vezes – e não apenas interrompida, mas impossibilitada de ser iniciada.

Demonstrou-se que a obra não vai, de maneira nenhuma, prejudicar o fluxo das águas do Rio São Francisco. Socialmente não se discute sua vantagem e seus benefícios.

E, portanto, Sr. Presidente, atribuo esse gesto do bispo àquele gesto de quem, não tendo mais o que fazer, deveria, como bispo, apelar para Deus e não apelar para uma greve de fome que supõe o bispo querer o suicídio, o que seria a negação da própria vida por um sacerdote.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são milhares de pessoas que agradecem ao Governo Federal, ao Presidente da República, o início dessa que será uma das maiores obras realizadas no Nordeste brasileiro, que é o que nós chamamos de transposição de águas, mas que, na verdade, é uma transposição de bacias. Eu quero, portanto, dizer isso ao Senador César Borges. Estimo muito o Senador, tenho por ele uma grande amizade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço atenção com o Regimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– E o nome dele ficará na história, por combater obra tão meritória como essa transposição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra, pela ordem, o Senador Epitácio Cafeteira. Em seguida, pela ordem, o Senador Efraim Morais.

Lembro ao Plenário que estamos discutindo o encaminhamento de votação da Medida Provisória nº 392.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (Bloco/PTB – MA.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pela ordem porque estamos discutindo uma medida, e, na realidade, pouca gente falou na medida – muito pouca gente. Aqui o assunto do dia quase foi aquele assunto do Pará, da menina do Pará. E até um Senador reclamou porque ela era menor. Como se, sendo maior, pudesse.

O certo é que estamos aqui e, quem não tem conhecimento exato do que estamos discutindo, chega a pensar que o assunto é a menina do Pará; chega a pensar que foi o Lula que, com a medida provisória, estuprou a menina.

Então, devemos botar os pingos nos is e fazer com que quem assiste à TV Senado tenha a noção de que estamos discutindo uma coisa séria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Tem a palavra o Senador Efraim Morais e, em seguida, o Senador Marconi Perillo, para votarmos a matéria.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Senador Presidente Tião Viana, quero voltar um pouco ainda sobre a transposição das águas do Rio São Francisco. Rapidamente, com todo o respeito que tenho pelo Senador César Borges, que tem uma posição contrária com relação à transposição. A Bahia hoje não tem essa mesma posição unânime. O próprio Ministro que será o responsável por essa obra é baiano, Deputado Geddel, defende a tese da transposição.

Então, veja V. Ex^a que, aos poucos, essa resistência está sendo cortada. Hoje, a Bahia já não pensa, unanimemente, contrária à transposição do Rio São Francisco. Tive a oportunidade de conversar com o Deputado, Ministro Geddel Vieira, que disse ser uma posição irreversível.

Quanto ao bispo, a Igreja Católica, da qual faço parte, já foi bem clara em relação a essa questão. Não há posição de Bispo A nem B. Para que V. Ex^a tenha uma idéia – e o próprio Senador César Borges – o Coordenador da Transposição das Águas na Paraíba é o Arcebispo da Paraíba, Dom Pagotto. Veja V. Ex^a exatamente o que tem de acontecer. Esse bispo já teve seu espaço na mídia. É useiro e

vezeiro em relação à questão de querer aparecer perante a mídia em detrimento da fome e da sede, principalmente da sede, de 10 milhões de nordestinos. Lamento que um bispo que tem tanto o que fazer tente impedir uma obra que é, sem dúvida, a redenção de grande parte dos Estados do Nordeste, principalmente do Rio Grande do Norte, da minha Paraíba, do Ceará e de Pernambuco.

Por isso, lamento sinceramente que o Bispo Luiz Cappio venha, mais uma vez, procurar ser manchete na mídia em troca de nada.

A Igreja Católica já deixou claro que não tem nada a ver com a questão da transposição. É um projeto. Quero parabenizar, mesmo fazendo oposição ao Governo Lula, o Presidente por essa decisão de fazer a transposição. Na transposição, Sua Excelência conta comigo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

O Senador Marconi Perillo tem a palavra para encaminhar a matéria. A seguir, submeterei à votação a medida provisória.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para

encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa medida provisória revoga a Medida Provisória nº 382, que dispõe sobre o desconto de créditos de contribuição para o PIS/Pasep e também da Cofins na aquisição do mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos 1 e 2 da Lei nº 10.485, de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, a TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006. Autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil e de confecção e de móveis de madeira. Revoga ainda a MP nº 382, que tratava dos incentivos ao setor calçadista e outros.

Isso é apenas para desobstruir a pauta, para a votação da CPMF, como estamos todos sabendo.

O Governo encaminhou o projeto tratando do mesmo assunto – esse PLC é o de nº 76 – e, quando da tramitação dele na CAE, fizemos um entendimento com o Senador Mercadante e agora esperamos que seja contemplado no PLC do Senador Dornelles, com o objetivo de incluir o setor de medicamentos genéricos.

Importante registrar, Sr. Presidente, que o meu Estado hoje é um dos maiores produtores de medicamentos genéricos no Brasil. Temos hoje um grande pólo farmacêutico nas cidades de Anápolis e Goiânia.

Eu gostaria ainda de solicitar a atenção dos Senadores Mercadante e Dornelles no sentido de que possamos contemplar neste PLC do Senador Dornelles essa área. Já conversei pessoalmente sobre esse

assunto com o Senador Mercadante e solicito o apoio dele para que possamos, juntos, construir, mesmo através de emendas, caso não esteja contemplado, esse apoio ao setor de medicamentos genéricos.

Desejava ainda solidarizar-me com os Senadores Geraldo Mesquita, nos termos aqui colocados por S. Ex^a, e com o Senador Mário Couto. Senador Mário Couto, depois farei um pronunciamento com uma defesa bem mais intransigente, bem mais acentuada em relação aos episódios que envolvem as perseguições do Governo do Pará a V. Ex^a. De qualquer maneira, fica registrada a minha irrestrita solidariedade.

Conforme a orientação do Líder Arthur Virgílio, vamos votar pela abstenção ou pelas considerações já colocadas pelo Senador Arthur Virgílio. Vamos votar nominalmente pela abstenção.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrado o encaminhamento de votação.

Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, com o voto de abstenção do PSDB e votos contrários dos Democratas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com o apoio de três Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Marconi Perillo, Senador Papaléo Paes e Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Apoio em votação nominal à matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Os Democratas votam “não”. Peço aos Democratas que compareçam ao plenário e que votem “não”. A orientação do Partido é o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os Democratas votam “não”.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PTB vota “sim”.

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o PT e o Bloco de Apoio votam “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PT e o Bloco de Apoio votam “sim”.

Senador Valdir Raupp, pelo PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim” e pede às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram nas dependências da Casa que compareçam, se puderem, ao plenário. A votação é nominal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O PMDB vota “sim”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O PDT está liberado, mas eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O PDT está liberado. O Senador Jefferson Péres vota “sim”.

Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela coerência com ontem, abstenho-me de votar e libero a Bancada para que tome a melhor atitude que convém a cada consciência do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O PSDB tem liberdade para votar. Senador Arthur Virgílio, pela abstenção.

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, encaminho o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Voto “sim”.

Senador Eduardo Suplicy.

Vou encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Se todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

Encerrada a votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, chegaram dois Senadores. Um instante, eles estão votando ainda. São dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em aberto, ainda, para votação por mais um minuto.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, aguardo o encerramento da votação para discutir um assunto com a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

88 399-1#

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007

REVOGA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 382, DE 24 DE JULHO DE 2007, DISPÕE SOBRE O DESCONTO DE CRÉDITOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA COFINS.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 27/11/2007

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 27/11/2007 17:19:23
Encerramento: 27/11/2007 17:27:00

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	ABST.				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	SIM				
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	ABST.				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	SIM				
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM				
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM				
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	ABST.				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO				
Bloco-PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM				
Bloco-PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM				
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	NÃO				
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSARENKO	SIM				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM				

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 16
Votos ABST. : 03
Total : 59

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 40 Senadores; e, NÃO, 16.

Houve 3 abstenções.

Total: 59 votos.

Aprovada a matéria.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007

Revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica revogada a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 2:

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, chamo a atenção da Casa para um fato que julgo relevante e grave. Em relação à Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, Sr. Presidente, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para execu-

ção, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de ações do Programa de Aceleração do Crescimento, o chamado PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, PSH, no exercício de 2007/2008, o Presidente da República veta o parágrafo único.

Ou seja, na prática, impede a transferência – e, nesse campo, cumprindo a palavra empenhada – obrigatória de recursos financeiros pelos órgãos e entidades da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a execução de ações do Pro-

grama de Aceleração do Crescimento, cuja execução, pelos entes federados, seja de interesse da União.

Ou seja, Sr. Presidente, na época de eleição, fica proibido. Porém, fica uma lacuna – e chamo a atenção do nobre Líder Romero Jucá –, porque o art. 9º dessa mesma lei passa a vigorar permitindo que os recursos desse Fundo possam ser repassados a entidades privadas sem fins lucrativos cujos objetivos estejam em consonância com os do Fundo, observados os seguintes parâmetros. Aí vem a regulamentação.

Mas, em outras palavras, Sr. Presidente, o alerta que faço à Casa é para o fato de que visávamos não a impedir repasse para Municípios; nós visávamos a impedir repasses que pudessem emascarar o resultado eleitoral. E aqui estão livres as ONGs para receber, às vésperas das eleições, repasses do Governo Federal. Ou seja, continua havendo o perigo de nós termos eleições comprometidas por abuso de poder econômico, mascarada essa forma de abuso pelo repasse a uma entidade regular, enfim, que, depois da eleição, prestará contas, quem sabe até sendo ouvida numa outra CPI após essa que está em curso na Casa, mas havendo, no curto prazo, uma agressão ao direito que os brasileiros têm de se manifestarem livremente, sem coações, nem policiais, nem psicológicas, nem profissionais, nem econômicas, sobretudo econômicas, sob nenhuma dessas formas de coação, pronunciarem-se os brasileiros nas eleições.

É uma denúncia que faço, Sr. Presidente, porque considero que ficou capenga a solução. Numa parte, o Presidente obrou bem; na outra parte, percebe-se a intenção de participar da eleição por meio de ONGs próximas ao Governo. Isso não é bom. Eleições limpas são o que se espera do Brasil, para consolidarmos a democracia brasileira.

Chamo a atenção do Senador Heráclito Fortes, do Senador Inácio Arruda, do Senador Raimundo Colombo e da Senadora Lúcia Vânia, que dirigem a CPMI das ONGs – o Senador Raimundo Colombo é o Presidente dessa comissão, a Senadora Lúcia Vânia é a Vice-Presidente, o Senador Inácio Arruda é o relator e o Senador Heráclito Fortes foi o idealizador –, para o fato de que está aberto o flanco que, amanhã, poderá resultar – se Deus quiser, não será assim –, primeiro, em abuso de poder econômico contra adversários do poder, porque não vão transferir para ONGs que não sejam de confiança; segundo, quem sabe, em malversação de recursos; e, depois, em mais denúncias a enlamear a vida pública do Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu

gostaria de registrar o meu voto na votação anterior. Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido. Será consignada em Ata a manifestação de V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a consignasse em Ata o meu voto pela abstenção na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será consignada em Ata a manifestação de V. Ex^a.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Marconi Perillo, farei apenas a leitura do próximo item. V. Ex^a terá, em seguida, a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 37, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que *institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de quorum para sua deliberação.

Transcorreu ontem a sexta sessão em que a matéria constou da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à Medida Provisória 11 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 4 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 8 de novembro;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado João Leão (PP-BA);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 66, de 2007, e se esgotará no dia 27 de fevereiro de 2008;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 14 de novembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas corroborar as palavras do Senador Arthur Virgílio, cobrando do Senador Romero Jucá, Líder do Governo, o cumprimento integral do compromisso.

Nós fizemos aqui, de boa fé, sobretudo os Senadores José Agripino e Arthur Virgílio, esse acordo no sentido de que haveria vetos a repasses para prefeituras e governos, no período eleitoral, e também para as ONGs. Portanto, julgo absolutamente necessário, para que haja sempre confiabilidade nos acordos, que esse assunto seja revisto pelo Líder Romero Jucá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, para relatar a matéria.

PARECER Nº 1.113, DE 2007 – PLEN

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou relatando o Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, proveniente da Medida Provisória nº 393, de 19 de setembro de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária e dá outras providências.

A Medida Provisória nº 393, de 2007, foi analisada segundo os parâmetros da constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

O pressuposto constitucional de relevância encontra-se atendido, por se tratar da criação de um programa destinado a melhorar o desempenho dos portos e das hidrovias, elementos de grande importância para a redução dos custos de transporte e, conseqüentemente, para o aumento da competitividade dos nossos produtos no mercado internacional.

A urgência se justifica, tendo em vista que a utilização das rodovias e dos portos vem sendo prejudicada pela obstrução e pequena profundidade dos canais de navegação e dos berços de atracação, problema cuja solução passa em grande parte pela implementação de um programa eficiente de dragagem.

O projeto não apresenta vício de constitucionalidade formal, uma vez que foram observadas as regras pertinentes à competência e à iniciativa legislativa da União, além de não tratar de matéria vedada a medidas provisórias.

Corroboramos, ademais, as conclusões da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, constantes da Nota Técnica nº 31, de 2007, que, a partir da análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação sobre as normas orçamentárias e

financeiras vigentes, manifestou-se pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 393, de 2007.

A matéria é ainda adequada no que tange ao mérito. O principal objetivo é abrir a prestação dos serviços de dragagem às empresas estrangeiras, como forma de aumentar a competição e a eficiência do mercado.

Para tanto, a medida provisória procurou desvincular a dragagem dos serviços de navegação, caracterizando-a como serviço de engenharia. Atualmente, a dragagem é considerada como “serviço de apoio portuário” e, como tal, sujeita às determinações da Lei nº 9.432, de 1997, a qual limita esse tipo de serviço às empresas brasileiras.

Os demais itens tratados visam corroborar essa nova abertura de mercado mediante a adequação das normas vigentes, incluindo a atribuição de novas competências para a Secretária dos Portos e para o Ministério dos Transportes.

A medida provisória remete para a Lei nº 8.666, de 1993, os procedimentos relativos à licitação internacional de serviços de dragagem, o que inclui decisões sobre a entrada de dragas estrangeiras para operar no País, as condições de internação dos equipamentos importados, a incidência ou não de tributos ou o estabelecimento de prazos para sua permanência no País.

As alterações feitas na Câmara dos Deputados, constantes do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, a par de não alterarem a essência da proposta original, contribuem para o aperfeiçoamento do texto a ser aprovado.

Os argumentos expostos apontam, em conclusão, para a oportunidade e a conveniência da medida que ora se propõe.

Portanto, Sr. Presidente, basicamente, retira-se o sistema de dragagem da legislação que trata da navegação, permitindo que a Lei de Licitações estabeleça a possibilidade de utilizar equipamentos estrangeiros e aumentar a eficiência do sistema, porque nós praticamente triplicamos o volume de cargas. Se não aprofundarmos o leito dos principais portos – e aqui destaco o Porto de Santos, que é responsável por 25% da carga geral do País –, nós não teremos como dar resposta a esse aumento espetacular do comércio exterior que o Brasil vem atravessando nos últimos anos.

Portanto, o voto.

Em consonância com as razões expostas, opinamos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 393, de 2007, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007.

É o seguinte o Parecer, na íntegra:

PARECER N° , DE 2007

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão n° 37, de 2007, proveniente da Medida Provisória n° 393, de 19 de setembro de 2007, que “institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências”.

I – Relatório

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) em exame resulta da aprovação na Câmara dos Deputados da Medida Provisória n° 37, de 19 de novembro de 2007.

A MPV n° 393, de 2007, tem por objetivo a instituição do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária (PNDPH), a ser implantado pela Secretaria Especial de Portos (SEP) da Presidência da República e pelo Ministério dos Transportes (MT), por intermédio do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), nas respectivas áreas de atuação.

O Programa abrange obras e serviços de engenharia de dragagem do leito aquaviário, com vistas à manutenção da profundidade dos portos em operação ou à sua ampliação, o que incluiria a escavação ou derrocamento do leito e a remoção do material sedimentar submerso, assim como as ações de licenciamento ambiental e as relativas ao cumprimento das exigências ambientais decorrentes.

A Medida Provisória estabelece as seguintes definições:

- dragagem: obra ou serviço de engenharia que consiste na limpeza, desobstrução, remoção, derrocamento ou escavação de material do fundo de rios, lagos, mares, baías e canais;
- draga: equipamento especializado acochado à embarcação ou à plataforma fixa, móvel ou flutuante, utilizado para execução de obras ou serviços de dragagem;
- material dragado: material retirado ou deslocado dos leitos dos corpos d'água decorrente da atividade de dragagem e transferido para local de despejo autorizado pelo órgão competente;
- empresa de dragagem: pessoa jurídica que tenha por objeto a realização de obra ou serviço de dragagem com a utilização ou não de embarcação.

O art. 2° dispõe sobre a “dragagem por resultado”, definida como a contratação de obras de engenharia destinadas ao aprofundamento, alargamento ou expansão de áreas portuárias e de hidrovias, assim como os serviços de natureza contínua com o objetivo de

manter, pelo prazo fixado no edital, as condições de profundidade estabelecidas no projeto implantado.

Determina também que deverão ser contratadas sob a forma de “dragagem por resultado” as obras e serviços integrantes do PNDPH. Na hipótese de ampliação ou implantação da área portuária, fica obrigatória a contratação conjunta dos serviços de dragagem de manutenção a serem posteriormente prestados. Obras ou serviços de dragagem por resultado poderão ser reunidas para dois ou mais portos, num mesmo contrato, quando essa medida for mais vantajosa para a administração pública.

Ainda segundo o art. 2°, na contratação de dragagem por resultado, fica obrigatória a prestação de garantia pelo contratado, de acordo com as modalidades previstas no art. 56 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e a duração dos contratos será de até cinco anos, prorrogável por igual período uma única vez, sempre observadas as disposições da referida Lei. A contratação de dragagem por forma diversa deverá ser prévia e expressamente autorizada pela Secretaria Especial de Portos da Presidência da República ou pelo Ministério dos Transportes, nas respectivas áreas de atuação.

O art. 3° faculta a contratação dos serviços de dragagem de que trata esta MPV com empresas nacionais ou estrangeiras, por meio de licitação internacional, nos termos da Lei n° 8.666, de 1993.

O art. 4° atribui à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e ao Ministério dos Transportes competência para estabelecer, nas respectivas áreas de atuação, as prioridades para dragagem de ampliação, fixar sua profundidade e demais condições, que devem constar do projeto básico da dragagem.

O art. 5° determina que as embarcações destinadas à dragagem sujeitam-se às normas específicas de segurança da navegação estabelecidas pela Autoridade Marítima, porém não mais se submeterão ao disposto na Lei n° 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário.

O art. 6° estabelece que serão submetidos à aprovação e fiscalização da SEP e do Ministério dos Transportes, nas respectivas áreas de atuação, os programas de investimento e de dragagens, a estruturação da gestão ambiental dos portos, bem como a alocação dos recursos arrecadados por via tarifária das Companhias Docas e do Dnit, com o objetivo de assegurar a eficácia da gestão econômica, financeira e ambiental.

Submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, a MPV n° 393, de 2007, recebeu emendas diversas, tendo sido aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão n° 37, de 2007.

O PLV nº 37, de 2007, em linhas gerais acolhe os termos da MPV nº 393, de 2007. As principais alterações efetuadas referem-se ao art. 1º, § 1º, do qual foi retirada a menção às ações de licenciamento ambiental e àquelas relativas ao cumprimento das exigências ambientais decorrentes das obras de que trata o programa, e ao texto do art. 5º, para limitar a um ano a única prorrogação permitida do contrato de dragagem. As demais modificações são de natureza redacional e não comprometem o conteúdo da proposta original.

II – Análise

A MPV nº 393, de 2007, foi analisada segundo os parâmetros de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

O pressuposto constitucional da relevância encontra-se atendido, por se tratar da criação de um programa destinado a melhorar o desempenho dos portos e das hidrovias, elementos de grande importância para a redução dos custos de transporte e, conseqüentemente, para o aumento da competitividade dos nossos produtos no mercado internacional.

A urgência se justifica, tendo em vista que a utilização das hidrovias e dos portos vem sendo prejudicada pela obstrução e pequena profundidade dos canais de navegação e dos berços de atracação, problema cuja solução passa em grande parte pela implementação de um programa eficiente de dragagem.

O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que foram observadas as regras pertinentes à competência e à iniciativa legislativa da União, além de não tratar de matéria vedada às medidas provisórias.

Corroboramos, ademais, as conclusões da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, constantes da Nota Técnica nº 31, de 2007, que, a partir da análise da repercussão sobre a receita ou despesa pública da União e da implicação sobre as normas orçamentárias e financeiras vigentes, manifestou-se pela adequação orçamentária e financeira da MPV nº 393, de 2007.

A matéria é ainda adequada no que tange ao mérito. O principal objetivo MPV nº 393, de 2007, é abrir a prestação dos serviços de dragagem às empresas estrangeiras, como forma de aumentar a competição no mercado.

Para tanto, a MP procurou desvincular a dragagem dos serviços de navegação, caracterizando-a como serviço de engenharia. Atualmente, a dragagem é considerada como “serviço de apoio portuário” e, como tal, sujeita às determinações da Lei nº 9.432,

de 1997, a qual limita esse tipo de serviço às empresas brasileiras.

Os demais itens tratados visam corroborar essa nova abertura de mercado mediante a adequação das normas vigentes, incluindo a atribuição de novas competências para a SEP e para o MT.

A MP remete para a Lei nº 8.666, de 1993, os procedimentos relativos à licitação internacional de serviços de dragagem, o que inclui decisões sobre a entrada de dragas estrangeiras para operar no País, as condições de internação dos equipamentos importados, a incidência ou não de tributos ou o estabelecimento de prazos para sua permanência no País.

As alterações feitas na Câmara dos Deputados, constantes do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, a par de não alterarem a essência da proposta original, contribuem para o aperfeiçoamento do texto a ser aprovado.

Os argumentos expostos apontam, em conclusão, para a oportunidade e conveniência da medida que ora se propõe.

III – Voto

Em consonância com as razões expostas, opinamos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 393, de 2007, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.
– Senador **Aloizio Mercadante**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Aloizio Mercadante, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. No mérito, pela aprovação do projeto de lei de conversão.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários do PSDB e do Democratas.

Em discussão a matéria quanto ao mérito.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Para discutir, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 393, de 2007, institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, a ser implantado pela Secretaria Espe-

cial de Portos e pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Dnit.

A Medida Provisória cria a figura da dragagem por resultados que compreende a contratação de obras de engenharia destinadas ao aprofundamento, alargamento ou expansão de áreas portuárias e de hidrovias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e de fundeio e berços de atracação, bem assim os serviços de natureza contínua, com o objetivo de manter, pelo prazo fixado no edital, as condições de profundidade estabelecidas no projeto implantado.

Pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados, as obras de dragagem poderão ser executadas conjuntamente em até três portos. O texto original da medida provisória permitia a execução conjunta em dois ou mais portos.

Pelo Projeto de Lei de Conversão que estamos discutindo, a duração dos contratos será de até cinco anos, com possibilidade de uma única prorrogação por até um ano. A Medida Provisória permitia a prorrogação por até cinco anos. Já o texto aprovado na Câmara dos Deputados especificou que a contratação de dragagem de forma diversa daquelas previstas na lei sempre respeitará a Lei nº 8.666, de 1993, condição não prevista na medida provisória enviada pelo Governo.

No Projeto de Lei de Conversão, foram retiradas do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária mudanças nas normas sobre licenciamento ambiental. A medida provisória autorizava o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) a realizar o licenciamento ambiental.

Apesar de a Medida Provisória ter a intenção de contribuir para a eficácia na gestão portuária e hidroviária, vários são os pontos que merecem críticas e que nos levam a decidir pela rejeição do seu texto.

Em primeiro lugar, não dá para considerar a medida provisória, neste momento, relevante e urgente. Os portos já tiveram um programa especial de emergência no primeiro mandato do Presidente Lula.

Em meados de 2004, foram iniciadas atividades de pesquisas nos principais portos brasileiros para ações emergenciais de melhoria de desempenho, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, com a participação dos seguintes Ministérios: Transportes; Agricultura; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Planejamento; Meio Ambiente e Fazenda.

Essas atividades de pesquisas resultaram em um plano emergencial de investimentos denominado – todos devem se lembrar – Agenda Portos, que só conseguiu produzir de concreto mesmo a constituição de um grupo técnico interministerial para coordenar, acompanhar e monitorar as ações emergenciais e

prioritárias nos principais portos brasileiros e de um Grupo de Trabalho Permanente – GTP Portos, cuja incumbência era, também, acompanhar e monitorar as ações emergenciais e prioritárias nos portos do País.

Das ações previstas pela agenda para os principais portos do País, quantas foram efetivamente realizadas, Sr. Presidente?

Enfim, passaram-se mais de três anos da Agenda Portos e só agora os tais portos voltaram, ao que parece, a ser prioridade.

Outro ponto que merece crítica é a coordenação conjunta do Programa, estabelecida pela medida provisória, entre a Secretaria Especial de Portos e o Ministério dos Transportes, por intermédio do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT.

Aliás, abro parênteses para dizer que até hoje não consigo entender, Senador Marconi Perillo, por que de repente o Ministério dos Transportes passou a ser uma coisa e a Secretaria Nacional dos Portos, outra. Isso não é nada mais, nada menos do que a divisão fisiológica de cargos do Governo, entulhando o País de ministérios para contemplar seus aliados do PSB, seus aliados do PR. E por aí o Governo foi dividindo, como se fosse um bolo, em fatias, o poder público, com todo o prejuízo de eficácia e com todo o prejuízo de seriedade que temos observado.

Muito bem, Sr. Presidente, como sabemos, o Dnit é o verdadeiro recordista mundial de irregularidades, segundo o Tribunal de Contas da União. Para que, então, o Governo Lula criou mais um Ministério, volto a dizer, a Secretaria Especial de Portos, cuja incumbência principal é tratar da infra-estrutura portuária do País? Para dividir essa tarefa com o Ministério dos Transportes?

Em artigo publicado há algumas semanas no jornal **O Estado de S. Paulo**, o diretor-geral no Brasil da terceira maior armadora do mundo observou que, em alguns terminais portuários do País, o tempo de espera para embarque e desembarque de contêineres pode chegar a 300 horas e que a demora tem a ver com problema de infra-estrutura, mas também com a burocracia, e a burocracia é prima-irmã da corrupção. E tem a ver também com a ineficiência operacional dos portos. Parece que, com relação à burocracia, o Governo está fazendo a sua parte.

A medida provisória também deixa de indicar os recursos orçamentários disponíveis para o Programa. Como fica isso? De onde virão os recursos que darão suporte financeiro ao Programa? Virão das dotações a cargo da Secretaria Especial de Portos e do Ministério dos Transportes? Precisamos ter o esclarecimento

desse ponto, uma vez que a matéria não fica clara no texto da medida provisória.

Outro ponto que merece ser discutido: o § 6º do art. 2º estabelece que a contratação de dragagem pode ser feita de forma diversa da estabelecida pela medida provisória, desde que sejam respeitadas as disposições da Lei de Licitações. Isso quer dizer que o gestor poderá mudar a contratação de acordo com a sua conveniência? Volto a indagar. Qual a importância, então, nova pergunta, dessa nova modalidade, se o Governo pode continuar contratando de forma diversa, a critério mero do órgão competente, Senador Mário Couto?

Quero questionar ainda o art. 3º, que abre a possibilidade de participação de empresas estrangeira nas licitações para obras e serviços de dragagem. Essa abertura, sem uma contrapartida nacional, poderá acarretar a extinção de empresas nacionais e do seu parque de equipamentos.

Nesse sentido, inclusive, há uma emenda do Senador Sérgio Guerra, a de nº 7, estabelecendo que haja participação majoritária de empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. Isso assegura, também, a capacidade estratégica do País de atendimento aos portos brasileiros em momentos de crise internacional.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são muitas as versões e as razões que me levam a votar pela rejeição da presente medida provisória e, da mesma forma, a orientar – e farei isso no momento do encaminhamento da matéria para votação – a bancada do PSDB para que rejeite essa proposta do Governo.

Eu ouvia, Senador Jarbas Vasconcelos, a preocupação de V. Ex^a. De fato, essa medida provisória não me parece algo bom para o País. Ela mistura o perigo da corrupção com a tendência a se enraizar e cristalizar a incompetência administrativa, a ineficiência, a burocracia. E vamos observar que, quanto menos burocrático seja um país, menos corrupto ele haverá de ser igualmente; quanto mais burocrático, mais corrupto. Ou seja, parece-me até que não é uma mera questão de atraso de mentalidade, mas parece-me que quando se insiste num Brasil burocrático e atrasado como esse é porque tem muita gente – e não é deste Governo, é coisa que vem de há muito tempo – interessada em fazer da burocracia um meio de vida, porque a burocracia associa as decisões a um processo corrupto, a um processo de desvio de recursos, a um processo de desmoralização da coisa pública.

É óbvio que temos que nos manifestar sobre isso, Senador Mário Couto, Senador Flexa Ribeiro, Senador Marconi Perillo. É óbvio, Senador Alvaro Dias. Não

podemos deixar que isso passe como se não houvesse sentimento de nossa parte em relação à proteção dos interesses brasileiros. Eu fico sem entender. Eu costume não ter antipatia por pessoas; procuro saber o que as pessoas tem, Sr. Presidente, para me oferecer. Se uma pessoa me cheira mal, ponho o pé atrás; depois, se ela me convence do contrário, eu ponho os pés à frente. Agora, eu tenho antipatia nítida por essa divisão entre Ministério dos Transportes e Secretaria Especial de Portos, absoluta antipatia, porque não vejo utilidade. É dinheiro público sendo consumido; são companheiros empregados; é a tentativa de acomodação da base.

Eu lembrava, outro dia, de alguma coisa referida, Senador Alvaro Dias, ao General Geisel que V. Ex^a, eu próprio e tantos como o Senador Jarbas Vasconcelos combateram ao longo do governo do General Geisel. O General Geisel era acusado, já àquela altura, por exemplo, pelo depois Ministro Pedro Malan, de trabalhar com ministérios demais, e ele trabalhava com 18 ministérios. O Presidente Fernando Collor reduziu para 12 ministérios, e talvez tenha sido um exagero. O Presidente Fernando Henrique, erradamente, deixou que o seu governo se encerrasse com 27 ministérios. O Presidente Lula acha que é pouco 38 Ministérios, acha que tem que contratar mais gente, acha que investimento é contratar pessoal.

E, portanto, Sr. Presidente, nós não podemos compactuar com isso. Nós vamos votar contra, vamos ter votações nominais, vamos votar contra, e a bancada do PSDB vai discutir exaustivamente uma matéria que é relevante. Quando nada, alguém diz: estão falando ao deserto. Talvez estejamos falando ao deserto. Mas alguém haverá de estar nos ouvindo se não estivermos falando completamente ao deserto. Saibam que nem tudo é acomodação. Que saibam que teve gente que não se acomodou e que denunciou que aqui tem a porta aberta para a corrupção, aqui tem a porta aberta para o desmando, aqui tem a porta aberta para a ineficácia, aqui tem a porta aberta para o atraso.

O PSDB, portanto, votará contra e fará o possível para impedir a aprovação dessa matéria.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, o Senador Alvaro Dias, a Presidência retifica a votação anterior, esclarecendo que ficou faltando a votação em globo das emendas de parecer contrário.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Alvaro Dias tem a palavra. A seguir, Senador Agripino e Senador Marconi Perillo. O Senador Mário Couto faz a inscrição.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, vou me inscrever para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Geraldo Mesquita, pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui citado – se bem que de forma respeitosa – pelo Senador Arthur Virgílio e tenho informações, por solicitação dele, a prestar a esta Casa. Já me inscrevi e gostaria que ficasse ao encargo de V. Ex^a a oportunidade em que eu possa me manifestar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concederei a palavra, em seguida, a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem sido repetido – e é nosso dever repetir – que as medidas provisórias se constituem, de modo geral, em uma flagrante afronta à Constituição do País, já que não guardam nenhuma relação com os pressupostos básicos de relevância e de urgência.

Neste caso, deixo de gastar o tempo com apreciações a respeito da inconstitucionalidade da medida provisória e vou procurar abordar a questão de mérito. Realmente, o Governo precisa investir nos portos do País.

Não está investindo o necessário em infra-estrutura. Quando o Presidente diz que é impossível governar sem aumentar gastos, ele teria razão se os gastos guardassem a necessária relação custo-benefício, ou seja, se os gastos fossem realizados levando-se em conta a relação custo-benefício. Isso não ocorre.

O que a Oposição e a imprensa nacional combatem é o gasto desnecessário ou o mau gasto, o gasto com o supérfluo, o gasto resultante do crescimento desmesurado da máquina pública com a criação de ministérios, de departamentos, de cargos comissionados, num explícito aparelhamento do Estado brasileiro com a instrumentalização partidária, que tem por objetivo assegurar vitórias eleitorais. Isso vem na esteira de uma perigosa discussão – a discussão do terceiro mandato para o Presidente Lula.

Gastar em educação, gastar mais em educação tem o aplauso da Oposição, Senador Marco Maciel. Gastar mais em saúde teria o aplauso da Oposição, Senador Marconi Perillo. Gastar em segurança pública, em obras de infra-estrutura nos portos do País, nas estradas brasileiras, nas ferrovias, nos aeroportos, é evidente que sem superfaturamento, teria o apoio da Oposição, estabelecendo as prioridades indispensáveis para o gasto do dinheiro público. Mas, quando o Governo aumenta em 14% no ano gastos com pessoal, é evidente que ele está desrespeitando o critério de prioridades, que deve ser essencial para que qualquer Governo administre bem o País.

Sr. Presidente, nesse caso, temos de admitir, o Governo tem de investir nos portos brasileiros. Ocorre que o que o Governo solicita aqui dá margem à desonestidade. Na verdade, por meio desta medida provisória, o Governo pede um cheque em branco para gastar nos portos brasileiros os recursos que estão alocados para o chamado PAC e gastar de forma a fugir de certas responsabilidades atinentes à necessária austeridade governamental. Prevê, por exemplo, a contratação de empresas estrangeiras e arrendamento no exterior de equipamentos para dragagem, o que, na visão do Governo, podem criar melhores condições para redução dos custos ou podem criar facilidades para o superfaturamento. Depende da honestidade de quem gerencia. Da honestidade ou da ausência de honestidade.

A legislação brasileira tem de ser a mais rigorosa possível, para reduzir os índices de corrupção na Administração Pública. Não devemos, Senador Mário Couto, Senador Flexa Ribeiro, avaliar medidas provisórias que tendem a driblar a legislação do País no que diz respeito à austeridade, à correta aplicação dos recursos públicos, ao se evitar o superfaturamento das obras.

Recentemente, o Tribunal de Contas da União publicou relatório em que revela que a maioria esmagadora das obras executadas pelo Governo Federal está superfaturada. Ou seja, o dinheiro público está sendo gasto de forma perdulária, o dinheiro público está sendo gasto de forma corrupta, de forma desonesta, e temos receio de dar aval a qualquer medida governamental, sobretudo por intermédio de medida provisória inconstitucional, que dê ao Governo, que ofereça ao Governo maiores facilidades para manipular os recursos públicos, na execução de obras públicas, que, repito, são imprescindíveis, mas que devem ser realizadas sob o prisma da correção e da honestidade.

A propósito, quero pedir ao Sr. Presidente Tião Viana que autorize registrar nos Anais da Casa o artigo

– aliás extraordinário artigo – de Miriam Leitão, publicado na edição de hoje do jornal *O Globo*, exatamente sobre a abordagem que fazemos: o Governo perdulário, o Presidente, que afirma não saber governar sem aumentar os gastos públicos, gasta sem estabelecer prioridades, gasta no que é supérfluo, estabelecendo paralelismos desnecessários, superposição de funções e de ações que poderiam ser evitadas em nome da economia do dinheiro público.

A articulista Miriam Leitão inicia o seu artigo dizendo:

O presidente Lula cortou a fitinha da nova política fiscal. Está oficializado o tempo da ganância. O governo Lula nunca foi austero, porém, no começo do primeiro mandato, era o tempo da culpa. Os gastos cresciam, mas o Ministério da Fazenda tentava propor limitações – sempre rejeitadas por outros órgãos. Mas, pelo menos, tentava. Agora, o presidente deu a todos licença para gastar.

Em outro trecho, Miriam Leitão fala do número de Ministérios:

A primeira reportagem feita sobre o tema foi no **‘Estado de S. Paulo’**, coordenada por Ricardo Kotscho, em 1976. O governo Geisel vinha tentando cortar gastos. Naquela época, o Brasil tinha 19 ministérios, e isso era motivo de escândalo. Agora tem 37 e, após a reportagem, tudo o que o presidente tem a dizer é que ‘se fosse possível fazer a máquina funcionar diminuindo o dinheiro, seria ótimo’. Entre aquele momento e hoje, o número de ministérios aumentou 94%. E o presidente gasta sem culpa, convencido de que está certo.

Alguém precisa despertar o Presidente da República para a nossa realidade. Não é possível imaginar o Presidente estar certo num País com tantas carências sociais inegáveis, reconhecidas pelo próprio Presidente, não só no discurso de opositor que fez durante mais de 20 anos, mas nos discursos de Presidente. As carências sociais no Brasil são históricas e atuais, são antigas e momentâneas e não podem ser ignoradas pelo Presidente da República.

Por essa razão, é incompreensível ouvir o Presidente afirmar que é inevitável aumentar os gastos neste cenário de pobreza em que vive o nosso País.

Sr. Presidente, é por essa razão que peço a V. Ex^a registro nos Anais da Casa desse lúcido artigo da jornalista Miriam Leitão, no jornal *O Globo*, de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Licença Para Gastar

(Artigo da Miriam Leitão edição de hoje no **Globo**)

“O Presidente Lula cortou a fitinha da nova política fiscal. Está oficializado o tempo da ganância. O Governo Lula nunca foi austero, porém, no começo do primeiro mandato, era o tempo da culpa. Os gastos cresciam, mas o Ministério da Fazenda tentava propor limitações – sempre rejeitadas por outros órgãos. Mas, pelo menos, tentava. Agora, o Presidente deu a todos licença para gastar.”

Toda semana, o **site** “Contas Abertas” publica uma coluna chamada Carrinho de Compras, mostrando as curiosas encomendas feitas pelos órgãos federais. A última: a Secretaria de Administração da Presidência está comprando uma serra elétrica. É para cortar gesso para fratura. Mas quem será que se engessa tanto na Presidência? Muita gente lá vive quebrando a cara, mas não ao ponto de engessar! Na semana passada, foram dois mil pares de meia. Quantos pés tem a Presidência? A lista de compras exóticas é interminável. Alguns são mais, outros são menos ofensivos ao equilíbrio fiscal ou a coerência das políticas.

O Jornalista José Casado, na primeira reportagem da série sobre mordomias, publicada pelo **Globo**, contou uma história emblemática: “Álamo”, o Presidente Lula, para a segurança, usa um Chevrolet Omega, australiano, bebedor de gasolina (6km/litro). Uma doença típica de Brasília é que todos querem imitar Álamo, quem quer que seja o Álamo da vez. Por isso, o carro está virando onipresente nas frotas oficiais e de lobistas. A contradição ressaltada por Casado: na pátria do biocombustível e do carro flex, o poder prefere um modelo que não economiza combustível fóssil.

Mordomias brasileiros são velhos males do Brasil. A imprensa, de vez em quando, traz instantâneos espantosos do desperdício, do abuso de autoridade, de gastos pessoais pagos com dinheiro público, de carro oficial em compras de família. Alguns governos, depois dessas reportagens, anunciam cortes.

A primeira reportagem feita sobre o tema foi no **Estado de S. Paulo**, coordenada por Ricardo Kotscho, em 1976. O Governo Geisel vinha tentando cortar gastos. Naquela época, o Brasil tinha 19 ministérios, e isso era motivo de escândalo. Agora tem 37 e, após a reportagem, tudo o que o Presidente tem a dizer é que “se fosse possível fazer a máquina funcionar diminuindo o dinheiro, seria ótimo”. Entre aquele momento e hoje, o número de ministérios aumentou 94%. E o Presidente gasta sem culpa, convencido de que está certo.

O Presidente Lula está errado. Há cortes de gastos que obrigam administradores a escolher prioridades, a rever rotinas e processos, a racionalizar, a melhorar a administração, a focar no cliente. Foi assim que empresas brasileiras enfrentaram e venceram a competição internacional quando o País abriu sua economia. É assim que vários governantes, deixaram sua marca de eficiência. Quando Álamo diz: vamos gastar, isso é um perigoso processo de relaxar qualquer tipo de controle. O que deixará o Brasil ingovernável é a compulsão de gastar sem controle que os governos brasileiros – não apenas o de Lula – têm demonstrado.

No seu último trabalho no Ipea, Fábio Giambiagi mostrou que, há 17 anos, as despesas públicas crescem acima do aumento do PIB. Há 17 anos, as receitas têm que cobrir despesas crescentes; seja tempo de recessão ou de crescimento. O ajuste fiscal aqui foi feito pelo contribuinte: ele mandou mais dinheiro para um Estado gastador. A diferença é que era um gastador envergonhado, que prometia combater o vício. O que o Presidente Lula convalidou, nesta entrevista ao **Globo**, no domingo, foi que a farra está instituída, legitimada, e é a única forma de governo. Portanto, caro contribuinte, prepare-se. O Governo está se endividando no mercado futuro de aumento da carga tributária.

É inquietante que o Presidente Lula não tenha entendido, até agora, no final do quinto ano de Governo, a complexidade da questão dos gastos. Ele diz que precisa contratar mais professores para melhorar a educação e mais médicos para melhorar a saúde. Se fosse isso, seria mais simples. O Estado brasileiro precisa contratar mais em várias áreas e reduzir pessoal em outras; precisa aumentar salários em certos níveis, mas, em outros, eles são absurdos. Um jovem procurador, entrando na

carreira com salário próximo de R\$20.000, é evidentemente uma distorção; tanto quanto salários baixos pagos a médicos, por exemplo. A Amazônia precisa de mais cientistas. Os professores brasileiros deveriam ser mais bem treinados para os novos desafios da educação. A elite do funcionalismo ganha 24,5 vezes o salário médio do País (nos Estados Unidos, são 4,4 vezes), enquanto há funcionários ganhando salários irrisórios. Os funcionários públicos continuam se aposentando cedo; o gasto com a previdência pública é absurdo para um País que tem menos de 10% da sua população com mais de 60 anos. Os militares têm um enorme orçamento, e a maior parte vai para inativos. A estrutura do gasto está errada. Seria bom se, a esta altura, o presidente tivesse entendido todo esse drama.

O Estado precisa gastar mais em várias áreas. Como fazer isso se o Estado já tira dos cidadãos 35% do PIB ao ano, ainda dá um déficit nominal de 3% do PIB e todo esse dinheiro não é suficiente para serviços de qualidade? Só pode aumentar os gastos nas áreas certas; quando puder escolher onde cortar.

Miriam Leitão.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, Presidente Interino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Marcelo Crivella, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente Interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que será atendido nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores.

Fatos. O Senador Jefferson Péres solicitou alguma providência da Mesa desta Casa em face de notícia veiculada pelo competente jornalista Weiler Diniz no Jornal do Brasil de hoje. É fidedigna a notícia. O Senador Arthur Virgílio, também da tribuna desta Casa, pediu que aqui eu viesse e prestasse esclarecimentos a respeito do fato.

Parece até algo acontecido nesses dois ou três últimos dias. Não foi! Estou aqui de posse de duas

notas taquigráficas de dois pronunciamentos meus. O primeiro, do dia 16 de novembro, ou seja, há 15 dias, Senador Jefferson Péres. O outro, é um pronunciamento da última sexta-feira da tribuna desta Casa, tratando do mesmo assunto.

Fiz questão de trazer os dois pronunciamentos, primeiro, para mostrar que esse fato não é recente, de dois ou três dias. E, segundo, para ser absolutamente fiel ao que eu disse. E sustento e repito, mais uma vez, da tribuna desta Casa.

Qual é o fato?

Dia 16, Senador José Agripino, vim a esta tribuna tecer considerações acerca do processo fisiológico de liberação de emenda do Orçamento da União. Disse, claramente:

O critério político de liberação de recursos é perverso. Muitas vezes, pune populações inteiras simplesmente porque o parlamentar é de Oposição ou porque não é da cozinha do Presidente da República.

Disse e sustento.

Lembrei aqui que o Senador Antonio Carlos Magalhães foi um parlamentar que morreu sem ver realizado aquilo que tinha como um grande projeto em sua vida que era tornar imperativo o Orçamento Geral da União, ou parte do Orçamento Geral da União. Morreu sem ver realizada essa possibilidade.

Dia 16 de novembro, Senador Jefferson Péres, o discurso foi longo porque às sextas-feiras temos possibilidade de falar de forma mais demorada nesta Casa. Mas vou reproduzir alguns trechos para mostrar que dia 16 de novembro me referi a esse fato.

Eu me dirigi ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que estava aqui presente:

Pois tem gente, Senador Mozarildo, gente graúda ligando para o meu gabinete pedindo audiência para tratar de liberação de emenda. Se quiserem ir lá conversar sobre qualquer outro assunto, tomar café, por uma questão de educação eu recebo; mas para tratar de liberação de emenda, não recebo! Não vou me submeter a uma prática dessa. Isso é uma vergonha! Portanto, quem tiver a intenção de me procurar para esse assunto, mude de rumo.

Eu estava me referindo a qualquer um, com exceção dos meus Pares nesta Casa, com quem eu resolvi conversar sobre essa matéria importante que está tramitando na nossa Casa. Converso e estou à disposição de qualquer companheiro nosso aqui para tratar desse assunto.

Há uma figura no Direito, Senador Jefferson, V. Ex^a sabe disso; aliás, várias: a decadência, a preclusão, a prescrição. Em relação ao Governo, eu decretei a decadência, a prescrição, para tratar comigo, para ter essa interlocução comigo acerca de CPMF, de liberação de emendas, seja do que for. Não trato disso, e disse no meu pronunciamento. Não trato porque acho que não é adequado; não é adequado; não é adequado.

Pois bem.

Portanto, quem tiver a intenção de me procurar para tratar desse assunto, mude de rumo, mude de rota, senão eu venho aqui, mais uma vez, denunciar o fato da tribuna do Senado.

Eu avisei, Senador Jefferson Péres. Qual é o fato? Um funcionário do Palácio do Planalto ligou várias vezes para o meu gabinete – isso antes do dia 16 de novembro e depois do dia 16 de novembro –, e dizia expressamente para a minha chefe de gabinete: “Quero uma audiência com o Senador Geraldo Mesquita para tratar de liberação de emenda”.

É como eu digo: converso com qualquer um dos senhores e das senhoras aqui, meus colegas do Senado. Agora, com relação ao Governo, decretei a decadência e a prescrição para tratar desse assunto comigo. Alertei. Então, não é coisa de dois ou três dias atrás.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Inscreva-me para um aparte depois, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mário Couto, a Presidência faz um apelo ao Plenário. Estamos na Ordem do Dia discutindo uma matéria específica. Foi julgada uma excepcionalidade para que essa matéria pudesse ser tratada agora. Então após a votação dessa matéria, podemos abrir para esse assunto. Peço a colaboração de V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Não precisa pedir a colaboração, não. Respeito V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Vou adiantar, para não tomar muito tempo.

Disse aqui algo claro e cristalino. Fiz a crítica: não recebo e não trato dessa questão. Eu mesmo fiz a pergunta: “Mas, então, Senador Geraldo, o senhor não quer a liberação das suas emendas?” Quero a liberação das emendas. Aliás, não sou eu que quero, não. É o povo acreano que quer a liberação das emendas. Mesmo assim, não trato desse assunto com representantes do Governo. Trato com qualquer um de vocês.

Dia 23, sexta-feira passada:

Este Governo, desde que estou aqui, trata de forma desrespeitosa a base dele, inclusive. (...) Este Governo precisa de um quórum mínimo de 49 votos para alterar a Constituição

Federal, por exemplo. (...) Apenas umas três ou quatro cabeças coroadas [eu disse, sustento daqui] têm interlocução com o Governo. Estou me referindo aos Parlamentares da base de sustentação do Governo. O resto não tem. O resto não tem e é tratado de forma desrespeitosa neste Senado Federal!

Hoje abro os jornais e tenho aqui uma nota. (Sexta-feira passada) Não sei se a notícia tem correspondência com a realidade, mas me leva a lembrar fatos. Há integrantes da base de sustentação do Governo que sempre trabalharam no sentido de mostrar a este Governo que o tratamento que ele concede a sua base de sustentação no Senado é um tratamento indevido, é um tratamento desrespeitoso. Perguntava então: O que custa a esse Governo, aos seus Ministros, ao Presidente receber regularmente Parlamentares para conversar, colher opinião, saber como está o seu próprio Governo?

Isso não acontece, simplesmente não acontece. Perguntei ao Senador Mão Santa, que estava sentado na minha frente: “Senador Mão Santa, quantas vezes o senhor foi convidado?” Respondeu ele: “Nenhuma”. Esse mesmo Governo desconheceu, ao longo do tempo, desde que estou aqui, há quase cinco anos, a recomendação de lideranças importantes desta Casa – refiro-me a lideranças da base de sustentação – que sempre tentaram mostrar, Senador Tião Viana, Senador Aloizio Mercadante, Romero Jucá, Senadora Ideli Salvatti, Senador Renan Calheiros, sempre tentaram mostrar que a relação que o Governo estabeleceu com a sua base aqui ano Senado Federal era indevida, deixava a merecer. Um desses parlamentares foi chamado de ave de agouro agora, há poucos dias, na quinta-feira, Senador Renan Calheiros.

Eu me obriguei... Acabei revelando o nome dessa pessoa ao jornalista Weiller Diniz... O fato ocorreu. Antes do dia 16 de novembro, ele ligou para o meu gabinete e falou com minha chefe de gabinete. Ele pedia audiência com o Senador Geraldo Mesquita Júnior para conversar sobre liberação de emendas nesta altura do campeonato. Isso me cheira a assédio. Falei claramente. Casos parecidos com esse beiram a tentativa de corrupção. Falei e sustento. Alertei: não venha. Não me procure.

Vou revelar mais ainda. Com todo o respeito, o Senador Valdir Raupp, um grande amigo, me disse dias atrás: “Senador, o Ministro ‘Tal’ quer conversar com você.” Eu disse ao Senador Valdir Raupp, que é um homem digno e pode confirmar o fato: Senador, conversei com V. Ex^a, mas não com mais ninguém do Governo, porque considero uma impostura. Acho que este não é o momento.

O Governo passa o ano inteiro, a legislatura inteira concedendo um tratamento desrespeitoso aos parlamentares, à sua base de sustentação no Senado Federal, e, neste momento crucial, ligam Ministros, e funcionários do Planalto vêm ao nosso gabinete.

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Estou concluindo, Senador Tião Viana.

Depois de insistentes ligações para o meu gabinete e recebendo sempre esta resposta, Senador Arthur Virgílio – não conversei sobre esse assunto –, ele não se deu por achado e, terça-feira ou quarta-feira passada, foi pessoalmente ao meu gabinete. Adentrou meu gabinete sem ser convidado, e, não fosse a minha chefe de gabinete e o meu assessor que trata da questão de orçamento se interporem entre ele e a porta do meu gabinete, ele teria entrado, o que denotaria, o que configuraria uma falta de respeito muito grande. Não lhe dei essa liberdade, não lhe dei essa licença.

Portanto, o que o jornalista Weiller Diniz reproduziu na sua coluna é a expressão da verdade, é fato. Foi isso que aconteceu. O Senador Mercadante é uma pessoa, está aqui, está dito no meu discurso, por quem tenho o maior carinho, o maior respeito nesta Casa. Em março ou abril deste ano, disse: “Geraldo, você precisa reconsiderar. Vamos conversar. O Governo do Lula é importante”. E, em respeito a ele, em consideração a ele, eu disse: Senador, conversei sim. “Vamos marcar uma audiência com o Ministro Mares Guia.” Autorizei o Senador Mercadante a fazê-lo. E o tempo passou, nem me lembrava mais disso.

Há poucos dias, antes de o Ministro sair do seu posto, me ligou do seu gabinete querendo saber se aquela audiência que teria sido solicitada pelo Senador Aloizio Mercadante, naquela época, em março ou abril, poderia ser realizada. Educadamente, eu disse: comunique ao gabinete do Ministro que eu não quero mais a audiência. Neste momento eu não trato mais dessa questão e não conversei mais com o Ministro, porque eu temo que o assunto seja aquele que eu já me obriguei a não tratar com o Governo.

Srs. e Sr^{as} Parlamentares, a questão é essa, o fato é esse. Alertei e avisei. Alertei e avisei. Mesmo assim, o assédio permaneceu e continuou.

Chamei, não me lembrei do nome. Se eu cruzar com esse cidadão no corredor, não sei de quem se trata. Nunca o vi mais gordo. Nunca me deu um telefonema. Nunca me procurou para absolutamente nada. De repente, no auge da discussão da CPMF, com essa insistência toda, três, quatro, cinco vezes... Não admito. Não estou aqui para isso. Não estou aqui para isso, repito.

Portanto, os fatos foram esses. Tenho testemunhas disso, no meu gabinete. A testemunha maior são os pronunciamentos que fiz. Estão aqui gravados. Tenho aqui as notas taquigráficas do fato relatado e do aviso dado. O aviso não foi observado, e as consequências surgiram.

Assim, coloco-me à disposição, Senador Tuma. Querendo conversar, estou à sua inteira disposição. Para qualquer colega que queira um esclarecimento maior a respeito dos fatos, estou à inteira disposição, mas não admito, não permito ser desmoralizado por uma prática dessa. Repito, para finalizar: converso com o Senador Raupp, converso com qualquer um dos nossos colegas aqui, com o Senador Mercadante, seja com quem for, para tratar dessa questão. Mas, em relação ao Governo, decretei a prescrição e a decadência do direito de o Governo se dirigir a mim para tratar de questões como essa, porque considero altamente suspeito tratar de questões como essa nesse momento crucial que o Governo tem um projeto de fundamental importância sendo discutido nesta Casa.

Sr. Presidente, agradeço o tempo e a oportunidade.

São esses os esclarecimentos que eu gostaria de prestar à Casa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Supply, enquanto o Senador está se dirigindo à tribuna.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Marconi Perillo se dirige à tribuna, permita-me registrar a visita de importante delegação da República do Vietnã que visita o Senado: o Vice-Ministro Ha Hung, do Comitê para Assuntos de Minorias Étnicas; Tran Van Thuat, Diretor do Departamento de Polícia; Dang Thi Anh Thu, Vice-Diretor de Literatura; Le Viet Hoa; Le Thi Thai Hoa; Nguyen Thanh Hai; Nguyen Van Tan; Ho Van Thanh; Nguyen Van Thuc; Phan Bang Son e Dang Giang.

São onze membros dessa delegação do Vietnã que vêm dialogar com diversos vereadores, e aqui dou-lhes as boas-vindas.

Sr. Presidente, também quero transmitir a V. Ex^a e a todos os Senadores presentes que os membros da Comissão do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, sobretudo da região sudoeste, do vale do Ribeira estão aqui nos visitando e também a Vice-Prefeita de Registro, o Prefeito de Iguape, que vêm conosco dialogar a respeito da importância da comemoração

dos 100 anos da imigração japonesa, e pedir o apoio nosso e dos diversos Ministérios.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Saudação de todo o Senado ao Vice-Ministro Ha Hung e a toda a delegação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, pela ordem, com anuência do Senador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do PSDB, quero saudar a ilustre delegação de parlamentares, pessoas públicas vietnamitas, bem como as figuras tão honradas que estão trabalhando para a comemoração do Centenário de Imigração Japonesa no Brasil, que será uma festa muito bonita, com repercussão em diversos Estados, a começar pelo meu, que tem a presença bastante expressiva da cultura japonesa a nos ajudar a construir uma bela civilização no Amazonas.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, em nome da bancada do PT, também queria saudar a delegação vietnamita. O Vietnã tem uma história bastante importante de luta pela independência, pelos valores de um projeto nacional de desenvolvimento e que vem conseguindo se reconstruir de forma bastante consistente.

Igualmente, quero parabenizar as pessoas que estão tratando da comemoração do centenário da imigração japonesa, lembrando que no Brasil há a maior concentração de japoneses fora do Japão e, particularmente no Estado de São Paulo, há dois terços da presença dessa comunidade que tanto enriqueceu a nossa cultura, a nossa História e a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para

discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no início do próximo mês de dezembro, Senador Arthur Virgílio, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura receberá o relator das contas do Governo relativamente ao exercício de 2006, Ministro Ubiratan Aguiar. Vamos debater com ele, numa audiência pública, aspectos importantes do seu relatório, e, segundo o TCU, o Dnit já é o campeão de obras irregulares no Brasil.

A Constituição Federal atribui ao Poder Legislativo - e esta Casa tem uma importância singular nesse aspecto - a capacidade não só de legislar, mas também

e sobretudo de fiscalizar, porquanto um dos princípios basilares da República é o de freios e contrapesos.

É exatamente com foco na capacidade fiscalizadora que entendemos necessário esta Comissão de Infra-Estrutura levar a fundo as investigações quanto às irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União na maioria das obras realizadas pelo DNIT e pela Infraero.

Ao que parece, a situação nessas duas Instituições é extremamente grave e denota uma sangria sistemática dos recursos públicos. Não bastasse a incapacidade do Governo em fazer investimentos para garantir o mínimo de segurança efetiva das estradas e dos aeroportos brasileiros, o Relatório do TCU indica que, das 231 obras realizadas em 2007, com investimentos de R\$23 bilhões, 77 tinham indícios de irregularidades graves, com recomendação de paralisação imediata dos investimentos.

Temos, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, 33% das obras sob suspeição, ou seja, cinco bilhões de reais que podem ter sido mal-empregados, que podem ter saído pelos ralos da corrupção endêmica que grassa este País e este Governo. Além disso, há 101 obras com indícios de irregularidades, mas que não precisam ser paralisadas. Apenas 52 obras – repito – de 231 obras fiscalizadas não apresentam problemas de irregularidades ou de irregularidades gravíssimas. O relatório do Ministro Benjamin Zymler indica que a correção de irregularidades poderá representar economia superior a R\$1 bilhão aos cofres públicos.

Falta dinheiro nas farmácias, falta dinheiro para as escolas, falta dinheiro para a segurança pública, mas sobra dinheiro nos ralos da corrupção.

Diante desse quadro, fizemos audiência pública com técnicos do TCU e faremos outra agora sobre os diversos aspectos constatados no relatório. Sem dúvida, a sociedade brasileira merece as devidas explicações sobre como tem sido empregado o dinheiro público nesses dois setores, especialmente quando se considera o número de vítimas em acidentes rodoviários e aéreos no Brasil.

O Governo Lula tem insistido em editar MPs que contemplam mais recursos aos órgãos que foram indicados pelo TCU, de irregularidades graves, inclusive com superfaturamento nos contratos. Agora, cria mais um órgão, mais uma estrutura, para certamente colaborar com essa cultura dos desvios e das irregularidades.

Com relação à medida provisória em tela, seria necessário o Governo se empenhar para aprovar, em caráter de urgência, o Plano Nacional de Viação. Designei o Senador e competente ex-ministro Eliseu Resende para ser o Relator. O projeto tramita na Comissão

de Infra-Estrutura. Como já disse e repito, o Senador é um honrado homem público. O PLC nº 18/2000 é de extrema relevância para o setor viário nacional, especialmente para o hidroviário.

Sr. Presidente, a propósito da discussão sobre portos, gostaríamos de registrar matéria publicada pela revista *Veja*, de grande renome nacional e internacional, sob o título *Lógica do Atraso*, que julgamos da mais alta relevância para o entendimento da atual situação do sistema portuário brasileiro e para desmascarar o mito do chamado “nunca antes na história deste país”, repetido muitas vezes pelo atual Governo.

A verdade é que, conforme assinala a matéria, “o estudo ‘*Connecting to Compete*’ (Conectar para Competir), feito em parceria com associações do setor de frete marítimo e logística,...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concedem um aparte, Senador Marconi?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Só um instante, Senador.

...Resultou em um *ranking* que levou em conta critérios como eficiência, burocracia, confiabilidade e custos da logística em cada um dos países analisados. Cingapura foi o país mais bem avaliado.

O Brasil, Senador Arthur Virgílio, ficou em 61ª posição, atrás da China, Chile, Índia, Argentina, México, Vietnã e Peru, entre outros. A colocação brasileira não surpreende, mas decepciona. Como diz o estudo, em um mundo extremamente competitivo, infra-estrutura é fator decisivo para uma empresa fazer ou não um novo investimento em determinado país. Um sistema de logística caro, ineficiente e que dê pouca competitividade ao setor produtivo representa, sem dúvida, uma barreira a mais.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Marconi Perillo, V. Ex^a tem sido um notável Presidente da Comissão de Infra-Estrutura desta Casa, depois de ter sido um eficaz e atento Governador do Estado de Goiás. E faz um libelo, não só contra o DNIT, tal como o TCU o vê, o enxerga, como faz um libelo contra a medida provisória em tela, que abre um espaço enorme para a prevaricação. Agora, óbvio que não podemos falar das coisas de maneira estanque. Eu gostaria muito de ter podido, ainda há pouco, intervir em cima da declaração, à Casa, do Senador Geraldo Mesquita, que tem a ver com o que nós combatemos: corrupção, assédio, propostas indecorosas. Vejam o que é a interferência espúria. O Senador veio e reafirmou o seu ponto de vista de maneira clara. Estou providenciando a convocação do Ministro José Múcio para que ele explique seu funcionário. Daqui para frente, olhem a

situação em que fica colocada a questão. O Senador Geraldo Mesquita, que até o momento não disse como vota em relação à CPMF – e é livre para votar da maneira como acha que deva fazê-lo – só tem uma opção: votar contra. Ele não tem outra saída a não ser votar contra. Ou seja, é o feitiço virando contra o feiticeiro. O Governo vai em cima do Senador Geraldo e faz o assédio. Ele denuncia o assédio, ou seja, a influência termina levando à posição única cabível como opção para o Senador Geraldo Mesquita. Em outras palavras, seja a pressão espúria sobre Parlamentares, seja a medida provisória que vem, não para servir e sim para desservir o público, tudo isso dá razão ao discurso eficaz, ao discurso brilhante e consistente que V. Ex^a apresenta à Nação, na tarde de hoje.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio, que me honra com a sua liderança à frente da minha Bancada.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Serei breve, Senador Marconi. Primeiramente, parablenizo V. Ex^a pelo pronunciamento. Vou à tribuna, também, no mesmo caminho que V. Ex^a está fazendo. Quero aplaudir o pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita. Senador Marconi, ao ouvir um pronunciamento como o do Senador Geraldo Mesquita, vou para a minha casa com a consciência leve. Eu vou para casa rezar hoje à noite pelo Senador Mesquita, porque ele deu, nesta tarde, o belo exemplo de coragem, de caráter, de personalidade. O Senador Geraldo Mesquita está de parabéns. Que exemplo foi dado hoje neste Senado! Ele teve a coragem de trazer o fato à tona para que o nosso Partido, por intermédio do nosso Líder, tome as devidas providências. Muito obrigado, Senador.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto, pelo aparte.

E mais uma vez, Senador Geraldo Mesquita, reitero a minha solidariedade a V. Ex^a.

Eu pediria a V. Ex^a mais três minutos para concluir essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência prorroga por uma hora a sessão.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – É exatamente por isso, Sr. Presidente, que temos insistido quanto à necessidade de compararmos os índices apresentados pelo Governo Lula com os dos países do chamado BRIC-M, para vermos como se tem feito muito pouco, apesar do cenário extremamente favorável da economia internacional. Quando se considera a marcha dos ventos no cenário mundial, marcada por um sopro de crescimento jamais visto na história recente, não há dúvida, temos perdido excelentes

oportunidades de progresso, de desenvolvimento e de inserção competitiva.

A matéria assinala, também, Sr. Presidente, que “um estudo recente do Banco Mundial analisou os portos de 150 países e revela a crescente predominância da logística nos nichos mais competitivos do comércio global. O lugar do Brasil no cenário traçado no documento é incompatível com o grau de modernidade e dinamismo da economia.

A infra-estrutura do País está a anos-luz da infra-estrutura dos países desenvolvidos e perde em eficiência e custo para todos os principais competidores diretos. Acabo de me referir ao BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China – e México. O Brasil está muito atrás desses países que competem diretamente conosco e muito atrás da média mundial.

Em Cingapura são necessários apenas três dias para desembarcar um contêiner ao custo unitário de US\$311.00. Isso é logística de ponta, Sr. Presidente. No Brasil, esse processo consome duas longas semanas e custa – pasmem, Srs. Senadores – US\$1,145.00, ou seja, quase quatro vezes mais...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ...o que custa o mesmo desembarço em Cingapura. Ou seja, o Brasil é quatro vezes menos competitivo que Cingapura no quesito relacionado ao desembarço nos portos. Enquanto Cingapura processa quatro contêineres, o Brasil processa um. Os mesmos quatro contêineres são internalizados em Cingapura por quase o mesmo preço de um único deles no Brasil.

A constatação, Sr^s e Srs. Senadores, é que o atual quadro dos portos brasileiros contraria os princípios da logística. Como se observa na matéria em questão, “não basta fabricar um produto de boa qualidade e a um preço competitivo. É preciso entregá-lo em condições perfeitas, no prazo estipulado e a custos cada vez mais baixos”. É preciso ter infra-estrutura, é preciso ter logística, Sr. Presidente.

Mais um minuto, para encerrar.

No Brasil essa tarefa tem-se revelado praticamente impossível.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não se oferecem ao setor produtivo condições de competitividade. E já falei muito sobre isso. Não vamos crescer ao ponto que queremos, não vamos gerar o desenvolvimento que queremos, se não investirmos para valer e acertadamente na logística e na infra-estrutura que possam resultar no complemento à competitividade dos nossos produtos. Não se oferecem ao setor produtivo

condições de competitividade, tampouco se exige do Governo produtividade no setor público. Assim, vamos vivendo de retórica e do mito de um crescimento, que, na realidade, está bem abaixo do que poderia ser alcançado, caso houvesse, por parte principalmente do Governo, preocupação efetiva com a gestão pública e com o sistema de escoamento da produção.

Por essa razão e por muitas outras, vou acompanhar o Líder do meu Partido votando contra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Marcelo Crivella, para discutir a matéria. (Pausa.)

Enquanto o Senador Marcelo Crivella não usa da palavra, pela ordem, tem a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador chega à tribuna, estou encaminhando à Mesa um requerimento, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e de acordo com as tradições desta Casa, de voto de aplauso à Dom Aldo Pagotto, Arcebispo da Paraíba, pela sua eleição como Presidente do Conselho Diretor da Pastoral da Criança, em Curitiba, na 13ª Assembléia-Geral da Pastoral da Criança.

O requerimento vai assinado por mim e pelo Senador Cícero Lucena.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência aguarda o requerimento de V. Ex^a.

Tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, senhores presentes, que nos honram e nos prestigiam, eu gostaria apenas de ressaltar aqui a importância da medida provisória que votaremos agora, o Projeto de Lei de Conversão nº 393, principalmente para o meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, que tem o Porto do Rio de Janeiro, um dos mais antigos do Brasil – em 2008 completará 200 anos que a Família Real aportou na linda cidade do Rio de Janeiro (em 1808) e abriu os portos ao comércio exterior.

Pois bem, Sr. Presidente, esse porto hoje serve para o escoamento da produção de Minas Gerais, sendo muito importante para o Estado. E não é somente ele, mas também o Porto de Sepetiba, no qual o Governo está fazendo grandes investimentos para sua retroárea. Estamos agora construindo a maior siderúrgica do Brasil – digo isso aqui com muita alegria –, a Companhia Siderúrgica do Atlântico. Vamos produzir chapas de

aço e exportar para o mundo. Será a maior do Brasil, maior inclusive que a CSN, de Getúlio Vargas.

Mas, Sr. Presidente, lá na Baía da Guanabara, como também em diversos outros portos do Brasil, existe um depósito cada vez mais crescente de materiais orgânicos e sedimentares, trazidos pelos rios, canais e, sobretudo, por esgoto de comunidades carentes, por falta de termos até hoje um sistema de saneamento equacionado de toda a Baixada Fluminense.

Se tivéssemos que dar um exemplo aqui da quantidade de esgoto lançado diariamente na Baía de Guanabara, poderíamos comparar o volume ao volume que comporta o Maracanã. É aproximadamente isto: um Maracanã de dejetos humanos.

Assim, é necessário, Sr. Presidente Tião Viana, que tenhamos uma medida provisória como essa. E eu não entendo como o PSDB a critica, porque ela abre para a concorrência estrangeira, ela abre para as empresas estrangeiras trazerem para cá equipamentos, dragas etc, dando um prazo de cinco anos, renováveis por mais um ano, criando competição.

Daqui, desta tribuna, falou-se – meu Deus! – em corrupção! Mas como?! Esta medida provisória vai exatamente na direção de acabar com a corrupção, de acabar com concorrências viciadas, com renovações *ad infinitum* das mesmas empresas. Quem ganhar pode renovar, mas só por um ano. E a concorrência será como a das estradas, a mesma que nos deu pedágio de R\$1,00 e que derrubou, eu diria, uma indústria de taxar, sobretaxar aqueles que hoje dependem de trafegar pelas estradas e de pagar pedágio.

De tal maneira que, em nome do Rio de Janeiro, em nome de todos os Estados que têm portos, que dependem deles para sua economia... E quero lembrar, Sr. Presidente, que no Governo anterior tínhamos um déficit na balança comercial de 10 bilhões. Agora, temos um superávit inédito. Por cinco anos temos um superávit na balança comercial e, se Deus quiser, chegaremos ao final deste ano com um saldo de 200 bilhões...

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Já ouvirei V. Ex^a com muito prazer.

Mas chegaremos a um saldo de 200 bilhões de dólares, algo que também é inédito na economia brasileira.

Ouçõ com muito prazer o Senador Renato Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Senador Marcelo Crivella, eu gostaria de me inscrever para fazer esse debate. Mas, temos que votar

a matéria. Então, vou pedir a permissão de V. Ex^a para, não atrasando mais a votação da matéria, inscrevendo-me, dar a minha opinião, que coincide com a de V. Ex^a. O Governo está implantando e estabelecendo um programa nacional de dragagem. E isso é importante para nós, porque a dragagem sempre foi um problema e um gargalo no desenvolvimento portuário brasileiro. Nós temos algumas empresas, poucas, no Brasil, que realizam esse serviço. Muitas vezes é preciso contratar, mas não tem empresa; e quando tem, há problema nas licitações. Então, a hora em que se implantar um programa nacional de dragagem, estabelece-se a possibilidade de virem empresas de fora, com novas tecnologias e novas possibilidades de se estabelecerem competições e se reduzir custo. O programa estabelece efetivamente uma meta de profundidade, em que se mantém por um determinado tempo fixado uma profundidade da área dragada. Então, isso é, para nós, importante. O Governo está de parabéns, bem como a Secretaria de Portos, que vai coordenar esse programa. E tenho certeza de que será um avanço na solução desse gargalo de infra-estrutura no desenvolvimento do País. Obrigado, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu que agradeço. Faço votos de que a nossa Secretaria Nacional de Portos, conduzida pelo Partido de V. Ex^a, nas mais altas tradições de Miguel Arraes, de nacionalismo, de patriotismo, de direitos republicanos, faça com que os navios brasileiros e os navios estrangeiros escoem nossa produção em portos seguros, onde a dragagem é garantida e paga por produção, combatendo, Sr. Presidente, qualquer tipo de corrupção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Mário Couto, para encaminhar a votação da matéria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária. Parece que o Governo Lula se lembrou dos portos depois de tanto tempo.

A minha preocupação, Senador Marconi, é exatamente a mesma de V. Ex^a: quando delegam atribuição para o Dnit, aí me preocupo. Aliás, este projeto não diz nem onde as verbas serão usadas, nem de onde

virá o orçamento para os trabalhos das Secretarias e do Dnit.

O Dnit, Senadores, foi apontado pelo Tribunal de Contas da União como o órgão mais corrupto do Governo Lula. Senador, 22 obras das 77 do PAC com irregularidades estão no Dnit. Nem bem começaram, Senador! Nem bem começaram! Aliás, estou tentando abrir uma CPI do Dnit nesta Casa. Já consegui todas as assinaturas.

Quando eu me propus a fazer isso, comecei a receber uma série de *e-mails*. Dentre eles, vou ler um que me chamou atenção. Eu gostaria que meu Líder, o Senador Arthur Virgílio, anotasse o *e-mail* que recebi. E o Senador Romero Jucá também. Pode ser que um dia venham tentar calar esta voz e V. Ex^a terá também de assumir um pouco da responsabilidade que vou assumir aqui.

Além de explodirem duas bombas caseiras na porta da garagem da minha casa, danificando meu carro – se a minha filha de três anos, que sempre brinca naquela garagem, estivesse lá, ela teria, com certeza, falecido – olhem o *e-mail* que chega a mim: “Pato novo” – está se referindo a mim, “pato novo”, que chegou agora ao Senado Federal e tal – “Pato novo não dá mergulho fundo. O que queres do Dnit? É melhor calar.”

Só que eles esqueceram, meu Líder, que este “pato novo” não é covarde! Este “pato novo” tem caráter! Este “pato novo” tem formação! Por isso, este “pato novo” pode, sim, dar mergulho fundo e nem precisa vir à tona respirar! Nem precisa!

Este é o Dnit, para o qual o Presidente Lula quer dar a responsabilidade desse programa tão importante, Senador Flexa Ribeiro.

E a situação das estradas nacionais? Como estão as estradas nacionais? No meu Estado, apenas uma estrada tem condições de tráfego. Oitenta por cento das estradas nacionais estão esburacadas, matando brasileiros e brasileiras. Oitenta por cento das estradas brasileiras! Por que dar mais atribuição a um órgão desse nível? Um órgão que o Tribunal de Contas da União acabou de relatar para nós, Senadores, mandando relatório para a Mesa Diretora, dizendo que o Dnit é um dos órgãos mais corruptos deste País. E ainda vão dar essa atribuição para o Dnit?! Esta é a minha grande preocupação.

Por essa razão, vou votar contra este projeto. O Dnit não tem hoje a mínima moral, em função de ter praticado tanta corrupção, de dirigir absolutamente nada neste País. Absolutamente nada! E não sou eu que estou dizendo, Srs. Senadores. Não sou eu que estou denunciando. Não sou eu que estou dizendo. Quem está dizendo é um órgão sério que o brasilei-

ro acostumou a respeitar, que é o Tribunal de Contas da União.

Por isso, seria melhor que o Governo Lula tivesse escolhido outro órgão para dar atribuições para mexer com a infra-estrutura, principalmente dos nossos portos.

Rodovias, ferrovias, portos, estradas – está absolutamente tudo sucateado neste País. Não temos infra-estrutura no Brasil.

Aqui não vai nenhuma invenção da minha parte, Srs. Senadores. Absolutamente nenhuma. Isso é claro. A olho nu, qualquer brasileiro que pegue o seu carro e ande por este País vai perceber que as estradas nacionais estão entregues às baratas. O Brasil não tem absolutamente nenhuma infra-estrutura e o Governo não quer nem saber, Sr. Senador.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Mário Couto, quero apenas dizer que é inaceitável uma tentativa de intimidação como lhe fazem no Pará. Aproveitando ainda este assunto, o delegado que hoje veio prestar depoimento quis dizer que a menor era débil mental, de maneira pejorativa. Se ela tiver problema mental, é mais grave ainda tê-la deixado numa cela com homens. Que fique bem claro, então, que esse delegado não tem a menor condição de fazer essas declarações aqui. A responsabilidade dele é maior ainda por deixar uma menor junto dos homens – e ainda agora com esse agravante de dizer que ela tinha problemas mentais. Se ela é incapaz, agrava-se mais a atitude dele.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou falar desse assunto amanhã. Por isso, não quero voltar a falar agora.

Sr. Presidente, desço desta tribuna, dizendo a todos os Senadores e Senadoras que me incomoda ver transferirem atribuição para um órgão tão corrupto como o Dnit.

E nós vamos, através da CPI... Não tentem me intimidar porque eu não tenho medo. Não tenho. Eu vou conseguir, Romeu Tuma. V. Ex^a sempre quis apurar aqueles R\$2 milhões, em 2005, destinados a tapar buracos e que saíram pelo ralo. Sumiram R\$2 bilhões – não foram R\$2 milhões não, me enganei –; R\$2 bilhões sumiram pelo ralo.

Nós vamos chegar lá, Romeu Tuma. Nós vamos chegar lá! Não adianta ameaçar, dizer que “pato novo não dá mergulho fundo”. Não adianta ameaçar, soltar

bomba, não adianta. Nós vamos chegar lá e nós vamos investigar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mário Couto, a Presidência encaminhará as notas taquigráficas de V. Ex^a com um ofício meu ao Ministro da Justiça pedindo as providências cabíveis ao caso.

E hoje tratei da questão sobre a qual V. Ex^a se reportou a mim ontem, sobre segurança pessoal, com o Governador José Roberto Arruda.

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro. A seguir, o Senador Arthur Virgílio, para encaminhar, por cinco minutos, não cabendo aparte aos encaminhamentos. A seguir, Senador José Agripino Maia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, venho encaminhar aqui voto à Medida Provisória nº 392, Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007.

A Medida Provisória institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, a ser implementado pela Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e pelo Dnit, Ministério dos Transportes, nas suas respectivas áreas de atuação, portos e hidrovias.

Já foi dito aqui pelo Senador Mário Couto, e é do conhecimento de todos, que o Dnit é um órgão que está como campeão de obras irregulares pelo TCU. Não entendo, Senador Mercadante, como o Governo do Presidente Lula criou uma Secretaria de Portos para atender exatamente as ações necessárias para dar a infra-estrutura portuária nas exportações brasileiras. Isso me leva a crer que ela foi criada para manter o espaço do PSB no primeiro escalão do Governo, depois que o Partido perdeu o Ministério da Integração Nacional para o PMDB.

Senador Romero Jucá, se foi criada uma Secretaria de Portos, como a medida provisória veio agora e retira dessa Secretaria a sua capacidade de fazer as dragagens? Foi-me dito pelo nobre Senador Romero Jucá, melhor dizendo, Aloizio Mercadante que, somente na área dos portos, a Secretaria de Portos faria as dragagens e que, na área das hidrovias, elas seriam feitas pelo Dnit, pelo Ministério dos Transportes, porque se tratava de vias navegáveis.

Pergunto: se o Presidente da República edita uma medida provisória, Senador Mário Couto, que transfere – é importante que se diga aqui –, delega o licenciamento ambiental, Senador Romero Jucá, hoje confiado aos órgãos ambientais, à Secretaria de Portos, pergunto a V. Ex^a: a Ministra Marina Silva está sabendo disso?

Está de acordo com o fato de a licença ambiental da dragagem ser retirada do Ministério de Meio Ambiente e transferida para a Secretaria dos Portos? Que seja assim. Ótimo, ótimo, Senador Romero Jucá, porque, aí, vamos poder transformar em realidade as nossas hidrovias, Senador Papaléo Paes, da Amazônia. Vamos poder transformar em realidade a hidrovia Araguaia-Tocantins, a hidrovia Teles Pires-Tapajós, porque, aí, Senador Jucá, é aquilo que eu digo.

É bom que a TV Senado e a Rádio Senado levem a palavra e a imagem para o Brasil inteiro. O Governo, quando tem vontade política, Senador César Borges, faz a edição de medidas provisórias.

Em 2004, Senador Jucá, foi criado um programa voltado referente aos portos, para que pudesse ser implementado, e, até hoje, nada daquilo que foi discutido em 2004 teve efeito. Ou seja, vem agora o Governo novamente, Senador Jucá, fazer a edição de uma medida provisória.

Então, peço a V. Ex^a, como Líder do Governo, que também edite uma medida provisória para que seja iniciada a instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará; que se edite uma medida provisória que é de urgência e relevância, pois a instalação de Belo Monte é urgente. Ou não é, Senador João Pedro? Que se edite uma medida provisória para que se permita a construção da hidrovia Araguaia-Tocantins com a barragem de Santa Isabel, que também é urgente e relevante.

Já que estão tirando do Ministério do Meio Ambiente e transferindo para a Secretaria de Portos, que se faça, sobretudo, não só onde houver interesse do Governo no sentido de, como aqui foi dito muito bem, trazer empresas estrangeiras – não temos nada contra empresas estrangeiras –, mas é preciso que seja atendida a emenda do Senador Sérgio Guerra. Que também não se afaste a possibilidade de empresas brasileiras participarem da concorrência, que elas possam entrar consorciadas.

Finalizando, Senador Tião Viana, acho que qualquer ação desse nível, tanto com relação aos portos como às hidrovias, é importante. Sobre a dragagem dos portos, meu Estado do Pará tem este grande problema: o Calado do Porto de Belém já não atende a necessidade; o Porto de Vila do Conde vive necessitando de ser dragado. Mas discordo – por isso voto contra – não do mérito da medida, mas da forma. Não é possível o Governo ficar legislando por medidas provisórias.

Então, votarei contra pela forma como foi encaminhado o projeto ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para encaminhar, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador José Agripino, estamos diante de uma medida provisória que, a meu ver, deve ser refugada, porque está eivada de dúvidas. No mínimo, privilegia a burocracia. Na faixa intermediária, legitima a divisão entre o Ministério dos Transportes e a Secretaria Nacional de Portos sem necessidade, criando cargos, criando despesas, para atender as conveniências, de política não tão alta, da Base de Apoio ao Governo.

Chamo a atenção de V. Ex^a ainda, Senador José Agripino, para o fato de que não podemos nunca afrouxar os laços da vigilância. Ainda há pouco, eu ouvia o discurso do Senador Geraldo Mesquita. S. Ex^a corroborou aqui, de maneira direta, os termos da denúncia que fizera ao **Jornal do Brasil**, na coluna Informe JB, assinada pelo colunista Weiller Diniz.

Eu fazia, ainda há pouco, a comparação entre o que seria um Congresso livre de influências e um Congresso que voltasse a viver sob suspeição de troca de votos, de emendas, de coisas parecidas com isso. Eu dizia que o Senador Geraldo Mesquita é livre como todos somos para votar assim ou assado a CPMF. Todos podemos votar do jeito que quisermos; se o meu Partido tivesse chegado a um acordo com o Governo, votaríamos a favor; não chegou, votamos contra, por entendermos que temos a oportunidade agora de desonerar a carga tributária brasileira de maneira sensível.

Mas, veja, a interferência do Palácio nesse episódio não deixa ao Senador Geraldo Mesquita outra alternativa que não a de votar contra. Se votar a favor, S. Ex^a será incomodado por todas as maledicências de que são capazes os maledicentes. Alguém poderia dizer do ponto de vista prático, pragmático: “o tiro saiu pela culatra”; alguém poderia dizer “o feitiço virou contra o feitiço”. Eu não vou dizer nada disso; não falo nem de feitiçaria e de tiro ao alvo, nada, nem uma coisa nem outra.

Apenas ressalto que estou pedindo a convocação do Ministro José Múcio para falar sobre esse assunto, já que S. Ex^a o Senador Geraldo Mesquita, de maneira muito altiva, foi à tribuna e reafirmou os termos da sua denúncia. Eu digo que já houve uma perda de qualidade, porque, de todos nós, já o Senador Geraldo é colocado numa situação difícil, porque S. Ex^a, assediado como foi, e se resiste a votar essa matéria, porque tem discordância em relação a ela, S. Ex^a já é exemplo vivo de como, de fora para dentro, o

Palácio começa a condicionar votos aqui nesta Casa, e, nesse caso, condiciona votos contra os interesses do Governo. Mas eu não me refiro se é a favor ou contra; condiciona o voto do Senador Geraldo Mesquita contra, em sentido contrário. Poderia, se ele tivesse aceitado a proposta, condicionar o voto dele a favor – ele não falaria nada –, ficaria tudo no silêncio dos cemitérios. Ele não falaria coisa alguma e prevaleceria a opinião de quem estaria, porventura, propondo.

É claro que nós temos de ouvir o contraditório. Então, é importante a opinião do Ministro José Múcio, que haverá de falar sobre essa questão. Alguém pode dizer: não tem que ver uma coisa com a outra, medida provisória com o episódio denunciado aqui pelo Senador Geraldo Mesquita. Tem, tem que ver. Nós estamos dizendo precisamente que esta medida provisória não serve aos interesses do País. Então, ela tem de ser refugada por esta Casa a prevalecer o entendimento do PSDB – e eu tenho certeza – e do DEM sobre essa questão.

E que nós juntemos a esse episódio outros episódios. Quais seriam esses episódios? Aqui, o condicionamento do voto do Senador Geraldo Mesquita. E houve o assédio a outros Senadores. Isso, mais hora menos hora, virá ao ar. Nós sabemos como se decidiria, se e quando for votada essa questão da CPMF: por margem apertada.

O Governo faz disso a questão da sua vida, porque não quer cortar gastos – e este é um problema que nos levou à ruptura – e quer manter, em níveis elevadíssimos, a carga tributária numa hora em que o excesso de arrecadação é visível, uma vez que o Governo arrecada, por ano, mais do que uma CPMF. Arrecada além, arrecada mais de uma CPMF. Então, não quer abrir mão de uma coisa nem outra. Nós estaríamos aqui fazendo o papel de inocentes úteis. Estaríamos fazendo o papel daqueles que preferem manter o País anestesiado ao invés de enfrentar...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para concluir, Sr. Presidente, manter a questão fiscal sob controle.

Portanto, Sr. Presidente, eu voto contra nessa linha de coerência, porque entendo que a Medida Provisória é nociva ao País; porque o dever da Oposição é estar vigilante, porque houve esse episódio em que o Governo entrou de mau jeito, Senador Flexa Ribeiro. E, entrando de mau jeito, terminou consolidando um voto para a Oposição: o voto do Senador Geraldo Mesquita Filho.

Entendo, Sr. Presidente, ao encerrar, que é justa, portanto, a verificação de quorum que pediremos.

Não faremos obstrução, conforme o combinado; faremos a verificação dos votos. Enfim, a palavra deve ser empenhada.

Portanto, Sr. Presidente...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não cabe aparte em encaminhamento, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não é aparte. Só quero fazer minhas as palavras do Senador Arthur Virgílio de solidariedade ao nobre Senador Geraldo Mesquita. Quando do encaminhamento, não o fiz. O Senador Geraldo Mesquita tem, por parte de todos nós, o apreço e o reconhecimento de sua conduta ética e da coragem com que denuncia a forma viciada de ação do Governo. Só queria dizer isso, Senador Arthur Virgílio. Agradeço a generosidade de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Sempre tenho dito, Sr. Presidente, que o Senador Flexa Ribeiro aprendeu a ser Parlamentar com uma rapidez fantástica. Tenho dito isso, porque se trata de uma figura que hoje domina os escaninhos da Casa de maneira brilhante. Vejo um leão do Pará, o Senador Mário Couto, e um Parlamentar que se credencia a cada momento, o Senador Flexa Ribeiro, que com a sua assiduidade conseguiu inovar – e estamos aqui há 500 anos. Isso não é aparte. Teria outro nome qualquer, mas o fato é que deu o seu recado, na linha do discurso deste companheiro que cada vez mais admira a atuação combativa e leal do Senador Flexa Ribeiro. O Pará haverá de saber muito bem do valor que o Brasil já começa a dar a esse seu filho tão ilustre.

Encerro, Sr. Presidente, declarando o voto contrário do PSDB, com um pedido já feito de verificação de quórum. Todos poderão levantar a mão, porque não vamos fazer obstrução, mas simplesmente cumprir o que foi acertado daquela vez. Vamos tocar a vida para a frente, sabendo, pelo menos, que temos a garantia de que se soma o voto honrado e firme do Senador Geraldo Mesquita ao nosso e de que esta Casa haverá de ser sensível à necessidade de derrota de uma medida provisória que não serve ao País. E, se não serve ao País, deve ser derrubada pela maioria do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino Maia, Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador João Pedro, V.

Ex^a é do Amazonas. Eu vou votar com V. Ex^a; eu vou votar pela competitividade do Brasil.

No **ranking** da competitividade, que é uma coisa que fala pelo País no longo prazo, pelo menos no médio prazo, o Brasil vem caindo há três anos. Tenho falado com muita insistência neste assunto, porque temos de trabalhar, neste Plenário, pelos nossos filhos, pelos nossos netos, pelo futuro do Brasil. E o Brasil vem caindo no *ranking* da competitividade internacional: em 2005, era o 56º; em 2006, era 66º; em 2007, caiu para 72º. Cinquenta e seis, sessenta e seis, setenta e dois. Vem crescendo que nem rabo de cavalo: para baixo. E digo isso sem fazer ironia; digo lamentando.

No **ranking** da competitividade, enquanto o Brasil cai, os outros países do BRIC, Rússia, Índia e China subiram posições, ficaram cada vez mais competitivos.

Até os nossos vizinhos, Chile, Colômbia, Uruguai, para não falar na Argentina, todos melhoraram na competitividade. No plano do mercado internacional, conseguem vender; no plano do mercado doméstico, conseguem evitar importações, fortalecem o produtor doméstico. Isso é competitividade. Deve-se a quê? A alguns fatores: carga tributária é o primeiro; taxa de juros é o segundo; burocracia é o terceiro.

Com relação à carga tributária, Senador Demóstenes Torres, estamos em uma luta pesada. Somos parceiríssimos na luta para derrubar a CPMF. Vamos buscar votos aonde pudermos buscá-los.

O Senador Geraldo Mesquita, que conta com a minha absoluta solidariedade na manifestação que fez, e que foi aparteado – infelizmente eu não estava no Plenário para apartear-lo, por compromisso externo –, espero que seja nosso parceiro nessa luta, para ficarmos ombreados com os interesses do cidadão brasileiro, que tem que ter alguém que pense por ele. Pelo Governo pensam os governistas, pela sociedade pensamos nós, pelo cidadão, que está carente de oportunidades – e de oportunidades que surgirão se o Brasil for competitivo... O Brasil precisa de nós. Precisa de V. Ex^a, precisa de mim. De mim, um pouco, mas precisa.

Portanto, na questão da carga tributária, estamos lutando com os instrumentos que nos cabem. A carga tributária é produto de impostos, que são criados e aumentados pelo Governo, mas há um que podemos baixar, que é a CPMF, porque está na Constituição que ela termina no dia 31 de dezembro deste ano.

Pelo nosso voto, podemos acabar com o imposto e abaixar a carga tributária. Não podemos aumentar PIS, PASEP, COFINS, CSLL – isso tem feito o Governo –, mas acabar com a CPMF, nós podemos. É o nosso voto que vai decidir.

Eu dizia que votaria com os Senadores João Pedro e Arthur Virgílio porque quero falar sobre burocracia.

Senador Tião Viana, nas imediações do Estado de V. Ex^a, Mato Grosso, há enorme produção de grãos, principalmente de soja. O Governador de Mato Grosso, Estado de Jonas Pinheiro e de Jayme Campos, disse-me, quando estive em Cuiabá, que é grande produtor de soja e exporta a sua produção utilizando caminhões que a transportam até Porto Velho, de onde a soja é transbordada para chatas de baixo calado que de lá vão até o Porto de Itacoatiara, um porto de rio, que, portanto, está fora da secretaria de portos que está se pretendendo criar hoje.

Esse porto de Itacoatiara, que é maior que muitos dos portos da costa brasileira, pelo modelo traçado, será administrado pelo DNIT, pelo Ministério dos Transportes. Se houver algum transbordo do Porto de Itacoatiara, por exemplo, para o Porto de Belém, para trocar de embarcação, haverá muita burocracia, porque não será mais DNIT, mas Secretaria Especial de Portos.

Os papéis são diferentes. O transbordo exige outras providências. E tome burocracia.

Senador Jayme Campos, vou eu votar contra o Brasil? Vou eu votar para criar um instrumento novo, um Ministério novo para criar mais burocracia neste País? Vou eu dar essa má contribuição ao País? Vou nunca; nem eu, nem V. Ex^a, nem a Senadora Rosalba.

Nós, Democratas, temos que desburocratizar. Criar para agradar a um Partido político? Que se agrade ao PSB com outras coisas, mas não complicando o Brasil. Como é que vamos ter num País dois órgãos públicos cuidando de porto? Um navio que embarca num porto é igual ao navio que embarca no outro porto, mas quem administra um não é quem administra o outro. Para quê? Para complicar? Para aumentar o custo Brasil?

Vou votar pela competitividade. Para votar pela competitividade, para votar com o Amazonas, com o Mato Grosso, votarei “não”, Sr. Presidente. Votar conscientemente “não”. Vou pedir aos meus companheiros que votem conscientemente “não” à criação dessa Secretaria Especial de Portos, que foi criada para fazer um mimo do Presidente Lula a um Partido político. Que faça de outra forma, mas não complicando a vida do Brasil.

Dessa forma, encaminho e votarei “não” à criação de mais esse ministério. Essa secretaria é um ministério da complicação. E o nosso voto será “não”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrado o encaminhamento.

Pela ordem, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Um minuto; só queria encaminhar à Mesa um voto de louvor à nomeação pelo Papa Bento XVI do agora Cardeal Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo.

Nós teremos, em São Paulo, no dia 2, uma celebração na Catedral da Sé em homenagem a Dom Odilo. E eu pediria ao Plenário do Senado que pudessemos votar ainda hoje esse voto de louvor, para que o Senado possa estar presente nessa manifestação dessa liderança eclesial que tanto contribuiu para o ecumenismo, para a história da Igreja e, particularmente, pela honrosa tarefa que terá à frente do cardinalato, entre os nove cardeais brasileiros nomeados agora.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa encaminhará o requerimento de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não vou perder a oportunidade de concordar com o Senador Aloizio Mercadante, porque percebo que S. Ex^a não anda satisfeito comigo pessoalmente. Percebo que anda um pouco estranho comigo e começo a me sentir, digamos assim, rejeitado emocionalmente. Eu que vejo em S. Ex^a uma certa postura cardinalícia também. É porque não optou pela carreira religiosa, mas S. Ex^a tem uma postura cardinalícia. É do seu porte, enfim, tão elegante.

O Senador faz uma justa homenagem a D. Odilo Scherer, que merece o acatamento e o respeito da Nação brasileira, dos católicos e dos religiosos do mundo inteiro. Portanto, eu o apóio, na expectativa de que S. Ex^a faça as pazes comigo, por várias razões. A primeira é Dom Odilo; a segunda, Dom Odilo; a terceira, Dom Odilo; e lá, em determinado lugar, a minha solicitação de armistício que lanço na direção do meu prezado amigo Senador Aloizio Mercadante, em quem hoje percebi isto: ao falar do Cardeal, estava também com uma postura visivelmente cardinalícia, o que me faz ainda mais seu admirador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do PSDB e do Democratas.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a falou que pediria verificação? (Pausa.)

Então, pedido de verificação do PSDB. Com o apoio de quais Senadores? (Pausa.)

Com o apoio dos Senadores Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Antonio Carlos Júnior e José Agripino Maia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Votação nominal.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O painel de votação está aberto.

(Procede-se a votação)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para pedir ao nobre Senador Aloizio Mercadante que também me permita ser subscritor do requerimento que faz em homenagem a Dom Odilo Scherer, nosso Cardeal que foi ungido, anteontem, pelo Papa.

Quero dizer que, para a Igreja Católica no Brasil, é de grande importância ter mais um Cardeal e principalmente da postura do grande Cardeal – agora – Odilo Scherer, que também tem a nossa aprovação.

Que, por intermédio de Dom Odilo, o Papa possa cobrir com bênçãos todo o território brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Governo encaminha o voto “sim”. E o PSDB?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto “não”, por todas as razões expostas ao longo de tantas horas de debate.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PSDB encaminha o voto “não”.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela Liderança do PT e do Bloco de apoio ao Governo encaminhamos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Minoria vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – O Democratas vota “não”, Sr. Presidente. Pede o comparecimento dos seus e vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB

– ES) – O PSB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Eduardo Suplicy tem a palavra, pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a me dê a palavra pela ordem quando for possível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Darei em seguida.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria também de cumprimentar o Senador Aloizio Mercadante pela iniciativa da homenagem a Dom Odilo Scherer. Congratulo-me com a sua designação pelo Papa Bento XVI.

Gostaria, Presidente Tião Viana, de agradecer a V. Ex^a, ao Senador Pedro Simon, à Senadora Patrícia Saboya, por terem aceitado estar, amanhã, no lançamento do meu livro. E gostaria também de formular um convite a todos os Senadores e Senadoras.

Amanhã, faço o lançamento deste livro **Um Notável Aprendizado – A Busca da Verdade e da Justiça do Boxe ao Senado**. E convido os Senadores a compartilhar do diálogo, presidido por V. Ex^a, Senadora Patrícia Saboya e Sendor Pedro Simon, que comigo estarão conversando aqui, ao lado, no Salão Nobre, às 19 horas de amanhã.

O Senador Efraim Morais é convidado. Agradeçerei muito a sua presença. É um notável aprendizado, desde o tempo de estar nos ringues de boxe até hoje aqui, no Senado.

Aqui eu não preciso usar os punhos, basta a palavra, para realizar as esquivas necessárias e transmitir os golpes certos, quando necessários, em cada um daqueles que, mesmo divergindo, tornam-se nossos amigos, nossos companheiros em defesa de um Brasil melhor.

Muito obrigado, Senador Tião Viana, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Eduardo Suplicy, tenho certeza de que os Senadores, em maioria, estarão presentes, pela admiração e o carinho que têm por V. Ex^a, além da curiosidade

sobre o livro. Eu estarei lá, dando meu testemunho a esse notável aprendizado de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Renato Casagrande, pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB

– ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Tive oportunidade de fazer um aparte ao Senador Marcelo Crivella, falando da medida provisória que trata da política nacional de dragagem de portos. É uma medida importante, porque, com a criação da Secretaria de Portos, a área de portos começou a ter importância no debate do Governo Federal. Essa área estava num escalão inferior do Ministério dos Transportes. Com a criação da Secretaria, essa área foi colocada numa posição de diálogo num nível superior do Governo.

A área portuária precisa de investimentos. Toda a área da infra-estrutura brasileira precisa de grandes investimentos. Nos últimos anos, tanto no Governo Fernando Henrique Cardoso como no Governo Lula, o percentual de investimentos em infra-estrutura no Brasil foi muito pequeno, ficando em torno de 0,5% ou 0,6% do PIB. Então, o percentual é muito pequeno.

Assim, na hora em que se cria um ambiente com investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, tem de haver estrutura que dê base a esses investimentos. A dragagem em portos no Brasil vai tornar os portos competitivos em nível internacional.

Por isso, o método usado de se chegar a um objetivo, a uma meta, por um determinado tempo, de profundidade, é acertado e vai atrair empresas de fora, que, junto com as empresas brasileiras, vão ter condições de fazer os investimentos. Por isso, estamos apoiando e aprovando essa medida provisória, para que nós possamos, de fato, ter a capacidade e um regulamento, uma norma, para que possamos fazer esses investimentos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Gerson Camata tem a palavra pela ordem. (Pausa.)

Senador José Agripino Maia, V. Ex^a pediu a palavra pela ordem?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Vou encerrar a votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 37, DE 2007 (MP 393/2007)

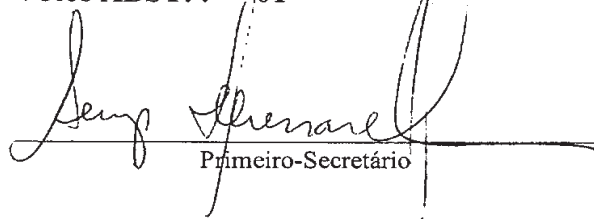
INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM PORTUÁRIA E HIDROVIÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 2 Abertura: 27/11/2007 19:14:26
 Data Sessão: 27/11/2007 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 27/11/2007 19:20:32

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO				
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM				
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	SIM				
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PRB	AL	EUCLYDES MELLO	SIM				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	ABST.				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NÃO				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	SIM				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	NÃO				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM				
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM				
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM				
Bloco-PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM				
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	NÃO				
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	SIM				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM				

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 38
 Votos NÃO : 20
 Votos ABST. : 01
Total: 59


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Votaram SIM 38 Srs. Senadores; e, NÃO, 20 Srs.
Senadores.

Houve uma abstenção.

Total: 59 votos.

Aprovada a matéria.

Aprovado o Projeto de lei de Conversão, ficam
prejudicadas a Medida Provisória e as demais emen-
das a elas apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 37, DE 2007 (Proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007)

**Institui o Programa Nacional de
Dragagem Portuária e Hidroviária,
e dá outras providências.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de
Dragagem Portuária e Hidroviária, a ser implantado pela Se-
cretaria Especial de Portos da Presidência da República e
pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Departa-
mento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT,
nas respectivas áreas de atuação.**

**§ 1º O Programa de que trata o caput deste artigo
abrange as obras e serviços de engenharia de dragagem do
leito das vias aquaviárias, compreendendo a remoção do ma-
terial sedimentar submerso e a escavação ou derrocamento do
leito, com vistas na manutenção da profundidade dos portos
em operação ou na sua ampliação.**

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se:

**I - dragagem: obra ou serviço de engenharia que
consiste na limpeza, desobstrução, remoção, derrocamento ou
escavação de material do fundo de rios, lagos, mares, baías
e canais;**

**II - draga: equipamento especializado acoplado à
embarcação ou à plataforma fixa, móvel ou flutuante, utili-
zado para execução de obras ou serviços de dragagem;**

III - material dragado: material retirado ou deslocado do leito dos corpos d'água decorrente da atividade de dragagem e transferido para local de despejo autorizado pelo órgão competente;

IV - empresa de dragagem: pessoa jurídica que tenha por objeto a realização de obra ou serviço de dragagem com a utilização ou não de embarcação.

Art. 2º A dragagem por resultado compreende a contratação de obras de engenharia destinadas ao aprofundamento, alargamento ou expansão de áreas portuárias e de hidrovias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e de fundeio e berços de atracação, bem como os serviços de natureza contínua com o objetivo de manter, pelo prazo fixado no edital, as condições de profundidade estabelecidas no projeto implantado.

§ 1º Na hipótese de ampliação ou implantação da área portuária de que trata o caput deste artigo, é obrigatória a contratação conjunta dos serviços de dragagem de manutenção, a serem posteriormente prestados.

§ 2º As obras e serviços integrantes do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária serão contratados na forma do caput deste artigo.

§ 3º As obras ou serviços de dragagem por resultado poderão ser reunidas para até 3 (três) portos, num mesmo contrato, quando essa medida for mais vantajosa para a administração pública.

§ 4º Na contratação de dragagem por resultado, é obrigatória a prestação de garantia pelo contratado, de acordo com as modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 5º A duração dos contratos de dragagem por resultado será de até 5 (cinco) anos, prorrogável uma única

vez por período de até 1 (um) ano, observadas as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 6º A contratação de dragagem por forma diversa da estabelecida neste artigo deverá ser prévia e expressamente autorizada pela Secretaria Especial de Portos da Presidência da República ou pelo Ministério dos Transportes, nas respectivas áreas de atuação, respeitadas as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Para a dragagem de que trata esta Lei, poderão ser contratadas empresas nacionais ou estrangeiras, por meio de licitação internacional, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Cabe à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e ao Ministério dos Transportes estabelecer, nas respectivas áreas de atuação, as prioridades para dragagem de ampliação e fixar sua profundidade e demais condições, que devem constar do projeto básico da dragagem.

Art. 5º As embarcações destinadas à dragagem sujeitam-se às normas específicas de segurança da navegação estabelecidas pela Autoridade Marítima, não se submetendo ao disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 6º Os programas de investimento e de dragagens, a estruturação da gestão ambiental dos portos e a alocação dos recursos arrecadados por via tarifária das Companhias Docas e do DNIT serão submetidos à aprovação e fiscalização pela Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e pelo Ministério dos Transportes, nas respectivas áreas de atuação, com o objetivo de assegurar a eficácia da gestão econômica, financeira e ambiental.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A pauta está desobstruída.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Romero Jucá pede a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti ia pedir a palavra pela ordem, mas, como S. Ex^a não está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Senadora Ideli Salvatti está atrás de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Como a Senadora Ideli Salvatti fez o acordo, passo a palavra a S. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito agradecida, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Prorrogo a sessão por mais uma hora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, temos agora, na seqüência, projetos em regime de urgência pedidos por todos os Líderes, que são os projetos para reforma do processo judicial, alteração no Código de Processo Penal, do Tribunal do Júri e da obtenção de provas. E havíamos feito um acordo com os Líderes no sentido de que esse três projetos pudessem ser votados de forma conjunta, em bloco, em uma sessão especialmente designada para isso.

Portanto, consultei os Líderes – pelo menos todos com quem conversei sinalizaram-me concordando – para que pudéssemos manter o regime de urgência solicitado por nós mesmos, mas que a votação desses projetos pudesse ficar para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Se não houver divergência, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ao contrário, Sr. Presidente. Na Comissão de Justiça, eu pedira, em certa ocasião, vistas de uma matéria meritória. Faltava aclarar dúvidas, que foram esclarecidas, e estou plenamente de acordo com a sugestão da Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há entendimento.

A matéria fica adiada, e a Presidência adia também os Itens 3, 4, 5, 6 e 7 para a próxima Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, e apresentando a Emenda nº 7-CAE.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 20, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007-art.336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 13, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005,

tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pela ordem. Sobre os projetos que serão examinados, tenho conhecimento de que V. Ex^a recebeu uma delegação de dirigentes das entidades de arquitetos, que gostariam muito que fosse votada a regulamentação sobre a classe deles a tempo de o Presidente da República poder sancionar a lei referente ao tema no dia do centenário do arquiteto Oscar Niemeyer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Eduardo Suplicy, foi apresentada a matéria – o requerimento – em regime de urgência, que será lido ainda no dia de hoje.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será lido, não votado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente,

sobre essa matéria, queria dar uma explicação. Eu assinei esse requerimento de urgência em atenção à Senadora Ideli Salvatti, que tem as suas razões, dizendo à S. Ex^a que eu ainda não tinha um juízo de valor sobre o mérito da matéria. Sou engenheiro, estive na abertura do congresso nacional de arquitetos, engenheiros e agrônomos; há demandas dos meus companheiros de profissão, que não sei se estão compatibilizados com esse projeto dos arquitetos. Assinei a urgência, mas condicionando a votação do mérito a uma prévia análise. Que isso fique muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Indago a V. Ex^a... Não havendo divergência, faço a leitura hoje, mas não voto a matéria hoje. Leio o requerimento. Leio apenas o requerimento e apro-

vo a urgência, sem colocar a matéria para votar no dia de hoje.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, não vota, e não vota até que se faça o entendimento sobre votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está perfeitamente acolhido o entendimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Esse foi o acordo, Sr. Presidente, conversado com o Senador Agripino, com o Senador Arthur Virgílio e o Senador Valdir Raupp.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Flexa Ribeiro e Senador Arthur Virgílio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a também que coloque o requerimento da nobre Senadora Serys Shlessarenko, que eu tive a honra de subscrever, para que nós possamos formar a comissão para irmos até o Pará.

Senadora Serys, eu queria recebê-la no Pará para que pudéssemos jantar um pato no tucupi e ver as belezas do meu Estado. Mas, lamentavelmente, vamos ter de investigar as causas de todo esse escândalo internacional feito pela polícia do PT no meu Estado, o Pará.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além das medidas provisórias que estavam obstaculizando o andamento da pauta, havia também o projeto de lei complementar sob urgência constitucional, aquele que trata do imposto sindical.

V. Ex^a anunciou a desobstrução da pauta, e eu pergunto o que houve com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento, assinado por todos os Líderes, será lido hoje, após a Ordem do Dia. Será lido e votado, e encaminhado na quinta-feira para votação, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas ele estava sob urgência constitucional pedida pelo Governo?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não, a matéria não tem urgência constitucional.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não venceu o prazo, não está trancando a pauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Nós vamos então tocar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Secretaria está confirmando apenas a informação preliminar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pelo que estou informado, se o requerimento for aprovado, a matéria entrará na pauta na quinta-feira. Se não houver acordo, correremos o risco de derrubar uma matéria por falta de entendimento. Sugeriria à Senadora Ideli Salvatti que fizéssemos uma avaliação entre hoje e amanhã sobre o mérito da matéria, para que o requerimento de urgência fosse lido já com o acordo do mérito...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a se refere ao item dos arquitetos?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sim, dos arquitetos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência tem o compromisso de não colocá-lo em votação enquanto não for superado o acordo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, esclarecendo a V. Ex^a: a matéria tem regime de urgência, mas não está com prazo de urgência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só a partir do dia 10, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fui informado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Shlessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.382, DE 2007

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 311 do Regimento Interno, preferência para a discussão da PEC nº 89/2007, constante do item 15 da pauta, após

a apreciação da matéria do item 4 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.

– Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à imediata discussão do Item 15.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 15:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007

*(Inversão de pauta, nos termos do
Requerimento nº 1.382, de 2007,
lido e aprovado nesta oportunidade.)*

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.* (CPMF)

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Alvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje, devido à falta de **quorum**.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Sobre a mesa, emenda que será lida pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 1 PLEN
(À PEC nº 89, de 2007)

Altera a PEC nº 89, de 2007, estabelecendo diminuição progressiva da alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Dê-se ao § 2º do art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma prevista no art. 2º da PEC nº 89, de 2007, a seguinte redação:

Art. 2º

“Art. 95.

.....

§ 2º A alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta centésimos por cento em 2008, de vinte e cinco centésimos por cento em 2009, de vinte centésimos por cento em 2010, de quinze centésimos por cento em 2011, e o produto de sua arrecadação será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde.”

Justificação

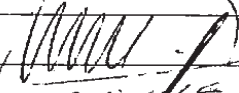
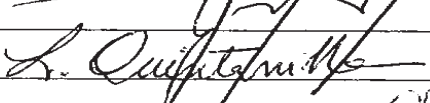
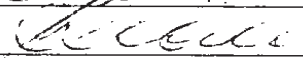
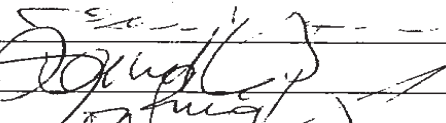
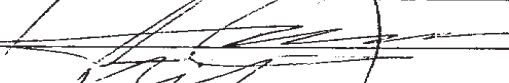
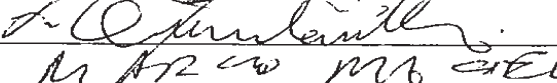
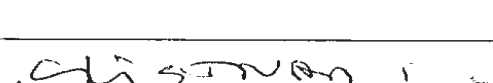
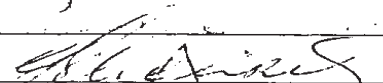
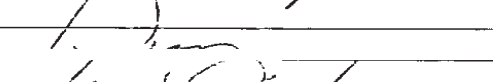
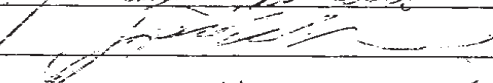
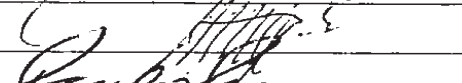
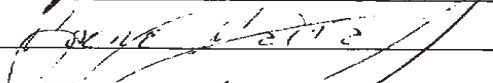

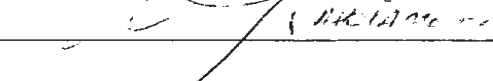


Criada sob a inspiração do grande médico Dr. Adib Jatene, então Ministro da Saúde, com o intuito exclusivo de socorrer, por dois anos, as prementes necessidades da saúde pública, a CPMF foi, posteriormente, por força de sucessivas prorrogações, convertida em instrumento impiedoso de arrecadação para prover os cofres públicos e atender diversas finalidades. A partir de 2000, à saúde só restaram 42% dos recursos arrecadados.

Em total descompasso com o decréscimo da inflação, a alíquota da contribuição foi, praticamente, duplicada, passando, a partir de 1999, de vinte para trinta e oito centésimos por cento.

O Congresso Nacional não pode, sob pena de frustrar os anseios de toda a Nação, simplesmente “carimbar” mais uma prorrogação (a quarta) por quatro anos. Esta só será tolerável se a alíquota regredir e os recursos forem integralmente devolvidos à saúde.

A emenda que ora submeto à apreciação dos nobres Pares cumpre esse duplo objetivo.

Sala da Comissão, Senador **Osmar Dias**.

NOME	Assinaturas
Efectivo Lúcio DE-ROSTENI TORRES	
Leomar Quintanilha	
Eduardo	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	
Leomar Quintanilha	

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Discussão da Proposta e da emenda.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 27 de novembro de 2007, 19h30min, começamos a discutir a prorrogação ou não da CPMF. Se eu consigo fazer razoavelmente os cálculos da tramitação de uma matéria tipo emenda constitucional nesta Casa, significa que nós poderemos muito bem votar o primeiro turno dessa matéria – acredito eu – lá pelo dia 17. Tem tempo de sobra, pelo que vemos.

Esta Casa tem uma característica: aqui adversários e adversários se entendem. Evidentemente, aliados e aliados devem se entender mais ainda. Nós, do PSDB, estamos dispostos a cumprir com o nosso dever de lutar por rebaixamento da carga tributária neste País. A minha família já está prevenida, não tenho nenhum preconceito em passar o Natal e o Ano Novo no meio dos meus companheiros. Tranqüilamente, posso passar o Natal no meio dos meus companheiros. Se não for quebra de decoro parlamentar, abriremos um champanhe aqui na hora certa. Se for quebra de decoro parlamentar, abriremos um refrigerante *diet*, de preferência.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos participar ativamente dessas cinco sessões de discussão. Na quinta sessão faremos aquilo que o Regimento nos propicia que é a aposição das emendas para que a matéria vá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lá, então, receberá o tratamento que seja o tratamento da direção equilibrada do Senador Marco Maciel.

Vamos entrar no mérito da matéria.

Temos hoje uma economia que não está vivendo crise presente. E um Governo que planta uma crise para o futuro, uma crise fiscal grave. Os gastos correntes sobem à média de 9% reais, descontada a inflação portanto, em cada ano dos últimos quatro anos de exercício presidencial. Nenhuma economia é sustentável desse jeito. A arrecadação cresce do mesmo modo. Há um visível aumento de carga tributária numa hora em que poderia haver rebaixamento porque a economia não vive crise. Para aqueles que gostam de fazer as comparações, até advirto que não dá para comparar situações tão diferentes. Temos, a esta altura, Senadora Lúcia Vânia, arrecadados mais reais do que aqueles que o Governo auferirá em dezembro a título de arrecadação da CPMF este ano.

E aí encontramos um Governo que cede para os seus aliados em mexidas cosméticas e não quer ce-

der no essencial; cede no perfunctório, mas não quer ceder na profundidade.

Quando se fala em efetivo redutor de gastos públicos, o Governo inventa qualquer coisa, inclusive ameaça cortar salários de servidores. Mas não quer aceitar os tais 0,2% do PIB a título de redução dos gastos totais. Então o Governo pretende continuar gastando muito. A nossa idéia era de que o PIB crescesse e os gastos caíssem cada vez mais. Nesse caso, a situação do Brasil ficaria, ao longo de dez, quinze, vinte anos, privilegiadíssima.

Ao mesmo tempo, o Governo não abre mão de onerar de maneira tão pesada, com impostos e taxas, a economia brasileira. Não abre mão. E não temos alternativa, a não ser fazer o que estamos fazendo.

Gostaria, neste início de discussão sobre a CPMF, Sr. Presidente, de louvar, Senador Mário Couto, Senador Papaléo Paes, Senadora Marisa Serrano, a combatividade da minha bancada. Se algo me dá orgulho é ter a ocasião, que para mim é de prazer inenarrável, é ter a honra de liderar o PSDB ao longo de tantos anos. Um partido de quadros políticos de compostura, um partido de figuras que refletem antes da decisão e decidem; e, ao decidir, são inflexíveis no cumprimento de seus desideratos. Tenho orgulho da bancada que lidero.

Portanto, quando nós aqui começamos esta discussão de mérito, quero ressaltar inicialmente algo que para mim é absolutamente relevante de ser ressaltado: o Governo gasta muito, gasta mal. O aumento de arrecadação é fruto de muitos fatores, entre os quais eu ressalto três: acertos do primeiro mandato do Presidente Lula, sob a gestão do Ministro Palocci – isso é inegável, Senador Marconi Perillo –; abertura da economia que veio do Presidente Collor para cá, com muita ênfase para o período Itamar Franco e sobretudo para as reformas feitas nos dois governos, principalmente no primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique; e, por terceiro, a conjuntura internacional privilegiadíssima que tem dado muita tranqüilidade às ações do Governo Federal, às vezes não exigindo sequer que o Governo seja perito administrativamente, que seja competente ou que seja austero.

Então nós temos uma advertência a fazer à Nação: amanhã acontece uma crise, e a crise está se armando no horizonte do mundo; amanhã acontece uma crise e a arrecadação cai. A força de desativação da atividade econômica. E aí nós teremos um Governo gastador, com gastos inarredáveis às voltas com uma arrecadação menor. Portanto, seja quem venha a ser o presidente no futuro, o Governo está levando o povo brasileiro a fazer sacrifícios que poderão passar – esses sacrifícios – por tormentos recessivos.

Alguém me diz assim: “O que acontece se acabar a CPMF?” Digo sinceramente que pode acontecer tudo se o Governo não mudar o seu comportamento. Pode não acontecer nada.

Se Governo resolve cortar, fazer ajuste fiscal de melhor qualidade pelo ângulo das despesas; se o Governo for capaz de oferecer, ao longo do ano que vem, a proposta – e nós estamos aqui para ajudar na realização dessa proposta – de uma verdadeira reforma tributária, nós poderemos ver, quem sabe...

Tem razão o Presidente Marco Maciel, do alto de sua sabedoria de ex-Governador de Pernambuco, ex-Presidente das duas Casas do Congresso, ex-Ministro de Estado, ex-vice-Presidente da República, quando diz que essa pode ser uma grande oportunidade, até para o Presidente Lula, sem a CPMF, mudar para melhor a feição e a fisionomia da economia brasileira. Agora, se o Governo acha que não pode abrir mão de gastar de gastar mais, tendo de arrecadar o máximo, mesmo sem crise, para chegar a bom porto, ele está trocando as colinas de longo prazo e a sensatez que chegar a elas exige dos governantes do País, pelas colinas de curto prazo; pelas colinas que podem ser vistas mais a nossa frente, ao alcance de nossa mão. Portanto, Sr. Presidente, eu vejo um quadro muito indefinido em relação à CPMF. Acredito piamente que, ao fim e ao cabo, nós teremos votos para rejeitar este imposto.

Mas quero fazer um debate, como diz uma figura tão querida minha, um debate qualificado. Agora é hora de discutir o mérito. Não é hora de contar votos. Hora de discutir o mérito. Eu estou aqui apresentando razões, estou aqui apresentando números, estou apresentando aqui um desenho da economia deste País. O Presidente Lula, emulado talvez pela bonança internacional, abriu mão de fazer reformas estruturais; não as propôs mais. A economia brasileira vive de saldos anteriores.

Não estamos preparados para momentos de aprofundamento da crise internacional que se está armando no horizonte dos países, e o Brasil não é exceção a essa regra.

Ouçõ o otimismo gritante do Ministro Mantega que diz: “O mercado interno resolverá.” Digo: se V. Ex^a, Ministro Guido Mantega, está falando do ano de 2008, eu diria que o Brasil cresce algo acima de 4% e menos 4,5% em 2008. Mas S. Ex^a não vai me fazer previsões sobre 2009, Senador Almeida Lima; não vai fazer previsões sobre 2010.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, um minutinho para concluir.

Sabe S. Ex^a o Ministro Guido Mantega que 2008 vai começar a ser trabalhado positivamente por uma certa inércia do ano que estamos vivendo. Não diz que o Brasil poderia estar crescendo muito mais em

2007, que poderia ter crescido muito mais em 2006, em 2005, em 2004. O ano de ajuste foi 2003 e foi feito um ajuste competente. Mas 2008 é um pouco o reflexo do que estamos vivendo hoje. Não dá para se garantir o 2009 nem o 2010. Pode ser que o Presidente Lula termine, complete o seu mandato sob o signo de uma mediocrização dos resultados econômicos. Não é o que desejo, mas é o que pode acontecer. É hora de gastos serem cortados.

Eu lia hoje a colunista Mirian Leitão, competente colunista econômica do jornal **O Globo** e da *Rede Globo de Televisão*. Ela perguntava a utilidade, por que comprem meias, tantas meias. Ela não sabia – e nem eu sei – que estava coalhado de pés o Palácio do Planalto. São milhares de meias para calçar não sei que pés no Palácio do Planalto. Alguém pode dizer: “Mas isso é economia de palitos”.

Eu digo não! Quem é austero não gasta nos palitos. Quem é austero prioriza realmente, se é que é prioridade, a educação, se é que é prioridade, a saúde, se é que é prioridade, o enfrentamento dos problemas que estão colocados há muitos anos diante do povo brasileiro.

Sr. Presidente, encerro para, nos próximos 30 segundos, dizer que temos muitos dias de debate pela frente e o PSDB é a favor de que se discuta essa matéria aqui na Comissão de Constituição e Justiça, de que se cumpram os prazos regimentais estritamente, para que no momento próprio esta Casa não alegue estar despreparada para votar uma matéria que interessa sobremaneira ao futuro dos nossos filhos. Que esta Casa vote com consciência, nada de senta e levanta, nada de proposta de troca disso por aquilo. Vamos votar e sem temor de terrorismo como o que li hoje no jornal: “Ah, vão dizer que vocês não deixaram aumentar os vencimentos do servidor público”... Essas tolices só vão aumentar a coragem com que o PSDB enfrentará a luta. Essas tolices vão encontrar um Partido empedernido, do qual tenho orgulho e é assim que encerro. Ao longo desse processo, percebi que o PSDB, além de um Partido de quadros – é um Partido invejavelmente de quadros neste País – tem uma combatividade que a todos nos “orgulhece”, e “orgulhece” muito especificamente a mim que tenho a honra de, desde 2003, ser, neste Senado da República, Líder do PSDB. Eu tenho liderado uma Bancada de homens e de mulheres valorosos, que mostram seu valor a cada instante, e esse valor ainda não está provado nem pela metade. O PSDB mostrará a sua bravura e o seu discernimento, discutindo a CPMF com coragem e com amor pelo País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Marconi Perillo, para discutir a matéria.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, depois de muitas escaramuças começamos hoje efetivamente, Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino, a batalha final. De um lado, o interesse do Governo em continuar perdulário, em continuar gastando mal, insistindo em não realizar o ajuste fiscal das suas contas, em não aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal Federal, em não reduzir as despesas correntes que não têm boa qualidade, insistindo em apoiar e aprovar o imposto de baixa qualidade, a CPMF; insistindo, Senadores e Senadoras, em manter o Brasil no patamar de um dos países com a mais baixa competitividade no mundo, por conta de uma carga tributária excessiva, da ordem de quase 40% em relação ao PIB – é uma carga tributária que inibe a nossa economia, que inibe a nossa produção primária, industrial e de serviços.

O Governo, ao longo desses últimos anos, peçou ao não apresentar à sociedade brasileira, pelo menos no primeiro mandato, um planejamento estratégico, um plano plurianual, um projeto que pudesse nortear o crescimento efetivo do País. Graças a esse imprevisto, graças a essa falta de estratégia, amargou na América Latina sucessivamente, em 2005 e em 2006, a vice-lanterninha em termos de crescimento, ganhando apenas do Haiti.

Um Governo que teve um desempenho tão medíocre do ponto de vista do crescimento, que ficou bem abaixo da média mundial, incluindo os países africanos.

Meus prezados Líderes Arthur Virgílio e José Agripino, os nossos Partidos estão absolutamente sintonizados com a sociedade brasileira. V. Ex^{as}, Líderes competentes e ativos que são, lideraram uma reunião histórica hoje com os 27 Srs. Senadores das nossas Bancadas, e, um a um, foram dando uma demonstração inequívoca de respeito às lideranças que V. Ex^{as} exercem e, mais do que isso, de sintonia com a sociedade brasileira, com os pobres, que pagam mais CPMF do que os ricos – bem mais, diga-se de passagem. Um a um, os nossos Senadores foram dando uma demonstração inequívoca de responsabilidade política, de espírito público e de compromisso com a sociedade brasileira.

Mas eu queria, Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino, Sr^s e Srs. Senadores, prezadíssimo Senador Demóstenes Torres, fazer um comentário com orgulho. O IBGE divulgou ontem o PIB de todos

os Estados do Brasil. Em Goiás, começamos o ano de 1999, primeiro ano da minha primeira gestão, com um PIB de R\$17,4 bilhões. Ontem foi divulgado o PIB de 2005: R\$50,5 bilhões, ou seja, nesse período de sete anos, Senador Arthur Virgílio, o PIB de Goiás cresceu três vezes. E cresceu porque procuramos, ao longo desse período, estabelecer um diálogo permanente com a sociedade, com setores produtivos do nosso Estado.

Senador Demóstenes, V. Ex^a não foi apenas testemunha, mas também co-partícipe, atuando por mais de três anos como Secretário de Segurança Pública, naquele nosso primeiro mandato. E a Senadora Lúcia Vânia, também, mais que co-partícipe, ativa, atuante, buscou recursos como Deputada Federal e lutou para que pudéssemos receber os recursos, viabilizando-os para projetos macroestruturantes.

O fato é que nós podemos comemorar. Goiás chegou, em 2005, a R\$50,5 bilhões. Multiplicou as suas exportações por dez. Tínhamos um volume de exportações de US\$300 milhões, em 1999, e chegamos agora a US\$3 bilhões. Geramos mais de 500 mil empregos nesse período, graças a uma política permanente de desoneração, de agregação de valores às nossas matérias-primas, de valorização e qualificação da mão-de-obra.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Demóstenes e depois à Senadora Lúcia Vânia, que muito honrarão este modesto pronunciamento.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Senador Marconi Perillo, V. Ex^a faz um pronunciamento absolutamente correto em relação ao Estado de Goiás. Estamos agora discutindo o fim de um imposto que tributa os pobres. E nos dois Governos de V. Ex^a a desoneração de impostos foi a causa principal desse crescimento. O que foi divulgado ontem é uma verdadeira revolução. Goiás é a nona maior economia do País...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – E era a décima segunda quando assumimos o Governo.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Exato e na década de vinte, era o Estado mais pobre do Brasil. Então, fizemos um esforço, um esforço de civilização... Na área de educação, Senador Marconi Perillo, também o Enem revela Goiás em nono lugar. É preciso mostrar isso! O Líder Arthur Virgílio disse com todas as letras que é preciso investir em educação. E V. Ex^a fez isso. Temos de reconhecer: o Governo de V. Ex^a deu um salto de qualidade ao Estado de Goiás em diversas áreas! Mostrou que um governo competente, um governo que investe prioritariamente em educação, que está mais preocupado em fazer crescer o Estado do que propriamente em arrecadar faz uma diferença extraordinária. Que o Governo Federal siga os bons

exemplos que V. Ex^a deu no Estado de Goiás, contribuindo decisivamente para que o nosso Estado chegasse a esse patamar de desenvolvimento!

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que honra este modesto orador.

Eu gostaria de acrescentar, Senador Demóstenes Torres, que apesar de toda essa desoneração tributária, conseguimos ampliar a base de arrecadação e as nossas receitas cresceram mais de três vezes nesse período.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo o aparte à nobre Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Marconi Perillo, eu gostaria de me associar a V. Ex^a nesse momento importante em que nós, os três Senadores por Goiás, comemoramos o desempenho da economia do nosso Estado. Eu não poderia deixar de dizer que V. Ex^a foi, sem dúvida, o grande incentivador para que chegássemos aonde chegamos. O Estado hoje é, sem dúvida, exemplo para o País. Ele cresce acima da média nacional, gera emprego acima da média nacional. É um Estado que atraiu indústrias do porte da Mitsubishi, da Perdigão, da Gessy Lever, de tantos frigoríficos importantes que geram emprego e renda para o nosso Estado. Não tenho dúvida de que o Estado de Goiás, hoje, lidera a Região Centro-Oeste e é orgulho para todos os brasileiros, porque é uma região solução. Ao lado do desenvolvimento econômico temos um grande desenvolvimento social. A educação tem galgado patamares até então nunca vistos. Temos os programas sociais, que foram importantes para contemplar aqueles que tinham mais dificuldade, estavam desempregados e puderam usufruir de uma grande oportunidade no seu governo. Portanto, eu que participei ativamente desse governo e fui parte do apoio ao seu governo, aqui e no Congresso Nacional, quero dizer que nós, todos os seus companheiros que assistimos a esse crescimento de Goiás e estivemos ao seu lado nesse momento, nos sentimos orgulhosos da liderança de V. Ex^a, especialmente dos resultados obtidos no seu governo. Muito obrigada.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço à querida e ilustre Senadora Lúcia Vânia, que participou muito efetivamente desse esforço, como Deputada Federal e como Senadora, sempre nossa companheira.

Concedo, com prazer, caso o Presidente me permita mais uns cinco minutinhos, o aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Só ele vai consumir três, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu peço a colaboração, em razão dos outros oradores inscritos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Marconi Perillo, eu quero associar-me aos outros Senadores do querido Estado de Goiás, para parabenizá-lo. O resultado que o IBGE divulga, em âmbito nacional, em que coloca o PIB de Goiás, nas suas duas gestões, tendo triplicado, passado de R\$17 bilhões para R\$50 bilhões, é a prova evidente da competência de V. Ex^a na gestão tucana à frente dos Estados. E quero, então, deixar registrado, para que a Nação brasileira tome conhecimento, que em Goiás, em uma gestão do PSDB, tendo V. Ex^a, Senador Marconi Perillo, hoje como grande Líder daquele Estado, à frente do desenvolvimento goiano, fez com que o PIB triplicasse. E isso, Senador Marconi Perillo, acontece como aconteceu em Goiás, também no meu Estado do Pará. Nos governos de Almir Gabriel e Simão Jatene, o PIB do Pará não era de 17; era de dez, mas chegou a 30. Parabéns pela sua competência e pelo amor que V. Ex^a tem pelo Estado de Goiás.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Mário Couto é o próximo inscrito, Senador.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Encerro, Presidente Tião Viana, agradecendo a V. Ex^a pela tolerância.

Mas eu queria fechar, Senador Arthur Virgílio, trazendo aqui à reflexão dos Ilustres Senadores e Senadoras esse nosso exemplo. Nós resolvemos realizar um governo de parceria, estimulando o setor produtivo no Estado, mas, principalmente, levando em consideração uma agressiva desoneração tributária e incentivos para que empresas brasileiras, estrangeiras e goianas pudessem se estabelecer, pudessem agregar valor às nossas matérias-primas. Mais de duzentos produtos goianos sofreram redução de tributos. Isso deu competitividade às nossas empresas e aos nossos empreendimentos. Celebrarmos pactos com o fórum das federações de trabalhadores e das federações patronais. Isso tudo aconteceu num clima de muita discussão, de diálogo permanente, de muita maturidade e de muito espírito público, com o olhar permanentemente voltado para o futuro e para a modernidade do Estado. Graças, portanto, à redução de impostos, à desoneração tributária, Goiás alcançou competitividade e chegou a esse patamar.

Por essa e por muitas outras razões, vou votar contra a CPMF. Mas vou voltar ao assunto nos próximos dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Mário Couto tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Mário Couto se dirige à tribuna, eu gostaria de fazer uma comunicação urgente.

Quero cumprimentar o Juiz Federal da 5ª Vara Pública de Belém, Dr. Airton de Aguiar Portela, que concedeu medida liminar, sustentando a cobrança da taxa de ocupação dos 112 mil imóveis localizados na denominada primeira légua patrimonial de Belém.

Estendo os cumprimentos ao Procurador da República, Dr. Felício Pontes Júnior, que ingressou com a ação civil pública em 9-6-2004 e obteve o deferimento da liminar em 22-11-2007.

No dia 20/11, terça-feira passada, fiz um pronunciamento na tribuna do Senado, expondo a situação das famílias atingidas – a maioria de baixa renda – e fazendo um apelo ao Ministro do Planejamento e ao Advogado-Geral da União, no sentido de determinarem a suspensão da cobrança ilegal que a Gerência Regional do Patrimônio da União no Pará vem promovendo.

Senador Mário Couto, reitero o apelo, porque a liminar alcança apenas as famílias beneficiadas pelos programas sociais do Governo ou que tenham rendimentos anuais inferiores a R\$12.696,00. Se a cobrança é ilegal, deve alcançar todas as sofridas famílias que estão perdendo seus bens.

Apelo também para que determinem que o gerente regional do patrimônio da União, Newton Miranda, não prossiga com sua sanha arrecadadora contra a população de baixa renda de Belém, como já ameaçou fazer ao dizer que vai recorrer da decisão judicial.

É um assunto da maior importância, Senador Tião Viana, que diz respeito às famílias menos favorecidas de Belém que estão em área de terras de Marinha. Fiz um pronunciamento na terça-feira e vou relatar uma PEC do Senador Almeida Lima, para que possamos resolver isso em âmbito nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começamos hoje a grande luta, tenho certeza, em favor da maioria do povo brasileiro. Temos uma tarefa árdua neste Senado, a tarefa de fazer com que a população brasileira deixe de pagar mais impostos.

Sair vencedor daqui será uma tarefa muito difícil, Senador Flexa Ribeiro. Vamos lutar contra o Governo, um Governo que – ficou patente na tarde de hoje – busca de todas as formas conquistar votos.

O Senador Geraldo Mesquita mostrou hoje aquilo que sempre este Senador mostrou nesta tribuna. Tenho certeza de que desgostei muitos Senadores e Senadoras. Elogiei o Senador Geraldo Mesquita pela mais pura sinceridade ao povo brasileiro, de não se render nem se vender.

Começa aqui hoje uma tarefa árdua. Quero aqui parabenizar o Líder do nosso Partido pela preocupação e pelas providências que tomou. Se já o admirava, passo a admirá-lo mais pelo incentivo que V. Ex^a dá a todos nós. No início, recebi muitos *e-mails*, pensando que nosso Partido estava querendo ficar ao lado do Governo; pensando que V. Ex^a estava fraquejando nesta luta. A população às vezes tem de entender, Senador Arthur Virgílio, que V. Ex^a, como Líder, precisa ter habilidade para montar estratégias capazes de chegar aonde chegamos hoje. Senão, já tínhamos sido derrotados até no meio do caminho desta grande luta.

Estamos vivos, completamente vivos e lúcidos para continuar essa batalha e, a cada dia que passa, Senador Arthur Virgílio, nós ganhamos mais um, mais um e mais um. E V. Ex^a, com a habilidade que tem de Líder, conseguiu contagiar todos nós na bancada para esta luta, que, sabemos todos nós, é árdua. Mas tenho fé em Deus e em Nossa Senhora de Nazaré que o povo brasileiro sairá vencedor desta árdua batalha. Não somos nós, Senadores.

É o povo brasileiro que nós representamos aqui. V. Ex^a, o seu Estado do Amazonas; eu, o meu Estado do Pará. E nós temos que mostrar tanto ao Amazonas como ao Pará, como ao Brasil, que nós não vamos nos render em hipótese alguma e que nós iremos festejar, como disse V. Ex^a, se não for quebra de decoro parlamentar, no dia de Natal, aqui, brindando com champagne; mas iremos festejar essa grande vitória.

A população brasileira não pode mais ser taxada com impostos. Hoje já são quase R\$800 bilhões, um número astronômico que sai do bolso de cada brasileiro, pobre ou rico. E não tem essa história de dizer que só o rico paga, que só aquele que mexe com cheque é que paga. Isso é história para boi dormir. O menor, o que ganha menos não precisa nem usar cheque. Esse aí é o mais taxado, esse aí é o que paga mais.

E se nós falarmos em gastos palacianos... Já vim a esta tribuna por várias vezes dizer que o grande problema do Governo Lula não é a renovação da CPMF. Já temos saldo de arrecadação de impostos, no mês de outubro, que dá para cobrir a CPMF. Já temos a mais do que no ano passado R\$35 bilhões. Para que ainda

se quer a CPMF? Para que ainda se quer a CPMF, se o Governo já aumentou os impostos na sua arrecadação em R\$35 bilhões? Já superamos a CPMF.

Agora o que precisamos superar, brasileiros e brasileiras, são os gastos palacianos. Já mostrei todos aqui. Já mostrei, inclusive, a bebida alcoólica que se consome dentro do Palácio do Governo. Já mostrei os cartões de crédito, com os quais se gastam hoje R\$64 milhões, e que a 90% dos gastos com esses cartões de crédito ninguém tem acesso – e é dinheiro vivo. Nem o Tribunal de Contas da União tem acesso a esse gasto com cartão de crédito. Pode gastar quanto quiser que ninguém pode tocar. É inviolável, é intocável. Só no Palácio, só onde Lula mora com sua família, são gastos R\$140 milhões. Só na casa onde mora, só no Palácio presidencial! E haja população brasileira a pagar esses gastos!

Ainda temos cinco dias para mostrar tudo isso. Ainda temos cinco dias para discutir esse perverso imposto que maltrata o bolso do brasileiro.

Nos Palácios, a ganância é enorme. Exatamente como se gasta na casa do Lula se gasta nos gabinetes da Presidência. A diferença não é tão grande: R\$140mil nos Palácios do Lula, R\$350mil nos gabinetes do Presidente. São 48 mordomos para servir aquele operário que se dizia tão humilde. Ah, mais isso é insignificante! Somem tudo e verifiquem quanto é que dá, porque não são só os gastos. A corrupção precisa ser estancada, a corrupção é uma marca deste Governo. O brasileiro paga US\$3,5bilhões de corrupção. É a pura realidade, é verdade. São dados da Fundação Getúlio Vargas, meu nobre Senador. São US\$3,5bilhões de corrupção que o povo paga neste País e ainda querem cobrar mais impostos dos brasileiros!

É impressionante, é lamentável, é desastroso que o Presidente Lula e os seus Ministros ainda possam telefonar para os Senadores, como telefonaram para o Senador Geraldo Mesquita, tentando fazer a cabeça de um homem que não se rende e não se vende. Isso é um caso isolado que se sabe. A luta é para que ele possa cobrar mais impostos do povo brasileiro. Olhem como é! Toda a Nação brasileira viu o que aconteceu hoje à tarde aqui neste Senado: a denúncia de um Senador dizendo que foi pressionado até na porta do seu Gabinete para receber dinheiro de emenda para votar a favor da renovação do imposto perverso que maltrata o povo brasileiro.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou terminar, Presidente.

E ainda há Senadoras que vêm aqui a este plenário dizer que pobre não paga CPMF. É revoltante! É revoltante essa inocência! Ou se faz de inocente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Permito, sim.

Eu acho que é a tentativa de dizer que não sabe, que desconhece. Sabe. Conhece. É a tentativa de induzir os outros – isso é prática do Partido dos Trabalhadores. Prática!

Ouçó V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mário Couto, primeiro, o que nós do Partido dos Trabalhadores argumentamos é que são sobretudo os mais pobres, principalmente, os maiores beneficiários da receita da CPMF no que diz respeito ao que vai para a Saúde, para a Previdência ou para o Fundo de Combate à Pobreza. Sim, eles pagam CPMF, porque se trata de um imposto que todos pagamos. Vou fazer duas perguntas a V. Ex^a. Se V. Ex^a tiver, por exemplo, o extrato da sua conta bancária deste último mês e se puder informar-nos quanto pagou de CPMF da sua conta bancária, daquela do Banco do Brasil que nós, Senadores, temos... Posso lhe informar que, nos últimos 30 dias, paguei aproximadamente algo como R\$100 de CPMF na minha conta do Banco do Brasil. No mês passado, foi cerca de R\$160 reais. Parece-me algo perfeitamente razoável, tendo em conta que o que movimento aqui é o salário bruto de Senador, da ordem de pouco mais de R\$16 mil. E há os descontos e tudo mais, e a movimentação. Parece-me adequado e não demasiado o pagamento que faço da CPMF. Claro, conforme V. Ex^a tem salientado – e também a Senadora Kátia Abreu, Relatora – pagamos CPMF, todos pagamos, inclusive os mais pobres. Sobre qualquer copo, qualquer caixa de fósforo, qualquer lápis que compramos, há ali a CPMF. Não é que seja exagerado, mas, sobretudo, os benefícios da CPMF vão para os mais pobres e, em termos líquidos, eles são, em termos do resultado final, sim, significativamente beneficiados. A segunda pergunta que gostaria de formular a V. Ex^a é se pode nos informar quanto o Estado do Pará tem no seu orçamento anual de 2007, e previsto para 2008, de arrecadação decorrente da CPMF. Quanto é que vai para a saúde da CPMF no Estado do Pará? Para que V. Ex^a possa... Até amanhã V. Ex^a terá essa informação, e eu gostaria de dialogar com V. Ex^a sobre isso. Se negar a CPMF, quanto é que V. Ex^a estará negando de contribuição da CPMF para o orçamento da saúde do seu Estado? Quem sabe V. Ex^a já tem essa informação! E daí que V. Ex^a possa transmitir

aos habitantes do Pará que, com o seu voto, V. Ex^a estará negando esses recursos para o ano que vem. O Senador Tião Viana, por exemplo, fez um estudo detalhado dessa informação e ele poderá contribuir com V. Ex^a, se não tiver ainda a informação. Mas, até amanhã, o Senador Tião Viana proverá, eu tenho certeza, a informação a V. Ex^a: se deixar de votar a CPMF, qual será a consequência para a população do Pará no que diz respeito à Saúde, à Previdência e àqueles que recebem o Bolsa Família em virtude desse voto? Mas nós vamos continuar a debater esse tema hoje. Hoje eu só formulo as perguntas. Amanhã, eu agradeço se V. Ex^a vier com a informação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Primeiro, eu quero lamentar que V. Ex^a possa votar pela renovação da CPMF.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu vou votar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu sei disso. Eu tenho a lamentar. Eu tenho certeza, Senador Suplicy, de que o povo do Estado de São Paulo não apóia sua atitude.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Espere aí! Calma! Agora... Eu lhe ouvi; agora, o senhor vai me ouvir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas deixe-me só dar a evidência...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não. Não discuta. Nem um pito! Nem um pito!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A palavra está com o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agora me escute! Por favor, me escute!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Depois eu falo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – São Paulo haverá de lhe cobrar essa decisão. Olha o que eu estou lhe dizendo hoje!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Calma, Senador! Deixe eu falar!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu ando pelas ruas de São Paulo...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Calma, Senador! Calma! Tome um copo d'água! Pegue o seu copo! Isso! Tome, tome, tome, Senador!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Aceito a sugestão.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Tome! Isso! Tome um gole bem fundo. Respire. Me escute!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Outro dia, chamaram-me a uma manifestação de São Paulo. Foi um pingo de gente lá.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Calma, Senador! Calma, Senador!

São Paulo haverá de lhe cobrar sua atitude. Se V. Ex^a chegasse comigo hoje aqui e dissesse que esse imposto, todo esse imposto arrecadado, tivesse sido aplicado na Saúde, eu diria a V. Ex^a como resposta: o povo pobre está satisfeito, porque está mais bem atendido nos hospitais, porque não está morrendo na fila dos hospitais! É isso, Senador, o que me dói, Senador! É isso o que me dói, em meu Estado, ver meu paraense morrendo nos hospitais sem atendimento médico, sem remédio, sem nada, Senador! Como é que eu tenho coragem, Senador, de votar contra esse povo, Senador?! Como, Senador? Como, Senador? Calma, Senador, escute-me mais um pouco.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou ouvindo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Escute-me. V. Ex^a sabe – agora lhe pergunto – quanto gasta o Palácio do Planalto, onde o Lula mora, seu grande amigo? Sabe quanto ele gasta por ano? Diga a mim! Olhe para mim. Diga a mim: quanto ele gasta por ano?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não. Diga a mim. V. Ex^a não sabe? São R\$140 milhões! Cento e quarenta milhões! Na casa do Lula! V. Ex^a sabe quantos mordomos o Lula tem? V. Ex^a sabe? São 38 mordomos, Senador! V. Ex^a sabe quanto é gasto no gabinete do Presidente da República, Senador? V. Ex^a sabe quanto?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Espere aí, Senador. Calma! Não sabe quanto é, Senador? Calma, escute-me.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a faz bem de examinar esses dados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Faça bem. É por isso que voto contra. E é por isso que V. Ex^a está querendo votar a favor. É porque eu estudo, vejo dados, vejo números e eu sei. Venho todas as tardes a esta tribuna mostrar à população brasileira porque voto contra a CPMF, Senador. Toda tarde estou aqui.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas, para São Paulo, por exemplo, há mais de R\$3,7 bilhões que deixarão de chegar. Será difícil que as instituições

hospitalares de São Paulo funcionem tão bem se a CPMF for cortada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Suplicy, olhe para mim.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou ouvindo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Olhe, que é bom a gente ouvir e olhar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou olhando. Olho no olho.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou já dar o aparte a V. Ex^a.

O senhor sabe quanto é que o Governo Lula consome de corrupção por ano? Sabe quanto é?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quanto de...?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Corrupção.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, para falar algo assim, precisa... E V. Ex^a que...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Me escute, eu estou lhe perguntando: V. Ex^a sabe quanto é?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. V. Ex^a...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a sabe? Dados da Fundação Getúlio Vargas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, não.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a sabe quanto é?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, esses dados não estão na forma...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, mas V. Ex^a tem de me escutar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a não pode falar assim.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a tem de me escutar! Eu o escutei.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, mas se V. Ex^a

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sabe quanto é, Senador?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a gosta ...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Três ponto cinco bilhões de dólares! É quanto o Governo Lula consome da população brasileira em corrupção por ano, Senador!

Eu escuto V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está colocando...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É por isso que vou votar a favor da CPMF. O povo de São Paulo haverá de cobrar de V. Ex^a essa sua atitude.

Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mário Couto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Nessa ocasião, V. Ex^a não usou ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Senador Mário Couto, só um minutinho.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu estou com o aparte, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Eu acho que V. Ex^a não poderia interrogar o Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu estou com o aparte, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Mas dar o aparte se for necessário.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas o aparte é concedido a quem? A ele ou a mim?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Então, gostaria de ...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Está na vez de quem?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só para assinalar que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Porque depois a Taquigrafia fica com dificuldade para...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mário Couto.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, eu entendi que V. Ex^a me concedeu o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas o Senador Mário Couto, neste instante, usou de uma colocação inadequada em relação ao Presidente Lula.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Inadequada?!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Inadequada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Inadequada?!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Porque V. Ex^a, que ainda ontem...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Por que inadequada?

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ainda ontem V. Ex^a me mostrou que há pessoas que lhe fazem acusações que são indevidas... Então, precisa

fazer, quando afirma algo, precisa estar devidamente comprovando, porque, se não, V. Ex^a...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Senador está abusando da minha...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Senador Suplicy está incorrendo num ato de falsa ideologia.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... vai cometer uma inadequação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Fica registrado o protesto de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vai cometer uma inadequação de maneira ofensiva ao Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não ofendi. Olha, eu continuo dizendo: se é ofensiva, pegue seus direitos e me interpele. O Presidente Lula, o Brasil governado pelo Presidente Lula gasta três ponto cinco bilhões em corrupção.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a usa esse termo de maneira...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Se dói, vá com essa dor para a sua residência hoje.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Isso é compartilhado. Esse número é compartilhado, pelo estudo da FGV, por todos os Governadores, inclusive pelos Governadores do seu Partido. V. Ex^a faz uma ofensa inadequada. Aqui, reitero: V. Ex^a precisa tomar maior cuidado quando usa de termos ofensivos. Inclusive, quero lhe recomendar olho no olho: Senador Mário Couto, quando V. Ex^a exagera na ofensa, V. Ex^a não contribui para o objetivo que deseja alcançar, de persuadir aqueles que estão no Governo para agirem melhor. V. Ex^a usa de termos que as pessoas começam a achar exagerados. É uma recomendação que lhe faço olho no olho, respeitosamente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – O tempo já se esgotou.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mário Couto, V. Ex^a me cede um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quero que ele pare de falar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... com sentido de amizade. Vou deixar descansar o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Se V. Ex^a for dar aparte, terá o tempo, mas já passou muito tempo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não passei do tempo. O Senador Suplicy tomou todo o meu tempo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou dar o aparte a V. Ex^a.

Eu lhe entendo, Senador, e até lhe perdôo. V. Ex^a ficou nervoso, tremeu a mão, tremeu a voz.

Eu continuo dizendo: eu não ofendi o Presidente Lula. É verdade!

São dados da Fundação Getúlio Vargas, Senador. São dados...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – São dados da FGV...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ele não pára de falar. Ele está nervoso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sobre o Brasil, sobre todos os Governos brasileiros, inclusive os Governadores. Esse estudo da FGV é sobre como, no Brasil, há desvios em todos os governos – estadual, municipal e Federal –, mas V. Ex^a atribui tudo ao Presidente Lula.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não sou eu, Senador. É a Fundação Getúlio Vargas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe que há desvio de recursos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Eduardo Suplicy, por favor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O importante é que V. Ex^a aponte cada lugar específico onde há desvio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Senador Eduardo Suplicy parece um carro sem freio. Custa pegar, mas depois não quer parar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em comparação ao Líder Arthur Virgílio, falei pouco.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O problema é que eu, lamentavelmente, fiz com que o Senador ficasse nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. DEM – SP) – Srs. Senadores, daqui a pouco tenho que encerrar a sessão, porque fica um conflito.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Acho mais simples cassar o microfone dele. O Senador está transtornado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Peça-lhe desculpas por ter feito V. Ex^a ficar tão transtornado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. DEM – SP) – Senador, se V. Ex^a for conceder aparte, por favor...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu que estou transtornado?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Por favor, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a não está parando de falar. Parece que engoliu um papagaio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. DEM – SP)

– A palavra o Senador Mário Couto passou a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou seguindo o exemplo do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. DEM – SP)

– Senador Arthur Virgílio, por favor.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas eu falo no tempo devido. Enfim, não fico falando depois, no momento de outros.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Suplicy, desculpe por ter feito V. Ex^a ficar tão nervoso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mário Couto, antes de mais nada, quero fazer propaganda do livro do Senador Eduardo Suplicy. Vamos todos lá para prestigiá-lo. Vamos ver se, assim, S. Ex^a se acalma.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Para acalmá-lo, vou comprar um livro de V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mário Couto, V. Ex^a se defendeu brilhantemente. Conheço V. Ex^a como tribuno e como parlamentar experimentado e corajoso que é. Não vou acrescentar, portanto, nenhum argumento, a não ser duas pequenas observações. A primeira, Senador Mário Couto: o Senador Suplicy revela um amor pela saúde muito grande, mas votou contra a CPMF nesta Casa quando do Governo do Presidente Fernando Henrique. Então, parece que, naquela época, não havia problema de saúde. O Brasil vivia em crise. Hoje não há crise nenhuma. O Governo arrecada a mais. De excesso de arrecadação, mais que uma CPMF inteira. Agora, um Governo perdulário que compra meias para milhares de pessoas. Não sei como é que cabe tanta gente no Palácio do Planalto, parece que há uma centopéia por lá. Mas, na época, ele não se sensibilizou. Parece que, na época, ele pensava outra coisa. E esta conjuntura é completamente diferente. Hoje, há uma crise que está sendo plantada pelo Governo, que é absolutamente indisposto com a austeridade fiscal. A outra observação é uma coisa absolutamente incrível. O Senador Suplicy, sempre digo, se ele não existisse teria de ser inventado. S. Ex^a diz que fica indignado quando V. Ex^a revela os dados da Fundação Getúlio Vargas e citou os Governadores do PSDB. Caberia uma interpelação: o Senador está acusando algum Governador do PSDB de prática de corrupção? V. Ex^a citou os dados da Fundação Getúlio Vargas. Aí ele diz que são todos governadores...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Aliás, Senador Arthur Virgílio, só para fazer um parêntesis na sua fala. Não venho a esta tribuna sem a fonte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É lógico.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não venho nunca. Nunca, Senador Flexa. Quando venho aqui, é com fonte. E cito a fonte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E vou encerrar dizendo uma coisa – peço a V. Ex^a que me dê mais 30 segundos, não preciso mais do que isso. Há a inveja boa e a inveja má. O Senador Suplicy é um bom caráter. É incapaz da inveja má. Mas, como ser humano, não é incapaz da inveja boa. Ele está morrendo de inveja da gente. Acredito que ainda pode votar contra a CPMF. Ele está num pé e noutro, ele está nervoso por isso, e não por outra razão. Ele está nervoso porque está louco para repetir o voto dele de antes e votar contra a CPMF.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou muito calmo e tranqüilo. Participarei com V. Ex^as do debate sobre a CPMF nos próximos dias com a tranqüilidade e convicção de que conseguirei persuadi-los a modificar a sua opinião.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, desço desta tribuna fazendo um compromisso com o Senador Eduardo Suplicy. Sinceramente, Senador – palavra minha, compromisso meu –, quando eu notar que V. Ex^a estiver neste plenário, não digo mais, não há quem me faça dizer que o Governo do Presidente Lula é corrupto. Está fechado o negócio! Quando V. Ex^a estiver no plenário, eu não digo, nem que o meu Líder me determine, nem que o Presidente do meu Partido me determine, eu não digo, de jeito nenhum, quando V. Ex^a estiver aqui, que o Governo do Presidente Lula é corrupto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Tião Viana, Presidente Interino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Como último inscrito, pergunto se o Senador Mão Santa deseja fazer uso da palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pelo tempo dobrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço a palavra apenas para transmitir, diante dessa observação do Senador Mário Couto, que, quando falamos sobre irregularidades em quaisquer governos, é importante contribuir para definir claramente qual foi a irregularidade, qual foi o desvio e contribuir para que não haja mais esse tipo de procedimento.

Acho importante que a Oposição esteja apontando problemas, mas, então, que sejamos explícitos, dizendo exatamente, para, assim, colaborar.

V. Ex^a, que foi um exímio Diretor da Polícia Federal, entre tantas coisas, na sua história, sabe perfeitamente da relevância de contribuímos para bem apontar problemas da maneira precisa, quando eles existem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. DEM – SP) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem. É bem rápido. Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. DEM – SP) – Senador Mão Santa, permita que eu dê a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Aliás, Sr. Presidente, eu considero o Senador Mão Santa um verdadeiro Vice-Líder das oposições como um todo, pela capacidade que tem de transitar nos partidos de Oposição e pelo respeito que merece dos seus pares.

Sr. Presidente, apresento voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, da Sr^a Yolanda Esther Fraiji, ocorrido no dia 25 último. Ela vem a ser filha do grande amigo do meu pai Rafael Azize, comerciante respeitado no meu Estado, e filha da matriarca da Família Azize, Dona Olga, minha querida amiga. É irmã, entre outras pessoas, da minha companheira de Partido e minha amiga muito querida, que foi colega do então Deputado Suplicy, Deputada Beth Azize.

Minhas condolências muito fraternas à querida Beth Azize.

Também apresento voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, de outro militante do meu Partido, William Pinheiro, que foi estupidamente atropelado, aos 26 anos de idade, por um criminoso de 22, embriagado. Houve suborno de policiais para que não se lavrasse o flagrante, mas estamos com advogado em cima para que isso não aconteça.

Finalmente, Sr. Presidente, um curto pronunciamento em que peço que instalem, de uma vez por todas, telefone celular, inclusive devido ao agronegócio, no progressista Município de Apuí, no sul do Amazonas, no rio Madeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, localizado no Sul do Amazonas, a 500 quilômetros de Manaus, Apuí é um dos mais progres-

sistas municípios do meu Estado, na área de influência da Cuiabá-Santarém, a BR-163.

O que tem Apuí: tem 25 mil habitantes, 3 mil alunos matriculados em suas escolas, uma avançada pecuária e, também, desenvolvida agricultura, que produz inclusive café, produto do qual é o maior produtor do Amazonas.

Apuí é tudo isso. Mas, por incrível que possa parecer, não dispõe de telefone celular. Está, pois, à margem da moderna telefonia.

Apuí, insisto, não tem telefone celular. Mas pode vir a ter.

Tudo depende de boa vontade de uma das concessionárias que operam no Amazonas. A OI, a Vivo, a TIM ou a Amazônia Celular.

A todas elas, dirijo um apelo em nome dos 25 mil habitantes desse município.

O pedido, que ora encampo, foi encaminhado à Câmara Municipal de Apuí, da qual recebi, por intermédio do Vereador Juvenal Belo da Hora, 2º Secretário, o apelo que ora transmito à ANATEL e às operadoras de telefonia celular. Que uma delas implante a telefonia celular em Apuí. Com urgência. Apuí merece.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. DEM – SP) – A Mesa se associa a V. Ex^a e dará o encaminhamento regimental às petições.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, que preside esta reunião, parlamentares, brasileiras e brasileiros que estão presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Professor Romeu Tuma, Sócrates disse que só há um bem, o saber; e só há um mal, a ignorância. Senador Eduardo Azeredo, na natureza, nada se cria, nada de perde, tudo se transforma, Lavoisier.

Eu queria dizer que estão aí querendo colocar pânico: que se enterrou a CPMF, o Governo vai acabar. Não, Luiz Inácio, não há nada disso. O Governo é para servir o povo. É esse o sentido.

Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Não há nada de perda de dinheiro. Nada, nada, nada. O dinheiro vai ficar, no Brasil, nas mãos honradas da dona-de-casa. Essa, sim, é economista. Dizem “Ah, mas vai diminuir não sei o quê”. Essa ignorância é audaciosa, de pouco estudo.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem eu estive, disse certo. Ele mostrou as crenças dele, a vaidade dele de amar o estudo e o trabalho.

E este País precisa disto: de estudo e de trabalho.

Então, o dinheiro vai ficar com aquela que melhor cuida: a mãe de família, a doméstica. Ele vai ficar em casa, vai ficar no Brasil. O dinheiro é nosso. A Pátria vai ficar mais enriquecida. O dinheiro vai sair das mãos dos aloprados que ganharam fácil.

Ô Romeu Tuma, V. Ex^a, sonho, ideal, bravura, chegou à Polícia Federal e se aposentou. Eu estou aqui, Luiz Inácio, é para ensinar. Deus me permitiu todos os dedos das mãos. Com essas mãos, que não são santas, guiadas por Deus, salvava uma vida aqui e acolá. Quarenta e um anos de médico, ô Suplicy, vou fazer em 16 de dezembro!

Olhe para cá, ô Romeu Tuma! Do jeito que V. Ex^a é reconhecido na Polícia Federal pela vida verde, amarela, branca e azul, ordem e progresso, a minha é na Medicina. Hoje, estavam lá os médicos todinhos de oftalmologia. Temos o mesmo conceito: médico de Santa Casa, para não complicar.

Então, o que temos a dizer, Luiz Inácio, é que atentai bem! Os aposentados, os velhinhos... Ô Arthur Virgílio, os velhinhos aposentados. Esta Casa, em momentos de grandeza, fez uma lei boa e justa.

Entramos pela calada da madrugada, Luiz Inácio. Demos um aumento para os velhinhos aposentados do meu Brasil, de 16,7%, mas estudado. Era Presidente da Comissão o Senador Tasso Jereissati, esse homem que governou o Ceará, foi convidado para ser Ministro da Fazenda. O Vice-Presidente da Comissão era o Senador Paulo Paim, que teve que ficar um pouco afastado, porque era naquela fase em que eles queriam queimar a Heloísa Helena na fogueira.

E, de repente, os aloprados convencem o Luiz Inácio a reduzir aquilo que era de direito, que era justo, uma lei boa e justa, inspirada no Cristo, que disse: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça". Uma lei boa, 16,7% para os nossos velhinhos. Aí Luiz Inácio reduz, inspirado pelos aloprados, aproveitadores, para 4%! E os velhinhos lamentaram, estão constrangidos, foram injustiçados. Ao mesmo tempo, os aloprados ganharam um aumento de 140%. Tem deles que começam com R\$10.448,00!

Olhe, Cícero, sou aposentado como médico-cirurgião, com 41 anos trabalhados mesmo, em urgências: bala perdida e encontrada, facada, cesárea... E a minha aposentadoria, Cícero, eu nem olho. Quem recebe é Adalgizinha, porque, se eu olhar, dá úlcera. São dois mil e poucos reais. Há aloprados que entram neste Governo ganhando R\$10.448,00. Augusto Botelho, V. Ex^a ainda vai se aposentar. É isso.

Por isso não dá! A dona-de-casa sabe administrar; esse dinheiro vai ficar. Esse dinheiro, Luiz Inácio, é pouco. Serão R\$400,00, R\$500,00, R\$600,00 numa

família em um ano. São uns R\$40,00. Quantos pães se compram, Zezinho? São R\$40,00 por mês de pães para uma família. Então, esse dinheiro será útil, vai minorar a fome dos brasileiros. A mãe de família vai usá-lo para melhorar a saúde que o Governo não dá, que não dá educação e nem dá o livro.

Luiz Inácio, eu quero salvá-lo. Votei em Vossa Excelência em 1994. Ele me comoveu, Arthur! Ele dizia que o trabalhador tinha de tomar uma cervejinha no fim de semana. Que país era aquele em que um operário não podia tomar uma cervejinha? Pois esse dinheiro vai servir, Luiz Inácio, para aquele operário que trabalhou, da CPMF. Ele tem a cervejinha dele, da mulherzinha dele e da família. Esse dinheiro não vai desaparecer nem causar problema para Vossa Excelência, não, Luiz Inácio.

Aqui está um prefeitinho, aqui está um homem que governou o Piauí por duas vezes. Esse dinheiro, Luiz Inácio, vai ficar com o povo, que vai consumir mais, vai comprar mais. Então, circula, dá mais ICMS, dá mais dinheiro para os prefeitos, para os governos. Ele circulará; ele não vai desaparecer. Vai desaparecer, sim, a mentira. A mentira da CPMF. Provisória. É uma mentira. Que vai para a saúde. É uma mentira. Quem diz sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Senador, V. Ex^a permite que eu prorogue por mais 30 minutos? Assim V. Ex^a termina o seu discurso e há uns documentos a serem lidos. Vou prorrogar a sessão, porque o tempo se esgotou. Para não haver uma falha.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – São trinta só para mim, não é? Eu agradeço penhoradamente. V. Ex^a pode ser candidato a prefeito lá. Como tem nordestino! Eu já quero me comprometer logo, de acordo com esse tempo, em São Paulo.

Luiz Inácio, esta Casa tem razão de ser, porque nós temos que ser os pais da Pátria. O erro está, Romeu Tuma, na ignorância, que é audaciosa. Sócrates já dizia: só tem um grande mal, a ignorância. E a do PT é audaciosa. Aí é que está!

Cícero Lucena, engenheiro, homem que estuda muito, matemático. O progresso é a engenharia quem faz. Mas se se estuda para jogar futebol, Romeu Tuma, como é que não se estuda para governar um país grande deste? E estou com o Fernando Henrique: temos de estudar.

Eu acredito.

Minhas crenças são em Deus, no amor que une a família, no estudo que busca o saber, no trabalho. Como diz Rui, a primazia tem que ser do trabalho e do trabalhador que faz a riqueza.

Eu conheço um homem, Romeu Tuma: Bill Clinton, quatro vezes Governador de Arkansas. Cícero Lucena, V. Ex^a governou uma vez o Estado da Paraíba. Bill Clinton, quatro vezes Governador. De repente, ele é eleito Presidente dos Estados Unidos. Depois de quatro vezes, Bill Clinton, o Luiz Inácio, com essa experiência de ser de Ministério Público, a mulher dele, encantadora, jurista, e Bill Clinton viram que era complicado governar na democracia. Recrutou os maiores técnicos dos Estados Unidos: Ted Gaebler e David Osborne. Eu os conheci, Luiz Inácio. Antes de governar o Piauí, fui ao seu governo aprender. Mas também fui ao Ceará; eles estavam dando uma conferência no Banco do Nordeste. Eles escreveram o livro – e estou aqui para ensinar o Luiz Inácio – **Reiventando o Governo**. Resumindo, eles diziam... E alertei aqui. Quantas vezes eu disse: esta Casa é para ensinar mesmo. Aqui é um contrapoder, ali é outro poder e a Justiça, um freando o outro, um iluminando o outro, um botando rédeas no outro.

Estou aqui para botar rédeas no Luiz Inácio. E botei antes; eu o advertia.

No livro, Cícero, resumindo, Arthur Virgílio, o governo não pode ser grande demais. Não pode. Grande demais foi o Titanic, que a engenharia fez e afundou. Tem que ser menor e ágil. Aí o Luiz Inácio, de quinze ministros, botou quase quarenta – trinta porcarias que aí estão.

Vinte e cinco mil aloprados. O Bush nomeou 4.500; o Tony Blair, 160; o Sarkozy, 350. É um reinado de aloprados, e o povo é quem paga a conta.

Luiz Inácio, pelo amor de Deus – e isso o Senai ensinou; o Senai é uma grande organização; este é um grande País; o Senai é uma escola – os portugueses cobravam impostos, e o povo se revoltou. É muito imposto, D. João VII! Eram 20%, era um quinto. A novela *Quintos do Inferno* mostrou que, de cinco quilos de ouro das minas, um era para Portugal; de cinco bois, de cinco bodes do Piauí, um era para Portugal. Agora, é uma banda, é um meio, é imposto demais.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena e, depois, o Líder de todas as oposições, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Mão Santa, entre todos os aspectos que V. Ex^a tratou neste breve pronunciamento, não posso deixar de registrar que esta Casa, na sua composição, tem vários líderes de partidos. Sem dúvida, em V. Ex^a nós podemos resumir a condição de vice-líder de todas as oposições. Com a sensibilidade que tem na área de saúde, no conhecimento do gerenciamento da coisa pública, V. Ex^a fez uma pergunta bastante

rápida – e eu não quis intervir, até porque foi dirigida a Zezinho: de R\$40,00, quantos pães são por mês? Na minha terra, custa em torno de R\$5,00 o quilo de pão. Considerando R\$ 40,00, seriam oito quilos por mês. Multiplicando por vinte pães de cinquenta gramas, seriam 160 pães, por mês, tirados da família pobre.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Alimentar uma família com esse dinheirinho. Vai ficar para a mãe multiplicar os pães e matar a fome. Esse dinheiro é isso.

Segundo, são 76 impostos. Senador Arthur Virgílio, eu fiz essa pesquisa: são 76 – dez criados por esse partido aloprado. Outros, aumentados. Setenta e seis. Então, está na hora. Os Estados Unidos, Luiz Inácio, o Senador Romeu Tuma. O PIB, todo o dinheiro são só 22% de imposto. Aqui são quase 40%. Em um ano, que são 12 meses, pagam-se cinco. E todo mundo vive em banco mesmo, independente da CPMF. A metade. Por isso é que o País não cresce: tira-se o dinheiro de quem trabalha, de quem produz, de quem tem vergonha, para passar às mãos dos aloprados, dos pilantras, que estão transformando esta democracia em “cleptocracia”, o governo do roubo.

É essa a verdade.

Então, para termos uma conclusão, um xampu ou um sabonete – gostamos da nossa mulherzinha cheirosa; eu, a Adalgisinha; o Luiz Inácio, a encantadora Marisa – tem 53% de imposto. Quer dizer, se custa R\$2,00, poderia custar menos de R\$1,00. Haveria mais mulheres cheirosas, mães, filhas, esposas. Isso é o sabonete. E a cachacinha, Lula? Ele toma uma; eu também gosto. Sabe quanto é? Não estou dizendo para diminuir. Oitenta e três por cento de imposto. A gasolina tem 53% – você que está dirigindo. Então, é isso.

Esses impostos são muitos para sustentar este Governo pesado, que está naufragando. Mas, antes, ele está matando e escorchando o povo brasileiro com impostos.

Com a palavra o Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, serei bastante breve também. Voltando aos pãezinhos, não só a CPMF retira – e disse muito bem o Senador Cícero Lucena, com precisão – os pãezinhos da mesa dos brasileiros mais pobres, como também esses brasileiros, ao obterem dinheiro para comprar os tais pãezinhos, porque precisam deles, eles não sabem, mas estão pagando indiretamente a CPMF. Em tudo há CPMF. Quem não tem conta em banco também está pagando CPMF, só que não diretamente. Está pagando indiretamente. Em relação à gasolina, está na moda, como alguém escreveu nos

jornais de hoje, usar Omegas australianos para carro oficial. No País do etanol e do biodiesel, no País da Floresta Amazônica, estamos consumindo gasolina desnecessariamente, quando nós temos aqui uma tecnologia fantástica para carros flex, temos o álcool. Nós poderíamos tranquilamente estar contribuindo para menos emissão de CO₂ se houvesse no Governo efetiva ligação entre a prática de respeito ao desenvolvimento sustentável e o discurso. Portanto, V. Ex^a só trouxe exemplos felizes, e eu o parabeno por todo o talento do seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós incorporamos as palavras e aceitamos o título de vice-líder de V. Ex^a, grande líder das forças oposicionistas, que vão garantir a democracia no Brasil.

Esta Casa é para fazer uma lei boa e justa. CPMF: mentira no início, porque não é provisória; mentira no meio, ô Suplicy, porque não vai para a saúde; e mentira no fim, que só branco pagava imposto. Não é. Todo mundo, o trabalhador.

Não há uma lei boa e justa para a educação? Ô Luiz Inácio, aprenda. Eu fui prefeitinho, e V. Ex^a não foi. Eu governei o Estado por duas vezes. Ô Azeredo! Atentai bem. Não há uma lei boa e justa para a educação? Vinte e cinco por cento. Não é verdade, Azeredo? Cícero Lucena, nós cumprimos como prefeito. Por isso que nós revivemos aqui Pedro Calmon, João Calmon, Darcy Ribeiro: fizeram uma lei boa. Por que não tem uma lei boa e justa para a saúde?

Vamos enterrar essa mentira, essa ignomínia, e convocar sem despesa – o Presidente é do PT –, porque, em sessenta dias, faremos uma lei boa para a saúde. Uma lei! A saúde merece respeito! Quatorze, quinze, doze por cento... Vamos estudar! Esta Casa é para fazer leis boas e justas, e não para enganar o povo do Brasil.

Olha, Geraldo Mesquita Júnior... Atente aí, Luiz Inácio! Esse Geraldo Mesquita Júnior teve coragem de denunciar que querem comprá-lo, querem corrompê-lo para mudar a sua consciência. Naquela sexta-feira, Arthur Virgílio, em que fizemos este Senado abrir as portas para as denúncias do povo, ele falou aqui. Ele é Procurador da Fazenda, dos recursos do País. Ele diz que esse imposto dá menos de 4% e que, pela experiência dele de Procurador da Fazenda, se o Governo, Luiz Inácio, corrigir a sonegação, combater a corrupção, a incompetência, a própria máquina do sistema federal de fazenda corrige. Não vai ficar sem nada. Os aloprados é que estão apavorados porque a doméstica não sabe reduzir as economias. Então, neste Governo está faltando é austeridade! É um Go-

verno perdulário, que gasta mal e irresponsavelmente, porque explora o povo.

Então, esta Casa, Senador Arthur Virgílio, atentai bem, tem uma história e uma cultura. E este Senado é a única esperança deste País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Senador Mão Santa, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a, se me permitisse.

Haverá quatro sessões ainda para discutir a CPMF. A Comissão de Orçamento está fazendo um apelo porque não pode recomeçar a reunião enquanto não terminar a discussão. V. Ex^a terá o tempo necessário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É só para enterrar a CPMF e salvar o Brasil. É ligeiro. Cristo, em um minuto, fez o Pai Nosso, que sai daqui destas terras aos céus.

Eu diria o seguinte: atentai, Arthur Virgílio, Líder das Oposições, o Senado romano manteve essa democracia. A democracia existia na Grécia, mas era direta. O povo todo ia à praça, à Acrópole, e falava. Começavam de madrugada. À noite toda, o povo falava. Não conseguiram a unidade de Atenas. Os romanos, depois, fizeram essa democracia representativa. Nós somos um povo, Luiz Inácio. Houve crises na democracia, ô Romeu Tuma. Júlio César, o poderoso, quis ser Deus, imperador, rei, quis o amor de Cleópatra, do Egito. No Senado, houve até homicídios, mas ele levava a democracia. Por quê? Porque diziam que eram o Senado e o povo de Roma. Calígula botou um cavalo como Senador. O Senado e o povo de Roma tiraram o cavalo Incitatus e Calígula do poder. Eles falavam que eram o Senado e o povo de Roma. Nero. O Senado e o povo de Roma tiraram Nero.

E aqui tem de se falar, ô Arthur Virgílio, meu Líder, nós, nós que viemos de Ulysses, encantado no fundo do mar, que dizia: “ouça a voz rouca das ruas” – o povo. Nós temos de falar, o Senado e o povo do Brasil. Este Senado não pode se dissociar e se afastar do povo. Então, esta é a hora da salvação, sobretudo do Senado, para o Senado se sintonizar e dizer: o Senado e o povo do Brasil interrompemos nossa homenagem à virtude e à democracia. A CPMF.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Só um minuto, para que eu possa encerrar a Ordem do Dia, a fim de liberar o Orçamento.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã:

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador

Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 94, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60, DE 2005

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispendo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

lador: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 850, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.*

Pareceres sob nºs 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

18

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.*

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

19

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.*

21

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, que *requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro, para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.*

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho, para publicação, um breve pronunciamento em que faço aqui um histórico da última reunião, no Gabinete do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, sobre as Zonas de Processamento de Exportação.

A ponderação que fiz é que se tem de ter muito cuidado com o Pólo Industrial de Manaus, e tomarei todo esse cuidado. Sei que não farão nada arbitrário,

sei que não haverão de editar essa medida provisória antes de voltar o exame que pedi aos líderes empresariais do Amazonas, porque é extremamente grave para nós se não houver uma contenção, se essas ZPEs virarem diversas zonas francas espalhadas pelo País. Prejuízo não só para o Pólo Industrial de Manaus como prejuízo para a indústria tradicional instalada no centro-sul do País.

E aqui quero agradecer à Câmara Municipal de Envira e, evidentemente, ao Vereador José Ribamar do Nascimento, que teve a iniciativa de me conceder o honroso título de Cidadão Benemérito do Município de Envira, no Amazonas. A aprovação foi unânime. Eles agradecem – e não têm de agradecer o cumprimento do dever – a luta que tenho tido para que o Estado do Acre não fique com território substancial de Envira. É algo que vem da Constituinte, é uma querela que vem da Constituinte, e está na fase final de decisão no Supremo Tribunal Federal. Aceito o honroso título e estou marcando a data para ir lá abraçar aquele povo tão caloroso, que vai contar comigo sempre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, acabo de receber, com muita satisfação e orgulho, comunicação do Vereador José Ribamar do Nascimento de que, por sua iniciativa, a Câmara Municipal de Envira me concedeu o honroso título de Cidadão Benemérito daquela cidade.

Fico muito agradecido aos Vereadores de Envira. É honraria que guardarei, para sempre, com muito carinho. Ela me foi conferida, conforme a comunicação – e aqui abro aspas – “pelos inúmeros serviços relevantes prestados ao município de Envira e ao seu povo, enfatizando, mais recentemente, a questão do litígio de terras com o Estado do Acre”. E, talvez com exagero, acrescenta que sou o único parlamentar federal do Amazonas a defender os interesses daquele município.

Tenho, realmente, me empenhado em obter a reparação de erro cometido nos levantamentos de divisas interestaduais. Uma Comissão Tripartite – Amazonas, Acre e Rondônia – que funcionou entre 1985 e 1986, não levou em consideração a histórica Linha Cunha Gomes, que vem do Tratado de Petrópolis, e fixou novos limites entre os Estados do Amazonas e do Acre, os quais avançaram 45km em território amazonense. Foi erro grave, razão pela qual o único representante

do Amazonas naquela Comissão fez lavrar em Ata a sua inconformidade.

Envira é o Município mais ameaçado por esse equívoco da linha divisória. Perderia para o Acre 1/3 da população e 44% do território, e não os 4,4% erradamente informados, pelo IBGE, ao Supremo Tribunal Federal, onde o caso se encontra desde 1990. Houve decisão, em 1996, confirmada em 2002, mas não aceita pelo Amazonas. A ela se opôs, no próprio STF, a Procuradoria-Geral do Estado – e a questão está pendendo de julgamento.

Os prejuízos, para Envira, seriam de alta monta. Além de expressiva diminuição das verbas do Fundo de Participação dos Municípios, resultante do corte populacional, perderia áreas produtivas em que se concentra a maior parte dos investimentos. Compreende-se, pois, a apreensão e até a revolta da população envirense com essa situação, ainda mais pelo fato de que nunca tiveram sequer a preocupação de ouvi-la sobre questão para ela tão crucial.

Tenho acompanhado esse assunto com muita atenção e farei o possível para que a justiça, afinal, prevaleça.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tomamos conhecimento, em reunião realizada no Gabinete do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, das alterações propostas para preencher lacunas da Lei das Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs, conforme ficara acertado quando votamos, aqui, aquele diplomata legal. Pelo acordo, o Presidente da República vetaria alguns dispositivos, como o fez, e uma comissão do Senado elaboraria minuta de medida provisória para o Presidente da República complementar a lei.

Não nos agradou a minuta, na qual foram introduzidas também modificações oferecidas pelo Ministério da Fazenda. Nem a mim nem ao Senador Jefferson Péres. Conseguimos, contudo, evitar que se batesse o martelo, que ela fosse aprovada. Pedimos e obtivemos um pouco de tempo para levá-la ao conhecimento dos setores interessados e especializados do Pólo Industrial de Manaus.

Enviei todo o material à Dr^a Flávia Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus – Suframa; ao Dr. Antonio Silva, Presidente da Federação da Indústria do Estado do Amazonas – Fieam; ao Dr. Maurício Loureiro, Presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas – Cieam; ao Dr. Wilson Périco, Presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos e

Eletrônicos no Amazonas; e ao Sr. Saleh Hamdeh, da Amazônia Consultoria Empresarial.

Eles farão o exame detalhado da minuta e com certeza proporão várias modificações em defesa das vantagens que a própria Constituição Federal atribuiu à Zona Franca de Manaus, para promover o desenvolvimento de uma região de importância estratégica para o País e para compensar a grande distância que separa Manaus dos grandes centros consumidores.

Pelo que sentimos na reunião, entretanto, não há muita esperança. O Governo Federal não parece disposto a abrir mão de suas posições, que beneficiam outros Estados. Pelo que entendemos, a minuta de medida provisória abre caminho para que as Zonas de Processamento de Exportação acabem se transformando em verdadeiras zonas francas, que concorreriam com Manaus. Nosso Pólo Industrial, pela distância que está dos grandes centros consumidores, perderia a condição de competitividade. Seria golpe mortal na Zona Franca de Manaus, o projeto de desenvolvimento regional que maior êxito alcançou na História do Brasil.

Fica aqui nosso aviso: não nos renderemos! Travaremos, no Senado, a mais renhida luta em defesa da Zona Franca de Manaus!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, há poucos dias, o jornal Valor Econômico publicou matéria que nos deixou, a nós, amazonenses e amazônidas, muito orgulhosos, a começar pelo título: “A *grife* Amazonas atrai mais produções estrangeiras”.

Diz a matéria que, beneficiado pela onda mundial de consciência ambiental e por abrigar a maior floresta tropical do planeta, o Amazonas se firma como um dos principais pólos cinematográficos do Brasil para produções internacionais.

Pelos registros de autorização de filmagem, na Agência Nacional do Cinema – Ancine, o Amazonas, este ano, foi o terceiro Estado mais procurado por produtoras estrangeiras de longas-metragens, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro.

Em média, segundo o produtor Chicão Fill, da *Amazon Film Productions*, Manaus sedia, em média, de três a cinco produções estrangeiras por mês e duas grandes produções por ano. Ele mesmo atualmente participa de quatro projetos internacionais: um documentário sobre a formiga tucandeira para o canal *Discovery*; um documentário sobre o Rio Amazonas, para a BBC; um *reality show* francês para a *Ushuaia*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Vários Líderes assinaram o requerimento, inclusive V. Ex^a.

Em votação o requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2007.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2007, constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima quinta-feira, dia 29.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.384, DE 2007

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores,

A Nação brasileira congratula-se com Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, pela sua nomeação como cardeal pelo Papa Bento XVI, na manhã do último sábado, dia 24. Foi o primeiro brasileiro a ser nomeado cardeal pelo papa Bento XVI e passou a compor o grupo de nove cardeais brasileiros.

Numa cerimônia que lotou a Basílica de São Pedro, no Vaticano, Dom Odilo ajoelhou-se em frente ao Papa, prestou o juramento, recebeu o barrete cardinalício e a designação de uma igreja em Roma, conforme a tradição.

Na volta ao Brasil, no próximo dia 30, Dom Odilo será recebido em solenidade pela Arquidiocese, no Aeroporto de Guarulhos. No dia 2, às 15h, na Catedral da Sé, acontecerá uma celebração eucarística, da qual participarão cardeais, bispos, clero, autoridades e representantes das paróquias, comunidades e pastorais da Arquidiocese.

Filho de Edwino Scherer e Francisca Wilma Steffens Scherer, Dom Odilo é descendente de imigrantes alemães da região do Sarre (Saarland), radicados no Rio Grande do Sul.

Realizou seus estudos preparatórios no Seminário Menor São José, em Curitiba. Coursou Filosofia no Seminário Maior Rainha dos Apóstolos, também em Curitiba, e na Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, RS (1970–1975). Estudou Teologia no Studium Theologicum, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Curitiba. É mestre em Filosofia e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1994–1996); e Doutor em Teologia, pela Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma (1988–1991).

Foi ordenado presbítero no dia 7 de dezembro de 1978, em Toledo.

Foi reitor e professor no Seminário Diocesano São José, em Cascavel (1977–1978); no Seminário Diocesano Maria Mãe da Igreja, em Toledo (1979–1982 e 1993); professor de Filosofia na Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busatto, em Toledo (1980–1985); na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Toledo (1985–1994); Professor de Teologia no Instituto Teológico Paulo VI, de Londrina (1985); Vigário Paroquial e Cura da Catedral de Cristo Rei, de Toledo (1985–1988); Reitor do Seminário Teológico de Cascavel (1991–1992); Diretor e professor do Centro Interdiocesano de Teologia de Cascavel (1991–1993); Reitor do Seminário Maria Mãe da Igreja (1993); Membro da Comissão Nacional do Clero da CNBB (1985–1988); da Comissão Teológica do Regional Sul II (1992–1993); Oficial da Congregação para os Bispos, na Cúria Romana (1994–2001).

Em 28 de novembro de 2001, foi eleito bispo titular de Novi e Auxiliar de São Paulo, aos 52 anos. Recebeu a ordenação episcopal em 2 de fevereiro de 2002. No dia 9 de março de 2002, tomou posse como Bispo Auxiliar de São Paulo.

No dia 20 de março de 2007, foi nomeado pelo Papa Bento XVI como o sétimo arcebispo de São Paulo, a terceira maior arquidiocese católica romana do mundo.

Dom Odilo Scherer desempenhou suas missões sempre com coragem, altivez e dignidade. Bem merece, portanto, a homenagem que lhe foi tributada pelo Papa Bento XVI.

Daí por que requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, que o Senado Federal, através do seu Plenário, manifeste seu voto de louvor a Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal-Arcebispo Dom Odilo Scherer.

Requeiro, outrossim, que do presente requerimento se dê conhecimento ao homenageado e ao Governo do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.
– Senador **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 1.385, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, voto de aplauso a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Arcebispo da Paraíba, pela sua eleição como Presidente do Conselho Diretor da Pastoral da Criança, em Curitiba, na 13ª Assembléia Geral da Pastoral da Criança.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2007.

– Senador **Efraim Morais**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marconi Perillo, Gerson Camata, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao assomar a esta tribuna, gostaríamos de registrar a data comemorativa do Dia da Independência do Líbano, celebrada em 22 de novembro e as eleições que ocorrem na véspera.

O povo desse maravilhoso país jamais se abala ou se aquieta, mesmo diante das agruras da guerra, que já lhes destruiu – mais de uma vez – os lares, as ruas, as praças, as escolas, os hospitais; que já lhes bombardeou os campos e as cidades.

Esse poder de superação será necessário para a reconstrução do país, impiedosamente destruído no conflito entre Israel e o Hezbollah, no que parece ser uma guerra infinda, alimentada pelo ódio cego.

O caminho para superar os conflitos pode estar na cultura milenar libanesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, entre tantas contribuições à civilização, oferecemos homens do calibre de Kahlil Gibran, poeta de inigualável traço e sabedoria.

É da obra desse insigne poeta que nos permitimos reproduzir pequeno trecho a título de reflexão sobre a guerra:

O pecado não existe, exceto na medida em que o criamos.

Somos nós, portanto, que devemos destruí-lo.

Se escolhermos fazer o mal, ele existirá até que o destruamos.

O bem não podemos fazê-lo, pois ele é o próprio alento do Universo;

Mas podemos escolher respirar e viver nele e com ele.

Desnecessário dizer, Sr. Presidente, da contribuição da cultura libanesa na formação da identidade brasileira e o amor que os libaneses sempre revelaram pelo Brasil. O Brasil é, para muitos de nossos irmãos, a segunda terra natal, que os acolheu e deles se orgulha por tê-los como participantes efetivos da vida cotidiana do país.

Exatamente por essa ligação fraterna, temos o dever moral de contribuir para a árdua tarefa de reconstrução do Líbano, quer seja, por um esforço diplomático na edificação da paz duradoura, quer seja, por uma participação efetiva in lócus, com o fito de prestar ajuda humanitária à população.

É fundamental observar que parte significativa dos 50 bilhões de dólares investidos para a reconstrução daquele país após a guerra civil foi praticamente perdida no último conflito.

Os aeroportos, os hospitais, as escolas e o sistema de infra-estrutura foram muito danificados e, num primeiro momento, são necessários 2,5 bilhões para criar as condições mínimas de infra-estrutura.

Sr. Presidente, gostaríamos de poder comemorar a data Nacional de Líbano dizendo apenas do zelo e do amor do povo libanês na reconstrução do país depois da guerra civil, em 1989.

Mas neste momento de dor, temos o dever de externar nossa solidariedade e concitar esta Casa a discutir o problema, para levar sugestões ao Poder Executivo e, ao mesmo tempo, solicitar informações sobre as medidas diplomáticas tomadas até agora.

Muito obrigado!

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Agência Nacional de Aviação Civil está prestes a ter seu quadro de diretores recomposto. É uma boa ocasião para que se explique por que, no ano passado, segundo informam os jornais, o Brasil fez apenas 42 por cento da fiscalização necessária na área de segurança operacional da aviação.

De acordo com a **Folha de S. Paulo**, para cumprir os padrões e práticas recomendados pela Oaci, Organização da Aviação Civil Internacional, seriam necessárias 125 mil horas de trabalho para supervisionar a segurança aérea do País. Mas foram realizadas cerca de 52 mil horas.

A Anac deveria ter feito 3.915 checagens em 2006. Isso inclui visitas semestrais a 84 empresas aéreas, 242 empresas de manutenção, acompanhamento diário de vôos, 908 inspeções dos 67 aeroportos e a realização de perícias semestrais em 20 por cento dos pilotos registrados.

As informações são da própria Anac, e estão no Relatório de Dados e Estatísticas da Aviação Civil, divulgado no dia 31 de outubro. O cumprimento da meta exigiria o trabalho de 87 inspetores, mas o quadro funcional, na época, era de 36 inspetores, número que caiu ainda mais este ano, para 33.

É evidente que a falta de técnicos qualificados e de infra-estrutura está impedindo que a agência cumpra algumas de suas funções essenciais, como a supervisão de companhias aéreas, empresas de manutenção, acompanhamento de vôos e perícias em tripulantes. Comenta-se que os inspetores já estão trabalhando acima da carga máxima de 32 horas e meia semanais. Além disso, as verbas destinadas à fiscalização sofreram uma drástica redução. Em 2002, o extinto DAC, Departamento de Aviação Civil, gastou pouco mais de 28 milhões de reais para fiscalizar o setor. No ano passado, a Anac desembolsou 7 milhões e 400 mil reais para fazer o mesmo. Só que o mercado, nesse período, cresceu pelo menos 50 por cento.

O que pode acontecer dentro em breve, como admite o brigadeiro Renato Cláudio Costa Pereira, ex-secretário-geral da Oaci, é a volta de uma velha prática condenável, comum até 2003. Como não há fiscais, a avaliação das aeronaves é transferida para inspetores das próprias empresas aéreas. Trata-se de um procedimento inaceitável, pois não há como garantir isenção ou rigor técnico nas inspeções realizadas em tais condições. Nos Estados Unidos, por exemplo, para nada escape à fiscalização, a agência governamental responsável mantém até mesmo fiscais residentes nas empresas.

O brigadeiro adverte que, com um déficit dessa ordem na fiscalização, o Brasil terá sérios problemas quando for realizada a próxima auditoria internacional no País, prevista para fevereiro de

2009. O episódio recente da BRA é uma lição que não podemos esquecer: só depois de receberem denúncias os fiscais da Anac constataram que as aeronaves usadas pela empresa apresentavam inúmeros problemas mecânicos, colocando em risco a segurança dos passageiros. Se não forem tomadas medidas para que as inspeções obedeçam às normas internacionais, continuaremos sujeitos ao temor constante de novas catástrofes na aviação brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Em torno das concessões de TVs”, de autoria do cineasta e jornalista Ipojuca Pontes, publicado no jornal O Estado de S. Paulo de 27 de outubro do corrente.

O autor, em seu artigo, chama a atenção da sociedade para o fato que no próximo dia 5 de outubro termina o prazo de renovação das concessões de licenças para o funcionamento de algumas emissoras de televisão, entre elas as TVs Record, Gazeta, Bandeirantes, Cultura e em destaque, a Rede Globo e cinco das suas afiliadas. O jornalista alerta para a possibilidade de chavinização do processo de renovação dessas concessões com o fato do PT anunciar que “acompanhará” as manifestações de protestos da UNE, CUT e MST, contra a renovação de algumas dessas concessões, como aconteceu na Venezuela onde o governo Chaves não renovou a concessão da TCTV, emissora de oposição ao governo de Hugo Chaves, que agora foi calada junto com toda a oposição ao chavismo.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Em torno das concessões de TVs

Ipojuca Pontes

No próximo dia 5 de outubro se finda o prazo de renovação das concessões de licenças para o funcionamento de algumas emissoras de televisão, entre elas as TVs Record, Gazeta, Bandeirantes, Cultura e, em destaque, a Rede Globo e cinco das suas afiliadas.

Em nota divulgada no dia 6 de setembro, reportando-se ao fato, a Executiva do Partido dos Trabalhadores informou aos interessados que "acompanhará" as manifestações de protestos a serem acionados pela UNE, pelo MST e pela CUT nas 27 capitais do País. Tais entidades, afinadas com o pensamento petista, são contra a renovação das concessões sem a imposição de novas regras, tais como, por exemplo, cota mínima de programação cultural e educativa com a respectiva ampliação da produção regional e, ademais, o acesso mais fácil ao direito de resposta.

Diz a Executiva do PT: "Os movimentos sociais e entidades do campo da comunicação vêm preparando mobilizações nas quais pretendem questionar o sistema de concessões, a concentração de propriedade e cobrar critérios que garantam a participação da sociedade organizada nas outorgas e renovações e no acompanhamento do conteúdo transmitido. A Executiva acompanhará o desenrolar destas mobilizações e solicitará a nossa bancada no Parlamento que faça as gestões necessárias para que seja revisto o atual sistema de concessões."

Quem vai controlar os arroubos 'hegemônicos' de Dirceu e do PT?

Por sua vez, o deputado Jilmair Tatto, um dos dirigentes da agremiação, solidário com as manifestações das referidas entidades, afirmou, num tom de indisfarçável advertência: "O PT, pela sua história, não teria dificuldade nenhuma em apoiar os protestos sobre comunicação. Mas por enquanto é só um acompanhamento político que estamos fazendo."

No dia 3, em declarações prestadas aos jornais, José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil e ex-deputado, cassado, enfatizou ser fundamental a tarefa de regular a mídia no País. "Essa discussão mais cedo ou mais tarde o Brasil vai ter que fazer", disse o líder ocioso do PT, acusado pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, de ser o principal mentor da "sofisticada organização criminosa" responsável, em Brasília, pela execução do esquema do "mensalão".

No mês de agosto, semanas

antes de o Supremo Tribunal Federal aceitar a denúncia contra os 40 acusados de participação do "mensalão", considerado o maior esquema de corrupção da nossa história política, o hoje consultor de negócios José Dirceu batia na tecla de regulamentar os meios de comunicação no Brasil. Para o ex-deputado, que se julga vítima da mídia, diante de um comportamento "anacrônico e antidemocrático", faz-se urgente a aprovação de uma "nova Lei de Comunicação Eletrônica de Massa que avance na democratização do acesso à informação e no controle social dos meios de comunicação".

E aqui reside o ponto crítico do problema, que consiste no seguinte: o que José Dirceu (amigo dileto de Fidel Castro) entende por "democratização" e "controle social dos meios de comunicação" nem sempre ou quase nunca coincide com os reais anseios da democracia representativa e da própria sociedade. De fato, o conceito político de democracia propugnado pelo PT, partido "hegemônico" de Dirceu, está irreversivelmente ligado à visão de uma "democracia popular", extinta na Rússia e no Leste Europeu e de cunho abertamente classista. Com efeito, conforme as atas do Foro de São Paulo realizado em Porto Alegre no ano de 1997, do qual o Partido dos Trabalhadores foi um dos principais signatários, o regime democrático com que ora se convive na América Latina não passa de uma transição para se chegar ao socialismo - quem sabe idêntico ao imposto por Fidel Castro ao povo cubano.

Para quem desconhece, vale salientar que no citado Foro, durante o Encontro Paralelo de Comunicação, depois de inúmeras discussões entre os seus integrantes, foram definidos os meios pelos quais o PT e as demais organizações de esquerda chegariam ao controle da informação no Brasil, uma vez que "a questão da comunicação e da telecomunicação tem um sentido estratégico no enfrentamento ao neoliberalismo".

Então, de forma objetiva, para destruir o neoliberalismo e chegar ao socialismo, são explicitados no documento alguns pontos programáticos de ação política efetiva, destacando-se, entre eles, os seguintes:

- Urgente constituição do controle público (por via de conselhos e sindicatos) sobre os meios de comunicação e telecomunicação;
- mobilização da sociedade civil organizada, tarefa que "cabará aos partidos de esquerda";
- reorganização dos sistemas de comunicação no sentido contrário da concentração monopolista (tipo TV Globo, por exemplo);
- prioridade do envolvimento

dos partidos e organizações de esquerda na luta pelo controle público destas áreas.

Hoje, no que tange à tarefa de "reorganizar os sistemas de comunicação no sentido contrário da concentração monopolista", pode-se presumir a que servirá a rede de TV Pública, em que o "Estado paga, mas não manda", agendada pelo governo Lula para estreitar no próximo mês de dezembro. Segundo se anuncia, a TV Pública será orientada por um conselho curador cujos membros serão indicados pelo governo petista e por organizações civis, tal como recomendado pelo Foro de São Paulo, cujo objetivo é transformar a democracia representativa em democracia "popular" ou "participativa".

Quanto às intenções do ex-deputado José Dirceu e da Executiva do Partido dos Trabalhadores, em torno da regulação da mídia e da liberdade de imprensa, resta considerar o seguinte: estabelecido o controle sobre os meios de comunicação e a imprensa livre, quem vai controlar os arroubos "hegemônicos" de José Dirceu e da Executiva do PT? Por acaso seria a rede TV Pública criada por Lula? ●

Ipojuca Pontes, cineasta e jornalista, é autor do livro *Politicamente Corretíssimos*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “Governo federal piora nas contas fiscais”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 27 de setembro de 2007.

O editorial compara os gastos do Governo Federal, que não investe, como o de Estados que investiram na produção. Segundo o editorial, os Estados que investem mais apresentaram um superávit primário de R\$2,561 bilhões, superior em 47,3% ao do mês anterior, e as estatais, de R\$2,244 bilhões, 208,2% que o de julho, o que mostra melhor administração financeira.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro do editorial intitulado,

“A social-fantasia de Mantega”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 16 de outubro de 2007.

O editorial ironiza o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que batizou a política econômica do governo petista de “social-desenvolvimentismo.” Segundo o jornal, não há novidade essencial na política econômica “A administração petista apenas continuou um estilo de ação amadurecido nos anos 90.”

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo federal piora nas contas fiscais

Na divulgação das contas fiscais do setor público de agosto o governo frisou que nos oito primeiros meses do ano o superávit primário representou 5,31% do Produto Interno Bruto (PIB), ante 5,05% no mesmo período de 2006, mas se esqueceu de dizer que isso se deveu, essencialmente, ao aumento da carga tributária.

Alguns pontos que parecem importantes também precisam ser esclarecidos. O déficit nominal do conjunto do setor público passou de R\$ 6,1 bilhões em julho para apenas R\$ 2,8 bilhões, o que representaria notável progresso. Todavia aumentou sua dívida mobiliária de R\$ 11,9 bilhões, e de R\$ 2,6 bilhões a divi-

da bancária, o que se explica pelo fato de o governo federal financiar os pagamentos de juros com nova emissão de títulos. Já o déficit nominal do governo federal, isoladamente, aumentou de R\$ 5,530 bilhões para R\$ 5,686 bilhões, apesar da redução dos juros pagos (em grande parte graças à depreciação cambial).

Por outro lado, registra-se um superávit nominal excepcional do Banco Central (BC) pelo fato de, durante a recente turbulência internacional, ter deixado de contratar empréstimos externos e de intervir no mercado cambial. Finalmente,

as empresas estatais federais apresentaram um superávit nominal de R\$ 1,942 bilhão, ante R\$ 955 milhões em julho, mas graças ao aumento das receitas da Petrobrás (preços do petróleo).

Segundo os dados publicados pelo BC, os juros pagos somaram, em valores nominais, R\$ 10,948 bilhões em agosto, uma queda sensível em relação a julho, quando atingiram R\$ 14,087 bilhões,

embora nos oito primeiros meses representem ainda 6,29% do PIB, ante 7,36% no mesmo período de 2006, sinal de que existe um problema de custo da dívida que é essencialmente do

governo federal. A redução em valor absoluto se explica pela depreciação cambial, não por uma melhora do custo da dívida.

O crescimento econômico favorece o aumento das receitas e do superávit primário, que deveria servir para reduzir a dívida. Em agosto, porém, o superávit primário do governo central sofreu uma redução de 30,4% em relação a julho, apesar de um atraso na realização dos investimentos.

Os Estados que investem mais apresentaram um superávit primário de R\$ 2,561 bilhões, superior em 47,3% ao do mês anterior, e as empresas estatais, de R\$ 2,244 bilhões (208,2% maior que o de julho), o que mostra melhor administração financeira por causa da queda dos juros. ●





Fundado em 1875

- Julio Mesquita (1891-1977)
- Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
- Francisco Mesquita (1927-1969)
- Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
- José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1986)
- Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
- Américo de Campos (1875-1884)
- Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
- Pinho Barreto (1927-1958)

Conselho de Administração

- Presidente**
Aurelio de Almeida Prado Cidade
- Membros**
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita

Opinião

- Diretor da Opinião:** Ruy Mesquita
- Editor Responsável:** Antonio Carlos Pereira

Informação

- Diretor de Conteúdo:** Ricardo Gandour
- Editor-Chefe Responsável:** Roberto Gazzí

Administração e Negócios

- Diretor Superintendente:** Celso Virgínio Santos Fil. J.
- Diretor de Mercado:** Leitor Antônio Herculides Jr.
- Diretor de Mercado Amovível:** Claudio Santos
- Diretor de Negócios Digitais:** André Bianchi Montie-Raso
- Diretor Financeiro:** Raul G. Gama Boaventura
- Diretora Jurídica:** Mariana Uemura Sampaio
- Diretor de Recursos Humanos:** Rubens Prata Jr.
- Diretor de Tecnologia:** Roberto M. Portella Filho
- Diretor Industrial:** José Odair Bertoni

NOTAS & INFORMAÇÕES

A social-fantasia de Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, encontrou um nome comido para a política econômica do governo petista. Em entrevista ao Estado de domínio, batizou-a de "social-desenvolvimentismo". Talvez se tenha inspirado no ministro da Justiça, Tarso Genro, especialista em rótulos grandes para conteúdos pequenos. Poderia valer a pena criar um nome para uma nova estratégia econômica. Mas não há novidade essencial na política em execução - não, pelo menos, na sua parte mais promissora e de maior sucesso até agora. Em todos os seus acertos, incluída a concessão de um trecho ferroviário e de vários trechos de rodovias à exploração privada, a administração petista apenas continuou um estilo de ação amadurecido nos anos 90.

Segundo o ministro da Fazenda, o "novo" modelo tem três pilares: 1) crescimento sustentado, sem inflação e sem déficits interno e externo; 2) formação de um mercado de consumo de massa; e 3) maior participação do País no mercado internacional, com geração de superávits comerciais e fortalecimento da moeda.

Nenhum dos três pilares foi criado a partir

de 2003, quando começou o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A hiperinflação foi derrubada com o Plano Real, depois de várias tentativas malsucedidas. A paraféria da indexação foi desmontada a partir de julho de 1994 e para isso foi preciso vencer a resistência do PT e de outros partidos "progressistas". Com a privatização de bancos estaduais e a renegociação da dívida dos Estados - um complicado processo financeiro e político - foi possível implantar uma efetiva política monetária. Nenhuma política desse tipo era possível quando os governos estaduais se endividavam sem controle e contavam com a leniência do Banco Central (BC) para manter seus bancos.

O ministro Mantega talvez não se lembre desses fatos ou talvez não conheça a dimensão de sua real importância. Com essas mudanças, o poder público ficou equipado para conter novos surtos - muito menos perigosos - de alta de preços. Derrubada a inflação, começou a elevação real do poder de compra dos assalariados. O presidente Lula pode ter esquecido a cronologia da política antinflacionária, mas com certeza aprendeu uma lição relevante: os pobres são os maiores prejudicados pela inflação.

Permitir ao BC a manutenção de sua política, no primeiro mandato, foi um dos lances que mais contribuíram para sua reeleição. Para isso, teve de contrariar muitos petistas, defensores de "um pouco mais de inflação" para um pouco mais de crescimento. O próprio Mantega, durante parte do primeiro mandato, esteve entre os adversários da política antinflacionária. Quando foi escolhido para a Fazenda, o presidente da República assegurou ao presidente do BC independência funcional em relação ao novo ministro.



Na entrevista ao Estado o ministro apontou avanços importantes na área social. Mas nenhum deles foi iniciado no governo petista. A distribuição de renda medida pelo Índice de Gini melhorou de forma quase ininterrupta a partir do Plano Real. Os padrões de consumo também se elevaram, primeiro velozmente, com o lançamento do plano, depois mais lentamente. Também nos anos 90 a alfabetização se universalizou e esta-

va perto de 100% quando o presidente Lula assumiu a Presidência. A partir daí a elevação do índice calculado pelo IBGE foi marginal. Estranho seria se os indicadores tivessem piorado. Também as políticas de transferência de renda aos mais pobres foram iniciadas antes do governo petista. O fato de terem sido alteradas e ampliadas não muda a história.

A diversificação de mercados é uma velha tendência - mais que isso, uma característica - do comércio exterior brasileiro. A recuperação do equilíbrio do balanço de pagamentos começou em 1996, com a mudança do regime cambial. A partir daí, os efeitos da modernização tecnológica e operacional da produção passaram a produzir efeitos mais sensíveis. Essa modernização foi estimulada por uma abertura condenada, na época, pelo PT e por outros grupos ditos de esquerda.

No resto da entrevista, o ministro da Fazenda fez a apologia da ganância e da multiplicação de empregos públicos, como se disso dependesse a eficiência do governo. Mas também nisso a administração petista não é original, exceto quanto a um ponto: aparelhamento como o dos últimos anos, nunca antes na história deste país.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a mais importante ação do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no campo do desenvolvimento econômico e social, é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por se tratar de plano estratégico de ação governamental que concentra seu foco nas áreas de energia, rodovias, portos, aeroportos, logística, saneamento básico, habitação popular e investimentos nas áreas sociais e urbanas.

O Programa de Aceleração do Crescimento, por sua natureza de programa complexo que contempla um elevado número de ações, projetos, atividades e um conjunto de políticas públicas e instrumentos de ação governamental, necessita de acompanhamento especial e permanente avaliação.

O Comitê Gestor do PAC publicou recentemente seu segundo balanço quadrimestral, em que analisa, avalia e revisa o conjunto de projetos contemplados no Programa, com o objetivo de aperfeiçoar seus resultados, corrigir eventuais distorções ou desvio das metas programadas e dar plena transparência a todas as suas ações, que devem ser de conhecimento público.

O crescimento da economia brasileira de 4,9% no primeiro semestre de 2007, em comparação com igual período de 2006, contribuiu para a criação de um ambiente econômico favorável a novos investimentos e, assim, para a geração de um círculo virtuoso de crescimento, que hoje se observa no País.

A recuperação do produto do setor industrial e da agricultura foi fundamental para o aumento da oferta de empregos formais e estáveis e para o crescimento da massa salarial.

A oferta de crédito continua em franca expansão, destacando-se a expansão dos desembolsos de operações de empréstimos contratados com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que representa um forte indicador de expansão atual e futura de nossa economia, em decorrência da própria natureza germinativa dos projetos que merecem o apoio do BNDES.

Ao contrário do que imaginam alguns críticos do Governo do Presidente Lula, o atual momento favorável da economia brasileira não é uma simples decorrência de o Presidente da República ser um homem de sorte.

Isso se deve, primordialmente, à determinação de Sua Excelência em adotar uma política de equilíbrio macroeconômico, com austeridade, seriedade e responsabilidade fiscal, controle da inflação, saneamento das finanças públicas e balança comercial superavitária.

Com isso foi possível diminuir as desigualdades na distribuição de renda, reduzir a pobreza e a indigência e criar as condições conjunturais e estruturais necessárias para um novo ciclo de crescimento com estabilidade econômica.

Já podemos colher alguns frutos da atual conjuntura econômica favorável: maior crescimento do PIB, redução dos níveis de desemprego, aumento da massa salarial, crescimento do fluxo de investimentos estrangeiros no Brasil e dos financiamentos imobiliários, mercado de capitais em plena expansão, aumento do consumo, da poupança, da renda, dos investimentos e dos níveis de produtividade da economia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no primeiro balanço do PAC, realizado em maio de 2007, já foi identificado um significativo crescimento do volume de recursos efetivamente aplicados nos projetos.

Em abril, o PAC dispunha de R\$9,5 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU), que passaram para R\$14,7 bilhões, com a aprovação da Lei 11.477, pelo Congresso Nacional, em maio de 2007.

O volume de recursos empenhados nos programas do PAC também cresceu significativamente: passou de R\$920 milhões, no final de abril, para R\$ 709 milhões, em 18 de setembro.

Atualmente, o PAC mantém um sistema de acompanhamento e controle de 2.014 ações, das quais 60% se encontravam em estágio de obra em realização, em 31 de agosto, e 40% em fase de projeto, licenciamento ou licitação.

A melhoria e o aperfeiçoamento do sistema de controle e acompanhamento do PAC permitiram que, atualmente, 90,3% (em quantidade) e 94,1% (em valor) das ações do PAC tenham um desempenho satisfatório na implantação dos respectivos projetos.

Por se tratar de um programa amplo, complexo e que se estende em muitas áreas da infra-estrutura social e econômica, certamente não haveria espaço, neste meu pronunciamento, para analisar as 2.014 ações do PAC.

No entanto, temos a certeza, pelos frutos que estamos colhendo, de que o Programa de Aceleração do Crescimento é um programa vitorioso, que contempla o crescimento da economia, a redução da carga tributária, o aumento do investimento governamental e a cooperação da iniciativa privada, que dispõe das condições favoráveis à realização de investimentos produtivos.

Gostaria de encerrar este meu pronunciamento com as afirmações do Comitê Gestor do PAC, constantes do 2º Balanço, de janeiro a agosto de 2007: “O PAC foi instituído para dar continuidade à política econômica do Governo Federal e tem como objetivos principais estimular o investimento privado e aumentar o investimento público em infra-estrutura, de modo a

eliminar os gargalos da economia, organizar as ações de diversos órgãos do governo e viabilizar o crescimento da capacidade produtiva do país. O Programa também representa uma recuperação da visão do planejamento de longo prazo no Brasil.”

Tenho plena convicção de que o Programa de Aceleração do Crescimento será um marco importante na história econômica do Brasil e vai contribuir para tornar realidade o seu destino de grande nação do Século XXI.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Bloco/PTB – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 28, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 -art.336,II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, e apresentando a Emenda nº 7-CAE.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 20, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007 – art.336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 -Cô-*

digo de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.

Parecer nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco

Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; -2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta,

favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Silhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demostenes Torres, que altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60, DE 2005

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demostenes Torres, favorável, com as

Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que

acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer nº 850, de 2007 -CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. (CPMF)*

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Álvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 850, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº

2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.*

Pareceres sob nºs 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

15

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

16

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.*

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

17

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue -Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) -que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas -OMA.*

19

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, que *requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas -OMA.*

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado.

EXTRAPAUTA

1

REQUERIMENTO Nº 1.146, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1146, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de*

Decreto Legislativo nº 389, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

2

REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1157, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, que *solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

3

REQUERIMENTO Nº 1.256, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1256, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

4

REQUERIMENTO Nº 1.257, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1257, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

5

REQUERIMENTO Nº 1.260, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1260, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2004, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.*

6

REQUERIMENTO Nº 1.261, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1261, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1262, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

8

REQUERIMENTO Nº 1.263, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1263, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

9

REQUERIMENTO Nº 1.264, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1264, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

10

REQUERIMENTO Nº 1.265, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1265, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

11

REQUERIMENTO Nº 1.266, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1266, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

12

REQUERIMENTO Nº 1.267, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1267, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2004, além das*

Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

13

REQUERIMENTO Nº 1.287, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1287, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 584, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

14

REQUERIMENTO Nº 1.288, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1288, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2003; 151 e 531, de 2007 e 531; com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005; por regularem a mesma matéria.*

15

REQUERIMENTO Nº 1.295, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1295, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1296, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

17

REQUERIMENTO Nº 1.297, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1297, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.298, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1298, de 2007, do Senador Neuto De Conto, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

19

REQUERIMENTO Nº 1.315, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1315, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25, de 2003; com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005; por regularem a mesma matéria.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.317, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1317, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 e o Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2003, por regularem a mesma matéria.*

21

REQUERIMENTO Nº 1.318, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1318, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 576, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

22

REQUERIMENTO Nº 1.333, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1333, de 2007, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 56 minutos.*)

**ATA DA 198ª SESSÃO
DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2007**
(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 175,
de 31 de outubro de 2007)

Retificações

No sumário, à página nº 38108, 1ª coluna, na leitura dos ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados:

Onde se lê:

“Nº 563/2007, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, nos exercícios de 2007 e 2008 (*proveniente da Medida Provisória nº 387, de 2007*).

Nº 564/2007, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 388, de 2007, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.”

Leia-se:

Nº 563/2007, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 388, de 2007, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 564/2007, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008 (*proveniente da Medida Provisória nº 387, de 2007*).

Na Ata, à página nº 38111, 1ª coluna,

Onde se lê:

“Of. nº 5.555/07/OS-GSE”

Leia-se:

“Of. nº 555/07/OS-GSE”

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
PR – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
PDT – Patrícia Saboya³ *
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
PTB – Euclides Mello ^{1, 2}

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello* ^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

² O Senador Euclides Mello foi empossado em 30.8.2007.

³ Senadora Patricia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: somcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shlessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epiácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	

Atualizado em 23.11.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5255
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALOIZIO MERCADANTE			
Parecer 1.096, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Mensagem nº 198, de 2007 (Mensagem nº 826/2007, na origem), que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Sidnei Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Carlos Alberto Menezes Direito”.....	50	Elogios à atuação do Senador Tião Viana na presidência da Casa, principalmente no que tange à aplicação do Regimento Interno.....	359
Considerações sobre a direção dos trabalhos da Mesa, por parte da presidência da Casa, na sessão do dia 21 de novembro de 2007.....	126	Comemoração pela inclusão do Brasil no grupo de nações de alto desenvolvimento humano, conforme avaliação do Programa das Organizações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).	383
Comentários sobre a matéria publicada no jornal argentino <i>La Nación</i> , que tece elogios à economia brasileira.....	196	Leitura da Resolução nº. 651 aprovada pela Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, totalmente dedicada ao Brasil.	408
Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências.....	337	Destaque ao relatório do Programa das Organizações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o efeito estufa. Senador Aloizio Mercadante.	408
Considerações acerca da obstrução da pauta por parte dos Democratas.....	348	Depoimento a respeito do trabalho do Senhor Marcos Lima, na Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Casa Civil.	504
		Comentários sobre as denúncias envolvendo o Senhor Marcos Lima, da Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Casa Civil.	506
		Parecer nº 1.113, de 2007, de Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, proveniente da Medida Provisória nº 393, de 19 de setembro de 2007, que “institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências”.	517
		Saudação à delegação da República do Vietnã, pela visita ao Senado Federal.	527
		Voto de louvor à nomeação, pelo Papa Bento XVI, do Cardeal Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, para integrar o Sacro Colégio Pontifício....	536
		Requerimento nº 1.384, de 2007, requer que o Senado Federal manifeste seu Voto de Louvor a Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal-Arcebispo Dom Odilo Scherer.	566
ALVARO DIAS			
		Defesa do voto aberto, nos casos de julgamento por quebra de decoro parlamentar, a	

	Pág.		Pág.
fim de evitar a possibilidade de acordos que influenciem na votação.....	88	bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências.	336
Discussão da Medida Provisória nº 390, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.	101	Solicitação ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo, para que confirme a manutenção da proposta feita por S.Exa. sobre a votação nominal. ...	347
Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	106	Registro do editorial intitulado “O melhor é dizer não. Elevação da Venezuela a status de sócio pleno do MERCOSUL traz mais riscos que vantagens ao Brasil. Congresso deve rejeitá-la.”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição do dia 25 de novembro de 2007.....	349
Considerações acerca da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.....	114	Registro do artigo intitulado “O mulá Omar brasileiro”, publicado pela revista <i>Veja</i> , em sua edição de 12 de setembro de 2007.....	366
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.....	117	Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências. ...	507
Celebração dos oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País.	160	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).	522
Registro da matéria intitulada “5 Questões sobre o funcionalismo”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 10 de outubro de 2007.....	273	ANTONIO CARLOS JUNIOR	
Considerações acerca da CPMF. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	289	Defesa da preservação da cultura baiana.	93
Comentários sobre o excesso de arrecadação de impostos, que reforça as expectativas de suplantação da CPMF.	290	Projeto de Resolução nº 74, de 2007, que autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	
Denúncia de que jornalistas de Cascavel, no Estado do Paraná, foram detidos por integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST).....	290		
Previsão de “apagão postal” no Brasil, por motivo de falta de planejamento e de gerenciamento do Governo, que editará medida provisória para prorrogar os contratos com franqueados dos Correios.	290		
Comentários sobre a insistência do Governo em cooptar votos no PSDB para a aprovação da prorrogação da CPMF.....	327		
Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de			

		III
	Pág.	Pág.
– BIRD com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (<i>Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL</i>) para a modalidade de Margem Fixa (<i>Fixed Spread Loan – FSL</i>).	182	
Preocupação diante das contradições políticas do Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino.....	206	
Defesa da queda da CPMF como ponto de partida para a reforma tributária. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	212	
Repúdio ao afastamento de quatro técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	218	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES		
Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.....	112	
Considerações sobre a direção dos trabalhos da Mesa, por parte da presidência da Casa, na sessão do dia 21 de novembro de 2007.	124	
ARTHUR VIRGÍLIO		
Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2007, que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos. ..	61	
Requerimento nº 1.358, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao sindicalista Antonio Neto, pelo lançamento, em Brasília, de seu livro “Trabalhadores do Brasil – Uma história do movimento sindical”.	98	
Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	104	
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	113	
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.....	117	
		Críticas à presidência da Casa na condução dos trabalhos da Mesa na sessão do dia 21 de novembro de 2007.
		121
		Explicação sobre a possibilidade da recondução de S. Exa. à Liderança do PSDB.
		132
		Requerimento nº 1.365, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , pela publicação, na série Grandes Reportagens, de notável levantamento jornalístico sobre a Amazônia.
		299
		Requerimento nº 1.366, de 2007, que requer Voto de Aplauso à Rede Vida de Televisão pelo lançamento do programa “Caminhos da Amazônia”.....
		299
		Requerimento nº 1.367, de 2007, que requer Voto de Aplauso à cineasta amazonense Cristiane Garcia, por ter obtido o Prêmio do Júri, na categoria de curta-metragem 35mm, no Amazonas Film Festival, em Manaus, bem como ao escritor Amazonense Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme.
		299
		Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências.
		341
		Comentários sobre a votação da CPMF.
		345
		Voto de Aplauso à cineasta amazonense Cristiane Garcia, por ter obtido o prêmio do júri, na categoria de curta-metragem 35 mm, no Amazonas Film Festival, em Manaus, bem como ao escritor amazonense Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme.
		350
		Encaminhamento à Mesa de Voto de Aplauso ao jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> pela publicação, na série Grandes Reportagens, de notável levantamento jornalístico sobre a Amazônia.
		354
		Preocupação acerca da declaração, feita pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, de que o Chefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil tentou trocar emendas parlamentares pelo voto dele a favor da CPMF.
		412

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 1.379, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, da Senhora Yolanda Esther Fraiji, ocorrido no dia 25 de novembro de 2007.	416	Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	547
Requerimento nº 1.380, de 2007, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre as providências que estão sendo tomadas por essa Pasta para conter uma possível epidemia de rubéola no País.	417	Apresentação de Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Yolanda Esther Fraiji, ocorrido no dia 25 de novembro de 2007; e pelo falecimento, também, do Senhor William Pinheiro, vítima de atropelamento.....	557
Requerimento nº 1.381, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, de Willam Pinheiro, ocorrido no dia 24 de novembro de 2007. Senador Arthur Virgílio.	417	Comentários acerca das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).	563
Comentários sobre a necessidade de investigação diante das denúncias envolvendo o Senhor Marcos Lima, da Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Casa Civil.....	505	AUGUSTO BOTELHO	
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências.	506	Homenagem póstuma ao Padre Egídio da Igreja Santa Margarita, de Casteluccio Inferiori, Itália. Registro da visita de delegação brasileira a Castellucio Superiore e Castellucio Inferiore, na Itália, onde aconteceu a tradicional festa de Nossa Senhora do Socorro.....	146
Preocupação com a transferência de recursos financeiros para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal.....	515	Preocupação com a perspectiva de fechamento do Centro de Estudos Brasileiros, na Universidade de Oxford, o mais conhecido e produtivo centro fora do País.....	216
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).....	519	Considerações acerca da demarcação de terras indígenas em Roraima. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	316
Saudação à delegação da República do Vietnã, pela visita ao Senado Federal.	527	Comentários sobre o sistema de saúde pública no País e considerações acerca da crise do Hospital das Clínicas de Curitiba. Aparte ao Senador Osmar Dias.....	319
Encaminhamento à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).	533	Registro da realização da Terceira Conferência Nacional das Cidades.	329
Apoio à homenagem do Senador Aloizio Mercadante sobre a nomeação, pelo Papa Bento XVI, do Cardeal Dom Odilo Shcherer, Arcebispo de São Paulo, para integrar o Sacro Colégio Pontifício.....	536	Preocupação com o problema do abastecimento de energia elétrica para o Estado de Roraima.	329
		CÉSAR BORGES	
		Encaminhamento de requerimento de pesar pela morte de sete torcedores baianos vítimas do desabamento no Estádio Otávio Mangabeira (Fonte Nova), em Salvador.	380
		Requerimento nº 1.372, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelas vítimas do desabamento do Estádio da Fonte Nova, ocorrido em Salvador no dia 25 de novembro de 2007.....	383
		Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mer-	

	Pág.		Pág.
cado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências.....	510	Considerações acerca da possibilidade de recondução do Senador Arthur Virgílio à Liderança do PSDB.....	131
CRISTOVAM BUARQUE		Saudação aos membros representantes da Igreja Mórmon presentes no Senado Federal, em especial o filho do fundador da Igreja Mórmon, em Utah, nos Estados Unidos da América.....	156
Críticas ao Congresso brasileiro.	278	Comentários sobre a saída de quatro economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Aparte ao Senador Marconi Perillo.....	168
Reflexão sobre o que vem ocorrendo na Venezuela nos últimos 50 anos, e sua relação com o Brasil.....	278	Comentários sobre o reconhecimento da imprensa argentina em relação ao crescimento econômico do Brasil. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	198
DEMÓSTENES TORRES		Leitura de correspondência encaminhada pela Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, sobre o episódio em que uma menor foi mantida presa junto com 20 homens, na Delegacia de Abetetuba, no Estado do Pará.	199
Estarrecimento em relação ao caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador José Nery.	92	Considerações acerca da votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências.	345
Críticas à ação desumana praticada contra a menor que ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador Mario Couto.....	95	Testemunho acerca da atuação do Senador Tião Viana na presidência da Casa, principalmente no que tange à aplicação do Regimento Interno.	347
Homenagem ao educandário Lyceu, pelo transcurso, em 27 de novembro de 2007, dos 70 anos de suas atividades em Goiânia, no Estado de Goiás.	266	Considerações a respeito do episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará.....	354
EDISON LOBÃO		Esclarecimentos pessoais acerca da votação de requerimento em Plenário.	360
Celebração dos oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País.....	156	Registro de visita da delegação da República do Vietnã ao Senado Federal.	527
EDUARDO SUPLYCY		Convite ao Parlamentares para participarem do lançamento do livro “Um notável aprendizado – A busca da verdade e da justiça do boxe ao Senado”, escrito por S.Exa..	537
Registro da presença das autoridades de Roraima que compareceram ao debate, no dia 21 de novembro de 2007, sobre a situação da demarcação de áreas indígenas da Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.	70	Considerações a respeito da lei que regulamenta os trabalhos dos arquitetos no País.	543
Reflexão sobre a importância da transparência nos gastos dos parlamentares.....	71		
Transcrição das entrevistas do relator de direitos humanos da ONU, o Senhor Paulo Sérgio Pinheiro, sobre a missão que teve em Mianmar....	71		

VI

	Pág.		Pág.
EFRAIM MORAIS			
Comentários acerca da obra de transposição das águas do Rio São Francisco, no Nordeste brasileiro.....	512	Requerimento nº 1.362, de 2007, requer que o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2007, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	298
Requerimento nº 1.385, de 2007, que requer voto de aplauso a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Arcebispo da Paraíba, pela sua eleição como Presidente do Conselho Diretor da Pastoral da Criança, em Curitiba, na 13ª Assembléia Geral da Pastoral da Criança.....	567	Projeto de Lei do Senado nº 670, de 2007, que acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora.	312
ELISEU RESENDE			
Parecer nº 1.101, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 157, de 2007 (nº 690/2007, na origem) que solicita autorização para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, possam celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), com vistas à alteração dos empréstimos originais da modalidade de <i>Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL</i> (Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa) para a de <i>Fixed-Spread Loan – FSL</i> (Empréstimo com Margem Fixa) baseada na taxa Libor.....	180	Projeto de Lei do Senado nº 671, de 2007, que autoriza as providências para a divulgação, pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.....	313
EPITÁCIO CAFETEIRA			
Elogios pela nota à imprensa emitida pelo Senador Tião Viana, na qualidade de Presidente do Senado Federal, referentes às despesas da Casa.....	82	Projeto de Resolução nº 76, de 2007, que acrescenta parágrafos ao art. 93 do Regimento Interno, para prever a realização de reuniões técnicas das Comissões.....	314
Considerações acerca do posicionamento dos Senadores em relação à Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	117	Críticas à Governadora do Estado do Pará, tendo em vista o episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba. Aparte à Senadora Marisa Serrano. .	326
Apelo aos Parlamentares no sentido de se discutir a Medida Provisória nº 392, de 2007.....	512	Comunicação de decisão do Partido Republicano de se manter provisoriamente no bloco de apoio ao Governo, sem fechamento de questão quanto à CPMF.	392
EXPEDITO JÚNIOR			
Parecer nº 1.097, de 2007 (da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura), sobre a Mensagem nº 190, de 2007, (nº 801/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes– DNIT.....	54	FÁTIMA CLEIDE	
		Indignação com o caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador José Nery.....	93
		FLEXA RIBEIRO	
		Lamento pelo episódio divulgado pela imprensa sobre a prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia no Estado do Pará.	83
		Críticas à presidência da Casa na condução dos trabalhos da Mesa na sessão do dia 21 de novembro de 2007.	125
		Comentário sobre o artigo intitulado “A pluralidade e a revolução dos idiotas”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 15 de outubro de 2007. Registro da matéria intitulada “Vale ameaça produzir alumínio em outro país por medo do apagão”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 16 de outubro de 2007.....	270
		Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2007, que altera o § 5º do art. 14 da Constituição	

Pág.		Pág.
	Federal, para vedar a reeleição, no período subsequente dos Chefes do Poder Executivo.....	309
	Elogios à atuação do Senador Tião Viana na presidência da Casa.....	361
	Registro das matérias intituladas “Empresas triplicam remessa de lucros no governo Lula” e “ Mangabeira nas mãos do STF”, publicadas nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Correio Brasileiro</i> , respectivamente, edições do dia 16 de outubro de 2007.	362
	Comemoração dos 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.....	378
	Requerimento nº 1.375, de 2007, requer que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acerca das operações de compra e venda de ações da Petrobras no período de três semanas anteriores ao dia 8 de novembro de 2007, data do anúncio, pela empresa, do potencial de produção da área de Tupi, que se estende pelas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos, a fim de averiguar possível vazamento de informações, com benefício a alguns investidores.	414
	Parecer nº 1.105, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007, de autoria do Senador Mario Couto, que institui o Dia do Pecador Amador	424
	Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências.	509
	Encaminhamento à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007)	532
	Homenagem ao Cardeal Dom Odilo Shcherer, Arcebispo de São Paulo.	536
	Registro dos editoriais intitulados “Governo Federal piora nas contas fiscais” e “A social-fantasia de Mantega”, publicados no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 27 de setembro e 16 de outubro, respectivamente, ambos do ano de 2007.....	570
	GARIBALDI ALVES FILHO	
	Comentários acerca da obra de transposição das águas do Rio São Francisco, no Nordeste brasileiro.....	511
	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
	Comentários sobre os fatos ocorridos na Venezuela nos últimos 50 anos. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	283
	Alerta para a prática desenfreada de liberação de emendas ao Orçamento, praticada pelo Governo Federal. Crítica à forma como o Governo opera a sua base de sustentação no Senado.	287
	Lamento pela situação do sistema carcerário brasileiro, diante do escândalo da prisão irregular de uma menor de idade na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador Mão Santa.....	295
	Comemoração dos 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.....	375
	Comentários sobre o Orçamento Geral da União.....	524
	GERSON CAMATA	
	Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2007, que acrescenta § 3º ao art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Temporárias, para fixar metas de redução da participação no Produto Interno Bruto das despesas correntes do setor público.	57
	Cumprimentos ao Presidente Tião Viana pelos esclarecimentos prestados referentes às despesas do Senado Federal.	81
	Considerações sobre a nota emitida pelo Senador Renan Calheiros solicitando a prorrogação do período de licença de S. Exa. frente à Presidência do Senado Federal. Solicitação de declaração pública do PMDB e do PT sobre a existência de uma tentativa de acordo para o caso Renan Calheiros.	87
	Comentários sobre a comemoração de oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País. Aparte ao Senador Edison Lobão	158

	Pág.		Pág.
Considerações acerca do pedido de ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Aparte ao Senador Marconi Perillo.	166	indicação do Doutor Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho.	47
Agradecimentos ao Presidente Lula pela sanção de dois projetos da autoria de S.Exa., o que federaliza o Porto de Regência, no Município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, e o que homenageia o primeiro Prefeito negro do Brasil, Mário Gurgel.	170	Repúdio a situações que afrontam a dignidade do ser humano como no caso ocorrido no Pará, onde uma menor foi presa em cela junto com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba.....	330
Comentários sobre a posição do PSDB em relação à CPMF. Aparte ao Senador Alvaro Dias.....	328	Manifestação sobre a notícia de que pela primeira vez o Brasil entra para o rol dos países com alto Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, ranking elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).....	386
Voto de pesar pela morte do advogado Geraldo Gomes de Paula.	392	Apelo à presidência da Casa para a votação conjunta de três projetos de lei na sessão do dia 28 de novembro de 2007.	542
Considerações sobre decisão da Justiça Federal que sustou, por liminar, a resolução do Conselho Federal de Medicina que autorizava médicos a suspenderem tratamentos e procedimentos que prolongassem a vida de pacientes terminais, sem chances de cura, desde que a família ou o paciente concordasse com a decisão. Apelo para a celeridade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2000, de autoria de S.Exa., que regulamenta a chamada ortotanásia.	392		
Requerimento nº 1.373, de 2007, que requer Voto de Pesar e de Solidariedade à Senhora Bernadete Pereira de Paula e aos seus filhos Jacy e Juliana.	413	JAYME CAMPOS	
Preocupação com a necessidade de inspeções nas aeronaves brasileiras.	567	Parecer nº 1.102, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 202, de 2007, (nº 848/2007, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.	184
GILVAM BORGES		Projeto de Resolução nº 75, de 2007, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.....	186
Parecer nº 1.106, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Turismo no Estado do Tocantins.....	434	Parecer nº 1.110, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 203, de 2007 (nº 849/2007, na origem), que encaminha pleito da Prefeitura Municipal de Joinville (SC) solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$32.670.000,00 (trinta e	
HERÁCLITO FORTES			
Comentários à iniciativa do Ministro Mares Guia em pedir afastamento do cargo. Aparte ao Senador José Agripino.	206		
Registro do recebimento de informação acerca da licitação que possibilitará a aquisição de uma escada Magirus pelo corpo de Bombeiros de Teresina, no Estado do Piauí.....	208		
IDELI SALVATTI			
Parecer nº 1.095, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Mensagem nº 196, de 2007 (nº 825/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a			

Pág.	Pág.
dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento do “Projeto de Revitalização Ambiental e Qualificação Urbana em Áreas das Bacias Elementares dos Rios Cachoeira, Cubatão e Piral – Viva Cidade”.....	478
JEFFERSON PÉRES	
Elogios ao projeto de manejo florestal de baixo impacto encabeçado pela empresa Mil Madeireira, no Município amazonense de Itacoatiara. Aparte ao Senador João Pedro.....	404
Cobrança à Presidência do Senado de apuração da denúncia formulada pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, de que fora procurado por um assessor da Presidência da República a fim de votar favoravelmente à prorrogação da CPMF, em troca da liberação de emendas.	406
JOÃO PEDRO	
Estarrecimento em relação ao caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador José Nery.....	91
Comentário sobre o projeto bem-sucedido de manejo florestal de baixo impacto, que acontece no Estado do Amazonas, no Município de Itacoatiara.	353
Elogios ao projeto de manejo florestal de baixo impacto encabeçado pela empresa Mil Madeireira, no Município amazonense de Itacoatiara.....	403
JOÃO TENÓRIO	
Parecer nº 1.103, de 2007 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007, (nº 378/2007, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no território brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em território norte-americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras, celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007”.	301
JOSÉ AGRIPINO	
Discussão da Medida Provisória nº 390, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.....	100
Considerações acerca do Regimento Interno da Casa.	123
Comentários sobre matéria publicada no jornal <i>O Globo</i> , intitulada “CPMF de sobre: excesso de arrecadação federal já equivale à contribuição de 2007”.....	203
Saudação ao Senador Mozarildo Cavalcanti pelo anúncio do desligamento do PTB do Bloco de Apoio Parlamentar ao Governo.	209
Indignação com o episódio ocorrido no Estado do Pará, onde uma menor foi presa em cela junto com 20 homens.	331
Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências.	336
Declaração de obstrução da pauta por parte dos Democratas.....	348
Preocupação com a situação de abastecimento d’água da cidade de Currais Novos, no Rio Grande do Norte.	410
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industriali-	

	Pág.		Pág.
zados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências.....	508	Críticas ao Presidente Lula pela série de escândalos envolvendo corrupção no Partido dos Trabalhadores (PT) e lamento pelo veto presidencial à lei que concede benefícios aos carteiros do Brasil.	76
Encaminhamento à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).	534	Cumprimentos ao Senador Tião Viana pela conduta na presidência do Senado Federal.	81
Considerações sobre o mérito da matéria que regulamenta os trabalhos dos arquitetos no País.	543	Estarrecimento em relação ao caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia no Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.....	84
JOSÉ NERY		Preocupação com os problemas ocorridos no interior do Estado do Pará. Aparte ao Senador Mario Couto.	96
Considerações a respeito do episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará.....	90	Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	111
KÁTIA ABREU		Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	116
Indignação com o episódio divulgado pela imprensa sobre a jovem que ficou presa em delegacia, no Estado do Pará, com 20 homens.	209	Celebração dos oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País.....	163
Defesa do fim da CPMF e apelo em favor da realização de uma reforma tributária urgente no País.	209	Considerações acerca do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Aparte ao Senador Marconi Perillo.	169
Comentários sobre a CPMF.	411	Considerações a respeito do episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	285
Indignação com a prisão indevida de uma jovem em cela masculina, no Estado do Pará.....	411	Considerações acerca da atuação do PMDB no Senado Federal. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	288
LÚCIA VÂNIA		Considerações acerca da CPMF. Aparte ao Senador Alvaro Dias.....	292
Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.....	110	Observações sobre a Convenção Nacional do PSDB e destaque para a importância da Oposição na modernização da política brasileira.	294
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.....	116	Críticas ao elevado número de impostos cobrados do povo brasileiro. Reprovação da CPMF. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	317
MÃO SANTA		Críticas a CPMF e à excessiva carga tributária brasileira.	320
Considerações acerca da solução do problema referente à demarcação de áreas indígenas da Raposa Serra do Sol. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	72	Comentários sobre o episódio da prisão irregular de uma jovem que ficou presa em cela com 20 homens no Estado do Pará, e alerta ao Presidente Lula no sentido de que peça perdão a essa jovem e à sua família. Aparte à Senadora Marisa Serrano.	327

	Pág.		Pág.
Considerações sobre a alta carga tributária brasileira	384	Depoimento a respeito do trabalho do Senhor Marcos Lima, na Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Casa Civil.....	505
Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.....	557	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).....	530
MARCELO CRIVELLA		MARCO MACIEL	
Estarrecimento em relação ao caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia no Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	84	Homenagem ao artista plástico Aloísio Magalhães, que completaria oitenta anos de idade, no dia 22 de novembro de 2007, se vivo fosse.	264
Considerações sobre a nota emitida pelo Senador Renan Calheiros solicitando a prorrogação do período de licença de S. Exa. frente à Presidência do Senado Federal.	87	MARCONI PERILLO	
Esclarecimentos sobre a dispensa de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em razão de matéria veiculada no jornal <i>O Globo</i> , de autoria da jornalista Míriam Leitão.....	88	Críticas à presidência da Casa na condução dos trabalhos da Mesa na sessão do dia 21 de novembro de 2007.....	122
Parecer nº 1.099, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2004 (nº 609/2003, na casa de origem) que proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994.....	140	Críticas a saída de quatro economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).....	165
Comentários sobre a saída de quatro economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Aparte ao Senador Marconi Perillo.....	167	Justificativa pela apresentação de três requerimentos convocando os Ministros de Minas e Energia e do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, bem como o Presidente da Petrobrás, para prestar esclarecimentos sobre a descoberta do Campo Petrolífero de Tupi, na Bacia de Santos	165
Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências.....	342	Lamento pela atitude do Presidente Lula de defender Hugo Chávez, Presidente da Venezuela....	165
		Celebração dos oitenta anos da chegada ao Brasil dos missionários norte-americanos de Utah e do início da pregação Mórmon no País.....	165
		Requerimento nº 1.359, de 2007, requer que seja convocado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Nelson José Hubner Moreira, para, no Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos aos Senadores sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil.....	178
		Requerimento nº 1.360, de 2007, requer que seja convocado o Ministro de Estado do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para, no Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos aos Senadores sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil.....	179
		Requerimento nº 1.363, de 2007, que requer licença dos trabalhos da Casa nos dias 26 e 27 de novembro de 2007, para participar, na condição de Presidente da Comissão de Serviços	

	Pág.		Pág.
de Infra-Estrutura do Senado Federal, do Fórum “Uma Década de Regulação no Brasil”, na cidade do Rio de Janeiro.	298	Indignação com os problemas ocorridos no interior do Estado do Pará.	95
Requerimento nº 1.378, de 2007, que requer a retirada do Requerimento nº 1.363/2007, que solicita dispensa à S.Exa. dos trabalhos da Casa nos dias 26 e 27 de novembro de 2007 para participar, na condição de Presidente da Comissão da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, do Fórum “Uma Década de Regulação no Brasil”, com participação no Painel “Regulação da Infra- Estrutura: a vez o Gás”, na cidade do Rio de Janeiro.	416	Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	108
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências.	512	Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	118
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).	527	Críticas à presidência da Casa na condução dos trabalhos da Mesa na sessão do dia 21 de novembro de 2007.	123
Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	549	Discussão da Medida Provisória nº 392, de 2007, de autoria do Presidente da República, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira e dá outras providências.	339
Registro do transcurso do Dia da Independência do Líbano, celebrada em 22 de novembro.	567	Comentários sobre a votação da CPMF.	347
MARIO COUTO		Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº. 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº. 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências.	508
Considerações acerca da prorrogação da CPMF. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	73	Encaminhamento à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 393, de 2007).	531
Alerta para a necessidade de punição dos envolvidos no caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia no Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	85		
Considerações a respeito do episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará.	95		

	Pág.		Pág.
Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	551	de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.....	99
MARISA SERRANO		Pedido de ajuda ao Governo Federal para solucionar a crise pela qual passa o Hospital das Clínicas de Curitiba.	318
Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2007, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para tornar obrigatória a manutenção de estoque das vacinas antitetânica e anti-rábica e dos respectivos soros e imunoglobulinas nos estabelecimentos hospitalares.	171	PAPALÉO PAES	
Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, que altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência.	175	Discussão da Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	109
Indignação com o episódio ocorrido no Pará, onde uma menor foi presa em cela junto com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba. Considerações sobre a política prisional do Brasil.	325	Considerações sobre a direção dos trabalhos da Mesa, por parte da presidência da Casa, na sessão do dia 21 de novembro de 2007.	125
MOZARILDO CAVALCANTI		Prestação de contas das ações de S.Exa., cujas prioridades são a educação e o desenvolvimento econômico do Estado do Amapá.	315
Considerações sobre o debate da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que trata da situação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em Roraima.	70	Críticas à Governadora do Estado do Pará, tendo em vista o episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba. Aparte ao Senador Mão Santa.....	322
Comentários sobre os direitos humanos dos indígenas que moram na reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	72	Considerações acerca da CPMF. Aparte ao Senador Alvaro Dias.....	328
Comunicado de decisão tomada pela bancada do PTB no Senado Federal, de desligar-se do Bloco de Apoio Parlamentar ao Governo.	207	Cumprimentos ao Senador Tião Viana por sua atuação na presidência da Casa.	361
Defesa do fim da CPMF. Aparte à Senadora Kátia Abreu.....	213	Comentários com relação ao episódio divulgado pela imprensa sobre a jovem que ficou presa em delegacia, no Estado do Pará, com 20 homens. ...	361
OSMAR DIAS		Relato do trabalho de S.Exa. na presidência da Subcomissão da Saúde.....	406
Elogios à conduta do Presidente Tião Viana e solicitação de esclarecimentos sobre possível acordo para absolver o Senador Renan Calheiros.....	81	Congratulações ao Presidente Interino do Senado pela maneira como respondeu as perguntas do jornalista e radialista Heródoto Barbeiro, da Rádio CBN.	406
Discussão da Medida Provisória nº 390, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas		PATRÍCIA SABOYA GOMES	
		Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2007, que institui a estabilidade provisória ao empregado cujo contrato de trabalho não foi formalizado oportunamente e estabelece diretrizes para a fiscalização do trabalho com vistas à erradicação do trabalho irregular.	67
		Projeto de Lei do Senado nº 666, de 2007, que regulamenta a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX, do art. 7º, da Constituição Federal.....	68
		PAULO DUQUE	
		Parecer nº 1.100, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº	

	Pág.		Pág.
50, de 2007 (nº 5.893/2005, na casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.....	142	que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	565
Requerimento nº 1.361, de 2007, requer que seja concedido voto de congratulações à Secretaria de Arquivo do Senado Federal, pelos brilhantes trabalhos que realizam em prol desta Casa Legislativa.	179	PEDRO SIMON	
PAULO PAIM		Parecer nº 1.111, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2007 (nº 7.204/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, e dá outras providências.	488
Registro do acordo fechado entre as Lideranças dos carteiros, o Ministro Hélio Costa e o Presidente Lula, garantindo o reajuste salarial para a categoria.....	82	RAIMUNDO COLOMBO	
Registro do anúncio feito pelo Presidente Lula de investimentos para a comunidade Quilombola.	82	Defesa do fim da CPMF e destaque para a necessidade de o País definir um sistema tributário mais justo.	193
Alerta para a necessidade de punição dos envolvidos no caso da prisão irregular de uma menor de idade em Delegacia no Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	85	Homenagem pelo transcurso dos 241 anos de fundação da cidade de Lajes, em Santa Catarina.....	193
Comentários sobre a reunião, realizada no dia 21 de novembro de 2007, com a presença do Ministro da Fazenda, do Secretário de Governo, o Senhor Arno Agostinho, da Governadora Yeda Crusius e de outras autoridades, para discutir a crise econômica do Rio Grande do Sul.....	214	RENAN CALHEIROS	
Cumprimentos ao Presidente da Câmara dos Deputados pela realização de debates, na referida Casa, sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Igualdade Racial.....	388	Requerimento nº 1.356, de 2007, que comunica ao Senado Federal que S.Exa. permanecerá licenciado da Presidência desta Casa pelo prazo de 35 (trinta e cinco) dias, a partir de 25 de novembro de 2007.	86
Considerações acerca da importância da Lei Maria da Penha.	388	RENATO CASAGRANDE	
Registro de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a prisão ilegal de uma menor em delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará.	388	Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2007, que acrescenta artigo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para tornar obrigatória aos Titulares dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais a comunicação dos registros de óbitos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.....	176
Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2007, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, de modo a estabelecer que todo o idoso com pelo menos cem anos tem direito a benefício no valor de dois salários mínimos.	419	Registro da apresentação de projeto que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas num debate com a Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil.....	209
Parecer nº 1.112, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2007 (nº 7.204/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, e dá outras providências.....	496	Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2007, que acrescenta ao caput do artigo 93 da CF de 1988 o Conselho Nacional de Justiça como órgão competente da iniciativa de Lei Complementar sobre matéria relativa ao Estatuto da Magistratura.	305
Requerimento nº 1.383, de 2007, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2007, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins		Comentário sobre o pedido da OAB de apuração do caso em que um advogado foi agredido por um tenente da Polícia Militar no Espírito Santo.....	350

	Pág.		Pág.
SÉRGIO GUERRA			
Registro da matéria intitulada “IPEA não vê redução da desigualdade”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 21 de setembro de 2007.....	274	Anúncio da realização, em 2 de dezembro de 2007, das eleições para a direção do Partido dos Trabalhadores – PT, nas áreas nacional, estadual e municipal.	323
Registro da matéria intitulada “Governo ataca TCU sobre problema em obras”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 21 de setembro de 2007.....	365	TASSO JEREISSATI	
Registro do artigo intitulado “Em torno das concessões de TVs”, de autoria do cineasta e jornalista Ipojuca Pontes, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 27 de outubro de 2007.....	568	Considerações a respeito do episódio em que uma menor ficou presa em cela com 20 homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. Aparte ao Senador Mario Couto.....	96
SÉRGIO ZAMBIASI			
Registro do debate entre a representação gaúcha e o Ministro Guido Mantega, a respeito das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul..	194	Saudação à presença, em Plenário, do cantor cearense Raimundo Fagner. Aparte ao Senador Mario Couto.	96
Solicitação ao Governo Federal, principalmente ao Ministro Mantega, que apóie o movimento de servidores públicos e coloque em dia o décimo terceiro salário.	194	Críticas à presidência da Casa na condução dos trabalhos da Mesa na sessão do dia 21 de novembro de 2007.....	122
SERYS SLHESSARENKO			
Registro do requerimento que pede a abertura de uma comissão que apure o caso da menor que ficou presa por um mês numa cela com vinte homens na Delegacia de Abaetetuba, no Estado do Pará. ...	217	Parecer nº 1.108, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina	447
Requerimento nº 1.369, de 2007, que requer a criação de Comissão Especial para acompanhar as investigações sobre a situação de mulheres presas em cadeias públicas brasileiras, com vistas a analisar os problemas ocorridos no Pará e em outros Estados brasileiros onde fatos semelhantes ocorreram e continuam a ocorrer.	300	Parecer nº 1.109, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 564, de 2007, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, e da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a responsabilidade civil e a execução de dívidas de Partidos Políticos.	468
Requerimento nº 1.370, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 26 de novembro de 2007, em Cuiabá, do ex-Deputado Renê Barbour, com envio de condolências à família.	301	VALDIR RAUPP	
Requerimento nº 1.371, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente do PT Municipal de Sinop, Carlos Alberto Castanho Scholtão, com apresentação formal de condolências à família.	301	Negação da existência de acordo entre as lideranças para prorrogar a CPMF e inocentar o Senador Renan Calheiros.	87
SIBÁ MACHADO			
Comentários a respeito do excesso de repercussão sobre a suspeita de negociação das Lideranças para prorrogar o imposto da CPMF	87	Parecer nº 1.098, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.....	103
		Projeto de Lei do Senado nº 673, de 2007, que institui o Dia da Integração Jurídica Latino-Americana.	420
		Parecer nº 1.107, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar a	

	Pág.		Pág.
Escola Técnica Federal de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia.	441	que trata do fato de uma medida provisória tirar a validade de outra medida provisória.....	332
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		TIÃO VIANA	
Requerimento nº 1.357, de 2007, requer que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Mi- nistro de Estado das Comunicações, Senhor Hélio Costa, pedido de informações com base na Con- sulta Pública nº 833, de 2007 – Anatel.	98	Projeto de Resolução nº 77, de 2007 (MSF 203/2007), que autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a contratar operação de crédito ex- terno, com garantia da União, com o Banco Inte- ramericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até trinta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América. Senador Tião Viana.....	504